



UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PLANEJAMENTO
TERRITORIAL E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

DÉBORA CAROL LUZ DA PORCIUNCULA

**O FENÔMENO DAS ÁGUAS DOCES NA REGIÃO
METROPOLITANA DO SALVADOR: USOS,
ALTERAÇÕES E ABANDONO**

Salvador
2017

DÉBORA CAROL LUZ DA PORCIUNCULA

**O FENÔMENO DAS ÁGUAS DOCES NA REGIÃO
METROPOLITANA DO SALVADOR: USOS,
ALTERAÇÕES E ABANDONO**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social da Universidade Católica do Salvador para obtenção do título de Doutor em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social.

Orientadora: Profa. Dra. Cristina Maria
Macêdo de Alencar

Salvador
2017

Ficha Catalográfica. UCSAL. Sistema de Bibliotecas

P834 Porciuncula, Débora Carol Luz da
O fenômeno das águas doces na Região Metropolitana do Salvador: usos
alterações e abandono/ Débora Carol Luz da Porciuncula . – Salvador, 2017.
568 f.

Tese (Doutorado) - Universidade Católica do Salvador. Pró-Reitoria de
Pesquisa e Pós-Graduação. Doutorado em Planejamento Territorial e
Desenvolvimento Social.

Orientadora: Prof^a Dr^a Cristina Maria Macêdo de Alencar

1. Natureza 2. Reificação 3. Planejamento 4. Águas 5. Ruralidade
Metropolitana 6. Urbano/Industrial
7. Tensões I. Universidade Católica do Salvador. Pró-Reitoria de Pesquisa e
Pós-Graduação II. Alencar, Cristina Maria Macêdo de – Orientadora III. Título.

CDU 628.1(813.8)



UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR

Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação

Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social

Doutorado em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social

TERMO DE APROVAÇÃO

DÉBORA CAROL LUZ DA PORCIÚNCULA

“O FENÔMENO DAS ÁGUAS DOCES NA REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR:
USOS, ALTERAÇÕES E ABANDONO”

Tese aprovada como requisito final para obtenção do grau de Doutor em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social.

Salvador, 27 de outubro de 2017

Banca Examinadora:

Prof. Dra. Cristina Maria Macêdo de Alencar (orientadora)
Doutorado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
Universidade Católica do Salvador

Prof. Dra. Silvana Sá de Carvalho
Doutorado em Geografia
Universidade Católica do Salvador

Prof. Dr. Moacyr Santos Tinôco
Doutorado em Biologia da Conservação, com ênfase no Manejo da Biodiversidade
Universidade Católica do Salvador

Prof. Dra. Roseane Simões Palavizini
Doutorado em Engenharia Ambiental
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Dr. Rainer Randolph
Doutorado em Ciências Econômicas e Sociais
Universidade Federal do Rio de Janeiro

A Cristiano, Pablo Luís e Caroline

A Cirolanda e Luís Carlos

AGRADECIMENTOS

“A minha vida é de muito obrigado”. (Camilo, um amigo)

Sinto-me tomada pelo mais puro sentimento de gratidão por tudo que a vida me ofereceu, por todas as pessoas que conheci e por todas as escolhas que fiz que me trouxeram até este momento. Sinto-me profundamente agradecida pelas experiências vivenciadas, boas e, sobretudo, as ruins por terem sido capazes de me educar moral e eticamente.

Sou grata a todos que amorosamente estiveram presentes nesta fase de minha vida quando poderiam, por uma decisão pessoal e compreensível, não estar. Mas, em estando presentes foram o meu apoio material e emocional nos momentos mais solitários, nos momentos em que tudo parecia inconsistente.

À minha gratidão e amor eternos à Cirolanda Luz da Porciuncula, minha mãe; À Cristiano e Pablo Luís Luz da Porciuncula, meus irmãos amados e verdadeiras bússolas que cuidam em me manter alerta para o valor da caminhada ser maior do que o da chegada ao destino.

Aqui reforço os meus agradecimentos, mais do que especiais, a Cristiano que extrapolou a ajuda e emprestou os ouvidos as minhas questões a respeito deste estudo e, envolvido na energia da minha tese, fez o desenho que sonhei, ilustrado nas primeiras páginas deste documento.

Aqui deixo um agradecimento especial à Everton Santana Santos, meu namorado, pelo amor, apoio moral, por acreditar e me incentivar a todo momento.

Aos amigos-irmãos do coração, Iwison Ricardo Ferreira e a Alanderson Matos, o meu geógrafo preferido, pela ajuda na confecção dos mapas e, sobretudo, pelo incentivo e presença.

A minha orientadora e amiga Profa. Dra. Cristina Maria Macêdo de Alencar, que sempre acreditou na pesquisa e que me emprestou, com alegria e dedicação, o seu conhecimento e sabedoria. Obrigada por provar que liberdade, confiança e o amor são eficientes recursos pedagógicos.

Aos membros do grupo de Pesquisa Desenvolvimento, Sociedade e Natureza (DSN), sobretudo a Michele Paiva, Manuel Vitor Porto Gonçalves e, sobretudo ao Raimundo Carvalho e a Fernanda Flores pela ajuda inestimável à minha pesquisa.

A Universidade Católica do Salvador (UCSal) por ter cedido, através da CAPES, a bolsa do Programa de Suporte à Pós-Graduação de Instituições de Ensino Particulares (PROSUP), que me permitiu cursar o doutorado com a tranquilidade que precisava.

Aos meus professores do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial, sobretudo a Profa. Dra. Aparecida Netto a quem devo as minhas primeiras leituras das obras da Hanna Arendt; ao Prof. Dr. Amílcar Baiardi, a quem devo as leituras de muitos dos clássicos da filosofia ocidental, por David Hume, John Lock, Montesquieu, Rousseau e tantos outros pensadores antigos e contemporâneos que tornaram as minhas horas de estudo particularmente empolgantes; ao saudoso Prof. Dr. Silvio Bandeira de Mello e Silva (*in memoriam*) tão gentil e competente; ao Prof. Dr. Pedro de Almeida Vasconcelos e ao querido e saudoso Prof. Dr. Nelson Baltruses (*in memoriam*).

As minhas colegas/amigas Tânia Azevedo e Aline Marom Setenta, pelo apoio e presença nos momentos mais difíceis.

A Bianca Macêdo de Alencar pela sensibilidade e empatia - diante dos meus relatos sobre o barulho intenso e constante produzido pelos meus vizinhos - que a fez me presentear com dois protetores auriculares superpotentes (!) e tão importantes para que eu pudesse seguir redigindo a tese em casa, com a tranquilidade que precisava.

A Arnaldo Santos pelo entusiasmo com que acolheu todas as ideias sobre o IQTA.

Aos membros do Conselho Gestor da APA Bacia do Cobre/São Bartolomeu, especialmente a Seu Egnaldo Filho Santos e a Jucielson Iraquiano Rios. Gratidão!

Aos funcionários da UCSal.

E, por fim, a Espiritualidade que me conduz nesta vida e neste mundo. Que de tantas formas se fez presente me inspirando, me emantando das condições necessárias para encontrar a calma, a concentração e a inspiração para escrever. Por me mostrar que o trabalho que edifica é sempre aquele que se volta para o bem-estar coletivo e, por isto, eles sempre estarão lá auxiliando. Por me mostrarem que qualquer esforço abençoado por Deus é leve quando se caminha ao Seu lado e que “não há impossível que a graça de Deus não alcance.” (uma amiga).

Gratidão!



Fonte: Cristiano Porciuncula

PORCIUNCULA, Débora Carol Luz da. **O fenômeno das águas doces na Região Metropolitana do Salvador: usos, alterações e abandono.** 2017. 568f. il. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social, Universidade Católica do Salvador, Salvador.

RESUMO

O presente estudo demonstra como o processo de urbanização/industrialização da Região Metropolitana de Salvador se apropriou das águas doces dessa região, gerando tensões territoriais pelo uso da água com alterações do seu curso e seu posterior abandono. Partiu-se da hipótese central de que o modelo civilizatório atual, pautado hegemonicamente na lógica urbano/industrial, tido como inexorável ante outras formas de produção material e imaterial da vida, é responsável por comprometer a disponibilidade, a qualidade e o acesso à água na Região Metropolitana de Salvador-BA. Constatou-se que esse processo está intimamente relacionado à ação pelo Planejamento, pautado numa concepção de Natureza que orientou a apropriação das águas dessa região como recurso. Contraditoriamente, a água tem sido percebida como empecilho ao pleno desenvolvimento urbano/industrial. A metodologia adotada foi de caracterização e problematização sócio-histórica da relação da cidade do Salvador e sua região metropolitana com as águas. Aplicaram-se os Indicadores Qualitativos de Ruralidade Metropolitana na identificação de evidências empíricas que tensionam o modo de vida rural e urbano, especificamente na relação com as águas. As evidências foram sistematizadas em variadas formas de disputa expressas em três categorias de tensões: (i) na apropriação da água; (ii) nos usos geradores de riscos ambientais; e (iii) no uso da água em atividades culturais. Os fundamentos teóricos dessa metodologia possibilitaram caracterizar a relação entre o rural e o urbano e entre essas categorias e a água, sintetizadas propositivamente como Indicadores Qualitativos de Tensões no Uso da Água.

Palavras-chave: Natureza. Reificação. Planejamento. Águas. Ruralidade Metropolitana. Urbano/Industrial. Tensões.

PORCIUNCULA, Débora Carol Luz da. **The phenomenon of the waters of Salvador Metropolitan Area: uses, alterations and abandonment.** 2017. 568 p. ill. Graduate Program in Territorial Planning and Social Development, the Catholic University of Salvador, Salvador.

ABSTRACT

This study demonstrates how the urbanization/industrialization process of Salvador-BA Metropolitan Area (SMA) appropriated the fresh waters of this territory, generating territorial tensions due to the use of water with changes in its course, and its subsequent abandonment. It was based on the central hypothesis that the current civilizational model, ruled hegemonically in the urban/industrial logic, considered inexorable before other forms of material and immaterial life production, is responsible for compromising availability, quality and access to water in Salvador-BA Metropolitan Area. It was verified that this process is closely related to Planning, based on a conception of Nature that guided the appropriation of the waters of that region as resource. In contrast, in other moments, water has been perceived by the planners as an obstacle to full urban/industrial development. The methodology adopted was the characterization and socio-historical problematization of the relationship between the city of Salvador and its metropolitan area with the waters. The Qualitative Indicators of Metropolitan Rurality were applied in the identification of empirical evidences that stress the rural and urban way of life, specifically in relation to the waters. The evidence was systematized in various forms of dispute expressed in three categories of tensions: (i) in the appropriation of water; (ii) in the uses that generate environmental risks; and (iii) the use of water in cultural activities. The theoretical foundations of this methodology made it possible to characterize the relationship between the rural and the urban, and between these categories and water, which are proposed as Qualitative Indicators of Tensions on Use of Water (IQTA).

Keywords: Nature. Reification. Planning. Waters. Metropolitan Rurality. Urban / Industrial. Tensions.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – O ciclo das águas ou hidrológico.	94
Figura 2 – Inauguração do sistema de captação de água subterrânea do aquífero Tucano, na cidade de Cícero Dantas, Bahia. 2012.	97
Figura 3 – Inauguração do sistema de abastecimento de água em Guanambi, Bahia. 2015.	97
Figura 4 - “Faça”.....	115
Figura 5 - “Vamos fazer”.....	115
Figura 6 - ‘Seu idiota’ em japonês.	116
Figura 7 - ‘Seu idiota’ em inglês.	116
Figura 8 - “Você me enche o saco. Eu mato”.....	116
Figura 9 - “Amor/consideração”.....	116
Figura 10 - Vista geral da antiga Companhia de Água do Queimado, 1880.....	130
Figura 11 - Vista geral dos fundos da antiga Companhia de Água do Queimado, 1880.	131
Figura 12 - Fonte no Bonfim, Colina Sagrada, foto de 1869, publicada em um postal circulado em 1901, edição Gustavo Müllen. Observar na imagem, ao fundo, um quiosque de madeira onde se pagava pela água.	132
Figura 13 – Chafariz instalado na Praça do Comércio	133
Figura 14 – Chafariz do Passeio Público	133
Figura 15 - Início da construção da barragem do Rio do Cobre, 1929.	149
Figura 16 - Vista da barragem do Rio do Cobre em construção, 1930.....	149
Figura 17 - A barragem do rio do Cobre “sangrando” pela primeira vez, 1932.	149
Figura 18 - Vista do conjunto da barragem, tratamento químico e decantação, 1932. (FERNAL, 1936).....	149
Figura 19 - Início da construção da barragem do Rio Ipitanga, em setembro de 1931.....	151
Figura 20 - A barragem de Ipitanga, em agosto de 1932, vendo-se o represamento provisório do rio e a escavação nos encontros, 1931.	151
Figura 21 - Barragem do Rio Ipitanga sangrando, 1932.	151

Figura 22 - Barragem do Rio Ipitanga, vista do encontro direto, 1932.....	151
Figura 23 – Comparativo de obras executadas no Rio Joannes, entre os anos de 1965 e 1966, pelo governo de Lomanto Júnior.....	157
Figura 24 – Comparativo de obras executadas no Rio Joannes, pelos governos anteriores e o do governo de Lomanto Júnior.	157
Figura 25 – Mapa da evolução do limite territorial da Região Metropolitana do Salvador. .	180
Figura 26 – Mapa das Barragens inseridas na Região Metropolitana do Salvador.	183
Figura 27 – Representação do “lugar” das tensões no uso da água.....	208
Figura 28 - Bolsista PIBIC, Fernanda Flores, UCSAL/DSN.	214
Figura 29 - Bolsista PIBIC, Raimundo Carvalho, UCSAL/DSN.....	214
Figura 30 - Voluntário Pablo Luiz Luz da Porciuncula.	214
Figura 31 - Voluntário Everton Santana Santos.	214
Figura 32 - Evidências de tensões no uso da água na RMS	217
Figuras 33, 34, 35 e 36 - Moradores da Santa Luzia, Lobato, pegando água num carro pipa, após longo período sem o abastecimento de água pela Embasa. A presença da Polícia Militar e do Exército para conter a multidão é um elemento a mais que revela a tensão da situação. Abril de 2015.	218
Figura 37 - Tensões pela apropriação das águas (T-1).....	220
Figura 38 – Tensões geradora de riscos e eventos ambientais (T-2).....	222
Figura 39 – Tensões no uso da água em atividades culturais (T-3).	224
Figura 40 – Nas margens do lago da Barragem de Ipitanga membros de uma religião de matriz africana ritualizam.	229
Figura 41 – Lazer no lago da Barragem de Ipitanga.	229
Figura 42 – O lago da Barragem de Ipitanga é lugar de encontro e de contemplação para os moradores e visitantes.....	229
Figura 43 – O lago da Barragem de Ipitanga é local amplamente visitado, sobretudo, durante o verão.	229

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Periodização para o estudo conjunto do planejamento governamental e da gestão pública no Brasil – 1889-2010.	82
Quadro 2 – Tipos de planos econômicos e principais características no Brasil.....	83
Quadro 3 – Disponibilidade hídrica de alguns estados*	89
Quadro 4 – Usos da água.....	104
Quadro 5 – Primeiras fontes da cidade do Salvador, século XVI e XVII.....	127
Quadro 6 – Distribuição dos climas para os municípios da Região Metropolitana de Salvador, conforme as temperaturas e as precipitações médias anuais.....	181
Quadro 7 – Determinações, variáveis independentes e dimensões predominantes em territorialização como tensão – RMS, 2005 a 2015.	232
Quadro 8 – Determinações, variáveis dependentes e dimensões predominantes em territorialização como tensão – RMS, 2005 a 2015.	233

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Distribuição da água doce no planeta	88
Tabela 2 – Disponibilidade, demanda hídrica e susceptibilidade à desertificação nas divisões hidrográficas do território brasileiro.....	90
Tabela 3 – Índice de perdas na distribuição (IPD) de água dos municípios da RMS, em ordem decrescente.....	98

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABES	Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental
AD	Análise do Discurso
ANA	Agência Nacional de Águas
APP	Áreas de Preservação Permanente
APA	Área de Preservação Ambiental
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
CETREL	Central de Tratamento de Efluentes Líquidos
CIA	Centro Industrial de Aratu
CIC	Centro Industrial de Camaçari
COPEC	Complexo Petroquímico de Camaçari
CONDER	Companhia de Desenvolvimento Urbano da Bahia
DASP	Departamento Administrativo do Serviço Público
DSG	Diretoria de Serviço Geográfico do Exército
EMBASA	Empresa Baiana de Águas e Saneamento S.A.
ETA	Estação de Tratamento de Água
ETE	Estação de Tratamento de Efluente
EQ	Índice de Qualidade Ambiental
FEREM	Fundo Especial de Equipamento da Região Metropolitana de Salvador
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IPD	Índice de Perdas na Distribuição
INEMA	Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos
INGÁ	Instituto de Gestão das Águas e do Clima do Estado da Bahia
IQRM	Indicador Qualitativo de Ruralidade Metropolitana
IQTA	Indicador Qualitativo de Tensões no Uso da Água
LCF	Lei Complementar Federal
NWF	Federação Nacional da Vida Selvagem

OCDE	<i>Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico</i>
PIC	Polo Industrial de Camaçari
PLANASA	Plano Nacional de Saneamento
PERH	Plano Estadual de Recursos Hídricos
PNRH	Política Nacional de Recursos Hídricos
PMD	Plano Metropolitano de Desenvolvimento
PMSS	Projeto de Modernização do Setor de Saneamento
PPA	Plano Plurianual
PBA	Programa Bahia Azul
RMS	Região Metropolitana de Salvador
SEI	Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia
SIAA	Sistema Integrado de Abastecimento de Água
SINGREH	Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos
SNIS	Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento
SUDENE	Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
UB	Balanço por Bacias Hidrográficas
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas.
UTM	<i>Universal Transverse Mercator</i>

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
<i>Capítulo I</i>	
NATUREZA, REIFICAÇÃO E PLANEJAMENTO: RELIGANDO ESSAS CATEGORIAS DE ANÁLISE A PARTIR DA EPISTEMOLOGIA	22
1.1 A NATUREZA	31
1.2 A REIFICAÇÃO.....	50
1.3 O PLANEJAMENTO	71
<i>Capítulo II</i>	
AS ÁGUAS DOCES	88
2.1 OCORRÊNCIA, DEGRADAÇÃO E DESPERDÍCIO	88
2.2 USOS MÚLTIPLOS DA ÁGUA.....	102
2.2.1 Para além da bacia hidrográfica.....	105
2.3 A ÁGUA: ELEMENTO DA NATUREZA, SIMBÓLICO E CULTURAL	109
<i>Capítulo III</i>	
USOS, ALTERAÇÕES E ABANDONO: A APROPRIAÇÃO DAS ÁGUAS EM SALVADOR E RMS	123
3.1 AS ÁGUAS DE SALVADOR.....	126
3.2 A FORMAÇÃO DA RMS NA RELAÇÃO COM AS ÁGUAS	159
3.2.1 Caraterização geoambiental da RMS	179
3.2.2 Síntese da condição ambiental dos principais rios da RMS.....	185
<i>Capítulo IV</i>	
TENSÕES TERRITORIAIS NO USO DAS ÁGUAS NA REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR	197
4.1 BASES METODOLÓGICAS PARA O DESENVOLVIMENTO DE INDICADORES QUALITATIVOS DE TENSÃO NO USO DA ÁGUA (IQTA).....	197
4.2 O IQTA EM ESPAÇO REGIONAL METROPOLITANO	212
V CONSIDERAÇÕES FINAIS: E DAÍ?	236
REFERÊNCIAS	240
APÊNDICE - REFLEXÕES SOBRE A IMPORTÂNCIA DA CRÍTICA AO CONHECIMENTO CIENTIFICO	258
ANEXOS	263
ANEXO A - QUADRO GERAL DAS TENSÕES TERRITORIAIS NO USO DA ÁGUA DA REGIÃO METROPOLITANA DO SALVADOR (RMS).....	263
ANEXO B – METADADO: MAPA HIDROGRÁFICO COM A LOCALIZAÇÃO DAS BARRAGENS DA RMS E MAPA DE EVOLUÇÃO DA RMS	568

INTRODUÇÃO

Na atualidade, os principais problemas relacionados às águas doces em espaços metropolitanos, em países em desenvolvimento como o Brasil, estão diretamente relacionados ao modelo de desenvolvimento, cujo processo de urbanização com industrialização vem promovendo pressões cada vez maiores sobre os rios, nascentes, lagos e lagoas. (TUCCI, 2010; TOLLE, 2006; RIVAS, 2016)

Ao refletir sobre a problemática que envolve a urbanização e os recursos hídricos em países em desenvolvimento, Tucci (2010) considera que uma série de fatores intimamente relacionados à forma como o espaço é produzido e organizado, associada a um modelo urbano/industrial que se desenvolve se apropriando e consumindo a natureza como mercadoria – a despeito da existência de planejamento – será o principal responsável pela degradação dos mananciais.

Nesse sentido, a urbanização é percebida, neste estudo, como um fenômeno que conduz a mudanças intensas no ambiente natural, com a produção de ambientes cada vez mais artificializados, onde a relação homem-natureza ocorrerá por meio de mediações que, não obstante, são responsáveis pelo distanciamento e alheamento do homem com relação ao funcionamento ecossistêmico, relativo aos elementos naturais, e pelo surgimento da falha metabólica dessa relação, possível de ser percebida através da degradação ambiental, bem como pelos riscos e eventos ambientais, nas mais diferentes escalas.

Ou seja, a presença dos elementos naturais, como os rios, está cada vez menos perceptível diante da complexidade dos objetos artificiais que compõem a paisagem urbana/industrial ou estará confinada em espaços – como as Áreas de Proteção Ambiental inseridas em espaço metropolitano¹ – cada vez mais vulneráveis ao ritmo e à intensidade com que o urbano se desenvolve, apropriando-se da natureza e, com isto, revelando os elementos de sua artificialidade percebidos nas formas antagônicas ao conteúdo sócio-histórico local e às características naturais. (PORCIUNCULA, 2011; ALENCAR, 2007)

¹ Dirá Maricato (2012, p. 5) que a maior parte das áreas sujeitas às ocupações ilegais se refere justamente àquelas que não interessam ao mercado imobiliário, a despeito de sua importância ecossistêmica, são reduzidas à condição de serem áreas que “sobram”, ainda que em sua maioria sejam ambientalmente frágeis, como mangues, dunas, matas preservadas por lei, área de proteção de mananciais, Parques Nacionais e Estaduais, encostas de morros.

Contudo, o paradigma urbanístico oferecerá as bases conceituais e tecnológicas para que a artificialização da natureza aconteça cada vez mais atrelada à ideologia da modernidade, no contexto atual da sociedade capitalista, onde o processo de produção e organização socioespacial é um fenômeno marcado pela intensificação dos usos e ocupação do solo, com perda da biodiversidade, degradação das águas e comprometimento de modos de vida construídos social e historicamente como relação direta com a natureza, como cultura. (ALENCAR, 2003; PORCIÚNCULA, 2011)

No entanto, como assinala Sobarzo (2006) sobre o urbano e o rural na obra de Henry Lefebvre (2001) e Alencar (2003), ao refletir sobre a relação rural-urbana em espaço metropolitano, a ação da urbanização não se realiza plenamente no plano da realidade vivida.

É nesse sentido que o rural é assimilado em coexistência, ainda que tensionada com o urbano, a partir dos modos de vida que caracterizam a identidade cultural que orienta a forma como os sujeitos rurais e urbanos se apropriam da natureza, ou apenas de um dos seus elementos que, neste estudo, são as águas. Do reconhecimento dessa condição, emerge a noção de ruralidade metropolitana como uma formulação teórica contra hegemônica que auxilia na captura de elementos de um novo padrão civilizatório favorável a “[...] um padrão de desenvolvimento que integre múltiplas dimensões do ser humano em condições materiais, sociais, psíquicas e culturais.” (ALENCAR, 2003, p. 167)

Diante do exposto, o presente estudo buscou compreender como o processo de urbanização/industrialização da Região Metropolitana de Salvador (RMS) se apropriou das águas doces da região, gerando alterações e abandono e, como resposta, tensões territoriais pelo uso da água. Assim, partimos da hipótese central de que o modelo civilizatório atual, pautado hegemonicamente na lógica urbano/industrial, tido como inexorável ante outras formas de produção material e imaterial da vida, é responsável por comprometer a disponibilidade, a qualidade e o acesso à água na Região Metropolitana de Salvador-BA. Esse conjunto de fatores está intimamente relacionado à ação do Planejamento.

Cabe salientar que apenas as águas doces – presentes nos rios, córregos, riachos, lagos e lagoas – foram objeto da nossa atenção neste estudo. Dito isto, ainda que reconheçamos a importância das águas do mar para os sujeitos dos municípios da RMS, banhados pela Baía de Todos os Santos e pelo Oceano Atlântico, cujo modo de vida se expressa por meio da pesca, da

mariscagem, da cultura, da religiosidade, do lazer, entre outros elementos, numa explícita interação com a dinâmica costeira e o mar, essas não foram contempladas em nossa análise².

Destarte, o presente estudo está dividido em quatro capítulos. No primeiro capítulo apresentamos e discutimos as categorias de análise Natureza, Reificação e Planejamento, com base na crítica epistemológica, de forma a construir uma compreensão teórica sobre como a apropriação das águas esteve diretamente relacionada à concepção de Natureza, de onde emerge, como potencial, a compreensão da produção e organização do espaço metropolitano, a partir da apropriação sócio-histórica dessa concepção, cujo poder performático incide sobre a realidade empírica, moldando-a.

Na sessão sobre a Reificação da Natureza, numa mesma perspectiva performática, aprofundamos um pouco mais o entendimento da relação e, também, da cisão homem-natureza pelas noções de segunda natureza, alienação, falha metabólica, trabalho, modo de vida, tempo e normose. Ao fim, discutimos o Planejamento governamental no Brasil, no tocante à sua ação reificadora da natureza, sobretudo das águas, com o propósito de atender ao Brasil que se industrializava.

No Capítulo 2, apresentamos um contexto geral das condições atuais das águas doces, nas escalas regional, nacional e global. Discutem-se os processos considerados responsáveis por sua degradação; a problemática do saneamento, notadamente no que diz respeito ao processo de substituição de mananciais por perda da potabilidade intimamente associada ao mito da abundância de água e à aparentemente insolúvel questão do esgotamento sanitário. Ao fim da sessão, apresentamos elementos que reforçam a construção e discussão sobre a concepção da água como elemento da natureza, cultural e simbólico.

No Capítulo 3, buscamos compreender como se deu a apropriação das águas em Salvador e em sua região metropolitana. Na primeira sessão deste capítulo, partimos de uma perspectiva sócio-histórica e apresentamos e discutimos os processos que envolveram os usos, a apropriação e o abandono das águas, responsáveis pelo quadro crônico de abandono que se expressa na degradação da natureza e na poluição de todos os mananciais, inclusive, de importantes represas e reservatórios construídos no início do século XX, nos limites do município de Salvador.

² Na caracterização geoambiental da Região Metropolitana de Salvador (RMS), presente no Capítulo III, é possível visualizar, nas Figuras 22 e 23, os municípios dessa região, que são banhados pela Baía de Todos os Santos e pelo Oceano Atlântico.

Na segunda sessão, discutimos o processo de formação da RMS na relação com as águas. Iniciamos essa sessão buscando discutir a distinção semântica que diferencia água de recurso hídrico. Nesse sentido, procuramos demonstrar como a década de 1970 se iniciou marcada pela introdução da expressão ‘recursos hídricos’ nas novas estruturas do governo do estado da Bahia, revelando o alinhamento com o Planejamento Governamental, cujo projeto de desenvolvimento era o econômico e pautado na industrialização. E, assim, as águas do estado e da RMS foram transformadas em recursos hídricos.

A partir da análise dos documentos que compõem o Planejamento Metropolitano da RMS, buscamos identificar a concepção de Natureza que os orientava e, por fim, apresentamos um diagnóstico da condição ambiental dos rios existentes na RMS e, também, daqueles que, não estando inseridos na Região Metropolitana, respondem por 60% da água consumida nesta região; com isto, explicita-se o fenômeno relativo à expansão da questão metropolitana para além dos limites físicos da própria região, alcançando outros territórios e impactando diretamente os mananciais e os sujeitos que neles vivem.

No Capítulo 4, desenvolvemos uma discussão com relação ao uso de indicadores e índices ambientais, com o propósito de apresentar as bases metodológicas que orientaram a proposição de indicadores qualitativos que, por sua vez, inspiraram o desenvolvimento, neste estudo, dos Indicadores Qualitativos de Tensões no Uso da Água (IQTA). As tensões estão configuradas na disputa territorial pelo uso das águas, compreendidas na forma como os modos de vida rural e urbano se apropriam delas na ruralidade metropolitana, apreendidas num período de 11 anos, compreendidos entre os anos de 2005 a 2015.

As considerações finais foram feitas sob o título *E daí?*, inspirando-nos numa provocação positiva feita pelo Professor Dr. Ubiratan D’Ambrósio – ao final da apresentação dos resultados da aplicação, em uma pesquisa anterior, da metodologia dos Indicadores Qualitativos de Ruralidade Metropolitana (IQRM), na SEMOC em 2014 –, com o intuito de incentivar o desenvolvimento de proposições e encaminhamentos daquela pesquisa.

Cabe informar, também, que buscamos apresentar em cada capítulo, individualmente, os procedimentos metodológicos adotados para desenvolvê-los. Assim, cada um deles poderá ser lido individualmente, embora a forma como eles estão dispostos tenha sido entendida pela autora como um crescente na organização das suas próprias ideias, onde estão apresentados os principais referenciais teóricos que juntos auxiliaram a construir reflexões e entendimentos capazes de auxiliar a responder a tese central deste estudo.

Contudo, de forma geral, o caminho metodológico percorrido para o desenvolvimento deste estudo abrangeu um universo complexo que requereu o uso de procedimentos e técnicas específicos de pesquisa. Para tanto, realizamos pesquisa bibliográfica, levantamento de dados secundários em relatórios, artigos científicos, monografias, dissertações e teses impressas e em meio digital. Também foram realizadas pesquisas documentais nos acervos do Arquivo Público do Estado da Bahia, na biblioteca da Secretaria de Planejamento (SEPLAN-BA), Biblioteca Central dos Barris, Biblioteca do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia e Biblioteca da Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia (CONDER). Nessa fase, realizamos a busca por documentos históricos que contivessem informações sobre as águas em Salvador e, após a instituição em 1970, da sua Região Metropolitana, como as mensagens e relatórios dos governadores do estado da Bahia e publicações sobre o abastecimento na Cidade do Salvador do início e meados do século XX.

O Indicador Qualitativo de Tensões no Uso da Água (IQTA), como será explicado no Capítulo IV, teve como base teórica e metodológica os Indicadores Qualitativos de Ruralidade Metropolitana (IQRM). A aplicação da metodologia envolveu o levantamento de eventos reveladores de tensão no uso da água, em periódicos de circulação regular, considerando: (i) Tensões pela apropriação da natureza, caracterizada pela apropriação da natureza por disputas entre o econômico e o não econômico, disputa entre os diferentes usos econômicos, disputa entre o rural e o urbano e disputa entre o urbano e a natureza; (ii) Usos geradores de riscos ambientais, onde estão presentes a produção de riscos e a produção de eventos ambientais e; (iii) Usos da natureza em atividades culturais, caracterizados pelo uso cultural como recursos naturais e uso cultural como natureza.

Por fim, foi realizada a pesquisa iconográfica para elaboração dos mapas, com aquisição da base cartográfica da RMS, na escala de 1:100.000, na mapoteca da CONDER. Para a base hidrográfica, também na escala de 1:100.000, utilizamos as cartas topográficas do IBGE, da SUDENE, do DSG, 1972-1985, digitalizadas pela SEI.

Capítulo I

NATUREZA, REIFICAÇÃO E PLANEJAMENTO: RELIGANDO ESSAS CATEGORIAS DE ANÁLISE A PARTIR DA EPISTEMOLOGIA

Neste capítulo, apresentamos uma exposição das categorias de análise Natureza, Reificação e Planejamento, considerando que nos marcos do processo de produção do conhecimento científico moderno essas categorias estão discursivamente³ separadas entre si. Logo, os saberes contidos em cada uma delas foram restringidos a elas próprias, perdendo-se com isso a visão do conjunto, ou seja, perdendo-se a visão integradora na qual a categoria Natureza, única capaz de transversar as demais categorias, seria capaz de estabelecer.

Com isto, buscamos apreendê-las enquanto categorias, cujo potencial performativo⁴ da realidade tem implicações objetivas na vida, ou melhor, na forma como o homem reconhece a si e o seu lugar no mundo. Questiona-se a ação da ciência moderna, ela própria erigida no âmbito da política e do modo de produção capitalista (JAPIASSU, 1975), cujo agir sobre o processo de construção do conhecimento acabou por legitimar social, histórica e culturalmente uma forma (totalizante e totalizadora) de *como* a natureza deveria ser apropriada objetivamente⁵.

O desenvolvimento do conhecimento científico propiciou o desvelamento e a compreensão de diversos fenômenos, sendo muitos deles relacionados ao mundo natural, contribuindo, com isso, para o desenvolvimento da sociedade, de forma geral. (JAPIASSU, 1986) Contudo, trata-se de um conhecimento não isento de orientação política e ideológica e

³ Apreendemos o “discursivo” nos marcos do pensamento formal e repleto de sentidos próprios. De acordo com Japiassu e Marcondes (2001, p. 56), o discursivo se refere ao “[...] modo de conhecimento mediato, ou seja, que atinge seu objetivo através das etapas de um raciocínio ou de uma demonstração. [...] A conclusão de um raciocínio matemático só é atingida de modo discursivo, por uma sequência de proposições que se encadeiam necessariamente umas às outras.”

⁴ A força do caráter performativo do conhecimento científico não pode ser desprezada ao refletir sobre ele; essa força, como diz Alencar (2003, p. 25), “[...] é mediada pelas estruturas de poder econômico (inclui mercado) e político como um processo hegemônico. Na configuração do mundo contemporâneo, um dos usos basilares mais antigos e mais generalizados desse conhecimento é relativo à satisfação das necessidades imediatas da espécie humana transformando a natureza”.

⁵ De acordo com Bourdieu (2007), todo processo social possuiu uma objetivação e uma subjetivação. Nesse sentido, ao mesmo tempo em que se produzem dimensões materiais se produzem também formas de sentir, de viver, de saber, de lidar, de se comportar, entre outras, tudo está conectado. Logo, as dimensões objetiva e subjetiva estão em interação constante e, ao mesmo tempo, numa perspectiva materialista, a dimensão objetiva está produzindo subjetividades.

que por “[...] muitas vezes resulta(m) em teorias que por vezes buscam explicar um mesmo fenômeno a partir de entendimentos diferentes.” (NEIS; PEREIRA, 2015, p. 2)

Na dicotomização da relação homem-natureza, instituída nos marcos do cientificismo contemporâneo, a natureza foi apropriada como *coisa* e transformada em única fonte para a ciência, a técnica e a indústria⁶.

A modernidade é então, esse movimento em que o humano expressa, progressivamente, a megalomania de subordinar toda força natural do mundo. O surgimento de elementos fundamentais como filosofia e ciência modernas, por exemplo, parecem depender, essencialmente, do amadurecimento e da intensificação do poder difuso e arreatador dessa nova perspectiva. Segue-se uma tendência natural em que novas ideias acabam por direcionar-se para sua expressão concreta, incidindo na organização da realidade do “novo mundo” humano. (BATISTELA; BONETI, 2008, p. 1101)

Reduzir a natureza à condição de *coisa*, subordinada aos interesses da tríade ciência-técnica-indústria, requereu a construção de um “[...] constructo ideacional moderno, que [serviu] de cosmovisão norteadora do desenvolvimento”. (BATISTELA; BONETI, 2008, p. 1101) Esse constructo é capaz de, segundo os autores, ao longo dos anos do desenvolvimento dessa cosmovisão, definir claramente dois padrões que legitimam o lugar da produção do pensamento e o lugar da sua posterior materialização no plano da realidade: o primeiro é o padrão compreensivo da realidade (científico, filosófico, ético – aqui se insere a construção da ideia de natureza); e o segundo é o padrão intervencionista (desenvolvimentista, tecnológico, onde se insere a reificação e o planejamento da natureza propriamente dita) sobre essa mesma realidade. (BATISTELA; BONETI, 2008, p. 1100)

De acordo com os autores Batistela e Boneti (2008), a intensificação de ambos os padrões, simultaneamente, seria explicativa da atual crise ambiental – que se impõe como síntese das crises da razão, do pensamento e, sobretudo, do conhecimento. E se há crise do conhecimento científico é porque

Há cientistas que se interrogam sobre a significação do seu trabalho, sobre a verdadeira significação ou função que a atividade científica deve desempenhar na sociedade, e sobre as responsabilidades que eles devem assumir diante daquilo que fazem. (JAPIASSU, 1986, p. 151)

⁶ Vide, no apêndice, o texto intitulado *Reflexões sobre a importância da crítica ao conhecimento científico*, onde buscamos aprofundar a discussão sobre a Epistemologia.

Portanto, a crise pode ser também um fenômeno positivo, capaz de, ao ser assim acolhida, reorientar os rumos de determinados processos, a partir da tomada de consciência. Contudo, a palavra crise também tem uma dimensão negativa que, não obstante, é a mais acionada quando do reconhecimento de um desequilíbrio, sendo, justamente, o seu aspecto negativo o mais destacado.

Etimologicamente, a palavra crise deriva do grego *krisis* que designa escolha, seleção, decisão. De forma geral, a crise pode designar um momento de desequilíbrio, de doença, ou pode designar também uma mudança decisiva no curso de um processo, expressar um conflito, entre outros. (JAPIASSU; MARCONDES, 2001, p. 46) Em ambos os casos, a crise se expressará como um potencial capaz de conduzir à tomada de consciência do processo e a orientar escolhas e tomada de novas decisões.

A crise ambiental expressa também uma crise do conhecimento moderno, diante de uma imposição na qual a realidade empírica é posta à prova quando deslocada para “[...] fora do mundo que percebemos com os sentidos e de um saber gerado na forja do mundo da vida”. (LEFF, 2009, p. 18) Em outras palavras, quando é a realidade que deve se adequar à razão e não o inverso, ou seja, quando o mundo só pode ser inteligível na exata medida em que as ciências permitirem que seja. E a ciência o tornará inteligível apenas através dos seus “[...] juízos implícitos sobre o valor dos pensamentos e das descobertas científicas” e, neste processo, a função da epistemologia crítica será de explicitá-los. (JAPIASSU, 1986, p. 12)

Com isso, o potencial performático imanente ao conhecimento científico, que legitima cientificamente a apropriação da natureza, sustentará todas as transformações sucedidas no plano da realidade, inclusive aquelas que geram os riscos e os eventos ambientais. E, assim, cria-se a sociedade de riscos. (JAPIASSU, 1986; NASCIMENTO; ALENCAR, 2008) É aquela sociedade cuja crença irrestrita nas ciências permite crer que as soluções eminentemente científicas resolverão todos os problemas, os quais muitos deles criados pelas próprias ciências. (JAPIASSU, 1986). Sobre os riscos, Nascimento e Alencar convergem numa perspectiva epistemológica crítica quando identificam a sua origem no próprio desenvolvimento científico e tecnológico que

Apesar de seus avanços positivos, adicionam a estes uma incerteza quanto ao aproveitamento humano que lhe atribuiu a atividade econômica. Nessa perspectiva é que será abordada, em sua complexidade, a existência de riscos ambientais que, por vezes, se transformam em eventos ambientais. (NASCIMENTO; ALENCAR, 2008, p. 77)

Uma sociedade que aceita os riscos e convive com os eventos ambientais, tratando-os como inerentes a sua forma de existir, só o fará porque delegou às ciências, à tecnologia e à indústria a função de dirimi-los, torná-los passíveis de serem “administrados”. Em outras palavras, trata-se de uma condição na qual o homem moderno não

‘Sabe’ mais aquilo que confia ao processo de que é a origem. Quer dizer: não sabe mais aquilo que pode. Portanto, não pode mais aquilo que pode. Porque não é mais ele quem pode, mas o próprio poder da ciência realizada em técnica. (JAPIASSU, 1986, p. 154)

O homem moderno, ao delegar a ação de refletir e agir no mundo ao qual pertence às ciências, à técnica e à indústria, transformou-se num alienado. A palavra alienação deriva do latim *alienatio*, de alienare, quer dizer transferir para outrem, alucinar, perturbar. De forma geral, o termo designa o “[...] estado do indivíduo que não mais se pertence, que não detém o controle de si mesmo ou que se vê privado de seus direitos fundamentais, passando a ser considerado uma coisa”. (JAPIASSU; MARCONDES, 2001, p. 10).

Segundo Hegel (2001), a alienação é a ausência de consciência da realidade. Em Marx, a alienação, além da perda de consciência da realidade, tem um sentido de estranhamento dos seres humanos com relação à natureza. E está relacionada ao processo de perda da essência humana, na qual o homem é transformado em coisa, é reificado. Isto seria a consequência do afastamento do homem do seu trabalho e da imediata privação do produto que resulta do seu trabalho – pela propriedade privada, com a divisão do trabalho. (JAPIASSU; MARCONDES, 2001; FOSTER, 2005; BARROS, 2011)

Para Japiassu (1986, p. 154), o homem moderno se tornou um alienado quando “[...] delegou sua ciência físico-química aos mísseis [...], seu saber aos computadores, aos programas, aos processos de automação e da cibernética social.” Para além de um fenômeno de ausência da realidade ou de estranhamento da realidade “na técnica ou pela técnica” (JAPIASSU; MARCONDES, 2011, p. 10), a alienação também se expressa na relação do homem com o mundo. Nesse sentido, o homem “[...] não somente se perde em sua produção, mas perde seu próprio mundo. Que é ocultado, esterilizado, banalizado e desencantado pela técnica.” (JAPIASSU; MARCONDES, 2011, p. 10)

Logo, o homem quando abandona o processo reflexivo perde a sua capacidade de se perceber no mundo, acirrando ainda mais, no plano da realidade experimentada, a dicotomia da relação homem-natureza. Quem comandará todo esse processo será a racionalidade científica que “[...] transforma-se em ideologia, a partir do momento em que pretende impor-se como a

única forma de racionalidade possível.” (JAPIASSU, 1986, p. 154) No âmbito da própria ciência, essa mesma racionalidade que inspira a neutralidade científica é também objeto de crítica, sobretudo, na relação entre o sujeito-objeto.

Ao discutir criticamente sobre o método científico, Cardoso (1971) partiu do reconhecimento das limitações contidas no caminho da neutralidade científica, quando o sujeito, aquele que conhece, deveria organizar o seu pensamento durante o processo de apreensão do objeto, de forma a não causar interferências. Garantiria, com isso, que o objeto fosse, apenas dessa forma, capturado “em toda a sua pureza.” (CARDOSO, 1971, p. 63)

Essa seria a principal limitação da neutralidade científica na relação sujeito-objeto, pois, dirá a autora, que o “[...] pensamento não existe independente de alguém que pense ao mesmo tempo [em] que só existe como coisa pensada” (CARDOSO, 1971, p. 63-64). Logo, o sujeito estará, em maior ou menor grau, influenciado e, também, comprometido por aspectos diversos que podem, inclusive, não ser reconhecidos cognitivamente por ele próprio.

Tais aspectos são resultado do que é incorporado pelo sujeito pelo convívio em sociedade, com seus costumes, cultura, religião, entre outros. Desse entendimento resulta a denominação de “sujeito portador”, desenvolvido pela autora. Admitindo-se, pois, a existência de uma constituição cognitiva previamente elaborada, por assim dizer, que é capaz de influenciar todo o processo de apreensão do objeto e que não pode ser desprezada.

Esse movimento estaria longe de poluir⁷ a relação sujeito-objeto, ao contrário, seria capaz de conduzir a uma espécie de alinhamento entre aquilo que a teoria explica e aquilo que a realidade informa, conclui a autora. Logo, a experiência é acolhida como um potencial na relação sujeito-objeto. Um potencial não estático, mas permanentemente em transformação, como a própria realidade.

A realidade, para Cardoso (1971), se constitui como desafio e apreendê-la também. A ideia de controle deve, na perspectiva da autora, ser substituída pelo desenvolvimento de uma atitude aberta e crítica, por uma “[...] atenção vigilante e metódica.” (CARDOSO, 1971, p. 67)

Nesse processo, a condição de portador do sujeito empírico é deslindada, tanto ao atuar inconscientemente como “portador de uma cultura [...]; de uma linguagem que lhe estrutura o pensamento [...]” (CARDOSO, 1971, p. 67), quanto ao atuar conscientemente como “[...]”

⁷ Adotou-se palavra “poluir” com o intuito de alinharmos-nos à compreensão da autora, quando faz a crítica à neutralidade e usa a expressão “em toda a sua pureza” (CARDOSO, 1972, p. 63) para designar a forma como a relação S-O é pretendida pelo processo cartesiano.

portador de tudo o que já acredita saber respeito das coisas [...] constituindo as pré-noções e, através das teorias codificadas que lhe servem de apoio, fornecendo-lhe as noções a respeito do que procura (conceitos, relações, previsões)”. (CARDOSO, 1971, p. 67)

Logo, o movimento deverá ser o inverso daquele ao qual o método cartesiano ensina: ao invés de o sujeito adequar o seu pensamento aos conceitos, teorias, subordinando-se a esses referenciais, ele deverá transformá-los em suporte, segundo as suas demandas, subordinando-os às suas necessidades de entendimento e reforço teórico.

Acolher essa condição, que resulta da experiência que caracteriza o conhecimento vulgar (mas também real) e que pode ser trazida pelo sujeito, implica na perspectiva da ciência formal num descrédito dela própria. Embora a ciência formal também se volte para essa realidade, como diz Cardoso, ela o fará apenas a partir dos seus esquemas teóricos e metodológicos específicos e “[...] em relação a realidades específicas”, buscando também resultados específicos a partir de métodos e técnicas que “não se servem” da ciência, mas, servem-na. (CARDOSO, 1971, p. 92)

O processo de elaboração do conhecimento capaz de conduzir a uma apreensão do objeto, não pura, mas humanizada, por acolher também a experiência do sujeito e, dessa forma, relacional, será reforçado a partir da contribuição da autora quando considera que

No fundo, é a realidade que importa, mas não é ela que comanda o processo de sua própria inteligibilidade. [...]. Ela é capaz de nos sensibilizar, ela fornece elementos que os sentidos podem captar. Eles serão percebidos, apreendidos, interpretados [...] estas formulações estão presentes em todo o processo. Elas orientam a percepção (não resta nenhuma dúvida quanto à seletividade perceptiva). **Elas guiam a apreensão e a interpretação. Elas fornecem os critérios, apenas em parte conscientes, segundo os quais alguns aspectos ganham relevância, enquanto outros são esquecidos. Com elas se formulam as questões para as quais se buscam respostas no real.** (CARDOSO, 1971, p. 65, grifo nosso).

Nesse sentido, o interesse do sujeito por um determinado objeto de estudo não nasce ao acaso, podendo o objeto ser determinado a partir de conteúdos subjetivos trazidos pelo sujeito (portador), ainda que este não os reconheça. Nesse ponto, para avançar a discussão sobre a relação sujeito-objeto, a autora problematiza considerando que “[...] a realidade ela mesma só se torna objeto como termo de relação, como coisa pensada. Se a explicação é diversa, a própria realidade que ela agora explica diferentemente aparecerá diversa.” (CARDOSO, 1971, p. 65)

O aspecto relacional é identificado, valorizado e sua importância reconhecida, especialmente quando a autora, alinhando sua elaboração às bases teóricas de Bachelard,

apreende a compreensão desse autor sobre a importância da experiência⁸ e da reflexão, considerando que:

[...] a reflexão que nos leva a analisar o pensamento que conhece traz indicações de que o importante aqui é a relação entre a teoria explicadora e aquilo que ela explica, relação que se apresenta no objeto do conhecimento: fato científico construído. [...] A verdade do resultado teórico deste trabalho diz da sua adequação à realidade, ou seja, a capacidade explicativa diante do próprio objeto que ele se propõe, o que exige que se recorra à experiência. (BACHELARD, 1968 *apud* CARDOSO, 1971, p. 65-66)

É no caminho de reflexões críticas de caráter epistemológico e metodológico que se reconhece “[...] a necessidade de considerar o outro, científico ou não.” (ALENCAR, 2005, p. 268), no processo de produção do conhecimento científico. Disto resulta a responsabilidade de não comprometer e/ou fragmentar realidades, durante a produção científica. Morin⁹ discute sobre a responsabilidade científica, considerando que se trata de uma “[...] noção humanística ética que só tem sentido para o sujeito consciente” (MORIN, 2010, p. 117)

Essa condição de consciência do sujeito estará presente na discussão sobre a ética e sua aplicação na ciência moderna, de onde se reconhece que está em Sócrates e em suas reflexões a “[...] origem [do] sujeito ético e moral, aquele que, ao praticar uma ação, está consciente do seu significado, da sua finalidade e das suas convicções.” (BAIARDI, 2013, p. 35)

A conduta consciente do sujeito socrático pode ser considerada inteiramente responsável, pois é inteiramente consciente dos efeitos de suas ações na realidade. Contraditoriamente, para a ciência moderna, a noção de responsabilidade não tem sentido, pois nela a ação do sujeito não é refletida, estando protegida pela neutralidade científica. Nessa perspectiva, diz Morin (2010, p. 217), que a “[...] responsabilidade é, portanto, não sentido e não ciência. O pesquisador é irresponsável por princípio e profissão.”

Responsabilidade, dessa forma, se perde no racionalismo e na neutralidade, ambos de caráter positivista e que não consideram o poder performático da ciência na sociedade e, conseqüentemente, os danos que podem causar objetivamente à vida das pessoas. Nessa perspectiva, os sentidos humanísticos e éticos estarão seriamente comprometidos.

⁸ Por experiência, a autora cuida de dizer que se refere “[...] muito mais certamente ao controle experimental, entendendo-o da forma mais aberta possível, embora precisa e específica em cada caso particular. Esse controle e essa abertura é que constituem a pedra toque do trabalho propriamente científico. (CARDOSO, 1971, p. 66)

⁹ No capítulo intitulado *A responsabilidade do pesquisador perante a sociedade e o homem*, Edgar Morin informa que discutiu esse tema durante um simpósio consagrado ao método. (MORIN, 2010, p. 117)

Em assim sendo, a responsabilidade se transforma numa palavra destituída desses sentidos e passível de ser usada para justificar graves erros: “[...] a questão da responsabilidade do investigador perante a sociedade é, portanto, uma tragédia histórica e seu terrível atraso em relação à urgência torna-a ainda mais urgente.” (MORIN, 2010, p. 220)

Einstein, por exemplo, se sentia “[...] profundamente responsável perante a humanidade, quando primeiro lutou contra todos os preparativos militares”, mas depois interveio “[...] insistentemente para a construção da bomba atômica”. (MORIN, 2010, p. 117) Ou, como é observado por Arendt, com um sentido outro que não apenas o da responsabilidade, mas ao refletir sobre a perda do poder do discurso, quando considerou, ironicamente, a postura dos cientistas frente à criação e ativação da bomba atômica, diante da

[...] falta de ‘caráter’ – que não tenham se recusado a desenvolver armas atômicas –, nem sua ingenuidade – que não tenham compreendido que, uma vez desenvolvidas tais armas, eles seriam os últimos a ser consultados quanto ao seu emprego. (ARENDDT, 2014, p. 4)

Tais posturas, segundo Morin (2013), são resultantes de duas ilusões: A primeira, na qual se presume a existência de “[...] consciência política de base científica que possa guiar o pesquisador: toda teoria política que se pretende científica tende a monopolizar a qualidade da ciência, revelando, assim, sua anticientificidade”; e a segunda ilusão presume que a existência de uma “[...] consciência moral é suficiente para que a ação que desencadeia tome sentido de seu objetivo”. (MORIN, 2013, p. 121)

Desconstruir essas ilusões implica, necessariamente, na tomada de consciência do sujeito (portador) sobre as limitações do fazer científico e as implicações deste com a realidade, com reflexos diretos e, muitas vezes, danosos à vida das pessoas. Implica considerar a dinâmica complexa e diversa da realidade social, com suas contradições, frente ao isolamento positivista disciplinar. (MORIN, 2013, p. 121)

Em síntese, “[...] é preciso que o meio científico possa pôr em crise aquilo que lhe parece evidente” e que construa a necessidade de “[...] elaborar uma ciência da ciência”, ou seja, é preciso criar uma condição na qual o conhecimento científico seja constantemente refletido, questionado, posto para fora das zonas de conforto criadas pelos cientistas, durante e após a conclusão de uma pesquisa, um estudo, entre outros. (MORIN, 2013, p. 121)

Logo, não haverá solução imediata para resolver esse problema que não perpassa anteriormente por uma recondução crítica epistemológica. Nesse sentido, a complexidade se

apresenta como um potencial a ser explorado, dado seu caráter recursivo e integrador, especialmente por se desenvolver e se estruturar apoiada em princípios próprios da dialética¹⁰.

E tal qual a dialética “[...] opõe-se necessariamente ao dogmatismo ao reducionismo, portanto é sempre aberta, inacabada, superando-se constantemente” (GADOTTI, 1988, p. 38), a complexidade o fará, considerando a ciência formal como uma ciência simplificadora, porque “[...] separa o que está ligado (disjunção), ou unifica o que é diverso (redução)”. (MORIN, 2010, p. 59) Logo, a relação interativa sujeito-objeto, a mudança permanente, a contradição e o qualitativo são perceptíveis e se constituem para a complexidade uma orientação contra hegemônica de fazer científico, mais humanizada.

Ao nos propormos religar as categorias Natureza, Reificação e Planejamento, discursivamente, a partir da epistemologia crítica, compreendemos tratar-se de uma tarefa possível apenas diante do suporte reflexivo que ela oferece. Religar é uma palavra que deriva do latim *religo* e se refere ao ato de tornar a ligar, contudo, aqui estamos cientes que apenas pela categoria Natureza é possível promover tal coisa. Religar, na perspectiva discursiva que nos orienta, também se refere ao exercício de tomada de consciência por meio da diversidade de concepções de Natureza e de como cada uma delas¹¹ contém em si possibilidades de compreender o mundo e as relações e interações que nele são estabelecidas.

Nos marcos de uma orientação epistemológica crítica, diversa, complexa e, por tudo isso, dialética, tivemos nosso caminho sustentado mediante a contribuição de diversos autores, que se debruçaram em reflexões sobre cada uma das categorias mencionadas.

Com isso foi possível reconhecer que uma concepção de Natureza foi apropriada para conduzir, por meio do planejamento, o processo de produção socioespacial metropolitano. Disto resulta que, pela ação performática do conhecimento científico – operacionalizado pela tecnologia e pela indústria, refletindo interesses econômicos e políticos –, verificado durante o processo de produção e organização do espaço metropolitano de Salvador, a apropriação da natureza também conduzirá a um processo de reificação com a degradação das águas, onde as consequentes tensões pelo seu uso emergiram e se intensificaram a despeito da existência do planejamento em si.

¹⁰ Princípios da dialética: **1º** Tudo se relaciona (princípio da totalidade), **2º** Tudo se transforma (princípio do movimento), **3º** Mudança qualitativa (princípio da mudança qualitativa) e, **4º** Unidade e luta de contrários (princípio da contradição). (GADOTTI, 1988, p. 26).

¹¹ Cada uma das concepções de Natureza que foram apropriadas neste estudo.

1.1 A NATUREZA

Dentre as grandes questões humanas, a Natureza¹² ocupa lugar de destaque, cujo caminho de reflexões foi trilhado por muitos estudiosos, em diferentes momentos da história do pensamento ocidental.

Desde os pré-socráticos conhecidos como “filósofos da natureza”, em 600 a.C., as questões filosóficas a respeito da Natureza figuram como objeto de grande interesse e, muitos pensadores buscaram perscrutá-la e apreendê-la em suas múltiplas dimensões. Assim, “[...] lo sforzo di spiegare che cosa sia la natura e quale la logica del suo comportamento, ancora prima di essere un tema capitale della ricerca filosofica, è perseguito già dal mito nella Grecia arcaica”¹³. (VIDALE; BONIOLO, 2013, p. 3).

Quanto mais o homem se interessava pela natureza, mais deslindava os seus “mistérios” e, dessa forma, avançava em compreensão de forma como passou da estranheza ao deslumbre, do mito à magia, do espírito à razão e, por fim, à sua desnaturalização com o fenômeno da reificação.

Construiu-se, ao longo da história do pensamento ocidental, um caminho de diversidade acerca das possibilidades de entendimento e de como assimilar conceitualmente a Natureza, para o qual as questões orientadas pelo caráter ontológico (o que é realidade?), *a priori*, conduziram e legitimaram as de caráter epistemológico (o que é o conhecimento?). (LENOBLE, 1969; ENGELES, 1979; WHITEHEAD, 1993; MERLEAU-PONTY, 2006; UTZ; SOARES, 2010 entre outros)

Contudo, vale ressaltar que a busca para alcançar o entendimento acerca do conceito de Natureza, neste estudo, teve início com as reflexões e discussões empreendidas por dois pensadores, em especial: Robert Lenoble (1969) e Maurice Merleau-Ponty (2006)¹⁴. As reflexões

¹² Neste estudo, buscou-se estabelecer uma diferença entre Natureza e natureza. Quando nos referirmos à Natureza, estaremos situando nossa reflexão nos domínios do conhecimento, apenas. O contrário se verificará quando nos referirmos à natureza. Ao fazê-lo situaremos nossa reflexão à sua existência empírica. Outra distinção foi estabelecida quando nos referimos ao conceito ou ideia de Natureza e à noção de Natureza. Cabe informar que conceito e ideia são tratados neste estudo como sinônimos e, em grande medida, situados nos domínios do idealismo. Ao contrário de noção, que está sendo utilizada segundo as especificidades e singularidades da realidade socioespacial que se estuda, mais próxima, dessa forma, do método materialista.

¹³ O esforço de explicar o que é Natureza e qual a lógica do seu comportamento, mesmo antes de ser um tema capital da pesquisa filosófica, é perseguido desde o mito na Grécia Antiga. (tradução nossa)

¹⁴ A escolha desses autores, em especial, se deve ao fato de, respectivamente, terem sido os primeiros autores com os quais iniciamos nossa trajetória em busca do entendimento sobre Natureza. Salientamos que a narrativa dessa construção seguirá o fluxo do acesso às referências bibliográficas e não a periodização do conhecimento publicado

sobre a Natureza, presentes na contribuição inicial desses pensadores, nos permitiram ampliar a pesquisa sobre o tema, inserindo a contribuição de outros autores, tais como: Pascal, [1670]; Engels, 1979; Whitehead, 1993; Souza, 1996; Marx e Engels, 2001; Hegel, 2001; Gomes, 2004; Batistela e Boneti, 2008; Valladares, 2008; Martins, 2009; Utz e Soares, 2010; Zebina, 2013; Belan, 2013; Nobrega, 2014, e outros.

Robert Lenoble (1969) e Maurice Merleau-Ponty (2006) se dedicaram à discussão sobre a Natureza, utilizando diferentes abordagens: em Lenoble (1969), encontra-se o histórico da mudança da ideia de Natureza, no contexto da cultura ocidental, onde o autor demonstra que, nesse processo, a observação da Natureza pelo homem esteve intimamente relacionada ao movimento dinâmico de cada tempo histórico. Em Merleau-Ponty (2006), a discussão filosófica sobre a Natureza está apoiada na história da evolução do pensamento científico, onde ele demonstra como a noção de Natureza foi apropriada por vários filósofos da modernidade¹⁵.

Para Lenoble, a história da Natureza é também a história do homem. Pois, tudo indica que o homem sempre se ocupou de observar e conhecer a natureza, de esmiúça-la, atividade tão antiga quanto sua própria história. (LENOBLE, 1969) Foi compreendendo a Natureza que o homem pôde falar de si próprio, de sua capacidade de superação, de aprendizagem e de adaptação.

Na natureza, os primitivos procuram compreender a vontade dos deuses do mar, dos vulcões e dos rios; Aristóteles, uma hierarquia de formas organizadas; Descartes e os Modernos, as alavancas de uma máquina em que “tudo se passa por número e movimento”; [...] Basta apontar estes poucos exemplos para compreender que, se o mundo permanece idêntico a ele mesmo, pode tomar para o homem rostos completamente diferentes. [...] Numa palavra, sempre se observou a Natureza, só que não era a mesma. (LENOBLE, 1969, p. 28)

E não poderia ser a mesma Natureza ao longo dos tempos históricos, pois quem a observava também não era o mesmo sujeito. Ou seja, os homens e seus sistemas de valores e crenças também mudaram e essas mudanças são as responsáveis por haver, circunscrita em cada época da história do homem, uma concepção ou ideia diferente de Natureza.

pelos autores consultados. Os autores guardam certas particularidades: a primeira, é que ambos não escreveram propriamente as obras em destaque. Suas obras são resultado do esforço de terceiros em compilar textos, resumos, notas e apontamentos de aula feitos por alunos, no caso de Merleau-Ponty. A segunda diz respeito à presença em suas obras de explicações cujo universo da experiência e percepção é comumente requisitado.

¹⁵ De acordo com Nóbrega (2014, p. 1177), ao estudar a noção de Natureza em Merleau-Ponty, é preciso estar atento ao fato de que esse pensador não a desenvolveu tendo como base as alternativas clássicas da ciência e da filosofia. Essa postura do Merleau-Ponty esteve fortemente influenciada do pensador Alfred North Whitehead.

A importância em perscrutar a natureza jamais será questionada, ao contrário, todo esforço em conhecê-la e dela se ocupar encontrará amparo nas inúmeras possibilidades que dela emergem e que passaram a ser reconhecidas como fundamentais ao pleno desenvolvimento da sociedade. Joseph Beaudé (1964) assevera que a ideia de Natureza esmiuçada por Lenoble

[...] é inteiramente a história dos esforços que a consciência faz para se libertar dos seus medos e de suas angústias secretas: e uma libertação da alma corresponde uma idéia mais justa das coisas. [...].

A história da idéia da Natureza não visa senão delinear o devir desta unidade fundamental, é uma história da percepção [...]. Creio que só uma psicologia completa da percepção desvendaria o segredo das variações do homem nas suas relações com a Natureza. (BEAUDE, 1964 *apud* LENOBLE, 1969, p. 21-24)

Seria, na perspectiva desse autor, a diversidade de percepções e de consciências individuais e coletivas que orientam a apropriação subjetiva da Natureza, estando de acordo com os sistemas de valores e ideologias vigentes. Serão também “[...] as racionalizações científicas, das teorias estéticas e das doutrinas morais” que condicionam a existência da diversidade de ideias de Natureza (LENOBLE, 1969, p. 24), pois também condicionam a forma como se deve pensar a Natureza.

Desse entendimento do autor emerge a dimensão interdisciplinar contida no processo de apreensão da ideia de Natureza, uma vez que, como reconhece Lenoble, ela fala ao campo do sábio, do artista, do filósofo, do homem em geral. E, embora a racionalidade dominante imponha uma única concepção de Natureza, não se deve esquecer que, ainda assim, a Natureza se manifestará como experiência – individual e/ou coletiva –, de formas variadas, num mesmo tempo/espço e simultaneamente. (LENOBLE, 1969)

Mas, o que é Natureza, afinal?

Etimologicamente, Natureza é uma palavra cuja polissemia pode conduzir ao risco de esvaziamento dos seus significados mais profundos e primordiais. Lenoble (1969, p. 183) alertará que “[...] como todas as palavras que designam uma ideia muito geral, a palavra Natureza parece clara quando a empregamos mas, quando sobre ela refletimos, parece-nos complexa e talvez mesmo obscura.”

Sobre a imprecisão da palavra Natureza, Lenoble indica haver pelo menos 29 sentidos, no famoso dicionário *Le Littré*, que se subdividem em diversas acepções. (LENOBLE, 1969, p. 184) Para ilustrar em língua portuguesa os sentidos da palavra Natureza, encontramos seis acepções diferentes indicadas no *Dicionário básico de filosofia* (JAPIASSU; MARCONDES, 2001), que variam desde o sentido primordial, ao classificatório e ao lexical, como demonstrado a seguir:

Natureza (lat. *natura*, de *natos*, particípio passado de *nasci*: *nascere*) **1.** O mundo físico, como conjunto dos reinos mineral, vegetal e animal, considerado como um todo submetido a leis, as "leis naturais" (em oposição a leis morais e a leis políticas). As forças que produzem os fenômenos naturais. Em um sentido teológico, o mundo criado por Deus. Opõe-se à cultura, no sentido daquilo que é criado pelo homem, que é produto de uma obra humana. Opõe-se também a sobrenatural, aquilo que transcende o mundo físico, que lhe é externo; **2.** Natureza de um ser: sinônimo de essência; conjunto de propriedades que definem uma coisa. Ex.: 'Sou uma substância cuja essência ou natureza é pensar' (Descartes); **3.** Tudo aquilo que é próprio do indivíduo, aquilo que em um ser é inato. Ex.: a inteligência como um dom da natureza ou um dom natural; **4.** Estado de natureza: hipoteticamente, o estado em que viviam os seres humanos, sem leis, antes de se organizarem em sociedade. Segundo Hobbes, seria o domínio da anarquia e do conflito, "a guerra de todos contra todos". Segundo Rousseau, o estado do "bom selvagem", a pureza originária do homem. "O homem nasce bom, a sociedade o corrompe."; **5.** Nas éticas estoica e epicurista, a natureza é o fundamento dos princípios morais. O ser humano faz parte do mundo natural, sendo que os preceitos morais em que se deve basear a conduta humana consistem em reproduzir a harmonia do próprio cosmo, atingindo assim o homem o equilíbrio que haveria na natureza; **6.** Filosofia da natureza: classicamente a cosmologia. Estudo dos princípios e leis que governam o mundo natural, p. ex.: a causalidade. Em Kant, a filosofia teórica, o conhecimento racional da realidade baseado em conceitos, em oposição à filosofia prática, o domínio da moral e dos valores. (JAPIASSU; MARCONDES, 2001, p. 138-139)

Merleau-Ponty (2006) também se ocupa dessa questão e apresenta uma série de questionamentos que nutre acerca da imprecisão da palavra Natureza, considerando como fundamental retomar o seu sentido primordial. Seria possível se orientar com relação às várias acepções de Natureza através dele, pois, no primordial, estaria o verdadeiro significado de Natureza. Observando, todavia, que a natureza é anterior ao homem, além da primordialidade do seu sentido, há que se considerar a primordialidade de sua existência empírica.

Buscando superar as questões sobre a imprecisão da palavra Natureza, Merleau-Ponty (2006, p. 4) dirá que o importante é apreender o sentido primordial da palavra e não o lexical. Pois, se é o sentido lexical que expressa a dinâmica própria das mudanças contidas na ideia de Natureza, deve-se, então, ater-se ao seu sentido primordial. E, primordialmente, a palavra Natureza, que deriva do latim *nascor* – que quer dizer, *nascere*, *viver* –, num sentido estrito significa nascimento, refere-se ao que é natural, ou seja, da parte do mundo não dependente do homem.

[...] existe natureza por toda a parte onde há uma vida que tem um sentido mas onde, porém, não existe pensamento; daí o parentesco com o vegetal: é natureza o que tem um interior, determina-se de dentro; daí a oposição de 'natural' a 'acidental'. E não obstante a Natureza é diferente do homem; não é instituída por ele, opõe-se ao costume, ao discurso. (MERLEAU-PONTY, 2006, p. 4)

O homem não produziu a natureza, isso é um fato material e histórico. (MERLEAU-PONTY, 2006; WHITEHEAD, 1993) E, a Natureza, cuja ideia se subordina a um tempo sócio-histórico, opõe-se ao costume e ao discurso precisamente pela sua autodeterminação, ela é. O homem é considerado parte fora da Natureza, apenas no sentido de sua instituição e feitura, pois dela ele é parte.

É Natureza o primordial, ou seja, o não-construído, o não-instituído; daí a ideia de uma eternidade de Natureza (eterno retorno), de uma solidez. A Natureza é um objeto enigmático, um objeto que não é inteiramente objeto; ela não está inteiramente diante de nós. É o nosso solo, não aquilo que está diante, mas o que nos sustenta. (MERLEAU-PONTY, 2006, p. 4).

Martins (2009), no artigo intitulado *Natureza, tempo e movimento: Merleau-Ponty leitor de Whitehead*, discute a influência de Whitehead na construção do conceito de Natureza em Merleau-Ponty. A respeito dessa influência, a autora destaca que

A concepção de Alfred N. Whitehead acerca da natureza, por seu caráter antissubstancialista, antipositivista e anticausalista, surge como um importante ponto de apoio na tarefa assumida pelo último Merleau-Ponty de inscrever o tempo e a atividade no cerne mesmo da natureza e, dessa forma, finalmente emancipar-se do paradigma husserliano. Isto significará não só abandonar a ideia de natureza enquanto multiplicidade de acontecimentos exteriores uns aos outros, ligados por relações de causalidade, mas também deixar de vê-la como mero ‘resíduo’ daquilo que não foi construído pelo sujeito. (MARTINS, 2009, p. 80)

Nessa perspectiva, a autora auxilia a compreensão sobre o conceito de Natureza desenvolvido por Merleau-Ponty que deve, *a priori*, “[...] nos remeter, antes, a ‘uma produtividade que não é nossa [...] uma produtividade originária que continua sob as criações artificiais do homem’”. (MARTINS, 2009, p. 80)

Na obra intitulada *O conceito de natureza*, Alfred N. Whitehead (1993) apresenta esse conceito, deixando também explicitada uma orientação fenomenológica na qual a Natureza é apreendida pelo pensamento como aquilo que se mostra inicialmente através da percepção. Para Whitehead, a Natureza é

Aquilo que observamos pela percepção obtida através dos sentidos. Nessa percepção sensível, estamos cientes de algo que não é pensamento e que é contido em si mesmo com relação ao pensamento. Essa propriedade de ser autocontido com relação ao pensamento está na base da ciência natural. Significa que a natureza pode ser concebida como um sistema fechado cujas relações mutuas prescindem da expressão do fato de que se pensa acerca das mesmas. (WHITEHEAD, 1993, p. 7)

O autor aprofunda sua compreensão sobre o aspecto de autocontenção da natureza com relação ao pensamento ao considerá-la independente do pensamento, ou seja, a natureza não é pensamento. (WHITEHEAD, 1993, p. 8). Nesse sentido, e para longe de pretender apresentar um postulado metafísico como ele próprio declara, Whitehead (1993) reconhece a existência de duas formas de pensar a natureza: a primeira é de forma homogênea. Pensar a natureza dessa forma decorre do fato de que “[...] podemos pensar sobre a natureza sem pensar sobre o pensamento” que se forma sobre ela. (WHITEHEAD, 1993, p. 7) A segunda forma é heterogênea: “Obviamente, é possível pensar na natureza conjuntamente com o pensamento sobre o fato de a natureza ser o alvo de pensamento. Direi, nesse caso, que estaremos pensando ‘heterogeneamente’ sobre a natureza”. (WHITEHEAD, 1993, p. 8)

Em síntese, as duas formas de pensar a natureza se distinguem com relação ao acolhimento ou não da percepção sobre ela ou da apreensão sensível dela: quando prescindem do pensamento para que ocorram, dando-se em separado, será homogêneo; será heterogênea, quando a percepção ou apreensão sensível da natureza ocorre em conjunto com o pensamento. (WHITEHEAD, 1993, p. 8) O autor considera que pensar a natureza deve ser resultado do processo conjunto onde pensamento e percepções são acolhidas simultaneamente.

Merleau-Ponty (2006) desenvolverá uma compreensão sobre a forma como a natureza é assimilada pelo sujeito para além da percepção. Sobre isto, Moucinho (2009) dirá que Merleau-Ponty alçou uma compreensão na qual não “[...] pretende mais interrogar a natureza a partir da percepção, mas, ao inverso, o percebido é que será reportado a um tipo de ser específico cujo sentido deve ser elucidado” (MARTINS, 2009, p. 81).

Neste sentido, segundo a autora, o aprofundamento da investigação sobre natureza não é considerado, nas palavras de Merleau-Ponty, “[...] nem simples re-flexão sobre as regras imanentes da ciência da natureza, nem recurso à natureza como a um ser separado e explicativo, mas explicitação daquilo que quer dizer ser-natural ou ser-naturalmente”. (MERLEAU-PONTY, 2001, p. 265 *apud* MARTINS, 2009, p. 81). Nessa perspectiva, o ser-natural ou ser-naturalmente expressaria a necessidade de que

[...] a Natureza em nós tenha alguma relação com a Natureza fora de nós, é necessário até mesmo que a Natureza fora de nós nos seja desvelada pela Natureza que nós somos. [...] Pela Natureza em nós podemos conhecer a Natureza e, reciprocamente, é de nós que nos falamos os seres vivos e o próprio espaço, trata-se de captar no exterior os raios que convergem para o foco do Ser. Desta vez, é diretamente que o aprofundamento da Natureza deve esclarecer-nos sobre os outros Seres e sobre sua engrenagem no Ser. (MERLEAU-PONTY, 2001, p. 332-335).

Com isso, nos parece que o autor alcança um nível de entendimento que superaria a relação dicotomizada homem-natureza, imposta pela ciência moderna, descortinando, assim, uma possibilidade de método de abordagem para apreensão do significado de Natureza, isto é, aquele que busque reconhecer no sujeito sua dimensão natural e os vínculos desta dimensão em interação permanente com a natureza exterior, capaz de ressignificar os polos heurísticos da relação para ser natural-natureza.

Há algo de enigmático na natureza, considera Merleau-Ponty (2006, p. 4). Por ser um objeto que não é inteiramente objeto, “[...] ela não está inteiramente diante de nós. É o nosso solo, não aquilo que está diante, mas o que nos sustenta”. O aspecto enigmático do conceito de Natureza em Merleau-Ponty também foi percebido e esmiuçado por Nóbrega (2014) ao analisar o *Corpo e natureza em Merleau-Ponty*, onde depreende que, em Merleau-Ponty (2006),

Não se trata mais de observar a natureza, como um ser infinito (kosmotheoros) que contempla o universo e a própria natureza, de longe, afastado dela. Também não se trata de compreender a natureza como um objeto das ciências da natureza ou como uma construção do entendimento. Merleau-Ponty chega a essas conclusões após ter examinado a física moderna, as noções de espaço e tempo relativos, a significação filosófica da mecânica quântica e o conceito de natureza em Whitehead (2009), afirmando haver uma passagem da natureza que assegura a inerência e a nossa participação nesse objeto, que não é inteiramente um objeto e não pode ser construído por um sujeito. (MERLEAU-PONTY, 2006 *apud* NOBREGA, 2014, p. 1180)

Mas uma vez emerge a condição de primordialidade da qual a Natureza é dotada. Que, contraditoriamente, se perderá no processo de produção do conhecimento no contexto atual da sociedade industrial. No processo de mudança histórica da sociedade ocidental, o sentido primordial da Natureza foi se perdendo e, como ocorreu com tantas outras palavras, a palavra Natureza vivenciou o seu “deslizamento de sentido”. (MERLEAU-PONTY, 2006, p. 3), um deslizamento de sentido com rebatimentos objetivos no plano da realidade objetiva.

Na modernidade, instaura-se o esvaziamento do sentido primordial quando se reflete sobre a Natureza e, como se dela o homem não fizesse parte, instaura-se a oposição. A oposição homem *versus* natureza encontrará, com o surgimento do “pensamento verde”, que emerge no auge da revolução científica do século XVII, um campo propício para o desenvolvimento do axioma de “dominação da natureza”, atribuída ao filósofo empirista Francis Bacon. (FOSTER, 2005, p. 26)

O axioma de dominação da natureza, como também é lembrado por Batistela e Boneti (2008, p. 1102), encontrará um reforço extra com as ideias de Galileu, responsáveis por traçar

“[...] o viés do caminho a ser percorrido pelo desenvolvimento científico posterior” e, em Descartes, de onde emerge “uma perspectiva poderosa” de concepção de Natureza utilitarista, que é própria da modernidade.

A idéia da natureza como realidade cognoscível e passível de intervenção e do ser humano como agente desse conhecimento *ne-cessário* (i.é, que não pode cessar) e dessa intervenção (aparentemente ilimitada). Das concepções geradas pelo desenvolvimento das ciências edifica-se a idéia de evolução, de progresso, de crescimento, de desenvolvimento, etc. Segundo tais concepções, o traçado da evolução histórica humana depende, fundamentalmente, do empreendimento do *des-envolvimento* através da necessária intervenção humana. (BATISTELA; BONETI, 2008, p. 1102)

Neste processo, a mudança do conceito de Natureza favoreceria a condução das revoluções científicas e tecnológicas que, não obstante, possuem uma significativa parcela de responsabilidade no surgimento das grandes questões socioambientais na atualidade. (BATISTELA; BONETI, 2008) Ademais, como refletiu Merleau-Ponty, é a mudança da ideia de Natureza que favorece que tais revoluções científicas e tecnológicas aconteçam e não o inverso.

Com o *cogito* cartesiano, expressão da supremacia da razão que justifica a dominação da natureza pelo homem, é instituída a separação entre a mente e o corpo, *res cogitans/res extensa*, entre o espírito e a natureza. Nessa perspectiva, o ser humano passa a ser percebido como um ser dual, para o qual

[...] a alma racional humana, espiritual, sua *res cogitans* (coisa ou parcela pensante) realiza atividades mentais, essenciais e age sobre a matéria, seu corpo, sua *res extensa* (coisa ou parcela material) que realiza atividades deterministicamente informadas pela alma racional. **Assim, Descartes acaba dizendo: a razão é o fundamento e a essência do ser humano.** (BATISTELA; BONETI, 2008, p. 1102, grifo nosso).

A ciência se impõe como o elemento central da modernidade, pois, dela emerge a racionalidade pura e, a partir disto, é instaurado também um processo de distanciamento da ciência em relação à natureza, o que é revelador de uma grande contradição.

Batistela e Boneti (2008) consideram que se de um lado, a ciência proporcionou que o homem avançasse a sua “compreensão quantificável da natureza”, de outro lado, com esse movimento, ela conduziu o homem a uma perda gradual da sua “capacidade de vislumbrar a essência do real” e de apreendê-lo em sua complexidade e diversidade.

Com o desenvolvimento técnico-científico e informacional, o homem moderno foi capaz de vencer distâncias físicas, de conhecer e se conectar com qualquer parte do planeta, de identificar “[...] os infinitesimais substratos materiais da realidade”, mas tudo isso ocorreu à

custa e na “[...] proporção direta, [da perda da] capacidade de apreensão do significado dessa realidade”. (BATISTELA; BONETI, 2008, p. 1102)

Retornando às reflexões sobre a contribuição de Lenoble, Josef Beaudé (1969, p. 9) considerará que havia em Lenoble uma “[...] preocupação constante de ciência e de consciência [que] explica o domínio em que se deu sequência aos seus trabalhos – a filosofia orientou-o para a história da ciência [...]”. E será exatamente essa a proposta do seu livro: a de apresentar o caminho do desenvolvimento histórico da ciência, a partir da forma como o homem observava a Natureza, em seu próprio tempo e espaço. Nesse processo, a dicotomia homem-natureza permanecerá, ainda que relativizada pelo aspecto histórico, logo, dinâmico, conferido à ideia de Natureza. (LENOBLE, 1969)

Um elemento importante incorporado ao processo de desenvolvimento da ideia de Natureza por Lenoble se refere ao reconhecimento de que *ideias* de Natureza são constantemente desenvolvidas fora do ambiente científico e que, embora não acolhidas pela ciência formal, não deixam de ter sua importância, cada vez mais explicitada na atualidade (BERNINI, 2015; LEROY, 2010; VALLADARES, 2008)

Este movimento é perfeitamente válido, pois emerge a partir do desenvolvimento de uma compreensão que, ao se propor acolher as múltiplas concepções de natureza ao longo da história, foi capaz de reconhecer que “[...] a concepção de mundo só em pequena medida depende das ideias científicas. Reflete mais necessidades morais e sociais [...]”. (LENOBLE, 1969, p. 30) Contudo, acolher como legítimas e norteadoras de induções as ideias de Natureza que emergem fora do ambiente acadêmico ainda hoje se constitui em um grande desafio para as ciências. (MORIN, 2010)

Em Lenoble (1969), também é possível identificar a influência do idealismo que, para Josef Beaudé (1964), numa análise mais aprofundada sobre a obra desse autor, considerará que é exposta de forma hesitante. Contudo, se Lenoble (1969) hesitou, o fez, a nosso ver, de forma muito singela e pouco consistente, pois a lucidez do movimento com o qual constrói seu raciocínio sobre a ideia da Natureza revela, a todo o momento, que o sujeito dessa relação é a consciência. Dirá Lenoble (1969) que

O historiador deve, pois, acostumar-se a esta evidência de que *a Natureza só será concebida como uma realidade por si mesma na medida em que a consciência tiver conquistado uma certa liberdade em relação aos seus próprios problemas*. Até essa altura, a Natureza estará condenada a viver o drama humano. (LENOBLE, 1969, p. 4)

A Natureza não é apropriada por esse autor como um produto da consciência que se projeta na realidade. E o inverso só seria possível no caso de a consciência (ou o espírito) se tornar livre para que, apenas dessa forma, a Natureza passasse a existir como realidade externa ao ser. Logo, a Natureza é o que a consciência pensa que ela deva ser e a consciência estará, em grande medida, influenciando e sendo influenciada por outras formas, sobretudo as hegemônicas, de pensar a Natureza.

As percepções sobre a Natureza – previamente orientadas e informadas pela racionalidade dominante, em épocas distintas e pelas várias correntes do pensamento ocidental – seriam responsáveis por inspirar a produção de diferentes ideias de Natureza ao longo do tempo, como já vimos. Com isto, o “olhar” do homem para a natureza na modernidade e suas reflexões a despeito dela sempre estiveram condicionados por uma orientação ideológica¹⁶ que, sendo exterior a ele mesmo, lhe informava, assentada nos marcos da ciência moderna, qual “a” Natureza ele estava mirando.

Lenoble (1969) reconheceu haver uma variedade de ideias de Natureza, mas pondera sobre a possibilidade de conhecê-las verdadeiramente sem que seja recuperada uma unidade ou o conjunto, possível apenas através de uma lenta e progressiva “[...] reforma da consciência por si mesma, para obter enfim o direito de ver a Natureza tal como ela é”. (LENOBLE, 1969, p. 31)

Nesse posicionamento epistemológico, a relação entre sujeito e objeto será interativa, pois no processo de autorreflexão o homem se depararia com a natureza tal como ela é, não mais circunscrita ao âmbito da representação de sua consciência. Isto se considerando o sujeito plenamente livre para conseguir alcançar tal condição de liberdade de pensamento.

Em Hegel, a análise da Natureza será eminentemente centrada na Ideia, ou melhor, na consciência. Essa seria a única forma de compreender a Natureza e com esse posicionamento

¹⁶ Karl Mannheim (1972) discute o significado de Ideologia, opondo-se ao entendimento daqueles que atribuem unicamente ao marxismo as contribuições ao seu significado, pois, “[...] apesar de o marxismo haver contribuído em muito para a colocação inicial do problema, tanto a palavra, quanto seu significado se situam na história bem mais remotamente do que o marxismo, e, desde que este surgiu, novos significados da palavra têm emergindo, tomando forma independentemente dele”. (MANNHEIM, 1972, p. 81) Este autor também distingue dois tipos de ideologia fruto das análises sociológicas e históricas do termo, dos quais se podem extrair suas variantes mais profundas. O primeiro tipo se refere à “[...] concepção particular de ideologia [que] é implicada quando o termo denota estarmos céticos das ideias e representações apresentadas por nosso opositor. Estas são encaradas como disfarces mais ou menos conscientes da real natureza de uma situação cujo reconhecimento não estaria de acordo com seus interesses”. O segundo tipo se refere à concepção total de ideologia, quando circunscrevemos a sua análise a um tempo histórico-social. (MANNHEIM, 1972, p. 81-82) Marx e Engels irão utilizar e discutir a ideologia na perspectiva da ideologia alemã, embora as discussões que fazem nasçam da contraposição ao idealismo hegeliano (evitarei usar a noção de ideologia desenvolvida por esses dois autores num sentido mais amplo do que aquele que reside nessa oposição). Disto resulta que o poder das ideias se impõe ao homem e esse poder é eminentemente ideológico.

Hegel abandonou de sua análise a existência empírica, material da Natureza, simplesmente por não ser objeto do interesse da filosofia hegeliana. (BAVARESCO, 2010, p. 25)

Para Hegel “[...] a natureza é, no sentido usual, um fato de nossa experiência” e será a “[...] sua inteligibilidade ou sua estrutura racional” que interessa na elaboração do sistema hegeliano, ou seja, “a sua logicidade”. (BAVARESCO, 2010, p. 25) Portanto, para ser compreendida, a Natureza deve ser pensada como Ideia. Contudo, uma ideia exteriorizada no plano físico, mas que não pode existir plenamente nele, pois é produto da consciência.

Com efeito, no idealismo hegeliano não há primordialidade na Natureza, pois ela é produto do pensamento. Ademais, o primordial é o pensamento donde a ideia de Natureza deriva. (HARTMAN, 2001, p. 14) E mais, dirá Engels, que o primado na concepção hegeliana é do espírito sobre a natureza.

Hegel tratava o pensamento puro ao mesmo tempo como pensamento e como puro, ou seja, ambos como realidade ideal de “antes da criação do mundo”, distinta de toda existência; mas, uma vez que há um mundo existente, como emanando dele e sendo parte dele. O pensamento é o que é ideal no mundo, o mundo é o que é concreto na Idéia. (HARTMAN, 2001, p. 14)

Prosseguirá Robert S. Hartman (2001), considerando que

A Idéia não é estática, mas dinâmica; ela dá origem, por sua própria dinâmica interior, a tudo que existe. Toda existência é a manifestação, a realização da Idéia. Apenas por ser realizada é que a Idéia recebe toda sua realidade e apenas por conter a Idéia é que o existente obtém sua completa existência. Assim, a realidade se torna mais real em existência, e a existência mais existente em realidade. O pensamento e a coisa se fundem e cada um se torna mais o que é sendo o outro. (HARTMAN, 2001, p. 14)

Esse entendimento idealista, baseado em causas finalistas e de influência divina, também foi reconhecido na produção de Blaise Pascal. Filósofo, matemático e religioso francês que viveu no século XVII, ele desenvolveu, dentre outras obras, um texto no qual discute “*o homem perante a natureza*”, publicado em 1670¹⁷, oito anos após sua morte. Pascal considerava que o homem não tinha condições de apreender a Natureza, concebida pelo autor como um infinito que envolve o homem. Questionando sobre o que é o infinito diante do homem, o pensador chega à conclusão de que apenas Deus, “[...] o autor das maravilhas o sabe; ninguém mais” teria condições de conhecer a Natureza. (PASCAL, [2003?], p. 3)

¹⁷ O texto intitulado *O homem perante a natureza*, embora originalmente publicado em 1670, é aqui apropriado através de uma tradução direta do francês, disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/cv000039.pdf>>.

Afinal que é o homem dentro da natureza? Nada, em relação ao infinito; tudo, em relação ao nada; um ponto intermediário entre o tudo e o nada. Infinitamente incapaz de compreender os extremos, tanto o fim das coisas quanto o seu princípio permanecem ocultos num segredo impenetrável, e **é-lhe igualmente impossível ver o nada de onde saiu e o infinito que o envolve**. (PASCAL, [2003?], p. 2-3, grifo nosso)

Contudo, essa condição limitante não foi capaz de impedir o homem de se lançar na busca pelo conhecimento da Natureza, ainda que fosse possível de ser apreendida apenas em sua aparência, reconhece Pascal. Nessa busca,

Puseram-se os homens temerariamente a investigar a natureza, como se tivessem alguma proporção com ela. E é estranho que tenham querido compreender os princípios das coisas, e assim chegar ao conhecimento do todo através de uma presunção tão infinita quanto o seu objeto. Pois não há dúvida de que é impossível conceber tal desígnio sem presunção ou sem a capacidade infinita da natureza. (PASCAL, [2003?], p. 3)

O homem é parte da Natureza, entretanto, tudo que ele consegue perceber é apenas o seu aspecto exterior, pois sua essência primordial não é revelada e tampouco pode ser apreendida pela parte.

Conheçamos, pois, nossas forças; somos algo e não tudo; o que temos que ser priva-nos do conhecimento dos primeiros princípios que nascem do nada; e o pouco que somos nos impede a visão do infinito. Nossa inteligência, entre as coisas inteligíveis, ocupa o mesmo lugar que o nosso corpo na magnitude da natureza. [...] Nossa razão é sempre iludida pela inconstância das aparências e nada pode fixar o finito entre os dois infinitos que o cercam e dele se afastam. Creio que a concepção deste inevitável fará que o homem se conforme com o estado em que a natureza o colocou e o mantenha tranqüilo. (PASCAL, [2003?], p. 5-6)

Em contraposição ao idealismo, sobretudo o hegeliano, a Natureza em Engels, em obra datada de 1883, (ENGELS, 1979) é discutida no âmbito do materialismo histórico e dialético, no qual há algo de muito sutil no processo de apreensão da realidade empírica, onde se dá a transposição dessa apreensão à consciência para, posteriormente, ser devolvida como resposta, como reflexão aquilo que foi apropriado *a priori* no plano da materialidade, o “concreto pensado”. Isto se deve, em grande medida, ao fato que

Os homens acostumaram-se a explicar seus atos como resultantes de seus pensamentos, ao invés de explicá-los como consequência de suas necessidades (que, rapidamente, se refletem e atingem a consciência, ou seja, o cérebro). E assim seguiu, no decorrer do tempo, essa concepção idealista de mundo a qual, principalmente depois do ocaso do mundo antigo, dominou a maioria das cabeças. (ENGELS, 1979, p. 222)

Esse autor busca contrapor a sua dialética da Natureza ao idealismo hegeliano, demonstrando ser um erro que as leis da dialética desenvolvidas por Hegel, cuja inspiração está nas próprias leis da natureza, não tenham sido “[...] deduzidas como resultado de sua observação, mas sim como leis do pensamento.” (ENGELS, 1979, p. 34) Com o propósito de estabelecer a diferença entre as concepções idealistas e materialistas, Engels (1979) partirá de um questionamento: “O mundo foi criado por Deus ou a sua existência é eterna?”. A partir da resposta a essa questão o autor considerará que

Os filósofos dividem-se em dois grandes campos. Aqueles que afirmam o primado do espírito sobre a natureza e, portanto, em última instância, presumiram de uma forma ou de outra a criação do mundo – (entre os filósofos, por exemplo, Hegel, esta criação torna-se com frequência ainda mais intrincada e impossível que no cristianismo) – estão no campo do idealismo. Os demais, que consideram a natureza primária, pertencem às diversas escolas do materialismo. Estas duas expressões, idealismo e materialismo, em princípio não significam nada mais que isto; e também não são usadas aqui em nenhum outro sentido. (ENGELS, 1979)

Para Foster (2005, p. 16), Engels consegue estabelecer claramente uma diferença entre idealismo e materialismo, numa época em que essa questão estava em grande evidência e “[...] na vanguarda de todas as discussões filosóficas do início do século XIX.”

Na perspectiva materialista, a relação do homem-natureza é compreendida de forma não linear e mediada pela dialética. Ou seja, a teoria (conhecimento científico) e a realidade (experiência) estarão sempre interconectadas, relacionalmente, num processo de desenvolvimento contraditório que, por isso mesmo, é dinâmico e plural.

Com esse entendimento, pode-se reconhecer e dizer da existência de um processo de apropriação e *produção* material e subjetiva da natureza, mas será num movimento inverso ao que a filosofia idealista propõe, pois são rejeitadas todas as explicações nas quais o pensamento – ou a consciência, a imaginação e a representação dos outros – é quem determina a realidade.

Contudo, cabe salientar que a dialética da natureza de Engels difere da concepção de dialética da natureza de Marx. Essa distinção, segundo Gomes (2004, p. 38), deve-se ao fato que “[...] Engels formula a ideia de que haveria nos processos naturais uma dialética puramente objetiva, que se realizaria sem qualquer intervenção humana”, daí este autor reconhecer a existência de uma natureza primeira ou natureza ambiente no referido estudo. Em Marx, ao contrário, “[...] o conceito de dialética da natureza surge do insuprimível processo de troca material entre o homem e a natureza mediado pelo trabalho.”

Marx e Engels (2001, p. 19-20) reconhecem que, na perspectiva materialista, é através da ação dos homens no processo de produção material e das suas relações materiais que eles produzirão o pensamento, a consciência. Logo, eles são responsáveis por produzir a “[...] realidade que lhes é própria, seu pensamento, e também os produtos do seu pensamento.” Este entendimento só é possível de ser compreendido quando se reconhece que “[...] não é a consciência que determina a vida, mas sim a vida que determina a consciência.”

Para Engels, a construção ideológica se constituiria num erro, pois, bastava inverter a hipótese básica desenvolvida por Hegel – a de que “[...] o mundo, quer o queria, ou não, deve adaptar-se a um sistema de idéias que por sua vez, nada mais é do que o produto de determinada fase do desenvolvimento do pensamento humano.” (ENGELS, 1979, p. 34) – para apreender as coisas como elas verdadeiramente se desenvolvem. Afinal, restava saber *quem* desenvolverá esse sistema de ideias e *quem* se adaptará ele? Com esse raciocínio, se nos remetermos à discussão que vimos fazendo neste estudo sobre o poder da ciência moderna talvez as respostas a estas questões, em parte, já tenham sido dadas.

De acordo com Engels, no decurso do desenvolvimento do homem, pelo trabalho, ocorreu o afastamento da sua própria condição de animalidade, que seria responsável por fazê-lo sentir-se parte da natureza. Contudo, esse afastamento resultará no aumento da sua influência sobre a natureza primeira ou natureza ambiente.

Neste sentido, a ação do homem sobre a natureza, dirá Engels, “[...] adquire o caráter de uma ação prevista, que se desenvolve segundo um plano, dirigida no sentido de objetivos antecipadamente conhecidos e determinados”. (ENGELS, 1979, p. 222) E, essa ação é dirigida pela necessidade que se lhe impõe.

A necessidade passa a ser compreendida como uma categoria de análise fundamental à compreensão dos processos que condicionam a relação do homem com a natureza. Pois, explicará Engels, tão importante quanto desvendar como se dá o processo de apreensão da natureza pelo homem é compreender que essa apreensão estará sempre condicionada por uma necessidade que se impõe a ele – quer seja ela real, no sentido de garantir a existência material do sujeito ou criada, como ilusão. Destarte, a partir da ação planejada, o homem submeterá a natureza “[...] pondo-a a serviço de seus fins determinados, imprimindo-lhes as modificações que joga necessárias, isso é, *domina* a natureza.” (ENGELS, 1979, p. 223)

Engels (1979) utilizou a expressão “vingança da natureza” para dizer que a dominação impetrada pelo homem à natureza não ocorre passivamente, ou seja, sem que a natureza lhe

devolva uma resposta negativa. O autor apresenta uma série de exemplos que ilustrariam essa vingança e que hoje poderiam ser qualificados como impactos ambientais. (ENGELS, 1979, p. 223-224)

Disto resulta o entendimento que os problemas causados à natureza pelo homem são por consequência da falta de conhecimento sobre ela. Nesse sentido, Engels entende que seriam os avanços progressivos verificados no campo das ciências naturais capazes de reconduzir a uma nova relação do homem-natureza; esse avanço muniria os homens das “[...] condições de conhecer as consequências mais remotas de nossas mais comuns atividades de produção”. (ENGELS, 1979, p. 224)

Nessa perspectiva, o autor acreditava que conhecer as leis da natureza deveria ser o caminho a ser seguido para superar a dicotomização na relação do homem-natureza, mediante um retorno consciente à sua essência. Consequentemente, quanto mais os homens conhecessem a natureza, mais conhecessem suas leis, mais conheceriam a si próprios e, nesse processo, se sentiriam unificados à natureza e, quanto mais tivessem a consciência disto, mais seria “[...] impossível sustentar essa noção absurda e antinatural que se estabelece a oposição entre espírito e matéria, entre o homem e a Natureza, entre a alma e o corpo [...]”. (ENGELS, 1979, p. 224)

Considero que uma importante contribuição da dialética da Natureza de Engels é ter reconhecido como possibilidade de desconstrução da dicotomia instituída homem e natureza o aprofundamento do conhecimento sobre a natureza, através do qual – o homem, que é uma expressão da própria natureza – se desenvolveria a ponto de se sentir unificado a ela. Para Engels, a busca *plena* e os conhecimentos sobre a natureza deslindariam a condição de pertencimento do homem à natureza. Nas palavras de Bensaïd (1999, p. 434, destaque nosso), a condição de **ser natural humano**.

Contudo, era um porvir que Engels vislumbrava, sobretudo, se compararmos o desenvolvimento das ciências naturais naquela época com o da atualidade (considerando o avanço da tecnologia, principalmente), constatando-se que houve um avanço significativo com relação ao conhecimento da natureza.

A compreensão da noção de ser natural humano que se deve ao Bensaïd (1999) tem suas bases assentadas, principalmente, nas discussões promovidas por Marx, presentes nos *Manuscritos econômico-filosóficos*, de 1844. Bensaïd (1999, p. 434) explica ter reconhecido nesses manuscritos que Marx designava a natureza como “corpo inorgânico do homem”.

Sobre isso, identificamos que Marx e Engels (2001) desenvolvem, como uma das premissas que fundam o materialismo, o entendimento de que o homem possui uma constituição corpórea que é natural e nessa constituição residem todas as suas condições necessárias, sem, contudo, que apenas essa condição seja suficiente à sua existência, alertam os pensadores. Entretanto, será a partir dessa condição que o ser biológico se humanizará no seio de uma sociedade.

Nessa perspectiva, o homem estará naturalmente ligado à natureza, de um lado “enquanto ser natural vivo”, provido de forças vitais e, de outro lado, enquanto ser natural “de carne e osso, sensível, objetivo, ele é, tal como os animais e as plantas, um ser passivo, dependente e limitado”. (MARX; ENGELS, 2001, p. 13) Mas, apesar de tudo isso, o homem não é indiferente às possibilidades de suprir as suas necessidades (reais e/ou imaginárias) através da apropriação da natureza.

Em Marx e Engels (2001, p. 10), a concepção de natureza é aquela cujas condições naturais já foram dadas, ou seja, aquelas que os homens já encontraram prontas, quais sejam: as condições geológicas, orográficas, hidrográficas, climáticas e outras. Portanto, a primeira natureza ou a natureza ambiente, como identificou Engels. Mas isso não significa dizer que é reconhecido um *a priori* da natureza, pois uma natureza externa ao homem e pensada sem ele não poderia existir. “Essa distinção só tem sentido se considerarmos o homem como sendo diferente da natureza” (MARX; ENGELS, 2001, p. 45), logo, a natureza é pensada de forma relacional possível apenas de ser apreendida em sua interação com o homem, sempre. Pois, o homem é parte da natureza.

Em suma, essa natureza que precede a história dos homens não é de modo algum a natureza onde vive Feuerbach; essa natureza, hoje em dia, não existe mais em parte alguma, a não ser talvez em alguns atóis australianos de formação recente, e, portanto, ele tampouco existe para Feuerbach. (MARX; ENGELS, 2001, p. 45)

Os autores consideraram ainda que “[...] toda historiografia deve partir dessas bases naturais e de transformação pela ação do homem, no curso da história.” (MARX; ENGELS, 2001, p. 10). Tais transformações engendradas pelo homem na natureza tem por finalidade a produção dos seus próprios meios de existência e “[...] ao produzirem seus meios de existência, os homens produzem indiretamente sua própria vida material”. (MARX; ENGELS, 2001, p. 11) Essa produção ocorrerá por meio do “[...] insuprimível processo de apropriação da natureza pelo trabalho.” (GOMES, 2004, p. 34)

Segundo Gomes (2004, p. 34), cujo estudo está voltado para o entendimento da dialética da Natureza em Marx, a relação do homem-natureza é analisada por Marx “[...] como um grande processo de transformação e troca”; nessa perspectiva relacional, a natureza se revela como uma totalidade e em seu interior se processa um metabolismo entre o homem e a natureza.

Conjunto da realidade é o todo que inclui tanto o homem como a realidade extra-humana, tanto a natureza não apropriada pelo homem como aquela que ele transformou. Enfim, a natureza é a totalidade do mundo sensível, do qual o homem faz parte. (GOMES, 2004, p. 35)

No contexto do modo capitalista de produção e da dialética materialista que orienta a produção intelectual de ambos os pensadores (sobretudo Marx), o que interessava de fato era o desenvolvimento de uma concepção materialista da natureza. (FOSTER, 2005)¹⁸ Uma natureza que “[...] é histórica e de uma história que é natural”. (MARX; ENGELS, 2001, p. 44)

Nessa perspectiva e em sua totalidade, não existe natureza *intocada*. Para Marx a natureza é histórica e, dessa forma, sempre esteve diretamente relacionada ao homem “[...] através da produção, como uma extensão do corpo humano (isto é, “o corpo inorgânico” da humanidade)”. (FOSTER, 2005, p. 107)

Segundo essa concepção, os seres humanos produzem a própria relação histórica com a natureza em grande parte produzindo os seus meios de subsistência. A natureza assim assume significado prático para a humanidade como resultado da atividade da vida, a produção do meio de vida. “O homem”, escreveu Marx, “reproduz a totalidade da natureza.” Mas a atividade prática através da qual os seres humanos realizam isto não é meramente uma produção no sentido econômico estrito; “portanto, o homem também produz de acordo com as leis da beleza”. (FOSTER, 2005, p. 108)

Outros campos da ciência, especialmente o das ciências naturais, apontam para outras concepções de Natureza (teoria das cordas ou supercordas, a teoria M). Não sendo o caso de aprofundarmos aqui os avanços verificados no campo da física moderna, mas apenas para destacar que há um movimento no campo da física quântica que converge para um entendimento sobre a unificação da natureza através dessas teorias. Uma concepção de natureza que emerge no seio das ciências naturais, diferente do que vimos tratando até agora, para a qual, de acordo com o físico Victor O. Rivelles,

¹⁸ Em Foster (2005) cujo livro apresenta um resgate histórico e análise soberba sobre as teorias marxistas em busca de comprovar a dimensão ecológica na produção de Marx, encontramos uma ampla discussão sobre a concepção de Natureza em Marx, sobretudo, com o propósito de auxiliar o entendimento do desenvolvimento do seu materialismo histórico e dialético.

A Natureza, em toda sua exuberância e complexidade, apresenta uma enorme variedade de fenômenos. Um dos principais objetivos da física é tentar compreendê-los da forma mais simples possível. Sempre que fenômenos diferentes conseguem ser descritos de uma maneira unificada, temos um salto qualitativo em nosso corpo de conhecimento. É isso que gera os grandes avanços na física. Hoje em dia, o conceito de unificação é essencial para a compreensão das partículas elementares e do próprio universo. E, como veremos, a teoria de cordas é a teoria unificada por excelência. (RIVELLES, 2007, p. 10).

Contudo, após se deter em uma profunda discussão sobre a teoria de cordas, desenvolvida na década de 1960, que tem a pretensão de ser uma teoria de tudo, Rivelles chega ao final do seu artigo reconhecendo que muito ainda precisa ser estudado para que consigam comprovar que a Natureza realmente utiliza a teoria de cordas. (RIVELLES, 2007, p. 16)

Com isso, entendemos que as discussões sobre a concepção de Natureza estão longe de ser encerradas, permanecendo como um instigante objeto para importantes discussões. (SMITH, 1984; GOMES, 2004; RIVELLES, 2007; HENRIQUE, 2009; BARBIER, 2010; UTZ; SOARES, 2010)

As discussões sobre a natureza são complexas e, por isso mesmo, devem permanecer num campo aberto para serem revisitadas e reformuladas mediante um processo permanente de crítica e novas reflexões. Ainda que reconheçamos tratar-se de um campo marcado pela indeterminação e imprevisibilidade que inspiraram as mais diversas concepções sobre ela, como resume Smith:

[...] apesar do fundamento comum na experiência da natureza, a concepção de natureza é extremamente complexa e muitas vezes contraditória. A natureza é imaterial e espiritual, ela é dada e feita, pura e imaculada; a natureza é ordem e desordem, sublime e secular, dominada e vitoriosa, ela é uma totalidade e uma série de partes, mulher e objeto, organismo e máquina. A natureza é um Dom de Deus e é um produto de sua própria evolução; é uma história universal à parte, e é também o produto da história, acidental e planejada, é selvagem e jardim... todos esses significados sobrevivem hoje, mas mesmo em sua complexidade eles são organizados em um dualismo essencial que domina a concepção de natureza. (SMITH, 1984, p. 128 *apud* ALENCAR, 2003, p. 34)

Por fim, a discussão que vimos empreendendo sobre a concepção de Natureza nos impele a, finalmente, anunciar que a concepção de Natureza que orienta o nosso estudo é a materialista. Logo, aquela que, como na citação de Foster (2005, p. 108) feita anteriormente, encerra um sentido prático para a humanidade como resultado da vida, ou melhor, da produção do meio de vida.

Uma concepção que, apreendida como totalidade, na perspectiva marxiana, torna visível também dimensões subjetivas – como a mental, a emocional, a energética e a espiritual – próprias da constituição de ser humano, mas que, sobretudo, apreende a dimensão cultural que,

como dirá Morin (2000, p. 52), é a responsável por promover a realização plena do ser humano como tal. Assim,

Não há cultura sem cérebro humano (aparelho biológico dotado de competência para agir, perceber, saber, aprender), mas não há mente (mind), isto é, capacidade de consciência e pensamento, sem cultura. A mente humana é uma criação que emerge e se afirma na relação cérebro-cultura. Com o surgimento da mente, ela intervém no funcionamento cerebral e retroage sobre ele. Há, portanto, uma tríade em circuito entre cérebro/mente/cultura, em que cada um dos termos é necessário ao outro. A mente é o surgimento do cérebro que suscita a cultura, que não existiria sem o cérebro. (MORIN, 2000, p. 52)

Essa também é uma abordagem sobre a concepção de Natureza em processo. Neste sentido, acolhemos outras perspectivas que já apresentam avanços para além da estrita discussão sobre a apropriação da natureza e, como já discutida por Roberto José Moreira (2007), já se refere à apropriação da biodiversidade.

Entretanto, é válido dizer que a escolha de todos os autores a que nos referimos, que refletiram sobre a concepção de Natureza e a forma como ela é apreendida pelo homem, nos permitiu reconhecer que são preciosas as suas contribuições para a expansão da reflexão sobre a temática, ainda que existam discordâncias: sobretudo, aquela fala sobre a primordialidade da natureza, o ponto de divergência entre idealismo e materialismo que, de certa forma, penso ter sido harmonizada pela fenomenologia empírica de Merleau-Ponty; com isso, entendemos que não são posicionamentos que encerram em si a discussão, ao contrário, o ponto de divergência é exatamente aquele que mais enriquece a reflexão sobre o lugar do homem no processo de apreensão da concepção de Natureza.

É válido dizer também que me remeterei ao homem quando estiver me referindo à relação dele com a natureza, como categoria analítica, observando, com isto, o fato de vivenciarmos, na atualidade, o pleno processo de hominização, para o qual o homem ainda é um ser em evolução, não uma evolução meramente biológica, mas, sobretudo, uma evolução psico-sócio-cultural e espiritual. Logo, o uso da categoria homem remete a algo não acabado, ou seja, a um ser em processo para tornar-se humano. (CREMA, 1989; MORIN, 2000; CREMA, 2012)

Outro elemento que se soma à decisão de me referir a essa categoria analítica encontrará lastro nas discussões promovidas por Roberto Crema (1989) sobre a perspectiva holística, a qual incorpora discussões sobre o “velho” paradigma e apresenta caminhos para a construção de uma holoepestemologia. Para o autor citado, “[...] o Ser Humano será a maior

descoberta do século XXI” e indagará, em seguida, “[...] do contrário, haverá século XXI para o Ser Humano?”. (CREMA, 2017, p. 1).

Edgar Morin considerará que a hominização é necessária “à educação para a condição humana”, por ser capaz de conduzir a um novo início – chamado por Crema (2012) como meta-natural do humano –, no qual “[...] o homínideo humaniza-se. Doravante, o conceito de homem tem duplo princípio; um princípio biofísico e um psico-sócio-cultural, um remetendo ao outro”. (MORIN, 2000, p. 50-51) Neste sentido, como também reconhecerá Crema (2012), Morin apreende a condição humana de se desenvolver para além da “realidade física e viva.” Logo, o homem se desenvolverá para tornar-se ser humano, que é entendido como um ser cósmico e ao mesmo tempo terreno, pois

Somos originários do cosmos, da natureza, da vida, mas, devido à própria humanidade, à nossa cultura, à nossa mente, à nossa consciência, tornamo-nos estranhos a este cosmos, que nos parece secretamente íntimo. Nosso pensamento e nossa consciência fazem-nos conhecer o mundo físico e distanciam-nos dele. O próprio fato de considerar racional e cientificamente o universo separa-nos dele. Desenvolvemo-nos além do mundo físico e vivo. É neste “além” que tem lugar a plenitude da humanidade. (MORIN, 2000, p. 51)

1.2 A REIFICAÇÃO

As múltiplas concepções de Natureza foram capazes de informar ao homem sobre si mesmo, sobre a condição de sua existência e, sobretudo, sobre as possibilidades de desenvolvimento (moral, espiritual e material) ao concebê-la subjetiva e materialmente. Contudo, trata-se de um processo que foi sobremaneira determinado pelo modo de produção capitalista, quando este passou a orientar, através da divisão e da especialização do trabalho, a forma e como a natureza deveria ser apropriada, como mercadoria. (MARX, 2013)

Etimologicamente, a palavra reificação deriva do latim *res* e quer dizer coisa. No *Dicionário básico de filosofia*, tem-se que reificação é um termo cujo sentido normalmente é negativo e utilizado para designar a passagem transformadora de uma representação mental em coisa. (JAPIASSU; MARCONDES, 2001, p. 165) Neste estudo, o fenômeno que originalmente despertará o nosso interesse pelo tema da reificação é a natureza.

Por considerarmos tratar-se de um fenômeno histórico, cultural e social, a reificação também estará relacionada à ação transformadora do homem sobre a natureza, não se tratando,

contudo, de qualquer tipo de ação transformadora, mas aquela orientada pelo trabalho mecânico ou nas palavras de Arendt (2014), pelo trabalho fabril.

Neste sentido, trataremos aqui do conceito de reificação relacionado ao processo de transformação da natureza numa outra expressão dessa mesma natureza, que nem sempre é percebida como tal. De uma forma geral, poderíamos entendê-la como um fenômeno amplo e que atinge a escala do próprio planeta sob a ação transformadora do homem moderno, no contexto da sociedade industrial. Logo, a reificação não mais se restringiria ao produto em si (ao material, em Hanna, ou à mercadoria, em Marx), como veremos, mas também aos efeitos que as substâncias poluentes que derivam desses produtos são percebidas nas formas de poluição do ar, da água, do solo e até mesmo da atmosfera, entre outros; que causam implicações negativas à saúde do próprio homem. (MARX; ENGELES, 2001; FOSTER, 2005; ARENDT, 2014)

Com isso, é válido ressaltar que não é intenção proceder ao aprofundamento de outras abordagens comumente sustentadas pelo conceito de reificação, como a sua utilização para designar o fenômeno da aparente coisificação do sujeito em objeto, amplamente discutida por vários pensadores. (HONNET, 2008; SILVA, 2008; CASTRO, 2010; DALBOSCO, 2011), estando a nossa análise, como mencionado anteriormente, restrita à reificação da natureza.

Isto posto, visando acolher a historicidade da concepção de reificação da natureza identificamos a sua presença em Hegel. Esse pensador se dedicou também a discuti-la e o fez sem focar tanto em seu caráter negativo, conforme é reconhecido, atualmente, por alguns autores. (JAPIASSU; MARCONDES, 2001; HONNETH, 2008; ARENDT, 2014; BIFONE, 2016)

Para compreender melhor a discussão sobre reificação presente em Hegel, contamos com o auxílio de alguns de seus comentadores, tais como o Alexander Belan (2013), que também reconhecerá a presença da discussão sobre reificação/segunda natureza em Hegel; em Roberta Souza (2008), que compara a concepção de segunda natureza em Hegel e em Blaise Pascal e, por fim; em Márcia Zebina (2013) onde aparece a discussão de segunda natureza em Kant e a sua contraposição com relação a Hegel. A discussão sobre a reificação para designar a existência de uma segunda natureza, em coerência com a própria condição do espírito do ser, está também apoiada na contribuição de Souza (2008) e Zebina (2013).

Na discussão da reificação, com o sentido estritamente negativo da concepção e para designar a transformação da natureza em material, ou seja, a coisificação da natureza, apoiar-nos-emos principalmente na contribuição da Hanna Arendt (2014). Essa autora, ao discorrer sobre a

condição humana, insere a discussão sobre a reificação da natureza, considerando a sociedade industrial a partir de uma abordagem não conciliatória e em contraposição a Hegel, para o qual não existiria um conflito entre a natureza e o homem. (ZEBINA, 2013; BELAN, 2013)

Em Hegel, a abordagem sobre reificação figura nas discussões sobre a representação da natureza, desde o século XIX. (BIFONE, 2016) Contudo, é reconhecido que Hegel utiliza o conceito de reificação como correlato ao conceito de segunda natureza, pois, para esse pensador, tratava-se de expressões cujo sentido último seria o mesmo. É nesse sentido que Bifone (2016, p. 15) irá dizer que “Hegel utilizza il termine seconda natura come un predicato di qualcos'altro, non definito in se stessa¹⁹.”

Nessa perspectiva, a segunda natureza se torna uma expressão pouco conclusiva, embora sejam os aspectos ontológicos e normativos presentes na teoria hegeliana que permitem que essa expressão seja compreendida para qualificar a reificação. (BIFONE, 2016)

Bifone explicará que para compreendermos a correlação feita por Hegel entre reificação e segunda natureza, devemos, sobretudo, considerar que, no entendimento hegeliano, as diferentes formas pelas quais o espírito é apreendido (objetiva e subjetivamente) coincidem, assim legitimariam a definição do conceito de segunda natureza. (BIFONE, 2016, p. 15). Com isto, é preciso para compreender esta concepção considerar que

L'ontologia definisce di cosa possa essere il predicato la seconda natura. Hegel verifica l'esistenza di due ambiti: soggettivo, che attiene alla corporeità degli individui, quel nucleo di qualità che, pur originate dalla socializzazione, vengono determinate dai singoli individui come forme di immediatezza naturale; oggettivo, che si estende all'ambito del comune spazio collettivo. Le istituzioni oggettivate sono tali perché, pur originate dai singoli soggetti tendono a rendersi autonome da essi, potendo così permettere il funzionamento della vita sociale a partire dall'essere considerate come forme esteriori di natura, caratterizzate dalla stessa resistenza di quelle naturali.²⁰ (BIFONE, 2016, p. 15)

Por sua vez, no âmbito normativo é posta a questão de

¹⁹ Hegel usa o termo ‘segunda natureza’ como predicado de alguma outra coisa, não definida em si mesma. (tradução nossa)

²⁰ [...] A ontologia define o que pode ser o predicado segunda natureza. Hegel verifica a existência de duas áreas: uma subjetiva, que se relaciona com a corporeidade dos indivíduos, núcleo de qualidades que, mesmo se originadas da socialização, são determinadas pelos indivíduos como formas de imediatismo natural; e outra objetiva, que se estende à esfera do espaço coletivo comum. As instituições objetivadas são assim porque, mesmo se originadas por sujeitos individuais, tendem a se autonomizar delas, permitindo que o funcionamento da vida social passe a ser considerado como formas exteriores da natureza, caracterizadas pela mesma resistência que as naturais. (tradução nossa)

[...] comprendere se la seconda natura, come ordine istituzionale soggettivo e come aspetto individuale interiore, possa configurare in qualche modo il compimento della piena libertà dello spirito. Hegel esita tra un senso positivo, intendendo essa come composizione realizzata tra mondo interno ed esterno; e uno negativo (minore ma presente nelle sue opere) a considerare la seconda natura come ribaltamento dello spirito in forme immediate nemiche della sua indipendenza, che lo conducono a rapporti di costrizione quasi-originiari. (BIFONE, 2016, p. 15)²¹.

Em Hegel o conceito de espírito é utilizado para se referir ao homem e ao domínio de sua existência. Nesse sentido “o homem é espírito e a sua racionalidade, por definição já o coloca para além daquilo que a natureza nele delimita.” (ZEBINA, 2013, p. 457). O espírito sendo diferente da Natureza – cujo desenvolvimento é natural e espontâneo, onde nada muda e “nada pode interferir entre o conceito e a sua realização, entre a natureza inerente do germe e a adaptação de sua existência à sua natureza.” (HEGEL, 2001, p. 106) – é movido pelo ímpeto de se aperfeiçoar permanentemente, e essa condição lhe é imanente.

Logo, a diferença entre o espírito e natureza é fundamental para a compreensão do que Hegel considerava a segunda natureza, que é apreendida como sendo o produto da ação do homem, movido pela vontade e pela necessidade (características que lhes são imanentes). Nesse movimento, não há espaço para dicotomia, ela é produto da ação do espírito e por isso mesmo é, eminentemente, cultural e histórica. (BIFONE, 2016)

A autora Márcia Zebina (2013) estabeleceu a seguinte distinção entre a Natureza e o espírito em Hegel:

Na natureza reina a não liberdade, o determinismo de seguir sempre o mesmo processo, no espírito nada é absolutamente determinado, porque ele, por definição, é livre. A natureza, mesmo em todas as suas transformações, segue um processo interno de busca do melhor sem qualquer consciência. O espírito age consciente dos seus atos e, por isso, é responsável pelo bem e pelo mal que acarreta. Não culpamos a natureza por um terremoto, mas culpamos o homem pelas guerras. Se ambas as experiências são devastadoras, elas são, igualmente, muito distintas. O terremoto é inevitável, é o processo da natureza que segue seu curso à revelia da vontade humana, sem poder ser evitado. O mesmo não ocorre com as guerras. (ZEBINA, 2013, p. 457-458)

No espírito, a transição para a realidade é mediada pela consciência, impulsionada pela vontade. Sendo que ambas “[...] são mergulhadas primeiro na vida orgânica imediata, seu

²¹ [...] compreender se a segunda natureza, como ordem institucional subjetiva e como aspecto interno individual, pode de alguma forma configurar a realização da plena liberdade do espírito. Hegel hesita entre um sentido positivo, ou seja, como uma composição realizada entre o mundo interno e externo; e um negativo (menor, mas presente em suas obras) para considerar a segunda natureza como uma reversão do espírito em formas inimigas imediatas de sua independência, o que o leva a relações de restrição quase originais. (tradução nossa)

primeiro objetivo é a sua existência natural como tal [...]”, mas é na vontade que reside o potencial de aperfeiçoamento, pois, “[...] sendo animada pelo Espírito, torna-se infinitamente exigente, rica (de uma riqueza moral) e forte”. (HEGEL, 2001 p. 106).

Impelido pela vontade diante das necessidades, as quais somente a natureza é capaz de suprir, o homem produz uma segunda natureza – o mesmo que mundo objetivo – e está em relação intrínseca com a ideia Absoluta. (SOUZA, 2008, p. 120).

De acordo com Zebina (2013, p. 457), é preciso compreender que Hegel estabelece a distinção entre a “[...] não liberdade da natureza em contraposição à liberdade do espírito” e isto representa o verdadeiro ganho teórico de Hegel com relação a Kant. Pois, segundo a autora, em Kant o

Homem é um ser de natureza dotado de razão por esta mesma natureza. Como a natureza é econômica em suas ações e nada faz sem necessidade, temos que considerar que a razão foi dada ao homem com um propósito bem definido. Este propósito é um desenvolvimento tal que leve o homem a distanciar-se do seu ser natural. (ZEBINA, 2013, p. 458)

Neste sentido, dirá Zebina que, para Kant “[...] o homem só pode ser livre [...] quando ele supera a natureza – já não podendo mais ser apenas homem –, pois ao agir moralmente torna-se um ser numenal”. (ZEBINA, 2013, p. 458) O dualismo instituído em Kant entre a natureza interna e a natureza externa orientará a elaboração de outros dualismos, tais como mente-natureza e cultura-natureza. Essa concepção dualista de natureza é a que mais será cristalizada pela sociedade, sobretudo a burguesa, por refletir uma concepção de natureza dominante.

[...] esse contraditório dualismo da natureza exerce uma função ideológica capaz de legitimar uma necessária dominação da natureza, tanto pela exterioridade quanto pela universalidade. A concepção de natureza exterior é aquela que frequentemente invocamos para justificar o processo de domesticação, e a tradição cientificista da sociedade moderna ajudou a tornar “natural” a visão de que o homem deve investigar as leis naturais e controlá-las para salvar a própria humanidade[...]. (BERNINI, 2015, p. 45)

Fica evidenciada, com isso, a predominância na atualidade da concepção de natureza externa. Essa concepção também estará presente na separação epistemológica entre o sujeito e o objeto (externo), como destaca Alencar (2003), e se trata de uma separação “[...] implementada pela ciência positiva, cerne de toda a polêmica em torno do conhecimento científico, e que se caracteriza fortemente pelo caráter instrumental”. (ALENCAR, 2003, p. 25)

Em Hegel (2001), para que o homem alcançasse uma superação da natureza, seria preciso atingir primeiramente a sua liberdade moral, embora refletirá Zebina (2013), que a busca por essa

liberdade “[...] seja, igualmente, um terreno determinado e sem liberdade”. Em Hegel, como esclarece a autora, não existe o conflito entre a natureza e a razão do homem, pois

Como espírito, o homem é, desde sempre, um ser finito em um plano superior ao da natureza, esta, aliás, nunca se dá plenamente em sua existência, pois é impossível isolar no homem o que é natureza e o que é razão. Ele é uma unidade composta destes elementos opostos e complementares e, se por um lado, a sua liberdade consiste em realizar as determinações do espírito, por outro lado, ele não tem a opção de abandonar a natureza e nem deveria, porque é o desejo e a paixão que movem o mundo, o palco onde a história acontece. (ZEBINA, 2013, p. 458)

O desenvolvimento histórico na perspectiva hegeliana será o resultado “[...] de um duro trabalho feito de má vontade contra si mesmo” (SOUZA, 2008, p. 118), que não é inofensivo e está em contraposição ao desenvolvimento da natureza, imprimindo-lhe mudanças. Será desse processo que emerge a concepção de segunda natureza como o resultado da criação do homem, segundo entendido por Hegel (2001)

Hegel, como ratifica Souza (2008, p. 118), considerava que “[...] a cultura, as Instituições, o direito e a história não são da ordem da natureza física, estática, mas do Espírito ativo que busca seu aperfeiçoamento no tempo”. Disto decorre que, da liberdade do Espírito ativo, emerge uma natureza própria do homem, ou seja, a segunda natureza. (HEGEL, 2001)

A segunda natureza em Hegel é propriamente humana e revela todo o aspecto de sua filosofia – para a qual a razão na natureza, embora exista, é estática e o verdadeiro dinamismo residirá na história, na qual todos os acontecimentos são necessários; com isso, é possível depreender que será apenas mediante a segunda natureza, que é a manifestação da ideia como espírito livre (consciência e vontade), que se ganha a materialidade no plano da realidade objetiva. Nas palavras de Souza (2008), a segunda natureza em Hegel

É tudo que está no domínio do Espírito livre. Esta natureza é a manifestação da idéia enquanto Espírito, mais necessária ao processo de efetivação da idéia de que a natureza física, onde reina a necessidade. No mundo objetivo, na segunda natureza, o espírito progride para atingir sua liberdade institucional, a história é o palco desta realização, nela reina a razão, ou seja, na história os acontecimentos estão ordenados segundo a razão absoluta. (SOUZA, 2008, p. 120)

Para dirimir alguma dúvida com relação à concepção de Natureza e de segunda natureza objetiva, a consideração que Hegel faz a seguir possibilita alcançar com mais precisão o seu entendimento:

Enquanto estamos preocupados exclusivamente com a idéia do Espírito e levando em consideração apenas o conjunto da história do mundo como não

sendo senão a sua manifestação, estamos tratando apenas do presente – por mais longo que seja o passado que estudarmos. [Não há tempo em que o Espírito não tenha estado ou não estará; ele não foi, nem ainda está por ser. Ele é eterno agora.] A Idéia está sempre presente, o Espírito é imortal. [O que é verdadeiro é eterno em si e por si, não ontem e nem amanhã, mas agora, no sentido de uma presença absoluta. Na Idéia, o que pode parecer estar perdido está preservado eternamente.] (HEGEL, 2001, p. 133)

A concepção de segunda natureza presente na obra do pensador Blaise Pascal (1623-1662), no século XVII, é muito próxima daquela apresentada por Hegel e, como tal, também se refere a um mundo propriamente humano. Contudo, para compreender a concepção de segunda natureza em Blaise Pascal é preciso situá-la no âmbito do universo religioso desse pensador, para o qual

Todo esse mundo visível é apenas um traço perceptível na amplidão da natureza, que nem sequer nos é dado a conhecer de um modo vago. Por mais que ampliemos as nossas concepções e as projetemos além de espaços imagináveis, concebemos tão somente átomos em comparação com a realidade das coisas. Esta é uma esfera cujo centro se encontra em toda parte e cuja circunferência não se acha em alguma. E o fato de nossa imaginação perder-se neste pensamento constitui, em suma, a maior manifestação da onipotência de Deus. (PASCAL, [2003?], p. 1)

A primeira natureza, na concepção pascalina, é própria do reino da pureza, do qual o homem foi expulso, dessa forma, é a natureza antes da queda do homem (se referindo a sua expulsão do Paraíso). (SOUZA, 2008, p. 122) Será nesse sentido que Pascal considerará que “Deus é um Deus oculto; e que, desde a corrupção da natureza, ele os deixou (os homens) numa cegueira [...], é preciso bem que a evidencia de Deus não seja tal na natureza. Também ela nos diz em outra parte [...]”. (PASCAL, 2002, p. 128)

Logo, a segunda natureza é o que restou no mundo. É a natureza própria ao homem corrompido, “[...] extraviado neste pequeno setor da natureza” (PASCAL, [2003?], p. 1). Trata-se de uma natureza

[...] abandonada por Deus, ainda que seja imagem especular dela, onde reina o hábito e o costume do homem. A segunda natureza é o mundo propriamente humano, onde reina a concupiscência. É nesta natureza, abandonada por Deus, que se erguem os princípios políticos e morais norteadores da vida efêmera do povo, os costumes e os hábitos mutáveis. (SOUZA, 2008, p. 122).

Nessa perspectiva, destaca-se uma concepção de Natureza puramente histórica e não natural, a qual seria originalmente o espaço do homem e objetivada através dos seus hábitos e costumes – que são mutáveis e diferentes da natureza que é estática –, “[...] que formam uma cultura, posta pelo espírito como uma segunda natureza a partir de si mesmo”. Nessa

perspectiva, o homem é “[...] considerado um ser histórico, sua natureza são hábitos e costumes que ele cria, é a cultura formada no tempo, portanto, é própria existência humana, finita, histórica” (SOUZA, 2008, p. 123)

Outro elemento de aproximação entre os pensadores Pascal e Hegel, identificado pela autora, refere-se à oposição à existência de um direito natural. Não poderia ser “[...] admissível à existência de um direito natural imutável, fundado nos princípios da natureza já que o direito é da ordem de uma segunda natureza, não sendo possível ser regulados pela primeira natureza”. (SOUZA, 2008, p. 124)

Esse entendimento é totalmente coerente na produção de ambos pensadores que compreendem o direito como uma produção do Espírito e, por isso mesmo, próprio da segunda natureza, objetivado no mundo através das instituições. Neste sentido, ambos discordaram sobre a existência de um direito natural. (SOUZA, 2008; BIFONE, 2016)

A diferença mais relevante entre a concepção de segunda natureza de Hegel e Pascal, de acordo com Souza (2008), está na ideia absoluta (Deus em Pascal) de natureza. Para Pascal, a segunda natureza ou o mundo terreno é o lugar onde Deus relegou o homem e nele não se faz presente, ou nele se esconde. (SOUZA, 2008, p. 124)

Hegel, ao contrário, possuía uma ideia diferente com relação ao mundo objetivo, histórico, e ao absoluto. Considerava que o mundo objetivo não fora abandonado pelo absoluto: este se autorrealiza na segunda natureza e será nela que o espírito se efetiva na história. Neste sentido, considerará Souza que

Na lógica o desenvolvimento da ideia é atemporal, na natureza é espacial e no espírito é histórica, portanto o desenvolvimento histórico do Espírito é um momento do processo dialético do Absoluto. Desta forma, para Hegel na segunda natureza o Absoluto está presente e é por isso, que, no mundo, os fatos acontecem racionalmente, os fatos históricos, mesmo os contingentes, acontecem pela ordem da razão divina. (SOUZA, 2008, p. 125)

O mundo se objetiva através do espírito e é a ele que cabe a tarefa de investigar a natureza, tornando-a inteligível através do pensamento e, com isso, produzindo a segunda natureza que estará “[...] intimamente ligada ao conceito de hábito, de exercício habitual de uma atividade que transforma a ‘primeira natureza’ e resulta na efetividade eventualmente mais duradoura de uma ‘outra natureza’ diferente daquela”. (BARBIERI, 2010, p. 247)

Em Arendt (2014), a discussão sobre o fenômeno da reificação da natureza não aparece como correlato à concepção de segunda natureza, estando mais próximo do sentido negativo

presente no conceito apresentado por Japiassu e Marcondes (2001). Diferente de Hegel, que se refere de modo geral à reificação, como qualquer processo de transformação pura e simples da natureza numa segunda natureza, empreendido pelo homem. Em Arendt, a reificação é resultado da atividade do *homo faber*²², como veremos a seguir.

As reflexões sobre a reificação da natureza, em Hanna Arendt (2014), são aquelas presentes no seu livro *A condição humana*, no qual a autora refletirá ampla e profundamente sobre a vida ativa e as categorias que a contém, como o trabalho, a obra ou a fabricação e a ação, atividades tradicionais que estão “[...] ao alcance de todo ser humano”. (ARENDR, 2014, p. 6).

O propósito do seu livro é, em sentido último, o de refletir sobre “[...] o que estamos fazendo” e a autora o fará considerando, em suas próprias palavras, mediante

[...] uma análise daquelas capacidades humanas gerais que provêm da condição humana e são permanentes, [...] que não podem ser irremediavelmente perdidas enquanto não mudar a própria condição humana. (ARENDR, 2014, p. 7)

Dentre essas capacidades humanas gerais está inserida a fabricação, que resulta, em primeira instância, na transformação da natureza em material. Contudo, em observância aos propósitos da autora, cabe dizer que todo o caminho de reflexões que culmina nessa consideração provém, também, do seu intento de rastrear “[...] a moderna alienação do mundo, em sua dupla fuga da Terra para o universo e do mundo para si-mesmo [...]” em busca de “uma compreensão da natureza da sociedade, [...] no instante que foi suplantada pelo advento de uma nova era e ainda desconhecida”, a modernidade. (ARENDR, 2014, p. 7)

A “nova era” a qual a autora se refere é a modernidade, a qual acredita ter se iniciado “[...] com as primeiras explosões atômicas” e não como é cientificamente periodizada (começo do século XVII e fim em meados do século XX). A modernidade será o pano de fundo no qual a sua obra foi desenvolvida e, embora abranja todo o universo analítico explorado pela autora, iremos nos deter apenas a discussão sobre reificação.

A autora inicia as discussões sobre a condição humana a partir de um evento de grande repercussão: a “conquista do Universo pelo homem”, com o lançamento de um satélite artificial na órbita do planeta Terra, em 1957. Para Arendt, esse evento provocara grande comoção popular e

²² A explicação acerca do significado e origem dessa expressão será aquela emprestada por Kanaan (2013, p. 10). A autora dirá que *homo faber* é uma expressão filogenética “[...] em que homo designa o gênero de primatas do qual a espécie humana faz parte e *faber* define o estágio em que esta se torna capaz de fazer, de fabricar ou criar. Posteriormente, a esse fazer biológico Marx atribui a noção de humanização ao considerar o aspecto de autocriação do homem no processo de transformação da natureza pelo trabalho.”

toda a atenção se voltava para o fato do homem ter se superado em criatividade e ultrapassando em engenhosidade todos os outros, desde a desintegração do átomo. (ARENDDT, 2014)

A autora foi capaz de perceber, com certa estranheza admitiu, as reações das pessoas e da mídia na época, que festejaram a mais empolgante investida do homem rumo a “última fronteira”, o Universo. Contudo, a grande importância que foi atribuída a esse evento estava muito além de uma simples euforia. Arendt verificou que o evento despertara algo mais do que o simples contentamento de, a partir daquele momento, poderemos “[...] contemplar os céus com a certeza de tê-lo alcançado”. (ARENDDT, 2014, p. 9)

Antes de tudo, foi externado o desejo do homem de se tornar independente com relação ao único planeta que conhece e que reúne todas as condições biogeoquímicas para que se desenvolva plenamente. Ficava evidenciado o “[...] alívio ante o primeiro ‘passo para libertar o homem de sua prisão na Terra’.” (ARENDDT, 2014, p. 9-10)

Segundo Arendt, essa foi a matéria na capa de um jornal de grande circulação nos EUA, que deixava explícita a estranha possibilidade do homem de poder descartar esse Planeta e, liberto de sua prisão original, partir em busca da conquista de outros planetas, com condições iguais ou similares para a manutenção da vida.

O avanço tecnológico e a própria ficção científica se confundiam com a realidade e um evento que poderia – e ainda pode – ser considerado banal, foi capturado por Hanna Arendt com toda “perplexidade”, mas, principalmente, com a sensibilidade que a permitiu reconhecer o mais puro efeito do processo de reificação da natureza e a consequente alienação do homem, que se mostrou capaz de pôr em xeque a sua própria condição humana.

Esse evento poderia ser considerado revelador do ápice da dominação da natureza pelo homem? Ou, talvez, a mais pura expressão da sujeição da natureza pelo homem por meio da tecnologia orientada pela racionalidade moderna?

No ambiente de reflexão que a autora desenvolve seu raciocínio, encontraremos explicações que ajudam a elucidar esse comportamento como sendo o resultado da mais pura expressão da alienação do homem em relação à natureza da qual é parte. Ao intensificar o processo de reificação da natureza, o homem se afasta dela, não apenas um afastamento físico, mas um afastamento da consciência, que não mais lhe permite reconhecê-la e, dessa forma, deixa de reconhecer a si próprio, deixa de reconhecer que nela reside sua fonte inexorável de vida, além de material, mas também biológica, energética, psíquica e espiritual.

A autora lançou um questionamento profundo, no qual convidava as pessoas a refletir sobre os avanços da ciência e da técnica e, sobretudo, sobre os impactos desses avanços sobre a natureza.

Devem a emancipação e a secularização da era moderna, que tiveram início com um afastamento, não necessariamente de Deus, mas de um deus que era o Pai dos homens no céu, terminar com um repúdio ainda mais funesto de uma terra que era a Mãe de todos os seres vivos sobre o firmamento? (ARENDRT, 2014, p. 10).

Ficava, assim, considerado que todo o empreendimento do homem moderno em voltar-se para o espaço sideral, em busca de outros planetas habitáveis, traduzia uma espécie de rejeição ao Planeta Terra, visto como a sua “prisão original”. O lançamento de um satélite representava, naquele momento, o primeiro “[...] passo para a fuga dos homens de sua prisão na Terra”. (ARENDRT, 2014)

Naquele momento, Arendt se dizia certa de que no futuro a humanidade seria capaz de destruir toda a vida orgânica do planeta, indagando a partir do seu presente quais os rumos que os “homens do futuro” dariam ao conhecimento científico e técnico, tidos como responsáveis por essa nova ideia de Natureza.

O homem do futuro que Hanna Arendt vislumbrou, em 1957, já vive no presente e ainda nutre a possibilidade de deixar esse planeta. Em março de 2017, jornais de várias partes do mundo anunciaram o lançamento do documentário *Expedição Nova Terra*, no qual o renomado astrofísico britânico Stephen Hawking conclui que os “[...] humanos devem sair da Terra em até 100 anos para sobreviver”. (GALILEU, 2017)

Cem anos é o prazo dado por **Stephen Hawking** para que o ser humano encontre outro lugar para morar. Segundo ele, mudanças climáticas, epidemias, crescimento populacional desordenado e até colisões de asteroides estão entre os fatores responsáveis pela nossa necessidade em sair rápido de casa. [...] Ele explica que já temos tecnologia o suficiente para destruir o planeta, mas não para escapar dele, o que deverá ser feito dentro de um século. (GALILEU, 2017)

Ao invés de propor alternativas que viessem contribuir ou até mesmo endossar tantas outras sobre a necessidade de mudança da forma predatória como a sociedade industrial se apropria da natureza, o astrofísico decreta o seu fim. Não só do planeta, mas, também, implicitamente, das várias iniciativas empreendidas para salvá-lo e o faz sob a chancela da ciência à qual se liga.

A iniciativa de “alertar” as pessoas não ficou restrita ao documentário e se expandirá por meio da proposição de uma ampla iniciativa para comprovar que a ciência tem condições reais para livrar as pessoas deste planeta, cujo fim é eminente:

Hawking, Christophe Galfard e Danielle George irão viajar pelo mundo com o objetivo de mostrar ao público as mais novas iniciativas feitas na ciência para levar os humanos ao espaço. A intenção é mostrar que a ideia da colonização para além do planeta Terra não é mera fantasia. (GALILEU, 2017)

O homem moderno, cuja relação com a natureza foi ressignificada de acordo com a racionalidade mecanicista de mundo, rompeu, paradoxalmente, a sua relação com a natureza muito antes de empreender sua aventura rumo ao espaço sideral, em busca de novos planetas para habitar. Como assinala Lenoble (1969, p. 258), o homem rompeu essa relação três séculos antes, com a Revolução Mecanicista, quando a natureza é transformada “[...] numa desgraça até então desconhecida, uma máquina”.

E assim, como sociedade, permanecemos imersos numa mesma racionalidade dominante que determinou que a única inteligibilidade possível de alcançar a natureza é a mecanicista, para a qual a natureza não passa de uma fonte de recursos naturais capaz de atender necessidades diversas, sobretudo aquelas orientadas pelo modo capitalista de produção. (BATISTELA; BONETI, 2008)

Nesse movimento de desnaturalização do homem, a sua ação se orienta para *uma* concepção de natureza, aquela na qual é concebida como uma *coisa* que “[...] não sofre, não pensa, não tem sensibilidade e sentimentos e não se manifesta. Essa verdade prescreve a subordinação de toda realidade às determinações da vontade humana [...]” (BATISTELA; BONETI, 2008, p. 1104)

De acordo com Arendt (2014, p. 152), a fabricação que “[...] é o trabalho do *homo faber*, consiste em reificação”. A reificação, por sua vez, consiste no processo de transformação pela fabricação dos elementos da natureza em material.

O material já é um produto das mãos humanas que o retiraram de sua natural localização, seja matando um processo vital, como no caso da árvore que tem que ser destruída para que se obtenha a madeira, seja interrompendo algum dos processos mais lentos da natureza, como no caso do ferro, da pedra ou do mármore, arrancados do ventre da terra. (ARENDR, 2014, p. 152).

Daí a autora concluir que todo o processo de fabricação é efetivamente marcado pela violação e pela violência à natureza, que é objetivada na ação do *homo faber* que originalmente “[...] sempre foi um destruidor da natureza”. (ARENDR, 2014, p. 173)

Contudo, é importante notar que no processo de reconhecimento do *homo faber*, Hanna Arendt não atribui a ele a condição de ser humano reificado. Ao garantir a expressão humana que lhe é imanente, a autora revela não se permitir fisgar pelo potencial generalista que o conceito de reificação pode conduzir.

O cuidado com relação à possibilidade do uso irrestrito do conceito de reificação foi objeto da atenção de outro autor, Axel Honnet (2008), ao mencionar que o conceito já fora utilizado para qualificar pessoas, embora ele tenha se expressado de forma extremamente limitada, pois

A reificação pressupõe que nós nem percebamos mais nas outras pessoas as suas características que as tornam propriamente exemplares do gênero humano: tratar alguém como uma “coisa” significa justamente tomá-la (o) como “algo”, despido de quaisquer características ou habilidades humanas. (HONNET, 2008, p. 70)

Contudo, é preciso saber qualificar precisamente o sentido com o qual o termo é usado e Honnet concluirá que o seu sentido sempre deverá ser o negativo. (HONNET, 2008)

No processo de reificação da natureza, que a transforma em material – nas palavras da Hanna Arendt e de mercadoria, nas de Marx – perdem-se as várias características essenciais que, juntas ou isoladas, identificariam de que determinado material foi constituído. Perde-se, com isto, também, a inteireza do processo de criação com a divisão e especialização do trabalho, conquanto não se perde a origem “[...] ou seja, não deixam de ser natureza, apenas adquirem novas formas, que o homem introduz por meio do trabalho.” (GOMES, 2004, p. 39)

Marx (2013, p. 328) denominou como “objetos de trabalho preexistentes” todos aqueles objetos gerados a partir da simples separação, por meio do trabalho, da “[...] conexão com a totalidade da terra” ou da natureza²³, ou seja, a separação do objeto da sua natural localização, como reconhecido anteriormente na citação da Arendt. (ARENDRT, 2014, p. 152)

Marx diferenciará os objetos de trabalho da matéria-prima, de forma que recupera a totalidade do processo de transformação que estará sujeito até a sua forma final. Ele dirá que a matéria-prima, que deriva de um objeto de trabalho, já expressa em si o resultado de um trabalho anterior, ou seja, que “[...] já sofreu uma ação mediada pelo trabalho”. (MARX, 2013, p. 228) Nesses moldes, o processo de reificação da natureza, que é intenso e complexo, não raro acaba por destituir o trabalho e a própria natureza ao produzir uma mercadoria.

²³ Marx utiliza alguns termos como sinônimos, tais como “matéria”, “natureza”, “substância natural”, “coisa natural”, “terra”, “momentos existenciais objetivos do trabalho”, “condições objetivas” ou “concretas do trabalho”. (SCHMIDT, 1986, p. 24-25 *apud* GOMES, 2004, p. 36)

Todavia, esse processo não ocorrerá dessa forma quando se observa, ainda que, em forma de ameaça, a apropriação da natureza por meio do trabalho realizado pelo *animal laborans*. (ARENDDT, 2014) Diferente do *homo faber*, o *animal laborans* se “[...] nutre do processo da vida”, podendo mesmo ser “[...] amo e senhor de todas as criaturas vivas”, mas ainda assim é um “servo da natureza e da terra.” (ARENDDT, 2014, p. 152).

A forma como a Hanna Arendt entende que o *animal laborans* desenvolve sua relação com a natureza por meio do seu trabalho se aproxima muito de como Marx irá caracterizar a relação do homem com a natureza mediada pelo trabalho não capitalista. Dirá Marx (2013) que o homem

[...] se confronta com a matéria natural como com uma potência natural [*Naturmacht*]. A fim de se apropriar da matéria natural de uma forma útil para sua própria vida, ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporeidade: seus braços e pernas, cabeça e mãos. Agindo sobre a natureza externa e modificando-a por meio desse movimento, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza. Ele desenvolve as potências que nela jazem latentes e submete o jogo de suas forças a seu próprio domínio. Não se trata, aqui, das primeiras formas instintivas, animais [i.e. *tierartig*], do trabalho. (MARX, 2013, p. 362-367)

Além do trabalho, outro elemento importante distinguirá o *homo faber* e o *animal laborans* – o tempo. O tempo desses dois sujeitos não é o mesmo e a representação de Natureza que os orienta também não. O tempo do relógio capitalista, o tempo da fábrica, o tempo que é determinado pelas atividades desenvolvidas pelo sujeito, de acordo com as regras e expectativas de produtividade, é o tempo do *homo faber*. (ARENDDT, 2014; KANAAN, 2013)

O tempo, como uma categoria universal e relativa, também se expressará através de sua relação insuprimível com o espaço, por meio da dinâmica intensa e própria dos grandes centros urbanos/industriais, que produzem uma falsa impressão de fluidez, que se expressa pela impressão de um “tempo que voa”, quando na verdade esse tempo se constrói desconectado da dinâmica da natureza e da própria dinâmica biológica do indivíduo e passa a ser determinado pelas atividades que se desempenha. (KANAAN, 2013)

Sobre o papel das atividades determinando o tempo do *homo faber*, Kanaan (2013, p. 117) considerará que “[...] as tarefas realizadas fornecem bases para a noção de duração diferenciada da passagem do tempo, e, seguindo esse sentido, o advento da industrialização veio expor as sociedades a novas temporalidades.” (KANAAN, 2013, p. 117)

A total indiferença, ou alienação, do *homo faber* com relação ao conteúdo do trabalho que executa ou do objeto que é produzido – do qual muitas vezes não terá a mínima noção do

seu aspecto final, como assinala Arendt (2014, p. 175) –, é substituída pela consciência do tempo em que deve executá-lo, dirá Kanaan (2013, p. 120)

A última autora citada, ao estudar a relação dos trabalhadores de uma fábrica de calçados, no Rio Grande do Sul, constatou que em sua maioria se tratava de sujeitos que no passado estiveram envolvidos com o

[...] trabalho artesanal e agrícola, nos quais viviam em ritmos variados e pessoais, ao ingressarem na fábrica, são expostos a um tempo impessoal planejado sobre a racionalidade do método científico. [...] a inserção aos afazeres fabris leva-os a perceber que as tarefas não são mais feitas sob um ritmo próprio, respeitando as possibilidades de cada um e antes a um tempo fora do seu controle. (KANAAAN, 2013, p. 120-121)

Hanna Arendt entende que para o homem moderno criar o seu próprio mundo, com suas próprias mãos, e tornar-se senhor de tudo, foi preciso necessariamente entender que deveria destruir a natureza, pois “[...] só se pode construir um mundo humano após destruir parte da natureza criada por Deus”, conclui. (ARENDRT, 2014, p. 152) E as ciências modernas cumpriram sua função nesse sentido.

Essa visão mecanicista (racionalista) de mundo e a prática científica tradicional que consolida o antropocentrismo, empreende, a partir do século XVII, um processo gradativo de separação humana da dinâmica natural do mundo. Dinamiza-se a partir daí uma nova visão de meio natural essencialmente utilitarista. Cientificamente, consolida-se então, a concepção da ciência-manipulação que, aliada à emergência do fenômeno tecnológico moderno, define uma condição humana de estar sobre o mundo e com o mundo ao dispor da ação conhecedora e transformadora humana. Socialmente, desenvolve-se uma sociedade crescentemente energívora e imbuída de valores individualistas e materialistas. (BATISTELA; BONETI, 2008, p. 1105)

Mesmo negando a existência de Deus, o homem não poderá negar sua condição de organismo que evoluiu com o transcorrer das eras, chegando à sua condição de *homo sapiens*, ou, num sentido mais geral, chegando à sua condição de espécie que, dentre tantas outras, habitam este planeta e, em conjunto, podem ser denominados “terráqueos”. (ARENDRT, 2014)

Logo, esse homem não criou a si mesmo, tampouco a natureza que o cerca, que o sustenta sobre ela e o nutre, ou seja, a natureza que também é uma parte dele, o seu corpo inorgânico. Ou, nas palavras de Marx (2013, p. 329), ao reconhecer que “[...] é assim que o próprio elemento natural se converte em órgão de sua atividade, um órgão que ele [o homem] acrescenta a seus próprios órgãos corporais, prolongando sua forma natural.” (MARX, 2013, p. 329)

Será através do trabalho que os homens produzem os meios de sua própria existência e, com isto, produzem indiretamente a sua vida material – mas também a vida psíquica,

energética e espiritual. O trabalho é historicamente necessário ao homem e a principal forma de mediação entre ele e a natureza, “[...] a maneira como os homens produzem seus meios de existência depende, antes de tudo, da natureza, dos meios de existência já encontrados e que eles precisam reproduzir”. (MARX; ENGELES, 2001, p. 10-11) E mais, elaborará Marx (2013, p. 326), o trabalho é “[...] antes de tudo, um processo entre o homem e a natureza, processo este em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza”.

Marx e Engels irão esclarecer, a partir desse entendimento sobre o trabalho, que não se deve examinar o modo de produção simplesmente como “[...] reprodução da vida física dos indivíduos”, pois ele também consiste na mais autêntica expressão consciente desses indivíduos diante do mundo, diante da natureza, ou seja, representam

[...] uma maneira determinada de manifestar sua vida, um *modo de vida* determinado. A maneira como os indivíduos manifestam sua vida reflete exatamente o que eles são. O que eles são coincide, pois, com sua produção, isto é, tanto com o que eles produzem quanto com a maneira *como* produzem. O que os indivíduos são depende, portanto, das condições materiais da sua produção. (MARX; ENGELES, 2001, p. 11)

As condições materiais da produção do ser humano passam a ser determinadas com o desenvolvimento do capitalismo, sobretudo, com o estabelecimento da propriedade privada, que instituirá também a separação do trabalhador dos meios de produção, ou seja, a separação do trabalhador daquilo que medeia a relação entre o seu trabalho e a natureza, durante o processo de transformação da natureza. (MARX, 2013; BERNINI, 2015)

A maneira como o ser humano produz é determinada pela natureza do seu trabalho e do tipo de produto que dele resulta. Neste sentido, o trabalho do *homo faber* é aquele que expressa a mais pura “[...] violência e a violação da natureza”, configurando-se como a “[...] mais elementar experiência da força humana e, portanto, o exato oposto do esforço doloroso e exaustivo experimentado no simples trabalho” próprio do *animal laborans*. (ARENDRT, 2014, p. 174)

Consideramos, com base nos autores que vimos trabalhando até aqui para desenvolver a compreensão sobre as diferentes concepções de segunda natureza, que esta é própria dos sujeitos que, imersos na historicidade que marca os distintos processos de produção socioespacial, orientados pela *forma* e pelo *como*, apropriam-se da natureza e se transformam também em “produtores de natureza”.

Nessa perspectiva, entendemos que o *animal laborans*, embora não reifique a natureza através do seu trabalho – de acordo como Arendt concebe a reificação –, será também responsável por produzir uma segunda natureza mais próxima do processo vital que caracteriza a sua atividade

laboral e do produto que dela resulta; com isso, a relação metabólica entre esse sujeito e a natureza, por meio do seu trabalho, mantém-se em certo equilíbrio.

A concepção de metabolismo (*Stoffwechsel*) foi desenvolvida por Marx para se referir à relação metabólica entre o homem e a natureza por meio do trabalho. (MARX, 2013). Para Marx,

O processo de trabalho, como expusemos em seus momentos simples e abstratos, é atividade orientada a um fim – a produção de valores de uso –, apropriação do elemento natural para a satisfação de necessidades humanas, condição universal do metabolismo entre homem e natureza, perpétua condição natural da vida humana e, por conseguinte, independe de qualquer forma particular dessa vida, ou melhor, comum a todas as suas formas sociais. (MARX, 2013, p. 335)

Logo, são as mediações que caracterizam a troca material, ou a relação metabólica que, necessariamente, o ser humano estabelece com a natureza para poder, por meio dela, conservar a sua existência. Com isso, a relação metabólica é entendida como um processo que marca todo o desenvolvimento da existência humana e “[...] enquanto o homem existir ele terá que dedicar parte do tempo da sociedade para se apropriar dos objetos da natureza e de transformá-los em objetos de uso humano através do trabalho.” (GOMES, 2004, p. 37)

Entretanto, essa relação é também marcada pela presença de uma “falha (*rift*) inseparável”, identificada por Marx como resultante da divisão do trabalho²⁴, em virtude do modo de produção capitalista. (FOSTER, 2005, p. 26) A falha metabólica resulta das “[...] relações de produção capitalistas e da separação antagônica entre cidade e campo”, típica nas sociedades capitalistas, identificada por Marx no contexto do que os historiadores convencionaram denominar como “segunda revolução agrícola” com a crise na agricultura relacionada a isto. (FOSTER, 2005, p. 201-202)

Neste sentido, refletiu Marx (2013, p. 703) que

É na esfera da agricultura que a grande indústria atua do modo mais revolucionário, ao liquidar o baluarte da velha sociedade, o “camponês”, substituindo-o pelo trabalhador assalariado. Desse modo, as necessidades sociais de revolucionamento e os antagonismos do campo são nivelados às da cidade. O método de produção mais rotineiro e irracional cede lugar à aplicação consciente e tecnológica da ciência. O modo de produção capitalista consome a ruptura do laço familiar original que unia a agricultura à manufatura e envolvia a forma infantilmente rudimentar de ambas. Ao mesmo tempo, porém, ele cria os pressupostos materiais de uma nova síntese,

²⁴ Em Marx e Engels (2001, p. 12), a divisão do trabalho é entendida como um processo que ocorre no interior de uma nação e responsável por gerar “[...] a separação do trabalho industrial e comercial, de um lado, e o trabalho agrícola, de outro; e, com isso, a separação entre a cidade e o campo e a oposição de seus interesses”.

superior, entre agricultura e indústria sobre a base de suas configurações antiteticamente desenvolvidas.

Sob a lógica capitalista que determina a organização da sociedade urbana e industrial, o homem ao se apropriar dos elementos da natureza já reificados, para em seguida consumi-los, os devolverá novamente à natureza; e a forma dessa devolução tem se constituído em um fator de desequilíbrio, ou seja, constitui uma falha metabólica. Marx entendeu que essa sociedade, que se expressa também por meio de uma crescente população urbana, amontoada “[...] em grandes centros pela produção capitalista” é capaz de desvirtuar

[...] o metabolismo entre o homem e a terra, isto é, o retorno ao solo daqueles elementos que lhe são constitutivos e foram consumidos pelo homem sob forma de alimentos e vestimentas, retorno que é a eterna condição natural de fertilidade permanente do solo. Com isso, **ela destrói tanto a saúde física** dos trabalhadores urbanos como **a vida espiritual** dos trabalhadores rurais. (MARX, 2013, p. 702, grifo nosso)

É interessante perceber que Marx reconhecerá que a produção capitalista, ao mesmo tempo em que “[...] destrói as condições do metabolismo, engendradas de modo inteiramente natural-espontâneo”, irá instituir a falha metabólica como a nova relação a ser estabelecida entre o ser humano e a natureza, pois ela “[...] obriga que ele [o metabolismo] seja sistematicamente restaurado em sua condição de lei reguladora da produção social e numa forma adequada ao pleno desenvolvimento humano.” (MARX, 2013, p. 702)

Como esse entendimento acerca da falha metabólica, será reconhecida em Marx, ainda que não esteja assim explicitada em sua obra, a presença de uma “[...] uma crítica da degradação ambientalista que antecipa boa parte do pensamento ecológico de hoje”, dirá Foster. (2005, p. 202) Sobre este aspecto e apresentando um raciocínio similar, Gomes (2004, p. 37) afirmará que

Marx antecipa [...] um problema que veio a se tornar muito mais grave com o desenvolvimento das sociedades submetidas ao domínio do capital, sobretudo quando esse retorno à natureza dos elementos apropriados pelo homem passou a se dar em enormes quantidades de refugo, lixo e poluição, com todas as suas desastrosas consequências.

Se apreendêssemos a noção de falha metabólica considerando estritamente o resultado da troca material entre a sociedade capitalista e a natureza, no que diz respeito à problemática que envolve as águas, a falha ficaria explicitada mediante uma série de impactos ambientais que resultam do comprometimento total da capacidade de resiliência dos corpos hídricos em assimilar a elevada carga de poluentes, lançada com um ritmo e intensidade constantes.

Na perspectiva relacional, própria da ação de troca material e da mediação na qual a noção de metabolismo e falha metabólica é desenvolvida, entendemos que a resiliência não supõe a ausência humana absoluta, ainda que reconheçamos todo o aspecto natural próprio dos processos biogeoquímico que regulam a dinâmica dos corpos hídricos. Contudo, não se pode perder de vista que a sociedade que promove a falha metabólica será a mesma que poderá revertê-la e um exemplo disso é a experiência do rio Tâmis, na Inglaterra, no qual a capacidade de resiliência foi garantida quando cessaram os processos de degradação.

A falha metabólica assume uma expressão ainda mais profunda do desequilíbrio ou da desconexão entre o ser humano e a natureza, especialmente quando consideramos que a inter-relação estabelecida não se processa apenas e estritamente nos níveis fisiológicos, ou seja, físico, orgânico, mecânico e bioquímico. Trata-se de uma inter-relação que alcança as dimensões mais subjetivas e sutis do ser, aquelas que se dão através dos níveis mental e emocional, energético e espiritual. E serão tão importantes quantos as fisiológicas, especialmente por acolherem a dimensão da totalidade na qual se dá o metabolismo. (CREMA, 1989; MARX, 2013)

Um exemplo para ilustrar a falha metabólica nesses níveis subjetivos pode ser apreendido através de algumas evidências de tensões no uso da água em Salvador e RMS. Aqui apresentaremos o caso de um morador de uma área na qual foi implantado um aterro sanitário. Na fala dessa pessoa, que vive numa chácara desde 1974, localizada na Estrada Velha do Aeroporto/CIA, está evidente os sentimentos de vergonha, tristeza, aborrecimento, preocupação e medo, ao refletir e relatar sobre os efeitos negativos causados desde a instalação do Aterro Metropolitano de Salvador,²⁵ em 1992, nas proximidades do lugar em que vive, considerado responsável por comprometer o seu modo de vida.

O modo de vida referido é o rural e aparecerá caracterizado em sua fala quando ele se refere ao cultivo de um pomar, à criação de galinhas, de cavalos e cachorros, além de revelar a utilização da água do córrego que atravessa sua propriedade. Logo, estamos diante de um relato que explicita a existência de uma relação metabólica com a natureza. A localização de sua chácara, a montante do Aterro, é entendida como a responsável por ainda poder utilizar a água da fonte, pois sua localização garantirá que as águas que utiliza não estejam contaminadas pelo

²⁵ O Aterro Metropolitano de Salvador, fundado em 1997, foi implantado numa área escolhida pela Companhia de Desenvolvimento Urbano da Bahia (CONDER). Em 2005, o supervisor de operações do aterro, Sr. João Fortuna, admitia que a localização do aterro terreno era “inadequada” por se tratar de uma área de remanescente de Mata Atlântica, dentro da Área de Proteção Ambiental Joanes Ipitanga, cortada pela bacia hidrográfica do Rio Itinga e por dois afluentes importantes do Rio Joanes. (SUBSOLO..., 2005, p. 4)

chorume. Caso a sua água estivesse contaminada, a falha metabólica estaria estabelecida de forma mais direta e, como seus vizinhos a jusante, ele também seria obrigado a deixar de utilizar a água diretamente da fonte.

[...] ele diz que sua vida seria um perfeito paraíso se não fosse o aterro, que derrubou árvores centenárias e trouxe moscas que nenhum inseticida consegue eliminar, pousando nos alimentos e ratos que trazem doenças. Ele conta que muitos vizinhos abandonaram o local por causa dos **aborrecimentos** e o mau cheiro. ‘Tem dias que está insuportável, chega a arder o nariz. As nascentes dos rios estão sendo aterradas, e **preocupa** a contaminação das águas, porque o chorume vaza direto. Não posso fazer um churrasco para os amigos porque **sinto vergonha** da quantidade de moscas varejeiras e o **impacto visual**. Eu ainda tenho água mineral dos poços porque estou acima do aterro, mas meus vizinhos que estão abaixo, agora, têm que pagar água da Embasa porque está tudo contaminado... A terra já soterrou o rio todo’, lamenta... ‘Quando enche, o chorume vai direto para a canaleta, que cai no rio. Antigamente, era fundo e alto, todo mundo tomava banho, vinha buscar água e lavava roupa. Agora, o povo vê a espuma e **fica com medo**, e tem partes onde está cheio de terra. A água dos rios Itinga e Passagem mudou de cor, **é uma tristeza** ver o que está acontecendo’, desabafa. Comunidades do Jardim Capelão, Parque São Paulo e Itinga não possuem água encanada e continuam utilizando água do rio para beber e lavar roupa. (SUBSOLO..., 2005, p. 9, grifo nosso)

A dimensão emocional, própria do ser humano, como um ser biofísico, psíquico, sociocultural e espiritual é negligenciada²⁶. Por exemplo, quando é exigida a identificação e mensuração da intensidade dos prováveis impactos socioambientais (tanto os negativos, considerados como possíveis de serem administrados através de medidas compensatórias e mitigadoras, quanto os positivos, aqueles que geralmente são traduzidos em ganhos econômicos para as comunidades sob a influência de algum empreendimento), que um determinado tipo de empreendimento pode gerar, esse nível de percepção não é sequer reconhecido no processo de licenciamento ambiental como um elemento importante a ser considerado.

Nessa perspectiva, a falha metabólica – fenômeno amplo e complexo – é percebida como um fenômeno “normal”, próprio do processo de produção do espaço urbano/industrial, onde a natureza será intensamente reificada, com prejuízos que alcançam a condição psíquica, social, cultural e, também, espiritual dos sujeitos. Muitas vezes o resultado da falha pode ser

²⁶ E isto ocorre sob a chancela legal dos órgãos ambientais, por exemplo. O processo de licenciamento ambiental é um dos instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente que “assegura e viabiliza operacionalmente a avaliação dos impactos e que define, após consulta à comunidade, as medidas mitigadoras e compensatórias necessárias para eliminar, reduzir e atenuar os danos ambientais e os respectivos impactos das atividades efetiva e potencialmente poluidoras e degradadoras dos recursos naturais” (ABEMA, 2013, p. 17) Nestes termos o licenciamento obedecerá a um rito que é baseado no marco regulatório instituído pela Lei Federal 6.938, de 31 de agosto de 1981 – que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente – onde fica expressada a busca por objetividade. (ABEMA, 2013) Com isto, não há lugar, ainda, para as dimensões mental e emocional, energética e espiritual no processo do licenciamento ambiental.

percebido na total ausência de consciência do sujeito com relação à realidade. Para Crema (1989), a normose é uma patologia que acomete aqueles sujeitos que não consideram a falha metabólica como um problema, como algo capaz de comprometer a sua própria existência ou o seu modo de vida.

Dessa forma, o fato de o morador externar os sentimentos, que revelam o seu desconforto e descontentamento frente aos impactos socioambientais negativos causados pelo aterro sanitário, indica que se trata de uma pessoa que ainda não está doente, ou normótica. A normose²⁷ é reconhecida como a patologia da normalidade, para a qual

[...] uma pessoa *normal*, ou melhor, normótica, é a bem ajustada ao sistema mórbido, assim contribuindo para a manutenção do *status quo*. Sabemos bem, pela própria carta constitutiva da Organização Mundial de Saúde (1946), que a saúde não é ausência de sintomas, mas a presença de um processo completo de bem-estar nos planos somático, psíquico e social. O fator ambiental e o espiritual foram considerados e incluídos neste conceito, mais tarde (1998). Em outras palavras, quando um sistema se encontra num estado patológico em larga medida, a pessoa realmente em boa saúde é aquela capaz de manifestar um estado de desajustamento consciente, de uma indignação justa, de um desespero sóbrio. (CREMA, 2017, p. 1)

A necessidade do aterro sanitário é inquestionável no contexto da sociedade urbana e industrial, inclusive sendo tecnicamente recomendável como destino dos resíduos sólidos e a representação da solução frente a permanente e intensa problemática. Nesse sentido, o consumo intenso e a conseqüente produção de resíduos, bem como os possíveis e prováveis impactos socioambientais gerados pelo aterro sanitário, como o metropolitano de Salvador, não são objetos postos em xeque. Somando-se a isto, tem-se a completa indiferença da sociedade aos

²⁷ A normose é entendida como uma patologia da normalidade, de acordo com Roberto Crema (2017). Esse autor desenvolve uma abordagem sobre normose a partir de três fundamentos: o sistemático, o evolutivo e o paradigmático. “O primeiro é o *sistêmico*: esta anomalia da normalidade surge quando o sistema no qual vivemos encontra-se, predominantemente, desequilibrado, doente e corrompido, quando o que predomina são as contradições ou sintomas como a falta de escuta, de respeito, de cuidado e de fraternidade, com uma violência alarmante e crescente contra o indivíduo, a sociedade e a natureza. [...]. O segundo fundamento é o *evolutivo*, que indica a necessidade de um investimento sistemático no potencial de autodesenvolvimento, de maturidade e de uma plenitude possível ao humano, através da ousadia imperativa de transcender os trilhos normóticos rumo às trilhas iniciáticas: tornar-se humano. Em outras palavras, o ser humano introduziu outra ordem de complexidade e de qualidade intencional, consciente e voluntária no processo evolucionário. Além dos acasos e das necessidades, das mutações genéticas aleatórias e dos combates entre os mais aptos, segundo a seleção natural darwiniana, a evolução humana consiste no desenvolvimento da consciência, que solicita um trabalho sobre si mesmo nas trilhas labirínticas evolutivas do processo de individuação. [...] O terceiro fundamento é o paradigmático, tal como concebido num sentido mais vasto, por Thomas Kuhn. Neste caso, a normose surge quando o paradigma que ainda prevalece encontra-se esgotado no seu potencial criativo e, até certo ponto, esclerosado, sendo que o paradigma emergente é postulado por um grupo minoritário. Como afirmava Max Planck, segundo Kuhn, uma nova verdade científica não triunfa pelo convencimento dos seus oponentes, facilitando que vejam as novas luzes, mas porque, simplesmente, eles morrem. Assim, de enterro a enterro e de nascimento a nascimento uma nova geração se desenvolve, aberta e receptiva ao novo aprender a aprender. Encontra-se aqui em jogo a nobreza indicada por esta paradoxal e feliz expressão de Henry Thoreau, *a maioria de um*.” (CREMA, 2012, p. 1)

impactos que um aterro como o mencionado provoca à biodiversidade e às pessoas do lugar onde é implantado.

Por fim, as mediações estabelecidas pela inter-relação homem-natureza, expressas, sobretudo, no trabalho do *homo faber*, não são imutáveis, estando permanentemente sujeitas às mudanças que são próprias do desenvolvimento histórico do ser humano, bem como da própria natureza.

1.3 O PLANEJAMENTO

O conceito de planejamento não é tão elaborado filosoficamente, se comparado aos conceitos de Natureza e Reificação, podendo inclusive ser considerado bastante simples e, em certa medida, muito usual na atualidade, além de quase sempre vir acompanhado de um adjetivo, como: planejamento governamental, planejamento estratégico, planejamento urbano, planejamento metropolitano, planejamento territorial, planejamento agrícola, entre outros. (FERREIRA, 1983, p. 26)²⁸

A despeito dessa variedade de tipificações, consideramos fundamental, neste estudo, compreender a ação do Planejamento Governamental, no Brasil, no processo de produção e organização espacial regional, pela indução do modelo de desenvolvimentista, responsável por promover mudanças socioespaciais profundas. É importante, dessa forma, compreender como a ação performática do Planejamento Governamental, coordenada para apropriação e utilização econômica dos recursos da natureza, onde se inserem os recursos hidrológicos, água e energia (barragens, usinas, reservatórios, entre outros), contraditoriamente, contribuiu decisivamente para a reificação das águas, com a industrialização, reduzindo e supervalorizando apenas a sua dimensão econômica, que a transforma em recursos hídricos, além de promover a degradação ambiental dos mananciais, sobretudo daqueles inseridos nos espaços metropolitanos.

²⁸ É válido salientar que, numa perspectiva filosófica, o Planejamento governamental é uma categoria de análise contemporânea e amplamente questionada na atualidade, no que diz respeito a sua prioridade, de forma acelerada, de promover o crescimento econômico. Nesse sentido, outras orientações de Planejamento despontam de forma contra hegemônica no contexto atual da sociedade brasileira, como o Planejamento Ambiental – cujo foco é promover o desenvolvimento sustentável, priorizando a conservação da biodiversidade, como central no processo –, o Planejamento Territorial, cujo foco a ser priorizado é o território, a forma como é produzido e apropriado, considerando o desenvolvimento humano, a partir do reconhecimento das relações de identitárias, culturais, simbólicas e de poder que serão responsáveis pela formação de territórios.

Ao reconhecer o protagonismo da ação do Estado no processo de produção e organização do espaço urbano/industrial, alinhamos a nossa discussão ao entendimento apresentado por Villaça (1999, p. 173) quando ele reconhece que o que se denomina planejamento urbano no Brasil refere-se, na verdade, à já mencionada ação do Estado sob os espaços, uma ação que muitas vezes caminhará no campo apenas discursivo, como menciona o autor, ou seja, daquilo que seria o plano ou o projeto. (VILLAÇA, 1999, p. 1974)

Contudo, neste momento, nos propusemos a uma análise mais ampla sobre o Planejamento Governamental e no Capítulo IV deste documento, ao discutirmos sobre o processo de formação da RMS na relação com as águas, novamente serão aprofundadas as discussões sobre as ações do planejamento governamental metropolitano, bem como a concepção Natureza nele presente.

Ferreira (1983, p. 15) dirá que o planejamento, a grosso modo, se constitui no oposto da improvisação, logo “[...] uma ação planejada é uma ação não improvisada. Uma ação improvisada é uma ação não planejada”. Parece obvio alcançar esse entendimento, entretanto, o planejamento nasce basicamente da necessidade de incorporar ações planejadas no âmbito da administração pública, cujo propósito final é o de alcançar objetivos pré-estabelecidos. (FERREIRA, 1983; SANTOS, 2010)

A história da institucionalização do planejamento é relativamente recente, se comparada à história da Natureza, por exemplo, datando do século XX e inicialmente relacionada à administração pública, como mencionado anteriormente. A experiência do planejamento na esfera pública esteve estreitamente vinculada às condições pós-revolucionárias da antiga União Soviética (URSS). (GOMES, 2015)

Embora não seja objetivo deste estudo o aprofundamento da discussão sobre o modelo de planejamento desenvolvido no âmbito de uma economia socialista, cabe, contudo, dizer que é esta a origem da experiência do Planejamento Governamental. E o que diferenciava basicamente esse tipo de planejamento daquele que passa a ser desenvolvido numa economia capitalista, esta sim objeto de nossa análise, era basicamente a forma como se organizava a economia socialista. (GOMES, 2015)

Nesta última economia citada, como nos explica Gomes (2015, p. 4), o “[...] planejamento é uma alocação *a priori* de recursos [...]” dada a necessidade das economias socialistas “[...] de coordenar a produção com os fins sociais, ao passo que a alocação *a posteriori* de recursos, via as leis objetivas de mercado, é típica dos países capitalistas”. Com

isto fica claro que quem planeja o faz orientado por um objetivo e pelo interesse em alcançá-lo plenamente.

O planejamento, nesse sentido, deverá expressar com total clareza o que realmente é considerado importante a ser realizado ou obtido, para em seguida serem traçados os meios considerados necessários para atingir os objetivos estabelecidos. Esse é o principal critério a orientar todo o processo que envolve a ação do planejamento. (FERREIRA, 1983, p. 16)

O processo de planejamento envolve, nessa ordem, o plano, os projetos e os programas. De forma geral, o plano é um documento abrangente e geral, no qual deve conter o objetivo geral, os estudos, diagnósticos locais e situacionais, bem como aqueles necessários à identificação dos problemas a serem mitigados ou resolvidos, mediante objetivos estratégicos e metas a serem desenvolvidas nos programas e nos projetos. O programa é um documento que contém o conjunto de projetos, cujos resultados deverão permitir alcançar o objetivo maior já previamente definido. E, por fim, o projeto, por sua vez, é a menor unidade do processo de planejamento e se trata de um instrumento técnico administrativo de execução. (FERREIRA, 1983)

Dito isto, a função do planejamento é traduzir os interesses de quem planeja, por meio de ações previamente organizadas, e apresentar as condições necessárias para que esse interesse, traduzido em forma de objetivos, seja alcançado. (FERREIRA, 1983)

A trajetória do planejamento governamental no Brasil teve início²⁹ na década de 1930, com a revolução modernizante de Getúlio Vargas (PINHO, 2014), e vivenciou seu momento mais pungente nos anos da década de 1950, estando sempre atrelada a um tipo específico de estratégia de desenvolvimento nacional, fortemente vinculada à ação interventora do Estado, e vigorará até o processo de redemocratização, em 1988. (NOVAES, 2008; BRESSER-PEREIRA, 2010; CARDOSO JÚNIOR, 2011; MARICATO, 2012; PINHO, 2014) Este período será denominado, por Cardoso Júnior (2013, p. 10), “[...] o longo século XX do planejamento governamental e da gestão pública no Brasil”.

O projeto desenvolvimentista nacional nasceu em decorrências de uma profunda crise econômica internacional, contudo, segundo Carraro e Fonseca (2003, p. 03), foi um projeto inovador por

Criar as condições necessárias para que um novo projeto de desenvolvimento encontrasse no Brasil o ambiente básico para sua reprodução e, de certa forma, revolucionário, ao propor não pequenas adaptações da economia brasileira às

²⁹ Cardoso Júnior (2011, p. 15) acusa que uma exceção pode ser feita com relação ao planejamento governamental no Brasil: trata-se do Convênio de Taubaté em 1906, contudo, refere-se a uma ação isolada.

condições econômicas internacionais da época, mas grandes mudanças (principalmente institucionais) com poder de alterar a antiga forma de gerir a economia e direcionar investimentos, em favor do novo e dinâmico sistema.

Na segunda metade do século XX, o desenvolvimento da nação era considerado tardio, especialmente quando comparado ao desenvolvimento das nações capitalistas já industrializadas. Logo, como esclarece Cardoso Júnior (2011, p. 7), tratava-se do reconhecimento de que “[...] as bases políticas e materiais do capitalismo já se encontravam constituídas e dominadas pelos países ditos centrais”.

Nessa conjuntura, o Brasil precisava reorientar as bases de sua economia, de tradição primária, sobretudo, de base agroexportadora – especialmente após os prejuízos na produção e exportação cafeeira, com a quebra da bolsa em Nova Iorque, em 1929 – e, de forma acelerada, buscar se inserir no contexto de desenvolvimento e modernidade inspirado, em grande medida, pelas experiências dos países de capitalismo originário, através de uma clara opção por uma estratégia de desenvolvimento nacional, com base na industrialização integral com urbanização. (NOVAES, 2008; BRESSER-PEREIRA, 2010; BIELSCHOWSKY, 2010; CARDOSO JÚNIOR, 2011; MARICATO, 2012)

Essa estratégia ficou conhecida como desenvolvimentismo, ou seja, uma teoria ou política que defende o desenvolvimento econômico alcançado por meio da produção industrial. (CARDOSO JÚNIOR, 2011). Ermínia Maricato (2012) destacará a atuação da Comissão Econômica para América Latina (CEPAL), no sentido de formular as “[...] estratégias de desenvolvimento as quais geraram as propostas de industrialização (tardia) por substituição de importações, política conhecida como desenvolvimentismo”. (MARICATO, 2012, p. 2) Assim, o objetivo básico do nacional-desenvolvimentismo era o de

[...] promover o desenvolvimento econômico, e em segundo lugar, que, para que isso acontecesse, a nação – ou seja, empresários, burocracia do Estado, classes médias e trabalhadores, unidos na competição internacional – precisava definir os meios para alcançar esse objetivo no âmbito do sistema capitalista, com o Estado como o principal instrumento da ação coletiva. (BRESSER-PEREIRA, 2010, p. 75)

Ao Governo central coube a tarefa de “[...] transformar as estruturas econômicas e sociais da Nação no sentido do desenvolvimento, sendo a industrialização a maneira historicamente preponderante de se fazer isso.” (CARDOSO JÚNIOR, 2011, p. 7) Acrescenta-se a isso as transformações espaciais que também foram provocadas pela ação do Governo central, como por exemplo, a formação das regiões metropolitanas no país, na década de 1970.

Para que tal objetivo fosse atingido, diversos economistas, à época, reuniram-se em torno de discussões sobre a temática “desenvolvimento” e apresentaram suas propostas de política econômica, ficando conhecidos como “economistas desenvolvimentistas” (BRESSER-PEREIRA, 2010). De acordo com esse autor, a denominação foi dada, em síntese, “[...] porque escolheram o desenvolvimento como o objetivo máximo de sua análise econômica e ação política”. (BRESSER-PEREIRA, 2010, p. 3)

Com isto, tornava-se claro o entendimento de que “[...] a economia do desenvolvimento era uma teoria ou um grupo de teorias, enquanto o desenvolvimentismo era a estratégia nacional de desenvolvimento correspondente”. (BRESSER-PEREIRA, 2010) Logo, tratava-se de uma escolha clara pelo desenvolvimento econômico, aquele cujo crescimento é alcançado através de transformações estruturais, consideradas capazes de conduzir ao aumento de produtividade e à melhoria do bem-estar. (BIELSCHOWSKY, 2011, p. 15)

Contudo, como esclarece Bielschowsky (2011, p. 15), raramente esse tipo de desenvolvimento estaria “[...] acompanhado de melhor distribuição de renda, e quase jamais caminha com a preservação ambiental”. Por isso mesmo, a concepção de “bem-estar” por ele almejado pode ser objeto de questionamentos, uma vez que se trata de um tipo de “bem-estar” enquadrado nos marcos de um tipo desenvolvimento que visava promover mudanças socioespaciais, em âmbito nacional, como se todo o território nacional fosse uniforme, logo, desconsiderando a diversidade dos modos de vida e identidades territoriais, social e historicamente construídas. O hegemônico e o homogêneo em oposição à diversidade de modos de vida emergiram como uma resolução do problema do atraso e do subdesenvolvimento, não sem gerar tensões e conflitos territoriais diversos. (ALENCAR, 2008; PORCIUNCULA, 2011)

Outro elemento importante que acompanha o entendimento sobre esse tipo de desenvolvimento está atrelado ao seu aspecto ideológico, ao qual Bielschowsky (2011, p. 15) considerou tratar-se de “[...] uma ideologia de promoção do processo de desenvolvimento econômico por meio de uma combinação entre Estado e mercado”.

Com isto, a opção pelo desenvolvimentismo requereu o esforço do Estado brasileiro de construir um ambiente de consenso nacional em torno do desenvolvimento urbano/industrial, de forma que a ideia do modelo ganhasse materialidade no plano da realidade, num ambiente de conformidade. (BAPTISTA, 1978) No sentido político, era preciso disseminar a ideologia do industrialismo

[...] como forma de organização social para a superação do atraso, sendo, portanto, inescapável a montagem de estruturas ou sistemas de planejamento

governamental por meio dos quais a missão desenvolvimentista se possa realizar [...]. (CARDOSO JÚNIOR, 2011, p. 7)

No contexto das décadas de 1940, 1950, 1960 e, sobretudo, na década de 1970, o Estado brasileiro passa a empreender mais vigorosamente os primeiros esforços de sistematização teórico-metodológica de importantes instrumentos de planejamento, inspirados, com justeza, “[...] no contexto da grande onda neoliberal e conservadora que começou a se formar” (BRESSER- PEREIRA-, 2010, p. 3) nas experiências internacionais, a partir dos princípios da administração burocrática de Max Weber e da teoria keynesiana, princípios em que a organização política, econômica e social estaria fundada: primazia e competência dos técnicos, a tecnocracia. Dessa forma, o contexto brasileiro era favorável à experiência do planejamento governamental. (CARDOSO JÚNIOR, 2011, p. 7; PALUDO, 2014) Contudo,

As primeiras experiências de planejamento foram de cunho exclusivamente **econômico**, direcionadas à criação de indústrias de bens de consumo, com apoio ao capital privado nacional e intervenção direta do governo na economia por meio de criação de empresas públicas e sociedades de economia mista, principalmente com foco bem definido: promover o desenvolvimento nacional. (PALUDO *et al.*, 2014, p. 70)

O planejamento do desenvolvimento, junto com a intervenção do Estado, “[...] se configurou, sobretudo, dentro de uma ordem industrial, urbana e corporativa, que procurava coadunar os interesses (antípodas) do capital e do trabalho [...]” (PINHO, 2014, p. 66) E, segundo o autor, perdurará “[...] até o início do século XXI, quando da interrupção de uma heterogênea coalizção trabalhista e desenvolvimentista no poder.” (PINHO, 2014)

Segundo Paludo (2014, p. 57), inicialmente o planejamento era elaborado por comissões independentes e, no período compreendido entre 1936 e 1938, foram instituídas comissões para elaboração de planos, resultando na criação do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP) que, além do serviço administrativo, desempenhava a função de planejamento. “Ao atuar como o motor da expansão desenvolvimentista do Estado, sagrou-se como a primeira estrutura burocrática weberiana destinada a produzir políticas públicas em larga escala.” (PINHO, 2014, p. 68)

De acordo com Cardoso Júnior (2011), na busca acelerada pelo desenvolvimento econômico no Brasil, o planejamento avançou mais rapidamente que a “[...] própria estruturação dos demais aparelhos estratégicos do Estado, dos quais aqueles destinados a gestão pública propriamente dita [...] vêm a reboque, tardiamente frente ao planejamento”. (CARDOSO JÚNIOR, 2011, p. 7) Para o autor, esse processo resultou principalmente no

afastamento das instâncias planejamento e gestão e, talvez por isso, não é incomum verificar na atualidade que planejamento e gestão são tratados como instâncias independentes uma da outra, embora não o sejam.

Convergindo com o autor, acerca dessa aparente e pouco discutida dissociação entre planejamento e gestão, consideramos que um exemplo ilustrativo dessa aparente dissociação pode ser observado ao verificarmos os instrumentos de gestão dos recursos hídricos existentes³⁰ na atualidade. O sistema de gestão das águas, embora alinhado ao planejamento governamental vigente, é discutido de forma independente desse planejamento, que o sustenta.

De acordo com a Agência Nacional das Águas (2002, p. 7), o sistema de gerenciamento dos recursos hídricos foi construído “[...] para ser descentralizado, integrado e, principalmente, participativo”. Neste sentido, “[...] foram criados os comitês de bacia com a participação dos setores de governo, dos técnicos, dos usuários e da sociedade civil”. (AGÊNCIA NACIONAL DAS ÁGUAS, 2002) Estes princípios, de acordo com a ANA, é o que legitima e sustenta o sistema de gestão das águas que, inspirado no “moderno” modelo de gestão francês, acaba por revelar o anacronismo na sua relação com o planejamento governamental brasileiro.

Trata-se de uma sustentação extremamente frágil na realidade brasileira, especialmente quando se verifica que, na atualidade, uma das maiores dificuldades encontradas para atuação dos comitês de bacia hidrográfica, em todo o território nacional, é o fato de que as deliberações aprovadas pelos comitês de bacias são ignoradas pelos demais órgãos gestores, estes sim alinhados ao modelo de planejamento governamental já consolidado no país. (EM DISCUSSÃO, 2014)

Sobre isso, o diretor-presidente da ANA, Vicente Andreu Guilo, reconhecerá que a dificuldade de implementação da Lei 9.433/1997, que institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, reside no fato de a referida lei não “[...] ser fruto de uma cultura de procedimentos já existentes no país, e sim idealizada a partir de um modelo.” (EM DISCUSSÃO, 2014, p. 37)

Ao nos remetermos ao passado, com a criação da primeira legislação para a gestão das águas, o *Código das Águas*, de 1934, pode-se verificar a sua perfeita adequação ao desenvolvimentismo daquela época, ou seja, a água fora enquadrada para atender ao Brasil industrial. Por isso, o referido *Código*, dirá Silvestre (2008), foi reconhecido por ter se constituído

³⁰ Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, na Constituição de 1988, até a aprovação da Lei 9.433, de 8 de janeiro de 1997, estabeleceu a Política Nacional de Recursos Hídricos e instituiu o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos. Em julho de 2000, é criada a Agência Nacional de Águas (ANA).

em um importante instrumento jurídico-legal utilizado para responder às necessidades que emergiram do projeto de modernização por meio da industrialização do Brasil.

Tal projeto será o responsável pelo primeiro enquadramento das águas do Brasil, pela criação do *Código das Águas*, e a importância das águas, refletida no potencial hídrico que o país detinha, foi reconhecida como fundamental para o desenvolvimento da indústria hidrelétrica e para a diversificação do consumo de águas pelos novos setores da indústria. (SILVESTRE, 2008)

Logo, o *Código das Águas* foi um documento normativo criado para auxiliar nos esforços do governo brasileiro em promover a regulação e o enquadramento das águas, no território nacional para, sobretudo, atender aos desígnios da industrialização surgente. Nesse instrumento de regulação jurídica das águas, identifica-se o que pode ter sido o primeiro momento da transição semântica de água para recurso hídrico, pouco observada e discutida, embora a composição desses vocábulos guarde o sentido primordial que os distingue entre si.

O Brasil industrial requeria um maior controle do uso das águas doces, pois reconhecia no potencial hídrico-energético um importante suporte para

[...] atender às demandas de um País que se urbanizava e era palco de importantes transformações econômicas, sociais e políticas. Um País servido por abundância relativa de água e grande potencial hidro-energético no qual se fortalecia o ideário do desenvolvimento, identificado à industrialização. (SILVESTRE, 2008, p. 2)

Com o propósito de fortalecer o projeto desenvolvimentista em curso no Brasil, o *Código das Águas* cumpre a função de priorizar o uso industrial, “[...] o que, em última instância, sublinha sua apropriação dirigida à reprodução do capital”. (SILVESTRE, 2008, p. 3) Ainda que, vale ressaltar, o *Código* tenha contemplado o uso da água para o consumo humano “[...] como direito próprio à vida”, será o uso industrial aquele que passou a ser protegido por lei.

Silvestre (2008, p. 3), ao discutir sobre essa prioridade, afirma que ainda que o *Código das Águas* considerasse os direitos individuais e estabelecesse “[...] normas de conduta regulando, por exemplo, as relações de vizinhança entre usuários”, irá com muito mais vigor, mediante o intervencionismo do Estado, criar e fazer valer as estratégias para estimular a “[...] produção e distribuição de energia hidroelétrica”, além de promover “[...] a centralização do poder, instrumentalizando o Estado para exercer controle sobre essa atividade”. (SILVESTRE, 2008, p. 3), o que tornava predominante a dimensão econômica, que a água possui e a transforma em recurso hídrico, ante as demais dimensões.

O que mudou então quando se verifica a evolução da gestão das águas no Brasil frente ao “novo” desenvolvimentismo³¹ se os recursos hídricos, ou seja, a dimensão econômica da água permanece atendendo ao Brasil urbano e industrial? O contexto político e econômico certamente, mas o planejamento – ainda que passando por fases de maior e menor expressão – permanece sendo um eficaz instrumento de ação estatal, não representando um obstáculo às atividades do setor privado, priorizado pelo Estado, mas legitimando-as. (COSTA, 2005, p. 17)

A dissociação entre o planejamento e a gestão não permite que as mudanças almeçadas – que no caso da gestão das águas emanam dos interesses de diferentes segmentos da sociedade civil organizada, funcionários públicos³², empresários dos mais diversos segmentos – ocorram de forma realmente efetiva; pois haverá sempre um limite alcançado: quando o processo chega a um determinado estágio no qual passa a ser considerado inconveniente e comprometedor para os objetivos e diretrizes gerais que sustentam o modelo de desenvolvimento econômico, ainda em vigor no país, e que permanece privilegiando o grande capital urbano e industrial.

No contexto atual, precisa ser superado o binômio planejamento governamental e gestão, pois

A gestão, embora seja atividade de gerenciamento cotidiano da máquina pública, é algo que apenas pode fazer sentido estratégico – vale dizer, ser portadora de conteúdos e de orientações que de fato impactem positivamente tanto os processos cotidianos de trabalho como os produtos e os resultados finais da ação estatal – se acoplada ou referenciada adequadamente a diretrizes gerais e atividades concretas emanadas do planejamento governamental. (CARDOSO JÚNIOR, 2011, p. 12)

Numa síntese, o autor concluirá este raciocínio ao considerar que

Sem planejamento no sentido forte do termo [...] e que implica, fundamentalmente, transformação dos aparelhos e das políticas do Estado para a transformação das estruturas econômicas e sociais da Nação, a gestão pública se converte “apenas³³” em manual de racionalização de procedimentos burocráticos do Estado. (CARDOSO JÚNIOR, 2012, p. 13)

³¹ Segundo Bresser-Pereira outras características diferenciam o velho do novo desenvolvimentismo, dentre elas, destacamos apenas a mais geral a que reconhece “O novo desenvolvimentismo não é protecionista [...] Ao contrário do antigo desenvolvimentismo, que adotou o pessimismo exportador da teoria econômica do desenvolvimento, o novo desenvolvimentismo conta com a capacidade dos países em desenvolvimento de exportarem produtos manufaturados de médio valor agregado ou produtos primários de alto valor agregado.” (BRESSER-PEREIRA, 2010, p. 12-13).

³² Refiro-me ao protagonismo e engajamento que marca o exercício ético e profissional de funcionários públicos do órgão responsável pela gestão das águas no estado da Bahia, o INEMA.

³³ De acordo com o autor, a palavra “apenas” está “[...] colocada entre aspas porque certamente não se considera pequena a tarefa primordial da gestão pública, que é mesmo a de racionalizar procedimentos da administração cotidiana do Estado.” (CARDOSO JÚNIOR, 2012, p. 13)

Consoante o autor, o desmembramento entre as dimensões planejamento e gestão serve para explicar a alternância histórica entre essas duas funções contemporâneas do Estado. (CARDOSO JÚNIOR, 2011) Assim, é possível reconhecer que, após um longo período em que a gestão padeceu frente ao planejamento, o quadro se inverterá.

Apenas durante a década de 1990 que a primazia se inverte, em contexto, de um lado, de esgotamento e desmonte da função e das instituições de planejamento governamental, tais quais haviam sido constituídas ao longo das décadas de 1930 e 1980 e, de outro, de dominância liberal, tanto ideológica como econômica e política. Nesse período, alinhada ao pacote mais geral de recomendações emanadas pelo Consenso de Washington, sugere e ganha força uma agenda de reforma do Estado que tem na primazia da gestão pública sobre o planejamento um de seus traços mais evidentes. (CARDOSO JÚNIOR, 2011, p. 8)

Esse protagonismo da gestão, no contexto de liberalismo econômico, relegara para segundo plano “[...] o planejamento no sentido forte do termo a ser algo não só desnecessário à ideia de Estado mínimo, como também prejudicial à nova compreensão de desenvolvimento que se instaura [...]”. (CARDOSO JÚNIOR, 2011, p. 8) Logo, considerará o autor que, ao invés de

Sofisticar e aperfeiçoar as instituições de planejamento – isto é, instâncias, organizações, instrumentos e procedimentos –, fez-se justamente o contrário, em um movimento que busca reduzir tal função – como se isso fosse possível – a algo meramente técnico-operacional, destituído de sentido estratégico ou mesmo discricionário. (CARDOSO JÚNIOR, 2011, p. 9)

Segundo Cardoso Júnior (2011, p. 9), nessa conjuntura, a função do planejamento ficou comprometida, sendo reduzida às “[...] funções da administração e da gestão estatal, algo como cuidar da folha de pagamento dos funcionários ou informatizar as repartições públicas.”

Tal comprometimento da função do planejamento é esclarecido na fala do secretário-adjunto da Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos, Denis Sant’Anna Barros, em 2007³⁴. Ao analisar a conjuntura naquele período, no contexto da implantação do primeiro *Plano Plurianual* (PPA), previsto na Constituição de 1988 e implementado no governo de Fernando Henrique Cardoso, Denis Sant’Anna Barros avaliou a pertinência do plano – tão fortemente presente na história do Brasil entre as décadas de 1940 e 1970 – considerando o retorno do planejamento “bem sucedido” com a implantação do PPA. Nesta perspectiva avaliou que

Uma vez estabilizada a economia, no fim dos anos 90, a função de planejamento começou a ressurgir dentro de uma nova abordagem, não mais como instrumento de intervenção na economia, mas como uma ferramenta de

³⁴ Entrevista à Agência Câmara, da Câmara de Deputados Federais. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/97996.html>>

gestão para melhorar a qualidade da aplicação dos recursos públicos e para motivar a participação da iniciativa privada nos investimentos de interesse público. (AGÊNCIA CÂMARA, 2007).

Entretanto, esse retorno não chega a ser tão bem-sucedido, uma vez que o planejamento não foi assimilado como uma atividade intensiva em gestão e sim como um mero instrumento dela. (CARDOSO JÚNIOR, 2011) Os quadros a seguir, elaborados por Cardoso Júnior (2011, p. 13), tiveram como objetivo demonstrar quão combinadas estão as dimensões planejamento e gestão, considerando um longo período e, assim, dirá o autor, aproximando ambas as dimensões de análise “[...] rumo a uma compreensão mais abrangente do Estado e de suas capacidades e possibilidades de ação”.

Quadro 1 – Periodização para o estudo conjunto do planejamento governamental e da gestão pública no Brasil – 1889-2010.

Ciclos econômicos e políticos	Padrão de Estado	Contexto econômico-estrutural	Contexto político-institucional	Dimensões do planejamento governamental	Dimensão da gestão pública
1889-1930 Primeira República– desenvolvimento para fora	Dominância liberal-oligárquica	Economia cafeeira voltada para o exterior	Montagem do aparato estatal-burocrático	Ausência de planejamento: - Convênio de Taubaté - Crise de 1929	Patrimonialista
1933-1955 Era Getúlio Vargas – nacional-desenvolvimentismo	Dominância nacional-populista	Industrialização substitutiva de importações: bens de consumo não durável Dependência financeira e tecnológica	Montagem do sistema corporativista	Planejamento sistêmico: - primeiras estatais - Plano Salte	Patrimonial burocrática – DASP (1938)
1956-1964 Era Juscelino Kubitschek – internacionalização econômica	Dominância estatal-democrática	Industrialização pesada I: -bens de consumo durável - montagem do tripé do desenvolvimento	Acomodação e crise do modelo	Planejamento discricionários: - pensamento cepalino -ideologia desenvolvimentista -Plano de Metas (1956-1961)	Patrimonial burocrática
1964-1979 Regime Militar – crescimento com piora distributiva	Dominância estatal-autoritária	Industrialização pesada II: -milagre econômico (1968-1973) - endividamento externo (1974-1989)	Consolidação institucional-autoritária	Planejamento burocrático-autoritário: - Escola Superior de Guerra (ESG): Ideologia Brasil-Potência; PAEG (1964-1967) II PND (1974-1979)	Patrimonial burocrática – PAEG (1967)
1980 -1989 Redemocratização – crise do desenvolvimentismo	Dominância liberal-democrática	Estagnação econômica: - inflação - endividamento externo (1974-1989)	Redemocratização Reconstitucionalização	Planos de estabilização: - Plano Cruzado (1986) - Plano Bresser (1987) - Plano Verão (1988) - Plano Collor (1989)	Patrimonial burocrática – CF (1988)
1990 – 2010 Consolidação democrática – reformas estruturais	Dominância liberal-democrática	Reformas econômicas liberais: -estabilização monetária - endividamento interno (1995-2006) -reformas estruturais	Consolidação democrática Reforma gerencialista Experimentalismo societal	Planos de estabilização: - Plano Collor (1990) - Plano Real (1994) - Planos Plurianuais (PPAs) (2000-2011)	Patrimonial burocrática Gerencialista Societal

Fonte: Cardoso Júnior (2011, p. 13).

Quadro 2 – Tipos de planos econômicos e principais características no Brasil.

Tipos de planos	Principais características
Planos setoriais e de metas: Plano Salte, Plano de Metas JK e Plano Trienal (CF) ³⁵	Planejamento burocrático, discricionário, vertical e de médio a longo prazo
Planos Nacionais de Desenvolvimento (PND): PAEG e PND ao longo dos anos 1970	Planejamento burocrático, autoritário, impositivo, vertical e de médio a longo prazo
Planos de estabilização monetária: Plano Cruzado (1986), Plano Bresser (1987), Plano Verão (1998), Plano Collor (1990) e Plano Real (1994)	Planejamento de curto prazo, focalizado/conjuntural e vertical
Planos Plurianuais (PPAs): 1991-1995, 1996-1999, 2000-2003, 2004-2007 e 2008-2011	Planejamento de médio prazo, amplo/abrangente e de transição vertical/horizontal

Fonte: Cardoso Júnior (2011, p. 14).

Desse modo, é possível reconhecer que o desenvolvimentismo permanece ainda na atualidade, guardadas as devidas orientações de natureza política, ideológica e teórico-metodológica, expresso na decisão do Estado brasileiro em não renunciar as políticas industriais, com as designações de neodesenvolvimentismo (MARICATO, 2012) e novo desenvolvimentismo (BRESSER-PEREIRA, 2010)³⁶. Esse dado da realidade é verificado ao se constatar que o modelo desenvolvimentista não foi abandonado, ao contrário, se manteve. Logo,

O Brasil avançou em seu processo de industrialização, iniciado nos anos 1950-60, complementando a sua matriz industrial com a produção de bens de capital e dos insumos necessários ao funcionamento de sua economia. (NOVAES, 2008, p. 5-6)

³⁵ Celso Furtado.

³⁶ Bielschowsky (2011, p. 15), numa síntese sobre as fases do desenvolvimentismo, situará sua análise em dois momentos distintos. O primeiro momento que vai até a década de 1980, no qual o desenvolvimentismo estará totalmente alinhado ao projeto de industrialização integral, cujo propósito era o de superar o subdesenvolvimento, pelo controle do Estado. E o segundo momento, depois da década de 1980, no qual o desenvolvimentismo é percebido e relacionado aos processos de antineoliberalismo, aos ensaios sobre estratégias e políticas nas novas condições institucionais e macroeconômicas. É neste contexto que Bresser-Pereira (2010) e Maricato (2012) se referem, respectivamente, a novo e velho desenvolvimentismo e neodesenvolvimentismo. Na década de 1970, ocorre um esgotamento do modelo desenvolvimentista, marcado, sobretudo, pelo desenvolvimento e fortalecimento da indústria nacional. (NOVAES, 2008) Nas décadas de 1980 e 1990, o modelo desenvolvimentista brasileiro entrou em crise, dado os efeitos negativos “[...] que a globalização, dominada pelo ideário neoliberal, impôs, coma anuência das elites nacionais [...] As principais causas dessa tendência, já tratada em vasta bibliografia, deveram-se à queda brusca do crescimento econômico, com aumento do desemprego e a retração do investimento público em políticas sociais”. (MARICATO, 2012, p. 9) De acordo com Maricato, será nesse contexto de crise que o governo brasileiro, em pareceria com as elites locais, acatou uma série de propostas sistematizadas pelos organismos financeiros internacionais (FMI, Banco Mundial e Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID), propostas estas definidas como Consenso de Washington, o qual se propunha a solucionar a crise. Com isto, o Estado brasileiro cedia a dominação política que conseguiu impor “[...] ações que seguem um caminho contrário ao interesse e necessidades da maior parte da população”. Sobre o Consenso de Washington, vide Novaes (2008) e Bresser-Pereira (1991).

O planejamento elaborado no Brasil, de acordo com Maricato (2000, p. 124), constitui-se como uma matriz que historicamente “[...] reproduz modelos alienados em relação à nossa realidade”, cujos investimentos de caráter ideológico se vinculam numa trama muito bem estruturada que vai “[...] desde a formação profissional e acadêmica, até a produção reificada de conceitos e da representação da cidade”, possível de ser apreendido e, em grande medida, na realidade da própria RMS.

Ao discutir a problemática das cidades no Brasil, em 2012, Maricato questionava se os vários problemas que emergem no contexto das cidades se tratavam do resultado do neodesenvolvimentismo ou de um crescimento periférico e predatório – processos que talvez fossem independentes entre si. Nesse sentido, a autora avalia que compreender a condição estrutural do Brasil no capitalismo periférico permitiria entender um pouco mais sobre as suas cidades e a forma como foram produzidas.

Desigual e combinado, ruptura e continuidade, modernização do atraso, modernização conservadora, capitalismo travado. [...] As cidades são evidências notáveis dessa construção teórica e nelas, o melhor exemplo seja a construção da moradia (e parte das cidades) pelos próprios moradores (trabalhadores de baixa renda), aos poucos, durante seus horários de folga, ao longo de muitos anos, ignorando toda e qualquer legislação urbanística, em áreas ocupadas ilegalmente. (MARICATO, 2012, p. 2)

Embora a autora se baseie no fenômeno da autoconstrução e na escala da cidade para ilustrar suas reflexões sobre a problemática, compreendemos que, de uma forma mais geral, suas reflexões nos permitem avançar um pouco mais e compreender outros fenômenos que emergem no espaço metropolitano também como expressão dos resultados desastrosos do modelo³⁷, tais como: o desafio das políticas de saneamento, evidenciado na aparente e indissolúvel questão do comprometimento dos corpos hídricos, sobretudo, nos espaços urbanos, com lançamentos de esgotos de origens diversas; das enchentes; da precariedade do serviço de abastecimento de água; da permanente degradação das áreas verdes, entre outros.

Nesse sentido, a autora destaca o cenário de abandono das três políticas públicas consideradas estruturais e relativas ao ambiente construído – transporte, habitação e saneamento – as quais foram “[...] ignoradas ou tiveram um rumo errático com baixos investimentos, por mais de 20 anos”. (MARICATO, 2012, p. 2)

³⁷ A despeito disto, o modelo, não foi objeto de um enfrentamento estrutural capaz de produzir uma nova estratégia de desenvolvimento que fosse fundado em outros princípios, inclusive por governos centrais considerados progressistas. (MARICATO, 2012)

Em grande medida, segundo Maricato, isto se deveu à precariedade no quadro de funcionários públicos e à decadências das instituições, sobretudo com a redução do tamanho do Estado, como previsto pelo Consenso de Washington. (NOVAES, 2008) Esse cenário só começa a se alterar, dirá Maricato, em 2004, na gestão do governo central do então presidente Luís Inácio Lula da Silva, com a retomada dos investimentos direcionados a esses setores³⁸.

Se a evolução do Planejamento Governamental esteve fortemente marcada pelo nacional-desenvolvimentismo (1930-1980), as ações do Planejamento Metropolitano, que passam a vigorar a partir da década de 1970, serão amplamente influenciadas pelos objetivos de industrializar e urbanizar o Brasil a qualquer custo. (PINHO, 2014, p. 66)

Instituídas as primeiras regiões metropolitanas no Brasil, por meio da Lei Complementar Federal nº de 8 de junho de 14/1973, correspondiam às principais capitais do país e seus entornos, sendo em quantitativo de oito, a saber: São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador, Curitiba, Belém e Fortaleza. Segundo Franco e colaboradores (2013, p. 188), ao serem formadas no regime militar, “[...] tinham como objetivo promover o planejamento integrado e a prestação de serviços comuns de interesse metropolitano, assim como a centralização e o controle do território por parte do governo federal.”

Assim, foram estabelecidas, por indução do Governo Central centralizador, várias determinações comuns a todas as RM, que marcam o processo de produção e organização urbana e industrial, das quais destacamos:

Art. 2º - Haverá em cada Região Metropolitana um Conselho Deliberativo, presidido pelo Governador do Estado, e um Conselho Consultivo, criados por lei estadual.

Art. 3º - compete ao Conselho Deliberativo:

I - promover a elaboração do Plano de Desenvolvimento integrado da região metropolitana e a programação dos serviços comuns;

II - coordenar a execução de programas e projetos de interesse da região metropolitana, objetivando, sempre que possível, a unificação quanto aos serviços comuns;

Parágrafo único - A unificação da execução dos serviços comuns efetuar-se-á quer pela concessão do serviço a entidade estadual, que pela constituição de empresa de âmbito metropolitano, quer mediante outros processos que, através de convênio, venham a ser estabelecidos.

Art. 5º - Reputam-se de interesse metropolitano os seguintes serviços comuns aos Municípios que integram a região:

I - planejamento integrado do desenvolvimento econômico e social;

II - saneamento básico, notadamente abastecimento de água e rede de esgotos e serviço de limpeza pública;

³⁸ Mesmo com a retomada dos investimentos em saneamento, sobretudo, a partir de 2004, com o governo do então presidente Luís Inácio Lula da Silva, os problemas persistem e se agravam. (BORJA, 2014)

III - uso do solo metropolitano;

IV - transportes e sistema viário;

V - produção e distribuição de gás combustível canalizado;

VI - aproveitamento dos recursos hídricos e controle da poluição ambiental, na forma que dispuser a lei federal;

VII - outros serviços incluídos na área de competência do Conselho Deliberativo por lei federal.

Art. 6º - Os Municípios da região metropolitana, que participarem da execução do planejamento integrado e dos serviços comuns, terão preferência na obtenção de recursos federais e estaduais, inclusive sob a forma de financiamentos, bem como de garantias para empréstimos.

Parágrafo único - É facultado ao Poder Executivo federal, incluir, entre as diretrizes e prioridades a que alude o Art. 25, § 1º, alínea a da Constituição, a participação dos Municípios na execução do planejamento integrado e dos serviços comuns da região metropolitana. (BRASIL, 1973)

Seguindo essa orientação e no contexto da formação da RMS, foram desenvolvidos estudos que compunham o Planejamento Metropolitano, com rebatimento direto no processo de produção e organização dos espaços dos municípios, dentre os quais destacamos³⁹, considerando a realidade da RMS: (i) Estudo preliminar do plano de desenvolvimento metropolitano integrado da grande Salvador; (ii) Diagnóstico, delimitação preliminar da área metropolitana; (iii) Subsídios para o planejamento da Região Metropolitana de Salvador; (iv) *Plano Metropolitano de Desenvolvimento* (PMD); (v) Cenário complementar e sumários dos dados; (vi) *Projeto Metropolitano* e; (vii) *Plano Municipal de Desenvolvimento de Camaçari*.

Nesse sentido, é possível considerar que o desenvolvimentismo orientou as diversas concepções de Planejamento Metropolitano que emergiram, por indução de governos centrais, em diferentes contextos políticos e econômicos, conduzindo ações e intervenções coordenadas que se materializam no espaço regional, com a instituição das regiões metropolitanas. (PINHO, 2014)

E isto ocorrerá num contexto teórico e político no qual as ações governamentais optam pela escala da região para nela imprimir suas intervenções, adequando-se à “chamada ciência econômica regional e urbana.” (BRANDÃO, 2012, p. 57) Logo, a decisão teórica pela região não foi dada por acaso, mas esteve, sobretudo, alinhada ao ideal do projeto desenvolvimentista da época. Ao analisar a contribuição da ciência regional, de onde emerge o conceito de região adotado amplamente, Brandão (2012, p. 57) o fará considerando o seu caráter estático, positivista e utilitarista.

³⁹ Outros estudos foram desenvolvidos, como o *Plano Metropolitano de Abastecimento de Água*, contudo, não foram localizados, sendo privilegiada a citação apenas do material localizado e analisado. Ressalta-se que: (i) todos os estudos citados antecedem o período de redemocratização e estatização do Planejamento Metropolitano. (ii) outras discussões acerca deste material encontram-se no Capítulo IV, deste estudo.

Nessa perspectiva de análise, que expressa a busca do autor pelo entendimento da dimensão espacial do desenvolvimento capitalista, Brandão (2012, p. 60) dirá que as regiões são “[...] meros receptáculos neutros, sítios sem textura ou entorno, um platô ou espaço-reflexo, inerte [...]” onde “as superfícies pouco importam”, no qual “o espaço é plenamente identificado à distância” sendo concepção de espaço-plataforma o seu principal atributo.

Dada essa orientação teórica, por exemplo, é possível compreender a razão de, no processo de formação da Região Metropolitana de Salvador, por indução do governo central, ela emergir originalmente num contexto de crise, em sua configuração espacial, resultante do desmembramento da região do Recôncavo⁴⁰, sua região central, a qual unia Salvador aos municípios de seu entorno, formando um todo. (MATTOSO, 1992, p. 100; FERNANDES; DANTAS NETO, 2008, p. 10)

[...] desde sua criação, em 1973, ela [a RMS] é recortada do Recôncavo, sua região matriz, e passa a ser definida por um conjunto de municípios, cujas principais relações deveriam ser funcionais e decorrentes dos novos projetos industriais para eles implementados. (FERNANDES; DANTAS NETO, 2008, p. 12)

Nessa nova configuração socioespacial, Mattoso (1992, p. 100) também questionará sobre “[...] onde acabava a cidade e começava o campo?”. Uma incerteza que permanece na contemporaneidade, cujo projeto civilizatório ainda é o urbano industrial (ALENCAR, 2003) e o modelo metropolitano adotado, ao qual cada município membro da RMS ainda está intimamente relacionado, não incorporou em sua dinâmica a presença do mundo rural ali estabelecido, com toda sua singularidade de modos de vida, de sociabilidade, de trabalho, mas também de dificuldades e mazelas que, não obstante, marcam historicamente a forma com os espaços foram produzidos em relação direta com a natureza e com as águas. Tais processos são os responsáveis pela permanência de uma identidade territorial ainda possível de ser reconhecida no espaço de Salvador e da sua RM, mesmo que em estado de tensão (ALENCAR, 2008; PORCIÚNCULA, 2011), estabelecendo um processo de produção e organização socioespacial que, num contexto desigual, produziu espaços marcados por contradições, nos municípios que integram a RMS, que, segundo Maricato (2012, p. 02), evidenciam um processo “[...] que se moderniza alimentando-se de formas atrasadas, e, frequentemente, não capitalistas, *strictu senso*.”

⁴⁰ Como nos informa Silva (2003, p. 80) em 1966, na “Reforma administrativa Estadual foram criadas 17 regiões administrativas” dentre a elas a Região do Recôncavo. Os municípios do Recôncavo “[...] constituíam, em princípio, o chamado cinturão verde de Salvador e de sua área mais imediata de influência, sendo responsáveis pelo dinamismo que se propunha para o setor primário” (MOREIRA, 1981, p. 19)

Capítulo II

AS ÁGUAS DOCES

2.1 OCORRÊNCIA, DEGRADAÇÃO E DESPERDÍCIO

Embora 75% do planeta sejam cobertos por água, a quantidade de águas doces, ou seja, aquelas consideradas próprias para o consumo humano correspondem a apenas 3%. Deste percentual apenas 1/3 estão acessíveis em rios, lagos, lagoas, lençóis freáticos superficiais e na atmosfera. Entretanto, vale ressaltar que a

[...] chamada ‘água doce’, é um recurso raro na natureza o que não significa dizer, conforme por vezes se defende, que este recurso esteja acabando. Isto porque o volume de água existente no planeta mantém-se basicamente o mesmo – em média, 1.400 milhões de km³ –, já que as moléculas de água são constantemente recicladas pelo ciclo hidrológico natural. Apesar disso, é fundamental observar que 97,5% da água disponível no planeta é salgada, enquanto a maior parte da água doce encontra-se em regiões de difícil acesso, como os picos de gelo permanentes ou os aquíferos subterrâneos, restando apenas 0,01% – ou 200 km³ – de água doce disponível para uso humano. (RIVAS, 2016, p. 18)

Na Tabela 1, a seguir, pode-se visualizar como o volume de água doce está distribuído no planeta e constatar a assimetria dessa distribuição, onde sua maior quantidade está disponível nas calotas polares e geleiras, cujo acesso é difícil ao lado das águas subterrâneas; aquelas consideradas de fácil acesso, presentes nos rios e lagos, correspondem a um volume muito baixo. Por isso, a água doce disponível para o uso humano no planeta corresponde apenas a 0,01%, o que equivale a 200 mil km³. (RIVAS, 2016, p. 18)

Tabela 1 - Distribuição da água doce no planeta

Local	Volume (km ³)	Percentual (%)
Calotas polares e geleiras	29.000	2,08
Água subterrânea	4.000	0,29
Água doce de lagos	125	0,009
Água misturada no solo	67	0,005
Rios	1,2	0,00009
Vapor d'água na atmosfera	14	0,0009

Fonte: Adaptado da tabela de R.G. Wetzel (1983), citado pela Agência Nacional das Águas (2001).

O Brasil é considerado um país rico em água doce, pois contém 13% do volume global disponível no planeta, o que corresponde a 40 trilhões de m³. (REBOUÇAS, 2003; SILVA; PRUSKI, 2005; GALLI; ABE, 2010; AGÊNCIA NACIONAL DAS ÁGUAS, 2015) Um exemplo desse potencial pode ser constatado quando se observa que, apenas, a região amazônica detém cerca de 70% da água doce superficial, numa área que corresponde a 44% do território nacional, dispondo de 18 vezes a vazão de água consumida no mundo. (SILVA; PRUSKI, 2005, p. 2)

Além disso, como assinala Rebouças (2013, p. 342), “[...] deve-se considerar a possibilidade de utilização de 25% da contribuição dos fluxos subterrâneos que deságuam nos rios, o que corresponde a quase 4 mil m³/hab/ano”. É válido ressaltar que este é um cenário que não se apresenta de forma homogênea em todo o território brasileiro, como é possível ser visualizado no Quadro 3, a seguir.

Quadro 3 - Disponibilidade hídrica de alguns estados*

Roraima	1.148.535 m ³ /hab/ano
Amazonas	605.606 m ³ /hab/ano
Amapá	411.901 m ³ /hab/ano
Mato Grosso	209.075 m ³ /hab/ano
Bahia	2.747 m ³ /hab/ano
São Paulo	2.486 m ³ /hab/ano
Ceará	2.090 m ³ /hab/ano
Pernambuco	1.188 m ³ /hab/ano
Brasil	34.000 m ³ /hab/ano*

Fonte: REBOUÇAS (2013, p. 345).

Legenda: * (mais de 4.000 m³/hab/ano de água subterrânea).

Isto se deve ao fato que as disparidades regionais que envolvem os aspectos geoclimáticos – expressos pela variabilidade das chuvas, de temperatura e pressão atmosférica, vegetação, solos e outros – bem como as diferenças entre regiões povoadas e populosas, somadas à intensa urbanização com impermeabilização do solo, além das atividades agrícola e industrial, são fatores capazes de interferir na disponibilidade hídrica. Em síntese, deve-se sempre considerar que a água está distribuída na natureza de forma irregular, no tempo e no espaço, e em função das condições geográficas, climáticas e meteorológicas. (SILVA; PRUSKI, 2005, p. 128)

Disto resulta que,

Apesar de o Brasil possuir 13% da água doce disponível do planeta, a distribuição é desigual, pois 81% estão concentrados na Região Hidrográfica Amazônica, onde está o menor contingente populacional, cerca de 5% da população brasileira e a menor demanda. Nas regiões hidrográficas banhadas pelo Oceano Atlântico, que concentram 45,5% da população do País, estão disponíveis apenas 2,7% dos recursos hídricos do Brasil. (ANA, 2015, p. 27).

Este é um aspecto que não pode ser desprezado quando se analisa a disponibilidade de água doce no Brasil, pois, se de um lado há a região amazônica com tamanho excedente hídrico, do outro lado há a região semiárida, contrastando com um grande *deficit* hídrico.

A Tabela 2, a seguir, apresenta como a água se distribui de forma irregular no território brasileiro, considerando a divisão hidrográfica nacional.

Tabela 2 – Disponibilidade, demanda hídrica e susceptibilidade à desertificação nas divisões hidrográficas do território brasileiro.

Divisão Hidrográfica Nacional	Disponibilidade (m ³ /s)	Demanda (m ³ /s)	Relação Demanda/Disponibilidade	Classificação	Em área susceptível a desertificação
Amazônia	73748	47	0,06%	Excelente	Não
Atlântico Leste	305	68	22,30%	Crítica	Sim
Atlântico Nordeste Oriental	91	170	186,81%	Muito crítica	Sim
Atlântico Nordeste Ocidental	328	15	4,57%	Excelente	Sim
Atlântico Sudeste	1108	168	15,16%	Preocupante	Sim
Atlântico Sul	671	240	35,77%	Crítica	Não
Paraguai	785	19	2,42%	Excelente	Não
Paraná	5792	479	8,27%	Confortável	Não
Paraíba	379	19	5,01%	Confortável	Sim
São Francisco	1886	166	8,80%	Confortável	Sim
Tocantins-Araguaia	5362	55	1,03%	Excelente	Não
Uruguai	565	146	25,84%	Crítica	Não

Fonte: Adaptada da Tabela de Galli e Abe (2010, p. 166) e Agência Nacional das Águas (2017).

Soma-se ao caráter irregular da distribuição espacial das águas, o fato que, embora a quantidade de água, como já dito, permaneça a mesma, os aspectos que se relacionam à qualidade e à manutenção da capacidade de renovação do ciclo hidrológico podem ser comprometidos por atividades desenvolvidas pelo homem.

Os principais problemas relacionados às águas doces em espaços metropolitanos, em países em desenvolvimento, como o Brasil, estão diretamente relacionados ao processo de urbanização e industrialização, associado ao aumento da população com pressões cada vez maiores sobre os corpos hídricos. (TUCCI, 2010; TOLLE, 2006; RIVAS, 2016)

Refletindo sobre a problemática que envolve a urbanização e os recursos hídricos em países em desenvolvimento, Tucci (2010) considera que uma série de fatores intimamente

relacionados à forma como os processos de urbanização e industrialização vêm se desenvolvendo serão os principais responsáveis pela degradação das águas doces nesses espaços e por comprometer a capacidade de renovação do ciclo hidrológico.

Para compreender como surgem alguns desses fatores responsáveis pela degradação das águas doces, Tucci (2010) parte inicialmente do reconhecimento sobre como, em muitas cidades, o urbano se expande da jusante⁴¹ para a montante de bacias hidrográficas, num processo de produção socioespacial contraditório, que se desenvolverá, resumidamente, da seguinte forma:

A água é suprida de fontes existentes à montante ou em bacias vizinhas ou, ainda, da água subterrânea (ou combinações destas). Após o uso da água pela população, a mesma retorna para os rios sem tratamento ou pelo extravasamento das fossas. Desta forma, o esgoto polui os rios, que não podem ser usados como fonte de abastecimento. O abastecimento procura utilizar água de fontes sem contaminação, jogando água poluída para jusante. Como o desenvolvimento ocorre para montante, com o tempo, as fontes existentes são contaminadas pelos novos desenvolvimentos, além de competir com a agricultura pelo uso da água. Quando a cidade não tem capacidade de suprir a população, esta procura por seus próprios meios obter água perfurando poços ou comprando água (aumentando de forma exponencial o custo da água). A população pobre tende a perfurar poços rasos, já contaminados pelo esgoto enquanto que a população de maior renda perfura poços profundos, mais seguros, mas que podem produzir rebaixamento dos níveis do terreno pelo esgotamento da água. Em regiões costeiras, isto pode produzir intrusão salina. (TUCCI, 2010, p. 7)

Para o autor, este é um processo que ocorrerá a despeito da existência de planejamento e planos diretores, fruto da espontaneidade que caracteriza a urbanização em países em desenvolvimento, como o Brasil. (TUCCI, 2010, p. 6) Creio, contudo, tratar-se de um entendimento que desonera a responsabilidade do poder performático contido nas ações do planejamento, que orienta o processo de urbanização, sobretudo a partir da década de 1970, com a formação das regiões metropolitanas no país.

Logo, trata-se de uma aparente espontaneidade, embora também seja claro que o planejamento, ao orientar o processo de produção e organização socioespacial urbano e industrial, o fará sem conseguir dar conta da dinâmica e complexidade da vida, além de

⁴¹ Jusante e montante são escalas espaciais de referência relativa, na qual se considera um ponto fixo ao longo do curso de um rio para, a partir daí, definir a localização a montante, ou seja, mais acima do curso do rio em relação ao objeto de referência, ou a jusante, mais a baixo do curso do rio, considerando também a localização do objetivo de referência espacial (que pode ser uma cidade, um açude, uma barragem etc.).

privilegiar alguns espaços que se tornam de interesse, sobretudo, do grande capital industrial e imobiliário, em detrimento de outros espaços, que ficam à margem de tal processo.

Na tentativa de resumir as características históricas da metrópole no capitalismo periférico, Maricato (2012) identificou um aspecto relevante capaz de ajudar a compreender o que aparentemente é contrastante, como já mencionado: haver planejamento e planos diretores e, ainda assim, o espaço metropolitano e das cidades serem produzidos e reproduzidos aparentemente de modo espontâneo⁴². Sobre isto, considerará a autora que

As leis avançadas e detalhadas e o prestígio dos Planos Urbanísticos contrastam com a fragilidade operacional do Estado. Leis e Planos que não se aplicam ou são aplicados para uma parte da cidade (leia-se, de acordo com as circunstâncias) revelam a importância retórica, dos discursos e a desimportância da realidade urbana quando se refere a determinadas classes sociais. O poderoso aparato jurídico e burocrático do Estado no Brasil contrasta com as frágeis esferas operacionais [...]. (MARICATO, 2012, p. 5)

Com isto, pode-se inferir a razão de Tucci (2010) ter assinalado não se tratar de um fenômeno próprio da cidade ilegal, aquela não alcançada pelo planejamento e pelos planos diretores, desprovida da orientação e do suporte científico e tecnológico, resultante de ocupações ilegais, sem infraestrutura básica, segundo a ordem daqueles que o produzem e, como consequência negativa direta desse tipo de apropriação, acabam gerando degradação ambiental ao mesmo tempo em que se expõem diretamente a toda sorte de risco e desastres ambientais⁴³.

Dirá Maricato (2012, p. 5) que a maior parte das áreas ocupadas ilegalmente são aquelas que não interessam o mercado imobiliário, são as áreas que “sobram” e “[...] grande parte dessas áreas é ambientalmente frágil (mangues, dunas, matas preservadas por lei, Área de Proteção de Mananciais, Parques Nacionais e Estaduais, encostas de morros)”.

⁴² Sobre a ilegalidade fundiária e imobiliária que formam as periferias urbanas das grandes metrópoles do Brasil, Maricato (2012, p. 5) apresentou que, somente em Salvador, são mais de 30% do solo urbano ocupado ilegalmente.

⁴³ Em Londe e colaboradores (2014, p. 133) identificamos que “Os desastres relacionados aos recursos hídricos geralmente estão associados ao excesso de água (inundações graduais e bruscas, rompimento de barragens) ou à sua escassez (estiagem, seca, dificuldades no abastecimento de água potável, impactos na agricultura)”. Nem sempre relacionados a eventos extremos, segundo os autores, outros tipos de desastres podem envolver os recursos hídricos “com impactos no ambiente, saúde pública, dinâmica urbana e produção agrícola”. Os autores se apropriam da noção de desastre desenvolvida pelo grupo de Redução de Desastres da Organização das Nações Unidas (EIRD/ONU) que entende se tratar de “séria interrupção do funcionamento de uma comunidade ou sociedade, que causa perdas humanas e/ou importantes impactos ou perdas materiais, econômicas ou ambientais que excedem a capacidade da comunidade ou sociedade afetada de lidar com a situação utilizando seus próprios recursos.” (UNISDR, 2009 *apud* LONDE et al., 2014)

Não obstante, trata-se de um processo que alcança também a cidade formal (ou do mercado), aquela cujo planejamento e cujos planos diretores urbanos e municipais orientam o processo de produção socioespacial, de acordo com as suas normas e padrões, muito embora não sejam suficientes para evitar a degradação ambiental e dos mananciais inseridos nesses espaços. (TUCCI, 2010; MARICATO, 2012, p. 5)

Os fatores responsáveis pela degradação das águas doces em ambiente urbano estão associados à

Contaminação das fontes de água de abastecimento (rios e águas subterrâneas) pelo desenvolvimento urbano e despejo de efluentes (esgotos) sem tratamento nos rios que escoam para estas fontes; Falta de tratamento de esgoto: grande parte das cidades não possui coleta ou tratamento de esgoto. O esgoto é despejado nos rios sem tratamento, poluindo rios urbanos e destruindo o meio ambiente; Impermeabilização de áreas pela urbanização produzindo aumento das cheias e diminuição da infiltração para os aquíferos. Áreas impermeáveis e canalização dos rios urbanos aumentam cerca de sete vezes as cheias, a produção de sedimentos e a qualidade da água pluvial; Ocupação das áreas de risco como, por exemplo, as de inundação e as de escorregamento de encostas; Contaminação dos rios provenientes da água pluvial urbana e da agricultura; Retirada da água subterrânea junto com a redução da infiltração produz o rebaixamento do solo e aumenta as inundações em áreas baixas; A falta de serviços em resíduos sólidos, que diminui a capacidade dos rios devido à sua sedimentação, com aumento das inundações. (TUCCI, 2010, p. 8)

A união desses fatores, somada à infraestrutura de abastecimento pobre ou incompleta, que provoca a perda de água tratada no sistema, a distribuição ineficiente da água, a suspensão do serviço de abastecimento por horas e, em alguns casos, dias – uma realidade conhecida em Salvador e demais municípios da sua região metropolitana (PORCIÚNCULA, 2011) – além do aumento dos custos de tratamento da água, contribuem para o agravamento da crise hídrica no Brasil e, porque não dizer, para o agravamento da crise socioambiental.

Dessa forma, além de ser importante considerar a complexidade imanente das fases pelas quais a água passa ao percorrer o seu ciclo hidrológico, em condições naturais, é preciso ter em conta todas as interferências provocadas pela ação do homem que podem comprometer a disponibilidade hídrica, em diferentes escalas: da local, passando pela regional até a global.

Sobre as diferentes escalas, importantes apenas do ponto de vista administrativo, Rivas (2016, p. 23-24) chama a atenção para o fato de que o ciclo hidrológico não obedece a “[...] fronteiras artificiais criadas pelo Estado”. Logo, os problemas ambientais que comprometem determinado corpo hídrico podem e devem ser compartilhados, tanto entre países, quanto entre estados, municípios e bairros.

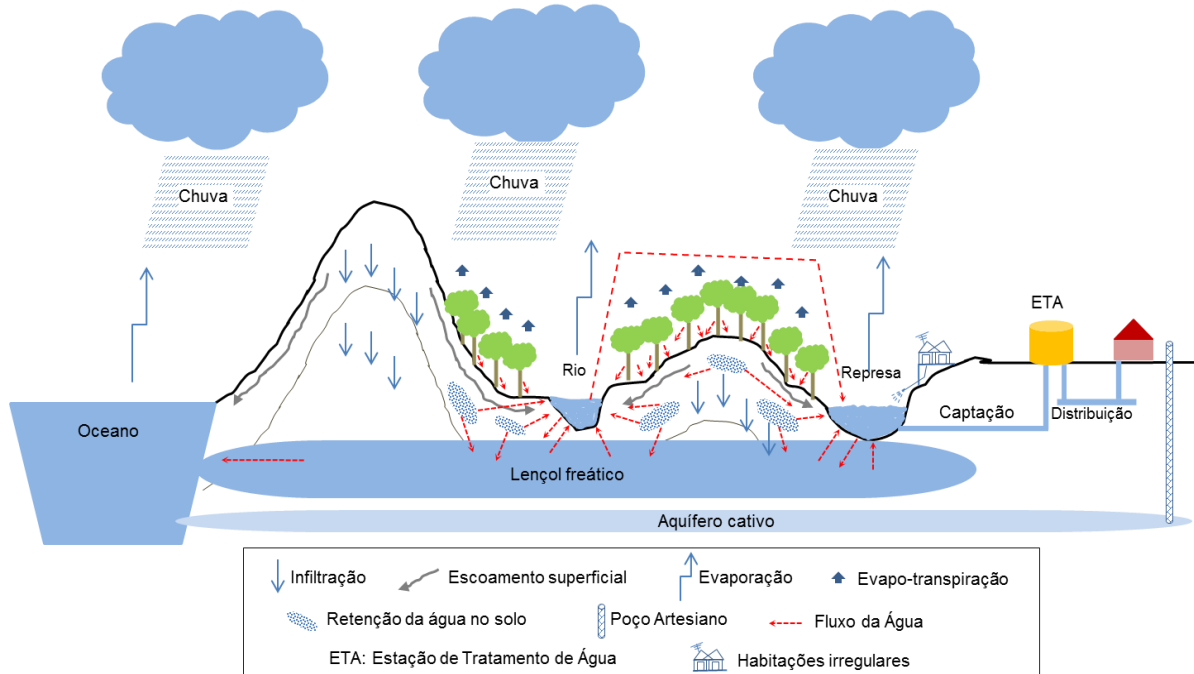
Uma mesma bacia hidrográfica ou um mesmo aquífero podem ser compartilhados por diversos países. Atualmente, constam-se 263 bacias transfronteiriças que percorrem 145 países, das quais 19 banham pelo menos 5 nações cada. Assim, as escolhas políticas relacionadas à utilização e a conservação de água em determinado país acabam por afetar a disponibilidade hídrica e o ciclo hidrológico de países vizinhos, e, em última análise, influenciar o ciclo hidrológico global. (RIVAS, 2016, p. 23-24)

O ciclo das águas, também conhecido como ciclo hidrológico, representa o movimento constante que a água realiza na natureza e será o responsável pela sua renovação. Nesse movimento, a energia necessária utilizada é fornecida pelo sol, resultando da “[...] diferença entre a radiação emitida pelo sol e refletida pela atmosfera terrestre.” (SILVA; PRUSKI, 2005)

Durante o caminho que a água percorre no seu ciclo, apenas o seu estado físico é alterado, variando entre líquido, sólido e gasoso. Disto pode-se depreender que a água é uma só, embora para fins analíticos seja subdivida em superficial, subterrânea, atmosférica e dos mares.

A Figura 1 a seguir, ilustra o caminho que a água percorre durante o ciclo hidrológico:

Figura 1 – O ciclo das águas ou hidrológico.



Fonte: Elaborada pelo Eng. Ricardo Ribeiro. Disponível em <www.google.com.br>.

O ciclo hidrológico terá uma dinâmica específica, considerando as características de cada região do planeta. Dessa forma,

Em regiões tropicais, as precipitações atmosféricas ocorrem sob as três primeiras modalidades mencionadas (chuva, nevoeiro e orvalho). Ocorrida a precipitação sob a forma de chuva, parte da água se infiltra no solo, formando um primeiro lençol, mais raso, denominado lençol freático, e as acumulações subterrâneas propriamente ditas, em camadas mais profundas. As precipitações sob forma de nevada formam as geleiras que, aquecidas pelo calor solar, se liquefazem, alimentando regatos, lagos, rios e mares. Todas as águas acumuladas na Terra retornam à atmosfera, fechando assim o gigantesco percurso conhecido como ciclo hidrológico. (CARRERA-FERNANDEZ; GARRIDO, 2002, p. 22)

Deve-se considerar, também, ao estudar o ciclo das águas, o fato de não ser possível incorporá-lo em sua inteireza, dado o caráter aleatório que lhe é imanente. Dessa forma, como assinala Silva e Pruski (2005, p. 128), em que pesem os esforços em entender os fenômenos desse ciclo, é preciso sempre recorrer à estatística. Durante o caminho que a água percorre no ciclo hidrológico, podem ocorrer alterações em sua qualidade, como já dito anteriormente, e

Isto ocorre nas condições naturais, em razão das inter-relações dos componentes do sistema meio ambiente, quando os recursos hídricos são influenciados devido ao uso para suprimento das demandas dos núcleos urbanos, das indústrias, da agricultura e das alterações do solo, urbano e rural. (SILVA; PRUSKI, 2005, p. 129)

Essas alterações podem comprometer a capacidade de renovação da água no ciclo hidrológico. Disso resulta, como assinala Rivas (2016, p. 18), o entendimento de que a água não deve ser considerada um recurso abundante e ilimitado. E mais, “[...] a água, embora recurso renovável, deve, então, ser considerada recurso finito e de ocorrência aleatória”, como já dito. (SILVA; PRUSKI, 2005, p. 128)

Embora não seja objetivo deste estudo aprofundar a discussão sobre a qualidade das águas, é importante apresentar uma questão considerada pouco discutida, dado o consenso que os estudiosos do tema parecem ter sobre ela (SILVA; PRUSKI, 2005, p. 128; AGÊNCIA NACIONAL DAS ÁGUAS, 2001, p. 30): refere-se ao fato de que os aspectos qualidade e a quantidade são tidos como indissociáveis.

Disso resulta o entendimento de que, em havendo água em quantidade, mas com a qualidade comprometida, torna-se inexistente a sua presença em determinado sistema. (AGÊNCIA NACIONAL DAS ÁGUAS, 2001). Trata-se de um consenso científico que pode justificar o abandono, por parte do poder público, de grandes reservatórios⁴⁴ – sobretudo,

⁴⁴ Dentre os sistemas que atualmente estão abandonados por perda da qualidade da água, embora exista ainda a presença da água do reservatório, constituindo um verdadeiro passivo ambiental, podemos citar inseridos na RMS os seguintes barramentos que outrora compunham o sistema de abastecimento de água: Barragem do

daqueles inseridos em ambientes urbanizados, deixados à mercê dos processos que promovem a degradação de suas águas –, sem que sejam empreendidos reais esforços para recuperá-los.

Essas são questões que devem ser problematizadas de forma a superar a contradição que Rebouças expressa quando afirmar que: “Num dos países mais ricos em água doce do planeta, as cidades enfrentam crises de abastecimento, das quais não escapam nem mesmo as localizadas na Região Norte, onde estão perto de 80% das descargas de água dos rios do Brasil” (REBOUÇAS, 2003, p. 342)

Sobre a contradição que envolve a abundância, o desperdício e a escassez de água no Brasil, Rebouças (2003) desenvolveu importantes reflexões, nas quais consegue sintetizar a problemática que se impõe como desafio frente ao potencial hídrico existente e a forma como vem sendo historicamente negligenciado, a despeito dos avanços na política de gestão das águas no âmbito nacional (Lei 9.433/1997) e de toda mobilização científica internacional em busca de construir uma melhor governança das águas (RIVAS, 2016).

Porque isto ocorre? Rebouças (2003, p. 242) dirá que existe no Brasil uma “[...] ideia da abundância de água”⁴⁵. Essa ideia, segundo o autor, se erige sob as bases do dado que informa que o Brasil é também dotado de “[...] uma vasta e densa rede de drenagem que nunca seca sobre mais de 90% do território nacional” (REBOUÇAS, 2003, p. 242)

Como verdade inequívoca, essa condição natural altamente favorável, vem sendo historicamente apropriada para justificar equívocos que, dado os avanços políticos, científicos e tecnológicos, já poderiam ter sido superados, como por exemplo, o “luxo” de, ainda hoje, “tratar” esgotos para, em seguida, lançá-los nos rios. (REBOUÇAS, 2003)

Cobre, Barragem de Pituaçu, Barragem de Cachoeirinha, Barragem do Cascão, Dique do Cabrito, reservatórios do Queimado, dentre outros.

⁴⁵ Em artigo jornalístico, a *Folha de São Paulo*, Kelman (2004) dirá que, na verdade, existiria no Brasil um “mito da abundância”. Ideia e mito, embora etimologicamente difiram em suas acepções possuem certa aproximação quando, dentro das possibilidades de uso de cada umas dessas palavras, encontram-se sentidos comum a ambas, quais sejam: o de fantasia (em ideia) e o de coisa que não existe, mas se supõe real (em mito). Logo, ambos se apropriam de palavras que atendem às suas pretensões discursivas, embora, neste estudo, tenha-se optado por utilizar a palavra ideia, por ter-se em conta o seu caráter de “percepção intelectual” que, assim, se aproxima do entendimento presente neste estudo sobre a capacidade da ciência em performar a realidade, a partir da percepção intelectual que se impõe hegemônica às demais. **Ideia** é uma palavra que deriva do grego *idea*, que se refere à “aparência, maneira de ser, estilo”. É um substantivo feminino que pode ser apreendido dessas formas: 1. Representação que se forma no espírito; 2. Percepção intelectual; 3. Pensamento; 4. Lembrança, memória; 5. Plano, intenção; 6. Fantasia; 7. Doutrina; sistema. **Mito** é uma palavra que deriva do latim *mythos*, que se refere à fábula, do grego *mûthos*. Ou, palavra, discurso, coisa dita, conto, história, narrativa, ficção. É um substantivo masculino que se refere a: 1. Personagem, fato ou particularidade que, não tendo sido real, simboliza não obstante uma generalidade que se deve admitir; 2. Coisa ou pessoa que não existe, mas que se supõe real; 3. Coisa só possível por hipótese; quimera. (*Dicionário Priberam da Língua Portuguesa*, www.google.com).

Um exemplo da ideia de abundância pode ser verificado nas Figuras 2 e 3, a seguir, que se referem a uma representação comumente utilizada para ilustrar a abundância.

Figura 2 - Inauguração do sistema de captação de água subterrânea do aquífero Tucano, na cidade de Cícero Dantas, Bahia. 2012.



Fonte: <www.google.com>

Figura 3 - Inauguração do sistema de abastecimento de água em Guanambi, Bahia. 2015.



Fonte: <www.google.com>

No entanto, são imagens que poderiam ser qualificadas como um equívoco de percepção da ação governamental durante a inauguração de novos sistemas de abastecimento público, em cidades no interior do estado do Bahia. Ambas as imagens estão associadas a campanhas publicitárias que ilustram a chegada de água em lugares que, até então, conviviam com a escassez e/ou não eram atendidos plenamente pelo sistema de abastecimento público de água. As imagens da água tratada sendo jorrada livremente são apropriadas midiaticamente como símbolo de abundância e não de desperdício.

Enquanto isso, de acordo com informações do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (BRASIL, 2015), no Brasil, o volume de perdas⁴⁶ chega a 37% de toda água tratada. Foi registrado, para o ano de 2015, o aumento de 15% de desperdício de água tratada no Brasil (BRASIL, 2015), além de o país manter os índices de perdas totais da água tratada e injetada nas redes de distribuição das cidades, variando entre 40% a 60% (perdas reais e aparentes, resultando num prejuízo de R\$ 8 bilhões), contra 5% a 15% nos países desenvolvidos. (ABES, 2013; REBOUÇAS, 2013; BRASIL, 2015)

⁴⁶ O Índice de perdas na distribuição (IPD) avalia, em termos percentuais do volume de água produzido, quanto é efetivamente consumido no sistema de abastecimento e é calculado da seguinte forma:

$$\frac{\text{Volume de água (produzido + tratado importado - de serviço)} - \text{Volume de água consumido}}{\text{Volume de água (Produzido + tratado importado - serviço)}}$$

Soma-se a isto, o dado de que mais de 35 milhões de brasileiros não têm acesso ao serviço de abastecimento de água (BRASIL, 2015). Rebouças qualificará como “vexatória” essa dicotomia, após considerar que

[...] mais de 40 milhões de brasileiros não recebem água de forma regular, não podem confiar na qualidade da água que chega nas suas torneiras e vivem num penoso regime de rodízio ou de fornecimento muito irregular da água. Essa situação vexatória ocorre em um país cuja disponibilidade média de água nos rios que nunca secam está na casa dos 34 mil m³/hab./ano. (REBOUÇAS, 2013, p. 342)

As regiões que mais desperdiçam água tratada são, contraditoriamente, as regiões Nordeste e Sudeste, segundo o Índice de Perdas na Distribuição (IPD) de água tratada que é respectivamente de 45, 03% e 33, 35%. (BRASIL, 2015)⁴⁷. Com isso, a função social e econômica para a qual o abastecimento de água tratada se presta não é alcançada plenamente, o que revela um sério problema de gestão e a fragilidade do sistema atual.

O cenário brasileiro de perdas de água no setor de saneamento é bastante problemático. A média brasileira de perdas de água é de aproximadamente 40% (incluindo perdas reais e aparentes)⁴⁸, mas em algumas empresas de saneamento essas perdas superam 60%. (ABES, 2013, p. 7, grifo nosso)

No que tange à realidade da RMS, o índice de perdas na distribuição de água também é alto, como pode ser visualizado na tabela abaixo:

Tabela 3 – Índice de perdas na distribuição (IPD) de água dos municípios da RMS, em ordem decrescente.

Municípios	IPD %
São Francisco do Conde	69, 58
Dias d'Ávila	52, 30
Madre de Deus	51, 79
Candeias	49, 12
Lauro de Freitas	48, 12
Camaçari	46, 50
Salvador	45, 99
Simões Filho	45, 77
São Sebastião do Passé	38, 68
Mata de São João	37, 58
Itaparica	34, 44
Vera Cruz	30, 98
Pojuca	18, 77

Fonte: Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (BRASIL, , 2011).

⁴⁷ As perdas referentes ao ano de 2016 ainda não estão disponíveis para divulgação, de acordo com Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento.

⁴⁸ De acordo com ABES (2013, p.08): “A ‘perda de água física’ ou ‘real’, ocorre quando o volume de água disponibilizado no sistema de distribuição pelas operadoras de água não é utilizado pelos clientes, sendo desperdiçado antes de chegar às unidades de consumo.”

A constatação do elevado índice de perdas de água tratada é responsável, segundo a Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (ABES), pela redução do “[...] faturamento das empresas e, conseqüentemente, sua capacidade de investir e obter financiamentos” e, mais ainda, por gerar “[...] **danos ao meio ambiente na medida em que obriga as empresas de saneamento a buscarem novos mananciais.**” (ABES, 2013, p. 7, grifo nosso). Nota-se que os prejuízos à sociedade não são mencionados.

A escassez de água, cuja origem pode ser natural, a exemplo das regiões semiáridas, como no Nordeste brasileiro, agrava-se consideravelmente quando somada aos problemas resultantes das intervenções abusivas da ação do homem na natureza, geradoras de impactos ambientais diversos.

Logo, não é incomum identificar lugares que, embora possuam naturalmente elevada disponibilidade hídrica, apresentam problemas de escassez associada ao aumento da população, à deficiência do serviço de saneamento básico, ao consumo crescente de água em processos produtivos e à poluição dos mananciais. Galli e Abe (2010, p. 166), ao discutirem esse tipo de situação, apresentam como exemplo o caso de São Paulo:

Um exemplo típico é a bacia do Alto rio Tietê, cujo índice de pluviosidade média anual é significativo, correspondendo a 1.410 mm (CETESB 2009), porém, cuja demanda hídrica é extremamente elevada em função da alta densidade demográfica, uma vez que a Região Metropolitana de São Paulo, que abriga cerca de 18 milhões de habitantes, está quase que totalmente inserida nessa bacia. Além disso, devido ao solo pouco poroso característico do maciço cristalino, com baixa capacidade de retenção de águas pluviais, reforçada pelo processo de impermeabilização resultante da intensa urbanização, os volumes extraídos dos cursos de água e dos lençóis freáticos dificilmente são recompostos e, como consequência, os municípios da bacia enfrentam enchentes nos períodos de chuvas fortes. Além da baixa capacidade de retenção do solo, há o problema da degradação das águas em virtude da deficiência da coleta e do tratamento de esgotos produzidos na bacia, haja vista a grande quantidade de ocupações irregulares que apresentam sistemas de saneamento precários, inclusive nas áreas de proteção de mananciais. (GALLI; ABE, 2010, p. 166)

Situação semelhante pode ser observada na Região Metropolitana de Salvador (RMS), cuja pluviosidade média anual superior a 2000 mm garante que não ocorra *deficit* hídrico natural nessa região e sim excedente em quase todos os meses do ano (COELBA, 2006, p. 25). No entanto, esse cenário não assegura que, com uma população de mais de 3 milhões habitantes, a demanda hídrica seja suprida plenamente pelos mananciais (Rios Joanes e Ipitanga), inseridos nessa região e que participam do Sistema Integrado de Abastecimento de Água (SIAA), capazes atualmente de garantir apenas 40% do abastecimento da RMS.

No processo de substituição de mananciais, por poluição do manancial outrora utilizado, existem importantes sistemas abandonados pelo poder público, embora ainda continuem armazenando a água, a despeito da poluição, a título de outros usos, como cultural. (ALENCAR, 2009) Para suprir o déficit hídrico na RMS foi construída a Barragem de Pedra do Cavalo, inaugurada em 1985 e localizada a 120 km de Salvador, que atualmente responde por 60% do abastecimento de água.

A questão do saneamento é outro problema responsável pela degradação ambiental dos mananciais, sobretudo daqueles inseridos nas grandes cidades. A problemática que envolve a precária condição sanitária nas cidades do Brasil também deve ser observada com atenção especial, haja vista que muitos dos problemas que causam a poluição dos mananciais podem ser relacionados ao “drama sanitário” que, segundo Rebouças (2013, p. 342), não tem merecido a devida atenção “[...] das autoridades constituídas – Executivo, Legislativo, Judiciário – ou dos partidos políticos”.

No Brasil, a Lei nº. 11.445/2007 regulamenta o saneamento básico, compreendido como o conjunto de serviços, infraestruturas e instalações operacionais de: (i) abastecimento de água potável: constituído pelas atividades, infraestruturas e instalações necessárias ao abastecimento público de água potável, desde a captação até as ligações prediais e respectivos instrumentos de medição; (ii) esgotamento sanitário: constituído pelas atividades, infraestruturas e instalações operacionais de coleta, transporte, tratamento e disposição final adequados dos esgotos sanitários, desde as ligações prediais até o seu lançamento final no meio ambiente; (iii) limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos: conjunto de atividades, infraestruturas e instalações operacionais de coleta, transporte, transbordo, tratamento e destino final do lixo doméstico e do lixo originário da varrição e limpeza de logradouros e vias públicas e; (iv) drenagem e manejo das águas pluviais urbanas: conjunto de atividades, infraestruturas e instalações operacionais de drenagem urbana de águas pluviais, de transporte, detenção ou retenção para o amortecimento de vazões de cheias, tratamento e disposição final das águas pluviais drenadas nas áreas urbanas.

Vale salientar que, embora o serviço de saneamento básico no Brasil envolva todos os aspectos acima citados, comumente ele é reduzido aos serviços de acesso à água potável, à coleta e ao tratamento de esgotos. (INSTITUTO TRATA BRASIL, 2017)

A despeito da existência da Lei nº. 11.445/2007 e das iniciativas históricas e mais recentes do Governo Federal, através do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)⁴⁹, os problemas na área de saneamento continuam parecendo insolúveis. Para Rebouças (2013, p. 342), trata-se de um fenômeno que reflete “[...] a inércia tradicional no desenvolvimento de políticas públicas integradas – águas que fluem nos rios, águas subterrâneas e reuso de águas, principalmente – tende a agravar ainda mais o problema.”

Atualmente, mais de 50% da população brasileira não têm acesso ao serviço de coleta de esgoto. Esse percentual corresponde a cerca de 100 milhões de brasileiros sem acesso ao serviço. Cerca de 3,5 milhões de pessoas, residentes nas 100 maiores cidades do Brasil, não dispõem de ligações domiciliares ao sistema de esgotamento público, ou seja, seus esgotos são lançados diretamente em rios, córregos e lagoas. (BRASIL, 2015).

Quando se analisa a situação dos esgotos gerados em ocupações irregulares, nas 89 maiores cidades do país, o quadro é ainda mais preocupante, pois corresponde a 91% dos esgotos que não são coletados e, também, acabam tendo como destino último os mananciais. (INSTITUTO TRATA BRASIL, 2016; BRASIL, 2015).

É constrangedor verificar que os problemas de saneamento básico nas cidades do porte de Manaus, Santarém e Belém, situadas nas regiões hidrográficas do Amazonas/ Tocantins (onde estão perto de 80% das descargas de águas dos rios do Brasil) pouco diferem daqueles encontrados no semi-árido do Nordeste (Fortaleza), na zona úmida costeira do Nordeste (Recife), na região Sudeste (São Paulo) ou na região Sul (Porto Alegre), por exemplo. (REBOUÇAS, 2013, p. 342).

Com isso, de acordo com SNIS (2015), as capitais brasileiras lançaram, somente em 2013, cerca de 1,2 bilhões de m³ de esgotos na natureza. Este cenário contrasta com os altos investimentos realizados em saneamento. Somente em 2014 foram investidos em saneamento mais R\$ 1,69 bilhões de reais a mais do que foi investido em 2013 e os estados que tiveram maiores investimentos em água e esgoto foram São Paulo, Minas Gerais, Paraná, Rio de Janeiro e Bahia, totalizando 63,3% dos investimentos. Já os estados do Amazonas, Acre, Amapá, Alagoas e Rondônia são os que menos investiram em três anos, totalizando 1,7%. (INSTITUTO TRATA BRASIL, 2016; BRASIL, 2015).

⁴⁹ Com investimentos vultosos, somente entre 2011 e 2013 foram investidos cerca de 30 bilhões de reais.

2.2 USOS MÚLTIPLOS DA ÁGUA

A prática brasileira de uso múltiplo dos recursos hídricos não é recente, de acordo com Carrera-Fernandez e Garrido (2002, p. 23); trata-se de uma prática que data no início do século XX e relaciona-se diretamente com começo do ciclo da industrialização no país. Neste sentido, dirá o autor que

A mudança de economia predominantemente agrícola para economia industrial exigiu esforços do governo no sentido de atrair a iniciativa privada, principalmente a estrangeira, que era detentora da tecnologia de geração, objetivando explorar os primeiros aproveitamentos hidrelétricos no Brasil. Essa iniciativa do governo brasileiro resultou na parceria com a empresa canadense Light, a partir da qual viabilizou-se a construção da usina de Parnaíba, sobre o rio Tietê, em 1901, com potência instalada inicial de 2mW5 e, logo a seguir, em 1908, a usina de Lages, em Minas Gerais, com 24mW de potência instalada. (CARRERA-FERNANDEZ; GARRIDO, 2002, p. 23)

A citação ajuda a entender a razão de, apesar do *Código Nacional de Águas*, de 1934, ser constituído de três livros, apenas o livro de número III, que trata especificamente do potencial hidrelétrico dos rios, ter sido regulamentado. (REBOUÇAS, 2013)

De acordo com a Agência Nacional de Águas (2015, p. 14), a gestão dos recursos hídricos deve sempre proporcionar o uso múltiplo das águas. Os principais usos citados na Lei 9.433/1997, que institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, são: o consumo humano; a dessedentação animal; o abastecimento público; a diluição, o transporte ou a disposição final de efluentes; o aproveitamento de potenciais hidrelétricos e; o transporte aquaviário. Como é ressaltado pela própria ANA, outros usos não foram citados na lei, como o uso industrial e o uso na irrigação. (AGÊNCIA NACIONAL DAS ÁGUAS, 2015, p. 15)

Diante do reconhecimento dos vários interesses sobre os usos da água, os quais condicionariam “[...] um olhar particular do interessado”, a ANA (2015, p. 16) considerará que se trata de uma tarefa difícil compatibilizar todos os interesses, reconhecendo tratar-se de demandas muitas vezes concorrentes entre si. Contudo, serão aqueles setores, notadamente destacados pela relevância das atividades produtivas que desempenham e, por isso mesmo, sendo considerados estratégicos para o país, os que acabam se impondo antes os demais usos e seus usuários.

Nem sempre a quantidade ou a qualidade de água presentes são adequadas ou suficientes para atender às demandas dos diferentes usos. Nessas oportunidades, o conjunto complexo de usos e usuários pode gerar embates

entre os interessados defendendo, cada qual, distintos pontos de vista sobre o uso da água. (AGÊNCIA NACIONAL DAS ÁGUAS, 2015, p. 17)

Segundo a ANA (2015, p. 19), embora existam conflitos de interesse pelo uso da água, “[...] não há, a priori, um uso privilegiado, como ocorreu muitas vezes no passado, quando se atribuiu ao setor hidrelétrico a prioridade do uso da água na busca do crescimento econômico”. Esse certamente é um posicionamento positivo, muito embora dialogue com o que deveria ser o ideal, pois em muitos lugares a realidade é muito diferente:

Em Dias d’Ávila-BA o principal uso outorgado da água é o industrial, com cinquenta e nove pontos de exploração de água subterrânea, equivalendo a 71% das outorgas concedidas nesse município; 25% se referem às outorgas concedidas para abastecimento humano e, com menor expressividade, aparecem os demais usos, como piscicultura (1%) e lançamento de efluentes (3%). (PORCIUNCULA, 2011, p. 98)

No município citado, os demais usos não outorgados, mas estabelecidos com a água – como a pesca, o lazer, o uso cultural e religioso – ficam à margem desse processo, invisibilizados e sem nenhuma representatividade nesse conflito entre iguais pelas águas, ou melhor, pelos recursos hídricos que são abundantes nesse município. (PORCIUNCULA, 2011)

Cientificamente, os usos para os quais a água se destina, de forma geral, foram divididos em usos consuntivos e usos não consuntivos. Os usos consuntivos, grosso modo, são aqueles nos quais água é consumida ou “[...] aqueles que retiram a água de seus mananciais, através de captações ou derivações, e apenas parte dessa água retorna a suas fontes de origem”. (CARRERA-FERNANDEZ; GARRIDO, 2002, p. 22)

O autor completará o entendimento sobre esse tipo de uso, afirmando que se trata de um tipo de retirada de água que a torna indisponível no manancial. Os usos não consuntivos são o oposto. Nesse tipo de uso, a água não é retirada no manancial ou, caso seja, ela retornará imediatamente a ele.

Quadro 4 – Usos da água.

Forma	Finalidade	Tipo de uso	Uso consuntivo	Requisitos de qualidade	Efeitos na água
Com derivação de águas	Abastecimento urbano	Abastecimento doméstico industrial, comercial e público	Baixo, de 10% sem contar as perdas nas redes	Altos ou médios, influenciando no custo do tratamento	Poluição orgânica e bacteriológica
	Abastecimento industrial	Sanitário, de processo, incorporação ao produto, refrigeração e geração de vapor	Médio, de 20%, variando com o tipo de uso e de indústria	Médios, variando com o tipo de uso	Poluição orgânica, substâncias tóxicas, elevação de temperatura
	Irrigação	Irrigação artificial de culturas agrícolas segundo diversos métodos	Alto, de 90%	Médios, dependendo do tipo de cultura	Carreamento de agrotóxicos e fertilizantes
	Abastecimento	Doméstico, dessedentação de animais	Baixo, de 10%	Médios	Alterações na qualidade com efeitos difusos
	Aquicultura	Estações de piscicultura e outras	Baixo, de 10%	Altos	Carreamento de matéria orgânica
Sem derivação de águas	Geração hidrelétrica	Acionamento de turbinas hidráulicas	Perdas por evaporação do reservatório	Baixos	Alteração no regime e na qualidade da água
	Navegação fluvial	Manutenção de calados mínimos e eclusagem	Não há	Baixos	Lançamento de óleo e combustível
	Recreação, lazer e harmonia paisagística	Natação e outros esportes de contato direto, iatismo, motonáutica	Lazer contemplativo	Altos, especialmente recreação de contato primário	Não há
	Pesca	Com fins comerciais de espécies naturais ou introduzidas através de estações de piscicultura	Não há	Altos, nos corpos de água, correntes, lagos ou reservatórios artificiais	Alterações na qualidade após mortalidade de peixes
	Assimilação de esgotos	Diluição, autodepuração e transporte de esgotos urbanos e industriais	Não há	Não há	Poluição orgânica, física, química e bacteriológica
	Usos de preservação		Não há	Não há	Melhoria da qualidade

Fonte: Barth (1987) citado por Silva e Pruski (2005, p. 132).

2.2.1 Para além da bacia hidrográfica

A Lei 9.433/1997 delimitou a bacia hidrográfica como unidade territorial para ação e implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos. De acordo com a hidrologia, a bacia hidrográfica é uma área que “[...] envolve explicitamente o conjunto de terras drenadas por um corpo d’água principal e seus afluentes e representa a unidade mais apropriada para o estudo qualitativo e quantitativo do recurso água e dos fluxos de sedimentos e nutrientes”. (PIRES; SANTOS; DEL PRETTE, 2002, p. 17) Dessa forma, a bacia hidrográfica é considerada, segundo a Agência Nacional de Águas (2015, p. 20), uma unidade territorial ideal para a gestão dos recursos hídricos, além de permitir o seu planejamento.

A decisão pela bacia hidrográfica como unidade territorial ideal de planejamento, no entanto, irá privilegiar o caráter quantitativo que torna possível mensurar informações importantes, tais como: a quantidade de água da chuva que cai na área da bacia, a quantidade que evapora, a quantidade que irá escoar para um ponto comum de saída, entre outros. Trata-se, portanto, de uma escolha que considera estritamente os aspectos hidrológicos, cujo uso poderá ser planejado.

Contudo, este estudo não privilegia a bacia hidrográfica como referência espacial porque reconhecemos que outras unidades territoriais estão presentes nas questões que envolvem as águas e muitas delas se impondo à própria bacia hidrográfica, como a escala do bairro e até mesmo a da região metropolitana.

Apreender a problemática das águas numa perspectiva multiescalar, mais ampla, torna possível reconhecer o alcance do fenômeno metropolitano que, no caso da RMS, pode ser percebido para além dos limites físicos da região, sem, contudo, respeitar a escala de nenhuma bacia hidrográfica, por caracterizar-se por um tipo de ação pontual no que se refere à captação da água já reservada na Barragem de Pedra do Cavalo.

Como é possível verificar, as ações empreendidas pela EMBASA para regular as perdas de água da barragem de Joanes II, na bacia do Rio Joanes, drenam as águas da barragem de Santa Helena, na bacia do Rio Jacuípe, comprometendo o abastecimento do próprio município, mas garantindo o abastecimento dos demais municípios considerados não fornecedores de água. Ou quando verificamos que o maior consumidor de água do sistema Paraguaçu, que é a RMS, se exime da responsabilidade de cuidar dos mananciais que abastece, embora seja responsável por garantir 60% do seu abastecimento de água. Sobre isso, a posição da EMBASA é a de delegar ao Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (INEMA) a responsabilidade por

garantir a “[...] preservação e recuperação dos recursos hídricos e das áreas de proteção ambiental do estado”. Neste sentido considerará que

A principal função da Embasa, para contribuir com a qualidade ambiental dos mananciais, como o rio Paraguaçu, é implantar, ampliar, operar e dar manutenção nos sistemas de esgotamento sanitário nos municípios situados na área de influência do rio, proporcionando a coleta, tratamento e destinação adequada dos esgotos domésticos, ressaltou a assessoria. (RIO que abastece..., 2014, p. A6)

Trata-se, contudo, de uma função que notadamente tem falhado, uma vez que um dos principais impactos ambientais registrados pelo INEMA⁵⁰ (2017) diz respeito ao lançamento de esgotos no lago da própria barragem.

As discussões sobre a ponderação no uso do conceito de bacia hidrográfica encontram-se presente na literatura através de alguns autores que reconhecem a importância dessa unidade, embora não encerrem nela todas as possibilidades de gestão das águas, especialmente por reconhecerem a presença de interações de sujeitos e agentes dentro e fora dessa unidade, os fluxos econômicos e as dinâmicas populacionais, por exemplo, que podem extrapolar os limites físicos de uma bacia e/ou provocar impactos sem que essa unidade seja, necessariamente, a de maior relevância no processo de gestão. (PIRES et al., 2002; PIRES DO RIO, 2009)

Pires e colaboradores (2002, p. 17) discutem a importância do conceito de bacia hidrográfica e apresentam uma série de possibilidades de estudos que privilegiam a bacia como unidade de análise e gerenciamento ambiental, além de demonstrarem que, em alguns casos, o seu conceito é considerado “[...] análogo ao de Ecossistema, como uma unidade prática, seja para estudo como para o gerenciamento ambiental”. Embora esses autores apresentem as várias possibilidades contidas nos estudos que privilegiam o uso do conceito de bacia hidrográfica, como já mencionado, buscam relativizar a sua importância, alertando-nos que

Apesar das reconhecidas vantagens do uso da BH como unidade de análise e gerenciamento da paisagem para o estudo de processos ecológicos ou manejo de alguns dos seus componentes, deve ser ressaltado que muitas vezes essa unidade não é apropriada para estudos da dinâmica trófica, envolvendo o deslocamento animal na paisagem, como os grandes vertebrados herbívoros ou carnívoros terrestres. Nesses casos, tem sido recomendado o uso da paisagem regional que inclui mais de uma unidade de estudo (BH) ou regiões biogeográficas. Da mesma forma, muitas análises socioeconômicas devem considerar as inúmeras bases de dados que extrapolam a BH, tais como distritos, os municípios, as redes de cidades, os fluxos econômicos e as dinâmicas populacionais. (PIRES et al., 2002, p. 19-20, destaque dos autores).

⁵⁰ INEMA, informação disponível no *site* do próprio órgão em: <<http://www.inema.ba.gov.br/gestao-2/unidades-de-conservacao/apa/apa-lago-de-pedra-do-cavalo/>>.

E esclarecem, ainda mais, ao afirmarem que

[...] Gerir uma BH não significa submeter ou restringir a análise apenas às determinações da realidade interna à dinâmica da mesma. Há uma multiplicidade de relações internas e externas à BH que deve ser computada na análise, sem que isso implique em contradições com o recorte adotado para a gestão. Deste equívoco provêm amplas discussões e demandas que tentam reduzir todo tipo de base de dados e análise exclusivamente à BH. (PIRES et al., 2002, p. 19-20, destaque dos autores)

Nessa perspectiva de crítica sobre a adoção da bacia hidrográfica como unidade ideal para o planejamento, cujas dinâmicas, como mencionado, extrapolam as análises ecossistêmicas e hidrológicas, facilmente percebidas quando observados os limites naturais que delimitam uma bacia hidrográfica, Gisela A. Pires do Rio nos explica a razão de considerar que a gestão dos recursos hídricos por bacias hidrográficas deveria ser refutada, ao menos no Brasil. (PIRES DO RIO, 2009). O argumento central da autora considera que

El proceso actual de gestión de recursos hídricos en Brasil encuentra dificultades en su implementación en lo que respecta a las relaciones entre instituciones, organizaciones y territorio. La gestión de aguas presupone, a nuestro entender, considerar que la estructura espacial y los padrones espaciales resultantes de las interacciones entre organizaciones y territorio no pueden ser circunscritas a un único plan espacial. (PIRES DO RIO, 2009, p. 27)

A hipótese levantada pela autora para embasar esse argumento central considera que

[...] 10 años después de la implantación del sistema de gestión de recursos, la cuenca hidrográfica es confrontada por otros territorios que se constituyen siguiendo lógicas distintas que, además ha favorecido muy poco la deseada descentralización [...] (PIRES DO RIO, 2009, p. 27)

A autora se refere à Lei 9.433/1997, que instituiu a Política Nacional de Recursos Hídricos, e considera ser a bacia hidrográfica a unidade de planejamento ideal, assinalando que “[...] el caso de los recursos hídricos registra inclusive una otra particularidad: es el único sector cuya base espacial, la cuenca hidrográfica, fue institucionalizada para su gestión” (PIRES DO RIO, 2009, p. 27). Para a autora existem riscos ao instrumentalizar a bacia hidrográfica como unidade territorial pois

[...] la instrumentalización constituye un modo de privilegiar agentes económicos en un espacio específicamente regulado, podemos preguntarnos si esos espacios, regulados e institucionalizados, no están tornándose en un mecanismo mediante el cual se refuerza el control que ciertos grupos tienen sobre el acceso al agua. (PIRES DO RIO, 2009, p. 27)

Em síntese, a autora considera que os agentes econômicos que requerem o uso abundante de água em seu processo produtivo, como o setor de energia hidroeétrica, por exemplo, podem ter suas ações refletidas para além dos limites naturais de uma bacia hidrográfica ou sequer considerá-la em seu processo produtivo. De acordo com a autora,

Podríamos suponer que varias unidades espaciales serían apropiadas para la gestión de los recursos hídricos: non sólo las unidades político-administrativas de la federación, sino también aquellas que se configuran como unidades de organización y manifestación de poder o que emergen de la lógica de las actividades productivas, como las regiones, las redes y mallas, por ejemplo; las cuales organizan acciones colectivas, sistemas de cooperación y negociación, revelan conflictos y tensiones y no están limitadas por un espacio definido por la ley. (PIRES DO RIO, 2006, 2009, p. 31)

A noção de rede é adotada pela autora como noção principal, pois se

[...] refiere a realidades distintas y no siempre pueden ser interpretadas en un único sentido [...] considera la red como elemento substantivo de la organización y de la gestión del territorio de la cual la gestión de los recursos hídricos hace parte. (PIRES DO RIO, 2009, p. 31)

Consideramos que, de acordo com a perspectiva da autora, essa noção é capaz de auxiliar na apreensão da diversidade das dinâmicas contidas em diferentes realidades, nas quais a água figura como objeto de interesses e disputas entre agentes econômicos e não econômicos, como também de interações e tensões entre diferentes modos vida, que se expressam em outras escalas de planejamento, não consideradas pela Lei 9.433/1997, nem sempre aceitas nos limites de uma determinada bacia hidrográfica, uma vez que suas ações se espraiam para além deles.

A autora aprofundará sua compreensão sobre a noção de rede, considerando-a

[...] como estructuras que direccionan flujos; son consideradas como redes técnicas las ferrovías, la autopistas, las conexiones de electricidad y el **abastecimiento de agua**, por ejemplo. Las redes, en su definición más circunscrita, constituyen un conjunto de lugares geográficos conectados en un sistema por un cierto número de vínculos. (KANSKY, 1963 *apud* PIRES DO RIO, 2009, p. 31, grifo nosso)

Por fim, concluirá que “[...] la red puede ser un médio de apropiación de território.” (PIRES DO RIO, 2009, p. 31) Apoiando-nos nesse entendimento, reconhecemos que as dinâmicas e questões que envolvem as águas na Região Metropolitana de Salvador, desde sua formação na década de 1970, extrapolam os limites físicos das diversas bacias hidrográficas inseridas nessa região e conduzem a dinâmica metropolitana para além dos seus próprios limites, estendendo-se aos espaços não metropolitanos para captação de água. Tal situação foi observada

pelo então superintendente operacional da Empresa Baiana de Águas e Saneamento S.A. e professor, Rogério Costa Cedraz, em entrevista ao jornal *A Tarde*, em 2007, da seguinte forma:

Outra “irracionalidade”, na opinião do professor, é o fato de Salvador ter seu abastecimento de água provido pelos mananciais da região semiárida. A barragem de Pedra do Cavalo, que abastece 40 cidades do Recôncavo e da Região Metropolitana de Salvador (RMS), é formada com os recursos hídricos da bacia hidrográfica do Rio Paraguaçu, que nasce na Chapada Diamantina e cruza parte do semiárido [...]. (ANDRADE, 2007, p. 8-9)

De acordo com informações do INEMA, a bacia hidrográfica do Rio Paraguaçu tem 67% de sua área com influência do clima semiárido, correspondendo a 10% do território do Estado da Bahia, com chuvas anuais inferiores a 700 mm e integrando 86 municípios.

Essa condição da metrópole em captar água da Bacia do Paraguaçu, fora dos seus limites físicos, segundo o professor e hidrogeólogo Olivar Lima de Lima, deve-se ao fato que

O governo do estado da Bahia deu prioridade ao abastecimento das indústrias, o que revela o total alinhamento com o caráter desenvolvimentista presente desde o Código das Águas e, por isso, arca com os custos de trazer água para abastecer Salvador da Barragem de Pedra do Cavalo, em Feira de Santana, a 100 km de distância. (LIMA, 2005, p. 7- 9)

O que é tratado como sendo irracionalidade, na verdade reflete o cumprimento de uma diretriz do planejamento governamental de base desenvolvimentista, que optou pelo desenvolvimento urbano e industrial, a qualquer custo.

A irracionalidade é ainda maior quando se constata a existência do potencial hídrico superficial e subterrâneo presente nos municípios inseridos na própria RMS, o qual justificou a construção de várias barragens cujo objetivo principal era prover o abastecimento de Salvador e posteriormente de toda a sua região metropolitana; no entanto, na atualidade, muitas delas perderam importância – algumas foram abandonadas, como é o caso da Barragem do Cobre, inserida na cidade do Salvador e desativada em 2010 – frente à possibilidade de expandir a captação de água em barragens inseridas fora dos limites da região metropolitana.

2.3 A ÁGUA: ELEMENTO DA NATUREZA, SIMBÓLICO E CULTURAL

A principal categoria de análise desse estudo são as águas doces. E refletir sobre o seu caráter subjetivo, sem perder de vista a sua materialidade no plano do real, que lhe confere a condição de ser percebida e compreendida simbólica e culturalmente, só se tornou um problema

quando questionada a condição da água de não ser um elemento da natureza e, sim, uma substância, apenas.⁵¹

Este posicionamento disciplinar permitiu o desenvolvimento de reflexões sobre o caráter complexo e transversal que a temática implica: seja como possibilidade de aprofundamento teórico quanto à opção de considerar, neste estudo, a água como um elemento da natureza, simbólico e cultural; seja como possibilidade de demonstrar como algumas disciplinas a assimilam conceitualmente e, com isto, são capazes de performar a realidade social, mediante suas formulações teóricas que, embora se imponham hegemônicas no campo disciplinar, a exemplo da economia, acabam por resultar em reducionismos quando, ao se insularem, ignoram a diversidade e a complexidade da realidade, sobretudo, daqueles que se relacionam fenomenológica e culturalmente com as dimensões não econômicas das águas. (FORTES, 2006)

Dito isto, neste estudo, a água é considerada um elemento da natureza, cultural e simbólico. Contudo, buscamos não perder de vista que o caráter transversal que a temática contém, a torna, também, objeto de interesse dos agentes econômicos. Assim, e de acordo com Fortes (2006, p. 16), reconhecemos que

A água é sabidamente um dos elementos mais necessários para a vida do homem e determina grande parte de seus hábitos, influenciando em aspectos de sua vida individual e coletiva. A busca por água e a tentativa de dominá-la e colocá-la à disposição dos homens levam ao desencadeamento de processos políticos, sociais, tecnológicos e culturais.

O reconhecimento da condição de elemento da natureza conferido à água, não é recente. Entre os filósofos pré-socráticos, essa condição teria sido capaz de contribuir no processo de revolução da racionalidade, ao se sobrepor à visão mítica do mundo, então predominante⁵². (SOUZA, 1996, p. 18)

⁵¹ Esse questionamento foi feito por um parecerista do evento VI CIETA que, após avaliar nosso artigo, asseverou que a água não era elemento da natureza, mas uma substância. (PORCIUNCULA; ALENCAR, 2014). (Artigo submetido e aceito no VI Congresso Iberoamericano de Estudios Territoriales y Ambientales, realizado na cidade de São Paulo, de 8 a 12 de setembro de 2014, no Instituto de Geografia, *campus da Universidade de São Paulo*).

⁵² De acordo com Souza (1996, p. 18), “[...] A acelerada dinâmica social das cidades-Estados jônicas corrói as antigas instituições e os valores arcaicos, fazendo emergir uma nova mentalidade, fruto da valorização das individualidades que se afirmam nas circunstâncias e iniciativas presentes. Durante o século VII A.C, as novas condições de vida das colônias gregas da Ásia Menor acentuam-se devido à revolução econômica representada pela adoção do regime monetário. A moeda, facilitando as trocas, vem fortalecer econômica e socialmente aqueles que vivem do comércio, da navegação e do artesanato, marcando definitivamente a decadência da organização social baseada na aristocracia de sangue. A partir de então e sobretudo no decorrer do século VII a.C., a expansão das técnicas – já desvinculadas da primitiva concepção que lhes atribuía origem divina – passa a oferecer ao homem imagens explicativas dotadas de alta dose de racionalidade, conduzindo à progressiva rejeição e à substituição da visão mítica da realidade.”

No período entre os séculos VII e VI A.C., a busca pelo entendimento das coisas do Universo levou filósofos como Tales de Mileto, Anaxágoras de Clazômena, Pitágoras de Samos, Xenófanes de Colofão, Demócrito de Abdera, a acreditarem ter descoberto “[...] as regras segundo as quais são governados pela natureza das coisas e o modo pelo qual vêm a existir”. (SOUZA, 1996, p. 299)

Dentre os filósofos citados, Tales de Mileto foi aquele que mais se dedicou a refletir sobre as águas e, dessa forma, centrou algumas de suas mais importantes reflexões filosóficas nesse elemento. Esse filósofo foi considerado um dos Sete Sábios da Grécia Arcaica e como nada deixou escrito teve sua vida e obra difundida por Aristóteles, Teofrasto e Simplicio. (CHAUÍ, 2002, p. 54)

Dentre as inúmeras ocupações atribuídas a Tales de Mileto, a que mais se destacou foi a busca pelo entendimento da importância que a água desempenhava na dinâmica do Universo e na vida dos próprios homens. Não era um interesse vazio aquele que nutria pela água ou o úmido e as justificativas a seguir cuidam de demonstrar isto.

A água apresenta-se sob as mais variadas formas e em todos os estados em que vemos os corpos da natureza: líquido, sólido e gasoso. Vemos a água passar de um estado a outro, de uma forma a outra, num processo contínuo no qual mantém a identidade consigo mesma. O fenômeno da evaporação faz pensar que a água é a causa do céu e do que nele existe; o fenômeno da chuva, que a água é a causa da terra e do que nela existe; a água está diretamente vinculada à vida: as sementes, o sêmen animal e humano, são úmidos (o cadáver em putrefação é uma umidade que vai se ressecando). ‘As coisas mortas secam, e as sementes são úmidas, o alimento é suculento’, escreve Simplicio, explicando a escolha de Tales; Tales viajou pelo Egito e certamente se assombrou com as cheias do Nilo: a terra seca e desértica, antes da cheia, tornava-se fértil, verdejante, cheia de flores e frutos depois dela. Tales teria concluído que a água é a causa das plantas; a existência de fósseis de animais marinhos, descobertos nas montanhas e em grandes altitudes, teria levado Tales a considerar que, no início, tudo era água e que a vida fora causada pela água; a mitologia grega falava no rio Oceano que circundava toda a terra e que teria engendrado nosso mundo. Não seria descabido, portanto, supor que Tales houvesse dado uma explicação racional para a narrativa mítica. (CHAUÍ, 2002, p. 56)

Aristóteles considerou que em Tales de Mileto a água representava o todo. Neste sentido era

[...] Aquilo de que todos os seres são constituídos e de que primeiro são gerados e em que se dissolvem, tal é para eles o elemento, o princípio dos seres; e por isso julgam que nada se cria nem se destrói, como se tal natureza substituísse para sempre...Tales, o fundador de tal filosofia, diz ser a água o princípio e por isso também declarou que a terra está sobre a água (Aristóteles, *Metafísica*). (CHAUÍ, 2002, p. 56)

A água ou o úmido orientam as formulações filosóficas de Tales, a ponto de ele ter sido consagrado por Aristóteles “[...] como fundador da filosofia cosmológica, tendo sido o primeiro a tratar de modo sistemático e racional o problema da origem, transformação e conservação do mundo. Para Tales, a *phýsis*⁵³ é a água, ou melhor, a qualidade da água, o úmido.” (CHAUÍ, 2002, p. 55)

Tales de Mileto também atribuía à água a condição de ser o elemento principal da natureza e essa condição de principalidade elevava a sua importância em relação aos demais corpos naturais que os filósofos antigos consideravam partes constituintes do Universo. A água se sobrepunha em importância devido a sua vitalidade, imprescindível à existência de qualquer organismo conhecido, destacando-se diante dos demais elementos: terra, fogo e ar. Essa vitalidade levaria

Tales a considerar que todas as coisas são viventes ou animadas e por isso se conservam e se transformam. A água é o ‘deus inteligente’, que faz todas as coisas e é a matéria e a alma de todas elas. Eis porque se atribui a Tales a afirmação: ‘Todas as coisas estão cheias de deuses’. (CHAUÍ, 2002, p. 57)

A compreensão desenvolvida por Tales de Mileto sobre a água estava longe de comprometer o caráter racional contidas nas suas reflexões, segundo Souza (1996). Embora tais reflexões pudessem sugerir um retorno à concepção mística do mundo, para Souza seria justamente o contrário, pois revelavam “[...] simplesmente a ideia de que o universo é dotado de animação, de que a matéria é viva (hilozoísmo).” (SOUZA, 1996, p. 19)

Esse tipo de reflexão revelava uma nova compreensão filosófica e inovadora diante da contribuição de Tales de Mileto para a cosmologia, inaugurando dessa forma uma “[...] maneira que é nova e propriamente filosófica”. (CHAUÍ, 2002, p. 57). Por fim, Tales de Mileto inovou ao conferir à água o *status* de elemento principal da natureza.

A água está repleta de significados diferentes para os sujeitos e grupos sociais que dela se apropriam e sua presença pode ser verificada em muitas religiões, com significados diversos e carregados de simbolismo. Ao discutir a relação da água e o espírito, Fortes (2006, p. 18-19) identificou a presença da água em importantes documentos da cosmogonia de várias civilizações, como, por exemplo, no Alcorão, na Bíblia, na Enuma Ęlis.

No Alcorão, está escrito: "E Alá criou da água todos os animais e entre eles os répteis, os bípedes e os quadrúpedes. Alá cria o que lhe apraz, porque Alá é onipotente." (Sura 24, vers. 45). No trecho inicial do gênesis, na Bíblia, está escrito que "o espírito de Deus fluava sobre as águas". [...]. Na cosmogonia

⁵³ Souza (1996) explica que *phýsis* “[...] no vocabulário da época, abrangia tanto a acepção de ‘fonte originária’ quanto a de ‘processo de surgimento e de desenvolvimento’, correspondendo perfeitamente a ‘gênese’”.

babilônica Enuma Ęlis também está escrito que no início havia apenas água, ainda não separada em água salgada e doce; posteriormente surgiram o Deus Apsu, que seria a água salgada, e a Deusa Tiamat, a água doce [...]

Analisando a presença da água no texto bíblico, Fortes chamará a atenção para o fato de não estar revelado diretamente que Deus tenha criado a água, mas que ela já estava lá, como algo que precede, assim, o sentido de principalidade atribuído à água, é também aqui identificado:

Note-se que 'No princípio criou Deus os céus e a terra', e só depois a luz, o sol, as estrelas, plantas, animais e finalmente o homem [...] Já no segundo versículo é dito que "o espírito de Deus fluuava sobre a água". A água, então, seria algo já pré-existente e original, sobre a qual o espírito de Deus fluuava. Pode-se considerar, então, que talvez a água, fosse uma parte do próprio Deus, e este estaria intimamente ligado a ela. (FORTES, 2006, p. 18)

Na definição teológica, a água é considerada uma dádiva divina, com o propósito de abençoar, purificar e nutrir. A perspectiva teológica também considera que a água é fonte de vida e de energia capaz de renovar e revigorar o sujeito, quando a esse elemento ele recorre em busca de refazimento espiritual. (FERNANDEZ, 2002)

Culturalmente, a água é vida. Para os cristãos, a água é simbólica: nela Jesus Cristo foi batizado e até hoje se faz presente nos rituais de batismo. Contudo, salientará o autor, nem sempre as águas foram consideradas elementos apenas de vida e de criação, sendo também historicamente relatada como um elemento de destruição, de transformação e transmutação em sua simbologia. (FORTES, 2006, p. 20)

Do dilúvio, ao batismo, ao sacramento, à transmutação em vinho, ao seu poder transformador assimilado pela alquimia, como representação na arte, entre tantos outros relatos, a água estará presente como um elemento cujo poder simbólico foi largamente representado. (FORTES, 2006)

Fortes (2006, p. 21-22) buscou compreender também, quais as diversas formas como a água foi historicamente utilizada em rituais, como elemento de purificação. Com isto, o autor identificou os lugares e objetos nos quais o contato com a água era ritualisticamente estabelecido, como altares, pias batismais, banheiras, rios e mares para a realização de cerimônias. Como exemplo, o autor mencionará o batismo, tanto o católico quanto o protestante, que ainda segue sendo realizado em pias batismais ou nas águas de rios, lagos e mares, bem como destacará a presença da água benta, disponibilizada aos fiéis nas igrejas católicas. (FORTES, 2006)

A água também estará presente nos templos espiritualistas, espíritas, candomblecistas e umbandistas, com propósitos que vão desde a cura à equilibração energética; também a água fluidificada estará nos centros espíritas, para limpeza espiritual, descarrego energético, entre outras funções.

[...]. No espiritismo, a água atua como um veículo de propriedades curativas que contribuem para o processo de higienização física, como explica o psicólogo e praticante da doutrina, Adenauer Novaes. ‘Utilizamos a água com as propriedades curativas energizadas pelos espíritos, através dos médiuns. Essa é a água fluidificada que é bebida pela pessoa que está em tratamento espiritual.’ Ele recomenda que, durante as orações, haja sempre por perto um copo de água que deve ser bebido depois. Novaes acredita que a degradação do meio ambiente e dos recursos hídricos não são apenas resultados de ações físicas do homem, como a poluição e a devastação na natureza. ‘Nós também agredimos a natureza com a qualidade dos pensamentos que emitimos’, afirma o espírita [...]. (NOVAES, 2007a, p. 5)

Para os candomblecistas e indígenas, a água também é simbólica e assume uma expressão material, pois nela deidades são personificadas, como Iara, Oxum, Iemanjá, Oxum Opará e outras. (PORCIUNCULA, 2011, p. 56-57) Quanto aos diversos usos dados às águas pelo candomblé, religião de matriz africana, o fragmento que segue, retirado de uma matéria do jornal *A Tarde* (2007, p. 5), favorece a apreensão da importância desse elemento da natureza, amplamente utilizado na rotina espiritual do povo de santo:

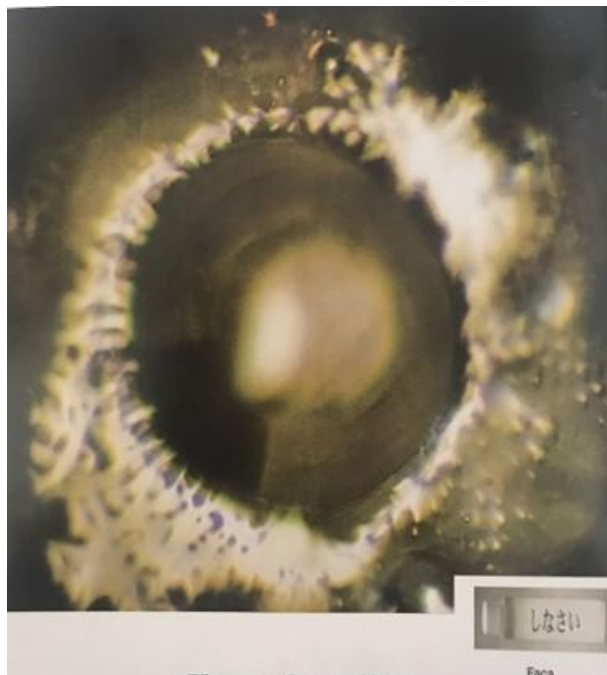
No candomblé, culto intimamente ligado aos elementos da natureza, a água tem usos diversos. Conhecida como D. Detinha, a filha-de-santo e Akowe da Casa de Xangô, do Ilê Axé Opô Ofonjá, diz que a água é fundamental em todos rituais da sua crença. No período de iniciação é usada para purificar. O primeiro passo é o banho de folhas. A água também é utilizada para molhar o chão do terreiro e saudar os orixás. ‘Outro uso importante da água ocorre depois das cerimônias fúnebres, no que chamamos ‘despachar a porta’. Quando voltamos da cerimônia, usamos a água para limpar o corpo e deixar para trás todas as energias que possam ter nos acompanhado. São energias que podem vir tanto dos mortos como dos vivos, pois em ambientes fúnebres existem todos os tipos de energia’, explica D. Detinha. Para quem gosta de rituais de purificação, ela dá uma dica: existem banhos de folhas que são específicos de cada santo, mas há também os que podem ser utilizados por qualquer pessoa. ‘Nesses banhos devem ser usadas as folhas leves, como a folha-da-costa, a folha a alevante, que é bem perfumada, e o irirím’.

As propriedades energéticas atribuídas à água e à condição de ela “responder” a estímulos externos foram objeto do interesse do fotógrafo e pesquisador japonês Masaru Emoto (2004). No estudo intitulado *As mensagens das águas* de 2004, o pesquisador conseguiu perceber, por meio de fotografias, as diferentes reações estruturais que estímulos exteriores – como diferenças ambientais, vibrações musicais, energéticas (como orações), pensamentos e palavras boas e ruins – são capazes de provocar nas moléculas de água.

Eu sempre me perguntei se existiam métodos para se expressar a diferença da natureza da água. [...] se eu congelasse a água e tirasse uma foto dos cristais, eu poderia obter informações sobre a água esta era a ideia completa atrás do experimento que eu estava para iniciar. (EMOTO, 2004, p. 15).

Para o autor, a água, ao modificar sua estrutura molecular diante de diferentes tipos de estímulos, estaria na verdade transmitindo mensagens às pessoas. Essas mensagens poderiam ser “lidas” nas imagens da água cristalizada, capturadas através de técnicas de fotografia, onde se percebe o quanto as moléculas das águas são sensíveis e, de acordo com o tipo de estímulo, são capazes de refletir visualmente a condição energética do ambiente. As figuras a seguir ilustram imagens dos cristais de água submetidos a estímulos positivos e negativos, contidos nas palavras escritas e orações:

Figura 4 - “Faça”.



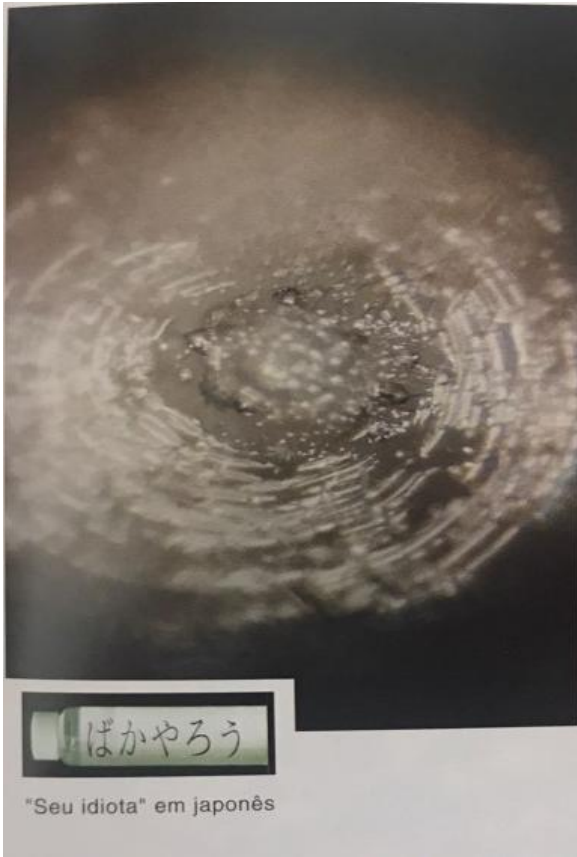
Fonte: EMOTO (2004, p. 132).

Figura 5 - “Vamos fazer”.



Fonte: EMOTO (2004, p. 131).

Figura 6 - 'Seu idiota' em japonês.



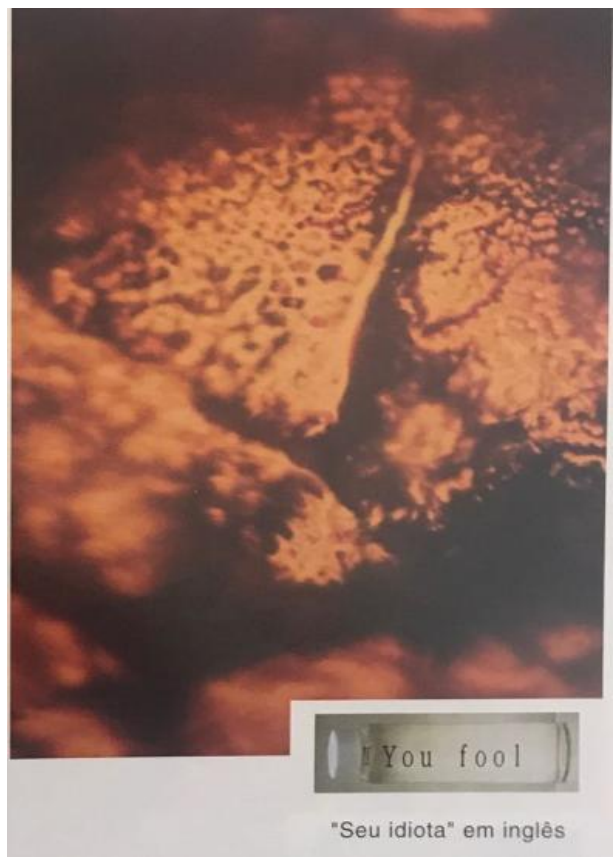
Fonte: EMOTO (2004, p. 123).

Figura 8 - "Você me enche o saco. Eu mato".



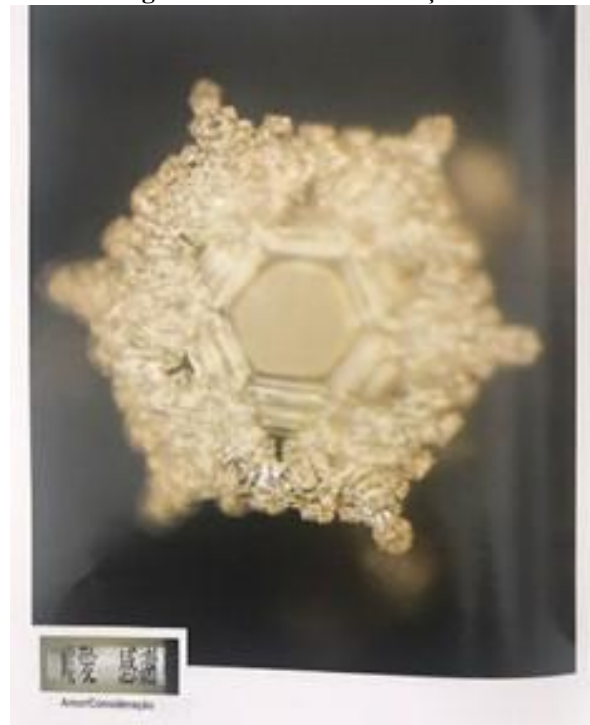
Fonte: EMOTO (2004, p. 123).

Figura 7 - 'Seu idiota' em inglês.



Fonte: EMOTO (2004, p. 123).

Figura 9 - "Amor/consideração".



Fonte: EMOTO (2004, p. 123).

Com isso, o autor concluiu existirem energias sutis relacionadas à consciência, capazes de provocar as “respostas” que as águas analisadas ofereceram. Nesse sentido, é possível considerar que tais “respostas” revelam que estamos diante de um elemento da natureza que é vivo.

Segundo Emoto (2004, p. 30), ao explicar como se deu todo o seu experimento, mesmo nas imagens de cristais considerados “feios”, dada à desarmonia e irregularidade de suas formas, reflexo das péssimas condições energéticas ou físicas em que a água se encontrava (poluída, p.ex.), foi possível notar a tentativa de transmutação de sua estrutura para algo mais harmônico; assim, a forma em que a água se apresentava não era estática. E, com influência energética positiva, a sua estrutura poderia ir, aos poucos, sendo modificada. Isso levou o autor a concluir que: “[...] a água está, basicamente, tentando com esforço e bravura ser ‘Água limpa! Quero ser água limpa!’. Sentíamos que tal declaração vinha dos cristais de água.” (EMOTO, 2004, p. 30)

Verdadeiramente se trata de uma experiência que pode desafiar a lógica do pensamento cartesiano, sobretudo se confrontado às modernas análises científicas da água; contudo, trata-se de um método de avaliação que “[...] parte de um ângulo completamente diferente”, dirá Emoto (2004, p. 30) Trata-se de um novo método de avaliação da “qualidade” da água que é perfeitamente válido⁵⁴, sendo capaz de ampliar o entendimento e a sensibilidade para mais uma nova dimensão que a água tem, que é inteiramente capaz de responder a estímulos físicos e energéticos exteriores.

O contato fenomenológico com a água não está restrito apenas àqueles que desenvolveram diferentes interesses por esse elemento ou por alguma de suas dimensões. Pelo sentido de purificação atribuído às águas, por exemplo, tanto por céticos, espiritualistas e religiosos, já é possível perceber que tal sentido não é mais exclusivo dos rituais culturais, vez que claramente superou tais limites. (FORTES, 2006, p. 23)

Segundo Fortes (2006, p. 23), o sentido de purificação da água pode ser identificado “[...] no próprio contato fenomenológico com a água e as projeções do ideal de pureza existentes no homem”, pois, continuará refletindo o autor

[...] A imaginação material da pureza da água, localiza-se em sua própria essência e, segundo Bachelard, independe da transmissão de "formas" culturais, mas nasce da vivência direta do homem com a matéria. As diferentes

⁵⁴ O autor desenvolveu o seu experimento de forma criteriosa e toda a metodologia foi amplamente explicada em seu livro. (EMOTO, 2004, p. 24-30).

manifestações culturais nas quais a pureza da água é referida são o resultado de uma concretização social e coletiva da experiência fenomenológica individual do homem com a água. (FORTES, 2006, p. 23)

Essa compreensão amplia o entendimento e as discussões sobre a importância cultural da água, comumente tratada em associação aos rituais religiosos e espiritualistas. Assim, para os sujeitos que construíram seu modo de vida em relação direta com as águas, independente da temporalidade com que tal relação foi estabelecida, mas que foram capazes de lhe atribuir significados muito próprios – identificando-a, por exemplo, como um elemento de integração, de contemplação ou de solidariedade, entre outros – é possível dizer que também eles possuem uma relação fenomenológica e cultural com as águas.

Sobre o potencial da relação que os sujeitos desenvolvem com as águas, Furtado (2014), em estudo sobre as águas urbanas do século XVIII, em Minas Gerais, reconhecerá que ela sempre esteve “na ordem do dia” o que revelava “[...] uma cultura material da água que se constrói na cotidianidade”. E, mais ainda, revela a autora que essa cultura estava “[...] permeada por interações, mas também por atritos, pois as tentativas de controle do homem sobre a natureza não se fazem sem contradições e conflitos”. (FURTADO, 2014 *apud* TEDESCHI, 2014, p. 16)

Um exemplo da expressão da identidade territorial, construída em relação direta com a água, é possível ser reconhecida entre os sujeitos que vivem no município de Dias D’Ávila-BA, uma relação tão fortemente estabelecida que eles se referem a Dias d’Ávila como a Cidade das Águas. (PORCIUNCULA, 2011)

Contudo, o que é válido e amplamente aceito para entender o que é a água é a forma como algumas ciências a conceituam. Identificamos, contemporaneamente, com caráter mais técnico que filosófico, uma única definição científica que considera “[...] a água como elemento do meio-ambiente.” (SILVA; PRUSKI, 2005, p. 157) O meio ambiente é relativo à Natureza (lat. *natura*, de *natos*, particípio passado de *nasci*: nascer), o mundo físico, como conjunto dos reinos mineral, vegetal e animal, considerado como um todo submetido a leis, as "leis naturais" (em oposição às leis morais e às leis políticas). (PROBLEMATA, 2012, p. 101-126)

Na perspectiva disciplinar das Ciências Econômicas, a água deixa de ser “água”, pois quando apropriada e destinada ao processo produtivo, ganha valor econômico e se transforma em recurso hídrico ou mineral. Numa abordagem que se propõe ampla, sob a ótica da economia, Fernandez considera que “[...] a água é um recurso natural renovável, porém limitado e escasso, de grande valor econômico, pelo menos em termos de valor de uso.” (FERNANDEZ, 2002, p. 21) Será esse o sentido principal atribuído à água na Lei 9.433/1997, para a qual a água é um

bem de domínio público, um recurso natural limitado e dotado de valor econômico: a água é recurso hídrico.

Para a geomorfologia, a água “[...] é incontestavelmente o principal agente de destruição, isto é, de erosão dos continentes” (GUERRA, 1994, p. 19) Essa mesma disciplina expande sua definição e considera também que “[...] a água constitui um dos elementos físicos mais importantes na composição da paisagem terrestre, interligando fenômenos da atmosfera inferior e da litosfera, e interferindo na vida vegetal, animal e humana, a partir da interação com os demais elementos do seu ambiente de drenagem.” (PAULO NETTO, 1994, p. 93)

Na Química, a água é um composto inorgânico formado por uma molécula de oxigênio e duas de hidrogênio. Na Física, a água é uma substância que se apresenta na natureza, em condições normais de temperatura, nos estados físicos sólido, líquido e gasoso. Para a Biologia, a água é a substância responsável pela existência e a manutenção da vida vegetal e humana. A água é entendida na Engenharia como um recurso natural renovável e estocável. Para o Direito, a água é considerada um bem público de uso comum. Contudo, podemos identificar no campo do Direito, algumas contribuições interessantes acerca da temática. No estudo intitulado *O direito fundamental ao acesso sustentável à água potável a partir da conjugação dos instrumentos jurídicos-econômicos: educação, normatização, tecnologia e tributação*, Carli apresenta um primoroso levantamento do estado da arte sobre a história das águas, acrescido com relevantes contribuições de autores nacionais e estrangeiros, embora inicie seu estudo informando, de presto, que a sua compreensão sobre a água, na relação homem e natureza, a transforma num microssistema. (CARLI, 2012, p. 12)⁵⁵

A mesma autora também cuida de revelar a diversidade de entendimentos sobre a temática no âmbito do próprio Direito e apresenta uma diferenciação semântica que estabelece a distinção entre o direito à água, o direito de águas e o direito das águas. Essa distinção é considerada fundamental por realçar “[...] a relevância das diferentes nomenclaturas no plano fático e a função do Direito como regulador do agir humano e transformador da realidade”. (CARLI, 2012, p. 40). Logo,

O objetivo de demonstrar as diferenças entre os mencionados direitos está calcado na ideia de que a água, considerando as suas múltiplas funções e a sua essencialidade para a vida, deve ser tratada pelo Direito a partir de, pelo menos, duas perspectivas, quais sejam, como direito fundamental e como

⁵⁵ A diversidade conceitual e de possibilidades existentes no estudo da temática é verificada na sessão intitulada “As faces da água: origem e significados”, que consta de um rico levantamento bibliográfico, além de explorar as contribuições sobre teorias que versam sobre a origem do Universo, para as quais a autora buscou “tão somente relacionar o início do universo com a origem das águas.” (CARLI, 2012, p. 67)

sujeito de direitos. Outra meta com a apresentação das nuances de cada um desses direitos (direito à água, direito de água e o direito das águas) é trabalhar o imaginário das pessoas no tocante à necessidade de conhecer melhor aquilo que lhes parece tão conhecido, como é o caso do líquido vital, mas que de fato não o é. (CARLI, 2012, p. 7)

A autora explicará que “[...] o direito à água, dentro do estudo do Direito, cuida de um direito fundamental dos seres humanos, dos animais e da própria Natureza” (CARLI, 2012, p. 41) A condição vital para a manutenção da vida faz emergir os aspectos de essencialidade e de fundamentalidade, amplamente discutidos pela autora. Ambos os aspectos serão responsáveis por transformar a água “[...] por excelência, em direito natural, ainda que o Direito institucionalizado, positivado, não o explicita como tal.” (CARLI, 2012, p. 42)

Quanto ao direito de águas, nos dirá autora que “[...] está escorado em um sistema de regras e princípios que regem a forma pela qual se desenvolve a gestão da água e dos recursos hídricos”. (CARLI, 2012, p. 55) Ou seja, trata-se da regulação jurídica, considerando as especificidades de cada região, ainda que, com orientação do Estado, vise disciplinar o uso das águas.

Para tanto, informará Carli (2012), haverá uma área específica do direito para cuidar desse aspecto, intitulada Direito das Águas, a qual “[...] encontra seu fundamento jurídico na Constituição Federal de 1988 e se revela, respectivamente, nas leis (e seus respectivos regulamentos), nas resoluções dos órgãos de fiscalização, assim como nos tratados e acordos internacionais”. (CARLI, 2012, p. 55)

Por fim, o Direito das Águas visa “[...] tratar da possibilidade – ou não – de a Natureza e, por conseguinte, de a água, serem sujeitos de direitos”. (CARLI, 2012, p. 56) A autora desenvolverá argumentos tomando como base a *Declaração Universal dos Direitos da Água* (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS) e autores que discutem a temática e a experiência pioneira do Equador. Neste país, a Natureza já é considerada sujeito, portadora de direitos garantidos na sua Constituição, nos Artigos 71 e 72.

Derechos de la naturaleza

Art. 71. La naturaleza o Pacha Mama, donde se reproduce y realiza la vida, tiene derecho a que se respete integralmente su existencia y el mantenimiento y regeneración de sus ciclos vitales, estructura, funciones y procesos evolutivos. Toda persona, comunidad, pueblo o nacionalidad podrá exigir a la autoridad pública el cumplimiento de los derechos de la naturaleza. Para aplicar e interpretar estos derechos se observaran los principios establecidos en la Constitución, en lo que proceda. El Estado incentivará a las personas naturales y jurídicas, y a los colectivos, para que protejan la naturaleza, y promoverá el respeto a todos los elementos que forman un ecosistema. (ECUADOR, 2008, p. 33; CARLI, 2012, p. 60).

A *Declaração Universal dos Direitos da Água* foi proclamada em 22 de março de 1992, no Rio de Janeiro, pela Organização das Nações Unidas (ONU), durante a Eco-92. Na ocasião, aquele dia foi proclamado como o Dia Mundial da Água. Ficando estabelecido na declaração que:

1. A água faz parte do patrimônio do planeta. Cada continente, cada povo, cada nação, cada região, cada cidade, cada cidadão, é plenamente responsável aos olhos de todos; 2. A água é a seiva de nosso planeta. Ela é condição essencial de vida de todo vegetal, animal ou ser humano. Sem ela não poderíamos conceber como são a atmosfera, o clima, a vegetação, a cultura ou a agricultura; 3. Os recursos naturais de transformação da água em água potável são lentos, frágeis e muito limitados. Assim sendo, a água deve ser manipulada com racionalidade, precaução e parcimônia; 4. O equilíbrio e o futuro de nosso planeta dependem da preservação da água e de seus ciclos. Estes devem permanecer intactos e funcionando normalmente para garantir a continuidade da vida sobre a Terra. Este equilíbrio depende em particular, da preservação dos mares e oceanos, por onde os ciclos começam; 5. A água não é somente herança de nossos predecessores; ela é, sobretudo, um empréstimo aos nossos sucessores. Sua proteção constitui uma necessidade vital, assim como a obrigação moral do homem para com as gerações presentes e futuras. 6. A água não é uma doação gratuita da natureza; ela tem um valor econômico: precisa-se saber que ela é, algumas vezes, rara e dispendiosa e que pode muito bem escassear em qualquer região do mundo; 7. A água não deve ser desperdiçada, nem poluída, nem envenenada. De maneira geral, sua utilização deve ser feita com consciência e discernimento para que não se chegue a uma situação de esgotamento ou de deterioração da qualidade das reservas atualmente disponíveis; 8. A utilização da água implica em respeito à lei. Sua proteção constitui uma obrigação jurídica para todo homem ou grupo social que a utiliza. Esta questão não deve ser ignorada nem pelo homem nem pelo Estado; 9. A gestão da água impõe um equilíbrio entre os imperativos de sua proteção e as necessidades de ordem econômica, sanitária e social; 10. O planejamento da gestão da água deve levar em conta a solidariedade e o consenso em razão de sua distribuição desigual sobre a Terra.

Para Carli, os princípios contidos na *Declaração Universal dos Direitos da Água* servem como base para “[...] a tese da possibilidade de existência da categoria fundamental *de direitos das águas*, estas como sujeito de direitos” (CARLI, 2012, p. 61, destaque da autora), para o qual caberia ao homem assumir uma posição com relação à forma com que se relaciona com as águas: ou como predador ou como seu defensor. (CARLI, 2012, p. 61) Para a autora é

[...] extremamente relevante elevar a água à categoria de sujeito de direitos e de dignidade, bem como positivos os efeitos daí decorrentes. A primeira consequência é a conscientização de que a água precisa de cuidados especiais, no tocante aos seus aspectos quantitativo e qualitativo. Outro efeito esperado é de o homem imaginar-se no lugar da Natureza e avaliar como se sentiria, se alguém invadisse seu habitat, sem o mínimo pudor ou respeito. (CARLI, 2012, p. 60, grifo nosso)

Para tanto, a autora reconhece a necessidade de reexaminar “[...] alguns institutos do Direito” para que existam condições de defesa dessa tese (CARLI, 2012, p. 61), considerando que

Isso tudo como forma de ampliar o escopo de proteção das águas brasileiras, uma vez que aumentará o número de tutores desta riqueza vital e finita, porquanto, ao lado do Estado estarão os cidadãos. Ademais, a previsão expressa desses direitos pode servir de instrumento de educação ambiental e, por conseguinte, de conscientização ecológica. (CARLI, 2012, p. 64).

Riva (2016, p. 187), ao analisar a Lei 9.433/1997, identifica haver nela contidos vários princípios da *Declaração Universal*, contudo, salienta que por não haver uma “[...] afirmação constitucional do direito à água” faz emergir uma série de “[...] dúvidas sobre a verdadeira existência desse direito de forma individual e judicializável”. Por isso, dirá a autora, foram enviadas ao Congresso Nacional “[...] duas propostas de Emenda Constitucional (PEC 39/2007 e PEC 213/2012) [...] com o objetivo de incluir o direito à água no rol dos direitos sociais constantes do Art. 6º da Constituição Federal.”. No entanto, salienta a autora, as duas propostas foram acolhidas pela Comissão de Constituição e Justiça, em 1º de abril de 2014, sem ainda ter sido formada uma comissão especial para a sua apreciação e tramitação. Mas “[...] caso uma dessas propostas seja aceita, o Brasil terá adotado, de uma vez por todas, o modelo constitucional sul-africano de consagração do direito à água.” (RIVAS, 2016, p. 188)

No entanto, dirá Rivas (2016, p. 188), algumas decisões judiciais foram favoráveis à ilegalidade no corte no fornecimento de água e de esgoto, sobretudo de famílias “[...] em situação de miserabilidade”. De acordo com a autora, esse tipo de decisão

[...] demonstra a intenção do judiciário de proteger o acesso à água como um serviço público essencial à vida, razão pela qual é possível afirmar que o Brasil também se enquadra, ainda que de forma tímida, no modelo de jurisprudência de consagração do direito à água. (RIVAS, 2016)

Por enquanto, a importância inquestionável da água para a existência da vida em seus vários níveis de interação (física, biológica, fenomenológica, espiritual, entre outras) ainda é confrontada diante da demora em apreciar o texto dessas duas propostas de emenda constitucional. Este fato pode ser entendido como um atraso na modernidade, ao mesmo tempo em que, ao serem verificados os esforços em declarar e fazer valer o direito humano às águas, pode ser também considerada a modernidade do atraso. Ou seja, como civilização ocidental, o homem chega a um momento de sua história, pós-moderna, com avanços surpreendentes em diversas áreas do conhecimento, tendo que reafirmar o que aparentemente é uma obviedade: a garantia de que todos os seres vivos, dentre eles o homem, têm direito à água e, portanto, à vida.

Capítulo III

USOS, ALTERAÇÕES E ABANDONO: A APROPRIAÇÃO DAS ÁGUAS EM SALVADOR E RMS

Em 2013, completaram-se 40 anos da experiência metropolitana no Brasil e, após quatro décadas, o que podemos dizer sobre a situação atual dos mananciais presentes nessa região, frente ao processo de urbanização e industrialização? Como tais processos, ao se materializarem no espaço geográfico em que se insere a RMS, se apropriaram das águas doces a ponto de comprometer, na atualidade, aspectos associados à qualidade da água e ao acesso para diferentes usos por parte da população residente nos municípios que integram a RMS, gerando tensões pelo seu uso?

Para auxiliar a responder a essas questões, utilizamos, na primeira sessão deste capítulo, a abordagem sócio-histórica⁵⁶ para apreender como ocorreu o processo de apropriação das águas dos mananciais da metrópole Salvador. Para tanto, consideraram-se inicialmente as várias transformações socioespaciais locais que imprimiram significativas transformações no espaço da metrópole, sobretudo, a partir da segunda metade do século XIX, com a institucionalização das águas para o abastecimento, prioritariamente, com a criação da Companhia de Água do Queimado, em 1855. (VASCONCELOS, 2002)

Na segunda sessão, buscamos entender como o processo de apropriação das águas ocorreu atrelado ao projeto de metropolização, com a industrialização e urbanização que a ele se associam, após a instituição, na década de 1970, da Região Metropolitana de Salvador (RMS).

Em ambos os momentos, a apropriação das águas se dará, principalmente, por meio das diversas intervenções planejadas e diretas nos diversos mananciais de Salvador, de início e, posteriormente, nos mananciais da RMS, com o propósito de implementar e/ou expandir os serviços de abastecimento de água oferecidos, num contexto de acelerada modernização, como evidenciado nos documentos históricos pesquisados.

Para a primeira sessão, como procedimento metodológico, privilegiamos o uso de fontes originais, principalmente compostas por relatórios desenvolvidos a partir de 1910,

⁵⁶ Adota-se a abordagem sócio-histórica para construir, através da descrição e explicação qualitativa como se deu o processo de apropriação das águas em Salvador e em sua RMS. Com isso, entendemos que “a perspectiva sócio-histórica, tendo o materialismo histórico-dialético como pano de fundo, expressa em seus métodos e arcabouço conceitual as marcas de sua filiação dialética” (FREITAS, 2002, p. 22)

disponibilizados na biblioteca do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, quais sejam: *Saneamento na Cidade da Bahia* (SAMPAIO, 1910); *Saneamento da Bahia: Cidade do Salvador* (BRITTO, 1928); *Saneamento da Bahia: Cidade do Salvador* (1929); *Projeto Saturnino de Brito: Abastecimento de água da cidade do Salvador* (1936). E, como fonte secundária, apoiamo-nos nas pesquisas de Vasconcelos (2002), Menezes (2002) e David (1993).

Buscamos também, quando possível, às informações históricas contidas nos documentos citados acrescer mais informações sobre a situação dos mananciais contidas nas Mensagens e Relatórios dos Governadores da Bahia. Contudo, é válido salientar que, embora se trate de um material incompleto e obtido de forma fragmentada, aliado às demais fontes, mostra-se útil para o entendimento do processo de apropriação das águas doces⁵⁷ em Salvador e RMS.

Na segunda sessão, no contexto de formação da RMS, buscamos identificar qual a concepção de Natureza responsável por orientar o processo de produção planejada do espaço metropolitano da RMS, de acordo com o conteúdo presente nos estudos, programas e projetos que constituíram o planejamento metropolitano de Salvador⁵⁸, quais sejam: *Estudo preliminar do plano de desenvolvimento metropolitano integrado da grande Salvador: Diagnóstico, delimitação preliminar da área metropolitana* (BAHIA, 1970, v. 1); *Diagnóstico, delimitação preliminar da área metropolitana* (BAHIA, 1970, v. 2) *Subsídios para o planejamento da Região Metropolitana de Salvador* (BAHIA, 1974); *Plano Metropolitano de Desenvolvimento (PMD) – Cenário Atual* (BAHIA, 1977); *Plano Metropolitano de Desenvolvimento (PMD) – Cenário Atual: Anexos A e B, Cenário complementar e sumário dos dados* (BAHIA, 1979); *O processo de metropolização da RMS* (BAHIA, 1981); *Projeto Metropolitano - projeto piloto*

⁵⁷ A pesquisa documental em busca dos Relatórios de Governos foi realizada na biblioteca do Arquivo Público do Estado da Bahia, na Biblioteca Central dos Barris e, por fim, na Biblioteca da Secretaria de Planejamento do Estado da Bahia. Entretanto, em nenhum dos referidos acervos foram encontrados de forma sistemática e cronológica todos os relatórios. As justificativas eram as mesmas: furto do material.

⁵⁸ Destacaremos que tivemos acesso somente aos estudos que foram disponibilizados no acervo da biblioteca da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), e de forma incompleta. Vale salientar que o acesso a este material foi muito difícil. Especialmente porque a única referência de sua existência era a minha própria orientadora, a Profa. Dra. Cristina Maria Macêdo de Alencar que compunha, na década de 1980, a equipe responsável por estudos referentes à produção agrícola na RMS, vinculada a Secretária de Agricultura do estado. Em posse desta informação, passei buscar sistematicamente este material na Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia (CONDER) e Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), ambas as instituições ligadas diretamente à Secretária de Planejamento do Estado da Bahia (SEPLAN), sem sucesso. As explicações eram muitas: desde a ocorrência de um incêndio, que de acordo com funcionários da CONDER, todo este material fora destruído, restando somente alguns estudos fragmentados que se referiam ao conjunto destes estudos. O acesso a boa parte deste material foi possível apenas por conta do esforço pessoal de uma aluna do curso de Geografia da UCSal e membro do grupo de pesquisa DSN, Michele Paiva que estagiando na biblioteca da SEI (a qual já havia me dirigido noutras ocasiões sem sucesso) se empenhou na busca pelo material e conseguiu localizar alguns volumes referentes às décadas de 1970 e 1980, apenas.

Vol. I (BAHIA, 1984); *Projeto Metropolitano – documento básico*, tomo II (BAHIA, 1984); *Projeto Metropolitano – documento básico*, tomo III (BAHIA, 1985); *Projeto Metropolitano de Salvador – Relatório Anual* (BAHIA, 1988); *Projeto Metropolitano – Investimentos urbanos na Região Metropolitana de Salvador* (BAHIA, 1998).

Para apreender a concepção de Natureza, presente nos documentos mencionados, aplicamos como procedimento a Análise de Conteúdo (AC). De acordo com Caregnato e Mutti (2006), “[...] o processo de análise discursiva tem a pretensão de interrogar os sentidos estabelecidos em diversas formas de produção, que podem ser verbais e não verbais, bastando que sua materialidade produza sentidos para interpretações.” (CAREGNATO; MUTTI, 2006, p. 680)

É válido salientar que as referidas autoras utilizam como suporte teórico a linha francesa de AC, cuja percussora é a socióloga Laurence Bardin (1979), por reconhecerem tratar-se de uma linha que “[...] articula o linguístico com o social e histórico, na qual a linguagem é estudada não apenas enquanto forma linguística como também enquanto forma material da ideologia”, pois é reconhecido que será no “[...] contato do histórico com o linguístico, que se constitui a materialidade específica do discurso”. (CAREGNATO; MUTTI, 2006, p. 680)

Dessa forma, a AC “[...] trabalha com o sentido e não com o conteúdo do texto, um sentido que não é traduzido; pode-se afirmar que o *corpus* da AC é constituído pela seguinte formulação: ideologia+história+linguagem”. (CAREGNATO; MUTTI, 2006, p. 680) Com isto, não é pretensão da análise de conteúdo descobrir algo novo; ao contrário, o esforço que se empreende é o de realizar uma “[...] nova interpretação ou uma re-leitura”, sem a pretensão de julgar o certo ou o errado no que se interpreta. Essa técnica busca “[...] mostrar como o discurso funciona”. E como destacam as autoras, o “[...] discurso é um gesto, ou seja, é um ato no nível do simbólico”. E, por isso mesmo, a interpretação será “[...] um vestígio do possível. É o lugar próprio da ideologia e é ‘materializada’ pela história”. (CAREGNATO; MUTTI, 2006, p. 681)

Por fim, o exercício de aplicação da AC se deu através do estabelecimento de um período de produção dos documentos, sobretudo aqueles construídos entre as décadas de 1970 a 1990, e na identificação da ideologia vigente, o desenvolvimentismo. Com isso, buscamos identificar as “[...] regularidades das marcas linguísticas que aparecem no discurso [e] fazem parte da identidade do discurso acessado pelo sujeito”. (CAREGNATO; MUTTI, 2006, p. 682)

Ou seja, buscamos identificar regularidades da formação discursiva⁵⁹ que compõem a identidade do discurso, dessa forma, a ideologia dominante determina o conteúdo do texto do discurso onde a concepção de Natureza poderia ser revelada apenas considerando a regularidade da formação discursiva, em total conformidade com o desenvolvimentismo.

3.1 AS ÁGUAS DE SALVADOR

Segundo o historiador Luís Henrique Dias Tavares não é possível conhecer a história da Bahia sem falar sobre as terras e as águas nesta região. (TAVARES, 2001, p. 15) Isto porque, desde a escolha do sítio onde foi erigida a cidade do Salvador, esses aspectos naturais foram considerados decisivos para orientar a sua ocupação, figurando com importante destaque. Mesmo porque, como é sabido, Salvador já desponta como cidade por decreto real, em 1549. (MENEZES, 2002, p. 64)

A cidade do Salvador foi fundada em 29 de março de 1549 e a sócio-história das suas águas pode ser apreendida desde então. Em relatos da época é possível compreender o importante papel que as águas naturalmente potáveis exerceram na escolha do sítio no qual a cidade foi estabelecida.

Salvador é a cidade das fontes d'águas. Segundo Bochicchio (2003), Thomé de Souza não pensou duas vezes quando chegou a estas terras, devido a abundância das águas doces. As antigas fontes foram construídas para facilitar o acesso da população à água e assim abastecer a Cidade. Existem desde a época das capitânicas hereditárias e representaram, durante longos anos, fator de real importância para a população. À medida que os aguadeiros e mulheres com lata d'água na cabeça foram desaparecendo do cotidiano, as fontes foram sendo parciais ou totalmente destruídas. (TOURINHO; COSTA, 2012, p. 88)

A natureza presente era favorável aos propósitos estabelecidos pela Coroa de Portugal. Mattoso (1992) descreveu o potencial natural da Salvador do século XVI, da seguinte forma: “Sol e chuva nunca faltam. O subsolo é um verdadeiro reservatório de água para uma vegetação tropical úmida e luxuriante.” (MATTOSO, 1992, p. 46)

A construção de fontes para o abastecimento da população surgente se dava sempre que um minadouro era descoberto e, dessa forma, a história das águas de Salvador começa, também,

⁵⁹ “A formação discursiva se define como aquilo que numa formação ideológica dada - ou seja, a partir de uma posição dada em uma conjuntura sócio- histórica dada - determina o que pode e o que deve ser dito.” (ORLANDI, 2001).

com a história das suas fontes. Os registros sobre as primeiras fontes datam do século XVI e a implantação de fontes vai até a primeira metade do século XIX. (BAHIA, 2002). No Quadro 5, a seguir, apresentamos algumas das principais fontes construídas na cidade do Salvador:

Quadro 5 - Primeiras fontes da cidade do Salvador, século XVI e XVII.

Fontes	Localização	Período	Situação na época em que foram construídas	Situação atual
Fonte Nossa Senhora das Graças	Nas terras do Diogo Alvares Correia	Século XVI	Não abastecida a população, entretanto é a primeira com registro histórico.	Reformada em 1913 e em 2007 pela Associação de Moradores da Graça.
Fonte da Pedreira	Rua da Preguiça, bairro de Nazaré.	Século XVII	Era classificada como uma fonte famosa para gasto. Possuía quatro bicas de cantaria que despejava água numa bacia retangular.	Reformada em 1851, a situação atual é de abandonada.
Fontes dos Padres	Ladeira do Taboão, Bairro do Comércio.	Século XVI	Construída pelos Jesuítas, tinha como principal função abastecer o Colégio da Ordem, a região da Porta do Carmo e as embarcações fundadas na baía. Capturava água de cinco mananciais diferentes e possuía 40m de extensão.	Sofreu modificações no final do século XIX.
Fonte do Pereira	Ladeira da Misericórdia, acesso que liga a Rua da Misericórdia, na Cidade Alta, ao início da Ladeira da Montanha, no bairro do Comércio.	Século XVI	Sua localização era considerada estratégica na planta da cidade do Salvador daquela época.	Como a Ladeira da Misericórdia encontra-se fechada, é bem possível que a fonte ainda exista, mas sem informações sobre sua situação atual.
Fonte da Quinta do Tanque	Ficava localizada na Casa de São Cristóvão ou Quinta do Tanque, onde atualmente funciona o Arquivo Público da Bahia, na Ladeira dos Lázaros, no Bairro da Quinta dos Lázaros.	Século XVI	“Na parte baixa do terreno foram represadas as águas de abundantes nascentes, formando um “tanque” que, segundo alguns, era navegável com batéis. Desta reserva de água vem o nome do edifício. Para deleite dos usuários e visitantes, uma fonte de cantaria de lioz, com desenho lobulado, esguichava água armazenada num castelo d’água situado na escarpa, com uma cobertura inusitada, em forma de torre de igreja”. A fonte abastecia a Quinta, uma área com 2 hectares que era a casa de repouso dos Jesuítas. A água era canalizada para todos os aposentos, segundo relatos do próprio Pe. José de Anchieta.	Não existe mais.

Fonte: Embasa (2002) e Mário Mendonça de Oliveira (2012).

Em 1829, existiam espalhadas pela cidade do Salvador cerca de 20 fontes. Na primeira metade do século XIX, chafarizes, cisternas e cacimbas foram construídos por toda a cidade com o propósito de complementar e iniciar o serviço de abastecimento público de água. (BAHIA, 2002)

Os mananciais, compostos por rios, lagos e lagoas, não aparecem com destaque nos relatos desse primeiro momento do processo de desenvolvimento de Salvador, mas podem ser percebidos de forma subjacentes nas discussões acerca do desenvolvimento do serviço de abastecimento público, que passa a figurar com grande interesse na época, numa cidade cuja população era crescente.

Em 1910, o engenheiro Theodoro Sampaio publicou na *Revista Polytechnica* um artigo intitulado *Abastecimento de água da Cidade da Bahia*, onde é possível apreender implicitamente como era a relação dos sujeitos com as águas na segunda metade do século XIX, mais precisamente em 1850, e como tal relação foi sendo transformada até o ano de 1910 quando o artigo foi publicado. É válido salientar que ao ano de 1850 correspondeu, segundo Vasconcelos (2002, p. 2010), a um período de importantes transformações no Brasil:

Foi implantado o Código Comercial, através da Lei número 556 e, mais importante ainda foi a proibição do tráfico de escravos (1850), [...] A Lei número 601, conhecida como a “Lei de Terras”, também em 1850, assinada no mesmo ano da proibição do tráfico, veio a dificultar o acesso à terra no Brasil, na medida em que obrigava a comprar terras devolutas. [...] No mesmo ano de 1850, a produção do café passou a ser a principal atividade econômica do Brasil. (VASCONCELOS, 2002, p. 2010)

Neste registro histórico sobre o serviço de abastecimento de água em Salvador, tem-se que, no ano de 1850, não havia o serviço regular de abastecimento de água, embora passasse a ser considerado necessário àquela população, pois, se constituía na “[...] garantia indispensável que é de uma boa hygiene publica”. (SAMPAIO, 1910, p. 8)

Essa ressalva feita pelo Theodoro Sampaio, no qual a higiene é destacada para justificar a necessidade da implantação do serviço para além do conforto de um ter acesso mais cômodo a água, encontrará justificativa na grave epidemia de cólera que acometeu a população de Salvador entre 1855-1856, na qual 8 mil pessoas foram a óbito. Uma das narrativas encontradas sobre este episódio conta que:

A Bahia viveu uma devastadora epidemia de cólera-morbus nos anos de 1850-1856. O fato causou medo e pânico na população que desconhecia completamente a doença. As opiniões especializadas dos médicos não estavam em melhor situação, especulavam desorientados sobre suas causas e forma de tratamento. O flagelo desorganizou a economia, alterou as relações afetivas e modificou comportamentos seculares, a exemplo do abandono do tradicional costume de enterros nas igrejas. (DAVID, 1993, p. 7)

A epidemia surgiu num momento em que a população acabava de passar por um surto de febre amarela, em 1849-1850, onde morreram cerca de 3 mil pessoas. (VASCONCELOS, 2002, p. 228; DAVID, 1993, p. 18) As condições de higiene na época eram precárias e concorreram para a existência do surto, dirá David (1993). As pessoas “[...] viviam em habitações pouco salubres, conviviam com a sujeira e com a pobreza”. (DAVID, 1993, p. 18)

Essa condição de precariedade foi percebida no relato do cônsul inglês Wetherel sobre suas impressões sobre a cidade, em 1851, na qual fez o seguinte relato: “[...] a impressão [...] que a parte alta oferece a um estrangeiro é de abandono”. (VASCONCELOS, 2002, p. 241)

Em resumo, a infraestrutura da cidade era bastante precária, não existia esgotamento sanitário e, desde aquela época, os rios, lagos e a praia já eram utilizados como depositário dos excrementos produzidos pela população.

Na capital, os excrementos eram despejados em barris que ficavam em algum compartimento da casa. Quando cheios, eram levados pelos escravos para serem lançados nos rios ou nas praias. O sistema de esgoto da cidade resumia-se a precárias galerias isoladas, feitas na medida em que aumentava a necessidade, boa parte delas datando do período colonial. Existiam apenas em alguns pontos centrais e desembocavam **no riacho das tripas e outros córregos, nos vales e no mar**. (DAVID, 1993, p. 21, grifo nosso)

A forma como a água era captada em 1850 era similar ao período colonial antigo. Assim, tinha-se basicamente a captação de água nas fontes públicas, chafarizes; e nos núcleos fora dos limites da cidade a captação da água se dava diretamente dos mananciais e em fontes rudimentares, comuns para auxiliar no abastecimento.

A maioria dos habitantes de Salvador se abastecia de água nas bicas e fontes públicas. Daí era transportada em grandes jarros de barro ou barris de madeira pelos escravos e africanos livres, que os carregava na cabeça ou nos ombros para as residências. (DAVID, 1993, p. 24)

Numa descrição mais detalhada sobre as formas de captação de água daquela época, Theodoro Sampaio, em 1910, considerou que

[...] com captações feitas no sopé da montanha sobre que a cidade se edificou, distribuídas quer ao longo do mar, quer nos pequenos vales que dentro dela ha, fontes, de que muitas datavam ainda da época da fundação por Thomé de Sousa, abasteciam a cidade, mas já então com acentuada escassez, e, não raro, por ocasião de sêcca, produzindo verdadeira calamidade com a reduçãõ excessiva dos respectivos mananciaes.

A fonte do Gabriel, que lembra o nome do celebre Gabriel Soares das chronicas de outr’ora; a fonte do Pereira, a antiga fonte das náos onde os marítimos se abasteciam; a fonte dos Padres nos fundos do Collegio dos Jesuitas; a do Pilar; a de *Água de Meninos*, tão famosa na nossa história todas estas, na face do mar e dando para o porto, serviam aos moradores da cidade

baixa e também aos da cidade alta que lhes ficavam a calalleiro, no alto da escarpa, dominando as aguas da Bahia.

Do lado de terra havia a fonte do Queimado, no extremo norte da cidade alta, na freguesia de Santo Antonio; a fonte das Pedras, a fonte Nova, o Dique que servia de outr'ora de fosso na defesa da cidade, a fonte do Tororó e várias outras menos importantes servindo aos moradores da cidade alta, mas quase todas no fundo de vales estreitos e profundos e de mui difícil acesso. (SAMPAIO, 1910, p. 5)

A água que era captada diretamente nas fontes públicas, era vendida no centro da cidade em barris ou em cargueiros, para ser então distribuída à população a preços considerados razoáveis na boa estação, mas por quantias exageradas no tempo de seca, como desaprovou o engenheiro Theodoro Sampaio. (SAMPAIO, 1910)

Com o passar do tempo, entretanto, as fontes e chafarizes públicos já não mais atendiam à crescente demanda daquela população e, em 1852, o Governo da Província resolveu apoiar a constituição da Companhia de Águas do Queimado, autorizada pela Lei Provincial nº 451, de 17 de junho de 1852 (ANEXO A), destinando 150 contos de réis à empresa para realizar estudos para implantação do serviço de canalização de água. (SAMPAIO, 1910, p. 4; BAHIA, 2002; TOURINHO; COSTA, 2012)

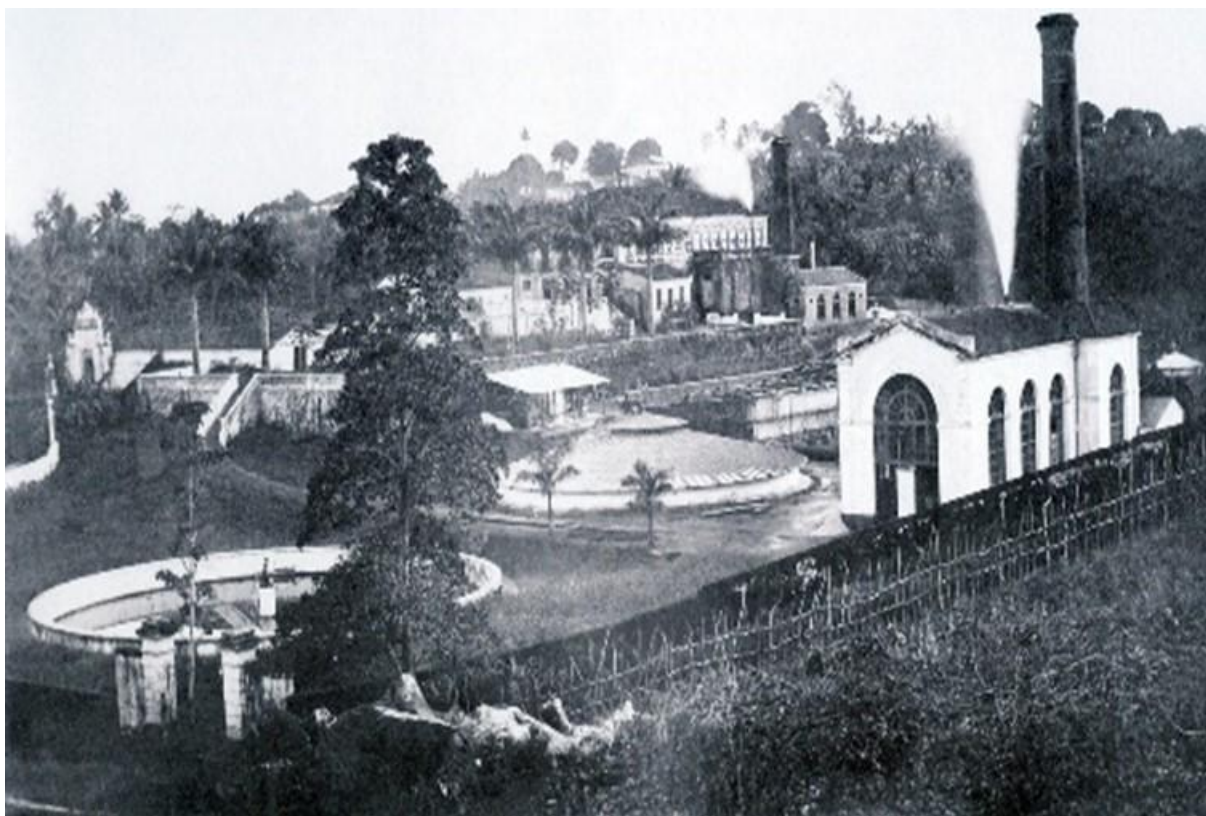
Figura 10 - Vista geral da antiga Companhia de Água do Queimado, 1880.



Fonte: Fotografia de Guilherme Gaensly.

Disponível em: <<http://www.salvador-antiga.com/queimado/companhia-agua.htm>>

Figura 11 - Vista geral dos fundos da antiga Companhia de Água do Queimado, 1880.



Fonte: Fotografia de Guilherme Gaensly.

Disponível em: <<http://www.salvador-antiga.com/queimado/companhia-agua.htm>>

Segundo nos informa Vasconcelos (2002, p. 213), as ações do governo da época eram “[...] iniciativas positivas [...] sobretudo na implantação de equipamentos urbanos”; além do investimento feito à Companhia de Água do Queimado para iniciar suas atividades, tem-se o registro de uma série de outras intervenções que marcaram a época, tais como:

Em 1853 foi criada a Junta de Higiene; em 1855 foi inaugurado o Instituto Vaccínico; em 1862 o Liceu de Artes e Ofícios foi inaugurado, tendo sido comprado, para o seu funcionamento, o Paço do Saldanha, em 1874. Em 1876 entra em funcionamento o matadouro público, Retiro, e o Asilo da Mendicidade, na antiga Quinta dos Padres, em Quintas. [...] Quanto à realização de infra-estrutura, as obras da rua da Vala continuaram no período; em 1859 foi inaugurada a importante Estrada de Julho. [...] em 1850 foi decretado o calçamento da cidade; em 1857 foi demarcado o perímetro urbano; [...]. (VASCONCELOS, 2002, p. 213)

A Companhia de Água do Queimado era uma empresa privada formada por Francisco Pereira da Rocha e Bernardino Ferreira Pires, com a finalidade de captar água do rio do Queimado e, através da implantação de uma rede de distribuição, ofertar água à população da cidade e seus subúrbios por meio de chafarizes, casas de vendagem, e penas d’água. Com isto,

Salvador transformou-se na primeira capital do Brasil a implantar um sistema de água encanada voltada ao abastecimento público. (SAMPAIO, 1910; VASCONCELOS, 2002)

Todavia, como apresenta Sampaio (1910), a concessão dada pelo Governo à Companhia não se constituía numa exclusividade para exploração e venda da água (note-se que naquele período a água ainda não era tratada como recurso hídrico). No contrato firmado entre a Companhia do Queimado e o Governo, ficava garantido o direito a particulares de continuar a captar e vender as águas das fontes e mananciais de suas propriedades. Contudo, essa iniciativa pode ser considerada a primeira de apropriação privada das águas em Salvador, com orientação do poder do governo de então. Naquele momento, passava a se reconhecer também o “lugar” de onde as águas de Salvador eram captadas para o abastecimento rudimentar da época, que já era comercializado.

Figura 12 - Fonte no Bonfim, Colina Sagrada, foto de 1869, publicada em um postal circulado em 1901, edição Gustavo Müllen. Observar na imagem, ao fundo, um quiosque de madeira onde se pagava pela água.



Fonte: <<http://www.cidade-salvador.com/patrimonios/fontes/fonte-bonfim.htm>>

A Companhia do Queimado foi construída nas terras do Engenho do Queimado, numa cota de 50m, juntamente com uma represa para acumular água durante o período chuvoso. O propósito dessa represa era dar suporte ao manancial utilizado, o rio Queimado que, por ser de pequeno porte, precisaria de um aporte extra, juntamente com o rio Camurugipe que também

era utilizado e tinha as suas águas drenadas para 21 chafarizes controlados pela Companhia. (SAMPAIO, 1910)

Por iniciativa da Companhia, diversos chafarizes foram instalados e a água começou a ser distribuída na cidade, em concorrência também com as fontes municipais mais antigas e com as fontes particulares, necessárias mesmo após o funcionamento da Companhia, cujo suprimento diário que não alcançava 1 milhão de l/dia. (SAMPAIO, 1910)

Figura 13 – Chafariz instalado na Praça do Comércio⁶⁰



Fonte: <http://www.cidade-salvador.com/patrimonios/fontes/fonte-bonfim.htm>

Figura 14 – Chafariz do Passeio Público⁶¹



Fonte: <http://www.cidade-salvador.com/patrimonios/fontes/chafarizes.htm>

A concorrência, que passou assim a ser identificada por comprometer a proposta da Companhia que representava a modernização do serviço de abastecimento, tornava-se cada vez mais difícil de ser driblada, por se tratar de um sistema amplamente conhecido e que funcionava,

⁶⁰ “Chafariz instalado na Praça do Comércio atual Praça Conde dos Arcos, em parte de fotografia de Lindemann, cerca de 1890. Sua instalação foi iniciada, em 1855, e inaugurado em 8 de dezembro de 1856, como parte do sistema do Queimado. Por volta do início do século 20, esse chafariz foi relocado para uma praça do Gymnasio da Bahia, atual Central”. (Fonte: <http://www.cidade-salvador.com/patrimonios/fontes/fonte-bonfim.htm>)

⁶¹ “O chafariz do Passeio Público, em fotografia de meados do século 20. Sua instalação foi prevista na Lei Provincial n. 451, de 1852. Foi instalado entre 1858 e 1862, adquirido da empresa parisiense J.J. Ducel, a qual foi incorporada pela Val d’Osne, em 1878. Na segunda metade do século 20, ele foi relocado para os jardins do Palácio da Aclamação. Em seu lugar foi colocado as ruínas de um outro chafariz”. (Fonte: <http://www.cidade-salvador.com/patrimonios/fontes/fonte-bonfim.htm>)

ainda que rudimentarmente. Outro fator concorrente dizia respeito ao contexto natural altamente favorável à obtenção de água, diretamente retirada dos vários mananciais presentes no município ou pelo acesso às várias fontes públicas espalhadas no centro da cidade.

Ambos os fatores enfraqueciam o desenvolvimento pleno da Companhia ou, como compreendia Theodoro Sampaio (1910), o enfraquecimento era devido, justamente, pela falta de privilégio para a venda da água exclusivamente pela Companhia, que era uma água já submetida a um processo de purificação. (SAMPAIO, 1910)

Ressentida pela falta de vantagens na exploração do serviço, a Companhia requereu ao presidente da Província, o Dr. João Mauricio Wanderley, conhecido como Barão de Cotegipe, o

[...] privilegio [para vender água] por 30 anos, o que conseguido, devia colocá-la em situação mais folgada para desenvolver o serviço e fazer a canalização de outros mananciais, como, por exemplo, os riachos do Negrão, Camurugipe e Fonte da Telha, distantes cerca de 3 para 4 kilometros a leste-nordeste da represa do Queimado e em nível muito mais baixo do que o desta. (SAMPAIO, 1910, p. 5)

Entretanto, como reconheceu Sampaio, a concessão desse privilégio não rendeu grandes lucros para a Companhia como era esperado. Sem contar com o suporte financeiro do Governo da Província, ela teve que fazer investimentos próprios e “[...] não gosando da isempção de direitos para o seu material de importação nem do direito de **desapropriação por utilidade pública**, a Companhia pouco fez”. (SAMPAIO, 1910, p. 5, grifo nosso)

A desapropriação de áreas que estavam ocupadas por habitações “precárias”, segundo Theodoro Sampaio, e cujo acesso a água se dava livremente, era imprescindível para que a Companhia se desenvolvesse plenamente, representava a possibilidade de expansão de sua área de operação até outros novos mananciais e o aumento da quantidade de água captada e comercializada. (SAMPAIO, 1910)

Nesse sentido, fica explícito na fala do engenheiro Theodoro Sampaio que a apropriação privada das águas na cidade do Salvador não poderia acontecer sem a “força” da ação do Governo da Província, garantindo as “tais vantagens” almejadas pela Companhia. Era preciso, de alguma forma, evitar que outros, além da Companhia, captassem a água e a vendessem em seguida, pois estava claro que a apropriação privada das águas exclusivamente pela Companhia só seria possível com o suporte do Governo da época uma vez que este coibiria a ação dos demais usuários.

Outro fator que concorreu para o insucesso da Companhia vai encontrar explicações de natureza mais subjetiva nos hábitos da população da época. Tais hábitos se constituíram como uma grande resistência à ação da Companhia, pois a população, acostumada à forma antiga de obter água, permaneceu captando-a nas fontes públicas ou comprando-a livremente dos “aguadeiros”. O privilegio concedido pelo Governo ficava restrito somente à água canalizada para os chafarizes e as derivações a domicílios, que de tão diminuta foi comprometendo a manutenção e o desenvolvimento da empresa. (SAMPAIO, 1910, p. 05)

Um evento importante que, de certa forma, tornava a proposta da Companhia ainda atraente versava sobre a ação da Junta da Higiene em Salvador. A Junta passou a se preocupar com a “insalubridade das águas” que jorravam dos chafarizes aos quais a população tinha livre acesso. Esse interesse estava diretamente relacionado ao surto de cólera que acometeu a população de Salvador na segunda metade do século XIX (1855-1856). (DAVID, 1993)

David (1993), ao estudar os referidos surtos, assinalou o contraste entre a beleza dos imponentes chafarizes e as águas insalubres que deles saíam. Sobre essa situação preocupante, a Junta da Higiene recomendou que “[...] fossem proibidos o depósito de excrementos [nos mananciais] e a lavagem de roupas nas fontes públicas”, uma prática comum na época. (DAVID, 1993, p. 25)

Entretanto, essa recomendação da Junta não surtiu efeito. A questão da insalubridade das águas persistiu e, num relato do viajante austríaco Maximiliano de Habsburgo, transcrito por David, em 1860, tinha-se que

[...] nos arredores do dique do Tororó, em uma zona fronteira do Bairro dos Barris, os negros podiam ser vistos banhando cavalos, em companhia das negras que lavavam roupas entre algazarras e alaridos. Nesse local, barris de água eram retirados, enquanto os [barris] de excrementos eram despejados. (DAVID, 1993, p. 25)

Ainda diante desse quadro problemático, a Companhia não encontrava o folego necessário para permanecer com a atividade para a qual havia sido criada. Sem recursos para desenvolver-se e tendo findado o prazo do privilégio concedido, a Companhia faliu e permaneceu inativa durante 17 anos. (SAMPAIO, 1910)

Em 1870, o então Governador Geral da Província, o Barão de São Lourenço, fez nova proposta aos fundadores da Companhia, a qual incluía uma renovação do contrato e a previsão de concessão de um novo privilégio por mais 20 anos. Entretanto, o novo contrato previa que

novos investimentos em infraestrutura fossem feitos, num prazo de um ano, pela própria Companhia. (SAMPAIO, 1910, p. 5)

Deveria a Companhia investir em obras de canalização de mananciais, filtração, redução do preço do barril da água, construção de novos chafarizes e quatro casas de banho em diversos bairros da cidade e, o mais interessante, o governo passaria a impor que a Companhia fornecesse penas d'água por derivação a domicílios, não sendo permitido recusar esse tipo de fornecimento. (SAMPAIO, 1910, p. 5)

Ao demais, ficava ao governo o direito de desapropriar o serviço de água em todo ou em parte se, por ventura, nesta ultima hypothese, quisesse ele distribuir água gratuita nos chafarizes, guardando a Companhia a outra parte, isto é, a exploração a domicilio (SAMPAIO, 1910, p. 6)

Contudo, como narra Sampaio (2002, p. 6),

Ainda desta vez a Companhia não se moveu e só mais tarde, em 1880, no governo do Dr. Antonio de Araujo de Aragão Bulcão, hoje Barão de S. Francisco, quando obteve, a 21 de Fevereiro, outra novação de seu contracto, ampliando por mais 15 annos os prazos concedidos, é que conseguiu formar o seu capital social de 2.000:000\$000 em 10.000 acções de 200\$000 cada uma, habilitando-se assim a dar cumprimento ao que de tão longa data se compromettera.

A nova proposta previa também a concessão de água gratuita ao Asylo de Mendicidade, à Casa da Providencia, a estabelecimentos públicos, casas pias e de caridade da capital. Com essa nova oportunidade, a Companhia conseguiu formar capital para habilitar-se à realização das obras de infraestrutura exigidas pelo Governo. (SAMPAIO, 1910, p. 6)

Foi então que, sob a direcção technica do engenheiro Revaud, as obras tendentes à ampliação do serviço de águas começaram. Construiu-se uma nova represa com parede de terra no rio Camurugipe, no logar Matta Escura, cota 23,739 ms. a 4 kilometros da primitiva represa do Queimado, descendo dahi as aguas por gravidade por um encanamento de ferro do diâmetro de 30 centimetros, na extensão de 1.800 metros, até uma nova estação de bombas, no Retiro, cota 17, onde são levantadas e calcadas em encanamento do mesmo diâmetro até a do Queimado para de novo, serem dahi levantadas para um reservatorio de alvenaria no alto de uma collina próxima desta estação, na cota 77.

Entretanto, com o passar do tempo, as novas obras executadas acabaram por se tornar insuficientes diante de uma série de contingências que acometeram a cidade, como destaca Sampaio (1910, p. 7):

As crises d'água repetiam-se todos os anos, forçando a Companhia a novos trabalhos de captação e ampliação dos existentes: construiu-se uma muralha mais alta de alvenaria na represa do Queimado; construíram-se bacias de

filtração, insuficientes embora; dois *puisards* cobertos da capacidade total de 2.412.606 litros; levantou-se com uma muralha de alvenaria a parede do açude da Matta Escura, construiu-se novo açude com parede de alvenaria no riacho do Prata, para além do da Matta Escura, na cota 45; levantaram-se as paredes do reservatório para dar-lhe maior altura de carga; assentaram-se novas bombas, uma de 80 cavalos na estação do Retiro e outra da mesma potencia no Queimado, melhorando-se ahi o edifício e ampliou-se a rede de distribuição a 53.218 metros, além de outros reparos de menor importância.

Em que pese todo o investimento empreendido pela Companhia, com o auxílio do Governo do município, o século XX se iniciou com apenas uma parte da cidade beneficiada pelo serviço de abastecimento de água e isto se deveu por ser uma área mais próxima ao centro, a qual a rede de canalização alcançava. Quanto aos demais moradores, situados nos subúrbios e sem acesso ao novo serviço, permaneciam usando as fontes e retirando água diretamente dos mananciais. Contudo, sinaliza Sampaio, a demanda por água se tornava cada vez maior e, até mesmo na parte da cidade servida pela rede de abastecimento, as fontes ainda era uma opção, mesmo que com a qualidade duvidosa.

Contudo, no ambiente de modernização que marcou o final do século XIX e o início do novo século, conviviam-se ainda com “[...] o pânico com as epidemias – cólera, varíola e febre amarela principalmente” e esse foi o grande motivo para que o higienismo fosse adotado “[...] a toque de caixa e a qualquer custo no centro de Salvador [...]”. (MENEZES, 2002, p. 67)

Sob a orientação da política higienista de influência, sobretudo, do movimento parisiense de reforma urbana e das cidades jardins, capitaneado pelo Haussmann, a Cidade do Salvador no começo do século XX vivenciou seu primeiro movimento de reestruturação urbana, com vistas à modernização, conduzido pelo governador J.J. Seabra. (VASCONCELOS, 2002) Dentre as principais transformações ocorridas na época, destacaram-se as seguintes, dirá Vasconcelos (2002, p. 263-264):

[...] em 1903, com a inauguração do serviço de energia elétrica, na rua Chile, através da *Cie. D’Eclairage* de Bahia, seguindo, em 1905, do contrato do serviço de esgotos, com Theodoro Sampaio (Ceab, IV), e sobretudo com a realização das reformas ‘haussmanianas’⁶², pelo governador J.J. Seabra (1912-1916), com a utilização dos recursos do cacau, seguindo o modelo das reformas de Pereira Passos, no Rio de Janeiro.

[...] O Município recebeu, em 1905, o patrimônio e a responsabilidade da Cia. do Queimado (Teixeira, 1978: III;23)⁶³, ficando encarregado da distribuição de água na cidade. [...]. Em 1910, a prefeitura construiu a Estrada

⁶² A reforma urbana de Paris foi realizada por Georges-Eugène Haussmann entre 1852 e 1870.

⁶³ Lei nº 719 de 30 de setembro de 1904.

Salvador/Água Comprida (Simas Filho, 1978: IX; 7), atual sede municipal de Simões Filho.

[...]. Em 1935 foi realizada a primeira Semana de Urbanismo (PMS, 1976), na qual foram apresentadas as primeiras propostas de *park ways* para a cidade (Sampaio, 1998:129), o que teve continuidade com o primeiro plano para Salvador (EPUCS)⁶⁴, na década seguinte. Em 1937 foi realizado o primeiro Congresso Afro-Brasileiro da Bahia (Carneiro, 1986:51), e apenas em 1943 foi lançado o Movimento Vanguardista na Bahia, dentro da corrente modernista. (Ribeiro, 1985).

Foi neste ambiente de modernização que o município tomou para si a incumbência pelos serviços de distribuição e tratamento da água e, dessa forma, a apropriação das águas retornava exclusivamente ao domínio público.

Os rios de Salvador, já integrados ao sistema de abastecimento, não conseguiam dar conta do aumento da demanda por água, com isto instaurou-se um conflito, relatado por Theodoro Sampaio, entre a Companhia do Queimado e o Município. A natureza do conflito versava sobre a incapacidade financeira da Companhia para buscar novos mananciais e integrá-los ao sistema antigo; e a pressão do Governo do município, para tanto, resultou no fim da Companhia do Queimado e na posterior contratação da empresa de engenharia de Theodoro Sampaio, em 1905.

Após várias reuniões, o Governo do município acabou por acolher a proposta apresentada pelo engenheiro para o novo abastecimento e saneamento de Salvador, até então inexistente.

[...] o Conselho Municipal, após concorrência pública, a aceitou, deliberando ao mesmo tempo encampar o serviço d'água e contrair um empréstimo externo para reformar [e] ampliar esse serviço e promover o saneamento da cidade com a construção de uma ampla rede de esgotos. (SAMPAIO, 1910, p. 08)

A parceria do poder público com o escritório do engenheiro Theodoro Sampaio resultou também na execução do primeiro projeto de saneamento da cidade de Salvador, que esteve intimamente relacionado ao movimento higienista, responsável por influenciar uma série de intervenções na infraestrutura urbana local na época. (MENEZES, 2002)

Em 1906, o governo municipal autorizou que novos estudos fossem realizados no rio do Cobre e nos mananciais do Cabrito. E, mais, dirá Sampaio, foi autorizado também que tais estudos fossem expandidos às bacias hidrográficas que conduziam águas dos mananciais

⁶⁴ Escritório do Plano de Urbanismo da Cidade do Salvador – EPUCS.

considerados no projeto, Cobre e Cabrito, e que “[...] as simples captações propostas fossem substituídas por outras tantas represas de acumulação”. (SAMPAIO, 1910, p. 10)

O projecto aprovado, visando reformar o serviço antigo, teve de alterar substancialmente o plano primitivo da Companhia do Queimado. [...]. As águas colhidas no Camurujipe, e no seu afluente, o riacho do Prata, bem como as do Queimado não davam senão uns sete ou oito milhões de litros diários.

[...] Das tres represas construídas pela extinta Companhia, a mais antiga ou a do Queimado, com águas que se filtram na estação deste nome e ahí se acumulam n’um pequeno reservatório [...], ficou destinada a servir à zona baixa (comercio e porto), agindo por simples gravidade. Como, porém, **os seus antigos mananciaes estão quase extintos** e a respectiva bacia afferente não vae a muito mais de 846.000 metros quadrados, dispozeram-se as cousas de modo que, no tempo secco, eles possam receber supprimento ou reforço por meio das bombas do Retiro. A segunda represa, tambem a mais alta, no correjo do Prata, [...] foi especialmente destinada para abastecer por gravidade a outra parte da zona baixa, correspondente aos bairros da Calçada, Mares, Bomfim, Bôa Viagem e Itapagipe. A terceira das antigas represas, no rio Camurugipe, no lugar denominado Matta Escura, [...] que, na estação favoravel, recebe as sobras da Prata e é a mais consideravel do antigo serviço, ficou destinada ao abastecimento da zona media, descendo as suas aguas por simples gravidade desde o ponto de tomada até a estação de bombas do Retiro [...]. (SAMPAIO, 1910, p. 12, grifo nosso)

Era preciso, mais uma vez, ampliar o sistema de abastecimento de água de Salvador. Dessa forma, no que diz respeito às águas em Salvador, o início do século XX foi marcado pela expansão e incorporação de novos mananciais ao antigo sistema de abastecimento.

A ideia de expansão do sistema se tornava cada vez mais atraente, sobretudo, diante dos resultados que revelavam o potencial hidrológico de uma série de mananciais até então desconhecido, a partir dos estudos desenvolvidos pelo escritório do Engenheiro Theodoro Sampaio. Com isso, cada vez mais crescia o interesse pela busca de novos mananciais fora dos limites da capital. As atenções se volveram para o rio Joannes, um manancial “[...] distante seis léguas por costa”, mas com capacidade suficiente para suprir toda a nova demanda da cidade. (SAMPAIO, 1910, p. 20)

Não obstante, essa não foi uma ideia considerada acertada pelo engenheiro Theodoro Sampaio. O engenheiro não recomendava a exploração das águas desses novos mananciais, como o rio Ipitanga, por exemplo, por acreditar que era possível utilizar as águas do sistema antigo, recuperando-as e somando-as aos outros mananciais mais próximos do centro de Salvador, deixando os mais distantes como reservas estratégicas. Ele considerava que “[...] não precisaria ir tão longe para haver água. Bastava um exame mais cuidadoso da região em todo da cidade, n’um raio de 15 a 20 kilometros e certamente se encontraria ahí água suficiente para o abastecimento”. (SAMPAIO, 1910, p. 20)

Contudo, cada vez mais, novos mananciais foram descobertos e passaram a compor o sistema de abastecimento, pois, “[...] firmou-se [...] a convicção de que para a solução do problema não era mister ir-se tão longe buscar as águas do rio de Joannes”. (SAMPAIO, 1910, p. 20) Dessa forma,

[...] entre o rio Camurugipe, já captado, e o rio de Joannes que, por tanto tempo, figurou como unico recurso salvador, outros rios haveria, como o rio das *Pedras* e o *Jaguaripe*, com capacidade maior do que a daquelle primeiro captado e, portanto, podendo satisfazer aos requisitos necessarios.

Cabe ressaltar que no relato apresentado por Sampaio, o rio das Pedras é um manancial que, naquela época, já havia passado por um processo de recuperação da qualidade de suas águas para, somente depois disso, ser integrado ao novo sistema de abastecimento. Sampaio (1910, p. 23) avaliou que

[...] antes do saneamento da bacia desse rio, trabalho que precedeu a sua captação, as suas águas estagnavam pútridas, na vizinhança das dunas de areia, formando extensos alagadiços de fundo turfoso que foi preciso drenar e limpar em toda a sua extensão.

As águas da cidade, presentes nos rios, córregos, diques e fontes, como é possível verificar nos relatos de Theodoro Sampaio (1910), estavam intimamente relacionadas e, nesse período, eram compreendidas nesse conjunto somente o que dizia respeito ao interesse pelo serviço de abastecimento, considerado o mais apropriado à uma cidade que buscava se modernizar. Logo, os usos mais diretos das águas passaram a ser desencorajados, especialmente pelos possíveis riscos à saúde que essas águas poderiam oferecer. Tais riscos, entretanto, não existiriam nas águas fornecidas pelo município, que se tornará o responsável por sua filtração.

Em 1910, Salvador contava com um novo serviço de abastecimento de água, com sete represas em funcionamento e a instalação de cinco bombas, quais sejam: Queimado, Matta Escura, Prata, Cascão, Saboeiro, Cachoeira e Pituaçu. (SAMPAIO, 1910) As intervenções executadas por Theodoro Sampaio conseguiram resolver, ainda que temporariamente, o problema da falta de água na cidade. (BAHIA, 2002) Contudo, Salvador crescia.

A população de Salvador [...] passou para 205.813 em 1900 [...], em 1910, com um aumento de 36.363 habitantes, a população do município passou para 242.176 habitantes. Em 1920, a população teria passado para 283.422, mas esses resultados são discutíveis. Em 1940, Salvador teria 290.000 habitantes. (VASCONCELOS, 2002, p. 276)

Com relação às condições das habitações, Vasconcelos (2002, p. 276) relata que 57% das habitações na época eram consideradas precárias e que “[...] em 1944, segundo dados do

EPUCS⁶⁵, 75% da população viviam em cortiços, favelas e similares (GUIMARÃES, 1978, p. 203), o que indica a precariedade da situação social no fim do período”.

As condições precárias de moradia associadas à precariedade do saneamento refletiam a preocupação sobre a qualidade das águas, externada pelo engenheiro Theodoro Sampaio ao constatar, a despeito de todas as intervenções realizadas na cidade, a permanência do quadro de insalubridade das águas.

Este problema poderia ser parcialmente resolvido através da filtração, mas colocava em risco a situação de muitos mananciais, inclusive aqueles represados com fins de prover o abastecimento. Em 1924, o médico Genésio Pacheco, do Instituto Oswaldo Cruz, apresentou um diagnóstico sobre a qualidade das águas nos principais reservatórios de Salvador (BAHIA, 2002, p. 11) no qual declarava que:

A represa do Queimado estava com suas águas poluídas, provocando surtos de febre tifoide e desenteria; Mata Escura necessitava de filtragem para melhorar a qualidade da água; Prata “tinha água pura sob o ponto de vista bacteriológico”; o manancial do Saboeiro abandonado; sem utilização para o consumo humano; Cascão estava com as matas devastadas nas margens; Cachoeirinha, “uma das mais bem conservadas e; Pituaçu, o maior destes mananciais “em bom estado” distante do centro urbano e da cidade na época. (BAHIA, 2002, p. 11)

Segundo Saturnino de Britto (1928, p. 32), as condições insalubres das águas da represa do Queimado decorriam da ocupação informal e espontânea que se consolidou ao redor do lago dessa barragem, sendo essa a principal causa de sua desativação pela Junta da Higiene. “A represa do Queimado, situada, na cidade, cercada de habitações até quase às margens, construídas por abuso em terreno da municipalidade foi recentemente interditada pela Hygiene Publica”. (BRITTO, 1928, p. 32)

O problema da qualidade das águas, embora existente, não ocupou espaço de maiores discussões a respeito numa cidade que se modernizava sem esgotos. A demanda crescente por água e a decisão pela captação do rio das Pedras orientaram uma série de estudos nessa bacia para a escolha do melhor lugar para construção de várias outras barragens ao longo do curso do rio:

[...] o trabalho do represamento que se impunha, como indispensável, na solução do problema do serviço novo do abastecimento, começou pelo exame dos pequenos vales do Cascão, Saboeiro, Cachoeirinha e Pituassú para a escolha do local mais adequado à construção das barragens respectivas. (SAMPAIO, 1910, p. 24)

⁶⁵ Escritório do Plano de Urbanismo da Cidade do Salvador – EPUCS.

O potencial hídrico dessas represas foi comemorado por Theodoro Sampaio, sobretudo, ao constatar o sucesso de todo o empreendimento que a “engenharia hidráulica” naquela época havia sido capaz de edificar.

Das quatro represas novas, que acabamos de descrever, a do Pituassú, que é a maior, conta uns quatro kilometros de extensão, a do Cachoeirinha 960 metros, a do Saboeiro, que é a menor, 450 metros e a do Cascão 510. Só a do Pituassú armazena cerca de 3 milhões de metros cúbicos. As restantes, porém, não sommam, ao todo, mais do que 490.000 m³. (SAMPAIO, 1910, p. 30)

De acordo com a descrição feita por Theodoro Sampaio, havia um plano que orientava as novas construções de represas e barramentos, bem como previa como todo o processo deveria se dar. Tal plano, criado pela empresa do engenheiro, orientava basicamente a forma como deveria acontecer a captação e o armazenamento das águas nas represas, conforme segue:

[...] descel-a [a água] pela gravidade para a filtração n'uma estação central; eleva-a por meio de bombas para o alto de uma torre metálica donde desceria, por gravidade, por meio de uma linha adductora de 18 de diâmetro até os reservatorios metálicos da Crus do Cosme que ficam a cavaleiro sobre a cidade, e dahi, desses reservatorios, distribuill-a na zona alta de cota 50 para cima, por meio de uma rede separada. (SAMPAIO, 1910, p. 30)

A despeito da intermitência do regime dos rios que já eram conhecidos e estavam integrados ao sistema de abastecimento, cujo o volume era reduzido drasticamente na estação quente, as quatro novas represas viriam resolver o problema, pois, dispunham de rios perenes. Assim considerou Sampaio a respeito disto:

[...] a despeito da estação quente que ora atravessamos, [as novas barragens] estão cheias e transbordando. Todas agora têm uma lamina superior ao nível dos respectivos sangradouros, o que importa n'uma renovação constante do volume represado. (SAMPAIO, 1910, p. 33)

Com o intuito de proteger os novos mananciais utilizados para o novo sistema de abastecimento, o município tomou a decisão de desapropriar “[...] grandes extensões de terras [...] sendo parte dellas do Mosteiro de S. Bento, affectando aos rios Pituassú e Cachoeirinha e parte dos herdeiros do Marquez de Niza, no Saboeiro e no Cascão”. (SAMPAIO, 1910, p. 36) Não há registro no seu relato sobre algum tipo de conflito entre os expropriados e o governo municipal.

Outro fato interessante diz respeito à ação de engenharia que, na época, drenou 138 hectares de terrenos alagados para a instalação das novas represas. As implicações danosas ao meio ambiente não figuravam com importância naquela época, mas a destinação dada após a construção das represas a essas terras, certamente contribuiu para o comprometimento e a degradação dos afluentes que alimentavam o rio principal, cujas águas eram contidas nesses

reservatórios. O município destinou essas terras à ocupação da população com fins de cultivo de cereais e desenvolvimento da pecuária. (SAMPAIO, 1910, p. 36)

A ação conjunta do município e do engenheiro Theodoro Sampaio garantiria, por mais nove anos, o abastecimento da cidade, o que era considerado satisfatório, pois, como ele afirmou, “[...] o problema do abastecimento d’água da cidade da Bahia está resolvido e que [...] **essa situação jamais seria negativa por deficiência de mananciais.**” (SAMPAIO, 1910, p. 36, grifo nosso) E mais, acervou o engenheiro,

Em torno do serviço novo que acaba de ser realizado, não faltam felizmente mananciais em condições de aumentar, sem grandes dificuldades técnicas, o suprimento d’água da cidade, na proporção do seu desenvolvimento progressivo. Além do Jaguaripe que, como vimos, pode reunir na Bolandeira os seus 15 milhões de litros diários aos do rio das Pedras, ora captado, há ainda o rio do Cobre, com uma média de 4 milhões de litros d’água diários, e que pode ser captado na altura da estrada das Boiadas ao norte de Pirajá, por cima da cachoeira de S. Bartholomeu, em cota 35 proximadamente, manancial que pode reforçar o abastecimento da cidade baixa por simples gravidade, e em excelentes condições, quanto á técnica do serviço. (SAMPAIO, 1919, p. 36)

Mesmo tendo conseguido avançar significativamente, no que diz respeito ao abastecimento de água em Salvador, a execução do projeto de saneamento não obteve o mesmo êxito no que tange ao esgotamento sanitário. Isto porque o projeto não foi implantado plenamente devido a uma série de problemas por parte do governo do município, problemas esses que iam desde a “[...] falta de verbas, de materiais e de outras conjunções técnicas e políticas”. (MENEZES, 2002, p. 69) Considerou Menezes que os interesses do governo municipal da época eram contraditórios e

O que houve foi uma deliberada inversão de prioridades por parte das autoridades quanto aos investimentos nas intervenções urbanas, pois, se na primeira década do século XX, dotar Salvador de rede de água e de esgoto poderia fazer a diferença para boa parte da população [...] na década seguinte a proposta era a de se constituírem os espaços públicos desta Cidade em verdadeiros bulevares tropicais, a exemplo dos que existiam em Paris. (MENEZES, 2002, p. 69-70)

O problema da infraestrutura de águas e esgotos figura com grande destaque em 1926, quando passa a interessar o então governador do estado, Francisco Marques de Góes Calmon. O citado governador passou a buscar soluções para resolver o problema da capital Salvador e decidiu pela “[...] remodelação e ampliação do serviço de abastecimento d’água e a terminação de sua rede de esgotos” (BARRETO, 1926, p. i). Nesse mesmo ano, foi transferida ao Governo estadual a responsabilidade pelo planejamento e operação dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário em Salvador e demais municípios do estado.

Dessa forma, foi autorizado, pela Lei n. 1.811, de 29 de julho de 1925, artigo 128, a reforma dos serviços sanitários do Estado, para o quais foi contratado o escritório do engenheiro Francisco Saturnino Rodrigues de Britto, considerado “[...] incontestavelmente o tecnico de maior responsabilidade nesses assumptos, a organização dos projectos que se fizessem necessarios aos serviços de aguas e esgotos e saneamento da Cidade do Salvador.” (BARRETO, 1926, p. i)

A contratação do Saturnino de Britto deveria contemplar o melhoramento do serviço de abastecimento de água e caberia, dentre outras determinações, realizar

[...] os estudos para a tomada ou captação de agua em volume superior a 28.000 metros cubicos diários, além do volume já distribuido; b) o projeto para purificação da agua a distribuir, se, pelas condições naturais, a sua potabilidade não estiver suficiente ou permanentemente garantida; o projeto do ou dos reservatorios (novos) [...] e as indicações para o aumento futuro do supprimento. (BARRETO, 1926, p. i-ii)

A cidade reclamava por novas intervenções na infraestrutura de águas e esgotos que acompanhassem a sua expansão e a tornasse saneada e livre de endemias, por isso os novos estudos realizados abrangeram

[...] todos os cursos d’agua existente em torno da Capital contidos em uma area de cerca de trinta kilometros de raio. Assim o Jaguaripe, o Ipitanga, o Cobre e o Joannes mereceram explorações cuidadosas, sendo que o levantamento do ultimo desses cursos d’agua, [...]. Considera o Projecto a possibilidade do aproveitamento das aguas do lençol phreatico dos vales e das dunas para o abastecimento de certas zonas da cidade, afastada naturalmente a eventualidade de qualquer contaminação. [...] a captação de novos mananciais, a construção de outras represas acima daquelas já existentes (segunda represa do Pituassú), a installação de varios tanques de distribuição localizados em diversos pontos da cidade, a ampliação da rede actual de modo a tornar continuo e regular o fornecimento, além de medidas outras capazes de melhorar o serviço de abastecimento d’agua [...]. (BRITTO, 1928, p. viii)

O problema da poluição das águas era entendido por Saturnino de Britto como sendo uma consequência do mal hábito da população que estava acostumada a depositar lixos e os “despejos das habitações”, ou seja, esgotos domésticos nos corpos hídricos da cidade e nos demais terrenos marginais. (BRITTO, 1928, p. 9) Contudo, esse tipo de comportamento foi considerado como sendo importante para orientar um novo modelo de saneamento que se desejava implantar. (BRITTO, 1928, p. 9)

Para Saturnino de Britto a situação acima descrita estava relacionada a inexistência de um plano geral que orientasse os trabalhos realizados outrora pelo engenheiro Theodoro Sampaio e aqueles que deveriam passar a existir. A crítica fôra feita, ainda que o autor

reconhecesse que os trabalhos realizados pelo Sampaio promoveram “melhoramentos importantes” à cidade. (BRITTO, 1928, p. 14) Contudo, a falta de um “plano de conjunto ou geral” seria o grande responsável pelo “desenvolvimento desordenado” verificado em Salvador e também nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro.

A importância de desenvolver um plano voltado para o saneamento era destacada pelo Saturnino de Britto, pois, acreditava que

Pelo estabelecimento dos programmas precisos, dos planos geraes, batemo-nos desde 1896; no livro *'Le Tracé Sanitaire des Villes'* (1915) expomos os princípios essenciais em que estes planos se devem basear, com as variantes necessarias a cada situação local e mesmo no correr dos tempos é á feição das novas aspirações para o progresso, para o conforto e para o aformoseamento baseado nos eschemas organizados para o saneamento. (BRITTO, 1928, p. 14)

A falta de um plano geral seria, nesse sentido, a responsável pela persistência e agravamento dos problemas de saneamento na cidade, pois, os melhoramentos realizados

[...] não obedeceram a um plano geral, nem se póde dizer, que houvesse pertinência, isto é, continuidade na acção das autoridades, para a qual appellava. Menos ainda, pelo que se diz, tiveram estas autoridades o necessário e estimulante apoio da população, principalmente dos homens abastados, grandes proprietários, que deveriam dar o exemplo, em vez de criarem dificuldades por visarem a lucros immediatos de preferencia aos que resultariam, certos e mais avultados, da valorização dos imóveis e dos negócios nas cidades saneadas e remodeladas. (BRITTO, 1928, p. 14)

Para exemplificar algumas das consequências resultantes da falta do plano para o saneamento de Salvador, Saturnino de Britto destacava a situação na época dos rios que estavam inseridos nos limites da cidade, informado que

[...] na rua marginal ao infecto Rio das Tripas, sendo o capinzal irrigado com uma parte de despejos da própria cidade, a produzir-lhe mal semelhante ao que produziria no organismo animal o derramamento interior de materiaes intestinaes. Não se póde compreender como a primeira destas vias publicas já não tenha sido alargada (não é necessaria uma rectificação rigorosa), demolindo-se pardieiros e construindo-se prédios que darão sobejas compensações de lucros; nem se póde desculpar o que se vê na segunda, quando é fácil transformal-a em bela avenida, com um canaete de cimento armado para dreno principal e exclusivo das aguas das chuvas que para os vales descem das partes altas em que está edificada a cidade. (BRITTO, 1928, p. 15)

Para Saturnino de Britto (1928) a necessidade de sanear a cidade era imprescindível, especialmente no que diz respeito aos serviços de água e esgoto que, embora fossem fundamentais, estavam “[...] paralisados e a Bahia continua a ser uma cidade de 200.000 habitantes sem esgotos”. (BRITTO, 1928, p. 25) Neste sentido podemos verificar que nesta

nova fase a pauta sobre o problema do esgotamento sanitário passou a figurar com uma maior atenção, quase com a mesma importância que era dada ao abastecimento.

Para resolver toda essa questão que envolvia a precariedade dos serviços de esgotamento e abastecimento o “remédio” encontrado pelo Saturnino de Brito se resumia à construção de “novas represas em taes e quaes mananciaes, filtração, usinas de elevação mechanica, conductos de recalque, reservatorios, revisão da rede de distribuição...; e em ultimo caso recorrer ao rio Joannes [...]”. (BRITTO, 1928, p. 46) Contudo, dirá o Britto, embora fosse bastante simples e já conhecida a receita deste remédio

[...] apenas conviria que já tivesse sido formulada de modo mais preciso, (estudos, methodos, plano geral, prevendo o futuro), e houvesse dinheiro para que fosse aviada e entrasse a cidade no regimen da cura. A solução da questão dependia mais da administração publica que da technica. (BRITTO, 1928, p. 46)

O governo estadual da época se mostrou sensível ao desenvolvimento de um plano geral, mas as decisões de caráter técnico e econômico pensadas por ele, segundo Britto, já não seriam tão fáceis para resolver o problema do abastecimento, que já não poderia ser tratado em si mesmo, sem se considerar a precariedade das habitações, as invasões, a poluição dos rios devido à falta de esgotamento sanitário, as estiagens, o “desprezo” pelos equipamentos que compunham a infraestrutura hídrica (estação de tratamento da Bolandeira, represas, etc.), e no uso irregular destinado à água que era ofertada pelo município. (BRITTO, 1928, p. 46-47) Sobre este último aspecto dirá Saturnino que

[...] do máo serviço de distribuição resultam desperdícios, fraudes e penúria de agua para grande numero de consumidores; a evasão da renda é fatal, reduzindo-se a cerca de um terço da que se poderia obter com o volume minino distribuido. (BRITTO, 1928, p. 48)

Ao refletir sobre a qualidade das águas ofertadas, Saturnino de Britto relacionara o problema da insalubridade das águas ao processo de ocupação irregular nas áreas que constitui as bacias hidrográficas dos rios que compunham o sistema, e acreditava que se tratava de áreas que deveriam ser protegidas e fiscalizadas pelo poder público municipal. Neste sentido, acusava que tais áreas estavam sendo negligenciadas pelo poder municipal frente ao crescimento inevitável da cidade, que como já reconhecido pelo autor, era “desordenado”. Assim, considerava que a qualidade das águas se tratava de um serviço que

Vae sendo prejudicada com o abandono na fiscalização das bacias hydrographicas: - em lugar de aumentarem os cuidados na proteção e arborização das bacias hydrographicas, deixa-as que as habitações se estabeleçam até próximo ás margens (como na represa do Queimado), e as

mattas diminuam nos proprios dominios da Municipalidade. Uma compensação haveria se ao descuido na protecção correspondesse maior apuro na filtração. Mas observa-se que o descaso nos dois meios de se garantir a pureza da agua distribuida vem cada vez mais prejudicando a sua potabilidade. (BRITTO, 1928, p. 49)

Curiosamente, o autor estava convencido de que as epidemias que assolavam a população constantemente não poderiam encontrar nas águas sua única fonte de origem. Pois, estudos da época cuidavam de informá-lo sobre a capacidade de recuperação, ou resiliência, das águas poluídas que eram captadas dos mananciais em regiões de clima tropical.

Dessa forma, os resultados de estudos sobre a qualidade das águas em climas tropicais realizados em 1923, por P.C. Flu, concluíram, a partir de alguns experimentos não demonstrados pelo Saturnino de Britto, que “nos climas tropicaes póde tornar-se a agua praticamente inofensiva collocando-a durante oito dias em reservatorios largamente abertos (como sejam as represas, na Bahia)” e, em seguida, concluem se tratar de um método recomendando quando “a fonte de aprovisionamento estiver exposta a uma forte poluição”. (BRITTO, 1928, p. 51)

Consequentemente o problema da poluição dos mananciais será minimizado, pois, “[...] os notaveis trabalhos de A. Houston, em Londres, e de outros, aos quaes já me tenho referido...” cuidam de tratar o problema como sendo

[...] temores vãos, ou exagerados, os que resultam das ideias preconcebidas sobre a origem hydrica, única e fatal, das epidemias de febre typhoide, mormente quando se desprezam as possibilidades das contaminações dentro das cidades para as querer encontrar nos rios, nos lagos, nas *grandes represas*. (BRITTO, 1928, p. 51)

Para consolidar sua argumentação o autor forneceu os resultados de uma pesquisa publicada na revista *L'Eau* (A água) onde o parecer do chefe do laboratório da Faculdade de Paris, Dr. Handuroy, coloca em duvidas a suspeita de transmissão da febre tifoide pela água. Segundo Saturnino de Britto, o cientista considerava “singular que jamais se encontre o bacilo na agua, e nella nem mais se procure enconral-o; colocado vivo n’agua, este bacilo morre [...]”. (BRITTO, 1928, p. 51)

Atualmente, como se sabe, tanto o cólera quanto a febre tifoide são doenças cuja por do alimento contaminado, pelo contato com fluidos corporais dos doentes e pela falta de higiene. (DEALESSANDRI, 2013) Logo, os temores não eram vãos.

Todavia, a atenção voltada à resolução desses problemas foi concentrada nos aspectos que se relacionavam com a higiene na cidade, ficando os mananciais em segundo plano. Pois, era necessário resolver os problemas da limpeza pública, da condição das habitações e, também, da entrada “[...] de líquidos dos esgotos na rede de distribuição, [...] ficando seccos os conductos, durante horas, com ramificações perfuradas ou juntas vasando ao lado dos ramaes domiciliares de esgotos”. (BRITTO, 1928, p. 51)

Outro aspecto interessante que emerge na discussão dos dados sobre a análise da água, realizada nos anos de 1916, 1924 e 1926, revelam a dificuldade de lidar com o processo de poluição da água por resíduos gerados durante a fabricação do açúcar e da cachaça nos engenhos e usinas inseridas na bacia do rio Joannes. O autor acusa a impossibilidade de fazer o uso potável das águas deste rio, sem a existência de uma lei específica que protegesse e impedisse a contaminação dos mananciais que abasteciam a cidade:

Estes resíduos, sujeitos a fermentação, constituem grande embaraço para as fabricas que os descarregam nas depressões dos terrenos e nos cursos de agua, causando incommodo pelo mau cheiro e tornado-se nocivos á salubridade e á vida dos peixes. As tentativas dos poderes públicos para impedirem a contaminação das aguas correntes por estes resíduos tem sido sem efeito por falta dum processo pratico, isto é, eficiente e economico, para o satisfactorio tratamento delles, antes da descarga. A unica lei de proteção eficaz seria a proibição da fabricação do álcool, e esta é a que se terá de aplicar nas bacias hydrographicas das aguas destinadas á alimentação das cidades, até que se conheça um processo nas condições. (BRITTO, 1928, p. 64)

A sugestão de proibir a atividade das usinas foi não foi levada a diante, mesmo porque, como sinaliza Vasconcelos (2002, p. 306), esse foi um período de crise da “produção açucareira, e de tentativas de implantação industrial”. Neste sentido, embora seja possível reconhecer no relatório feito pelo Saturnino de Britto (1928, p. 65) que suas pesquisas revelam o esforço em buscar soluções para resolver o problema, onde se baseava, sobretudo, nas referências de especialistas internacionais sobre a questão, tem-se que medida alguma chegou verdadeiramente a ser adotada. Logo, o problema do despejo de rejeitos produzidos pela usina açucareira nos rios permaneceu.

No projeto⁶⁶ apresentado em 1936 pelo engenheiro Saturnino de Britto (FERNAL, 1936), novamente a busca de soluções para o problema do abastecimento encontrava saídas no potencial

⁶⁶ Neste projeto, o engenheiro Saturnino Britto dava contas ao governo do Estado dos serviços realizados, sobre o funcionamento e os cuidados necessários com a infraestrutura hídrica construída por sua equipe. (BRITTO, 1936, p. 10)

hídrico identificado nos mananciais já estudados e conhecidos, como o rio Joannes, mais distantes de Salvador, e outros mais próximos, como o Cobre, Jaguaripe, Ipitanga e Pituauçu.

No novo projeto, três possibilidades foram apresentadas: (i) a captação de água dos pequenos mananciais - Cobre, Jaguaripe e Ipitanga -, aumento do Pituauçu com a construção de uma segunda represa e a captação de água subterrâneas; (ii) a adução do rio Joannes por aqueduto ao longo da praia até a estação da Bolandeira, onde seria elevado para a cidade; e (iii) a adução do rio Joannes por conduto direto, com elevação no local da represa de captação. (FERNAL, 1936, p. 9) Das três possibilidades, venceu a primeira opção, por ser a menos custosa em comparação às outras duas. Assim, deram prosseguimento aos serviços no rio do Cobre e em 1931 foi dado início às intervenções no Rio Ipitanga.

Dentre as grandes intervenções realizadas para ampliar o serviço de abastecimento, destaca-se a que resultou na construção da barragem do rio do Cobre, cujos trabalhos tiveram início em 31 de agosto de 1929.

Figura 15 - Início da construção da barragem do Rio do Cobre, 1929.



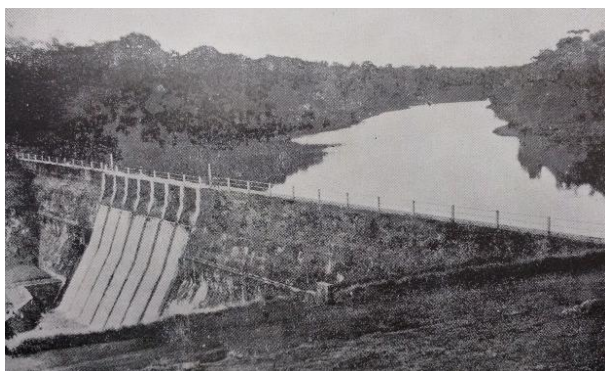
Fonte: Fernal (1936)

Figura 16 - Vista da barragem do Rio do Cobre em construção, 1930



Fonte: Fernal (1936)

Figura 17 - A barragem do rio do Cobre “sangrando” pela primeira vez, 1932.



Fonte: Fernal (1936).

Figura 18 - Vista do conjunto da barragem, tratamento químico e decantação, 1932. (FERNAL, 1936).



Fonte: Fernal (1936).

Neste projeto, não está esclarecida a presença de núcleos habitacionais e de moradores na região onde a barragem foi implantada, entretanto, é mencionado que a Secretaria de Saúde, responsável pelo abastecimento de água, havia traçado uma planta delimitando o perímetro de desapropriação da bacia. (FERNAL, 1936, p. 15) Não foram encontrados registros sobre o número de famílias cujas propriedades sofreram desapropriação para a implantação dessa barragem.

O registro dos habitantes nessa área, a despeito da delimitação do perímetro de desapropriação, certamente não era objeto do interesse dos técnicos e engenheiros responsáveis pela construção da barragem, entretanto, cabe ressaltar que a presença de habitantes na área do Cobre é verificada desde o século XVI. (SERPA, 1996)

Sobre a existência de pessoas habitando nessa área, Serpa (1996, p. 178) informa que a área no qual a barragem foi construída, especialmente, à sua jusante, atualmente conhecida como Parque São Bartolomeu, era ocupada pelos indígenas da tribo tupinambá, seus primeiros habitantes. Noutra momento histórico, essa mesma área foi ocupada por negros que fugiam da escravidão e lá fundaram o Quilombo do Urubu. (SERPA, 1996, p. 178)

No final do século XIX, em 1875, com o desenvolvimento da indústria na Bahia, essa região vivenciará o processo de ocupação, motivada especialmente pela a instalação da industrial têxtil, no bairro de Plataforma, próximo à foz do rio do Cobre. Para Cordeiro (2009, p. 60), a implantação da linha férrea e da Fábrica São Brás, no bairro de Plataforma, marca o início do desenvolvimento e da ocupação dessa área, atualmente conhecida como Subúrbio Ferroviário de Salvador.

A presença da indústria próxima à linha férrea possibilitava a diminuição dos custos de produção, tendo em vista que o transporte era barato e a mão de obra, abundante. Surge, assim, uma área industrial constituída de lugar de produção e lugar de residência. Estes fatores, aliados à presença de oficinas e fábricas da Leste e das antigas fazendas já existentes na área suburbana, foram os principais elementos que se articularam para delinear, a partir do século passado, os núcleos que hoje representam os bairros do Subúrbio Ferroviário de Salvador. (CORDEIRO, 2009, p. 58)

Logo, podemos inferir, com certa margem de certeza, que havia pessoas habitando a área de intervenção do projeto, que foi desapropriada, sem, contudo, ter sido considerado importante esse registro. Esse foi um dado da realidade omitido dos estudos da época.

Outras intervenções foram feitas, dessa vez nos mananciais do rio da Prata e da Mata Escura, os quais foram desligados do sistema de abastecimento por terem sido considerados recursos futuros para suprimento da rede de abastecimento da Cidade Baixa (composta pelos

bairros de Itapagipe, Bomfim, Mont-Serrat, Calçada, Mares, Jequitaia, Porto, Comércio e Preguiça). (FERNAL, 1936, p. 25)

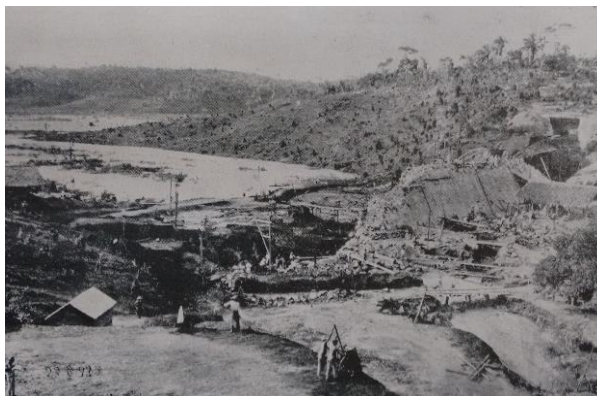
E, diferente do que havia sido recomendado pelo engenheiro Theodoro Sampaio, intervenções passaram a ser empreendidas no rio Ipitanga, considerado um recurso estratégico para o município. Em 25 de setembro de 1931 deram início à construção de outra grande barragem, a do rio Ipitanga.

Figura 19 - Início da construção da barragem do Rio Ipitanga, em setembro de 1931.



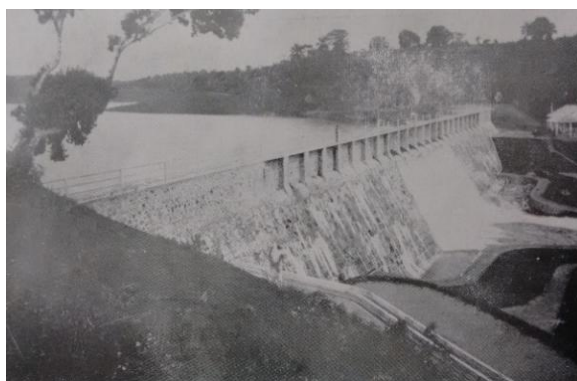
Fonte: Fernal (1936)

Figura 20 - A barragem de Ipitanga, em agosto de 1932, vendo-se o represamento provisório do rio e a escavação nos encontros, 1931.



Fonte: Fernal (1936)

Figura 21 - Barragem do Rio Ipitanga sangrando, 1932.



Fonte: Fernal (1936).

Figura 22 - Barragem do Rio Ipitanga, vista do encontro direto, 1932.



Fonte: Fernal (1936)

Tal qual ocorreu durante a construção da barragem do rio do Cobre, na construção da barragem do Ipitanga também foi mencionada a determinação de um perímetro de desapropriação:

A desapropriação da bacia abrange uma faixa de terreno de cerca de 25 m de largura além da cota 30. Traçou-se o perímetro abrangendo uma faixa relativamente estreita, por economia, à vista do elevado custo da desapropriação da bacia do Cobre. (FERNAL, 1936, p. 44).

Tal perímetro tinha 29 km de extensão e, para garanti-lo, foi estabelecida uma forte vigilância, tendo em “[...] vista da frequência de tentativas de invasão, depredações, **pescaria e banhos no lago**, como já temos a oportunidade de reprimir. Foi preciso auxílio da Força Pública, que atenciosamente nos tem fornecido praças para ajudarem os vigias.” (FERNAL, 1936, p. 44, grifo nosso)

A área total da bacia desapropriada foi de 185 hectares e de 87,80 hectares de área no lago. As ações empreendidas pelo governo visando preservar a floresta no entorno da barragem, ao impedir o corte de madeira, por exemplo, encontraram forte resistência por parte dos moradores que residiam no local. Os moradores acabaram sendo mencionados nos relatos oficiais apenas pontualmente quando foi descrito o descontentamento para com os planejadores em relação ao fato de, como forma de protesto e oposição à desapropriação em curso, eles passaram devastar as matas e a vender a lenha e o carvão. (FERNAL, 1936, p. 44)

Poderíamos considerar, neste estudo, a presença da tensão pela apropriação da natureza, ainda que esse tipo de conteúdo discursivo não esteja em pauta para ser avaliado nessa época. Todavia, reportando-nos à noção de tensão, tal qual adotada neste estudo⁶⁷, é possível reconhecer, nesse relato, a sua presença, emergindo a partir do choque que resultava com a modernização que chegava para os moradores da cidade pela construção da barragem, enquanto que para aqueles que viviam nas áreas de intervenção dos projetos estava sendo determinado o fim do modo de vida ali construído, como relação direta com a natureza, as águas, sobretudo, através da pescaria, dos banhos de rio, atividades que passaram a ser proibidas.

No relatório, fica explicitada a restrição à presença de pessoas e a qualquer outro tipo de uso que não aquele para a qual passavam a ser destinadas as águas. Essa orientação é justificada por Saturnino de Britto como sendo resultante das referências de experiências internacionais que o inspiraram, especialmente sobre a construção e manutenção de represas, na qual era recomendada a tomada de cuidados rigorosos para “[...] vigiar e impedir a invasão de vegetação pelas margens do lago, o que sobremodo piora a água, enriquecendo-a de matéria orgânica.” (FERNAL, 1936, p. 44)

Embora no texto do relatório não haja indícios sobre as tais referências internacionais, é interessante notar a possibilidade de influência da ideologia preservacionista, em meados do século XIX, que emergia nos EUA e apresentava a proposição de um modelo de áreas naturais protegidas. Segundo Diegues (2001, p. 11), era um tipo de ideologia que, em parte, se baseava

⁶⁷ Vide capítulo IV.

“[...] na visão do homem como necessariamente destruidor da natureza”, logo, propunha-se que, diante da “[...] rápida expansão urbano-industrial dos Estados Unidos” fossem instituídas “‘ilhas’ de conservação ambiental [...] onde o homem da cidade pudesse apreciar e reverenciar a natureza selvagem”. Essa concepção se aproxima daquela que, como já dito, foi adotada para as áreas de influência direta e indireta das novas barragens.

A implantação da adutora da barragem do rio Ipitanga acompanhou o curso de vários rios até chegar à junção na Fazenda Quadrado e de lá seguir para a estação de Bolandeira. Segundo Fernal (1936, p. 49), tratava-se de um caminho construído a partir do esforço empreendido por mais de um ano pelos engenheiros do projeto em reconhecer a região que era “[...] inteiramente desconhecida antes. Ninguém entre os escassos habitantes conhecia as direções, os nomes dos cursos d’água e os caminhos, que aliás eram raros”. Paradoxalmente, os mesmos habitantes que não foram reconhecidos durante a intervenção eram os mesmos que haviam sido identificados, segundo Fernal, como capazes de reconhecer os nomes dos cursos d’água e os caminhos de chegar até eles.

Em outro momento, também foi possível capturar a existência de pessoas quando, ao referir as medidas de segurança nas áreas das barragens já consolidadas, Fernal (1936, p. 49) entendia que, para garantir a potabilidade das águas dos mananciais, era necessário de imediato, “expurgar” as habitações e as pessoas que “[...] invadem sua bacia, bem próximo à represa”.

É válido salientar que a dificuldade de identificar nos relatórios da época a presença de pessoas nas áreas onde as barragens do Cobre e Ipitanga foram construídas não é um fenômeno circunscrito ao período e às referidas barragens, apenas, estando também reconhecida no estudo realizado por Alencar, em 2009, que resultou no relatório técnico que envolveu a “*Recuperação de Informações Históricas, Identificação e Mapeamento de áreas de interesse socioambiental, da Região Metropolitana de Salvador (RMS), em torno das barragens implantadas nessa região*”.

A ausência de registros oficiais quanto à presença de povoados e de pessoas em áreas de influência das barragens indica uma orientação tecnocrática que persistiu historicamente, podendo ser reconhecida na atualidade, como é possível verificar quando se analisa, por exemplo, os dados presentes no relatório sobre as barragens da RMS e se constata que, em muitos casos, esse tipo de registro não consta.

O que não quer dizer que não exista algum tipo de informação ou indícios que ajudem a identificar a presença de habitações e pessoas, contudo, quando encontrados, muitas vezes trata-se

de um dado minimizado em importância ou subdimensionado, como pode ser percebido no relato acima citado, quando o Fernal (1936, p. 49) se refere à “[...] presença escassa de pessoas”.

Outro exemplo é o caso do povoado de Timbetuba, submerso pelas águas do lago da Barragem de Santa Helena, no município de Dias d’Ávila, construída no final da década de 1970. O único registro que indicava a presença desse povoado referia-se às coordenadas geográficas obtidas durante o desenvolvimento dos estudos técnicos necessários à construção da barragem. Não há registros mais precisos que informem o número de pessoas que ali viviam, tampouco para onde elas foram reassentadas. (PORCIÚNCULA, 2011, p. 87)

A omissão desse tipo de dado acaba por invisibilizar o impacto social que a execução de um projeto de grande impacto socioambiental pode provocar, como é o caso da construção de barragens. Este fato impossibilita, também, todo e qualquer projeto de desenvolvimento, bem como de políticas públicas específicas, que poderiam ser concebidas para acolher as especificidades socioespaciais que configuram as ocupações já existentes. Assim, constrói-se uma pseudo impressão de eficiência nas tomadas de decisão, que se tornam puramente técnicas e racionais exatamente por evitar ou subdimensionar a importância que as discussões de caráter humano e social assumem.

No período em que as barragens do rio do Cobre e Ipitanga foram construídas, ocorreu o primeiro enquadramento jurídico das águas⁶⁸ em território nacional. O *Código das Águas*, instituído pelo Decreto federal 24.643, de 10 de junho de 1934, alinhava-se aos propósitos de desenvolvimento almejados pelo Brasil que vivenciava um processo tardio de industrialização e urbanização. Dessa forma, o referido *Código* tinha como propósito

[...] atender às demandas de um País que se urbanizava e era palco de importantes transformações econômicas, sociais e políticas. Um País servido por abundância relativa de água e grande potencial hidro-energético no qual se fortalecia o ideário do desenvolvimento, identificado à industrialização. (SILVESTRE, 2008, p. 2)

Em Salvador, as reformas urbanas modernizadoras, empreendidas nos governos do J.J. Seabra, alteravam a paisagem da cidade, impulsionavam a ocupação de novas áreas e o crescimento populacional. (VASCONCELOS, 2002) Diante desse intenso processo de transformações socioespaciais será conferida apenas a ação técnica e eficiente às garantias de potabilidade da água e, conseqüentemente, à economia no seu tratamento. (FERNAL, 1936, p. 61), como se somente a

⁶⁸ O *Código das Águas* de 1934 abrange as águas doce e marinha, as águas superficiais e subterrâneas e as águas pluviais, além de versar sobre a contaminação e poluição hídrica, das margens e dos álveos, da navegação e hidroeletricidade.

ação técnica, ainda que eficiente, fosse capaz de sozinha conter os processos que resultariam na perda da qualidade da água dos mananciais da cidade, bem como a retirada de vegetação, a impermeabilização do solo, as ocupações irregulares, o lançamento de esgotos *in natura* cujas águas eram, em seguida, drenadas para os lagos dos reservatórios. Tudo isto, acontecia numa Salvador que crescia sem um planejamento que a apreendesse para além dos limites do seu perímetro urbano.

Contudo, o volume de água a ser disponibilizado para a Cidade do Salvador, mediante os novos reservatórios que estavam fora do seu perímetro urbano, tinham grande capacidades de fornecimento de água “purificada” diária, obtida das três mais importantes barragens: a do Cobre, fornecendo diariamente 8000 m.c e Ipitanga, 24.000 m.c, ambas distantes 15 e 30km da Cidade, além da barragem de Pituaçu, fornecendo 10.000 m.c. As três juntas forneciam 42.000 m.c.

Com o avanço de novas obras nos mananciais inseridos na Cidade do Salvador, previa-se que o fornecimento fosse otimizado com as contribuições diárias de: Prata, 2000 m.c; Jaguaripe, 12.000 m.c; 2ª Pituaçu 4.000 e Mata Escura 5.000 m.c; totalizando, como acréscimo, 23.000 m.c para o abastecimento da Cidade. (FERNAL, 1936, p. 62)

Na mensagem de 2 de julho de 1936, o então governador do Estado da Bahia, Juracy Magalhães, informava à Câmara de Deputados o montante dos gastos públicos gerados com os investimentos na ampliação do serviço de abastecimento de água para Salvador e celebrava o aumento do aporte hídrico conquistado com as novas obras (Cobre e Ipitanga). Segundo o governador, “Esses simples dados mostram como foram melhorando as condições de abastecimento d’água da Cidade do Salvador, que hoje desconhece a situação angustiosa, experimentada durante cerca de 30 anos”. (MAGALHÃES, 1936, p. 63)

Contudo, o que não está dito é que esses investimentos para o melhoramento do abastecimento foram feitos a despeito da necessidade de enfrentamento dos problemas locais que comprometiam a salubridade das águas dos rios, fontes e chafarizes inseridos no perímetro urbano da Cidade do Salvador. Consequentemente, verifica-se a imensa contradição na modernidade apreendida no estudo sobre as águas de Salvador, onde é posto que

A Cidade do Salvador, entrecortada e circundada pelas águas, com abundância de água em seu subsolo e com elevado índice pluviométrico, está se tornando árida. Os caminhos percorridos pelas suas águas, que recriam parte significativa da sua história, revelam o quão perversa tem sido a relação entre urbanização e natureza. As nossas águas doces desaparecem na relação inversa à intensidade do processo de urbanização. (SANTOS et al., 2010, p. 11)

Os investimentos não cessam e, em 1966, através da ação Superintendência de Águas e Esgoto do Recôncavo (SAER)⁶⁹ e com investimentos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), é finalizada outra intervenção do rio Joannes, dessa vez de grande pujança, de acordo a mensagem do governador da época. (LOMANTO, 1965-1966, p. 27) A adução das águas do rio Joannes, segundo o governador Antônio Lomanto Júnior, constituía-se na principal obra do governo e a maior obra no setor de saneamento básico da América Latina.

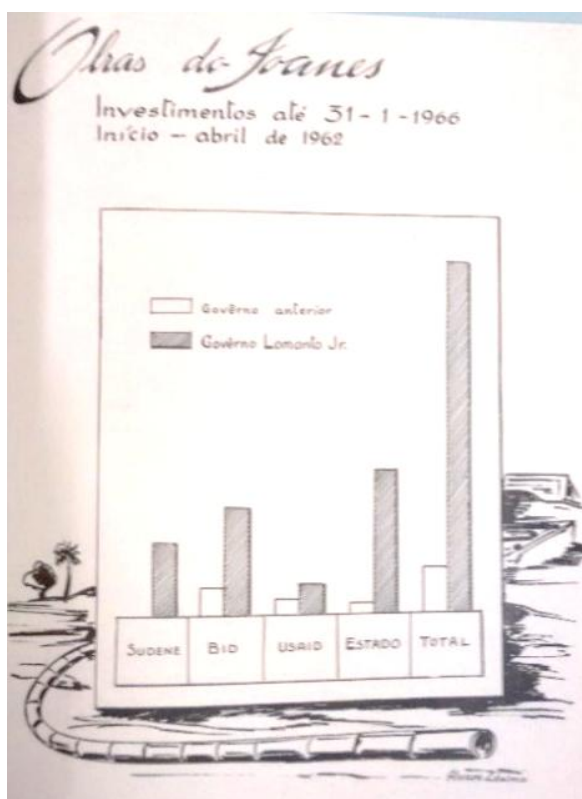
A nova adutora seria responsável pelo regime contínuo da Estação de Tratamento Joannes Bolandeira, construída em 1965, que, por falta de água suficiente para a sua capacidade, funcionava de forma intermitente. Essa estação funcionava com águas vindas dos mananciais de Cachoeirinha, Pituaçu e Ipitanga. Com a adução, as suas águas do rio Joannes se somariam às demais, embora “de forma experimental.” (LOMANTO, 1965, 1966, p. 28)

Na exposição dos resultados obtidos pelo governo de Lomanto Júnior, apresentados na Mensagem referente aos anos de 1965 e 1966, duas figuras ilustram o quanto de investimentos havia sido direcionado para o rio Joannes nessa época, por conta dos esforços do governo em ampliar o sistema de abastecimento de água em Salvador.

Na Figura 23, são ilustrados comparativamente os investimentos feitos à época em obras no rio Joannes, entre os governos anteriores ao governo do Lomanto Júnior, considerando os investimentos feitos por agências financeiras internacionais, como o BID e órgãos nacionais, como a SUDENE e o próprio governo. Na Figura 24, novamente uma comparação é feita evidenciando o quanto de investimentos foi feito apenas no governo do Lomanto Júnior, com relação aos anteriores.

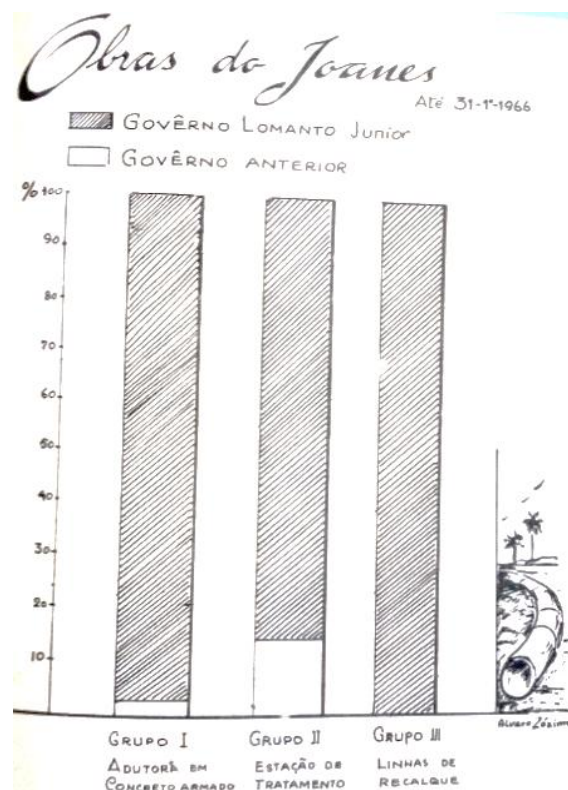
⁶⁹ A Superintendência de Águas e Esgoto do Recôncavo (SAER) foi instituída pela Lei nº 1.549 de 16 de novembro de 1961. Com a finalidade de: (i) supervisionar, coordenar e controlar o serviço de abastecimento de água e o de esgoto na região; (ii) projetar, executar, remodelar e explorar, diretamente ou mediante convênio, os serviços de abastecimento de água bem como o de esgotamento sanitário nos Municípios compreendidos em sua jurisdição; (iii) coordenar programas de assistência técnica intermunicipal para abastecimento de água às populações do recôncavo; (iv) executar, diretamente ou mediante convênio, acordo ou contrato, os serviços definidos no presente artigo, nos termos da legislação em vigor. De acordo com o seu artigo 2º, o Recôncavo era composto pelos municípios de Salvador, Camaçari, Candeias e São Francisco do Conde.

Figura 23 – Comparativo de obras executadas no Rio Joannes, entre os anos de 1965 e 1966, pelo governo de Lomanto Júnior.



Fonte: Lomanto Jr. (1965-1966, p. 30-31).

Figura 24 – Comparativo de obras executadas no Rio Joannes, pelos governos anteriores e o do governo de Lomanto Júnior.



Contaditoriamente, porém mantendo o que já vinha sendo feito pelos governos anteriores, os investimentos vultosos e cuidadosamente detalhados pelo governador Lomanto Júnior foram feitos apenas para ampliação do sistema de abastecimento de água e manutenção de alguns dos sistemas já existentes, como o Cobre e Ipitanga (LOMANTO, 1965, 1966, p. 28), não havendo, nesse período, qualquer investimento para melhoramento ou ampliação do sistema de esgotamento sanitário, que continuava a ser um grande problema, já reconhecido, para a manutenção e/ou recuperação da salubridade das águas.

Caíam num esquecimento intencional, possível de se verificar nesses registros e em outros posteriores, os mananciais que outrora compunham o sistema de abastecimento da Cidade na segunda metade do século XIX e início do XX (como as fontes e chafarizes, as águas do Dique do Tororó, dos rios das Pedras, Camurujipe, Queimado e Mata Escura), já não eram nem sequer mencionados.

Salvador chega ao século XXI convivendo com a escassez de água, fato que de acordo com Santos e outros autores (2010, p. 11) tem sido uma noção cada vez mais possível de ser

utilizada para a realidade da cidade, contudo, dirão os autores, a reversão desse quadro, embora possível, “[...] implica em decisões de natureza política, em aprofundamento do processo democrático em curso, em conferir uma dimensão propriamente universal, aos interesses difusos e coletivos dos moradores dessa cidade.”

Até lá é possível verificar que muito do que foi empreendido para modernizar e expandir o sistema de abastecimento de água de Salvador se perdeu ao longo dos anos e somente as águas do sistema Ipitanga, alvo de uma série de pressões que põe em risco a manutenção de sua qualidade, concebido na década de 1930, são utilizadas para complementar o sistema de abastecimento de água, que atualmente não é apenas de Salvador mas, também, de outros municípios que integram a sua região metropolitana. (SANTOS et al., 2010)

Na atualidade, as demais intervenções verificadas no sentido de expandir o sistema de abastecimento de água em Salvador passam a ser cada vez mais distantes dos limites do município. Esse processo assumirá o caráter metropolitano a partir da década de 1970, quando os investimentos em abastecimento passaram a ser novamente realizados na escala da Região Metropolitana.

Numa síntese, que apreende os impactos socioambientais nas barragens inseridas na RMS e, com eles, o surgimento de tensões que envolvem diretamente as águas apreendidas através dos modos de vida rural e urbano, Alencar (2009) dirá que

Entre o início do século XX quando se iniciam as construções de barragem para abastecimento de Salvador e o século XXI, o crescimento da cidade e sua inserção regional imprimiram uma dinâmica socioambiental metropolitana no entorno das barragens ali construídas [...] para abastecimento humano e industrial local, expressa, nos dias atuais – 2009 – o êxito da indução do desenvolvimento metropolitano, pelo Estado, ao criar a Região Metropolitana de Salvador na década de 1970. Esse êxito trouxe, contudo, tensões entre o rural e o urbano aí existente que estruturam sua dinâmica socioambiental e aparecem tanto mais tensionadas quanto mais próximo está a barragem, dos aglomerados urbanos. [...]. Nas tensões decorrentes da interação rural-urbana em torno dessas barragens registram-se ocupação desordenada, desmatamento **com degradação crescente dos cursos de água** por descargas domésticas e industriais não controladas, disposição irregular de lixo e operações incompatíveis, erosão nas áreas das margens e sedimentação de canais; trata-se de questão ambiental na ruralidade metropolitana, em que o rural coexiste com o urbano metropolitano. (ALENCAR, 2009, p. 6, grifo nosso)

Com isto, chegamos ao fim desta seção, considerando que o quadro de degradação socioambiental responsável pelo atual comprometimento de todos os mananciais de Salvador não pode ser compreendido como o resultado de um processo linear, que teve início com a metropolização, na década de 1970. Ao contrário, torna-se necessário perceber, nos registros

históricos, que esses problemas já eram reconhecidos e soluções também foram discutidas desde o início do século XX, contudo, sem efeito. Entretanto, vale ressaltar que, até a década de 1970, tais processos apresentavam uma intensidade e um ritmo muito menores com relação àquele imprimido a partir do processo de metropolização.

Desse modo, o método sócio-histórico que nos permitiu compreender como se deu a degradação ambiental relacionada às águas como um processo complexo, envolvendo decisões políticas e técnicas que orientaram uma parte decisiva da dinâmica de produção socioespacial empreendida ao longo dos anos, foi capaz de auxiliar a desconstruir a hipótese de que tal fenômeno tivera início com o processo de metropolização, iniciado em 1970.

Com essa compreensão, circunscrita a esse período, o elemento dinâmico e rítmico que acompanha a sócio-história das águas em Salvador não era percebido. Ao apreendê-lo fomos capazes de considerar que o processo de degradação das águas em Salvador vem se desenvolvendo não linearmente – por isso mesmo, o fato de iniciativas de proteção, acompanhadas, sobretudo, com as ações de institucionalização das águas, sobretudo através do *Código Nacional das Águas*, em 1934 e outras empreendidas na escala local, não surtiram efeitos concretos – e o seu ritmo foi gradativamente crescente, embora assumisse maior intensidade a partir da década de 1970, com a metropolização e a intensificação dos usos e aumento da demanda por água.

Com a metropolização, paradoxalmente, intensifica-se o processo de abandono dos mananciais outrora reconhecidos como importantes para o abastecimento, por perda da potabilidade e pelo reconhecimento da possibilidade de manter a sistemática de substituição de mananciais, cada vez mais distantes da metrópole e da sua região metropolitana.

3.2 A FORMAÇÃO DA RMS NA RELAÇÃO COM AS ÁGUAS

Em 1971, uma série de mudanças políticas e institucionais marcaria a relação que o governo estadual havia estabelecido com as águas em Salvador e, também, com as águas do estado da Bahia. Com isso, é possível verificar, emergindo da esfera governamental, a substituição da palavra “águas” pela expressão “recursos hídricos”. (MAGALHÃES, 1971) Não se trata, contudo, da simples substituição de uma palavra por uma expressão cujos sentidos são os mesmos, estando, assim, destituídas de conteúdo político e econômico.

Refere-se a uma substituição que mascara profunda diferença semântica⁷⁰ entre os significados da palavra água e da expressão recurso hídrico. Contudo, trata-se de uma mudança que promoveu um ajustamento no anacronismo com o qual a palavra “água” era apropriada para justificar a sua apreensão no plano da realidade empírica para atender, principalmente, aos interesses econômicos do Brasil que se industrializava. Dessa forma, o *Código das Águas*, de 1934, quando instituiu o primeiro enquadramento jurídico e institucional das águas para a indústria, estava se referindo, verdadeiramente, aos recursos hídricos.

Essa conceituação de água nem sempre foi a predominante e está intimamente relacionada à industrialização do Brasil, desde a sua primeira fase, de 1930 a 1945. A industrialização passou a figurar como uma alternativa importante para processo de desenvolvimento do Brasil, ganhando destaque ante os demais setores da economia e, conseqüentemente, gerando profundas mudanças na dinâmica socioespacial do país. (FURTADO, 2014) E, assim, é possível considerar que o processo de reificação das águas, transformando-a em recursos hídricos, teve início nesse momento e se consolidará de forma mais agressiva nas décadas seguintes, sobretudo em 1970 com o início da metropolização no país.

Todavia, não é estranho notar que “água” e “recurso hídrico” são ainda tratados discursivamente como sinônimos. É possível identificar o uso indevido da palavra água, na atualidade, quando na verdade se está referindo ou privilegiando apenas a sua dimensão econômica. Também, é possível verificar o uso da expressão recurso hídrico para referir-se a dimensões não econômicas relacionadas às águas, ou seja, quando as águas figuram apenas como elemento da natureza, cultural e simbólico. Com isto, não é estranho encontrar estudos que se referem ao aproveitamento dos recursos hídricos pelas comunidades tradicionais, como indígenas, quilombolas, entre outros. (STUANI et al., 2016)

Na Lei federal n. 9.433 de 1997, que institui a Política Nacional de Recursos Hídricos (PNRH) e cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SINGREH), em definitivo corrige-se o anacronismo ao trazer para o texto oficial a expressão “recursos hídricos”, sendo certamente a expressão que melhor se enquadrava aos desígnios de um país que tinha clara a sua opção por um modelo de desenvolvimento pautado na hegemonia da lógica urbana e industrial.

⁷⁰ A semântica é um ramo da linguística que trata do significado das palavras, expressões, frases e textos. Tem-se que um dos ramos da semântica é o histórico, aquele responsável por estudar a mudança de sentido que as palavras sofrem no tempo e no espaço. (MCCLEARY; VIOTTI, 2009).

Nessa mesma Lei, é possível verificar que foi estabelecida a garantia aos múltiplos usos da água, o que poderia conduzir a um entendimento contrário do que vimos tratando, sendo recursos hídricos e água tratados como sinônimos, ao menos juridicamente, ainda que com algum prejuízo semântico. Contudo, como é possível verificar, a multiplicidade de usos da água não é explorada e enumerada em sua totalidade no texto da referida lei. E é como Silva e Pruski (2005, p. 164) refletem sobre a reconhecida falta de profundidade com relação à identificação da diversidade de usos aos quais as águas se destinam.

Os usos discriminados na Lei são os seguintes: consumo humano, dessedentação dos animais, abastecimento público, lançamento de esgotos e demais resíduos líquidos ou gasosos, com o fim de sua diluição, transporte ou disposição final; aproveitamento dos potenciais hidroenergéticos; transporte aquaviário; irrigação; esporte ou lazer; e piscicultura. Os usos culturais e simbólicos, responsáveis pela formação de identidades territoriais, para as quais a água não tem valor monetário, não aparecem citados no texto legal. Contudo, essa Política também é reconhecida como a Lei das Águas.

No contexto da formação da RMS, a expressão recurso hídrico passa, já a partir da década de 1970, a figurar com evidência no texto dos documentos produzidos no âmbito do planejamento metropolitano e nas demais políticas e instituições desenvolvidas no estado da Bahia. Nesse caso, a mudança semântica de água para recursos hídricos ocorreu alinhada ao contexto histórico da época, logo, contextualizada pelo processo de desenvolvimento e consolidação da industrialização na Bahia, desencadeada na década de 1960 e, também, responsável por reforçar o processo de metropolização da região, já iniciado pela Petrobrás⁷¹.

Assim, recurso hídrico é a expressão mais adequada para se referir à formação da RMS, onde é possível verificar a sua hegemonia presente nas mensagens e relatórios de governo, bem como nos planos, projetos e programas que compunham o Planejamento Metropolitano, sobretudo quando se referem às políticas de desenvolvimento urbano/industrial que passaram a ser elaboradas.

Na mensagem do então governador Antônio Carlos Magalhães, em 1972, é pela primeira vez capturado o uso da expressão “recursos hídricos”, no contexto dos documentos

⁷¹ A descoberta do petróleo na periferia de Salvador e no Recôncavo foram fenômenos responsáveis pela instituição do monopólio da Petrobrás que, por sua vez, foi agente de profundas mudanças na região: “As áreas exploradas pela Petrobrás eram desapropriadas e recebiam obras de infra-estrutura, notadamente a abertura ou pavimentação de estradas intra-municipais. Se a área era alvo de exploração agrícola, esta era sacrificada. Tivesse o petróleo sido localizado a oeste e não ao norte do Recôncavo, esse efeito teria sido desastroso para a população local e o abastecimento alimentar de Salvador.” (BAHIA, 1971a, p. iii, 6).

analisados. A principal finalidade do governo do estado, dirá, era a de “[...] planejar o aproveitamento dos nossos recursos hídricos” e “executar a política governamental de abastecimento de água e implantação de esgotos sanitários.” (MAGALHÃES, 1972, p. 15)

Nessa mesma mensagem, ao se referir ao fortalecimento do setor industrial no estado da Bahia – seu “objetivo permanente” –, revelava a importância de tal setor, sobretudo com a implantação do Centro Industrial de Camaçari (CIC).

[...] um bom número de indústrias, notadamente do gênero químico e que, por isso, tende a receber grande parcela do polo petroquímico baiano. Dado o seu ritmo de expansão industrial dessa área, era imperioso se adotasse medidas para ordenar a localização dos empreendimentos, resguardar os recursos naturais, notadamente o aquífero que dispõe a atender, em tempo oportuno, a futura demanda de equipamentos e serviços de infra-estrutura. (MAGALHÃES, 1972, p. 32)

O CIC foi implantado em uma área de grande fragilidade ambiental, a do Aquífero São Sebastião, contudo, estava posto que o seu aproveitamento deveria estar voltado para atender estrategicamente as demandas da indústria petroquímica surgente. (MAGALHÃES, 1972, p. 32 e 34)

O potencial de águas subterrâneas já era reconhecido como importante para o processo de desenvolvimento urbano/industrial, estando posto que “[...] a exploração dos depósitos aquíferos da Formação São Sebastião poderá fornecer grandes volumes de água com grande regularidade. Este potencial é uma garantia para o abastecimento industrial e urbano da região”. (BAHIA, 1977, v. 30)

De acordo com o então governador, tratava-se de um processo “espontâneo”, de desenvolvimento industrial, dada a “[...] vocação inequívoca da região do Recôncavo”, futuramente RMS, para tal. (MAGALHÃES, 1972, p. 32) No entanto, dentre os fatores locais passíveis de otimização da função de custos, a oferta de água em abundância na região foi determinante para a escolha da área onde foi implantado o CIC (atualmente Polo Industrial de Camaçari), por ela ser considerada um recurso essencial ao pleno funcionamento da indústria petroquímica que requer grandes volumes de água no seu processo produtivo.

[...] a proximidade de Salvador, da Refinaria Landolfo Alves (RLAM), em Mataripe, do Porto de Aratu e do Aeroporto Luís Eduardo Magalhães, **junto com outros fatores naturais, tais como o sentido predominante dos ventos, topografia plana, reservatório de água abundante no subsolo e disponibilidade de terra barata**, contribuíram para que o estudo de micro-localização recomendasse a sua escolha para sediar o maior complexo industrial da região Nordeste. (OLIVEIRA, 2006, p. 52, grifo nosso)

Institucionalmente, não eram mais as águas o objeto da atenção dos investimentos⁷² e das intervenções que passariam a ser empreendidos no espaço da Região Metropolitana de Salvador, prestes a ser instituída, em 1973, e nos demais espaços dos municípios baianos.

Com isto, através da Lei nº 2.929 de 11 de maio de 1971, foi criada a Secretaria do Saneamento e Recursos Hídricos, cuja principal finalidade era a de “[...] executar a política governamental de abastecimento de água e esgotamento sanitário e de aproveitamento global dos recursos hídricos no âmbito estadual.” (BAHIA, 1971)

Naquele momento, pela mesma lei, foram criadas entidades de administração descentralizada, como a Empresa Baiana de Águas e Saneamento S/A (EMBASA), organização instituída como sociedade de economia mista de capital autorizado e pessoa jurídica de direito privado, cuja finalidade era o desenvolvimento de projetos, a construção, ampliação e reforma dos diversos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário no estado da Bahia.

Nesse contexto, o ambiente institucional estava preparado para receber, em 1973, uma nova configuração espacial, com orientação do governo ditatorial e centralizador. A Região Metropolitana de Salvador foi instituída na década de 1970, através da Lei Complementar federal número 14/1973, entre as primeiras regiões metropolitanas⁷³ do país, estando diretamente associada ao projeto desenvolvimentista conduzido pelo regime militar em vigor, num período marcado pela centralização política, repressão, autoritarismo, tecnocracia e ausência de participação social.

⁷² Investimentos estes sempre destinados, vultuosamente, ao setor que compunha o saneamento básico e que se destacava com maior notoriedade, o abastecimento de água. Entretanto, já se identifica, como proposta a ser executada, a indicação de planejamento de intervenções para o melhoramento e expansão do sistema de esgotamento sanitário, para reduzir a poluição das águas e também do solo. Contudo, tratou-se de uma proposta circunscrita apenas à população urbana da cidade do Salvador e do Estado. Refere-se também a ações no sentido de “[...] regularização dos cursos d’água visando eliminar os efeitos das enchentes e facultar o aproveitamento múltiplo”. (MAGALHÃES, 1972, p. 35)

⁷³ As primeiras regiões metropolitanas no Brasil foram criadas em 1973, através da Lei Complementar número 14/1973 que, por sua vez, obedecia a Constituição de 1967. As oito primeiras Regiões Metropolitanas institucionalizadas foram as de São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador, Curitiba, Belém e Fortaleza. E em 1974, a Região Metropolitana do Rio de Janeiro foi criada pela Lei Complementar nº. 20/74, após a fusão dos antigos estados do Rio de Janeiro e da Guanabara. “A Lei Complementar 14/73 também criou os Conselhos Deliberativos e Consultivos para administrar os problemas comuns ao conjunto de municípios que formam as Regiões Metropolitanas (RMs).” (BRASIL, 1973). Vale salientar que, como afirmado por Araújo Júnior (2010, p. 11), as regiões metropolitanas no Brasil não possuem personalidade política e, por isso, não tem capacidade protestativa.

Composta inicialmente por oito municípios – Salvador, Camaçari (que continha a Estância Hidromineral de Dias D'Ávila, considerada área de segurança nacional⁷⁴), Candeias, Itaparica, Lauro de Freitas, São Francisco do Conde, Simões Filho e Vera Cruz, como esclareceu Moreira (1981, p. 20), foram oficialmente “[...] declarados como área de relevante interesse, por integrarem a mesma comunidade socioeconômica, então denominada de Área Metropolitana do Recôncavo.”

A respeito do caráter processual e performático atribuído ao Planejamento Metropolitano, estava posto explicitamente o seu objetivo de

[...] visando atingir patamares sucessivos que devem, periodicamente, fornecer produtos, de modo que as decisões e as ações governamentais transformadoras da realidade se efetuem tempestiva e adequadamente, apoiadas em informações cada vez mais precisas e exatas. (BAHIA, 1977, p. 5)

Os interesses metropolitanos já estavam previamente determinados no Artigo 5º, da referida Lei, quais sejam: o planejamento integrado do desenvolvimento econômico e social; saneamento básico, notadamente abastecimento de água e rede de esgotos e serviços de limpeza pública; uso do solo metropolitano; transporte e sistema viário; produção e distribuição de gás combustível canalizado e; aproveitamento dos recursos hídricos; e controle da poluição ambiental, na forma que dispuser a lei federal. (BRASIL, 1973)

Estava também determinado que, como a previsto no Artigo 6º, o acesso aos recursos financeiros federais e estaduais (mediante empréstimos e financiamentos) seriam concedidos apenas àqueles municípios que, integrando uma região metropolitana, participassem da execução do Planejamento Metropolitano integrado e dos serviços comuns. (BRASIL, 1973)⁷⁵. Nesse sentido, Moreira (1981, p. 22) dirá que se previa aos municípios que integravam a RMS, pela Lei Complementar 14/1973, a concessão de “[...] uma espécie de prêmio para aqueles que participam da execução do planejamento integrado e dos serviços comuns, através da preferência na obtenção de recursos federais e estaduais”.

⁷⁴ Em 1968, por ação do governo militar, foram instituídas no Brasil 68 áreas de segurança nacional. Dentre essas, o município de Camaçari (que englobava a Estância Hidromineral de Dias d'Ávila). Sobre esse período, associado à sua análise ao desenvolvimento industrial, Carvalho (2001) diz que “Para facilitar a ação federal direta e alijar os governos a nível local, alguns municípios foram até mesmo decretados ‘Área de Segurança Nacional’, como Camaçari, onde se encontrava em implantação o Complexo Petroquímico, localizado à revelia da municipalidade e até mesmo da Secretaria de Planejamento do Estado da Bahia, que teve que acabar aceitando a localização, *a posteriori*. (CARVALHO, 2001, p. 226)

⁷⁵ Em 1973 foi implantado o Fundo de Equipamento da Região Metropolitana, que seria depositário de recursos monetários (orçamentários ou não, provindos de diversas fontes) e agente financiador de estudos e projetos voltados para a RMS. (BAHIA, 1974)

No caso da RMS, o Planejamento foi concebido como um instrumento de “[...] convergência das relações intergovernamentais (União, Estado e Municípios), a fim de garantir a compatibilidade com o planejamento global e ao mesmo tempo permitir a coerência com os objetivos regionais e interesses setoriais.” (BAHIA, 1984b, p. 43), capaz de intervir no próprio processo de metropolização a partir de suas formulações teóricas, com o propósito de promover uma nova organização do espaço e uso do solo.

A concepção de planejamento metropolitano que estava posta e orientou o processo de produção e organização do espaço metropolitano da RMS concebia

[...] o conjunto do seu território, incorporando para fins programáticos todos os vazios urbanos e as áreas rurais, como meio de estabelecer uma sucessão de barreiras que visam a estratégia de controlar a expansão da capital e induzir o dinamismo periférico. (BAHIA, 1984b, p. 19)

Para tanto, a função do Planejamento Metropolitano da RMS, dentro do marco institucional proposto, “[...] seria tratada como um sistema-processo orgânico”, de forma a manter integrada e unificada as ações entre os planos, programas e projetos ou “mais explicitamente, entre a ação de formular estratégias de desenvolvimento e a ação de investir.” (BAHIA, 1974, p. iii, 5).

Entretanto, cabe refletir sobre a ação alienada do Planejamento Metropolitano com relação à realidade socioespacial e aos modos de vida já estabelecidos no espaço que passa a ser reconhecido como o da Região Metropolitana de Salvador. Neste sentido, o entendimento apresentado por Alencar (2003, p. 114) de que a constituição de sentidos e valores de urbanidade – que se dá através da imersão na natureza e mediada pelos artefatos material (como o tecnológico) e o artefato imaterial, onde é reconhecida a ação do planejamento –, auxilia no entendimento sobre o que acima qualificamos como sendo uma ação alienada, embora intencional, do planejamento. Sobre isso, a autora dirá que

A mediação pelo artefato imaterial das políticas de desenvolvimento é determinante nessa relação na medida em que emana da cidade e, particularmente da cidade metropolitana um sistema de planejamento que visa performar a vida rural, por vezes, sem que seus agentes planejadores sequer conheçam o espaço físico e, muito menos o espaço social sobre o qual intervém. Portanto, projetos políticos cientificamente construídos apesar dos sujeitos da realidade a que se referem. (ALENCAR, 2003, p. 114)

É neste sentido que verificamos a grande influência que o Planejamento Metropolitano⁷⁶ terá no processo de produção e no ordenamento socioespacial dos municípios membros da RMS. Quanto a esses processos, consideramos terem sido previamente orientados pelas concepções de Natureza que se encontram presentes nos documentos que compõem o referido planejamento, sendo que as concepções de Natureza foram assimiladas, segundo este estudo, a partir da forma como as águas, bem como as áreas das bacias hidrográficas, inseridas na região metropolitana, foram discursiva e empiricamente apreendidas.

Este é um aspecto considerado relevante a ser apreciado, pois, se refere a uma ação do planejamento, que é sustentado por uma base científica que não pode ser desprezada na análise, cujo conjunto de estudos são capazes de revelar qual a concepção de Natureza que ali conformará a ação performática deste planejamento no âmbito da realidade empírica.

Dessa forma, é possível identificar no texto de tais documentos a presença de três concepções de Natureza interagindo entre si e de forma contraditória, no âmbito do próprio planejamento, quais sejam: a **concepção de Natureza como mercadoria**, destinada, principalmente, ao processo produtivo industrial, que se choca com a **concepção de Natureza como obstáculo** ao pleno desenvolvimento urbano e industrial e, ambas, se chocam com outra **concepção de Natureza protegida**, expressa nas diretrizes pela proteção das áreas naturais, no entanto, é possível verificar que esta concepção, embora presente, será a que tem a menor relevância ante as demais.

O processo que resultou na formação e consolidação do espaço da RMS esteve atrelado ao conjunto de estudos desenvolvidos pelo Estado e que compunham o Planejamento Metropolitano, cujo objetivo era orientar a produção desse espaço, obedecendo a uma orientação geopolítica de cunho desenvolvimentista que emanava do governo federal e ditatorial da época. (FERNANDES; DANTAS NETO, 2008) Assim, do resultado de modelos econômicos indutores de concentração, de modelos espaciais em rede centralizada e de modelos institucionais de clara opção geopolítica no contexto federal, nasceu a RMS. (FERNANDES; DANTAS NETO, 2008, p. 10)

Ainda que resultante de uma visão dualista, portanto simplificada da realidade, Fernandes e Dantas Neto (2008, p. 10) concluem que a RMS se constituiu formada por pares

⁷⁶ O sistema de Planejamento Metropolitano estava composto por vários agentes e formado pelos Conselhos Deliberativo e Consultivo da RMS, pela CONDER, como Secretaria Executiva do Conselho Deliberativo e unidade integrante do Sistema de Planejamento Estadual, por organismos políticos estaduais e federais e pelas prefeituras dos municípios que integravam a RMS.

de oposição⁷⁷; dentre as oposições identificadas pelos autores, aquela que fala sobre a “[...] produção industrial agressiva em ambientes naturais sensíveis” na verdade explicita a predominância da primeira concepção de Natureza ante as demais, uma vez que tais ambientes, notadamente aqueles com grande potencial hídrico, como a área do Aquífero São Sebastião, já estavam postos a serviço do modelo desenvolvimentista em vigor. Contudo, veremos a seguir como as demais concepções de Natureza aparecem discursivamente tratadas no texto dos documentos analisados.

Diante da constatação da permanente deterioração da saúde das pessoas acometidas por doenças de veiculação hídrica, resultado da insalubridade das águas dos mananciais, o saneamento básico é reconhecido como fundamental às classes mais pobres que, em sua maioria, estavam inseridas em áreas com mananciais notadamente marcadas pela ausência e/ou precariedade do serviço. Contudo, não estava prevista a sua universalização, pois se reconhecia a insuficiência dos recursos públicos estaduais e municipais e o fato de se tratar de áreas impossibilitadas de devolver os investimentos. (BAHIA, 1974, p. 34) Ficava, assim, determinado que

Não se trata aqui de pretender introduzir nessas áreas sistemas completos de água e esgoto domiciliares. Mas, argumenta-se em favor da grande importância de dotá-las com, pelo menos, um sistema de distribuição pública de água, abundante e de fácil acesso. Frente a gravidade nosológica das chamadas doenças hídricas e de inúmeras perturbações e distúrbios causados pela falta de higiene, a recomendação que se impõe é a de melhorar das condições de saneamento básico, através da elaboração de um programa de abastecimento d’água simplificado (tomadas públicas d’águas), em todas as conglomerações marginais e pobre desassistidas. (BAHIA, 1974, p. 35)

Contraditoriamente, os recursos públicos previstos do *Plano Nacional de Saneamento* (PLANASA) foram “estrategicamente” direcionados a “[...] população de médio e alto nível de renda”. (BAHIA, 1974, p. 34)

Os investimentos, num sistema simplificado de distribuição pública de água, deveriam resolver os problemas de saúde das populações mais pobres que habitavam as áreas de bacias hidrográficas e se abasteciam diretamente nos seus rios e nascentes. Previram, com isto, o

⁷⁷ “Uma região vertical e corporativa [que] se desenvolve a partir de então, ancorada num conjunto de pares de oposição: crescimento acelerado da produção paralelamente à elevação contínua das taxas de desemprego; municípios ricos e populações muito pobres; extrema concentração de renda e generalização da pobreza; produção industrial agressiva em ambientes naturais muito sensíveis; Salvador, cidade dormitório industrial e Salvador, centralidade absoluta de serviços; esgotamento do modelo e reforço – com variações – do mesmo modelo”. (FERNANDES; DANTAS NETO, 2008, p. 10)

rompimento do “ciclo de contágio”⁷⁸, sem, contudo, sanar a qualidade das águas que serviam a essas populações. Com a implantação do novo serviço, os mananciais deveriam ser esquecidos pela população que deles se serviam diretamente, sem que estivessem postas ações voltadas para a recuperação desses mananciais.

Quanto ao esgotamento sanitário, pressupunham que

Havendo um sistema de distribuição d’água nessas áreas torna-se mais fácil resolver, de forma também simplificada, o problema dos esgotos sanitários, já que o maior risco de contaminação hídricas advém da utilização de mananciais poluídos. [...] **A população, devidamente orientada através de trabalhos comunitários, poderá cuidar de encontrar soluções rudimentares para o escoamento de dejetos.** (BAHIA, 1974, p. 35, grifo nosso)

Estava sendo delegada a essas pessoas a responsabilidade para resolução de um problema que deveria contar com a ação direta do poder público, sobretudo pelo fato de ele dispor dos recursos financeiros e dos conhecimentos técnicos e científicos para tanto – como já estava acontecendo nas áreas habitadas pela população mais abastada, com recursos do PLANASA. Não foi identificado nesse documento, nem nos outros analisados, qualquer tipo de diretriz voltada para uma orientação comunitária, como mencionado.

O que é possível verificar com relação às classes mais pobres é o estabelecimento de uma clara diferenciação socioespacial estabelecida pelo Planejamento entre as “[...] habitações das camadas mais pobres” e “[...] habitações dos favelados”. (BAHIA, 1974, p. ii-42) A primeira ainda contaria com algum recurso estadual ou municipal para a implantação do sistema simplificado de abastecimento de água, por se tratar de “[...] vilas proletárias, próximas às áreas industriais, áreas centrais decadentes, ou qualquer outro tipo de ocupação legal de terrenos pelos mais pobres”. (BAHIA, p. ii 42-43); a segunda, ao contrário, não receberia recurso algum. Justifica-se essa decisão da seguinte forma:

O aspecto precário que apresentam as favelas decorre do fato de ser uma ocupação ilegal do terreno e por isso mesmo, sujeita à expulsão conforme as tendências do mercado imobiliário. Daí que seus moradores não têm maior interesse em realizar investimentos na melhoria das condições em que vivem, mesmo quando os recursos necessários são compatíveis com seus baixos e incertos níveis de renda. Tampouco o setor público empregará recursos na urbanização de uma área ocupada ilegalmente. (BAHIA, 1974, p. ii-42)

⁷⁸ O ciclo de contágio era resultado da prática, considerada rudimentar, de retirar água diretamente dos mananciais e fontes naturais, ao mesmo tempo em que, também, utilizavam os corpos hídricos como receptores de dejetos. É interessante notar que se trata de uma prática que ainda é utilizada na atualidade e, inclusive, regulamentada por lei, possível de ser outorgada. “O homem demanda água de qualidade e produz efluentes poluídos e poluidores que são lançados em corpos de água como rios, mar e lagos, incapazes, muitas vezes, de processar e purificar naturalmente esta carga excedente de poluição” (LUZ, 2010, p. 43)

No entanto, ao contrário do que previam, essas áreas se consolidaram e muitas delas inseridas em bacias hidrográficas e próximas aos leitos de rios, nascentes e reservatórios, cujas águas eram destinadas ao abastecimento dos municípios, acabaram por contribuir também para degradação desses ecossistemas na atualidade. (SANTOS et al., 2010; CORDEIRO, 2009)

Em 1977, com o *Plano Metropolitano de Desenvolvimento* (PMD) será revelada uma preocupação relacionada a qualidade das informações, com as opiniões e argumentos apresentados, sem a devida consistência técnico-científica. Contudo, seguia obedecendo a uma orientação econômica nos estudos dos aspectos e problemas considerados relevantes à RMS, além de externar o ímpeto de fortalecimento do modelo de desenvolvimento espacial industrial, considerando o seu caráter de sistema estruturalmente metropolitano. (BAHIA, 1977, p. 26)

Com isto, foram estabelecidos os fatores de adequabilidade ao processo de desenvolvimento urbano, considerando o potencial do solo e do meio ambiente para esse desenvolvimento. Consideravam-se, com isso, os seguintes fatores: (i) fatores inerentes à disponibilidade de terras para desenvolvimento; (ii) aspectos físicos do território, com potencial inerente para o desenvolvimento; e (iii) fatores não intrínsecos à terra, porém com condições de criar potencial para o desenvolvimento. (BAHIA, 1977, p. 26)

Estavam também determinados os fatores considerados “[...] causadores de severas restrições ao desenvolvimento urbano” na RMS, quais sejam: área de lavras, áreas da Petrobras, reservas florestais, faixas de servidão da CHESF, zona de influência do Aeroporto 2 de Julho, represas, áreas industriais, ocupação existente. (BAHIA, 1977, p. 49) É interessante notar que tais fatores são em si expressões do próprio desenvolvimento urbano e industrial.

Aqui há outro dado interessante que passa a fazer parte do processo do planejamento metropolitano nesse mesmo ano: a identificação das áreas disponíveis em Salvador e na região metropolitana “[...] com potencial **inerente** ao desenvolvimento” metropolitano. (BAHIA, 1977, p. 50, grifo nosso) Assim, está posto que “[...] considerando a hidrografia da RMS, pode-se afirmar que as áreas disponíveis atingiam, em 1976, cerca de 50 a 60% do valor do total da RMS”. Dentre as áreas consideradas com potencial inerente ao desenvolvimento urbano e industrial pretendido, foram inseridas aquelas que estavam integradas ao sistema de abastecimento de água do município de Salvador. (BAHIA, 1977, p. 50)

Trata-se, aqui, de uma clara indução do planejamento com relação ao destino das áreas integradas ao sistema de abastecimento de Salvador, cuja importância, incontestável, estava reconhecida no *Diagnóstico da Delimitação Preliminar da Área Metropolitana*, de 1974,

quando avalia que “[...] o Sistema de abastecimento de água de Salvador é excelente quanto à qualidade de água e regular quanto a utilização quantitativa”. (BAHIA, 1974, p. vii, 6).

Logo, o mesmo sistema que em 1974 contava com águas de excelente qualidade passava, a partir de 1977, a estar disponível ao processo de desenvolvimento urbano orientado pelo planejamento. (BAHIA, 1977) Na atualidade, não existe mais um sistema de abastecimento integrado que conte com o aporte de água dos mananciais inseridos apenas do município de Salvador. Todos os rios inseridos nos limites deste município, inclusive aqueles que faziam parte do sistema integrado, conforme indica o estudo realizado por Santos e outros autores (2010), estão em algum grau com sua qualidade comprometida.

Contudo, no mesmo texto, verifica-se a recomendação para que as áreas localizadas no interior das bacias hidrográficas dos rios componentes do sistema de abastecimento de água da RMS, correspondentes a cerca de 792 km², ou seja, 36,28%, não fossem ocupadas, pois reconheciam a possibilidade de “[...] ser gerados graves problemas de poluição.” (BAHIA, 1977, p. 50)

Os fatores considerados restritivos ou negativos ao desenvolvimento urbano pelo planejamento foram: áreas favoráveis à agricultura, áreas de declividade acentuada, áreas de mangues, de formação de ilhas, áreas poluídas e áreas e bacias hidrográficas. Essas áreas, de acordo com os técnicos, reduziam a superfície que restava disponível e em condições favoráveis de desenvolvimento urbano e industrial em 20% da RMS. (BAHIA, 1977, p. 50)

A RMS chega à década de 1980 com a consolidação dos seus programas industrializantes e dinamização dos seus parques industriais⁷⁹ e, em decorrência disto, apresentando as maiores taxas de crescimento anual da população, no período entre 1970/1980. (BAHIA, 1984), além de ter, após dez anos de instituída, organizado o seu sistema de planejamento e administração, por força da Lei Delegada nº 33/1983, composta por conselhos deliberativo e consultivo; Fundo Especial de Equipamento da Região Metropolitana de Salvador (FEREM); e CONDER. Por efeito da citada lei, o território da RMS foi dividido em 23 áreas administrativas, cujo objetivo era de promover a descentralização administrativa e a integração das ações nos níveis estadual e municipal. (FRANCO et al., 2013, p. 191)

Tendo definindo, com a clareza, o seu espaço urbano como sendo “[...] um fator econômico, produto do processo produtivo e componente básico de seu desempenho na

⁷⁹ Petrobrás, na década de 1950; Centro Industrial de Aratu (CIA), na década de 1960; Complexo Industrial de Camaçari (COPEC), na década de 1970; além de da metalurgia do Cobre e indústria da Construção Civil.

acumulação e na reprodução da força de trabalho”, nesse entendimento as características físicas ou a natureza “[...] são elementos subordinados ao processo produtivo.” (BAHIA, 1980, p. 41) Contraditoriamente, é verificado, também, que o espaço da RMS se consolida com um incontestável quadro de empobrecimento da parte da população e com reflexos em toda organização da sociedade. (BAHIA, 1980, p. 21)

A despeito do crescimento econômico verificado no processo de desenvolvimento do Brasil e da Bahia, já era verificada na RMS uma série de problemas que, não obstante, foram atribuídos ao processo de urbanização e não as decisões que emanavam do próprio Planejamento. (BAHIA, 1980, p. 21)

Dentre os principais problemas, destacaram-se: a deterioração da qualidade de vida de parte da população, que se expressava na reduzida oferta de infraestrutura e no comprometimento ambiental; o crescimento desordenado⁸⁰ das cidades; a proliferação dos assentamentos periféricos; e a concentração de renda e de serviços públicos, notadamente o saneamento básico, nas áreas habitadas pelas classes mais abastadas e em detrimento das de menor renda. Tal situação assim explicada no documento analisado: “[...] os padrões de serviços de uma cidade estão correlatos a capacidade de remunerá-los.” (BAHIA, 1980, p. 21)

Essa afirmação reforça, mais uma vez, a orientação do planejamento que, em 1974, deixava clara a decisão de não direcionar recursos públicos para as áreas de ocupação espontânea e irregular, relegando-os à própria sorte. (BAHIA, 1974, p. 35) Esse posicionamento reflete a unicausalidade que reduz os problemas da precariedade dos serviços públicos essenciais ao pagamento, ou não, das taxas. Com isto, é ignorada a multilateralidade que se expressa, pela diferenciação espacial por classe social, no poder das classes mais abastadas em concentrar os recursos públicos, na concentração de renda, no conjunto de elementos econômicos e (anti) cívicos que conduzem ao pagamento ou não das taxas e, por fim, nas determinações que emanam do próprio planejamento que obedece a interesses políticos e econômicos.

Dez anos após a instituição da RMS, o quadro de degradação das águas dos seus mananciais permanece. Com apenas 8,5% de sua população com acesso pleno ao sistema de esgotamento sanitário e abastecimento de água, foi reconhecida a “[...] inexistência de sistema de abastecimento de água”, o oficial, o que obrigava as “pessoas de baixa renda”, na maioria

⁸⁰ É, no mínimo, incoerente verificar que o crescimento das cidades inseridas na RMS é qualificado como desordenado, pelo próprio Planejamento. Há uma ordem, ainda que cruel, consentida pelo próprio Planejamento.

dos municípios da Região, a utilizarem ainda “com alternativa de suprimento” as águas dos poços, cisternas e fontes. (BAHIA, 1984, p. 37) Ora, se o serviço era inexistente não se tratava de uma alternativa, mas refletia o único modo conhecido de se obter a água, o que refletia, também, uma dimensão do modo de vida daquelas pessoas que, não obstante, não era reconhecido pelo planejamento como tal.

O fim desse tipo de uso da água já estava preconizado pelo Planejamento, em especial nessas áreas, pois o objetivo era que todos se tornassem usuários da EMBASA. Além do mais, diante do adensamento populacional, da ocupação de áreas com mananciais, da inexistência e/ou precariedade do serviço de abastecimento, o “[...] risco de contaminação por fossas próximas ou por lençóis freáticos afetados por poluição” passou a ser considerado e a qualidade dessas águas questionada e seu uso desencorajado. (BAHIA, 1984, p. 37)

Contudo, vale a pena salientar que o uso da água através de poços, cisternas e fontes permanece ainda na atualidade, inclusive servindo, agora sim, como uma alternativa ao abastecimento público, como tem sido possível verificar durante os vários episódios de suspensão do serviço pela EMBASA, conforme o excerto a seguir:

Na Ilha de Maré [...] As amigas Rosileide das Neves, 25 anos, e Rosângela Alves de Oliveira, 30 anos, se encontraram cada qual com seu balde pendurado. “Água aqui é um sacrifício e pior mesmo é lá em cima, na Rua Tancredo Neves. **Quando a Embasa para de mandar água** eu tenho que descer pra cá com meus dois filhos e a gente tem que pedir. **Já chegamos a ficar três semanas este ano sem água**”, conta Rosângela. [...] A principal é a **Fonte do Miltinho**, como é conhecido o aposentado Hamilton do Carmo. “Tenho orgulho de dizer que nunca cobrei de ninguém para tirar uma lata [de água]”, gaba-se. Para outras utilidades são numerosas **as fontes de abastecimento caso das fontes do Cajá, de Tuíca e do Dendê**. Cada qual leva seu balde e vai esperando minar o bastante para encher as vasilhas. [...] A Embasa não mantém funcionários fixos em Ilha de Maré. Para atender o contingente populacional em questão há apenas o encanador Almir José dos Santos e seu ajudante, empregados da empresa terceirizada Barcino. É o homem que tem a chave do enigma: porque o povo de Ilha de Maré está há quase uma semana sem água? O transtorno é complexo, mas a resposta é simples. “O motivo de ter faltado água estes dias é que houve rompimento do tubo de água, que vem de Pedra do Cavalo via subestação de Candeias”, explica Almir Santos. [...] Nestas horas, o comunitarismo volta a dar o tom das relações. Pessoas humildes cedem seus **poços** para os vizinhos e, ao mesmo tempo, a notícia se espalha quando a fonte de alguém não presta mais por infiltração de fossas. Aí não tem jeito. É na base do “sujou” e segue a busca atrás do líquido limpo, a cada dia mais raro nas ilhas municipais. (ILHAS..., 2008, p. 01, 04, 08, 09)

Passado o primeiro decênio de existência da RMS, é possível verificar também que o choque entre as concepções de Natureza se torna ainda mais surpreendente, principalmente quando é explicitada a forma como nessa configuração socioespacial os mananciais e suas respectivas bacias hidrográficas são ainda reconhecidos como potencialidades, sobretudo para a indústria, ao mesmo tempo em que são tidos como empecilhos ao pleno desenvolvimento urbano/industrial da RMS. Neste sentido, estava posto que

A localização das bacias hidrográficas e mananciais que abastecem Salvador e a proteção ambiental têm sido obstáculos a uma maior harmonização do crescimento metropolitano, sobretudo no que tange o papel do governo como agente racionalizador da ocupação do espaço e de recursos na distribuição de funções e atividades, na razão das necessidades sociais e econômicas de cada sub-espaço, principalmente em se tratando de um processo de crescimento planejado. (BAHIA, 1984a, p. 26)

A proteção ambiental dos mananciais inseridos em Salvador e na região metropolitana era considerada “[...] limitante dentro do território continental da RMS, inibindo usos urbanos intensivos e inviabilizando novos assentamentos urbanos”. (BAHIA, 1984a, p. 70) Tal posicionamento minimizava qualquer possibilidade de desenvolvimento de estratégias que visassem à proteção dos mananciais, inclusive daqueles utilizados para o abastecimento em Salvador.

A localização natural das bacias hidrográficas e dos mananciais era vista, também, como responsável por impedir a plena expansão urbana de Salvador e sua região metropolitana, tratando-se de uma situação que implicava, a contragosto, na proposição de uma “[...] estratégia de considerar Salvador como área de expansão controlada⁸¹ e os demais municípios como área de indução e dinamismo.” (BAHIA, 1984a, p. 29)

E como se apenas em Salvador houvesse mananciais sob ameaça do modelo de expansão urbana/industrial em vigor e coubesse um controle mais rígido, demonstra-se uma total ausência de percepção com relação à importância de se proceder a análises interdisciplinares e integradas de dados no estudo da dinâmica que envolve as águas dos mananciais da RMS, que em alguns casos extrapolam os limites de um único município.

⁸¹ A expansão controlada a qual se referem tem “[...] um significado muito próprio que não implica em conter o crescimento de Salvador, mas, por outras vias, **incentivar um maior adensamento de seu tecido urbano, otimizar a infra-estrutura existente e fomentar o crescimento das outras cidades**, de modo que elas possam fixar contingentes populacionais condizentes com as suas necessidades de mão-de-obra, particularmente em Simões Filho e Candeias, centros urbanos de apoio ao Centro Industrial de Aratu, Camaçari e Dias D’Ávila, em relação ao Pólo Petroquímico e oferta dos serviços urbanos necessários, sobretudo a habitação.” (BAHIA, 1984, p. 29, grifo nosso)

Contraditoriamente ao que foi exposto, verifica-se que no mesmo documento onde é revelado o constrangimento com relação à localização natural dos mananciais e suas bacias hidrográficas é externado o intuito de promover uma expansão urbana “[...] espacialmente mais equilibrada, sem desatender à obrigatoriedade de preservação dos diferentes ecossistemas aí existentes”. (BAHIA, 1984, p. 78)

Para tanto, foram estabelecidas diretrizes que deveriam continuar a orientar a expansão urbana, a despeito dos problemas já identificados, sendo que a principal delas preconizava “[...] o controle da ocupação e do uso do solo nas áreas de proteção de mananciais, e implantação de infra-estrutura necessária nos núcleos que desempenham papel estratégico dentro da estruturação espacial da RMS”. (BAHIA, 1984, p. 78)

Tal diretriz deveria ser objetivada mediante as seguintes ações: (i) implantação de sistema de esgotamento sanitário convencional nos núcleos urbanos situados dentro das bacias hidrográficas dos rios aproveitados para o abastecimento d’água, assim como nas áreas com potencial de abastecimento d’água de subsolo; (ii) intervenção nos núcleos ou assentamentos urbanos situados fora das áreas de proteção de mananciais, visando a melhoria ambiental desses locais, com a instalação desde fossas secas até sistemas de tratamento comuns, de modo a permitir atendimento em larga escala; (iii) controle mais eficaz do parcelamento do solo, visando obter estruturas urbanas que sejam operadas a custos adequados e assegurem uma melhor proteção ao meio ambiente; (iv) recuperação de áreas sujeitas a inundações e desabamentos, objetivando beneficiar as populações de baixa renda aí residentes; (v) estímulo à alocação de assentamentos habitacionais, particularmente naquelas sedes de base econômica industrial, respeitados os condicionamentos de proteção ambiental e os perímetros de expansão urbana já definidos para esses núcleos; (vi) implantação da infraestrutura necessária, principalmente de esgotos, nos núcleos que se inserem nas áreas de proteção de mananciais e que desempenham papel estratégico dentro da estruturação espacial da RMS. (BAHIA, 1984, p. 80-81)

No entanto, tais diretrizes não compunham o rol das novas estratégias espaciais desenvolvidas no âmbito do *Projeto Metropolitano* (BAHIA, 1984, p. 52), que visavam à organização espacial metropolitana voltada para o direcionamento da expansão urbana na RMS. Desse modo, essa tentativa de reordenação da sua configuração socioespacial com proteção dos mananciais, a despeito de sua relevância, “[...] não resultou em desdobramentos importantes em termos de planejamento e ação para o desenvolvimento”, como esclarece Silva (2002, p. 80). Com isto, o processo de degradação das águas permanece.

A década de 1980 chegará ao fim, marcada pelo desmonte do PLANASA, na escala nacional, e com o reconhecimento de que uma série de fatores comprometia a capacidade de gestão da entidade metropolitana, na escala regional. A fragilidade da legislação que, desde a criação das regiões metropolitanas, já era apontada como insuficiente, foi considerada a principal responsável pela desarticulação entre os organismos de gestão metropolitana, os órgãos setoriais e regionais da União e do Estado e, também, pela reduzida capacidade de interferência nos setores voltados para as atividades econômicas, uma vez que eles recebiam recursos diretamente do Governo Federal e gozavam de certa autonomia. (BAHIA, 1984; 1988)

A década seguinte será marcada pela abertura ao modelo neoliberal, com reformas da função do Estado no âmbito das políticas públicas, notadamente do serviço de saneamento básico e com a abertura de “[...] linhas financiamento para a chamada modernização e o fortalecimento institucional”. (BORJA, 2005, p. 11) É neste contexto, dirá Borja, que os financiamentos passam a ser destinados à execução de megaprogramas no Brasil, cujo objetivo principal era “[...] ampliar a cobertura dos serviços de água e esgoto nas Regiões Metropolitanas, áreas consideradas mais atraentes para o capital privado.” (BORJA, 2005)

É nessa conjuntura que o *Programa Bahia Azul* será implantado pelo governo do Estado da Bahia, na década de 1990, caracterizando-se com um desses megaprogramas referidos por Borja, com investimentos no valor de U\$600 milhões. Ainda que abrangendo apenas aqueles municípios da RMS banhados pela Baía de Todos os Santos (BTS), tratava-se de um programa cujo objetivo era transformar o quadro de degradação ambiental de todos os municípios no entorno da BTS, figurando dentre os principais objetivos: a recuperação das águas dos rios; o controle da poluição industrial; o aumento da cobertura do esgotamento sanitário de Salvador; e a diminuição das perdas físicas nos sistemas públicos de abastecimento de água. (BORJA, 2005)⁸²

Numa análise quali-quantitativa sobre o *Programa Bahia Azul* (PBA), Borja (2005) avaliou que se tratava do maior programa de saneamento na Bahia, desde o PLANASA na década de 1970, financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), pelo *Projeto de Modernização do Setor de Saneamento* (PMSS) e pelo *Projeto Metropolitano*, estes dois últimos com financiamento do Banco Mundial. (BORJA, 2005, p. 12) Contudo, avaliou Borja (2005, p. 31), o programa que não conseguiu alcançar seus “[...] objetivos centrais e não foi capaz de promover a melhoria [...] dos serviços de saneamento da cidade do Salvador e da despoluição da BTS”.

⁸² Para um maior aprofundamento sobre o *Programa Bahia Azul*, vide Borja (2005).

Concomitantemente, vale ressaltar que nessa mesma década o *Projeto Metropolitano*, iniciado em 1986, foi retomado pelo Governo estadual diante do reconhecimento da urgência de avançar na solução das questões metropolitanas, sobretudo nas áreas de saneamento ambiental – onde a problemática que envolvia a condição de degradação dos mananciais era tratada, bem como o abastecimento público –, infraestrutura e fortalecimento da gestão metropolitana. (BAHIA, 1998)

Contando com investimento inicial⁸³ de US\$ 151 milhões do Banco Mundial e contrapartida do próprio Governo estadual, US\$ 9.268,361 milhões foram destinados para o saneamento básico e US\$ 24.057,371 para a limpeza urbana, notadamente áreas problemáticas e responsáveis pela degradação ambiental dos diversos mananciais inseridos na região metropolitana. (BAHIA, 1998)

A deposição final desses resíduos sólidos – cerca de 85% do lixo coletado – geralmente se dava nos chamados “lixões”, áreas sem os mínimos cuidados em termos de preservação ambiental [...] contribuindo para a degradação paisagística, ambiental e social, através do entulhamento e poluição dos cursos d’água [...]. (BAHIA, 1998, p. 17)

Com esses recursos, uma série de ações foram empreendidas, das quais destacamos: a extinção dos lixões existentes nos municípios de Simões Filho, Itaparica, Dias d’Ávila e São Francisco do Conde; a implantação de aterros sanitários integrados (inclusive o Aterro Metropolitano de Canabrava, contraditoriamente numa área repleta de nascentes e rios); ações de recuperação de infraestrutura, com a pavimentação do leito de rios na cidade do Salvador), regularização fundiária e saneamento, pontual, nos Parques de São Bartolomeu, Costa Azul, Pituaçu e Abaeté. (BAHIA, 1998)

Essa década será marcada pelo enfraquecimento da Entidade Metropolitana, com o “[...] declínio das estruturas de planejamento e gestão da RM de Salvador” como assinalam Franco e colaboradores (2013, p. 190). De acordo com os autores, isto se deveu às profundas mudanças de caráter político e institucional que ocorreram no país com a redemocratização. Tais mudanças, afirmam, tiveram consequências diretas sobre a questão metropolitana, sobretudo quando se verifica a falta de espaço na Constituição Federal de 1988 para o tratamento das regiões metropolitanas do país.

⁸³ O Projeto Metropolitano foi objeto do Acordo de Empréstimo 2681-BR, assinado em 15 de julho de 1986. O empréstimo foi renegociado em 1992, por conta da retomada do Projeto pelo Governo estadual. (BAHIA, 1998, p. 13-15)

Os movimentos por um novo pacto federativo e pela reforma urbana centrada na política urbana municipal e no controle social das políticas públicas implicaram alterações importantes na CF/1988 [...]. A CF/1988 altera fundamentalmente o pacto federativo, conferindo autonomia aos municípios como Entes Federativos; atribui aos estados a competência da instituição das RMs, aglomerações urbanas e microrregiões; determina a obrigatoriedade dos municípios na elaboração dos planos diretores; e estabelece a participação social como base democrática do novo modelo político. Estas transformações impactaram profundamente a estrutura organizacional vigente, ainda associada ao modelo político centralizado anteriormente vigente. (FRANCO et al., 2013, p. 190)

Uma série de outras mudanças também é destacada pelos autores, como a valorização do sistema de desenvolvimento urbano com o Estatuto da Cidade, com a ênfase nas políticas municipais, considerado responsável por colocar em segundo plano a questão metropolitana por não definir “[...] normas gerais para sua instituição, planejamento ou gestão.” (FRANCO et al., 2013, p. 190)

Na busca pela adequação aos novos marcos políticos e institucionais, uma série de mudanças serão empreendidas na estrutura administrativa do estado da Bahia. Dentre elas, como esclarecem os autores, destaca-se a transformação, em 1998, da CONDER⁸⁴, que deixa de ser o órgão responsável pela RMS e passa a ter sua área de atuação ampliada para todo o estado da Bahia. (FRANCO et al., 2013, p. 190)

Em seguida, alinhado ao processo da instituição do Ministério das Cidades pelo governo central, é também criada a Secretária de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia (SEDUR), que passou a ser o órgão responsável pelo planejamento e execução da política urbana do estado. (FRANCO et al., 2013, p. 190)

Os autores vão considerar crucial esse momento para o enfraquecimento do processo de planejamento metropolitano da RMS, ressaltando a divisão do referido processo entre a CONDER, que passou a ser o órgão executor da política urbana, e a Sedur⁸⁵ o responsável pela

⁸⁴ Segundo Franco e colaboradores (2013, p. 190): “A CONDER deixou de ser um órgão específico da RM em 1998, quando as alterações promovidas pela Lei Estadual no 7.435/1998 e pelo Decreto no 7.543/1999 alteraram a sua denominação para Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia e ampliaram a sua área de atuação para todo o estado.”

⁸⁵ “[...] por meio da Lei Estadual no 11.361/2009, as atribuições do planejamento e da gestão metropolitanas foram subtraídas da CONDER, conferindo-lhe caráter de órgão executor e transferindo para a Sedur a responsabilidade sobre a definição de diretrizes para a RMs e aglomerações urbanas no estado. [...] O regimento interno da Sedur, aprovado pelo Decreto no 12.021/2010, consolidou sua atribuição no âmbito metropolitano do estado ao definir claramente como suas competências: coordenar o planejamento metropolitano e de aglomerações urbanas; implantar, gerenciar e manter atualizada a base de dados e o sistema de informações das RMs [além da região metropolitana de Salvador, ficaria a Sedur responsável por outras regiões metropolitanas que fossem instituídas no estado] e aglomerações urbanas; promover a articulação entre os

definição do planejamento, assim como de diretrizes para a RMS. Contudo, salientam os autores que a estrutura administrativa da Sedur se mostra insuficiente para a tarefa que deveria desempenhar.

[...] não existe na Sedur, ou em instituição vinculada, uma estrutura mínima de gestão que permita o seu funcionamento de acordo com as diretrizes constitucionais, a exemplo dos conselhos e fundos. Antes dotado de um órgão com atribuição exclusiva (CONDER), o estado passou a contar apenas com uma coordenação na estrutura da Sedur com atribuição sobre o planejamento e gestão de RMs e aglomerações urbanas no estado da Bahia. (FRANCO et al., 2013, p. 190)

Cuidam de salientar, também, que toda a desestruturação do sistema de planejamento metropolitano foi empreendida sem, contudo, ter sido criado

[...] um modelo de governança baseado no pacto federativo, na liderança do estado, no empoderamento dos municípios e na participação social, tampouco uma estrutura administrativa com os institutos necessários para uma gestão efetiva. (FRANCO et al., 2013, p. 191)

No contexto de tantas mudanças políticas e institucionais, é possível verificar que o planejamento metropolitano, durante os 40 anos de região metropolitana de Salvador, não foi capaz de resolver os vários problemas relacionados à degradação das águas, já presentes em Salvador, e que se tornaram ainda maiores durante o processo de metropolização.

A RMS nasce e se consolida sem romper ou superar o ciclo de degradação das águas doces em Salvador, ao contrário: o ciclo não só é mantido, como se intensifica com o acelerado processo de urbanização, industrialização, crescimento populacional e investimentos em construção de novas barragens, com a incorporação de novos mananciais, ao mesmo tempo em que as antigas barragens são abandonadas, por perda de qualidade ou potabilidade de suas águas, vindo a consolidar o processo cruel de substituição de mananciais por degradação ambiental.

Por fim, a atualidade é marcada pelo fenômeno da expansão metropolitana⁸⁶ para além dos limites físicos da RMS, alcançando outros municípios que não estando inseridos na região metropolitana são atingidos pelo espraiamento da questão metropolitana, sendo transformados em meros fornecedores das águas, garantindo 60% do fornecimento de água à RMS, sem

municípios de RMs e de aglomerações urbanas; promover a gestão metropolitana e de aglomerações urbanas; e promover a integração das ações dos órgãos estaduais nas RMs e aglomerações urbanas". (FRANCO et al., 2013, p. 190)

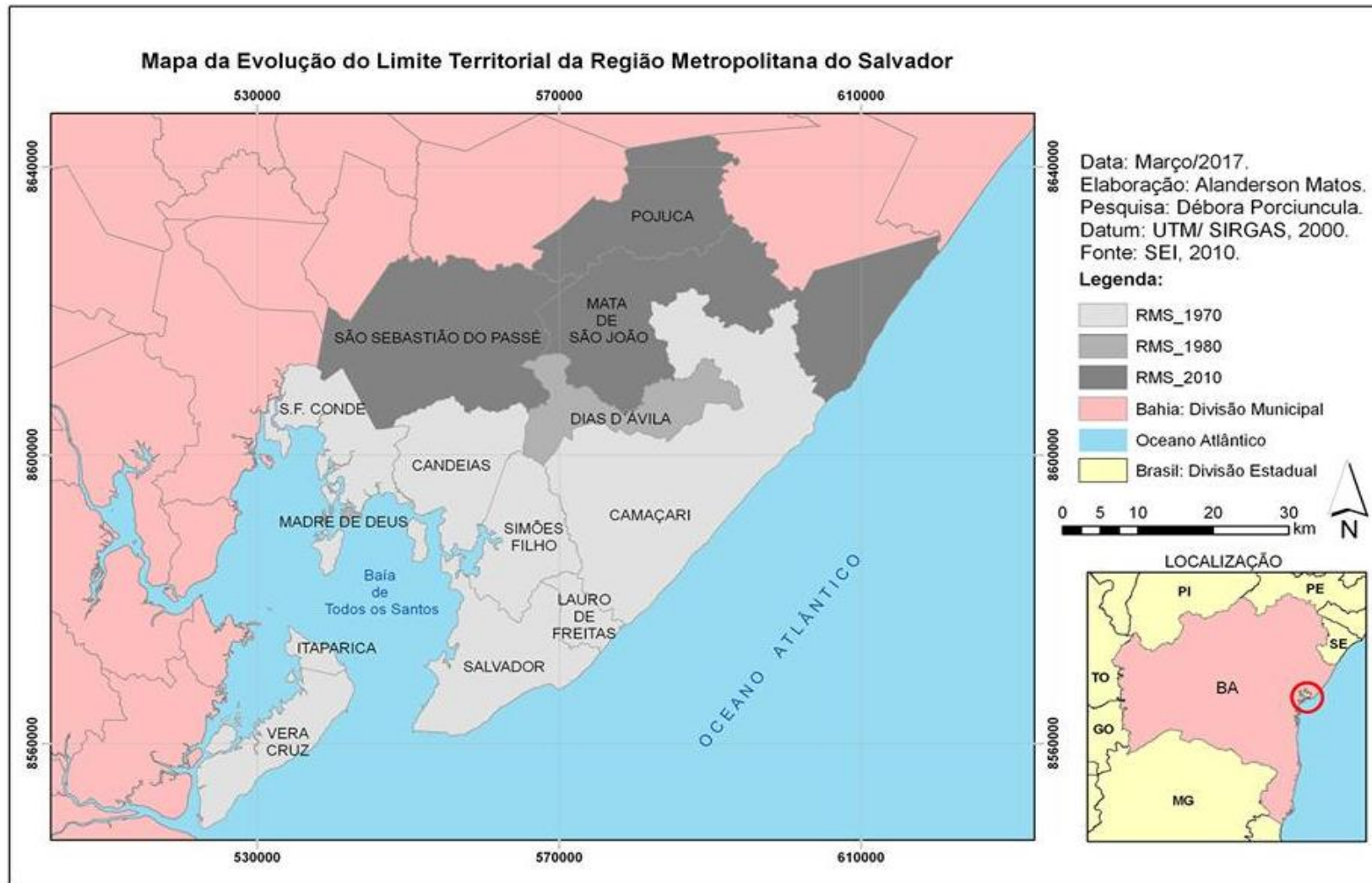
⁸⁶A problemática da expansão metropolitana é amplamente discutida no livro intitulado *Expansão metropolitana e transformações das interfaces entre cidades, campo e região na América Latina*, organizado por Rainer Randolph e Barbra Candice Southern (2015).

nenhum tipo de compensação por isso. Soma-se a isso uma série de impactos socioambientais gerados para atender às demandas de abastecimento da RMS.

3.2.1 Caracterização geoambiental da RMS

O espaço geográfico no qual a RMS está inserida é banhado pelas águas salgadas da Baía de Todos os Santos e do oceano Atlântico e pelas águas doces dos vários rios que a transpassa, penetrando o espaço das cidades nos seus 13 municípios.

Figura 25 – Mapa da evolução do limite territorial da Região Metropolitana do Salvador.



Fonte: SEI (2010)

A população total da RMS é de 3.573.973 habitantes, com um incremento populacional de 519.833 habitantes se comparado com o Censo de 2000. A população rural é 67.821 habitantes e a urbana é 3.506.152 habitantes. (IBGE, 2010). Ainda de acordo com o IBGE (2010) verifica-se o adensamento populacional dos municípios da RMS, com elevação das taxas de urbanização, variando entre 73%, no município de Mata de São João, a 100%, nos municípios de Salvador e Itaparica.

Nesse período, tem-se o registro de crescimento populacional de 17% em quase todos os municípios, revelando a desconcentração populacional da metrópole Salvador. (FRANCO et al., 2013) Os municípios que mais cresceram em população foram Camaçari (50,23%), Dias d'Ávila (46,56%) e Madre de Deus (44,37%), todos localizados ao norte de Salvador. E os municípios que apresentaram taxas de crescimento inferiores a 10% foram Salvador (9,52%), São Sebastião do Passé (5,49%), Candeias (8,30%) e Itaparica (9,40%). (IBGE, 2010)

De acordo com a classificação climática de Thornthwaite, a RMS possui clima úmido, com temperatura média superior a 18°C e a precipitação superior a 2000 mm a.a. (BAHIA, 1991). A distribuição sazonal das chuvas é uma consequência da atuação de diferentes sistemas meteorológicos portadores de chuvas, como a Frente Polar Atlântica (FPA) e a Zona de Convergência Intertropical (ZCIT), responsáveis, juntamente com outros sistemas secundários, por chuvas bem distribuídas regularmente durante todos os meses do ano. (BAHIA, 1991).

Quadro 6 - Distribuição dos climas para os municípios da Região Metropolitana de Salvador, conforme as temperaturas e as precipitações médias anuais.

Clima	Temperatura média (°C)	Precipitação média (mm)	Municípios
Úmido	18 a 25	>2000	Camaçari, Candeias, Dias D'Ávila, Itaparica, Lauro de Freitas, Madre de Deus, Mata de São João, Pojuca, Salvador, Simões Filho, São Francisco do Conde, São Sebastião do Passé e Vera Cruz.

Fonte: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (BAHIA, 1991).

As favoráveis condições climáticas da RMS não permitem a ocorrência de *deficit* hídrico natural, ao contrário, o que se tem é um excedente em quase todos os meses do ano. (MEIRE, 2006, p. 7) Contudo, as altas temperaturas, aliadas aos elevados índices de precipitações pluviométricas, com uma distribuição mensal regular, são fatores responsáveis pelos altos valores de evapotranspiração; dessa forma, no domínio do clima úmido dessa região,

o *deficit* hídrico moderado, varia entre 0 a 345 m e o índice de aridez entre 0 a 20%. (BAHIA, 2006; MEIRE, 2006, p. 7)

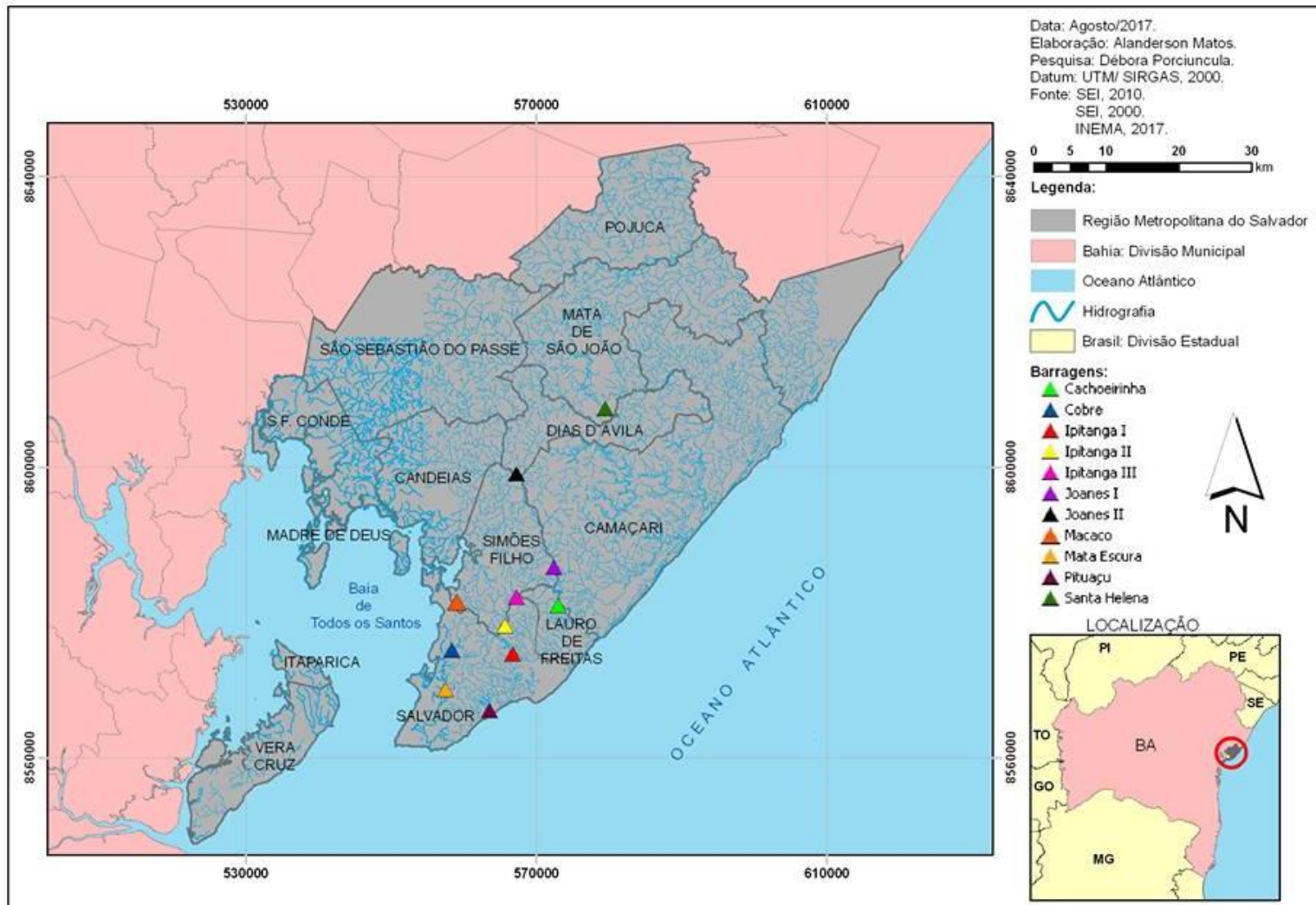
Quanto à geologia, trata-se de uma região inserida em terrenos sedimentares da bacia do Recôncavo a qual, segundo Meire (2006, p. 9), integra a unidade geotectônica denominada *rift* do Recôncavo-Tucano-Jatobá. As principais formações geológicas encontradas são: Embasamento Cristalino (complexos granulítico e metamórfico-migmatítico; formação São Sebastião; Formação Marizal; Formações Superficiais Quaternárias. (BAHIA, 2006).

As principais características geomorfológicas da região são: Baixada Litorânea, que abrange principalmente os relevos situados em torno da Baía de Todos os Santos; Planícies marinhas e fluviomarinhas, que abrangem uma estreita faixa ao longo de quase todo o litoral, ocorrendo como planícies deltaicas, planícies estuarinas, extensas praias, às vezes limitadas por bancos de arenitos e/ou de corais; e algas formando recifes como no povoado de Arembepe.

Nos municípios de Camaçari, Itaparica e Vera Cruz existem campos de areias litorâneas, várzeas e terraços aluviais; com altitudes variando entre 100 e 200m e ocupando a porção centro e sudeste da RMS, destacam-se os tabuleiros pré-litorâneos; Candeias e Itaparica destaca-se o tabuleiro do recôncavo formado pelos arenitos, folhelho, siltitos e calcários da Formação São Sebastião. (BAHIA, 2006)

Os principais rios que integram a Região Metropolitana de Salvador são: Pojuca, Jacuípe, Joanes e o Ipitanga. Dentre os rios secundários, destacam-se o rio do Cobre, Imbassaí, Sauípe, Una e rios Capivara Grande e Capivara Pequeno. Com relação à água subterrânea, destaca-se o aquífero São Sebastião que compreende os municípios de Camaçari, Dias d'Ávila, Mata de São João e São Sebastião do Passé.

Figura 26 – Mapa das Barragens inseridas na Região Metropolitana do Salvador.



Fonte: SEI (2000, 2010) e INEMA (2017).

Os rios cujas águas servem ao sistema integrado de abastecimento da RMS, mas não estão inseridos nos limites dessa região, não contando com qualquer tipo de compensação por serem fornecedores de água para ela, são: rio Tapera, localizado no município de Jaguaripe, fora da RMS, cuja Represa do Rio Tapera está situada na Fazenda Misericórdia (antiga Oldesa). Segundo informação da Embasa (2016, p. 11) “[...] seu acesso é restrito com cercamento na entrada da fazenda e com caminho de acesso bastante precário”. As águas dessa barragem são drenadas para compor totalmente o abastecimento da população dos municípios de Itaparica e Vera Cruz;

O rio Paraguaçu, também fora dos limites territoriais da RMS, é um dos principais rios que integram o sistema Paraguaçu. Suas águas são captadas pela Empresa Baiana de Águas e Saneamento que, em seguida, alimenta a barragem de Pedra do Cavalo, em Cachoeira, principal responsável pelo abastecimento da RMS, que responde por 60% da água utilizada. O rio Jacuípe, principal tributário do rio Paraguaçu, também fora dos limites da RMS, nasce no município de Morro do Chapéu, “[...] numa altitude de 1.011 m, na borda oriental da Chapada Diamantina escoando num percurso de 338 km no semiárido baiano até seu exutório no reservatório da barragem de Pedra do Cavalo, no município de Feira de Santana.” (DIAS, 2012, p. 13)

Contraditoriamente, todos os mananciais acima citados se encontram, na atualidade, sofrendo algum tipo de degradação ambiental que atinge diretamente seus respectivos ecossistemas e compromete diretamente a potabilidade das águas.

A seguir, apresentamos uma síntese da condição ambiental das águas doces dos principais mananciais inseridos na RMS, considerando suas características, bem como os principais usos a que suas águas são destinadas, as principais atividades desenvolvidas na escala da bacia hidrográfica e os impactos ambientais que afetam direta e negativamente a qualidade das águas.

Entretanto, é válido ressaltar que embora tenhamos utilizado a escala da bacia hidrográfica para identificar as atividades potencialmente poluidoras das águas e os impactos ambientais associados, isto não compromete o posicionamento de não tê-la adotado neste estudo como unidade principal de análise. Tampouco compromete a crítica que fazemos ao considerar a insuficiência analítica dessa unidade espacial diante de uma problemática que se impõe de forma multiescalar, envolvendo região, município, bairros, estado, países e a própria bacia hidrográfica.

Nesse sentido, ao identificar as atividades e os impactos ambientais na escala da bacia hidrográfica, o fizemos em observância à dinâmica da produção socioespacial da principal unidade espacial deste estudo, que é a região metropolitana, considerando, com isto, a forma como as águas foram, desde o processo de concepção e instituição da RMS, discursiva e empiricamente apropriadas.

Logo, é possível notar que os impactos ambientais e atividades desenvolvidas nas bacias hidrográficas dos rios que compõem a RMS são, de forma geral, semelhantes e estão intimamente relacionadas ao modelo desenvolvimento urbano e industrial.

3.2.2 Síntese da condição ambiental dos principais rios da RMS

Os dados e informações sobre a condição ambiental dos principais rios inseridos na RMS foram obtidos através de pesquisa bibliográfica em relatórios, artigos e dissertações. (PORCIUNCULA, 2011; SANTOS, 2011; NEVES, 2010; BAHIA, 2007a; 2014a; 2014b; 2015a; 2015b; 2015c; 2016; 2007b; AGÊNCIA NACIONAL DAS ÁGUAS, 2016)

O rio Pojuca nasce no município de Santa Bárbara, atravessa os municípios de Conceição do Jacuípe, Teodoro Sampaio, Terra Nova, Pojuca e deságua no Oceano Atlântico, nas proximidades do distrito de Praia do Forte, no município de Mata de São João. Tem como principais afluentes, pela margem esquerda, os rios Salgado, Paramirim, Camarujipe, Pitanga, Una Catu, Quirocó Pequeno e Papucu Grande; e, pela margem direita, os rios São José, Cabuçu, Juruaba e Itapecerica. Traspassa localidades dos municípios de Camaçari e Mata de São João.

O principal tipo de captação de suas águas é a direta e os principais usos são abastecimento industrial, abastecimento público, abastecimento doméstico, pesca artesanal, lazer, esportes náuticos (na zona estuarina), dessedentação de animais e irrigação. As atividades relacionadas ao uso das águas e a ocupação da bacia hidrográfica são: a pecuária (avicultura, seguida da bovinocultura); indústrias de laticínios; de estruturas de madeira; de produtos químicos orgânicos; de produção de ferro, aço e ferro ligas em formas primárias e semiacabados. Os usos acabam por determinar os principais impactos ambientais verificados nessa bacia, quais sejam: poluição por utilização de agrotóxicos, poluição por lançamento de 15 mil litros de óleo combustível, lançamento de esgotos domésticos sem

tratamento, desmatamento e a disposição inadequada de resíduos sólidos. (PAIXÃO et al., 2013; BAHIA, 2016)

Sobre a degradação ambiental, é possível verificar que se trata de um processo que tenciona de forma mais direta o modo de vida rural, caracterizado pela relação direta com a natureza, produzindo reações não normóticas (como angústia, tristeza, indignação,), sobretudo, naqueles sujeitos que vivenciam a deterioração desse ecossistema e a percebem como sendo a própria deterioração do seu modo de vida, do seu trabalho, da sua condição humana.

Vão acabar com o Rio Pojuca. Todo mundo que toma banho aqui com a maré seca sai se coçando todo. E não adianta virem dizer que tá tudo bem porque, se fosse saudável, eles não jogavam o esgoto no rio, deixavam lá mesmo, reclama o artesão Manoel Augusto dos Santos. O pescador Jacó Dias Soares, de 23 anos, nasceu e se criou em Itacimirim e sempre viveu da pesca. Ele fica triste e indignado quando conta sobre o esgoto no rio. Segundo o pescador, na alta temporada, os peixes amanhecem mortos, com a barriga inchada. **Esse rio já teve muito peixe, mas hoje diminuiu muito por causa desses esgotos, que descem que nem torneira, empestecendo tudo com o mau cheiro.** Quando adolescente, conta ele, eram três viagens de canoa para levar os peixes pescados com tarrafa de tanta fartura. **Hoje, a gente para o barco no meio do rio e para pegar um peixe é um sacrifício,** desabafa. [...] (VÃO acabar... , 2006, p. 9).

O **rio Jacuípe** nasce no município de Conceição do Jacuípe e ao longo do seu curso atravessa os municípios de Amélia Rodrigues, Terra Nova (que não fazem parte da RMS), São Sebastião do Passé, Mata de São João, Dias d'Ávila, Camaçari e Salvador. Tem como principais afluentes, pela margem esquerda, os rios Camaçari, Pítanga e Arembepe; e pela margem direita, os rios Capivara Grande, Capivara Pequeno e Jacumirim. Traspassa os municípios de Amélia Rodrigues, São Sebastião do Passé, Mata de São João, Dias d'Ávila, Camaçari e Salvador.

Apresenta um barramento, a barragem de Santa Helena, construída em 1980, cujo lago abrange os municípios de Dias d'Ávila, Camaçari e Mata de São João. Em 1985, a barragem se rompeu e em 1992 voltou a operar. Os principais usos da água desse rio são: abastecimento humano e industrial, irrigação, pesca artesanal, lazer, dessedentação de animais, esportes náuticos. Com relação ao abastecimento humano, as águas da barragem são utilizadas para regular os níveis da barragem de Joanes II, no período seco; com relação ao uso industrial, ela supre o Sistema de Abastecimento de Água (SAA) da Braskem e demais indústrias do Complexo Petroquímico de Camaçari, além de ser utilizada em usinas de açúcar e destilarias de aguardente. (BAHIA, 2007b; NEVES, 2010; PORCIUNCULA, 2011; SANTOS, 2011; BAHIA, 2016)

As principais atividades existentes na bacia hidrográfica são indústrias, usinas de açúcar, destilarias, exploração de Petróleo (no município de S. Sebastião do Passé), Estação de Tratamento de Água (ETA) da Braskem.

Os principais impactos ambientais identificados se referem à sensível diminuição da biodiversidade e à forte degradação dos recursos naturais, sobretudo na região de Camaçari, ocasionadas pela intensiva urbanização e industrialização, aliadas a técnicas inadequadas de manejo das águas, com sensível diminuição da qualidade ambiental; aumento da descarga de substâncias tóxicas (fertilizantes, rejeitos industriais, presença elevada de hidrocarbonetos, além de mercúrio, zinco, chumbo e outros metais pesados); lançamento de esgotos domésticos (somente do bairro planejado na década de 1970, para servir de suporte ao polo industrial, foram identificados quatro pontos de esgoto lançados diretamente no lago da barragem de Santa Helena) (PORCIUNCULA, 2011); eutrofização do lago da barragem; ocupação da APP da Lagoa (por loteamentos de projetos habitacionais do Governo Federal e informais, bares, restaurantes, casas.); extração ilegal de areia; desmatamento, disposição de resíduos sólidos. (BAHIA, 2007b; NEVES, 2010; PORCIUNCULA, 2011; SANTOS, 2011; BAHIA, 2016)

O **rio do Cobre** tem como principal afluente o riacho Mané Dendê e a sua principal nascente é a Lagoa da Paixão. Também apresenta um barramento, a barragem do Cobre, construída em 1932 e desativada em 2005, por perda da qualidade da água, paradoxalmente após a criação da Área de Proteção Ambiental (APA Bacia do Cobre / São Bartolomeu), em 2001 (Decreto Estadual nº 7.970 de 5 de junho de 2001), onde estava determinado: I - assegurar a qualidade das águas da Represa do Cobre, parte integrante do sistema de abastecimento humano de Salvador, dentro de limites compatíveis principalmente com o uso doméstico; II - disciplinar o uso e a ocupação do solo na área; III - tornar-se uma zona de proteção da Represa do Cobre; IV - preservar e recuperar os ecossistemas de matas ciliares no entorno do espelho d'água. (BAHIA, 2001)

De acordo com a EMBASA, até a sua desativação, cerca de 120 litros de água por segundo contribuía para o abastecimento de 600 mil pessoas, respondendo por 20% do abastecimento de Salvador. Após a desativação da barragem, os bairros servidos pelas águas do Cobre foram inseridos no sistema integrado de abastecimento, cujo principal manancial é o rio Paraguaçu. (CORDEIRO, 2009)

Tratava-se de um dos últimos rios que, estando totalmente inserido nos limites do município de Salvador, tinha suas águas aproveitadas para o abastecimento e a sua área abriga um dos últimos remanescentes de Mata Atlântica do município. Os usos que permanecem na

atualidade são aqueles relacionados à pesca, a banho no lago da represa e a atividades religiosas, tradicionalmente relativas aos rituais de candomblé, sobretudo nas cachoeiras de Oxum e Oxumaré, na Pedra do Tempo e na Pedra de Omulu. (SERPA, 1996; CORDEIRO, 2009; BORGES; ARAUJO, 2012)

Desde a criação do Conselho Gestor da Área de Proteção Ambiental da bacia hidrográfica do rio do Cobre, em 2005, diversas ações passaram a ser desenvolvida, sobretudo com o intuito de chamar a atenção do poder público para a importância da sua recuperação, bem como de suas nascentes e da vegetação. Nesse sentido, é possível identificar ações socioambientais pontuais, desenvolvidas por moradores dessa APA, como caminhadas ecológicas, replantio de árvores, entre outras iniciativas. No entanto, tais ações não foram suficientes para impedir que no ano seguinte a barragem fosse interditada pela Embasa e suas águas deixassem de ser usadas para o abastecimento, por perda da potabilidade. (EMBASA, 2017)

Essa situação perdura até a atualidade, a despeito das várias ações de moradores locais, do “povo de santo” e de demais órgãos da sociedade civil organizada, visando recuperar esse manancial. Por enquanto, tem-se como principal justificativa para o abandono dessa barragem os altos custos financeiros para recuperar o sistema. O diretor Bruno Jardim Silva, da Diretoria das Águas⁸⁷, assim expressou sua opinião ao ser questionado, em entrevista realizada em 8 de janeiro de 2016, sobre a possibilidade de recuperar as águas da barragem do rio do Cobre:

Seria mais barato se o esgoto estivesse sido implantado a muito tempo atrás, agora...e tem outra coisa: O Cobre de hoje não é mais o Cobre de 50 anos atrás. Por quê? Porque a urbanização impermeabilizou muito a área, por isso as relações entre o que chove e o que vira água ali no Cobre é diferente. Então você tem dois impactos diferentes: 1- impacto da qualidade e 2- impacto da quantidade. (Informação verbal).⁸⁸

As atividades relacionadas à área dessa bacia hidrográfica são: a mineração, lavanderia de material hospitalar, Hospital do Subúrbio, indústria, garagem de ônibus urbano, criação de animais e hortas.

Os principais impactos ambientais são aqueles resultantes do acentuado processo de urbanização, com adensamento populacional, lançamento de esgotos *in natura* nas nascentes e no lago da barragem, impermeabilização do solo, destruição da vegetação de Mata Atlântica com a ocupação espontânea e planejada (construção de conjuntos habitacionais pelo Governo estadual),

⁸⁷ Diretoria das Águas, INEMA, Bahia.

⁸⁸ Entrevista oral concedida por Bruno Jardim Silva, em 8 jan. 2016.

perda da biodiversidade, degradação dos solos, processos erosivos; assoreamento, destruição dos ecossistemas de leito da bacia e margens, lançamento e depósito de resíduos sólidos, lançamento de óleos no rio, descarte de embalagem de produtos químicos agrícolas, alteração da qualidade da água, desaparecimento da fauna aquática. (ALENCAR, 2009; BAHIA, 2009; CORDEIRO, 2009; SANTOS; PINHO, 2010; CORDEIRO; MORAES, 2013)

O **rio Joanes** tem como principal afluente o rio Ipitanga e, secundariamente, os rios Uberaba, Lamarão, Sucuricanga e Bandeira; e pela margem direita destacam-se o riacho São Francisco e os rios Ibirussu, Boneçu, Petecada, Jacarecanga, Itabaotã, Muriqueira e Ipitanga. Traspassa os municípios de Salvador, Candeias, Madre de Deus, São Francisco do Conde, Lauro de Freiras e Simões Filho.

Juntos, os rios Joanes e Ipitanga integram a Área de Proteção Ambiental Joanes-Ipitanga. Essa APA foi criada pelo Decreto estadual n. 7.596, de 1999, com o objetivo de preservar as nascentes, bem como as represas dos rios Joanes e Ipitanga, além da região estuarina, visando assegurar a conservação e a recuperação dos ecossistemas existentes. O Sistema Joanes e Ipitanga integra as represas e Joanes I, construída em 1955, Joanes II, construída em 1971, Ipitanga I, construída em 1935, e Ipitanga II e III construídas em 1971; juntas, elas integram o Sistema de abastecimento integrado da RMS, respondendo por 40% do abastecimento, no atendimento aos municípios de Salvador, Candeias, Madre de Deus, São Francisco do Conde, Lauro de Freitas e Simões Filho. (SOUZA, 2014)

Os principais usos de suas águas são: abastecimento doméstico e abastecimento industrial (do Polo Petroquímico e Centro Industrial de Aratu - CIA Norte, CETREL, Complexo do Cobre e Polo Automotivo); secundariamente, destacam-se outros usos, tais como: lazer e esportes náuticos, dessedentação de animais (bovinos e búfalos, no entorno dos pontos de nascente) e a pesca em alguns trechos do rio, principalmente na zona estuarina e, clandestinamente, ao longo dos espelhos d'águas das represas Joanes I e II, Ipitanga I, II e III; suas águas também são usadas como corpo receptor de efluentes. (BAHIA, 2007b, p. 40; BAHIA, 2009)

As principais atividades relacionadas à bacia hidrográfica são: indústrias, mineração, ocupações irregulares, condomínios e loteamentos residenciais, hortas, criação de bovinos e bubalinos e explorações petrolíferas (gás e óleo bruto).

Dentre os principais impactos ambientais presentes nesse manancial, destacam-se a elevada carga orgânica de esgotos de origem urbana, lançados *in natura* ao longo do curso do

rio, responsável pelo elevado teor de fósforo das águas, o que tem facilitado a proliferação de bactérias, sobretudo as cianobactérias; têm-se registros, também, de lançamento de efluentes industriais nos mananciais, de problemas com efluentes gasosos provenientes do lançamento de indústrias instaladas no Complexo Petroquímico de Camaçari, risco de acidentes por derramamento de produtos químicos, processos erosivos e assoreamento. (BAHIA, 2007b; SOUZA, 2014; BAHIA, 2016)

A degradação ambiental que acomete o rio Joanes é reconhecida aqui para além de um fenômeno capaz de comprometer a capacidade de existência de um determinado ecossistema, mas possível de comprometer também a condição de existência das pessoas que, de geração em geração, vivem do que o rio oferece.

A marisqueira Isabel de Sena, 60 anos, é uma das 40 mulheres carentes de Lauro de Freitas que sobrevivem da pesca no Rio Joanes, cada vez mais escassa por causa da poluição provocada por esgoto, lixo e principalmente pela destruição da vegetação dos manguezais. Para quem, como Isabel, cresceu entrando naquelas águas e criou sete filhos e dez netos na mariscagem, o desconsolo e a indignação com a degradação ambiental que vem acontecendo ao longo dos anos são imensos. “Aqui era maravilhoso. Tinha de tudo aqui dentro e a gente sempre viveu deste rio. Hoje não tem mais nada, só doença. Peixe mesmo você só encontra morto, contaminado, ninguém tem coragem de consumir, mas a gente não acha emprego em lugar nenhum com esta idade e tem dia que não acha nada para comer. Fazer o quê? Só rezando a Deus mesmo”, desabafa ela, cansada de pedir providencias para salvarem o rio. Com o pouco que consegue pescar, sustenta a família e, quando vende, compra açúcar, pão e carne com o dinheiro. (FORÇA feminina..., 2005, p. 4)

O **rio Ipitanga** tem como principais afluentes, pela margem esquerda, os rios Uberaba, Lamarão, Sucuricanga e Bandeira; e pela margem direita destacam-se o riacho São Francisco e os rios Ibirussu, Boneçu, Petecada, Jacarecanga, Itabaoatã, Muriqueira e Ipitanga. Traspassa os municípios de Salvador, Simões Filho e Lauro de Freitas.

Os principais usos da água são o abastecimento urbano e industrial, assim organizado: a barragem de Ipitanga I serve para regularizar as águas do rio Ipitanga e complementar a “produção” de água potável de Salvador e Lauro de Freitas; a barragem de Ipitanga II é destinada ao fornecimento de água bruta e ou tratada às indústrias do Centro Industrial de Aratu; e a barragem de Ipitanga III é destinada à acumulação e transposição das águas do rio Joanes no período de estiagem, revertidas para o Ipitanga I e II. Suas águas também são utilizadas como corpo receptor de efluentes, para pesca artesanal, considerada clandestina por ocorrer nos lagos das represas Ipitanga I, II e III, cujo acesso é proibido; lazer e esportes náuticos. (BAHIA, 2007b; SOUZA, 2014)

Usos não econômicos ou usos não consultivos também são verificados nos lagos dessas barragens inseridas na RMS, contudo cabe ressaltar que tais usos se dão clandestinamente, sem qualquer acolhimento por parte do poder público. Assim, diferentes das praias que contam com o serviço público de salva vidas, os lagos das barragens que também são utilizados, sobretudo no verão, não possuem nenhum tipo de proteção:

Verão, brisa e sol na Barragem de Ipitanga

Para chegar na Barragem de Ipitanga é preciso descer uma trilha longa e estreita, que parece não acabar mais. Sem aviso, surge uma curva a represa da Área de Proteção Ambiental Joanes/Ipitanga. **O lago é ponto de encontro no verão, e vira uma grande extensão do quintal da vizinhança. “Vem famílias inteiras, gente de Mussurunga, até de Itapuã desce pra cá”**, conta a estudante Cecília Nascimento, 23. **Se nadar por lá é perigoso? “A represa é um pouco funda, mas é só não ir muito longe”**. Pelo chão, marcas de fogueira dos acampamentos da noite, pegadas. Luiz Calos Souza, 22, conta que todo final de semana tem *mountain bike* numa trilha [...]. (VERÃO..., 2008, p. 6, grifo nosso)

As principais atividades relacionadas à bacia hidrográfica são: Centro Industrial de Aratu (CIA), em Simões Filho, desde 1970; Central de Abastecimento da Bahia (CEASA), desde 1973; mineradoras (pedreiras, extração de areia e arenoso); Aterro Metropolitano Centro em Salvador, com início da operação em 1997; sítios particulares com atividades agrícolas, hortas, residências e comércios.

Dentre os principais impactos ambientais, destacam-se: o lançamento de efluentes domésticos e oriundos das atividades industriais e de exploração mineral, a disposição inadequada de resíduos sólidos oriundos da construção civil, a ocupação espontânea, construção de conjuntos habitacionais populares, com aumento expressivo da população residente, perda da vegetação, retirada ilegal de madeira e perda gradual da qualidade da água. De acordo com resultados de análise da qualidade da água, o rio Ipitanga chega ao ponto de confluência com o rio Joanes com a qualidade considerada péssima, de acordo com o cálculo do índice de qualidade das águas (IQA). (BAHIA, 2007b; LUZ, 2009, p. 17; SANTOS, 2011, SOUZA, 2014)

O impacto socioambiental à vida provocado pelo Aterro Central pode ser apreendido no relato presente na matéria jornalística a seguir:

Mau cheiro incomoda moradores

Conviver constantemente com o mau cheiro do Aterro Sanitário Metropolitano Centro não é tarefa fácil. [...] O corretor de seguros Ari Carneiro mora em uma chácara nas margens da estrada CIA/Aeroporto, na Rua São Gerônimo, desde 1974, onde cria cavalos, galinhas e cachorros. Com um pomar, nascente de rio e rodeado da Mata Atlântica, ele diz que sua vida seria em um perfeito paraíso se não fosse o aterro [instalado na década de 1990], que derrubou árvores centenárias e trouxe moscas que nenhum

inseticida consegue eliminar, pousando nos alimentos e ratos que trazem doenças. Ele conta que muitos vizinhos abandonaram o local por causa dos aborrecimentos e o mau cheiro. “Tem dias que está insuportável, chega a arder o nariz. **As nascentes dos rios estão sendo aterradas, e preocupa a contaminação das águas, porque o chorume vaza direto. [...] Eu ainda tenho água mineral dos poços porque estou acima do aterro, mas meus vizinhos que estão abaixo, agora, têm que pagar água da Embasa porque está tudo contaminado. Você só vê as placas de vende-se na porta das propriedades, ninguém quer ser vizinho de um aterro**”, comentou. [...]quando chove, o chorume transborda e a enxurrada leva a poluição para o rio, você só vê a espuma. A terra já soterrou o rio todo, lamenta. Chorume: [...] **Quando enche, o chorume vai direto para a canaleta, que cai no rio. Antigamente, era fundo e alto, todo mundo tomava banho, vinha buscar água e lavava roupa. Agora, o povo vê a espuma e fica com medo, e tem partes onde está cheio de terra. A água dos rios Itinga e Passagem mudou de cor, é uma tristeza ver o que está acontecendo**, desabafa. Comunidades do Jardim Capelão, Parque São Paulo e Itinga não possuem água encanada e continuam utilizando água do rio para beber e lavar roupa. Pessoas simples, como Maria Helena dos Santos, 62 anos, que não têm para onde ir e mal sabem do risco que correm. “**A noite e quando chove é quando mais fede e quase não se dorme por causa do mal cheiro. [...] A água que uso é do rio, que passa nos fundos da casa. Faço tudo com ela. Se pudesse, sairia daqui**, diz [...]. (MAU cheiro..., 2005, p. 9, grifo nosso)

O rio Imbassaí não conta com barramentos e não faz parte do Sistema Integrado de Abastecimento de Água da RMS. Contudo, suas águas são utilizadas para complementar o abastecimento do município de Mata de São João, especialmente os distritos de Imbassaí, Diogo e Santo Antônio.

Os principais usos das águas são: pesca, consumo doméstico, abastecimento público, lazer, esportes náuticos, dessedentação de animais. As atividades relacionadas à bacia hidrográfica são: agricultura (lavouras de subsistência no interior da bacia), pecuária, avicultura, indústrias de cerâmica não refratária e embalagens de plástico, empreendimentos imobiliários e turísticos (como loteamentos, pousadas e hotéis); plantações de eucalipto e *pinus*, intercaladas com vegetação natural e atividades agropecuárias. (BAHIA, 2007b; GOMES et al., 2007; OLIVEIRA et al., 2014)

Diferente dos demais rios citados anteriormente, este está numa área cujo o processo de metropolização é capitaneado pela intensificação da atividade do turismo, também responsável por uma série de impactos ambientais, tais como: adensamento de loteamentos, condomínios, *resorts*, hotéis e pousadas em áreas de vulnerabilidade ambiental, como restingas e dunas; com a deficiência do serviço de esgotamento sanitário, é possível constatar o lançamento de esgotos domésticos *in natura* diretamente em vários trechos do rio. (BAHIA, 2007b; GOMES et al., 2007; OLIVEIRA et al., 2014)

Contaminação de nascentes

[...] Esta situação acontece em várias regiões do Estado, como, por exemplo, **em Dias d'Ávila, onde já mataram o Rio Imbassaí, outrora procurado por turista; pelo seu balneário com águas medicinais. Os esgotos do bairro de Nova Dias d'Ávila são jogados na lagoa da Embasa, cujas águas são direcionadas à Represa de Santa Helena, que reforça o abastecimento da Região Metropolitana de Salvador.** Fábricas engarrafadoras de água mineral são inauguradas todos os meses, sem um prévio estudo técnico sobre a capacidade do lençol freático, que está com sua qualidade em suspeição, em visita de um estudo da Ufba que aponta provável contaminação proveniente do Pólo Petroquímico. Tais alertas não sensibilizam o governo nem a oposição. Faltam políticos sérios e competentes. (CONTAMINAÇÃO..., 2007, p. 2, grifo nosso)

Outros impactos verificados se referem à disposição inadequada de resíduos sólidos, ao desmatamento, com perda expressiva da biodiversidade, ao lançamento de efluentes líquidos industriais, à poluição por uso de agrotóxicos oriundos da atividade agropecuárias, ao uso indiscriminado de defensivos agrícolas e fertilizantes, à erosão do solo, a ocupações espontâneas com comprometimento de nascentes e ao assoreamento em vários dos seus trechos. (GOMES et al., 2007; OLIVEIRA et al., 2014; BAHIA, 2007b)

O **rio Sauípe**, inserido no município de Mata de São João, como o rio Imbassaí está inserido numa área de avanço do processo de metropolização do turismo. Têm-se como principais usos da água o abastecimento doméstico e público, banho, dessedentação de animais, lazer, pesca, mariscagem, esportes náuticos. As principais atividades relacionadas à bacia hidrográfica são: agricultura (lavouras temporárias), fruticultura, pecuária, avicultura, indústrias (laticínios, produtos químicos orgânicos e estruturas em madeira). (BAHIA, 2007b; RAMALHO, 2009)

Os principais impactos ambientais verificados são: lançamento de efluentes domésticos e industriais sem tratamento no curso do rio, disposição inadequada de resíduos sólidos, disposição inadequada de esgotos sanitários no manancial, uso indiscriminado de defensivos agrícolas e fertilizantes, este último considerado um dos principais fatores da degradação da qualidade das águas nas áreas rurais, desmatamento, ausência de vegetação ciliar e erosão. (BAHIA, 2007b)

Um dos impactos socioambientais mais significativos ocorreu após a implantação de um complexo hoteleiro Costa de Sauípe, com o lançamento de efluentes da estação de tratamento de esgotos do complexo diretamente no rio Sauípe. A EMBASA encomendou estudos de análise da água, contudo, os resultados não foram divulgados. (RAMALHO, 2009) No entanto, o que foi verificado, segundo denúncias de moradores locais, é que se tratava de um processo que, além de

provocar o comprometimento da qualidade das águas deste rio, comprometia diretamente o modo de vida rural dos moradores das vilas Sauípe, Estiva, Porto Sauípe, Canoas, Curralinho, Areal, Diogo e Santo Antônio, localizadas na área de influência direta do complexo e que utilizam as águas desse rio para o abastecimento doméstico, para lazer, além da pesca artesanal para o sustento da família. Como é possível verificar no relato a seguir:

Rio Sauípe sofre com esgotos do complexo hoteleiro

[...] Eles reclamam que o rio, que significa fonte de subsistência e o único lazer das comunidades, se transformou após a construção do complexo hoteleiro. O pescador Rubens Borges, de 67 anos, que nasceu em Vila Sauípe, conta que seu trabalho sempre foi a pesca, ofício que aprendeu com o pai. Eu tenho oito filhos, 60 netos, já tenho bisnetos, e apesar da idade, ainda pesco para a sobrevivência da família. Só que piorou demais para nós, porque hoje o rio está arrasado. Tenho que viajar 36 quilômetros para conseguir o peixe para meus filhos, que antes pegava aqui perto, contou com tristeza. [...] A Embasa prometeu que não iria poluir o rio e que ia ser muito bom para nós, porque a água ia ficar a mesma coisa ou até melhor do que já era. No final, poluiu tanto que os mariscos e até o mangue começaram a morrer”, queixou-se ele. (...) A indignação com o despejo do esgoto no rio é geral. “Depois que instalaram o “pinicão” e o tubo no rio, no lugar onde todo mundo tomava banho, o pessoal se afastou porque agora cai uma água verde direto na água. [...], desabafou o pescador José Carlos Borges dos Santos. A dona-de-casa Vera Brandão, de 35 anos, conta que antigamente, a água do rio era boa e limpa, onde as pessoas tomavam banho e lavavam a roupa. Como é que alguém vai ter coragem de lavar roupa neste rio hoje, todo poluído? Eu não deixo meus filhos tomarem banho mais. Acabou o nosso lazer. Porque não fizeram esta estação de tratamento bem lá longe? Ainda tem as águas que eles encanaram e cobram tão caro que ninguém tem condições de pagar, reclamou ela. Morando na Vila Sauípe há mais de 50 anos, a artesão Lúcia dos Santos reclama [...] Todo o esgoto vem pra cá, e despeja no nosso rio, como se a gente não tivesse nenhum valor. A gente tinha uma fonte de água muito boa, mas depois que abriram a Linha Verde, acabou tudo. [...] O pescador José Carlos sintetiza: **O que sobra do turismo da Costa do Sauípe pra gente são os esgotos. Se alguém se aventurar a tomar banho no rio, sai todo coçando, com a pele irritada. Se este esgoto fosse tratado direito, seria devolvido limpo para o rio. Eu acho isso muito errado.** Ele não se conforma com o tubo que despeja o esgoto verde no rio. Como é que pode ser tratado desta cor verde? Lindo era quando o rio era cristalino, cheio de espécies de peixes, mas agora acabou tudo, até as plantas. Quero que tirem esse esgoto verde daí. Já veio muita gente aqui fazer o exame desta água, mas até agora, nunca vi resultado de nada. Todo mundo faz o jogo deles para continuar enganando a gente. Vou pegar um pouco desta água para ver quem tem coragem de beber [...]. (RIO Sauípe..., 2005, p. 8, grifo nosso)

O rio São Paulo não é tributário de nenhum outro rio, nem tem grandes afluentes. Traspassa os municípios de São Francisco do Conde e Candeias. Os principais usos da sua água são: abastecimento doméstico, lazer e esportes náuticos (predominante na zona estuarina), dessedentação de animais, pesca e mariscagem (predominante nas faixas de mangue).

As principais atividades relacionadas à bacia hidrográfica são: a atividade industrial, com a exploração de petróleo e gás, refino de petróleo, usinas siderúrgicas e de fabricação de fertilizantes, agropecuária (lavouras temporárias), pecuária. E os principais impactos ambientais verificados são: lançamento de efluentes líquidos (oriundos da atividade industrial), poluição das águas por agrotóxicos, lançamento de esgotos domésticos, disposição inadequada de resíduos sólidos, desmatamento, concentrações populacionais nas margens do rio, na sua área de proteção permanente (APP). (BAHIA, 2007b)

O **aquífero São Sebastião** é resultado da formação geológica São Sebastião, que faz parte da bacia sedimentar do Recôncavo. Os rios Jacuípe e Joanes fluem sobre os sedimentos dessa formação, criando importantes sistemas aquíferos, que se conectam hidraulicamente com os sistemas superficial e subterrâneo. As águas subterrâneas do sistema aquífero São Sebastião, na porção centro-leste da bacia sedimentar do Recôncavo Norte, são utilizadas para complementar o abastecimento da população dos municípios de Simões Filho, Camaçari, Dias d'Ávila e Mata de São João.

Os principais usos das águas desse aquífero são: abastecimento humano e, principalmente, abastecimento industrial (abastecimento das indústrias do Polo Industrial de Camaçari (PIC), do Centro Industrial de Aratu, Petrobrás e de empresas engarrafadoras de água mineral). Respondendo por 50% da demanda anual por água das empresas do PIC, é por isso considerado o aquífero mais produtivo no domínio da bacia sedimentar do Recôncavo Norte e da bacia hidrográfica do Recôncavo Norte e Inhambupe. (SANTOS, 2010, p. 13)

Mesmo diante do reconhecimento dessa importância produtiva trata-se de um aquífero que teve suas águas contaminadas por despejos de efluentes derivados da atividade industrial. (SANTOS, 2010; BAHIA, 2007b; SILVEIRA JÚNIOR, 2004) Essa situação preocupante foi descrita da seguinte forma:

O mais importante reservatório de água doce, potável, de excelente qualidade mineral do estado da Bahia e o segundo maior lençol subterrâneo do País, situado na região de Camaçari e Dias d'Ávila, a 40 km de Salvador, teve sua parte superficial contaminada com 35 substâncias químicas pelas mais de 60 indústrias do Pólo Petroquímico de Camaçari. Desde a implantação do complexo, em 1977, as fábricas exploram o aquífero através de poços. A informação é de hidrogeólogos, engenheiros ambientais e pesquisadores da UFBA (Universidade Federal da Bahia) e foi confirmada pelo superintendente da Cetrel (Empresa de Proteção Ambiental do Pólo), Carlos Eugênio de Menezes, e pelo diretor de controle ambiental do Centro de Recursos Ambientais (CRA), Ronaldo Martins. [...]A falha geológica onde se acumulou água doce chamada de Aquífero de São Sebastião é composta de várias camadas interconectadas e permeáveis arenosas, porosas e argilosas produtoras de água, que estão sendo exploradas pelos poços do Pólo. “A

interconexão destes níveis e a superexploração do aquífero favorecem a migração descendente dos líquidos contaminantes para maiores profundidades, comprometendo até 200 metros ao longo de rotas ainda desconhecidas”. (SUBSOLO do pólo..., 2005, p. 7-9)

Diante do exposto, o cenário positivo com relação ao excedente hídrico em todos os meses do ano na RMS não é, por si só, capaz de assegurar que, com uma população de mais de 3 milhões habitantes, a demanda hídrica seja suprida plenamente. Este é um quadro que se torna ainda mais preocupante quando se reconhece que os rios Jacuípe, Joanes e Ipitanga, que participam do Sistema Integrado de Abastecimento de Água (SIAA), e respondam juntos por 40% do abastecimento da RMS, já sofrem algum tipo de impacto ambiental permanente⁸⁹, podendo vir a deixar de funcionar, como foi o caso da barragem do Cobre, desativa em 2006. Se hipoteticamente isto acontecesse, os episódios de escassez de água, que já é uma realidade para os municípios inseridos na RMS, se intensificariam. Seria intensificada também a pressão da exploração de água do sistema Paraguaçu, podendo chegar a um colapso hídrico sem precedentes.

Outro aspecto importante, contudo, negligenciado nas fontes de pesquisa primárias utilizadas para o diagnóstico anteriormente apresentado, diz respeito à desvalorização da importância dos usos culturais e simbólicos que ainda resistem, a despeito do ritmo de degradação ambiental verificada, mesmo que de forma tensionada. Neste sentido, a captação da água diretamente do rio ou em fontes, para o banho, a lavagem de roupas, a pesca, o lazer, os usos religiosos, não foram mencionados.

⁸⁹ Nas tensões decorrentes da interação rural-urbana, objeto da pesquisa que reuniu produtos relativos à recuperação de informações históricas, identificação e mapeamento de áreas de interesse socioambiental, da Região Metropolitana de Salvador (RMS) (ALENCAR, 2009, p.), foi verificado no entorno dessas barragens a ocupação desordenada, o desmatamento com degradação crescente dos cursos de água por descargas domésticas e industriais não controladas, a disposição irregular de lixo e operações incompatíveis, erosão nas áreas das margens e sedimentação de canais; trata-se de questão ambiental na ruralidade metropolitana, em que o rural coexiste com o urbano metropolitano.

Capítulo IV

TENSÕES TERRITORIAIS NO USO DAS ÁGUAS NA REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR

4.1 BASES METODOLÓGICAS PARA O DESENVOLVIMENTO DE INDICADORES QUALITATIVOS DE TENSÃO NO USO DA ÁGUA (IQTA)

Etimologicamente, a palavra indicador deriva do latim *indicare* e significa revelar, assinalar e mostrar. Dessa forma, o desenvolvimento e a aplicação de indicadores visam representar uma dimensão da realidade de maneira a medir a evolução, alguns tipos de mudanças ou avanços, ou mensurar as variações de uma meta específica. (GROVER, 2003)

Os indicadores também compõem uma forma de verificar o alcance de objetivos pré-estabelecidos, podendo ser aplicados para várias finalidades que vão desde o registro da qualidade do ar, da água, até o registro e acompanhamento de ocorrências de desastres ambientais e degradação dos recursos naturais. (GROVER, 2003) São também utilizados para registrar o crescimento financeiro e as condições socioeconômicas de um país, região, município ou até mesmo um bairro – como, por exemplo, o IDH, que corresponde à mensuração dos índices de educação, longevidade e renda e que também é avaliado na escala do município e do bairro. (ALENCAR, 2008)

A experiência do desenvolvimento de indicadores não é recente. No que diz respeito ao seu uso para o meio ambiente, Grover (2003) destacou que desde o final da década de 1960 têm-se registros de índices e indicadores desenvolvidos para mensurar a qualidade ambiental. Contudo, o contexto limitado acerca do conhecimento sobre a dinâmica ambiental e de tecnologias que auxiliassem o trabalho de monitoramento revelava a fragilidade na determinação de índices e indicadores. Tal fragilidade resultava da imprecisão dos processos de identificação e da quantificação de parâmetros quantitativamente consistentes, destacará a autora. (GROVER, 2003)

O aumento exponencial da poluição, sobretudo após a Segunda Guerra Mundial, de acordo com autora, impunha a necessidade de se pensar alternativas que favorecessem o monitoramento da qualidade dos recursos naturais. Nesse sentido, foi aprovada no Congresso dos Estados Unidos da América, em 1968, uma lei que tornava obrigatória a publicação de

estatísticas sobre a qualidade ambiental. E, em 1969, a Federação Nacional da Vida Selvagem (NWF) publicou pela primeira vez o *Índice de Qualidade Ambiental* (EQ), responsável por avaliar os seguintes elementos da natureza: ar, água, solo, flora, fauna silvestre, minerais e, dois anos depois, *habitat*. (GROVER, 2003, p. 5)

Apesar dessa experiência pioneira, a utilização de indicadores ganhará projeção internacional apenas no final da década de 1980, pela Comissão de Brundtland que recomendava o desenvolvimento de indicadores para o desenvolvimento sustentável do Planeta, “[...] no contexto da tomada de decisões considerando os fatores ambientais, sociais e econômicos”. (GROVER, 2003)

Com isto é possível reconhecer um esforço para o desenvolvimento, cada vez maior, de indicadores e índices no âmbito da investigação ambiental que passaram a ser considerados importantes instrumentos de aproximação da realidade, sobretudo aqueles voltados para os recursos hídricos, desenvolvidos com o propósito de representar um sistema de gestão no qual fossem interligadas as dimensões naturais, as esferas sociais e institucionais. (TEIXEIRA, 1999; GROVER, 2003; SILVA, 2002; SIDA, 2002; BAHIA, 2004; BAHIA, 2006; TOMASONI, 2006; CEPAL, 2001; GOMES et al., 2008)

Cabe assinalar, por oportuno, a experiência do desenvolvimento de indicadores de sustentabilidade ambiental aplicados aos recursos hídricos, no estado da Bahia, apresentados no *Plano Estadual de Recursos Hídricos* (PERH), de 2004. (PORCIÚNCULA, 2008)

O PERH foi considerado um marco importante no processo de evolução da gestão dos recursos hídricos do Estado da Bahia e a iniciativa de desenvolver um conjunto de indicadores de sustentabilidade ambiental voltados aos recursos hídricos foi interpretada como uma busca de entrosamento aos métodos difundidos e utilizados no campo da investigação ambiental e, mais precisamente, relacionadas ao paradigma da sustentabilidade. (PORCIÚNCULA, 2008)

Nesse sentido, tratava-se de um esforço legitimado pelo paradigma dominante que assumia a pauta internacional das discussões ambientais e passava a orientar as formulações teóricas e metodológicas desenvolvidas em diferentes escalas de ação, como a nacional, a estadual, regional e, também, a municipal. Assim, os indicadores desenvolvidos no âmbito do PERH visavam traduzir o interesse em assegurar o acesso aos recursos hídricos às gerações atuais e futuras, alinhando-se à principal premissa do questionável desenvolvimento sustentável. (PORCIÚNCULA, 2008)

Foi definido pelo PERH um conjunto amplo de indicadores⁹⁰ que expressava a dinâmica hidrológica no que foi definido como Unidades de Balanço por Bacias Hidrográfica ou, apenas, UB. Tais indicadores deveriam, em seu conjunto, expressar a dinâmica de circulação e distribuição das diferentes formas com que a água ocorre na superfície terrestre, as suas propriedades físico-químicas e as suas interações com o ambiente. (PORCIÚNCULA, 2008)

A partir dos indicadores estabelecidos, foram formulados quatro índices que deveriam juntos representar as condições de sustentabilidade dos recursos hídricos em cada UB, do estado da Bahia: (i) índice de ativação das potencialidades corrigidas (IAPc): representa a relação entre as disponibilidades hídricas e as potencialidades em cada UB, onde as disponibilidades são representadas pelas vazões regularizadas dos pequenos e grandes reservatórios e pelas vazões de base (que incluem as potencialidades hídricas subterrâneas). Contudo, não são consideradas as vazões transferidas entre as bacias hidrográficas; (ii) índice de utilização das disponibilidades hídricas pelas demandas consuntivas e ecológicas (IUDc): definido pela relação entre a soma das demandas hídricas consuntivas e ecológicas e as disponibilidades hídricas totais, as quais incluem as disponibilidades subterrâneas e vazões transferidas de outras UB ou bacias; (iii) índice de utilização das potencialidades (IUP): definido pela relação entre a soma das demandas hídricas consuntivas e ecológicas e a vazão média corrigida no exutório, descontados os consumos ocorridos a montante ou na entrada do reservatório de controle e; (vi) índice de ativação das águas

⁹⁰ Os principais indicadores apresentados pelo PERH foram: a) Para determinação da disponibilidade de recursos hídricos superficiais: (i) regiões hidrológicamente homogêneas (UB) de onde foram estimadas as vazões médias (Q_m) e as vazões diárias com permanência de 90% (Q_{90d}), estas consideradas indicadoras da disponibilidade hídrica e vazões de referência; (ii) Obtenção das Curvas de Regulação regionais a partir do cálculo dos valores da vazão média de longo termo (MLT), do volume anual médio de longo termo (V), do índice de acumulação relativa (IAR) e da vazão regularizada adimensional ou índice de ativação das potencialidades (IAP) e a relação V_r/V para cada relação Q_r/MLT ; (iii) Estimativas das disponibilidades em todas as UB a partir das informações cadastrais dos açudes do Estado, das equações regionalizadas de MLT, Q_{90d} , e das curvas de regularização regionalizadas. Para tanto, foram estabelecidos: cálculo das vazões médias e Q_{90d} ; cálculos dos valores máximos recomendáveis de acumulação; seleção da curva de regularização por açude e por UB; definição das características dos açudes e cálculo das disponibilidades hídricas para pequenos e grandes açudes e por UB e; (iv) Determinação da capacidade de armazenamento e eficiência de uso dos reservatórios agrupados em duas classes: pequenos ($V_t < 30 \text{ hm}^3$) e grandes ($V_t \geq 30 \text{ hm}^3$) ou destinadas a geração de energia elétrica. b) Para determinação das disponibilidades hídricas subterrâneas: (i) Reserva Permanente (Rp): volume hídrico acumulado no meio aquífero em decorrência da porosidade eficaz e do coeficiente de armazenamento; (ii) Reserva Reguladora ou Renovável (Rr): volume hídrico acumulado no meio aquífero, em função da porosidade eficaz ou do coeficiente de armazenamento, variável anualmente em decorrência dos aportes sazonais e corresponde ao volume das recargas anuais; (iii) Potencialidades (Po): volume hídrico que pode ser utilizado anualmente e inclui, eventualmente, uma parcela das reservas permanentes, passíveis de serem exploradas, com descargas constantes durante um determinado espaço de tempo; (iv) Disponibilidade Virtual (Dv): parcela máxima da potencialidade que pode ser aproveitada anualmente e corresponde a vazão anual que pode ser aproveitada anualmente e corresponde a vazão anual que pode ser extraída do aquífero ou sistema aquífero sem que se produzam efeitos indesejáveis de qualquer ordem, portanto Dv e Po; (v) Disponibilidade Efetiva (De) pode ser a disponibilidade instalada (Dei) que representa a exploração possível através das obras de captação existentes e a disponibilidade atual (Dea) que é o volume realmente explorado atualmente através das obras de captação existentes. (BAHIA, 2004).

subterrâneas (IAS): deve indicar o nível de exploração dos aquíferos e é representado pelo quociente entre a disponibilidade efetiva instalada e a potencialidade de água subterrânea na UB. (BAHIA, 2004; PORCIUNCULA, 2008)

E, assim, foram estabelecidos os intervalos de valores para cada índice com o propósito de definir o risco da sustentabilidade ambiental dos recursos hídricos. Com base nesses índices, foi determinado o número de ocorrências críticas por UB, classificando-as segundo o grau de comprometimento dos seus recursos hídricos.

Os indicadores e índices desenvolvidos foram capazes de apresentar respostas capazes de orientar o consumo devido à aferição da disponibilidade hídrica ofertada em cada UB, bem como prever, em caso de necessidades, a ativação de potencialidades superficiais e subterrâneas presentes nas reservas hídricas, identificadas como estratégicas para o desenvolvimento do estado da Bahia. Porém, não avançaram em vários outros aspectos que tocam a dinâmica social e os usos não econômicos relacionados à água; no entanto, ofereciam informação técnica valiosa a despeito da dinâmica hidrológica para aqueles que tivessem expertise técnica e científica para traduzi-los em vantagens, tanto locais, considerando a qualidade da informação sobre o potencial hídrico de cada UB, quanto para o aumento da exploração do recurso hídrico.

No que diz respeito aos processos responsáveis pelo comprometimento da qualidade das águas, por exemplo, não chegou sequer a identificar quais seriam aqueles responsáveis pelo comprometimento da qualidade da água, incorporá-los ou tentar mensurá-los. Isto reforçou, na época, as críticas da Agência Nacional das Águas (2015) ao afirmar que à gestão da qualidade das águas no Brasil não se atribuíam a importância merecida.

No contexto da produção de conhecimento, o método adotado era puramente quantitativo, sendo possível notar que os indicadores e índices desenvolvidos pelo PERH apresentavam certo distanciamento metodológico no que diz respeito aos processos e critérios de seleção, amplamente discutidos e estabelecidos para o desenvolvimento de indicadores e índices ambientais. (SANTOS, 2004; TOMAZONI, 2006; AGRA FILHO, 2006) Esses critérios são adotados por agências internacionais, há muito envolvidas na proposição e avaliação de indicadores e índices de sustentabilidade ambiental, aplicados aos recursos hídricos, tais como a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), 1991, Agência Sueca de Desenvolvimento Internacional (SIDA), 2002, e Sistema Nacional de Informação Ambiental, do Chile (SINIA), 2005.

O principal critério estabelecido, resultante do esforço conjunto dessas agências e de pesquisadores, dizia respeito à importância de facultar o livre acesso aos indicadores e índices, os quais deveriam ser simples e inteligíveis por parte de qualquer sujeito, envolvido ou não nas questões acerca dos recursos hídricos. Tal critério não poderia ser desconsiderado no processo de desenvolvimento de indicadores e índices ambientais, sob pena de comprometer a principal função a que se prestam: o de serem acessíveis a todos.

Contudo, foi exatamente o oposto o que os indicadores e índices desenvolvidos pelo PGRH proporcionaram. Desenvolvidos numa linguagem extremamente técnica, setorial e disciplinar, estavam restritos ao entendimento de apenas um determinado grupo de pessoas, formado por técnicos e pesquisadores.

Com isto, comprometia o processo de gestão participativa, ainda frágil, que se expressava pela diversidade dos membros dos comitês de bacia hidrográfica, compostos por diferentes segmentos da sociedade civil, como representantes de comunidades tradicionais diversas (povos originários, quilombolas, marisqueiros, pescadores, agricultores, candoblecistas, entre outros), intimamente comprometidos com as questões que envolvem as dimensões culturais, simbólicas e, também, não econômicas relacionadas às águas.

A possibilidade de assimilar, compreender e interpretar a realidade social objeto do interesse de todos os envolvidos, que estava sendo “simplificada” pelos indicadores e índices dos recursos hídricos, estava prejudicada. Paradoxalmente, o compromisso de assegurar o acesso aos meios necessários à plena participação popular e comunitária na prática da gestão dos recursos hídricos, um dos princípios norteadores da Política Nacional de Recursos Hídricos, estava garantido a apenas um segmento da sociedade: aquele que fosse detentor do saber científico e técnico, de modo a alcançar em compreensão os resultados que tais indicadores e índices apresentassem, orientando, dessa forma, seus interesses e suas ações. (PORCIÚNCULA, 2008)

A complexidade da realidade social, que dialoga com dimensões também subjetivas, não estava posta nessa tentativa de leitura da realidade, entendida matematicamente e de forma disjuntiva por esses indicadores aplicados aos recursos hídricos. Nessa perspectiva, a dimensão da água que, mais uma vez, fica evidenciada é a econômica e a ela caberia perfeitamente uma expressão apenas quantificável, de uma simplificação matemática e de difícil entendimento, como já comentado.

É possível reconhecer que a iniciativa de desenvolvimento desses indicadores representou um esforço de síntese que dialoga plenamente com a objetividade científica, que legitimada pela epistemologia tradicional “[...] reclama classificações formais, quantificáveis, ou mensuráveis, enfim, com garantia de objetividade frente à subjetividade”. (ALENCAR, 2006, p. 161)

Assim se projetaram os primeiros indicadores de qualidade de vida com base no esforço metodológico de vários cientistas sociais, de onde emerge o *Índice de Desenvolvimento Humano* (IDH), “[...] adotado pelas Nações Unidas para influenciar governos na formulação de políticas de desenvolvimento social”. (ALENCAR, 2006, p. 161) No entanto, o desafio de inserir a subjetividade como elemento importante na interpretação da realidade social vem se consolidando, desde a formulação de indicadores socioeconômicos, como o IDH, tema já discutido por Alencar (2003; 2006; 2008).

A autora considera que acolher a subjetividade na interpretação da realidade social representa um avanço teórico que, não obstante, reclama por um “[...] equivalente avanço metodológico” que seja capaz de mensurar tais subjetividades. (ALENCAR, 2006, p. 161) Logo, inserir subjetividades na análise não se trata de uma ação desprovida de critérios e rigor teórico e metodológico. Tal rigor orientou o desenvolvimento de uma série de índices e indicadores qualitativos.

Ao desenvolver os *Indicadores Qualitativos de Ruralidade Metropolitana* (IQRM), Alencar (2008, p. 118) considerou que, como o *Indicador de Desenvolvimento Humano* (IDH), o *Índice Relativo de Qualidade de Vida* (IRQV), o *Índice de Qualidade de Vida Urbana* (IQVU) e o *Índice Paulista de Responsabilidade Social* (IPRS), o seu propósito também é o de questionar “criticamente o padrão civilizatório atual”.

Trata-se de uma crítica que questiona o modo de vida

[...] que o avanço tecnológico, associado à organização capitalista da sociedade, imprimiu como padrão metropolitano de desenvolvimento, distanciando o ser humano de sua condição de ser natural e opondo a experiência urbana à experiência rural. Em segunda instância está o aprendizado que esse modo de vida possibilitou às pessoas que têm vivência de ruralidade no ambiente metropolitano e cuja dinâmica lhe é antagônica. (ALENCAR, 2008, p. 118)

Nesse posicionamento, emerge uma noção de desenvolvimento inteiramente complexa, porque integra também as diversas críticas às concepções mais tradicionais de desenvolvimento

que, segundo Alencar, “focalizam no crescimento econômico o cerne do processo de desenvolvimento; no desenvolvimento industrial.” (ALENCAR, 2008, p. 109).

Contudo, é a dimensão humana do desenvolvimento que é requisitada quando se trata de uma metodologia qualitativa elaborada com o propósito de “[...] chamar a atenção para condições de coexistência entre ruralidade e urbanidade a serem catalisadas para a superação do padrão atual”, (ALENCAR, 2008, p. 118), o que confere a originalidade do IQRM, segundo sua autora.

Por esse motivo as dimensões subjetivas, base da formulação metodológica do IQRM, agregam indicadores qualitativos que emergem como um potencial de apreensão de fenômenos examinados como “[...] conteúdo das condições de vida”, observadas “[...] em escala regional, em território metropolitano, a partir de relação entre os modos de vida rural e urbano, ambos com questões sociais que justificam ações públicas com vias à ‘sustentabilidade do planeta’”. (ALENCAR, 2008, p. 110)

É neste contexto que Alencar (2008, p. 111) diz ter identificado como possibilidade o desenvolvimento de uma metodologia capaz de integrar “[...] em diagnóstico as diversidades socioeconômicas e ambiental”, expressas nos modos de vida rural e urbano “[...] de pessoas que vivem em região metropolitana, caracterizando as condições de vida e de identidade social.”

Trata-se de um indicador qualitativo que se apoia teoricamente na noção de ruralidade metropolitana, noção esta desenvolvida nos marcos do pensamento complexo de forma a possibilitar o reconhecimento da

[...] condição de rural e de urbano configurando um padrão de desenvolvimento em coexistência tensionada pela diversidade de modos de vida em relação com a natureza e sob a égide do capitalismo contemporâneo. (ALENCAR, 2008, p. 114)

Rural e urbano são apreendidos relacionalmente no metropolitano, como modo de vida, “sob a hegemonia do urbano”. (ALENCAR, 2006, p. 153), onde está posto que

A dinâmica metropolitana na RMS radicaliza a intensidade da condição urbana de aglomeração como evidência empírica e inspira a formulação da noção ruralidade metropolitana como recurso interpretativo à medida que dá elementos para requalificar o rural a partir das demandas da metrópole e das questões ambientais. (ALENCAR, 2008, p. 114)

E ainda que se reconheça, dirá a autora, que nos marcos dessa territorialidade erigida sob a égide da modernidade, “[...] a intensidade dos eventos constitutiva do ambiente teoricamente afastaria o rural por não acompanhar a modernidade”, será ela a responsável por

fazer “[...] emergir o rural como relação com a natureza, como modo de vida e potencial econômico, através de uma visão crítica sobre a qualidade de vida metropolitana.” (ALENCAR, 2006, p. 153)

Logo, trata-se de uma metodologia formulada com o propósito de operacionalizar o complexo a partir da noção de ruralidade metropolitana e com potencial de, ao ser aplicada, cumprir a função de revelar dimensões da realidade invisibilizadas em espaço metropolitano, mas possíveis de serem absorvidas empiricamente por meio da forma como esse espaço é produzido e organizado a partir da forma como a natureza é apropriada.

É nesse sentido que o rural é apropriado como noção interpretativa “[...] representando relações mais diretas com a natureza.” (ALENCAR, 2006, p. 153) Contudo, o projeto metropolitano adotado, ao qual cada município membro da RMS está intimamente atrelado, não incorporou, em sua dinâmica, a presença do mundo rural ali estabelecido, com toda sua singularidade de modos de vida, de sociabilidade, de trabalho e de relação com a natureza; ou seja, um rural que se expressa como natureza “[...] visível no lazer, no turismo, e na questão ambiental[...]”, mas, no entanto, foi invisibilizado ou “[...] está desqualificado como irrelevante na composição do indicador macroeconômico.” (ALENCAR, 2006, p. 153)

As tensões que compõe o IQRM são categorizadas em: (1) Tensões pela apropriação da natureza: apropriação da natureza por disputas entre o econômico e o não econômico; disputa entre os diferentes usos econômicos; disputa entre o rural e o urbano; e disputa entre o urbano e a natureza; usos geradores de riscos ambientais: produção de riscos e produção de eventos ambientais; e (2) Usos da natureza em atividades culturais: uso cultural como recursos naturais e uso cultural como natureza.

Essa categorização emerge a partir da análise do conteúdo dos eventos, como assinala Alencar (2007), onde estava evidenciada a presença da disputa pelo uso rural ou urbano da natureza, o que confere a categorização em termos de tensões rural-urbanas.

Como determinações, foram formuladas originalmente pela idealizadora do IQRM cinco sínteses de relações entre atributos de ruralidade metropolitana, a saber: (i) Determinação Geoambiental (DG), que tenciona ao opor as leis, demarcações, denúncias de riscos ou eventos ao uso em questão; (ii) Determinação Rural (DR), que tenciona ao permanecer os usos mais diretos da natureza, quer produtivo, social, simbólico ou cultural; (iii) Determinação Urbana (DU), quando usos são estabelecidos de forma mediada por processos ou instrumentos tecnológicos tornam menos evidente a existência da natureza; (iv) Determinação do Modo de

Ocupação (DMO), que denota ritmo e modo de apropriação da natureza, condicionada pela hegemonia da acumulação capitalista; e (v) Determinação do Conhecimento Científico (DCC), que expressa usos da natureza justificados ou contestados pela autoridade quanto às descobertas ou explicações científicas expressas em tecnologias de processo, de organização ou de equipamentos.

Após identificar as tensões e qualificar seu conteúdo por meio das determinações, o passo seguinte da metodologia é o reconhecimento das variáveis dependentes e independentes e das dimensões que a elas se ligam, conforme melhor esclarecido na citação a seguir pela própria formuladora da metodologia:

O conteúdo das tensões foi qualificado a partir da formulação de determinações que agrupam variáveis denominadas independentes e dependentes, e por dimensões predominantes nas variáveis - dentre as dimensões econômicas, culturais, políticas, naturais, subjetivas e de sociabilidade -, já apreendidas na escala regional do fenômeno. (ALENCAR, 2007, p. 119)

Desta forma,

Para testar a validade das determinações relacionou-se cada uma delas aos eventos geradores de tensões; todas as determinações, isoladamente ou em conjunto, foram identificadas na configuração das tensões. Logo, as determinações e suas variáveis não têm conteúdo a priori e sim como resultado de um processo histórico da realidade social, o que torna muito ampla a diversidade de ocorrências das variáveis. As variáveis independentes se referem aos elementos que condicionam as determinações e as variáveis dependentes se referem aos elementos condicionados ou decorrentes das independentes, identificando possibilidades de intervenção. (ALENCAR, 2007, p. 119)

É neste sentido que a autora concluirá que os *Indicadores Qualitativos de Ruralidade Metropolitana* (IQRM) são

O conjunto de **relações entre determinações, variáveis e dimensões predominantes nas tensões entre o rural e o urbano em ambiente metropolitano**. Em condições de **ruralidade metropolitana**, é possível inferir pelo IQRM elementos para tomada de decisão sobre diretrizes de desenvolvimento regional que privilegiem uma coexistência rural-urbana que potencialize conquistas humanas, empreendidas em meio aos constrangimentos da sustentabilidade, inerentes ao modo de produção capitalista, a favor da vida humana. (ALENCAR, 2008, p. 118)

Desta possibilidade metodológica, foram aprofundadas discussões sobre o potencial interpretativo e instrumental da noção e ruralidade metropolitana. (ALENCAR, 2006, 2007,

2008), além de inspirar o desenvolvimento de alguns estudos, que contribuíram para validação da metodologia (ALENCAR, 2007, 2008, 2009; PORCIÚNCULA, 2011, CAVALCANTE, 2012) Além disso, teve o seu potencial interdisciplinar e transdisciplinar avaliado e confirmado pelo Dr. Ubiratan d'Ambrósio⁹¹, que reconheceu que a sua base teórico-metodológica lhe confere a condição de não ser uma metodologia estática, logo, passível de ser aplicada tanto como método de abordagem, quanto como método de procedimento.

Na validação do IQRM no município de Dias d'Ávila, foi feito o primeiro recorte dessa metodologia, apreendendo apenas uma dimensão da natureza que fôra identificada como elemento da disputa rural-urbana. Dessa forma, foram capturados eventos que revelavam, em seu conteúdo, tensões nas relações rurais e urbanas em torno do elemento água, determinado pela forma como era apropriada pelos sujeitos e pelos agentes econômicos, responsáveis pela produção e organização do espaço urbano/industrial, no município de Dias d'Ávila-BA, a partir da década de 1970. (PORCIÚNCULA, 2011)

A base teórica e metodológica do IQRM permitiu que avançássemos ao propor indicadores específicos e relacionados somente às águas, ou seja, apenas a um dos elementos que compõe a natureza, que é mais ampla. Assim, ficando explicitado a escolha de apreender apenas a água como elemento da natureza em disputa entre os modos de vida rural-urbano, em espaço metropolitano, propusemos os *Indicadores Qualitativos de Tensões no Uso das Águas* (IQTA).

Estabelecer esse recorte metodológico para contemplar uma análise de tensões no uso da água foi possível exatamente por se tratar de uma metodologia desenvolvida numa base teórica não fechada em si, ou seja, que não dialoga com relações monocausais e com a simplicidade do reducionismo presente nas formulações cartesianas que relacionam uma causa específica ao desencadeamento de um efeito, também, específico. Ao contrário, trata-se de uma metodologia que dialoga com uma dinâmica complexa e diversa, que nos diz que a realidade a ser apreendida é síntese de múltiplas determinações.

⁹¹ Dr. Ubiratan D'Ambrósio é matemático e professor emérito da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), reconhecido mundialmente pela comunidade acadêmica por seus estudos na área de Etnomatemática, campo científico que discute sobre o ensino tradicional da matemática e como o conhecimento pode ser aplicado em diferentes contextos culturais. Ele foi laureado em 2001 pela Comissão Internacional de História da Matemática com o Prêmio Kenneth O. May por contribuições à História da Matemática e também ganhou em 2005 a medalha Felix Klein, pela Comissão Internacional de Instrução Matemática, por conta de suas contribuições no campo da educação matemática. (Fonte: blog do próprio professor, disponível em: <http://ubiratan.mat.br/>). É reconhecido como uma autoridade sobre a inter e transdisciplinaridade. A avaliação da metodologia do IQRM foi feita pelo Dr. Ubiratan quando da realização da XVII Semana de Mobilização Científica (SEMOC), realizada em 2014, pela Universidade Católica do Salvador, na mesa de pesquisa intitulada *Metodologia de abordagem do IQRM: interdisciplinaridade em pesquisas socioespaciais rumo à transdisciplinaridade*.

A apreensão dessas determinações é algo que se processa pelo exercício analítico de síntese. Nesse processo, a realidade objeto de interesse é perscrutada através do levantamento de evidências, cujos conteúdos são transportados ao ambiente teórico e reflexivo no qual se reconhece quais determinações são explicações representativas do evento.

Nesse sentido, é possível entender a complexidade, por meio de múltiplas determinações, singularidades, contradições e tensões, na perspectiva que vimos discutindo, contida na dinâmica da vida que se materializa no espaço metropolitano com diferentes relações que os sujeitos rurais e urbanos, bem como os agentes econômicos, estabelecem com as águas.

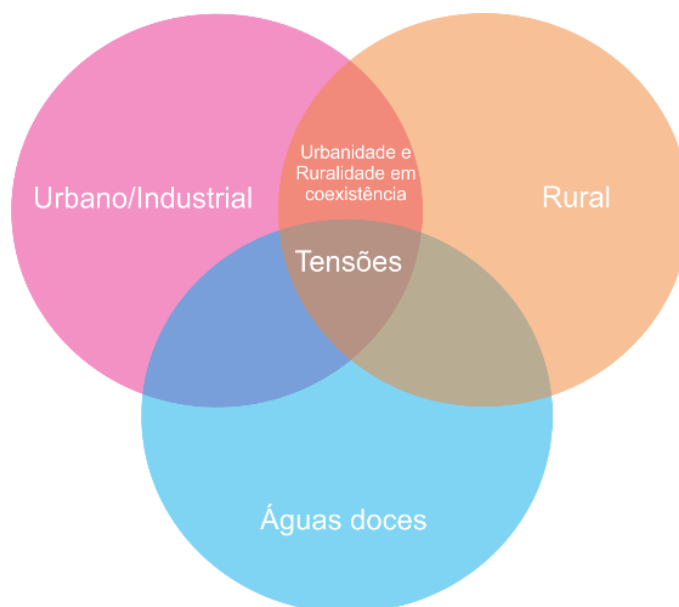
É válido ressaltar que ao construir o ambiente discursivo, no qual compreendemos as tensões no uso das águas no espaço metropolitano, o fizemos também como crítica ao esgotamento do modelo civilizatório urbano/industrial atual, buscando nos distanciar das análises puramente quantitativas e disjuntivas que envolvem a temática.

Logo, não se trata de uma metodologia que buscou incorporar apenas eventos que revelam a disponibilidade hídrica ou a degradação dos mananciais de águas doces no espaço metropolitano; ou que se refira apenas aos efeitos da urbanização/industrialização, sobretudo, evidenciados na forma com que o ideal de modernidade é alcançado ao se apropriar das águas e paradoxalmente comprometer sua qualidade.

Trata-se de reconhecer a presença de “sinais” de outro padrão civilizatório (ALENCAR, 2003) que se expressam de forma contra-hegemônica em espaço metropolitano, de onde emerge uma ruralidade que também se expressa como potencial de desenvolvimento humano alcançado na forma com que os sujeitos rurais e urbanos se relacionam culturalmente com as águas.

Na figura a seguir, representamos o modo como assimilamos cognitivamente o ambiente discursivo de onde emergem as tensões territoriais no uso das águas na RMS, considerando que o ponto de intersecção entre os três círculos, onde se encontram o rural e o urbano/industrial, expressa a coexistência tencionada pelo uso da água.

Figura 27 – Representação do “lugar” das tensões no uso da água.



Fonte: Elaborado pela autora.

É neste sentido que assimilamos uma dimensão da ruralidade metropolitana que se expressa tanto através da relação com as águas – ainda que de modo tensionado, mas que, ao ser reivindicada pelos sujeitos, emerge como possibilidade de mudança do quadro de degradação vivenciado na atualidade – quanto através daqueles que reivindicam o pleno acesso ao serviço regular de abastecimento de água como resposta à adesão ao modelo civilizatório urbano.

Trata-se de uma discussão que também é construída a partir do olhar que busca compreender como o modelo civilizatório atual, pautado hegemonicamente na lógica urbana e industrial, impõe-se frente às possibilidades de relações culturais com as águas, impedindo ou comprometendo a sua existência, sustentada pelo discurso da modernidade. Contudo, essa modernidade é posta em xeque quando, durante os longos períodos de suspensão do fornecimento de água, as inúmeras fontes (naturais e as antigas fontes públicas) são requisitadas como única forma de acesso à água. Não obstante a sua importância, estão todas abandonadas pelo poder público.

A aplicação do IQTA teve como objetivo identificar evidências empíricas que tensionam os modos de vida rural e urbano na relação com o uso das águas em espaço metropolitano, relações estas que, não obstante, foram invisibilizadas e/ou subalternizadas no discurso daqueles que planejaram, produziram e organizam esse espaço como lugar de conflito pelo uso da água.

Tensões e conflitos pela apropriação e uso das águas doces é uma realidade vivenciada em muitos países e regiões: tanto por aqueles que são historicamente marcados pelo quadro de escassez de água doce, devido às rigorosas condições geoclimáticas, quanto por aqueles outros, cuja abundância hídrica contrasta com o quadro de poluição provocado pelo ritmo e intensidade com que o processo de produção socioespacial, inerente ao modo de produção capitalista que se desenvolve, apropriando-se e consumido a natureza, paradoxalmente, ao mesmo tempo em que a degrada. O Brasil apresenta as duas conflitualidades. (TUCCI, 2009; VERISSÍMO, 2010; RIVAS, 2016)

Esse modo de apropriação e uso das águas doces, quando em ambientes urbanizados/industrializados, promoverá a escassez da água, a intensificação dos usos disponíveis, o comprometimento da sua qualidade, devido à presença de uma série de atividade poluidoras, bem como as tensões e os conflitos por sua apropriação e uso. (VERISSÍMO, 2010; PORCIÚNCULA, 2011; PEREIRA, 2014; RIVA, 2016)

As situações de conflito pelo uso da água não são recentes no País e vêm se agravando ao longo do tempo em diversas regiões brasileiras. Na medida em que aumentam as áreas irrigadas e as concentrações urbanas e intensifica-se o uso industrial, colocam-se em conflito diferentes formas de utilização dos recursos hídricos. (PEREIRA, 2014, p. 35)

Conflito é uma categoria empregada para se referir ao choque entre os diferentes agentes produtores do espaço urbano-industrial⁹² que, motivados por diferentes propósitos, buscam atender

⁹² O reconhecimento dos agentes que produzem o espaço urbano é aquele estabelecido por Roberto Lobato Correia (1995), quando identifica que tais agentes fazem e refazem o espaço urbano. Nesse sentido, o autor, destacará como agentes sociais os proprietários dos meios de produção, sobretudo os grandes industriais; os proprietários fundiários; os promotores imobiliários; o Estado, e por fim; os grupos sociais excluídos. Assim entendidos pelo autor: “(i) Os grandes proprietários industriais e as grandes empresas comerciais são, em razão da dimensão de suas atividades, grandes consumidores de espaço. Necessitam de terrenos amplos e baratos que satisfaçam requisitos locacionais pertinentes às atividades de suas empresas – junto a portos, a vias férreas ou em locais de ampla acessibilidade à população; (ii) Os proprietários de terras atuam no sentido de obterem a maior renda fundiária de suas propriedades, interessando-se em que estas tenham o uso mais remunerador possível, especialmente uso comercial ou residencial de status. Estão interessados no valor de troca da terra e não no seu valor de uso. Alguns dos proprietários fundiários, os mais poderosos, poderão até mesmo ter suas terras valorizadas através do investimento público em infraestrutura, especialmente viária; (iii) Por promotores imobiliários, entende-se um conjunto de agentes que realizam, parcialmente ou totalmente, as seguintes operações: incorporação; financiamento; estudo técnico; construção ou produção física do imóvel; e comercialização ou transformação do capital-mercadoria em capital-dinheiro, agora acrescido de lucro. (iv) O Estado atua também na organização espacial da cidade. Sua atuação tem sido complexa e variável tanto no tempo como no espaço, refletindo a dinâmica da sociedade da qual é parte constituinte. Os grupos sociais excluídos são aqueles que não possuem renda para pagar o aluguel de uma habitação digna e muito menos para comprar um imóvel. Este é um dos fatores, que ao lado do desemprego, doenças, subnutrição, delineiam a situação social dos grupos excluídos. A estas pessoas restam como moradia: cortiços, sistemas de autoconstrução, conjuntos habitacionais fornecidos pelo agente estatal e as degradantes favelas”. (CORREIA, 1995)

as suas necessidades de água; a tensão é, nesta tese, uma categoria analítica de contradições com potencial de gerar sínteses que conciliem o conflito ou produzam cooperações.

Veríssimo (2010, p. 21), ao analisar o que se entende por conflito relacionado ao uso da água, considera que usualmente se trata de uma palavra que “[...] remete para uma relação de oposição entre indivíduos, grupos ou países, que surge por divergências de sentimentos, opiniões, ideias e/ou ideais, levando à perturbação na tomada de decisões e ações”.

Nesta perspectiva, o conflito é percebido no âmbito das relações entre contrários que se estabelecem em torno dos diferentes usos a que a água se destina, podendo resultar em tomada de decisões e acordos multilaterais que visam equacionar interesses opostos e assimétricos sobre tais usos. (VERÍSSIMO, 2010)

Entretanto, o uso da palavra conflito é utilizada de forma limitante e adequada a uma perspectiva de leitura da realidade, onde os esforços para equacionar os interesses contraditórios partem de uma concepção maniqueísta de lidar com o problema de onde emerge o conflito, ou seja, é sempre procurado identificar o lado mais forte versus o lado mais fraco, os usos mais importantes economicamente versus os menos importantes e assim por diante, em acordo com os interesses dominantes.

Nessa perspectiva, é aceitável, por exemplo, que os usos da água considerados impulsionadores do desenvolvimento econômico de uma determinada região ou até mesmo de um país, como no caso da energia hidrelétrica no Brasil – logo, os recursos hídricos – sejam amplamente protegidos e regulados de forma mais eficiente pelo Estado, em detrimento dos usos não econômicos aos quais a água também se destina. E essa decisão ocorrerá independentemente da participação popular, representada pelos comitês de bacias hidrográficas que, atualmente, encontram dificuldades para agir plenamente⁹³.

Neste estudo, cuja orientação teórico-metodológica é dialética, o conflito é entendido como sendo um tipo de tensão, entretanto, nem toda tensão é considerada um tipo de conflito. Ou seja, a tensão aqui é a unidade dos contrários com condições de possibilidade de nova síntese, diferente do conflito que se encerra em si.

⁹³ “Segundo Ana Cristina Mascarenhas, especialista em direito ambiental e recursos hídricos, a maior dificuldade está na falta de estruturação dos comitês de bacia, principalmente por falta de recursos financeiros. Ela argumenta que a indefinição da origem e do montante dos recursos a serem aplicados, a forma de repasse e a burocracia, emperram o processo e contribuem para a **ineficácia dos comitês, deixando-os à mercê de interesses políticos conjunturais**. Para a especialista, **órgãos gestores ignoram deliberações aprovadas pelos comitês de bacia, contribuindo para o descrédito do modelo**. Entre outras questões desafiadoras apontadas por Ana Cristina, estão também o pouco envolvimento da sociedade, a adoção da bacia hidrográfica como unidade de planejamento diferente da divisão política do país e a compatibilização das atribuições institucionais em rios de domínio federal e estaduais”. (SENADO FEDERAL, 2017, grifo nosso)

Nesta perspectiva, a tensão não representará necessariamente algo negativo; como unidade dialética, poderá expressar elementos positivos e capazes apenas de serem assimilados quando a questão se torna uma evidência da realidade impossível de ser ignorada. Além disto, esses elementos positivos podem também expressar um dado completamente novo da realidade que pode não ter sido compreendido anteriormente. (ALENCAR, 2008)

A tensão é uma noção apropriada para fundamentar discursivamente uma apreensão da realidade metropolitana que se expressava através da relação rural-urbana, tida por Alencar (2006) como realidades que evidenciam modos de vida em interação e complementariedade, num mesmo espaço, o metropolitano. Revela, com isso, a presença de uma ruralidade, que é qualificada como metropolitana. (ALENCAR, 2006, 2008)

Neste estudo, essas tensões refletirão a disputa pelo uso da água, qualificadas como territoriais. O territorial é referente a território que, por sua vez, é um conceito que expressa, em sua formulação teórica, as relações de poder que emergem num determinado espaço geográfico. (RAFFESTIN, 1993; SOUZA, 1995)

Contudo, o poder que define o território não é um poder qualquer, mas, sobretudo, aquele que emana da dimensão política contida nas relações sociais. (SOUZA, 2013, p. 88) Mas analisar o território apenas a partir da dimensão poder, embora seja necessário por se tratar da dimensão fundante da concepção de território, é insuficiente. Isto porque outras dimensões também são extremamente importantes para a constituição de territórios, como a dimensão cultural, que se refletirá através do simbolismo, das identidades e das teias de “significados”, bem como a dimensão econômica, que se expressa, especialmente, através do trabalho, dos processos de produção e de circulação de bens. (SOUZA, 2013, p. 88)

Não obstante todas essas dimensões sejam extremamente importantes para compreender como se formam os territórios, elas por si só são insuficientes para auxiliar a reconhecer quem domina ou influencia um determinado espaço.

A questão primordial, aqui, não é, na realidade, quais são as características geoecológicas e os recursos naturais de uma certa área, o que se produz ou quem produz em um dado espaço, ou ainda quais as ligações afetivas e de identidade entre um grupo social e seu espaço. Estes aspectos podem ser de crucial importância para a compreensão da gênese de um território ou do interesse por toma-lo ou mantê-lo [...], mas o verdadeiro Leitmotiv é o seguinte: quem domina ou influencia e como domina ou influencia esse espaço? Este Leitmotiv traz embutida, ao menos de um ponto de vista não interessado em escamotear conflitos e contradições sociais, a seguinte questão inseparável, uma vez que território é essencialmente um instrumento de exercício de poder: quem domina ou influencia quem nesse espaço, e como? (SOUZA, 2013, p. 78-79)

Com isto, através do conteúdo, evidências de tensão territorial no uso da água, é possível reconhecer quem constitui as forças hegemônicas, contra-hegemônicas e subalternas que coexistem de forma tensionada no espaço da RMS, dominado e/ou influenciando no modo como esse espaço é produzido e organizado na relação com as suas águas.

4.2 O IQTA EM ESPAÇO REGIONAL METROPOLITANO

As evidências empíricas de tensões territoriais configuradas na disputa pelo uso das águas na RMS foram apreendidas num período de 11 anos, de 2005 a 2015. Trata-se de um período relativamente curto, considerando os 40 anos de formação dessa região, contudo essa é uma periodização que consideramos capaz de revelar uma série de processos que culminaram, no século XXI, em disputas e tensões pelo uso das águas em espaço regional metropolitano.

A confluência de múltiplos eventos relacionados às águas, nesse período, estaria diretamente associada à forma como o espaço dessa região foi produzido e organizado de acordo com as concepções de Natureza que emergem do Planejamento Metropolitano e do modelo civilizatório de desenvolvimento urbano/industrial, os quais, sendo hegemônicos, acabaram por tensionar modos de vida e de relações socioespaciais que se expressam na forma pela qual sujeitos rurais e urbanos se apropriam das águas doces na RMS.

Assim, ruralidade e urbanidade se encontram num mesmo espaço complexo, o metropolitano, onde está configurada a disputa territorial pelo uso da água, o que torna possível falar em ruralidade onde a urbanização induzida pela industrialização produziu territórios tensionados como lugar de conflito, tendo em vista que se constituir como território supõe a apropriação de espaços por diferentes sujeitos e agentes econômicos que produzem e reproduzem diferentes interesses. (PORCIUNCULA; ALENCAR, 2014)

Utilizamos jornais impressos e digitais como principal fonte de pesquisa para a identificação das evidências. Cabe mencionar que se trata de uma fonte amplamente utilizada na pesquisa historiográfica. (THOMPSON, 1981; LAPUENTE, 2015)

E, como explica Lapuente (2015), a desconfiança que havia com relação ao uso de jornais no Brasil, sobretudo na década de 1970, não mais se justificaria na atualidade, dado o reconhecimento da validade da pesquisa qualitativa. Com isto, o uso de jornais é, segundo o autor, amplamente utilizado como uma importante fonte histórica de pesquisas qualitativas em países da Europa, como a França, desde a década de 1970. (LAPUENTE, 2015, p. 1)

No entanto, como toda fonte de pesquisa, advertirá Lapuente (2015, p. 01) “[...] os jornais devem ser utilizados criticamente” pelo pesquisador, “[...] para não correr o risco de se deixar levar pelo discurso da fonte e, conseqüentemente, realizar uma análise precipitada, acrítica e superficial”. Para evitar esse tipo de risco, a pesquisa precisa ter uma fundamentação teórica e metodológica que oriente o uso do jornal.

Dessa forma, as evidências são notícias cujo conteúdo se refere a situações ou eventos que envolvem problemas diversos nos quais a água é o elemento central da questão que tendo alcançado repercussão – em muitos casos como resultado de comoção social ou pela visibilidade que a questão assume, sobretudo, nos dias que antecedem as datas comemorativas do Meio Ambiente e do dia Internacional da Água –, acabam por ganhar notoriedade midiática.

Dito isto, o principal periódico escolhido neste estudo foi o jornal *A Tarde*, por ter circulação regular desde sua fundação em 1904. Outros jornais foram utilizados, no entanto, seu uso esteve restrito à ocorrência de eventos extremos, envolvendo as águas em Salvador e sua RM, que tenham gerado grande repercussão na opinião pública. Assim, destacamos o uso de jornais de circulação local e regional, tratados como fontes auxiliares de pesquisa, tais como: *Correio**, *Tribuna da Bahia*, *É Massa!*, *Dias d’Ávila Acontece*, *Candeias Mix*, *Madre Notícias*, *Fala Simões Filho*, *Folha do Recôncavo*, entre outros.

A pesquisa foi realizada na Biblioteca Central dos Barris, no Setor de Periódicos, durante os meses de agosto a outubro de 2015, dois turnos por dia. A cada dois dias de trabalho, conseguíamos finalizar um ano do período pesquisado⁹⁴ (2005 a 2015). Nessa atividade, contamos com o apoio de uma equipe composta por dois bolsistas⁹⁵ de Iniciação Científica, dois voluntários⁹⁶ e a própria pesquisadora. Foram utilizadas máscaras faciais e luvas para proteção pessoal e preservação dos jornais analisados. As Figuras 28 a 31 apresentam o levantamento de evidências em periódicos, Biblioteca Central dos Barris (ago./set. 2015).

⁹⁴ Essa regularidade foi interrompida por conta de feriados e demais imprevistos.

⁹⁵ Bolsistas de Iniciação Científica: aluna da graduação em Engenharia Civil, UCSAL, Fernanda Flores; aluno da Graduação em Geografia, UCSAL, Raimundo de Carvalho, ambos membros do Grupo de Pesquisa Desenvolvimento Sociedade e Natureza (DSN).

⁹⁶ Everton Santana Santos, meu namorado e professor de Educação Física, e meu irmão, Pablo Luís Luz da Porciuncula.

Figura 28 - Bolsista PIBIC, Fernanda Flores, UCSAL/DSN.



Fonte: Acervo pessoal.

Figura 29 - Bolsista PIBIC, Raimundo Carvalho, UCSAL/DSN.



Fonte: Acervo pessoal.

Figura 30 - Voluntário Pablo Luiz Luz da Porciuncula.



Fonte: Acervo pessoal.

Figura 31 - Voluntário Everton Santana Santos.



Fonte: Acervo pessoal.

O levantamento das evidências obedeceu aos seguintes critérios de natureza metodológica: a) Observância da área de trabalho, busca apenas por notícias que se referissem diretamente à Região Metropolitana de Salvador (RMS) e/ou aos seus 13 municípios⁹⁷: Salvador, Camaçari, Lauro de Freitas, Simões Filho, Candeias, Dias d'Ávila, São Sebastião do Passé, Mata de São João, Vera Cruz, São Francisco do Conde, Pojuca, Itaparica e Madre de Deus; b) Identificação de notícias que contivessem as seguintes palavras e/ou expressões chaves: água, falta d'água, desabastecimento, infraestrutura, risco, abandono, abastecimento, lagoa, rio, córrego, canal, recurso hídrico, poluição da água, barragem, fonte, poço, cisterna, dique, saneamento, meio ambiente, parques, área de preservação permanente (APP) e área de preservação ambiental (APA).

As notícias, após sua identificação no periódico, eram fotografadas e agrupadas em banco de dados, organizado por ano/mês, para, em seguida, serem avaliadas e qualificadas como sendo ou não uma evidência. Após serem reconhecidas como evidência, foram inseridas no Quadro 6, que reúne evidências, tensões e determinações. (Anexo B)⁹⁸

Com o propósito de expandir a busca por notícias que contemplassem alguns municípios raramente citados (p. ex. São Francisco do Conde, Candeias, Simões Filho, Pojuca, São Sebastião do Passé) nos jornais publicados na metrópole, passamos a realizar buscas *online* em periódicos locais. Com o suporte do *Guia de Mídia*, anuário de mídia *online* com atualizações constantes, foi possível encontrar listados os endereços eletrônicos de jornais, rádios e revistas, em diferentes escalas (regional, municipal e local). A partir daí, selecionamos os municípios da RMS que nos interessavam e identificamos os periódicos locais.

Por fim, a busca nesse tipo alternativo de fonte local nos auxiliou a esgotar as possibilidades de encontrar evidências na escala do município e que, por algum motivo, foram ignoradas pelo jornal de grande circulação, produzido na metrópole Salvador. Logo ficou

⁹⁷ De acordo a última composição datada de 2014.

⁹⁸ Chamamos a atenção para a descontinuidade cronológica das notícias, dito isto, dificilmente se encontrará todos os dias de um mês sequenciados e isso se deveu a dois fatores: ausência de notícias em alguns dias checados e eventuais interrupções no recebimento diário do jornal A Tarde pela Biblioteca Central. Salientamos que essa informação nos foi dada pelos funcionários do setor de Pesquisa e Leitura, ao questionarmos a falta de alguns jornais dos lotes mensais verificados. Por fim, cabe mencionar que o referido setor da Biblioteca Central possui uma dinâmica própria para o fornecimento dos jornais a serem verificados, sendo disponibilizados apenas três meses por vez.

revelada a importância desse tipo de periódico local como a única forma de tornar visível a questão das águas na escala local e que para os sujeitos do lugar tem relevância.

Em seguida, as evidências foram mais uma vez submetidas ao crivo analítico para serem categorizadas de acordo com as seguintes tensões: T-1 - Tensões pela apropriação da água: apropriação da água por disputas entre o econômico e o não econômico, disputa entre os diferentes usos econômicos, disputa entre o rural e o urbano e disputa entre o urbano e a água; T-2 - Usos geradores de riscos ambientais: produção de riscos e produção de eventos ambientais e; T-3 - Usos da água em atividades culturais: uso cultural como recursos naturais e uso cultural como água.

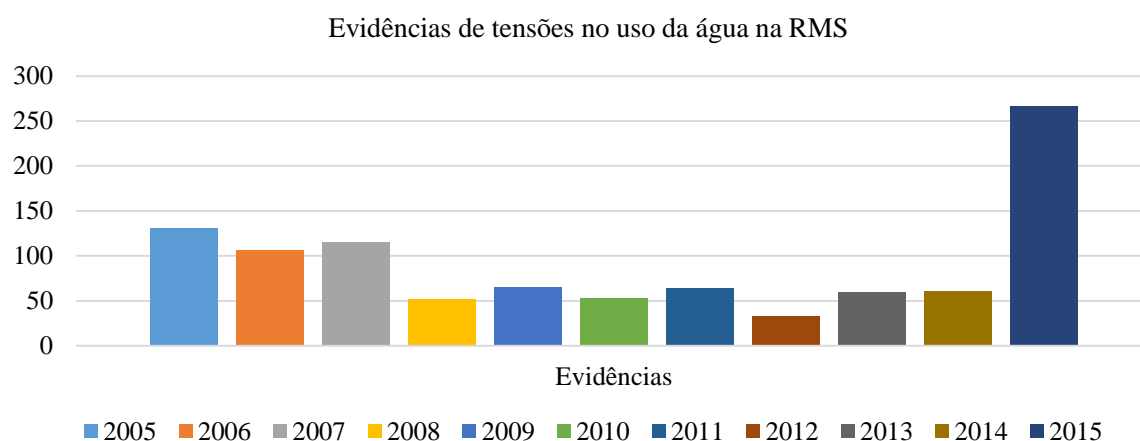
Após categorizar as evidências de acordo com o conteúdo de cada tensão, o próximo passo foi qualificar esse conteúdo a partir de seis determinações que explicam o fenômeno e possibilitam agrupar variáveis independentes e dependentes. Tais variáveis se relacionam às dimensões predominantes nessas variáveis – as dimensões econômicas, culturais, políticas, naturais, subjetivas e de sociabilidade –, apreendidas na escala regional do fenômeno.

As determinações são: Determinação Geoambiental (DG), que tensiona ao opor as leis, demarcações, denúncias de riscos ou eventos ao uso da água; Determinação Rural (DR), que tensiona ao permanecerem os usos mais diretos da água, quer produtivo, social, simbólico ou cultural; Determinação Urbana (DU), quando usos são estabelecidos de forma mediada por processos ou instrumentos tecnológicos que torna menos evidente a existência dos mananciais; Determinação do Modo de Ocupação (DMO), que denota ritmo e modo de apropriação da natureza, com risco ou comprometimento dos mananciais, condicionada pela hegemonia da acumulação capitalista; Determinação do Conhecimento Científico (DCC), que expressa usos da água justificados ou contestados pela autoridade das descobertas ou explicações científicas expressas em tecnologias de processo, de organização ou de equipamentos; e, por fim, a Determinação do Planejamento (DP), que expressa a orientação do modelo de desenvolvimento metropolitano para a apropriação da natureza e uso das águas regulado e/ou justificado pela ação institucional e administrativa. Esta última Determinação foi formulada nesta Pesquisa, enquanto as demais emergem diretamente do IQRM.

As determinações, suas variáveis independentes e dependentes, bem como as dimensões que a elas se ligam estão organizadas nos quadros 7 e 8, no final dessa sessão.

De acordo com o IQTA, pudemos identificar a existência de 1006 evidências de tensões no uso da água em espaço regional metropolitano, entre os anos de 2005 e 2015. Como pode ser visualizado no gráfico a seguir, o ano em que mais incidiram evidências desse tipo de tensão foi o de 2015, com 266 evidências, e o ano que menos incidiu foi o de 2012, com 33 evidências identificadas⁹⁹.

Figura 32 - Evidências de tensões no uso da água na RMS



Fonte: Dados da pesquisa.

A maior frequência das evidências de tensões no uso da água, no último ano do levantamento, reflete como numa síntese a intensidade da dimensão urbana tensionada e tensionando a condição rural pela apropriação das águas, onde se registram conteúdos que vão desde a suspensão no fornecimento de água, em períodos superiores a 48h, caracterizado, segundo a metodologia como um evento ambiental; as altas perdas no sistema de distribuição de água; a degradação crescente dos cursos dos rios por despejo de efluentes domésticos e industriais; a ocupação irregular em áreas de proteção permanente (APP) de rios e lagoas; o uso recreativo dos lagos dos reservatórios, desaconselhado dada a falta de segurança e a qualidade ruim das águas; ao comprometimento de atividades culturalmente estabelecidas, como a pesca, devido a degradação das águas dos rios, dentre outros¹⁰⁰.

⁹⁹ Referente aos demais anos, tem-se: 2005, 131 evidências; 2006, 106 evidências; 2007, 115 evidências; 2008, 52 evidências; 2009, 65 evidências; 2010, 53 evidências; 2011, 64 evidências; 2013, 60 evidências e; 2014, 61 evidências.

¹⁰⁰ Vide quadro geral das tensões, no anexo.

Figuras 33, 34, 35 e 36 - Moradores da Santa Luzia, Lobato, pegando água num carro pipa, após longo período sem o abastecimento de água pela Embasa. A presença da Polícia Militar e do Exército para conter a multidão é um elemento a mais que revela a tensão da situação. Abril de 2015.



Fonte: Acervo pessoal.

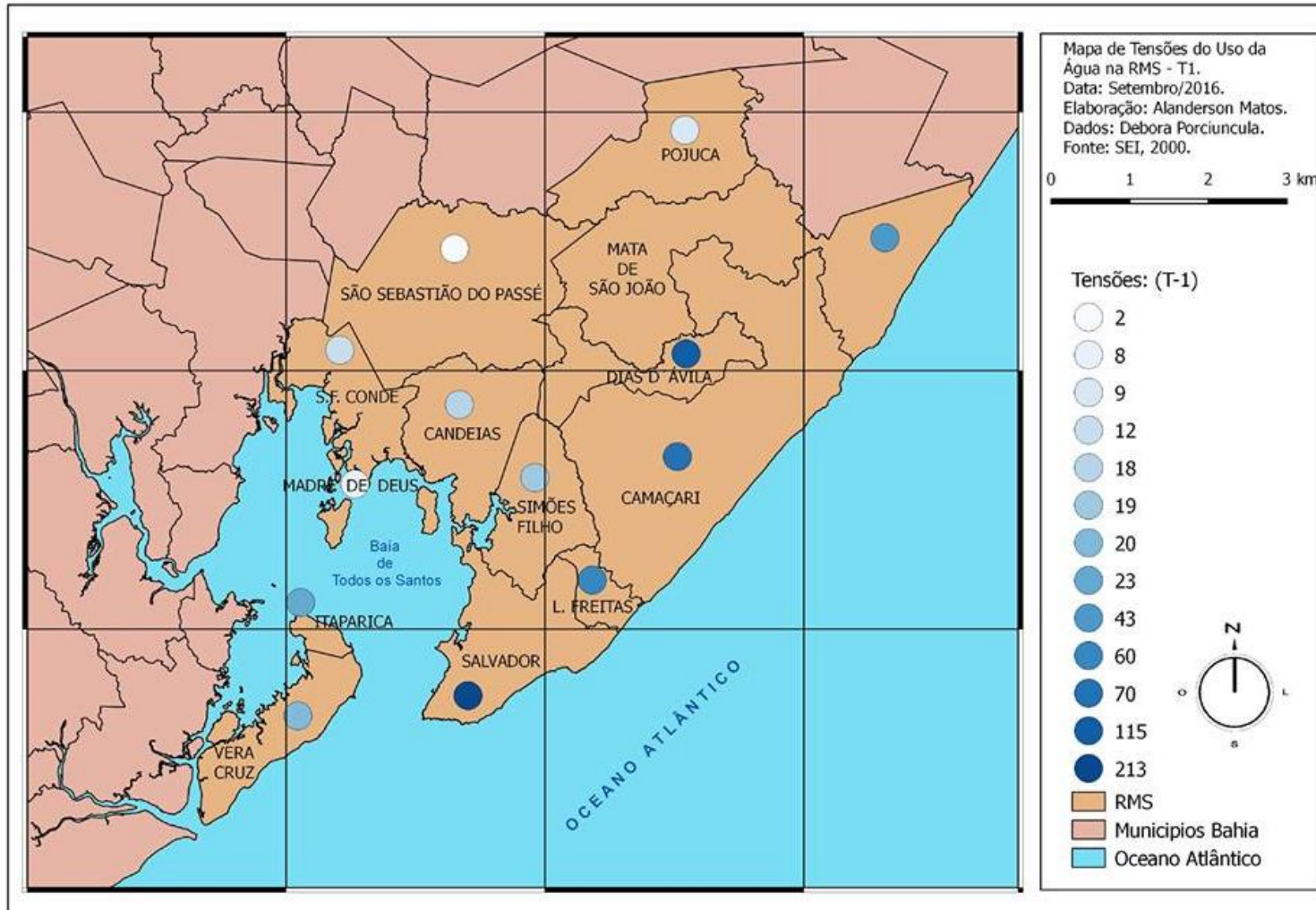
Como as evidências indicam o município e, muitas vezes, o bairro de onde emergem foi possível espacializá-las e produzir os mapas de tensões no uso da água na RMS, referente a cada uma das tensões: T-1; T-2 e T-3¹⁰¹.

É possível perceber, na figura 37, a seguir, a predominância das tensões pela apropriação da água (T-1), incidindo majoritariamente nas áreas onde a exploração e a demanda por água para usos urbano e industriais¹⁰² são intensivas.

¹⁰¹ Metadados no anexo B.

¹⁰² As indústrias do Polo Petroquímico de Camaçari e do Centro Industrial de Aratu que, junta,s reúnem os segmentos **de metalurgia do cobre, têxtil, bebidas, celulose, pneus, fertilizantes, energia eólica, química e petroquímica, alimentícia, sabões e detergentes sintéticos, laminados longos de aço, químicos orgânicos, resinas termoplásticas embalagens (metálicas e de plástico), artefatos de concreto e similares; abastecimento** das engarrafadoras de água mineral.

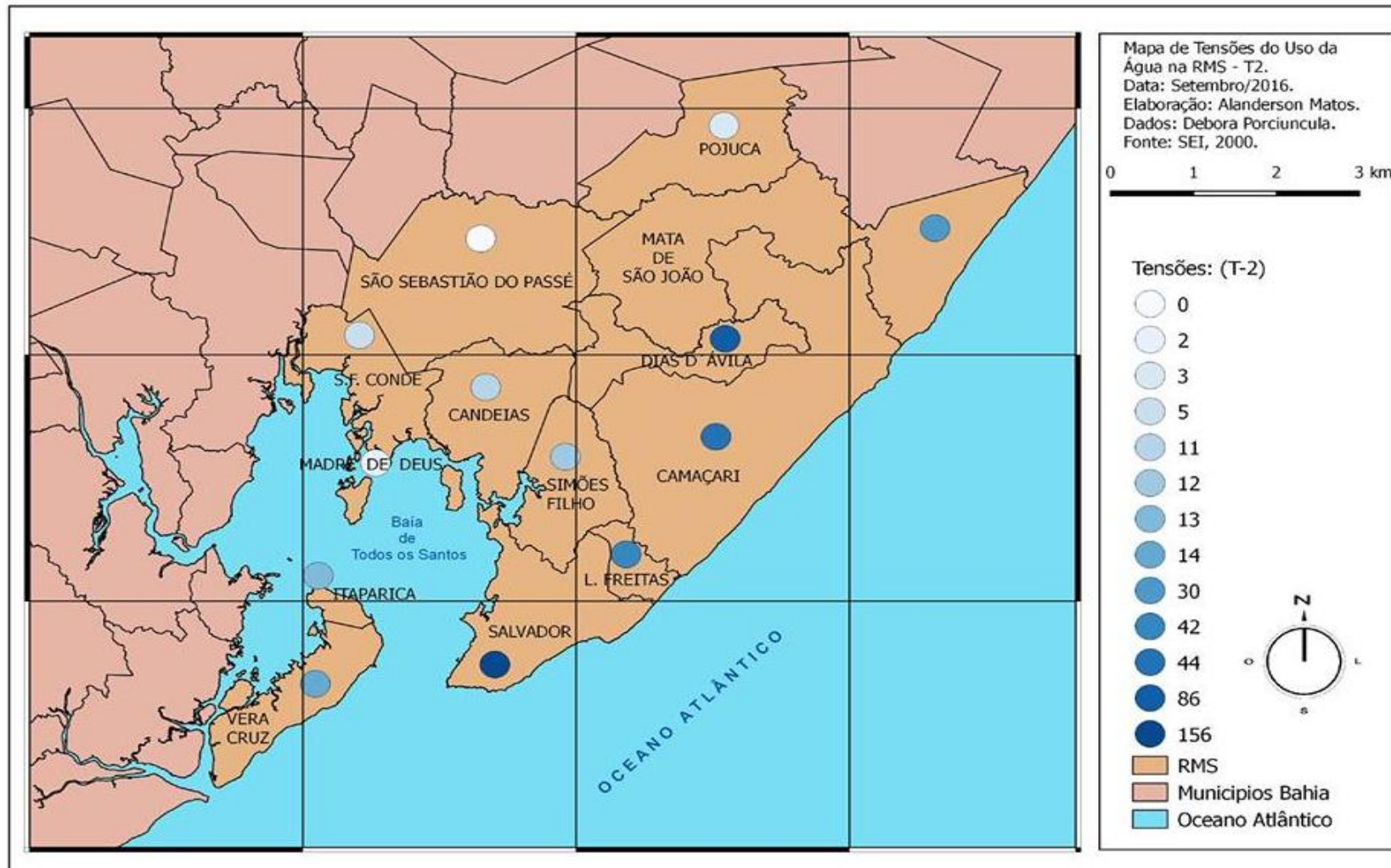
Figura 37 - Tensões pela apropriação das águas (T-1).



Fonte: SEI (2000).

Na figura 38, a tensão é a geradora de riscos e eventos ambientais T-2 que, embora com menor incidência do que a primeira, segue o mesmo padrão de distribuição espacial, ocorrendo quase com a mesma intensidade e nos mesmos municípios onde incidem a T-1. A ocorrência da T-2 reflete a questão das águas na ruralidade metropolitana.

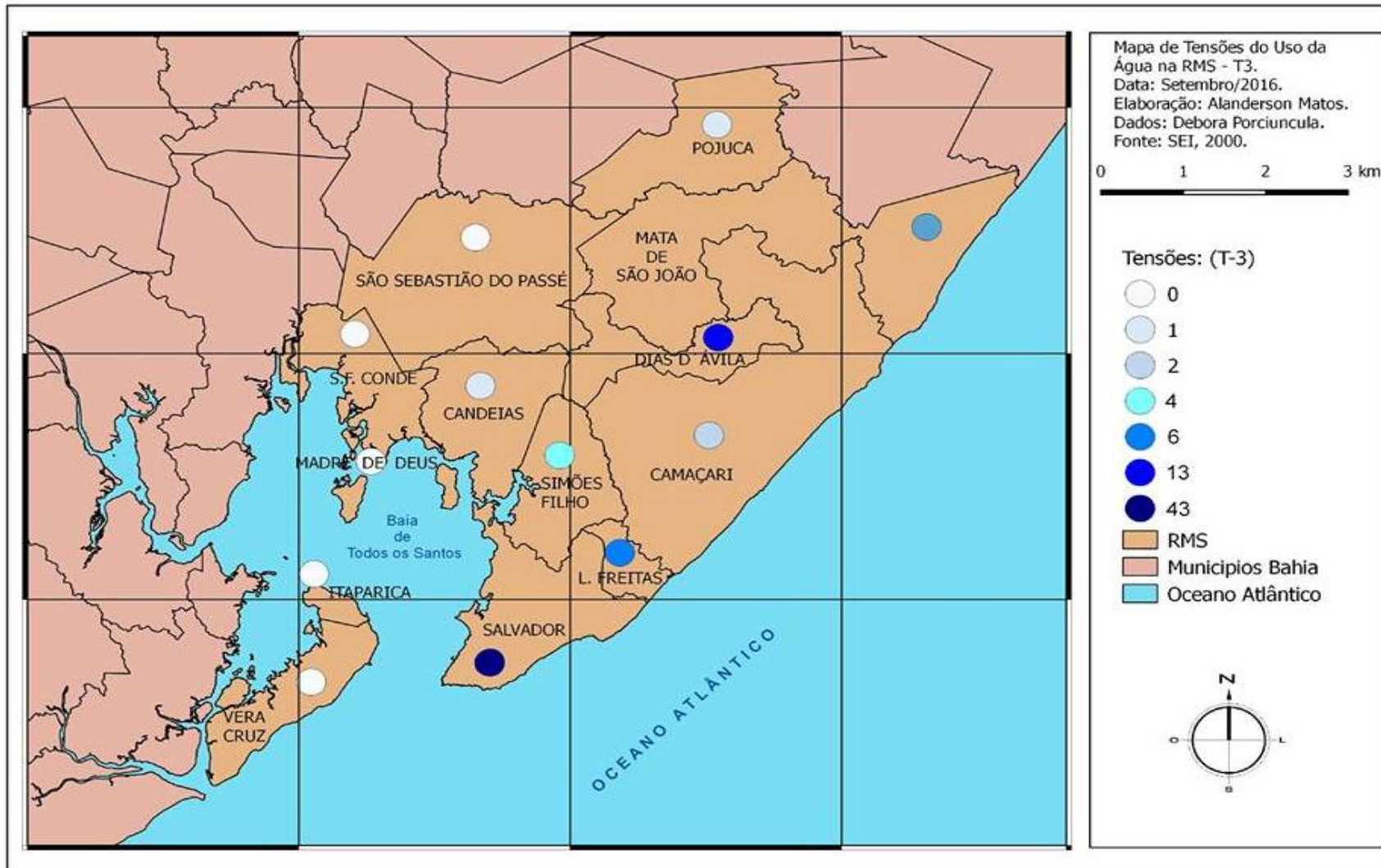
Figura 38 – Tensões geradora de riscos e eventos ambientais (T-2).



Fonte: SEI (2000).

Na Figura 39, aparecem as tensões no uso da água em atividades culturais (T-3) que, embora apresentem uma menor frequência se comparada às demais, confirma o êxito do modo de vida urbano, como modo hegemônico. No entanto, essa tensão é representativa da permanência da ruralidade que, em espaço metropolitano, expressa a presença de um movimento contra-hegemônico que continua se apropriando das águas culturalmente, como natureza, através, da religiosidade, do lazer, da pesca, da contemplação ou dos demais usos não econômicos estabelecidos com as águas.

Figura 39 – Tensões no uso da água em atividades culturais (T-3).



Fonte: SEI (2000).

Para exemplificar, demonstramos, a seguir, algumas tensões no uso da água, classificadas de acordo com as categorias anteriormente mencionadas, identificando as determinações – rurais, urbanas, geoambientais, do modo de ocupação, do conhecimento científico e do planejamento – que as explicam:

1. Tensões pela apropriação das águas:

Descaso da Embasa - “A Embasa, quando se instalou em Arembepé, para alegria da comunidade, informou que todos poderiam desativar seus poços artesianos, pois o abastecimento de água potável estava garantido. Alguns, inclusive eu, acreditando na qualidade dos serviços dessa empresa, assim procedi e, hoje, tenho amargado momentos difíceis com a escassez de água e com o descaso. Não sei se é coincidência, [...] hoje, ficamos até uma semana sem água. Espero que A TARDE divulgue esse desabafo e que o novo governo eleito oriente a Embasa no sentido de propiciar um atendimento digno ao povo dessa localidade”. (DESCASO da Embasa..., 2007, p. 2) **DU; DP**

[...] O problema mais grave que [os moradores] apontam não é o de água para beber, pois a distribuição é feita desde o final de 2007 pela Embasa. [...] A Embasa chegou em agosto do ano passado, extinguindo o hábito de buscar água nas fontes e cisternas de Ilha dos Frades ou em Madre de Deus, quando das estiagens. [...] De acordo com dados oficiais veiculados no site oficial da Seinfra, o sistema de abastecimento de Bom Jesus é composto por 3,6 km de tubulação subaquática em terra firme, que trazem através das adutoras a água de Pedra do Cavalo após tratamento em Candeias. (MORADORES..., 2008, p. 8) **DU; DP**

Sou um cidadão brasileiro, baiano e soteropolitano. Na nossa residência, usamos água como em qualquer outro lugar do mundo. Lavamos roupas, tomamos banho, etc. Resido na zona urbana, no bairro de Matatu de Brotas, em um prédio na frente da rua principal, área considerada o coração do bairro. Não temos cisternas, e nem chafariz onde poderíamos nos abastecer. Portanto, estou indignado com a empresa responsável pelo abastecimento de água, por nos deixar vários dias na seca, achando que estamos na zona rural, onde pelo menos existem rios ou lagos para abastecimento da população. (SECA..., 2005, p. 2) **DU; DP**

A Determinação Urbana das tensões se refere à disponibilização da infraestrutura e de instalações necessárias ao abastecimento urbano de água, inerentes à condição do modo de vida urbano, a partir da extinção da prática de captação de água diretamente em fontes naturais e poços artesianos, prática verificada desde a primeira metade do século XX, na metrópole Salvador. Essa determinação se articula, nas duas primeiras tensões, com a Determinação do Planejamento que orienta esse tipo de ação, como adesão ao projeto de modernidade, que é metropolitano, de ter acesso à água encanada e potável, regularmente, sem que se reconheça nem se questione a origem dessa água consumida, os caminhos que ela percorre até chegar ao seu destino final, tampouco as condições ambientais em que se encontram os municípios que a

fornecem; muitos desses convivem com a irregularidade do fornecimento, como é o caso, por exemplo, do município de Dias d'Ávila-Ba. (PORCIUNCULA, 2011)

Essa adesão, além de romper, desconfigurando a relação culturalmente estabelecida com as águas dos sujeitos das Ilhas e de Arembepe, cujo modo de vida é o rural, não se mostra capaz de garantir a regularidade do fornecimento de água. Contudo, a irregularidade no fornecimento também é uma realidade para os moradores da metrópole, como é o caso da tensão, onde o morador do bairro de Matatu de Brotas, plenamente urbanizado, reclama pela condição urbana – na qual se reconhece como sujeito urbano, onde a relação com as águas é mediada pela única empresa responsável pelo serviço de abastecimento em Salvador – contrapondo ao que ele acredita ser uma condição própria do modo de vida rural, que é a de ter acesso diretamente à água em rios, lagos, cisternas e chafarizes.

Contudo, esse olhar a partir do urbano não consegue perceber que essa condição no rural também é afetada pela modernidade urbano-industrial e rural – a exemplo dos próprios impactos ambientais verificados nesses espaços, sobretudo, a partir da Revolução Verde, com o uso intensivo de agrotóxicos, consumo intensivo de água com comprometimento da sua qualidade.

2. Usos geradores de riscos ambientais:

Extração ilegal de areia ameaça o equilíbrio do Rio Joanes-Ipitanga – [...] a extração ilegal de areia na Grande Salvador pode comprometer o equilíbrio do rio Joanes-Ipitanga, em Lauro de Freitas, principal abastecedor de água da capital e que fica dentro da área de preservação ambiental (APA) de mesmo nome do curso hídrico. Gestor da APA, o engenheiro agrônomo Geneci Souza, do Instituto de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Inema), diz que a subtração de areia em locais de restinga causa interferência na biodiversidade, perda da proteção contra o salitre e desequilíbrio no balanço hídrico. Vale lembrar que o rio Joanes-Ipitanga responde por 40% do abastecimento da capital. Apesar disso, o gestor avalia que o fornecimento de água ainda não está comprometido, mas, indiretamente, o rio está sob ameaça. “Um dos problemas mais sérios na APA é a retirada de areia, com a conseqüente supressão da vegetação. E isso acarreta o assoreamento das águas superficiais, lençóis freáticos e mananciais”, enumera Souza. [...] Souza atribui a existência da lavra ilegal ao crescimento desenfreado das cidades. “Que causa conflitos de uso do solo, decorrentes da ocupação desordenada e demanda por moradias, o que resulta numa pressão sobre o meio ambiente”, avalia. A visão do gestor da APA é compartilhada pelo chefe de fiscalização do DNPM, que associa a extração ilegal ao desenvolvimento da infraestrutura. “Com isso, a demanda por areia para diversas obras, seja da construção civil ou da construção pesada, tem aumentado”, acredita Paulo da Matta [...]. (FRANCO, 2014, p. 3) **DG; DMO; DU**

Nessa tensão geradora de riscos ambientais a Determinação Geoambiental explica o comprometimento e a perda da biodiversidade, com impacto ambiental direto nos rios que

compõem o sistema de abastecimento de água Joanes-Ipitanga, responsável por 40% do abastecimento da RMS, com a possibilidade de assoreamento dos cursos d'água e nascentes, além de revelar a flagrante oposição à demarcação legal dessa Área de Proteção Ambiental. A permanência desse processo de destruição do ecossistema, com a extração de areia para a construção civil se explica pela Determinação do Modo de Ocupação, onde o ritmo e a forma de uso da natureza comprometem progressivamente a existência dos mananciais, cujo conteúdo explicativo pode ser encontrado na Determinação Urbana.

MP [Ministério Público] recomenda evitar emissão de licenças para empreendimentos em Imbassaí - Os promotores de Justiça Luíza Gomes Amoedo e Oto Almeida Oliveira Júnior expediram outra recomendação aos mesmos citados para que divulguem à população, por meio de comunicação de fácil acessibilidade, no prazo de 30 dias, as condições e balneabilidade dos rios Imbassaí, Sauípe, Pojuca, Riacho do Arrendamento, do Forte e da Lagoa Timeantube. “A medida visa resguardar a saúde pública, evitando que a população faça uso de águas impróprias para o banho, com risco consequente de contrair doenças”, afirmaram os promotores de Justiça. Segundo eles, a medida foi adotada com base em pareceres técnicos do Conselho Regional de Engenharia da Bahia (Crea), da Central de Apoio Técnico do MP (Ceat) e do Laboratório de Microbiologia da Faculdade de Farmácia da Universidade Federal da Bahia (Ufba), que comprovam a inexistência de estação de tratamento de esgoto em funcionamento na localidade. “Isso tem gerado o lançamento de efluente bruto no Rio Imbassaí, ocasionando contagem de coliformes fecais acima dos padrões microbiológicos recomendados”, destacaram. De acordo com estudo técnico do Crea, as soluções atualmente adotadas para o tratamento de efluentes não são recomendadas mesmo que sejam construídas dentro de Normas Técnicas, em razão do grau de ocupação de Imbassaí e do grande número de edificações em construção com a implantação de hotéis, pousadas, restaurantes e condomínios na localidade. (MACHADO, 2014) **DG; DCC; DMO; DU**

Nessa tensão, a Determinação Geoambiental está na oposição a leis pelos empreendimentos (hotéis, pousadas, restaurantes e condomínios) em Imbassaí, distrito do município de Mata de São João, marcado pelo processo de metropolização do turismo, o que se explica pela Determinação Urbana, com comprometimento direto da qualidade das águas dos rios, bem como da denúncia do risco e do evento ambiental associado à ausência de estação de tratamento dos efluentes gerados por tais empreendimentos. Evidencia-se o comprometimento do uso desses mananciais pelos sujeitos do lugar os quais, anteriormente ao processo de metropolização, passam a ter os usos social e historicamente estabelecidos, comprometidos, com possibilidade real de contrair uma série de doenças de veiculação hídrica. Essa determinação se liga à Determinação do Conhecimento Científico, cuja explicação científica comprova o comprometimento da qualidade das águas. A Determinação do Modo de

Ocupação está refletindo o ritmo da apropriação da natureza pelo processo metropolização do turismo, marcada pela acumulação do capital imobiliário.

3. Uso da natureza em atividades culturais:

Poluição afeta fontes sagradas - Líderes de terreiros de Cajazeiras e entorno estão cobrando ao poder público proteção para espaços sagrados. Ontem, eles conseguiram que o secretário municipal da Reparação, Gilmar Santiago, visitasse a Cachoeira de Oxum e um trecho do Rio do Prata. Ambas estão localizadas em trechos remanescentes de Mata Atlântica e passam por um processo de degradação que vai do desmatamento à contaminação por esgotos. (...) “A água dessa cachoeira era limpa há alguns anos. Hoje está desse jeito. Isso dói muito, pois a natureza é a casa das nossas divindades”, disse Mãe Ana. (...) A área escolhida por mãe Juscelina é o Loteamento Santo Antônio, onde estão sediados pelo menos oito terreiros. Nessa localidade fica também um trecho do Rio do Prata. “As fossas que são abertas na área acabam contaminando a água”, conta a sacerdotisa. (POLUIÇÃO..., 2005, p. 10) **DR; DG; DP**

Nessa tensão onde se expressa o uso cultural da água como natureza, carregada de simbolismo próprio da religião de matriz africana para a qual “a natureza é a casa” das divindades, a Determinação Rural se vincula à resistência e permanência do uso simbólico e cultural das águas, a despeito da denúncia de poluição dessas águas, com forte articulação com a Determinação Geoambiental. A Determinação do Planejamento reflete a orientação do modelo de desenvolvimento metropolitano para um tipo de apropriação da natureza e uso da água mediada pela técnica, onde as fontes públicas e naturais foram alijadas do processo de produção e organização espacial, estando atualmente abandonadas, ainda que amplamente utilizadas durante os períodos de suspensão do fornecimento.

A cidade dentro da cidade - Janeiro, sol, dia azul. “Vamos descer para Ipitanga?”, sugere José Nascimento, 22, aos amigos. Mas não é a praia perto do Flamengo onde eles vão aproveitar o dia. O destino é a “praia” particular dos moradores de Cajazeiras: com água doce, algas e muito mato em volta, a Barragem de Ipitanga é o programa dos finais de semana e dias de férias, para onde José vai desde os dez anos. “A barragem é nosso piscinão, é o que nos salva. Aqui não tem muito lugar para gente ir, não”. O bairro de Cajazeiras nasceu como um conjunto habitacional, há 24 anos. Das fazendas que foram desapropriadas para o projeto (Jaguaripe de Cima, Fazenda Cajazeiras e Fazenda Boa União) veio o nome do bairro. Não demorou para que os prédios fossem cercados de construções informais. No maior bairro de Salvador vivem mais de 600 mil habitantes (mais gente até do que em Feira de Santana). São 18.583 casas populares nas 11 Cajazeiras e quatro Fazendas Grandes, que se misturam também com Boca da Mata e Águas Claras [...] (PORTUGAL, 2008, p. 6) **DR; DP; DU; DG**

Jogando a rede – Sempre que vai pescar na barragem, Frederico Marcos, 23, repete, concentrado, o longo ritual: primeiro, pega o camarão com a rede ou jereré, que vira isca para filhotes de tucunaré e vão parar na ponta do anzol para alimentar peixe grande. “Já tirei daqui traíra, robalo, camarão. Pescos porque me

acalma, por diversão mesmo”. Frederico já conquistou um discípulo, o vizinho Paulo Wellington, 23, novato no bairro. “Pescava muito em água salgada, mas agora fico mais aqui. A área é tranquila, nem dá pra inventar história de pescador”, diz Paulo, que se contradiz jurando ter pego um robalo de dois quilos naquelas águas. (PORTUGAL, 2008, p. 06) **DR; DP; DG.**

Nessas tensões, expressam-se o uso cultural da água como natureza, como lazer e como recurso natural, em flagrante oposição ao processo de metropolização que, no caso da RMS, foi erigido entendendo que os mananciais inseridos nessa região constituíam um obstáculo ao desenvolvimento urbano e industrial. A Determinação Rural está presente na permanência do uso direto da água como cultura, como pode ser percebido nas Figuras abaixo:

Figura 40 – Nas margens do lago da Barragem de Ipitanga membros de uma religião de matriz africana ritualizam.



Fonte: Acervo de Jamille Santos Araújo, 2017.

Figura 41 – Lazer no lago da Barragem de Ipitanga.



Fonte: Acervo de Jamille Santos Araújo, 2017.

Figura 42 – O lago da Barragem de Ipitanga é lugar de encontro e de contemplação para os moradores e visitantes.



Fonte: Acervo de Jamille Santos Araújo, 2017.

Figura 43 – O lago da Barragem de Ipitanga é local amplamente visitado, sobretudo, durante o verão.



Fonte: Acervo de Jamille Santos Araújo, 2017.

Também expressa a Determinação do Planejamento que orientou a ocupação dessa área, em 1984, a despeito da presença dessa barragem desde 1935 e da importância de conservar a biodiversidade ali presente, principalmente por se tratar de um dos últimos mananciais que ainda é utilizado para o abastecimento de Salvador. Ambas se articulam à Determinação Geoambiental, pelo descumprimento da lei, o uso do lago da barragem, bem como moradias em seu entorno está proibido desde a sua construção, além do risco ambiental que representa o avanço da urbanização nessa área.

Diante do exposto, é possível identificar a presença das determinações isoladamente ou em conjunto, nas evidências geradoras de tensões no uso da água, oferecendo um conteúdo explicativo que foi apreendido como resultado de um processo sócio-histórico, logo não linear, da realidade social, onde as águas figuram como elemento da natureza em disputa na ruralidade metropolitana. Desse modo, é possível verificar que o conteúdo explicativo das determinações sobre os eventos que tensionam os usos da água e suas variáveis não possuem conteúdo *a priori*.

A orientação teórica e a metodologia dos Indicadores Qualitativos de Ruralidade Metropolitana (IQRM) que inspiraram e orientaram o desenvolvimento do IQTA é a mesma. No entanto, dado o objeto ter sido especificamente a água, realizamos algumas adaptações na metodologia original (p. ex., removendo algumas variáveis desenvolvidas para outras realidades), bem como alguns incrementos no rol de variáveis dependentes e independentes, que se relacionam à Determinação do Planejamento, que emerge originalmente como resultado dessa pesquisa.

Dito isso, as variáveis independentes são aquelas que possuem elementos que condicionam as determinações, e as variáveis dependentes são aquelas que se referem aos elementos condicionados ou decorrem das variáveis independentes. (ALENCAR, 2008) As dimensões econômicas, culturais, de sociabilidade, políticas, de subjetividade, da natureza e ambiental, derivam da realidade social predominante nas variáveis, estando presentes em todas elas, como resultado da interrelação entre as múltiplas determinações da ruralidade metropolitana. (ALENCAR, 2008)

É importante salientar que o uso da palavra predominância, referindo-se às dimensões, decorre, como explicou Alencar (2007, p. 122), de um “[...] recurso metodológico indicativo do quadro de possibilidades a serem consideradas hierarquicamente quando da concertação política para intervir no espaço como território”. Logo, as dimensões predominantes devem representar “[...] **os campos de interesse que necessariamente precisarão ser contemplados**

na proposição de políticas, programas ou projetos de intervenção.” (ALENCAR, 2007, p. 122, grifo nosso)

Os Quadros 7 e 8, a seguir, apresentam as determinações e suas variáveis dependentes e independentes. Relacionadas a elas estão as dimensões que predominam em cada uma das variáveis. A ocorrência de uma ou mais dimensões associadas à sua variável constitui-se em um indicativo do que pode estar contribuindo para a existência da tensão no uso da água. Por exemplo, ao analisar o Quadro 7 percebemos que as variáveis independentes que se relacionam às Determinações Geoambientais, como “[...] riscos naturais para o uso humano”, ligam-se às dimensões predominantes culturais, subjetivas, da natureza e ambientais. Chegamos a essa conclusão após proceder a toda a análise do conteúdo de cada evento já qualificado, de acordo as tensões 1, 2 ou 3.

A dimensão Natural indica a presença de um risco próprio das condições naturais de determinados mananciais inseridos na RMS, tais como risco de afogamento nos lagos de barragens e em determinados trechos de rios, devido à correnteza. Contudo, as dimensões predominantes – Cultural e de Subjetividade – indicarão que esse risco natural era ignorado pelas pessoas que, diante do elemento cultural, sentiam-se impelidas a continuar nadando, pescando ou utilizando a água para outros fins recreativos, não consultivos. Logo, a presença dessas dimensões informa que, se sobrepondo ao próprio risco, existe uma dimensão Cultural e outra, de Subjetividade, que não devem ser desprezadas pelo Planejamento, pois elas são predominantes na realidade em que incidem e dialogam com modos de vida, onde a relação direta com as águas é valorizada e mantida como um fenômeno próprio da ruralidade metropolitana.

As dimensões econômicas, culturais e políticas que se ligam à variável independente “[...] área de preservação ambiental e área de preservação permanente”, por exemplo, expressam, por sua vez, as decisões institucionais, de caráter jurídico - inspirado no modelo comando-controle próprio do modelo de Legislação Ambiental vigente no Brasil - que delimitam os perímetros de proteção dos mananciais inseridos na RMS, com base não apenas nos dados hidrológicos, mas em grande medida por decisões de caráter político e econômico.

Contudo, tais delimitações acabam não sendo respeitadas e não é incomum identificar, no âmbito da própria RMS, a presença de ocupações formais (aquelas cujo agente é o próprio ente público) e informais (quando são os próprios sujeitos a ocupar tais áreas), ambas, no entanto, provocando diversos impactos socioambientais negativos. Esse é o raciocínio que deverá orientar a leitura da identificação de cada uma das variáveis independentes e dependentes contida nos Quadros 7 e 8. Logo, a presença das dimensões é indicativa da

orientação, no ambiente do planejamento e da gestão, de *onde* deverão ser acionados os esforços principais para o enfrentamento, criação de estratégias e superação do problema em sua complexidade.

Quadro 7 - Determinações, variáveis independentes e dimensões predominantes em territorialização como tensão – RMS, 2005 a 2015.

Determinações das Tensões	Variáveis Independentes	Dimensões predominantes						
		E	C	S	P	Sj	N	A
<i>Determinações Geoambientais</i>	Aptidões Naturais					x	x	
	Funcionamento Ecosistêmico						x	
	Riscos naturais para o uso humano		x			x	x	x
	Área de preservação ambiental e Área de preservação permanente	x	x		x			x
	Aptidões para o uso humano	x	x		x	x		x
<i>Determinações Rurais</i>	Imanência com a natureza		x	x		x	x	
	Localização com evidência material da natureza		x	x		x	x	
	Existência de paisagens com predomínio de mananciais		x		x			x
	Relações mais intensas com ritmos da naturais		x	x		x	x	
	Apropriação dos recursos naturais como setores econômicos contemporâneos (Turismo ecológico, rural, etc.).	x	x		x	x		x
<i>Determinações Urbanas</i>	Evidência de elementos construídos (redes de infraestrutura, edificações etc.)	x	x		x			x
	Intensidade de usos (uso industrial, uso dos recursos hídricos, densidade demográfica)	x	x		x			x
	Existência de paisagem modificada pela substituição de elementos naturais por elementos construídos	x	x		x			x
<i>Determinações do Modo de Ocupação</i>	Condição metropolitana do desenvolvimento	x	x		x	x		x
	Acumulação de capital	x	x		x			x
<i>Determinação do Conhecimento Científico</i>	Teorizações herdadas	x	x		x	x		
	Teorizações reexaminadas	x	x		x			
<i>Determinação do Planejamento</i>	Existência de grandes extensões de áreas (rurais e reconhecidas como vazios urbanos pelo planejamento).	x	x		x			x
	Vasta rede hidrográfica natural						x	
	Autonomia no abastecimento de água (diferentes possibilidades de obter água, rios, poços, fontes naturais, fontes públicas etc.)		x	x		x		x

Fonte: Dados da pesquisa.

Quadro 8 - Determinações, variáveis dependentes e dimensões predominantes em territorialização como tensão – RMS, 2005 a 2015.

Determinações das tensões	Variáveis Dependentes	Dimensões predominantes						
		E	C	S	P	Sj	N	A
<i>Determinações Geoambientais</i>	Desestruturação ambiental (dejetos, poluição industrial)	x	x		x			x
	Risco por antropização	x			x			x
	Eventos ambientais	x			x		x	x
	Redefinição de aptidões para o uso humano	x	x		x	x		x
<i>Determinações Rurais</i>	Localização com evidencia simbólica de natureza		x	x		x	x	x
	Naturalização de relações espirituais		x	x		x	x	
	Menor mediação técnica entre ser humano e natureza não humana		x	x		x	x	x
	Memória nostálgica de ritmos e relações diretas com a natureza		x	x		x	x	x
	Diversidade natural exuberante na memória dos moradores antigos		x	x		x	x	x
	Comprometimento forçado da base produtiva	x	x		x			x
	Ações de preservação e conservação ambientais	x	x		x	x		x
<i>Determinações Urbanas</i>	Maior mediação técnica entre ser humano e natureza não humana	x	x	x	x	x		x
	Relações mais intensas com ritmos tecnificados	x		x	x	x		
	Motivação de pertencimento ao mundo urbano (cultura de origem, cultura almejada)	x	x	x	x	x		
	Tendência de homogeneização de espaços onde ocorre diversidade natural e cultural	x	x		x			x
<i>Determinações do Modo de Ocupação</i>	Inobservância do funcionamento ecossistêmico (relativo a elementos naturais de preservação do ecossistema; degradação, riscos e eventos ambientais)	x	x		x	x		x
	Propriedade privada dos recursos naturais	x	x		x	x		x
	Atividades por enquadramento econômico (extrativismo, indústria)	x	x		x			x
	Atividade por enquadramento social (recreação, esporte)		x	x	x	x		x
	Atividades por enquadramento cultural (práticas religiosas, afrodescendentes, ...)		x	x		x	x	x
	Dinâmica populacional	x	x		x			x
	Governabilidade municipal/estadual	x	x		x			
<i>Determinação do Conhecimento Científico</i>	Identificação de novos ícones de ruralidade (inclui a questão ambiental como resposta do rural ao padrão de desenvolvimento vigente)		x	x	x			x
<i>Determinação do Planejamento</i>	Ocupação irregular e formal (consolidadas em áreas de vulnerabilidade ambiental com comprometimento de rios, nascentes etc.)	x	x		x	x		x
	Intensificação do processo de substituição de mananciais para o abastecimento metropolitano (por perda de biodiversidade com comprometimento da potabilidade das águas)	x	x		x		x	x
	Irregularidade no abastecimento de água	x			x			x

Fonte: Dados da pesquisa.

Ao chegar na última fase de aplicação do IQTA, constatamos tratar-se de uma metodologia que se mostrou capaz de congrega dimensões subjetivas às objetivas, essas últimas tão mais valorizadas no campo investigativo. No que diz respeito às águas, o IQTA permitiu deslindar aspectos de uma realidade social metropolitana pois revelou o interesse das pessoas em se relacionar diretamente e de diferentes formas com as águas, estejam elas presentes em rios, lagoas, lagos ou fontes naturais, ainda que esse interesse esteja invisibilizado e não seja valorizado pelas estruturas de gestão metropolitana.

Essa relação com as águas foi revelada pelo IQTA, tanto para se referir aos sujeitos que buscavam se relacionar diretamente com a natureza e, dessa forma, afirmar o seu modo de vida e identidade territorial em espaço metropolitano, quanto para explicitar as tensões pelo uso da água nesse espaço, o que demonstrou a fragilidade do modelo civilizatório atual em lidar com as águas: como mercadoria precíval que é prontamente substituída quando o manancial é degradado. Este fato reforça a ideia da abundância hídrica e da possibilidade de substituir permanentemente os mananciais utilizados na atualidade para o abastecimento por novos mananciais, cada vez mais distantes da região metropolitana, sem que haja nenhuma política de proteção e recuperação dos mananciais existentes na metrópole, principalmente daqueles que outrora utilizados para o abastecimento humano.

Nos quadros demonstrativos 7 e 8, podemos identificar como, numa síntese do movimento dialético que metodologicamente adotamos para o desenvolvimento do IQTA, as dimensões sinalizadas indicam onde reside o potencial de resolução do problema explicado pela determinação. Ou seja, as dimensões predominantes devem orientar a proposição de políticas públicas, planos, programas ou projetos, pois possuem o potencial de conduzir intervenções que se mostrem o mais próximo possível da realidade objeto de interesse, como no caso das águas, considerando a dinâmica e a complexidade que envolve tal objeto.

Recuperamos, através do IQTA, uma dimensão da realidade social na ruralidade metropolitana que, a despeito de sua importância, não é considerada nas políticas públicas, cujas questões que envolvem as águas assumem aspectos cada vez mais preocupantes, sobretudo ao extrapolarem a dimensão espacial e puramente ambiental do problema para encontrar conteúdo explicativo, num modelo civilizatório que se impõe hegemônico e distante de outras realidades, que se apresentam de forma contra-hegemônica e com riqueza cultural que reclama pela diversidade de usos das águas – seja o uso cultural, o simbólico ou produtivo. Emerge daí o potencial real de proteção, conservação e recuperação dos rios e fontes d'água, inseridos em

ambiente metropolitano e com a autonomia própria da constituição e fortalecimento de identidades territoriais.

Finalizamos resgatando o pensamento de Alencar (2006, p. 165) a qual considera que o planejamento não deveria ser apenas um instrumento modelador de realidade, mas “[...] uma condição de interferência na dinâmica da realidade social”. Por fim, o IQTA e o IQRM que o inspira são indicadores qualitativos apoiados numa forma de pensar contra-hegemônica, como a própria noção de ruralidade metropolitana que os sustenta, cuja contribuição reside no potencial de “[...] inclusão do fenômeno da vida na ciência e na política”.

V CONSIDERAÇÕES FINAIS: E DAÍ?

Quanta provocação contida numa simples frase. Quando o professor Ubiratan D'Ambrósio, numa edição da Semana de Mobilização Científica (SEMOC), da UCSAL, me fez essa pergunta, “e daí?”, devo admitir que fui pega de surpresa, pois acreditava que ter lhe apresentado um minucioso detalhamento da situação das águas do município de Dias d'Ávila-Ba, inserido na RMS, embasada pela metodologia dos Indicadores Qualitativos de Ruralidade Metropolitana (IQRM), tinha sido o bastante para revelar a ação desastrosa do modelo urbano/industrial naquele município. Contudo, a pergunta me convidava a assumir um lugar diferente no campo investigativo: a de proponente, melhor dizendo, o de planejadora.

Assim, segui com essa pergunta em meu íntimo e desenvolvi todo o trabalho que resultou nesta tese, em busca de oferecer ao leitor elementos para uma reflexão mais profunda sobre a condição de ser natural humano que, em algum momento do aprofundamento deste estudo, encontrou nas contribuições do Edgar Morin uma condição mais inteira e complexa a de ser biopsicosociocultural, a qual acrescentei, o espiritual. Mas também, atenta para a necessidade de apresentar uma metodologia que servisse as pessoas e que pudesse orientar um outro tipo de planejamento, o que incluísse o fenômeno da vida, em sua diversidade, no seu processo, o IQTA.

Contudo, precisávamos esmiuçar o que é Natureza, como ela é reificada, como se transforma em segunda natureza e, por fim, como se insere no planejamento. Lançamo-nos em busca das concepções de Natureza que orientaram o Planejamento Metropolitano da RMS para conformar a compreensão, a muito esmiuçada pelos autores presentes no Capítulo I, de que a ideia de Natureza, tal qual a história, tem uma previsibilidade que muda de acordo com a mudança da própria sociedade, que é cumulativa e que pode ser hegemônica ou subalterna.

Fez-se necessário entender os aspectos naturais e geográficos que envolvem a disponibilidade de água no planeta, no Brasil e na RMS, presente no Capítulo II. E, ampliar o entendimento sobre “o que é água” e a importância atribuída a esse elemento ou bem da natureza, presente na contribuição de vários filósofos ao longo da história da sociedade ocidental. Avançamos as discussões sobre “o que é água”, apresentando também a contribuição de várias ciências, para só então revelar a supervalorização da dimensão econômica que a transforma em recursos hídricos. Para confrontar essa dimensão, apresentamos outras, tão importantes quanto, como a cultural e a simbólica. Apresentamos os resultados da pesquisa de Masaru Emoto que, ao capturar as reações das partículas da água aos estímulos externos,

positivos e negativos, nos revela uma espécie de “inteligência” contida nas águas. E disto resultou o entendimento de que a água é viva.

Entendemos também que não bastava apresentar apenas uma análise sócio-histórica cuidadosa, que permitiu compreender que usos, alterações e abandono das águas vêm se confirmando ao longo de muitos anos, como discutido no Capítulo III. Além disto, era preciso demonstrar que tal processo está pautado num tipo de entendimento de mundo, moderno, que afirma e reforça a cisão da relação do homem com a natureza. Tal processo, ao se materializar no espaço metropolitano, traz consigo a falha metabólica contida nessa cisão, que se expressa na degradação das águas, nas tensões pelo seu uso, na alienação ou na normose presente, tanto naqueles que planejam, quanto naqueles que sofrem os efeitos negativos de tal planejamento.

Com as tensões no uso da água, discutidas no Capítulo IV, identificamos a presença de elementos ou sinais de um novo padrão civilizatório, os quais reclamam pelo reconhecimento e valorização das dimensões culturais, simbólicas e espirituais associadas às águas, exteriorizando-se numa consciência de pertencimento que indica a posição dos sujeitos na ruralidade metropolitana, que deveriam ser operacionalizadas por Políticas Públicas.

Tais sinais reclamam também pelo acolhimento de novas concepções de Natureza, orientadas pela dimensão humana do desenvolvimento, que devem ser contempladas por um planejamento que emerja a partir das várias demandas da realidade empírica, num processo permanente de revisão, dada a sua provisoriedade histórica.

E daí que chegamos ao fim deste estudo, depois de termos percorrido um longo caminho teórico e metodológico, orientados pelo propósito de compreender como chegamos à atualidade, enquanto sociedade, imersos num contexto de produção e organização do espaço metropolitano, marcado pela degradação socioambiental, com comprometimento direto da existência de vários mananciais inseridos no espaço metropolitano, muitos deles inclusive outrora utilizados para o abastecimento e como importantes fontes de sustento e de cura.

Alcançamos com este tudo o entendimento de que a dinâmica socioespacial pautada pelo modelo desenvolvimentista será a responsável por uma crise hídrica que é marcada na civilidade metropolitana da RMS pela: (i) existência de tensões territoriais pelo uso intenso da água, como mercadoria, para atender as demandas metropolitanas; (ii) pelas alterações nas condições biofísico químicas das águas, poluindo-as, como resultado das inúmeras intervenções no espaço metropolitano, capazes de comprometer o equilíbrio ecossistêmico de todos os mananciais inseridos na metrópole Salvador e que vem se intensificando nos demais municípios que compõem a RMS; (ii) pleno abandono dos mananciais, sobretudo aqueles inseridos na metrópole, a despeito de toda agenda ambiental que, alcança apenas o plano do discurso

institucional e se choca com as demandas sociais para se deparar com um histórico que nos informa que o abandono dos mananciais inseridos na metrópole é resultado de um modelo de planejamento que entendeu que a natureza representava um obstáculo ao pleno desenvolvimento urbano e industrial.

A crise da água instituída na atualidade refere-se, também, a uma crise muito mais ampla, pois possui rebatimento direto nos modos de vida rural e urbano, em ambiente metropolitano, para os quais as águas são apreendidas em suas múltiplas dimensões (como natureza, cultura, símbolo, entre outras) ou de forma isolada (apenas como recurso), tudo isto ocorrendo ao lado de uma série de avanços promovidos no âmbito do desenvolvimento científico, tecnológico e social, de onde emerge, como conquista, a *Declaração da Água como um Direito Humano*, pela Organização das Nações Unidas (ONU).

Trata-se de uma Declaração importante que, no entanto, nos convida a refletir sobre outra crise: a de percepção da sociedade moderna atual com relação a sua própria condição de ser natural humano. Nesse entendimento, para o qual o homem é considerado parte da natureza, reclamar pelo direito que é natural – à água – é, também, reclamar pelo direito inalienável à vida, considerando que nenhum ser vivo sobreviveria sem ela.

Tal condição, contudo, subjaz ante os ideais capitalistas materializados no espaço da Região Metropolitana do Salvador, sob a égide de uma modernidade urbana e industrial que se impõe hegemônica, onde o desenvolvimento é o econômico e a natureza foi reduzida à condição de mercadoria, percebida como empecilho e uma barreira ao pleno desenvolvimento, que modela a realidade de acordo com os seus interesses sem acolhe-la em sua complexidade e modos de vida diferentes.

Confirma-se, com isso, o poder performativo da realidade, contido nas concepções de Natureza, presentes no planejamento metropolitano, e que orientaram a produção e a organização do espaço metropolitano, mesmo reconhecendo que esse poder discursivo requer outros poderes das diferentes dimensões da realidade para se efetivar.

É nesse espaço que se constituiu uma sociedade de risco que, imersa numa crise de valores – éticos, ambientais e humanísticos – não percebe o constrangimento de consumir a água de outros municípios, convenientemente reduzidos à condição de meros fornecedores de água, sem que exista nenhum instrumento de compensação por isto, nem garantia de efetividade do direito à água para as populações atingidas pela condição de fornecedores. Além da população, também as águas são atingidas nessa metrópole que reflete, como uma síntese da relação desse modelo civilizatório de desenvolvimento com as águas, o completo abandono de

todos os seus mananciais que, além de degradados, foram descaracterizados como tal e reduzidos à condição de esgotos a céu aberto.

Caminhando na contramão do exemplo bem sucedido de muitas outras cidades fora do Brasil, que trabalham para despoluir e recuperar seus rios – como o rio Sena, em Paris; o rio Tâmisa, em Londres; o rio Reno, que atravessa várias cidades da Europa; os canais de Copenhague, na Dinamarca; o rio Tejo, em Lisboa; os rios Cheonggyecheon e Han, em Seul; o rio Cuyahoga, em Cleveland – Salvador os esconde sob estruturas de concreto, como é o caso do Rio das Pedras que, no início do século XX, passou por uma ação de recuperação ambiental capaz de devolver-lhe a qualidade de suas águas. Trata-se de equívoco anacrônico que encontra respaldo nas decisões de caráter político, econômico, científico e cultural, sustentadas por pareceres técnicos favoráveis a esse tipo de ação que, não obstante, marcaram todo o processo de apropriação das águas em Salvador e na RMS.

O caminho percorrido que nos auxiliou a confirmar a tese básica – de que o modelo civilizatório atual pautado hegemonicamente na lógica urbano/industrial, tido como inexorável ante outras formas de produção material e imaterial da vida, é responsável por comprometer a disponibilidade, a qualidade e o acesso à água na Região Metropolitana de Salvador-BA, tornando esse conjunto de fatores intimamente relacionados à ação do planejamento e às concepções de Natureza que orientaram a apropriação das águas. No entanto, reconhecemos a necessidade de um maior aprofundamento com a realização de novas pesquisas, que novos questionamentos inspirem, a saber:

- Existem experiências efetivamente territorializadas na direção de fundamentos cidadãos de Planejamento Territorial, que incluam a água como direito à vida?

- Como equacionar a sobreposição entre as escalas de unidades de planejamento (região, território), onde se verifica na atualidade a permanência da RMS ao lado do Território de Identidade Metropolitano de Salvador?

- Pela aplicação do IQTA na escala da metrópole, considerando a problemática que envolve as águas, apreender de forma mais explícita quem são os agentes hegemônicos, contra-hegemônicos e subalternos que, juntos, disputam ou comprometem os diferentes usos da água.

E, daí, reunir-se-iam elementos propositivos do estabelecimento de um “Pacto social pelas águas” que envolvesse a sociedade civil

organizada, mas também cidadãos interessados não vinculados a nenhum grupo político-partidário, associação e afins; Estado; prefeituras, empreendedores e Universidades, em que a dignidade humana seja transversalmente teleológica.

REFERÊNCIAS

- ABEMA. Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Meio Ambiente. **Novas propostas para o licenciamento ambiental no Brasil**. Brasília: ABEMA, 2013. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/port/conama/reuniao/dir1641/Livro_Relatorio_Final_2.pdf>. Acesso em: 12 set. 2017.
- AGÊNCIA CÂMARA. **PPA começou a ser adotado no governo Fernando Henrique**. 2007. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/97996.html>>. Acesso em: 15 mar. 2018.
- AGÊNCIA NACIONAL DAS ÁGUAS. **Atlas Nordeste: abastecimento urbano de água: alternativas de oferta de água para as sedes municipais da Região Nordeste do Brasil e do Norte de Minas Gerais**. Brasília: ANA, 2006.
- AGÊNCIA NACIONAL DAS ÁGUAS. **Conjuntura dos recursos hídricos: Informe 2016**. Brasília: ANA, 2016.
- AGÊNCIA NACIONAL DAS ÁGUAS. **Política Nacional de Recursos Hídricos: fundamentos, objetivos e diretrizes**. Brasília: ANA, 2015.
- AGRA FILHO, S. S.; MARINHO, M. M.; SANTANA, R.A.; PIMENTEL, R.M. C. **Indicadores de Sustentabilidade Ambiental**. Salvador (BA): SEI; UFBA, 2006. vol. 1. 83 p.
- ALENCAR, C. M. M. **Dinâmica socioambiental no entorno das barragens situadas em municípios da Região Metropolitana de Salvador: Contrato 007/2009**. Salvador, 2009.
- ALENCAR, C. M. M. Indicador qualitativo de ruralidade em espaço regional metropolitano. **REDES**, Santa Cruz do Sul, v. 12, n. 2, p. 109-126 mai./ago. 2007.
- ALENCAR, C. M. M. Potencial interpretativo e instrumental da noção de ruralidade metropolitana. In: BÓRGUEZ, L. C. (Org.). **Nueva ruralidad enfoques y propuestas para América Latina**. México: CEDRSSA de la Cámara de Diputados XII Legislatura, 2006.
- ALENCAR, C. M. M. Potencial interpretativo e instrumental da noção de ruralidade metropolitana. In: PEDRÃO, F.; SEPÚLVEDA, O. G. (Org.). **Reflexões de economistas baianos**. Salvador: CORECON-BA, 2007.
- ALENCAR, C. M. M. Rural e urbano na RMS inspirando alteridade científica. In: PEDRÃO, F.; SEPÚLVEDA, O. G. (Org.). **Reflexões de economistas baianos**. Salvador: CORECON-BA, 2005.
- ALENCAR, C. M. M. Ruralidade: ponto em comum para reexaminar o ordenamento metropolitano de Salvador. **VERTITAT**, Salvador, v.2, n.3, ago. 2003.
- ALENCAR, C. M. M.; SCHWEIZER, P. J. (Orgs.) **Transformações territoriais: de rural a metropolitano**. Campinas, SP: Alínea, 2008.
- ALENCAR, C. M. M; MOREIRA, R. J. **Campo e cidade metropolitanos: uma noção inteira para pensar o desenvolvimento humano contemporâneo**. Alasru: RGS, 2002.

ALVES, J.E.; NASCIMENTO, S. A. M. Aspectos hidrogeoquímicos do aquífero São Sebastião na porção nordeste da Bacia do Recôncavo Norte - Estado da Bahia. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOLOGIA, 47., 2014, Salvador. **Anais...** Salvador: UFBA, 2014. 1p. Disponível em: <http://www.nehma.ufba.br/wp-content/uploads/2016/03/PAP014874_Jamille.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2017.

ANDRADE, Maiza de. Desperdício de água é de 50% em Salvador. **A Tarde**. Salvador, 22 mar. 2007.

ARAUJO JUNIOR, M. E. O Planejamento Metropolitano e as competências urbanísticas no federalismo brasileiro e no Estado Autônomo Espanhol. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE GOVERNANÇA URBANA E DESENVOLVIMENTO METROPOLITANO, 2010, Rio Grande do Norte. **Anais...** Rio Grande do Norte, 2010. Disponível em: <http://www.cchla.ufrn.br/seminariogovernanca/cdrom/ST7_Miguel.pdf>. Acesso em: 11 set. 2017.

ARENDT, H. **A condição humana**. 12. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014.

ASSOCIAÇÃO Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental. 2013. Disponível em: <<http://abes-dn.org.br/>>. Acesso em: 12 set. 2017.

AUGE, M. **Vulnerabilidad de acuíferos: conceptos y métodos**. 2004. Disponível em: <<http://www.cytod.org/>>. Acesso em: 10 nov. 2008.

BAHIA. Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos. **Impactos ambientais na Barragem de Pedra do Cavalo**, 2017. Disponível em: <<http://www.inema.ba.gov.br/gestao-2/unidades-de-conservacao/apa/apa-lago-de-pedra-do-cavalo/>>. Acesso em: 02 mar. 2017

BAHIA. Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos. **Relatório Técnico – Campanha 1 Barragem de Joanes I – Lauro de Freitas e Camaçari/BA**. Junho/2015b. Disponível em: <<http://www.inema.ba.gov.br/>>. Acesso em: 02 mar. 2017

BAHIA. **Plano Metropolitano de Desenvolvimento (PMD)**. Cenário Atual, 1977.

BAHIA. **Plano Metropolitano de Desenvolvimento (PMD)**. Cenário Atual: Anexos I e II, Cenário complementar e sumários dos dados, 1979.

BAHIA. **Projeto Metropolitano de Salvador**: Relatório Anual. 1988.

BAHIA. **Projeto Metropolitano**: documento básico, tomo II. 1984b.

BAHIA. **Projeto Metropolitano**: documento básico, tomo III. 1985.

BAHIA. **Projeto Metropolitano**: Documento Básico. Tomo II, Projeto MINTER-RM-NE/Salvador, 1984c.

BAHIA. **Projeto Metropolitano**: projeto piloto. v. I. 1984a.

BAHIA. Secretaria da Saúde. **Plano de Recuperação da Área Degradada como condicionante da Implantação do Hospital do Subúrbio**. Salvador, Bahia. 2009. Disponível em: <http://www1.saude.ba.gov.br/hospitaldosuburbio/docs/PRAD_COSMOS_FINAL_V1.pdf>. Acesso em: 02 mar. 2017

BAHIA. Secretaria de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia. **Plano de Abastecimento de Água da Região Metropolitana de Salvador, Santo Amaro e Saubara.** Estudo Populacional e Demanda do Município de Pojuca. 2014a.

BAHIA. Secretaria de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia. **Plano de Abastecimento de Água da Região Metropolitana de Salvador, Santo Amaro e Saubara.** Relatório Parcial. Estudo Populacional e Demanda do Município de Saubara. 2014b.

BAHIA. Secretaria de Infraestrutura Hídrica e Saneamento. **Plano de Abastecimento de Água da Região Metropolitana de Salvador, Santo Amaro e Saubara.** Diagnóstico Dos Saa's - Mananciais, Barragens e Captações - Municípios De Salvador, S. Filho, L. Freitas, Candeias, M. Deus, S. F. Conde, S. Amaro e Saubara. 2016.

BAHIA. Secretaria de Infraestrutura Hídrica e Saneamento. **Plano de Abastecimento de Água da Região Metropolitana de Salvador, Santo Amaro e Saubara.** Relatório Parcial. 2015a.

BAHIA. Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos. Decreto nº 7.970 de 05 de Junho de 2001. Cria a Área de Proteção Ambiental - APA Bacia do Cobre / São Bartolomeu nos Municípios de Salvador e Simões Filho, e dá outras providências. **Diário Oficial [do] Estado da Bahia**, Salvador, Ba, 2001. Disponível em: <http://observatorio.wwf.org.br/site_media/upload/gestao/documentos/DECRETO_7970.pdf>. Acesso em: 02 mar. 2017

BAHIA. Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos. Lei nº 2.929 de 11 de maio de 1971. Cria a Secretária do Saneamento e Recursos Hídricos. **Diário Oficial [do] Estado da Bahia**, 1971. Disponível em: <<https://governo-ba.jusbrasil.com.br/legislacao/85484/lei-2929-71>>. Acesso em: 02 mar. 2017

BAHIA. Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos. Plano de abastecimento de água da região metropolitana de Salvador, Santo Amaro e Saubara fase 1 - tomo II - estudos básicos fase 1 - tomo II - estudos básicos vol. 02 – relatórios de diagnósticos dos SAA'S - mananciais, barragens e captações cap. 01 – diagnóstico dos SAA'S - mananciais, barragens e captações - municípios de Salvador, S. Filho, L. Freitas, Candeias, M. Deus, S. F. Conde, S. Amaro e Saubara. 1 Relatório parcial. 2015. **Diário Oficial [do] Estado da Bahia**, 2015. Disponível em: <<http://www.sihb.ba.gov.br/arquivos/File/Vol2cap1.pdf>>. Acesso em: 02 mar. 2017

BAHIA. Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos. Regiões de planejamento e gestão das águas. v. 1. RPGAs do Estado da Bahia: Bacias do Extremo Sul; Bacias dos Rios Pardo e Jequitinhonha; Bacias do Leste; Bacia do Rio de Contas; Bacias do Recôncavo Sul. **Programa monitora:** Programa de monitoramento da qualidade das águas do Estado da Bahia. 2007a. Disponível em: <http://www.inema.ba.gov.br/wp-content/files/wfd_123xyz--caracterizacao-rpga-vol1.pdf>. Acesso em: 02 mar. 2017.

BAHIA. Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos. Regiões de planejamento e gestão das águas. vol. 02. RPGAs do Estado da Bahia: RPGA do Recôncavo Norte; RPGA do Paraguaçu; RPGA do Itapicuru; RPGA dos Rios Real e Vaza Barris. **Programa monitora:** Programa de monitoramento da qualidade das águas do Estado da Bahia. 2007b. Disponível em: <http://www.inema.ba.gov.br/wp-content/files/wfd_123xyz--caracterizacao-rpga-vol1.pdf>. Acesso em: 02 mar. 2017

- BAHIA. Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos-SEMARH. Superintendência de Recursos Hídricos. **PERH-BA: Plano Estadual de Recursos Hídricos**. Salvador, SRH, 2004.
- BAHIA. Secretaria de Planejamento, Ciência e Tecnologia. Centro de Estatísticas e Informações. **Riscos de Seca na Bahia**. Salvador: SEPLANTEC/SEI, 1991.
- BAHIA. Secretaria de Planejamento, Ciência e Tecnologia. Companhia de Desenvolvimento Urbano. **Estudo preliminar do plano de desenvolvimento metropolitano integrado da grande Salvador**: Diagnóstico, delimitação preliminar da área metropolitana. v. 2, 1977.
- BAHIA. **Subsídios para o planejamento da Região Metropolitana de Salvador**. 1974.
- BAHIA. Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. Indicadores de sustentabilidade ambiental. **Série de Estudos e Pesquisas**, n. 75, p. 83, Salvador: SEI, 2006.
- BAIARDI, Amílcar. Ética, da gênese à sua aplicação na ciência: uma sucinta apreciação. In: SOUZA, Eliane Elisa de; AZEVÊDO, João Carlos Salles (Org.). **Ética e Ciência**. Salvador: Academia de Ciências da Bahia, 2013. p. 29-104.
- BAPTISTA, C. M. P. P. **A intervenção planejada do Estado**: uma interpretação do caso baiano. 1978. 178 f. Dissertação (Mestrado) - Mestrado em Economia, Faculdade de Ciências Econômicas, UFBA, Salvador, 1978.
- BARBIER, G. A. A passagem da natureza ao espírito enquanto segunda natureza. In: UTZ, K.; SOARES, M. C. (Orgs). **A noiva do espírito**: natureza em Hegel. Porto Alegre: EdPUCRS, 2010. p. 241-253.
- BARROS, J. D. O conceito de alienação no jovem Marx. **Tempo Social**: revista de sociologia da USP, v. 23, n. 1. 2011, pp. 223-245. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ts/v23n1/v23n1a11.pdf>>. Acesso em: 23 ago 2017.
- BATISTELA, A. C.; Batistela, Everton Marcos. A Relação Homem/Natureza no pensamento moderno: Repercussões Educacionais. **Vizivali em Revista**, v. 7, pp. 07-33, 2008. Disponível em: <http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2008/anais/pdf/1424_959.pdf>. Acesso em: 23 out. 2017.
- BAVARESCO, Agemir. Princípio lógico universal e subsidiário como estruturante da natureza hegeliana. In: UTZ, Konrad; SOARES, Marly Carvalho (Org.). **A noiva do espírito**: natureza em Hegel. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2010. p. 18 a 36. Disponível em: <<http://ebooks.pucrs.br/edipucrs/naturezaemhegel.pdf>>. Acesso em: 01 de abril de 2016.
- BELLAN, A. **Teorie della Reificazione Storia e attualità di un fenomeno sociale a cura di**. Disponível em: <<https://prismi.files.wordpress.com/2013/04/teorie-della-reificazione-abstract.pdf>>. Acesso em: 04 abr 2017.
- BENSAÏD, D. **Marx**: O intempestivo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.
- BERGER, P.; LUCKMANN, T. **A construção social da realidade**: tratado de sociologia do conhecimento. Petrópolis, RJ: Vozes, 1985.

BERNINI, Carina Inerra. **A produção da “Natureza Conservada” na sociedade moderna: uma análise do Mosaico de Jacupiranga**. 2015. Tese (Doutorado) - Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo – USP. Vale do Ribeira (SP): USP, 2015.

BICUDO, C. E. M.; TUNDISI, J. G.; SHEUENSTUHL, M. C. B. (Orgs.). **Águas do Brasil: análises estratégicas**. São Paulo: Instituto de Botânica, 2010.

BIELSCHOWSKY, R. **O desenvolvimentismo: do pós-guerra até meados dos anos 1960**. Palestra realizada em 23 de julho de 2010. Este texto e os restantes são transcrições das conferências, editadas e revistas pelos autores. Disponível em: <http://www.centrocelsofurtado.org.br/arquivos/image/201109261231420.LivroCAIXA_C_0_15.pdf>. Acesso em: 03/02/2017.

BIFONE, M. **La teoria della reificazione in Lukács**. 2016. Tesi (di laurea) - Storia del pensiero politico contemporâneo, Facoltà di Scienze Politiche, Sociologia, Comunicazione, Corso di laurea in Scienze della Politica, Università di Roma. 2016.

BORJA, P. C. Política pública de saneamento básico: uma análise da recente experiência brasileira. **Saúde Soc.**, São Paulo, v.23, n.2, p. 432-447, 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v23n2/0104-1290-sausoc-23-2-0432.pdf>>. Acesso em: 24 jul. 2017.

BORJA, Patrícia Campos. Programa Bahia Azul: Uma avaliação quali-quantitativa. **Cadernos PPG-AU/FAUFBA**, v. 1, p. 11-36, 2005.

BOURDIEU, P. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2007. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/18-livros-de-pierre-bourdieu-para-download-gratuito-21-artigos-sobre-sua-obra/>>. Acesso em: 24 jul. 2016.

BRANDÃO, C. **Território e desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global**. 2.ed. Campinas, SP: Editora UNICAMP, 2012.

BRANDÃO, M. S. O sistema de produção na Bahia sertaneja do século XIX: uma economia de relações não-capitalistas. **Campo Território**, v. 2, p. 84-103, 2007.

BRASIL. Decreto nº 24.643 de 10 de Julho de 1934. Decreta o Código das Águas. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d24643.htm>. Acesso em: 08 jan. 2017.

BRASIL. **Lei Complementar 14 de 1973**. Estabelece as regiões metropolitanas de São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador, Curitiba, Belém e Fortaleza. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp14.htm.

BRASIL. **Política Nacional de Recursos Hídricos**. Lei nº 9.433 de 08 de Janeiro de 2007.

BRASIL. SENADO FEDERAL. Comitês de Bacias encontram dificuldades para atuar em todo o Brasil. **Revista Em Discussão**, ano 05, n. 23, dez. 2014. Disponível em: <<http://www12.senado.leg.br/emdiscussao/edicoes/escassez-de-agua/desperdicio-e-poluicao-poluídos-rios-urbanos-nao-ajudam-no-abastecimento/comites-de-bacias-encontram-dificuldades-para-atuar-em-todo-o-brasil#>>.

BRESSER-PEREIRA, L. C. A Crise da América Latina: Consenso de Washington Ou Crise Fiscal? **Pesquisa e Planejamento Econômico**, v. 21, n.1, abril 1991.

BRITTO, Francisco Saturnino de. **Saneamento da Bahia**: Cidade do Salvador. Salvador (BA): Editora Imprensa Oficial do Estado, 1928.

CÁNEPA, E. M.; PEREIRA, J. S.; LANNA, A. E. Água e Economia. IN: BICUDO, C. E. M.; TUNDISI, J. G.; SHEUENSTUHL, M. C. B. (Orgs.). **Águas do Brasil**: análises estratégicas. São Paulo: Instituto de Botânica, 2010.

CANO, W. **Introdução à Economia**: uma abordagem crítica. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

CARDOSO JÚNIOR, J. C. **Planejamento governamental e gestão pública no Brasil**: elementos para resignificar o debate e capacitar o Estado. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 2011.

CARDOSO, M. L. **O mito do método**. 1971. Disponível em: <http://minhateca.com.br/v.voltar/Hist*c3*b3ria/Artigos/CARDOSO*2c+Miriam+L.+O+Mito+do+Metodo,24383088.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2014.

CAREGNATO, R. C.; MUTTI, R. Pesquisa qualitativa: análise do discurso versus análise de conteúdo. **Texto Contexto Enferm**, Florianópolis, 2006, Out-Dez; v. 15, n. 4, pp. 679-684.

CARLI, A. A. **O Direito fundamental ao acesso sustentável à água potável a partir da conjugação dos instrumentos jurídicos-econômicos**: educação, normatização, tecnologia e tributação. 2012. Tese (Doutorado) - Doutorado em Direito público e evolução social, Universidade Estácio de Sá, Rio de Janeiro, 2012.

CARNEIRO, M. J. Ruralidade na sociedade contemporânea: uma reflexão teórico-metodológica. In: _____. **Ruralidades contemporâneas**: modos de viver e pensar o mundo rural na sociedade brasileira. Rio de Janeiro: CLACSO-Asdi, , 2000b.

CARNEIRO, M. J. Ruralidade: novas identidades em construção. In: _____. **Ruralidades contemporâneas**: modos de viver e pensar o mundo rural na sociedade brasileira. Rio de Janeiro: CLACSO-Asdi, 2000a.

CARRERA-FERNANDEZ, José; GARRIDO, Raymundo José. **Economia dos recursos hídricos**. Salvador: EDUFBA, 2002.

CARVALHO, I. M. M.; PEREIRA, G. C. (Orgs.). **Como anda Salvador e sua Região Metropolitana**. 2. ed. Salvador; Edufba, 2008.

CARVALHO, M. L. A. M. Os Esforços de Planejamento da Área Soteropolitana e o Espaço do Verde. In: GERARDI, L. H. O.; MENDES, I. A. (Org.). **Teoria, Técnicas, Espaços e Atividades**. Rio Claro: AGETEO / PPG-UNESP, 2001, v. 1, p. 223-267.

CASTRO, R. **Lukács e o fenômeno da reificação**. Disponível em: <http://www.estudosdotrabalho.org/anais-vii-7-seminario-trabalho-ret-2010/rogerio_castro_lukacs_e_o_fenomeno_da_reificacao.pdf>. Acesso em: 24 jul. 2014.

- CAVALCANTE, M. M. **Acessibilidade Integrada**: uma proposta de módulo de integração para avaliação, execução e implantação do desenho universal. 2012. Tese (Doutorado) - Arquitetura e Urbanismo, UFBA, 2012.
- CEPAL. Indicadores de sostenibilidad ambiental y de desarrollo sostenible: estado del arte y perspectivas. In: QUIROGA, Rayén (Org.). **Serie Manuales n. 16**. Santiago de Chile: Naciones Unidas, 2001.
- CERRARO, A.; FONSECA, P. C. D. O Desenvolvimento Econômico no Primeiro Governo de Vargas (1930-1945). In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA ECONÔMICA, 5., 2003, Caxambu (MG). **Anais...** Caxambu (MG), 2003. Disponível em: <http://professor.ufrgs.br/sites/default/files/pedrofonseca/files/o_desenvolvimento_economico_no_primeiro_governo_de_vargas.pdf>. Acesso em: 01 jun. 2016.
- CHAGAS, A. A. et al. Construção de barragens e seus Impactos sócio-ambientais: Uma análise Introdutória as Barragens no Brasil. In: ENCUENTRO LATINOAMERICANO CIÊNCIAS SOCIALES Y REPRESAS, 1; ENCONTRO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E BARRAGENS, 2., 2007, Salvador. **Anais...** Salvador, 2007.
- CHAUÍ, M. **Introdução à filosofia**: dos pré-socráticos a Aristóteles. 2. ed. São Paulo: Editora Companhia das letras, 2002.
- CORDEIRO, M. R. A. **Estudo Da Influência da Urbanização na Condição Hídrica da Bacia do Rio do Cobre**. Salvador: 2009.
- CORDEIRO, M. R. A; MORAES, L. R. S. A influência da urbanização na condição hídrica da bacia do rio do Cobre em Salvador, Bahia, Brasil. In: CONGRESSO IBÉRICO DE GESTÃO E PLANEAMENTO DA ÁGUA. **Anais...** Lisboa, 2013.
- CORNELL, E. **A arquitetura da relação cidade-campo**. Brasília: ALVA, 1998.
- CORRÊA, R. L. **Geografia**: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.
- CORRÊA, R. L. **O Espaço Urbano**. 3.ed. São Paulo: Ática, 1995.
- COSTA, L. F. O. G. **Planejamento governamental na Bahia e seus desdobramentos na atividade agropecuária**: uma análise a partir das principais mudanças ocorridas na década de 80. Salvador: 2005.
- CREMA, R. **Além da Normose**: a patologia da normalidade. 1989. Disponível em: <<http://robertocrema.com.br/alem-da-normose-a-patologia-da-normalidade/>>._ Acesso em: 08 mar. 2017.
- CREMA, R. **Introdução à visão Holística**: breve relato de viagem do velho ao novo. Petrópolis: Vozes, 2012.
- CREMA, R. Três fundamentos da normose. In: WEIL P.; LELOUP J-Y; CREMA R., **Normose, a patologia da normalidade**. Petrópolis: Vozes, 2012.
- DALBOSCO, Claudio Almir. Reificação, reconhecimento e educação. **Revista Brasileira de Educação**, v. 16, n. 46, p. 33-49, jan./abr. 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v16n46/v16n46a03.pdf>>. Acesso em: 08 mar. 2017.

DAVID, Onildo Reis. **O Inimigo invisível: A Epidemia do Cólera na Bahia em 1855-56.** 1993. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia - UFBA. Salvador (BA): UFBA, 1993. Disponível em: <https://ppgh.ufba.br/sites/ppgh.ufba.br/files/1993._david_onildo_reis._o_inimigo_invisivel._a_epidemia_do_colera_na_bahia_em_1855-56.pdf>. Acesso em: 25 ago. 2015.

DESCASO da Embasa. **A TARDE.** Salvador, 05 jan. 2007.

DIAS, M. O. **Análise quantitativa das águas superficiais da bacia hidrográfica do rio Jacuípe no estado da Bahia, Brasil.** Monografia (Graduação) Curso de Geologia, Instituto de Geociências, Universidade Federal da Bahia, Julho de 2012.

DIEGUES, Antônio Carlos Santana. **O Mito Moderno da Natureza Intocada.** 3. ed. São Paulo: Hucitec, 2001.

EM DISCUSSÃO: os principais debates do Senado Federal, ano 5, n. 23, dez./2014.

EMBASA. **Sistema de Abastecimento de Água Integrado de Salvador e Municípios Adjacentes.** Disponível em: <<http://www.embasa.ba.gov.br/novo/EducacaoAmbiental/MaterialEducativo/pdf/sistDistribuicaoAgua.pdf>>. Acesso em: 1 fev. 2011.

EMOTO, M. **As mensagens da Água.** São Paulo: ISIS, 2004.

ENGELS, F. **A dialética da Natureza.** 4.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

EQUADOR. **Constituição Federal do Equador.** Assembléia Constituinte, 2008

FERNAL, José. **Relatório do Abastecimento de água da Cidade do Salvador.** Projeto do Engenheiro Saturnino de Brito, Execução do escritório S. de Brito. Salvador (BA): Companhia Editora e Gráfica da Bahia, 1936.

FERNANDES, A.; DANTAS NETO, P. F. Região Metropolitana de Salvador: espaço de refúgio, espaço de esperança. In: CARVALHO, I. M. M.; PEREIRA, G. C. (Orgs.). **Como anda Salvador e sua Região Metropolitana.** Salvador: Edufba, 2008.

FERREIRA, F. W. **Planejamento sim e não: um modo de agir num mundo em permanente mudança.** 6.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

FISCHER, A. Tempo e ordenamento do território: algumas reflexões. In: FIRKOWSKI, O. L. C. F.; SPOSITO, E. S. (Org.). **Indústria, ordenamento do território e transportes: a contribuição de André Fischer.** São Paulo: Expressão Popular, 2008.

FIUZA, L.; GUERRA, A. **A ideia de Natureza através da história: atividade com alunos.** Disponível em: <http://www.13snhct.sbhct.org.br/resources/anais/10/1345061002_ARQUIVO_FiuzaSBHC.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2017.

FORÇA feminina protege o Joanes: Marisqueiras antecipam homenagem ao Dia Internacional da Mulher com caminhada e operação de limpeza. **A TARDE.** Salvador, 08 mar. 2005.

FORTES JÚNIOR, H. F. S. **Poéticas líquidas: a água na arte contemporânea.** Tese (Doutorado) - Artes Plásticas, Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo

(USP), 2006. Disponível em: <http://pct.capes.gov.br/teses/2006/926594_6.PDF>. Acesso em: 12 Jan. 2017.

FOSTER, J. B. **A ecologia de Marx: materialismo e natureza**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

FRANCO, Adailton. Extração ilegal de areia ameaça o equilíbrio do Rio Joanes-Ipitanga. **A TARDE**. Salvador, 30 ago. 2014.

FRANCO, Carlos Rodolfo Lujan; BAGGI, Franco Márcia Sampaio; FERREIRA, Maria das Graças Torreão. Governança na Região Metropolitana de Salvador: Como estamos?.. In: COSTA, Marco Aurélio; TSUKUMO, Isadora Tami Lemos. **40 anos de regiões metropolitanas no Brasil**. Brasília: IPEA, 2013. p. 187-204. (Série Rede Ipea. Projeto Governança Metropolitana no Brasil ; v. 1).

FREIRE, P. **Extensão ou Comunicação?** 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. (O Mundo, Hoje, v. 24). Disponível em: <http://forumeja.org.br/files/Extensao_ou_Comunicacao1.pdf>. Acesso em: 09 set. 2016.

FURTADO, Júnia Ferreira. Apresentação. In: TEDESCHI, Denise Maria Ribeiro. **Águas urbanas: as formas de apropriação das águas nas Minas: século XVIII**. São Paulo: Alameda, 2014.

GADOTTI, Moacir. **Concepção dialética da educação: um estudo introdutório**. 6ª Edição. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1988. (Coleção Educação Contemporânea).

GALERA, J. M. B. Epistemologia e Conhecimento Científico: Refletindo sobre a construção da História da Ciência através da docência investigativa. In: _____. **Tecnologia e Humanismo**, Curitiba: [s.l.], 2007.

GALLI, Corina Sidagis; DONATO SEIJI, A.B.E. Disponibilidade, Poluição e Eutrofização das Águas. IN: BICUDO, C.E. M.; TUNDISI, J.G.; SCHEUENSTUHL, M.C.B. (Org.). **Águas do Brasil: análises estratégicas**. São Paulo: Instituto de Botânica, 2010. p. 163-174.

GOMES, André Villar. **A Dialética da Natureza de Marx: os antagonismos entre capital e Natureza**. Tese (Doutorado) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: PUC-RIO, 2004. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/Busca_etds.php?strSecao=resultado&nrSeq=4924@1>. Acesso em: 17 maio 2016.

GOMES, L. H. M. O modelo stalinista de planificação econômica. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA ECONÔMICA, 11., CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE HISTÓRIA DE EMPRESAS, 12., 2015, Vitória/ES. **Anais...**, 2015.

GOMES, M. L.; MARCELINO, M.; MARGARIDA, M. da G. **Proposta para um Sistema de Indicadores de Desenvolvimento Sustentável**. Lisboa (Portugal): Graf & Lito, 2006. Disponível em: <http://www.dga.min_amb.pt>. Acesso em: 15 out. 2008.

GOMES, N. S.; SILVA, G. A.; PESSÔA NETO, A. R. Estudo de parâmetros químicos nas águas do Rio Imbassaí no trecho do município de Dias D'ávila – BA. **Candombá – Revista Virtual**, v. 3, n. 1, p. 1–14, jan – jun 2007. Disponível em: <<http://revistas.unijorge.edu.br/candomba/2007-v3n1/pdfs/AsterioRibeiroPessoaNeto2007v3n1.pdf>>. Acesso em: 22 fev 2017.

GOMEZ, A. V. **A dialética da natureza de Marx**: o antagonismo entre capital e natureza. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Filosofia, Departamento de Filosofia do Centro de Teologia e Ciências Humanas, PUC-Rio, 2004.

GRAU, Eros Roberto. **Direito Urbano**: regiões metropolitanas, solo criado, zoneamento e controle ambiental. São Paulo: RT, 1983.

GRAYLING, A. C. A. **Epistemologia**. Cambridge, Massachusetts: Blackwell Publishers, 1996.

GROVER, I. V. Índices ambientais: uma visão geral. **Revista Iswa Times**, Sevilha, Espanha. Ed. 03, p. 4, 2003.

GUERRA, Antônio José Teixeira; CUNHA, Sandra Baptista (Org.). **Geomorfologia**: uma atualização de bases e conceitos. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1994.

HAESBAERT, R. **Territórios alternativos**. Niterói: EdUFF; São Paulo: Contexto, 2002.

HARTMAN, R. S. Introdução. In: HEGEL, G. W. F. **A Razão na história**: uma introdução geral à filosofia da história. 2. ed. São Paulo: Centauro, 2001.

HEGEL, G. W. F. **A Razão na história**: uma introdução geral à filosofia da história. 2. ed. São Paulo: Centauro, 2001.

HENRIQUE, W. **O Direito a natureza na cidade**. Salvador: Edufba, 2009.

IBGE. Censo Demográfico 2000: Características Gerais da População. 2010. Disponível em: <<http://www.censo2010.ibge.gov.br>>. Acesso em: 17 maio 2017.

ILHAS de Salvador estão abandonadas. **A TARDE**. Salvador, 02 mar. 2008.

INSTITUTO TRATA BRASIL. **Ranking do saneamento 2016 e 2017**. Disponível em: <<http://www.tratabrasil.org.br/estudos/estudos-itb/itb/ranking-do-saneamento-2017>>. Acesso: 4 abr. 2017.

JÁCOME, J. F. P. **Avaliação da vulnerabilidade natural à contaminação de águas subterrâneas**: estudo de caso em região de Juiz de Fora – MG. 2016. Monografia (Graduação) - Curso de Engenharia Ambiental e Sanitária, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora (MG), 2016. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/engsanitariaeambiental>>. Acesso em: 08 maio 2017.

JAPIASSU, H. F. **Introdução ao pensamento epistemológico**. 4. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1986.

JAPIASSU, H. F. **O mito da neutralidade científica**. Rio de Janeiro: Imago, 1975.

KANAAN, B. R. **Homo faber**: uma etnografia de práticas de trabalho na Serra Gaúcha/Rio Grande do Sul. 2013. 230f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRS), Porto Alegre, 2013. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/78172/000896320.pdf?...1>>. Acesso em: 02 abr. 2014.

LAPUENTE, R. S. O jornal impresso como fonte de pesquisa: delineamentos metodológicos. In: ENCONTRO DA HISTÓRIA DE MÍDIA, 10., 2015, Porto Alegre. **Anais...** .Porto Alegre: UFRGS, 2015.

LEFEBVRE, Henry. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

LEFF, E. Complexidade, Racionalidade Ambiental e Diálogo de Saberes. **Revista ER – Educação & Realidade**. v. 34, n. 3, pp. 17-24, set/dez 2009.

LENOBLE, Robert. **História da idéia de natureza**. Lisboa: Edições 70, 1969.

LEROY, Jean Pierre. **Territórios do futuro: educação, meio ambiente e ação coletiva**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2010.

LOMANTO JÚNIOR, Antônio. Mensagem do Governador relatada à Assembléia Legislativa. 1965. **Bahia Imprensa Oficial do Estado da Bahia**, 1965.

LUZ, C. N. **Uso e ocupação do solo e os impactos na qualidade dos recursos hídricos superficiais da bacia do rio Ipitanga**. 2009. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Engenharia Ambiental Urbana, Universidade Federal da Bahia (UFBA), Salvador, 2009.

LUZ, E. M. S. **Sistema de Tratamento e Abastecimento**: livro didático. Palhoça, SC: Unisul Virtual, 2010.

MACHADO, Priscila. MP condena licenciamento para obras em Imbassaí. **MAIS REGIÃO**. Salvador, 02 abr. 2014.

MAGALHÃES, Juracy. Mensagem do Governador relatada à Assembléia Legislativa em 2 de julho de 1936 a situação geral do Estado da Bahia. **Bahia Imprensa Oficial do Estado da Bahia**, 1936.

MARCONDES, M. J. A. **Cidade e natureza: proteção dos mananciais e exclusão social**. São Paulo: Studio Nobel; Editora da Universidade de São Paulo; Fapesp, 1999.

MARICATO, E. As idéias fora do lugar e o lugar fora das idéias: planejamento urbano no Brasil. In: ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. (Orgs.). **A cidade do pesamento único: desmanchando consensos**. Petrópolis (RJ): Vozes, 2000. Disponível em: <<http://labcs.ufsc.br/files/2011/12/07.-MARICATO-E.-As-id%C3%A9ias-fora-do-lugar-e-o-lugar-fora-das-id%C3%A9ias.pdf>>. Acesso em: 07 set. 2016.

MARICATO, E. **Cidades no Brasil: neodesenvolvimentismo ou crescimento periférico predatório**. II Lehmann Dialogues; Harvard, 2012.

MARTINS, P. M. Natureza, tempo e movimento: Merleau-Ponty leitor de Whitehead. **O que nos faz pensar?** Rio de Janeiro, n. 25, ago/2009. Disponível em: <http://www.oquenofazpensar.fil.puc-rio.br/import/pdf_articles/OQNFP_25_05_paula_mousinho.pdf>. Acesso em: 12 jul. 2016.

MARX, K. **Diferença entre as filosofias da natureza em Demócrito e Epicuro**. Portugal: Editorial Presença, 1972. Disponível em: <<https://efchagasufc.files.wordpress.com/2012/04/3-as-filosofias-da-natureza-em-democrito-e-epicuro.pdf>>. Acesso em: 15 Jul. 2016.

- MARX, K. **O Capital**. São Paulo: Boitempo, 2013. Disponível em: <<https://coletivocontracorrente.files.wordpress.com/2013/10/tmps7j7bv.pdf>>. Acesso em: 15 jul. 2016.
- MARX, K.; ENGELS, F. A ideologia Alemã. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia Alemã**. Tradução de Luís Claudio de Castro e Costa. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- MATTOSO, K. M. Q. **Bahia do século XIX**: uma província no Império. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Nova Alvorada, 1992.
- MAU cheiro incomoda moradores. **A TARDE**. Salvador, 26 jun. 2005.
- MCCLEARY, L.; VIOTTI, E. **Semântica e Pragmática**. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), 2009. Disponível em: <http://www.libras.ufsc.br/colecaoLetrasLibras/eixoFormacaoBasica/semanticaEPragmatica/assets/722/Texto_base_Semantica-Final_2_dez_2008.pdf>. Acesso em: 26 maio 2017.
- MENEZES, E. L. M. **O processo de modernização de Salvador no início do século XX**: transformações urbano-sociais impostas à cidade entre 1900 e 1930. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo, UFBA, Salvador, 2002.
- MERLEAU-PONTY, Maurice. **A Natureza**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- MORADORES de Bom Jesus constroem o próprio esgoto. **A TARDE**. Salvador, 02 mar. 2008.
- MOREIRA, R. J. **Terra, poder e território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.
- MORIN, E. **Ciência com Consciência**. 13. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.
- MORIN, E. **Introdução ao Pensamento Complexo**. 4. ed. Porto Alegre: Sulina, 2011.
- MORIN, E. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. 2. ed. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2000. Disponível em: <<https://bioetica.catedraunesco.unb.br/wp-content/uploads/2016/04/Edgar-Morin.-Sete-Saberes.pdf>>. Acesso em: 26 maio 2017.
- NASCIMENTO, R. C. M.; ALENCAR, C. M. M. Riscos e eventos ambientais em questão. In: SCHWEIZER, P. J.; ALENCAR, C. M. M. (Orgs.). **Transformações territoriais**: de rural a metropolitano. Campinas, SP: Editora Alínea, 2008.
- NEIS, Dyogo Felype; PEREIRA, Maurício Fernandes. Os Pressupostos Epistemológicos do Planejamento Estratégico: do Precursor ao seu principal crítico. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL DE EPISTEMOLOGIA E CIÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO. 5., 2015. **Anais...** Florianópolis, Santa Catarina: Docplayer, 2015. Disponível em: <<https://docplayer.com.br/4108125-Os-pressupostos-epistemologicos-do-planejamento-estrategico-do-precursor-ao-seu-principal-critico.html>>. Acesso: 17 maio 2017.
- NEVES, R. C. Quadro ambiental do Rio Jacuípe na Região de Camaçari e situação socioeconômica da população ribeirinha. **Plurais: Revista multidisciplinar da Uneb**, Salvador, v.1, n.1, p. 201-212, jan./abr. 2010. Disponível em:

<file:///C:/Users/Debora%20Porciuncula/Downloads/11-8-1-PB.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2017.

NÓBREGA, T. P. Corpo e natureza em Merleau-Ponty. **Movimento**, Porto Alegre, v. 20, n. 3, p. 1175-1196, jul./set. de 2014. Disponível em: <<http://www.seer.ufrgs.br/index.php/Movimento/article/view/42753/31605>>. Acesso em: 15 mar. 2017.

NOVAES, A. Consenso de Washington: crise do Estado Desenvolvimentista e seus efeitos sociais - um balanço crítico. **Revista Ensaios**, ano 1, v.1, n.1, jul./dez. 2008.

OLIVEIRA, A. G.; TORRES, M. T. M.; SOARES, P. N. Análise da fragilidade ambiental da bacia hidrográfica do rio Imbassaí, no Litoral Norte da Bahia, a partir de parâmetros morfométricos. In: SIMPÓSIO REGIONAL DE GEOPROCESSAMENTO E SENSORIAMENTO REMOTO, 2014, Aracaju. **Anais...** Aracaju: GEONORDESTE, 2014. Disponível em: <<http://www.resgeo.com.br/geonordeste2014/anais/doc/pdfs/07.pdf>>.

OLIVEIRA, A. **O Pólo Petroquímico de Camaçari**: industrialização, crescimento econômico e desenvolvimento regional. Salvador (BA): P555 Edições, 2006. v. 1000. 344 p.

ORLANDI, E. **Discurso e Leitura**. 6. ed. Campinas, SP: Cortez, 2001.

PAIXÃO, J. F.; ALMEIDA, E. S.; ROSA, E. V. C. Análise espaço-temporal da qualidade das águas do rio Pojuca. In: Congresso Brasileiro de Gestão Ambiental, 4., 2013. **Anais...** Salvador: IBEAS, 2013. Disponível em: <http://www.ibeas.org.br/congresso/Trabalhos2013/VIII-001.pdf>>. Acesso em: 21 jan. 2017.

PALUDO, A. V.; PROCOPIUCK, M. **Planejamento governamental**: referencial teórico, conceitual e prático. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

PASCAL, B. **O homem perante a natureza**. 1670, Disponível em: <<http://livros01.livrosgratis.com.br/cv000039.pdf>>. Acesso em: 15 mar. 2017.

PASCAL, B. **Pensamentos**. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1979. (Os Pensadores.)

PASCAL, Blaise. **O Homem Perante a Natureza**. 2003. Disponível em: <<http://livros01.livrosgratis.com.br/cv000039.pdf>> Acesso em: 18 ago. 2016.

PAULO NETTO, J. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

PEREIRA-BRESSER, L. C. **O novo desenvolvimentismo**. São Paulo: Globalização e competição, 2010. Disponível em: <http://www.bresserpereira.org.br/Papers-cursos/Cap.3-Novo_desenvolvimentismo.pdf>.

PINHA, N. C. C. L. **Participação popular no Conselho Gestor da APA Bacia Do Cobre/São Bartolomeu**. Dissertação (Mestrado) - Mestrado em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social, UCSAL. Salvador-BA, 2016.

PINHO, C. O Planejamento Governamental para o desenvolvimento no Brasil: uma interlocução com a literatura. **Revista Cadernos de Estudos Sociais e Políticos**, v.3, n.5, jan.-jun. 2014.

PIRES DO RIO, G. A. La gestión de recursos hídricos por cuencas hidrográficas: por qué rebatirla?. In: SANDRE OSORIO, Israel; CARMO, Roberto Luiz. (Org.). **Gestión del agua: una vision comparativa entre Mexico y Brasil**. Jiutepec, Morelos: Archivo Historico del Agua, Instituto Mexicano de Tecnologia, Universidad Autonoma del Estado de Mor, 2009. p. 27-34.

PIRES DO RIO, G. La gestión de recursos hídricos por cuencas hidrográficas ¿por qué rebatirla? In: OSORIO, S. I...et al. (Ed.). **Gestión del agua: una visión comparativa entre México y Brasil**. Jiutepec, Morelos: Archivo Histórico del Agua, Instituto Mexicano de Tecnología del Agua, Universidad Autónoma del Estado de Morelos, 2009. Disponível em: <<http://www.academia.edu>>. Acesso em: 15 jul 2016.

PIRES, José Salatiel Rodrigues; SANTOS, José Eduardo dos; DEL PRETTE, Marcos Estevan. A Utilização do Conceito de Bacia Hidrográfica para a Conservação dos Recursos Naturais. In: SCHIAVETTI, Alexandre; CAMARGO, Antonio F. M. (Ed.). **Conceitos de bacias hidrográficas: teorias e aplicações**. Ilhéus, Ba : Editus, 2002. p.17-36.

POLUIÇÃO afeta fontes sagradas. **A TARDE**. Salvador, 20 ago. 2005.

PONCHIROLL, O. I.; SILVA, J. F. A epistemologia transdisciplinar nos pressupostos da teoria da complexidade e no contexto da organização do trabalho. **Ponta Grossa**, v.14, n.1, p. 9-31, 2014.

PORCIUNCULA, D. **Análise dos indicadores do plano estadual de recursos hídricos do estado da Bahia**. Monografia (Graduação) - Curso de Bacharelado em Geografia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Católica do Salvador (UCSAL), 2008.

PORCIUNCULA, D. **Tensões territoriais no uso da água em Dias d'Ávila – Bahia**. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social, Universidade Católica do Salvador (UCSAL), 2011.

PORCIUNCULA, D.; ALENCAR, C. M. M. Desenvolvimento urbano industrial na ruralidade em Dias d'Ávila – Bahia. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO, 1., 2010; SEMINÁRIO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA DA UNESP, 10., 2010, Rio de Claro, SP. **Anais...** Rio Claro, SP: Unesp, 2010. Disponível em: <<http://www.cboe.tk/>>. Acesso em: 9 dez. 2010.

PORTUGAL, Mirela. Jogando a rede. **A TARDE**. Salvador, 16 jun. 2008.

PROBLEMATA. **R. Intern. Fil.**, v. 03, n. 02, p. 101-129, 2012. DOI: <http://dx.doi.org/10.7443/problemata.v3i2.14956>.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RAMALHO, E. D. **O Complexo Costa do Sauípe: atualização de aspectos socioambientais**. Monografia (Pós-Graduação) - Especialização em Turismo, Centro de Excelência em Turismo, Universidade de Brasília, 2009. Disponível em: <http://bdm.unb.br/bitstream/10483/1003/1/2009_ElmyrDuclercRamalho.pdf>. Acesso em: 26 maio 2017.

- RANDOLPH, R.; SOUTHERN, B. C. (Orgs.). **Expansão metropolitana e transformações das interfaces entre Cidade, Campo e Região na América Latina**. Rio de Janeiro: Editora Letra Capital, 2015.
- REBOUÇAS, Aldo da C. Água no Brasil: abundância, desperdício e escassez. **BAHIA ANÁLISE & DADOS**, Salvador, v. 13, n. especial, p. 341-345, 2003.
- RIBEIRO, M. J. P.; D' LAURO, A.; ANDRADRE, D.; SAMPAIO, R. Os impactos ambientais na bacia hidrográfica do rio do Cobre em salvador, Bahia: utilização do geoprocessamento na avaliação de impactos ambientais. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE RECURSOS HÍDRICOS, 2013, Bento Gonçalves (RS). **Anais...** . Bento Gonçalves, 2013.
- RIO que abastece Salvador e RMS está em situação de alerta. **A TARDE**. Salvador, 12 dez. 2014.
- RIO Sauípe sofre com esgotos do complexo hoteleiro. **A TARDE**. Salvador, 16 ago. 2005.
- RIVA, G. R. S. **Água, um direito humano**. São Paulo: Paulinas, 2016. (Coleção Cidadania).
- RIVELLES, V. O. A teoria de cordas e a unificação das forças da natureza. **Física na Escola**, v. 8, n. 1, 2007. Disponível em:
<http://www.fma.if.usp.br/~rivelles/Texts/fisica_na_escola.pdf>.
- SAMPAIO, Teodoro. **Abastecimento de água na Cidade da Bahia**. São Paulo: Typographia Brazil de Rothschild & CIA, 1910. (Separata dos n° 27,28 e 30 da Revista Polytechnica de S. Paulo).
- SANTOS, A. A. **Estudos de Metais pesados em sedimentos superficiais e de fundo no estuário do Jacuípe, Camaçari – Bahia – Brasil**. 2011. Monografia (Graduação) - Curso de Geologia, Universidade Federal da Bahia (UFBA), Salvador, 2011.
- SANTOS, C. S. M. **Manancial do Ipitanga, a última fronteira na expansão urbana de Salvador: o urbano e o ambiental na perspectiva do direito à cidade**. 2011. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011.
- SANTOS, E.; PINHO, J. A. G.; MORAES, L. R. S.; FISCHER, T. (Org.). **O Caminho das Águas em Salvador: bacias hidrográficas, bairros e fontes**. Salvador: CIAGS/UFBA; SEMA, 2010. (Coleção Gestão Social).
- SANTOS, P. R. P. **Estudo da vulnerabilidade à poluição do aquífero Marizal na região de influência do Pólo Industrial de Camaçari (PIC) – BA**. Dissertação (Mestrado) - Escola Politécnica da Universidade Federal da Bahia (UFBA), 2010. Disponível em:
<http://www.teclim.ufba.br/site/material_online/dissertacoes/dis_paulo_roberto_penalva.pdf>. Acesso em: 7 out. 2016.
- SCHWEIZER, P. J. (Org.) **Transformações territoriais: de rural a metropolitano**. Campinas, SP: Alínea, 2008.
- SECA em Matatu. **A TARDE**. Salvador, 13 abr. 2005.
- SERPA, A. Ponto convergente de utopias e culturas: o Parque de São Bartolomeu. **Tempo Social: Rev. Sociol. USP**, São Paulo, v. 8, n. 1, pp. 177-190, outubro de 1996.

SIDA. Agência Sueca de Desenvolvimento Internacional. Indicators for environmental Monitoring. In: _____. **Artigo Internacional Development Cooperation**, 2002.

SILVA, B. J. Uso dos Indicadores de Fragilidade do Sistema para o Planejamento da Drenagem em Vitória da Conquista – Bahia. In: SIMPÓSIO LUSO-BRASILEIRO DE ENGENHARIA SANITÁRIA E AMBIENTAL, 2002, Porto Seguro (BA). **Anais...** Porto Seguro(BA), 2002.

SILVA, Demetrius David da; PRUSKI, Fernando Falco (ed.). **Gestão dos recursos hídricos: aspectos legais, econômicos e sociais**. Viçosa. MG: Universidade Federal de Viçosa; Porto Alegre: ABRH, 2005.

SILVEIRA JÚNIOR, J. S. C. **Avaliação do grau de internalização da proteção da água subterrânea no Pólo Industrial de Camaçari**. Dissertação (Mestrado) - Mestrado em Gerenciamento e Tecnologias Ambientais no Processo Produtivo, Escola Politécnica, Universidade Federal da Bahia, Salvador: UFBA, 2004. Disponível em: <http://www.teclim.ufba.br/site/material_online/dissertacoes/dis_joao_s_c_da_silverajunior.pdf>. Acesso em: 26 out. 2016.

SILVESTRE, M. E. D. Código de 1934: Água para o Brasil industrial. Revista Geopaisagem, ano 7, n. 13, 2008.

SMITH, N. A ideologia da natureza: a produção da natureza. In: _____. **Desenvolvimento desigual: natureza, capital e a produção de espaço**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1984.

SOARES, P. N.; OLIVEIRA, A. G. Diagnóstico Ambiental da Bacia do Rio Imbassaí no Litoral Norte da Bahia, a partir do Mapeamento de Parâmetros Morfométricos. In: JORNADA UNIFACS INICIAÇÃO CIENTÍFICA – JUIC, 12., 2016. **Anais...** Salvador: UNIFACS, 2016. Disponível em: <http://www.unifacs.br/wp-content/uploads/2016/03/Priscilla-Neves-Soares_-_ENGENHARIA-SANITARIA.pdf>. Acesso em: 27 nov. 2017.

SOUSA, G. B. **Conselho gestor da APA Joanes-Ipitanga e suas contribuições para o fortalecimento da gestão ambiental de municípios da Região Metropolitana de Salvador**. 2014. Monografia (Pós-graduação) - Especialização Medianeira, 2014. Disponível em: <http://repositorio.roca.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/4532/1/MD_GAMUNI_2014_2_38.pdf>. Acesso em 12 nov. 2017.

SOUZA, R. B. Aproximações entre os conceitos de segunda natureza em Hegel e Pascal. **Revista Polymatheia**, Fortaleza, v.4, n.5, 2008, p. 113-126. Disponível em: <http://www.uece.br/polymatheia/dmdocuments/polymatheia_v4n5_segunda_natureza_pascal_hegel.pdf>. Acesso em: 04 ago. 2017.

STEPHEN Hawking avisa que temos apenas 100 anos para deixar a Terra. 2017. Revista Galileu. Disponível em: <<https://revistagalileu.globo.com/Ciencia/noticia/2017/05/stephen-hawking-avisa-que-temos-apenas-100-anos-para-deixar-terra.html>>. Acesso em: 04 ago. 2017.

STUANI, C. J.; JHONES, A.; ADAME, A. **Aproveitamento de Recursos Hídricos em terras Indígenas: Breves considerações**. 2016, disponível em: <<http://www.site.ajes.edu.br/congre/arquivos/20160823234137.pdf>>. Acesso em: 04 ago 2017

SUBSOLO do Pólo Contaminado: No Dia Mundial da Água, quando a futura escassez de reservas no mundo é motivo de preocupação, pesquisadores da UFBA alertam sobre a contaminação dos mananciais subterrâneos do Pólo petroquímico de Camaçari. **A TARDE**. Salvador, 02 jul. 2005.

TAVERES, Luís Henrique Dias. **História da Bahia**. Salvador: EDUFBA; São Paulo: EDUNESP, 2001.

TEDESCHI, Denise Maria Ribeiro. **Águas urbanas**: as formas de apropriação das águas nas Minas: século XVIII. São Paulo: Alameda, 2014.

TEIXEIRA, B. A. N. (Coord.). **Incorporações dos princípios e indicadores de sustentabilidade na formulação de políticas urbanas em pequenos e médios municípios**. Projeto aprovado no Programa de Pesquisa em Políticas Públicas da FAPESP, Edital 1. São Carlos, 1999.

THOMPSON, E.P. **A miséria da teoria ou um planetário de erros**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

TOLLE, Eni Cardoso. Nossas águas: uma reflexão cotidiana. **Revista USP**, São Paulo, n.70, p. 36-45, jun./ago., 2006. Disponível em: <www.journals.usp.br/revusp/article/download/13530/15348>. Acesso em: 25 maio 2016.

TOMASONI, M. A. **Contribuição ao Estudo de Indicadores Ambientais**. Geonordeste, Ano XV, Nº 2, 2006.

TONIETO, C. **Contribuições da Epistemologia Bachelardiana para os Estudos Teórico-Epistemológicos em Política Educacional**. UPF Altair Alberto Fávero. Disponível em: <http://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/18289_8837.pdf>. Acesso em: 02 ago. 2016.

TOURINHO, Aucimaia de Oliveira; COSTA Nicholas Carvalho de Almeida. As Fontes na Cidade de Salvador. **RIGS - revista interdisciplinar de gestão social**. v.1, n.1, p. 87-106, Jan./abr. 2012. Disponível em: <www.rigs.ufba.br>. Acesso em: 14 maio 2015.

TUCCI, C. E. M. Urbanização e Recursos Hídricos. In: BICUDO, C. E.; TUNDISI, J. G.; SCHEUENSTUHL, M. C. B. **Águas no Brasil**: Análises estratégicas. São Paulo, Instituto de Botânica, 2010, pág.: 113-128.

VALLADARES, M. B. C. **Entre a Natureza e o Artífício**: percepções e perspectivas nos projetos para parques urbanos e orlas fluviais na Amazônia. Dissertação (Mestrado) – Mestrado em Urbanismo, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

VÃO acabar com o Rio Pojuca. **A TARDE**. Salvador, 21 fev. 2006.

VASCONCELOS, P. A. **Salvador - Transformações e Permanências (1549-1999)**. Salvador: Edufba, 2002.

VERÃO, brisa e sol na Barragem de Ipitanga. **A TARDE**. Salvador, 15 jan. 2008.

VERISSÍMO, Cláudia Filipa de Sous. **Conflitos emergentes na gestão da Água**. 2010. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Nova de Lisboa. Lisboa, 2010.

VIDALI, P.; BONIOLO, G. **Cos'è la Natura: Presocratici, Platone, Aristotele, Stoicismo**. Manuale di Filosofia per problemi. Edição Digital, 2013. Disponível em: <<http://www.argomentare.it/didattica/Antichita/A07%20Natura.pdf>>. Acesso em: 25 abr. 2016.

VILLAÇA, F. **Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil: o processo de urbanização no Brasil.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.

WETZEL, R. Periphyton of freshwater ecosystems. **Develop. Hydrobiol.**, 1983.

WHITEHEAD, Alfred North. **O conceito de natureza.** São Paulo: Martins Fontes, 1993. (Coleção Tópicos).

ZEBINA, M. Natureza e História em Hegel. In: CARVALHO, Marcelo; FIGUEIREDO, Vinícius (Org.). **ANPOF XV3 Filosofia Alemã: De Kant a Hegel.** São Paulo: ANPOF, 2013, v. XV3, p. 455-464.

APÊNDICE

REFLEXÕES SOBRE A IMPORTÂNCIA DA CRÍTICA AO CONHECIMENTO CIENTIFICO

O conhecimento de fato não pode ser neutro exatamente por se tratar de uma atividade eminentemente social, inserida num dado contexto sociocultural e econômico e, por isso mesmo, não podendo jamais ser considerado como o resultado de construções individuais e autônomas (JAPIASSU, 1975, p. 35). Segundo Japiassu, este entendimento já era um consenso entre os sociólogos do conhecimento – Marx, Durkheim, M. Weber, Manheim, e outros – constituindo o único ponto de convergência entre eles.

E isto se deve ao fato de haver o consenso de que a ciência é um produto do homem e o conhecimento científico “é sempre tributário de um pano de fundo ideológico ou filosófico” e mais “é tributário da religião, da economia, da política e de outros fatores extra científicos” (JAPIASSU, 1986, p. 35). Para Japiassu, assimilar e ciência dessa forma é possível apenas quando ao esmiuçarmos os seus propósitos, buscando apreender o seu funcionamento e a sua função social, sobre como demonstra e explicita os fenômenos e compreende o homem em sua relação com o mundo, constatamos

[...] facilmente que as condições reais em que são produzidos os conhecimentos objetivos e racionalizantes, estão banhados por uma inegável atmosfera sócio-político-cultural. É esse enquadramento sócio-histórico, fazendo da ciência um produto humano, nosso produto, que leva os conhecimentos objetivos a fazerem apelo, quer queiram quer não, a pressupostos teóricos, filosóficos, ideológicos ou axiológicos nem sempre explicitados. Em outros termos, não há ciência “pura”, “autônoma” e “neutra”. (JAPIASSU, 1975, p. 10).

Logo, torna-se preciso refletir crítica e permanentemente sobre a Ciência, desconstruindo, com isto, alguns de seus mitos, como aquele que atesta a sua neutralidade e que, não obstante, conduz a uma falsa ideia de que o conhecimento produzido também é neutro. Assim não caberia questionar sobre a responsabilidade dos cientistas, que imerso neste mito, creem não serem responsáveis pelo “mau uso que terceiros possam fazer” dos resultados de suas pesquisas, e pelas “suas aplicações nocivas ao homem”. (JAPIASSU, 1986, p. 157).

Contudo, a reflexão crítica da Ciência, ou melhor das Ciências, passou a ser uma atividade empreendida por não filósofos, como esclarece Japiassu (1986). Sendo própria de um tipo novo de epistemologia que se pretende a crítica por emanar, justamente dos próprios cientistas que incomodados diante das ambiguidades e contradições da ciência, passaram a questionar sobre sua responsabilidade social e sobre a *significação real* da ciência. (JAPIASSU, 1986). E isto é denominado de Epistemologia Crítica. Contudo, o que é epistemologia?

Etimologicamente a palavra epistemologia deriva da palavra grega *episteme*, que significa ciência, conhecimento e *logon* que significa discurso, estudo. De forma geral, a epistemologia pode ser apreendida como teoria do conhecimento, mas também como estudo ou tratado do conhecimento da ciência e, mais ainda, como o estudo da origem, natureza e limites do conhecimento científico (JAPIASSU e MARCONDES, 2001).

Japiassu e Marcondes explicam que essa variedade de acepções será a responsável pela existência das muitas dificuldades para que seja alcançada uma definição precisa do que venha

a ser de fato a epistemologia. Contudo, Japiassu (1986, p. 36-37), cuida de explicar que, dentre as suas conclusões a respeito da imprecisão do conceito de epistemologia, considera não haver uma “significação rigorosa e unívoca, com um conteúdo definitivo e aceito por todos os que se interrogam como se constitui uma teoria científica [...]”. Para o autor, isso é algo positivo, pois, por se tratar de uma noção flexível ela pode ser aprendida, também, no campo da interdisciplinaridade. (JAPIASSU, 1986, p. 39).

Neste sentido, Japiassu esclarecerá que, sem abandonar o sentido da “natureza” da epistemologia, ou seja, a sua finalidade, o seu conceito pode ser empregado de modo bastante flexível, pois,

[...] qualquer que seja a acepção que dermos ao termo “epistemologia”, a verdade é que ela não pode e nem pretende impor dogmas aos cientistas. Não pretende ser um sistema, *a priori*, dogmático, ditando autoritariamente o que deveria ser o conhecimento científico. [...] E como as ciências nascem e evoluem em circunstâncias históricas bem determinadas, cabe à epistemologia perguntar-se pelas relações existentes entre a ciência e a sociedade, entre a ciência e as instituições científicas, entre as diversas ciências, etc. (JAPIASSU, 1986, 39).

Do processo histórico que marca a busca pelo entendimento de como o conhecimento é adquirido e em que condições emergiram uma variedade de saberes¹⁰³ e suas fontes estão fundadas na razão, ou na imaginação ou na experiência (JAPIASSU, 1975, p. 30). Logo, pode-se dizer que são várias as epistemologias e elas estarão sempre associadas ao progresso da Ciência. (Op.Cit.).

De acordo com Galera (2007, p. 99), com a “epistemologia [...] fruto da Filosofia Moderna, que se envolve diretamente com a construção de conceitos que serão utilizados pela Ciência” foi concebida a ideia de que “sem ordem não há conhecimento possível”, e assim, para que o conhecimento seja alcançado torna-se necessário a existência de método, medida e ordem.

Estes elementos orientarão a produção de um conhecimento cientificamente verdadeiro, aquele cuja expressão é quantitativa e possível de ser reproduzido quantas vezes forem necessárias. Além de se tratar de um conhecimento que se presta a universalidade, que “quer dizer, válido em todos os tempos e lugares, para todas as pessoas, para além da sociedade e das formas de cultura”. (JAPIASSU, 1986, p. 149).

Fica assim instituído *uma* forma de compreender o mundo que é exclusivamente científica, na qual a ideia que se tem das coisas e as próprias coisas não possuem necessariamente qualquer correspondência. (GALERA, 2007, p. 100). Na evidência da supremacia da razão, que se traduz através do domínio do homem sobre a natureza e do pensamento sobre as coisas, (Op. Cit.), não existe espaço para que sejam acolhidas outras formas de conhecimento tampouco “as sensações, as experiências do amor, do prazer, da dor, da emoção da beleza, etc.” (JAPIASSU, 1986, p. 149).

Tudo isso a rigor conduz a condição que se atribui ao conhecimento científico e a própria ciência de serem portadores de verdades incontestes. Sim, quem contestaria a Ciência? Pergunta Japiassu (1986). Se até mesmo, no tempo em o autor construiu o livro no qual nos baseamos, estava reconhecido que nem entre “os intelectuais mais extremistas, que contestavam todas as instituições existentes, ousavam a criticar a ciência” (JAPIASSU, 1986, p. 139).

Isto reflete o poder do conhecimento científico – também objeto de interesse da epistemologia crítica. Segundo Japiassu (Op.Cit. p. 147), “quer no plano teórico, quer no plano prático, a ciência se justifica por seu *poder*.” E mais, o autor reconhecerá que esse poder fica evidente

¹⁰³ De acordo com Japiassu, o “saber” se refere ao conjunto de conhecimento “metodicamente adquiridos, mais ou menos sistematicamente organizados e susceptíveis de serem transmitidos por um processo pedagógico de ensino. [...] o conceito de ‘saber’ poderá ser aplicado à aprendizagem de ordem prática [...] e ao mesmo tempo, às determinações de ordem propriamente intelectual e teórica.” (JAPIASSU, 1986, p. 15). É neste último sentido que tomamos o termo neste estudo.

quando se busca estritamente pelo reconhecimento do interesse social ou prático dos resultados de suas pesquisas possam proporcionar, como forma de, somente assim, conseguir investimentos das agências de fomento.

Donde se conclui que não há distinção rígida entre “ciência” e “técnica”, pois não se pode considerar a primeira como um “em-si”, independentemente de seu *exercício concreto*, nem tampouco dissociar o discurso científico de sua verificação prática, que implica uma técnica. (JAPIASSU, 1986, p. 147, destaque do autor).

Ciência, técnica e indústria se imbricam numa busca desenfreada por eficácia, progresso e modernidade, sob a chancela da sociedade contemporânea.

Com efeito, o método experimental e dedutivo, com quatro séculos de sucessos inegáveis, aumenta dia a dia seu impacto sobre a vida social e individual, a ponto de quase ninguém, no domínio do saber, deixar de apoiar-se em sua eficácia tecnológica. Donde a supervalorização da “tecnocracia” que, em última análise, consiste, quer no poder da técnica ou da ciência realizada, quer no poder de certos homens, os “tecnocratas”. (JAPIASSU, 1986, p. 147).

Disto emerge o cientificismo, ou seja, a ideologia que estabelece o poder das ciências e o poder dos conhecimentos. O autor, chega a associar o culto a ciência como algo similar ao culto religioso, que é característico do cientificismo contemporâneo de “anexação imperialista”, onde as pessoas cultuam as maravilhas da tecnológica, contudo, sem reflexão.

Verifica-se, com isto, que a *significação* verdadeira da ciência a muito deixou de está vinculada ao saber em si. E, como reconhecerá Japiassu (1986, p. 146), será na experiência do seu próprio poder que a ciência se impõe enquanto saber – daí nos referirmos constantemente neste estudo ao seu caráter performático –. É isso define sua verdadeira significação, que não se vinculada ao saber em si mas, sobretudo “no *poder* que ele [o saber] efetivamente confere”.

Esse poder encontra-se presente nos conceitos e teorias, que são apropriados para *operacionalizar* cada vez mais a realidade, moldando-a para atender interesses – políticos e econômicos próprios do modo de produção capitalista atual –, daí Japiassu reconhecer que há uma “consciência do poder” que se impõe e se distingue da “consciência do saber”.

Nesse sentido, todo esforço empreendido no sentido de refletir sobre o poder da ciência ainda não é o bastante para desconstruí-lo. Basta, por exemplo, que se verifique a importância que se atribui a qualquer informação – por mais banal que seja – quando a ela se acrescenta a palavra “científico”. Ou, quando se constata na prática que reflexões epistemológicas, que se reconheça como tal, ainda são raras no ambiente das universidades¹⁰⁴, onde se discute a atividade científica e sua objetividade sem o devido suporte epistemológico. E, em assim sendo, o que vale é o prestígio da ciência estudada e a credibilidade atribuída aos seus cientistas, pesquisadores, etc. Ao refletir sobre o caráter dogmático que, não deveria, mas se reconhece presente nos meios universitários, o autor considerou que a ciência moderna neste meio “quase não é conhecida, pois continua a ser ensinada dogmaticamente (como previra Comte), quase como se ela fosse uma ‘verdade revelada’”. (JAPIASSU, 1986, p. 148).

No campo do conhecimento científico há uma variedade de entendimentos com relação a um mesmo fenômeno, que se refere aos diferentes pressupostos¹⁰⁵ científicos, que também são

¹⁰⁴ Encontrar algum autor para fazer a referência disso.

¹⁰⁵ Pressupostos, de acordo com Japiassu e Marcondes (2001, p. 156-157), “(do lat. medieval *praesuppositio*)” se refere a “Algo que se toma como previamente estabelecido, como base ou ponto de partida para um raciocínio ou argumento [...] toda pretensão a conhecimento, tem inevitavelmente pressupostos, e [...] esses pressupostos não podem ser examinados nem explicitados em sua totalidade. Isso não significa, entretanto, que a filosofia ou o conhecimento não devam ser críticos, isto é, não devam examinar seus pressupostos, mas simplesmente que esse

estudados pela epistemologia em observância aos conhecimentos científicos e aos conceitos que derivam destes. (NEIS e PEREIRA, 2015.).

De forma geral, a epistemologia foi dividida em duas grandes escolas de pensamento que buscaram, cada uma ao seu modo, decidir o que seria o mais relevante, ou principal, para o conhecimento (GRAYLING, 1996). Uma dessas escolas é a racionalista e a outra é a empirista. Na escola racionalista, a razão é requisitada para tornar o conhecimento válido e na escola empirista, por sua vez, será a experiência o elemento a ser valorizado no processo.

O paradigma do conhecimento para os racionalistas “é a matemática e a lógica, onde verdades necessárias são obtidas por intuição e inferência racionais.” (GRAYLING, 1996, p. 02). Entre os empiristas, o paradigma “é a ciência natural, onde observações e experimentos são cruciais para a investigação” (GRAYLING, 1996, p. 03). O autor explicará que o empirismo foi sustentado na história da ciência moderna, sobretudo pela grande importância que passaram a ter as questões filosóficas que sobre a percepção, a observação, a evidência e o experimento. (Op.Cit.).

Entre os empiristas se destacará a construção de critérios para a experiência cujos fenômenos são previstos e explicados a partir da universalidade das leis. “O que tornou natural incluir nessa demanda as condições psicológicas de sujeito produtor de conhecimento. Deste modo o empirismo iria manter a condição dicotômica *sujeito* [...] e *objeto* [...]. (GALERA, 2007, p. 100, destaque da autora).

Essa dicotomia expressa também a condição de verdade que é considerada própria do conhecimento científico, no qual o objeto do conhecimento não pode ser contaminado pelas impressões do sujeito que dele se apropria. Ao contrário, ele deve ser exposto a repetição pela verificação experimental. (JAPIASSU, 1986).

Não sendo o caso de desenvolver neste estudo cada um dos tipos de epistemologia existente, mas não podendo ignorar a importância de algumas delas reconhecida através do esforço que foi empreendido para compreender e explicar a atividade científica, vamos citar apenas as três principais correntes epistemológicas da contemporaneidade, consideradas em sua relevância no estudo introdutório do pensamento epistemológico, de acordo com Japiassu (1986, p. 139-138).

A Epistemologia Lógica é estuda aprimoradamente a linguagem científica e a pesquisa metódica das regras lógicas que presidem a todo enunciado correto próprias do empirismo e positivismo lógico. A Epistemologia Genética estuda a atividade científica a partir da psicologia da inteligência resultando no estruturalismo genético e construtivista, como na epistemologia de Jean Piaget. E, a Epistemologia Histórico-crítica que busca compreender a como se dá a produção das teorias e dos conceitos científicos, a partir do exame da própria história das ciências e das suas revoluções, onde se destacam Gaston Bachelard, Felipe Georges Canguilhem e Michael Foucault. (JAPIASSU, 1986, p. 139-138).

Somando-se a essas epistemologias, tem-se a Epistemologia Crítica que, diferente das demais, é resultado das reflexões históricas empreendidas pelos próprios cientistas que se dedicaram a fazer sobre as ciências moderna. Segundo Japiassu (1986, p. 138), o objetivo desses cientistas era chamar a atenção para a responsabilidade que recai sobre todo saber científico, visando questionar suas verdades científicas, mas sobretudo, questionar a responsabilidade do pesquisador e a significação da ciência. Redirecionando a visão atual de onde se reconhece que o poder do conhecimento ao “já se transformou a algum tempo em conhecimento do poder”. (JAPIASSU, 1986, p. 153).

exame jamais poderá esgotar todos os pressupostos de um sistema teórico. Sempre ao se examinar algo se pressupõe algo não examinado, ainda que seja a própria razão que examina”.

A partir das características da atividade científica moderna atual, Japiassu, sintetizou algumas consequências colhidas pela epistemologia crítica, a saber:

“A” ciência não existe. Só existem “ciências”. Nenhuma delas constitui um sistema definitivo do saber; O valor da objetividade científica deve-se ao valor dos objetos construídos, ao poder dos modelos empregados relativamente aos dados da experiência, e não a uma reprodução fiel da “realidade”; A objetividade científica não está isenta de erros, nem tampouco pode eximir-se de uma escolha; Só podemos falar de “verdade” científica no sentido de uma conveniência entre os modelos e as previsões que eles podem autorizar e os fatos realmente pertinentes. Essa conveniência se define, formalmente, por uma não-contradição; Nas ciências experimentais, a “prova” consiste em mostrar que as respostas da experiência às questões que lhe são colocadas, não contradizem uma hipótese num conjunto com exclusão das demais; A objetividade se define, em última análise, por um respeito às regras relativas ao objeto construído e, de forma alguma, por uma vaga adequação da Razão à “realidade”. (JAPIASSU, 1986, p. 155-156).

Essa é a forma de pensar criticamente as ciências nos marcos dessa epistemologia, de forma contra hegemônica que, todavia, ao se reconhecer acaba por tornar ainda mais evidente como funciona o sistema científico convencional.

No contexto do desenvolvimento da ciência moderna a busca pela sistematização do saber orientado pela racionalidade, matematização, reducionismo, síntese e neutralidade que conduziu a separação dos diferentes ramos do conhecimento e legitimou a *aparente* separação da relação homem-natureza, se mantém – ainda que reconheçamos no contexto da problemática ambiental atual o surgimento de “novos” conceitos, teorias e métodos que se prestam a busca por um pretensu equilíbrio na relação do homem com a natureza, reconhecemos se tratar de um “novo” erigido sob as bases de uma “velha” racionalidade¹⁰⁶.

¹⁰⁶ Chamou-me especial atenção ter verificado em Foster (2005, p.26) uma discussão na qual o autor discute uma tendência de atribuir-se o ônus de toda “o curso da degradação ecológica à emergência da revolução científica do século XVII” sobretudo considerando as contribuições de Francis Bacon a quem se atribui a formulação da expressão “dominação da natureza”. Para Foster essa frase foi tomada como uma máxima antropocêntrica, numa perspectiva simples e que pouco refletia o caráter sistemático das contribuições do Bacon sobre a relação homem-natureza. Cria-se com isto uma concepção dualista que persiste na atualidade.

ANEXOS

ANEXO A - QUADRO GERAL DAS TENSÕES TERRITORIAIS NO USO DA ÁGUA DA REGIÃO METROPOLITANA DO SALVADOR (RMS).

Evidências	Tensões	Determinações
2005		
<p>Embasa esclarece sobre Ilha de Maré:</p> <p>Sobre a carta do Sr. Aroldo Marcelo “Caos total na Ilha de Maré”, publicada ontem, onde, entre outras reclamações, cita a falta d’água, informamos que o abastecimento de Ilha de Maré é feito através de uma adutora submersa desde Candeias. Oito mil pessoas são abastecidas normalmente, mas, no período de alta estação, essa demanda praticamente triplica. Como os usuários não possuem reservatórios com volume suficiente para armazenamento em suas casas, falta água nos horários em que não há fornecimento, com o sistema de manobras. Já está concluído o projeto que visa duplicar a adutora submersa e aumentar a oferta de água. Fonte: Jornal A TARDE, 11/01/2005, Caderno Opinião, p. 2.</p>	T-1	DU DMO DP
<p>Esgoto extravasa e mata peixes em Itaparica:</p> <p>Falhas no funcionamento de estações da Embasa e despejo de esgotos nos rios de Mar Grande contaminam estuário, matam peixes, sujam praias e prejudicam recifes de coral. A agonia de robalos, tilápias, tainhas, siris e caranguejos, em busca de oxigênio, em meio ao esgoto que extravasou de uma das estações elevatórias da Embasa, no Rio da Ilhota, chocou moradores e veranistas de Mar Grande na semana passada. Sem fluxo para chegar até o mar, o rio ficou represado, a poluição retirou o oxigênio da água, também causou mau cheiro, que se propagou pela praia, deixando contrariados comerciantes e banhistas. (...) o prefeito de Vera Cruz, Nicandro Moreira de Macedo, disse que a situação dos rios da Ilhota, Jaburu e Penha preocupa por causa dos esgotos domésticos que são lançados nesses corpos d’água. “Vamos reivindicar 100% do esgotamento na sede e depois para todo o município”, disse, considerando “meio sem lógica” o fato de nem todas as casas terem sido interligadas na rede instalada pelo Programa Bahia Azul. “Ou temos ou não temos saneamento”, afirmou. Segundo dados da Embasa, foram feitas 1.200 ligações, restando ainda cerca de 300 casas não ligadas à rede. O Rio da Ilhota forma um pequeno estuário antes de chegar ao mar e foi na infância da arquiteta Adriana Diniz um dos locais preferidos para as brincadeiras nas férias de verão. Integrante da quarta geração de uma família de veranistas de Mar Grande, ela lamenta a situação do rio. “É a situação degradante, decepcionante. Falta cuidado com a natureza”, disse ela, que já não frequenta a ilha como antes. “Deram as costas para a ilha. Não venho tanto porque tem muita poluição sonora e lixo espalhado”, afirmou, da sua varanda em frente ao mar de onde se pode ver Salvador mas que se torna desconfortável devido ao odor do Rio da Ilhota. O rio deságua na Praia do Duro, a mais frequentada de Mar Grande. Retido pela areia trazida pelas marés, o rio permanece a maior parte do tempo represado e mau cheiroso. (...) Embora tenha confirmado a ocorrência de extravasamento de esgoto para os rios e consequentemente para o mar, a empresa não informou, até o fechamento desta edição, o número de acidentes ocorridos no último ano.</p>	T-1 T-2	DU DG DMO DP

Fonte: Jornal A TARDE, 11/01/2005, Caderno Opinião, p. 2.		
Efluentes são lançados no rio		
Quando não extravasam das estações elevatórias da Embasa para os rios e, em seguida para o mar, os esgotos de Mar Grande são conduzidos para uma estação de tratamento próximo às nascentes do Rio da Penha. Neste rio são lançados, depois de tratados, os esgotos, quando recebem o nome de “efluentes”. O sistema de tratamento é biológico (...) Virgílio Bandeiro Neto, em visita ao local, disse que o efluente resultante do tratamento poderia ser usado para irrigação, ou mesmo para a criação de peixes. A qualidade do efluente final é monitorada pela Embasa a cada 15 dias, para ver se está de acordo com os parâmetros exigidos pela resolução 20 do Conselho Nacional do Meio Ambiente, segundo informou o gerente do escritório regional da Embasa, em Itaparica, Dartagnam Gomes Nascimento. Segundo ele, o impacto do efluente no rio “é menor do que se imagina”. Fonte: Jornal A TARDE, 11/01/2005, Caderno Opinião, p. 2.	T-1 T-2	DG DU DMO DP
Para o pesquisador autodidata e fotógrafo, morador de Mar Grande, Luís Pereira, o lançamento de efluente da estação de tratamento de esgoto no Rio da Penha foi o “tiro de misericórdia” no rio. Segundo ele este era o único não poluído. “Faltou coragem para embargar aquela obra. De lá pra cá só tivemos problemas”, afirmou. Fonte: Jornal A TARDE, 11/01/2005, Caderno Opinião, p. 2.		
T-1 T-2		
DMO DU		
“Não há sistema 100% garantido”		
O extravasamento de esgoto “in natura” das estações elevatórias da Embasa também foi verificado na localidade de Gamboa. Ali, o esgoto foi lançado diretamente na praia. (...) Para o coordenador de projetos de conservação de ecossistemas marinhos da Pró-mar, José Caldas Pinto, Zé Pescador, a comunidade deveria ser indenizada pelos acidentes ocorridos nas estações da Embasa. “Toda vez é isso. Dá problema lá e o esgoto é jogado no rio”, disse. Segundo o gerente da Embasa, as causas dos extravasamentos são imprevisíveis e, em geral, estão relacionadas à falta de energia. “Não há sistema com 100% de garantia contra acidentes”, disse ele. Embora tenha confirmado a ocorrência de extravasamento de esgoto para os rios e conseqüentemente para o mar a empresa não informou, até o fechamento desta edição, o número de acidentes ocorridos no último ano. Fonte: Jornal A TARDE, 11/01/2005, Caderno Opinião, p. 2.	T-1 T-2	DG DMO DU DCC DP
Grupo luta para salvar manguezal em Jaguaribe: Área do Rio Passa Vaca é degradada por construções e ações predatórias		
Se não for recuperado já, o manguezal do Rio Passa vaca, nas proximidades da Praia de Jaguaribe, poderá desaparecer. O alerta vem do Grupo Ecológico Nativo de Itapuã, que há nove anos está lutando para manter vivo aquele ecossistema. O local degradou-se ao longo dos últimos anos com a construção de condomínios e estabelecimentos privados em seu entorno. Atualmente, sofre com a coleta predatória de caranguejos e guaiamuns através da utilização de enxadas, o que está causando o assoreamento do mangue. (...) Falta somente vontade política para que o projeto do Parque de Ecoturismo e Educação Ambiental do Manguezal do Rio Passa Vaca saia do papel e se torne o primeiro parque de manguezal da Bahia. “Enquanto não for criado o parque, o rio continuará sendo assoreado e sua fauna e flora estarão fadados a morrer”, disse o jornalista Carlos Caetano, diretor de Meio Ambiente e Comunicação do Grupo Nativo. (...) Grande parte da área de manguezal pertence à Construtora Patrimonial Paraíba, que possui um projeto de urbanização para a área. Após denúncia no Ministério Público e algumas audiências, a empresa acordou em fazer uma adaptação de seu projeto em prol da preservação do mangue, se tornando parceira. Além de doar a APP, cedeu mais 7 mil m² para a reserva, de um total de 18 mil, em troca do cancelamento de débitos de IPTU.	T-1 T-2	DR DG DMO DU DP

<p>(...) “O manguezal é uma maternidade marinha. Se você acaba com ele automaticamente você está diminuindo a quantidade de peixes no mar, o que já está sendo sentido pelos pescadores dessa região”, explicou Caetano. (...) Fonte: Jornal A TARDE, 15/01/2005, Caderno Local, p. 4.</p>		
<p>Parque recebe nova promessa: Superintendente municipal de Meio Ambiente e o diretor da Conder anunciam melhorias para o São Bartolomeu.</p> <p>(...) “O parque é um patrimônio ambiental, cultural e religioso da cidade e terá toda nossa atenção”, garantiu. (...) Na área da Praça de Oxum, onde fica uma cachoeira poluída, estão previstos serviços para preservar áreas de mata atlântica e os rios, além da criação de um parque que servirá para a realização de projetos culturais, de conservação dos sítios arqueológicos, além de passeios paisagísticos. (...) Já a despoluição da água da Cachoeira de Oxum, pertencente ao Rio Mané Dendê, depende de novos contratos de adensamento da rede de esgoto em Ilha Amarela e Alta da Teresinha, segundo informou a assessoria de comunicação da Embasa. A empresa está aguardando a definição de recursos da Fundação Nacional de Saúde (Funasa), órgão do Ministério da Saúde. Esta intervenção, porém, ainda não tem custos levantados e nem prazo para ser iniciada. Fonte: Jornal A TARDE, 17/01/2005, Caderno Local, p. 5.</p>	<p>T-1 T-2 T-3</p>	<p>DR DU DG DP</p>
<p>Santuário ecológico</p> <p>(...) No século passado (...) Havia peregrinações nos finais de semana e muita gente se banhava nos rios e nas cachoeiras que recebiam nomes como Oxum e Oxumaré. Nesta última, havia a formação de um arco-íris, um símbolo de Oxumaré, que simboliza a união da terra com o céu. O Parque São Bartolomeu, com 75 hectares, está inserido no Parque Metropolitano de Pirajá que possui uma área de 1.550 hectares, maior reserva florestal remanescente da mata atlântica. Fonte: Jornal A TARDE, 17/01/2005, Caderno Local, p. 5.</p>	<p>T-1</p>	<p>DR</p>
<p>Esgoto polui cachoeira de Oxum</p> <p>(...) Perto de duas jaqueiras que nasceram entre as pedras, a água da Cachoeira de Oxum, uma das mais belas do parque, estão poluídas com esgoto sanitário. Até a década de 80, a água limpa da cachoeira era usada para se tomar banho e a área ao redor para rituais e oferendas dos adeptos do candomblé. A grave situação da cachoeira revela a falta de atenção dos órgãos governamentais, principalmente da prefeitura, a quem ele está diretamente vinculado porque foi criado por uma lei municipal. Situado na área da cidade que apresenta o maior crescimento da população de baixa renda, o parque sofre as consequências negativas desta ocupação. Isto fica claro no exemplo da Cachoeira de Oxum. Ela recebe as águas do Rio Mané Dendê, um dos braços do Rio do Cobre, que tem sua nascente na parte alta do parque, onde estão situadas localidades como Ilha Amarela e Alto da Teresinha, que receberam milhares de novos moradores nas duas últimas décadas. Os novos conjuntos habitacionais e os loteamentos das casas, no entanto, não receberam a infraestrutura em saneamento básico. O Programa Bahia Azul terminou suas obras na Bacia do Cobre, mas não conseguiu canalizar todos os esgotos lançados no rio. A realidade da cachoeira entristece a moradora e líder comunitária Raimunda Oliveira de Souza. Ela, que tomou banho nas suas águas limpas, lamenta o abandono. “É um descaso”, reclama. Acrescenta que duas das cinco outras cachoeiras do parque, formadas pelo Rio do Cobre, também apresentam poluição, inclusive com entrada de esgotos. A moradora lembra que a situação da Cachoeira de Oxum retrata bem as agressões ambientais que o parque vem sofrendo nos últimos 20 anos, sem que medidas efetivas tenham sido tomadas para conter o processo de degradação, mesmo com a mobilização dos moradores, que culminou com a criação do movimento em defesa do parque, em 1987. (...) Fonte: Jornal A TARDE, 17/01/2005, Caderno Local, p. 5.</p>	<p>T-1 T-2 T-3</p>	<p>DG DR DU DP DMO</p>

<p>Intolerância é condenada no santuário: Seguidores do candomblé vão ao Parque São Bartolomeu para lembrar o direito irrestrito à diversidade de crenças</p> <p>Pertencente à área de preservação ambiental da Bacia do Cobre, o Parque Municipal de São Bartolomeu, no subúrbio de Salvador, é um santuário para o povo de candomblé. E está visivelmente degradado. Nascentes, como a de Oxumaré (correspondente a São Bartolomeu, na religião católica) – que dá nome ao Parque – estão morrendo, Cachoeiras de orixás, como as de Nanã e Oxum, estão cobertas de espumas encardidas sobre águas cheias de sujeira. Foi lá, no Parque São Bartolomeu, que várias entidades se reuniram para marcar o Dia Municipal de Combate à Intolerância Religiosa, criado no ano passado. Raimunda Oliveira, representante do Fórum de Entidades, do Subúrbio, contou que “antigamente se fazia romaria para pegar essa água milagrosa. O que tem de projeto para socorrer isso aqui é inacreditável. Entretanto... eles (os governantes) têm uma visão de economia que tem que encher o bolso sem limite. Eles enchem os bolsos com a miséria do povo”. (...) “Este parque é a maior reserva de Mata Atlântica urbana no País e tem história. Aqui viveram os índios tupinambás e o Quilombo do Urubu. E teve relação com a luta pela Independência. Mas pouca gente sabe disso” falou o secretário, lembrando que a Bacia do Cobre é responsável por 20% da água que abastece a população do subúrbio, que está por volta de 600 mil pessoas. “Tem a ver com a localização. Será que se fosse na Pituba estaria nesse estado?” perguntou o secretário. Fonte: Jornal A TARDE, 22/01/2005, Caderno Local, p. 5.</p>	<p>T-1 T-3</p>	<p>DR DMO DG DU DP</p>
<p>Fórum conclui que Bahia Azul fracassou nas metas: Audiência Pública realizada na sede da OAB reuniu diversas entidades civis</p> <p>O programa Bahia Azul não alcançou as metas planejadas, tanto quantitativo, por falta de fiscalização do governo do Estado (...) De acordo com a engenheira Patrícia Borja, assessora do Grupo Ambientalista da Bahia (Gambá) e pesquisadora da Universidade Federal da Bahia (Ufba), a meta de implantação do esgotamento sanitário de Salvador não foi cumprida. (...) Segundo a pesquisadora, estudos da Ufba comprovam contaminação por metais pesados na BTS. Em outros municípios, apesar do anúncio de conclusão do Bahia Azul, o sistema de esgotamento não está funcionando, (...). Na Ilha de Itaparica, continua Patrícia, a paralisação do sistema tem sido frequente. Os esgotos estão sendo encaminhados para as vias pluviais, causando a mortandade de peixes. “A população reivindica um sistema mais seguro nas elevatórias”, disse. A eficiência do tratamento da água também foi questionada. “A sociedade civil deseja que a Embasa prove que essas estações de esgoto estão operando de forma adequada, uma vez que já se tem notícias de degradação nos corpos receptores (rios) que recebem os efluentes da estação”, salientou. Fonte: Jornal A TARDE, 22/01/2005, Caderno Local, p. 6.</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DG DU DP</p>
<p>Desobstrução</p> <p>Quem entende do assunto garante que os serviços de desobstrução de rios em Salvador não estão sendo realizados de maneira satisfatória. Como estão sendo usadas máquinas escavadeiras que possuem esteiras, em vez de pneus, os passeios estão danificados. Arruma de um lado e complica do outro... Fonte: Jornal A TARDE, 23/01/2005, Caderno Local, p. 7.</p>	<p>T-1</p>	<p>DG DU</p>
<p>Lagoa</p> <p>A Lagoa da Pituba precisa de uma intervenção urgente da prefeitura. A administração da associação de moradores que assumiu a tarefa de manutenção da área, não tem condições de resolver todos os problemas existentes, que são resultado do descaso com que a área vem sendo tratada. Fonte: Jornal A TARDE, 26/01/2005, Caderno Local, p. 4.</p>	<p>T-1</p>	<p>DMO DU</p>

<p>Conta de água fica 12% mais cara: O aumento será aplicado pela Embasa em duas parcelas: 7% a partir de março e o restante três meses depois.</p> <p>Taxa de esgoto é questionada: Para o presidente da Associação de Pensionistas e Aposentados da Previdência Social da Bahia, Gilson Costa de Oliveira, a pior das taxas cobradas pela Embasa é de esgoto, que corresponde a 80% do valor da taxa cobrada pelo consumo de água. “E o esgoto da minha rua, no Rio Vermelho, foi construído há mais de 30 anos, ou seja, tem custo zero para a Embasa. O aumento tem grande impacto porque o reajuste salarial não corresponde a tudo que está aumentando. As empresas têm de verificar se o consumidor tem limite para arcar com tantos reajustes”, falou. A coordenadora da Federação de Entidades do Subúrbio (FES) Raimunda Oliveira de Souza lembra que, apesar de o Programa Bahia Azul ser dado como concluído, ainda existem no subúrbio muitos esgotos à céu aberto, como o localizado na comunidade de Planalto Real. “As queixas de falta de água também são constantes. Mesmo com as contas ficando entre 14 e 70 reais”, afirmou. Segundo levantamento feito para a elaboração do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano, reproduzida pela FES, os 22 bairros do subúrbio têm uma população de 650 mil habitantes e a renda familiar média é de três salários mínimos. Fonte: Jornal A TARDE, 03/02/2005, Caderno Economia, p. 19.</p>	<p>T-1</p>	<p>DU DG DP</p>
<p>Comunidade reclama de cano estourado</p> <p>O barraqueiro Sílvio Ricardo Bastos levou um grande susto anteontem, quando sua barraca, localizada no Parque São Braz, na Federação, foi parcialmente soterrada por um deslizamento de terra. Ele diz que a causa do acidente foi o estouro de um cano da Embasa no alto da encosta em que o equipamento fica instalado. Um técnico da empresa, que preferiu não se identificar, mas estava na A TARDE de anteontem acompanhando a equipe que tentava resolver o problema, acusa a prefeitura de não ter reconstruído o meio-fio (a calçada) para conter a água das chuvas – na sua opinião, a verdadeira causa do deslizamento. O fato é que, independente do problema relativo ao cano, é preciso construir uma calçada para aquele trecho da via que atravessa o conjunto habitacional. (...) O proprietário do estabelecimento soterrado, Sílvio Ricardo, que é morador do Conjunto 15 do Parque São Braz, nega que o motivo do deslizamento tenha sido a forte chuva que começou a cair na segunda-feira. “Em quatro anos, essa é a segunda vez que o cano estoura. A primeira foi em junho do ano passado” disse ele, que ontem tentou solicitar da Embasa a limpeza da barraca e a cobertura do prejuízo, sem sucesso. “Hoje eles estão em plantão, só amanhã”, disse.</p> <p>Fonte: Jornal A TARDE, 11/02/2005, Caderno Local – p 7.</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DG DU</p>
<p>Engarrafamento na Estrada do Coco</p> <p>Um grande engarrafamento se formou ontem, às 16h45, na Estrada do Coco, nas proximidades do Condomínio Encontro das Águas. Revoltados com o alagamento de suas casas na Boca da Mata, por conta do entupimento dos canais, moradores do bairro de Lauro de Freitas formam uma barreira de pedra, pedaços de madeira e entulhos numa das vias da estrada, no sentido de Salvador. (...) Crianças sendo transportadas nos braços, idosos com água acima da cintura na travessia explicaram a revolta dos moradores da Rua Santos Dumont, em Porão. A água subiu cerca de um metro nas paredes das casas. De acordo com a moradora Joelma Santos tudo aconteceu rapidamente. Em poucos minutos, o alagamento invadiu sua residência, estragando móveis e eletrodomésticos. “A gente não teve nem tempo de salvar as coisas”, disse revoltada. “Toda vez é isso. Quando chove entope as tubulações e aí a água não passa” comenta a moradora Raimunda Francisca de Jesus, de 68 anos. Complementa: “Perdi tudo: colchão, geladeira, roupa...” Desolado outro morador, José Santos, protestava: “Será que nunca vão fazer nada? No ano passado, caiu um muro do outro lado da pista, no córrego que passa por lá. A água ficou presa e alagou tudo aqui. Vocês têm que ver. E eles (referindo-se aos policiais) chegam aqui e já vão batendo em todo mundo”. (...) Sem infraestrutura: Segundo a assessoria de imprensa da Prefeitura de Lauro de Freitas, três pontos da cidade sofreram, ontem, com os alagamentos, sendo a Lagoa dos</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DU DMO DG DP</p>

<p>Patos foi o que mais teve problemas. (...) A razão para tantos alagamentos, de acordo com a assessoria, é a falta de infraestrutura da cidade. Os canais estão entupidos e os vários córregos que cortam o município, assoreados. Muitas casas foram construídas próximas a estes córregos, algumas têm a laje sobre eles. A solução é complexa e passa, também, por um processo de desapropriação de imóveis, para que se possa restaurar os canais. Fonte: Jornal A TARDE, 14/02/2005, Caderno Local, p. 5.</p>		
<p>Esquecidos</p> <p>Os moradores de Nova Dias D'Ávila estão se sentindo discriminados. Semana passada, o bairro ficou três dias sem abastecimento de água. E isso ocorre pelo menos duas vezes por mês. No dia 13, com a chuva, o bairro ficou sem luz das 15 às 5h30 da madrugada. Em todo o município, só faltou luz lá. Agora, foram os telefones, que ficaram mudos por quase nove horas seguidas. Sem água, sem luz e sem telefone! Fonte: Jornal A TARDE, 16/02/2005, Caderno Local, p. 4.</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DU DP</p>
<p>E agora? I</p> <p>A propósito da nota "Desperdício", publicada ontem, a Embasa informa que, na Rua Cristiano Buys, na Avenida Barros Reis, o conserto do vazamento ainda não foi feito porque há uma invasão estabelecida na área da servidão da tubulação e o manuseio da adutora, nessas condições poderia causar um acidente. A empresa informou que solicitou o apoio da Sucom visando desocupar os imóveis construídos irregularmente para que o serviço seja feito com segurança. Mas as notificações e ações fiscais determinando a desocupação das casas estão sendo ignoradas pelos ocupantes. Fonte: Jornal A TARDE, 17/02/2005, Caderno Local, p. 4.</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DU DMO DP</p>
<p>E agora? II</p> <p>Ainda informação da Embasa, desta vez sobre a nota que falou da falta de água no bairro de Nova Dias d'Ávila. Segundo assessoria da empresa, o abastecimento foi interrompido, semana passada, em função do roubo da fiação da rede elétrica do poço que serve de manancial para o sistema. Com isso, a parte elétrica ficou inativa. Mas os moradores garantem que o abastecimento de água falha pelo menos duas vezes por mês. Serão os motivos sempre os mesmos?</p> <p>Fonte: Jornal A TARDE, 17/02/2005, Caderno Local, p. 4.</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DU DP</p>
<p>Esgoto causa transtornos aos moradores de Pirajá: Detritos da Empresa Axé provocam doenças e contaminam Parque São Bartolomeu</p> <p>Na Travessa Lídio Santos, que fica em frente da primeira Igreja Batista do bairro de Pirajá, na Rua 8 de Novembro, os moradores aguardam com ansiedade a chegada de funcionários da prefeitura. A Lídio Santos é uma ladeira com cerca de 150 metros de extensão, que vai dar num córrego de água do esgoto da empresa de transportes Axé. O canal segue até contaminar a Bacia do Rio do Cobre, no Parque São Bartolomeu, aumentando a degradação do local sagrado para os adeptos do candomblé e uma das maiores reservas de Mata Atlântica urbana do Brasil. A falta de infraestrutura e saneamento do local faz com que os moradores convivam com muitos insetos, ratos e até cobras. "Quando a água desce forte, vira um inferno isso aqui", conta a moradora Rosemeire Santos de Jesus, 40 anos. A comunidade sugere parcerias. "O prefeito podia entrar em contato com os donos da Axé para que eles executassem a obra com colaboração da empresa, que poderia dar manilhas ou fazer uma canaleta onde corre o esgoto dela", sugere Rosemeire. O esgoto da empresa Axé atrai um alto número de insetos e ratos. "Os ratos daqui parecem cachorros, de tão grandes. A base da minha casa está toda roída. Muitas pessoas tiveram vários problemas de pele, inclusive eu", conta Rosemeire. Aloísio Santos, 35 anos, já contraiu esquistossomose por ter entrado</p>	<p>T-1 T-2 T-3</p>	<p>DU DG DR DMO</p>

<p>em contato com a água de esgoto para desobstruir o canal por onde ele passa. “A gente é quem limpa, reúne os colegas de coragem (porque muitos gostam é de ficar olhando), pega facão, enxada e pá e vai trabalhando, depois de beber uma cachaça, claro, que é a única maneira de encarar isso aí”, ironiza. (...)</p> <p>Fonte: Jornal A TARDE, 01/03/2005, Caderno Local, p. 6.</p>		
<p>Falta asfalto e sobram mato e lixa em Ilha de São João: Sem lâmpadas nos postes e sofrendo com insegurança, comunidade reclama.</p> <p>(...) As ruas não são asfaltadas, não há rede de abastecimento de água nem de esgoto, iluminação pública e policiamento. São barracos construídos de maneira desordenada, alguns de papelão, madeira e poucos de blocos, em becos estreitos de barro e lama, terrenos cheios de mato e lixo espalhado, próximo ao Rio dos Macacos, que, quando chove, transborda, mistura-se ao esgoto e invade as casas a uma altura de até três metros. As crianças ficam nuas e sujas, com os pés no chão. (...) Fonte: Jornal A TARDE, 05/03/2005, Caderno Local, p. 4.</p>	<p>T-1</p>	<p>DMO DG DU</p>
<p>Sem água</p> <p>Porque será que no bairro do Sieiro todo final de semana falta água? Os moradores foram informados de que uma obra que parece ser eterna, está sendo realizada e por isso a rede é desligada. Mas, além de nunca terem visto obra nenhuma, não receberam nenhuma explicação da Embasa sobre a situação... Fonte: Jornal A TARDE, 07/03/2005, Caderno Local, p. 4.</p>	<p>T-1</p>	<p>DU</p>
<p>Boias diminuem afogamentos em Abaeté: Número de mortes no local diminuiu, mas a população reclama por mais limpeza, iluminação, segurança e proteção ambiental</p> <p>(...) Área está há três anos sem administrador. Lixo na lagoa, pedintes e mendigos, ondas de assalto, prostituição, retirada clandestina de areia, orquídeas e outras espécies da flora, matança de animais silvestres, escuridão, esportes radicais nas dunas e restos de trabalhos de candomblé contaminando a lagoa são algumas das reclamações dos moradores e visitantes do Parque do Abaeté. (...) Mesmo com problemas na limpeza e na segurança, nativos e turistas procuram as lagoas e dunas para o lazer, para namorar, passear, contemplar a natureza e tomar banho. De acordo com dados do Grupo Nativo, durante os finais de semana, cerca de três mil pessoas procuram o local para banho de água doce depois do banho de mar. (...) Fonte: Jornal A TARDE, 07/03/2005, Caderno Local, p. 7.</p>	<p>T-1 T-3 T-2</p>	<p>DR DG</p>
<p>Sujeira – A faxineira Eliana Estrela da Silva, de 40 anos, que sempre toma banho na lagoa, porque não gosta de praia, reclamava de tanta sujeira. “É um absurdo a sujeira que isto aqui virou. Tinha dois preservativos usados, despacho de macumba, garrafa de vidro, prato, que vai para a beira da lagoa, onde você fica com as crianças. Se você não tomar cuidado se corta todo. A água está amarelada, fora o poço de lama que quase prende o pé do meu filho, se eu não vejo, some o corpo dele”, reclama. Segundo ela, não adiantam as boias de proteção colocadas na lagoa porque as pessoas não respeitam. “Aqui precisa de uma limpeza, as pessoas fazem aqui de banheiro, de quintal e de motel. Alguém tinha que orientar o povo a não jogar lixo”, diz. A dona-de-casa Rosane Santos Souza, de 21 anos, também reclamou da sujeira e disse que nunca viu afogamentos na lagoa. “As boias melhoraram os acidentes, mas as pessoas não ligam para o perigo e vão para o fundo. O salva-vidas fica muito distante, até chegar alguém, já era”. Já a turista carioca Cléa Rosa Menezes, de 54 anos, estava tomando banho na lagoa na última quarta-feira, pela manhã, e achou o local tranquilo e gostoso. “A água estava morna e rasa, pretendo voltar”, contou. Fonte: Jornal A TARDE, 07/03/2005, Caderno Local, p. 7.</p>	<p>T-1 T-3</p>	<p>DR DG</p>

<p>Condomínios são acusados de secar a lagoa</p> <p>(...) Além de se preocupar com a preservação da lagoa, orientando 16 jovens carentes no projeto “Meninos do Abaeté”, para serem multiplicadores ambientais sobre não sujar a lagoa e não retirar a vegetação, ele se preocupa com o abandono do parque. (...) queixa-se, acrescentando que de 50 mil hectares, atualmente a área só tem 1.800 hectares preservados porque o restante foi tomado por condomínios e todo tipo de construção que contribui para o aterramento da lagoa. (...) Já o presidente da associação dos moradores do Parque do Abaeté, Valter Hugo, queixa-se de que a lagoa está secando por causa da construção de uma barragem e de condomínios. “A lagoa já diminuiu de oito metros de profundidade para 6,5 metros por causa dos poços artesianos dos condomínios, que sugam a água”. Reclamou também da comunidade do candomblé que acende velas, queimando a vegetação e jogando os balaios com oferendas nas nascentes, que acabam nas águas onde as pessoas tomam banho. “Era preciso que se fizesse um ebódromo para os cestos não irem para a lagoa. É uma tristeza, estamos vendo tudo se acabar”, desabafa. Fonte: Jornal A TARDE, 07/03/2005, Caderno Local, p. 7.</p>	<p>T-1 T-2 T-3</p>	<p>DG DMO DU DR</p>
<p>Força feminina protege o Joanes: Marisqueiras antecipam homenagem ao Dia Internacional da Mulher com caminhada e operação de limpeza</p> <p>A marisqueira Isabel de Sena, 60 anos, é uma das 40 mulheres carentes de Lauro de Freitas que sobrevivem da pesca no Rio Joanes, cada vez mais escassa por causa da poluição provocada por esgoto, lixo e principalmente pela destruição da vegetação dos manguezais. Para quem, como Isabel, cresceu entrando naquelas águas e criou sete filhos e dez netos na mariscagem, o desconsolo e a indignação com a degradação ambiental que vem acontecendo ao longo dos anos são imensos. “Aqui era maravilhoso. Tinha de tudo aqui dentro e a gente sempre viveu deste rio. Hoje não tem mais nada, só doença. Peixe mesmo você só encontra morto, contaminado, ninguém tem coragem de consumir, mas a gente não acha emprego em lugar nenhum com esta idade e tem dia que não acha nada para comer. Fazer o quê? Só rezando a Deus mesmo”, desabafa ela, cansada de pedir providências para salvar o rio. Com o pouco que consegue pescar, sustenta a família e, quando vende, compra açúcar, pão e carne com o dinheiro. Ela, assim como as outras mulheres da Colônia de Pescadores Z-57, de Buraquinho, sempre sobreviveu e sustentou a família da mariscagem no Rio Joanes. Vendo a fauna marinha diminuir dia após dia, resta-lhes a esperança de recuperação dos manguezais prometida pela nova direção do Departamento de Gestão Ambiental (DGA) de Lauro de Freitas. Ontem, em homenagem antecipada ao Dia Internacional da Mulher e para chamar a atenção da comunidade local para os problemas existentes no Joanes, o DGA organizou a 1ª Caminhada Eco Mangue. Com luvas e sacos plásticos, as marisqueiras percorreram três quilômetros dentro do manguezal, do Terminal Turístico de Portão até a foz do Rio Joanes, na Praia de Buraquinho, recolhendo o lixo que encontravam pela frente, de 10 às 13 horas. Foram encontrados vidros, garrafas e sacos plásticos, até sofá e vaso sanitário em meio à vegetação do mangue, enchendo mais de 40 sacos de lixo. Em barcos, funcionários da prefeitura acompanhavam a operação e recolhiam os sacos de lixo. A iniciativa foi aplaudida pelas marisqueiras, que esperam que a operação seja contínua. “As marisqueiras são as maiores fiscais do meio ambiente, é só reparar a força de vontade delas nesta operação, que deveria ser feita toda semana ou pelo menos a cada 15 dias, senão não adianta. A esperança do pescador é que este trabalho seja permanente para salvar nosso futuro e de nossos filhos, que vão herdar nossa profissão”, comenta a marisqueira Evilene Rosário Santos, de 34 anos.</p> <p>Fonte: Jornal A TARDE, 08/03/2005, Caderno Especial, p. 4.</p>	<p>T-1 T-2 T-3</p>	<p>DR DG DU DP DMO</p>
<p>Construções destroem mangues: O presidente da associação dos pescadores, Jonas Tomas, conhecido como Touro, tem cadastrados 300 pescadores e marisqueiros na colônia. Ele espera que o mutirão de limpeza do rio não pare. “São as marisqueiras que sobrevivem deste rio e, se ninguém tomar providências, elas vão abandonar a profissão. É grande a quantidade de esgoto e coliformes fecais lançados no rio. Se não tiver o</p>	<p>T-1 T-2 T-3</p>	<p>DR DG DMO</p>

<p>mangue, o peixe vai desovar onde?”, questiona. Ele reclama da quantidade de construções nas margens do rio, que destruíram o manguezal. “É daqui que as famílias tiram seu sustento, estamos apostando que desta vez irão salvar o Rio Joanes e também o Ipitanga. Preservar não é só cortar o mangue, mas também deixar o lixo. Elas têm esta consciência, é preciso que todos se eduquem mais”. Aldeci Santos Soares, 52, conta que, depois de viver 12 anos da mariscagem, hoje vê peixe dia sim dia não. “A quantidade diminuiu muito e a gente sofre com acidentes por causa de garrafas de vidro. Lambreta e caranguejo a gente já não encontra mais”. A líder do grupo de pescaria, Claudina Sena, 29, reclama dos condomínios e mansões que foram construídos nas margens do rio, com alvenaria dentro da água, ocupando o espaço do manguezal. “Além de prejudicar a nossa passagem, eles retiram a vegetação e ainda jogam o esgoto direto no peçoço”, reclama.</p> <p>Fonte: Jornal A TARDE, 08/03/2005, Caderno Especial, p. 4.</p>		<p>DU</p> <p>DP</p>
<p>Nem sempre se acha comida: As marcas deixadas pelos 31 anos de mariscagem são visíveis no corpo de Maria Gertrudes Costa Matos, 69 anos. Com cicatrizes e feridas nos pés, pernas e braços, ela reclama da água poluída e diz que agora está tentando se aposentar. Jandira Silveira, 62, também sobrevive de mariscagem há 15 anos, mas diz que atualmente não é todo dia que consegue pescar alguma coisa. “A gente tem que ficar dentro da água o dia todo e tem dia que não pega nada”. A bióloga do DGA, Josane Vale, ressaltou a importância da conscientização da população local. “Os manguezais são importantes em toda a cadeia alimentar, são o berçário da vida marinha. É preciso recuperar o que foi destruído e impedir que mais lixo e esgoto sejam lançados, além de não licenciar mais nenhuma construção nas margens do rio”, enfatizou. O diretor do DGA, Marcelo Cerqueira, explicou que pretende formar uma cooperativa para as marisqueiras profissionalizarem e comercializarem a pesca, que atualmente é feita de forma artesanal, e encontrar outras atividades que possam ser feitas por elas no período da desova. Ele projeta também fazer o replantio da vegetação do manguezal e multar os condomínios construídos à margem do rio, uma área de preservação permanente. “Foram concedidas licenças ambientais a torto e a direito na antiga gestão, acobertando vários crimes ambientais, e não iremos mais permitir isto”, garantiu. O professor de educação ambiental Antônio Cláudio está incentivando os alunos a conhecer de perto os manguezais e participar como fiscais-mirins do rio.</p> <p>Fonte: Jornal A TARDE, 08/03/2005, Caderno Especial, p. 4.</p>	<p>T-1</p> <p>T-2</p> <p>T-3</p>	<p>DR</p> <p>DG</p> <p>DU</p> <p>DCC</p>
<p>Com água: O problema de falta de água no final de semana, no bairro do Siero, denunciado na nota “Sem água”, do dia 7 de março, já foi solucionado, segundo informação da Embasa. O abastecimento de água havia sido comprometido por problemas no sistema de adução do reservatório que abastece o bairro.</p> <p>Fonte: Jornal A TARDE, 09/03/2005, Caderno Local, p. 7.</p>	<p>T-1</p>	<p>DU</p>
<p>Subsolo do Pólo Contaminado: No Dia Mundial da Água, quando a futura escassez de reservas no mundo é motivo de preocupação, pesquisadores da UFBA alertam sobre a contaminação dos mananciais subterrâneos do Pólo petroquímico de Camaçari</p> <p>O mais importante reservatório de água doce, potável, de excelente qualidade mineral do estado da Bahia e o segundo maior lençol subterrâneo do País, situado na região de Camaçari e Dias d’Ávila, a 40 km de Salvador, teve sua parte superficial contaminada com 35 substâncias químicas pelas mais de 60 indústrias do Pólo Petroquímico de Camaçari. Desde a implantação do complexo, em 1977, as fábricas exploram o aquífero através de poços. A informação é de hidrogeólogos, engenheiros ambientais e pesquisadores da UFBA (Universidade Federal da Bahia) e foi confirmada pelo superintendente da Cetrel (Empresa de Proteção Ambiental do Pólo), Carlos Eugênio de Menezes, e pelo diretor de controle ambiental do Centro de Recursos Ambientais (CRA), Ronaldo Martins. Os estudos geofísicos realizados em parceria com a UFBA e</p>	<p>T-1</p> <p>T-2</p>	<p>DU</p> <p>DP</p> <p>DG</p> <p>DMO</p> <p>DCC</p>

<p>a Cetrel indicaram que o aquífero contém extensas manchas de poluentes, que, em alguns locais, atingem mais de 100 metros de profundidade. São dois os principais locais de contaminação. O primeiro sob as indústrias do complexo básico, incluindo a bacia usada para despejo de seus efluentes aquosos, cada uma contaminando com um tipo de substância química. O segundo, na região do complexo metalúrgico do cobre (Caraíba Metais) e sua respectiva bacia de disposição dos efluentes. As fontes locais de poluição de cada unidade industrial transferem seu conteúdo de modo contínuo para o sistema aquífero em exploração. Toda a área tem 2.500 quilômetros quadrados de extensão. Sabe-se da contaminação da parte superficial e teme-se que tenha atingido a parte profunda, de onde a Embasa extrai água para abastecer as populações de Dias d'Ávila, Camaçari e localidades vizinhas. Segundo o hidrogeólogo Olivar Lima de Lima, coordenador do departamento de Geociências da UFBA, que constatou também a contaminação industrial espalhada em riachos e lagoas, a água, utilizada em todos os processos industriais e no resfriamento de caldeiras e tubulações, acabou se misturando às matérias-primas (substâncias químicas e produtos tóxicos solúveis), que foram despejadas sem controle no solo e nas redes de drenagem pluvial e fluvial. Os frequentes acidentes de vazamentos nos sistemas de coleta, tratamento e disposição dos efluentes líquidos destas indústrias, causados por interrupções de energia elétrica, por corrosões e por danos mecânicos nas tubulações enterradas, e o uso indiscriminado de poços perfurados sem rigor técnico para extração de água foram causas da contaminação e, segundo ele, podem ainda estar atuando como vias rápidas de infiltração de contaminantes para o aquífero. A falha geológica onde se acumulou água doce chamada de Aquífero de São Sebastião é composta de várias camadas interconectadas e permeáveis arenosas, porosas e argilosas produtoras de água, que estão sendo exploradas pelos poços do Pólo. “A interconexão destes níveis e a superexploração do aquífero favorecem a migração descendente dos líquidos contaminantes para maiores profundidades, comprometendo até 200 metros ao longo de rotas ainda desconhecidas”, explicou Lima. Fonte: Jornal A TARDE. 22/03/2005, Caderno Ambiente & Vida, págs. 7, 8 e 9.</p>		
<p>Abastecimento corre risco</p> <p>A preocupação dos estudiosos é com a real dimensão do que foi contaminado ao longo dos anos, em níveis verticais e horizontais, e até onde já chegou a contaminação, pois as águas subterrâneas fluem para a bacia do Rio Imbassá, em Dias d'Ávila, onde estão as engarrafadoras de água mineral e as cervejarias, que extraem água do aquífero profundo, e para o mar. As águas minerais de Dias d'Ávila são provenientes deste mesmo aquífero, das camadas mais profundas, que podem ser contaminadas pela proximidade do Pólo (apenas sete quilômetros). Na década de 60, Dias d'Ávila era famosa pelas suas águas minerais, que atraíam turistas para a Estância Hidromineral de banhos medicinais. Segundo o professor Olivar, o aquífero tem água doce até a profundidade de 1.500 metros e estoca seis bilhões de metros cúbicos, com disponibilidade de 500 milhões de metros cúbicos por ano, que poderia abastecer às vilas e cidades do Recôncavo baiano, além de complexos industriais instalados na área e ainda a população de Salvador. “O governo do estado da Bahia deu prioridade ao abastecimento das indústrias, e por isto arca com os custos de trazer água para abastecer Salvador da Barragem de Pedra do Cavalo, em Feira de Santana, a 100 km de distância. A doutora em engenharia ambiental da Ufba, Iara Brandão, afirma que, enquanto a água contaminada estiver sendo extraída para abastecer indústrias menos mal. “O maior risco é contaminar a água mineral que toda a sociedade baiana consome e ninguém pode garantir que isso não vá acontecer ou que ainda não aconteceu”, alerta. “O fluxo das águas subterrâneas é lento, deslocando 20 metros por ano, e como a remediação só começou a ser feita em 1995, ou seja, 20 anos após o início da atividade industrial, ninguém pode garantir até onde ela chegou”. Informação - Para ela, existe possibilidade dos contaminantes chegarem a Dias d'Ávila e não há nenhum laboratório ou órgão que avalie a qualidade da água que é consumida. “A gente bebe sem saber o que está bebendo. São feitas análises apenas de potabilidade como ph, dureza e minerais, mas não avalia se está ou não contaminada, apesar da Resolução 20 do Conselho Nacional de Meio Ambiente (Conama) exigir”. O hidrogeólogo Francisco Negrão enfatiza que a sociedade precisa ter acesso às informações para poder cobrar soluções. “A lei de recursos hídricos é eficiente, mas é preciso que o Estado cumpra a</p>	<p>T-1</p> <p>T-2</p>	<p>DU</p> <p>DR</p> <p>DG</p> <p>DMO</p> <p>DCC</p>

<p>lei. O Estado é obrigado a divulgar periodicamente os resultados de análise das águas”. Infelizmente, o acesso às informações ambientais ainda é uma caixa-preta bem guardada pelo governo do estado da Bahia. A reportagem de A TARDE apurou as informações com muita dificuldade durante quase um ano e não teve acesso aos relatórios de monitoramento das águas subterrâneas do Pólo que a Cetrel faz todos os anos. A Cetrel diz que quem tem que informar é o CRA, que por sua vez diz que este dado pertence às empresas do Pólo. A real extensão e o nível da poluição subterrânea ainda são pouco conhecidos e as informações não são divulgadas nem a nível de congressos e reuniões científicas, nem em publicações das empresas. “Espera-se que, no futuro, haja mais transparência nos atos do governo que envolvem a questão ambiental e, principalmente, a saúde pública. A sociedade precisa saber a qualidade da água que consome e, principalmente, se de fato o problema das águas subterrâneas está sendo remediado”, comenta Iara Brandão. O diretor do CRA, Ronaldo Martins, afirmou que a Resolução 2113 do Cepam determinou que a Cetrel monitorasse as águas subterrâneas do Pólo. “O órgão ambiental analisa e acompanha diariamente os resultados de monitoramento da Cetrel e faz visitas de fiscalização às indústrias”. Fonte: Jornal A TARDE. 22/03/2005, Caderno Ambiente & Vida, págs. 7, 8 e 9.</p>		
<p>Água não deve ser consumida</p> <p>O aquífero está contaminado com 35 compostos entre orgânicos e metais pesados classificados como poluentes prioritários pela sua toxicidade, sendo muitos deles perigosos para a saúde e carcinogênicos. O professor Olivari explica que os poluentes orgânicos, mesmo em proporções muito pequenas e dissolvidas em água, causam sérios danos à saúde. Entre os contaminantes estão hidrocarbonetos clorados, compostos aromáticos da indústria petroquímica, como benzeno, tolueno, etilbenzeno, xileno; organoclorados, como loretos de etileno, de metileno, diclorobenzeno, dicloroetano, nitroclorobenzeno, tetracloreto de carbono, fluoretos, cianetos, nitratos, ácido sulfúrico, óleos, graxos; e metais pesados, como arsênio, cádmio, cobalto, chumbo, cobre, cromo, manganês, mercúrio, zinco e sódio. Destes, os metais são os mais perigosos, porque são mais densos do que a água e tendem a contaminar o lençol mais profundo. Só na área da Caraíba Metais, foi identificado um volume de água contaminada estimada em 3,2 milhões de metros cúbicos. Se forem ingeridas, estas substâncias se acumulam no organismo e, no longo prazo, podem causar altos índices de câncer de medula, fígado, pulmão e outras. “As águas que as indústrias contaminaram estão confinadas na área do Pólo e não podem ser utilizadas para consumo humano”, explica. Fonte: Jornal A TARDE. 22/03/2005, Caderno Ambiente & Vida, págs. 7, 8 e 9.</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DU DG DCC</p>
<p>Barreira para conter poluentes: Poços de extração fazem bombeamento das águas contaminadas, desviando-as para a unidade de tratamento da Cetrel.</p> <p>Para remediar o problema da contaminação das águas subterrâneas do Pólo Petroquímico de Camaçari, em 1996, a Cetrel implantou a barreira hidráulica, que são 13 poços de extração estrategicamente posicionados que fazem o bombeamento contínuo das águas contaminadas, desviando-as para a estação de Tratamento da Cetrel, onde é processada junto com os efluentes industriais do polo. Em funcionamento 24 horas por dia, até hoje e com previsão de continuar por anos e anos, os poços extraem 150 mil metros cúbicos de água contaminada por mês, que são utilizados para diluir os efluentes das empresas. A barreira hidráulica é a principal ação de remediação, com o objetivo de impedir que os poluentes alcancem a bacia do Rio Imbassaí, em Dias d'Ávila. (...) Cada indústria adotou a prática permanente de identificar e eliminar eventuais pontos de contaminação. Acabaram os pátios de estocagem nas empresas. Toneladas de solos foram raspadas e removidas para o incinerador de solos da Cetrel. Foram feitas obras de concretagem no leito das bacias de neutralização que apresentavam rupturas e outras deteriorações causadas pela ação de ácidos. O superintendente da Cetrel, Carlos Eugênio Menezes, garante que o programa de controle é eficiente. As áreas onde há manipulação das substâncias químicas são impermeabilizadas, não há mais linhas e tanque enterrados, o transporte é aéreo e há um sistema de segurança que dispara um alarme em caso de vazamento. A malha</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DU DR DG DMO DCC DP</p>

<p>coletora da Cetrel possui 60 km dentro do pólo para fiscalizar os efluentes, e a poluição das empresas hoje é bem menos. “Não há risco de contaminação fora da área industrial. A água que vem com resíduos dissolvidos é tratada na Cetrel e, depois de tratada com eficácia de 80%, segue para o mar. O que não se destrói também é lançado no mar pelo emissário submarino, a 5 km da costa”, diz Carlos Eugênio. Em 1995, o monitoramento revelou a presença de contaminantes, obrigando a desativação de 18 poços de produção que captavam água entre 100 e 400 metros de profundidade e que estavam funcionando como vetores de contaminação. Fonte: Jornal A TARDE. 22/03/2005, Caderno Ambiente & Vida, págs. 7, 8 e 9.</p>		
<p>Descoberta do problema começou em 1996</p> <p>Altas concentrações de poluentes na forma dissolvida foram encontradas nas águas subterrâneas, com uma contaminação bastante significativa em 1996, ano do início de funcionamento da barreira hidráulica. Em 1986, o CRA já tinha reconhecido em seus relatórios anuais que “preservar a qualidade da água subterrânea da área do pólo é, antes de tudo, um ato de sobrevivência, principalmente quando existe uma população consumindo águas potáveis com perigo de estarem contaminadas”. Na época, as águas subterrâneas serviam para o abastecimento das populações da área, de 80% das indústrias, além de ser processadas nas indústrias de água e bebidas. Em 1988, o governo do estado da Bahia decidiu duplicar a capacidade produtiva do Pólo Petroquímico. O Conselho estadual de Meio Ambiente (Cepram) publicou a Resolução 620/92 condicionando a duplicação à implantação de um programa de gerenciamentos dos recursos hídricos subterrâneos. As indústrias instaladas no pólo assumiram então a obrigação de monitorar a água sobre seus sítios industriais, sob a coordenação da Cetrel. “Antigamente, nem no primeiro mundo havia a preocupação em proteger águas subterrâneas e nem conhecimento sobre os riscos da adequação de resíduos no solo que são levados pela ação da chuva para o lenço freático”, justificou o geólogo da Cetrel Paulo Penalva. O hidrogeólogo Olivar Lima de Lima, da Ufba, confirma. “Nos primeiros anos do pólo, não havia legislação específica, nem tecnologias, informação ou consciência ambiental e a contaminação que foi para os rios causou um desastre há 20 anos. Somente em 1988, é que se descobriu a contaminação nas águas subterrâneas e algo começou a ser feito para remediar”, explicou Lima. Fonte: Jornal A TARDE. 22/03/2005, Caderno Ambiente & Vida, págs. 7, 8 e 9.</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DU DG DMO DCC DP</p>
<p>Medidas têm caráter preventivo</p> <p>Segundo a Cetrel, a barreira tem caráter preventivo e corretivo, com a intenção de impedir que a água siga em seu fluxo natural e contamine as áreas vizinhas. O superintendente da Cetrel, Carlos Eugênio, garante que nenhuma comunidade utiliza uma gota de água contaminada. “Tudo que estava na área das empresas que pudesse ser fonte de contaminação foi totalmente removido. A Cetrel garante a qualidade das águas de Camaçari, Salvador e Dias d’Ávila. A contaminação está confinada na área do complexo industrial do pólo”. Carlos Eugênio informou que a Cetrel tem formalizado um protocolo de cooperação mútua com a superintendência de recursos hídricos, órgão da Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Estado da Bahia, com o objetivo de atuar no controle das águas subterrâneas, evitando sua exploração excessiva, conservando e monitorando sua qualidade. São investidos R\$ 3 milhões por ano no programa de gerenciamento das águas subterrâneas do pólo. Apesar de garantir que tudo está sob controle e que não há riscos de contaminação das águas subterrâneas nos poços que abastecem Camaçari e Dias d’Ávila, o diretor-superintendente da Cetrel, Carlos Eugênio Menezes, não quis fornecer os relatórios de monitoramento. Fonte: Jornal A TARDE. 22/03/2005, Caderno Ambiente & Vida, págs. 7, 8 e 9.</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DU DP DG DMO DCC</p>

<p>Água mineral merece mais análise: Laboratório Referência no País ressalta a precariedade do controle e diz que não é pesquisada a presença de poluentes orgânicos</p> <p>Às águas minerais subterrâneas extraídas e engarrafadas em Dias d'Ávila, a sete quilômetros do Pólo Petroquímico de Camaçari, não sofrem análise especializada para garantir que estão livres de contaminação industrial por resíduos petroquímicos, substâncias orgânicas, clorados e ácidos. (...) “Os órgãos de saúde deveriam está fiscalizando isto severamente, porque envolve saúde pública, mas o controle é muito precário e os custos muito altos”, explicou o químico. O Lamim coleta amostras das águas minerais de Dias d'Ávila apenas para a análise química que é vista nos rótulos, mas nada de contaminação industrial. Estudos geofísicos realizados em parceria com a Universidade Federal da Bahia e com a Cetrel (Empresa de Proteção Ambiental do Pólo) indicaram que o maior reservatório de água doce do Estado contém extensas manchas de poluentes, em alguns lugares com a profundidade de 100 metros. Entre os contaminantes estão 35 substâncias químicas despejadas sem controle pelas indústrias desde a implantação do Pólo, em 1977, que não podem ser ingeridas por ser perigosas para a saúde e cancerígenas, com efeitos a longo prazo. O superintendente da Cetrel, Carlos Eugênio, garante que a contaminação está confinada na área do Pólo e que nenhuma gota desta água está sendo consumida. Fonte: Jornal A TARDE, 26/03/2005, Caderno Local, p. 3.</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DU DG DMO DCC DP</p>
<p>“Está na hora de o governo do estado se preocupar”</p> <p>“A gente bebe sem saber o que está bebendo porque não há órgãos que analisem esta água e nem uma legislação que exija. A gente não pode ficar fingindo o tempo todo que não há riscos”, comentou a doutora em engenharia ambiental da Ufba Iara Brandão. O hidrogeólogo Francisco Negrão enfatiza que cabe à sociedade cobrar o acesso às informações para poder cobrar soluções. “Está na hora de o governo do Estado se preocupar em fiscalizar o problema de forma responsável e divulgar os resultados para a sociedade”. O diretor de controle ambiental do Centro de Recursos Ambientais (CRA), Ronaldo Martins, admitiu que não tem como garantir que a remediação feita pela Cetrel é suficiente para contaminar as camadas mais profundas do solo e nem as águas de Dias d'Ávila. A Cetrel não divulga os relatórios anuais de monitoramento do aquífero “porque estes dados pertencem às empresas do Pólo”. O que é feito – Segundo a diretora da Vigilância Sanitária da Sesab, Raylene Logrado, o monitoramento das águas minerais é feito por meio de coleta de material na fonte que é analisado no Laboratório Central do Estado (Lacem), que não analisa a presença de materiais pesados, ácidos ou organoclorados, presentes no lençol freáticos contaminado pelo Pólo. “Todas as engarrafadoras de água mineral estão na região metropolitana próximo ao Pólo Petroquímico, com alvará sanitário atualizado, com boas condições de higiene e nenhuma delas apresentou indícios de contaminação comprovados por quaisquer substâncias”, afirmou. O geólogo Antônio Rodrigues, do DNPM, órgão federal que dá a autorização para a exploração de água subterrânea, explicou que o controle feito pela própria engarrafadora, com uma contra-prova feita por outro laboratório. O monitoramento feito pelo DNPM é através do Lamim, que só analisa características de potabilidade, bacteriológicas, físico-químicos, mas nada de contaminação industrial. O chefe substituto do DNPM, José Admário, avalia que as indústrias não deveriam ter sido instaladas sobre um manancial que poderia abastecer Salvador e afirma que os maiores poluidores de mananciais são os postos de gasolina, aterros sanitários e lixões, indústrias e falta de saneamento básico. Fonte: Jornal A TARDE, 26/03/2005, Caderno Local, p. 3.</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DU DP DG DMO DCC</p>
<p>Engarrafadoras dizem ter controle</p> <p>O responsável pelo laboratório Senai/Cetin (Centro de Tecnologia Industrial), Edvaldo Queiroz, afirmou que recebe amostras de fornecedores para fazer análise de água dentro dos parâmetros relacionados à potabilidade pedidos pelo cliente. Eles analisam dados microbióticos, metais, inorgânicos, mas não avaliam organoclorados, ácidos e solventes. Todas as engarrafadoras de água mineral informam que possuem um</p>	<p>T-1</p>	<p>DU DP DG DMO</p>

<p>controle de qualidade feito em laboratório próprio e todas as amostras são analisadas também fora do estado, com análises físico-químicas e microbiológicas, e que as águas não oferecem qualquer perigo à saúde. A Ambev, situada no Pólo, produtora das cervejas e refrigerantes Antarctica, Brahma, Skol, Bohemia, Gatorade, Sukita, Pepsi, Guaraná Antarctica e Ice Tea, informou que retira a água a dez quilômetros de distância do Pólo, no distrito de Monte Gordo, a 400 metros de profundidade, e analisa periodicamente em laboratório próprio e envia também para um em Jacaraí, São Paulo. O responsável pelo escritório operacional da Embasa em Camaçari, Reginaldo Pereira, informou que a exploração das águas que abastecem sede do município é feita através de cinco poços a uma profundidade de 300 metros no Espaço Alpha, a dez quilômetros do Pólo. O abastecimento da orla, de Catu de Arembepe, é feito em quatro poços em Machadinho, a 16 quilômetros do Pólo. Fonte: Jornal A TARDE, 26/03/2005, Caderno Local, p. 3.</p>		DCC
<p>Em Dias d'Ávila, a Embasa explora através de quatro poços na Praia do Balneário, a oito quilometro do Pólo. Antes de chegar às torneiras, a água passa na estação de tratamento para receber flúor e cloro. A química do laboratório da Embasa Márcia Quark informa que faz a análise integral conforme exige a Portaria 518 do Ministério da Saúde, ou seja, microbiológica, hidrobiológica, físico-química e os metais pesados, orgânicos e ácidos e nenhum traço de contaminação foi encontrado. "A análise é feita mensalmente e é excelente", informou, sem disponibilizar os dados. O prefeito de Camaçari, Luiz Caetano (PT), e a prefeita de Dias d'Ávila, Andréa Cajado (PFL), mostraram-se muito preocupados com a possível contaminação das águas minerais. Caetano solicitou uma audiência com a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, na próxima quarta-feira e irá pedir uma comissão técnica do governo federal para avaliar os riscos de perto e marcou uma reunião com a Cetrel, o CRA e o Ibama para solicitar informações. Fonte: Jornal A TARDE, 26/03/2005, Caderno Local, p. 3.</p>	T-1	DU DP DG DMO DCC
<p>Sem saneamento, temporal agrava problema</p> <p>A ausência de obras de saneamento básico também provoca problemas nas ruas do Bispo e Beira Rio, na localidade do Km-17, em Itapuã. As chuvas agravaram o problema, carregando o lixo de um riacho que desce das ruas do Alto do Macaco e Nova Brasília. O resultado foi que a parte de um muro caiu ontem num dos lados do riacho nos fundos da casa número 1, na Rua Bispo, onde mora uma senhora de quase 90 anos, segundo vizinhos. Além disso, parte da terra que segura uma pequena ponte também foi arrastada pela correnteza. "Quando chove aqui, as crianças não podem ir para a escola", reclama a moradora do número 12 da Rua do Bispo, Neusa Maria de Santana. Quando não chove, afirma que o mal cheiro é insuportável e as muriçocas invadem as casas da área. "Esperamos serviços de limpeza do riacho, como o saneamento básico, o asfaltamento da rua", afirma a moradora. O morador da Beira Rio, Paulo Ricardo Cerqueira, explica que a construção de uma galeria sobre o riacho pelo menos aliviaria o problema. (...) Fonte: Jornal A TARDE, 29/03/2005, Caderno Local, p. 7.</p>	T-1 T-2	DU DG
<p>A um passo da solução final: O Bahia Azul chega para sanear uma Salvador castigada por séculos de mau uso dos recursos hídricos, mas nem tudo deu certo.</p> <p>(...) Quando aportou na Baía de Todos os Santos, Tomé de Souza teve certeza de que estava no lugar imaginado pela realeza de Portugal. Muitas fontes e rios com água potável de excelente qualidade abasteciam os moradores da Salvador do século XVI. Ao longo dos séculos, a utilização equivocada dos recursos hídricos, o crescimento desordenado da cidade e a poluição provocada, sobretudo, por despejo de esgotos em rios e praias comprometeram os mananciais. Em 1995, o programa Bahia Azul prometia levar esgoto sanitário a 80% da população. Ao final dos nove anos de obras, chegou-se a uma cobertura de cerca de 60%, um avanço significativo considerando que, antes do programa, 28% das residências eram ligadas à rede. O governo estadual pretendia despoluir a Baía de Todos os Santos, favorecendo Salvador e 11 municípios do estorno da baía. E mais: implantar cinco aterros sanitários e desenvolver ações de educação ambiental. O projeto é considerado, por muitos engenheiros-sanitaristas, uma das melhores soluções de saneamento básico postas em prática no Brasil. A</p>	T-1 T-2	DU DP DG DMO DCC

<p>balneabilidade das praias teve melhora significativa. Há relatos de que houve redução nos casos de doenças ligadas à poluição, embora não haja pesquisa concluída nesse sentido e ainda existam vítimas de verminoses e doenças de pele provocadas pelo contato com água de esgoto. Controle social – Com investimentos de US\$ 600 milhões, o programa não cumpriu seus principais objetivos: a Baía de Todos os Santos não foi despoluída e os rios que cortam a cidade estão comprometidos. O Fórum de Controle Social do Bahia Azul, formado por organizações não-governamentais (ONGs), sindicatos, associações de moradores, a Universidade Federal da Bahia e o Conselho regional de Engenharia e Arquitetura (Crea-BA), entrou com pedido de auditoria técnica, financeira e ambiental no Ministério Público, em audiência realizada em janeiro último. “O projeto foi definido e executado sem consulta à sociedade civil. A população não participou desse processo, não pôde opinar. Foi planejada uma coisa e executada outra. As irregularidades foram identificadas e relatadas pelo Tribunal de Contas do Estado”, aponta a doutora em engenharia sanitária Patrícia Borja. Não precisa ir muito longe, até bairro carentes e mais afastados, para detectar os problemas. Em muitas ruas, a queixa dos moradores é a mesma: depois da passagem das obras do Bahia Azul, há alagamentos quando chove, os esgotos entopem, restos de materiais de construção e manilhas foram deixadas para trás. (...) Fonte: Jornal A TARDE, 29/03/2005, Caderno Salvador 456, p. 8.</p>		
<p>Embasa esclarece</p> <p>(...) A Embasa iniciou a substituição da antiga tubulação instalada na área da Avenida Caetano, no Acupe de Brotas, visando regularizar o abastecimento de água no local, insuficiente para atender à demanda. (...) Com a melhoria do tempo, o serviço de substituição da rede – que vai beneficiar com maior oferta de água tratada os moradores da Avenida Caetano – vai continuar, mas é necessária a compreensão e colaboração da comunidade (...) Fonte: Jornal A TARDE, 07/04/2005, Sessão Leitor, p. 2.</p>	<p>T-1</p>	<p>DU</p>
<p>Seca em Matatu</p> <p>Sou um cidadão brasileiro, baiano e soteropolitano. Na nossa residência, usamos água como em qualquer outro lugar do mundo. Lavamos roupas, tomamos banho, etc. Resido na zona urbana, no bairro de Matatu de Brotas, em um prédio na frente da rua principal, área considerada o coração do bairro. Não temos cisternas, e nem chafariz onde poderíamos nos abastecer. Portanto, estou indignado com a empresa responsável pelo abastecimento de água, por nos deixar vários dias na seca, achando que estamos na zona rural, onde pelo menos existem rios ou lagos para abastecimento da população. Fonte: Jornal A TARDE, 13/04/2005, Sessão Espaço do Leitor, p. 2.</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DU DP</p>
<p>(...) no loteamento D. Lucas, no bairro de Castelo Branco, somente ontem à tarde, após três dias de interrupção, o fornecimento de água foi restabelecido. O transtorno, que atingiu outras 300 famílias que moram no local, foi causado por uma obra da Embasa, feita na Rua Genaro de Carvalho, com o objetivo de aumentar a vazão de água no bairro. Revoltados com o corte no abastecimento, os moradores interditaram o trânsito de veículos na rua, principal de Castelo Branco a que interliga a região com Cajazeiras e a BR-324, num protesto que durou mais de duas horas e acabou em pancadaria e interferência da Polícia Militar. “Muita gente apanhou e mesmo quem estava só olhando acabou levando empurrões e cassetadas dos policiais”, disse a moradora M.V.S., 32. (...) A revolta dos moradores do Loteamento D. Lucas, uma área de baixada entre a parte alta da primeira etapa do bairro de Castelo Branco e a Via Regional, já em Cajazeiras, deveu-se ao fato de que, após a conclusão das obras, todo o bairro teve o abastecimento de água normalizado desde a última quinta-feira pela manhã. “Apenas nós, de D. Lucas, ficamos sem água”, disse um dos manifestantes. Ontem à tarde, após negociação entre os engenheiros responsáveis pela obra e os moradores, com o objetivo de evitar novos protestos, foi feito um conserto na tubulação e o abastecimento voltou à normalidade nas casas. “O que não entendemos é por que</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DU DG</p>

todas as demais áreas do bairro tiveram o abastecimento normalizado e somente nós aqui da baixada fomos discriminados”, disse um outro participante da manifestação. Fonte: Jornal A TARDE, 16/04/2005, Sessão Espaço do Leitor, p. 5.		
15 mil litros de ácido contaminam rio		
Uma carreta capotou num trecho da BR-116 Sul, perto de Feira de Santana, despejando 15 mil litros de ácido sulfonado no rio Cavaco, afluente do Jacuípe, integrante do manancial da Barragem de Pedra do Cavalo, que abastece Salvador. Matéria prima para fabricação de sabão em pó e detergentes, o produto pertence à empresa Proctor&Gable. Fonte: Jornal A TARDE, 18/04/2005, p. 1.	T-1 T-2	DG DU
Poluição volta ao Imbuí		
Após o serviço realizado pelo Bahia Azul no Imbuí – Rua das Codornas, Pintassilgos e Cond. Dunas do Imbuí – os moradores ficaram aliviados dos ataques de muriçocas, e o rio que passa neste local voltou a ser habitado pelos peixes. Contudo, há três meses, a poluição voltou a prejudicar o rio e pessoas que dele tiram seu sustento. (...) Vale ressaltar que estamos pagando 80% de taxa de esgoto, para salvar o meio ambiente da poluição. Com quem está a palavra? Fonte: Jornal A TARDE, 18/04/2005, Sessão Espaço do Leitor, p. 2.	T-1 T-2	DU DG DMO
Morte do Rio Joanes		
Já foi um rio de águas transparentes, bom para o lazer, passeios de barco e pescarias, sobretudo robalos, mas está morrendo sufocado pela sujeira, asfixiado pela falta de oxigênio, tornando pútrida e malcheirosa uma corrente de águas antes cristalina. É a morte anunciada do Rio Joanes, que banha o rico município de Lauro de Freiras, integrante da Grande Salvador, e, dentre outros, o Condomínio Encontro das Águas. Quais os responsáveis por esse crime ecológico? Aponta-se, como grande vilão, o Hospital Meneandro Minahim, que, há longo tempo sem aparelhagem de limpeza do seu lixo, despeja-o no Joanes. Coadjuvando com esse comportamento, estariam diversas casas ribeirinhas, do Encontro das Águas, que lançam seus esgotos em suas margens. Urge que o Estado, a Conder, o Município de Lauro de Freitas e demais responsáveis adotem providências urgentes, sobretudo no momento em que a água é cada vez mais um precioso líquido em extinção. Fonte: Jornal A TARDE, 18/04/2005, Sessão Espaço do Leitor, p. 2.	T-1 T-2	DU DG DMO
Embasa esclarece		
(...) a coleta e destinação da água de chuva, a água pluvial, é de responsabilidade da prefeitura municipal. Cabe à Embasa recolher, conduzir, processar e dar destinação final adequada aos esgotos. (...) A poluição dos rios urbanos de Salvador está diretamente ligada ao hábito ruim e recorrente da população, que lança nesses cursos de água toda sorte de material, desde lixo a entulho, causando assoreamento dos canais e entupimentos, que resultam em alagamentos quando ocorrem chuvas fortes. Fonte: Jornal A TARDE, 19/04/2005, Sessão Espaço do Leitor, p. 2.	T-1 T-2	DU DG
Rio Ipitanga		
O Rio Ipitanga terá projeto de recuperação feito pelo Centro de Recursos Ambientais (CRA) e Universidade Federal da Bahia. Foi o compromisso firmado na semana passada em reunião promovida pelo Ministério Público com representantes de pedreiras acusadas de promover degradação no local. A área é considerada de proteção ambiental e envolve os bairros de Cajazeiras, Castelo Branco, Mara Escura e Fazenda Grande. Fonte: Jornal A TARDE, 26/04/2005, Sessão Curtas, p. 9.	T-1 T-2	DU DG DMO

<p>Prefeitura danifica área de mangue</p> <p>Grande parte do manguezal que margeia o Rio Sapato, que desemboca na Praia de Buraquinho, em Lauro de Freitas, foi devastado (...) “Eles tiraram meio mundo do manguezal. Limparam dos dois lados e mais a parte de baixo, que fica dentro da água, da ponte até o final do rio, um verdadeiro crime”. O mangue é simplesmente a vida do rio, não sei o que estava empatando”. (...) O pescador Dogival Ferreira, 27 anos, reclamou que o rio está morto há muito tempo, porque esgotos de condomínios de Buraquinho e Vilas do Atlântico são lançados no Rio Sapato, que é um braço do mar. “Tudo aqui está errado. Não poderiam deixar construir nas margens do rio. As casas de veraneio, as alvenarias dentro do rio devastam grande parte do manguezal. Além disso, os condomínios colocam seguranças que não deixam a gente mariscar dentro do rio”, atacou. O coordenador executivo da Secretária Municipal de Planejamento, Meio Ambiente e Turismo de Lauro de Freitas, Carlos Caricchio, admitiu que houve um excesso de prepostos desavisados, que cortaram demais alguns arbustos do manguezal, mas “nada que comprometesse”. “Foi feita uma operação de limpeza a pedido de alguns moradores por causa da infestação de mosquitos. Eles pediram que devastássemos um pouco a área, mas, assim que os pescadores denunciaram, a limpeza foi paralisada imediatamente. Os fiscais do departamento ambiental foram ao local, esclareceram o ocorrido e recolheram os instrumentos”, informou. Acrescentou que a Sesp e a Sepantur farão vistoria na área com os moradores para avaliar os impactos e instruir os prepostos sobre o que é limpeza e o que é manguezal, e admitiu que houve falhas na orientação (ou nenhuma), garantindo que o que foi devastado será replantado. O diretor do Departamento de Gestão Ambiental (DGA), Marcelo Cerqueira, informou que a secretária da Sesp, Vânia Almeida, determinou a limpeza do rio sem comunicar ou consultar o DGA sobre a retirada de qualquer espécie nativa.</p> <p>Jornal A TARDE, 02/05/2005, sessão Municípios, p. 11.</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DR DU DG DMO DP</p>
<p>Rio transborda e inunda as ruas</p> <p>As chuvas que caíram a partir da madrugada de ontem em Salvador alagaram cinco ruas no Jardim das Margaridas, deixando seus moradores ilhados, mesmo aqueles que possuem carro. (...) Os moradores apontam como principal causa do alagamento a falta de limpeza dos leitos dos rios Ipitanga e Itinga, principalmente perto do aeroporto. A água da chuva provocou o transbordamento do Rio Ipitanga, que alagou a Rua B. Moradores ficaram dentro de casa e muitos não saíram para o trabalho. (...) Meninos aproveitaram a cheia do rio para tomar banho, caindo de uma ponte, numa água misturada com lixo e esgoto. (...) Os moradores lembraram que, no início do ano, funcionários de órgãos da prefeitura de Salvador realizaram o a limpeza do canal do Rio Ipitanga, mas que precisa continuar os serviços de drenagem, principalmente no trecho perto do bambuzal na entrada do aeroporto. Glicério Oliveira afirma que o canal está cheio de vegetação e lixo, represando a água que desce desde a Barragem de Ipitanga em enxurrada, chegando com forças nas citadas ruas. Acrescenta que a Embasa poderia controlar a água da barragem para que ela não descesse o rio com tanta força. A assessoria de comunicação da Embasa informou que a vazão da Barragem de Ipitanga está normal e a água que sai dela não é responsável pelos alagamentos das ruas. A barragem foi construída antes dos loteamentos no bairro, portanto anterior ao sistema de drenagem existente, explicou, acrescentando que, em períodos de fortes chuvas, a vazão é reduzida para evitar que cause problemas. Para a assessoria, existe uma conjugação de fatores, como maré alta e represamento do rio, que provoca o refluxo da água. A solução será realizar o serviço de drenagem do rio para tornar o sistema mais eficiente. (...) Fonte: Jornal A TARDE, 03/05/2005, p. 3.</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DU DG DMO DP</p>

<p>Promessa de obras no Cabrito anima moradores</p> <p>(...) O último projeto do Dique do Cabrito – que tem como objetivo revitalizar uma antiga área de lazer da área, onde passava uma das nascentes mais importantes do Rio Camurugipe. (...) Fonte: Jornal A TARDE, 05/05/2005, Sessão Local, p. 6.</p>	<p>T-1</p>	<p>DU DP</p>
<p>Sistema de alta resistência</p> <p>O serviço de escoramento do bueiro por onde escoam as águas do Rio Passa Vaca para o mar finalizado ontem, com um sistema de andaimes de grande resistência. O próximo passo é a instalação e o ajuste de dois tubos <i>Rip Lock</i> (plástico de alta resistência com desempenho de escoamento das águas adequado), com três metros de diâmetro cada, na parte interna do bueiro, que possui cinco metros. (...) Fonte: Jornal A TARDE, 07/05/2005, Sessão Local, p. 5.</p>	<p>T-1</p>	<p>DU DP</p>
<p>Sumac esclarece</p> <p>Em relação à nota de 3/5 “Rio transborda e inunda as ruas”, a Superintendência de Manutenção e Conservação da Cidade (Sumac) esclarece que o Jardim das Margaridas sofre inundações devido às contribuições da bacia hidrográfica no entorno do Rio Ipitanga e Itinga e que, embora já tenha realizado limpeza e drenagem do rio, ainda existem algumas interferências, como adutoras da Embasa, que reduzem o fluxo de água, aumentando o nível a montante da adutora e a própria extravasão da barragem. Essas interferências precisam ser resolvidas simultaneamente, e, para isso, a Sumac já contratou a Secretaria de Infraestrutura de Lauro de Freitas, no sentido de fazer parceria que permita dragar o rio já naquele município. Fonte: Jornal A TARDE, 10/05/2005, Sessão Opinião, p. 2.</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DU DG DP</p>
<p>Embasa</p> <p>Por falar em Embasa, técnicos da empresa estiveram na Rua Itabuna, Rio Vermelho, para consertar um vazamento de água. A cada chuva, a buraqueira, que foi feita durante o serviço, vai tomando novas proporções. (...) Fonte: Jornal A TARDE, terça-feira, 10 de maio de 2005, sessão opinião, p. 2.</p>	<p>T-1</p>	<p>DU</p>
<p>Água cara!</p> <p>Moradores do conjunto residencial Cajazeiras V estão comprando garrações de água mineral, a R\$4, para cozinhar, tomar banho e todas as outras necessidades desse quarta-feira da semana passada. Pois, segundo denunciam, amanhã completa uma semana sem água nas torneiras. E pensar que são 33 blocos, cada um com 16 apartamentos, cada bloco pagando de R\$800 a R\$ 1 mil por mês de conta à Embasa. Infelicidade para os moradores. (...)Jornal A TARDE,11/05/2005, Sessão Local, p. 4.</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DU DG DP</p>
<p>Vilas de Abrantes</p> <p>Bem antes do conselho presidencial, moradores de Vilas de Abrantes, em Camaçari, levantaram o traseiro da cadeira e foram às ruas protestar contra o fornecimento irregular de água encanada. Demorou, mas, enfim, valeu a pena. Melhorou um bocado a frequência do líquido nas torneiras do Condomínio Vilas de Abrantes. Moradores agora torcem para que a Embasa mantenha a regularidade durante o verão, quando a orla fica apinhada de visitantes Jornal A TARDE, 12/05/2005, Sessão Local, p. 7.</p>	<p>T-1</p>	<p>DU DP</p>

<p>Rua da Bica, símbolo de Salvador: assim como 60% da periferia, a Travessa São Cipriano, no bairro de Nova Brasília, carece de infraestrutura.</p> <p>(...) A Rua da Bica é considerada uma das principais localidades do bairro por causa da fonte de água pura. Justo ali, onde colônias de ratos olham para os moradores com expressão de despeito. E perto das tocas dos ratos, na sujeira, as crianças brincam com bolas de gude. Não há áreas de lazer por perto, a não ser um campo de futebol onde o esgoto brilha por cima do mato ralo. Fonte: Jornal A TARDE, 21/05/2005, sessão local, p. 7.</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DU DG DR</p>
<p>Tentativa de fuga</p> <p>Em meio ao esgoto generalizado que corre pela travessa até o rio, alguns moradores têm a consciência de que não devem contribuir para aumentar o problema. Evitam jogar dejetos da própria casa direto no solo, e sim por tubos que levam até a vala a céu aberto. (...) Jornal A TARDE, sábado, 21/05/2005, Sessão Local, p. 7.</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DU DG</p>
<p>Peixe de rio poluído</p> <p>Ali mesmo no chão de mato e lama, o auxiliar de pedreiro Bartolomeu Santos de Jesus, 33 anos, trata o peixe que pesca no rio poluído pelo esgoto. Todos os dias, seus três filhos, esposa e ele se alimentam dessa forma. Bartolomeu está desempregado há seis anos. Ele sabe que o alimento pode estar contaminado com bactérias provenientes de fezes, mas se conforma com o que pode oferecer aos filhos. “Fazer o que, senhora?”. Para pescar, bebe alguns goles de cachaça para, como ele explica, “tomar coragem” de repetir o ritual, imitado por outros moradores. O que diz a prefeitura: o risco de contaminação é grande, segundo a veterinária Maria de Fátima Santos, da Vigilância Ambiental da Secretaria Municipal de Saúde. Basicamente, o resultado é diarreia, que pode levar à desidratação. Fonte: Jornal A TARDE, 21/05/2005, Sessão Local, p. 7.</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DR DG DU DCC</p>
<p>Fonte de água pura</p> <p>A bica de água que dá o nome popular à travessa permanece lá, quase no fim da rua, e é bastante usada quando há interrupção no abastecimento de água. Mas, está abandonada pelo poder público, sem manutenção do mato ao redor e o mínimo de urbanização para evitar contaminação da água pelo esgoto que passa a poucos centímetros. “Nós já pedimos dezenas de vezes alguma providência, mas parece que ninguém tem coragem de mexer nisso aí. E pensar que quando não tem água na torneira as pessoas do bairro fazem fila para conseguir um balde”, conta o feirante José Alves de Melo, 61 anos. O que diz a prefeitura: cuidar da bica estaria no mesmo projeto de urbanização de todo o entorno da rua, que ainda não tem previsão de execução, segundo a Sucop. Fonte: Jornal A TARDE, 21/05/2005, Sessão Local, p. 7.</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DR DU DG</p>
<p>Imbuí</p> <p>O canal do Imbuí tira qualquer prazer dos frequentadores dos bares próximos e dos moradores da área. Ontem, por exemplo, o mau cheiro estava insuportável. E a frequência nas barraquinhas bem menor... Fonte: Jornal A TARDE, 23/05/2005, Sessão Local, p. 4</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DU DG</p>
<p>Poluição ameaça verde em Pirajá</p> <p>Empresas estão degradando reserva de Mata Atlântica com derramamento de óleo e bombeamento de água. Moradores do bairro de Pirajá ainda esperam uma providência a respeito da degradação ambiental causada pelos dejetos despejados na maior área verde do bairro, que tangencia o Parque de São Bartolomeu, uma das maiores áreas urbanas</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DU DG DMO</p>

<p>com ocorrência de Mata Atlântica do Brasil. Entre as empresas citadas como poluidoras estão a Axé transportes e a Cristal Lavanderia Hospitalar. Na comunidade chamada Pantanal, que resulta da ocupação de uma clareira no meio desta área verde, é possível ver vestígios de óleo impregnado na terra e em grande quantidade na água do córrego que passa por ali. Além do prejuízo causado pelos resíduos das empresas, os moradores reclamam da água escura e fétida que desce dos conglomerados habitacionais que margeiam a zona, como o Conjunto Pirajá I. “Antigamente, a gente tomava banho nas nascentes daqui”, lamenta o motorista Evaldo Almeida, 34 anos. Num determinado local próximo às primeiras casas do Pantanal, um homem cavava algo como uma canaleta, mas não quis informar do que se tratava. Segundo alguns moradores, ele estava preparando a área para a Cristal Lavanderia acionar um bombeamento de água. “Eles vão puxar água limpa do lençol freático e devolver ela imunda. Ele não falou porque recebe dinheiro da empresa para fazer isso”, disse Evaldo. O presidente da comissão de meio ambiente da Ordem dos Advogados do Brasil – Sessão Bahia (OAB/BA), Rubem Sampaio, afirma que há cerca de um ano encaminhou a denúncia ao Centro de Recursos Ambientais (CRA). “Na época, o CRA autuou a lavanderia, e, como não houve retorno dos moradores depois disso, acreditei que o problema tivesse sido resolvido. Hoje, devo reiterar a denúncia e pedir o embargo da lavandeira junto ao CRA, o órgão que deve fiscalizar e que tem poder de polícia na questão”, disse. De acordo com o CRA, foi no último dia 8 de abril que foi feita no órgão a Denúncia nº0456601/5, versando sobre a infiltração dos dejetos químicos da Cristal no solo daquela área. A assessoria de imprensa do órgão afirma que fiscais estiveram na empresa e constataram a ausência de um sistema eficiente de tratamento de água. (...)Fonte: Jornal A TARDE, 29/05/ de 2005, sessão local, p. 13.</p>		DR
<p>Água</p> <p>A Embasa esclarece: a falta de água à qual se referiu a nota “Península”, publicada no último dia 17, foi provocada por problemas de baixa pressão em uma válvula, o que já foi corrigido. A assessoria de imprensa da empresa informa que o abastecimento na área da Cidade Baixa estará totalmente normalizado até a próxima segunda-feira. Fonte: Jornal A TARDE, 29/05/2005, Sessão Local, p. 13.</p>	T-1	DU DCC DP
<p>Camaçari - Falta d’água tira aluno da escola</p> <p>Cerca de três mil alunos estão sem aula desde segunda-feira em Camaçari, por falta de água em alguns bairros. A cidade é servida por poços da Embasa, que extraem água do lençol freático, mas, apesar disto, os desabastecimentos são constantes, principalmente na orla e em bairros da parte mais alta da cidade. A situação mais crítica ocorreu logo na segunda, quando as escolas Luiz Pereira, Cosme de Farias, Sônia Regina e o Centro Educacional Municipal de Camaçari ficaram sem uma gota de água. Até na sede da prefeitura faltou. Segundo a coordenadora administrativa da Secretaria de Educação, Rita Menezes, foi pedido o carro-pipa por ofício e por telefone, mas a demanda era tanta que não fomos atendidos. “Com os sanitários sujos, não tem como entrar na escola”, disse. As escolas da orla são abastecidas por carro-pipa. Ontem pela manhã, o secretário de Educação, Luís Valter, conseguiu que um deles fosse abastecer os reservatórios do Centro Educacional e da prefeitura. A assessoria de comunicação da Embasa informou que houve uma pane elétrica nos equipamentos de bombeio da estação elevatória de água do Espaço Alpha, que prejudicou o abastecimento em 40% da cidade, mas que a oferta de água já foi regularizada. A Embasa disponibilizou carros-pipa para atender a escolas e hospitais, quando solicitado, diz a nota. Fonte: Jornal A TARDE, 04/06/2005, Sessão Municípios, p. 9.</p>	T-1 T-2	DU DP DG
<p>Camaçari</p> <p>A Embasa explica que o fornecimento de água em Camaçari foi reduzido 40% desde a madrugada de domingo até quinta-feira passada, devido a uma pane elétrica nos equipamentos de bombeio responsáveis pelo abastecimento da cidade. Os transtornos,</p>	T-1 T-2	DU DG

<p>contudo, precisam ser resultado de uma redução maior no percentual de abastecimento. Como os alunos da rede municipal de ensino sofreram! A empresa diz que a oferta de água já foi regularizada. Os moradores dizem o contrário. Aliás, problema de água em Camaçari é constante, principalmente na orla...Fonte: Jornal A TARDE, 05/06/2005, Sessão Local, p. 7.</p>		
<p>Clamor por vida no Rio Camaçari</p> <p>Moradores, 20 entidades ambientalistas e estudantes da Escola Rui Bacelar, de Camaçari, deram ontem pela manhã, um abraço simbólico no Rio Camaçari, na altura da Avenida Radial A, com uma faixa azul com latinhas e copinhos de plástico colados. O rio, que já foi limpo e um cartão-postal da cidade, famoso pelos seus banhos medicinais de águas minerais na década de 60, corta toda a cidade e possui em suas margens ocupações irregulares que despejam sem controle o esgoto doméstico. O rio está tomado pelo lixo, terra e esgoto, exalando um mau cheiro insuportável. O organizador do movimento SOS Rio Camaçari, Josafá Almeida, contou que a nascente do rio, próximo à Avenida Henry Ford, dentro do cinturão verde do Pólo, é limpa, com um imenso lago de dois metros de altura, peixes e aves. “Quando entra no bairro da Bomba, recebe todo o esgoto e começa a ficar poluído. Há como consertá-lo, contanto que parem de lançar dejetos”, explicou. O secretário de Planejamento e Meio Ambiente, Ademar Delgado, afirmou que pediu estudos sobre a capacidade da Cetrel (Empresa de Proteção Ambiental do Pólo) para receber o esgoto da cidade. Ele também quer reativar o Conselho Municipal do Meio Ambiente e irá propor a regulamentação da Lei Orgânica do Município, que institui o Parque do Rio Camaçari, dando instrumentos legais para que ele seja protegido. Fonte: Jornal A TARDE, 06/06/2005, Sessão Municípios, p. 6.</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DU DP DG DMO</p>
<p>Camaçari sem água</p> <p>Estranho município é Camaçari. Em seu território, operam as fábricas de um dos mais importantes complexos petroquímicos da América Latina, cujo recolhimento de impostos torna a sua prefeitura uma das mais bem aquinhoadas do País, financeiramente. No subsolo de Camaçari repousa o segundo maior lençol de águas subterrâneas do Brasil. Água mineral de altíssima qualidade, com fama nacional, de excelência tanto no consumo doméstico diário quanto para a produção industrial, principalmente das fábricas de cerveja e refrigerantes. No entanto, três mil alunos estão sem aulas desde segunda-feira da semana passada em Camaçari. Motivo: falta água em vários bairros da mais importante cidade industrial da Bahia, servida ainda por poços da Embasa, que explora precariamente esses reservatórios de abastecimento de água. Semana passada, faltou água até na sede da prefeitura. Estranho, muito estranho! Fonte: Jornal A TARDE, terça-feira, 07 de junho de 2005, sessão Local, p. 5.</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DU DG DMO</p>
<p>Esgoto alaga rua no Km-17</p> <p>Os moradores da Rua Manuel Esteves, no Km-17, estão pedindo socorro. Falta de pavimento e saneamento básico, ausência de escolas e de postos de saúde são alguns dos problemas da localidade, onde vivem cerca de 12 mil pessoas. Quem reside no local é obrigado a conviver com um curso de água que recebe o esgoto de residências sem ligação domiciliar com a rede. O forte mal cheiro é uma constata na rua, e muitas famílias temem que a água contaminada provoque doenças. “Tem dez anos que os órgãos públicos não olham para nós” (...) Fonte: Jornal A TARDE, sábado, 11 de junho de 2005, sessão Local, p. 8.</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DU DG</p>

<p>Moradores interditam estrada para pedir saneamento básico.</p> <p>Esgoto sem tratamento corre nas ruas do Loteamento Vila Valéria: Moradores do Loteamento Vila Valéria, no bairro de Valéria, interditaram ontem, a Estrada Nova Brasília (...) “Como não existe esgotamento sanitário na área, o esgoto corre a céu aberto, atravessando o solo e contaminando a água que vai para os tanques das residências”. Fonte: Jornal A TARDE, quarta-feira, 15 de junho de 2005, Sessão Local, p. 6.</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DU DG</p>
<p>Mal cheiro incomoda moradores</p> <p>Conviver constantemente com o mau cheiro do Aterro Sanitário Metropolitano Centro não é tarefa fácil. (...) O corretor de seguros Ari Carneiro mora em uma chácara nas margens da estrada CIA/Aeroporto, na Rua São Gerônimo, desde 1974, onde cria cavalos, galinhas e cachorros. Com um pomar, nascente de rio e rodeado da Mata Atlântica, ele diz que sua vida seria em um perfeito paraíso se não fosse o aterro, que derrubou árvores centenárias e trouxe moscas que nenhum inseticida consegue eliminar, pousando nos alimentos e ratos que trazem doenças. Ele conta que muitos vizinhos abandonaram o local por causa dos aborrecimentos e o mau cheiro. “Tem dias que está insuportável, chega a arder o nariz. As nascentes dos rios estão sendo aterradas, e preocupa a contaminação das águas, porque o chorume vaza direto. Não posso fazer um churrasco para os amigos porque sinto vergonha da quantidade de moscas varejeiras e o impacto visual. Eu ainda tenho água mineral dos poços porque estou acima do aterro, mas meus vizinhos que estão abaixo, agora, têm que pagar água da Embasa porque está tudo contaminado. Você só vê as placas de vende-se na porta das propriedades, ninguém quer ser vizinho de um aterro”, comentou. (...) “...quando chove, o chorume transborda e a enxurrada leva a poluição para o rio, você só vê a espuma. A terra já soterrou o rio todo”, lamenta. Chorume: (...) “Quando enche, o chorume vai direto para a canaleta, que cai no rio. Antigamente, era fundo e alto, todo mundo tomava banho, vinha buscar água e lavava roupa. Agora, o povo vê a espuma e fica com medo, e tem partes onde está cheio de terra. A água dos rios Itinga e Passagem mudou de cor, é uma tristeza ver o que está acontecendo”, desabafa. Comunidades do Jardim Capelão, Parque São Paulo e Itinga não possuem água encanada e continuam utilizando água do rio para beber e lavar roupa. Pessoas simples, como Maria Helena dos Santos, 62 anos, que não têm para onde ir e mal sabem do risco que correm. “A noite e quando chove é quando mais fede e quase não se dorme por causa do mal cheiro. (...) A água que uso é do rio, que passa nos fundos da casa. Faça tudo com ela. Se pudesse, sairia daqui”, diz (...) Fonte: Jornal A TARDE, 26/06/2005, Sessão Ambiente&Vida, p. 9.</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DR DP DU DG</p>
<p>Área recebe 2,5 mil toneladas de resíduos por dia</p> <p>Localizado no extremo norte de Salvador, no bairro São Cristóvão, na rodovia BA-526, entre a rótula do aeroporto e a Ceasa, dentro da Área de Proteção Ambiental Joanes-Ipitanga e na Bacia do Rio Itinga, o aterro dispõe de uma área de 245 hectares e recebe diariamente 2,5 mil toneladas de resíduos sólidos dos municípios de Simões Filho, Salvador e Lauro de Freitas, com concessão por 20 anos. (...) O diretor-presidente da Vega, Arthur Tanuri Meirelles, explicou que o aterro é todo impermeabilizado, nas bases e taludes, e foi implantado quatro metros acima do lençol freático, com um metro de altura de argila e uma manta de dois milímetros de polietileno de alta densidade por cima. (...) Ele garantiu que a Cetrel faz um monitoramento sistemático nos riachos e no lençol freático através de poços profundos e coleta de análise mensais e que os resultados estão de acordo com os padrões da Resolução Conama 20 e garantiu que não há contaminação. Ele não fez comentários sobre o assoreamento. Apesar de não informar à reportagem sobre o andamento da resolução dos problemas, ele encaminhou ao presidente da Limpurb (Empresa de Limpeza Urbana de Salvador), Alexandre Brust, e ao CRA uma carta em abril deste ano informando dos problemas ocorridos no aterro, como o carreamento de solo para os rios e o vazamento de chorume. No processo, eles admitem os processos erosivos que assorearam os riachos e afluentes do Rio Itinga no entorno do aterro, que desembocam no Rio Joanes e termina na Praia de Buraquinho,</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DU DP DG DMO DCC</p>

<p>em Lauro de Freitas, e creditam os acidentes ao volume de chuvas que caíram em Salvador desde o último trimestre de 2004. (...) O chefe de proteção ambiental do Ibama (...) lembrou que o chorume é extremamente danoso ao ecossistema, e se o manancial servir de abastecimento público, com capilaridade com o Rio Joanes, os danos são ainda maiores. “É necessário colher amostras do local para verificar o nível de comprometimento e acionar o CRA e a Embasa”, instruiu. Jornal A TARDE, 28/06/2005, sessão Ambiente&Vida, p. 8.</p>		
<p>Consultor é demitido após denúncia de contaminação em aterro</p> <p>Área destinada a receber o lixo de Salvador, Simões Filho e Lauro de Freitas está contaminando com chorume as águas dos riachos e assoreando o Rio Itinga (...) Os principais problemas são os constantes vazamentos de chorume que contaminam as águas superficiais e subterrâneas do entorno do aterro e o assoreamento de riachos e vales devido aos diversos deslizamentos de cobertura vegetal e erosões das encostas. Análises do engenheiro sanitário ambiental Joselito Oliveira Alves, que prestou consultoria à Veja, pela empresa Ramo Saneamento Ambiental S.A., desde a implantação do aterro, em 1997, até abril deste ano, quando foi demitido, detectaram vazamentos de mais de dois mil metros cúbicos de chorume (líquido da decomposição do lixo) no Rio Itinga e de 20 mil metros cúbicos de águas contaminadas com chorume, descartadas diretamente sobre o rio. Além dos vazamentos aconteceram também transbordamentos das bacias de contenção de chorume por causa das chuvas (...) outro grave problema é o deslizamento constante de coberturas em Solo arenoso e as erosões nas encostas desnuda das obras, o que levou ao sistema de drenagem superficial e ao rio mais de 15 mil metros cúbicos de terra, assoreando caixas de passagem e o leito natural dos riachos e vales de águas superficiais. (...) Ele informou que, de 11 recomendações para redução do chorume e minimização do carreamento de solos e assoreamento dos cursos d’água, apenas três foram levadas em consideração. (...) Onde o chorume cai, a água dos riachos muda de cor, forma uma espuma e fica barrenta, em contraste com a água límpida do Rio Itinga, que fica um pouco mais afastado do aterro. (...) Jornal A TARDE, terça-feira, 28 de junho de 2005, sessão Ambiente&Vida, p. 8.</p>	<p>T-1</p> <p>T-2</p>	<p>DU</p> <p>DP</p> <p>DG</p> <p>DCC</p>
<p>Sem Água</p> <p>Moradores do bairro Parque da Mangaba, em Camaçari, foram às ruas com baldes e panelas, num protesto pela falta de abastecimento de água e de saneamento no bairro. Eles também atearam fogo em pneus e bloquearam uma estrada.</p> <p>Fonte: Jornal A TARDE, sexta-feira, 29 de junho de 2005, p. 1, Capa.</p>	<p>T-1</p>	<p>DU</p>
<p>Falta água e saneamento em bairro de Camaçari</p> <p>Moradores do bairro Parque da Mangaba, em Camaçari, manifestaram-se ontem contra a falta de abastecimento de água e saneamento básico. Ainda durante a madrugada, adultos e crianças da comunidade atearam fogo em pneus como forma de bloquear a Estrada Cascalheira, que liga a sede aos distritos litorâneos do município. Com baldes e panelas nas mãos eles cobravam providências. Uma guarnição da Polícia Militar contabilizou mais de 300 pessoas durante o protesto. (...) “Em vez de darem água para o povo, trazem água para acabar com nossa manifestação”, reclama a comerciante Tânia de Souza Borges, 35 anos. (...) uma erosão na Rua Santa Lúcia, que, segundo moradores, é causada por obras da Embasa, transformou-se em ameaça à casa de Gilson da Cruz Gomes, 40, e aos pedestres que precisam atravessar o buraco. “Há três anos, a Embasa trouxe tubulações para fazer o sistema de abastecimento de água funcionar, mas até agora nós é que mantemos esse serviço para a população”, afirma Oliveira. A Empresa Baiana de Saneamento (Embasa), por meio de sua assessora de imprensa, Débora Ximenes, afirmou que a implantação da rede de água será concluída na próxima quarta-feira (3 de agosto). “Começamos no ano passado e falta terminar apenas a parte elétrica, que depende de licitações para a compra de materiais como bombas, transformadores e fiação”, alega Ximenes. Segundo dados do DCC, o bairro é</p>	<p>T-1</p> <p>T-2</p>	<p>DU</p> <p>DP</p> <p>DG</p> <p>DCC</p>

<p>habitado por sete mil pessoas e tem 2,6 mil casas. Segundo Silvestre Oliveira, o fato de as residências ficarem distantes do centro da cidade dificulta o abastecimento. O caminhão precisa voltar várias vezes para reabastecer. “O bairro tem nove anos e até hoje não temos água encanada”, diz moradora Rosemary de Jesus, 36. Almeida afirma que as casas foram construídas sem nenhum projeto de infraestrutura para fornecimento de água e saneamento básico. “Os dois estão interligados. É preciso pensar onde será despejada a água utilizada”, informa. As residências têm poços artesianos e fossas. No entanto, a maioria das covas para coleta de dejetos das casas está cheia. “Assim, a água que resta acaba se misturando com o esgoto”, afirma o pedreiro João Costa de Jesus, 45. Isso sem contar com a quantidade de água fétida que as pessoas precisam driblar nas ruas do bairro. Fonte: Jornal A TARDE, 29/06/2005, p. 6.</p>		
<p>Contaminação ambiental começa a ser investigada</p> <p>(...) Na primeira bacia de chorume visitada, foi detectado um vazamento na válvula da tubulação que transporta o líquido até um tanque de acumulação para ser tratado na Cetrel (Empresa de Proteção Ambiental do Pólo). O líquido tingiu parte do solo de preto, infiltrando-se e contaminando as águas subterrâneas da Bacia do Rio Itinga. (...).</p> <p>Jornal A TARDE, quinta-feira, 30 de junho de 2005, sessão Local, p. 4.</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DU DG DMO</p>
<p>Seca</p> <p>Os trabalhos do Programa Bahia Azul custam a ser concluídos em Mirantes de Periperi, mas faz tempo que os moradores da Rua Santa Maria recebem cobrança da Embasa referente ao uso do sistema de esgoto. No local, falta água há três dias...</p> <p>Fonte: Jornal A TARDE, domingo, 31 de junho de 2005, p. 7, sessão tempo presente.</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DP DU DG</p>
<p>Inspeção detecta falhas no Aterro Metropolitano</p> <p>(...) o supervisor de operações do aterro, João Fortuna, admitiu que a escolha da implantação do aterro metropolitano pelo governo do Estado, em 1997, através da Companhia de Desenvolvimento Urbano da Bahia (Conder), “foi inadequada”. O terreno é de remanescente de Mata Atlântica, dentro da Área de Proteção Ambiental Joanes Ipitanga, cortado pela bacia do Rio Itinga e por dois afluentes importantes do Rio Joanes. “Infelizmente, não podemos mudar de lugar, mas todos os impactos ambientais causados serão corrigidos em curto prazo”, garantiu. Inspeção – A erosão da cobertura vegetal e das encostas do aterro são visíveis em quase todo o aterro, assoreando grande parte dos riachos que compõem a Bacia do Rio Itinga. O engenheiro do aterro, Fábio Andrade, explicou que à montante (antes) do aterro, já começou a ser feita a drenagem manual da terra que assoreia o riacho, mas que tanto as ações de desassoreamento quanto de recuperação das áreas degradadas começarão a ser feitas a partir de agosto, quando a meteorologia prevê estiagem de chuvas. (...) Quando provocado pela equipe de reportagem o engenheiro Cléber disse que só um monitoramento da água subterrânea poderá dizer se houve ou não contaminação, e considerou o vazamento insignificante. (...) “A comunidade procurou a prefeitura preocupada com a possível contaminação dos rios e praias com chorume e os impactos do assoreamento na região de Lauro de Freitas”. Fonte: A TARDE, 2 de julho de 2005, sessão local, p. 4.</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DU DG DMO</p>

<p>Ciclovía de Pituaçu é opção de lazer ecológico</p> <p>(...) com 15km, a ciclovía revela os encantos do parque, que tem 450 hectares de área, incluindo 200 mil metros quadrados de espelho d'água. Passar por ela inspira momentos de calma diante do contato com a natureza numa cidade cujo cotidiano é marcado pela corrida contra o tempo. (...) Fonte: A TARDE, 4 de julho de 2005, sessão local, p. 4.</p>	<p>T-3</p>	<p>DR</p>
<p>Odor</p> <p>Ontem, o Rio Camurugipe estava nos seus piores dias. Nem tanto pelos detritos que derramava na Praia Costa Azul, já. Mas, sim, pelo mau cheiro que exalava por toda a área do Costa Azul e parte da Pituba. Insuportável. Fonte: A TARDE, sessão Tempo Presente, 27 de julho de 2005, p. 4.</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DU DG DMO</p>
<p>Nível do Abaeté depende da chuva</p> <p>Ao contrário do que a ambientalista e a comunidade de Itapuã pensavam, a redução do nível de água da Lagoa do Abaeté acontece por causa da sazonalidade de períodos chuvosos e secos. Desde o ano de 2000, a comunidade de Itapuã e ambientalistas alertaram sobre o “secamento da lagoa”, acreditando que a causa pudesse ser a extração de água pelos poços subterrâneos de hotéis e condomínios do entorno. Outras hipóteses poderiam ser a retirada da vegetação do entorno, a ocupação desordenada às suas margens com impermeabilização das nascentes e aterramento da lagoa pela areia das dunas da região. Estudos feitos por uma equipe de geólogos da Superintendência de Recursos Hídricos (SRH) mostraram que o nível de água da lagoa depende quase que exclusivamente das chuvas. “Quando não ocorrem precipitações pluviométricas, observa-se um rebaixamento que varia de 0,5 cm a 1 cm por dia. As maiores reduções aconteceram por causa das taxas de evaporação mais elevadas em dias de muito sol”, explicou o geólogo e coordenador da gerência de informações do SRH, Paulo Henrique Prates. A outra forma de saída de água da lagoa é pelo escoamento subterrâneo em direção ao mar. A forma de entrada se dá pela chuva que cai direto sobre a lagoa ou sobre as dunas. Para explicar a notável redução de suas dimensões no período entre 1976 e 1980, e um rebaixamento do nível a partir do ano de 2000, foram instaladas duas estações hidrométricas, com medições pluviométricas e fluviométricas, e uma seção de réguas que mediam o nível da água. Estações: o monitoramento das estações mostrou que nos últimos seis anos, as precipitações anuais registradas foram bem abaixo do normal climatológica prevista para Salvador, que é de 3.100 milímetros por ano. Os anos mais secos foram 2001 e 2002, com uma precipitação muito abaixo do esperado até no período chuvoso (uma média de 1.500 mm e 2.098mm por ano). Isto afetou profundamente o nível da lagoa, causando a falsa impressão de ela está secando, esclareceu. O monitoramento começou a ser feito em maio de 2004 e vai continuar sendo feito diariamente. De maio de 2004 até junho de 2005, o nível de água na lagoa variou 89 centímetros. O coordenador da gerência de informações da SRH, Paulo Henrique Prates, explicou que foi feito um monitoramento do nível de água dos poços tubulares da região. (...) A SRH não investigou o impacto da ocupação desordenada no entorno, o assoreamento da lagoa ou o desmatamento das margens. “Estes fatores não interferem no nível de água, mas não saberia dizer se a lagoa está perdendo profundidade porque isto não foi medido”, justificou o geólogo Luís Rogério da Maia. (...) Para o presidente da associação de moradores do Parque do Abaeté, Valter Hugo Rodrigues, a lagoa está realmente mais cheia. “Tinham partes que eram secas e estão cobertas de água. Acredito que seja pelo clima, mas é difícil de acreditar que os poços dos hotéis não estão sugando a água e secando a lagoa. Antigamente, não chovia tanto e a lagoa sempre foi bonita, e agora a água vai embora até para a rua Dorival Caymmi”, comentou ele que mora a 42 anos em Itapuã. Para ele o que mais matava a lagoa eram as lavadeiras, que deixavam sabão e água sanitária na água. “Mas o que incomoda mais são as pessoas que trazem presentes para depositar na água. Isto deveria ser proibido, vai tudo para o fundo”, reclamou. Mauricio Fernandes, de 47 anos, percebeu que a</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DU DG DMO DCC</p>

<p>lagoa estava bem mais cheia, e acredita que seja por causa das chuvas, que abastecem a lagoa. Todos os dias, ele passa por lá recolhendo os sacos plásticos. O economista Antônio Campos, de 59 anos, que estava ontem tomando banho, contou que, quando chegou, nem reconheceu os lugares que costumavam ficar. “A lagoa está cheia, revigorada, acredito que seja porque as pessoas estão mais conscientes ou porque o governo fez uma drenagem para retirar o lixo”, comentou. Para ele o que mais matava a lagoa eram as lavadeiras que deixavam sabão e água sanitária na água. “Mas o que incomoda mais são as pessoas que trazem presentes para depositar na água. Isto, deveria ser proibido, vai tudo para o fundo”, reclamou. Fonte: A TARDE, sessão local, 31 de julho de 2005, p. 15.</p>		
<p>Lagoas reúnem grande diversidade</p> <p>Salvador possui lagoas com grande diversidade de ecossistemas que são uma boa opção de lazer (...) Muitas delas foram, ao longo dos anos, sendo assoreadas devido à ocupação urbana desordenada. Algumas sobreviveram com a interferências de ambientalistas e da própria comunidade, outras protegidas pela legislação. A novidade é que as lagoas de Salvador, sejam elas naturais ou artificiais, estão sendo catalogadas e vão integrar um atlas ambiental que está sendo criado pelo município. (...) Do cadastro das lagoas vai constar um amplo diagnóstico: índice de qualidade interna das águas, características físicas e químicas e ecossistema, dentre outras informações. O atlas, que ainda não tem data para ser concluído, também vai mapear de forma especial as fontes naturais da cidade. Lagoa de Pituáçu -Localizada no Parque de Pituáçu, foi criada em 1906, com a construção da barragem do Rio Pituáçu, para ao abastecimento de Salvador. Hoje, está poluída devido ao crescimento desordenado em seu entorno. Como a pesca está descartada na Lagoa de Pituáçu, sobre como opção de lazer a contemplação de suas águas e o convite ao píer, com pedalinhas dentro d’água; Lago do Abaeté, em Itapuã- (...) Suas águas, que eram escuras até recentemente, por conta dos minerais e microrganismos presentes em toda a sua extensão, hoje estão verdes, possivelmente por causa da poluição; Lagoa do Flamengo - Sofreu impactos negativos durante a formação e expansão do bairro, tornando-se poluída com o adensamento populacional em seu entorno. Hoje encontra-se quase recuperada, numa ação promovida pela comunidade – com a intervenção do Ministério Público – apesar de estar passando por um fenômeno que se assemelha ao do Dique do Tororó. A comunidade está em entendimento com a Superintendência de Meio Ambiente para ser elaborado um projeto para o local; Lagoa dos Frades e dos Pássaros, no Stiep- (...) As lagoas do Stiep, assim como a do Abaeté, também perderam sua coloração escura; Dique do Tororó- (...) o dique possui 110 mil metros quadrado de espelho d’água, sendo hoje um dos principais pontos de lazer em Salvador. Em 1998, ele foi totalmente recuperado e revitalizado, tornando-se também um dos cartões-postais da capital baiana. Fonte: Jornal A TARDE, 07/08/2005, Domingo, Caderno Lazer, p. 21.</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DR DU DP DMO DG</p>
<p>Embasa esclarece</p> <p>Na carta “Apelo por Amado Bahia”, o leitor Celso Cerqueira pede providencias para várias carências de infraestrutura em Amado Bahia, distrito de Mata de São João. Dentre os vários problemas, cita a intermitência no fornecimento de água tratada. Informamos que a Embasa já está corrigindo o problema, com as obras, já em execução, da ampliação do sistema de abastecimento de água que atende ao município de Mata de São João e seus distritos. Fonte: Jornal A TARDE, 08/08/2005, Caderno Opinião, p. 2.</p>	<p>T-1</p>	<p>DU</p>
<p>Paisagismo: O prefeito de Salvador vem apresentando um grande trabalho para a humanização da nossa cidade, com a recuperação ambiental do Rio Jaguaribe, repovoando as suas margens com vegetação de restinga. (...)</p> <p>Fonte: Jornal A TARDE, 14/08/2005, Caderno Opinião, p. 2.</p>	<p>T-1</p>	<p>DU DMO</p>

<p>Moradores ameaçam fechar acesso à rua Jones Melo</p> <p>Falta de iluminação, rede de esgoto e asfalto. São esses os problemas que os moradores da Rua Jones Melo, no Cabula VI, enfrentam diariamente. (...) A Sumac, na segunda-feira, estará com equipes no local para a desobstrução e recuperação das caixas de sarjetas (recebem águas de chuva), assim como fazer a limpeza do canal. (...) Os moradores foram orientados também a procurar a Embasa para solicitar a colocação de uma rede de esgoto no local. Fonte: Jornal A TARDE, 14/08/2005, Caderno Local, p. 8.</p>	<p>T-1</p>	<p>DU DG</p>
<p>Dia dos pais com respeito ao meio ambiente</p> <p>(...) Para desenvolver a atividade de ontem, os alunos estiveram no parque do Abaeté (...) “Apesar da área estar urbanizada, a lagoa apresenta degradação, já que suas águas estão em um nível abaixo do que era antigamente”, disse Ana Léa Rodrigues, 16 anos. “Se conscientizarmos cada vez mais cedo os baixinhos, aumenta a chance de amenizar nos próximos anos o problema da degradação da lagoa”. (...) Fonte: Jornal A TARDE, 15/08/2005, Caderno Local, p. 8.</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DU DP DG</p>
<p>Praia poluída prejudica banho de mar no subúrbio</p> <p>(...) O comerciante Antônio Batista Martins, 54 anos, diz que tem prejuízos com a clientela por causa do esgoto que passa pelo fundo do bar localizado na Praia de Tubarão, Paripe. O esgoto, na verdade, é um antigo canal fluvial que recebe dejetos de uma invasão existente no local e de parte alta do bairro. (...) Fonte: Jornal A TARDE, 15/08/2005, Caderno Local, p. 10.</p>	<p>T-1</p>	<p>DU DG DMO</p>
<p>Rio Sauípe sofre com esgotos do complexo hoteleiro</p> <p>O lançamento de efluentes da Estação de Tratamento de Esgoto do Complexo Costa do Sauípe no Rio Sauípe é apontado pelos moradores de Vila Sauípe, Estiva, Porto Sauípe, Canoas, Curralinho, Areal, Diogo e Santo Antônio como o principal problema ambiental do local. Eles reclamam que o rio, que significa fonte de subsistência e o único lazer das comunidades, se transformou após a construção do complexo hoteleiro. O pescador Rubens Borges, de 67 anos, que nasceu em Vila Sauípe, conta que seu trabalho sempre foi a pesca, ofício que aprendeu com o pai. “Eu tenho oito filhos, 60 netos, já tenho bisnetos, e apesar da idade, ainda pesco para a sobrevivência da família. Só que piorou demais para nós, porque hoje o rio está arrasado. Tenho que viajar 36 quilômetros para conseguir o peixe para meus filhos, que antes pegava aqui perto”, contou com tristeza. Rubens, assim como outros pescadores, não se conforma com a instalação da Estação de Tratamento de Esgoto (ETE), apelidada de “pinicão”. Em Vila Sauípe. “A Embasa prometeu que não iria poluir o rio e que ia ser muito bom para nós, porque a água ia ficar a mesma coisa ou até melhor do que já era. No final, polui tanto que os mariscos e até o mangue começaram a morrer”, queixou-se ele. (...) A indignação com o despejo do esgoto no rio é geral. “Depois que instalaram o “pinicão” e o tubo no rio, no lugar onde todo mundo tomava banho, o pessoal se afastou porque agora cai uma água verde direto na água. (...)”, desabafou o pescador José Carlos Borges dos Santos. A dona-de-casa Vera Brandão, de 35 anos, conta que antigamente, a água do rio era boa e limpa, onde as pessoas tomavam banho e lavavam a roupa. “Como é que alguém vai ter coragem de lavar roupa neste rio hoje, todo poluído? Eu não deixo meus filhos tomarem banho mais. Acabou o nosso lazer. Porque não fizeram esta estação de tratamento bem lá longe? Ainda tem as águas que eles encanaram e cobram tão caro que ninguém tem condições de pagar”, reclamou ela. Morando na Vila Sauípe há mais de 50 anos, a artesã Lúcia dos Santos reclama (...) “Todo o esgoto vem pra cá, e despeja no nosso rio, como se a gente não tivesse nenhum valor. A gente tinha uma fonte de água muito boa, mas depois que abriram a Linha Verde, acabou tudo”. (...) O pescador José Carlos sintetiza: “O que sobra do turismo da Costa do Sauípe pra</p>	<p>T-1 T-2 T-3</p>	<p>DR DP DU DG DMO DCC</p>

<p>gente são os esgotos. Se alguém se aventurar a tomar banho no rio, sai todo coçando, com a pele irritada. Se este esgoto fosse tratado direito, seria devolvido limpo para o rio. Eu acho isso muito errado”. Ele não se conforma com o tubo que despeja o esgoto verde no rio. “Como é que pode ser tratado desta cor verde? Lindo era quando o rio era cristalino, cheio de espécies de peixes, mas agora acabou tudo, até as plantas. Quero que tirem esse esgoto verde daí. Já veio muita gente aqui fazer o exame desta água, mas até agora, nunca vi resultado de nada. Todo mundo faz o jogo deles para continuar enganando a gente. Vou pegar um pouco desta água para ver quem tem coragem de beber”, desabafou. Mau cheiro – O motorista Elton Batista Tolentino, de 40 anos, diz que a vida no povoado era simples e boa, bem diferente do que é hoje. “Depois da construção dos hotéis, veio o esgoto. Eles fazem os estudos deles e dizem que não tem nada de problema, mas quem mora aqui é quem sabe. O rio morreu e os peixes sumiram. Eu não aconselho ninguém a tomar banho neste rio, que antigamente era um balneário”, avalia. Para ele, a questão ambiental piorou muito. “Eles empurraram a estação de esgoto garganta abaixo, a 50 metros da vila, e a gente sofre com o odor e os mosquitos, e a tendência é a quantidade de esgotos aumentarem com a vinda de mais empreendimentos na região, e mais água ser retirada do rio para abastecimento. Será que o rio vai aguentar?”, questionou. Estudos são divulgados - Para tirar a prova da qualidade das águas do Rio Sauípe, a Embasa e a Sauípe S.A. encomendaram um estudo do rio (...) Apesar de o relatório elaborado pela Ufba já ter sido concluído, nem a universidade e nem a Embasa se dispõem a divulgar os resultados. (...) Ele informou também que o líquido verde que é despejado no rio é decorrente do tratamento biológico do esgoto, que leva à produção de algas. Fonte: Jornal A TARDE, 16/08/2005, Caderno Ambiente & Vida, p. 8.</p>		
<p>Vazamento sem solução</p> <p>A encaenação de água de minha residência apresentou um vazamento no hidrômetro e por cinco vezes telefonei para o serviço de atendimento gratuito no 0800-555-195 da Embasa e fiz nada menos do que cinco reclamações (...) como não foram realizar o serviço, creio que seja pela incompetência dos que ali trabalham ou por não quererem prestar serviço à comunidade de Serrinha. Fonte: Jornal A TARDE, 17/08/2005, Caderno Opinião, p. 2.</p>	T-1	DU
<p>Esgoto</p> <p>Um esgoto sanitário corre a céu aberto na Rua Netuno e deságua na lagoa pequena do Espaço Mário cravo, no Parque de Pituacu, onde muitos peixes ainda resistem à poluição. Mas isso não é novidade. O problema já gerou diversas queixas à administração do parque, administrado pela Conder, e vem criando uma série de desconfortos para os moradores de áreas próximas: doenças respiratórias e a proliferação de insetos são apenas alguns deles. Veem isso apenas como um reflexo da falta de cuidado e atenção com o Parque Metropolitano de Pituacu. Fonte: Jornal A TARDE, Salvador, 18/08/2005, Caderno Local, p. 11.</p>	T-1 T-2	DU DP DG
<p>Banho no esgoto</p> <p>Um dos afluentes da miséria de Salvador, o córrego de esgoto da Avenida San Martin serviu ontem de paisagem para um banho ao ar livre. Dentro de uma banheira infantil, o homem se acomoda como pode. Um pouco da água fétida contida no balde já foi jogada no corpo para amenizar o calor. Por mais absurdo que possa parecer, a intenção é manter o mínimo de dignidade dentro do estado de indigência. Ao perceber o olho da câmera, um breve aceno e um quase sorriso. Fonte: Jornal A TARDE, 19/08/2005, Caderno Local, p. 7.</p>	T-1	DR DP DU DG

<p>Poluição afeta fontes sagradas</p> <p>Líderes de terreiros de Cajazeiras e entorno estão cobrando ao poder público proteção para espaços sagrados. Ontem, eles conseguiram que o secretário municipal da Reparação, Gilmar Santiago, visitasse a Cachoeira de Oxum e um trecho do Rio do Prata. Ambas estão localizadas em trechos remanescentes de Mata Atlântica e passam por um processo de degradação que vai do desmatamento à contaminação por esgotos. (...) “A água dessa cachoeira era limpa há alguns anos. Hoje está desse jeito. Isso dói muito, pois a natureza é a casa das nossas divindades”, disse Mãe Ana. (...) A área escolhida por mãe Juscelina é o Loteamento Santo Antônio, onde estão sediados pelo menos oito terreiros. Nessa localidade fica também um trecho do Rio do Prata. “As fossas que são abertas na área acabam contaminando a água”, conta a sacerdotisa. Fonte: Jornal A TARDE, 20/08/2005, Sábado, Local, p. 10.</p>	<p>T-1</p> <p>T-2</p> <p>T-3</p>	<p>DR</p> <p>DG</p> <p>DU</p> <p>DP</p>
<p>Preservação</p> <p>Moradores do Stiep fizeram um movimento, último sábado, pela preservação da Lagoa dos Pássaros, próximo ao Condomínio Atalaia, no Stiep, e a Lagoa dos Frades, junto ao Centro de Convenções, na Avenida Professor Manoel Ribeiro. Recolheram o lixo das lagoas, plantaram 27 mudas de espécies da Mata Atlântica em suas margens e percorreram um abaixo-assinado pelas comunidades vizinhas para pedir ao prefeito de Salvador que se comprometa a preservá-las. Elas foram sendo aterradas pelas construções de prédios em seu entorno, perdendo em extensão e profundidade. Na década de 70, eram extensas e percorriam todo o bairro. Hoje em dia mostram-se reduzidas a dois pequenos e maltratados lagos. Fonte: Jornal A TARDE, 26/08/2005, Caderno Local, p. 4.</p>	<p>T-1</p>	<p>DU</p> <p>DP</p> <p>DG</p> <p>DMO</p>
<p>As lagoas de Praias do Flamengo, que sofreram um processo de degradação ambiental ao longo dos últimos 15 anos, devido à expansão urbana, estão sendo recuperadas. A poluição das lagoas foi fruto da contaminação do lençol freático pelas fossas sépticas das residências, que retiram somente 60% dos dejetos. (...) “Enquanto estamos limpando a água, já estamos de olho na recuperação da vegetação do seu entorno”, revelou Sormani Ferraz, presidente da Amil, um dos primeiros a entrar em defesa daqueles mananciais. (...) a preocupação dos moradores do Flamengo é que de nada adiantará o trabalho de revitalização, que já entra na sua segunda etapa, se o aterro das nascentes – que abastecem não só a lagoa mas também o Rio Sapato – continuar acontecendo de forma indiscriminada, desviando o curso das águas, fruto das obras do Loteamento Marisol, em Ipitanga, no município de Lauro de Freitas. Salvador, Quarta-feira, 30/08/2005, Caderno Ambiente & Vida, p. 8.</p>	<p>T-1</p> <p>T-2</p>	<p>DU</p> <p>DP</p> <p>DG</p> <p>DMO</p>
<p>Cursos são desviados</p> <p>(...) Com aterramento para as construções, foi desviado o curso das nascentes, inclusive do Rio Sapato, que passa no centro do loteamento. “Assumimos a administração municipal com esse passivo ambiental, que tem sido uma grande preocupação na tentativa de encontrar uma solução técnica, política e social”, explicou Marcelo Cerqueira, diretor do Departamento de Gestão Ambiental (DGA) da Prefeitura de Lauro de Freitas. Diante da gravidade da situação, o caso passou a ser de interesse do Ministério Público (...). A TARDE Salvador, Quarta-feira, 30/08/2005, Caderno Ambiente & Vida, p. 8.</p>	<p>T-1</p> <p>T-2</p>	<p>DU</p> <p>DP</p> <p>DG</p> <p>DMO</p>

<p>Esgotos perigosos</p> <p>Outro problema que vem sendo enfrentado pelos moradores diz respeito à Embasa, que começou a implantar na área o Programa Bahia Azul no ano passado. É que as caixas com bombas que recolhem os esgotos domiciliares dependem de energia elétrica, que se suspensa, interromper o bombeamento, causando transbordamento próximo à lagoa e, conseqüentemente, contaminando-a. “Queremos que a Embasa trate as áreas de proteção ambiental (APA) de forma diferenciada”, disse Sormani. É que Praias do Flamengo fica na APA Lagoas e Dunas do Abaeté, criada justamente para proteger o último remanescente de sistema de lagoas, dunas e restingas. (...) “Só este ano, já presenciei duas interrupções do bombeio e o conseqüente estrago que isso causou para a lagoa”, denunciou. Na opinião do presidente da Amil, a Embasa não está respondendo aos anseios dos moradores. “Algumas ligações estão sendo feitas de forma errada e a Embasa não fiscaliza isso”, disse. (...). A TARDE, Salvador, Quarta-feira, 30/08/2005, Caderno Ambiente & Vida, p. 8.</p>	<p>T-1</p> <p>T-2</p>	<p>DU</p> <p>DG</p> <p>DMO</p> <p>DP</p>
<p>São Bartolomeu – Aventura de risco no parque do subúrbio</p> <p>(...) “Não passe da primeira cachoeira. É muito perigoso”, afirma o soldado. Diante disto, só resta ao curioso dar meia volta ou contentar-se com uma visita, tensa, à primeira cachoeira, que é formada pelo Rio Mané Dendê e conhecida como Cachoeira de Oxum. Ali, em meio à densa vegetação remanescente de Mata Atlântica, a água desliza sobre a pedra, mas tão carregada de poluição de esgotos domésticos que não estimula a contemplação. (...) No caminho pavimentado que liga a Cachoeira de Oxum à Oxumarê, Nildes segue mostrando a diversidade de plantas e a generosa oferta de alimentos. “Aqui só morre de fome quem é preguiçoso. Se falta comida é só ir na mata que acha fruta, ou então pegar peixe no rio ou marisco na maré”. (...) Da mesma forma que o Rio Mané Dendê, o Cobre está poluído por esgotos domésticos que vêm do bairro de Pirajá. (...) A Cachoeira de Oxumarê é formada por um afluente do Rio Do Cobre e, segundo Nildes, não é poluída. (...) O banho de Nildes não é por devoção. Ela declarou não ser do candomblé. Sem água encanada em casa, ir à cachoeira é a saída nos dias em que não pode ir buscar água na Avenida Suburbana. Mesmo assim, sente-se “10 kg mais leve” depois de banhar-se na Cachoeira de Oxumarê. Seminário discutirá destino do parque - (...) O lixo que desce junto com os esgotos que poluem as cachoeiras de Oxum e do Rio do Cobre foi retirado. Segundo a moradora e comerciante do local, Maria Eunildes de Jesus, mais conhecida como Nildes, “entra prefeito e sai prefeito e o parque fica na mesma”. (...) Fonte: A TARDE, 15/11/2005, Caderno Ambiente & Vida, p. 8.</p>	<p>T-1</p> <p>T-2</p> <p>T-3</p>	<p>DR</p> <p>DG</p> <p>DU</p> <p>DP</p>
<p>Poluição desestimula oferendas</p> <p>A chuva de ontem aumentou o volume da Cachoeira de Oxum, no Parque São Bartolomeu, deixando a água amarelada por causa do barro trazido das ruas sem pavimentação do bairro da Ilha Amarela, onde ficam as nascentes do Rio Mané Dendê. A cachoeira foi o ponto de encontro dos visitantes que, mesmo com a chuva, foram ao local, situado no subúrbio ferroviário, realizar ato de defesa do parque. Também poluída por esgotos domésticos, a cachoeira é dedicada ao orixá Oxum pelos adeptos das religiões consideradas de matrizes africanas e é o principal indicador da degradação do parque, criado há 30 anos. Ao abrigo da chuva, em juma das barracas próximas à Cachoeira de Oxum, a Ialorixá (mãe-de-santo) do terreiro Unzokayoung, do bairro de Cajazeiras II, Jucelina Santos do Nascimento, disse que os iniciados em seu terreiro já não são mais levados ao local para receber a benção de Oxumarê – o orixá protetor do parque. Ela também parou de colocar oferendas para Oxum na cachoeira. “Orixá é pureza. Deixamos de fazer oferendas por causa da poluição”, disse. Os problemas do parque serão debatidos no seminário “O parque que queremos”, que ocorre hoje, na Biblioteca dos Barris, das 8 às 17h30, e é promovido pela Secretaria Municipal da Recuperação. É esperada a presença do prefeito João Henrique Carneiro. Fonte: Jornal A TARDE, 16/11/2005, Caderno ???? – Seção Ambiente, p. ???.</p>	<p>T-1</p> <p>T-2</p> <p>T-3</p>	<p>DR</p> <p>DU</p> <p>DG</p> <p>DMO</p>

100		
<p>Grupo de trabalho define proposta para parque – Recuperação do São Bartolomeu foi discutida em seminário realizado ontem</p> <p>(...) Para a assessora das lideranças do Terreiro Tanuri Junsara, Valdina Pinto, a principal ação a ser feita no parque é a despoluição da Cachoeira de Oxum. “Não adianta obra nenhuma. O que precisa fazer é despoluir, sustar o desmatamento e deixar a natureza livre disso tudo”, afirmou. Criado há 30 anos, o Parque São Bartolomeu, de 75 hectares, está localizado na Bacia do Rio do Cobre, entre a Avenida Suburbana e a BR-324. Desde a década de 80, a área tem sido afetada pela ocupação desordenada da região em torno, que levou à poluição dos mananciais, e pela violência urbana. Fonte: Jornal A TARDE, 17/11/2005, Caderno Local, p. 8.</p>	<p>T-1</p> <p>T-3</p>	<p>DR</p> <p>DU</p> <p>DP</p> <p>DG</p> <p>DMO</p>
<p>Sem água – Moradores de várias ruas de Periperi, no subúrbio ferroviário, estão há cinco dias sem abastecimento de água. Angélica dos Santos recorreu ao balde para abastecer a casa. Fonte: Jornal A TARDE, 17/11/2005, Capa.</p>	<p>T-1</p> <p>T-2</p>	<p>DU</p> <p>DG</p>
<p>Água só ao redor</p> <p>Fazer parte do município de Salvador não tem facilitado em nada a situação da Ilha de Maré (...) Explica-se: depois de oito meses praticamente fechados, pousadas e restaurantes ainda têm de contornar, no verão, os prejuízos causados pela falta de água que castiga tanto empresários quanto moradores da região. Durante 15 – ou até 20! – dias consecutivos, a água teima em não cair das torneiras. (...) E este não parece ser um problema de fácil solução. Ou, ao menos, de solução imediata. A Embasa reconhece não ter condições de abastecer satisfatoriamente a ilha, por causa da precariedade do sistema de tubulação, que exige a duplicação da rede para que seja resolvida a questão do abastecimento. A água chega – com dificuldade – até a Ilha de Maré vem de Candeias, sob o mar. (...) Fonte: Jornal A TARDE, 18/11/2005, Caderno Local, p. 4.</p>	<p>T-1</p> <p>T-2</p>	<p>DU</p> <p>DP</p> <p>DG</p> <p>DCC</p> <p>DMO</p>
<p>Moradores sem água em Periperi – Fornecimento foi interrompido há cinco dias: comunidade reclama que Embasa não atende às solicitações</p> <p>Latas e baldes na cabeça, painéis para recolher os pingos que caem da torneira de madrugada, tanque improvisado dentro do quintal. Desse jeito, moradores de algumas ruas de Periperi, no subúrbio rodoviário, têm tentado minorar os efeitos do corte do fornecimento de água desde o último fim de semana. Segundo eles, há anos existem interrupções no abastecimento no período de fim de ano, quando o calor aumenta em Salvador. A Empresa Baiana de Abastecimento (embasa), responsável pelo serviço, informa que uma obra emergencial na Rua das Pedrinhas seria a causadora do problema. De fato, na manhã de ontem, o local apresentava indícios do que seria uma obra. No entanto, nenhum funcionário trabalhava nela – pelo menos entre 10 e 11 horas – e não havia placas informativas. O atendente Adenilson Pessoa, do posto da Embasa do SAC de Periperi, diz que a obra foi necessária para conter um vazamento na rede. Os serviços teriam sido iniciados na segunda-feira e o abastecimento seria normalizado ainda ontem, no fim da tarde – o que não ocorreu. A assessoria de comunicação da Embasa dá outra explicação: a causa da interrupção do fornecimento de água foi a quebra de um cano de uma adutora de 500 milímetro, considerada de grande porte, que abastece toda aquela região. O serviço de reparo, segunda a assessoria, já foi executado, mas o abastecimento só seria restabelecido hoje. O núcleo de comunicação da Embasa estranha o fato de as pessoas não estarem apresentando queixas sobre a interrupção do fornecimento. Explica que a Embasa costuma informar o corte de água por meio de emissoras de rádio. Se a falta de água acontece em uma rua apenas, utilizam carro de som ou pessoal de operação para avisar sobre a interrupção do fornecimento. Fonte: Jornal A TARDE, 23/ 11/2005, Caderno Local, p. 3</p>	<p>T-1</p> <p>T-2</p>	<p>DU</p> <p>DP</p> <p>DG</p> <p>DMO</p> <p>DCC</p>

<p>Sem aviso – Alguns moradores afirmam estar sem água há quatro ou cinco dias, como o aposentado Luís Assis do Espírito Santo, 53 anos, morador da Rua Juracy Magalhães, próxima da obra. Ele reclama da falta de divulgação sobre a interrupção do serviço. “Aqui em Periperi, a Embasa abre a rua qualquer dia e não avisa. Na cidade, tem hora marcada. Será que a gente daqui do subúrbio é o quê? Na hora de pagar, somos todos iguais”, desabafa. Nos últimos meses, pelo menos três suspensões no abastecimento sem aviso pela Embasa geraram indignação entre moradores dos bairros da Liberdade, São Gonçalo do Retiro e Arenoso. A desempregada Perpétua Cerqueira, 43 anos, moradora da Rua da Prefeitura, está desanimada com a situação. “Estamos há cinco dias sem água e o pior de tudo é que não tem nenhum lugar para ir buscar”. Proprietária de um reservatório, Perpétua, se tornou fornecedora informal de água para os vizinhos nos primeiros dias. Ontem, já avisava que não havia como continuar compartilhando o pouco que sobrava do tanque. Grande parte dos moradores da região afirma não ter reservatório particular por falta de condições financeiras. Fonte: Jornal A TARDE, 23/11/2005, Caderno Local, p. 3</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DU DG DP</p>
<p>Descrença – Na Rua Marechal Costa e Silva, dona Branca, 63 anos, também passa pelo dilema de não poder dividir mais. Nos últimos dois dias, só houve água por algumas horas no início da manhã de ontem. “Há 37 anos, no verão, a gente labuta por água”, conta a aposentada, que toma banho de balde em dias de torneira seca. Mas, nesse tempo todo, dona Branca nunca telefonou para a Embasa ou reclamou. A desmobilização se repete com outros moradores. “Quem liga e reclama espera, porque a Embasa demora muito para vir”, tenta explicar o segurança Djalma Lima, 45 anos. Por ironia ele acompanhava ontem a religação de água na casa da irmã, na Rua Carlos Gomes, em Periperi. “Cortaram por engano no dia 16 e segunda-feira liguei. Vieram até rapidinho, estranhei”, diz. Na opinião de dois moradores da Rua Boa Esperança, a falta de crença decorre da ausência de resposta efetiva da Embasa às reclamações. A dona-de-casa Rosângela Magalhães Neto, 47 anos, resume: “Ninguém fala nada porque não adianta nada”. “Ligar para a Embasa para quê, se ela não liga para nós?”, questiona o pescador Paulo Raimundo Neves de Souza, 52 anos. Ele mora há 19 anos no local e diz passar dias de calor sem água desde então. O abastecimento só se normaliza por algumas horas na madrugada, quando a família aproveita para encher as panelas. Na Rua Edgard Santos, em Coutos, uma moradora também está sem água porque não foi buscar as contas no posto do SAC, em Periperi. “É um desafora, uma ousadia não receber as contas em casas. A minha pessoa não vai buscar, não”, diz a doméstica Maria da Luz, 52 anos, cujo débito já soma R\$ 280 com a empresa. Outras pessoas na rua também reclamam do problema. Fonte: Jornal A TARDE, 23/11/2005, Caderno Local, p. 3</p>	<p>T-1</p>	<p>DU DP</p>
<p>Periferia sem saneamento – (...) a rua (...) Cosme de Farias, em Praia Grande, no Subúrbio Ferroviário (...) Nas imediações, corre um canal a céu aberto, onde a água da chuva, esgoto sanitário e lixo recolhidos desde o Alto da Terezinha se misturam. Por cima, passam tubos que levam água potável para as casas. Dentro do córrego, galinhas se alimentam durante o dia e ratos aparecem durante anoite. “É promessa e mais promessa. Em 20 anos, continua tudo igual”, diz o cozinheiro Paulo Roberto Cruz, 45 anos, cuja casa está a menos de cinco metros de distância do canal. Para passar para o outro lado, é preciso pular sobre tubos de concreto que improvisam uma ponte. Na Rua Nova Aliança, o mesmo canal é motivo de preocupação para os pais de filhos pequenos. Há duas semanas, uma criança de 3 anos caiu dentro do esgoto, situação rotineira no bairro. Uma ponte de concreto, custeada pela associação de moradores, ameaça rachar. (...) Fonte: Jornal A TARDE, 23/11/2005, Caderno Local, p. 3</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DU DG</p>
<p>Famílias mudam-se por causa das chuvas – (...) Parte dos moradores próximos do canal se mudou após ter a casa invadida por várias chuvas e “engolida pelo entulhamento do canal”, como descreve o atendente de supermercado José Valeriano, 53 anos. Sobrou para quem não tem para onde ir: a família de dona Sofia Cerqueira Gomes, 61 anos, por exemplo. Ela ainda se lembra de como era a baixada há 30 anos [em 1975]. “Não tinha invasão por tudo isso aqui, era enxuto e bonito”, conta,</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DU DG DMO</p>

<p>enquanto recolhe areia para colocar no seu quintal encharcado, à beira do canal. (...) Fonte: Jornal A TARDE, 23/ 11/2005, Caderno Local, p. 3.</p>		
<p>Falta d'água prejudica estudantes – Escola Municipal do Beiru depende de carro-pipa para funcionar, nas ilhas de Salvador, o problema se repete</p> <p>Falha no sistema de abastecimento de água em Salvador atingem diretamente a vida da população de baixa renda. É o caso das comunidades que habitam os bairros do Alto do Coqueirinho, Tancredo Neves, Liberdade e Arraial do Retiro. O problema é tão grave que está prejudicando a educação de crianças e adolescentes. A Escola Municipal do Beiru só funciona quando o carro-pipa fornece água. O aposentado José Santana tem duas netas, Rebeca e Priscila, na escola Beiru. Segundo ele, é comum não ter aula ou liberarem os alunos mais cedo, devido à falta de água. “Estamos há quatro meses sem uma gota d'água. E a Embasa continua mandando a conta para a gente. É um absurdo! Mas, pior do que ser lesado pela Embasa, é ver minhas netas prejudicadas porque a escola depende do carro-pipa para funcionar”, reclamou. Santana mora na Rua 16 de Março, vizinha da escola. A funcionária da Escola Municipal do Beiru, Creuza Moreira, 42 anos, confirma a denúncia de José Santana. “Desde que trabalho aqui, há um ano, nunca vi chegar água no tanque. Todo abastecimento é feito de caminhão. Agora mesmo, só está havendo aula porque o carro abasteceu”. Creuza diz que são muitas as consequências da falta de abastecimento. “Temos aula aqui de manhã, de tarde e de noite. Imagine como ficam os banheiros! Falta água até para beber e preparar a merenda escolar”. A funcionária conta que, muitas vezes, é servido apenas biscoito para as crianças. “O jeito que a gente tem é liberar o pessoal mais cedo”. Outros colégios vivem o mesmo problema. Segundo a secretária municipal de Educação e Cultura, Olívia Santana, também falta água nas escolas das ilhas que fazem parte de Salvador – Maré, Frade e Bom Jesus dos Passos. “Temos que comprar água de carro-pipa, trabalhar sempre em modo de emergência para garantirmos um direito básico do cidadão, que é o da escola. Nos locais onde o carro não chega, que é o caso das ilhas, a situação ainda é mais grave. Temos, inclusive, investido em poços artesianos, mas ainda não tivemos resultado”. Olívia Santana diz que a Bahia precisa distribuir o serviço de fornecimento de água de modo mais democrático. “Quem sofre com este problema é a população de baixa renda, é o povo pobre. E isso tem um sério impacto no sistema de educação”, explicou. Pressão – O superintendente da Embasa Rogério Cedraz, responsável pelo abastecimento à região metropolitana, nega a existência de um problema generalizado no fornecimento de água em Salvador. As falhas, segundo ele, acontecem em pontos específicos da cidade, em especial nos locais de maior altitude. “Se afirmarmos que não existe problema de falta d'água em Salvador é porque nosso sistema funciona 24 horas num volume suficiente para atender à população, mas é claro que existem problemas”. O superintendente acrescenta que o sistema de distribuição de água funciona por pressão. “Se colocássemos uma pressão muito alta, estouraria as tubulações das casas que ficam nos locais mais baixos da cidade. Procuramos equilibrar a demanda, mas às vezes a pressão não é suficiente para levar água em alguns pontos mais altos”, conclui.</p> <p>Fonte: Jornal A TARDE, 24/11/2005, Caderno Local, p. 5.</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DU DP DG DCC</p>
<p>Quadro se agrava nos bairros mais pobres</p> <p>Basta uma visita a bairros pobres da cidade, como Alto do Coqueirinho, Tancredo Neves, Liberdade e Arraial do Retiro para perceber o nível de insatisfação da comunidade que sofre com a interrupção constante do fornecimento de água. “Nesta época de verão, sempre falta água lá em casa. Temos um tanque de mil litros para quatro pessoas, mas, como a água não cai todo dia, a gente tem que, de vez em quando, tomar banho de balde”, relata a dona-de-casa Vidalma Barbosa Alves, 38 anos, moradora do Alto do Coqueirinho. “A gente aqui trabalha com peixe. Precisa de água para manter o estabelecimento limpo, mas praticamente todo final de semana, quando o movimento é maior, falta água aqui na Liberdade”, explica o funcionário da Peixaria O Pescador. Na Vila Oliveira, Arraial do Retiro, não existe fornecimento de água regular há mais de seis meses. Segundo o ajudante de pedreiro Alberto Moraes, a água, durante</p>	<p>T-1</p>	<p>DU DP DG DR</p>

<p>a madrugada, cai lentamente – o suficiente apenas para encher dois ou três baldes. A dona-de-casa Maria José dos Santos, 50 anos, não tem dinheiro para comprar um tanque. Ela improvisa com um balde de 50 litros em cima da mesa. “Olha para isso, a água aqui nem pinga!”, fala, abrindo a torneira. Maria guarda a água para consumo em vasilhames no canto da cozinha. “Não tenho mais idade para carregar lata na cabeça. Sinto muita dor na coluna, mas tenho que, todo dia, pegar água na casa da vizinha que tem um tanque grande”, se queixou. A alternativa para muita gente é buscar água em nascentes, sem a garantia de estar livre de contaminação. “Esta fonte da bica é salvação do povo daqui de Tancredo Neves. Tem dias que parece uma procissão: um bocado de gente com lata na cabeça”, diz a dona-de-casa Maria Ferreira dos Santos. O relojoeiro técnico Agnaldo Santos diz que se arrepende de ter comprado um imóvel em Tancredo Neves. “Em casa só tem água de madrugada. E a Embasa tem a coragem de mandar uma conta no valor de R\$ 49,50”, reclamou.</p> <p>Fonte: Jornal A TARDE, 24/11/2005, Caderno Local, p. 5.</p>		
<p>Poluição em rios causa doenças</p> <p>Lata, garrafa, saco plástico e papel são alguns materiais encontrados em rios e canais de esgoto de Salvador. Além de degradar o meio ambiente, o lixo descartado nesses locais representa uma ameaça à saúde pública. Em encostas do Rio Camurujipe, principalmente nas imediações da Estação de Transbordo do Iguatemi, por exemplo, os dejetos tornam o ambiente propício à proliferação de insetos. Visivelmente poluída, a água do rio está com a coloração esverdeada. A sujeira no Camurujipe indica também a falta de limpeza e capinação nas laterais de encostas. Para o vendedor ambulante Sílvia Borges, 29 anos, “é a prova do descuido dos órgãos competentes”. O que mais chama a atenção é o fato de que, bem perto dali, fica um posto de coleta de sangue da Hemoba (...). Sujeira – Acompanhando de um doador de sangue do Hemoba, a secretária Ana Silva Silveira, 31 anos, comenta que, sempre que passa pelo local, nota a presença de dejetos no Camurujipe. “Eu nunca vi um trabalho de limpeza por aqui. É uma vergonha”, disse. Na altura da Avenida ACM, a alguns metros dali, a situação do rio é semelhante. Numa área próxima à entrada da loja Comercial Ramos, há muito lixo acumulado. Para o coordenador do Sindicato dos Trabalhadores em Água e Esgoto (Sindae), Pedro Romildo Santos, é prejudicial ao meio ambiente o fato de o Camurujipe continuar recebendo águas de esgoto até hoje. “É um rio importante e que corta parte central da cidade”, avalia. O problema se estende também ao Rio Vermelho, que está, segundo os moradores, infestado de insetos, principalmente muriçocas, por conta da poluição do Rio Lucaia. Antônio Cavalcante Júnior, 53 anos, que mora no bairro há 18 anos, diz que duas pessoas de sua família já foram vítimas da dengue. Na Rua Juazeiro, onde ele reside, vizinhos também teriam contraído a doença. “Esse rio fedorento deixa tudo infestado desses pernilongos. É um perigo”, garante. Parceria – A Secretaria de Serviços Públicos (Sesp), conforme informou o secretário Armando Lessa, promove capinação e limpeza das laterais de encostas a cada 90 dias. “Limpamos essas áreas em parceria com outros órgãos, como a Sumac”, declarou. De acordo com o superintendente da Sumac, Wellington Neto, o órgão está criando uma equipe de manutenção para fazer a limpeza de 74 canais de esgoto da cidade. “O nosso objetivo é evitar o acúmulo de lixo”, observa. (...)</p> <p>Fonte: Jornal A TARDE, 24/11/2005, Caderno Local, p. 8.</p>	<p>T-1</p> <p>T-2</p>	<p>DU</p> <p>DP</p> <p>DG</p> <p>DMO</p>
<p>Tarifa social visa reduzir conta de água</p> <p>Cerca de 400 mil famílias, em todo o Estado, passarão a pagar menos pela água tratada a partir de 2006. Pelo menos é o que promete a Tarifa Social, lançada ontem pelo governador Paulo Souto, em seu gabinete, por volta das 11 horas. O objetivo é reduzir o preço da conta de água de famílias com renda até um salário mínimo. (...) Como consequência a taxa de esgoto (45% do valor total da conta) também será diminuída. (...) Enquanto o governador assinava a autorização, a poucos quilômetros dali, no populoso bairro de Sussuarana, <u>um canal</u> com água suja corria exposto, sem proteção contra quedas de crianças ou medidas que reduzam os prejuízos causados à saúde dos</p>	<p>T-1</p> <p>T-2</p>	<p>DU</p> <p>DP</p> <p>DG</p>

<p>vizinhos. O surpreendente para os moradores é que na conta apresentada pela Embasa conste a cobrança pela taxa de esgoto. Edinalva dos Santos Correa, 66 anos, há 30 mora na Avenida Moisés Mendes, por onde o esgoto passa à vista de todos. Jogados nele, há caixotes de papelão, garrafas plásticas, sobras de chinelos, dentre outros detritos. “Aqui, já caiu meio mundo. Meus netos Danilo, Dicinho, Daiane, Rafael, Lucas e Diego, por exemplo. Ao todo, tenho nove que moram comigo. Aí, tomei um empréstimo de R\$ 1.540, que é descontado todos os meses do que eu recebo no INSS, para construir esse tampão de concreto que custou R\$ 3 mil”, contou Edinalva.</p> <p>Fonte: Jornal A TARDE, 26/11/2005, Caderno Local, p. 8.</p>		
<p>Salvador quer preservar Pituauçu – Ameaçado por constantes ocupações irregulares em sua área, parque fica mais protegido com definição do plano diretor</p> <p>(...) As principais ameaças, como a ocupação irregular de sua área por invasões e a entrada de água de esgoto, estão sendo solucionadas, o que alivia a pressão sobre a sua área verde, formada por Mata Atlântica e pela sua bela lagoa em forma de trevo. (...) A construção da ciclovia, a primeira intervenção física no novo parque, foi justamente para proteger a lagoa das diversas ameaças, como a entrada de terras vindas das partes mais altas. (...) Administrado até o momento pela Secretaria Estadual de Desenvolvimento Urbano, por intermédio da Conder, o parque será transferido, no início do próximo ano, para a responsabilidade da Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Semarh). ONG desenvolve ações na área – (...) a ONG Associação Showriso Ação Social. Desenvolve uma atuação de preservação ambiental (...) O projeto consiste em preparar jovens carentes do bairro para saber orientar os vizinhos, pescadores, lavadeiras, grupos culturais, religiosos, escolas, universidade e usuários em geral, quanto à necessidade da preservação ambiental tanto do patrimônio ecológico (...) Para sustentá-lo a ONG desenvolve várias atividades (...): videokê, cama elástica, pula-pula, barco (para passeio ecológico), carro de som, carro de apoio (aberto), equipamentos esportivos e o serviço de acompanhamento de caminhadas feito pelos guias mirins e dos eventos promovidos por ela, como a “Pedalada da Lua Cheia”, realizado todo mês, ao redor da lagoa, além do programa de inclusão digital da comunidade. Fonte: Jornal A TARDE, 29/11/2005, Caderno Ambiente & vida, p. 8.</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DU DP DR DG DMO</p>
<p>Primeira barragem a abastecer a cidade - A lagoa principal do parque foi formada pelas águas do Rio Pituauçu, que nasce entre os bairros de Mata Escura e Sussuarana. A mesma lagoa conta com oito nascentes identificadas dentro da área do parque. (...) em 1906, o então prefeito Teodoro Sampaio decidiu construir a primeira barragem para abastecer a cidade de água potável. A barragem serviu durante todo o século XX e somente no ano passado deixou de ser usada para abastecimento de água. (...) A construção de prédios e casas ao longo da Paralela, Sussuarana e Mata Escura fez com que os esgotos sanitários poluíssem o Rio Pituauçu e invadissem a água da lagoa. Somente no final da década de 90, com a implantação do Programa Bahia Azul, a situação começou a ser modificada. Pelo programa, foi construída uma rede de esgoto ao longo do rio e uma estação elevatória no final da Avenida Gal Costa, responsável por jogar o esgoto no emissário submarino do Rio Vermelho. Mesmo com esta intervenção, a água de esgoto invade a lagoa quando chove intensamente, afirma o gerente Geral Mário. Segundo ele, isso só será resolvido quando a Embasa terminar de realizar as ligações domiciliares dos esgotos à rede geral. Até o momento, foram feitas seis mil ligações e o trabalho deve terminar em 2007. “Com todas elas prontas, Pituauçu fica praticamente sem esgotos”, diz Geraldo. Diagnóstico – Mesmo com a qualidade da água do lago tendo melhorado nos últimos anos, sobretudo a partir deste ano, o gerente explica que ela é imprópria para o banho, o que continua proibido no local. Não há previsão para a liberação deste tipo de lazer, completou. Apesar das intervenções da Conder e da Embasa, moradores de Pituauçu reivindicam mais agilidade na limpeza da água da lagoa. Reunidos, criaram o Movimento Salve a Lagoa, pressionando para que o serviço seja feito com mais rapidez. (...). Fonte: Jornal A TARDE, 29/11/2005, Caderno Ambiente & vida, p. 8.</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DP DU DMO DG</p>

<p>Moradores de Vila temem alagamento</p> <p>Moradores da Vila São Francisco, no Vale dos Lagos, em Salvador, voltaram a se preocupar com a falta de escoamento de água de uma lagoa que fica na parte baixa do loteamento. Temem que uma chuva forte alague as casas, como aconteceu em junho, quando cerca de 70 famílias ficaram desabrigadas, perdendo móveis e eletrodomésticos. (...) O casal Luciano Rocha e Ionara Silva Bonfim, com quatro filhos pequenos, é um dos mais preocupados com a subida do nível da água. Em junho, só dois tiveram a casa coberta pela enxurrada, ficaram desabrigados e foram morar provisoriamente em outro local com os R\$100 do auxílio-moradia. Retomaram para a antiga residência depois que o nível da água abaixou. (...) Fonte: Jornal A TARDE, 03/12/2005, Caderno Local, p. 12.</p>	<p>T-1</p> <p>T-2</p>	<p>DU</p> <p>DG</p>
<p>Domingo de sol convida a um passeio no parque</p> <p>(...) Apesar de a água da lagoa estar imprópria para banho, a lagoa continua sendo o local escolhido pelas crianças. “Adoro brincar de pedalar na lagoa. É muito legal”, disse Lucas Albuquerque, 12 anos. Fonte: Jornal A TARDE, 04/12/2005, Caderno Local, p. 7.</p>	<p>T-3</p> <p>T-2</p>	<p>DR</p> <p>DG</p>
<p>Subúrbio sem água</p> <p>Uma pane elétrica no sistema de bombeamento da unidade da Embasa em Ilha Amarela provocou a interrupção no fornecimento de água nas localidades de Ilha Amarela, Rio Sena, Mirantes de Periperi, Colinas de Periperi I e II, Conjunto Sr. Do Bonfim e Alto do Bariri. A assessoria de comunicação da Embasa informa que uma equipe de técnicos da empresa está trabalhando para reparar os equipamentos elétricos danificados, mas avisam que o abastecimento só será restabelecido no final da A TARDE de hoje. A Embasa recomenda que a população dos locais afetados economize água. Carros-pipas serão mobilizados para atender escolas e hospitais. Mais informações podem ser obtidas pelo 0900 555-195. Fonte: Jornal A TARDE, 05/12/2005, Caderno Local, p. 3.</p>	<p>T-1</p>	<p>DP</p> <p>DU</p> <p>DCC</p>
<p>Água</p> <p>No bairro do Lobato – exatamente no Alto do Cabrito, Loteamento Bela Vista do Lobato – a água está faltando constantemente. Dessa forma, reservatórios de todos os tipos estão sendo improvisados pelos moradores, muito deles sem tampas. Uma festa para os mosquitos da dengue. Fonte: Jornal A TARDE, 06/12/2005, Caderno Local, p. 4.</p>	<p>T-1</p>	<p>DU</p>
<p>Vazamento</p> <p>Há dias, uma grande quantidade de água é desperdiçada de uma adutora localizada na Avenida Magalhães Neto, Pituba. O fato já foi comunicado à Embasa por moradores das proximidades, mas nada ainda foi feito. E não é pouco desperdício, não. A água está correndo há seis dias! Bem no fundo de um posto de gasolina Shell, em uma ponte improvisada que faz a ligação entre os bairros da Pituba e Costa Azul. Fonte: Jornal A TARDE, 07/12/2005, Caderno Local, p. 4.</p>	<p>T-1</p> <p>T-2</p>	<p>DU</p> <p>DP</p> <p>DG</p>
<p>Sem água</p> <p>Em Cosme de Farias, moradores estão há 48 horas sem água nas torneiras, apesar de residirem a 50 metros da Central da Embasa. Cada vez que ligam, um atendente dá uma esculpa diferente. Dizem que o trabalho já foi executado; que está em execução ou que</p>	<p>T-1</p> <p>T-2</p>	<p>DU</p> <p>DP</p> <p>DG</p>

<p>terá de ser refeito. Ou mesmo que houve um novo vazamento, daí o atraso na solução do problema. Não sabem nem como orientá-los a conseguir um carro-pipa. Temem que o problema se estenda por mais tempo. Fonte: Jornal A TARDE, 09/12/2005, Caderno Local, p. 6.</p>		
<p>Rompimento de adutora causa acidente</p> <p>O rompimento de uma adutora que abastece as casas da Rua Doutor Eduardo Dotto, em Tubarão, Paripe, provocou o afundamento do asfalto no momento em que o ônibus da empresa Conseil, placa JOL-7196 passava pelo local, no início da manhã de ontem. O veículo fazia o transporte de funcionários da fábrica Bosch. (...) A Embasa, por meio de sua assessoria, disse que um vazamento não aparente provocou o rompimento da adutora e, por isso, o problema só foi detectado pela manhã, quando ocorreu o acidente. Os serviços de reparo foram concluídos ontem mesmo e o fornecimento de água, normalizado. Fonte: Jornal A TARDE, 09/12/2005, Caderno Local, p. 6.</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DU DG DCC</p>
<p>Lagoa é aterrada na Estrada do Coco</p> <p>Uma lagoa que cerca uma ilha de vegetação de restinga dentro da Área de Proteção Ambiental (APA) do Rio Capivara, no Km-28 da Estrada do Coco (BA-090), foi parcialmente aterrada, há uma semana, com mais de dez caminhões de terra. (...) Além do aterro, foi queimada grande parte da vegetação da localidade, que é toda cortada por afluentes do Rio Capivarinha e protegida pelo Código Florestal como intocável (Área de Preservação Permanente – APP). Empresário afirma que área foi doada – (...) Ele se defende dizendo que o aterro foi um caminho de serviço feito para a construção de uma casa. “Este caminho é provisório e vai ser retirado para que seja feita uma ponte. O rio será preservado”, diz, admitindo que não tem licença ambiental. (...) Fonte: Jornal A TARDE, 09/12/2005, Caderno Municípios, p. 7.</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DU DG DMO</p>
<p>Água</p> <p>Na Rua Lídio dos Santos, San Martin (antiga Fonte do Capim), a rede central de distribuição de água da Embasa está com problemas. Os encanamentos partiram, a água infiltrou-se por debaixo da terra e chegou à superfície em alguns locais. Funcionários da empresa estiveram no local, quebraram quase 10 metros de rua, mas parecem não ter encontrado a causa do problema. Prometeram trazer um aparelho para achar o local do vazamento. Isso já faz dez dias... A distribuição de água na região está irregular. Fonte: Jornal A TARDE, 12/12/2005, Caderno Local, p. 4.</p>	<p>T-1</p>	<p>DU DP</p>
<p>Litoral Norte ameaçado</p> <p>(...) Privatizações – Os ministérios públicos estadual e federal instauraram diversas investigações por discordar das autorizações ambientais concedidas pelo Estado para os empreendimentos hoteleiros, loteamentos e condomínios residenciais em áreas de preservação permanente (APPs), como áreas úmidas, de charcos e lagoas, áreas de dunas, vegetação de restinga e de Mata atlântica. (...) Lagoas – (...) As lagoas e áreas encharcadas minimizam os efeitos da poluição do rio e da água, servem de abrigo e reprodução para as espécies da fauna, que existem associadas a uma densa vegetação de restinga e Mata Atlântica e ao cordão de dunas. (...) a composição presente no litoral norte protege também a água que aflora do lençol freático. “Se você retirar a duna e a vegetação, mata também a lagoa”, analisou. Fonte: Jornal A TARDE, 13/12/2005, Caderno Ambiente & Vida, p. 8.</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DP DU DMO DG</p>

<p>Loteamentos e hotéis em áreas de preservação permanente</p> <p>Os loteamentos, condomínios residenciais, estabelecimentos comerciais, hotéis e invasões que avançam sobre o litoral norte em áreas úmidas, de charcos e lagoas, preocupam Rivelino Martins, diretor da organização não governamental de Arembepe, Coqueiro Solidário. Segundo ele, o litoral era vasto de coqueiros e dunas, que hoje estão sumindo. “Os loteamentos estão tomando conta da natureza. As nascentes dos rios estão ficando poluídas e todo o litoral está sendo ocupado”, lamenta. (...) Segundo ela, já se perderam extensas áreas de lagoas, restinga e Mata Atlântica que não poderiam ser ocupadas, perdendo em qualidade de vida na região. “Se continuar do jeito que está, toda a biodiversidade vai morrer”. Fonte: Jornal A TARDE, 13/12/2005, Caderno Ambiente & Vida, p. 8.</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DMO DG DP DU</p>
<p>Sem água</p> <p>Desde a última quinta-feira, falta água no Alameda Salermo, no Itaipara. Moradores dos edifícios Cidade do Porto e Cidade de Lisboa já perderam a esperança de conseguir uma solução a curto prazo pela Embasa. O problema teve início no dia 8, dia de Nossa Senhora da Conceição, quando a tubulação apresentou defeito. A Embasa foi acionada, prometendo que o problema estaria resolvido em 48 horas. Para aflição de todos, o final de semana passou sem que a água voltasse às torneiras. Carros-pipa foram acionados pelos moradores no sentido de minorar o problema. Ontem a Embasa ainda não tinha feito o reparo do defeito. Até quando... Fonte: Jornal A TARDE, 14/12/2005, Caderno Local, p. 6.</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DU DP DG</p>
<p>Embasa promete investir</p> <p>A Embasa não tem investimentos previstos para o abastecimento de água em Salvador e região Metropolitana em 2006. A informação é do secretário de desenvolvimento Urbano do Estado, Roberto Moussallem. Ele disse que não há necessidade porque Salvador alcança cobertura superior a 98% dos bairros. (...) Na Rua Novo Horizonte, Invasão Bate Coração, Paripe, a Embasa implantou rede de esgotamento sanitário, mas a doméstica Marineide das Mercês, 40 anos, reclama não ter condições de fazer a ligação intradomiciliar. “A gente não vai pagar por uma coisa que não tem”, dispara Marineide revoltada com a cobrança da taxa de esgoto na sua conta. (...) Fonte: Jornal A TARDE, 16/12/2005, Caderno Local, p. 3.</p>	<p>T-1</p>	<p>DP DU</p>
<p>Tradição</p> <p>Até ontem, fazia 15 dias que a água não corria nas torneiras das residências da Rua Polidório Bittencourt e Avenida Dominginhos, no bairro da Boa Viagem, na Cidade Baixa. Segundo moradores, o fenômeno da falta de água está se tornando tradição, porque acontece todos os anos na época da Festa da Boa Viagem. Na Rua Marechal Teixeira Lott, no bairro Uruguai, a água também não apareceu. Vários moradores têm telefonado para a Embasa para prestar queixa e ou requisitar a presença de carros-pipa, alegando que sem água não pôde haver peru no Natal. Os moradores querem providencias. Ainda este ano. Fonte: Jornal A TARDE, 26/12/2005, Caderno Local, p. 4.</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DU DP DG</p>
<p>Banho sujo</p> <p>Esta semana, um grupo de crianças tomava banho de mar e de... dejetos do Rio Lucaia, ao lado do Mercado do Rio Vermelho. A diversão era boa e perigosa. E não apareceu ninguém para alertar aqueles banhistas. Fonte: Jornal A TARDE, 28/12/2005, Caderno Local, p. 4.</p>	<p>T-3 T-2</p>	<p>DR DG</p>

<p>Aleluia!</p> <p>A Embasa informa que a Rua Polidório Bittencourt (...) “já” estão com o fornecimento normalizado proporcionado pelo aumento de vazão efetuado domingo. Nas duas ruas e imediações, como descrito na nota “Tradição”, desta coluna, houve falta de água por falta de pressão, causada por aumento de consumo nesta época do ano, informou o órgão. A resolução do problema foi providenciada a partir de reclamações de moradores da área (...). Fonte: Jornal A TARDE, 28/12/2005, Caderno Local, p. 4.</p>	<p>T-1</p>	<p>DU DP DCC</p>
<p>Lagoa de Pituaçu I (...)</p> <p>Mas, seguindo no sentido anti-horário, é possível ver áreas devastadas por queimadas, montes de lixo perto das invasões e baronessas ocupando a superfície da lagoa, que há uma década era ótima para o banho. Somente depois de sete quilômetros de andada no sentido horário, aparece uma placa informando que é proibido nadar ali, por causa do risco de afogamento. Não há indicações de que a água é poluída por detritos originado em novas construções feitas na Avenida Paralela. Fonte: Jornal A TARDE, 30/12/2005, Caderno Local, p. 4.</p>	<p>T-2</p>	<p>DP DU DG DMO</p>
<p>2006</p>		
<p>“Cadáver Camurujipe”</p> <p>Há tempos, quando as promessas de políticos ainda surtiam efeitos, mesmo que não concretizadas, prometeram que o Bahia Azul ia revitalizar o Rio Camurujipe, que “cortava” alguns principais pontos de Salvador. Bem na saída da estação Rodoviária, o “cadáver” do Rio Camurujipe fica exposto, sem que ninguém tome providências. As pessoas chegam a tapar o nariz, por não aguentar a fedentina. Nessa época de férias, então, vai ser um verdadeiro horror, pois os turistas vão perceber que nem todos podem tirar férias. Um bom exemplo é o nosso falecido amigo, que persiste em incomodar a todos que se aventuram pela região. Fonte: Jornal A TARDE, 02/01/2006, Caderno Opinião, p. 2.</p>	<p>T-1</p>	<p>DU DP DG</p>
<p>Rio</p> <p>Faz tempo que não se faz a descarga da água suja acumulada no leito do Rio Camurujipe, no trecho do Parque Costa Azul. De tão preta e densa, a água parece petróleo! No leito do desvitalizado rio, a água parada que fica sob a estação de transbordo do Iguatemi está causando um mau cheiro insuportável. Fonte: Jornal A TARDE, 03/01/2006, Caderno Local, p. 7.</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DU DP DG</p>
<p>Lauro de Freitas tem planos para área endêmica</p> <p>(...) Situada nas margens do Rio Joanes, a localidade de Vila Nova apresenta uma das maiores incidências da esquistossomose no município. A esquistossomose é uma doença grave, causada pelo verme schistosoma mansoni, transmitida pelo caramujo de água doce contaminado. (...) Segundo a enfermeira Zayra Zesler, do Vigilância Epidemiológica de Lauro de Freitas, as pessoas são contaminadas pelo schistosoma quando nadam ou se banham em rios, riachos, valas de irrigação e lagoas onde existem caramujos contaminados. Fonte: Jornal A TARDE, 05/01/2006, Caderno Municípios, p. 13.</p>	<p>T-1 T-2 T-3</p>	<p>DU DR DG</p>
<p>Seca</p> <p>O loteamento Mirageme, em Lauro de Freitas, está no período de seca anual, como acontece a cada início de verão. Os moradores do condomínio sofrem com a falta de água, reclama com a Embasa, mas a informação que recebem é que não existe nenhum</p>	<p>T-1</p>	<p>DU DP</p>

<p>motivo que justifique a falta de água para esta localidade. Ora! Qualquer um deve entender que, no verão, a demanda é maior. O que não se compreende é o porquê de nada ser feito para evitar tal situação. Fonte: Jornal A TARDE, 07/01/2006, Caderno Local, p. 5.</p>		
<p>Beleza escondida na cidade</p> <p>(...) Ao lançar o olhar de pesquisador pela Mata do Cascão, uma das gratas surpresa que Luciano teve ao conhecer o local foi sua hidrografia. A área que está compreendida na Bacia do Recôncavo Norte é cortada pelo Rio Cascão, que faz parte da Sub-Bacia do Rio Camarajipe, e alguns riachos. Dá para ouvir o som da água escorrendo nas rochas formando pequenas cachoeiras. Treinamento – No meio da reserva, o Rio Cascão forma um belo espelho d’água. O local serve de treinamento para os soldados do Exército, principalmente nos meses de abril e maio, e impressiona pela bela paisagem. O verde das árvores reflete no espelho-d’água. As letras esculpidas em mármore próximo da represa mostram que ela foi construída de 1905 a 1907 pelo governo municipal da época, sendo o intendente municipal Antônio Victorio de Araújo. “Sugere-se, com isso, que a represa deve ter sido uma das primeiras fontes de abastecimento de água na cidade”, acrescentou Luciano. (...) Fonte: Jornal A TARDE, 10/01/2006, Caderno Ambiente & Vida, p. 8.</p>	<p>T-1</p>	<p>DU</p>
<p>Mata sofrem impactos ambientais</p> <p>Limitada entre os bairros do Cabula, Pernambués, Resgate, São Gonçalo, Avenida Paralela e conjuntos habitacionais do bairro da Boca do Rio, a Mata do Cascão, mesmo sendo de uso restrito do exército, vem sofrendo impactos socioambientais. Um dos mais graves foram as ligações clandestinas de esgoto no Rio Cascão. Segundo o pesquisador Luciano de Almeida Lopes, a Embasa, por meio do programa Bahia Azul, em parceria com o Exército e o Centro de Recursos Ambientais, fez uma intervenção para desviar o esgoto, mas o problema ainda não está solucionado, podendo comprometer a qualidade das águas do manancial. Em visita a comunidades do entorno da Mata do Cascão, como a Travessa Amazonas de Baixo, o estudante constatou a existência de esgoto aberto e que continua o percurso pela área militar. “Tal esgoto, conforme nos foi informado, pertence a um condomínio mais à montante. Isso pode desfazer todo o efeito da despoluição das águas da Represa do Rio Cascão, que o 19º BC fez em parceria com a Embasa e o CRA”, acredita. Apesar do aviso “Não entre: área militar”, ao redor da Mata do Cascão, a fiscalização do Exército acaba sendo burlada por moradores para fazer a coleta de frutas, para pescar ou tomar banho da represa. (...) Fonte: Jornal A TARDE, 10/01/2006, Caderno Ambiente & Vida, p. 8.</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DMO DU DP DG</p>
<p>Exército realiza atividade de revitalização na área</p> <p>(...) Uma caminhada é feita pelas trilhas da Mata do Cascão com guias do Exército. Mas há uma caminhada especial, temática, quando, ao longo do trajeto, são apresentadas três exposições. Uma enfoca a Represa do Cascão; outra, a fauna e a flora do lugar; e a última trata de técnica de sobrevivência no tipo de ambiente. Verde cumpre função para a cidade (...) Ressaltou que é preciso fazer o acompanhamento do processo de despoluição das águas da represa do Cascão, devido à possibilidade do manancial estar sendo contaminado pelo desordenamento da rede de esgoto sanitário. (...) Fonte: Jornal A TARDE, 10/01/2006, Caderno Ambiente & Vida, p. 8.</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DG DU DP</p>
<p>Abaeté</p> <p>O Grupo Ecológico, Desportivo e Cultural Nativo inscreve para a Travessia do Abaeté, que será realizada no dia 18 de fevereiro, às 9 horas. O percurso é de 400 metros e o local, obviamente, é a Lagoa do Abaeté. O objetivo da travessia é chamar atenção para a necessidade de preservar as dunas, lagoas e flora do parque. (...) Fonte: Jornal A TARDE, 12/01/2006, Caderno Local, p. 4.</p>	<p>T-1</p>	<p>DR</p>

<p>Lauro de Freitas</p> <p>Áreas degradadas nas margens do Rio Joanes, em Lauro de Freitas, foram recompostas com o plantio de mudas de mangue nativo. A ação desenvolvida pelo Departamento de Gestão Ambiental, em parceria com a ONG Certamangue e a Colônia de Pescadores Z-57, foi concluída ontem. (...) Fonte: Jornal A TARDE, 13/01/2006, Caderno Municípios, p. 11.</p>	<p>T-1</p>	<p>DU</p>
<p>Construtora faz “gato” na rede de água da Embasa</p> <p>Moradores da região onde está sendo construído o presídio de segurança máxima de Lauro de Freitas descobriram que a Construtora Liz Empreendimentos, responsável pela obra, vinha usando água desviada da rede da Embasa por meio de um “gato”. A empresa foi autuada e multada. Segundo a Embasa, são mais de 35 mil casos do gênero na Região Metropolitana de Salvador. Fonte: Jornal A TARDE, 21/01/2006, Capa.</p>	<p>T-1</p>	<p>DU DG</p>
<p>Ligação clandestina de água em obras de presídio</p> <p>As obras de construção do presídio de segurança máxima de Lauro de Freitas, na Região Metropolitana de Salvador, estavam sendo feitas com o uso de água desviada da rede da Embasa. A descoberta foi feita ontem por moradores do Jardim Castelão, no Bairro do Caji. A Construtora Liz Empreendimentos e Participações Ltda., responsável pela obra, foi autuada e multada pela Embasa, que ontem mesmo retirou as tubulações que puxavam o gato – termo que se dá, popularmente, às ligações clandestinas – da rede geral de água que abastece o local. A descoberta do furto de água ocorreu depois que os moradores da região começaram a notar, há dez meses, queda de pressão de água nas torneiras das casas e constantes interrupções no fornecimento, sem que houvesse uma explicação por parte da Embasa – que garantia estar fornecendo água regularmente para a região. A moradora Maria Ignês Gomes, 44 anos, foi quem descobriu a tubulação de 75 milímetros de diâmetro, enterrada no terreno que pertence a uma creche – que se encontra fechada. Junto com outros moradores, ela colocou medidores ao longo da tubulação da rede geral e constatou que em determinado trecho a água não chegava. “Foi então que escavamos mais adiante e descobrimos que a água só chegava até um trecho de desvio, onde havia uma tubulação que seguia em direção à obra do presídio”, disse, apontando o terreno escavado. O caso foi parar na Câmara dos Vereadores de Lauro de Freitas, onde o presidente da Comissão de Direitos Humanos, Luiz Maciel (PT) vai entrar com pedido de embargo da obra e cancelamento do contrato com a Construtora Liz, junto ao Ministério Público Estadual, alegando falta de idoneidade da empresa. “Além de lesar o patrimônio público, a empresa ainda cometeu crime contra a comunidade”, diz o vereador. (...) Fonte: Jornal A TARDE, 21/01/2006, Caderno Local, p. 3.</p>	<p>T-1</p>	<p>DU DG</p>
<p>Mais de 35 mil gatos na Região Metropolitana</p> <p>As estimativas da Empresa Baiana de Água e Saneamento (Embasa) apontam para existência de mais de 35 mil gatos só na Região Metropolitana de Salvador. E as ocorrências abrangem todo tipo de residência e estabelecimento, de casas em áreas de invasão a condomínios de luxo, de escritórios a grandes empresas. Segundo a empresa, a maioria dos gatos está localizada nos bairros do Subúrbio Ferroviário, em áreas de invasões na Cidade Baixa e na região do Cabula, além de condomínios do litoral norte. O furto de água é considerado crime inafiançável, previsto no Código Penal Brasileiro (Artigo 155) com pena de um a quatro anos de prisão, além de multa e restrições de direitos civis. Fonte: Jornal A TARDE, 21/01/2006, Caderno Local, p. 3.</p>	<p>T-1</p>	<p>DU DG</p>

<p>Perdas – Ainda de acordo com a Embasa, os gatos causam uma perda de até 45% do volume de água que é ofertado na RMS, em torno de dez milhões de litros de água por segundo. A cada mês, a empresa descobre 30 ligações clandestinas, mas admite que o número poderia ser maior, caso não fosse tão difícil detectar a irregularidade – as ligações clandestinas são, na maioria das vezes, subterrâneas e só podem ser descobertas pela denúncia de moradores que se sintam prejudicados com o menor fornecimento de água causado pelos gatos. “É uma ação difícil de ser combatida, pois o gato é feito contornando o medidor (relógio), impedindo o registro do consumo de água, ou então com uma ligação feita diretamente na rede geral”, diz o superintendente de Operações da Embasa, Rogério Costa Cedraz. Apesar disso, no ano passado, somente entre Camaçari e Lauro de Freitas, 2.618 ligações clandestinas foram identificadas pelos fiscais da Embasa. Segundo Cedraz, outro fator que ajuda a identificar quem se beneficia dos gatos é a inadimplência. “Sabemos que a grande maioria dos que estão devendo à Embasa recorre aos gatos como forma de continuar a ter água. Estamos dando oportunidades para que essas pessoas regularizem sua situação, sem a necessidade de uma ação penal ou judicial”, diz Cedraz. De acordo com a empresa, a inadimplência nas contas de água hoje chega a 5% das 700 mil ligações cadastradas pela Embasa em toda RMS – algo como 35 mil residências, número idêntico ao da estimativa de gatos na região metropolitana. Fonte: Jornal A TARDE, 21/01/2006, Caderno Local, p. 3.</p>	<p>T-1</p>	<p>DU DP DP</p>
<p>Embasa investiga ligação clandestina</p> <p>A Superintendência de Operações da Empresa Baiana de Água e Saneamento (Embasa) ainda está investigando a origem da ligação clandestina – gato – de água para as obras do presídio de Lauro de Freitas. Segundo a empresa, tudo indica que a ligação clandestina de água feita na rede que abastece a comunidade do Jardim Castelão, no bairro do Cajã, seja mesmo oriunda da obra. A empresa responsável pela construção, a Liz Empreendimentos e Participações, porém, nega o crime, denunciado por diversos moradores, e diz que só usa água de poços e caminhões-pipa. (...) Fonte: Jornal A TARDE, 24/01/2006, Caderno Local, p. 6.</p>	<p>T-1</p>	<p>DU DG</p>
<p>Canal</p> <p>Um sofá velho está “instalado” bem no meio do canal da Avenida Centenário, de frente ao Bompreço do Chame-Chame. Pior do que alguém ser tão insensível a ponto de jogar um sofá (!) dentro do canal é o fato de ele estar lá há mais de uma semana. Não devia ter sido jogado e já deveria ter sido retirado faz tempo. Um grupo de trabalhadores a serviço da prefeitura até que passou por lá, mas avisou logo que não tinha nada a ver com isso. A praia dele era a poda de árvores. Daí, o sofá está no canal até hoje... Fonte: Jornal A TARDE, 02/02/2006, Caderno Local, p. 4.</p>	<p>T-1</p>	<p>DU DG</p>
<p>Fedor</p> <p>Na última sexta-feira quem passou pela Rua das Araras, no Imbuí, pode perceber mais fortemente o mau cheiro que infestava a região. O forte odor vinha do canal que há muito tempo já se tornou um problema para moradores e comerciantes do lugar. Quando chove, o rio transborda e invade as barracas instaladas à margem da pista. Quando faz sol, todos sofrem com o mau cheiro. Para as muriçocas, não tem tempo ruim. Atacam, faça sol ou chuva. Pior para os moradores da área. Fonte: Jornal A TARDE, 06/02/2006, Caderno Local, p. 8.</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DU DG DMO</p>
<p>Duplicação da rodovia aterra lagoa</p> <p>Uma lagoa que faz parte de uma área encharcada do complexo Lagoas de Guarajuba, na altura do Km 40 da Estrada do Coco (BA-099), após o distrito de Monte Gordo, está sendo aterrada pela empreiteira Coesa Engenharia Ltda., contratada pela</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DG DU DP</p>

<p>Concessionária Litoral Norte (CLN), desde a última sexta-feira, nas obras de duplicação da via. Um grande volume de areia cobriu a lagoa que ficava às margens da estrada, formando uma pista elevada de terra, aterrando toda a área alagada em um trecho de aproximadamente 600 metros – por 20 metros de largura. (...) A bióloga e ex-gestora da Área de Proteção Ambiental (APA) Rio Capivara, Rita Lima, informa que as lagoas e áreas encharcadas minimizam os efeitos da poluição do ar e da água (...). De acordo com ela, a destruição da lagoa prejudica todo o sistema de abastecimento de água do lençol freático que existe na região. (...) Fonte: Jornal A TARDE, 07/02/2006, Caderno Local, p. 7.</p>		DMO
<p>Preocupação – Moradores da região também se preocupam com a destruição da lagoa. (...) Revoltado estava o motorista Anderson Costa e Silva, 37 anos. “Como é que eles fazem uma barbaridade dessas com o dinheiro do povo e ainda continuam cobrando por um serviço que nem está concluído? É um absurdo. A lagoa é maravilhosa”, desabafa. O engenheiro de produção da Coesa Engenharia, responsável pela obra, Daniel Cansanção, afirma que o aterramento da lagoa está previsto no projeto de duplicação da rodovia. Segundo ele, aquela área era particular e foi desapropriada pelo governo do Estado para as obras de Barra de Jacuípe e Guarajuba – uma extensão de 11 quilômetros. Ele garantiu que a CLN tem autorização do Centro de Recursos Ambientais (CRA) para fazer a obra. A assessoria da imprensa do CRA informou que a empresa tem autorização ambiental (Portaria 5297/05) para a duplicação do trecho entre a ponto do Rio Jacuípe até a ponte do Rio Pojuca, mas que isso não inclui aterrar a lagoa. (...) Fonte: Jornal A TARDE, 07/02/2006, Caderno Local, p. 7.</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DG DU DP</p>
<p>Poluído</p> <p>Nos últimos dois meses, o Rio Joanes vem sendo inundado de dejetos malcheirosos, exterminando a flora e fauna de todo o seu entorno. A denúncia foi feita à Prefeitura de Lauro de Freitas, Camaçari e CRA pelos moradores do Condomínio Village, mas nada foi feito até agora. Além disso, há alguns meses um grupo de 15 a 20 pessoas está acampado à beira do rio, cortando as árvores, fazendo queimadas, usando a água fétida para banho e consumo, além de produzir lixo. Lembrem que não basta criar APAs, é necessário trabalhar pela sua permanência. Fonte: Jornal A TARDE, 08/02/2006, Caderno Local, p. 4.</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DR DG</p>
<p>Poluição ameaça Rio Joanes</p> <p>O escurecimento das águas e o forte mau cheiro que exala do Rio Joanes, próximo ao bairro Vila Nova de Portão, em Lauro de Freitas, vêm preocupando os moradores. Há mais de um mês, manchas negras começaram a surgir em vários locais do manancial hídrico. A decoradora Marisol Barini, 43 anos, moradora do Condomínio Village, acredita que seja o despejo de resíduos de alguma empresa no rio. “Quando a gente abre as janelas pela manhã, sente um mau cheiro horrível que não é só esgoto. A água aparece preta e pesada. Até o número de pássaros na área diminuiu”, relata. Seu vizinho, o médico Jorge Mehl, 52 anos, diz que acorda com o mau cheiro e se sente tão mal que às vezes chega a vomitar. Ele acredita que o odor se deve à descarga de caminhões de limpa-fossa. “As manchas pretas se assemelham a um derramamento de petróleo. Só começar a limpar quando a maré enche, mas constantemente aparecem novas ondas de sujeira”, reclama. Ele quer saber de onde vem a sujeira, o que está acontecendo com o rio e por que ninguém toma providência. “O problema é mais sério que o interesse de quem mora às margens do rio, porque esse rio é responsável pelo abastecimento de água de Salvador”, afirma. O vigilante Lourival de Sena, morador de Portão, informou que a ocorrência da água preta e do mau cheiro é constante. Segundo ele, os resíduos se assemelham a lama e fezes. “As pessoas não têm consciência e jogam de tudo dentro desse rio, que é lindo, um pedaço do paraíso”, comenta. Lourival levou a equipe até uma estação de tratamento de esgoto (ETE) construída em Vila Nova do Portão para atender a um loteamento da prefeitura. A estação está desativada há alguns dias. Ali, há um córrego embrejado de água preta e muito fétida que cai</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DG DU DP</p>

<p>diretamente no rio. O operador da ETE, Apolônio Carvalho, 46 anos, terceirizado da Sertenge, empresa que presta serviço à Embasa, informou que há uma peça faltando na ETE que faz com que o esgoto sem tratamento fique vazando para dentro do rio. “A água não pode ficar presa aqui, senão estoura tudo. Para não voltar para dentro das residências, o esgoto está escorrendo para o rio, mas será consertado em breve”, explicou. Segundo o operador, do brejo desce um esgoto muito forte até o rio. Todos os dias, por volta de 7 horas, as águas do rio ficam mais escuras. “Quando a maré está secando, você vê os resíduos escuros enchendo o rio, que fica todo preto”, contou. Fonte: Jornal A TARDE, 09/02/2006, Caderno Local, p. 7.</p>		
<p>LIMPO – Nascido em Portão, Apolônio conta que se criou nas águas do Joanes. “Sempre tomei banho aqui, já bebi dessa água, pesquei muito peixe, camarão e ostra. Se caísse algum objeto, a gente ia buscar no fundo, de tão cristalina que era a água. Hoje a água está escura e poluída, com várias pontas de brejo caindo diretamente, além de se misturar ao Rio Ipitanga, que também tem um mau cheiro horrível de esgoto”, desabafou. A assessoria de imprensa da Embasa informou que o sistema de esgotamento de Vila Nova de Portão é composto de duas estações coletoras de esgoto, sendo que apenas uma está lançando os efluentes sanitários tratados no rio porque a outra está provisoriamente fora de carga. (...) A bióloga do DGA, Josane Vale, informou que da última vez que a água do rio ficou preta, foi contratada uma análise físico-química da empresa Engequímica, que comprovou que havia excesso de material orgânico no rio devido à deposição de esgotamento sanitário, sem traços de resíduos químicos. Segundo ela, é como se o rio estivesse apodrecendo continuamente. “Sem oxigênio, a vida marinha morre e compromete todo o ambiente. As plantas, algas, peixes e crustáceos precisam respirar”, explica. Fonte: Jornal A TARDE, 09/02/2006, Caderno Local, p. 7.</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DU DP DG DCC</p>
<p>Surto de esquistossomose</p> <p>Cerca de 40% da população de Vila Nova de Portão tem esquistossomose, infecção causada pelo verme parasita da classe Tremadota. A contaminação resulta principalmente do contato com fezes e urina lançadas em águas não tratadas, como a do Rio Joanes. (...) Devido ao alto índice de esquistossomose na comunidade de Vila Nova, a secretaria municipal de saúde está fazendo exames de fezes em toda a comunidade próxima ao rio e alertando a comunidade para não tomar banho nas águas do Joanes. (...) “Fizemos duas passeatas pela comunidade e palestras em escolas e creches pedindo às pessoas para não tomarem banho no rio. Estamos fazendo a nossa parte enquanto educadores, mas o governo tem que fazer a sua, investindo na parte de saneamento ambiental”, explicou Patrícia Lima. A educadora Celidivalva Bonfim, 37 anos, informou que a maioria de seus alunos que tomavam banho no rio está doente. “Estamos conscientizando os alunos a evitarem o rio, que está poluído”. Os irmãos gêmeos Reinaldo e Roberto José dos Santos Filho, de 11 anos explicam que contraíram esquistossomose. “A gente tomava banho todas as tardes, bebia da água, lavava prato e roupa, mas agora o rio está sujo e a médica pediu para não tomar mais banho”, disse Reinaldo. Fonte: Jornal A TARDE, 09/02/2006, Caderno Local, p. 7.</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DG DU DR</p>
<p>Condomínios – O presidente da associação e colônia dos pescadores Z-57 de Buraquinho, Jonas Tomas dos Santos, explica que tanto mansões quanto residências precárias fazem ligações clandestinas do esgoto na rede de drenagem pluvial, que leva a água da chuva misturada ao esgoto bruto ao rio. Aliado a isso, diversos condomínios residenciais e loteamento foram construídos nas margens do Joanes, desrespeitando a legislação ambiental. O resultado é o assoreamento do rio e o despejo sem tratamento nas águas. “A nossa preocupação é com as marisqueiras, que criam seus filhos no manguezal do rio Joanes e que vão ter que parar com a atividade se as autoridades não tomarem uma providencia. Se a poluição chegar na praia, vai prejudicar a vida dos comerciantes e pescadores e acabar com Buraquinho”, reclama. O secretário de Planejamento, Saneamento, Meio Ambiente e Turismo de Lauro de Freitas, Aliomar Eloy Britto, informou que a maioria das casas no município possui fossa sumidouro ou</p>	<p>T-1 T-2 T-3</p>	<p>DMO DU DG DR</p>

<p>faz ligações clandestinas direto no rio, mas que as fossas são negativas por contaminarem o lençol freático. “Estamos buscando soluções e recursos para essa situação criminosa que acontece em Lauro de Freitas”, disse. Fonte: Jornal A TARDE, 09/02/2006, Caderno Local, p. 7.</p>		
<p>Esgotos sem tratamento poluem rio</p> <p>Mansões e condomínios de luxo de Lauro de Freitas despejam esgoto sem tratamento diretamente no Rio Joanes, que apresenta forte mau cheiro e uma cor escura devido à poluição. Diversos canos e bocas-de-lobo vindos dessas residências estão ligados ao rio, além de uma enorme manilha após o Terminal Turístico de Portão, que também lança o esgoto no bairro Joanes. O Rio Ipitanga, que passa dentro do município de Lauro de Freitas, recebe também lixo e esgoto fruto da ocupação desordenada e da falta de um sistema de esgotamento sanitários no município. No encontro dessas águas, onde ele deságua no Rio Joanes, o mau cheiro aumenta a ponto de provocar náuseas. Mas a degradação ambiental não para por aí. Ontem, a equipe de A TARDE percorreu o rio em uma embarcação do presidente da Associação e Colônia de Pescadores de Buraquinho Z-57, Jonas Tomas dos Santos, e com o diretor do Departamento de Gestão Ambiental (DGA) de Lauro de Freitas, Marcelo Cerqueira. O que se verificou foi uma sucessão de crimes ambientais que contribuem para a degradação de um rio que é responsável por parte do abastecimento de água de Salvador e Região Metropolitana, segundo informações da Empresa Baiana de Águas e Saneamento (Embasa). Além dos esgotos despejados pelas ligações clandestinas no rio, a própria Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) de Vila Nova de Portão, operada por uma empresa terceirizada da Embasa, está deixando vaziar esgoto bruto no rio. Próximo à ETE o mau cheiro e a coloração da água aumentam. Crimes ambientais – Ao longo das margens do rio, é possível avistar também uma boca-de-lobo do condomínio Busca-Vida despejando esgoto no manguezal. O desmatamento da mata ciliar que protege as margens do rio, as queimadas, a ocupação desordenada de suas margens e a invasão de áreas de preservação permanente também são crimes ambientais praticados ao longo do rio que comprometem a sua qualidade. Os biólogos Benedito Augusto e Maíra Azevedo afirmaram que o rio está altamente comprometido com um coquetel de substâncias tóxicas semelhantes ao chorume, que fazem a água ficar densa, com a coloração verde e preta, fruto da grande concentração de matéria orgânica, que provoca o aparecimento de algas e iguapés, também chamados de baronesas. O pescador Jonas Tomas reclama que os mais prejudicados são os pescadores e marisqueiras que vivem do rio, que além de ter que suportar a poluição, ainda são impedidos de andar nas margens por causa das construções ilegais de muros e cercas feitos pelos condomínios. O diretor do DGA de Lauro de Freitas, Marcelo Cerqueira, informou que irá investir em uma campanha de educação ambiental com os moradores, além de notificar os condomínios a tirarem o esgoto do rio e a construir fossas sépticas com filtros. Nos casos reincidentes, o DGA irá lacrar os tubos de esgotos clandestinos. A assessoria de imprensa da Embasa informou que a água bruta do Rio Joanes é captada antes da poluição e é tratada no Parque da Bolandeira, sem que haja interferência na qualidade da água que abastece a população de Salvador. Fonte: Jornal A TARDE, 10/02/2006, Caderno Local, p. 7.</p>	<p>T-1</p> <p>T-2</p> <p>T-3</p>	<p>DG</p> <p>DU</p> <p>DR</p> <p>DMO</p> <p>DP</p>
<p>CRA Promete embargar obra na estrada do Coco</p> <p>Apesar de o coordenador de fiscalização e atendimento às emergências do Centro de Recursos Ambientais (CRA), Álvaro Brito, ter garantido ontem à tarde que iria embargar a duplicação da rodovia BA-099 (Estrada do Coco), as obras continuam a todo vapor. (...) Há uma semana, operários da terceirizada da CLN, Coesa Engenharia Ltda., estão aterrando uma lagoa que fica no Km-40 da Estrada do Coco, na entrada de Guarajuba. (...) Ontem à tarde, diversos caminhões da Coesa Engenharia continuavam despejando terra para terminar uma pista alta com uma largura de 20 metros sobre a lagoa, enquanto tratores-rasteira espalhavam e compactavam a terra repetidas vezes. O aterramento da lagoa está praticamente concluído, restando apenas um pequeno braço de água visível, em dois trechos com extensão de um quilometro. Compensação - Segundo Álvaro Brito, o dano do aterramento da lagoa é permanente e irreversível e a CLN será obrigada a compensar o prejuízo ambiental adotando medidas compensatórias de recuperação em outra área. (...) Fonte: Jornal A TARDE, 11/02/2006, Caderno Local, p. 4.</p>	<p>T-1</p> <p>T-2</p>	<p>DG</p> <p>DU</p> <p>DP</p> <p>DMO</p>

<p>População espera pelo retorno do fornecimento de água</p> <p>Depois de passar quinta e sexta-feira sem água, os 200 mil habitantes do município de Camaçari, a 40 quilômetros de Salvador, esperam que o abastecimento seja normalizado ainda hoje, conforme promessa da Empresa Baiana de Águas e Saneamento (Embasa). O gerente da empresa em Camaçari, Luciano Ribeiro, informou que o fornecimento de água foi interrompido por causa do rompimento da adutora principal de abastecimento da cidade, ocorrido por volta das 5 horas. (...) Os bairros mais altos da cidade, como Serra Verde, Parque Verde, Cordoaria e Parque das Mangabas, foram os mais atingidos. A estudante Juliana Ribeiro, 22 anos, moradora na parte alta, estava aborrecida porque iria receber a visita de seus pais, que moram em Feira de Santana, pela primeira vez, e não tinha água nem para o banho, nem para cozinhar. “Estou toda suja e não há condições de receber ninguém aqui deste jeito”, reclamou. Já a secretária Alexandra Santos, 36 anos, estava preocupada com seus filhos pequenos, que não tinham água para o banho e já estavam com as roupas sujas. “Ninguém avisa nada para que a gente possa se precaver. É muito ruim ficar sem água”. Fonte: Jornal A TARDE, 11/02/2006, Caderno Local, p. 4.</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DU DP DG</p>
<p>Reclamações - O ouvidor-geral do município, Antônio Cotrim, informou que passou os dois dias sem abastecimento recebendo centenas de reclamações dos moradores. Além disso, lembrou que o problema da falta de água em Camaçari é recorrente, principalmente no verão, mas que ele nunca afeta todos os bairros da cidade. “Camaçari é um município que está crescendo muito, com mais indústrias e inchaço da população. É preciso um investimento sério em abastecimento de água e saneamento básico”, analisa. Enquanto a água não chegava às torneiras, cinco carros-pipa foram disponibilizados para atender os centros de saúde, a sede da Universidade do Estado da Bahia (Uneb) e a prefeitura municipal. Segundo nota da assessoria de imprensa, o fornecimento de água na zona mais baixa da cidade está se normalizando, enquanto nas áreas mais altas da cidade só será totalmente restabelecido no decorrer de hoje. Em relação à falta constante de água potável no município que fica perto do mais importante reservatório de água doce do Estado - que é utilizado para abastecer as indústrias -, o gerente da Embasa em Camaçari explicou que três sistemas abastecem a orla do município, sendo um em Barra do Pojuca, que atende Barra do Pojuca, Itacimirim e Praia do Forte; outro em Jordão, que abastece Barra do Jacuípe, Jacuípe e Guarajuba, e outro em Machadinho, que atende Catu de Abrantes e Areembepe. Este último sofre assaltos e atos constantes de assaltantes, que roubam de cabos de cobre a painéis eletrônicos, atrapalhando o abastecimento de água. Para minimizar o problema, a Embasa está construindo uma nova adutora, que vai abastecer o trecho de Lauro de Freitas a Busca Vida, para reforçar o sistema de Machadinho. A sede do município é abastecida pelo sistema do Espaço Alpha. (L.B.)</p> <p>Fonte: Jornal A TARDE, 11/02/2006, Caderno Local, p. 4.</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DU DP DMO DG DCC</p>
<p>CRA condena, mas empresa mantém obra</p> <p>O Centro de Recursos Ambientais prometeu embargar a duplicação da estrada do Coko e multar a Concessionária Litoral Norte pela invasão de uma área de preservação (aterro de uma lagoa), mas até ontem à tarde, a obra continuava e a lagoa quase não existe mais. Fonte: Jornal A TARDE, 11/02/2006, Capa.</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DU DG DMO</p>
<p>Mau cheiro</p> <p>A água empoçada e suja que resta nos rios que atravessam a cidade está provocando um enorme mau cheiro nestes dias de sol. A fedentina nas áreas do Iguatemi, Dois Leões e Imbuí mostram a falta que faz uma limpeza bem-feita e frequente. Fonte: Jornal A TARDE, 12/02/2006, Caderno Local, p. 4.</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DU DG</p>

<p>Canal</p> <p>Na Rua Nadir de Jesus (Curuzu), por um tempo os moradores conviveram bem com a existência de um canal limpo e tratado. Atualmente, contudo, as coisas são diferentes. O canal virou um foco de insetos e depósito de lixo e águas sujas. Sem falar no mau cheiro e no surgimento de muriçocas que isso provoca. E, ainda, no péssimo aspecto da rua, onde vivem cidadão que merecem uma moradia digna. Fonte: Jornal A TARDE, 12/02/2006, Caderno Local, p. 4.</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DU DG</p>
<p>Alta estação</p> <p>A desobstrução de canais e rios tem, realmente, se mostrado como uma necessidade de rápida solução. O mau cheiro nas áreas do Iguatemi, Lucaia, Lago da Mariquita e até nas proximidades do aeroporto é mais que desagradável. E inconveniente em um período em que a cidade recebe tantas visitas. Fonte: Jornal A TARDE, 18/02/2006, Caderno Local, p. 4.</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DU DG DMO</p>
<p>Falta d'água aflige comunidades</p> <p>Verão em Salvador e as comunidades em volta dos mananciais do Rio Ipitanga, que abastece municípios vizinhos, não têm água encanada em suas torneiras. Vão para a rua formar filas atrás de bicas instaladas por meio de ligações clandestinas feitas pelos próprios moradores. A falta d'água é enfrentada em caráter permanente pelos moradores de Barro Duro, Jardim Campo Verde, Cepel I e II, Conjunto Ceasa, Recanto do Sossego e Rancho Alegre. Há 20 verões, eles não têm água correndo em suas torneiras, exceto a que chega captada por gatos, embora estejam à beira de mananciais de onde vem parte da água consumida por numerosas populações de cidades vizinhas, inclusive Salvador. Apesar da fixação às margens da Estrada Cia-Aeroporto, jamais pagaram uma conta de água, porque nunca foram beneficiadas pela Embasa. Hoje, a concentração ali é de mais de 9.500 pessoas que vivem à base de gatos e poços irregulares, embora há anos venham pedindo água tratada. “Aqui, é muito sofrimento. Pegamos água em balde na torneira no meio da rua. E está um calor danado”, disse Joana Almeida de Jesus, 36 anos, que tem energia elétrica e telefone regularmente instalados dentro de casa. Diz que já viu dezenas de solicitações serem enviadas aos órgãos públicos para que a água fosse encanada no Barro Duro, onde mora há uma década. Nunca foram atendidas. Embasa - A justificativa da Embasa, órgão responsável pelo abastecimento de mais de 90% do Estado da Bahia e de praticamente 100% da população de Salvador, é a área ser considerada de preservação ambiental. Se autorizadas a permanecer ali, as comunidades atuariam como poluidoras, segundo a assessoria de imprensa do órgão. A Embasa (Empresa Baiana de Águas e Saneamento S/A) ampara-se na Lei Federal nº 4.771 (Código Florestal), de 1969, e na Resolução do Conselho Nacional de Meio Ambiente (Conama) nº 302/04, que vetam a permanência de populações às margens de mananciais. “A Embasa seria autuada pelo Ibama, caso fornecesse água para aquela população”, argumenta o diretor de operações, Jessé Mota. A assessoria de imprensa questiona se “valeria à pena comprometer um manancial por causa de 20 mil pessoas instaladas irregularmente, em detrimento de outras milhares” e informa que os moradores deveriam ser transferidos daquela localidade. (...) Fonte: Jornal A TARDE, 18/02/2006, Caderno Local, p. 5.</p>	<p>T-1</p>	<p>DU DP DR DG</p>
<p>Secretária diz que invasões não deveriam ser permitidas</p> <p>A secretária de Habitação de Salvador, Ângela Gordilho, reconhece que as ocupações às margens do Ipitanga não deveriam ter sido permitidas. “A represa de Ipitanga tem ligações com outras e é uma riqueza da cidade. A rigor, aquilo nunca deveria ter sido mantido, quanto mais, consolidado. Mas, nesse primeiro ano de governo, a prefeitura está enfrentando problemas crônicos, problemas sérios habitacionais, que são emergenciais”, disse a secretária. (...) “A água faz parte da qualidade de vida. Eu nem</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DU DP DG DMO</p>

<p>quero entrar nesse mérito se as comunidades têm que sair ou não do lugar e sim que elas têm que receber água. A água é um direito fundamental. As pessoas ocuparam aquela área e já são donas, têm que o Ministério Público entrar para resolver a situação”, disse o diretor de Departamento de Gestão Ambiental de Lauro de Freitas, Marcelo Cerqueira. “O manancial do Ipitanga faz interligações com o Rio Joanes, que abastece 40% a 50% da Região Metropolitana de Salvador. Aquela situação de ocupação desordenada ao lado do manancial acaba comprometendo a qualidade da água. (...)”. Fonte: Jornal A TARDE, 18/02/2006, Caderno Local, p. 5.</p>		
<p>Sinais de degradação na Lagoa Vela Branca</p> <p>Moradores do Loteamento Vela Branca, situado entre as ruas Maranhão e Piauí, na Pituba, em Salvador, encaminharão, nos próximos dias, um abaixo-assinado à prefeitura solicitando uma série de serviços de melhoria na área onde está situada a Lagoa Vela Branca, também conhecida como Lagoa dos Patos. O documento já conta com mais de três mil assinaturas e, nele, os organizadores pedem uma série de melhorias na área, entre elas substituição da tela de proteção da lagoa, complementação do muro de contenção, poda de árvores, capinação, varrição, replantio do gramado, limpeza da água e um parque infantil. (...) “A área é muito grande para que apenas um funcionário dê conta de tudo. Quando ele varre a parte de dentro da lagoa, a parte externa fica sem varrição porque não dá tempo de fazer o serviço. Além disso, muitas plantas ficam sem molhar porque a mangueira é pequena e não alcança todas as plantas. Queremos que a prefeitura assuma a área, elabore um projeto paisagístico, para que melhore o aspecto da lagoa”, destaca Zilda Silva, moradora da Rua Piauí e que costuma caminhar e passear com o cachorro duas vezes por dia. (...) Marcos Vinicius Marinho da Cunha, superintendente de Parques e Jardins da prefeitura, assegura que já está em andamento um projeto de requalificação do entorno da lagoa, que contemplará a parte de paisagismo e obras civis. “Assim que o projeto ficar pronto, submeteremos à apreciação da comunidade e, então, partiremos em busca de recursos para o efetuarmos as obras”, garantiu. Matéria retirada do site, no link: http://atarde.uol.com.br/bahia/salvador/noticias/1284262-sinais-de-degradacao-na-lagoa-vela-branca. Fonte: Jornal A TARDE, 18/02/2006, Caderno Local, p.</p>	<p>T-1</p>	<p>DU DG</p>
<p>Rio - Sábado pela manhã, o Rio Camurujipe apresentava um aspecto deprimente. A água escura e os detritos nas laterais do canal traduziam visualmente a intensidade do odor que exalavam. Horrível. Fonte: Jornal A TARDE, 18/02/2006, Caderno Local, p. 5.</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DU DG</p>
<p>Muriçocas</p> <p>O Movimento desperta Itapuã encaminhou, desde dezembro do ano passado, correspondência à Secretaria Municipal de Saúde pedindo a limpeza do Rio Bispo, em Itapuã. A sujeira provocou o surgimento de muriçocas e ratos e, conseqüentemente, gastos com produtos que matam insetos, raticidas, mosquiteiros, talas, ventiladores...O pior é que as muriçocas não estão respeitando nada disso e incomodam a noite inteira. Depois de um ano sem resposta da SMS, é hora de tentar de novo. Fonte: Jornal A TARDE, 18/02/2006, Caderno Local, p. 5.</p>	<p>T-1</p>	<p>DG DU</p>
<p>Ambientalistas protestam contra poluição de lagoa</p> <p>Domingo, 11 horas. Pessoas andando de um lado para o outro em torno da Lagoa de Pituaçu, no parque do mesmo nome, uma banda de percussão, as duas princesas do Carnaval de Salvador acompanhando o ritmo dos instrumentos com movimentos harmônicos e um grupo assistindo. Esse foi o cenário do protesto contra a poluição da lagoa organizado ontem por ambientalistas e moradores da região. A manifestação fez</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DG DU DP</p>

<p>parte da campanha SOS Pituáçu – Não deixe a lagoa morrer, organizada pela ONG (Organização Não-Governamental) de mesmo nome. Durante o protesto, o presidente da entidade, Dil Gramacho, passou um abaixo-assinado, que será entregue ao Ministério Público, solicitando que seja liberada a passagem do Rio Pituáçu. Fonte: Jornal A TARDE, 20/02/2006, Caderno Local, p. 9.</p>		
<p>Bloqueio – De acordo com Gramacho, desde 2003 o curso do rio foi desviado pelo governo porque a lagoa estava poluída. “A intenção deles era que a água da lagoa fosse renovada com a chuva, mas isso não aconteceu e o nível de água está baixando cada dia mais. Assim a lagoa vai morrer”, diz Gramacho. A gerência do parque não quis se pronunciar sobre o assunto, mas moradores antigos da região confirmaram que a lagoa está secando. “Era um lugar lindo, o lazer do bairro, agora está se destruindo, a lagoa está muito suja”, lamenta Sandra Andrade, que mora há 40 anos nos arredores do parque. Fonte: Jornal A TARDE, 20/02/2006, Caderno Local, p. 9.</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DU DP DG</p>
<p>Susto – Quem também se assustou com a aparência da lagoa foi a segunda princesa do Carnaval de Salvador, Vivian Guerreiro, que mora no Imbuí. “Vivia aqui, mas nos últimos três anos tive que parar de frequentar o parque. Quando vi a lagoa, fiquei horrorizada, foi um espanto. Sabia que estava poluída, mas não tanto assim”, diz. Já a visitante Angélica Tapioca não conhecia o parque, nem sabia que a lagoa estava poluída, mas bem que desconfiou. “Pensei até em tomar banho, mas não vi ninguém por lá, a aparência também não era boa então achei que havia algo errado e optei por apreciar de longe”. (...) Fonte: Jornal A TARDE, 20/02/2006, Caderno Local, p. 9.</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DU DG</p>
<p>Emissário de Jaguaribe recebe licença do IBAMA</p> <p>O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) concedeu no último dia 15 a licença ambiental prévia para a implantação do novo emissário submarino de Jaguaribe para a Empresa Baiana de Águas e Saneamento S/A (Embasa). Isto, no entanto, ainda não autoriza o início das obras. (...) Para a Embasa continuar operando o emissário do Rio Vermelho e iniciar as obras do Jaguaribe, a Embasa terá que mudar a forma de operação atual, de forma que fique dentro dos padrões ambientais exigidos pelo Conama. Célio explica que (...) "A Embasa terá que melhorar a eficiência dos dois emissários para só lançar os efluentes com um nível de segurança ambiental no meio biótico", explicou. O superintendente de Meio Ambiente de Salvador, Juliano Matos, informou que o processo da Embasa na Sucom está sendo analisado por uma comissão da prefeitura, mas continua questionando a validade da construção de um novo emissário em Jaguaribe, já que a capacidade do emissário do Rio Vermelho está comprometida por causa da captação em tempo seco do Rio Camarujipe. "Se uma política de saneamento dos rios urbanos não for debatida agora, daqui a 30 anos eles irão construir um novo emissário", diz. Fonte: Jornal A TARDE, 21/02/2006, Caderno Local, p. 7.</p>	<p>T-1</p>	<p>DU DP</p>
<p>Na Ilha - Quando chega à sua foz, na costa da Ilha de Itaparica, o Rio Gameleira poderia mudar o nome para "rio preto", tão escura é a cor da água devido à grande carga de esgotos domésticos despejados nele. O odor é fétido. Peixes trazidos pela maré cheia não sobrevivem. O rio encontra o mar a cerca de 300 metros da Praia da Gameleira, principal atração da localidade, que não tem rede de esgoto. A dona-de-casa Maria de Fátima Carvalho há muito deixou de tomar banho de mar em Cameleira. Ela mora no Condomínio Gameleira, onde o rio passa beirando casas e quintais, com o leite todo tomado de mato, o que faz com que transborde nas marés grandes ou quando chove. "Os banhistas nem imaginam o que se passa por aqui. Acho que as autoridades deveriam alertar para isso", diz. (...) Com 253 km², e população de 34.520 habitantes, Vera Cruz é o maior município da Ilha de Itaparica, mas tem apenas 1.942 domicílios ligados à rede de esgoto. Em toda a ilha, dos 37.558 imóveis existentes, apenas 4.532 estão ligados à rede, de acordo com os dados da Embasa. Fonte: Jornal A TARDE, 21/02/2006, Caderno Ambiente & Vida, p. 8.</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DU DG</p>

<p>Rio Jaburu - Ao contrário do Rio da Ilhota, que foi parcialmente saneado com a ligação de 397 casas à rede de esgoto implantada pelo programa de saneamento ambiental Bahia Azul, o Jaburu carrega para a praia, em Mar Grande, os esgotos de 228 casas. Quem passa no local caminhando pela praia não consegue evitar o contato com a água contaminada. (...) O Rio Jaburu limpo faz parte das lembranças da infância do morador local Zé Pescador. Na pequena ponte sobre o rio, aos 42 anos, ele lembra ter brincado ali quando menino e reclama da situação do rio, pela "falta de ação da administração pública". Coordenador de projeto de conservação da vida marinha da ONG Promar, Zé também alerta para o impacto da contaminação do rio nos recifes de corais da costa da ilha. Fonte: Jornal A TARDE, 21/02/2006, Caderno Ambiente & Vida, p. 8</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DU DP DG</p>
<p>Litoral Norte sofre com lixo e esgoto</p> <p>As belezas do litoral norte baiano estão ameaçadas com o lançamento contínuo e inadequado de lixo e esgoto, muitas vezes feitos pelos próprios moradores, veranistas e banhistas nos recursos naturais. (...) Em Porto de Sauípe, distrito do município de Entre Rios, o manguezal do Rio Sauípe virou um depósito de lixo e esgoto a céu aberto. Na Rua da Água Comprida, no bairro das Malvinas, construções e aterros irregulares invadem a área do mangue. "Nunca houve fiscalização alguma aqui e o que a gente vê são novas casas que a cada dia botam mais canos de esgoto para dentro do manguezal, aumentando a poluição", reclama Joselita Alves, presidente da associação dos moradores de Porto de Sauípe. (...) O pequeno Jeferson Santos Pereira, de 11 anos, conta que, quando o mangue está cheio de lixo, os moradores queimam-no, destruindo também a vegetação. "Quando a maré enche, leva tudo para o rio", contou. (...) A bióloga do Instituto de Biologia da Universidade Federal da Bahia (Ufba) Alessandra Argolo (...) explica que no local é impossível de se passar uma rede de tratamento. É proibido consolidar invasão em uma área de preservação permanente. O que deveria ser feito seria retirar as construções e não permitir que novas sejam feitas no local, além da recuperação do ambiente. Ela está pesquisando os impactos da degradação no ambiente e na vida da comunidade e cita algumas bactérias presentes nos esgotos que afetam a população, como salmonela e shigela, comuns no trato intestinal e que provocam, entre outras coisas, diarreia. "O esgoto provoca o desenvolvimento anormal de uma vegetação conhecida como baronesa, que não é típica da área, causando o desequilíbrio no ecossistema. Os microrganismos do esgoto consomem também todo o oxigênio do ambiente, causando a morte de peixes, crustáceos e mamíferos", explica a bióloga. (...) A assessoria de imprensa da Embasa (Empresa Baiana de Águas e Saneamento) informou que não há previsão de levar um sistema de esgotamento sanitário a Arembepe nem a Porto de Sauípe, mas que futuramente estas áreas serão contempladas. O que está acontecendo é a implantação de uma rede de tratamento de esgoto para captar e tratar o esgoto produzido pelos novos grandes empreendimentos hoteleiros (Iberostar Praia do Forte, Reserva Imbassaí Reta Atlântica, Vila Galé Guarajuba), e das comunidades de Guarajuba, Monte Gordo, Barra do Pojuca, Barra de Jacuípe, Itacimirim, Praia do Forte, Açú da Torre e Açuzinho, para depois ser lançado no Rio Pojuca. Já existe um sistema de tratamento para atender ao resort Costa do Sauípe e Praia do Forte. (...) Serão beneficiadas 31 mil pessoas. Estão sendo implantados 30 quilômetros de redes e dutos de esgotamento sanitário e 60 quilômetros de rede de abastecimento de água. Os moradores de Barra do Pojuca entraram com uma representação no Ministério Público e na Delegacia de Proteção Ambiental contra a obra. Eles temem que o Rio Pojuca não agüente o lançamento dos esgotos tratados dos hotéis e duvidam da eficácia, do tratamento. "O rio já recebe muito esgoto dos municípios por onde passa e irá morrer com tanta poluição. Não queremos perder esse rio como a comunidade de Vila Sauípe perdeu o Rio Sauípe", desabafou o morador Haroldo Silveira. Fonte: Jornal A TARDE, 21/02/2006, Caderno Ambiente & Vida, p. 9</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DR DU DG DMO DP</p>

<p>Lagoa de Arembepe recebe dejetos sanitários</p> <p>Em Arembepe, orla de Camaçari, residências construídas no entorno da Lagoa Caraúna ligaram manilhas e canos de esgoto diretamente na lagoa, provocando forte mau cheiro e degradação. Algumas construções também estão invadindo a área da lagoa. O lixo toma conta da Caraúna, que está em seu período seco, sendo possível caminhar em seu leito. Animais soltos como cachorros e cavalos ajudam a espalhar o lixo pela lagoa e pelo distrito. O supervisor de área da Limpec (Empresa de Limpeza Pública de Camaçari), Valdir Teixeira, afirmou que foram retiradas 30 toneladas de lixo e entulho do fundo da lagoa na primeira operação de limpeza feita para o verão. "Quando as chuvas vierem, a lagoa vai encher e carregar todo esse lixo para o Rio Capivara Grande", avisou. Arembepe é apenas mais uma entre as localidades da Bahia que não possuem sistema de tratamento de esgoto sanitário. Os moradores "se viram" construindo fossas ou simplesmente despejando os esgotos nas lagoas, rios e praias. "Esta lagoa sempre foi fonte de alimento e de lazer para o povo de Arembepe e os nativos se preocupam com o futuro da lagoa: afirmou o diretor da organização não-governamental SOS Rio Capivara, Rivelino Martins. "Já cansamos de denunciar este abuso, mas ninguém toma providências. A cada dia, mais casas lançam seus esgotos na lagoa e fica mais difícil resolver o problema", afirma Martins. (...) Fonte: Jornal A TARDE, 21/02/2006, Caderno Ambiente & Vida, p. 9</p>	<p>T-1</p> <p>T-2</p>	<p>DMO</p> <p>DU</p> <p>DG</p> <p>DR</p>
<p>Esgoto na foz do rio – Em Itacimirim, na foz do Rio Pojuca, dois pontos de lançamento de esgoto bruto com forte mau cheiro saem do fundo Hotel Fronteira direto para o manguezal. Em um ponto, avistou-se dois canos e, no outro, uma vala com esgoto escorrendo pelo mangue, exalando mau cheiro. O fato foi denunciado à fiscalização do Centro de Recursos Ambientais (CRA), mas, três semanas depois, o esgoto continua caindo no manguezal. (...) O pescador Carlos Silva Assunção de 19 anos, explica que o esgoto vaza todos os dias e que, quando maré seca, ele corre para o rio. "É claro que esse esgoto não faz bem a ninguém. Todos nós precisamos do rio limpo, não só os banhistas e os barraqueiros, mas a própria natureza", desabafa Carlos. Para ele, o aparecimento de 14 tartarugas mortas em Itacimirim, em janeiro, tem relação com o esgoto. Os biólogos do Tatuár explicam que vários animais aparecem com enormes verrugas, chamadas de fibropiloma, provocada pela exposição a poluentes. (...) "Hoje, estão morrendo estes animais. Imagine quando mais hotéis começarem a lançar o esgoto aqui... Vão acabar com o Rio Pojuca. Todo mundo que toma banho aqui com a maré seca sai se coçando todo. E não adianta virem dizer que tá tudo bem porque, se fosse saudável, eles não jogavam o esgoto no rio, deixavam lá mesmo", reclama o artesão Manoel Augusto dos Santos. O pescador Jacó Dias Soares, de 23 anos, nasceu e se criou em Itacimirim e sempre viveu da pesca. Ele fica triste e indignado quando conta sobre o esgoto no rio. Segundo o pescador, na alta temporada, os peixes amanhecem mortos, com a barriga inchada. "Esse rio já teve muito peixe, mas hoje diminuiu muito por causa desses esgotos, que descem que nem torneira, empesteando tudo com o mau cheiro". Quando adolescente, conta ele, eram três viagens de canoa para levar os peixes pescados com tarrafa de tanta fartura. "Hoje, a gente para o barco no meio do rio e para pegar um peixe é um sacrifício", desabafa. (...) Fonte: Jornal A TARDE, 21/02/2006, Caderno Ambiente & Vida p. 9</p>	<p>T-1</p> <p>T-2</p> <p>T-3</p>	<p>DU</p> <p>DG</p> <p>DR</p> <p>DCC</p>
<p>Sem Água</p> <p>Moradores de Periperi estão há quatro dias sem contar uma gota de água nas torneiras. Homens, mulheres e crianças temem ter que passar o Carnaval carregando latas com água, para conseguir suprir necessidades tão simples como tomar banho ou lavar um prato. E não conseguem obter nenhuma informação da Embasa. Ligam para o 0-800, anotam o número do protocolo, ouvem a promessa que a situação será regularizada e... pronto. No dia seguinte, as torneiras continuam secas. A última vez que viram água encanada por lá foi no sábado... Fonte: Jornal A TARDE, Salvador, 23/02/2006, Caderno Local, p. 7.</p>	<p>T-1</p> <p>T-2</p>	<p>DU</p> <p>DP</p> <p>DG</p>

<p>Arembepe</p> <p>(...) Aliás, às coisas não estão mesmo fáceis em Arembepe para moradores e veranistas. A água falta dia sim, dia não. Pior: nos “dias sim”, ainda vem sem tratamento. Barrenta e com gosto ruim. Fonte: Jornal A TARDE, 03/03/2006, Caderno Local, p. 04.</p>	<p>T-1</p>	<p>DU</p> <p>DP</p> <p>DG</p>
<p>Abraço</p> <p>A organização não-governamental SOS Pituáçu em parceria Com as ONGs Cultura Viva e Childrens Project, promovem uma manifestação de protesto contra o governo e a Embasa, que desde 2003 vêm desviando o curso do Rio Pituáçu para tratamento na Lucaia, por conta da poluição na lagoa. O II Abraço à Lagoa de Pituáçu acontece amanhã, a partir das 10 horas. Segundo os organizadores do movimento, o governo esperava que a água da lagoa fosse renovada com a chuva, mas isso não aconteceu e a água atingiu seu nível mais baixo. Agora, buscam o apoio da comunidade para concluir um abaixo-assinado que deverá ser entregue ao Ministério Público, solicitando providências urgentes para o retorno das águas do Rio Pituáçu ao seu leito normal, o desassoreamento das nascentes e miradouros, a retirada imediata das bombas de sucção, bem como a proibição de canos-pipa que retiram água da lagoa.</p> <p>Fonte: Jornal A TARDE, 4/03/2006, Caderno Local, p. 4.</p>	<p>T-1</p> <p>T-2</p>	<p>DU</p> <p>DP</p> <p>DG</p>
<p>Mortandade de peixes no Rio da Ilhota</p> <p>Tilápias de até 28 centímetros foram encontradas mortas no Rio Ilhota, em Mar Grande, na Ilha de Itaparica. NA TARDE de ontem, o diretor de recursos costeiros da ONG Promar, Danilo Marx, tinha retirado 154 peixes do rio que deságua na Praia do Duro, a mais frequentada de Mar Grande. Antes de serem enterrados, os peixes foram dispostos numa exposição macabra dos efeitos da poluição na natureza. “Tive o desprazer de acompanhar este impacto. É um descaso muito grande com o pouco que se tem de biodiversidade neste rio”, desabafou Danilo, mostrando os peixes expostos no quintal da ONG, na margem do rio. A causa da morte ainda não é conhecida. Há a suspeita de descarga de esgoto doméstico em excesso no rio, segundo avaliou a bióloga e diretora do Instituto de Biologia da Universidade Federal da Bahia, Marlene Vaz Peso Aguiar. Ela visitava a ONG na ilha, quando foi chamada ao local para avaliar o fato. “É preciso uma inspeção no rio para levantamento das fontes de contaminação”, disse ela. As mortes começaram a ocorrer na quinta-feira. Até A TARDE de ontem, podiam-se ver peixes boiando em meio a uma espuma densa e amarelada. O regime do rio faz com que a água fique a maior parte do tempo retida na areia da praia. Somente quando a maré está alta o rio segue para o mar. Este fato e mais o aumento do lançamento de esgotos em períodos como o Carnaval podem ter concorrido para piorar as condições ambientais do rio, segundo Marlene Vaz. Pesquisa da ONG Promar realizada ao longo do rio, da foz até a nascente, no outeiro da Faustina, constatou várias agressões ao manancial como na Rua da Rodagem, onde a 300 metros do leito são lançados por uma manilha esgotos das residências situadas nas margens do rio.</p> <p>Embasa – O coordenador operacional da Embasa, na Ilha de Itaparica, Ivandro Luiz Chagas Praga, descartou ter havido descarga de esgoto proveniente da estação elevatória da Ilhota. (...) O coordenador da Promar, José Roberto Caldas Pinto, informou que na manhã de ontem a prefeitura anunciou que vai iniciar ação de vigilância sanitária para notificar os proprietários que lançam esgotos no rio. “Isso é fundamental para nosso trabalho de conservação dos recifes de coral da ilha”, disse ele. (...) Fonte: Jornal A TARDE, Salvador, Sábado, 04/03/2006, Caderno Local, p. 5.</p>	<p>T-1</p> <p>T-2</p>	<p>DG</p> <p>DU</p> <p>DCC</p>

<p>Ambientalistas contra degradação da Lagoa</p> <p>Membros da ONG SOS Pituauçu e moradores da região deram ontem um abraço simbólico na lagoa de Pituauçu. (...) “Fizemos mais este protesto para tentar sensibilizar o governo pela revitalização da lagoa. Queremos que a água do rio Pituauçu, que foi desviada de seu curso natural, volte a abastecer a lagoa”, disse Dio Gramacho, presidente da ONG. (...) “Não tem chovido e o nível da lagoa está cada vez mais baixo. Além disso, quase todos os dias no final da TARDE, um carro-pipa para aqui e retira 20 mil litros de água para os canteiros da avenida Paralela”, denuncia Dio. Márcio Soares de Oliveira, 24 anos, é nativo de Pituauçu e lamenta a degradação da área. “Não posso mais desfrutar desse lugar. Antes, até 1997, todo dia levava peixe daqui para casa. Nadar na lagoa era a atividade de lazer de que mais gostava. Agora, nem pensar em pescar ou nadar”, comentou. (...) Dio Gramacho conta que acionou Ministério Público, autoridades municipais e estaduais e o Ministério do Meio Ambiente. “Ninguém deu resposta. Já saíram caminhões de peixes mortos daqui. Em trechos em que passávamos nadando, hoje é possível passar andando, quando a lama não atrapalha”, disse. (...)</p> <p>Fonte: Jornal A TARDE, 6/03/2006, Caderno Local, p. 8.</p>	<p>T-1</p> <p>T-2</p>	<p>DU</p> <p>DP</p> <p>DG</p>
<p>Falta de chuva altera a paisagem da capital</p> <p>(...) Abastecimento - Com suor à flor da pele, a população também tem de encontrar mecanismos para driblar o calor. Não à toa, aumenta o volume de distribuição de água neste período do ano, segundo a Empresa Baiana de Abastecimento (Embasa). (...) O consumo diário por pessoa estimado pela empresa nas demais estações do ano varia de 150 a 160 litros, mas, no verão, supera os 200 litros. Segundo o órgão, o sol e a escassez de chuva no Estado não comprometem o abastecimento de Salvador e região metropolitana, que são abastecidos pela Barragem de Pedra do Cavalo, Sistema Joanes e Barragem Santa Helena. Fonte: Jornal A TARDE, 8/03/2006, Caderno Local, p. 6</p>	<p>T-1</p>	<p>DU</p> <p>DCC</p>
<p>Vândalos danificam adutora e parte de Salvador fica sem água</p> <p>Cinco válvulas da adutora principal que abastece Salvador com água da Barragem de Pedra do Cavalo foram quebradas por vândalos nas proximidades de Santo Amaro. Por conta disso, o fornecimento de água está comprometido em 36 bairros da capital. A Embasa já iniciou os reparos, mas informou que o abastecimento só deverá ser normalizado a partir de amanhã. Fonte: Jornal A TARDE, 10/03/2006, Capa.</p>	<p>T-1</p>	<p>DU</p> <p>DP</p>
<p>Novo projeto para orla marítima</p> <p>(...) Poluição – (...) Gordilho, disse, contudo, que o novo Projeto Orla não vai cuidar de um setor ainda não resolvido pelo governo do Estado: a poluição dos rios Camurugipe (Praia do Costa Azul), Rio das Pedras (Praia da Boca do Rio) e Rio Jaguaripe (Praia de Jaguaribe). "Isso é um problema que deverá ser solucionado quando o novo emissário submarino ficar pronto", disse. Ainda segundo o presidente da Conder, com relação ao Rio das Pedras, o governador Paulo Souto deverá assinar ordem de serviço para a sua despoluição ainda neste semestre. Já com relação ao Camarajipe, ele foi enfático: "Isso é um imenso problema que deverá ser resolvido pela Embasa", disse. Fonte: Jornal A TARDE, 10/03/2006, Caderno Local, p. 7.</p>	<p>T-1</p> <p>T-2</p>	<p>DU</p> <p>DG</p>
<p>Ação rápida não evita falta d'água</p> <p>Os técnicos agiram rápido e recuperaram os equipamentos da adutora de Pedra do Cavalo destruídos por vândalos. Mas isto não impediu a falta de água em vários bairros da capital, especialmente nos situados em pontos mais altos. Fonte: Jornal A TARDE, 11/03/2006, Capa.</p>	<p>T-1</p>	<p>DU</p>

<p>Falta d'água</p> <p>Segundo a propaganda do governo da Bahia, temos o melhor serviço de abastecimento de água do Brasil. Como explicar, então, tantas reclamações de falta ou escassez de água? Na Rua Praia de Suape, em Villas do Atlântico, por exemplo, ao contrário do verão passado, a água chega muito fraca, não raro deixando de correr a partir das 9h. Tenho informações de que problema também ocorre no Loteamento Miragem, no Subúrbio Ferroviário e em muitas outras áreas. A Embasa alega aumento de consumo. Ora, esse aumento é normal e ocorre todo verão, não entendendo por que a empresa que diz oferecer o melhor abastecimento de água do País não tem se preparado para atender à elevação da demanda. Fonte: Jornal A TARDE, 11/03/2006, Caderno Opinião, p. 2.</p>	<p>T-1</p>	<p>DU DP</p>
<p>Torneiras secam em oito bairros de Salvador</p> <p>A jovem Aline Veloso, 12 anos, se preparava para lavar os pratos sujos do almoço, ontem, quando foi surpreendida com as torneiras secas. No quintal da casa, em Sussuarana, a roupa teve de ser lavada com água armazenada no dia anterior. A Rua Samuel, onde ela mora, foi uma das oito localidades em Salvador que ficaram sem água devido às obras de reparação nas cinco válvulas da principal adutora que abastece a capital. O sistema foi danificado na quinta-feira, em um trecho próximo à cidade de Santo Amaro, no Recôncavo. O fornecimento de água teve de ser interrompido das 7h às 14 horas, enquanto os serviços de reparo eram realizados. No total, 36 pontos tiveram o volume de água reduzido. Ruas localizadas em pontos altos da cidade foram mais prejudicadas, devido à necessidade de alta pressão para que a transmissão aconteça. De acordo com o superintendente da Embasa, Rogério Cedraz, na maioria das residências a interrupção não foi percebida graças à utilização do volume acumulado nas caixas de água. Entretanto, nas casas que dependem apenas do fornecimento da Embasa, o jeito foi encher o balde de água e economizar até que o serviço fosse normalizado. Foi o caso de Roque Santos, 35 anos, operário da construção civil. No dia em que as válvulas foram danificadas (quinta-feira), já houve escassez de água até as 16 horas. Ontem, quando o ponteiro marcava 12 horas, nem uma gota saía das torneiras. Sem saber o motivo do problema, improvisou durante o dia para realizar as atividades domésticas. “Tive de lavar pratos com água que usaria para beber. Só restou um litro na geladeira”, disse. Obras – “Algumas comunidades próximas não possuem fornecimento regular. A água que vaza acaba sendo utilizada por eles”, disse. Como forma de evitar novos problemas, a Embasa pretende aumentar o tamanho da estrutura de concreto que protege os equipamentos. Ao longo dos 40 quilômetros da adutora, são comuns vazamentos provocados pela ação de pessoas interessadas na água desviada dos tubos. Fonte: Jornal A TARDE, 11/03/2006, Caderno Local, p. 5.</p>	<p>T-1</p>	<p>DU DP</p>
<p>Fornecimento</p> <p>Onde faltou água: Sussuarana, Pero Vaz, Liberdade, Monte Serrat, Jardim Cruzeiro, Trobogy, Tancredo Neves e Cabula. Abastecimento reduzido: São Caetano, Arraial do Retiro, Sussuarana, Tancredo Neves, Liberdade, Monte Serrat, São Gonçalo, Cidade Baixa, Alto do Rio Vermelho, Alto do Itaigara, Santa Cruz, parte do Caminho das Árvores, Parque São Vicente, Hospital Sarah, Parque Nossa Senhora da Luz, parte alta da Pituba, Nova Brasília, parte alta da Alamedas da Praia, Encontro das Águas, Miragem, Pontos Altos de Itinga, Vilas do Atlântico, Portão, Federação, Engenho Velho da Federação, Graça, Jardim Apipema, Brotas, Engenho Velho de Brotas, Pau Miúdo, Cidade Nova, Centro, Histórico, Barbalho, Nazaré, Caixa D'Água. Fonte: Jornal A TARDE, 11/03/2006, Caderno Local, p. 5.</p>	<p>T-1</p>	<p>DU</p>

<p>Vazamento de óleo polui afluente do Rio Pojuca</p> <p>A nascente de um afluente do Rio Pojuca foi poluída com cerca de 15 mil litros de óleo combustível, empregado em caldeiras industriais, que estavam sendo transportados em uma carreta-tanque. O Centro de Recursos Ambientais (CRA) considerou "muito grave" a agressão ao meio ambiente e está aguardando recuperação completa no local. (...) O veículo tombou quando entrou no acesso ao viaduto sobre a BR-324, a 19 km de Feira, para pegar a BR-101. Metade do óleo derramou e chegou ao afluente por um esgoto de águas pluviais. O produto desceu afluente abaixo, atingindo também o solo das margens, na Fazenda Deserto, situada na BR-324, no sentido Salvador-Feira. O óleo alcançou uma represa da fazenda, porque uma trovoada ocasionou elevação no nível do afluente, que terminou transbordando pela contenção que foi feita para tentar conter a poluição. Contaminação – O químico Marco Antônio Albuquerque, fiscal do CRA, informou que a poluição atingiu uma área ambiental muito sensível, porque se trata de uma nascente. Acrescentou, que o óleo é perigoso, com um grande poder de contaminação. (...) Toneladas – O gerente de operações afirmou que dentro de mais ou menos três dias o local estará completamente despoluído, sem qualquer prejuízo para o afluente e para os animais que bebem da água da represa. "Já retiramos 20 toneladas de óleo e terra contaminada. O trabalho já estava praticamente no fim, mas a trovoada fez a água passar por cima da contenção que construímos, e isto ocasionou um atraso no serviço", disse. Fonte: Jornal A TARDE, 11/03/2006, Caderno Municípios, p. 12.</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DG DCC</p>
<p>Falta d'água</p> <p>Há muito tempo a falta de água no Caminho das Árvores é constante. A tubulação ainda é adequada ao tempo em que só havia cinco casas na localidade, conhecida como Parque São Vicente. Hoje, existem 70 prédios. Por isso, com certeza, a necessidade de os moradores contratarem um carro-pipa uma vez por mês. Fonte: Jornal A TARDE, 12/03/2006, Caderno Local, p. 4.</p>	<p>T-1</p>	<p>DU</p>
<p>Abastecimento de água ainda está irregular em vários bairros</p> <p>Moradores de 36 bairros de Salvador e Região Metropolitana terão de esperar mais um pouco para que o abastecimento de água seja normalizado em suas residências. O superintendente da Embasa, Rogério Cedraz, explica que, apesar do reparo nas válvulas da adutora principal, em Santo Amaro, ter sido concluído na sexta-feira, sempre que há uma interrupção no sistema de abastecimento, sua volta à normalidade requer um tempo maior e impreciso. O problema de abastecimento começou na quinta-feira, dia 9, depois que, num ato de vandalismo, cinco válvulas da adutora principal foram danificadas em um trecho próximo à cidade de Santo Amaro, no Recôncavo baiano. (...) Os bairros mais atingidos foram: Sussuarana, Pero Vaz, Liberdade, Monte Serrat, Jardim Cruzeiro, Trobogy, Tancredo Neves e Cabula. Entre os bairros que tiveram o abastecimento de água reduzido estão São Caetano, Arraial do Retiro, São Gonçalo, Cidade Baixa, Alto do Rio Vermelho, Alto do Itaigara, Santa Cruz, parte do Caminho das Árvores, Parque São Vicente, Hospital Sarah, Parque Nossa Senhora da Luz, parte alta da Pituba, Nova Brasília, parte alta da Alamedas da Praia, Encontro das Águas, Miragem, pontos altos de Itinga, Vilas do Atlântico, Portão, Federação, Engenho Velho da Federação, Graça, Jardim Apipema, Brotas, Engenho Velho de Brotas, Pau Miúdo, Cidade Nova, Centro Histórico, Barbalho, Nazarê e Caixa D'água. (...) Fonte: Jornal A TARDE, 13/03/2006, Caderno Local, p. 5.</p>	<p>T-1</p>	<p>DU DP</p>
<p>Moradores de Barro Duro fazem protesto</p> <p>A falta d'água em decorrência da depredação ocorrida na adutora do bairro Sacramento, em Santo Amaro, suscitou uma nova reunião, ontem, pela manhã, na Embasa. A expectativa é que hoje o abastecimento esteja normalizado nos bairros atingidos pela interrupção do fornecimento. Mais cedo, na Estrada CIA-Aeroporto, a comunidade do Barro Duro, sem água há 20 anos, resolveu se queixar e interceptou o trânsito para chamar a atenção de autoridades. (...) A manifestação começou pouco</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DG DU DP</p>

<p>antes das 7 horas. Por volta das 7h30, o protesto foi encerrado sem que atingisse o seu objetivo. Os manifestantes disseram que foram ameaçados pelos policiais. “Eu conversei com o presidente da associação (Ailton Gomes) e ele foi compreensivo. Entendeu que tinha que fechar a passagem dos carros por cinco minutos e abrir durante dez minutos. Ele só queria sensibilizar as autoridades por um motivo que eu acho de direito. Eles não têm água”, disse o tenente, de forma solidária. (...). Desde que a adutora foi depredada, a falta d’água foi sentida nas áreas mais altas da cidade. Para fazer o conserto, a Embasa teve que esvaziar o duto, tirando de carga o sistema que abastece Salvador. Resultado: 60% da água que normalmente é enviada para abastecer Salvador deixou de ser mandada. Medidas emergenciais e manobras técnicas tiveram que ser feitas para compensar o déficit no abastecimento. Fonte: Jornal A TARDE, 14/03/2006, Caderno Local, p. 3</p>		
<p>Embasa I</p> <p>Há um mês, fornecimento de água no bairro do Monte Serrat, na Cidade Baixa, vem se mostrando irregular. O problema se intensificou há duas semanas, tempo que não cai uma gota de água das torneiras. Mas a Embasa justifica: no Monte Serrat, a água continua faltando ainda em consequência do vandalismo praticado em Pedra do Cavalo. Como é um lugar alto e de pressões baixas, tem o abastecimento complicado.</p> <p>Fonte: Jornal A TARDE, 15/03/2006, Caderno Local, p. 08.</p>	<p>T-1</p>	<p>DU DG DP</p>
<p>Água</p> <p>E ontem, enquanto a Embasa era premiada em Brasília, o Sindicato dos Trabalhadores em Água e Esgoto divulgava a caminhada que será realizada no próximo dia 22, Dia Mundial da Água. Pretende denunciar a situação de Salvador, onde são mais de 60 mil pessoas sem abastecimento. A carência de saneamento - água e esgoto - é responsável por 60% das internações hospitalares. (...) Fonte: Jornal A TARDE, 15/03/2006, Caderno Local, p. 8.</p>	<p>T-1</p>	<p>DU DG</p>
<p>Falta d’água na Estrada Velha</p> <p>Dezenas de moradores da Estrada Velha do Aeroporto protestaram ontem por causa da falta de água em suas residências. (...) Os manifestantes alegaram que, apesar de morarem próximo da barragem Ipitanga I, que fica às margens da ETA, não há água encanada em suas residências. “É um absurdo a gente morar perto de uma barragem e não ter água em nossa casa. Além do mais, os rios Itapemirim e Ipitanga, que passam por dentro da antiga Fazenda Boca da Mata, onde a gente pegava água, estão sendo poluídos pelos esgotos dos prédios”, desabafou o garçom André Conceição. (...) “Quem tem condições puxa água da barragem para suas casas com uma bomba, os mais pobres têm que carregar lata e balde na cabeça”, disse José dos Santos. (...) Fonte: Jornal A TARDE, 16/03/2006, Caderno Local, p. 5.</p>	<p>T-1</p>	<p>DG DU DP DR</p>
<p>Lagoa dos Pássaros está degradada</p> <p>Integrante de um antigo ecossistema de dunas existente entre o Stiep e o Jardim Armação, a Lagoa dos Pássaros está passando por uma de suas piores fases, com o risco de secar pela primeira vez. Perto dela, a Lagoa dos Frades, que fica atrás do Centro de Convenções, também está com a água reduzida, mas em melhores condições. Preocupados com a situação, os moradores do local realizaram uma manifestação, na semana passada, para alertar a vizinhança e reivindicar um plano de recuperação e conservação dos órgãos que tratam do meio ambiente na prefeitura. O vice-presidente da Associação dos Amigos das Lagoas do Stiep, André Luís Carvalho, afirma que a lagoa não está suportando a crescente ocupação do espaço por empreendimentos imobiliários, o que reduz as dunas e a vegetação. Aliado a isso, o manancial vem</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DMO DU DG DR</p>

<p>recebendo despejo de esgotos de loteamentos do entorno, restos de entulho e lixo. Além disso, pessoas de fora da comunidade praticam pesca predatória, jogando redes para capturar peixes e até os poucos cágados-d'água que existiam no espaço, diz ele. Nesta semana, a Superintendência de Meio Ambiente (SMA) e a Limpurb iniciaram nas duas lagoas trabalhos de limpeza e levantamento da situação para a adoção de um plano de recuperação da área. Funcionário da superintendência, o biólogo Benedito Augusto explica que a Lagoa dos Pássaros passa por dois fatores de degradação que reduzem a água. Primeiro, as dunas estão sendo impermeabilizadas pelas recentes construções, resultado da rápida urbanização no local. O segundo é o desmatamento no entorno da lagoa, pois, sem a vegetação, aumenta a velocidade da evaporação da água. Aliado a isso, lembrou que a cidade tem um verão com poucas chuvas, com altas temperaturas, que agravam o fenômeno da evaporação. Fonte: Jornal A TARDE, 17/03/2006, Caderno Local, p. 5</p>		
<p>Pituaçu</p> <p>Próximo domingo, os frequentadores do Parque de Pituaçu terão a oportunidade de se engajar no movimento em defesa daquele espaço ou, ao menos, engrossar a manifestação que será realizada, a partir das 8 horas, por moradores e ativistas de meio ambiente. Em protesto contra o descaso dos poderes públicos com a área, caminharão 15 km na área da lagoa, este ano sacrificada pelo rigor do verão. As águas da lagoa não chegavam a um nível tão baixo há muitos anos. Fonte: Jornal A TARDE, 18/03/2006, Caderno Local, p. 4.</p>	<p>T-1</p>	<p>DP DG</p>
<p>Canal</p> <p>Ainda o canal do Parque Costa Azul: o cheiro fica a cada dia insuportável. A água negra que corre mostra claramente que o rio se transformou em um esgotão, levado para a praia que, não sem razão, é apelidada “Cocô Beach”. Eca! Fonte: Jornal A TARDE, 18/03/2006, Caderno Local, p. 4.</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DG DU</p>
<p>Moradores da Ilha estão sem água</p> <p>“Lá vão R\$ 80 flutuando ali”. Esta é uma das frases mais ditas pelos moradores da Ilha de Bom Jesus dos Passos, na Baía de Todos os Santos, sobre os barcos que levam água de Madre de Deus para a ilha, desprovida de um sistema de abastecimento. Forçados a consumir água impura ou pagar caro pelo que deveria ser um serviço público básico, a população está indignada e quer impedir as eleições de outubro, bloqueando a chegada das urnas. O projeto que levará água para os 3.716 moradores da ilha por meio de dutos submarinos já está pronto e licitado, mas aguarda a liberação de verbas do governo federal, através da Fundação Nacional de Saúde (Funasa). A situação foi denunciada em reportagem de A TARDE em novembro e agravou-se com a estiagem prolongada do verão. A falta de água levou à interrupção dos serviços de saúde e vem prejudicando as aulas na escola municipal. Os moradores com menos recursos são obrigados a esperar por horas na fila do único poço da ilha que ainda tem água – um minadouro a poucos metros do mar e que demora quatro horas para acumular alguns litros de água salobra. Ana Lessa, chefe de acompanhamento da Administração Regional XVIII (Ilhas dos Frades, de Maré e de Bom Jesus dos Passos), diz que enquanto a Ilha de Maré já tem água encanada, e a Ilha dos Frades conta com um lençol freático suficiente para abastecer a população, apenas 5% da população de Bom Jesus dos Passos tem recursos para adquirir a água a R\$ 80. Segundo o engenheiro Paulo Nunes, da empresa Pablo Engenharia, vencedora da licitação do projeto que levará água encanada para Bom Jesus dos Passos, a obra está prevista para durar dez meses. A assessoria de comunicação da Embasa informa que o projeto de água encanada já está pronto e aguarda apenas a liberação das verbas da Funasa, da ordem de R\$ 3,6 milhões. O custo total da obra é de R\$ 4,3 milhões (a diferença será financiada pelo governo do Estado). Em nota oficial, a Funasa informou que “o convênio para liberação de recursos para obra de fornecimento de água encanada à Ilha de Bom Jesus dos Passos está tramitando</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DG DU DR DP</p>

<p>na Funasa, mas teve de sofrer alterações no plano de trabalho. Tão logo a pendência esteja solucionada, o convênio será encaminhado para a Coordenação Geral de Convênios, onde a liberação é imediata. Espera-se que dentro de no máximo 15 dias o recurso seja liberado”. Barco – Enquanto liga a bomba que levará a água do barco para o posto de saúde da ilha, Wilton Roque Argolo de Jesus conta que chega a fazer seis viagens por dia transportando água. São quatro mil litros em cada viagem, a R\$ 80 cada uma. O barco em que trabalha é o único a prestar este serviço. “Todo ano é assim. Quando começa a chover, eles param de comprar, mas geralmente falta água no verão”, explica. “Este ano realmente está pior, tem 12 anos que não vemos uma seca assim”, diz o pescador René da Silva, 34 anos. O convênio com a Petrobras permitiu aos moradores obterem água gratuitamente, mas a um quilômetro de distância. Quando um navio transportador de gás ataca no terminal da empresa, o fornecimento de água é interrompido por questões de segurança, deixando os moradores sem acesso por tempo indeterminado. No posto médico local, a água é armazenada durante o inverno em um tanque com 100 mil litros de capacidade. Este ano, entretanto, a estiagem foi tanta que a água armazenada acabou rapidamente. O atendimento médico parou há duas semanas por falta de água para higienização, conta Cláudio Sá Barreto, agente de saúde comunitária do posto. No dia em que a unidade foi visitada, o tanque era abastecido com os quatro mil litros de água transportada por barco. Fonte: Jornal A TARDE, 18/03/2006, Caderno Local, p. 5.</p>		
<p>Habitantes sem rede de esgoto</p> <p>O presidente do Conselho Fiscal da Colônia de Pescadores Z3, Antônio Jorge Teixeira, 47 anos, diz que a necessidade real da população da ilha é água e esgoto. “Aqui não é racionamento, é falta de água mesmo. Para dar descarga, temos que usar água salgada. Para cozinhar, a gente tem que usar água mineral. Tem muita gente que toma banho de mar para economizar, mas a água está suja porque o esgoto vai todo para a praia”, afirma. Demonstrando irritação, Flodernícia Lima de Santana, 70 anos, disse que chegou a dormir perto da fonte para pegar água. Ela e outros moradores são forçados a esperar a acumulação de água na fonte da Praça Dois de Julho, a única da ilha que ainda tem um pouco do líquido. “Prometeram que a água ia chegar este ano. Cadê a água?”, desabafa Flodernícia. Manoel Ezequiel de Sousa, 50 anos, é mais radical: “Se não vier água, não vai ter votação”, diz, repetindo a ameaça feita por outros moradores da ilha. Ele e outros mostram a água marrom, salpicada de sujeira, que só serve para “o gasto”, ou seja, para serviços de limpeza. Fonte: Jornal A TARDE, 18/03/2006, Caderno Local, p. 5.</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DU DP DR</p>
<p>Escola – Na Escola Municipal Antônio Carlos Magalhães, as crianças respondem em uníssono ao questionamento sobre a falta de água: “Tem que sair da ilha pra buscar”. A professora da 3ª série, Rita de Cássia Santiago dos Santos, conta que os alunos ficam com sede e pedem para ir embora mais cedo, o que prejudica o aprendizado. Vilma Ferreira Santana Carlos, auxiliar técnico-administrativo da escola, mostra o bebedouro ainda na embalagem, que chegou há seis meses e não foi instalado por falta de água. Durante anos, diz, as crianças sempre consumiram a água acumulada das chuvas durante o inverno. Fonte: Jornal A TARDE, 18/03/2006, Caderno Local, p. 5.</p>	<p>T-1</p>	<p>DU DP DR</p>
<p>Dia mundial da água é de protesto em Salvador</p> <p>Uma caminhada do Campo Grande à Praça Municipal marcou a comemoração do Dia Mundial da Água em Salvador, ontem à tarde. A data foi lembrada em forma de protesto, com o 6º Grito da Água, organizado pelo Sindicato dos Trabalhadores com Água e Esgoto da Bahia (Sindae), grupos ambientalistas, ONGs, associações comunitárias e Igreja Católica. Na Bahia, 3,6 milhões de pessoas não têm acesso a água tratada. Bonecos gigantes, grupos de percussão e charanga com ala de baianas iam à frente, responsáveis pela animação do desfile. Alunos do Colégio Estadual Luís Pinto de Carvalho, em São Caetano – sem aula devido à paralisação dos servidores estaduais de Educação – acompanhavam a caminhada. O evento atraiu servidores estaduais de</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DU DP DG</p>

<p>saúde, educação e segurança, que aproveitaram para protestar contra o aumento de 8% dado pelo governo do Estado. (...) O coordenador-geral do Sindae, Pedro Romildo, chama a atenção para a situação dos mananciais de água de Salvador, como os rios Camurujipe e Lucaia, a Lagoa de Pituauçu e a Bacia do Cobre, todos poluídos. Segundo Romildo, a proposta do Sindae é substituir a construção do segundo emissário submarino da cidade – projetada pelo governo para ser realizada até o final ano, na Praia do Corsário – por uma política pública de saneamento. “Existem obras bem mais baratas do que o emissário, que serve muito mais para atender aos interesses das grandes empreiteiras e não vai resolver o problema ambiental”, afirma Pedro Romildo. O emissário submarino existente em Salvador coleta os poluentes dos rios e os despeja no mar, em grande profundidade. (...) Fonte: Jornal A TARDE, 23/03/2006, Caderno Local, p. 4.</p>		
<p>Moradores de Cajazeiras também foram às ruas</p> <p>Também no bairro de Cajazeiras o Dia Mundial da Água foi comemorado com uma caminhada. A importância de racionalizar o uso deste recurso natural indispensável para a vida estava presente tanto nos discursos propagados pelo carro de som, quanto nos panfletos distribuídos para a comunidade. (...) Para ajudar a chamar a atenção, o evento contou com a apresentação do grupo de capoeira Esquiva. (...) Os líderes comunitários desejam a criação do Parque Ecológico da Reserva do Ipitanga, que garantiria sobretudo a preservação do rio homônimo localizado no bairro. “Vamos fazer uma abaixo-assinado para encaminhar aos órgãos públicos”, anunciou o coordenador da Cajaverde (entidade ambiental e cultural), Kilson Melo. Rio Ipitanga – Ao definir a caminhada como um primeiro passo, Melo disse que até o momento a proposta não foi discutida oficialmente, mas conta com o apoio de ambientalistas e lideranças políticas. No entanto, a idéia da instalação de um parque ecológico preocupa os moradores do povoado da Fazenda Fidalgo, onde fica a represa do Rio Ipitanga. Eles temem que as regras de preservação aumentem a exclusão dos moradores. “Será que área ambiental não pode ter água?”, questiona Djalma dos Santos, 56 anos, aposentado. Morador do povoado na margem da Estrada Velha do Aeroporto, o aposentado foi um dos que pararam o tráfego da via na manhã de ontem, no mesmo momento em que a caminhada acontecia em Cajazeiras. Ele e seus vizinhos aproveitaram o Dia da Água para lembrar que a região abriga quase 800 famílias que não contam com água encanada. Ironicamente, a localidade conta com energia elétrica e telefone, mas tem de carregar baldes na cabeça e tomar banho de caneco. “Vamos continuar fazendo protesto, até que alguém venha ao menos verificar nosso problema”, avisou Eliomário de Jesus, 29 anos, balanceiro. Fonte: Jornal A TARDE, 23/03/2006, Caderno Local, p. 4.</p>	<p>T-1</p>	<p>DU DP DG</p>
<p>Lagoa Verde</p> <p>Dejetos sanitários do alojamento de funcionários das obras do ressorte Iberostar, em Açú da Torre, poluíram uma lagoa que abastece a área. O mau cheiro e a crosta verde da superfície revelam a gravidade da situação. Fonte: Jornal A TARDE, 24/03/2006, Capa</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DMO DU DG DP</p>
<p>Resort provoca degradação da lagoa</p> <p>A lagoa utilizada pela comunidade de Campinas de Açú da Torre, logo após Praia do Forte, em Mata de São João, a 60 km de Salvador, está contaminada com dejetos sanitários vindos do alojamento dos funcionários da construção do Complexo Hoteleiro Iberostar. A poluição é visível. Além de exalar forte mau cheiro, a lagoa apresenta uma crosta verde na superfície, cuja espessura chega a lembrar um gramado. Como as lagoas da localidade são interligadas entre si e deságuam no Rio Açú, a maior preocupação dos moradores é que a água poluída contamine também o rio, única fonte de água que o povoado ainda utiliza para lavar vasilhas e roupas, tomar banho e até beber. São 560 famílias que vivem em Campinas de Açú da Torre, povoado que existe</p>	<p>T-1 T-2 T-3</p>	<p>DMO DU DG DR DP</p>

<p>há cerca de 200 anos e que, desde agosto do ano passado, estão sofrendo com os impactos da vinda de 1.500 homens que trabalham no complexo hoteleiro e foram morar no povoado, em um condomínio construído um pouco acima da nascente da lagoa. A informação dos moradores é de que as fossas do alojamento transbordaram para dentro da lagoa por mau funcionamento da estação de tratamento de esgoto. Mesmo sendo tão próximo de Salvador, as pessoas ali vivem sem água tratada, sem rede de esgoto, sem sistema de transporte público, sem uma praça, asfalto e até iluminação pública, esquecidas do poder público e dos beneficiamentos da vinda de um mega resort internacional. Os moradores têm que andar pelo menos um quilômetro para pegar um ônibus em Malhada e viajar até Praia do Forte, Salvador ou outros municípios. Segundo a presidente da associação dos moradores, Ângela Maria Virgens dos Santos, de 46 anos, a lagoa era limpa e utilizada pelos moradores para tudo: pescar, lavar roupa, tomar banho e beber. “Desde que o Iberostar chegou, ficou tudo poluído e com este mau cheiro que todo mundo sente. Alguns moradores ficaram doentes e até animais morreram”, denunciou ela, acrescentando que tudo começou a partir de agosto do ano passado. Sua vizinha Gilcélia só tomou conhecimento do problema quando perdeu patos, galinhas e cachorros, criados com água da lagoa. Seus filhos reclamavam de dor de cabeça e febre. “Está todo mundo prejudicado e o problema se agravou, sem que ninguém tomasse uma providência ou nos desse uma resposta”, reclamou. A moradora Denise de Jesus, de 29 anos, conta que a contaminação só não se alastrou porque, no verão, a maior das lagoas fica seca, represando os esgotos em um só trecho. “Mas, quando começar a época de chuva, vai transbordar e contaminar nosso rio, nossa única fonte de água. A gente só queria que parassem de jogar esgotos e tirassem esta sujeira toda”, desabafou. O vice-presidente da associação, Ginaldo Dias dos Santos, de 53 anos, alerta que o Rio Açú deságua na Praia do Forte e lamenta a perda das águas em que brincava na infância. “A abertura da Linha Verde secou 50% de nossas nascentes”, denunciou. A geologia do local faz com que nascentes de água brotem do chão, se comunicando com o lençol freático. No rio, várias mulheres estavam com baldes lavando vasilhas e roupas. A dona-de-casa Joedna Santos Pereira, de 32 anos, destacou que lá ninguém tem torneira, muito menos água em casa. É no rio que todo mundo lava de tudo. “Se aqui também ficar poluído vai ficar difícil achar água para usar. As cisternas estão secas, vamos ter que andar muito mais”, afirmou, resignada. “As fontes de água que a gente tinha para beber estão secas, já andamos A TARDE inteira com baldes e voltamos com eles vazios. Ninguém aqui tem condições de cavar uma cisterna e botar uma bomba”, explicou a moradora Sarah Putumuju, de 24 anos. Fonte: Jornal A TARDE, 24/03/2006, Caderno Local, p. 3.</p>		
<p>Prefeitura multou consórcio construtor</p> <p>O coordenador de meio ambiente do Núcleo de Meio Ambiente da Prefeitura Municipal de Mata de São João (Numa), Paulo Lara, informou que, em setembro de 2005, os biólogos do Numa constataram o dano ambiental na lagoa, causado pelo extravasamento do sistema de fossa sumidouro do alojamento do consórcio construtor do Iberostar. O empreendimento foi multado em R\$ 60 mil e o alojamento embargado e notificado a recuperar o corpo hídrico. Eles assinaram um termo de ajuste de conduta se prontificando a mudar o sistema de saneamento, construindo uma estação de tratamento de esgoto com um dispositivo anaeróbico, mais eficiente do que fossa sumidouro, em um investimento de R\$ 200 mil. A família que morava mais próximo à lagoa e a mais prejudicada pela contaminação será removida do local assim que estiver concluída a construção de uma nova casa na comunidade, feita pelos trabalhadores do complexo hoteleiro, além de ser indenizada pelas perdas dos animais. “Quando essa família se mudar, será feita uma dragagem no fundo da lagoa, uma limpeza de toda a área degradada, mas é um processo lento. A recuperação da lagoa só deve acontecer daqui a nove meses”, explicou Lara. Ele garantiu que todo o processo está sendo acompanhado de perto pelo Numa e que não acontece mais despejo de esgotos pelo alojamento. A análise da água indicou uma concentração altíssima de coliformes fecais. Fonte: Jornal A TARDE, 24/03/2006, Caderno Local, p. 3.</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DMO DU DG DP</p>

<p>Iberostar é reincidente na prática de crimes ambientais</p> <p>A Lei de Crimes Ambientais 9605/98, em seu artigo 54, tipifica como crime causar poluição de qualquer natureza em níveis tais que resultem ou possam resultar em danos à saúde humana, ou que provoquem a mortandade de animais ou a destruição significativa da flora, com pena de reclusão de um a quatro anos e multa. É crime também causar poluição hídrica que torne necessária a interrupção do abastecimento público de água de uma comunidade, com pena de reclusão de um a cinco anos. (...)</p> <p>Multa – A assessoria de comunicação do Centro de Recursos Ambientais (CRA) informou que, após tomar conhecimento da denúncia através de A TARDE, irá apurar os fatos. Já a bióloga do Ibama, Livia Martins, afirma que, se o CRA não atuar, o Ibama irá embargar as obras automaticamente e aplicar multa diária até que o problema seja resolvido, além de acionar o Ministério Público, que deverá propor uma compensação para a comunidade humilde que teve sua saúde e a qualidade da água comprometidas. Ela confirmou que o complexo já tinha sido multado pela Prefeitura de Mata de São João, e que um Plano de Recuperação de Área Degradada não pode ser um mero instrumento burocrático. O coordenador do programa socioambiental do Complexo Hoteleiro Iberostar, Adriano Meyer, informou que, apesar do sistema de fossas sépticas implantado no alojamento ter sido devidamente licenciado e projetado, o regime pluviométrico anormal teria saturado o terreno, contaminando a lagoa, mas que já foi adotado um novo sistema de tratamento de efluentes que vêm demonstrando sua eficiência através de análises. Meyer afirma que está sendo executado um plano de recuperação da área degradada e monitoramento da área atingida e de outros pontos, conforme determinado pelo Núcleo Municipal de Meio Ambiente da Prefeitura Municipal de Mata de São João. Fonte: Jornal A TARDE, 24/03/2006, Caderno Local, p. 3.</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DU DG DCC</p>
<p>Nova Esperança convive com falta de infraestrutura</p> <p>Moradores de Nova Esperança realizaram ontem pela manhã uma manifestação para chamar a atenção para os problemas estruturais da comunidade. A localidade fica a 30 km do Centro de Salvador, nas imediações do Centro Industrial de Aratu (CIA), no limite com o município de Simões Filho. As reclamações envolvem falta de água encanada, de iluminação pública, de pavimentação das ruas, entre outras. No lugar, antigamente chamado de Cepel I e II, residem aproximadamente duas mil famílias. A Rua Sete de Setembro, próxima à sede do Centro de Abastecimento da Ceasa, é a que possui o maior número de problemas e, por isso, foi escolhida para a primeira parada da manifestação. A rua não tem nenhum tipo de pavimentação, o que gera poeira de sobra. Em dias de chuva, o local se torna um grande lamaçal. Além disso, o final da rua abriga parte do reservatório da Barragem do Rio Ipitanga, de onde a água para uso doméstico é retirada sem nenhum tipo de tratamento. “A água que a gente usa é esta, com toda a sujeira que está boiando aí”, aponta Bernardo Lopes dos Santos, 49 anos. Um outro morador, Carlos Oliveira dos Santos, 45 anos, diz que, rotineiramente, aparecem cadáveres boiando no reservatório, pois o local tornou-se área de desova. “Imagine que esta água faz parte da área de abastecimento de Salvador”, completa. A água é utilizada por todos sem critério: durante a manifestação, por exemplo, crianças nadavam no reservatório ao lado de um cachorro. “E esta é a única água que a gente tem à disposição para usar”, acrescentou Bernardo Lopes. (...) Transferência – A assessoria de comunicação da Embasa justificou que a ausência de tratamento no local é por conta de sua condição como Área de Preservação Ambiental (APA). De acordo com informações do órgão, a legislação impede intervenções que causem impactos no manancial de abastecimento da cidade. Justificando que entende o problema social, a Embasa aponta como solução a transferência dos moradores para uma outra área, o que, de acordo com o órgão, é questão para o âmbito de outras instâncias governamentais. Fonte: Jornal A TARDE, 24/03/2006, Caderno Local, p. 6.</p>	<p>T-1 T-2 T-3</p>	<p>DU DP DR DG</p>

<p>Sesab alerta para risco de leptospirose</p> <p>Onze casos de leptospirose foram notificados este ano na Bahia, dos quais cinco em Salvador. A previsão é de que este número aumente com a chegada das chuvas na cidade, período em que o ser humano fica mais vulnerável ao contato com a bactéria <i>Leptospira interrogans</i>, causadora da doença. Nos últimos cinco anos, a quantidade de infectados em todo o Estado só fez crescer, especialmente nas regiões mais carentes. (...) Segundo os moradores, a Baixa Fria continua infestada de ratos e sem saneamento básico. Quando chove, o canal de esgoto que corre a céu aberto transborda e a área fica completamente inundada. “Não aguento mais esses ratos, essa imundície”, protesta Denise Silva Souza, 33 anos, dona da mercearia Souza, que funciona no local. A coordenadora da Unidade Gestora do Projeto (UGP), Teresa do Espírito Santo, explica que a Secretaria de Habitação aguarda, para meados deste ano, a conclusão das obras. “A prioridade será resolvermos os problemas de drenagem e esgotamento, resolver as necessidades imediatas”, enumera, adiantando que a secretaria, embora esteja captando recursos para as obras, tem o prazo de um ano para iniciá-las. A inexistência de esgoto e drenagem de águas pluviais, a coleta de lixo inadequada e as inundações são condições favoráveis à alta endemicidade e às epidemias. Não por acaso a Secretaria de Saúde do Município (SMS) alerta para o fato de a população descartar o lixo corretamente e evitar o contato com águas de chuva. (...) Fonte: Jornal A TARDE, 24/03/2006, Caderno Local PG 8.</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DU DG</p>
<p>Burocracia emperra criação de Parque</p> <p>A burocracia e a demora em fazer mudanças na legislação municipal estão dificultando a implantação do primeiro parque ambiental dentro de um manguezal em Salvador, o Passa Vaca, situado entre Patamares e Jaguaribe. Desde 2002, foi iniciado um processo entre a prefeitura e a Construtora Patrimonial Saraíba para trocar um terreno de cerca de 18 mil m², onde está o manguezal, por dívidas da empresa com o IPTU, Taxa de Lixo e Imposto Sobre Serviços, no valor de cerca de R\$ 1 milhão, mas até o momento isso não foi concretizado. O motivo é a necessidade de fazer seguidas mudanças na legislação municipal. A demora provoca problemas, como as constantes invasões na área e pequenas ações destrutivas na vegetação, segundo a coordenação do grupo ecológico Nativo. (...) Antônio Conceição chama a atenção para a importância da preservação do manguezal por ser o último da orla oceânica da cidade. Afirma que ali resistem caranguejos, aratus, guaiamuns, camarões e siris. Além da presença de aves de migração e répteis, como o teiú. “Hoje é uma reserva ambiental para a fauna da área, pois a vegetação no entorno foi toda cortada para dar lugar à ocupação urbana”, explicou. O superintendente Juliano Matos garante que funcionários do órgão municipal monitoram a área de 15 em 15 dias para detectar problemas, como também para observar a quantidade de água salgada que entra no manguezal, acompanhando, desta forma, a sua recuperação como ecossistema e berçário de diversas espécies animais. Informa que todos os envolvidos no projeto do parque chegaram a um entendimento comum de sua implantação e que é necessário criar condições legais para que o projeto seja efetivado da melhor forma possível. A permuta do terreno pela anistia de impostos encontra-se em análise por uma comissão na Secretaria Municipal da Fazenda (Sefaz). Até o final deste mês, acredita que haverá um desfecho deste estudo. Fonte: Jornal A TARDE, 25/03/2006, Caderno Local, p. 5.</p>	<p>T-1</p>	<p>DP DU DMO DG</p>
<p>Prefeitura vai isentar empresa de pagar multas e juros</p> <p>(...) O projeto do parque prevê a construção de uma sede com um auditório para 70 lugares, salas, um centro de pesquisa científica, rampa de acesso para visitantes com passarelas para circular dentro do manguezal sem que haja impactos negativos, um espaço para contemplação e um estacionamento de veículos com 30 vagas. Funcionará como um centro de educação ambiental e de visitação turística, explica Juliano Matos. Acrescenta que pela proposta haverá a assinatura de um convênio de colaboração técnica e científica com a Universidade Federal da Bahia e o grupo Nativo para implantar o projeto em parceria. O coordenador do Nativo afirma que o projeto de implantação do parque conta com cerca de R\$ 600 mil, recursos que estão na 3ª</p>	<p>T-1</p>	<p>DG DU</p>

<p>Promotoria do Meio Ambiente do Ministério Público Estadual (MPB), resultado de pagamentos de passivos ambientais na área. Segundo Antônio, o MPB tem ações para levantar novos passivos ambientais na área por construções irregulares nas margens do Rio Passa Vaca, pertencentes a um grêmio de recreação de funcionários de uma empresa do Pólo Petroquímico, uma faculdade e um colégio. “Esperamos que no próximo dia 5 de junho, Dia Mundial do Meio Ambiente, possamos implantar a pedra fundamental do parque, em seguida iniciar a sua construção”, diz o coordenador. Fonte: Jornal A TARDE, 25/03/2006, Caderno Local, p. 5.</p>		
<p>Meio Ambiente</p> <p>Situado no Recôncavo baiano, Camaçari faz parte da chamada Região Metropolitana de Salvador, estando a 36 Km de distância da capital. Com área de 926 km², é o maior município dessa região, em termos de área continental. Os mais de 400 anos de ocupação iniciada nos primeiros anos da colonização portuguesa, e os mais recentes processos de urbanização e industrialização modificaram seu clima, relevo, vegetação, hidrografia, enfim o seu meio ambiente. (...) Os principais rios que compõe a bacia fluvial de Camaçari são o Joanes, o Jacuípe e o Pojuca. O primeiro é responsável por parte do abastecimento da cidade de Salvador. Entre os afluentes do Joanes estão os rios Camaçari, Cajú, Jacaré e Ipitanga, e esta bacia drena o limite sul do município. O segundo, que se desloca na área central do município, tem como principais afluentes os rios Capivara-grande, Capivara-pequeno e Genipabu. O terceiro, Pojuca, demarca o limite norte do município. (...) A presença do Polo Petroquímico e de outras indústrias, com todo o crescimento que trouxeram também acarretaram bastante impacto ambiental, como o aumento da poluição do ar e das águas. Gases liberados pelas indústrias trazem riscos à população. A criação da Cetrel e o investimento realizado pelo complexo petroquímico em segurança ambiental são mecanismos ainda insuficientes para minimizar esses problemas. O crescimento dos condomínios, principalmente no litoral camaçariense, desencadeado pelo primeiro loteamento de Camaçari, o Jardim Brasília em 1959, contribuiu para modificar o meio ambiente da região. Áreas foram desmatadas, dunas foram destruídas, lagoas e mangues aterrados. O fluxo de automóveis aumentou muito e com isso a emissão de monóxido de carbono na atmosfera local cresceu bastante. Nesse momento, ainda existe grandes possibilidades de um maior crescimento da industrialização, aumento do número de condomínios, loteamentos, hotéis e um fluxo maior de trabalhadores e turistas. O mau uso da natureza de Camaçari pode acarretar problemas ainda mais graves ao meio ambiente, como poluição do solo, ar e água por atuais e novos produtos industriais, combustíveis de embarcações mal conservadas, lixo, deixado pelos visitantes, além das modificações que são feitas, ao redor destes locais, para poder receber cada vez mais turistas. A revitalização do Rio Camaçari é uma das principais bandeiras de luta dos ambientalistas locais, que não se conformam com o fato de um rio que já foi espaço de lazer e banhos, tido como o principal balneário da cidade, atualmente encontrar-se degradado, dentre outros motivos, por receber os esgotos da região. As lagoas e as várzeas são componentes importantes do meio ambiente de Camaçari, as principais lagoas são: Santa Maria, Grande, Lancha, Pau de Cinza, Velado e Guarajuba, apresentando grande valor paisagístico. Todo um rico sistema de águas que se ramifica pela formação sedimentar da região, origina o Aquífero São Sebastião, considerado o de maior potencial da Região Metropolitana. (...) Fonte: Jornal A TARDE, 26/03/2006, Caderno Camaçari, História e Memória, p. 16.</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DU DP DG DMO</p>
<p>Leis ambientais são desrespeitadas</p> <p>A comissão técnica do Ministério do Meio Ambiente constatou que o avanço do desenvolvimento turístico-residencial no litoral norte não seria tão preocupante se as Áreas de Proteção Ambiental Estaduais (APAs) do Rio Capivara, Joanes Ipitanga, Lagoas de Guarajuba, Litoral Norte e Mangue Seco – que deveriam proteger esses ecossistemas locais – fossem capazes de impedir a crescente e desenfreada ocupação em áreas de dunas e restinga. Outro grave problema detectado pelos especialistas em meio ambiente foram as mudanças de zoneamento destas APAs, com a prévia anuência do Conselho Estadual do Meio Ambiente (Cepam), permitindo a instalação de novos</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DMO DU DP DG</p>

<p>empreendimentos em áreas alagadas, como brejos, lagoas e riachos que afloram na região. “O que preocupa são as constantes modificações de zoneamento sem estudos prévios de acordo com o que o empreendedor solicita e que nunca são negadas”, enfatizou a bióloga do Ibama, Lívia Martins. Ela cita o exemplo do loteamento Paradiso Laguna, em Arembepe, em que a área é toda úmida, com lagoas e vegetação de restinga, considerada zona de proteção visual, devendo permanecer intocável como determina o Código Florestal (Lei 4.771/65). Mas segundo o inquérito instaurado pelo Ministério Público Federal, a área do loteamento teve o zoneamento alterado para zona turístico-residencial, beneficiando o empreendimento. Isto ocorreu sem estudos prévios que justificassem a mudança, no dia 20 de agosto de 2004, com autorização do Cepram. Sem falar na alteração de zoneamento proposta pelo Estado da Bahia em Massarandupió, provocando a “privatização” da praia, com cerca de arame da vila de moradores até o mar, além da destruição de dunas e restingas da área do empreendimento Entre Vilas e Resorts, da antiga Pacab do Brasil. Outro exemplo é o Reserva Imbassá, da Reta Atlântica, que modificou a vegetação das margens da lagoa de Imbassá – área de preservação permanente (APP). Fonte: Jornal A TARDE, 27/03/2006, Caderno Local, p. 4.</p>		
<p>Ambiente deve ser preservado</p> <p>(...) A bióloga do Ibama, Lívia Martins, explica que a área mais adensada do Litoral Norte é a do município de Mata de São João, com a implantação de um hotel junto ao outro, da Praia do Forte até Sauípe, da foz do Rio Pojuca à foz do Rio Sauípe, intensificando a degradação ambiental. Este município foi um dos que declararam a região costeira como zona de expansão urbana, classificando os empreendimentos hoteleiros como “de utilidade pública e interesse social”, ao contrário do que permite a legislação federal. “A lei prevê que utilidade pública só é considerada se for para obras essenciais de infraestrutura, serviços públicos de transporte, saneamento e energia. Uma área não pode ser alterada em desacordo com a legislação ambiental”, explicou o superintendente regional do Ibama, Júlio Rocha. (...) Fonte: Jornal A TARDE, 27/03/2006, Caderno Local, p. 5.</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DMO DG DU</p>
<p>Calabetão</p> <p>Hoje (...) moradores do Jardim Campo Verde, na estrada do CIA-Aeroporto, fizeram uma manifestação pedindo o fornecimento de água para a localidade. Fonte: Jornal A TARDE, 31/03/2006, Caderno Local, p. 4.</p>	<p>T-1</p>	<p>DU</p>
<p>Esgotão</p> <p>O Centro de Recursos Ambientais recomenda aos banhistas que evitem o banho de mar em tempo chuvoso. (...) Desaconselha também, em qualquer tempo, o banho de mar próximo a saídas de esgotos e desembocadura do desembolsar rios urbanos, córregos e variam entre canais de drenagem, que promovem um aumento considerável de concentrações bacterianas nas águas. Isso quer dizer, em qualquer tempo, que o banho de mar na área do Costa Azul significa um grave atentado à saúde. Ninguém merece se banhar nas águas atingidas por aquela combinação de rio urbano e esgoto a céu aberto... Fonte: Jornal A TARDE, 31/03/2006, Caderno Local, p. 4.</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DG DU</p>
<p>Moradores do campo verde querem água</p> <p>Oitenta moradores do Jardim Campo Verde, na estrada do CIA-Aeroporto, fizeram manifestação, na manhã de ontem, em protesto pela ausência de água encanada na região. Eles fecharam a pista, causando congestionamento de cinco quilômetros, segundo a Polícia Rodoviária. Esse foi o segundo protesto dos moradores somente este mês. Caso o fornecimento de água não seja restabelecido, eles prometem realizar atos de protesto em frente à Câmara de Vereadores e prefeitura. Há 20 anos, os moradores</p>	<p>T-1</p>	<p>DU DP</p>

<p>não sabem, o que é abastecimento regular. De acordo com o superintendente da Embasa. Rogério Cedraz, uma análise está em andamento para identificar se o fornecimento pode ser autorizado. Fonte: Jornal A TARDE, 31/03/2006, Caderno Local, p. 5.</p>		
<p>Rua sem água</p> <p>Há quase um mês, nós, moradores da Rua 13 de Maio, na Liberdade, estamos sofrendo com o abastecimento de água no local. Embora não esteja ocorrendo falta de água, o problema é que o líquido está chegando tão fraco que não consegue subir de forma que permita encher os tanques e cair nas torneiras. O resultado é que, com isso, estamos sendo obrigados a encher baldes para o nosso consumo, pois a água só consegue cair em uma torneira que fica na parte de baixo do imóvel. Já ligamos para Embasa. A resposta que obtivemos é que seria enviada uma equipe ao local para ver o problema. Mas, até agora nada. Assim, continuamos usando baldes se quisermos ter água. Fonte: Jornal A TARDE, 2/10/2006, Salvador e Região Metropolitana, p. 18.</p>	<p>T-1</p>	<p>DU DG</p>
<p>Saneamento básico</p> <p>Já morei em quatro bairros e em todos eles me deparei com pontos em que não havia saneamento básico. Os locais foram: Federação, Boca do Rio, Pituacu e Canabrava. Os rios da cidade continuam fétidos, a exemplo do Rio das Tripas, no Iguatemi. A Embasa responde: Os bairros da Federação, Boca do Rio e Pituacu dispõem de rede coletora de esgoto. Na área de Canabrava, conjuntos habitacionais e loteamentos têm sistema de esgotamento sanitário. Para entender melhor a atual situação da foz do Rio Camurujipe: até 1997, este rio era totalmente poluído e lançava na Praia do Costa Azul aproximadamente 2m³/seg. de esgoto em estado bruto, gerando mau cheiro constante, todos os dias, formando uma grande mancha negra no mar. O local era conhecido pelos pescadores como “buraco sujo”, afastando os banhistas e poluindo o ambiente marinho, estabelecendo um rastro de degradação ao longo da orla, atraindo urubus, ratos e outros animais. Essa situação se modificou a partir da implantação de redes de esgotamento sanitário em Salvador através do Programa Bahia Azul, a tal ponto que tornou possível a implantação do Parque Costa Azul – onde agora funciona um complexo de restaurantes -, a urbanização da área da foz do rio, despoluição da praia e eliminação da mancha de esgoto no mar. Foram executadas obras para a captação de todos os esgotos que antes eram lançados na calha do Rio Camurujipe, que agora são interceptados nas imediações do Iguatemi- Viaduto Raul Seixas, conduzidos até a Estação Bahia Azul, no Rio Vermelho, e disperso em alto-mar através do emissário submarino, sem causar danos ao meio ambiente após passarem pelo processo de condicionamento. Fonte: Jornal A TARDE, 17/10/2006, Leitor Reclama, p. 6.</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DG DU DP</p>
<p>Fiscalização em Abaeté tem reforço de 25 conselheiros</p> <p>A especulação imobiliária e o desmatamento da região são os principais inimigos do complexo de lagoas e dunas do Abaeté. Afim de empreender uma nova corrida contra o tempo e salvar as 14 lagoas distribuídas numa área de 1,8 mil hectares (ha), setor público, ambientalistas e representantes de movimentos sociais locais se reúnem no Conselho Gestor da Área de Preservação Ambiental (APA) das Lagoas e Dunas do Abaeté. Os 25 conselheiros da APA foram empossados numa solenidade simples, sábado, no Espaço Ecológico da Unibahia, na Paria do Flamengo. (...) Alguns dos principais desafios que a equipe deve enfrentar na gestão da área é a especulação imobiliária. Uma das zonas mais críticas em relação ao assunto são as Alamedas da Praia, no Flamengo. O local é dividido em zonas de ocupação controlada e outras onde é permitida a implantação de condomínios e empreendimentos comerciais. (...) a preservação do complexo de lagoas está diretamente ligada à educação e à geração de emprego e renda, principalmente nas regiões mais pobres adjacentes à APA. (...) A bióloga Sarah Alves, coordenadora de gestão de unidades de conservação da Semarh, avalia que os estudos relacionados à diminuição do volume das águas na Lagoa do</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DMO DU DP DG DCC</p>

<p>Abaeté ainda não chegaram a conclusões, mais as hipóteses mais consistentes são relacionadas à especulação imobiliária e ao desmatamento. “Com as construções a área na qual a água pode se infiltrar na terra e abastecer as lagoas é restringida. Por outro lado, o desmatamento das margens. Apesar de assustador, acreditamos que este processo seja reversível”, avalia. (...) A APA do Abaeté foi criada em 1987, pelo Decreto Estadual nº 331. O dispositivo procurava proteger os ecossistemas da região, com perspectiva de inclusão social das comunidades locais e suas manifestações culturais. Fonte: Jornal A TARDE, 24/10/2006, Caderno Ambiente e Vida, p. 10.</p>		
<p>Área também tem outras 14 lagoas</p> <p>A bióloga Sarah Alves, coordenadora de Unidades de Conservação da Secretária Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Semarh), avalia que a preservação do ecossistema de restinga é fundamental para conservação das lagoas do ecossistema. “Quando se fala em Abaeté, a primeira imagem que vem à mente das pessoas é a lagoa que leva o nome do complexo, aliás a maior da região”, observa a pesquisadora. Ela adiciona que, apesar disso, existe um total de 14 lagoas na área. “Inclusive, algumas não são perenes e só aparecem a depender da quantidade de sol que incide sobre a lâmina-d’água”, avalia. A bióloga explica que a vegetação de restinga, um ecossistema associado à mata atlântica, proporciona a fixação das dunas. Sem esta proteção, a areia avança sobre as águas das lagoas, o que põe em risco a sobrevivência dos mananciais. Quem sente na pele a situação são os moradores mais antigos de Itapuã, como o pescador Martins Nascimento. O ancião conta com orgulho que é iniciado há 12 anos na casa de candomblé Ibá Faromi, comandada pelo pai Valtinho. O terreiro é um dos mais antigos e tradicionais da região. “Tenho dois filhos e sustentei eles com a pesca na lagoa”, relata. “Agora seria impossível isso. Até a pesca perdemos. Quando eu preciso de peixes, vou à praia, onde a quantidade está diminuindo também”, lamenta Martins. O ancião ainda informa que o Ibá Faromi segue uma tendência dos terreiros locais, de plantar as folhas rituais nas suas dependências, a fim de preservar a flora local. Agenda 21 – A organização não-governamental Jogue Limpo, em parceria com a Petrobrás, está empreendendo o projeto De olho no Meio Ambiente, que tem como meta instalar unidades da Agenda 21 nas áreas onde a estatal possui unidades ou passivo ambiental. Por conta da proximidade ao Petroculube, o complexo de lagoas e dunas do Abaeté também está sendo contemplado com a iniciativa. André destaca a importância de integrar os jovens das comunidades locais no papel de agentes multiplicadores. “Nós os trazemos para o projeto a fim de que eles façam pesquisas que vão direcionar o nosso trabalho”. É uma forma de mapear o aspecto cultural da região e como podemos promover o desenvolvimento sustentável. No Abaeté, temos um objetivo demarcadamente socioambiental”, explica o ambientalista André Papi. Fonte: Jornal A TARDE, 24/10/2006, Caderno Ambiente e Vida, p. 10.</p>	<p>T-1</p> <p>T-2</p> <p>T-3</p>	<p>DCC</p> <p>DR</p> <p>DU</p> <p>DG</p>
<p>Sem água I</p> <p>Nós moradores do final de linha do bairro Tancredo Neves, estamos sofrendo com o que consideramos descaso da Embasa com o bairro. Entregamos, há mais de 20 dias, um abaixo-assinado constando 455 assinaturas pedindo mais atenção da empresa com o local, que não tem um abastecimento de água regular. Fonte: Jornal A TARDE, 28/10/2006, p. 02.</p>	<p>T-1</p>	<p>DU</p> <p>DG</p>
<p>Saraíba inicia desmatamento na Paralela</p> <p>Há pouco mais de uma semana do início do desmatamento para implantação do loteamento Colinas de Jaguaribe Sul, da Patrimonial Saraíba, vizinhos do empreendimento denunciaram o corte de vegetação na borda de lagoas e em nascentes, consideradas áreas de preservação permanente pela legislação ambiental. (...) A promotora, que preside o inquérito, disse que foi surpreendida com o início das obras. “Ainda estamos analisando o resultado dos estudos para nos certificar de que não serão destruídas nascentes”, afirmou. (...) Fonte: Jornal A TARDE, 28/10/2006, Salvador e Região Metropolitana, p. 09.</p>	<p>T-1</p> <p>T-2</p>	<p>DMO</p> <p>DU</p> <p>DP</p> <p>DG</p>

<p>Caderno Futuro da Água</p> <p>Nós, ambientalista da Assembléia Permanente de Entidades de Defesa do Meio Ambiente, estamos literalmente em alfa com a publicação do caderno especial <i>Futuro da Água</i>, no último sábado. O ambientalismo baiano passa por séria crise de identidade e de busca por novas propostas para a reversão do delicado quadro do nosso meio ambiente urbano e rural. São graves problemas: edificação desmesurada das cidades, com constante redução do espaço verde e de lazer para seus habitantes; desmatamento (a exemplo da Avenida Paralela); poluição ambiental dos mares, rios, lagos, florestas, etc. Temos de reconhecer a excelente função educativa deste caderno, que, felizmente, terá nova edição em novembro. Esperamos, que esta iniciativa seja permanente. Fonte: Jorna A TARDE, Espaço do Leitor, 01/11/2006, p.?</p>	<p>T-1</p>	<p>DG DU DMO</p>
<p>700 toneladas de resíduos tóxicos foram retiradas</p> <p>Segundo o secretário da Defesa Civil de Camaçari, Ademar Lopes foram retiradas 700 toneladas de resíduos sólidos contaminados do local e 23 metros cúbicos de líquido tóxico. Após quatro meses, os responsáveis pelo ocorrido, tipificado como crime na Lei de Crimes Ambientais (9.605/98) ainda não são conhecidos. O secretário informou que foi aberto inquérito na Delegacia de Polícia, mas, em contato por telefone, o delegado de prenome Narrimar disse que não podia falar com a reportagem. A interdição de cacimbas fontes de água - e o monitoramento periódico dos recursos hídricos foram as recomendações feitas pela Cetrel em diagnóstico entregue ontem um secretário municipal. Cancerígenos – o exame feito pelo laboratório do Instituto H Pradini analisa a presença de “inseticidas organizados”. De acordo com as pesquisadoras do Departamento de Biologia do Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas da Universidade Estadual Paulista, Mônica Vannucci Nunes e Eloíza Helena Taiara, os compostos organizados são os praguicidas mais persistentes já fabricados. A análise dos resíduos descartados na Cascalheira apontou 15 substâncias em diferentes proporções e de forma significativa, os pesticidas endossulfan I e II. Em trabalho científico, pesquisadores da Unicamp e da Universidade Federal de Viçosa (MG), indica que o câncer gastrointestinal é o terceiro tipo de câncer mais comum nas regiões de Uttar Pradesh e Bihar na Índia. A principal fonte de água destas regiões é o Rio Ganges, o qual é altamente poluído com pesticidas agrícolas. Fonte: Jornal A TARDE, 8/11/2006, Salvador e Região Metropolitana, p. 8.</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DU DP DG DCC</p>
<p>Esgoto contamina água na rua da Bica</p> <p>Das torneiras das casas escorre uma água escura. No lado de fora, em vez de asfalto, um amontoado de mato e barro toma conta do cenário e um esgoto corre a céu aberto. Esta é a situação enfrentada pelos moradores da Rua São Cípriano, mais conhecida como Rua da Bica, em Nova Brasília. O problema da contaminação da água e da inexistência de saneamento básico é antigo. Pelo menos há 6 anos a comunidade luta por melhorias. A situação está tão crítica que algumas doenças de pele, segundo os moradores, estão associadas à sujeira do local. A diretora da Escola Gan Gan, Nilda Lima Azevedo onde estudam 30 crianças da comunidade, chegou a improvisar um tipo de filtro nas torneiras, com a finalidade de impedir a passagem de detritos. “Depois que eu tiro os filtros das torneiras, ele fica assim, bem preto”, mostrou a diretora. O maior problema da rua é o esgoto a céu aberto, que é proveniente de outras ruas do bairro. O fedor na região incomoda, mas o que mais atormenta quem mora no local é o fato de a rede de água passar ao lado do canal de esgoto. “É por isso que a água tem ficado contaminada”, assinala o delegado do orçamento da AR XII, Cláudio de Jesus Santos, nascido no bairro. Ele conta que a Embasa já chegou a trocar parte da rede de esgoto da rua, mas não adiantou. A Embasa informou que somente implantará uma rede de esgotamento sanitário na rua quando houver no local um sistema de drenagem de águas pluviais e pavimentação. É preciso que seja feito na rua um trabalho de macrodrenagem afirma a Embasa, criticando o fato de até hoje a Superintendência de Urbanização da Capital (Surcap) não ter realizado obras na região que foi contemplada no orçamento participativo de 2006. (...) O superintendente da Surcap Adriano Peixoto, confirma que as obras de micro e macrodrenagem constam no orçamento participativo</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DG DU DCC DP</p>

<p>da localidade. “Só que o recurso disponível é insuficiente para execução das obras. Além disso, demos prioridades este ano a 17 encostas da cidade”, explicou adiantando que as obras da rua devem constar no orçamento dano que vem. Enquanto isso não acontece os moradores se previnem como podem. A dona-de-casa Maria Nascimento, 47 anos, ferve toda água que a família bebe. “A gente já pegou todo tipo de verme”, disse. Fonte: Jornal A TARDE, 8/11/2006, p. 7)</p>		
<p>Vítimas de Crime ambiental - Exames realizados em moradores do Parque Real Serra Verde, na Estrada da Cascalheira, no município de Camaçari, indicam a presença de pesticidas do grupo organoclorados no sangue. Do total de 817 pessoas que moravam no local, em junho, quando uma carga tóxica foi despejada no local, 118 foram submetidas a exames toxicológicos, e, desses, 33 apresentam “alterações” segundo informou o secretário municipal de Saúde, Washington Couto. A comerciante Maria Salete Santos disse ontem estar muito preocupada com a situação do seu filho Caetano Nascimento, de apenas 8 anos de idade. De acordo com o laudo do laboratório H. Pardini, de Belo Horizonte, ele tem 25, 8ppb do pesticida endossufan II. Salete não sabe o que isso pode causar no filho, que relata sentir dores de cabeça, coisa que não sentia antes, segundo ela. A família mora a 20 metros do Rio Mundé, afluente do Rio Capivara e que foi afetado porque as substâncias tóxicas atingiram os corpos d’água próximos. A dona de casa Amélia Conceição dos Santos, 52 anos, disse que tudo o que queria era viver sossegadamente em seu pequeno sítio, mas que tudo mudou depois daquele dia 21 de junho. “Perdi umas 60 cabeças de galinha e a vida que eu tinha” disse ela, que reclama de assistência médica. Seu maior desejo é que o autor deste crime ambiental seja punido. “Eles não mediram consequência nenhuma”, afirmou. Água imprópria- Segundo o Secretário de Defesa Civil de Camaçari, por orientação da Empresa de Proteção Ambiental do Pólo Petroquímico de Camaçari (Cetrel), a água das cacimbas da região está imprópria para qualquer tipo de uso. Apesar de não constar qualquer informação no local, a cacimba identificada com a numeração C1, em um dos lotes, está interditada. O líder comunitário local Arailton Rodrigues ressaltou a qualidade do potencial hídrico da região. “São várias nascentes, a água é farta, mas agora está deste jeito”, disse. Além de não poder usar a água do local, Juvenal Silva, 70 anos, também não pode mais cultivar nada, nem consumir os frutos e raízes do quintal, com os quais inclusive complementava a renda. Ele lembrou que naquela noite não pôde ficar do lado de fora para descansar da janta até vir o sono por causa do forte cheiro que vinha da carga que teria sido deixada no local por volta das 19 horas. “Foi um fedor medonho”, disse. Segundo ele, somente no dia 19 de julho, cerca de um mês depois é foram lhe avisar para não mexer com nada no quintal. Ele ainda não recebeu o resultado do exame. Exames continuam – O secretário de Saúde de Camaçari, Washinton Couto, disse que o órgão vai estender os exames toxicológicos a todos os moradores do Parque Real Serra Verde. “Todos serão examinados”, disse ele ontem. Ele ressaltou que parte das 317 pessoas que moravam lá deixou o local antes de ser examinada. Na ação do órgão em campo, foram coletadas amostras de 278 pessoas. Couto informou que as pessoas que tiveram constatada a contaminação terão acompanhamento médico individual. Segundo o secretário, desde a implantação do Pólo, na década de 1970, nunca houve registro de acidente semelhante. Fonte: Jornal A TARDE, 8/11/2006, Salvador e Região Metropolitana, p. 8.</p>	<p>T-1 T-2 T-3</p>	<p>DU DG DCC DR</p>
<p>Desmatamento afugenta animais</p> <p>Cobras, lagartos, guaiamuns, pássaros e tatus foram afugentados pelo desmatamento iniciado há dois dias pelo Gulliver Empreendimentos Imobiliários, em Piatã. (...) A área verde é contígua ao estuário do Rio Passa Vaca, único remanescente de manguezal em Salvador. Para espanto dos vizinhos do futuro condomínio e ambientalistas que estiveram ontem no local, o empreendimento tem licença ambiental concedida pela Superintendência de Meio Ambiente (SMA), órgão da Secretária Municipal de Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente (Seplan). (...). Fonte: Jornal A TARDE, 10/11/2006, p.?</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DMO DU DG</p>

<p>Descarga de resíduos da Embasa muda cor de rio</p> <p>A cada 12 horas, o Rio das Pedras recebe a descarga dos resíduos da lavagem dos filtros e decantadores das estações de tratamento de água da Empresa Baiana de Saneamento S.A. situada a cerca de 300 metros da foz do rio. A água do rio, já carregada de esgotos domésticos, a partir dali fica com a cor avermelhada, o que causa estranheza a quem observa aquele corpo d'água. O comerciante Francisco Oliveira disse estranhar a ocorrência da morte de vários peixes nos últimos dias. Para ele, o fato pode estar relacionado com o que está deixando a água com a coloração avermelhada. O pescador Washington Oliveira, de 53 anos, sabe que é um "sulfato" da Embasa que faz a água ter aquela coloração, mas culpa também os moradores que lançam lixo diretamente no rio pela degradação. A cor avermelhada do Rio das Pedras na altura da sua foz, na Praia da Boca do Rio, foi explicada pelo engenheiro e gerente de produção da Embasa, Ivonaldo Sande, como resultado do lançamento dos resíduos decorrentes da operação das estações de tratamento de água Vieira de Melo e Teodoro Sampaio. As duas estações ficam no Parque da Bolandeira, na Boca do Rio. Para promover a decantação das impurezas trazidas pela água vinda dos rios Joanes e Ipitanga, que abastecem parte dos moradores de Salvador, é usado o sulfato ferroso, que faz com que a água fique avermelhada. Na estação, a água bruta segue em canais, onde recebe o sulfato. Com a agitação da água, o produto faz com que as impurezas fiquem pesadas e assim possam decantar com mais facilidade. Nesta etapa, a água começa a ficar mais limpa, para dali ir para os filtros, que retêm as impurezas menores. A água então recebe a adição de cloro, flúor e cal e está pronta para seguir pela rede de distribuição até os reservatórios dos usuários. Licença – As impurezas, também chamadas de lodo, que ficam nos decantadores e nos filtros são retiradas a cada 12 horas, e lançadas no Rio das Pedras. De lá vão para o mar, atingindo principalmente as praias da Boca do Rio e de Armação, atrás do Clube do Bahia. Ele não soube informar o grau de toxicidade dos efluentes, mas ressaltou que as análises feitas pelo Centro de Recursos Ambientais sobre balneabilidade das praias podem assegurar que há algum comprometimento da água do mar. (...) As estações de tratamento de água do Parque da Bolandeira não têm licença ambiental, mas, por força de um acordo entre o CRA e a Embasa estão enquadrados às normas de controle ambiental. É que as estações foram implantadas antes da vigência da legislação ambiental e por isso a empresa recebeu um prazo para se adequar às normas, informou o engenheiro. O diretor de operações da Embasa, Jessé Motta, informou que o Rio das Pedras deixará de receber os efluentes das estações da Bolandeira quando as descargas forem interligadas à rede de esgotamento sanitário. Fonte: Jornal A TARDE, 18/11/2006, Salvador & Região Metropolitana, p. 7.</p>	<p>T-1</p> <p>T-2</p>	<p>DG</p> <p>DCC</p> <p>DU</p> <p>DP</p>
<p>Pobres de Salvador vão ficar sem água</p> <p>Os problemas da rede de distribuição vão fazer com que bairros de baixa renda de Salvador sofram com a falta de água neste verão. O problema é admitido pela Embasa, que considera pontos críticos bairros como Tancredo Neves, Engenho Velho da Federação, entre outros. Especialistas garantem que a água existente é suficiente para atender à capital durante muitos anos, mas a distribuição é que é desigual e prejudica a população mais pobre. Fonte: Jornal A TARDE, 27/11/2006, Capa.</p>	<p>T-1</p> <p>T-2</p>	<p>DU</p> <p>DP</p>
<p>Não vai faltar água no verão para os pobres, assegura a Embasa</p> <p>No interesse de tranquilizar a população, principalmente moradores dos bairros mais pobres da cidade, a Embasa Empresa Baiana de Águas e Saneamento S.A. – informa que o abastecimento de água neste verão se dará normalmente e não existe qualquer problema operacional que justifique o temor da diminuição da oferta de água tratada para qualquer área da cidade. Salvador, segundo o IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística -, é a capital com a região metropolitana mais bem abastecida "com água tratada do País e a melhor abastecida entre as capitais do Norte e Nordeste. Problemas localizados de falta de água, comuns a cidades com topografia acidentada e ocupação desordenada, existem, mas estão sendo corrigidos com a constante ampliação de todo, processo de distribuição, que contempla, indistintivamente diversas áreas e, portanto, não é correto afirmar que haverá falta de água em bairros pobres.</p>	<p>T-1</p>	<p>DCC</p> <p>DU</p> <p>DP</p>

<p>Investimentos significativos vêm sendo feito nos últimos anos, com o objetivo de acompanhar a de pelo acelerado crescimento da nossa cidade, o que tem assegurado o aumento da produção de água desde os mananciais, passando por estações de tratamento, adutoras, reservatórios e redes de distribuição, visando assim atender cada vez melhor à comunidade. Fonte: Jornal A TARDE, 28/11/2006, capa.</p>		
<p>Falta d'água</p> <p>Os moradores do bairro de Castelo Branco sofrem constantemente por conta da falta de água, que acontece todos os finais de semana. Ainda que de forma insuficiente, durante a semana o problema não ocorre, mas sábado e domingo a vida de todos se complica muito. Urge que nossas autoridades tenham um pouco de atenção a esses moradores, para que seja averiguado o porquê dessa anormalidade que vem causando desespero geral. Fonte: Jornal A TARDE, Espaço do Leitor, 28/11/2006, Serviços, p. 2.</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DG DU</p>
<p>Paralela perde área verde</p> <p>Na primeira etapa de implantação dos loteamentos Greenville e Colinas do Jaguaribe, da Patrimonial Saraíba, entre as avenidas Paralela, Pinto de Aguiar e Orlando Games, já foram desmatados cerca de 200 mil metros quadrados de remanescentes da Mata Atlântica, de acordo com vistoria do Instituto do Meio Ambiente e do: Recursos Naturais Renováveis (Ibama). Apesar de ter iniciado o processo de licenciamento há cerca de quatro anos a empresa só começou o empreendimento em outubro, quase dois anos depois de obtida a licença do Conselho Estadual de Meio Ambiente (Cepam). E, mal começou, sofreu embargo e multas aplicadas pelo Ibama e Centro de Recursos Ambientais (CRA). O Ibama contactou que, dos cerca de 200 mil metros quadrados suprimido, nove mil metros quadrados o foram de forma irregular, e que houve também degradação de córregos e nascentes, que são áreas de preservação permanente (APP), de acordo com o Código Florestal. A fiscalização do órgão autuou a empresa também por descumprimento da licença dada pelo órgão estadual e aplicou multa no valor de R\$ 2,020 milhões. Já o CRA encontrou como irregularidade a abertura de um caminho com supressão de vegetação em desacordo com as autorizações emitidas e aterramento em área da planície de inundação do Rio Trobogy e multou a empresa em R\$ 200 mil. O engenheiro químico, diretor de fiscalização e Monitoramento Ambiental do CRA, Ronaldo Martins da Silva, afirmou que, após a verificação das infrações cometidas, o órgão está realizando uma auditoria em relação ao cumprimento de todos os condicionantes estabelecidos nas licenças. A empresa apresentou sua defesa nos órgãos e alegou ao CRA que o caminho de serviço estava previsto no plano de desmatamento aprovado pelo órgão. Ao Ibama, a empresa afirmou, em nota, ter demonstrado que a supressão de vegetação obedeceu rigorosamente ao que estava previsto nos projetos aprovados e que a autuação não se justificava, “pois já havia fiscalização do CRA instaurada para o caso”. O empreendimento, que no parecer do Centro de Recursos Ambientais (CRA) foi classificado como “de porte excepcional e de alto potencial degradador”, teve licença de implantação concedida pelo Cepam em dezembro de 2004. O empreendedor também obteve a licença para a supressão, ou seja, para o corte de 400 mil metros quadrados de vegetação. (...). Fonte: Jornal A TARDE, 19/12/2006, Salvador e Região Metropolitana, p. 4.</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DMO DU DG DCC</p>
<p>Empresário diz que há pouco estímulo para a preservação</p> <p>O diretor da Patrimonial Saraíba, o engenheiro civil Gustavo Sá, 60 anos, disse que há pouco estímulo para a preservação de florestas em áreas urbanas particulares. “Sou obrigado a ocupar”, afirmou. Segundo ele, a legislação tributária impõe a ocupação dos “vazios urbanos” sob pena da incidência de Imposto Territorial Urbano (IPTU) de forma progressiva, como prevê a lei que criou o Estatuto das Cidades. Para ele, por esta lógica, a cidade não ganha nada com as áreas verdes que não podem ser ocupadas e, como “invasão não paga imposto”, como afirmou, a cidade acaba empobrecendo-se. Do ponto de vista ambiental, o empresário ressalta que questões como a preservação</p>	<p>T-1</p>	<p>DU DP DMO</p>

<p>dos rios, a proliferação de invasões nas encostas do frontispício (próximo ao Túnel Américo Simas), por exemplo, não têm sido tratadas. “Não vejo essas questões serem tratadas no seu conjunto. Todo o ônus da preservação recai sobre nossas áreas”, desabafou. Descontente com as dificuldades que tem tido para implantação dos loteamentos Greenville e Colinas do Jaguaribe, apesar de o projeto ter sido aprovado no Conselho Estadual do Meio Ambiente (Cepam), ele afirma que a supressão (corte da mata) está sendo feita dentro da lei. “Estou trabalhando no que é da empresa, com projeto aprovado e acompanhado pelos órgãos ambientais”, disse. Com metade da área já comercializada, ele ressalta que as áreas de mata dos lotes residenciais deverão ser mantidas pelos proprietários em até 65% do total. Um termo de acordo será registrado em cartório para averbação dessas áreas, informou. Fonte: Jornal A TARDE, 19/12/2006, Salvador e Região Metropolitana, p. 4.</p>		
<p>Revisão do Plano Diretor</p> <p>(...) A ambientalista Kitty Tavares, também conselheira, disse que o PDDU precisa garantir espaço para novos parques públicos. Já para o arquiteto, urbanista e diretor de licenciamento ambiental da Superintendência Municipal de Meio Ambiente, Luiz Antunes Nery, a cidade tem apenas 15% de “vazio urbano”, ou seja, áreas ainda não ocupadas que, em geral, estão cobertas por vegetação. Segundo ele, com o limite do mar ao sul, leste e oeste, o crescimento da cidade só pode ser para o norte, onde estão os remanescentes florestais. Áreas Protegida – com área de 30.956,35 hectares, Salvador tem apenas 17% do seu território protegido por legislação específica, segundo dados da ONG Pangea. São áreas verdes protegidas: Parque da Cidade (75,73 ha); Jardim Zoológico (49,70 ha); Parque de Pirajá/São Bartolomeu (1.550 ha); Parque Pituçu (658,4ha); reserva da Ilha dos Frades (1.643ha) e Ilha de Maré (1.386 ha). O capítulo VI da Lei da Mata Atlântica, aprovada recentemente no Congresso Nacional e à espera do sanção do presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, trata exclusivamente da proteção do bioma Mata Atlântica nas áreas urbanas e regiões metropolitanas. A lei veda a supressão de vegetação primária para fins de loteamento ou edificação primária para fins de loteamento ou edificação nas regiões metropolitanas e áreas urbanas e condiciona o corte da vegetação secundária a uma série de restrições. Fonte: Jornal A TARDE, 19/12/2006, Salvador e Região Metropolitana, p. 4.</p>	<p>T-1</p>	<p>DU DP</p>
<p>São Bartolomeu</p> <p>Nós, candomblecistas, fazemos um apelo ao ministro da Cultura, por meio de A TARDE, para que dê uma atenção ao Parque São Bartolomeu, que está em degradação. Quando eu iniciei no Candomblé há 35 anos, como ogã de ogunjá, os babalorixás e ialorixás alugavam ônibus e levavam seus filhos, filhas ogãs e ekedes para passarem o dia em São Bartolomeu, dando comida ao Orixá e aos caboclos. As cachoeiras de Oxumaré, Nanã, Oxum e Outros orixás jorravam água cristalina, e, hoje, o que se vê são assaltos, estupros e usuários de drogas. É uma total degradação. Enquanto isso, o prefeito João Henrique, candidato que recebeu o voto do povo do candomblé, nada faz para melhorar a situação. O Parque São Bartolomeu e os terreiros de candomblé da Bahia estão se reunindo em torno de um abaixo-assinado para ser enviado ao ministro da Cultura, Gilberto Gil. Temos a certeza de que, com a reforma do parque, os representantes dos terreiros de candomblé da Bahia voltarão a vir e todos os orixás agradecerão e abençoarão a Cachoeira de Oxumaré, que secou mas vai voltar a jorrar. Fonte: Jornal A TARDE, 25/12/2006, Leitor reclama, p. 2.</p>	<p>T-1 T-2 T-3</p>	<p>DR DU DG</p>
<p>Empresa aproveita feriado para aterrar nascente de lagoa</p> <p>No último dia 25, enquanto todos se distraíam em festas natalinas, os funcionários de uma empresa ainda não identificada faziam um aterro na nascente da lagoa do Flamengo, área de preservação ambiental que fica próxima à Avenida Tourinho Dantas, região da Praia do Flamengo, bairro de Stella Maris. A denúncia foi feita pela Associação de Amigos das Lagoas do Flamengo e de Stella Maris (Amil), criada em</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DU DG</p>

<p>2003 por moradores da localidade, ao Centro de Recursos Ambientais (CRA). “O condutor do trator chegou a afirmar que trabalhava para um homem chamado Nilson. Quando voltamos para exigir mais informações, ele tinha ido embora”, conta Jorge Vidal, um dos diretores da Amil. Investigação – O arquiteto Marcelo Mariano, técnico do CRA, esteve no local e lavrou um relatório de fiscalização ambiental, para abertura de processo administrativo contra o autor, assim que ele seja identificado. A investigação está a cargo da 12ª Circunscrição Policial (Itapuã). Segundo o especialista, o ato foi cometido em área de preservação ambiental (APA) e em local protegido dessa unidade, considerada área de preservação permanente (APP), composta da vegetação e dunas às margens da lagoa. O presidente da Amil, Sormani Ferraz, explica que a ação pode ser fatal para o local. “Sem proteção à mata ciliar, as nascentes e cursos d’água, a lagoa acaba”, diz. O representante do CRA explica ainda que o relatório será encaminhado para o Ministério Público, para oferecimento de queixa-crime. “Eles tiveram a intenção de eximir-se da responsabilidade, porque escolheram um feriado para fazê-lo. Terão de reparar o dano, pagar multa, além de compensação, a ser arbitrada, pelo que for irreversível”, diz. Os moradores temem que eles voltem no feriado de Ano Novo, mas Sormani alerta: “Estamos checando 24 horas”. Fonte: Jornal A TARDE, 30/12/2006, Salvador e Região Metropolitana, p. 8.</p>		
2007		
<p>Falta saneamento</p> <p>Sou presidente da Associação de Moradores do Jardim Campo Verde – Ceasa (Estrada CIA-Aeroporto) e venho informar que no bairro não há rede de esgoto, não há rede de água, falta saneamento básico, além de ter muito lixo, porque, há dias, não fazem a coleta. Ailton Gomes Sampaio. A Embasa responde: A Empresa Baiana de Água e Saneamento poderia implantar rede de rua e esgotamento sanitário no Jardim Campo Verde não fosse o local, área de preservação permanente de manancial, ocupada de maneira irregular. A empresa cumpre legislação ambiental, resoluções do Conama 302/85, referente a rios, e 303/85, referente a lagos e reservatórios, que vetam a fixação de populações a menos de 30 metros das margens de cursos d’água, e também o Código Florestal (Lei Ambiental 4772/95), a fim de resguardar o interesse dos milhares de pessoas abastecidas a partir da barragem de Ipitanga, em cujas adjacências vem acontecendo um processo contínuo de invasões. O crescimento populacional nessa área e a consequente poluição de sua bacia hídrica podem inviabilizar o uso da barragem de Ipitanga como manancial para consumo humano. (...) Fonte: Jornal A TARDE, 01/01/2007, Caderno Salvador e Região Metropolitana, p. 6.</p>	<p>T-1</p> <p>T-2</p>	<p>DU</p> <p>DG</p> <p>DCC</p>
<p>Falta água no Litoral Norte</p> <p>A falta de água durante os feriados de final de ano já é esperada por quem vive nas praias de Camaçari. Por serem próximas, à capital, elas atraem maior número de turistas. Arembepe, no entanto, sofreu mais do que as outras praias: em algumas regiões já falta água há 11 dias. Segundo a Embasa, a falta d’água evidenciada em algumas localidades da orla de Camaçari deveu-se a uma pane elétrica no sistema de bombas do poço nº3 de Machadinho, no último sábado, dia 30 de dezembro, que só teria sido sanada no domingo, 31. Fonte: Jornal A TARDE, Salvador, 03/01/2007, Caderno Salvador e Região Metropolitana, p. 7.</p>	<p>T-1</p> <p>T-2</p>	<p>DU</p> <p>DG</p>
<p>DRAMA - A pensionista paranaense Terezinha Vargas, 63, viveu um drama durante os feriados por conta da falta de água. Moradora de Arembepe há um ano, ela recebeu a família em casa durante os feriados e foi difícil passar sem água nenhuma. "A gente fica agoniada com todo esse calor e sem poder tomar banho. Havia 19 pessoas na minha casa e nada de água. Faltou até água mineral para comprar. Foi um desespero". Até ontem, a água ainda não tinha voltado a cair nas torneiras da Rua do Campo, em Arembepe. A atendente do Posto da Embasa de Arembepe deu previsão de volta do abastecimento normal para hoje. A empresa afirma que o fornecimento de água nas localidades de Catu de Abrantes, Barra do Jacuípe e Guarajuba já estaria normalizado, à exceção das partes altas de Barra do Jacuípe. A Embasa promete para o final de</p>	<p>T-1</p> <p>T-2</p>	<p>DU</p> <p>DP</p>

<p>janeiro a construção de uma adutora de dois quilômetros de extensão, ligando o reservatório de Monte Gordo a Barra do Jacuípe. No entanto, moradores reclamam da falta de veracidade nas informações dadas pela Embasa. "A gente liga e eles dizem que quebrou alguma coisa, dão previsão de volta em até 72 horas, mas já faz 11 dias que estamos nesse sufoco", lembra Terezinha. Ela conta que a água voltou na segunda-feira por 30 minutos, sem pressão nenhuma. "Mal deu pra encher dois baldes. É revoltante, porque a conta temos que pagar em dia". Moradores contam que quem não possui poços artesanais tem que se contentar em tomar banho de rio e depois jogar água mineral, ou a pouca água armazenada nos baldes, de caneco, no corpo. No Colégio Municipal Lídia Coelho Pinto, a falta de água até atrapalhou o trabalho de matrícula, retomado ontem. Os funcionários passaram sede, sem água até para lavar um copo. A diretora Ivonete Passos contou que em dezembro, ainda durante o ano letivo, chegou a dispensar os alunos por causa da falta de água. "Depois de falar com a Embasa e a Defesa Civil, conseguimos um carro-pipa. Como membro da comunidade, já participei de manifestações em frente à Embasa. Todos os verões temos que passar por isso", contou. Em Barra do Jacuípe, foram oito dias sem cair água nos reservatórios, segundo conta a moradora Jurânia Dias Cavalcanti. "Teve até confusão na hora que chegou o carro-pipa. É uma falta de respeito com os moradores", desabafou. No Condomínio Sol Marina, os veranistas também sofreram. "Temos poço artesiano, mas a água é malcheirosa. Até hoje, a água da Embasa ainda não voltou de vez, está pingando no tanque", contou o funcionário do condomínio, Moacir Santos Santana. Fonte: Jornal A TARDE, 03/01/2007, Salvador e Região Metropolitana, p. 7.</p>		
<p>Prefeitura embarga obra em São Francisco</p> <p>A construção do Centro Integrado de Tratamentos Ambientais (Cita Bahia) na Fazenda Usina São Paulo, em São Francisco do Conde – distante 56 quilômetros de Salvador –, foi interrompida por decisão da prefeitura municipal. (...) “A nossa preocupação é com o meio ambiente. A região possui um manguezal e tememos que os resíduos contaminem os lençóis freáticos ou prejudiquem o local de alguma outra forma”, destaca a secretária municipal de Meio Ambiente, Maria Amélia Martins. (...)</p> <p>Fonte: Jornal A TARDE, 04/01/2007, Caderno Salvador e Região Metropolitana, p. 8.</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DU</p>
<p>Descaso da Embasa</p> <p>A Embasa, quando se instalou em Arembepe, para alegria da comunidade, informou que todos poderiam desativar seus poços artesanais, pois o abastecimento de água potável estava garantido. Alguns, inclusive eu, acreditando na qualidade dos serviços dessa empresa, assim procedi e, hoje, tenho amargado momentos difíceis com a escassez de água e com o descaso. Não sei se é coincidência, mas tenho observado que o serviço de fornecimento de água em Arembepe, que era satisfatório, piorou bastante após a última eleição para prefeito e ficou horrível após a última eleição para governador, visto que, antes, tínhamos água nas torneiras todos os dias e depois passamos a ter dia, sim, dia não, e, hoje, ficamos até uma semana sem água. Espero que A TARDE divulgue esse desabafo e que o novo governo eleito oriente a Embasa no sentido de propiciar um atendimento digno ao povo dessa localidade. Agnaldo S. da Silva, Salvador – BA. Fonte: Jornal A TARDE, 05/01/2007, Seção Leitor Reclama, p. 2.</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DU DG DP</p>
<p>Vazamento na Boca do Rio</p> <p>Venho informar que está ocorrendo derramamento de água há uma semana em um local em frente ao condomínio Praias do Descobrimento, no bairro da Boca do Rio, no qual residio (...) Fonte: Jornal A TARDE, 06/01/2007, Seção Leitor Reclama, p. 6.</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DG DU</p>

<p>Interrupção no fornecimento</p> <p>O fornecimento de água pela Empresa Baiana de Águas e Saneamento (Embasa) será interrompido hoje nas regiões da Baixa de Quintas, Baixa dos Sapateiros, Santo Agostinho e Sete Portas. As ruas afetadas são General Argôlo, Cônego Pedreira, Djaima Dutra, Freitas Henrique de Baixo, Estrada da Rainha e Avenida Barros Reis. O motivo da interrupção é a realização de trabalhos de manutenção do reservatório de caixa d'água. O abastecimento dessas áreas voltará gradativamente ao normal durante a segunda-feira (8). (...) Fonte: Jornal A TARDE, 07/01/2007, Seção Leitor Reclama, p. 6.</p>	<p>T-1</p>	<p>DU</p>
<p>Água em Arembepe</p> <p>Em atenção à correspondência do leitor Agnaldo S. da Silva, publicada no Espaço do Leitor de A TARDE, esclarecemos que, em 1998, quando a Embasa assumiu a operação do sistema de abastecimento de água (...) Catu de Abrantes até Arembepe, havia apenas um poço para fornecimento e a empresa não "informou que todos poderiam desativar seus poços artesianos", como afirma o missivista. Desde então, foram perfurados mais quatro poços com investimentos para atender à demanda, mas o crescimento acelerado da população, principalmente nos últimos dois anos, triplicou o número de ligações de água, de 4 mil para 14 mil imóveis ligados na rede de abastecimento. Para ampliar a oferta, a perfuração de novos poços está sendo projetada, em conjunto com outras alternativas. No momento, estamos desenvolvendo uma campanha visando diminuir o desperdício de água, possibilitando abastecer melhor Arembepe e proximidades. Assessoria de Comunicação da Embasa, Salvador – BA. Fonte: Jornal A TARDE, 09/01/2007, Salvador e Região Metropolitana, p. 2.</p>	<p>T-1</p>	<p>DG DU DP</p>
<p>Vazamento na Boca do Rio</p> <p>Na Rua Brasília, no Conjunto Guilherme Marback, na Boca do Rio, um cano estourou na última quinta-feira e a água permanece até hoje vazando. Nós, moradores da rua, estamos tentando entrar em contato com a Embasa desde o dia em que o vazamento começou, mas nenhuma providência, até então, foi tomada. Tem vazado muita água e a rua está completamente alagada. Um grande desperdício. (...) Fonte: Jornal A TARDE, 10/01/2007, p. 8.</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DG DU</p>
<p>Descaso em Dias D'Ávila</p> <p>Sugiro A TARDE que visite Nova Dias d'Ávila, no município de Dias d'Ávila, e faça uma reportagem sobre o descaso das autoridades (...). A citada ponte está igualmente ameaçada, em vista do tráfego de caçambas com areia e arenoso dia e noite, isto há mais de 15 anos. Trata-se de extração ilegal e que já destruiu 90% do ecossistema, numa região de nascentes de rios e de preservação ambiental. Os buracos já causaram a morte de um motoqueiro e vários acidentes. Fonte: Jornal A TARDE, 11/01/2007, Leitor Reclama, p. 2.</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DG DU</p>
<p>Falta água em Arembepe</p> <p>A leitora Maria da Glória reclama que em Arembepe está faltando água todos os dias e a Embasa disponibilizou apenas um carro-pipa para a localidade. O bairro onde Maria mora, Piruí, é um dos mais prejudicados, segundo ela. A Embasa responde: A falta d'água em Arembepe foi causada por problema elétrico em bomba do sistema de Machadinho, já reparado. A Empresa Baiana de Águas e Saneamento (Embasa) disponibilizou seis carros-pipas para a orla marítima de Camaçari. O abastecimento teria sido normalizado no sábado (27), informou a Embasa. Fonte: Jornal A TARDE, 01/02/2007, Seção Leitor Reclama, p. 10.</p>	<p>T-1</p>	<p>DU DG DCC</p>

<p>Presentes para Oxum no Dique</p> <p>Não só a rainha do mar é a homenageada no dia 2 de fevereiro. Nas margens do Dique do Tororó, na noite do dia que antecede à festa na Praia do Rio Vermelho, várias pessoas reverenciam a senhora das águas doces. Desde as 23h30 do dia 1º, Oxum recebia flores amarelas, rosas e brancas, bonecas, sabonete, perfume e outros objetos relacionados à vaidade feminina por ela representada. (...) Com Mãe Alice à frente, os filhos e filhas-de-santo desceram do veículo e entraram em dois barcos, ao mesmo tempo que fogos de artifício anunciavam a chegada do grupo. O primeiro barco, Oxum Maré, levava o balaio de presentes e a mãe-de-santo. O segundo, Pai Oxalá e Mãe Janaína, seguiu com osalabês, atabaques, filhos e filhas do terreiro Odé Mirim. Durante o trajeto, turistas e moradores, em terra, acompanhavam o deslocamento das embarcações (...). Há também quem prefira agradecer em silêncio. Antes da movimentação, o garçom Tiago Almeida, 21, permaneceu por mais de 20 minutos agachado na plataforma de madeira no Dique. “Desde que Oxum entrou na minha vida, só tenho melhorado. Ela é minha vida. Gosto de conversar com ela com calma”, disse ele, que deixou o local para ir até o Rio Vermelho, onde entregaria seu presente a Iemanjá na mesma noite. (...) No entanto, também é possível o contrário. As amigas Patrícia Neta, 37, e Ana Castro, 60, resolveram visitar a rainha do mar primeiro. “Chegamos do Rio Vermelho agora. Sempre fazemos assim. O importante é que o coração está limpo e gostamos das duas. Elas entendem o nosso propósito”, afirma, cheia de fé, Patrícia. Fonte: Jornal A TARDE, 03/02/2007, Salvador e Região Metropolitana, p. 6.</p>	T-3	DR
<p>Peixes ameaçados</p> <p>(...) A Embasa, órgão responsável pela execução de programas de saneamento básico, só tratou de desenvolver o famigerado Bahia Azul, que merece uma CPI. O Rio Joanes está morto, como o Imbassahy, em Dias d'Ávila, que fez, em outros tempos, desta localidade um balneário de águas medicinais. Hoje, é só piscinas de lama e detritos. Um exemplo alarmante de descaso dos governos do PFL na Bahia está o caso de Nova Dias d'Ávila, complexo habitacional com mais de cinco mil moradias. Todos os esgotos são jogados na lagoa da Embasa, cujas águas são direcionadas à Represa de Santa Helena. O saneamento básico do local nem sequer foi cogitado na elaboração do Plano Diretor. (...) Fonte: Jornal A TARDE, 09/02/2007, Seção espaço do Leitor, p. 2.</p>	T-1 T-2	DG DU DP
<p>Falta d'água no Litoral</p> <p>A leitora Joslene Barreto reclama da falta de água na Estrada do Coco. Ela é moradora de Catu de Abrantes e diz que, desde o Natal, sofre com o problema. Segundo ela, a última vez que caiu água no local foi no dia 29 de janeiro e só foi enviado um carro-pipa ao local após ela realizar reclamações. Joslene Barreto, moradora de Catu de Abrantes. A Embasa responde: A assessoria de comunicação da Empresa Baiana de Águas e Saneamento (Embasa) informa que, em parceria com a prefeitura de Lauro de Freitas, viabilizou a implantação e inauguração de uma adutora interligando os sistemas de Lauro de Freitas e Busca Vida. A medida, completa a assessoria, possibilitou maior oferta para a região de Abrantes, inclusive com aumento na vazão de distribuição dos poços 3 e 5 do reservatório de Machadinho, obra concluída na quarta-feira (7). “Com o reforço no fornecimento de água, o abastecimento deve ser regularizado”, finaliza. Fonte: Jornal A TARDE, 09/02/2007, Seção Leitor Reclama, p. 10.</p>	T-1 T-2	DG DU DP
<p>Águas em Imbuí</p> <p>Leitor anônimo reclama de uma grande quantidade de água que viu jorrando na região da Avenida Jorge Amado, no Imbuí, no início da manhã de quinta-feira (8) Segundo ele, a força da água era tão forte que ameaçava levar barracas do local. A Embasa</p>	T-1	DU DP

<p>responde: "O vazamento a que se refere o leitor foi causado por quebraamento na adutora de 600 milímetros que leva água das estações de tratamento da Bolandeira para o reservatório do Cabula", informa a Empresa Baiana de Águas e Saneamento (Embasa), que afirma estar realizando a obra de restauração no local. Fonte: Jornal A TARDE, 10/02/2007, Seção Leitor Reclama, p. 8.</p>		
<p>Reunião discute futuro de parque</p> <p>(...) A Área de Proteção Ambiental Bacia do Cobre/ São Bartolomeu foi criada em 2001, através do decreto estadual no 7.7970, para proteger um dos últimos remanescentes de Mata Atlântica do Município de Salvador e importante reserva de água potável, parte integrante do sistema de abastecimento local. Segundo Afonso Florence, secretário de desenvolvimento urbano, a Sedur irá coordenar o projeto de intervenção, com medidas de preservação e fiscalização do parque por meio de um convênio com o Ministério da Cultura, que irá capitalizar R\$ 4 milhões para o projeto. (...) Fonte: Jornal A TARDE, 13/02/2007, Salvador e Região Metropolitana, p. 9.</p>	<p>T-1</p>	<p>DU DP</p>
<p>Protesto ironiza obras de limpeza de córrego</p> <p>Uma festa foi preparada pelos moradores do Loteamento Dona Rosa, em Itapuã, para, de maneira irônica e provocadora, comemorar o aniversário de um ano das placas que anunciavam o trabalho de limpeza do Córrego do Bispo. A comemoração-protesto aconteceria na manhã de ontem, no entanto as placas que traziam a frase "Prefeitura trabalhando" foram retiradas no final da tarde anterior. Os moradores protestaram assim mesmo contra a falta de cuidados com o córrego, que causa muitos transtornos aos moradores na época das chuvas. JL Palmeirinha, presidente da Associação de Moradores do Loteamento Dona Rosa, que beira o córrego, afirma que nenhum trabalho de limpeza foi feito na região. "As placas diziam que o prazo para a conclusão do serviço era de 90 dias, no entanto zeram aniversário de um ano no último dia 7 e nada foi feito", reclamou. Os moradores dizem sofrer muito com as enchentes do rio, nos períodos de chuva, e também com a grande quantidade de insetos e ratos que circulam na região por causa da falta de limpeza e tratamento do córrego. "Todo ano é um sofrimento na época das chuvas, o rio sobe tanto que não dá para diferenciar o que é rio e o que é rua. Tenho que levantar o freezer e todos os móveis para não perder minhas coisas", contou a comerciante Rosi de Jesus Soares, 47 anos, que mora na Rua Beira-Rio com o filho Fábio Soares, 21. "Já tive dengue duas vezes. Tem muito rato e muita muriçoca", lamentou. A Sumac (Superintendência de Manutenção e Conservação da Cidade), responsável pela limpeza dos córregos da capital, comunicou que o trabalho de dragagem do córrego foi realizado no início do ano passado e previu nova limpeza para ser iniciada em duas semanas, mas não soube explicar o porquê da retirada das placas apenas esta semana. Os moradores rebatem e garantem que os trabalhos de limpeza do rio não foram realizados pela prefeitura em 2006. (...) Fonte: Jornal A TARDE, 24/02/2007, Salvador e Região Metropolitana, p. 10.</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DU DP DG</p>
<p>Volta polêmica em Imbassaí</p> <p>As obras do empreendimento Reta Atlântico, de empresários portugueses, na Praia de Imbassaí, estão em ritmo acelerado, mas voltaram a ser tema de discussões entre empreendedores, ambientalistas (...). O aterro de uma faixa de área alagadiça formada pelo Rio Imbassaí, classificada como Área de Preservação Permanente (APP) e a construção de um hotel na faixa contígua às dunas estão no centro da polêmica. (...) Relator do processo de licença de localização no Cepram, o ambientalista Renato Cunha disse que o órgão autorizou a redução dos limites de 100 para 50 metros da margem do rio, mas que o CRA, em parecer técnico, reduziu a 30 metros, de modo a atender ao projeto do investidor. "O CRA não pode passar por cima de uma resolução do Cepram, avaliou ele". (...) Fonte: Jornal A TARDE, 28/02/2007, Salvador e Região Metropolitana, p. 04.</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DMO DG DU</p>

<p>IPTU alto do bairro de Piatã não garante infraestrutura</p> <p>(...) A Superintendência de Controle e Ordenamento de Uso do Solo (Sucom) mandou uma equipe para verificar a situação local e determinou a limpeza do canal do Rio Jaguaribe, identificado como o causador do estrago. O início da desobstrução está previsto para no máximo na próxima segunda-feira, segundo o superintendente Wellington Pereira. Enquanto não acontecer, os moradores temem novas chuvas. "Pago R\$ 400 de IPTU e não tenho como passar para chegar em casa quando chove", reclama Valdemar Oliveira, morador há sete anos da Rua Juiz Orlando Heleno de Melo. Valdemar lembra que, na época das eleições do ano passado, a prefeitura colocou uma placa em frente ao Condomínio Mirante anunciando drenagem e asfalto da rua, mas nada foi feito. Na Luciano Pacheco e suas travessas, a situação se repete. No final da rua principal não há saída para outras vias e as residências do entorno sofrem com o alagamento total da entrada de suas casas. Eliana de Oliveira, moradora há 16 anos, informa que três dos seus vizinhos abandonaram a residência, já que a situação se repete todos os anos. "Um deles tinha apenas seis meses de compra, mas preferiu sair. Isso aqui sempre foi assim", conta. Para sorte de Eliana, sua casa fica na parte mais superior e não está entre as mais atingidas. (...) Com a chuva, o cheiro de esgoto sobe e as bocas-de-lobo entupidas não suportam o fluxo da água. No entanto, a limpeza do canal do Rio Jaguaribe vai apenas reduzir o impacto. Conforme destaca o superintendente da Sumac, o problema vai muito além disso. "Infelizmente, esse é um dos reflexos da falta de planejamento urbano de Salvador. As pessoas constroem próximo à margem dos rios, que acabam sendo transformados em canais, sem fazer uma previsão", diz. Os moradores das regiões próximas ou abaixo do nível do canal são os mais afetados. O alagamento, para Wellington, "é uma tendência natural e para solucionar é preciso repensar a drenagem da cidade como um todo". (...) De acordo com o superintendente, prefeitura vai intensificar a limpeza de todos os canais da cidade nos próximos dias, a fim de evitar maiores transtornos com a chegada das chuvas de março. Fonte: Jornal A TARDE, 01/03/2007, Salvador e Região Metropolitana, p. 8.</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DG DU DP</p>
<p>Eco mangue</p> <p>(...) Durante o ato, será feita a coleta de lixo nas margens do Rio Joanes, além da recomposição das matas ciliares. A caminhada, uma iniciativa conjunta das prefeituras de Camaçari e Lauro de Freitas, começa na Estrada do Coco, próximo à ponte que faz limite com os dois municípios, e se encerra na Praia de Buraquinho, em um percurso de 2 km. Segundo os organizadores, será realizada uma grande intervenção no mangue situado nas imediações do Condomínio Busca Vida, com o plantio de mudas e recuperação de parte da vegetação. Fonte: Jornal A TARDE, 16/03/2007, Salvador e Região Metropolitana, p. 6.</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DG DU</p>
<p>Comunidade reclama de descaso em Cabula IV</p> <p>Uma ladeira estreita e mal pavimentada, à direita da Rua Silveira Martins, no Cabula IV, dá acesso a uma comunidade de seis mil habitantes esquecida pelos Órgãos públicos de Salvador. Lá embaixo, moradores convivem com lixo acumulado, esgoto a céu aberto, ratos, baratas e cobras. "Aqui reinam o caos e o descaso. É muito sofrimento", resume o líder comunitário Eliosvaldo José Marcos França. (...) Alguns moradores, que moram em uma rua ainda mais afastada, optam por simplesmente jogar o lixo no Córrego do Cascão (braço de uma lagoa no Cabula IV), que passa ao lado, em área de reserva federal do Exército. "Todo mundo joga também", tenta justificar a desempregada Ubiracira de Assunção, 49, que vive com um filho e um neto em uma casa que corre risco de ruir com a chuva. "A água desce pela encosta e entra no quarto", conta. Com a pequena residência perto do córrego, que já virou esgoto, ela diz haver muita mosca, bicho morto e mau cheiro. Até cobra sucuri ela diz já ter aparecido por ali. (...) Presidente da Associação de Moradores de Vila Amazonas, Angélica Conceição diz que precisou telefonar mais de cinco vezes para a Embasa, na manhã da</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DG DU DP</p>

<p>última sexta, para conseguir que uma equipe fosse fazer a limpeza de canais entupidos. "É como se o bairro não existisse. Isso causa revolta", reclama. Enquanto o problema era resolvido, crianças de pés descalços brincavam em meio a poças, onde era possível sentir o mau cheiro de esgoto. (...) Fonte: Jornal A TARDE, 18/03/2007, Caderno Salvador, p. 8.</p>		
<p>Imbassaí</p> <p>A matéria CRA não consegue fiscalizar as mais de três mil licenças emitidas, publicada em A TARDE de 28/2, chamou a atenção para a Praia de Imbassaí – uma área alagadiça e construção de um hotel junto às dunas, envolvendo áreas de proteção ambiental. Todo o assunto está na esfera estadual. Mas a preservação da Praia de Imbassaí interessa preponderantemente ao distrito de Imbassaí, município de Mata de São João. Nesse assunto, o município pode legislar em aspectos que lhe são particulares. O que não pode é o assunto da praia e do rio ficar por conta apenas de autoridades do Estado. Fonte: Jornal A TARDE, 21/03/2007, Caderno Opinião, p. 2.</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DMO DU DG</p>
<p>Perda de água chega a 50% em Salvador</p> <p>Vazamentos na rede hidráulica e o mau uso de água tratada nas residências contribuem para que Salvador desperdice 50% desse recurso. Para a Embasa, o percentual perdido é alto, no entanto está dentro da média nacional. Fonte: Jornal A TARDE, 22/03/2007, Capa.</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DG DU DCC DP</p>
<p>Desperdício de água é de 50% em Salvador</p> <p>Metade da água tratada que sai das centrais de abastecimento de Salvador é perdida. Uma parte, em torno de 20%, perde-se em vazamentos nas tubulações da rede que distribui a água pela capital. A outra, em torno de 30%, perde-se nas residências devido ao mau uso do líquido, de acordo com o superintendente operacional da Empresa Baiana de Águas e Saneamento S.A. (Embasa), Rogério Costa Cedraz. Ele admite que se trata de um percentual alto, mas que está dentro da média nacional e compatível com as dificuldades da operação em uma cidade de topografia irregular como Salvador. À perda física, a Embasa contabiliza também a “perda aparente” com ligações clandestinas, em que a água chega ao cliente, mas o dinheiro não chega ao caixa da empresa fornecedora. O desperdício ocorre porque parte da rede é muito antiga e por causa do impacto das altas pressões para fazer a água subir os morros, segundo Cedraz. Como consequência, surgem os vazamentos. A substituição da rede é uma das soluções possíveis. Neste ano, segundo ele, a Embasa vai investir R\$ 4 milhões na substituição de 50 km da rede. (...) O maior percentual de perda ocorre, segundo Cedraz, dentro das casas, onde pelo menos 30% da água utilizada poderia ser economizada. Hábitos como o de lavar a calçada e carros usando mangueiras, banhos longos e torneiras que pingam são as principais causas do desperdício doméstico. O consumo por habitante, em Salvador, varia, em média, de 150 a 170 litros por dia. (...) Sertão – Outra “irracionalidade”, na opinião do professor é o fato de Salvador ter seu abastecimento de água provido pelos mananciais da região semiárida. A barragem de Pedra do Cavalo, que abastece 40 cidades do Recôncavo e da Região Metropolitana de Salvador (RMS), é formada com os recursos hídricos da bacia hidrográfica do Rio Paraguaçu, que nasce na Chapada Diamantina e cruza parte do semiárido. (...) Fonte: Jornal A TARDE, 22/03/2007, Salvador e Região Metropolitana, p. 8.</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DG DU DP DCC</p>
<p>Esgoto e lixo põem em risco a reserva ambiental</p> <p>Duas redes do programa Bahia Azul rompidas colocam em risco a reserva, que vem sendo agredida com a contaminação do manancial, onde há três nascentes da Bacia Hidrográfica do Rio Camurugipe. As encostas do Boqueirão do Castro Neves também ficaram comprometidas pelas escavações do programa. Além disso, há um esgoto</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DU DP DG</p>

<p>fluvial que vem da Rua Castro Neves, poluindo a área. "Já denunciemos há dois anos ao CRA, mas nunca foi tomada nenhuma providência", informa o agrônomo Carlos Lorenzo. "O Bahia Azul na área foi um desastre, até hoje estamos com problemas", destaca ele. O presidente da associação local se queixa da falta de apoio de qualquer órgão do Estado ou da prefeitura. "Fazemos tudo por conta própria, nunca tivemos qualquer apoio da Superintendência de Parques e Jardins (SPJ) da atual gestão, que não se interessou pelo nosso projeto", enfatiza Lorenzo. Fonte: Jornal A TARDE, 25/03/2007, Salvador e Região Metropolitana, p. 13.</p>		
<p>Aterramento destrói mangue no Rio Joanes</p> <p>Um trecho de 780 metros quadrados de mangue no fundo do lote nº 68 do Condomínio Foz do Joanes, em Buraquinho, está aterrado com argila arenosa. Ao lado, o proprietário do terreno, o empresário Paulo Guimarães, pretende construir um village, como outros que já existem no condomínio. O trecho aterrado seria utilizado para dar acesso a um braço do Rio Joanes. De acordo com o diretor do Departamento de Gestão Ambiental de Lauro de Freitas, Marcelo Cerqueira, da Secretaria de Planejamento, Saneamento, Meio Ambiente e Turismo (Seplantur), o fato é caracterizado como crime ambiental. (...) O trabalhador alegou que parte da via aberta naquela área já estava lá há muito tempo, e o que fizeram foi prolongar alguns metros do trecho, até o braço de rio. (...) Fonte: Jornal A TARDE, 26/03/2007, Salvador e Região Metropolitana, p. 5.</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DMO DU DG</p>
<p>Descaso da Embasa</p> <p>Venho comunicar a este veículo de comunicação o descaso da Embasa em plena semana de comemoração do Dia Mundial da Água, criado pela ONU em 22/3/1992. A proprietária de um terreno situado no bairro de Vida Nova, caminho 36, quadra 30, em Lauro de Freitas, ao fazer escavações, rompeu o cano desse caminho, fazendo a água jorrar de sexta-feira, dia 23, a segunda, 26. Com isso, todas as famílias que ali residem ficaram sem uma gota de água em suas casas. Fizemos várias ligações para a Embasa e pegamos até número de protocolo por dias seguidos. Do órgão, só ouvimos: "Não adianta ficar ligando, já está registrado!". A solução só veio quando dissemos que havíamos tirado fotos e que iríamos colocar na imprensa. Será que é preciso usar desses tipos de apelos para que problemas como esse sejam resolvidos? E viva o dia da água! Cristina Prado, Lauro de Freitas – BA Fonte: Jornal A TARDE, 28/03/2007, Espaço do leitor, p.</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DG DU DP</p>
<p>Vazamento no Doron</p> <p>Sou comerciante da Rua Claudenor Soares, no bairro do Doron (no fundo do Mercado Brás), e, no local, existe um vazamento de água na mesma rua onde tenho o estabelecimento. A Embasa esteve no local e cerca de cinco funcionários olharam o vazamento e nada fizeram. O último disse: olha o pepino. E foi embora. A água continuou jorrando no meio da rua. Fonte: Jornal A TARDE, 29/03/2007, Leitor Reclama, p. 6.</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DG DU DP</p>
<p>Prefeitura de Mata de São João investe em infraestrutura e cria postos de trabalho</p> <p>(...) A prefeitura implantou também um sistema de abastecimento de água encanada para diversas localidades, e de iluminação pública e residencial para 15 comunidade, incluindo Praia do Forte e Imbassaí. (...). Nos próximos dois anos, o prefeito João Galberto Vasconcelos tem planos de aprimorar a saúde e educação da população. Porém, seus grandes projetos são mesmo na área de infraestrutura. "Vamos instalar uma rede de saneamento básico em toda a região de Mata de São João. Outra ação importante será promover a urbanização de Imbassaí. Para tanto, o processo de licitação já foi aberto e deve ser concluído em março", sinaliza. Fonte: Jornal A TARDE, 30/03/2007, Caderno Municípios, p. 9.</p>	<p>T-1</p>	<p>DU DP</p>

<p>São Sebastião do Passé diversifica investimentos</p> <p>(...). No campo da infra-estrutura, a Prefeitura pavimentou com paralelepípedo 11 novas ruas na cidade, perfurou quatro poços de água e vem fazendo a manutenção de outros 31. Fonte: Jornal A TARDE, 30/03/2007, Caderno Municípios, p. 12.</p>	<p>T-1</p>	<p>DU</p> <p>DP</p>
<p>Fontes ficam sem limpeza e nenhuma conservação</p> <p>Ir até o Tororó e encontrar água para beber, diferente do que diz aquela cantiga de roda, pode até acontecer. Mas as condições da fonte, com certeza, não são mais as mesmas do século XVIII, quando as lavadeiras desciam com baldes na cabeça cantarolando para lavar roupas no Tororó. De acordo com o aposentado Jorge Alves Leal, 80 anos, há décadas que não se fazem trabalhos de manutenção no local. (...) A situação de abandono da fonte do Tororó se estende a outras fontes da cidade. Atualmente, mais usadas para lavar carro e apoio para moradores de rua. Na Avenida Contorno, por exemplo, a fonte as Pedreiras ou da Preguiça, caracteriza-se por pichações na nas paredes, pedaços de sabonete, restos de comida, plásticos e lixo acumulado onde cai a água. Diariamente, os moradores da Gameleira (comunidade acima da fonte) e adjacências tomam banho lá, lavam roupas e pegam da água para beber, ignorando a falta de manutenção. “O que vejo é bagunça, deveriam gradear para cuidar mais, todos temos que recorrer a ela quando falta água”, diz Maria Ailda Souza, moradora da região há 28 anos. A recorrência à água das fontes ainda é uma atitude recorrente comum para parte dos moradores e transeuntes das regiões do entorno delas. O frentista Reinaldo Pereira da Conceição, por exemplo, costuma caminhar e jogar futebol na orla, sendo que sempre quando termina sua atividade, recorre à fonte Ondina (Avenida Oceânica), para matar a sede e refrescar o corpo. No entanto, a tubulação que conduz a água da fonte quebrou e enferrujou. Como o líquido desce fraco e escorrega pela parede ele utiliza uma folha de árvore para desviar o fluxo da água para a garrafa plástica e então utilizá-la, ignorando o limo formado ao lado. “A água é doce e boa, não tem melhor, mas a fonte precisa de reforma, antes a água caía mais forte”, opina. O barman Edmundo Matos lembra que seus avós contavam que existiam mais três fontes em Ondina, que acabaram com as construções de prédios. “Já usei da fonte para trocar água do aquário porque aí não tem cloro, mas meus avós usavam para beber”, recorda. (...) Wellington ressalta que há previsão para a recuperação das seguintes fontes este ano: as duas da Fonte Nova, a Pedreira (Avenida Contorno), Baluarte (descida da Água Brusca), Gengibirra (Liberdade) e Ondina (Avenida Oceânica). “É preciso tirar a lama acumulada, retirar o mato do entorno e pintar”, diz. (...) Fonte: Jornal A TARDE, 1/04/2007, Salvador & Região Metropolitana, p. 9.</p>	<p>T-1</p> <p>T-2</p>	<p>DU</p> <p>DP</p> <p>DR</p>
<p>Bahia Azul</p> <p>Um programa faraônico, cheio de propagandas e muitas promessas dos seus gestores, de que seriam resolvidos os problemas de esgotamento sanitário, escoamento de águas pluviais, despoluição da Bahia de Todos os Santos e dos rios da região metropolitana, dentre outros. Pensou-se, a princípio, com a propaganda feita pelos governantes e valor empregado no programa, que está visaria mesmo à saúde da população. Contudo, surgiram os problemas: ao invés de soluções, o que se vê, no dia a dia, é a grande quantidade de pessoas insatisfeitas com o Bahia Azul. Para o povo, além do aborrecimento, sobrou o custo da água mais 80% a título de taxa de esgoto, que são cobrados religiosamente, todos os meses, tenha água ou não, de todos os “clientes”, por tempo indeterminado. Depois de mais de dez anos do programa, descobre-se que o Bahia Azul não cumpre uma de suas funções, que é a de tratar os esgotos domésticos cujos dejetos são lançados na Baía de Todos os Santos. Se provado que o problema que ocasionou a mortandade de peixes foi a maré vermelha, passa a Embasa, gestora do Bahia Azul, a ser responsável pela tragédia. Fonte: Jornal A TARDE, 11/04/2007, Caderno Opinião, p. 2.</p>	<p>T-1</p> <p>T-2</p>	<p>DP</p> <p>DU</p> <p>DG</p>

<p>Canal aberto</p> <p>Moro na Rua Lopes Trovão, em Massaranduba. Sofro com um canal que se encontra aberto há seis meses. Nós moradores, não aguentamos mais os ratos. Será que a prefeitura não percebe que podemos pegar uma doença com isso? O pior é que a Sumac já foi acionada diversas vezes, mas nada foi feito até o momento. Sempre dizem que a prefeitura não tem dinheiro. Mas o que podemos fazer? Só sei que o serviço é público e eles devem tomar alguma providência. O que não pode é continuar com isso. A Sumac responde: A assessoria de comunicação da Superintendência de Manutenção e Conservação da Cidade (Sumac) informa que as placas de concreto que cobriam o canal referido caíram porque se desgastaram com o tempo. A Sumac está ciente do problema e garante resolvê-lo este final de semana. Fonte: Jornal A TARDE, 18/04/2007, Leitor Reclama, p. 8.</p>	<p>T-1</p> <p>T-2</p>	<p>DU</p> <p>DP</p> <p>DG</p>
<p>Falta de água e luz</p> <p>Estudo em um colégio que falta tudo. O Colégio Municipal Helena Magalhães, em Boa Vista de São Caetano, passou dez dias sem água. As aulas também são bastante irregulares porque até iluminação falta em algumas salas. Como vou assistir à aula no escuro e sem água? (...) A SMEC responde: A assessoria da Secretaria Municipal de Educação (Smec) informou que os problemas no Colégio Municipal Helena Magalhães foram resolvidos há quase duas semanas. A falta de água foi ocasionada apelo entupimento na rede geral de abastecimento. Quanto à energia, havia um problema na instalação, que também foi resolvido. Fonte: Jornal A TARDE, 19/04/2007, Salvador e Região Metropolitana, p. 6.</p>	<p>T-1</p> <p>T-2</p>	<p>DG</p> <p>DP</p>
<p>Conder está com 133 obras paralisadas em todo o estado</p> <p>(...) Em Salvador, obras como a reforma do Museu do Tesouro, no Centro Histórico, a conclusão do Programa Ribeira Azul (Novos Alagados) e a Urbanização do Dique do Cabrito foram paralisadas porque as empreiteiras recusavam a continuar o trabalho por falta de pagamento e porque os aditivos contratuais não foram feitos. (...) Dique do Cabrito – Construção de moradias populares e drenagem do dique, iniciada em 2002 e paralisada no final de 2006, entre os bairros de Pirajá e Boa Vista de Lobato. (...) Fonte: Jornal A TARDE, 25/04/2007, Caderno Salvador, p. 4.</p>	<p>T-1</p>	<p>DU</p> <p>DP</p>
<p>Passeio no Dique é sem segurança</p> <p>Quem frequenta vê sem esforço: as águas do Dique do Tororó estão esverdeadas. Os aparelhos que bombeiam a água para fora para promover a oxigenação não estão ligados há pelo menos um mês. Sem arejamento, uma camada de microalgas de cor verde se forma na superfície das águas. O biólogo André Papi, que atua na ONG Jogue Limpo nas Praias, explica que as algas agem como "tampa" que impede a entrada de luz e a ação dos ventos na oxigenação superficial. Conforme o especialista, a depender do tipo de alga, em caso de concentração, pode haver ação tóxica para os peixes e para quem comê-los. Mas ele ressalta que apenas uma análise da água poderá confirmar o tipo de microrganismo que está tomando conta do Dique do Tororó. A administração do parque admite a falta de bombeamento, mas informa que os três aparelhos estão em manutenção e voltarão a funcionar "em breve". A secretária Zoraide Santos não quis dar um prazo mais concreto para o retorno do serviço. Segundo ela, o problema teria iniciado a partir do roubo de cabos das bombas, há um mês. Zoraide também não soube informar qual a qualidade da água ou os impactos das microalgas para os peixes. Disse se tratar de informação técnica de responsabilidade da Embasa ou do Centro de Recursos Ambientais (CR.A). Enquanto as bombas estão paradas, o único cuidado com a limpeza das águas é feito por funcionários que passam uma rede para retirar lixos, restos de oferendas a orixás e outros detritos. "Aqui a gente encontra de tudo, só não encontra dinheiro", conta Pedro Celestino Néri, 53 anos, dez deles na função, enquanto maneja a rede, de dentro de um pequeno barco, para recolher os objetos da água. Segurança - Além de reclamar do descaso com as águas do Dique, os frequentadores do parque têm se queixado de falta de segurança nos finais de semana. (...) Fonte: Jornal A TARDE, 07/05/2007, Caderno Salvador e Região Metropolitana, p. 8.</p>	<p>T-2</p>	<p>DG</p> <p>DR</p> <p>DU</p> <p>DCC</p>

<p>Moradores revoltados com a condição de abandono</p> <p>No ano passado, os moradores dos bairros de Santa Mônica e do Curuzu interditaram, por duas vezes, a Avenida San Martin em protesto contra a não-realização de obras no canal do Rio das Tripas, que corta as duas localidades. A obra de drenagem e cobertura do canal vem sendo reivindicada há 23 anos e, até o momento, não constam entre as prioridades do município. Revoltados com o abandono, moradores como Valdenira Maria de Souza, 34 anos, 15 dos quais no local, lembra que nas últimas chuvas, este ano, a água invadiu sua casa, trazendo lixo do canal que transbordou. "Será preciso um novo protesto nas ruas para que sejamos atendidos?", questionou. Outro morador, Jurandy da Conceição Ferreira, 39 anos, lembra que a última intervenção municipal no local se deu em 1984, quando parte do canal foi revestido com cimento nas laterais. A obra, contudo, não foi concluída. Faltaram, por exemplo, a interligação em passarelas para passagem dos moradores e a dragagem do rio, que deveria ser feita anualmente. "Aqui, sofreremos com a chuva, o lixo, com a enchente e com os ratos e suas respectivas doenças", enumerou Jurandy Ferreira. (...) Fonte: Jornal A TARDE, 08/05/2007, Salvador e Região Metropolitana, p. 5.</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DU DP DG</p>
<p>Obras prioritárias não esperar</p> <p>(...). Os recursos serão aplicados em trabalhos de recuperação de encostas, macrodrenagem e limpeza de canais, tanto em áreas nobres como na periferia da cidade (...). Demora: Os moradores da Baixa de Santa Mônica e do Curuzu, ao longo da Avenida San Martin, esperam, há 23 anos, as obras de drenagem do canal do Rio das Tripas, que costuma alagar em períodos de chuva. Na Baixa do Pernambués, as obras de drenagem e urbanização da Rua São Paulo ficaram pela metade e estão paradas há pelo menos dois meses. Na Estrada da Rainha, os moradores reclamam da falta de dragagem do rio que passa pelo local. A falta de macrodrenagem no bairro de Praia Grande, no subúrbio ferroviário, também é motivo de constantes protestos dos moradores. Dos R\$ 100 milhões pleiteados pela Prefeitura do Salvador aos ministérios das Cidades e da Integração Regional, para obras de infraestrutura e saneamento, pelo menos R\$ 30 milhões estão assegurados. Os recursos são reivindicados para atender às intervenções necessárias em 433 áreas de risco catalogadas na cidade. Até ontem, já tinham chegado aos cofres da prefeitura R\$ 8.883.000, para obras em cinco encostas e quatro canais na cidade. Devem chegar, nos próximos dias, dependendo da assinatura dos contratos com a Caixa Econômica Federal, mais R\$ 7,9 milhões, destinados a intervenções em três avenidas. (...). Os recursos servirão para a construção de passarelas, via exclusiva para ônibus e interligação das vias internas, passando sobre o canal do Rio Camurujipe. (...) Fonte: Jornal A TARDE, 08/05/2007, Salvador e Região Metropolitana, p. 5.</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DP DG DU</p>
<p>Expansão urbana fez com que locais ideais para o culto fossem diminuindo</p> <p>Cerca de 79,4% dos terreiros não têm ambiente favorável à prática do culto, como descreve o ditado popular do candomblé "kosiewe, kosi orixá", que significa "sem folhas, não há orixás". A conclusão do estudo Mapeamento dos Terreiros confirma um estudo realizado como dissertação de mestrado da pesquisadora Jussara Rêgo, com o tema Desterritorialização dos Terreiros na Região Metropolitana de 2003. (...) (na legenda da foto: Terreiros têm cada vez menos espaços com mananciais de água e verde). Fonte: Jornal A TARDE, 12/05/2007, Salvador e Região Metropolitana, p. 14.</p>	<p>T-1</p>	<p>DR DU</p>
<p>Poluição no Imbuí</p> <p>Tentei, há 15 dias, solucionar pelo 0800-555195 da Embasa, o problema da poluição do Rio Cascão, devido ao vazamento de caixas de esgoto. Mesmo dando todas as coordenadas para a atendente, ou seja, atrás do Shopping Gaivota, paralela à Rua das Codornas e com acesso pelo Condomínio Dunas do Imbuí, fui informado que, como</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DG DU DP</p>

<p>não havia nome da rua onde as caixas estavam localizadas e, obviamente, poluindo, não era possível fazer o registro no sistema, só simplesmente uma anotação da queixa. Infelizmente até a presente data nada foi resolvido. Porém, a conta e a taxa de esgoto (80%) são cobradas e infalíveis. Ressalto que, das vezes anteriores que solicitei esta manutenção corretiva, elas só foram atendidas quando se tornaram pública. Por enquanto, temos que ficar de braços cruzados esperando a Embasa tomar alguma atitude. Pelo menos minha parte eu já fiz. A Embasa responde: A assessoria de comunicação da Empresa Baiana de Águas e Saneamento (Embasa) esclarece que técnicos da empresa percorreram, no último dia 9 pela manhã, todo o trecho da margem do Rio Cascão, onde, supostamente, há vazamentos em caixas de esgoto, conforme reclamação do leitor. Não foi encontrado qualquer lançamento ou irregularidade na rede do local indicado (atrás do Shopping Gaivota, paralela Rua das Codornas, com acesso pelo Condomínio Dunas do Imbuí). A única reclamação sobre vazamento de esgotos nesta área, registrada pelo serviço 0800-555195, foi feita no último dia 2 pela Escolinha Chave do Tamanho e atendida no prazo de 24 horas, no dia seguinte. Fonte: Jornal A TARDE, 12/05/2007, Seção Leitor Reclama, p. 6.</p>		
<p>Esgoto contamina mangue no Cobre</p> <p>O mau cheiro é insuportável, assim como a visão de dejetos de fezes que desce misturado à água que sai do extravasor da Estação Elevatória de Esgoto do Cobre. Operada pela Embasa (Empresa Baiana de Água e Saneamento) na entrada da Enseada do Cabrito. A descarga é diária e não só traz problemas para os moradores, mas, principalmente, para o manguezal, que foi revitalizado nos últimos anos, mas vem sendo destruído pelos esgotos há pouco mais de três meses. Os moradores reclamam e mostram os estragos, a água amarelada e com forte odor de esgoto e a ausência de aratus e guaiamuns, espécies de crustáceos que há alguns anos atrás retornaram ao manguezal, mas que desapareceram nos últimos meses. “Aqui, o trabalho de recomposição do manguezal está sendo perdido e agora só as garças ainda vivem”, diz o pescador João Pereira da Silva, 55 anos. Os despejos de esgotos <i>in natura</i> feitos diretamente no Rio do Cobre vêm de um extravasor da Estação Elevatória de Esgoto da Bacia do Cobre e acontece no início da manhã e final da tarde quase que diariamente. Segundo os moradores do local, já vem acontecendo há pelo menos três meses. A assessoria de imprensa da Embasa informou que a causa do problema é o roubo de cabos de cobre que compõe o sistema elétrico que coloca em funcionamento as bombas de tratamento do esgoto que vem dos bairros de Periperi, Itacaranha, Plataforma e Boiadeiro. E diz que está providenciando a reposição do material. Fonte: Jornal A TARDE, 14/05/2007, Salvador e Região Metropolitana, p. 7.</p>	<p>T-1</p> <p>T-2</p>	<p>DU</p> <p>DP</p> <p>DG</p>
<p>Lama e fezes - Há oito anos a Conder (Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia) retirou as palafitas que ficam no entorno do Rio do Cobre, no trecho que vai da sua foz até a Enseada do Cabrito (um prolongamento da Enseada dos Tainheiros, na Península de Itapagipe). A retirada das palafitas e o conseqüente despejo de esgotos na região resultaram na recuperação lenta e gradual da vegetação de mangue nas margens do Rio do Cobre, que, até ano passado, já abrigava algumas espécies de aratus e guaiamuns e trouxe de volta as garças-brancas à região. Nos últimos meses, contudo, apenas as aves permanecem no local. “Aqui agora é só lama, fezes e mau cheiro”, diz Josué Silva, 50 anos, 32 dos quais no local morando em palafitas. Outro morador, o pescador Luiz Carlos Santos de Jesus, 42 anos, diz que a poluição por esgoto vem não apenas da estação Elevatória da Embasa, mas também da Barragem do Cobre, no interior do Parque São Bartolomeu, que está poluída. “Hoje, até mesmo a pesca na ponta da enseada (do Cabrito) está mais difícil, pois com as chuvas, os esgotos avançam pelo mar e afugentam peixes e siris”, diz. Em nota, a Embasa explica que a estação elevatória da bacia de esgotamento do Cobre, que bombeia os esgotos dos bairros de Pirajá, Boiadeiro, Plataforma e de parte de Periperi, teve seus cabos elétricos roubados na madrugada de anteontem e está com o funcionamento comprometido. Fonte: Jornal A TARDE, 14/05/2007, Salvador e Região Metropolitana, p. 7.</p>	<p>T-1</p> <p>T-2</p> <p>T-3</p>	<p>DU</p> <p>DP</p> <p>DG</p> <p>DR</p>

<p>Retorno dos invasores piora a situação</p> <p>Em 2003, numa ação envolvendo a Conder (Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia) e a Polícia militar, moradores da invasão de uma área próxima da foz do Rio do Cobre foram retirados do local. Quatro anos depois, o local foi novamente ocupado por invasores, que fizeram novamente barracos de madeira na localidade. A cada dia, os ocupantes avançaram ainda mais na direção da área do antigo manguezal e nas proximidades da barragem do Cobre. A barragem, que acumula 2,4 milhões de metros cúbicos de água, está poluída, mas a maior parte da contaminação da foz do rio e da própria Enseada do Cabrito vem dos esgotos despejados pela Estação Elevatória da Embasa, que apresenta problemas técnicos de funcionamento e dos dejetos que são lançados no interior do Parque de São Bartolomeu, no próprio Rio do Cobre e em alguns dos seus afluentes. Quem mora na foz do rio, como a dona-de-casa Antonieta da Conceição dos Santos, 57 anos, 30 dos quais no local, diz que nos períodos de chuva as condições de vida são as piores possíveis. "Aqui, não há mais vida no manguezal, e nós, que moramos perto, temos que conviver com a podridão. Os mariscos estão saindo do local", diz. O Rio do Cobre nasce no bairro de Fazenda Coutos, na área conhecida como Lagoa da Paixão. Ao longo do seu trajeto, recebe esgotos das residências de Fazenda Coutos, Pirajá, Rio Sena e Alto da Terezinha, até desaguar na Enseada do Cabrito, uma reentrância da Península de Itapagipe, próximo da Avenida Professor Afrânio Peixoto (Avenida Suburbana). Fonte: Jornal A TARDE, 14/05/2007, Salvador e Região Metropolitana, p. 7.</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DP DU DG DMO DR</p>
<p>Ecologistas lutam por parque</p> <p>Depois de esperar dez anos, o grupo Nativos de Itapuã conseguiu tirar da gaveta o projeto do Parque Ecoturístico do Manguezal do Riacho Passa Vaca – um importante remanescente desta vegetação em pleno perímetro urbano de Salvador. (...). No próximo dia 1º de junho, os ecologistas do grupo Nativos de Itapuã fazem uma limpeza do manguezal do riacho Passa Vaca, no bairro de Patamares, marcando as comemorações do Dia Mundial do Meio Ambiente. Cansados de aguardar uma decisão do poder público a respeito da preservação da área remanescente de manguezal, os integrantes do Nativos já entregaram um documento ao governador Jaques Wagner, no qual solicitam a sua intervenção para que o parque seja efetivado. "Salvador tem a chance de ter o único parque de manguezal em perímetro urbano do Estado", diz o coordenador do Nativos, Antônio Conceição. Extensão - O riacho Passa Vaca nasce em Canabrava, segue pelos bairros de São Rafael e Avenida Paralela, chegando até a Praia de Patamares. "São mais de três quilômetros de extensão de um manancial que vem sofrendo repetidas agressões, como assoreamento da mata ciliar por conta das construções nas redondezas, que fazem o barro correr para o rio", explica Antônio Conceição. (...) "As construções estão 'espremendo' o riacho, que corre o risco de se extinguir, o que queremos evitar com a criação do parque", disse o coordenador do Nativos. Mas não são apenas as invasões de colarinho-branco que estão destruindo o manancial. Segundo Antônio Conceição, os moradores das invasões, também, na cata do marisco, estão acabando com a vida marinha. (...) Segundo Conceição, no final do ano passado, foi solicitado à prefeitura, por meio da Superintendência de Meio ambiente e da Sucom, que fosse dado andamento ao projeto de criação do parque, mas nenhuma providência foi adotada. "Se não acontecer logo alguma medida que proteja este manancial, ele vai acabar", alerta. (...) Fonte: Jornal A TARDE, 23/05/2007, Salvador e Região Metropolitana, p. 9.</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DP DU DMO DG</p>
<p>O compromisso ambiental do Polo</p> <p>O Pólo Industrial de Camaçari, que em 2008, completará 30 anos de operação, nasceu sob o signo do pioneirismo ambiental. (...) A eficiência desses sistemas integrados de proteção ambiental do Pólo de Camaçari é reconhecida nacional e internacionalmente. A própria existência desses sistemas tem constituído, inclusive, fator de atração para a implantação de novos investimentos industriais na região, além de vir contribuindo de forma importante para o desenvolvimento sustentável em nosso Estado. Desse modo,</p>	<p>T-1</p>	<p>DP DU DCC</p>

<p>ao executar as atividades de coleta, tratamento e disposição final dos efluentes líquidos e resíduos industriais do Pólo, ao monitorar continuamente o ar, as águas subterrâneas, os rios e o mar na área de influência do complexo industrial, a Cetrel vem assegurando a qualidade do meio ambiente em vasta área da Região Metropolitana de Salvador. (...) Fonte: Jornal A TARDE, 05/06/2007, Terça-feira. Caderno Opinião, p. 3.</p>		
<p>Combate ao desperdício difundido na sociedade</p> <p>Desperdício. Essa tem sido uma prática cada vez mais combatida quando o assunto tratado são os recursos hídricos. (...) O combate ao desperdício é uma das metas da Superintendência de Recursos Hídricos (SRH) e faz parte da política estadual do meio ambiente do estado da Bahia. Através das campanhas de educação ambiental e das ações de fiscalização e monitoramento, a SRH vem conscientizando não só os consumidores que fazem uso doméstico para abastecimento, mas também para os grandes usuários de água que solicitam autorização para captação das águas nos rios e aquíferos para irrigação e fins industriais. (...). Para o consultor da Coordenação de Estratégias de Gestão (Coeg) da SRH, o engenheiro civil Bruno Jardim, ainda há muito a se avançar, mas Salvador já registra bons exemplos a serem citados quando se trata da preservação e do uso racional dos recursos hídricos. (...). A questão do abastecimento de água coletivo é um desses exemplos que, por um motivo ou outro, vem despertando atenção da sociedade. "Os próprios condomínios residenciais vêm instalando hidrômetros individuais para melhor controlar o uso dos recursos. Prédios mais modernos já trazem o novo sistema em suas unidades, o que força a economia por conta de questões financeiras", afirma Bruno Jardim, que é também presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Paraguaçu. (...) Água de chuva: Outra ação que vem sendo difundida tanto na capital quanto no interior é o aproveitamento da água da chuva para fins que não exigem uso de água potável e de excelente qualidade, como é o caso de descargas e irrigação de plantas. "Algumas empresas do Pólo Petroquímico já aderiram ao reaproveitamento da água da chuva", cita Jardim, (...). Uma experiência prática de reaproveitamento de água de chuva é desenvolvida há três anos pelo professor universitário do Departamento de Engenharia Ambiental da Universidade Federal da Bahia (UFBA), Asher Kiperstok. Na sua residência — um prédio com dois apartamentos no bairro da Federação — foi instalado um sistema de captação de água da chuva para uso não potável. "Esta água pode ser perfeitamente utilizada para molhar plantas, lavar carros e encher as descargas da casa", diz o professor, salientando que, durante estes três anos, deve ter usado água da concessionária para descargas por apenas dois dias. O professor comenta que é preciso adequar a lógica do sistema de captação ao perfil de chuvas da cidade para que não se perca a água armazenada em períodos de grande concentração. "Se conseguirmos um sistema com a lógica adequada, nos dias de muita chuva não seria necessária a água da concessionária. O uso seria como em um sistema online, no qual não é preciso baixar arquivos e salvar para uso posterior. A água vai entrando e vai sendo utilizada sem ser armazenada apenas para uso posterior", ensina. Quanto à qualidade da água captada a partir das chuvas, Kiperstok garante que consegue armazenar uma água límpida e que o contato desta água com matéria orgânica, o que favorece o surgimento de pequenos microrganismos, nada compromete o uso, já que a indicação é apenas para uso não potável. "Se houver necessidade, o sistema permite a lavagem de fundo do reservatório com o próprio excesso da água da chuva", esclarece, destacando que não há qualquer queixa da qualidade da água captada com relação a padrões estéticos. Fonte: Jornal A TARDE, 05/06/2007, Caderno Futuro da Água, p. 6.</p>	<p>T-1</p>	<p>DU DP DCC</p>
<p>Água consumida na RMS tem qualidade monitorada</p> <p>A Embasa já está emitindo relatórios sobre a qualidade da água bruta dos mananciais da Região Metropolitana de Salvador. Os relatórios são mensais para as áreas de captação e represas e trimestrais para as redes de monitoramento georeferenciado, implantadas nos rios utilizados para abastecimento público. Segundo o superintendente de Meio Ambiente da empresa, Júlio Mota, o objetivo é traçar um perfil da evolução da qualidade da água captada, dando suporte às ações de controle e conservação desses mananciais. (...) Fonte: Jornal A TARDE, 05/06/ 2007, Caderno Futuro da Água, p. 8.</p>	<p>T-1</p>	<p>DCC DP DU</p>

<p>RMS sustentável</p> <p>Entre os seis comitês de bacia já em funcionamento, o Recôncavo Norte em Inhambupe é o mais abrangente em população. São mais de 3,7 milhões de habitantes que vivem nas áreas que compõem a Região Metropolitana de Salvador e o entorno da Baía de Todos os Santos. Por concentrar maior número de pessoas muitas vezes distribuídas de forma desordenada e abrigar grande parte da atividade industrial do estado, a área também é prodiga em problemas ambientais. Para o presidente do comitê, o superintendente de Meio Ambiente da Prefeitura Municipal de Salvador, Ary da Matta, o grande desafio é justamente administrar os interesses da população que integra as bacias da região, permitindo que ela se desenvolva de forma sustentável. "Para isso, já constituímos câmaras técnicas, cujo objetivo é criar planos de trabalho voltados para o entorno da Região Metropolitana de Salvador e da Baía de Todos os Santos", diz. Segundo o superintendente, um dos principais problemas do comitê é a ocupação desordenada, que resultou no comprometimento de vários mananciais hídricos, a exemplo do Rio Camurujipe. "Hoje é um rio que recebe muitos esgotos e é desviado diretamente para emissário submarino do Rio Vermelho. A questão da recuperação desse e de outros mananciais dentro da área urbana requer uma série de estudos e um grande aporte de investimentos, que dependem do redimensionamento da política de saneamento." Aquecimento e oferta de água: Não bastasse o uso indiscriminado dos recursos hídricos, o desmatamento, a contaminação de rios e lagos por lixo, esgotos, dejetos químicos e poluentes industriais e agrícolas, a oferta de água no planeta está sob ameaça de um outro vilão: o aquecimento global. (...)Fonte: Jornal A TARDE, 05/06/2007, Caderno Futuro da Água, p. 10.</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DU DP DG</p>
<p>Sem água</p> <p>A Embasa fez uma Obra no Engenho Velho da Federação, na Ladeira Fonte do Forno, e nos deixou sem água há três dias. Queremos uma solução. Moradores da Federação: A Embasa responde: A assessoria de comunicação da Empresa Baiana de Águas e Saneamento (Embasa) informa que o órgão está substituindo a rede da Ladeira da Fonte do Forno, que é antiga, por moderna tubulação em PVA, visando reduzir vazamentos e regularizar a distribuição na área. Para executar a obra, necessário interromper o fornecimento durante o dia, mas, à noite, o abastecimento é feito normalmente. A obra, em estágio avançado, terá que ser refeita em alguns trechos. No prazo de 15 dias, os serviços deverão ser concluídos. Solicitações de carros-pipa podem ser feitas pelo 0800-555195. Fonte: Jornal A TARDE, 06/06/2007, Seção Leitor Reclama, p. 6.</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DG DU DP</p>
<p>Grupo quer garantir espaço no Tororó</p> <p>As outras três ocupações visitadas ontem pelo grupo de trabalho mostram que as comunidades de sem-teto vêm conseguindo se organizar na medida do possível. Na comunidade do Tororó, por exemplo, moram 130 famílias há dois anos. Problemas com abastecimento de água e esgotamento sanitário não são tão graves quanto no Edifício Lord, já que a maior parte das casas é ligada à rede. Os moradores, no entanto, querem um plano de urbanização para garantir a regularização fundiária. Além disso, algumas casas instaladas próximas a uma nascente precisam ser relocadas para não prejudicar o meio ambiente e evitar um impasse ambiental. (...) Fonte: Jornal A TARDE, 6/06/2007, Salvador e Região Metropolitana, p. 5.</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DG DU</p>
<p>Laudo ambiental isenta instituição</p> <p>O Instituto Anísio Teixeira (IAT) obteve e divulgou, ontem, um laudo técnico comprovando que o órgão não tem culpa pelo descarte de dejetos no canal conhecido como Pinicão – ao contrário do que acreditavam os moradores da Vila São Francisco, próxima ao local. O parecer veio de uma análise feita no final do mês passado, após ser</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DG DCC DU</p>

<p>publicada em A TARDE a acusação da comunidade de que o órgão era um dos poluidores da área. O estudo encomendado à Superintendência de Construções Administrativas da Bahia (Sucab) detectou que parte dos dejetos lançados vem da rede fluvial do IAT. No entanto, o laudo afirma que "a rede dentro do limite da área do instituto encontra-se selada, sem adição de outros afluentes; (...) fora do limite do terreno, a rede foi violada, e realizadas várias ligações, aparentemente de redes sanitárias, comprometendo o projeto hidráulico da rede pluvial". Em resumo, comprovou-se que moradores da região improvisaram suas redes de esgoto na tubulação que deveria descartar apenas a água da chuva do IAT. "O correto seria cada morador ter sua rede de esgoto, mas é uma área habitada de forma desordenada", comentou o engenheiro responsável pela análise, Paulo Neiva. Questionado sobre possíveis problemas de esgoto, Neiva lembrou que o ideal seria a comunidade aderir ao sistema de fossas, o que já é feito no IAT. (...) Em contrapartida, a vila começou a ser formada há cerca de 20 anos. E, desde aquela época, o esgoto já era atirado no canal. "Era um córrego enorme, e todo o lixo jogado sumia na correnteza. Mas fecharam o curso d'água e se tornou um monte de água parada e fedorenta", comenta o estudante Alan dos Anjos, 23 anos, que mora desde os 8 anos no local. Ainda incrédulos sobre a total inocência do IAT, alguns moradores questionam o parecer técnico. "Nunca soube disso. A realidade é que a água da chuva escorre do terreno do IAT", diz o vendedor Florisvaldo Silva, 27 anos, após ser informado sobre a análise. A principal reclamação é que, em dias chuvosos, o volume de água sobe e invade as casas. "As pessoas passam mal, ficam doentes e nunca fazem nada para nos ajudar", comenta Aureliano Silva, membro da associação de moradores. Dentre os órgãos, já procurados estão a Embasa e a Conder. Fonte: Jornal A TARDE, 07/06/2007, Salvador e Região Metropolitana. p. 7</p>		DP
<p>Moradores criticam a falta d'água</p> <p>Moradores do Engenho Velho da Federação reclamam de falta d'água no bairro desde o começo da semana. Segundo eles, há três dias o fornecimento de água não está sendo feito regularmente na localidade. A deficiência, no entanto, é explicada pela Embasa devido a uma obra na região da Ladeira da Fonte do Forno. De acordo com a assessoria de imprensa da companhia, uma intervenção para trocar a antiga tubulação da área foi iniciada. O processo, no entanto, exige a interrupção da distribuição de água nos trechos em que a obra é realizada. A empresa diz que o abastecimento é normalizado durante a noite. A obra deverá durar ainda em torno de 12 dias para ser totalmente encerrada. Fonte: Jornal A TARDE, 07/06/2007, Salvador e Região Metropolitana, p. 9.</p>	T-1	DG DU DP
<p>Conder garante que vai retirar invasores</p> <p>A Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia (Conder) não vai permitir a permanência de cerca de pessoas no terreno localizado às margens da Lagoa da Paixão, em Fazenda Coutos, invadido há uma semana pelo Movimento dos Sem-Teto da Bahia. Trata-se de uma área de conservação permanente, onde está localizada a nascente do Rio do Cobre, cuja bacia abastece parte do subúrbio-ferroviário. Os sem-teto explicam que invadiram a área por conta na demora da entrega de casas populares pelos poderes públicos. "A maior parte dos invasores vive de reciclagem e pequenos trabalhos. São pessoas daqui do bairro que viram o terreno desocupado e resolveram invadir, depois nos chamaram para ajudar na coordenação", explicou o diretor do MSTB, Pedro Cardoso. Cardoso já conversou com os ocupantes e pediu para que eles evitassem construir seus barracos a menos de 200 metros da margem da Lagoa da Paixão, mas a distância não é suficiente. Preservação: "Trata-se de uma área de preservação rigorosa. Não podemos permitir que essas pessoas permaneçam no local. Eles invadiram por conta de verem a área vazia, sem compreender que é uma área de preservação. Não está ali abandonada, tem, sim, função social. Ao contrário de servir para habitação, temos que recuperar a área, recompondo a mata ciliar da lagoa e preservando o entorno. Depois de recuperada, poderá ser usada como área de lazer para a população", explicou a presidente da Conder, Maria Del Carmen. O terreno ocupado tem aproximadamente 20 mil metros quadrados, equivalente a cerca de dez mil campos de futebol, e faz parte da Área de Proteção Ambiental (APA) Rio Cobre/São</p>	T-1 T-2	DG DU DP DMO

Bartolomeu. Com aproximadamente 1,1 mil hectares, a APA abriga a nascente de dois rios integrantes da Bacia do Cobre. (...) Fonte: Jornal A TARDE, 08/06/2007, Caderno Salvador. p. 8		
<p>Limpeza de lagoa encerra Semana do Meio Ambiente</p> <p>Depois de um fim de semana “prolongado” como este, a empresa de limpeza urbana de Camaçari (Limpec) costumava recolher até 25 sacos de lixo da lagoa de Jauá, distrito na orla do município, situado na Região Metropolitana de Salvador. A expectativa do órgão é a de que esse monte de copos, sacos e garrafas plásticas, papéis e latas, além da vegetação parasita que se aloja no ecossistema, seja reduzido com a colocação de placas educativas e cestos ao redor da lagoa. Os equipamentos foram instalados ontem, no encerramento da Semana do Meio Ambiente. "Este é o cartão-postal do distrito", explica Marilda da Conceição, chefe de unidade da Limpec. Segundo ela, a limpeza está sendo feita também em lagoas das localidades de Itacimirim, Arembepe, Barra do Jacuípe e Abrantes. Enquanto os limpadores da lagoa faziam seu trabalho sobre um barco, uma equipe recebia moradores, turistas e visitantes em um estande montado na praça. Crianças se divertiam com os brinquedos feitos de garrafas PET. “Com essas oficinas demonstrativas de reciclagem de papel e plástico, queremos que a comunidade saiba que pode fazer algo pelo meio ambiente”, disse Luiz Fernando Angeloni, gerente de imagem e ações educativas e ambientais da Limpec. (...) Práticas de reciclagem e hábitos como coleta seletiva e compostagem foram explanados durante o discurso da professora, que alertou a plateia sobre as ameaças aos recursos naturais, como a água, e à biodiversidade. “A poluição da lagoa é uma agressão à vida dos animais”, lembrou. O comerciante Carlos Alberto Pereira e a mulher Ode, Elisa Moreno, dão bom exemplo aos vizinhos no distrito litorâneo. Anos atrás, colocaram patos na lagoa. No início, os animais sofriam com o lixo e o vandalismo, como se não fosse bastante a presença dos predadores naturais as cobras. Pereira, como é mais conhecido, constata que "as pessoas estão valorizando mais a lagoa; a consciência ecológica está melhorando, isso é um benefício para os moradores e comerciantes", afirma. Fonte: Jornal A TARDE, 09/06/2007, Salvador e Região Metropolitana, p. 9.</p>	<p>T-1</p> <p>T-2</p>	<p>DU</p> <p>DP</p> <p>DG</p>
<p>Abaeté sofre com violência</p> <p>O pescador /Deixa que seu filhinho /Tome jangada /Faça o que quisé /Mas dá pancada se o seu filhinho brinca /Perto da Lagoa do Abaeté /Do Abaeté. Nos versos escritos pelo cantor e compositor Dorival Caymmi, no século passado, o único temor que a Lagoa do Abaeté, em Itapuã, despertava era o risco de crianças desgarradas dos pais desaparecerem em suas águas escuras. (...) Lagoa sofre com crimes ambientais no séc. XXI: A lagoa escura, arrodada de areia branca, imortalizada pelas canções de Dorival Caymmi, começou a ganhar fama de ponto místico, que atraía enamorados e boêmios, a partir dos anos 40 do século passado, até se consolidar, nas décadas seguintes, como um dos mais festejados cartões-postais da cidade. A Lagoa do Abaeté resulta do represamento de antigos rios da região e do acúmulo de água de chuva. A profundidade chega aos cinco metros e seu tom escuro vem de minerais e microrganismos presentes em toda a sua extensão. A partir da última década de 70, acentuou-se o processo de agressão ao ecossistema, principalmente com a retirada de areia. Em 1976, reportagem de A TARDE denunciava a falta de controle do Estado sobre o local, utilizado para diversos fins, como a lavagem de carros, comprometendo o equilíbrio ecológico. Em 87, tornou-se Área de Proteção Ambiental (APA) e, em 93, foi criado o Parque do Abaeté, com extensão de 400 hectares - a área urbanizada, quase metade do parque, reúne atrativos naturais e culturais, como a Casa da Música, lojas de artesanato e quiosques que abrigam restaurantes e bares. Fonte: Jornal A TARDE, 11/06/2007, Salvador e Região Metropolitana, p. 4.</p>	<p>T-1</p> <p>T-2</p>	<p>DR</p> <p>DG</p> <p>DU</p> <p>DP</p>

<p>“Financiem e nós construímos”</p> <p>Líder do Movimento dos Sem-Teto de Salvador (MSTS), surgido em 2002, Pedro Cardoso (...) A TARDE - O resultado dessa pressão é a ocupação da área em Fazenda Coutos (Lagoa Paixão)? PC - Somente ali, são 1.635 casas já cadastradas. E em toda a cidade, são 18 núcleos de ocupação, fora as famílias na lista de espera que são mais de 26 mil. (...) Fonte: Jornal A TARDE, 12/06/2007, Salvador e Região Metropolitana, p. 8.</p>	<p>T-1</p> <p>T-2</p>	<p>DU</p> <p>DMO</p> <p>DP</p> <p>DG</p>
<p>Famílias sem-teto ocupam dois terrenos</p> <p>Aproximadamente 200 famílias de sem-teto ocuparam uma área particular próximo ao fim de linha de ônibus no município de Lauro de Freitas, na manhã desta terça-feira, 12. Paralelamente, no bairro de Periperi, Subúrbio Ferroviário de Salvador, outras famílias ocuparam uma área no entorno da Lagoa da Paixão, nascente do Rio do Cobre. (...) Em Periperi, a ocupação da área do entorno da Lagoa da Paixão é liderada pelo Movimento dos Sem-teto de Salvador (MSTS) e já contava, até o final da manhã de ontem, com 1.200 famílias cadastradas. Conforme explicou o líder do MSTS, Pedro Cardoso, a ocupação vem sendo progressiva. (...) A área, segundo cadastros da Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia (Conder), é de proteção ambiental da Bacia do Rio do Cobre, mas, conforme o líder do MST, “a desocupação local só vai ser feita mediante o compromisso do Estado de disponibilizar uma nova área para as famílias”. Fonte: Jornal A TARDE, 13/06/2007, Salvador e Região Metropolitana, p. 9.</p>	<p>T-1</p> <p>T-2</p>	<p>DU</p> <p>DMO</p> <p>DG</p> <p>DP</p>
<p>Visita feita às obras do Metrô confirma danos às residências</p> <p>Do teto mina água de forma intermitente, sendo possível verificar a formação inicial de estalactites (Formações rochosas que se originam no teto de cavernas), mas os representantes do consórcio declararam que todos os túneis de metrô do mundo ficam sob lençóis freáticos. (...) Fonte: Jornal A TARDE, 14/06/2007, Salvador e Região Metropolitana, p. 8</p>	<p>T-1</p> <p>T-2</p>	<p>DU</p> <p>DP</p> <p>DCC</p>
<p>Embasa analisa amostra de água</p> <p>Na próxima segunda-feira (16), a Embasa deve revelar a causa da contaminação da água consumida em parte da rede de abastecimento do município de Dias d'Ávila. Amostras da água serão analisadas hoje pelo laboratório da empresa em Salvador. Por uma semana, moradores do bairro Entroncamento, na Avenida Raul Seixas, tiveram febre, diarreia, coceira, dores no corpo e mal-estar. Há suspeita de que o problema tenha sido causado por produtos químicos oriundos de empresas de transporte, oficinas e postos de gasolina da região lançados na rede pluvial, por onde passa o encanamento da Embasa. As substâncias tóxicas corroeram a tubulação da rede de abastecimento, chegando às casas dos consumidores. "Identificamos um rompimento em parte do encanamento e substituímos o material por onde as substâncias tóxicas infiltraram. Fizemos a limpeza da rede, mas o monitoramento continua", explicou a gerente regional de Dias d'Ávila, Raquel Eliane. Fonte: Jornal A TARDE, 13/06/2007, Salvador e Região Metropolitana, p. 9.</p>	<p>T-1</p> <p>T-2</p>	<p>DG</p> <p>DU</p> <p>DCC</p> <p>DP</p>
<p>Esgoto aberto</p> <p>Existe uma região em Salvador que é terrível, tanto o asfalto quanto a rede de esgoto, que tem um canal que fica aberto, com o risco de contaminação e acidentes com crianças e idosos. O local fica na Rua Neyde Gama, do outro lado do supermercado Bompreço, mais conhecido como Baixa da Égua. A Sumac responde: Segundo a assessoria de comunicação da Superintendência de Manutenção e Conservação da Cidade (Sumac), o órgão vai fazer vistoria no local para verificar o que é possível</p>	<p>T-1</p> <p>T-2</p>	<p>DU</p> <p>DP</p> <p>DG</p>

realizar para solucionar o problema. "A Gerência de Operações tem feito limpeza do canal constantemente, mas o problema decorre da má ocupação à margem do canal, ocasionada pelo déficit habitacional", diz. Fonte: Jornal A TARDE, 16/06/2007, Salvador e Região Metropolitana, p. 6.		
<p>Contaminação de nascentes</p> <p>(...). Esta situação acontece em várias regiões do Estado, como, por exemplo, em Dias d'Ávila, onde já mataram o Rio Imbassaí, outrora procurado por turista; pelo seu balneário com águas medicinais. Os esgotos do bairro de Nova Dias d'Ávila são jogados na lagoa da Embasa, cujas águas são direcionadas à Represa de Santa Helena, que reforça o abastecimento da Região Metropolitana de Salvador. Fábricas engarrafadoras de água mineral são inauguradas todos os meses, sem um prévio estudo técnico sobre a capacidade do lençol freático, que está com sua qualidade em suspeição, em visita de um estudo da Ufba que aponta provável contaminação proveniente do Pólo Petroquímico. Tais alertas não sensibilizam o governo nem a oposição. Faltam políticos sérios e competentes. Fonte: Jornal A TARDE, 16/06/2007, Caderno Opinião, p. 2.</p>	<p>T-1</p> <p>T-2</p>	<p>DP</p> <p>DU</p> <p>DG</p> <p>DCC</p>
<p>Poluição de nascentes</p> <p>Complementando as declarações da leitora Antonieta G. Rosas, condenando, com razão, o CRA, ressaltando a incompetência de órgãos federais também, como o Conama - Conselho Nacional do Meio Ambiente, que não proíbe as invasões de unidades residenciais, rurais e até abatedouros clandestinos às margens da lagoa da Embasa, em Nova Dias d'Ávila, o que é um crime ambiental gravíssimo, ao lado da já citada contaminação causada pelos esgotos domésticos. (...) Fonte: Jornal A TARDE, 19/06/2007, Caderno Opinião, p. 2.</p>	<p>T-1</p> <p>T-2</p>	<p>DG</p> <p>DU</p> <p>DP</p>
<p>Constrangida, população evita comentários</p> <p>(...) Uma das exceções foi a dona de casa Daiane Sátiro, 39, ex-funcionária da prefeitura. "São Francisco do Conde tem muita pobreza, apesar de ser um município rico", avalia Diane, enquanto acompanha a reportagem numa visita ao bairro onde mora. Logo na entrada da localidade, encontra-se a cobertura sobre um córrego poluído por esgoto doméstico, na travessa Mesopotâmia, que dá acesso a uma das regiões mais carentes do município. (...) Fonte: Jornal A TARDE, 19/06/2007, Caderno Política, p. 13.</p>	<p>T-1</p> <p>T-2</p>	<p>DG</p> <p>DU</p> <p>DP</p>
<p>Água contaminada</p> <p>Moro na Avenida Princesa Isabel, na Barra. Na semana passada, quando abri a torneira de minha casa, saiu um forte odor da água, um cheiro que lembra produtos químicos. Minha mulher passou mal coincidentemente. A água só pode estar contaminada. A Embasa responde: Segundo a assessoria de comunicação da Empresa Baiana de Águas e Saneamento, a qualidade da água distribuída pela empresa é atestada por análises físico-químicas realizadas frequentemente. A última análise, feita em 1º de junho de 2007, certifica que a qualidade da água está conforme os padrões estabelecidos. A vistoria realizada no local, no último dia 14, detectou um quebraimento após o hidrômetro, no ramal do reclamante, causado por obras no Hospital Português. A Embasa é responsável pela qualidade da água apenas até o hidrômetro. Problemas como este, sujeira no reservatório ou outros tipos de contaminação interna não são competência da empresa. Fonte: Jornal A TARDE, 20/06/2007, Salvador e Região Metropolitana, p. 8.</p>	<p>T-1</p> <p>T-2</p>	<p>DU</p> <p>DG</p> <p>DCC</p>

<p>Lagoa Vela Branca I</p> <p>Localizada entre as Ruas Piauí e Maranhão, a Lagoa Vela Branca já foi um dos locais mais agradáveis do bairro, mas hoje já não tem a beleza que tinha até alguns anos atrás. Rodeada por cerca de 15 prédios, ainda é muito frequentada pelos moradores que vão lá praticar sua caminhada ou mesmo comer um acarajé. Protegida por uma cerca, a Lagoa é habitada por muitos peixes, gansos- alguns dos quais têm desaparecido misteriosamente - e até mesmo por um jacaré. Fonte: Jornal A TARDE, 21/06/2007, Salvador e Região Metropolitana, p. 13.</p>	<p>T-1</p>	<p>DMO DG</p>
<p>Shopping novo descortina velho problema ambiental</p> <p>Dos terraços do mais novo shopping da cidade, na Avenida Tancredo Neve, a vista seria quase perfeita se o Rio Camurujipe, que passa sob a ponte de acesso, não estivesse tão degradado. Na ponte, caqueiros com plantas amenizam a visão, mas não conseguem evitar o mau cheiro oriundo do curso d'água, que, como os outros rios são vistos como canais de esgoto. A direção do Shopping Salvador vê o problema como da responsabilidade do poder público. (...). Para quem transita no local, chama a atenção o contraste entre a imponência do moderno edifício e as condições ainda tão primitivas do saneamento básico da capital. Ao passar na ponte, na tarde da última sexta-feira, a geógrafa Silvia Machado de Castro, 47 anos, comentava com a filha: - um shopping tão bonito e um rio assim, logo na entrada, não combina, é um cartão de visita negativo, disse. Com sua vazão interrompida na altura do Iguatemi, onde funciona uma estação de captação em tempo seco da Empresa Baiana de Águas e Saneamento (Embasa), o rio Camurujipe passa a maior parte do tempo reduzido a poças. O superintendente de meio ambiente e projeto da Embasa, Júlio Mota explica que “em época de chuva quando o rio misturado com esgoto transborda, nem tudo escoo. Lagoas são formadas com grande quantidade de material orgânico. A ação das bactérias anaeróbias produz o mau cheiro que tanto incomoda”. O odor é proveniente do gás sulfídrico fruto da decomposição de matéria orgânica vegetal e animal. (...) Fonte: Jornal A TARDE, 21/06/2007, Salvador e Região Metropolitana, p. 13.</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DU DP DG</p>
<p>Compromisso com o desenvolvimento sustentável</p> <p>Em junho de 2008, o Pólo Industrial de Camaçari completará 30 anos de intensa atividade. Durante as comemorações que acontecerão dentro de um ano, um dos principais pontos a ser ressaltado pelas suas empresas será sua vocação para, usando um termo que sequer existia à época de sua fundação, o desenvolvimento sustentável. Nem poderia ser diferente. Afinal, até aquele 29 de junho de 1978, nunca se vira um complexo industrial que já nascia trazendo ao mundo, além de dezenas de indústrias e todo o crescimento econômico que as acompanham, uma empresa criada especificamente para tratar e dispor os efluentes e resíduos industriais, bem como fazer o monitoramento ambiental do próprio Pólo e de toda a sua área de influência Isso inclui o ar, o solo e os recursos hídricos, que por si só englobam os rios, as águas subterrâneas e toda a faixa de litoral que vai de Itapuã até Arembepe. (...) Apesar de todos os cuidados, da atenção e do trabalho diligente da Cetrel e do próprio Cofic, há cerca de 15 anos descobriu-se que o Aquífero São Sebastião, como é chamado o lençol freático que se localiza debaixo do complexo industrial, apresentava traços de contaminação por resíduos químicos em sua área superficial, localizada no Complexo Básico. Foi a partir daí que foi implantado o Programa de Monitoramento de Águas Subterrâneas da Cetrel, que passou a monitorar sistematicamente as águas subterrâneas e de superfície nas áreas de influência do Pólo (...). O diretor-presidente da Cetrel, Ney Silva, lembrou, em entrevista exclusiva ao Caderno "Econegócios", que "isso foi descoberto há uns 15 anos e as empresas do Pólo não negaram, pelo contrário, assumiram, abriram para a mídia e partiram para resolver o problema. Hoje, operamos a partir de mais de mil poços de monitoramento em torno do Pólo, e com o que a gente chama de Barrem hidráulica, cercamos o Pólo para evitar que qualquer problema se propague para fora da área do complexo. Paralelamente, as empresas do Pólo vêm trabalhando continuamente para corrigir o problema, desde que foi detectado. O importante é que temos o domínio da situação". (...) Fonte: Jornal A TARDE, 28/06/2007, Caderno Projeto Especial de Marketing, p. 6.</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DU DG DP DCC</p>

<p>Preocupação com a proteção ambiental</p> <p>O Pólo Industrial de Camaçari apresenta outra característica de relevância nacional: o pioneirismo na implementação de projetos de proteção ambiental. (...) Entre as atividades da Cetrel, o destaque fica para a coleta, tratamento e disposição final dos efluentes líquidos e resíduos sólidos do Pólo; o monitoramento contínuo do ar, o monitoramento das águas subterrâneas e de superfície, dos rios e do mar; (...). Fonte: Jornal A TARDE, 29/06/2007, Caderno Municípios, p. 7.</p>	<p>T-1</p>	<p>DU DP</p>
<p>Camaçari: de um lado o Polo Industrial, de outras belas paisagem naturais</p> <p>(...) Com certeza, não deve ter faltado inspiração à mãe-natureza quando fez surgir por aqui mais de 42 km de praias paradisíacas, reservas florestais, rios, corredeiras, lagos, lagoas, dunas e manguezais. Um verdadeiro refúgio, que conta ainda com toda a infraestrutura local que você aproveite tudo o que o lugar tem a lhe oferecer. (...) As várias unidades de conservação ambiental, além de propícias ao ecoturismo, esbanjam opções de roteiros que movimentam a prática de esportes e turismo de aventura na região. A Bacia Hidrográfica do Rio Joanes, o Rio Capivara, o Cinturão Verde de Proteção do Complexo Petroquímico de Camaçari junto ao Parque de Dunas de Abrantes, as lagoas de Guarajuba e o Parque Garcia D'Ávila dão uma levantada no clima de maresia com direito à vela, canoagem, rafting, mergulho, pescaria e jet-ski. (...) Fonte: Jornal A TARDE, 29/06/2007, Caderno Municípios, p. 13.</p>	<p>T-1</p>	<p>DU DP DR</p>
<p>Caminhos que vão da floresta à fonte</p> <p>Área de preservação ambiental, memória histórica e fontes termais de água mineral, fazem parte dos municípios de Simões Filho e Dias D'Ávila. Seja qual for a trilha rumo à Mata Atlântica ou a caminho da fonte e de suas propriedades medicinais, o passeio até estes locais rende boas doses de aventura e bem-estar, que contam com uma natureza repleta de vegetação nativa. (...) Simões Filho guarda diversos resquícios dessa floresta. A Prefeitura local atualmente busca preservar esses pontos e sítios históricos ambientais e paisagísticos, como as Unidades Ecológicas de Cotegipe e dos Oitis, o trecho do Rio Joanes que corta a cidade e suas matas ciliares, os riachos, os manguezais e a Cachoeira do Lobão. (...) Em Dias D'Ávila, a qualidade da água mineral que brota de fontes termais e a lama medicinal do Rio Imbassaí se transformaram em grandes atrativos para quem visita o lugar. Não é coincidência a cidade ser conhecida como a Terra da Água Mineral. (...) Fonte: Jornal A TARDE, 29/06/2007, Caderno Municípios, p. 13.</p>	<p>T-3</p>	<p>DR</p>
<p>Recuperação de rios urbanos é tema de projeto</p> <p>Diante da situação de degradação em que se encontram os rios que cortam a cidade, a recuperação da qualidade da água começa a mobilizar a atenção dos órgãos públicos. Os governos estadual e municipal apontam iniciativas que visam resolver o antigo problema de poluição. O trabalho vai começar pela organização das informações sobre a malha hídrica urbana, de acordo com os objetivos de um estudo coordenado pela Universidade Federal da Bahia (Ufba). Com o projeto “Qualidade Ambiental das Águas e da Vida Urbana em Salvador”, o grupo de pesquisa G Água, vinculado ao Núcleo de Estudos sobre Poder e Organizações Locais (Nepol) e ao Centro Interdisciplinar de Desenvolvimento e Gestão Social (CIAGS), da pós-graduação da Escola de Administração da Ufba quer produzir indicadores da qualidade das águas e o acesso aos serviços de saneamento ambiental em Salvador. A ideia é abranger toda a malha hidrográfica da cidade, mas o ponto de partida será as bacias de Pituauçu, Cobre e Jaguaribe. “Esses locais foram os escolhidos, pois já estavam sofrendo intervenções dos órgãos públicos”, disse Maria Elisabeth Pereira dos Santos, professora associada, e uma das coordenadoras do projeto, juntamente com o professor José Antônio Gomes Pinto. (...) “A produção encontrada sobre qualidade das águas é muito dispersa e</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DG DU DP</p>

<p>desatualizada. Precisamos ter um quadro claro da atual situação. A Embasa só monitora os mananciais que utiliza, o CRA (Centro de Recursos Ambientais) avalia a balneabilidade das praias e pronto. Queremos estimular a prefeitura e o governo do Estado a retomarem o monitoramento e gestão das águas urbanas”, afirma a coordenadora. Em um mês, a equipe deve começar as coletas e análises das amostras. Segundo Elisabeth, (...) “A população não se reconhece. Não temos a relação de identidade com o rio ou bacia hidrográfica que passam pelo local onde moramos”, avalia ela. Município – (...) “Não temos trabalhado nisso. Sabemos que existem pelo menos 10 bacias. Mas é um dado sobre o qual não se tem controle. Não chegamos a esse nível de detalhamento. Existimos há dois anos e só ações conjuntas podem resolver um problema tão complexo assim. O projeto da Ufba pode ajudar no planejamento da gestão do órgão para recuperação dos rios”, disse Ary da Mata. Estado - Em relação aos rios urbanos de Salvador, a Superintendência de Recursos Hídricos (SRH) também tem planos. Foi criado o Programa Monitora que tem o objetivo de acompanhar a qualidade das águas superficiais e subterrâneas de todo o Estado em parceria com o Centro de Recursos Ambientais (CRA). A implantação deve ocorrer até o final de outubro, com coordenação da Diretoria de Regulação. De acordo com informações da assessoria de Comunicação, a bacia do Recôncavo Norte será prioridade, pois abrange os rios da Região Metropolitana de Salvador e da Baía de Todos os Santos. Também fazem parte desta bacia os rios Subaúma, Sauípe, Pojuca, Jacuípe, Joanes, Subaé e Açú. Fonte: Jornal A TARDE, 23/07/2007, Salvador e Região Metropolitana, p. 5.</p>		
<p>Sem esgotos, rios ficaram limpos</p> <p>Quem mora ou costuma passar pela Avenida Centenário ou pelo vale do Canela pode perceber as mudanças que ocorreram nos rios dos Seixos e São Pedro. Por trás disso está o trabalho de despoluição realizado pela Empresa Baiana de Águas e Saneamento (Embasa) que durou 10 anos para redirecionar todos canos que lançavam dejetos nesses rios para o sistema de esgotamento. A dona de casa Ana Maria Borges, 49 anos, lembra de como era antes a situação do Rio dos Seixos, que passa pela Centenário, que segundo a Embasa está 90% despoluído. "Era imundo. O cheiro era horrível, a cor era escura e meio esverdeada e tinha muita muriçoca, agora, já dá para agente ver o fundo e tem até alguns peixinhos", conta. Segundo o superintendente de Meio Ambiente e Projeto da Embasa, Júlio Mota, o trabalho de despoluição teve início em 1996, no Rio São Pedro, que passa pelo Canela. "Este foi despoluído completamente. Não tem mais nenhuma ligação clandestina. Conseguimos retirar todas, pois a área tem infraestrutura urbana, pavimentação e drenagem. Assim, foi mais fácil fazer a rede de esgoto", afirma. Mota conta que para conseguir tirar uma saída de esgoto de um rio, é preciso um verdadeiro "trabalho de detetive". Temos que seguir o caminho de todos os canos que lançam esgotos e descobrir a origem deles. Quando é possível chegar até a saída do esgoto das construções, os técnicos jogam permanganato de potássio". Depois é preciso esperar a substância (que tem coloração forte) sair pela margem do canal e assim descobrir de onde vem os dejetos. "Aí, direcionamos o esgoto e o trabalho permanece com o monitoramento que nunca acaba. Apenas urna saída de esgoto é suficiente para poluir um rio", disse ele. Segundo ele, quando acabam as fontes de poluição só resta esperar que toda a poluição seja escoada até o emissário submarino para que o rio continue seu percurso do jeito que surge da nascente. Fonte: Jornal A TARDE, Salvador, 23/07/2007, Salvador e Região Metropolitana, p. 5.</p>	<p>T-1</p>	<p>DU DP</p>
<p>Lagoa de Pituacu</p> <p>Moradores de Pituacu participam, hoje, às 9 horas, do mutirão para limpeza da Lagoa de Pituacu, com a retirada do excesso de mato e lixo da margem e do meio da lagoa. Serão usados barcos para a coleta do material. A iniciativa conta com a parceria da Semarh (Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos), órgão que administra o Parque Metropolitano de Pituacu, através da Diretoria de Biodiversidade e da Embasa. Fonte: Jornal A TARDE, 28/07/2007, Salvador e Região Metropolitana, p. 6.</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DU DG</p>

<p>Moradores lutam pela revitalização da lagoa</p> <p>A lagoa do Parque Metropolitano de Pituáçu não está nas letras das canções de Caetano Veloso. Também nunca foi motivo de inspiração para Caymmi. Mas, para os moradores do entorno da lagoa, suas águas já foram fonte de muitas lendas. Para alguns, é a casa de Oxum; para outros, é abrigo do boto-preto. No dia-a-dia, já foi habitat de peixes que alimentaram muitas famílias da comunidade. Em nome da sobrevivência de histórias como essas e do retorno de hábitos como a pescaria, moradores de Pituáçu reuniram-se na manhã de ontem para ajudar em atividade de revitalização da lagoa do Parque Metropolitano de Pituáçu. Sob orientação da Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Semarh), técnicos retiraram com escavadeiras e barcos parte do lixo acumulado nas margens e no meio da lagoa. Enquanto isso, alguns moradores plantaram árvores de espécies como pau-brasil, ipê e sucupira, típicas da mata atlântica existente no local. Segundo o secretário da Semarh, Juliano Matos, o projeto deve abranger o saneamento de toda a bacia hidrográfica de Pituáçu. Fonte: Jornal A TARDE, 29/07/2007, Salvador e Região Metropolitana, p. 13.</p>	<p>T-1 T-2 T-3</p>	<p>DU DR DG</p>
<p>Falta de drenagem</p> <p>Em 1999, houve uma enchente na Rua Jaime Vieira Lima, no Cajá, em Lauro de Freitas, que fez transbordar o riacho que corre ao lado da Escolinha Su&Geni. Foi um desespero ver o imenso volume de água. A galeria ficou aberta, novas enchentes se repetiram nos anos seguintes, obrigando a prefeitura a realizar estudos técnicos. Nada foi executado. A atual gestora presenciou, em março de 2005, no seu terceiro mês de mandato, uma enchente no local já descrito, tendo se comprometido a resolver de pronto o problema. Nada foi resolvido também, e a justificativa era a falta de recursos. Será que a prefeita esqueceu do compromisso assumido em março de 2005? A Prefeitura de Lauro de Freitas responde: Segundo a assessoria de comunicação da Prefeitura de Lauro de Freitas, diante das enchentes que assolaram todo o município em 2005 e 2006, a prefeitura elaborou o Plano Diretor de Manejo de Águas Pluviais, que indica os pontos mais críticos de toda a rede de drenagem do município. Em Cajá, na Av. Gerino de Souza Filho, já foram instalados dois bueiros de 1,80 m, em substituição à antiga manilha de 0,8 m, através de método não-destrutivo, sem parara avenida (...). Fonte: Jornal A TARDE, 31/07/2007, Seção Leitor Reclama, p. 6</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DU DP</p>
<p>Obras de urbanização em Imbassáí</p> <p>(...) O prefeito explica que o projeto de Imbassáí prevê a pavimentação de ruas e a implantação do sistema de esgotamento sanitário, garantindo toda a infraestrutura básica da comunidade. (...) A preservação ambiental também será contemplada pelo projeto, informa Vasconcelos. “As obras serão realizadas juntamente com o trabalho de recuperação ambiental de áreas degradadas, como, por exemplo, a da beira do Rio Imbassáí Pequeno, área pública, de proteção ambiental, onde foram construídas irregularmente 22 casas.”, diz. Ele explica que a Lagoa do Lamba, que, nos últimos anos, acabou sendo incorporada ao terreno de uma das pousadas do local, deverá ser devolvida a comunidade, criando uma nova opção de lazer e prática de esportes aquáticos. (...) Fonte: Jornal A TARDE, 31/07/2007, Caderno Municípios. p. 5</p>	<p>T-1</p>	<p>DU DP DMO</p>
<p>Redução de área verde preocupa</p> <p>A publicação de dois decretos municipais referentes a projetos de loteamento na região de Patamares causou sobressalto entre moradores da região. (...). Para o representante dos moradores da Colina C, Elói Lourenço, a retomada dos loteamentos da Saraíba é bastante preocupante. Ele afirma que os empreendimentos vão impactar nas diversas nascentes localizadas nas redondezas, destacando que por ali passam os rios Passa-vaca e Trobogy. Além disso, um estudo ambiental prévio à instalação do Alphaville indicou a presença de animais em risco de extinção, como o ouriço-cacheiro e o tamanduá-mirim. (...) Fonte: Jornal A TARDE, 04/08/2007, Salvador e Região Metropolitana, p. 12.</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DMO DG DU DP</p>

<p>Praia para banhistas</p> <p>(...). Até sugiro ao nosso alcaide que seja coberto, com laje, o trecho (fétido) do rio que vai da ponte de Patamares até logo após o Sesc, e que nessa cobertura sejam implantadas praças ajardinadas, parque infantil, bares, lanchonetes e estacionamentos. Com essa nova estrutura, as praias da referida ponte, até Jaguaribe, poderiam ficar exclusivamente para banhistas. (...) Fonte: Jornal A TARDE, 08/08/2007, Seção Espaço do Leitor, p. 2.</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DG DU DP</p>
<p>Promessas para verde da Paralela foram esquecidas</p> <p>(...) Desequilíbrio – A promotora da Justiça do Ministério Público do Estado, Cristina Seixas Graça (...) destaca a supressão vegetal em estágio médio de recuperação em áreas de preservação ambiental permanente (APP), a afugentação da fauna silvestre que vivia em equilíbrio e a degradação dos recursos hídricos entre os fatos mais graves. (...) Lei da mata – A coordenadora do Centro de Recursos Ambientais (CRA), Beth Wagner, afirmou que não houve alteração nas licenças dadas pelo Estado aos empreendimentos na Paralela. A única iniciativa da prefeitura teria sido a de licenciar a abertura de uma via de acesso para o loteamento Alphaville 2 e de, para isso, autorizar o desmatamento próximo às margens do Rio Jaguaribe, numa área de preservação permanente (APP). (...) Fonte: Jornal A TARDE, 12/08/2007, Salvador e Região Metropolitana, p. 4.</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DU DP DG DCC</p>
<p>Morador de Patamares rejeita novo gabarito</p> <p>(...). Com faixas e cartazes, moradores de Patamares protestaram ontem contra a mudança de gabarito proposta pela nova versão do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU), que chegou à Câmara de Vereadores na semana passada para ser votado, a pedido do prefeito, em 45 dias. (...) “Queremos conscientizar os vereadores e o prefeito de que esta avenida que se quer construir sobre brejos e nascentes, além de redundante – porque existem outras duas para o mesmo percurso – vai destruir essa Mata Atlântica remanescente que você vê. A nascente do Rio Passa Vaca passa exatamente por aqui”, disse o economista Elói Lourenzo. Fonte: Jornal A TARDE, 13/08/2007, Salvador e Região Metropolitana, p. 9.</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DG DU DP</p>
<p>Canal do Camurugipe está sendo limpo</p> <p>O mal cheiro vindo do canal do Camurugipe estava incomodando os frequentadores do Shopping Salvador. Por conta das reclamações, a Limpurb iniciou a limpeza geral do local, no trecho em frente ao shopping, numa extensão de 700 metros (entre as lojas Tend Tudo e a Dismel), onde 20 agentes fazem roçagem mecânica e manual, capinação, gancheamento, raspagem de terra, varrição e remoção da produção. A operação já retirou 80 toneladas de lixo, mato e terra. A intervenção deve prosseguir até o fim desta semana, e nesse período a Limpurb contará com equipes da Sumac para a dragagem completa do canal do Rio Camurugipe. Fonte: Jornal A TARDE, 19/08/2007, Salvador e Região Metropolitana, p. 12.</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DU DG</p>
<p>Encontro pelas águas</p> <p>No Dia de São Bartolomeu, comemorado hoje, as comunidades dos terreiros de várias nações religiosas de matrizes africanas da Bahia se reunirão para discutir a importância da água nos rituais dos terreiros e a proteção das fontes sagradas. (...) Dentre os temas a serem debatidos estão: A água como elemento sagrado; A recuperação e resgate das fontes sagradas, a identificação e manutenção das fontes públicas. Os encontros, promovidos pela Superintendência de Recursos Hídricos (SRH), acontecem nos dias 15, 22, 26 e 29 de setembro, em Canavieiras, Ilhéus, Salvador e Euclides da Cunha,</p>	<p>T-1 T-3</p>	<p>DR</p>

respectivamente. Fonte: Jornal A TARDE, 24/08/2007, Salvador e Região Metropolitana, p. 6.		
Rio poluído		
A situação em que se encontra o Rio Camurujiipe, que passa pelo Iguatemi, é de dar nojo. Uma limpeza emergencial deve ser feita. O rio está cheio de mato, e as laterais, que são de concreto, estão todas quebradas. Principalmente nas proximidades do Hipermercado G Barbosa e na frente do novo shopping. As grandes construções tomaram conta da paisagem, mas não encobrem o descaso da Prefeitura com o rio. Ninguém faz nada para melhorá-lo. Fonte: Jornal A TARDE, 25/08/2007, Caderno Salvador e Região Metropolitana. p. 6	T-1 T-2	DG DU DP
Balneabilidade das praias		
(...). Para quem não dispensa a praia, mesmo no inverno, o órgão recomenda evitar o banho de mar em tempo chuvoso, porque as praias podem ser contaminadas por arraste de detritos diversos carregados através de galerias pluviais, rios, córregos e canais de drenagem, promovendo aumento na concentração bacteriana nas águas. (...) Fonte: Jornal A TARDE, 2/09/2007, Salvador e Região Metropolitana, p. 6.	T-1 T-2	DG DU
Desmatamento ameaça a Bacia do Rio Jaguaribe		
Situada no chamado “eixo de crescimento da cidade”, em torno da Avenida Paralela, a bacia do Rio Jaguaribe, antes mesmo de ser recuperada, como prevê um dos programas da Superintendência Municipal de Meio Ambiente (SMA), está ameaçada por mais desmatamentos. Com licença concedida pelos órgãos ambientais, novos loteamentos estão em fase de implantação, colocando abaixo a vegetação nativa das últimas manchas de mata atlântica intocada da cidade. Nesta segunda-feira, 3, a SMA promoveu a criação de um fórum de entidades para discutir formas de preservar rios, mata e lagoas ainda existentes na região compreendida entre a BR 324 e a orla, tendo a Avenida Paralela no centro onde estão os bairros de Águas Claras, Cajazeiras, Pau da Lima, Canabrava, Mussurunga, Bairro da Paz, Alphaville, Patamares, Piatã e Itapuã. (...). Em sua tese de mestrado, concluída há quase dez anos engenheiro agrônomo Ruy Muricy já previa o destino difícil para os ecossistemas existem na Bacia do Rio Jaguaribe, onde ainda se vê a mata atlântica, lagoas, rios e até mesmo o último resquício de manguezal da cidade. (...) Fonte: Jornal A TARDE, 4/09/2007, Salvador e Região Metropolitana, p. 7.	T-1 T-2	DMO DG DU DP
CRA investiga mortandade em rio		
Crime ambiental resultante do lançamento de dejetos sanitários sem tratamento – material que estava acondicionado em uma Estação de Tratamento de Esgotos da Empresa Baiana de Águas e Saneamento (Embasa) – é a hipótese mais provável, segundo o Centro de Recursos Ambientais (CRA), para a morte de peixes no Rio Trobogy, curso d’água que nasce na região da Estrada Velha do Aeroporto e chega ao mar nas imediações da Praia de Piatã, na capital. O problema, que foi descoberto antontem por pescadores da região, está afetando o trecho do rio a partir do Conjunto Paralela Parque. A divisão de tratamento de esgotos da estatal - por meio do seu gerente, Virgílio Bandeira - admite estar lançando esgoto sanitário sem tratar, desde a última segunda-feira, sem que tenha dado conhecimento do caso ao CRA. O dano ambiental vem causando problemas a famílias que tiram parte do sustento com os peixes e camarões tirados do rio. Foram esses pescadores que desde antontem avistaram peixes mortos e fizeram a denúncia pelo telefone do CRA. (...) “É a segunda vez em dois anos que isso acontece”, disse o pescador e industrialista Jurandir da Silva Teles, 43 anos, enquanto apontava e apanhava na água algumas tilápias já em putrefação. Enquanto a equipe, sob o comando do engenheiro químico Leonardo	T-1 T-2 T-3	DU DG DR DP

<p>Carneiro Cruz, recolhia amostras da água, Teles contou que diversas pessoas pescam no local. "Desde Canabrava, até a Paralela, muitas famílias tiram o sustento desse rio. Se alimenta e vende na região. Tem tilápia, traíra e camarão", relatou, admitindo não saber o nome do rio, que passa no quintal da casa e onde pesca há quatro anos.</p> <p>"Chamam de Rio Trobogy. Não sei se é o nome verdadeiro ou porque passa no fundo desse condomínio"; acrescentou. Logo depois, a equipe do CRA constatou, na estação da Embasa, a cerca de 30 metros da outra margem, que o tanque da unidade está sendo esvaziado para reparação e cerca de 2.000 m³ do esgoto bruto foram lançados no rio entre segunda e terça. Fonte: Jornal A TARDE, Salvador, 14/09/2007, Salvador e Região Metropolitana, p. 7</p>		
<p>Embasa atribui a ladrões danos em estação</p> <p>A Embasa admitiu ter lançado no Rio Trobogy cerca de dois mil metros cúbicos de dejetos sanitários, como declarou o gerente da divisão de Tratamento de Esgotos da estatal, o engenheiro sanitarista e professor universitário Virgílio Bandeira. Ele revelou que desde segunda-feira, o esgoto produzido pelos cerca de quatro mil moradores do Conjunto Paralela Parque é jogado no rio, para esvaziar o tanque da estação; (...)</p> <p>"Segunda, após o feriado, encontramos o esgotamento mais deteriorado do que já é naturalmente, então decidi, na posição de gerente, escoar a água para o rio e transportar o lodo em caminhões para outra estação", disse Bandeira. Ele alegou ser "impossível" transportar todo o conteúdo do tanque para outra área, pois seriam necessárias centenas de viagens de caminhões, cada um com cinco metros cúbicos. "É um impacto ambiental que não desejamos, mas não temos como evitar", comentou. Vizinhos - Bandeira considera "amistosa" a convivência da Embasa com os moradores do Paralela Parque, conjunto atendido pela estação há cerca de 17 anos. Mas, o mesmo não acontece com a outra vizinhança, na margem oposta, onde vários prédios, supostamente de ocupações ilegais, são erguidos em condições questionáveis de saneamento básico. (...) Fonte: Jornal A TARDE, 14/09/2007, Salvador e Região Metropolitana, p. 7.</p>	<p>T-1</p> <p>T-2</p>	<p>DU</p> <p>DG</p> <p>DP</p>
<p>Oferta de água deve ser ampliada</p> <p>A oferta de água tratada será ampliada em Salvador. A informação foi divulgada ontem pelo governo estadual. Intervenções na Estação Elevatória da Vieira de Mello (Bolandeira), na subadutora da Avenida Suburbana e em algumas barragens fazem parte do programa Água para Todos. Na primeira etapa, os locais beneficiados serão: Barbalho, Caixa d'Água, Comércio, Capinha, Queimadinho, Sieiro, Santo Antônio, Saúde, Liberdade, Nazaré, Pau Miúdo, Água de Meninos, Baixa de Quintas, Estrada da Rainha, Dois Leões, Sete Portas, Baixa dos Sapateiros e Djalma Dutra. Fonte: Jornal A TARDE, Salvador, 26/09/2007, Salvador e Região Metropolitana, p. 5</p>	<p>T-1</p>	<p>DU</p> <p>DP</p>
<p>Sem água em São Gonçalo</p> <p>Os moradores do bairro de São Gonçalo do Retiro estão sofrendo, há mais de uma semana, com o abastecimento de água. O problema é que a água só cai à noite, e, mesmo assim, por uma, duas horas. Depois disso, vai embora. Sábado passado, caiu por volta da meia-noite e, às 6 horas da manhã de domingo, já não tínhamos mais nada. Agora, o pior é que, quando a água cai, está vindo com muita sujeira. Já encontramos pedaços de plástico e até mesmo insetos. Ligamos para a Embasa, pelo 0800, e disseram que estavam fazendo limpeza na rede. Mas até agora o problema persiste. Minha família está tendo problemas de saúde, com vômitos e dor de cabeça, e acredito que seja da sujeira da água. Até quando vamos ter que aguentar esta situação? A Embasa responde: De acordo com informações prestadas pela assessoria de comunicação da Empresa Baiana de Águas e Saneamento (Embasa), por causa de serviços de manutenção nas bombas que captam água bruta em Pedra do Cavalo, realizados no último dia 21, o fornecimento de água para sistema de Salvador, neste dia, foi interrompido durante cinco horas (das 17 às 22 horas), afetando locais onde</p>	<p>T-1</p> <p>T-2</p>	<p>DU</p> <p>DG</p> <p>DP</p> <p>DCC</p>

<p>existem dificuldades operacionais para a distribuição de água. Conforme a assessoria, o abastecimento, nessas áreas, levou mais tempo para ser regularizado. "Quanto à sujeira na água, é preciso que o leitor informe seu endereço completo e número de matrícula da ligação de água para que técnicos da empresa visitem seu imóvel, a fim de investigar as verdadeiras causas desse problema", acentua. Fonte: Jornal A TARDE, Salvador, 28/09/2007, Salvador e Região Metropolitana, p. 6.</p>		
<p>Moradores sofrem com falta d'água</p> <p>Moradores da Cidade Baixa continuam sem água. Os bairros mais afetados são Boa Viagem, Monte Serrat e Dendezeiros. Um carro-pipa foi enviado ao local para abastecer as residências. De acordo com a assessoria de comunicação da Embasa, a irregularidade no fornecimento acontece devido a um serviço de manutenção realizado na barragem da Usina Hidrelétrica de Pedra do Cavallo. A assessoria explicou ainda que a regularização do abastecimento acontece gradativamente e garante que esses bairros devem estar com o serviço regularizado até as próximas 24 horas. Fonte: Jornal A TARDE, 11/10/2007, Salvador e Região Metropolitana, p. 10.</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DG DU DP DCC</p>
<p>Cajazeiras e subúrbio sofrem com esgotos</p> <p>Moradores de Cajazeiras e do subúrbio ferroviário estão entre os que mais sofrem com a falta de infraestrutura e saneamento em Salvador. Ludmila dos Santos, 18, mora em Cajazeiras VI e convive diariamente com o canal de esgoto a céu aberto que corta a região. "Quando chove, a água invade as casas próximas. Meu pé encheu de ferida. Eu tinha que ir para a escola e passei pela água. Mesmo de sandália, no outro dia, o pé todo coçava", relembra. Em alguns casos, o cheiro do esgoto já passa despercebido. "A gente acaba acostumando [o olfato]", diz Luiz Pereira, chapista, morador do loteamento Nogueira de Águas Claras há sete anos. A esposa Rosângela, no entanto, ainda não se acostumou. "O rio precisa é de limpeza, porque está muito sujo. Qualquer chuvinha ele transborda e a casa enche de água e de bichos", reclama. O subgerente de Operações da Superintendência de Manutenção e Conservação da Cidade (Sumac), Nazareno Gonçalves, explica que as oito unidades de conservação vinculadas à Sumac, que segundo Gonçalves, não são suficientes para atender esta demanda. "Temos projeto para pôr uma equipe só em Cajazeiras e outra na região do subúrbio", sugere. Fonte: Jornal A TARDE, 18/10/2007, Salvador e Região Metropolitana, p. 11.</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DG DU DP</p>
<p>Mau cheiro</p> <p>Estudantes do Colégio Thales de Azevedo reclama que, a partir das 14 horas, o mau cheiro do maltratado Rio Camurujipe fica insuportável. O colégio pode até ser modelo, mas as políticas de saneamento, haja vista as condições do rio, não servem de exemplo para ninguém. Fonte: Jornal A TARDE, 6/11/2007, Caderno Opinião, p. 2.</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DG DU DP</p>
<p>Moradores querem criação de Parque para conservar a mata</p> <p>(...) O morador Lorenzo Amoedo Filho, 26 anos, conta que estará nas discussões do PDDU, na Câmara, hoje, para garantir o cumprimento da promessa. Ele foi criado na Rua da Pindoba, na Colina e do Loteamento Patamares. Ali, ele cresceu se embrenhando pela mata atlântica que começa no quintal da sua casa, onde a palmeira pindoba, que dá nome à rua, dá cocos, de amêndoa dura, muito apreciada pelas pacas. Da varanda da casa, a vista da vegetação nativa ainda preservada é deslumbrante. Remanescentes cercam o fundo de um vale encharcado por nascentes de água ainda pura que garante a sobrevivência de várias espécies da fauna silvestre, como ouriços-caixeiros, tamanduás-mirim, além de grande diversidade de aves e répteis. Fonte: Jornal A TARDE, 10/11/2007, Salvador e Região Metropolitana. p. 4.</p>	<p>T-1</p>	<p>DG DP DU</p>

<p>Esgoto no Costa Azul</p> <p>Não suporto mais o mau cheiro causado pelo esgoto no bairro Costa Azul, que fica exposto a céu aberto. Essa situação causa um estrago na saúde das crianças que estudam nas imediações do esgoto, como o Colégio o Portinari e o Colégio Estadual Thales de Azevedo. A Embasa responde: A Empresa Baiana de Águas e Saneamento (Embasa) informa que o mau cheiro emana da foz do Rio Camurujipe, situada próximo aos endereços citados. Apesar das obras do Bahia Azul, o rio ainda recebe esgotos de ocupações irregulares ao longo do seu trajeto. O rio conduz também água de chuva. Quando chove, a água suja desce em grande volume pela calha do rio até a sua foz. Em tempos de estiagem, a água com detritos, represada, em decomposição anaeróbia, gera a liberação de gases responsáveis pelo mau cheiro. Esse odor desagradável não é constante e ocorre durante a ação combinada do extravasamento com o barramento da foz pela ação dos ventos e marés. Quando se formam bancos de areia na foz do Camurujipe, a Embasa providencia, através de máquinas, a abertura do canal para que o rio possa correr livre para a praia. Esse trabalho é feito visando possibilitar que o mau cheiro da água estagnada deixe de incomodar os moradores e transeuntes da área. O processo de despoluição do rio está previsto nas obras de saneamento do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) que começam em janeiro próximo. À medida que avançar o número de imóveis interligados ao sistema de esgotamento já implantado, diminuirá a contribuição, de esgotos aos cursos de água ao longo do rio. Fonte: Jornal A TARDE, 13/11/2007, Salvador e Região Metropolitana, p. 6.</p>	<p>T-1</p> <p>T-2</p>	<p>DU</p> <p>DP</p> <p>DG</p> <p>DCC</p>
<p>Verde dá lugar a novos loteamentos</p> <p>(...). Para a implantação de novos loteamentos, como o Alphaville 2, próximo a Mussurunga, foi desmatada neste ano uma área de 46,84 hectares de vegetação nativa. (...) O acesso deste loteamento para a Avenida Paralela também gerou o desmatamento de parte da mata ciliar do Rio Jaguaribe. (...) Fonte: Jornal A TARDE, 15/11/2007, Salvador e Região Metropolitana, p. 4.</p>	<p>T-1</p> <p>T-2</p>	<p>DMO</p> <p>DU</p> <p>DG</p>
<p>Muriçocas no Imbuí</p> <p>Apesar de ser um dos bairros que mais crescem e se desenvolvem em Salvador, o Imbuí passa por problemas estruturais, principalmente na parte de saneamento. No principal acesso, indo pela Paralela, existe um canal que recebe os despejos sanitários de toda área residencial e shoppings daquele local. Devido ao acúmulo de lixo e mato, suas águas ficam estagnadas e fétidas, propiciando o aparecimento de insetos e muriçocas. Os moradores do Condomínio Quintas do Imbuí não estão conseguindo dormir com os constantes ataques dos pernilongos, oriundos desse canal, que divide as avenidas Jorge Amado e Avenida das Araras. É preciso o uso de mosquiteiros e inseticida. Como se não bastasse, além de muriçoca, o mau cheiro que exata do conduto é insuportável. Não se admite, em um local residencial, a presença desses visitantes noturnos. Espero que o prefeito João Henrique tome as providências devidas e que o nosso Imbuí se torne, realmente, um lugar aprazível para se morar. A Sumac responde: O canal do Imbuí está dentro da programação da Superintendência de Manutenção e Conservação da Cidade (Sumac) para ser totalmente desobstruído, com recursos do Ministério da Integração, eliminando o problema do mau cheiro e das muriçocas. Enquanto a verba não é liberada, a Gerência de Operações vem realizando a limpeza com recursos próprios, utilizando draga e poclain da própria superintendência. “Infelizmente, o equipamento quebrou e o serviço foi suspenso, até que o Departamento de Máquinas faça o devido conserto”, justifica. Fonte: Jornal A TARDE, 21/11/2007, Salvador e Região Metropolitana, p. 6.</p>	<p>T-1</p> <p>T-2</p>	<p>DU</p> <p>DG</p> <p>DP</p>

<p>Sem água</p> <p>Gostaria que a Embasa esclarecesse, de uma vez por todas, o problema caótico de falta d'água na Cidade Baixa, nos bairros de Boa Viagem e adjacentes. Este caos é de muitos anos, sem um esclarecimento coerente do órgão. Se for para trocar as tubulações, que troquem e repassem estes gatos para as faturas, se isso for, realmente, resolver o problema. Agora, vejam só, falta água constantemente, mas as contas chegam mensalmente, com os valores normais de consumo, e nunca faltam. Para emitir contas eles são do Primeiro Mundo, mas, para abastecer a população com o líquido precioso, são do quinto. Senhor governador, tem que haver mudança urgente. A Embasa responde: Segundo a assessoria de comunicação da Empresa Baiana de Águas e Saneamento (Embasa), desde do dia 15, o fornecimento de água dos bairros que compõe a Cidade Baixa está regularizado. Fonte: Jornal A TARDE, 25/11/2007, Salvador e Região Metropolitana, p. 6.</p>	T-1	DP DU
<p>Sem água</p> <p>Jamais pude imaginar que ficaria tanto tempo sem água em casa. Moro na Rua Melo Morais Filho, 119, no bairro Fazenda Grande do Retiro, e o abastecimento no local deixou de existir. Há aproximadamente 20 dias, reclamei da falta de água aqui e nada foi resolvido até o momento (20/11). Por isso, resolvi apelar e colocar o caso no jornal. Quero ver o que eles vão dizer, porque tenho até o número do protocolo de reclamação: 9698000. Por causa dessa situação, eu e minha família temos que carregar baldes de água na cabeça para atender, ao menos, às nossas principais necessidades. Pena que apenas uma empresa administra o abastecimento de água em todo o Estado. Talvez por isso haja tanta falta de comprometimento par com o nosso bairro. A Embasa responde: Segundo a assessoria de comunicação da Empresa Baiana de Águas e Saneamento (Embasa), no dia 14 de novembro, o fornecimento de água foi interrompido em Fazenda Grande do Retiro para o conserto de uma válvula da rede distribuidora. Na noite do dia seguinte, o abastecimento já estava normalizado nesta área. Em atenção à reclamação da leitora, enviada no dia 20 de novembro, uma equipe de técnicos visitou seu imóvel, no dia 21, e constatou que, por causa do reservatório elevado, o único a garantir o abastecimento da residência, a água custou a chegar por falta de vazão provocada pela demanda reprimida de consumo após o período de falta d'água no bairro. "Sem bombeamento, os reservatórios elevados só são preenchidos se houver vazão suficiente para transportar a água até eles", informa a assessoria. Fonte: Jornal A TARDE, 27/11/2007, Salvador e Região Metropolitana, p. 6.</p>	T-1 T-2	DU DP DG DCC
<p>Vazamento químico mata peixes</p> <p>Um vazamento de sulfato ferroso provocou a morte de peixes no Rio das Pedras, que desemboca na Praia dos Artistas, na Boca do Rio. O acidente aconteceu às 4h30 de ontem. Por volta das 5 horas, pescadores e moradores da região já notavam a coloração alaranjada da água e flocos de espuma na areia. O vazamento foi provocado pelo rompimento na tubulação de um tanque da Empresa Baiana de Águas e Saneamento (Embasa). Para tentar amenizar o dano, técnicos do órgão jogaram água no rio para diluir cerca de 20 metros cúbicos do produto. De acordo com o superintendente de meio ambiente Júlio Mota, o sulfato ferroso não é tóxico, mas em contato com o ambiente aquático se transforma em óxido de ferro e ácido sulfúrico. A concentração destes dois elementos provoca a mortandade de peixes. (...) Moradores do bairro queixam-se da falta de soluções para o problema, pois não é a primeira vez que a contaminação acontece. Há cerca de um ano, outra situação similar tinha ocorrido, porém, em menor proporção. "Até hoje as autoridades não tomaram providencias. Ninguém arregaça as mangas, ninguém faz nada", reclama Antônio José da Cruz, 47 anos, pescador desde os 7. Ele calcula grande prejuízo para a população que sobrevive da pesca artesanal, apesar do o alto índice de poluição no rio. "O pessoal pobre não quer passar fome', justifica. Segundo o barraqueiro e integrante do Comitê em Defesa da Praia dos Artistas Aloísio de Souza Almeida, diversas espécies de peixe povoam o Rio das Pedras, tais como saúra, robalo, traíra e pititinga. Os animais encontrados mortos logo no início da manhã foram levados, em grande parte, pela população que</p>	T-1 T-2 T-3	DR DG DCC DP

<p>ignorava a contaminação. "Eu calculo mais de 300 quilos de peixe levados pela comunidade", arrisca Aloísio. As pessoas devem ser orientadas a não ingerir o alimento. Solução - De acordo com Júlio Mota, dentro de 60 dias o risco de outros problemas como este estará resolvido em definitivo. Uma nova área de tratamento de água está sendo construída e vai contar com um dique de contenção para impedir que futuros vazamentos sejam lançados no rio. O tanque que teve a tubulação rompida era o último do conjunto ainda não transferido para o novo espaço. Integrante do Comitê em Defesa da Praia dos Artistas, o professor Gil Fernandes está descrente. Ele diz que o programa Bahia Azul gastou recursos públicos para despoluir os rios, mas a maioria continua suja. Gil reclama ainda que um projeto pretende emitir cerca de 5.900 litros de esgoto por segundo, por meio de emissário submarino, para a Praia dos Artistas. "Coisa que a comunidade abomina e não vai aceitar", assegura. "A gente quer saber até quando essa lógica perversa e obsoleta vai imperar no nosso Estado, herdada de governos anteriores", continua. O Rio das Pedras recebe o descarte do lodo que fica acumulado nos tanques após o tratamento de água. Júlio Mota assegura que dosado em pequenas proporções o resíduo não é maléfico. Fonte: Jornal A TARDE, 29/11/2007, Salvador e Região Metropolitana, p. 12.</p>		
<p>Ponte deteriorada</p> <p>Muito oportuna a reportagem sobre os equipamentos urbanos disponíveis para a população se locomover na cidade. No Rio Vermelho, mais exatamente no Largo da Mariquita, tem uma pequena ponte sobre o antigo rio, hoje esgoto Lucaia, distante poucos metros de um posto policial e por onde passa um grande número de pessoas. (...) Fonte: Jornal A TARDE, 2/12/2007, Sessão Opinião, p. 2.</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DU DG DP</p>
<p>Caminhada contra emissário submarino</p> <p>Em reação à iniciativa do governo do Estado de executar o projeto de um novo emissário submarino, integrantes de entidades culturais e ambientalistas preparam caminhada de protesto para o domingo. Os opositores ao projeto sustentam que a obra desnecessária, já que o emissário do Rio Vermelho ainda teria capacidade para receber os esgotos da cidade. De acordo Marco Antônio Sitaël, integrante do Comitê da Praia dos Artistas, haveria resultado se o Bahia Azul tivesse feito as ligações dos esgotos das casas na rede em vez de entubar os rios poluídos. A caminhada terá concentração no estacionamento do Aeroclube, às 9h, e sairá com destino à Praia dos Artistas, local por onde está prevista a passagem do emissário. Fonte: Jornal A TARDE, 7/12/2007, Salvador e Região Metropolitana, p. 7.</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DU DG DP</p>
<p>Saneamento</p> <p>Os abastecimentos de água e esgotamento sanitário em Salvador alcançam 95,13% e 74% de cobertura, respectivamente. O maior desafio é reduzir a carga de poluição lançada nos rios e, principalmente, no oceano. Fonte: Jornal A TARDE, 10/12/2007, Caderno Especial, p. 4.</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DG DU DP</p>
<p>Pobres e ricos, todos querem áreas verdes preservadas</p> <p>Uma travessa da rua direta que liga a rótula de Cajazeiras a Boca da Mata é um dos acessos para a área verde que bordeja a Represa de Ipitanga. A menos de 500 metros por uma trilha, um vasto espelho d'água cercado de remanescentes de mata atlântica forma uma bela paisagem que contrasta com a aridez da ocupação desordenada dos bairros em torno. A vegetação, ainda densa, abriga espécies da fauna silvestre e, em plena tarde de um dia qualquer, é possível estar em contato direto com a natureza. O local é usado como opção de lazer nos finais de semana para quem vive numa região onde existem apenas uma praça e um largo como espaços públicos, conforme os estudos do PDDU. (...) A região em torno da represa está na categoria de área de</p>	<p>T-1 T-3</p>	<p>DU DR</p>

proteção ambiental (APA), mas, para o coordenador Kilson Meio, a criação de um parque garantiria mais proteção legal e investimento público. Fonte: Jornal A TARDE, 10/12/2007, Caderno Especial, p. 6.		
<p>Vale Encantado em Patamares: Da varanda da casa do surfista Elói Lorenzo Filho, no Loteamento Colina C, em Patamares, descortina-se o que os moradores do lugar passaram a chamar de "Vale Encantado". Remanescentes de mata atlântica ainda intactos ladeiam um vale brejoso, numa extensão de quase 180 graus de vista panorâmica e que, pela legislação ambiental, é uma área de preservação permanente (APP) porque abriga nascentes de rios. A área está situada entre os empreendimentos Alphaville e o Greenville, que já ocuparam as cumeadas, onde há bem pouco tempo somente existia mata nativa. A ameaça da abertura de uma via de tráfego para conectar as duas partes do loteamento Greenville assustou os moradores. Nos planos do empreendedor e com o sinal positivo da prefeitura, a via Leste-Oeste cortaria justamente o centro do vale, destruindo grande parte da vegetação nativa e desabrigando a rica fauna silvestre que ainda vive no local: tamanduás-mirins, ouriço-caixeiro, bicho-preguiça, répteis e aves, como o socó-boi, que vive escondido na vegetação ribeirinha, próximo de cursos d'água, sendo considerado uma ave rara, conforme o Ministério do Meio Ambiente. Mobilizados, Elói e seus vizinhos conseguiram levar até o local a secretária municipal de Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente, Kátia Carmelo, a quem foi pedida a criação de um parque público para a preservação da mata. A promessa foi feita e, em entrevista durante seminário promovido pelo jornal A TARDE, Carmelo confirmou a criação do parque e a inadequação da localização da via Leste-Oeste. "Mas até hoje a promessa não foi para o papel", observa o surfista, que lamenta os riscos que corre a "última floresta" da cidade, onde estão nascentes de águas ainda despoluídas e que mantêm em equilíbrio a vida silvestre em plena metrópole. Unidades de Conservação: As matas de Patamares também contribuem para o equilíbrio do manguezal do Rio Passavaca, último trecho deste ecossistema ainda preservado na orla atlântica da cidade. No PDDU, os remanescentes de mata atlântica da região de Patamares são classificados como áreas de proteção dos recursos naturais (APRN) e corresponde à APRN de Jaguaribe (...). Fonte: Jornal A TARDE, 10/12/2007, Caderno Especial, p. 6.</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DMO DG DU DP</p>
<p>O Plano Diretor e o Meio Ambiente</p> <p>(...) O PDDU também cria o Sistema de Áreas de Valor Ambiental, que compreende as unidades de conservação e áreas de valor urbano ambiental para a garantia da permeabilidade do solo, do conforto climático e preservação de elementos, cenários e marcos referenciais, vinculados à imagem, à história e à cultura local. Dentre essas áreas, chama a atenção a região da Avenida Paralela/Patamares, que ainda possui uma vegetação exuberante de mata atlântica, apesar da perda de dois milhões de metros quadrados de verde, nos últimos anos, para a implantação de empreendimentos imobiliários e de serviços. Essa região, inserida na bacia hidrográfica do Rio Jaguaribe passa a ser definida como Área de Proteção dos Recursos Naturais (APRN). Mas, antes mesmo de ser criada, com critérios e restrições de ocupação que compatibilize o uso do solo com a proteção ambiental, a liberação de empreendimentos no local está na contramão do que prevê o plano. Fonte: Jornal A TARDE, 10/12/2007, Caderno Especial, p. 6.</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DP DG DU</p>
<p>Limpeza do matagal</p> <p>Moro em um bairro na região de Itapuã chamado Km-17. Estamos com problema que, se não tiver cuidado vai virar caso de saúde pública. Os mosquitos, chamados de muriçocas, estão atacando. No rio que corta o bairro, não foram feitas a drenagem e a limpeza do matagal que rodeia o rio. É preciso que o prefeito fique atento ao caso. Sumac responde: A Superintendência de Manutenção e Conservação da Cidade (Sumac) informa que a Gerência de Operações do órgão já colocou a limpeza do canal na programação de serviços para ser realizada o mais rápido possível. Fonte: Jornal A TARDE, 11/12/2007, Salvador e Região Metropolitana, p. 6.</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DU DG</p>

<p>Fonte é patrimônio desde 1984</p> <p>A Fonte do Tororó se tornou parte de um córrego de esgotos que desce pelo Vale do Tororó, passa pelo seu interior e corre em direção à Estação da Lapa. Ainda tem gente que lava o rosto ali. Não só a Fonte do Tororó, mas também as demais fontes do velho Centro são administradas pelo Instituto do Patrimônio Artístico (Ipac). Segundo informações da Subgerência de Pesquisa e Legislação Patrimonial do Ipac, a Fonte do Tororó foi tombada pelo Decreto Estadual 3.483, de 10 de maio de 1984, não sabendo revelar que limite do seu entorno está protegido. O superintendente do órgão, Frederico Mendonça, diz ter ciência de que as fontes do Centro passam por um processo de degradação. Ressaltou o papel que elas tinham no tempo de D. Pedro II, como fontes de água potável, mas lembra que, nesse sentido, elas perderam a função. Isso não diminui a importância dessas fontes como parte do patrimônio arquitetônico da cidade, remetendo ao período da monarquia brasileira. (...). Medindo aproximadamente dois metros de altura por três metros de diâmetro, a Fonte do Tororó, de acordo com informações disponibilizadas no site da Fundação Gregório de Mattos, instituição vinculada à Prefeitura Municipal de Salvador, foi construída no século XIX, sendo que o autor do projeto é desconhecido. Fonte: Jornal A TARDE, 13/12/2007, Salvador e Região Metropolitana, p. 11.</p>	<p>T-1</p> <p>T-2</p>	<p>DU</p> <p>DG</p> <p>DP</p> <p>DCC</p>
<p>Terreiros homenageiam a “Mãe das águas doces”</p> <p>A Lagoa do Abaeté se encheu de presentes para Oxum, considerada o orixá que representa a “mãe das águas doces”, ontem pela manhã. Um cortejo iniciado às 10h reuniu representantes dos terreiros Guerebetã Gume Soboada, de nação jeje, e Axé Abassá de Ogum, de nação ketu, que organizam o evento há 16 anos e colocaram os presentes maiores. Além deles, foram oferecidos mais 18 presentes menores, oferecidos por outros terreiros de Itapuã e adjacências. Maria Clara Soboci, filha-de-Santo do Guerebetã, diz que os presentes são oferecidos, na verdade, em setembro, pois fica também a homenagem ao Parque do Abaeté, que passou por um processo de revitalização em setembro de 1993, quando foi criada a Casa das Lavadeiras. Ela explica também que a tradição da entrega dos presentes a Oxum já tem mais de 80 anos. “Eles eram entregues pelas antigas lavadeiras, que lavavam suas roupas na lagoa”, conta. A retomada do ritual aconteceu há 16 anos e Maria Clara reclama que há 14 a comunidade tenta “sensibilizar o poder público a colocar o evento no calendário das festas populares da cidade”, mas até hoje não obteve respostas. Geralmente a Lavagem da Casa das Lavadeiras acontece antes da entrega dos presentes, mas nesta quinta, devido ao atraso da saída do cortejo dos terreiros à lagoa, a ordem foi invertida e, após a oferenda, aconteceu a lavagem, com direito a rituais sagrados e muito samba--de-roda. Georgina Boa Morte, coordenadora do Parque do Abaeté, diz que as lavanderias da Casa servem muito às donas-de-casa, que, além de não poluírem mais a Lagoa do Abaeté com produtos químicos, não ficam expostas ao sol, correndo riscos de queimaduras e problemas na pele. A coordenação do Parque e da Casa das Lavadeiras é feita pela Secretaria do Meio Ambiente e que existe um diálogo constante com a comunidade, principalmente com os Terreiros que atendem a população local. Fonte: Jornal A TARDE, 14/12/2007, Salvador e Região Metropolitana, p. 5.</p>	<p>T-1</p> <p>T-3</p>	<p>DR</p>
<p>Lauro de Freitas dá ênfase para obras de saneamento</p> <p>Cerca de 32 mil pessoas serão beneficiadas com as obras de saneamento e esgotamento sanitário que estão sendo realizadas no município de Lauro de Freitas, a 30 km de Salvador. Parte destas ações contam com recursos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), do governo federal, na ordem de R\$ 38 milhões. Desta verba, R\$ 20 milhões estão sendo realizadas obras de macrodrenagem, saneamento, urbanização e melhorias habitacionais nas localidades de Pouso Alegre, Pedrita, Chácara Thati e outras. Os outros R\$ 18 milhões restante vão para as localidades de Lagoa da Base, Lagoa dos Patos e adjacências, onde também serão feitas obras de saneamento e esgotamento sanitário, além de melhorias habitacionais, urbanização e recuperação da</p>	<p>T-1</p> <p>T-2</p>	<p>DU</p> <p>DP</p>

<p>própria lagoa que, ao longo do tempo, foi quase toda aterrada. (...). Para conhecer melhor os cursos d'água existentes no município, de acordo com o secretário, a administração municipal realizou o Plano Diretor de Manejo de Águas Pluviais, que mostrou os pontos críticos da cidade e que permitiu a realização de obras pontuais como na intervenção da localidade de Sempre Verde, em Portão. Obras mais complexas, a exemplo do Canal dos Irmãos, também foram apontadas no plano diretor. Orçada em cerca de R\$ 9 milhões, a obra irá transpor as águas do córrego, que passa por baixo da avenida Luiz Tarquínio, e resolver definitivamente os problemas de alagamento em Portão, Vilas e parte do Centro. (...). Fonte: Jornal A TARDE, 15/12/2007, Caderno Municípios, p. 3.</p>		
<p>Itapuã pede socorro</p> <p>Há mais de um mês estamos enfrentando uma verdadeira invasão de muriçocas e a prefeitura nada faz. (...) Só aqui a minha volta tem um bueiro sem a grelha de proteção e cheio de lixo na Rua Guararapes e um córrego na Rua Álvaro Baqueiro também entupido de detritos e, pela cor da água, é de esgoto. Obrigada e espero que a divulgação desta nos ajude.</p> <p>Fonte: Jornal A TARDE, 16/12/2007, Caderno Opinião, p. 2.</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DU DG</p>
<p>Embasa reduz oferta de água</p> <p>A Embasa reduziu 7% a oferta diária de água tratada para Salvador devido a problemas estruturais em uma torre da adutora da Barragem Joanes II, em Camaçari. A diminuição da oferta atinge o subúrbio ferroviário, penínsulas itapagipana e os bairros São Caetano, Pau Miúdo, Federação, Engenho Velho da Federação, dentre outros. Fonte: Jornal A TARDE, 21/12/2007, Capa.</p>	<p>T-1</p>	<p>DU DP</p>
<p>Embasa diz que não faltara água</p> <p>Um problema estrutural numa torre responsável por equilibrar a pressão da adutora da Barragem Joanes II, localizada nas proximidades do Pólo Petroquímico de Camaçari, obrigou a Embasa a reduzir a atividade do equipamento, enquanto passa por reparos, e diminuir em cerca de 7% a oferta diária de água tratada para Salvador. Os bairros mais atingidos estão na região do subúrbio ferroviário e rodoviário, península itapagipana, e bairros de São Caetano, Pau Miúdo, Federação, Engenho Velho da Federação, entre outros. Apesar da redução da oferta, a Embasa afasta a possibilidade de falta de água na cidade por conta deste problema. No entanto, a empresa indica atenção especial aos moradores das áreas afetadas para evitar o consumo excessivo e o desperdício consequente de atitudes como lavar calçadas com uso de mangueira, lavar carros em porta de casa e deixar torneiras semi-abertas. A Embasa tem anunciado o problema em rádios, jornais e emissoras de televisão. De acordo com o superintendente de operações da Embasa, responsável pela Região Metropolitana de Salvador, Carlos Ramirez Brandão, a torre de equilíbrio é um equipamento responsável por controlar o nível de pressão nas adutoras, tubulações de água. A torre que vai sofrer reforma tem cerca de 54 metros de altura e 5 de diâmetro, apresenta fissuras e tem sua estrutura comprometida, apesar de ter sido construída há cerca de cinco anos, por uma construtora privada contratada pela Embasa. “Íamos corrigir algumas fissuras visíveis e um especialista constatou um problema na estrutura”, indica o superintendente. Sem interrupção - (...). Até carros-pipa podem ser usados para resolver situações emergenciais. Em caso de eventual falta de água, os consumidores devem entrar em contato com o nº 080-555195, ligação gratuita. Calcula-se que 700 litros de água vão deixar de chegar às redes de abastecimento de Salvador a cada segundo. O valor representa cerca de 7% da oferta total à cidade, em torno de 10 mil litros por segundo. Brandão assegura que o abastecimento não será interrompido em nenhum momento. Ele explica ainda que a Barragem Joanes II abastece a Estação de Tratamento de Água (ETA) principal de Salvador, também abastecida pela Barragem de Pedra do Cavalão. Essa ETA é responsável por 60% da água ofertada à população da capital baiana, num</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DP DU DCC</p>

<p>total de cerca de 6 mil litros por segundo. O problema já deixou preocupada a doméstica Alaide Souza, 41 anos, que diz enfrentar falta de água constantemente no Lobato. “Este período está pior. A Embasa está deixando mesmo a desejar”, reclama. Para driblar a escassez, intensificada nas duas últimas semanas, ela junta o pouco que chega em garrafões e um tonel para usar durante o dia. “Se eu não faço uma reserva, fica difícil”, afirma. Fonte: Jornal A TARDE, 21/12/2007, Salvador e Região Metropolitana, p. 7.</p>		
<p>Contas altas e serviço irregular</p> <p>“Água faltando? Diga uma novidade”, provoca a auxiliar de enfermagem Maria Antônia de Oliveira, 56, enquanto vende espetos de churrasco na frente de casa. Ela é mais uma moradora do Lobato (Subúrbio Ferroviário), que sofre com o fornecimento reduzido pela Embasa. Ontem, a água faltou por volta das 6 horas e à noite ainda não havia sinal de que voltaria. Ela reclama que, apesar de passar por esse incômodo, ainda tem de pagar a conta. (...) “É água faltando na torneira, esgoto correndo na porta e a gente pagando caro”. Moradora de Pedra Furada (Cidade Baixa), a dona-de-casa Marilúcia de Carvalho, 40, diz que o verão, época em que mais se precisa de água, é quando mais falta. Ontem à noite, ela carregava uma sacola de lençóis que havia lavado em Boa Viagem, pois em casa não era possível. Para quem reside na região, uma das alternativas é uma fonte natural que brota no bairro, em pleno asfalto. Foi a ela que o vendedor Edson Oliveira, 27, recorreu ontem à noite, após chegar do trabalho e não ter como tomar banho em casa. “A falta é grande e geral. A Água só chega de madrugada e vai logo embora”. Fonte: Jornal A TARDE, 21/12/2007, Salvador e Região Metropolitana, p. 7.</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DU DP DR</p>
<p>Periferia reclama da vida com lata d’água na cabeça</p> <p>Pau da Lima, Itapuã, Periperi e Paripe são alguns dos bairros de Salvador nos quais os moradores estão arriscados a passar o Natal sem água e até mesmo carregando latas na cabeça para suprir a necessidade de suas residências. O “presente” veio a reboque da redução de 7% da oferta diária para 60% dos bairros da cidade, em decorrência de problemas de funcionamento em uma torre da adutora da Barragem Joanes II, que deverá ser reparada amanhã, espera do festejo natalino. Em alguns locais da cidade, no entanto, a falta do líquido não é nenhuma novidade e vem se arrastando há muitos anos, fazendo com que milhares de pessoas tenham que viver na base do improvisado ou tenham que vigiar qualquer barulhinho nos canos e, principalmente, sejam obrigadas a uma eterna economia. Segundo a assessoria de imprensa da Embasa, o número total de reclamações registrados pelas atendentes através do telefone 0800-555-195 teria diminuído nos últimos dias. Entretanto, cresceu a quantidade de queixas oriundas da área do subúrbio ferroviário, principalmente de moradores dos bairros de Periperi e Paripe. Estes locais são ocupados por residências populares que, na maioria dos casos, não possuem um reservatório, equipamento que impediria a falta completa de água. (...). Também é grande o índice de ligações clandestinas, destacou a assessoria da Embasa. Ao longo da Avenida Suburbana (Av. Afrânio Peixoto), desde o bairro de Lobato até Periperi, é possível verificar que menos de 5% dos imóveis possuem caixas d’água e as existentes são pequenas, com capacidade de até 500 litros (segundo estudiosos, o consumo médio mensal de água por pessoa é de 150 litros de água). Assim, mesmo moradores que dispõem de caixas d’água são obrigados a buscar soluções diferentes. A dona de casa Angélica Bastos, residente na Rua das Pedrinhas (via principal de Periperi) há 24 anos dispõem do que intitula “meu socorro”: uma torneira instalada quase junto ao chão e que é a primeira a receber água por ser instalada quase ao nível da rua. Anteontem, o abastecimento era muito fraco, mas, como a água da rua correu durante toda a madrugada, encheu a caixa d’água e permitiu que a dona-de-casa lavasse roupa, chão e efetuasse a limpeza geral. “Meu sobrinho mora numa rua próxima daqui e ficou completamente sem água na semana passada. O jeito foi ir passar uns dias na casa da sogra”, explicou. Quem mora em apartamentos de primeiro andar também vem sendo prejudicado, informa Maria Odília da Silva, que mora há 40 anos na Rua Rosalvo Barbosa e diz que os únicos a ter problemas no momento são os inquilinos do segundo pavimento de um edifício vizinho de sua casa. Na mesma região,</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DU DR DP</p>

<p>porém em conjuntos habitacionais diversos, os moradores dividem-se sobre os problemas com água. Quem mora em Mirantes de Periperi, em geral, não tem do que reclamar nos últimos dois anos, apesar de o local estar situado numa zona mais alta. Mas o dançarino Alessandro Jesuíno dos Santos mora na Rua da Bica há 15 anos e, recém-chegado da Itália com a mulher enfrenta mais uma vez uma rotina que vem acompanhando a sua família neste período: a “água chega dia sim, dia não. No dia em que chegamos, não tinha nem para tomar banho”. A situação é realmente ruim para quem reside no Conjunto Vista Alegre, depois que a Embasa cortou o fornecimento de água para a maioria dos edifícios devido à inadimplência dos assinantes, há cerca de dois meses. Os moradores utilizam poços artesianos, mas o problema acontece quando a bomba queima, diz a estudante Luciana Nascimento. “Esse pessoal sofre muito, já vi gente descer com baldes às 5 horas. No meu edifício a situação se normalizou porque fizemos um acordo e estamos pagando as parcelas”, explicou o comerciante Carlos Muniz Souza. Mas ele reclama que, apesar de estarem em dia, a água “deixa de correr” às 9 horas e só retorna às 15 ou 16 horas, denunciou. Fonte: Jornal A TARDE, 23/12/2007, Caderno Salvador, p. 13.</p>		
2008		
<p>Veranistas sofrem com falta d’água em Guarajuba</p> <p>Em pleno clima de festas e com a casa cheia de gente, o administrador de empresas Mateus Gunar, 28 anos, teve que sair de Guarajuba, às pressas, para comprar reservatórios para água. (...) se assustou ao ver as torneiras secas no sábado. “Tive que ir a Feira de Santana comprar os tanques”, disse ele. (...) Ele contou que no sábado e no domingo não tinha água. “É muito desagradável isso”, afirmou ele. A administradora do condomínio, Conceição Salustiana, reclama do fornecimento de água da Empresa Baiana de Saneamento e Águas (Embasa), que, segundo ela, a empresa não aumenta o fornecimento no período de pico. “Todo ano é isso”, queixa-se. De acordo com ela, a empresa não respeita a sazonalidade, e o resultado é o transtorno que muitos têm que passar com o racionamento. No verão, a população do lugar salta de cinco para 20 mil pessoas. (...) Em todo litoral norte existem cinco estações de abastecimento que distribuem água para 20 localidades. Segundo o gerente, os sistemas de abastecimento que atendem ao litoral norte estão funcionando normalmente e com oferta suficiente. O que atende Guarajuba é o sistema Jordão, composto por quatro poços profundos que também abastecem à população de Barra do Jacuípe e Monte Gordo, com oferta de 220 litros por segundo. “No Jordão, os reservatórios estão com três metros de coluna d’água, não há risco de faltar”, informou o gerente. As demais localidades são servidas pelo sistema de Machadinho, que tem cinco poços, Barra do Pojuca (pelo Rio Pojuca) e o Sauípe (pelo Rio Sauípe) e o de Lauro de Freitas, que abastece Buscavida, Catu, Sucupió, Vila Joanes e a Colônia Boa União. Fonte: Jornal A TARDE, 01/01/2008, Salvador e Região Metropolitana, p. 08.</p>	<p>T-1</p> <p>T-2</p>	<p>DG</p> <p>DU</p> <p>DP</p> <p>DR</p>
<p>Beleza de Itaparica é o que consegue manter o visitante</p> <p>(...). Com a implantação do sistema ferryboat para a travessia da Baía de Todos os Santos e a construção da Ponte do Funil, Itaparica entrou no ritmo frenético das grandes cidades. Mudanças – Surgiram os condomínios fechados onde antes havia extensas áreas verdes, a aceleração da degradação ambiental, dentre outros problemas. O crescimento do movimento exigiu a construção de hotéis, pousadas, restaurantes, bares, barracas de praia, que transformaram a paisagem. (...) “Aqui não havia luz elétrica nem água potável. Água boa para beber, a gente tinha que buscar na Fonte da Bica, lá na sede de Itaparica”. (...). Mesmo declarando o seu apego à Ilha, o educador enumera alguns problemas que, no seu entender, deveriam ser solucionados pelos governantes, como a melhoria do serviço domiciliar de abastecimento de água, que nesta época do ano costuma faltar em muitas localidades, a melhoria da coleta do lixo e a limpeza das praias. “Não é possível a gente ficar com a família numa casa que não cai água nas torneiras há vários dias e depois vir tomar banho de mar numa praia coberta de lixo”, reclama. (...) Beleza – A fonte de água doce conhecida como o Tororó, a meia hora de distância do núcleo habitacional, orgulha os moradores. Ainda no município de Mar Grande, o povoado de Jeribatuba também desfruta de tranquilidade. Praticamente todos os moradores se conhecem. A maioria dos homens vive a rotina de ir para o mar e pescar diariamente. (...) Fonte: Jornal A TARDE, 06/01/2008, Bahia, p. 16.</p>	<p>T-1</p> <p>T-2</p>	<p>DMO</p> <p>DU</p> <p>DP</p> <p>DG</p> <p>DR</p>

<p>Mecânico morre afogado no Cabula</p> <p>A bela paisagem da Lagoa da Pedreira, encravada entre o fundo do 19º Batalhão de Caçadores do Exército (19º BC) e a comunidade da Timbalada, no bairro do Cabula, foi ocupada, da tarde de sexta-feira até quase o meio-dia de ontem, por dezenas de pessoas que assistiram às buscas ao resgate do corpo do mecânico Gilberto dos Reis Cerqueira, 42 anos. Ele morreu afogado quando pescava com amigos. O corpo foi removido no meio da tarde para o Instituto Médico-Legal Nina Rodrigues (IMLNR). (...) Lixo – “O local onde encontramos o corpo tem 38 metros de profundidade. Como se não bastasse isso, o fundo do lago é muito acidentado, com pedras, buracos, pedaços de automóvel, entulhos e peças de cimento lançados pela população, além de diversos outros tipos de lixo”, acrescentou o oficial que comandou as buscas, (...) segundo ele, o índice de afogamentos em lagos, na Capital, “aumentou assustadoramente nos últimos três meses”. Fonte: Jornal A TARDE,13/01/2008, Salvador e Região Metropolitana, p. 10.</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DG DR</p>
<p>A cidade dentro da cidade</p> <p>Janeiro, sol, dia azul. “Vamos descer para Ipitanga? ”, sugere José Nascimento, 22, aos amigos. Mas não é a praia perto do Flamengo onde eles vão aproveitar o dia. O destino é a “praia” particular dos moradores de Cajazeiras: com água doce, algas e muito mato em volta, a Barragem de Ipitanga é o programa dos finais de semana e dias de férias, para onde José vai desde os dez anos. “A barragem é nosso piscinão, é o que nos salva. Aqui não tem muito lugar para gente ir, não”. O bairro de Cajazeiras nasceu como um conjunto habitacional, há 24 anos. Das fazendas que foram desapropriadas para o projeto (Jaguaripe de Cima, Fazenda Cajazeiras e Fazenda Boa União) veio o nome do bairro. Não demorou para que os prédios fossem cercados de construções informais. No maior bairro de Salvador vivem mais de 600 mil habitantes (mais gente até do que em Feira de Santana). São 18.583 casas populares nas 11 Cajazeiras e quatro Fazendas Grandes, que se misturam também com Boca da Mata e Águas Claras. (...) Fonte: Jornal A TARDE,15/01/2008, Caderno dez, p. 06.</p>	<p>T-1 T-3</p>	<p>DR DU DP</p>
<p>Verão, brisa e sol na Barragem de Ipitanga</p> <p>Para chegar na Barragem de Ipitanga é preciso descer uma trilha longa e estreita, que parece não acabar mais. Sem aviso, surge uma curva a represa da Área de Proteção Ambiental Joanes/Ipitanga. O lago é ponto de encontro no verão, e vira uma grande extensão do quintal da vizinhança. “Vem famílias inteiras, gente de Mussurunga, até de Itapuã desce pra cá”, conta a estudante Cecília Nascimento, 23. Se nadar por lá é perigoso? “A represa é um pouco funda, mas é só não ir muito longe”. Pelo chão, marcas de fogueira dos acampamentos da noite, pegadas. Luiz Calos Souza, 22, conta que todo final de semana tem mountain bike numa trilha. Jogando a rede – Sempre que vai pescar na barragem, Frederico Marcos, 23, repete, concentrado, o longo ritual: primeiro, pega o camarão com a rede ou jereré, que vira isca para filhotes de tucunaré e vão parar na ponta do anzol para alimentar peixe grande. “Já tirei daqui traíra, robalo, camarão. Pesco porque me acalma, por diversão mesmo”. Frederico já conquistou um discípulo, o vizinho Paulo Wellington, 23, novato no bairro. “Pescava muito em água salgada, mas agora fico mais aqui. A área é tranquila, nem dá pra inventar história de pescador”, diz Paulo, que se contradiz jurando ter pego um robalo de dois quilos naquelas águas. Fonte: Jornal A TARDE,15/01/2008, Caderno dez, p. 06.</p>	<p>T-1 T-2 T-3</p>	<p>DR DG DP</p>
<p>Diversão em lagoas é perigo de afogamento</p> <p>Quem busca o lazer nas lagoas e barragens da capital baiana está correndo sérios riscos. No ano passado, 14 pessoas morreram afogadas e 1.846 sofreram apuros, mas foram resgatadas com vida. Este ano, já houve duas mortes em lagos. Não há salva-vidas nos locais. Fonte: Jornal A TARDE,15/01/2008, Caderno dez, p. 01.</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DG DR DP</p>

<p>Falta d'água – Moradores da ilha têm que estocar o líquido</p> <p>“Todos os anos, essa história se repete”. Com esta frase, a dona-de-casa e proprietária de uma locadora de vídeo na Rua São Benedito, em Itaparica, Regina Pereira Nobre, exprime o sentimento da maioria dos moradores sobre o problema da falta d'água na localidade. “Está faltando quase todo todos os dias”, afirma. Para preparar o almoço da família, Regina utiliza a água que consegue acumular em panelas de alumínio e em um vasilhame de plástico que deixa na cozinha ao lado da pia. “Lá onde eu moro, no bairro Galvão, a situação é a mesma”, concorda Maria Augusta Ramos Santos. “Minha mãe mora em Salvador e quando quer vir para ilha pergunta logo se tem água em minha casa”, conta Maria Augusta. A falta do líquido provoca transtornos na rotina das residências e é motivo de preocupação constante dos donos de pousadas e restaurantes na Ilha de Itaparica, que têm nos meses do verão as melhores oportunidades do ano para ganhar dinheiro. “Nos dias de maior movimento aqui, as minhas preocupações redobram. Fico com medo de ficar sem água, com os pratos sujos, sem condições de higiene para atender os clientes”, relata a comerciante Nadir Saldanha, dona de um restaurante na área do Centro Histórico de Itaparica. “Já ficamos aqui sem cair uma gota de água na torneira durante três dias. Foi um sufoco”. Para cozinhar, Edir teve que recorrer à água mineral da Fonte da Bica. (...) Em Cacha Pregos, uma das localidades do município de Vera Cruz, na Ilha de Itaparica, comerciantes, moradores e veranistas, para conviver com o problema da falta de água nas torneiras, mantêm tanques reservas em suas lojas. (...) Em Mar Grande, sede do município de Vera Cruz, as reclamações contra a deficiência do abastecimento de água no verão são repetidas. “Faltar água aqui no verão não é novidade”, ironiza a dona-de-casa Edneide Maia, que costuma passar o verão no bairro da Ilhota, em Mar Grande. O local é um dos mais populosos da cidade, e a maioria dos moradores é nativa. “Acho que somos os que mais sofremos com a falta d'água aqui em Mar Grande”, queixa-se Bárbara Oliveira Santos, que, assim como outros moradores quando não têm água em sua casa, recorre à Fonte do Tereré para tomar banho, lavar roupa e até mesmo para higiene. Fonte: Jornal A TARDE, 19/01/2008, Salvador e Região Metropolitana, p. 05.</p>	<p>T-1</p> <p>T-2</p>	<p>DG</p> <p>DU</p> <p>DR</p> <p>DP</p>
<p>Água insuficiente no Litoral Norte</p> <p>O abastecimento de água é feito de forma desigual em 20 localidades do litoral norte. Proporcionalmente, as regiões com maior população recebem menos água. O problema piora no verão, quando o número de pessoas é quatro vezes maior em razão da chegada de turistas. Em Jauá, a interrupção constante do fornecimento tem afetado os veranistas. Usuários chegam a ficar três dias com os reservatórios vazios. A Embasa admite o problema, mas não apresenta solução imediata. Fonte: Jornal A TARDE, 19/01/2008, Capa, p. 01.</p>	<p>T-1</p> <p>T-2</p>	<p>DG</p> <p>DU</p> <p>DP</p>
<p>Comunidade perdeu nascentes</p> <p>Uma das localidades mais bem servidas de água tratada é a Vila Sauípe, comunidade tradicional que foi revelada com a abertura da Linha Verde e a chegada do empreendimento Costa do Sauípe e pousadas. Para a instalação do empreendimento, foram implantadas uma estação de tratamento de água, das quais a comunidade também se serve. Não há queixa de falta d'água. Nem poderia. O reservatório com capacidade para 200 metros cúbicos (que equivalem a 200 tanques de mil litros), está sempre abastecido. De lá a água segue também para as comunidades de Currallinho, Porto de Sauípe, Canoas e Estiva, além do complexo hoteleiro, que, sozinho consome 1.800 metros cúbicos por dia em períodos normais e até 2.500 em épocas de eventos. A água é captada no Rio Sauípe e chega com boa qualidade, segundo o gerente operacional da Embasa, Cristoval Dias. Mesmo assim, passa por cuidadoso tratamento com sulfato de alumínio, flúor e cloro. O abastecimento é ininterrupto, “24 horas, exceto quando há problemas com vazamento na adutora”, adverte o gerente. SEM Alternativa – A associação de Moradores de Vilas Sauípe não tem registro de queixas contra o fornecimento de água. “Aqui, nunca falta”, conta a dirigente da associação,</p>	<p>T-1</p> <p>T-2</p>	<p>DU</p> <p>DP</p> <p>DG</p> <p>DMO</p>

<p>Vera Lúcia Brandão. “O problema é que a água é muito cara”, disse ela. “As contas chegam no valor de R\$50, R\$90 e até R\$ 100. É um absurdo, as pessoas não têm condições de pagar”, protesta. Vera disse que sente falta do tempo em que a comunidade se abastecia com a água das nascentes, que eram abundantes na região. Era onde tomava banho e lavava roupa. “Com a Linha Verde, as nascentes secaram todas. Veio o complexo e complicou tudo. Temos que pagar, e caro, pela água”, desabafa ela. (...) Fonte: Jornal A TARDE,19/01/2008, Salvador e Região Metropolitana, p. 04.</p>		
<p>Problemas no abastecimento afasta veranistas da Praia de Jauá</p> <p>(...) “O pessoal vem e vai embora por falta de água”, disse a dona do mercadinho Point do Açaí, Rogéria Paradelo do Amaral. “Aqui não fica esse paradeiro, não”, disse ela, mostrando as mesas e cadeiras vazias dos bares e restaurantes próximos à praia. (...) a falta de água pode levar três ou quatro dias. “A gente não sabe quando vem, e, quando chega, é só por meia hora”, falou. (...) “Chegar da praia e não achar água para tomar banho é muito ruim”, disse. Na pousada em que está hospedado o problema está sendo resolvido com a água de um poço. Fonte: Jornal A TARDE,19/01/2008, Salvador e Região Metropolitana, p. 05.</p>	<p>T-1</p>	<p>DG DU DP</p>
<p>Desigualdade na oferta de água</p> <p>(...) De acordo com o gerente da Unidade de Negócios da Embasa em Camaçari, Luciano Ribeiro, responsável pelo atendimento do litoral norte, a oferta de Estação de tratamento de Água de Machadinho, que abastece a região de Jauá e Arembepe, está aquém da demanda. “A estação fornece 190 litros por segundo, mas seriam necessários 265 para atender a todos, todos os dias”, disse ele, enquanto mostrava as instalações da estação, que fica na localidade de Machadinho, em Camaçari. Sua expectativa é que até março entre em operação um poço de captação de água do Aquífero São Sebastião, para o aumento da oferta em mais 40 litros por segundo. O crescimento da demanda não foi acompanhado de investimento público suficiente, observou o gerente, que comemora o fato de o novo governo já ter investido na abertura de quatro novos poços no último ano. De acordo com os dados da empresa, enquanto a oferta permaneceu quase a mesma, o número de ligações de água em residências e pontos comerciais saltou de 4.200, em 1997, para cerca de 34 mil atualmente. Em apenas três anos, entre 97 e 2000, o aumento do número de ligações foi de 400%, saltando dos 4.200 para cerca de 20 mil. (...) Fonte: Jornal A TARDE,19/01/2008, Salvador e Região Metropolitana, p. 05.</p>	<p>T-1</p>	<p>DP DU DCC</p>
<p>Falta de água no Litoral Norte continua</p> <p>(...) Conforme divulgou A TARDE no último sábado, a distribuição de água tratada para quase 20 localidades no litoral norte se dá de forma desigual e o problema se agrava no verão, quando as praias atraem mais pessoas para o veraneio. (...). Cavou poço – A dona-de-casa Neide de Souza, 44 anos, já se acostumou com a rotina de acordar todos os dias às 5h e andar mais de um quilômetro em busca de água. “Tenho problema de artrose e não posso ficar fazendo isso, mas não tem outro jeito”, conta. Conforme Neide, há três meses não cai água em sua casa (região Alto da Bela Vista) para encher o tanque. Diante da crise há quatro meses ela cavou um poço no fundo de casa, mas a maratona em busca de água continua porque a do poço não dá para usar na cozinha. Na mesma região de Neide mora a dona-de-casa Eliana Rocha, 33 anos. Ela disse que já três anos não sabe o que é ter água tratada em casa. Mesmo assim, recebe contas da Embasa para pagar em valores que variam de R\$10 a R\$15 reais. “Eles dizem que virão aqui cortar a água, mas não tem nem o que cortar. Não entendo por que a 300 metros da minha casa tem e eu fico aqui nesta luta”. A Empresa Baiana de Água e Saneamento (Embasa) é a responsável pelo abastecimento de água no local. Este é feito em todo litoral norte através de quatro estações de tratamento. A empresa reconhece que a oferta não atende à demanda e promete melhorias em março com a entrada em operação de mais um poço de captação do Aquífero São Sebastião, conforme divulgou A TARDE. Fonte: Jornal A TARDE,21/01/2008, Salvador e Região Metropolitana, p. 07.</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DP DU DG DR</p>

<p>Embasa reduz oferta de água para Salvador.</p> <p>A maior estiagem dos últimos 13 anos faz com que Salvador corra o risco de racionar água caso não chova nos próximos 30 dias. (...) O volume do Lago da Barragem Joanes II, que abastece 40% da cidade, está a 1,80 m do nível crítico de operação. A redução do fornecimento prejudica moradores das áreas entre o Rio Vermelho, Paralela e Vila de Abrantes, em Camaçari. (...) Fonte: Jornal A TARDE, 19/02/2008, Salvador e Região Metropolitana, p. 01.</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DU DP</p>
<p>Embasa prefere não falar em racionamento de água</p> <p>Por enquanto a palavra “racionamento” é proibida pela Embasa, apesar de na prática, com as operações de bombeamento (transferência de água de uma barragem para outra) e a suspensão de parte do fornecimento de água na Estação de Tratamento de Bolandeira, na Boca do Rio, já se adote o procedimento. Para o diretor de operações da Embasa, Eduardo Oliveira, por enquanto o abastecimento de água da capital está garantido, mas, mesmo assim, ele lembra que a empresa já está adotando providências com vistas a se resguardar de possíveis problemas para o verão do próximo ano. “Estamos investindo R\$82,5 milhões a partir desde mês para ampliar a oferta de água”, diz. Os recursos serão aplicados na aquisição de uma bomba reserva, de cinco mil cavalos de força para a Barragem de Pedra do Cavalo, reestruturação da rede de abastecimento de toda a Cidade Baixa e melhorias no sistema de abastecimento do litoral norte. Mesmo assim Eduardo Araújo fez um apelo à população para que esta economize o máximo de água para evitar a adoção de medidas mais drásticas, caso perdures o período de estiagem. “Hoje além do problema da estiagem, temos ainda uma perda em torno de 23% de água tratada, que é jogada fora pela população”, diz. Fonte: Jornal A TARDE, 19/02/2008, Salvador e Região Metropolitana, p. 04.</p>	<p>T-1</p>	<p>DP DU DCC</p>
<p>Sem chuva, Embasa reduz abastecimento em Salvador</p> <p>Embasa (Empresa Baiana de Saneamento e Águas) alerta para os riscos de racionamento de água em Salvador, caso não chova nos próximos 30 dias. (...) A empresa adota algumas medidas preventivas, como a supressão de 400 litros de água por segundo da Estação de Tratamento de Água da Boca do Rio (Bolandeira), por causa da queda do nível do Lago da Barragem de Joanes II, responsável por 40% do abastecimento da capital. E, na Estação de Tratamento Principal, na localidade de Menino Jesus, Município de Candeias, outros 700 litros de água por segundo deixaram de ser bombeados. Desde 1995, segundo o Instituto Nacional de Meteorologia (Inmet), não se tem uma estiagem como a verificada este ano em Salvador e na região metropolitana. E desde 1981, segundo a Embasa, que os mananciais de água que abastecem a RMS não descem a níveis tão alarmantes. Sem chuvas, os riscos de racionamento de água chegam a Salvador. A Barragem de Joanes II capta água do rio do mesmo nome e está localizada em Camaçari. Dela depende o funcionamento da Barragem de Joanes I, que por sua vez bombeia a água para a Estação de Tratamento de Bolandeira, de onde a água tratada é redistribuída para a região, que compreende parte da orla marítima, a partir do Rio Vermelho até Vila de Abrantes e Paralela. (...) é cedo falar em racionamento, mas diz que a situação é preocupante, porque o sistema de abastecimento é interligado e depende basicamente dos níveis dos reservatórios de Joanes II e Pedra do Cavalo. (...). Outra medida é o bombeamento de água da Barragem de Santa Helena, no Rio Jacuípe, para a Barragem de Joanes II, e a construção, nos próximos 60 dias, de uma adutora para abastecimento da Braskem, para captar água da Barragem de Santa Helena. Fonte: Jornal A TARDE, 19/02/2008, Salvador e Região Metropolitana, p. 04.</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DU DP DCC</p>

<p>Situação das reservas é crítica</p> <p>O lago da Barragem de Ipitanga III, próximo à rodovia CIA/Aeroporto, está secando rapidamente. Ele é interligado à barragem de Ipitanga II, que também está com o nível abaixo do normal. O complexo Ipitanga I, II e III é responsável, juntamente com as barragens de Joanes I e II, mais a Barragem do Cobre, por 40% do abastecimento de água da população de Salvador. (...) Além da queda do nível das principais barragens, um problema na Estação Elevatória do reservatório de Joanes II fez com que os outros 700 litros de água por segundo deixem de ser ofertados à população. Mesmo com a queda do volume de água, a SRH garante que não há riscos de racionamento de água na capital. (...) O volume do reservatório da Barragem de Joanes II, em Camaçari, a 47 km de Salvador, caiu 70 cm na última semana. A cota está próxima do limite mínimo operacional da barragem, que é de 24, 9m. (...) Em nota, a Embasa informou que vai manter a supressão do abastecimento na Estação de Bolandeira, que recebe água da Barragem de Joanes II, até que as condições do tempo indiquem a ocorrência de chuvas na Região Metropolitana de Salvador. A empresa informou que aproximadamente três mil litros de água por segundo estão bombeados, por sistema adutor, da Barragem de Santa Helena, no Rio Jacuípe, para a Barragem de Joanes II. Fonte: Jornal A TARDE, 28/02/2008, Salvador e Região Metropolitana, p. 09.</p>	<p>T-1</p>	<p>DU DP DCC</p>
<p>Ilhas de Salvador estão abandonadas</p> <p>A ilha de Maré está há seis dias sem água. A Embasa cortou o fornecimento devido ao rompimento da tubulação e fez 15 mil pessoas voltarem a apelar para as fontes e a antiga prática de carregar latas na cabeça. Em Bom Jesus dos Passos não existe obra de saneamento básico nem plano de urbanização. O esgoto é lançado <i>in natura</i> ao mar. Na Ilha dos Frades, a água é tratada (...). Os habitantes das ilhas municipais – Maré, dos Frades e Bom Jesus dos Passos tem um dia-a-dia difícil por causa das carências de infraestrutura de saneamento. (...) Em Ilha de Maré, a falta de água vai completar uma semana. Falta reservatórios na Ilha dos Frades, onde as pessoas têm que recorrer às fontes. Em Bom Jesus dos Passos, as famílias se juntam para cavar as valas de escoamento dos esgotos que terminam indo para o mar (...). Hoje completam seis dias desde que a Embasa suspendeu o envio de água para Ilha de Maré. Com isso, grande parte da população de 15 mil pessoas (a estimativa de população é da Administração Regional da Prefeitura de Salvador) voltou ao velho hábito do “tempo do imperador” de ir pegar água na fonte ou nas cacimbas. No povoado de Praia Grande, o segundo mais populoso daquela parte de Salvador, o problema se agrava com o desperdício de água. Segundo moradores, a caixa d’água de Praia Grande, em dias de abastecimento normal após encher, transborda, e a enxurrada de água limpa, desce pelas encostas, sem nenhum tipo de aproveitamento até o mar. Nestes momentos de improvisação e transtorno as pessoas se encontram nos becos para saber quais são as fontes, particulares ou públicas, onde há água disponível. As amigas Rosileide das Neves, 25 anos, e Rosângela Alves de Oliveira, 30 anos, se encontraram cada qual com seu balde pendurado. “Água aqui é um sacrifício e pior mesmo é lá em cima, na Rua Tancredo Neves. Quando a Embasa para de mandar água eu tenho que descer pra cá com meus dois filhos e a gente tem que pedir. Já chegamos a ficar três semanas este ano sem água”, conta Rosângela. (...) Para lavar prato, cozinhar e dar descarga as opções são muitas. Se é água para beber, as alternativas são poucas. A principal é a Fonte do Miltinho, como é conhecido o aposentado Hamilton do Carmo. “Tenho orgulho de dizer que nunca cobre de ninguém para tirar uma lata”, gaba-se. Para outras utilidades são numerosas as fontes de abastecimento caso das fontes do Cajá, de Tuíca e do Dendê. Cada qual leva seu balde e vai esperando minar o bastante para encher as vasilhas. Sem atendimento – A Embasa não mantém funcionários fixos em Ilha de Maré. Para atender o contingente populacional em questão há apenas o encanador Almir José dos Santos e seu ajudante, empregados da empresa terceirizada Barcino. É o homem que tem a chave do enigma: porque o povo de Ilha de Maré está há quase uma semana sem água? O transtorno é complexo, mas a resposta é simples. “O motivo de ter faltado água estes dias é que houve rompimento do tubo de água, que vem de Pedra do Cavalo via subestação de Candeias”, explica Almir Santos. O tubo, em parte do trecho é subterrâneo e a água vem por bombeamento, mas, conta o funcionário, “quando foram fazer a canalização, já aqui em Ilha de Maré, cobriram os tubos, não</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DU DR DP DG</p>

<p>com terra nem com areias, mas com pedras, porque o terreno é pedregoso”. Segundo ele, até este final de semana o problema estaria resolvido. “Houve um lascão de quase seis metros no tubo. Aí o envio de água foi suspenso”. O reservatório de água fica, literalmente, no meio do matagal. A tampa do tanque estava aberta no dia em que foi visitado pela reportagem. A cerca está deteriorada, propiciando a entrada de qualquer um. Em nenhuma das casas há rede de esgoto e o posto de saúde está em construção. Diante da escassez de políticas de saneamento e gestão ambiental quem não constrói seu próprio esgoto voltado para a Baía de Todos os Santos faz fossas que, invariavelmente não estão mais de 200 metros de maré cheia, o que acaba por poluir, ainda mais, os lençóis freáticos. Nestas horas, o comunitarismo volta a dar o tom das relações. Pessoas humildes cedem seus poços para os vizinhos e, ao mesmo tempo, a notícia se espalha quando a fonte de alguém não presta mais por infiltração de fossas. Aí não tem jeito. É na base do “sujou” e segue a busca atrás do líquido limpo, a cada dia mais raro nas ilhas municipais. Fonte: Jornal A TARDE, 02/03/2008, Salvador e Região Metropolitana, p. 1, 4, 8 e 9.</p>		
<p>Moradores de Bom Jesus constroem o próprio esgoto</p> <p>O problema mais grave na gestão das águas na Ilha de Bom Jesus dos Passos, a menor das ilhas pertencentes a Salvador, é o despejo de esgotos “in natura” no mar e a contaminação das pessoas. Não existe nenhuma obra de saneamento básico nem plano de urbanização no local, que tem uma área de 647m² e 4.100 moradores, de acordo com dados da Administração Regional da Prefeitura. (...). O problema mais grave que apontam não é o de água para beber, pois a distribuição é feita desde o final de 2007 pela Embasa. (...). A Embasa chegou em agosto do ano passado, extinguindo o hábito de buscar água nas fontes e cisternas de Ilha dos Frades ou em Madre de Deus, quando das estiagens. Além da adutora, o sistema de abastecimento de águas da Ilha de Bom Jesus dos Passos, conta ainda com um reservatório de 300 metros cúbicos, 5,6 metros de rede de distribuição e com 820 ligações domiciliares. (...). De acordo com dados oficiais veiculados no site oficial da Seinfra, o sistema de abastecimento de Bom Jesus é composto por 3,6 km de tubulação subaquática em terra firme, que trazem através das adutoras a água de Pedra do Cavalo após tratamento em Candeias. Fonte: Jornal A TARDE, 02/03/2008, Salvador e Região Metropolitana, p. 8.</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DU DP DG</p>
<p>Sem água tratada, Ilha dos Frades vive na “Idade da Fonte”</p> <p>Os habitantes da maior dentre as ilhas pertencentes a Salvador, a dos Frades, com seus 16km² de extensão, não bebem água tratada. Ainda vivem na idade da fonte. A Embasa não instalou nenhum reservatório nem mantém funcionários naquele paradisíaco trecho de Salvador. De acordo com informações da Administração Regional da Prefeitura de Salvador para as ilhas a população distribuída nas três localidades desassistidas: Paramana, Costa e Loreto é de 3.800 pessoas. A primeira delas é a maior das localidades, concentrando cerca de 90% da população. Ali, em lugar de encanadores, superintendentes ou gerentes quem controla a principal fonte d’água, a Fonte Luminosa é simplesmente conhecida como dona Eugênia, uma aposentada que detém a chave do cadeado. Como água limpa (ou supostamente limpa) ali é raro, a tampa da fonte é lacrada à base de corrente e cadeado. Na manhã de anteontem, encontramos a dona-de-casa Juranice Santos Vitória que, sem mais delongas e com o controle da chave se pronunciou sobre o assunto. “Eu não sou fã de água filtrada. Gosto de cloro é ruim. Se for de morrer por causa dessa água eu morro”, disse, enquanto explicava que, os mais desesperados chegaram a quebrar o cadeado da fonte. O caminho da fonte é rotina por ali. A mesma cena se repete: mulheres em maioria, com baldes, latas e meninos. O sistema de abastecimento é todo à base de poços, fontes e cisternas sendo que, uma parte da população se vale de motores de sucção para levar a água. As vielas são cortadas por inúmeros encanamentos aéreos. Fonte: Jornal A TARDE, 02/03/2008, Salvador e Região Metropolitana, p. 9.</p>	<p>T-1</p>	<p>DU DP DR DG</p>

<p>Cano estourado</p> <p>No caminho para o trabalho ontem pela manhã, passei pela Rua Edith Mendes, no Itaipara, e me deparei com um cano estourado num passeio em frente a um prédio da referida rua. A água está rolando por horas lá. Além dos desperdícios, as poças de água estão incomodando os pedestres que tomam um banho ao caminhar pelo local. Aguardando providências. Fonte: Jornal A TARDE, 05/03/2008, Salvador e Região Metropolitana/ Leitor Reclama, p. 6.</p>	<p>T-1</p>	<p>DG DU</p>
<p>Camaçari – Espelho d’água começa a diminuir no Sangradouro e na Lancha: Ocupação ameaça lagoas de Arembepe</p> <p>Construções irregulares estão ameaçando as Lagoas de Lancha e do Sangradouro, em Arembepe. Apesar da fiscalização, o secretário municipal do Planejamento, Urbanismo, Meio Ambiente e Desenvolvimento de Camaçari, Roque Werlang, admite que “alguns casos fogem ao controle”, mas os moradores dizem que não é só isso o que acontece. “Os fiscais aparecem, mas não mexem com as pessoas que já moram por aqui, apenas com novas construções. Construí minha casa há cinco anos e sempre os fiscais aparecem e vão embora”, afirma uma moradora, sem se identificar. Parte das casas ao redor do Lago do Sangradouro são de tábuas e não têm banheiro, nem rede de esgoto (...) “Pagamos pelo loteamento a um homem chamado Ortiz, ele é dono disso tudo aqui. Na época em que começamos as construções ao redor da Lagoa, a prefeitura embragou as obras, mas fomos lá com os boletos de pagamento e eles falaram que não haveria mais nenhum problema conosco. Depois disso, eles nunca mais falaram nada. Até apareceram por aqui para ver se tem alguma construção nova, porque não permitem mais”, explica outra moradora. (...) Biodiversidade – O professor do programa de pós-graduação em Ecologia e Biomonitoramento do Instituto de Biologia da Ufba, Eduardo Mendes da Silva, explica que essas construções foram feitas em ambientes de alta produtividade e biodiversidade. Ele afirma que, com as construções, futuramente haverá um desequilíbrio dessa biodiversidade, causando até mesmo doenças aos moradores. “É responsabilidade do poder público orientar a população corretamente sobre uso do solo e aplicar corretamente as leis de ordenamento”, disse. Segundo Roque Werlang, atualmente existem projetos da secretaria que estão em fase de desenvolvimento, em parceria com a Companhia de Desenvolvimento Urbano da Bahia (Conder), o Projeto de Ordenamento Territorial e Ambiental do Município de Camaçari, que tem por objetivo identificar as ocupações irregulares na região e requalificar as áreas. Fonte: Jornal A TARDE, 13/03/2008, Salvador e Região Metropolitana, p. 7.</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DG DU DP DMO DCC</p>
<p>Recursos Hídricos – No Dia Mundial da Água, que é comemorado hoje, moradores da periferia de Lauro de Freitas padecem do que a ONU classifica como o mais grave problema da humanidade neste século: Falta de água afeta famílias pobres no Cají. Rosângela Maria de Jesus dos Santos, 20 anos, acorda cedo e às 5 da manhã já está empurrando um carrinho de mão cheio de vasilhames vazios. Duas horas depois, ela retorna para casa com a água para beber e dar banho no filho de 2 anos e cinco meses. Esta peregrinação diária, que ela carrega como uma cruz, é uma das facetas visíveis de um dos mais graves problemas enfrentados pela humanidade no século XXI: a escassez de água. Hoje, 22 de março, data instituída pela Organização das Nações Unidas (ONU) como Dia Mundial da Água, é uma oportunidade para refletir questões relacionadas à água como um fator de saúde pública, combate à miséria e à fome e promotor dos direitos humanos e de dignidade. (...) Qualidade da água - O problema, entretanto, não se restringe ao acesso. Se expande para a qualidade do produto consumido. “A água que temos na torneira é verde e fede muito”, conta Rosilene Alves dos Santos, 30 anos, irmã e vizinha de Rosângela. Ela também enfrenta o calvário matinal em busca de água pura para beber e dar banho nos filhos gêmeos de um ano e dois meses. “Às vezes, quando abrimos a torneira, desce limo, e até camarão já saiu”, relata Rosângela. Apesar do mau cheiro e da estranha cor, a água que chega à Rua Doutor Gerino de Souza Filho, no Cají, em Lauro de Freitas, é usada pelos moradores para cozinhar, lavar roupa e tomar banho. “Que jeito, minha filha? ”, pergunta Lourival dos Santos, 64 anos, pai das irmãs. Rosângela, inclusive, suspeita de que seu filho, de 2</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DP DG DU</p>

<p>anos e cinco meses, tenha tido problemas de pele, há dois meses, por causa da má qualidade da água. “Apareceu um monte de caroços nele. Depois que passei a dar banho com água tratada, não teve mais nada”, observa. Fonte: Jornal A TARDE, 22/03/2008, Salvador e Região Metropolitana, p. 8.</p>		
<p>Moradores de São Bartolomeu sofrem com falta de estrutura</p> <p>Junto com o período chuvoso chega a tormenta e o sofrimento dos moradores das ruas próximas aos rios da Cobra e do Cobre, em São Bartolomeu. Mananciais carecendo de drenagem e retirada de lixo, residências sem saneamento básico e águas sem escoamento são uma junção explosiva que estoura sempre que começa a chover. (...) O assessor parlamentar Wilson Ribeiro, 33 anos, explica que, no início de janeiro, órgãos públicos começaram a limpeza do Rio das Cobras. No entanto, o trabalho ficou para ser concluído após o Carnaval, o que não aconteceu. Resultado: o entulho retirado do rio foi deixado no campo de futebol, único espalho de lazer do bairro, e manilhas foram largadas no meio do rio, atrapalhando o escoamento das águas das chuvas e dos esgotos. “Tem que retirar as manilhas e os detritos, porque quando a água desce trazendo lixo fica tudo encalhado e acaba invadindo as casas”, observa Wilson. (...). Segundo moradores é muito comum as cobras saírem do rio e se abrigarem nas casas (...) O mais grave, contudo, é que o manancial, que recebe águas de chuva, de esgoto, da cachoeira de São Bartolomeu e da Barragem de Pirajá, é um dos espaços de lazer prediletos da meninada da área. Eles aproveitam a ponte para saltar e mergulhar no rio sujo e fétido. O costume rende muitas doenças. Segundo Rita de Cássia, são frequentes os casos de dor de ouvido, diarreia, vômitos, infecção intestinal, escabiose e outras doenças de pele. Fonte: A TARDE, 27/03/2008, Salvador e Região Metropolitana, p. 8.</p>	<p>T-1</p> <p>T-2</p>	<p>DG</p> <p>DP</p> <p>DR</p> <p>DU</p>
<p>Rio Fétido</p> <p>Pago quase R\$ 200 de IPTU. Só que, próximo de onde moro, na Rua Hélio de Oliveira, corre um rio fétido e cheio de mosquitos (atrás do supermercado Extra da Rótula, margeando a Rua do Baixão) que traz doenças para a população. Por que não saneá-lo? Fonte: Jornal A TARDE, 2/04/2008, Leitor reclama, p. 6.</p>	<p>T-1</p> <p>T-2</p>	<p>DU</p> <p>DG</p>
<p>Construção da avenida dividiu curso de três rios</p> <p>A construção da Avenida Paralela, no início dos anos 70, dividiu ao meio o curso dos rios Jaguaribe, Trobogy e Pituauçu, formando, nos dois lados da avenida, várias lagoas, que foram desaparecendo nos últimos anos por causa da ocupação imobiliária (regular e desordenada) nas últimas três décadas. Dentre os rios, o maior deles é o Jaguaribe, que nasce no bairro de Águas Claras e atravessa a Estrada Velha do Aeroporto, confundindo-se com a Bacia do Rio Ipiranga e saindo nas imediações do Bairro da Paz, para desaguar na Praia de Piatã. Represado pelo próprio traçado da avenida, formou várias lagoas, sendo as mais importantes justamente as que ficam próximas ao bairro de Mussurunga e margeando a futura Avenida 29 de Março, onde está sendo implantado atualmente o Loteamento Alphaville II. No trecho próximo ao CAB, o Rio Pituauçu também foi represado e hoje chega ao lado do mesmo nome através de uma tubulação. O rio, que percorre toda a extensão da Av. Gal Costa, fica entre as encostas que formam os bairros de São Marcos e Pau da Lima, de um lado, e Sussuarana de outro, e tinha em seu trajeto pequenos afluentes que, após a Paralela, ficaram represados e formaram pequenas lagoas, hoje já desaparecidas. Já o Rio das Pedras nasce numa área interna do 19º BC, no Saboeiro, e formou duas grandes lagoas no canteiro central da Paralela. Uma está praticamente aterrada, e a outra em vias de desaparecer por falta de vegetação nas margens. Depois de atravessar a Paralela, ele segue margeando trecho da Av. Jorge Amado, junta-se com o Pituauçu e desagua na praia da Boca do Rio. Fonte: Jornal A TARDE, 10/04/2008, Salvador e Região Metropolitana, p. 10.</p>	<p>T-1</p> <p>T-2</p>	<p>DP</p> <p>DU</p> <p>DG</p>

<p>Aterro de Lagoa é alvo de discussão na Paralela</p> <p>(...) O aterro chamou a atenção dos moradores da área porque, enquanto a obra do canal representa pouco mais de 180 metros de extensão, com largura de menos de cinco metros, a área aterrada representa uma grande extensão da lagoa, praticamente desaparecida, onde, segundo alegam, tinha uma fauna variada, com peixes, cobras do tipo sucuri, aves e roedores. O vendedor Alfredo Santiago, 29 anos, que reide no local desde 1999, explica que muitos moradores de bairros próximos pescavam na lagoa de Mussurunga. Ontem à tarde, a Sumac, por meio de sua assessoria de comunicação, informou que em Mussurunga serão feitos dois canais fluviais. Um deles, já em obras, terá 180 metros de extensão e um outro ainda está em fase de estudos técnicos para licitação. Águas paradas – responsável pela concessão do licenciamento ambiental para a obra, a gerência de planejamento e licenciamento ambiental da Superintendência de Meio Ambiente de Salvador disse que a obra está regular. Segundo o gerente de licenciamento ambiental, Luiz Nery, a obra faz parte do programa de construção de canais fluviais, que pretende canalizar num único curso as águas paradas de determinado trecho da Paralela. “O que temos ali é um trecho de águas paradas, que vinha servindo de área para dejetos orgânicos das casas da região”, justificou. Segundo Nery, na gestão passada foi assinado um termo de ajuste de conduta entre a proprietária do terreno e a prefeitura, cabendo à iniciativa privada a abertura do canal, como forma de contrapartida para a implantação do loteamento. “Vamos garantir que o entorno do canal será área de preservação e não vamos permitir ocupação”. Fonte: Jornal A TARDE,10/04/2008, Salvador e Região Metropolitana, p. 10.</p>	<p>T-1</p> <p>T-2</p>	<p>DU</p> <p>DG</p> <p>DMO</p> <p>DCC</p>
<p>Abastecimento irregular de água aumenta o risco de dengue</p> <p>Os bairros do subúrbio ferroviário estão entre aqueles que têm maior risco de dengue (...). Ali, a água não chega todos os dias. Quando chega, vale tudo na hora de reservar o líquido para os dias de seca. Os reservatórios improvisados e as fontes remanescentes dos mananciais locais são as soluções encontradas. As autoridades de Saúde do Estado reconhecem a relação entre as falhas no abastecimento de água e a doença (...) Mabaço – Por falta de água constante na torneira, a dona-de-casa Maria José dos Santos da Silva, 41 anos, tratava peixes em um só recipiente ontem (...) ela contou que na Travessa Mabaço de Cima, a água falta até por 8 dias. “Temos que ir buscar na fonte, lá embaixo”. Na sua casa, o marido, José Bonifácio, 37 anos, e a filha pequena tiveram dengue. (...) A fonte “redentora” fica na Travessa Antônio Bandeira, ladeira a baixo do Mabaço de Cima. É um olho d’água que já alimentou o córrego que descia do Mabaço até desembocar na Praia de Itacaranha, perto dali. O córrego foi parcialmente entulhado em manilhas de concreto durante as obras do programa Bahia Azul. Segundo Alaíde Bonfim Gonzaga, era um córrego limpo até passar a receber os esgotos das moradias, a montante. O córrego passa ao lado da fonte já livre das manilhas exalando mau cheiro de esgoto. Apesar de usada quando falta água da rede pública, não há informação no local que garanta a potabilidade da fonte. (...) Em Paripe, a moradora da Rua 8 de Dezembro Eliana Silva Tavares, 37 anos, também tinha motivos para reclamar. É que, para poder lavar a roupa da família, tem que se levantar às 4h30, porque a água só cai até as 10h. “E aí só volta tarde da noite”, disse. Fonte: Jornal A TARDE,24/04/2008, Salvador e Região Metropolitana, p. 11.</p>	<p>T-1</p> <p>T-2</p>	<p>DU</p> <p>DG</p> <p>DR</p> <p>DP</p>
<p>Embasa aposta no PAC para resolver o problema</p> <p>O diretor de operações da Empresa Baiana de Saneamento (Embasa), Eduardo Araújo, disse reconhecer as dificuldades de abastecimento no subúrbio, (...). Ele disse que não procede a informação de que haja locais onde a água falte por dias seguidos. “Eventualmente pode haver falta de água no subúrbio e também na região do miolo (entre a BR-324 e a Paralela) porque há dificuldade de pressão para abastecimento por 24 horas, mas não deixamos de abastecer à noite” disse ele. Araújo destacou que, de 2002 para cá, as reclamações de falta de água caíram sensivelmente. Segundo ele, a solução definitiva desde problema requer pelo menos dois anos, até que os investimentos que estão sendo feitos estejam em operação. Ele destacou os recursos de R\$83 milhões provenientes do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)</p>	<p>T-1</p> <p>T-2</p>	<p>DP</p> <p>DCC</p> <p>DU</p> <p>DG</p>

<p>destinados ao aumento do abastecimento de Salvador. Pesquisa – A irregularidade no abastecimento de água foi tratada em pesquisa de doutorado da engenheira sanitária Patrícia Borja, da Universidade Federal da Bahia (Ufba). O estudo, feito em 2002, no advento do programa Bahia Azul, aponta que “as áreas mais atingidas pela intermitência do serviço são as que abrigam população de baixa renda. Metade das áreas estudadas recebe água de forma intermitente em cerca de 40% das suas vias. Nas microáreas das bacias de Paripe, Periperi e Cobre – área de baixa renda -, em mais de 90% das vias, o fornecimento era intermitente nas duas etapas da pesquisa”. Aos 84 anos, Joaquim de Souza ainda vivencia este problema. A sua casa é a de número 84, na Rua Batista Machado, em Plataforma. É rápido responder que a água não chega à sua casa todos os dias. “Aqui fica até quatro dias sem cair água”, foi logo dizendo em coro com a filha Marivalda de Souza. “Mas a conta não falha”, disse, mostrando a fatura de R\$15, 12. (M.A.) Fonte: Jornal A TARDE, 24/04/2008, Salvador e Região Metropolitana, p. 11.</p>		
<p>Carro-pipa</p> <p>A população de Abrantes mais carente enfrenta um drama crônico, crítico. Desprezo da Embasa no despacho do carro-pipa. Eu, em particular, há cinco meses pedi meu religamento (...). A Embasa demorou a operação alegando não ter o material para fazê-la. Após vários telefonemas, fizeram um “gato” e enviaram o recibo “indébito”. Há um mês estou sem água e com problemas de saúde. Mas deixei um vizinho com a chave para quando o carro-pipa chegar para abastecer meus dois tanques. Fonte: Jornal A TARDE, 02/05/2008, Leitor reclama, p. 6.</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DU DP</p>
<p>Rio Transborda na Av. Gal Costa</p> <p>O transbordamento do Rio Pituáçu, que corre ao longo da Avenida Gal Costa, entre os bairros de São Marcos e Sussuarana, levou ao desespero várias famílias, que tiveram suas casas invadidas pelas águas e perderam todos os móveis. O drama começou cedo, com as águas subindo e deixando isoladas dentro de casas várias pessoas que não tempo de sair. (...). Fonte: Jornal A TARDE, 9/05/2008, Salvador e Região Metropolitana, p. 4.</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DG DU</p>
<p>Invasores são expulsos do Abaeté</p> <p>Cinquenta e três barracos foram derrubados na manhã de ontem na Rua Brasília, em Itapuã. O local é uma Área de Proteção Ambiental (APA) das Lagoas e Dunas do Abaeté e vinha sendo ocupado por famílias pobres de Salvador, que montaram estruturas de Madeirite no local. (...) Pessoas da comunidade relatam que a chegada dos invasores fez com que houvesse, inclusive, um comércio clandestino dos lotes. Indivíduos de má-fé estariam oferecendo pedaços de terra na APA por preços variando de R\$ 20 a R\$ 100. (...) Fonte: Jornal A TARDE, 15/05/2008, Salvador e Região Metropolitana, p. 10.</p>	<p>T-1</p>	<p>DG DU DMO</p>
<p>Bacias vão ser alvos de projeto de revitalização (O hospital do subúrbio veio em seguida e onde “guardaram o desenvolvimento sustentável?)</p> <p>As bacias do Cobre, Pedra do Cavalo e Joanes/Ipitanga, responsáveis pelo abastecimento de água de Salvador, serão revitalizadas em breve, de acordo com o Programa de Desenvolvimento Ambiental da Bahia, da Secretaria Estadual de Meio Ambiente (Sema). Anteontem o governador Jaques Wagner autorizou o empréstimo de US\$ 10 milhões do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). De acordo com a Sema, os responsáveis serão divididos em duas áreas. “Uma parte do investimento vai ser utilizada na melhoria da capacidade de gestão, com normatização de processos, e a integração de sistemas. A outra parte dos recursos vai promover o desenvolvimento sustentável nas áreas protegidas”, explica a especialista em políticas públicas da</p>	<p>T-1</p>	<p>DP DU</p>

<p>secretaria, Ivone Carvalho. A idéia é criar nas áreas projetos de desenvolvimento sustentável. “Atualmente, as áreas, fundamentais para o abastecimento de água da capital, passam por problemas com a urbanização, falta de planejamento e infraestrutura”, comenta Carvalho, informando que os locais farão parte de um plano de gestão integral com plano de manejo, controle de contaminação, capacitação para a comunidade e postos avançados. A Sema defende o investimento de metade dos recursos na estruturação administrativa do órgão. “Não é apenas melhorar a gestão. Trata-se da implantação de uma política de governança, com a normatização e a padronização de processos”, defende Carvalho, garantindo que a medida vai se reverter em benefícios aos cidadãos. Membros da comissão de meio ambiente na Assembléia Legislativa, o deputado Paulo Azi (DEM) votou a favor do programa, “por reconhecer sua necessidade”, mas criticou a forma de divisão dos recursos. “Primeiro, não há informação sobre onde serão feitas as intervenções técnicas. Depois, investir metade dos recursos em atividades-meio, como a administração, é um equívoco”, critica Azi. Para o deputado Zé Neto, da base governista, os gastos com administração são necessários. “É a área do meio ambiente em que se encontram as maiores dificuldades”, analisa Zé Neto. A expectativa é que o trabalho se inicie no mês de setembro, após a assinatura do contrato com o BID. O prazo estimado pela Sema para a implementação do programa é de quatro anos. Fonte: Jornal A TARDE, 21/06/2008, Salvador e Região Metropolitana, p. 5.</p>		
<p>Um poço de desigualdades</p> <p>(...) O secretário de Planejamento e Desenvolvimento de São Francisco do Conde, Alberto Simões, (...) destaca ainda o empenho da prefeitura em equacionar os problemas de infraestrutura (...) Das 34 casas menos de dez são de alvenaria e nenhuma possui esgoto ou água encanada. “A gente ainda carrega lata d’água na cabeça e as ‘coisas do banheiro’ jogamos no mato”, afirma Gilmara de Jesus, 38 anos. Segundo ela, seus oito filhos “vivem com verme, mas felizmente não têm doenças mais graves”, diz, (...) “O que a gente mais quer saber é onde vai parar o dinheiro da Petrobras”, afirma o aposentado pela colônia de pesca, que até hoje se alimenta apenas dos peixes que pega. Fonte: Jornal A TARDE, 13/07/2008, Economia, p. 27.</p>	<p>T-1</p>	<p>DU DP DG</p>
<p>As bacias hidrográficas de Salvador têm alto grau de poluição. Estudo da Ufba aponta que a do Camurugipe é a pior, com alto índice de coliformes. Rio dos Seixos corre risco de desaparecer</p> <p>Resultado preliminar de um estudo desenvolvido pelo Grupo de Pesquisa Águas, da Faculdade de Administração da Universidade Federal da Bahia (Ufba), contabilizam a existência, em Salvador, de 15 bacias hidrográficas – cada uma possui ao menos um rio com uma saída para o mar. A aferição da qualidade da água desses mananciais tem apontado para um alto grau de comprometimento das bacias. A pior delas é a Camurugipe, que nos 11 pontos analisados ao longo do seu curso apresentou alto índices de coliformes. “É um rio morto. Só faz transporte de detritos”, decreta a engenheira sanitária Lúcia Politano, pesquisadora que integra o projeto sobre qualidade ambiental das águas e da vida urbana (...) “A contaminação varia no sentido diretamente proporcional ao do processo de ocupação”, explica uma das coordenadoras da pesquisa, a socióloga Bete Santos. Ou seja, quanto maior a densidade populacional, maior o comprometimento; quanto mais rarefeita a ocupação, melhor a qualidade da água. A principal causa da poluição é o despejo de esgotos nos mananciais. E nesse especial, avalia Lúcia Politano, o milionário programa de saneamento Bahia Azul acabou tendo pouco impacto em termos de despoluição. No caso do Rio Camurugipe, por exemplo, explica o engenheiro, a tubulação coletora foi implantada pelo programa. Entretanto, parcela significativa dos moradores dos bairros ao longo do chamado médio e baixo Camurugipe, como Pirajá, Lobato, Marechal Rondon, Calabetão, Mata Escura, São Caetano e Fazenda Grande do Retiro, não fez a ligação de suas casas com a tubulação. “Isso porque aumentaria em cerca de 80% a taxa de água. Então, eles preferem continuar utilizando o canal de esgoto que cai no rio”, diz. A contribuição com o derrame de detritos no rio que nasce em Pirajá reduz à medida que chega ao seu final em Pernambuco, passando pelo Caminho das Árvores, Stiep, até chegar ao Costa</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DU DP DG</p>

Azul, onde desemboca no mar. Ao lado da bacia do Camurugipe, a do Lucaia encabeça a lista das mais degradadas. A que mantém as águas em melhor estado é a bacia do Ipitanga, única ainda usada pela Embasa na capital, segundo Politano. Fonte: A TARDE, 18/07/2008, Salvador e Região Metropolitana, p.		
<p>Despoluir e reintegrar são caminhos mais modernos</p> <p>Também num estado menos grave está o Rio dos Seixos, que, apesar do seu curto percurso – nasce no Vale do Canela, atravessa a Praça dos Reis Católicos; a Avenida Centenário e deságua na Barra, nas proximidades do Barravento -, tem grande importância histórica. Conta-se que na sua nascente – precisamente onde hoje existe a Fonte de Nossa Senhora da Graça – se banhava a índia Catarina Paraguaçu. E lá ela teria conhecido Diogo Álvares, o Caramuru. “É um rio com vida e que passa por uma avenida linda”, concordam as duas pesquisadoras. A opinião de ambas também se alinha quanto à necessidade de uma obra de infraestrutura que acabe com os alagamentos provocados pela chuva na Avenida Centenário. A divergência sobre a obra, contudo, emerge quando se fala em cobrir o rio. “Ao entubar esse trecho do rio, ele vai deixar de existir no cenário de Salvador. A consequência será sua morte”, decreta Bete Santos. A solução, defendem as estudiosas, tem dois aspectos. O primeiro é despoluir e promover a revitalização. “O segundo está relacionado à moderna concepção de meio ambiente urbano, restabelecendo os vínculos da população com as águas para a melhoria da qualidade de vida. E não se faz isso entubando rios”, prega Santos. Se o caminho indicado pela estudiosa não for trilhado, o destino do Rio dos Seixos tende a ser o mesmo de outros, como o que cortava a Avenida Bonôco: sumir do cenário. Moradores – A possível saída de cena do Rio dos Seixos divide a opinião de moradores do local e bairros vizinhos. Entre as questões urbanísticas estéticas, a visão de preservação ecológica e resolução dos problemas de alagamento da via, a população mostra um quê de incerteza quanto aos benefícios reais que o projeto poderá trazer. Para o jornalista Tadeu Paz, 30 anos, morador da Barra, a solução seria conciliar preservação do rio, paisagismo e combate às enchentes. “O rio já não existe mais e há o problema dos alagamentos. No entanto, era melhor uma solução que resolvesse sem que fosse necessária essa concretagem toda”, ponderou. Já o aposentado Dival Catarino Fernandes, 66 anos, gostou da proposta de reurbanização do local. “Aí não tem mais rio, não traz nenhum benefício. Se aqui for urbanizado do jeito que eu vi na planta do projeto, vai ficar muito bonito”, afirmou o morador do Campo Grande. Fonte: A TARDE, 18/07/2008, Salvador e Região Metropolitana, p.</p>	<p>T-1</p> <p>T-2</p>	<p>DP</p> <p>DU</p> <p>DG</p>
<p>Terreiros unidos pela natureza (artigo, Ekedy Sinhá)</p> <p>Mudança marcante em Salvador nos últimos 50 anos foi a vida das águas e a relação com elas. Posso falar um pouco disso como filha-de-santo e <i>ekedy</i> do Terreiro da Casa Branca – Ilê Axé Iyá Nassô Oká. Quem passa hoje pela Avenida Vasco da Gama não imagina ali um rio vivo e limpo, águas que passavam em frente à minha casa de axé. Mulheres mais velhas e suas filhas-de-santo desciam para fazer oferendas e obrigações, podíamos até mesmo fazer no rio banhos rituais. Hoje, há um rio moribundo e poluído, diante do gradil que minha comunidade foi obrigada a fazer. Lembrei isso como exemplo do que ocorre hoje com as comunidades de terreiros: há maltrato e destruição das coisas naturais. Do lado de dentro dos gradis, árvores e a água tiveram que ser protegidas, as fontes foram encerradas em pequenas casas e protegidas em nossos terreiros – como em muitos outros ocorre – do lixo e da poluição. Lembro do dia em que a idéia de reunir os terreiros para falar sobre as águas apareceu lá em casa, no burburinho de uma festa de Oxóssi. Dali, reunião na Ufba e, em agosto de 2007, começava a se concretizar a mobilização, que resultou no <i>Encontro pelas Águas e as Comunidades – Terreiros</i>, na Casa do Comércio. Fomos capazes de produzir texto-base com os problemas que o crescimento desordenado e as construções causavam na <i>Carta pelas águas</i>. Depois desse tempo de mobilização bem-sucedidas, não esperamos menos do governador. Que ele dê consequência e continuidade ao processo em que tão bem nos envolveu como comunidades, por mais uma iniciativa de água para todos. Fonte: Jornal A TARDE, 19/07/2008, Salvador e Região Metropolitana, p. 12.</p>	<p>T-1</p> <p>T-2</p>	<p>DU</p> <p>DR</p>

<p>Obra da Centenário é vistoriada</p> <p>A prefeitura não apresentou ontem a documentação exigida pelo Ministério Público Estadual referente ao projeto da Av. Centenário, alegando que não recebeu qualquer solicitação formal da Promotoria do Meio Ambiente. Enquanto isso, as obras seguem sobre o Rio dos Seixos, que, conforme constatou ontem a equipe de A TARDE, tem vida em suas águas. Sob a mira do MP, as obras de drenagem e reurbanização da avenida passaram ontem por vistoria do Instituto de Gestão das Águas e Clima (Ingá) – autarquia ligada à Secretaria Estadual de Meio Ambiente (...). Quanto à documentação de licenciamento e estudo de impacto ambiental, a promotora Cristina Seixas oficiou na terça-feira, 8, a Superintendência de Meio Ambiente (SMA) e a Secretária de Transporte e Infra-Estrutura (Setin), solicitando-lhes que apresentassem os documentos. Os dois órgãos informaram, no entanto, que receberam apenas convite para comparecer à audiência pública (...). Fonte: Jornal A TARDE, 19/07/2008, Salvador e Região Metropolitana, p. 12.</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DMO DU DP DG</p>
<p>Lei ambiental</p> <p>(...) Aqui em Dias d'Ávila, cuja administração atual extinguiu a Secretária do Meio Ambiente e Agricultura, o que é um absurdo, conta com o fechar dos olhos do CRA, há muitos anos, em vista de cometer e consentir que terceiros cometam graves crimes ambientais, ao ponto do famoso balneário ser hoje um lençol de lama, com a morte do Rio Imbassaf. Há mais de 20 anos, dia e noite, caçambas passam por Nova Dias d'Ávila transportando clandestinamente areia. Os belíssimos areais foram depredados e agora exploram os morros. O pior é a poluição da lagoa do citado bairro, cujos esgotos são jogados nela e cuja águas se destinam à Represa de Santa Helena, não se proibindo a pesca nem os banhos, desde que não há saneamento básico em todo o município. (...) (Fonte: Jornal A TARDE, 24/07/2008, Salvador e Região Metropolitana, p. 2.</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DG DU</p>
<p>Abastecimento – Famílias pobres de Salvador têm cotidiano comum à zona rural. Acesso é difícil também na capital</p> <p>Salvador tem os melhores índices de cobertura em abastecimento de água (97%) e saneamento básico (77%) do Estado. Apesar das taxas elevadas em relação ao interior, há comunidades onde a água não chega e muitos locais em que o fornecimento é realizado de modo irregular. Os irmãos João Henrique, 10 anos, e Danilo Souza, 9, todos os dias caminham quase 1km com um pedaço de sabonete nas mãos para tomar um banho. Jornada que repetem, pelo menos, mais duas vezes para ajudar a mãe a carregar os tonéis do líquido para casa. Embora a rotina seja parecida com a de muitas famílias da zona rural do interior, os meninos são habitantes de Salvador, no local conhecido como Jardim Campo Verde, estada CIA/Aeroporto, a apenas 30km do Centro. A torneirinha no meio da rua, que abastece à casa dos meninos e de vizinhos, é clandestina, embora já existam obras no local que anunciam o futuro abastecimento. “A gente teve que fazer um ‘gato’ para a comunidade não ficar desassistida”, admite o presidente da associação de moradores Ailton Sampaio. Chuva – Ele conta que a comunidade existe há mais de 15 anos e temais de 6 mil pessoas. “Mas é como se aqui não morasse gente. Há anos brigamos com a Embasa”, diz. A dona-de- casa Jane Nascimento, 18, que é tia dos meninos, conta que muita gente resolve o problema com a captação de água de chuva. Por falta de orientação para o tratamento adequado, problemas de saúde são comuns, especialmente em crianças. A filha dela, de dois anos, já teve crise de diarreia e verminoses. Segundo o presidente da Embasa, Aberlado Filho, a meta é universalizar o fornecimento e saneamento com os investimentos do programa Água para Todos, sendo R\$90 milhões para água e R\$415 milhões para ampliar o sistema de esgotamento sanitário. Outro ponto crítico de Salvador é a irregularidade no abastecimento. Na rua Polidoro Bittencourt, na Cidade Baixa, os</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DU DP</p>

<p>moradores já se acostumaram a acordar de madrugada para encher tonéis e panelas. Lavar roupa no balde e tomar banho de cuia já faz parte do dia-a-dia do casal Aurelino e Sônia Lopes, de 85 e 74 anos, respectivamente. “A água não tem força para chegar ao tanque” explicam. “O serviço é péssimo”, desabafa outro morador da rua, o aposentado Rafael Lima, 81 anos. O presidente da Embasa diz que nunca houve planejamento urbano que permitisse ampliação da rede de modo sustentável. “No âmbito municipal, Embasa, Sedur e Conder não conversavam entre si. A Conder fazia urbanização de áreas precárias e construía um sistema diametralmente oposto ao da Embasa, por exemplo”, argumenta. A Embasa afirma que registra 20% das perdas físicas e 18% em faturamento (através das ligações clandestinas) em todo o Estado e diz que a água não falta nos prédios de classe média porque estes estão preparados com reservatórios para o caso de suspensão do fornecimento. Fonte: Jornal A TARDE, 25/07/2008, Salvador e Região Metropolitana, p.?</p>		
<p>Vacas morrem em lagoa</p> <p>A morte de quatro vacas em uma pequena lagoa à margem da BR-324, município de Simões Filho (Grande Salvador), assustou moradores da região. Por volta do meio-dia do último sábado, quatro animais teriam ido a óbito logo depois de ingerir água no local onde, segundo o proprietário, era de costume há anos pelo menos dois anos. Por isso há a suspeita de que a fonte de água teria sido contaminada por uma substância oriunda do encanamento do Restaurante Rei da Pamonha. O criador ainda conseguiu salvar oito dos doze animais. “Elas estavam tremendo e quase caindo. Aí eu comprei um remédio para intoxicação e, depois, elas voltaram ao normal”, contou Antônio Raimundo da Silva. Depois do susto, a água usada pelo pequeno rebanho vem da casa do proprietário. “Coloco várias vasilhas com água para elas, para perder os animais que sobram”, contou ele. A população do local acredita que a substância que teria infectado a água veio da tubulação do Restaurante Rei da Pamonha, localizado ao lado do Posto Ipiranga, a alguns metros do da Polícia Rodoviária Federal na BR-324. O gerente do Rei da Pamonha, conhecido como Gil, admitiu que a fossa do estabelecimento está com problemas e já solicitou o conserto. “A fossa estava transbordando e iremos construir outra. Mas ainda não sabemos, e ninguém pode falar que isso foi a causa do problema”, alegou o funcionário do restaurante. Na manhã de hoje, técnicos do Instituto do Meio Ambiente (IMA), órgão ligado à Secretária do Meio Ambiente do Estado (SEMA), devem colher amostras e enviar o material para análise que deve ser concluída em 15 dias. Mobilizados com o assunto, técnicos da Agência Estadual de Defesa Agropecuária da Bahia (Adab), órgão ligado à Secretária da Agricultura Irrigação e Reforma Agrária (Seagri), foram até o local na TARDE de ontem. De acordo com o gerente técnico da Adab, Leonardo Moura, não foi possível realizar exame porque os animais já estavam enterrados. Fonte: Jornal A TARDE, 28/08/2008, Salvador e Região Metropolitana, p. 9.</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DG</p>
<p>Falta de água na região da Centenário</p> <p>Pelo menos quatro ruas transversais da Avenida Centenário, na Barra, ficaram sem água do último sábado até anteontem, por conta de uma linha-tronco de abastecimento de 500 milímetros que corta a avenida. Ainda ontem, a água chegava “fraca” em algumas ruas, afirma moradores. Segundo a Embasa, o problema ocorreu apenas na terça-feira, das 13 às 22horas, e já foi resolvido. (...). Desde sábado, os moradores de lá lançam mão de carros-pipas. O condomínio teve despesas extras de R\$150 para suprir necessidade básica. “Fomos pegos de surpresa, sem água até para escovar os dentes. Isso porque a Embasa não deu qualquer aviso prévio”, disse a síndica. Baldes – Quem não tinha dinheiro para o carro-pipa, teve que se virar durante três dias como flagelado da seca. Segundo moradores, a prefeitura disponibilizou, tardiamente, alguns carros pipas para distribuição gratuita de água. Milton Ribeiro teve que andar 500 metros com balde na cabeça para buscar água em um estacionamento. Ontem, a situação em sua casa, na Rua Rubem Chaves, voltou ao normal. Outras ruas afetadas pelo vazamento foram Martagão Gesteira, a Professor Sabino Silva, a Professor Jorge Valente e a Ari Barroso. A Embasa, por meio de sua assessoria de imprensa, informou que esses lugares ainda contam com pouca água por que estão em pontos altos, e como</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DU DG DP</p>

<p>trata-se de uma rede antiga, o fluxo demora para se regularizar. A pressão da água na rede, no entanto, já encontrava-se, ontem, normalizada quase em todas as ruas, como exceção da Rubem Chaves. Fonte: Jornal A TARDE, 12/09/2008, Salvador e Região Metropolitana, p. 12.</p>		
<p>Sonho de Parque em Cajazeiras</p> <p>(...) Fátima reclama principalmente da situação do rio que cruza o vale no meio da mata. Chegou a chorar ao mostrar o lugar onde tomava banho quando garota. O rio deu nome ao bairro de Águas Claras e era límpido. O mau cheiro, proveniente de esgotos domésticos lançados no rio, estraga a beleza da paisagem. De tanta carga orgânica, a água forma espuma ao descer sobre as pedras. Em torno da cachoeira, o remanescente de mata atlântica sofre a pressão de invasões, mas ainda está bem preservada do lado que pertence ao Hospital Dom Rodrigo Meneses. A área tem 353 mil metros quadrados, dos quais apenas quadro mil de área construída, segundo a diretora do hospital. (...) Tubulação – A descarga de esgotos no rio foi justificada pela Embasa e teria sido causada por rompimento da tubulação. Segundo nota da assessoria de comunicação, “o rompimento foi causado por erosão do solo, danificando a linha que conduz efluentes tratados (esgoto livre de carga orgânica) desde a lagoa de maturação até o Rio das Águas Claras”, afluente do Rio Jaguaribe, onde deságua, sem causar danos no meio ambiente”. Fonte: A TARDE, 24/09/2008, Caderno Salvador e Região Metropolitana, p. 9.</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DG DU DCC</p>
<p>Voluntários cuidam de mata do Exército</p> <p>Quem vive nas localidades de Matatu, Luiz Anselmo, Cosme de Farias, Pitangueiras, Vila Laura, Santo Agostinho e Castro Neves, que fazem parte do bairro de Brotas, beneficia-se da “Ilha” de verde em que se tornou a mata do Hospital do Exército. A área tem 100 mil metros quadrados pertence ao Exército desde 1872, quando foi criado o “Real Hospital Militar”, ainda no tempo do Império. (...) Nascentes – A mata conserva três das nascentes do Rio Camurujipe, um dos maiores do município e que é interceptado na altura do Iguatemi e desviado para o emissário submarino, no Rio Vermelho. Quando chove, deságua no Costa Azul. A água limpa brota em meio a vegetação, mas segue canalizada em manilhas subterrâneas até se misturar com os Rio das Tripas, que é afluente do Camurugipe. “A água sai daqui limpa”, observa Lorenzo. (...) Fonte: A TARDE, 25/09/2008, Caderno Salvador e Região Metropolitana, p. 10.</p>	<p>T-1</p>	<p>DU</p>
<p>Lavagem clandestina</p> <p>A cada segundo aproximadamente 2.700 litros de água tratada são perdidos em Salvador, quer seja por vazamento nas tubulações ou por desvios na rede de distribuição, os chamados “gatos”. Essa água que não é utilizada equivale a cerca de 30% do volume que chega as estações de tratamento de Bolandeira, na Boca do Rio, e em Menino Jesus, na BR-324, de onde posteriormente o produto é redistribuído à população. Os “gatos” hoje não estão apenas em residências e comércios de bairros, especialmente na periferia da cidade. Os chamados lava-jatos clandestinos proliferam em diversos bairros, transformando-se no principal vilão do desperdício de água. Desde a semana passada a Embasa realiza a operação Gato Molhado, para proibir o funcionamento dos lava-jatos clandestinos. Nos primeiros dias da operação cinco pessoas foram detidas em flagrante por furto de água para utilização em lava-jato. Quatro foram detidas em São Tomé de Paripe e outra pessoa no bairro de Canabrava. (...) O furto da água é previsto no Código Penal, artigo 155, como pena que varia de dois a cinco anos prisão. (...) “Agente faz o desvio na tubulação geral, antes de ela ir para as casas. Cobre com terra ou mato e depois tapa com um vedante (bucha plástica)”, ensinou. (...) Em Canabrava, aliás, dezenas de postos de lava-jato funcionam nos finais semana. Vários utilizam “gatos”, feitos a partir de ligações clandestinas na rede de distribuição, como forma de abastecimento dos equipamentos. Não há qualquer critério de utilização tanto da água como da energia (...).</p>	<p>T-1</p>	<p>DU DG DP</p>

<p>Subúrbio – Na região do subúrbio ferroviário e parte de Cajazeiras e Castelo Branco, (...), a Embasa cadastrou 80 postos de lava-jato que funcionam de forma clandestina. A unidade de Pirajá administra a região do subúrbio ferroviário, parte dos bairros de Pau da Lima, São Marcos, Estrada Velha do Aeroporto, Castelo Branco e Cajazeiras. “Somente nessa região a perda de água chega perto de 900 litros por segundo, o que equivale a 45% do que ofertamos de água tratada à população (daquela região)”, contabilizou Hermano Luiz. O engenheiro ambientalista e coordenador do Departamento de Ações Ambientais da Embasa, Glauco Cayres, explicou que, além da perda de água, os lava-jatos contaminam o ambiente, despejando nas ruas resíduos de óleo e combustíveis, muitas vezes se misturando à rede de coleta. “Como esses resíduos não sofrem qualquer tipo de tratamento, danificam os equipamentos”, disse o coordenador. Custos – Em Salvador, existem 880 mil consumidores de água encanada, residenciais e comerciais. A inadimplência nas contas de água chega a 20% como revela o superintendente de operações da Embasa para Salvador e região metropolitana, Carlos Ramirez. O superintendente explicou que os prejuízos causados pelo desperdício de água e pela inadimplência não são apenas da empresa (no caso a Embasa) mas acabam sendo distribuídos por toda a população de consumidores. Isso porque, mesmo não sendo atingido diretamente pelos gatos, que são feitos na rede geral de distribuição, o consumidor que paga sua conta acaba tendo um impacto no custo da tarifa. “Com mais perdas, aumenta-se a oferta de água para suprir a demanda de consumo, gerando mais custos”, disse Ramirez. Fonte: A TARDE, 1/10/2008, Caderno Salvador e Região Metropolitana, p. ?)</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DU DP DG DCC</p>
<p>Rio tem nascentes aterradas</p> <p>Quase três anos depois de o Ministério Público impedir a destruição das nascentes do Rio Sapata, em Ipitanga, grileiros e pessoas apresentando licenças ambientais emitidas pela Prefeitura de Lauro de Freitas estão queimando a vegetação e aterrando a área encravada no centro do Condomínio Marisol II. O resultado pode ser visto na Lagoa do Flamengo, que é alimentada pelo rio e já apresenta uma visível redução do nível de água. O manancial atravessa o município vizinho e alimenta também o Rio Joanes. O mais grave é que os vizinhos que denunciam o crime ambiental estão sendo ameaçados de morte por prepostos dos responsáveis pela degradação. No último sábado, fiscais da Prefeitura de Lauro de Freitas estiveram no local, depois que um dos vizinhos denunciou que um dos terrenos que cercam a área das nascentes havia sido incendiado. Duas obras que avançam em direção do canal de água foram visitadas, mas uma delas está parada, e na outra os responsáveis pela construção apresentaram uma licença ambiental. “Quem resolve esse negócio das licenças é o fiscal Pedro, da prefeitura. A senhora conhece ele?” pergunta o mestre de obras Oliveira, que assegura que está tudo legalizado. Indagado sobre a lâmina de água que cobrirá o início da fundação, ele admitiu que ela é rasa (prova da existência da nascente), mas assegurou que é preciso cavar 1,35 metro para chegar ao lençol freático. Subindo uma ladeira mais adiante, foi possível comprovar que foi colocado um grande volume de terra vermelha, que, segundo os vizinhos, foi trazido no último sábado para começar o aterro. O Condomínio Marisol I data da década de 1960, mas ameaça a real às nascentes começaram com a criação do Marisol II. Em 2007, seis caçambas de entulho foram levadas para a parte mais baixa da Rua Engenheiro Carlos Berenhauser, onde fica o manancial cercado por tábuas e com vegetação típica de fontes de água. Segundo o ambientalista Somani Ferraz, da ONG Amil Lagos, o local foi salvo porque houve denúncias na imprensa. O diretor do departamento de Gestão Ambiental de Lauro de Freitas, Marcelo Cerqueira, à época admitiu a agressão e declarou que o Rio Sapata estava sofrendo assoreamento. O Ministério Público Estadual promoveu um termo de recuperação da área degradada com a Prefeitura de Lauro de Freitas. “A prefeitura deveria ter cercado a área, colocado placas de sinalização e o código do meio ambiente. Mas nada disso foi feito, e o resultado é que os grileiros colocaram gente morando aqui, em barracos improvisados, e eles vêm destruindo a área. Assim, quando quiserem atacar vão dizer que a área já está degradada”, denuncia Somani. Investimento - Os moradores do Conjunto Marisol I buscaram se adequar às regras de proteção ambiental e investiram cerca de R\$50 mil na canalização de esgotos. Mas a parte da nascente que</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DU DG DMO DP</p>

tentavam preservar também está sendo aterrada pelos grileiros. Fonte: A TARDE, 28/10/2008, Caderno Salvador e Região Metropolitana, p. 7.		
<p>Rio das Tripas faz sua história com poluição</p> <p>(...). É por ali que corre o Rio das Tripas, um dos principais efluentes do Rio Camurujipe, conhecido antigamente pelas flores vermelhas que brotavam à sua margem e pelo seu aspecto barrento e piscoso da água do leite. Há também quem o chame de Rio do Canal ou Rio Lucaia, porém mais interessante mesmo nesse percurso é o fato de o Rio das Tripas atravessar a cidade: nasce na Barroquinha, passa pelo centro de Salvador e Rótula do Abacaxi (onde se encontra com Camurujipe), seguindo pela Avenida Juracy Magalhães até o Rio Vermelho. Conta a história que o Rio das Tripas ficou assim conhecido por sua nascente ficar próxima ao primeiro matadouro da cidade, que lançava no curso d'água seus restos. O rio acompanhou, assim, o crescimento da cidade de Salvador desde sua fundação e foi se degradando com a edificação da cidade. Vítima de uma construção inadequada, que impossibilita a eliminação correta de dejetos, e de uma política ineficaz de esgotamento sanitário, mais todo o lixo que foi se concentrando ao redor, o Rio das Tripas é atualmente um canal que abriga entulho e provoca mau cheiro. O advogado Iuri Vasconcelos morou numa transversal da via do canal, na Rua Santa Clara, entre 1979 e 1982. Ele lembra que era um hábito jogar lixo no rio no final do dia. “Em vez de colocar em algum lugar para o caminhão de lixo apanhar, como acontece hoje, se jogava no rio mesmo sem qualquer cerimônia”, conta. “O rio não existe; a sensação era a mesma de hoje: a de conviver com um esgoto a céu aberto”, completa. Dejetos, ratos, baratas e muriçocas deram lugar a uma propícia fonte de doenças. “A culpa é da ausência de políticas de educação e respeito. Naquela época não se falava em educação ambiental; atualmente se fala mas não se pratica, e o esgoto, infelizmente, continua correndo para o mar. Saneamento básico - Para o superintendente de Meio Ambiente do Município, a preservação dos recursos hídricos da cidade envolve questões de muita responsabilidade e está vinculada ao saneamento básico. Numa cidade que cresceu desordenadamente, adequar desenvolvimento à preservação do meio ambiente vem sendo um dos grandes entraves. “Enquanto as pessoas não entenderem que uma cidade requer obras de engenharia o problema irá persistir”, diz o arquiteto Luiz Antunes Nery, superintendente de Meio Ambiente. De acordo com Nery, cerca de 80% de Salvador, até o ano de 2005, vem crescendo informalmente, o que acaba trazendo consequências muito graves para a áreas ambientais, junto com a ocupação desordenadas. O lixo e os resíduos também explicam o estado em que os rios se encontram. “O esforço deve ser conjunto, tanto da sociedade como da indústria, que precisa definir o descarte do material”, acrescenta. Nery associa ainda o problema ao fato de a cidade ser uma região de “vales” e “cumes”, onde “as obras de engenharia se complicam numa metrópole com cerca de três milhões de habitantes em forma de um triângulo”. O superintendente reconhece que os recursos hídricos da cidade viraram verdadeiros esgotos, o grande problema dos rios na cidade é a falta de obras de engenharia de forma competente, em que as questões de saneamento, sistema viário, contenção de encostas, assentamento, obras de interesse social e proteção das áreas verdes e parques estejam integradas na gestão. O Rio das Tripas e outros mananciais que assistem a este mesmo problema continuam à esperar medidas que possam mudar o curso que estão tomando, justamente por culpa de uma história de ocupação desordenada, desprovida de políticas de saneamento e consciência ecológica. Segundo Luiz Antunes Nery, as políticas municipais de planejam ações que possam amenizar os impactos, através de medidas que promovam o crescimento formal da cidade, a responsabilidade do licenciamento ambiental a cargo do município e as diversas obras de engenharia espalhadas por Salvador, como, por exemplo, a transformação do canal da Avenida Centenário em área de lazer. “É um trabalho de muita responsabilidade, aliar recursos hídricos e desenvolvimento urbano, principalmente com a realidade que se vive hoje”, insiste. “Por isso, o mais importante nesses casos é fazer uma análise conceitual da questão em todo o seu universo de implicações, a fim de buscar o diagnóstico e as soluções dos problemas ambientais, que são sempre processos estatísticos e dinâmicos”, finaliza o superintendente. Fonte: A TARDE, 8/11/2008, Caderno Futuro da água, p. 4.</p>	<p>T-1</p> <p>T-2</p>	<p>DG</p> <p>DU</p> <p>DP</p>

<p>Cidades crescem e as vias fluviais desaparecem</p> <p>(...) Em Salvador, a poluição também compromete a qualidade da água doce que ainda resta. Com o desenvolvimento urbano, rios foram canalizados e transformados em verdadeiros esgotos a céu aberto. Os rios urbanos são resultados dos impactos ambientais que modificaram ao longo dos anos a paisagem de Salvador. Algumas nascentes ainda resistem, mesmo com a poluição. O Rio Camurujipe nasce na Boa Vista de São Caetano e deságua na praia do Costa Azul. Com seus 14 km de extensão, o rio já foi um dos principais mananciais de abastecimento de água da cidade até meados da década de 70. Hoje, é uma imensa bacia de esgotos. Assim como o Camurujipe, os rios Trobogy, Paraguari e Lucaia, além do Rio das Pedras e do Rio das Tripas, estão confinados ao concreto. Abastecimento – O Rio do Cobre é um dos poucos mananciais que se mantêm vivos, justamente por fazer parte do sistema de abastecimento de água de Salvador, através da barragem que leva o mesmo nome e corta todo Parque São Bartolomeu até desaguar na enseda do Cabrito, na Península Itapagipana. Porém, o rio corre uma série de riscos, por conta do processo de devastação de suas margens pelos esgotos que são lançados ao longo do curso de mais de 10 km, que percorre até sua foz. Sem fauna, flora e muito menos água potável. A falta de preservação deste tipo de ecossistema compromete a oferta de água, um bem até então renovável, pelo menos por enquanto. A escassez não é algo que vá ocorrer daqui a milhões de anos, mas em breve. O equilíbrio e o futuro do planeja dependem da preservação da água e de seus ciclos. Afinal, a água jorrando da fonte é uma garantia de vida que precisa ser mantida. Fonte: A TARDE, 8/11/2008, Caderno Futuro da água, p. 4.</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DU DP DG DMO</p>
<p>Enxurrada de lixo nos rios</p> <p>Um dos maiores agravamentos da poluição dos rios ocorre principalmente em épocas de chuva. Os canais acabam retendo material que vem junto com a água. (...) O engenheiro ambiental da Veja, Tadeu Coqueiro, explica como se dá o recolhimento de lixo para evitar essas enchentes: “A coleta ocorre apenas quando o lixo chega ao mar, apesar de a Embasa possuir próximo ao transbordo de passageiros do Iguatemi uma estação de tratamento primário, que retém através de gradeamento boa parte dos resíduos lançados nos canais”. Cinco toneladas – Segundo Tadeu, o rio que transporta uma grande quantidade de lixo durante o período de chuvas é o Camurujipe. O mesmo deságua no mar e tem o Rios das Tripas como um dos seus afluentes. “Quando chove muito, coletamos aproximadamente cinco toneladas de lixo misturado com galhos de árvores. No período sem chuvas, demoramos uma semana para coletar esse volume. O mais importante para eliminar esses problemas é conciliar ações públicas com educação ambiental. “A melhor forma é evitar o lançamento de lixo nas encostas, rios e canais. Dispor o lixo apenas próximo ao horário de o veículo passar também ajuda a manter cidade limpa, preservando assim o meio ambiente”, oriente. (P.N) Fonte: A TARDE, 8/11/2008, Caderno Futuro da água, p. 4.</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DG DU</p>
<p>Encantos de Ilha de Maré superam deficiências locais</p> <p>(...) Em Ilha de Maré, também faltam praças esportivas, e o saneamento básico, precário, (...). Em alguns pedaços da Ilha, moradores não contam com água encanada, a exemplo de Caquenge, povoado localizado entre Praia Grande e Santana. (...). Fonte: A TARDE, 29/11/2008, Caderno Salvador e Região Metropolitana, p. A-11.</p>	<p>T-1</p>	<p>DU DP</p>
<p>Alerta ambiental às cidades</p> <p>O meio ambiente foi a maior vítima dos efeitos da ocupação urbana nos municípios brasileiros segundo a sétima edição da pesquisa de informações municipais (Munic.), divulgada ontem pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). (...) Entre</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DU DP</p>

<p>os tipos de ocorrências respondidos com sim pela administração municipal (Salvador) estão alteração ambiental que afetou as condições de vida da população, poluição do ar e de recursos à água. Também em relação à água foram relatados problemas como escassez do recurso e assoreamento dos mananciais do município. Fonte: A TARDE, 13/12/2008, Caderno Salvador e Região Metropolitana, p. A-9.</p>		
<p>Hipótese de lançamento de esgoto é investigada</p> <p>“A qualidade das águas do Rio Ipitanga, afluente do Joanes, se encontra comprometida, devido aos lançamentos de esgoto”, diz o relatório, no qual o órgão ressalta que “seria prematuro afirmar que a origem do problema seria de lançamentos de efluentes do Pólo Petroquímico de Camaçari, mas, mesmo assim, será realizado análise de todos os parâmetros físico-químicos”. (...) Limpa fossas – Segundo o DGA o laudo da época apontou que a poluição foi causada por detritos oriundos de uma empresa de limpeza clandestina. O descarte teria sido feito durante a madrugada no Rio Joanes, na altura da divisa com Camaçari no Terminal de Portão. Já a hipótese sobre o Rio Ipitanga é justificada pela carga de detritos recebidos ao longo do curso do rio, que nasce no bairro de Cajazeiras em Salvador. (...) Fonte: A TARDE, 23/12/2008, Caderno Salvador e Região Metropolitana, p. A-4.</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DG DU</p>
2009		
<p>Petromar sem água!</p> <p>Todo verão é a mesma coisa. A Embasa deixa os moradores do bairro de Stella Mares, no Condomínio Petromar mais especificamente, sem água. É um absurdo, pois eu, por exemplo, pago a água todo mês no débito automático e tenho que suportar a falta de água pelo menos três vezes por semana! Fonte: Jornal A TARDE, 29/01/2009, Opinião, p. A2.</p>	<p>T-1</p>	<p>DU DP</p>
<p>Itaparica sofre com falta de água</p> <p>Moradores e veranistas da Ilha de Itaparica sofrem com a falta de água ou com o fornecimento irregular desde o início do ano, o que vem ocorrendo em várias localidades, como Jiribatuba, Barra Grande, Conceição, Coroa e Mar Grande, em Vera Cruz, e em parte de Itaparica, como na Praia de Manguinhos. Apesar de pagarem anualmente pelo abastecimento, no verão o serviço é precário, prejudicando até o turismo. Por isso, muitos moradores que não dispõem de tanque, poço ou cisterna em casa se valem dos vizinhos para garantir ao menos um banho diário. Segundo informação de alguns moradores, as localidades já ficaram até três dias sem água. “Sempre acontece no verão. Já ficamos uma semana sem uma gota de água nas torneiras. Às vezes durante o dia não cai água, e só abastecem à noite. Tem sido um problema”, reclamou a caixa de uma mercearia em Barra Grande, Iara Santos França. A veranista de Salvador Terezinha Guerra lamenta que a falta de água atrapalhe as férias na ilha. “O ano todo pagamos a conta e, quando a gente vem descansar no verão, falta água. Se a casa ficar cheia, é pior. O tanque não suporta a demanda”, disse. O comerciante Valdir Santos Moreira possui um poço artesiano e fornece para os vizinhos. “Vem morador, turista e veranista pegar água aqui na barraca. Forma fila de baldes, garrafas e tonéis para encher, porque às 10 horas a Embasa interrompe o fornecimento”, ressaltar. “Querem acabar com a Ilha para ficar só com a Linha Verde e a gente paga a conta em dia”, reclama a dona da casa, Lia Cardoso (...) Para fazer comida, tomar banho e lavar roupa precisa “aparar” água nos horários em que o fornecimento é garantido, mas nem sempre ele é regular. “É uma correria quando cai uma gota de água da torneira. Mas não dá para marcar o horário. Às vezes interrompe pela TARDE e cai de madrugada”, disse. (...) Manguinhos – Em Itaparica, algumas localidades também sofrem com falta de água, como Manguinhos. “O veranista aluga uma casa e vai embora antes do prazo por causa da falta de água. Já ficamos quase uma semana sem água de Manguinhos até Gameleira”, lamentou a artesã Antônia Raimunda dos Santos. Em Coroa, Jiribatuba e Mar Grande, a situação não é diferente. “A gente tem uma cisterna, mas o ano todo falta água. Aqui não tem nem esgotamento</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DU DP DG DR</p>

<p>sanitário”, lamentou a dona de casa Mônica Maria Almeida, que veraneia em Coroa. Já a vizinha Lindomar Bento da Silva Santos se vale apenas dos baldes e garrafas para garantir água. “Não tenho tanque e nem cisterna. À noite ninguém tem mais água, e quem tomou banho, tomou. Quem não tomou, só no dia seguinte”, lamentou. Os moradores de Jiribatuba já ficaram dois dias seguidos sem fornecimento. “E quando chega, temos apenas meia hora para encher as vasilhas”, contou a agente comunitária Ana Cláudia Oliveira. Em Mar Grande, restaurantes tiveram prejuízos. “Teve cliente que brigou porque queria lavar as mãos, mas não tinha água na torneira há três dias”, lamentou a garçonete Sandra Soares. Fonte: Jornal A TARDE, 09/02/2009, Bahia, p.A8.</p>		
<p>Vazamento Flamengo</p> <p>Há um vazamento de esgoto na Lagoa do Flamengo, que fica no final da Alameda da Mar Del Plata, na Praia do Flamengo. Já dura uma semana e nenhum órgão do governo toma providência. (...) O esgoto que transborda e cai na lagoa está matando os animais e o ecossistema local. A Embasa responde: as constantes variações de tensão na rede elétrica desta área (Stella Maris) causaram quatro paradas no sistema de bombeamento da estação elevatória de esgoto que funciona na Rua Mar Del Plata. Por essa causa, houve extravasamento de efluente. Assim que o problema com a rede foi constatado, técnicos da Embasa entraram em contato com a Coelba e a situação foi regularizada na última quinta-feira, dia 5. Fonte: Jornal A TARDE, 11/02/2009, Salvador e Região Metropolitana /Leitor Reclama, p. A6.</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DG DU DCC</p>
<p>Quatro bairros populosos sofrem com falta d’água</p> <p>“Moro aqui há 30 anos e sempre foi assim: só tem água à noite e olhe lá”. O relato da aposentada Alaíde Bispo Lopes, de 84 anos, encontra eco entre os vizinhos, na Rua do Curuzu, na Liberdade. Os moradores do bairro, com a maior população negra da cidade, só veem água saindo de suas torneiras das 4 horas da madrugada até o início da manhã, quando invariavelmente o serviço é suspenso. Quem vivem no bairro, principalmente na parte alta, onde o problema é mais crônico, já se adaptou à dificuldade. “A gente se vira, armazenado água em panelas e bacias”, disse dona Alaíde. Segundo ela, o costume não oferece risco de criação de focos da dengue. “A gente usa sempre a água, ela não fica parada”, justificou. Dona Crispiniana Santana mora com o marido e, na tentativa de evitar a falta de água dentro de casa, instalou dois tanques de mil litros. “A Embasa deve ter um funcionário bem eficiente trabalhando por aqui. Todo dia, de manhã cedo, ele fecha o registro e o bairro todo fica sem água. Ele não tira folga. É todo dia, meu filho”, brincou. Carlos Conceição conta que o problema de abastecimento de água no bairro é assunto antigo. Segundo ele, a Associação de Moradores do Curuzu, da qual é o atual presidente, foi fundada em 1991 depois que moradores se reuniram para protestar contra a falta de água no bairro. “Mulheres, crianças e homens foram andando até a antiga sede da Embasa, que na época era no Queimadinho, batendo com panelas nas mãos, para protestar”, relatou. Dezoito anos depois, a situação não mudou. Parece que estamos vivendo no século passado. De madrugada, o que mais se vê é gente passando para um lado e para outro com panela na mão, em busca de água emprestada do vizinho”, descreve o compositor Reni Veneno. Ele conta que, mesmo com o fornecimento precário de água, os moradores não podem atrasar a conta, sob risco de ver seu nome inscrito no cadastro de devedores. (...) Fonte: Jornal A TARDE, 12/02/2009, Salvador e Região Metropolitana, p. A4.</p>	<p>T-1</p>	<p>DU DP</p>
<p>(...) Abastecimento normal - Apesar dos níveis de água das barragens de Ipitanga/Joanes e Pedra do Cavalo, responsáveis pelo abastecimento da Cidade do Salvador, registrarem níveis regulares de água neste verão, a Liberdade não é o único bairro a enfrentar problemas com fornecimento. Em comum, apenas o fato de serem bairros afastados das chamadas zonas nobre. Em Colinas de Periperi, a Rua das Pedrinhas divide, de um lado, quem tem água encanada regular e, do outro, quem sofre</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DU DP DG</p>

<p>com a falta frequente. A pensionista Maria de Fátima Sento Sé, 41 anos, há dois mora na rua e já pensa em sair de lá. “Quando tem água um dia, fica até três sem ter. Já ficamos mais de oito dias sem fornecimento”, disse, mostrando o recibo da conta, no valor de R\$ 20. E se atrasar o pagamento? “A Embasa corta a água”, antecipa a reposta o garoto Maicon, de oito anos, filho de Fátima. A doméstica Adelina Reis, 44 anos, moradora da região do Coroadó, em São Marcos, disse que há mais de dez dias não cai uma gota de água de sua torneira. “Todo verão tem problema, mas este ano está demais”. Em Periperi, bairro em que o prefeito João Henrique vai entregar a chave da cidade ao Rei Momo, na próxima quinta-feira, o fornecimento de água está “normal”, segundo o presidente da associação de moradores, Alberto Santos. O “normal”, segundo ele, é ter água dia sim e dia não. “Tem tanto tempo que é assim que o povo já se acostumou”, disse o líder comunitário. Fonte: Jornal A TARDE, 12/02/2009, Salvador e Região Metropolitana, p. A4.</p>		
<p>Embasa destaca aumento da distribuição no verão</p> <p>(...) O superintendente informa que problemas no abastecimento acontecem apenas em locais isolados e pontuais. Os principais motivos do corte de fornecimento, segundo ele, são pequenas obstruções e vazamentos. “Como aconteceu, recentemente, no bairro de São Marcos. Assim que recebemos queixas, enviamos nossa equipe. Desde domingo passado, o incidente foi corrigido”, diz. Hoje, Salvador possui 3 mil km de redes distribuidoras que atingem 350 mil ligações residenciais. As águas que abastecem torneiras e chuveiros da cidade vêm, sobretudo, das bacias de Ipitanga, Joanes II e da barragem de Pedra do Cavalo, a 120 km de Salvador. “Todos estão com níveis regularizados. Pedra do Cavalo está na casa dos 113 metros, frente a sua cota máxima de 124 metros. Nossa preocupação é com Joanes II. Mas já estamos nos precavendo, através de uma transposição de água de Santa Helena para lá”, conta Carlos Ramirez. (...). Fonte: Jornal A TARDE, 12/02/2009, Salvador e Região Metropolitana, p. A4.</p>	T-1	DP DU
<p>Moradores temem falta de água durante o Carnaval</p> <p>(...). Segundo dados da Embasa, o sistema de distribuição de água conta com 30 mil ligações, destas 16 mil são residenciais e 9,2 mil aproximadamente são de casas de veranistas. Embora prevista a demanda sempre surpreende a rede de distribuição, que opera em carga plena durante todo o verão, informou Ariosvaldo. As áreas mais longínquas, disse o diretor, são as mais problemáticas. Ele citou Cacha-Pregos, que está próxima na estação e distribuição da Embasa. O diretor explica que a topografia acidentada da Ilha e a falta de ordenamento no uso do solo dificulta a distribuição de água, embora a Embasa alcance “quase” toda a Ilha. Questionado porque não se investe em um sistema que contemple a demanda, respondeu: “Não posso dimensionar um sistema para um período tão curto, de dois meses. Mas estamos investindo na melhoria da produção, ampliando a nossa capacidade de adução e distribuição. Fonte: Jornal A TARDE, 16/02/2009, Salvador e Região Metropolitana, p.A4.</p>	T-1	DU DP DCC
<p>Falta água</p> <p>Nós moradores da Cidade Baixa, Boa Viagem, Bonfim, Monte Serrat etc. estamos cumprindo à risca a solicitação da Embasa sobre o desperdício de água, pois há mais de 20 dias estamos sem uma gota sequer nas torneiras das nossas casas. Na moral! Falta água na Cidade Baixa já é uma rotina; mas pedimos aos administradores da Embasa que tenham um “pingo” de consciência e mandem algumas gotas do líquido para nossas torneiras, pois já fizemos a nossa parte. Fonte: Jornal A TARDE, 19/02/2009, Opinião, p.A2</p>	T-1 T-2	DU DP DG
<p>Desperdício de água</p>	T-1	DU

<p>O Colégio Abílio César Borges, situado na Avenida Luiz Tarquínio, Roma, vem desperdiçando água em abundância todas as noites pela caixa d'água que jorra sem parar até o dia amanhecer. Na Baixa do Bonfim todos os dias um caminhão pipa lava a praça com jatos fortes e contínuos sem necessidade alguma, uma vez que existem ali dois banheiros químicos que são limpos sempre e varredores de rua que exercem a função diariamente. Penso que evitar o desperdício de água é uma questão a ser vista e tratada com responsabilidade, preocupação e consciência de um futuro melhor para todos. Fonte: Jornal A TARDE, 17/03/2009, Leitor Reclama, p.A2.</p>	<p>T-2</p>	<p>DG</p>
<p>Esgoto escorre para a lagoa: Se você tem costume de nadar nas águas da lagoa que cercam o bairro de novas Dias d'Ávila, você sabia que pode estar nadando em águas contaminadas. A equipe do Jornal Dias d'Ávila compareceu a quatro locais onde escorria todo esgoto que vinha do bairro Nova Dias d'Ávila e que é despejado na lagoa, local em que tantos turistas e moradores banham em dias de calor – sejam eles crianças, mulheres e homens. (Jornal Dias d'Ávila Acontece, Dias d'Ávila, ano I, n. 4, p. 1, mar. 2009).</p>	<p>T-1 T-2 T-3</p>	<p>DG DP DU DR</p>
<p>Segundo informações de alguns moradores, esses esgotos existem há muitos anos e até agora não era de conhecimento público. Segundo informações extra-oficiais, a prefeitura já se encontra com verba para sanar essa gravíssima irregularidade, já que cidadãos daqui e turistas banham nestas águas. Em dias de calor intenso é comum ver dezenas de carros estacionados na Avenida Airton Sena, se deliciando da água fresca. Pescadores são vistos ali constantemente e muitas crianças e adolescentes. (Jornal Dias d'Ávila Acontece, Dias d'Ávila, ano I, n. 4, p. 3, mar. 2009).</p>	<p>T-1 T-2 T-3</p>	<p>DG DP DU DR</p>
<p>Lagoa da Nova Dias d'Ávila: Além das muriçocas neste verão, dos esgotos que escorrem para as lagoas, dos caminhões pipas abastecendo com água poluída, ainda levam para casas, posto de saúde, escolas; ainda temos o pescador que tira o peixe para se alimentar da referida lagoa. Mas o pior mesmo é ver as pessoas se refrescando com um bom banho naquelas águas. E não colocam nenhuma placa avisando que a lagoa é imprópria para o banho. (Jornal Dias d'Ávila Acontece, Dias d'Ávila, ano II, n. 13, p. 7, dez. 2009, Especial Natal).</p>	<p>T-1 T-2 T-3</p>	<p>DG DU DP DR</p>
<p>O problema da falta de água para Dias d'Ávila”: Com uma estrutura de distribuição de água arcaica, idealizada para uma população de 15 mil habitantes, Dias d'Ávila hoje padece com a mesma rede estando com mais de 50 mil habitantes. E diante deste fato, muitas casas hoje não contam com a água diariamente em sua torneira – sendo que em alguns locais a água não chega durante o dia, e às vezes nem em parte da noite. [...] a Deputada Estadual Fátima Nunes enviou um ofício a Eduardo Araújo, Diretor da EMBASA e obteve como resposta que realmente ele sabe ser insuficiente o sistema de abastecimento de Dias d'Ávila e que para minorar as dificuldades, passou a adotar o sistema de revezamento de atendimento aos bairros. (Jornal Dias d'Ávila Acontece, Dias d'Ávila, ano I, n. 5, p. 1, abr. 2009).</p>	<p>T-1</p>	<p>DU DP</p>
<p>[...] O diretor da Embasa ainda acredita que, para melhorar o abastecimento na cidade, é necessária a ampliação da rede e estas obras estão inseridas no Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, com recursos do Governo Federal, com início previsto para o mês de março. O diretor ainda alega em seu Ofício que está disponibilizando três carros pipas para atender a população. Acontece que, estamos findando o mês de abril e as obras prometidas para março ainda não aconteceram... (Jornal Dias d'Ávila Acontece, Dias d'Ávila, ano 1, n. 5, p. 1, abr. 2009).</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DU DP</p>

<p>Lagoa Poluída”: Continua escorrendo diariamente, os dejetos da Nova Dias d’Ávila para dentro das lagoas do bairro. O número de pessoas que nadam no lugar diminuiu, mas ainda se vê crianças, adultos e mulheres nadando no que parece ser límpida e fresca a água da lagoa. (Jornal Dias d’Ávila Acontece, Dias d’Ávila, ano 1, n. 5, p. 2, abr. 2009).</p>	<p>T-1 T-2 T-3</p>	<p>DG DR DU DP</p>
<p>As pessoas que moram às margens da lagoa não reclamam só do esgoto, como também da falta de atenção quanto a proliferação de muriçocas. A falta de um reflorestamento e de uma atenção maior à água da cidade também deixa as pessoas alarmadas. O fato é que, mesmo com a denúncia do Jornal DDA, o esgoto continua desaguando na lagoa e pessoas inocentes podem amanhã vir a ter problemas com saúde. Muitos temem que o destino da lagoa possa ser o mesmo do Rio Imbassai. (Jornal Dias d’Ávila Acontece, Dias d’Ávila, ano 1, n. 5, p. 2, abr. 2009).</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DG DU DP</p>
<p>“Falta água”: várias escolas de Dias d’Ávila estão terminando suas aulas mais cedo devido à falta de água. É o que acontece com as escolas do Entroncamento. Pela manhã, as aulas terminam antes das dez e pela tarde antes das três. (Jornal Dias d’Ávila Acontece, Dias d’Ávila, ano 1, n. 5, p. 2, abr. 2009).</p>	<p>T-1</p>	<p>DU DP</p>
<p>“Problemas no Lama Preta”: Fazendo divisa com os bairros Concórdia e o Entroncamento, o Lama Preta não possui rede de esgoto. Em todas as ruas, o esgoto corre a céu aberto ou as casas possuem fossas. O esgoto na rua favorece ao mau cheiro e a procriação de muriçocas e as fossas não é uma boa para uma cidade conhecida como “Cidade das águas”, pois as fossas podem atingir lençóis freáticos submersos. (Jornal Dias d’Ávila Acontece, Dias d’Ávila, ano 1, n. 5, p. 3, abr. 2009).</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DG DU DP</p>
<p>“Lagoa Poluída”: Com toda a chuva que vem caindo na nossa região, as águas das lagoas da Nova Dias d’Ávila estão cheias e bonitas. Parece limpa quando a noite cai, reflete as luzes do Pólo. Parece limpa quando o sol bate nela ao cair da tarde. Parece limpa quando vejo os pescadores pescando seus peixes e os meninos nadando suas águas. Parece limpa quando a chuva cai encrespando suas águas. Mas, no entanto, os esgotos ainda continuam jogando toda a porcaria possível na lagoa. Fonte: Jornal Dias d’Ávila Acontece, Dias d’Ávila, ano 1, n. 6, p. 3, jun. 2009).</p>	<p>T-1 T-2 T-3</p>	<p>DU DG DR DP</p>
<p>“Rio Imbassay”: É um rio de muitas histórias e de muitas e de muitas recordações. Um rio muito bonito e um rio de muitas pessoas nele que se banhava. Hoje o rio não passa de uma agonia em nossa cidade. Todo sujo, todo poluído, todo esquecido... não passa de um mero riacho que, amanhã pode nem existir. E o mundo lá fora precisando de água de rios, de verde. Todo mundo falando em meio ambiente, preservação da natureza e coisas assim. Aqui em Dias d’Ávila nem uma simples placa, nem um pequeno ato, nem uma foto, ninguém para ouvir o lamento do Imbassay. Está morto o nosso rio e amanhã nossos filhos vão nos perguntar por que o deixamos morrer. (Jornal Dias d’Ávila Acontece, Dias d’Ávila, ano 1, n. 6, p. 3, jun. 2009).</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DU DP DG</p>
<p>Saneamento e esgoto: Tem gente reclamando que paga taxa de saneamento de esgoto e vê o Rio Imbassay recebendo detritos e sujeiras. Vê as Lagoas sendo poluídas por esgotos de bairros. É pra isso que pagamos a taxa de saneamento de esgoto na nossa conta de água? E quando chove, o esgoto que pagamos para ser tratado, retorna para as nossas ruas e a cidade fica “fedendo” esgoto por vários dias. (Jornal Dias d’Ávila Acontece, Dias d’Ávila, ano 1, n. 11, p. 2, nov. 2009).</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DU DP DG</p>

<p>Águas de Dias d'Ávila – A Cidade das Águas”: Continua o descaso com as águas. Até quando chamaremos Dias d'Ávila de “Cidade das Águas” eu não sei. O Rio Imbassay já não existe. Vários córregos e riachos estão poluídos e outros nem existem. As lagoas recebem turbilhão de esgotos. Os lençóis freáticos podem está condenado. E a água em todo o mundo já está se tornando uma dádiva, só aqui em Dias d'Ávila é que o descaso continua. O esgoto da Nova Dias d'Ávila continua no mesmo lugar para quem quiser ver. E a lagoa até que parece estar limpa. Só parece. Mas não está. Peixes e nadar naquelas águas neste verão – nem pensar! (Jornal Dias d'Ávila Acontece, Dias d'Ávila, ano 1, n. 11, p. 7, nov. 2009).</p>	<p>T-1 T-2 T-3</p>	<p>DG DU DP</p>
<p>Negócios – Braskem investiu R\$ 22 milhões em sistema de abastecimento de água para atender a complexo industrial. Polo de Camaçari ganha Adutora.</p> <p>O Polo Industrial de Camaçari já conta com novo sistema de captação de água. Por conta da escassez do recurso hídrico, a Braskem firmou uma parceria com a empresa de saneamento do Estado, com intuito de captar água da bacia do Rio Jacuípe, na Barragem Santa Helena, em Nova Dias D'Ávila, para uso em todo complexo industrial. Com isso, o Polo deixa toda a capacidade da Barragem Joanes II à disposição da população de Salvador. Joanes II representa 40% do fornecimento de água da capital baiana, mas 1/3 de sua capacidade era disponibilizada para a indústria. A nova adutora capta água na Barragem Santa Helena, Região Metropolitana de Salvador, e percorre 11 km até a Unidade de Petroquímicos Básicos da Braskem, em Camaçari. Ela ficou pronta no final do mês passado ao custo de R\$22 milhões, financiados pela Braskem, e já entrou em operação. O investimento da empresa será ressarcido ao longo do tempo, possivelmente através de descontos na conta de água. O anúncio foi feito por executivos da Braskem, ontem, na 12ª Feira Internacional da Indústria do Plástico, em São Paulo. A nova forma de captação vai disponibilizar o dobro de água para o Polo, divulgou a Braskem, responsável pelo financiamento, contratação e suprimentos da obra, construída pela Embasa. A decisão da construção foi tomada em conjunto com o governo do Estado no início do ano passado, quando a Barragem Joanes II registrou o menor nível de água da história. Na época, ela operava próximo ao limite mínimo, o que resultou na interrupção de abastecimento na orla marítima, Avenida Paralela e São Cristóvão. Como a prioridade de fornecimento é da população, as indústrias na ocasião, tiveram de buscar saída emergencial. “Nos momentos de seca, havia escassez de água. Nós víamos um risco de abastecimento e com essa adutora a situação fica resolvida”, disse Marcelo Lyra, vice-presidente de relações institucionais da Braskem, empresa baiana do grupo Odebrecht e maior petroquímica da América Latina. Lyra explica que essa foi uma das ações da iniciativa privada para melhorar a infraestrutura do Polo, onde a empresa é responsável por cerca de 60% da produção. (...) De acordo com a Embasa, a obra ajuda a garantir a tranquilidade no abastecimento da capital no médio prazo. De acordo com a empresa estatal, a cidade do Salvador consome 10 mil litros por segundo. “O Polo já está sendo abastecido pela nova adutora. Com isso, as águas do Joanes passam a ficar reservadas”, explica o superintendente de abastecimento da Região Metropolitana de Salvador, Carlos Ramirez Brandão. “Essa foi uma ação proativa, visando evitar problemas que podem acontecer com a estiagem”, explica Brandão. (...) Fonte: Jornal A TARDE, 05/05/2009, Economia, p. B5.</p>	<p>T-1</p>	<p>DP DU</p>
<p>Tratamento de esgoto é precário</p> <p>Entre 10% e 20% dos cerca de 141.280 habitantes do município de Lauro de Freitas usufruem de rede de tratamento de esgoto. Os demais são obrigados a ter, na proximidade da residência, fossas para depositar os dejetos, o que aumenta o risco de proliferação de doença na época das chuvas, como a leptospirose. Segundo moradores a água da chuva se mistura à do esgoto e acaba invadindo as casas. “Os moradores ficam à mercê da sorte para não pegar uma doença”, reclama ela. Segundo o secretário de Meio Ambiente, Saneamento e Recursos Hídricos de Lauro de Freitas, Vidigal Cafezeiro, a prefeitura está buscando melhorar a situação, principalmente com relação ao tratamento sanitário. “Todos os novos condomínios, por exemplo, são obrigados a</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DG DU DP</p>

<p>ter a estação de tratamento com valas profundas. Isso faz com que os dejetos não sejam mais lançados nos rios”, declara o dirigente. (...). Rios – Lauro de Freitas é cortada pelos rios Itinga, Ipitanga, Joanes e Sapato. Seus moradores sofrem a cada temporal, com as inundações provocadas pelo transbordamento dos rios. Quando isso acontece, os moradores da Avenida Praia de Copa Cabana, por exemplo, têm suas casas inundadas. (...) “Quando o Rio Sapato enche, a água invade as casas. Se a prefeitura colocasse manilhas maiores, o rio não transbordaria” (...) O Canal dos Irmãos e o Rio Joanes também são apontados como causadores de inundações. Segundo Cafezeiro, um novo canal, orçado em R\$ 1 milhão, será criado ao lado do Canal dos Irmãos, direcionando a água das chuvas para o Rio Joanes. A previsão é de que a obra seja iniciada no segundo semestre. “Outra obra prevê a criar um desvio para que a água do Rio Joanes caia direto no mar”, garante o secretário, que aguarda aprovação do projeto pela Câmara de Vereadores para captar recursos. Fonte: Jornal A TARDE, 28/05/2009, Salvador e Região Metropolitana, p.A9.</p>		
<p>Degradação – órgão ambiental do Estado interrompe aterramento da lagoa do Vale do Encantado para abertura de via Paralela-Orla. Autorização para aterro alegava que local seria foco de dengue. Embargo para obra da prefeitura em Patamares</p> <p>O fiscal do Instituto do Meio Ambiente (IMA) Marcelo Mariano embargou o aterro de parte da lagoa do Parque Vale do Encantado, recém-criados pela prefeitura para preservar a mata atlântica de Patamares. O fato ocorreu na última terça, sob tensão e com a presença de destacamento da Polícia Ambiental. O fiscal caracterizou a obra como crime ambiental por ser feita sobre área de preservação permanente (APP) e dentro de um parque. Executada pela empresa Realeza, a serviço da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, Habitação e Meio Ambiente (Sedham) a obra é para construção de uma rotatória da via que ligará a Avenida Paralela a Patamares. (...) A obra, iniciada no feriado de Corpus Christi, foi denunciada por moradores de Patamares, ativistas da criação do parque. Ao ser divulgada pela A TARDE, a denúncia serviu para revelar que o alvará para a obra partiu do mesmo magistrado a pedido de uma moradora de Piatã, que alegou o risco da lagoa para a proliferação do mosquito <i>Aedes aegypti</i>, transmissor da dengue. A decisão foi revestida com a suspensão “de toda e qualquer obra que possa afetar a integridade da lagoa e/ou curso do rio Trobogi”, conforme afirmou o juiz no texto do mandado de intimação do autor (...). A coordenadora do Programa de Combate à Dengue do Município, Eliaci Costa, disse que as lagoas não oferecem risco para a propagação da dengue. Ela disse não ter recebido reclamações de moradores sobre as lagoas da região de Patamares. Para oficialização do risco de dengue em lagoas, teriam sido necessários, segundo ela, a inspeção no local e o parecer do Centro de Controle de Zoonoses (CCZ). (...) Nova estrada – O titular da Sedhan secretário Antônio Abreu, confirmou ser a obra de interesse da prefeitura e que no local será feita uma rotatória da Avenida Tamborogy, para ligar o Shopping Paralela a Patamares, uma das vias previstas no plano funcional da Paralela. “Temos mandado judicial”, afirmou, dizendo desconhecer quem fez a solicitação ao juiz. “Ali realmente tem uma situação insuportável”, disse, referindo-se ao suposto risco de dengue da lagoa. Sobre o custo da obra, ele afirmou que não há desembolso da prefeitura porque é fruto de contrapartida de dois empreendimentos da região (...) Fonte: Jornal A TARDE, 19/06/2009, Salvador e Região Metropolitana, p. A4.</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DG DMO DU</p>
<p>Danos a lagoa terão de ser reparados</p> <p>Os danos causados à lagoa do Parque Vale Encantado, de Patamares, pela empresa Realiza, em obra de aterro a serviços da prefeitura, terão de ser reparados, segundo o fiscal do Instituto do Meio Ambiente (IMA) Marcelo Mariano, que embargou a obra. “O que não for recuperável terá de ser compensado”, disse. A empresa também será multada, informou. Ontem, os representantes da empresa não retornaram o contato da reportagem e o advogado Raimundo Cerqueira disse que irá pedir a retomada do aterramento ao juiz da 8ª Vara da Fazenda Pública em nome de Rosana Maria Damaso Kauark, que alega a existência de focos de dengue nas lagoas da região. Via Paralela-</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DG DMO DU</p>

<p>Orla – Apesar de ter inicialmente autorizado as obras, o juiz suspendeu “toda e qualquer obra que possa afetar a lagoa e o curso do Rio Trobogi”. O embargo, porém, só afeta o aterramento da lagoa do parque e não as obras no Rio Trobogi, onde está sendo construída a rotatória da via que ligará a Paralela à orla. A nova via é projeto da Secretária de Desenvolvimento, Habitação e Meio Ambiente (Sedham). O Ministério Público anunciou audiência para dia 29. Fonte: Jornal A TARDE, 20/06/2009, Salvador e Região Metropolitana, p.A4.</p>		
<p>Obra vai cobrir de concreto o rio do Imbuí</p> <p>Um dia após o ministro da Integração Nacional, Geddel Vieira Lima (PMDB), e o prefeito João Henrique (PMDB), anunciarem investimento de R\$57 milhões em palanque improvisado no Imbuí, a obra de macrodrenagem que atinge o Rio das Pedras, naquele bairro, divide opinião de moradores, donos de barracas e especialistas. Para muitos deles, o benefício paisagístico e a justificativa de que o projeto acabaria com o mau cheiro e mosquitos no entorno são insuficientes. “Sem dúvida, o rio hoje é um esgoto a céu aberto, e a população certamente vai apoiar (o projeto), assim como apoiou o da Avenida Centenário. Mas, ambientalmente falando, isso vai na contramão da história”, avalia Júlio Mota, superintendente de meio ambiente da Embasa, para quem “está se jogando o problema para debaixo do tapete”. “Precisamos unir esforços para despoluir os rios da cidade, como ocorre no mundo inteiro, e não cobrir”. Orçada em R\$17 milhões, a primeira etapa do investimento resultará na macrodrenagem de todo o canal por onde segue o rio, incluindo trecho entre a Avenida Paralela, nas proximidades do Condomínio Amazonas, e o início da Avenida Jorge Amado. Paralelamente, extensão situada entre a Rua Rio das Pedras e a desembocadura do canal, na orla da Boca do Rio (Próximo à sede do Bahia), também terá suas tubulações modificadas. A cobertura do Rio das Pedras compreende a segunda etapa, estimada em R\$39 milhões. Ao todo, uma extensão aproximada de três quilômetros ganhará aparência e concepção urbanística semelhante à da Avenida Centenário, obra finalizada em 2008. Conforme material de divulgação da Secretária de Comunicação (Secom), a contrapartida municipal seria na ordem de R\$ 874 mil, dinheiro revertido à modificação paisagística do entorno e instalação de equipamentos de lazer e esporte.</p> <p>Mais calor - A desocupação das encostas em torno do curso hídrico, o redirecionamento do esgoto e a restauração de matas ciliares são pontos que, segundo Júlio Mota, deveriam acompanhar um projeto de revitalização. “O rio vai deixar de receber luz do sol, e isso certamente aumentará o microclima da região, porque, por exemplo, o processo de fotossíntese que as algas fazem rouba calor do ambiente”. Artista plástico e morador do Imbuí, Samuel Silva, 22, também discorda do projeto. “Nesta saída (canal da Rua Alberto Fiúza) ainda há peixes, é uma área que ainda tem vida. Tem mosquito e mau cheiro, sim, mas vêm dos esgotos desses prédios. Ou seja, as mesmas pessoas que criticam e são a favor da obra são as que destroem”. Em abril de 2008, uma sucuri de 3,8 m foi encontrada viva no córrego, próximo ao Shopping Caboatã, e retirada por técnicos do Ibama. Professo titular de saneamento da Universidade Federal da Bahia (Ufba), Luiz Roberto Moraes classifica como equivocadas as intervenções no Imbuí e na Avenida Centenário e garante que todos os rios que recortam a capital baiana têm condições plenas de ser despoluídos. “Exceto o Rio do Cobre (Parque São Bartolomeu), todos eles estão degradados, mas têm condições de revitalização, que obviamente não é tapar”. “Estão fazendo uma urbanização, entre aspas, com equipamentos supostamente de interesse do entorno. Essa solução anda ao contrário a tudo que tem sido feito no mundo e em cidades aqui do Brasil, como Belo Horizonte, de trazer os rios para a malha urbana como elemento de contemplação da população, fazendo às margens do rio parques lineares. E o pior, gastando um volume fantástico de dinheiro público”, acusa. (...) “A Lei 7.400 de 2008 (PDDU) tem um artigo que fala sobre recursos hídricos que não está sendo respeitado pela própria prefeitura”, acusa Luiz Roberto Moraes. Fonte: Jornal A TARDE, 01/07/2009, Salvador e Região Metropolitana, p. A4.</p>	<p>T-1</p> <p>T-2</p>	<p>DG</p> <p>DU</p> <p>DP</p> <p>DCC</p>
<p>Meio Ambiente – Embargo do órgão ambiental do Estado é derrubado pela justiça e máquinas voltam a abrir estrada. Juiz libera obra sem licença. Máquinas e caçambas</p>	<p>T-1</p>	<p>DG</p>

<p>circulavam em ritmo intenso na tarde de ontem na retomada das obras de abertura de uma estrada que liga a Avenida Paralela à orla, e de aterramento de parte da lagoa do Parque do Vale Encantado, em Patamares. As obras haviam sido embargadas pelo Instituto do Meio Ambiente (IMA) por falta de licença ambiental e destruição de área de proteção permanente (APP). (...) o juiz alegou que as obras “somente poderão sofrer interrupção por uma contra-ordem deste mesmo juízo ou do Tribunal de Justiça”. Ele afirmou ter autorizado as obras, “em face da pública e notória situação do avanço de epidemia causada pelo mosquito <i>Aedes aegypti</i> (sic)”. (...) A diretora-geral do IMA, Beth Wagner, disse que o órgão vai recorrer da decisão, que, segundo ela “passa por cima de toda a legislação ambiental”. “Aqueles obras não têm licença ambiental. Nas inspeções feitas por oito dos nossos técnicos, nenhum deles foi apresentada qualquer licença para a obra”, disse ela. Beth acrescentou que a alegação de combate à dengue não justifica a obra. “Temos laudo da Secretaria Estadual de Saúde que atesta a inexistência de focos de dengue naquele local”, observou. Fonte: Jornal A TARDE, 16/07/2009, Salvador e Região Metropolitana, p. A7.</p>	<p>T-2</p>	<p>DU DMO DCC</p>
<p>Pesquisa mostra desempenho ambiental</p> <p>Resultados da Pesquisa da Federação da Indústria do Estado da Bahia (Fieb) mostrados, ontem, indicam a evolução do setor no tratamento das questões ambientais nos últimos anos. Foram consultadas 216 empresas de pequeno, grande e médio porte, sendo a maioria situada na Região Metropolitana de Salvador. (...) Críticas – De acordo com a pesquisa, o consumo de energia, água e a produção de resíduos foi crescente entre 2004 e 2008, mas também crescentes os esforços para a redução do consumo e para o gerenciamento de resíduos. O coordenador do Conselho de Meio Ambiente da Fieb, Irundi Sampaio Edelweiss, criticou os ambientalistas “radicais”, que “veem a indústria sempre como vilã”. Ele destacou que, desde 1973, “quando não tinha nenhum ambientalista”, o setor industrial participou da elaboração da legislação ambiental do Estado, na época da implantação do Polo Petroquímico de Camaçari, na RMS. Fonte: Jornal A TARDE, 16/07/2009, Salvador e Região Metropolitana, p.A7.</p>	<p>T-1</p>	<p>DU DCC</p>
<p>Sem água e energia, postos de saúde estão fechados</p> <p>(...) a unidade de São José de Baixo, em Plataforma, no subúrbio ferroviário (...) o posto ainda não tem sistema de água e, por isso, não realizou nem a campanha de vacinação contra a poliomielite. (...) Sobre o posto em Plataforma, a SMS explicou que a suspensão do abastecimento de água ocorreu devido a uma dívida de R\$ 5 mil adquirida pelo antigo proprietário do terreno, mas que foi quitada pelo órgão ao receber a unidade. A secretaria diz que aguarda posição da Embasa para regularização do problema. Fonte: Jornal A TARDE, 16/07/2009, Salvador e Região Metropolitana, p. A12.</p>	<p>T-1</p>	<p>DG DU</p>
<p>Moradores e entidades protestam</p> <p>Hoje, às 10 horas, moradores da região do Parque Encantado (Patamares) e dirigentes de várias associações de bairro protestam contra os recentes aterramentos que vêm ocorrendo na área. A degradação das lagoas do parque municipal, criado em 2007 pelo atual prefeito, deve-se à abertura de uma estrada que ligaria a Avenida Paralela, na altura do Shopping Paralela, à orla da cidade. Na sexta-feira, a Polícia Federal autou a empresa Realeza Construções e Empreendimentos Ltda., responsável pelo maquinário usado no aterramento. Fonte: Jornal A TARDE, 19/07/2009, Salvador e Região Metropolitana, p. A8.</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DG DMO DU</p>
<p>Por menos impacto</p> <p>Município litorâneo e porta de entrada do Litoral Norte, Lauro de Freitas atrai, há mais de 20 anos, uma quantidade cada vez maior de condomínios residenciais e</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DMO</p>

<p>empreendimentos comerciais, resultado da expansão urbana de Salvador e Região Metropolitana. Uma das consequências mais danosas desse crescimento não é o planejamento – o município sequer tinha Plano Diretor – é o impacto no meio ambiente e na qualidade de vida dos habitantes do município. Aliada à carência de esgotamento sanitário, soma-se o crescente volume de dejetos orgânicos e inorgânicos, lançados nos rios sem tratamento, causando problemas ambientais e de saúde à população. Como a prefeitura não pode conter a expansão urbana, que por sinal traz muitos benefícios a Lauro de Freitas, como a geração de emprego e renda, está tomando uma série de providências visando melhorias. Dentre elas, destaca-se a implantação do sistema de esgotamento sanitário, que vai permitir o escoamento adequado do esgoto e posterior tratamento dos dejetos, evitando a poluição dos rios. Recursos da ordem de R\$ 170 milhões do governo federal e as contrapartidas estadual e municipal vão possibilitar a implantação do sistema pela Empresa Baiana de Saneamento (Embasa). (...) Ganhos diversos – A principal finalidade da implantação do novo Sistema de Disposição Oceânica de Salvador, de acordo com a Embasa, é permitir o afastamento, o tratamento e a disposição final, de maneira rápida e segura, dos esgotos gerados pela população de grande parte da cidade do Salvador e do município de Lauro de Freitas, que atualmente estão sendo lançados, em sua maioria, in natura em cursos de água locais. Assim, haverá eliminação total do lançamento de esgotos domésticos nos rios, contribuindo para a melhoria da qualidade de suas águas. Com a implantação do sistema, será possibilitado o saneamento de uma área de aproximadamente 20.000 hectares, envolvendo bacias hidrográficas dos rios das Pedras e Jaguaribe, além da bacia do Rio Joanes. Esses mananciais deixarão de receber lançamentos de esgotos domésticos e experimentarão uma melhoria substancial da qualidade de suas águas além de beneficiar as populações que estarão ocupando a referida área. (...) Fonte: Jornal A TARDE, 29/07/2009, Caderno Especial Lauro de Freitas, p. 1.</p>		<p>DG DU DP</p>
<p>Imbuí, o novo rebu</p> <p>A revitalização do Imbuí, a maior obra do segundo mandato da administração de João Henrique, tem tudo para se transformar no novo rebu envolvendo obras públicas em Salvador. As promotoras (...) da Procuradoria da República do Patrimônio, notificaram o Tribunal de Contas da União (TCU) que o Ministério da Integração Nacional liberou R\$ 74 milhões para o projeto sem ter a outorga para mexer no canal do Rio das Pedras/Cascão, o que, segundo elas, é irregular. O dinheiro só poderia ter saído com toda a documentação pronta. (...). Também na segunda última, o Instituto das Águas (Ingá), órgão estadual, notificou a prefeitura sobre a ausência de outorga (exigência quando se mexe em leito de rios). (...) Fonte: Jornal A TARDE, 08/08/2009, Tempo presente, p. A2.</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DU DP DG</p>
<p>Maquinas fora do rio</p> <p>Canal do Imbuí – O Instituto de Gestão das Águas e Clima (Ingá), autarquia da Secretária Estadual de Meio Ambiente (Sema) determinou, ontem, à Superintendência de Conservação e Obras Públicas de Salvador (Sucop) a parada das obras no leito do Rio Cascão, onde a prefeitura iniciou a execução do projeto de urbanização do Canal do Imbuí. A Sucop tem 15 dias para entregar os documentos necessários para a concessão de outorga – documento emitido pelo Ingá que autoriza intervenções nos rios do Estado. A prefeitura informou que a empreiteira vai continuar trabalhando, porém fora do leito do rio. Fonte: Jornal A TARDE, 12/08/2009, Salvador e Região Metropolitana, p. B12.</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DU DP DG</p>
<p>Moradores defendem lagoa</p> <p>(...). Nunca tivemos problemas de saúde pública por conta das lagoas de Patamares. Utilizamos a área das lagoas, nascentes e córregos e da mata ciliar (Atlântica) para contemplar a natureza e avistamos constantemente animais (...) o MP prova que as áreas que estão sendo aterradas, no Vale Encantado e em torno do Rio Trobogy não são as indicadas como focos de dengue conforme laudo de um sanitarista encomendado</p>	<p>T-1</p>	<p>DR DG DU DCC</p>

pela moradora de Piatã (...). Fonte: Jornal A TARDE, 15/08/2009, Salvador e Região Metropolitana, p. A9.		
Disputa por área ambiental	T-1	DU DG
A disputa pela posse de um terreno de mais de 17 mil metros quadrados, localizado em Patamares e considerado Área de Preservação Permanente (APP), foi parar na corregedoria da Polícia Militar, (...) Fonte: Jornal A TARDE, 16/08/2009, Salvador e Região Metropolitana, p. A9.		
Do tempo da paz e do amor	T-1	DU DR
(...) o front conservador defende tanto a luz de velas e o banho no Rio Capivara, em oposição à energia elétrica e a água encanada que, se dependesse da prefeitura, já estavam lá. (...) “O projeto da aldeia é vivermos em comunidade, sermos uma grande casa, e quando você tem pessoas que não estão ligadas ao movimento, desvirtua. Uma pessoa dessas tem que viver na cidade”, prega o baiano que largou a faculdade de agronomia em São Paulo para virar hippie. Fonte: Jornal A TARDE, 23/08/2009, Salvador e Região Metropolitana, p.A10.		
Estado impede prefeitura de “tamponar” rio urbano	T-1 T-2	DU DP DG
A prefeitura de Salvador não poderá canalizar ou tamponar o leito do Rio das Pedras, no Imbuí, contrariando empreendimento inspirado no traçado urbanístico da Avenida Centenário, concluído em 2008. Por meio de uma portaria publicada na quinta-feira, uma outorga concedida pelo Instituto das Águas e Clima (Ingá) autoriza a primeira etapa das obras, mas determina que o projeto original seja modificado. A determinação inviabiliza a concretagem do rio e seu recobrimento com placas de concreto, permitindo apenas o revestimento nas laterais, mantendo-se o leito. “Sequer outorgamos a segunda etapa, que envolve o fechamento do rio, e nossa tese é de não autorizar. Não somos contra a urbanização, mas entendemos ser possível urbanizar e manter os cursos hídrico”, afirma Júlio Rocha, diretor do Ingá. Mais rios – Uma possível canalização do Rio das Pedras junta-se a dois outros projetos que ampliam um conceito urbanístico que reduz os rios poluídos de Salvador a cursos subterrâneos. Depois do tamponamento do Rio dos Seixos, na Avenida Centenário, e do início das obras no Imbuí, estimadas em R\$ 57 milhões, a prefeitura anuncia empreendimentos semelhantes nas avenidas do Vale do Canela e Vasco da Gama/Lucaia, orçados em 6, 6 milhões, R\$ 53, 3 milhões. Fonte: Jornal A TARDE, 29/08/2009, Salvador e Região Metropolitana, p. A5.		
Falta proteção lateral nos canais da cidade	T-1 T-2	DG DU DP
Uma mulher grávida de cinco meses teve ferimentos leves ontem, depois de perder o controle do carro que conduzia. O veículo despencou de uma altura de quatro metros no canal da Lucaia, em frente à sede da Embasa, no Rio Vermelho. (...) Canais – A sucessão de acidentes nos canais é atribuída a desatenção do poder público com aspectos de segurança no trânsito, (...). O especialista lembra que canais com água poluída precisam ser restaurados. Em países da Europa e Ásia, há a tendência de revitalizar espaços como esses. “Se tornam novos espaços urbanos de lazer e área verde. Mas é preciso limpar a água e deixar o ambiente natural. Nada de tapar o canal com cimento como acontece aqui”, defende. (...) Fonte: Jornal A TARDE, 04/09/2009, Salvador e Região Metropolitana, p. A8.		
Falha em adutora deixa cidade sem água	T-1	

<p>A manhã de ontem foi de surpresa para os moradores de Salvador. A suspensão do fornecimento de água anunciada na sexta-feira, não havia acabado no sábado, como previsto pela Empresa Baiana de Água e Saneamento (Embasa). Até o início da tarde o serviço não estava normalizado, totalizando mais de 36 horas sem água em diversos pontos da capital baiana. Moradores da região de Itapuã, São Cristóvão, Stella Maris, Praia do Flamengo e Ipitanga, foram os que mais reclamaram. No subúrbio Ferroviário, IAPI, Pero Vaz, além da região do Cabula, também manifestaram surpresa e indignação pela falta de água. (...) “Não fui informado de nada. Queria promover um encontro entre amigos, em casa, mas agora não vou fazer mais, declarou. Em Periperi, moradores informaram que estão sem água desde sexta e não conseguem contato com a Embasa. Conserto – segundo informações da Superintendência de Operações da Região Metropolitana da Embasa, comunicadas pela assessoria de imprensa, serviços de manutenção efetuados sexta-feira na barragem de Pedra do Cavalão, suspenderam o fornecimento de água para Salvador. Ao final dos reparos previstos, o fornecimento deveria ter sido restabelecido, ainda na sexta, mas uma adutora apresentou falha e a finalização dos reparos só terminou na tarde de ontem. A Embasa informou que emitiu comunicado pelas rádios de Salvador, alertando a população da suspensão do fornecimento na sexta. Mas, para muitos, a utilização apenas de emissoras de rádio, não foi suficiente. Wilson Santos de Jesus, informou que ouve rádio diariamente e que não foi comunicado da paralisação do fornecimento de água. Adriana Ribeiro, moradora do condomínio Portal da Praia, em Stella Maris diz que não foi informada. “Uma situação dessa deveria ser amplamente divulgada, cada morador da cidade deveria ser avisado. Um absurdo”, revolta-se. Dificuldade de contato – surpreendidos com a falta de água os soteropolitanos tentaram contato com a Embasa para reclamar (...), mas sem sucesso. Fonte: Jornal A TARDE, 06/09/2009, Salvador e Região Metropolitana, p. A10.</p>	<p>T-2</p>	<p>DG DU DP</p>
<p>Nos locais atingidos, prejuízo e lata d’água na cabeça</p> <p>Nas regiões afetadas pela falta de água o dia de ontem foi de transtornos para moradores e comerciantes. Eram 6h da manhã quando a dona-de-casa Joceli Pereira começou o trajeto que faria repetidas vezes durante o dia. Balde na mão, rumou para a casa de um vizinho, que possui tanque de armazenamento em casa. De lá voltou com o balde de água na cabeça. Moradora do bairro de São Cristóvão, Joceli estava sem uma gota de água na torneira desde a sexta-feira de manhã. “Sem água não dá para fazer nada. Estamos sem cozinhar, sem banho, sem limpar a casa”, afirmou. Na vizinhança a situação era a mesma para os outros moradores que ressaltaram que a falta de água é constante no bairro. (...) Fonte: Jornal A TARDE, 06/09/2009, Salvador e Região Metropolitana, p. A10.</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DU DG</p>
<p>Itaigara recebe macrodrenagem</p> <p>Os alagamentos que costumam ocorrer em dias de chuva na região do Itaigara serão amenizados a partir de dezembro. É o que prevê a ordem de serviços para a macrodrenagem da Bacia do Itaigara e Parque da Cidade (...) A obra abrange um trecho de 3,8 km – compreendidos entre o Posto dos Namorados e o Canal do Rio Lucaia – e está orçada em cerca de R\$ 14 milhões. (...) Fonte: Jornal A TARDE, 12/09/2009, Salvador e Região Metropolitana, p. B1.</p>	<p>T-1</p>	<p>DP DU</p>
<p>Meio Ambiente – cobertura de rio terá que ser com placas translúcidas, móveis e com respiradores. Ingá concede outorga para obra no Imbuí com restrições na cobertura</p> <p>O Instituto de Gestão das Águas e do Clima (Ingá) concedeu a partir de hoje outorga (autorização) para a segunda etapa das obras de macrodrenagem do Rio das Pedras, após reuniões técnicas com representantes da Prefeitura de Salvador. Entretanto, ao contrário do plano inicial da Superintendência de Conservação e Obras Públicas do Salvador (Sucop), que previa o recobrimento do canal no trecho em frente ao bairro do</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DU DP DG</p>

<p>Imbuí com placas de concreto, foi definido que, para este fim, só podem ser utilizadas placas e material translúcido, removível e com respiradores. De acordo com a assessoria de comunicação do Ingá, a prefeitura e a empresa OAS já haviam recuado do projeto inicial, após discussões técnicas com hidrólogos e engenheiros do instituto estadual. O tamponamento do leito acabaria com qualquer possibilidade de recuperação do rio, argumentam os técnicos. Na outorga para a segunda parte da primeira etapa, liberada no final de agosto, foi autorizada a intervenção no corpo hídrico para drenagem de águas pluviais do Rio das Pedras, no trecho após o Imbuí até a foz do rio, na Praia dos Artistas. A condição foi a readequação do projeto, proibindo a concretagem do leito natural e do seu tamponamento (recobrimento com placas de concreto). A outorga permite o revestimento nas laterais, mantendo o leito lateral. A outorga inicial permitiu a intervenção no corpo hídrico do Rio das Pedras (Rio Cascão), com a canalização do trecho principal do Rio Saboeiro (afluente) até o início do canal do Imbuí, passando pela Avenida Paralela. Entretenimento – O projeto inicial da prefeitura de Salvador para os rios da área do Imbuí é semelhante ao empreendimento realizado no traçado urbanístico da Avenida Centenário, concluído em 2008. Esta obra é questionada pelo Ministério Público (MP) baiano, coautor de ação na 1ª Vara Federal, que pede a retirada da cobertura do leito do Rio dos Seixos. A canalização do Rio das Pedras junta-se a dois outros projetos, que ampliam um conceito urbanístico que reduz os rios poluídos de Salvador e cursos subterrâneos. Depois do tamponamento do Rio dos Seixos, na Avenida Centenário, e do início das obras no Imbuí, estimadas em R\$ 57,5 milhões, a prefeitura anuncia empreendimentos semelhantes nas avenidas do Vale do Canela e Vasco da Gama/ Lucaia, orçados em R\$ 6,6 milhões. (...) Fonte: Jornal A TARDE, 15/09/2009, Salvador e Região Metropolitana, p. A. 8.</p>		
<p>Embasa e os rios podres</p> <p>A assessoria da Embasa fez algumas ponderações com relação à nota ‘sobre nossos pobres rios podres’, ontem publicada. Diz estar cumprindo a parte que lhe cabe na revitalização dos rios, com um conjunto de investimentos da ordem de R\$ 609, 3 milhões no sistema de esgotos sanitários, e de janeiro de 2007 para cá aumentou a cobertura do serviço de 67% para 8% (a meta é chegar 2010 com 90%). Lembra que as intervenções são em todos os rios da cidade. E o novo emissário submarino (Boca do Rio) completa o ciclo. Fonte: Jornal A TARDE, 16/09/2009, Opinião/espço do leitor, p. A2.</p>	<p>T-1</p>	<p>DU DG DP</p>
<p>Greenville traz um novo conceito de viver para Salvador</p> <p>O centro financeiro, o destino de fim de semana e o vetor de crescimento da cidade mudaram. Para acompanhar a evolução do desenvolvimento da nossa capital (...) um bairro planejado para crescer em harmonia com a natureza de uma das áreas mais belas de Salvador. (...) “Estamos desde 2004 trabalhando no Greenville realizando diagnóstico ambiental e monitoramento dos recursos naturais (...) monitoramento da qualidade da água nos corpos hídricos, (...) Um terreno de 900 mil m² com 350 mil m² de Área de Preservação Permanente. Fonte: Jornal A TARDE, 17/09/2009, Serviços, p. A6.</p>	<p>T-1</p>	<p>DU</p>
<p>Os rios urbanos de Salvador</p> <p>Toda polêmica que envolve os rios urbanos de Salvador, nesse momento, é muito salutar para a compreensão de uma das nossas questões ambientais. Salvador, a cerca de 15 anos atrás, era considerada a pior capital da América Latina, em termos de esgotamento sanitário. A nossa cobertura era em torno de míseros 18%! A explosão demográfica de Salvador, nos anos 80/90 foi terrível para a cidade e o saneamento não ficou atrás. Além de remeter a sérias questões de saúde pública, arrasou nossos rios, que se transformaram em coletores de esgotos a céu aberto. (...). Agora entram os rios. Temos expectativa de atingir 90% de coleta de esgotos, nos próximos dois anos e com isso, nossos rios vão começar o seu processo de despoluição. Essa é uma tendência mundial: recuperar seus rios urbanos, pois eles também refletem a qualidade de vida da</p>	<p>T-1</p>	<p>DU DP DG</p>

sua população. Essa etapa não é só dos órgãos públicos. É também de toda população de Salvador, que precisa contribuir (...). No fim, todos vão agradecer, principalmente os rios que vão recuperar sua pujança. Fonte: Jornal A TARDE, 17/09/2009, Opinião/espço do leitor, p. A2.		
<p>Vazamento de água em escola no Retiro</p> <p>O leitor Sacramento Pereira reclama de um vazamento de água que, segundo ele, está ocorrendo há cinco meses no Colégio Estadual Dom Avelar Brandão Vilela, localizado na Rua Melo Moraes Filho, no bairro de Fazenda Grande do Retiro. Sacramento alerta para o problema do desperdício de um bem natural precioso e cada vez mais escasso e, por isso, deveria receber mais atenção do órgão público responsável. Fonte: Jornal A TARDE, 23/09/2009, Serviços, p. A6.</p>	<p>T-1</p> <p>T-2</p>	<p>DU</p> <p>DG</p>
<p>João Henrique dá ultimato à Embasa</p> <p>Ofício assinado por João Cavalcante, chefe da Casa Civil do prefeito João Henrique, foi protocolado ontem na Embasa. O teor contém um pedido e uma ameaça. O pedido: que a Embasa pare para acertar imediatamente a reivindicação da prefeitura que quer uma contrapartida financeira pelo fato de a empresa explorar os serviços de água e esgoto de Salvador, sem nada pagar. Nas sucessivas tentativas de 'acerto', a resposta da Embasa é padrão: 'Estamos examinando'. A ameaça: se não houver uma resposta objetiva, o prefeito mandará um projeto de lei para a Câmara abrindo a exploração do serviço de água e esgoto para nova licitação. A proposta, se consumada, seria algo tão inusitado quanto complexo. Como uma nova empresa disporia da infraestrutura de águas e esgoto para explorar? Mas como as finanças da prefeitura vão mal, a investida, embora parecendo um tanto piegas. (...)Fonte: Jornal A TARDE, 24/09/2009, Tempo presente, p. A2.</p>	<p>T-1</p>	<p>DU</p>
<p>Promessa de recuperação ficou no papel</p> <p>Desde o ano de 2006, prefeitura, Estado e União firmaram convênio para recuperação do Parque São Bartolomeu. Os órgãos anunciaram a liberação de R\$ 4 milhões pelo governo federal para investir no projeto de revitalização dos 75 hectares da área verde. Entretanto, três anos se passaram e nenhuma intervenção foi feita no local, um dos maiores remanescentes de mata atlântica em área urbana do Brasil. (...). Ontem, associações e entidades de matriz africana e de defesa do meio ambiente foram ao parque para se manifestarem contra a falta de ação. Eles seguiram da entrada principal até a Cachoeira de Oxum, onde fizeram saudação aos orixás invocando forças em benefício da revitalização do parque. Trata-se de um reservatório ecológico e cultural que, no período da escravidão acolheu quilombos na disseminação da cultura negra e tornou-se local sagrado do candomblé. (...). Enquanto o projeto não se concretiza, a degradação da área verde do Parque São Bartolomeu aumenta. Atualmente, há até mesmo hortas comerciais irrigadas no espaço. As cachoeiras estão poluídas e não há sistema de esgoto nem de drenagem. O lixo é grande e gera assoreamento dos rios. Quem mora na região, em barracos improvisados, reclama da falta de atenção dos governantes. "Não temos segurança nem água limpa. Quando chove alaga tudo", diz um morador do local há mais de 30 anos que preferiu não se identificar. (...) entre as necessidades imediatas, ele aponta a demarcação da área, despoluição das cachoeiras, recuperação ambiental, relocação das famílias que moram na região e presença da polícia. (...) Fonte: Jornal A TARDE, 08/10/2009, Salvador e Região Metropolitana, p. A10.</p>	<p>T-1</p> <p>T-2</p> <p>T-3</p>	<p>DG</p> <p>DU</p> <p>DP</p> <p>DR</p>
<p>Rio do Imbuí chega perto do nível do asfalto</p> <p>O canal do Rio das Pedras, no Imbuí, onde está sendo realizada uma obra de macro drenagem pela Prefeitura de Salvador, quase transbordou ontem. A quantidade de água</p>	<p>T-1</p> <p>T-2</p>	<p>DU</p> <p>DP</p>

<p>da chuva era tamanha que não foi possível avistar as vigas de concreto e as instalações já realizadas no local, como tubos e escavações. Quem passou pelo bairro também se espantou com a situação provocada pela chuva. (...). Com a obra concluída, a prefeitura espera resolver o problema crônico, que há anos vem sendo denunciado por moradores do Imbuí, do Condomínio Amazônia, na Paralela, e por motoristas que transitam no local. Eles reclamam de alagamentos por causa do canal – que transborda rapidamente com as chuvas – além do mau cheiro e de muitas muriçocas nos apartamentos. “O canal vai resolver o problema definitivamente”, garante o subsecretário. As obras se estendem do Condomínio Amazônia a desembocadura do canal, na orla da Boca do Rio, próximo ao Clube do Bahia. (...). Fonte: Jornal A TARDE, 12/10/2009, Salvador e Região Metropolitana, p. A7.</p>		DG
<p>Peixes aparecem mortos nas margens da Lagoa os Frades</p> <p>As margens da Lagoa dos Frades, no Stiep, amanheceram, ontem, com dezenas de peixes mortos. Às 9h, muitos ainda podiam ser vistos, agonizando, em busca de oxigênio, na superfície do lago. Eram principalmente filhotes de tilápia, com alguns já adultos aparentando cerca de 300g. Junto aos peixes, o lixo arrastado pela enxurrada, no domingo, também era visto nas margens da lagoa. A presença dos peixes mortos não era notada pelos praticantes de caminhada que frequentam a pista em volta da lagoa. “Alguns se surpreenderam em saber que neste pequeno lago tem peixes”, observou o economista Ricardo Borges, 45 anos. Hospedado no hotel próximo à lagoa, ele disse ter ido ao local depois de observar um homem pescando dias antes. “Vi que ele não conseguia jogar a tarrafa direito e, como estou de folga hoje, vim para ensinar”. Natural do Rio de Janeiro, ele contou que gosta de pescar e que já criou tilápia por hobby. Ricardo lamentou o abandono em que se encontra a lagoa do Stiep, principalmente por causa da qualidade da água. A falta de oxigênio é que provoca a morte dos peixes, explicou o economista. “Bastaria colocar uma bomba lá no meio para revolver a água que o problema estaria resolvido”, sugeriu, enquanto agitava a água com um pedaço de pau, na tentativa de produzir oxigênio para salvar a vida de um peixe que, na margem, abria e fechava a boca, em busca de ar. Fonte: Jornal A TARDE, 13/10/2009, Salvador e Região Metropolitana, p. A5.</p>	<p>T-1 T-2 T-3</p>	<p>DU DG DR</p>
<p>Jacaré que morava na lagoa na Pituba tem parte do rabo decepado</p> <p>O que era lenda para muitos moradores da Pituba, que não acreditavam na existência de jacaré na Lagoa Vela Branca, na Rua Piauí, se confirmou como real de forma trágica. Ontem, no final da manhã, um réptil de 1,5 metros foi removido da lagoa após ter pedaço da cauda decepada, possivelmente com o uso de material cortante, como suspeitam os policiais ambientais que realizaram a captura do animal. (...) O advogado e morador Renato Quadros diz que a agressão sofrida pelo jacaré é reflexo do descaso dos órgãos públicos com a preservação da área ambiental da Rua Piauí, que é cercada para evitar acidentes. “É preciso que a lagoa, que tem patos, gansos e outros animais, seja preservada e limpa”, defende. (...) Os moradores da Rua Piauí esperam que o jacaré retorne à lagoa na Pituba. Pinto afirma que os técnicos vão avaliar se o local é adequado. Caso não seja, o jacaré poderá ser solto numa área de preservação ambiental ou doado a um criador legal. Fonte: Jornal A TARDE, 13/10/2009, Salvador e Região Metropolitana, p. A5.</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DG DU</p>
<p>Jovem afogado em Simões Filho</p> <p>Morreu por afogamento por volta do meio-dia de ontem o jovem Alessandro Mateus dos Santos, de 19 anos. O acidente aconteceu no Rio Santo Antônio, conhecido na região como Rio das Pedras, no município de Simões Filho, quando o jovem chocou a cabeça numa pedra, sendo arrastado pela correnteza. (...) Alessandro brincava com um grupo de jovens quando se afogou. Fonte: Jornal A TARDE, 13/10/2009, p. A4.</p>	<p>T-2 T-3</p>	<p>DR</p>

<p>Nova legislação ambiental</p> <p>Situada a 20km de Salvador, Simões Filho é considerado um dos mais fortes polos industriais da Bahia, possuindo cerca de 200 indústrias, nos mais diversos segmentos, e um porto natural, a Baía de Aratu – importante fator para o escoamento da produção industrial local. (...) Um dos grandes desafios (...) é unir – de maneira sustentável – a captação e a manutenção das grandes fábricas na região, sem, contudo, gerar mais degradação ambiental e/ou trazer malefícios para a população local. Para isso, a Secretaria do Meio Ambiente, além da fiscalização e do monitoramento da emissão de dejetos e esgotos das casas e das fábricas nos mananciais, vem apostando nos convênios e parcerias com grandes empresas instaladas na região. (...) “As indústrias são geradoras de emprego, renda e impostos, e nós queremos que elas permaneçam em nosso município, mas não deixam de ser uma responsabilidade, pois poluem o ar, o solo e os mananciais. (...)”. Belezas naturais - A cidade de Simões Filho possui clima úmido com temperatura média anual de 24,7 graus. A região possui grandes rios e lagos. Compostos pela bacia do Rio Joanes, tem entre os principais afluentes os rios Córrego Cantagalo e o Córrego Muriqueira. Ao longo da bacia aparecem as represas Joanes I, Joanes II, Ipitanga II e Ipitanga III – importante para o abastecimento de Salvador. (...) (dicotomia entre as duas partes, explorar na discussão). Fonte: Jornal A TARDE,07/11/2009, Caderno Especial Simões Filho.</p>	<p>T-1</p>	<p>DU DP</p>
<p>Acesso à água e saneamento</p> <p>Água para Todos, maior programa de água e saneamento do Brasil, está completando dois anos. Concebido pelo governo Jaques Wagner, dentro dos princípios da nova política de saneamento básico, tem o compromisso com a universalização e visa garantir o direito fundamental de acesso à água tratada e a ambiente salubre, nas cidades e no campo (...) Com recursos assegurados de R\$ 3,5 bilhões (...) 87 municípios estão sendo contemplados com obras de esgotamento sanitário, destacando-se Salvador, com investimento de R\$ 609 milhões, municípios da RMS (...) Essas obras visam, fundamentalmente, à despoluição de mananciais para abastecimento humano (...) As realizações do programa estão mudando a face da RMS (...) Fonte: Jornal A TARDE,18/11/2009, Artigo do Diretor-presidente da Embasa, Abelardo de Oliveira Filho, p. 3.</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DP DU</p>
<p>Desperdício de água</p> <p>Assisti a uma palestra com uma profissional da Embasa que afirmou que há uma perda mensal de 40% de água tratada em Salvador, devido aos vazamentos ou gatos. Se isso for verdade, são dois absurdos: a total falta de responsabilidade ambiental e um assalto aos que pagam suas contas, porque com certeza esse prejuízo está sendo rateado por todos nós. Com a palavra a, Embasa. Fonte: Jornal A TARDE,26/11/2009, Opinião, p.A2.</p>	<p>T-1</p>	<p>DU DP DG</p>
<p>Resposta da Embasa</p> <p>Como afirmou a leitora Virginia Matos na nota Desperdício de Água, publicada no último dia (26), a Embasa sofre um percentual significativo de perda de água com vazamentos, “gatos” e ligações clandestinas em Salvador. Os vazamentos, causados por desgaste em algum trecho da rede distribuidora ou por atos de vandalismo, como roubo do hidrômetro e intervenções indevidas, visando ligações clandestinas, são enfrentados pela empresa. (...). Todos perdem com o desperdício de água: a empresa, a sociedade e o meio ambiente. (...). Fonte: Jornal A TARDE,27/11/2009, Opinião, p.A2.</p>	<p>T-1</p>	<p>DG DP DU</p>
<p>Alô, Embasa</p>	<p>T-1</p>	<p>DG</p>

<p>Público a minha chateação contra a Embasa, pois há mais de cinco meses falta água diariamente no bairro da Cidade Nova, principalmente na Rua 1º de Janeiro, no fim de linha. A Embasa nos informa que o prazo de retorno da água é de 24 ou 48h. Mas o comprovante para pagamento chega todo mês no dia certo. Fonte: Jornal A TARDE, 04/12/2009, Salvador e Região Metropolitana, p. A2.</p>	<p>T-2</p>	<p>DP DU</p>
<p>Moradores de Pernambués reclamam da falta de água</p> <p>Maria Dinalva da Silva reclama da falta da água durante o dia na Travessa Zulu, no Alto do Cruzeiro, em Pernambués. Segundo ela, há oito meses, a água encanada só é fornecida das 23h às 8h. Embasa: A Empresa Baiana de Águas e Saneamento (Embasa) informa que, devido ao aumento do consumo durante o dia, o abastecimento em áreas elevadas e de topografia acidentada se faz melhor à noite. A empresa recomenda aos clientes a instalação de reservatórios de água compatíveis com as necessidades diárias. Fonte: Jornal A TARDE, 05/12/2009, Reclame, p. A6.</p>	<p>T-1</p>	<p>DU DP DCC</p>
<p>Resposta da Embasa</p> <p>Em atenção à reclamação do leitor Leonardo Cerqueira, morador do bairro da Cidade Nova, nesta coluna, no último dia 4, informamos que a Embasa está substituindo trechos das redes distribuidoras que atendem o bairro para regularizar o abastecimento em várias ruas, inclusive na Rua 1º de janeiro. Foram detectados vazamentos e obstruções nas linhas antigas de distribuição do bairro, o que compromete a regularidade do fornecimento de água nesta área. Em caso de desabastecimento, os moradores podem solicitar carros-pipas (...) Fonte: Jornal A TARDE, 07/12/2009, Espaço do Leitor, p. A2.</p>	<p>T-1</p>	<p>DP DU</p>
<p>Rio poluído gera mau cheiro e atrai mosquitos</p> <p>Esgoto a céu aberto leva doenças e insetos aos moradores da Vila dos ex-combatentes, em Itapuã. Leitor reclama que, enquanto a Avenida Centenário e o Imbuí recebem tratamento em seus rios, moradores de Itapuã convivem com o mau cheiro e infestações de ratos e insetos. Embasa: De acordo com a Empresa Baiana de Água e Saneamento (Embasa), o Rio do Bispo passa por programa de despoluição. As obras vão ligar os imóveis ao sistema de esgotamento sanitário e contam com recursos federais. Fonte: Jornal A TARDE, 07/12/2009, Reclame, p. A2.</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DG DU DP</p>
<p>Tensão sobre a água contexto urbano</p> <p>No contexto urbano, as tensões com as águas são também presentes. Hoje o abastecimento alcança 81% da cidade, com expansão significativa a partir da implantação do Programa Bahia Azul, maior conjunto de obras de saneamento e abastecimento realizado no estado. As obras previam a reestruturação do sistema coletor de esgotos, ampliação e regularização do sistema de abastecimento e despoluição dos rios urbanos e Baía de Todos os Santos. Contudo ainda hoje os bairros periféricos e regiões mais altas da cidade enfrentam problemas de falta de água e esgotamento sanitário. Segundo Renato Cunha, coordenador executivo do Grupo Ambientalista da Bahia (Gambá), a entidade fez o monitoramento das obras do Bahia Azul, questionando algumas opções com a centralização do travamento e esgoto do Emissário Submarino do Rio Vermelho e a pouca atenção com os principais rios urbanos, que ainda hoje são poluídos e tratados como canal de esgoto, seja pela sociedade, seja pelo poder público. “Atualmente trabalha-se no projeto de construção do novo emissário submarino na Boca do Rio, que terá custos bastantes elevados. Mas ainda assim essa obra não garantira a despoluição nem a mudança de postura de tratar nossos rios e mares como depósito de tudo o que não serve. Essas obras demonstram que nossos rios continuam condenados a ficarem poluídos. Seria mais inteligente e barato limpá-los”, afirma o ambientalista. Para o ativista, o direito humano à água ainda não é vivido de forma plena no estado e mesmo na região metropolitana. “O</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DU DP DG</p>

<p>direito à água passa pelo acesso universal ao recurso com qualidade, limpeza. E essa compreensão ainda não é internalizada pelo poder público integralmente. É muito necessário o trabalho integrado do governo como um todo, mas também a escuta qualificada de outros setores da sociedade”, acrescenta Cunha. O ambientalista se preocupa com a frequência de obras que estão aterrando os rios, com o objetivo de criar áreas de lazer em vez de despoluí-los e trata-los. A próxima obra com essa característica anunciada pela Prefeitura de Salvador é no Rio das Pedras. De acordo com Júlio Rocha, do Ingá, o poder público já está atento ao desafio de melhorar o sistema de esgoto e despoluir os rios urbanos de Salvador e Região Metropolitana. “Temos este desafio de limpar os rios metropolitanos, que não podem ser tratados como esgoto. Estamos em diálogo com a Embasa, a fim de criar ações para melhoria do sistema de esgoto e despoluir”. Fonte: Jornal A TARDE, 12/12/2009, Caderno Especial Futuro da Água, p. 2.</p>		
<p>Abastecimento</p> <p>(...). Justamente por concentrar um contingente populacional grande, fazendo com que rios e mares sofram os impactos da intervenção do homem, a empresa tem concentrado esforços na realização de obras de melhoria e ampliação para região Metropolitana de Salvador. Atualmente, Salvador conta com uma cobertura de esgotamento sanitário e abastecimento de água de 81%. Dos 19% de regiões que não são contempladas pela rede, a empresa informa que não há uma concentração numa área específica, mas pontos espalhados por toda capital. Nessas regiões descobertas, outras dificuldades estão presentes como a demanda de intervenções integradas de urbanização, a necessidade de contenção de encostas, retirada da ocupação de fundo de vales, melhorias habitacionais, pavimentação drenagem, coleta de lixo, abastecimento de água e esgotamento sanitário. “Está em todos os lugares da cidade, onde não existe disciplina do uso da ocupação do solo, impedindo, por exemplo, que os rios de Salvador sejam despoluídos. Todos os atores – Embasa, Prefeitura de Salvador, Conder, União, Estados e, principalmente, a comunidade – têm que intervir de forma integrada para chegar à cobertura de 100% e despoluir completamente a cidade e seus rios, melhorando a saúde da população e o meio ambiente”, pontua. Fonte: Jornal A TARDE, 12/12/2009, Caderno Especial Futuro da Água, p. 2.</p>	<p>T-1</p> <p>T-2</p>	<p>DP</p> <p>DG</p> <p>DU</p>
<p>Falta de água causa transtornos a moradores</p> <p>Leitor reclama da escassez de água encanada em Vilas de Abrantes, Camaçari. Segundo a reclamação, a água chega um dia sim, e dois dias não. O leitor informou ainda que o problema existe há mais de dez anos. Fonte: Jornal A TARDE, 16/12/2009, Reclame, p. A6.</p>	<p>T-1</p> <p>T-2</p>	<p>DU</p> <p>DP</p>
<p>Resposta da Embasa</p> <p>Informamos a Juliana Dias que reclama de falta d’água em Vilas de Abrantes, que existe projeto para regularizar o fornecimento de água nas áreas altas desta localidade com execução prevista para o primeiro trimestre do ano que vem. (...) tendo em vista as dificuldades do fornecimento de água em áreas elevadas de Vilas de Abrantes, a Embasa está realizando abastecimento alternativa, por meio de carros-pipas, que podem ser solícitos (...) Fonte: Jornal A TARDE, 17/12/2009, Opinião p. A2.</p>	<p>T-1</p>	<p>DU</p> <p>DP</p>
<p>Dique do Tororó tem lazer, mas também é centro da fé</p> <p>Há 25 anos, Manoel Ferreira da Silva atravessa os pedestres da Avenida Vasco da Gama para a Avenida Costa e Silva, e da Avenida Costa e Silva para a Avenida Vasco da Gama. As duas vias separadas pelo Dique do Tororó reservam uma única alternativa prática de se chegar ao outro lado: ir de barco. (...). Embora funcional e economicamente viável (...) a embarcação de dois remos caiu no desuso. “O pessoal</p>	<p>T-1</p> <p>T-3</p>	<p>DU</p>

<p>hoje em dia paga transporte”, justifica o barqueiro de 58 anos, referindo-se ao ônibus e ao taxi. Para os moradores de Nazaré e do Engenho Velho de Brotas, bairros separados pela represa, a travessia remonta ao século passado, quando era mais requisitada. Manuel explica como, no mesmo ramo, aprendeu a mirar noutra tipo de freguês. “O ponto alto nesta época são os presentes, principalmente para Oxum”, diz, em referência aos religiosos do candomblé que reverenciam a orixá das águas doces. Cada Santo tem sua coordenada, um ponto no espelho d’água onde é deixado o presente. Para levar um cesto de oferenda até o meio do Dique, ele cobra até R\$65 (...); Presente – Como todo baiano sincrético, o barqueiro do Dique do Tororó não esquece da devoção em causa própria. “Quem trabalha em cima das águas tem que agradar”, justifica. Manda presentes para Oxum, mas não se esquece de Iemanjá, a dona das águas salgadas, nem de Ogum, de quem é filho devotíssimo. As estátuas sob a água esverdeada, ele confia, ciúmam se você lembrar de um e não lembrar do outro. A cada três meses, Manoel reverencia o ferreiro dono dos caminhos, levando à represa uma cesta com flores, pente, alfazema e sabonete. Se o presente afunda, ele explica, é porque o Santo aceitou. Se a oferenda boia, melhor se preocupar. (...) Fonte: Jornal A TARDE, 22/12/2009, Esquente, p. A6.</p>		DR
<p>Histórias de quem tem o ofício de limpar as margens</p> <p>Com a mesma frequência que Manoel leva os presentes – seus ou dos outros – Paulo Cesar vai buscar os que os santos rejeitaram. No Dique do Tororó, ofício de limpar a margem da represa é também o de recolher as oferendas que não afundaram, mais constantes à medida que se aproxima janeiro. Em se tratando da religião dos deuses africanos, a crítica cresce na mesma proporção que o conhecimento sobre elas. “Deveriam proibir esse pessoal de sujar a água, fica um fedor danado”, reclama um funcionário da Limpurb, enquanto varre com um rastelo as folhas secas em torno da margem. (...) Dentro d’água, ela e mais sete são representados por esculturas. Ogum (deus do Ferro e dos caminhos), Oxóssi (dono das matas e da caça), Xangô (dos raios e trovões), Oxalá (o pai de todos os orixás), Oxum (deusa dos rios, lagos e fontes), Nanã (a mais velha das deusas) e Iansã (deusa dos ventos e das tempestades). A reunião de divindades sugere a infinidade de presentes levados. Também, a quantidade de rejeitados. Sereno e compenetrado, Paulo Cesar vai limpando o Dique. É funcionário de empresa terceirizada pela prefeitura. Trabalha diariamente a bordo de uma canoa. Munido de uma cesta de nylon, vai retirando os dejetos. “A gente tem receio, mas é nosso trabalho”, diz, após jogar dois espelhos de volta na água. Não é oferenda, ele deixa bem claro. Fonte: Jornal A TARDE, 22/12/2009, Esquente, p. A6.</p>	<p>T-1 T-3</p>	DR
<p>Raio X de áreas baianas</p> <p>A amplitude da Bahia garante uma diversidade de condições e bacias hidrográficas, que atualmente passam pelo acompanhamento sistemático do Programa Monitora, do Água para Todos, realizado pelo governo estadual. Desde 2008 as águas dos rios de todas as Regiões de Planejamento e Gestão das Águas (RPGAs) foram coletadas e analisadas. Entre as áreas com situação mais críticas estão as bacias de Salvador, Região Metropolitana e Litoral Norte. As condições das águas destes rios são consideradas péssimas ou ruins. Silvio Baraúna cresceu bebendo água na famosa Fonte da Bica, na Ilha de Itaparica, na Baía de Todos os Santos. Hoje o ambientalista, (...) nota que a ocupação desordenada e a falta de esgotamento sanitário são responsáveis pela degradação tanto dessa fonte quanto de outras nascentes locais que já estão comprometidas. “As comunidades canalizam seus esgotos domésticos para riachos, córregos e mesmo nascentes de rios. Além disso, esse esgoto não é tratado. Há cerca de dez anos que a água encanada chegou por aqui, mas todo o histórico de cisternas e fossas me preocupa, pois temo que a terra já esteja contaminada e isso leve dejetos às águas portáveis”, sinaliza o ativista. Fonte: Jornal A TARDE, 26/12/2009, Caderno Especial Futuro da Água, p. 5.</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DG DP DU DR</p>

<p>Soteropolitanos sem acesso a água tratada – Cassange luta desde 2001 pelo abastecimento</p> <p>Eles vivem do lado do Rio Ipitanga, um dos últimos rios limpos de Salvador e responsável pelo abastecimento de 40% de Salvador. Porém, estar tão perto das águas que mantam a sede do restante dos soteropolitanos, não significa que os moradores da comunidade de Cassange têm pleno acesso ao recurso. Embora 81% da cidade seja coberta pela rede de água e esgoto, há 19% de áreas que estão fora desse alcance e com populações que sobrevivem num difícil contexto de falta de água para as atividades básicas e essenciais. Líder comunitária do Cassange, Rosenice Ferreira de Souza luta desde 2001 para garantir o abastecimento de água e rede de esgoto para o lugar onde mora desde criança. A comunidade está fazendo o processo de reconhecimento como remanescente de quilombola e conta hoje com uma população negra e de baixa renda, vivendo em condições bastante desfavoráveis: faltam água encanada e tratada, escola, (...). “Nós moramos do lado do rio, mas não podemos ter acesso a ele, porque é roubar água. Então, por isso, os moradores que tem melhores condições cavam poços no fundo da casa e quem não tem, espera o carro pipa que vem uma vez por semana” revela a moradora. Fonte: Jornal A TARDE,26/12/2009, Caderno Especial Futuro da Água, p. 5.</p>	<p>T-1</p> <p>T-2</p>	<p>DP</p> <p>DU</p> <p>DR</p> <p>DG</p>
<p>Sem água na torneira - (...) Aldeia Jaguaribe, condomínio de classe média instalado há 30 anos no bairro de Piatã. Foi um dos primeiros a se instalar na área e, desde então, nunca teve problemas de abastecimento. Mas nos últimos meses, a realidade mudou. A água que chega não é suficiente para abastecer as casas, nem tem força para encher o tanque, mesmo com o impulso dado pelas bombas. “Foi uma realidade que chegou de repente, pois não era assim antes. Nós deixamos as bombas ligadas o dia inteiro, mas a água só chega fraca de madrugada”. Esse condomínio foi uma iniciativa de quem queria viver num lugar isolado. Mas acredito que com toda a expansão próxima aqui, essa realidade de falta de água só tende a piorar” acrescenta. Todas as manhãs, ela que molhava as plantas, agora tem que optar. Se matar a sede delas, não sobra água para as atividades domésticas. Para agravar o problema, as contas de água estão vindo mais altas do que quando o abastecimento era regular. “Já procuramos a Embasa, mas não tivemos nenhuma resposta satisfatória além de fazer o que já estamos fazendo, tentar construir caixas maiores, ou cavar poços. Ela teme que a partir da ocupação dos condomínios que por ora estão em obras, a situação se torne insustentável, se não for criada uma nova rede de água e esgoto para a região. “Hoje a situação de falta de água é ampliada e afeta mais frequentemente famílias de baixa renda. Falta planejamento para a distribuição de água em Salvador e, com tanto crescimento, o reflexo é avanço do problema”, pontua a ambientalista Flora Paranhos, conselheira da Área de Proteção Ambiental Joanes/Ipitanga. Segundo a ambientalista, o abastecimento de água de Salvador tem captação restrita aos rios, sem aproveitar os recursos abundantes das chuvas. “60% do abastecimento de Salvador vem da barragem de Pedra do Cavalo, explorando um potencial que poderia atender e muito a região do semiárido. Os outros 40% são extraídos do Rio Ipitanga, que se vê ameaçado com a proposta de instalação de lagoas de decantação de esgotos (as Estações de Tratamento de Esgotos – ETEs). Há que se cuidar e buscar caminhos para revitalização do Ipitanga e do Joanes, dois últimos rios urbanos com água limpa. Eles precisam ser salvos para garantir a qualidade de vida da população de Salvador” adverte a conselheira. Fonte: Jornal A TARDE,26/12/2009, Caderno Especial Futuro da Água, p. 5.</p>	<p>T-1</p> <p>T-2</p>	<p>DU</p> <p>DP</p>
<p>Tão longe, tão perto- A população de Nova Esperança enfrenta os mesmos problemas. A comunidade existe há 30 anos e, desde 1987, luta para receber rede de água e esgoto. “A gente fica aqui, em volta da barragem de Ipitanga, mas não temos o direito de beber água tratada”, queixa-se Bernardo Lopes, morador e liderança local. Para garantir o abastecimento, os moradores fazem ligações clandestinas, do rio direto para suas casas. “Puxamos água de forma clandestina, mas a Embasa sabe disso, mas não pode ainda legalizar, nem ofertar o abastecimento. Hoje, no bairro, já temos 1.500 ligações”, explica o morador. Por lá é assim, quem mora na parte plana consegue ter a água puxada direto do rio para as torneiras. Mas a força da água não é grande, então ela só</p>	<p>T-1</p> <p>T-2</p>	<p>DG</p> <p>DU</p> <p>DR</p> <p>DP</p>

<p>consegue chegar até a metade da ladeira. O encanamento que faz ligação ao rio fica extremamente exposto e também sujeito à contaminação. Quem tem melhor condição financeira, cava um poço. Quem não, depende da boa vontade dos vizinhos e da força para carregar os pesados baldes de água e viver diariamente num contexto de completo racionamento do recurso. Hoje, o bairro é constituído por duas mil famílias que convivem com a escassez da água, desde a fundação. (...) “Por aqui, quem tem dinheiro chama um carro pipa. Quem não cava buracos, tenta puxar a água do rio, fica com sede. Não acho certo estarmos do lado do rio que abastece o restante da cidade, mas não abastece a gente” acrescenta. Assim como os moradores do Cassange, a comunidade de Nova Esperança se opõe a instalação das estações de tratamento de esgoto, porque acredita na contaminação das águas do Ipitanga por conta dos dejetos que essas unidades lançam na terra e conseqüentemente nas águas. (...) Fonte: Jornal A TARDE,26/12/2009, Caderno Especial Futuro da Água, p. 5.</p>		
Fatores que mantam um rio		
<p>Fundada em meados do século XVI, Salvador chega ao século XXI com praticamente todo o seu complexo hidrográfico em avançado estado de deterioração. Os rios da terceira maior cidade do país agonizam. Ao longo dos anos, foram transformados em canais de esgotos e confinados, na maior parte do seu trajeto, em galerias subterrâneas, como o rio das Tripas e o Lucaia. Dentro da capital, nenhum deles oferece condições de balneabilidade (banho, recreação ou atividades esportivas) ou psicossidade (pesca), muito menos de potabilidade. Para os soteropolitanos beberem água ou tomarem banho, por exemplo, o recurso tem que vir de longe, da Barragem de Pedra do Cavalo, na Bacia do Paraguaçu, localizada a mais de 100 quilômetros da capital baiana. Os especialistas são unânimes em afirmar que um dos principais pontos para essa situação de degradação dos rios foi o crescimento populacional desordenado e a ocupação informal da cidade. Se na década de 60, Salvador contava com 450 mil habitantes, quase cinco décadas depois, o número de pessoas multiplicou por seis e está batendo na casa dos três milhões. Muita gente para pouco espaço. Além de ser um produto histórico-cultural, o problema evidencia ainda a ausência de planejamento urbano e ações públicas voltadas para a manutenção dos recursos naturais da cidade. De acordo com a Embasa, até 1995, apenas 26% da capital da Bahia contava com rede de esgotamento sanitário. A primeira grande intervenção de ampliação veio com o já falecido programa Bahia Azul, projeto que deu início a implantação do sistema de esgotamento sanitário de Salvador e das cidades de grande porte do estado. Atualmente, a rede de esgotamento atinge 82% do município. As obras de saneamento fazem parte há pouco mais de dois anos do novo programa chamado Água para Todos. “Desde que foi ampliada a rede de esgotos, uma série de benefícios foi colocada no sentido de melhorar a qualidade de vida da população. Mesmo assim, é preciso salientar que a ocupação da cidade foi feita de forma desordenada em fundo de vales e encostas. O esgoto é coletado por gravidade, ou seja, a tubulação tem que passar por baixo da instalação sanitária. Se a casa está em lugar inadequado, às vezes bem próximo a um rio, não temos como fazer essa rede. Há lugares que não podemos fazer saneamento com rede de esgoto por falta de infraestrutura, não tem obras de drenagem, pavimentação. É preciso uma ação integrada junto com a prefeitura e Embasa para a resolução desse problema”, explica Júlio Mota superintendente de Meio Ambiente (...) “A prefeitura tem um papel importante que não está sendo feito, que é disciplinar o uso da ocupação do solo da cidade”. Sujeira – os rios de Salvador cortam a cidade no sentido oeste-leste. Ao passar, seja andando ou de carro às margens de grandes rios que correm a céu aberto, constata-se, além do aspecto de sujeira, um cheiro fétido. O maior deles, o Camurujipe, ou Camaragibe, percorre 14 quilômetros e é um dos exemplos da realidade dos rios soteropolitanos. Nasce na Boa Vista de São Caetano e deságua na praia do Costa Azul. Recebe afluentes da San Martin, IAPI, Barros Reis (rios das Tripas) e forma, um dos braços, o rio Lucaia. Por está localizado em uma área densamente povoada, cortando bairros como São Caetano, Campinas, Calabetão, Bom Juá, Retiro, Rótula do Abacaxi, Pernambuco, Stiep e Costa Azul, apresenta intensa poluição, causada, principalmente por despejos de esgotos residenciais de dezenas de favelas que existem nas margens. Fonte: Jornal A TARDE,26/12/2009, Caderno Especial Futuro da Água, p. 6.</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DU DP DG</p>

<p>Alguns exemplos de rios com problemas</p> <p>Quem observa atualmente o rio Camurujipe, não imagina que até a década de 70 ele já foi responsável pelo abastecimento de água da cidade, quando o último dos seus diques, o do Calabetão/Mata Escura, foi fechado. “O Camurujipe é o pior de todos. Ele passa pelo miolo da cidade, uma região com infraestrutura precária. Por que ainda não está despoluído? Existem trechos críticos que não conseguimos fazer saneamento. Apesar de termos aumentado a cobertura de esgotamento sanitário, é preciso uma grande obra na região, com casas que precisam ser desapropriadas, inclusive. Em alguns locais, a rede tem que passar por dentro da casa já que a população ocupou desordenadamente o solo”, diz Júlio Mota, superintendente de Meio Ambiente e Projetos do Instituto de Gestão das Águas e do Clima (INGÁ). Outro exemplo é o rio das Tripas, um dos braços do Camurujipe. Ele nasce na Barroquinha (subterrâneo, em galerias) e recebe águas de afluentes nas Sete Portas e Dois Leões, até encontrar o principal, no Largo Dois Leões. Recebe esgotos das encostas de Brotas, do IAPI e da Cidade Nova e corre a maior parte do trajeto em galerias subterrâneas, exalando mau cheiro nos trechos a céu aberto. Fonte: Jornal A TARDE,26/12/2009, Caderno Especial Futuro da Água, p. 7.</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DG DU DP</p>
<p>Lucaia – Já o Rio Vermelho, que dá nome ao bairro, conhecido também como Lucaia, é outro braço do rio Camurujipe, a partir do Iguatemi. Ele atravessa toda a Avenida Juracy Magalhães Júnior e deságua no mar. Antes chamava a atenção pela beleza das suas águas avermelhadas, cuja coloração se dava graças ao tipo do solo arenoso que constituía se dava graças ao tipo de arenoso que constituía o seu terreno. Atualmente, o rio foi transformado num grande canal a céu aberto. O resultado é que, além do mal cheiro, extremamente forte, representa uma das principais fontes de reclamação dos moradores, existe ainda a possibilidade de transmissão de doenças. O resultado é que, devido à deterioração da sua qualidade ambiental, por causa da ocupação irregular do espaço urbano, o abastecimento de água de Salvador vem de longe, da Barragem de Pedra do Cavallo. O lançamento de esgotos domésticos nos rios da cidade restringiu o uso para abastecimento. O contraditório é que na região chove cerca de 900 milímetros por ano, menos da metade do que em Salvador, onde o índice é de 2.100 milímetros. “Até 2003, a Embasa ainda utilizava uma parte da água em Pituaçu para abastecimento. A vazão chegava a 220 litros por segundo, diz Mota.</p> <p>Fonte: Jornal A TARDE,26/12/2009, Caderno Especial Futuro da Água, p. 7.</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DU DP DG</p>
<p>Ação indevida do homem - (...) os rios de Salvador encontram-se degradados desde suas nascentes, com leitos assoreados, zonas ribeirinhas desmatadas e ocupação indevida das suas margens e adjacências. A exceção fica por conta do rio do Cobre, que nasce em Coutos, na Lagoa da Paixão. Ele é o único, dos que existem na cidade, que ainda tem vida, mesmo assim com uma série de riscos por causa do processo de devastação da vegetação em suas margens, e, principalmente, dos esgotos lançados pelas invasões ao longo do trajeto de mais de dez quilômetros até a foz, na Enseada do Cabrito, já na Cidade Baixa. “Temos visto uma ação do homem extremamente acentuada nessa questão. Construção de casas nas margens dos rios, sem respeitar a distância mínima que a legislação determina para a mata ciliar (vegetação que acompanha os rios). Encontramos situações aqui em Salvador em que as pessoas coletam água do rio e, no mesmo local, um pouco mais adiante lançam esgoto”, explica. “Na Lagoa da Paixão, já foi observada uma grande quantidade de doenças como esquistossomose. As pessoas costumam beber água e tomar banho no local”. Pela necessidade de fazer a gestão dessas águas urbanas, este ano o instituto começou a fazer o monitoramento das águas em três rios urbanos. Até então, Salvador não contava com projetos de monitoramento sistemático das águas em três rios urbanos. Até então, Salvador não contava com projetos de monitoramento sistemático de suas águas. (...) existem alguns trabalhos mas nada continuado. “Em paralelo, também têm sido feitos estudos em parceria com a UFBA (Universidade Federal da Bahia) e a Embasa”, diz. Foram visitadas a represa da Cachoeirinha, no bairro do Saboeiro, a represa do Cascão,</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DP DG DR DU</p>

<p>localizada na área da reserva do 19º Batalhão de Caçadores do Exército e a represa de Pituvaçu, localizada no bairro de Pituvaçu, com a nascente na invasão próxima do condomínio Colina de Pituvaçu. “Das três, a que apresenta o melhor estado é a do Cascão, justamente por estar em uma área de preservação. No entanto, a sua nascente, que fica fora da reserva, já conta com invasões quase que dentro do curso d’água e, por isso, verifica-se alteração do meio ambiente pela ação do homem” (...) O mesmo processo acontece com outros dois rios. Sem proteção e com construções irregulares, recebem grande quantidade de lixo e esgotos domésticos. “Desde a nascente estão com problemas, com casas em cima dos córregos”, completa a analista. Fonte: Jornal A TARDE,26/12/2009, Caderno Especial Futuro da Água, p. 7.</p>		
<p>Saneamento - De acordo com a Embasa, em fevereiro deste ano foi iniciado, pelo governo do Estado, pelo projeto Água para Todos, o projeto de esgotamento sanitário com o objetivo de implementar 100% de ligações de esgoto na bacia do Alto Pituvaçu, que engloba o Rio Cascão e Rio Saboeiro, com 14.750 ligações intradomiciliares. A previsão de conclusão da obra é de 24 meses e o investimento é de R\$ 15, 1 milhões. O investimento em saneamento básico, com a retirada dos esgotos domésticos lançados in natura no rio, é a solução para a revitalização do corpo d’água. Com a despoluição e revitalização, no período de um ano, o órgão acredita que o rio irá se autorrecuperar. O rio Cascão, junto com o Saboeiro, formam o rio das Pedras, que corta a avenida Paralela na altura do Imbuí e desemboca na praia de Boca do Rio. Em meados dos anos 80, o rio chegou a ser fonte de sobrevivência para a população mais pobre da região, que pescava no local. Atualmente, o rio das Pedras apresenta alto índice de poluição, com mau cheiro e foco de doenças. Fonte: Jornal A TARDE,26/12/2009, Caderno Especial Futuro da Água, p. 7.</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DP DG DU</p>
<p>A polêmica de cobertura dos rios de Salvador</p> <p>Recentemente, o rio das Pedras virou foco e discussão e polêmica entre ambientalistas e órgãos do governo estadual e municipal, depois que a prefeitura decidiu fazer o revestimento e a cobertura em concreto para cobrir o rio na altura do bairro do Imbuí (de um quilômetro do rio) próximo à Rua Alberto Fiúza. Está prevista a construção de área de lazer, como pista de cooper, quadras poliesportivas e parque infantil sobre o canal. O mesmo projeto foi realizado no rio dos Seixos, que corta a avenida Centenário, da altura do Hospital Santo Amaro até o Shopping Barra. A cobertura do Rio das Pedras foi autorizada pelo INGÁ, em setembro, mas em caráter temporário, com remoção das placas superiores de forma gradativa, à medida que o rio for sendo despoluído. Assim que seja feita a retirada do lançamento de esgotos do rio, com a consequente melhoria da qualidade das águas, atingir a classe 3, estabelecida pela Resolução nº 357/05 do Conselho Nacional de Meio Ambiente (Conama), para o parâmetro coliformes fecais, o rio será descoberto. A Lei Estadual dos Recursos Hídricos (Lei 10. 432/06) determina que intervenções em leitos de rios sejam previamente autorizadas pelo órgão estatal. A outorga condiciona a implantação, por parte da Prefeitura, de programa de proteção e restauração de matas ciliares e nascentes nas bacias do Rio Casção e Saboeiro e de programa de educação ambiental nestas áreas e também na bacia do Baixo Pituvaçu, junto com a Embasa, e ainda o monitoramento da qualidade das águas da bacia do Rio das Pedras, com frequência trimestral, pelo período de 15 meses. “A cobertura além de esconder o problema, interfere no microclima. Do ponto de vista ambiental é um crime. O rio dos Seixos, por exemplo, já está despoluído. Ele hoje se encontra na classe 2, não há necessidade de cobertura. As cidades estão gastando fortunas para devolver os recursos hídricos aos cidadãos. Se cubro o rio ao invés de resolver o problema, estou escondendo o problema. Como se resolve isso? Com intervenção integrada. Tirando as pessoas das margens dos rios, fazendo infraestrutura. As pessoas não para esses lugares porque querem, mas são os espaços que sobraram na cidade. O poder público não pode ignorar isso porque depois vai ficar caro para todos os cidadãos”, argumenta Júlio Mota, superintendente de Meio Ambiente e Projetos do Ingá. “Os rios são como as veias do corpo humano. São indicadores da qualidade de vida da cidade. Se existem esgotos e lixo nos rios significa que as pessoas e os poderes públicos não estão cuidando bem dos recursos hídricos”.</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DU DG DP</p>

<p>Problemas – Duas questões ainda se colocam presentes quando se pensa nos rios do capital baiana, provocações ainda não solucionadas pelos órgãos públicos como manter a qualidade ambiental das bacias hidrográficas onde não há uma cultura de conservação e a educação ambiental ainda caminha de forma tímida, e como preservar a vegetação ribeirinha (matas ciliares) e implementar o reflorestamento quando há um déficit de moradia que obriga a população a ocupar áreas de mata ciliar e de rios. “Para recuperar tem que haver um trabalho conjunto sociedade, com todos aqueles que possam contribuir positivamente na questão, seja Estado, ONGs e comunidade. Tem que haver um trabalho de base de educação. Educar para que as pessoas entendam que se hoje o que foi um rio é um esgoto ele pode voltar a ser o que era. Se não tem condições de infraestrutura, é preciso se buscar alternativas viáveis para a sociedade”, diz Hérica Coelho, analista ambiental do Ingá. Fonte: Jornal A TARDE, 26/12/2009, Caderno Especial Futuro da Água, p. 7.</p>		
<p>IMA apura problemas ambientais em Salvador</p> <p>Dois problemas ambientais que atingem Salvador nos últimos dias estão sendo avaliados pelo Instituto do Meio Ambiente (IMA). Um deles foi a morte de centenas de peixes da espécie tilápia nas últimas duas semanas por falta de oxigênio nas águas do Dique do Alto do Cabrito, subúrbio ferroviário. “As baronessas (plantas aquáticas) cobrem toda extensão do dique, que recebe despejos de esgoto. O resultado é este fedor de peixe estragado”, declara o presidente da associação de moradores, Antônio Carlos Ferreira, sobre a situação do dique. Uma equipe do IMA constatou que o nível de oxigenação da água era zero. Amostras foram recolhidas, mas os resultados só devem ser conhecidos em 15 dias, segundo a diretora-geral do IMA, Beth Wagner. (...) Fonte: Jornal A TARDE, 29/12/2009, Salvador e Região Metropolitana, p. A7.</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DG DU</p>
<p>2010</p>		
<p>Moradores do Monte Serrat reclama da falta de água</p> <p>Valda Santos reclama da falta de água na Rua Rio Paraguaçu, em Monte Serrat, e do valor da conta, que continua o mesmo de quando havia água constantemente. Valda diz que nem os carros-pipa chegam ao bairro. Embasa: O órgão informa que, nesta localidade, o abastecimento de água é prejudicado pela topografia elevada da área, o que pode causar irregularidades. A Embasa recomenda o uso de reservatórios. Os carros-pipa, por sua vez, podem ser solicitados pelo telefone 0800-0555-195. Fonte: Jornal A TARDE, 02/01/2010, Caderno Opinião, p.A6.</p>	<p>T-1</p>	<p>DU DCC</p>
<p>Obra no Rio das Pedras deixa moradores da Boca do Rio apreensivos</p> <p>Ao sinal de precipitação - e nos próximos cinco dias a chance é de 80% - o medo toma conta de quem mora próximo ao Rio das Pedras, no Boca do Rio. Lá, por conta da obra do Canal do Imbuí, o rio foi reduzido de 20 metros de largura para cinco metros. Com isso, a vazão das águas diminui, o que pode, segundo os moradores, colocar em riscos as casas onde residem. Jayro Freitas, que mora no local há 20 anos, conta que com a vazão normal do rio as ruas já eram tomadas pelas águas quando chove forte. “Imagine agora com esse estreitamento? Tudo deve piorar e quem vai sofrer são os moradores” queixa-se ele, que denunciou a situação à Defesa Civil em dezembro de 2009. “Ainda não tive nenhuma resposta do órgão”, conta o morador. O medo de enchente aumentou mais depois do alagamento que ocorreu no Imbuí, no último dia 3, quando ruas foram invadidas pelas águas do rio. “A empresa responsável pela obra colocou uma quantidade grande de “terra dentro do rio para obstruir a passagem da água, não dando possibilidade de desobstruir o canal para as águas passarem” denuncia ele. A reportagem de A TARDE entrou em contato com a assessoria de comunicação da Secretaria de Transportes e Infraestrutura (Setin), que, até o fechamento da edição, não se posicionou. O alagamento no Imbuí aconteceu na fase de finalização da obra naquele trecho. Em nota, a Setin confirma que o transbordamento foi ocasionado “por causa dos materiais que tiveram de ser depositados dentro do canal”. Fonte: Jornal A TARDE, 05/01/2010, Caderno Região Metropolitana, A8.</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DG DU DP</p>

<p>Hospital Geral possui córrego com óleo e seringas</p> <p>Óleo de máquinas e seringas descartáveis estão cobrindo um córrego, atrás do Hospital Geral do Estado (HGE). O canal, rodeado por mato, se origina no fundo do HGE, onde funciona o reservatório de lixo do hospital. O canal poluído, que desce até a Av. Vasco da Gama, passa próximo a residências, colocando em risco a saúde de moradores. Os dejetos hospitalares estão imersos no córrego. Rafael Gonçalves, diretor do Projeto do Bem, entidade beneficente que funciona em edifício próximo à instituição de saúde, conta que o lixo hospitalar foi descoberto quando estava sendo reformada a quadra de esportes do projeto. “Quando percebemos um acúmulo excessivo de água na quadra, que funciona sobre o córrego, fomos averiguar. Descobrimos que este estava repleto de lixo no hospital”, conta. Conforme Zazau Matos, que também dirige a instituição próxima ao HGE, o lixo vem do hospital e é jogado dentro do córrego, o “que é uma agressão ao meio ambiente”, aponta. Para o denunciante, além do descaso com a preservação ambiental, há, ainda, a preocupação com a saúde pública, que fica ameaçada diante do perigo de que as pessoas se contaminem por consequência do lixo exposto e da proliferação de insetos e doenças que eles venham a transmitir. Matos acrescenta que o problema ocorre há mais de quatro anos e o hospital ainda não resolveu o caso. Rafael Gonçalves, do Projeto diz que procurou a direção do hospital, mas não conseguiu ser atendido. Lavanderia: O diretor da gestão da rede própria da Secretaria de Saúde do Estado, Renan Araújo, informa que o óleo encontrado pode ter sido jogado no córrego devido a um antigo sistema de lavanderia que está em uma fase de mudança: “Estamos implantando um novo sistema com a Bahia Gás para resolver o vazamento de óleo que eventualmente pode ter ocorrido”. Quanto às seringas, ele diz que será feita investigação para apurar o caso, pois existe um sistema de coleta que é feita “essencialmente para recolher e tratar devidamente todo o lixo gerado pelo hospital público”. Fonte: Jornal A TARDE, 14/01/2010, Caderno Região Metropolitana, B3.</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DG DU DP</p>
<p>Leitora reclama de falta de água em Gameleira</p> <p>Valdete Ribeiro diz que na região de Gameleira, na Ilha de Itaparica, está sem água há quatro dias e a Empresa Baiana de Águas e Saneamento (Embasa) não atende aos telefonemas. Embasa: A Embasa informou que, na última terça-feira (12), o fornecimento de água foi interrompido na região para manutenção na rede distribuidora, e que o abastecimento será gradativamente regularizado. A empresa disse ainda que não consta em seus registros nenhum problema referente ao tele atendimento pelo 0800. Fonte: Jornal A TARDE, 15/01/2010, Caderno Opinião, A10.</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DP DU DG</p>
<p>Polo Petroquímico é modelo: Mais de 33 milhões de metros cúbicos das indústrias são tratadas anualmente</p> <p>Um dos maiores desafios ambientais dos tempos modernos é o tratamento e disposição correta dos efluentes gerados pela atividade humana no ambiente doméstico e no setor industrial. Pressionadas por uma legislação bem mais rígida, que exige a adequação a normas ambientais específicas, as indústrias brasileiras estão fazendo o dever de casa e investindo em operações próprias ou contratando empresas para o tratamento de efluentes. Na Bahia, um bom exemplo é o Polo Petroquímico de Camaçari. No local, a Cetrel atende algo em torno de 65 empresas. “Em média tratamos 3800 metros cúbicos por fora, o que dá um volume anual de cerca de 33.300.000 metros cúbicos por ano” afirma o gerente de operações, Sérgio Tomich. Com mais de 30 anos de atuação, a empresa é responsável pelo tratamento e disposição final dos efluentes e resíduos industriais, bem como pelo monitoramento ambiental do complexo industrial e de toda a sua área de influência. “Os efluentes provenientes das indústrias e dos municípios de Camaçari e Dias D’Ávila são lançados na rede de coleta destes efluentes, onde os mesmos se misturam e são dirigidos à nossa central de tratamento” explica o responsável Tomich. (...) O principal dano ambiental provocado pelo descarte de efluentes sem tratamento e em locais inadequados é a contaminação de solos, águas</p>	<p>T-1</p>	<p>DP DU</p>

<p>subterrâneas, rios e lagos. Estes danos causam problemas à saúde, elevando os custos com o tratamento de água a ser distribuída à população. O grande impacto ao meio ambiente hoje no Brasil se dá por contaminação proveniente dos esgotos dos centros urbanos. ” Com relação às indústrias, diria que esta questão está bem equacionada, pois as mesmas são obrigadas a cumprir as condicionantes estabelecidas em suas licenças de implantação/operação”, avalia o gerente de operação da Cetrel, Sérgio Tomich. Segundo especialistas ambientais, embora apenas 0,1% do esgoto de origem doméstica ser constituído de impurezas de natureza física, química e biológica, e o restante seja água, o contato com esses efluentes e a sua ingestão são responsáveis por cerca de 80% das doenças e 65% das internações hospitalares. (...). Fonte: Jornal A TARDE, 16/01/2010, Caderno Sustentabilidade, p. 7.</p>		
<p>Leitor reclama de falta de água em Pernambuco</p> <p>Robson da Silva Magalhães diz que constantemente falta água encanada no bairro de Pernambuco, onde reside. Ele conta que chega a ficar três dias sem água e já tentou resolver o problema com a Empresa de Águas e Saneamento (Embasa), mas ainda não conseguiu saber nem o motivo do problema. Fonte: Jornal A TARDE, 26/01/2010, Caderno Serviços, A8.</p>	<p>T-1</p>	<p>DU DG</p>
<p>Morador chega a ficar três dias sem água encanada</p> <p>O leitor Robson da Silva Magalhães reclama da constante falta de água encanada, na Rua Macarani, em Pernambuco, onde a água chega a faltar três dias seguidos. Magalhães diz que já tentou resolver o problema junto à Empresa Baiana de Águas e Saneamento (Embasa), mas ainda não conseguiu saber nem o motivo do problema. Embasa: A Embasa informa que o fornecimento de água, na Rua Macarani, em Pernambuco, já está normalizado. A irregularidade foi decorrente de manutenção na rede distribuidora. Fonte: Jornal A TARDE, 27/01/2010, Caderno Serviços, A8.</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DU DG</p>
<p>Lagoas de Dias d'Ávila: Continua sendo despejado até a data de hoje, todo o esgoto público das casas da Nova Dias d'Ávila nas lagoas daquele bairro. A água da lagoa já está poluída e suja. Muitos banhistas e pescadores ainda frequentam o lugar e nenhuma placa indicando que aquelas águas são impróprias para saúde foi colocado no lugar. A referida margem da lagoa poderia ser aproveitada para o turismo da cidade, para lazer e até mesmo para cultura. (Jornal Dias d'Ávila Acontece, Dias d'Ávila, ano II, n. 14, p. 6, fev. 2010).</p>	<p>T-1 T-2 T-3</p>	<p>DG DU DR DP</p>
<p>Esgoto para Nova Dias d'Ávila: Se espera ainda para este ano, talvez antes do final do primeiro semestre, a construção e a implantação da rede de esgoto da Nova Dias d'Ávila. É de conhecimento que todo o esgoto doméstico do bairro Nova Dias d'Ávila é despejado nas lagoas locais. O bairro tem uma boa estrutura para o esgoto, embora não tenha como direcionar o esgoto daquele bairro para a estação de tratamento da cidade. O que se espera é que esse direcionamento seja feito até a estação de tratamento ou que, o próprio bairro tenha sua subestação de tratamento do esgoto. Enquanto isso, com este calor, pessoas continuam banhando nas águas poluídas das nossas lagoas sem nenhum conhecimento de que estão nadando e se refrescando no meio de um enorme “bosteiro”. (Jornal Dias d'Ávila Acontece, Dias d'Ávila, ano II, n. 15, p. 3, mar. 2010).</p>	<p>T-1 T-2 T-3</p>	<p>DG DU DR DP</p>
<p>Lagoa Poluída: Pescadores e pessoas desavisadas continuam banhando e pescando naquelas águas alheia a sujeira que a sua beleza esconde. Não bastasse a situação do Rio Imbassay como exemplo – um rio que fez com a cidade fosse conhecida por todo Brasil, agora estamos poluindo as águas que fazem o nome da água mineral de Dias d'Ávila. Até quando isso vai continuar? Nem as nossas autoridades sabem, pois</p>	<p>T-1 T-2 T-3</p>	<p>DG DU DR</p>

ninguém anda fazendo nada.” (Jornal Dias d’Ávila Acontece, Dias d’Ávila, ano II, n. 20, p. 1, ago. 2010).		
<p>“Lagoa Poluída”: O esgoto do bairro de Nova Dias d’Ávila e do Bosque continua desaguando na lagoa e consecutivamente poluindo suas águas. A lagoa que deveria está sendo um cartão de visita para a cidade está na realidade poluída e muito longe da beleza que deveria ter. A vegetação típica denuncia a poluição que já toma conta de quase 40% da lagoa. Com a chegada do verão, pernilongos e muriçocas encherão a cidade, principalmente os bairros mais próximos a lagoa, e o perigo da dengue voltará a assustar. Não obstante, várias pessoas ainda pescam e nadam naquelas águas, arriscando sua saúde, pois não existe nenhuma placa indicando que a lagoa está imprópria para banhos e pesca. (Jornal Dias d’Ávila Acontece, ano III, n. 22, p. 4, out. 2010, p. 4).</p>	<p>T-1 T-2 T-3</p>	<p>DG DU DR DP</p>
<p>Incêndio destrói 600 hectares de mata atlântica na Ilha de Itaparica</p> <p>Um incêndio supostamente criminoso que começou na tarde de quinta-feira (17) destruiu cerca de 600 hectares da mata atlântica, o que equivale a 600 campos de futebol, da histórica Lagoa Grande, localizada entre Barra do Gil e a contracosta da ilha de Itaparica (a 285 km de Salvador). O incêndio foi controlado por volta das 10 horas da manhã de ontem, mas não debelado, pois o fogo continua queimando a vegetação. (...) História: A Lagoa Grande possui área de manguezal e uma biodiversidade ainda preservada. Segundo o fotógrafo e ambientalista, Luís Pereira, na Lagoa Grande ainda existem as ruínas da primeira igreja da Ilha de Itaparica, de Nosso Senhor da Vera Cruz, onde se desenvolveu o primeiro núcleo habitacional da região. “A lagoa alimenta todo o lençol freático da ilha. Foi nela que funcionou a primeira máquina a vapor de moer cana. Ela é uma fonte de água mineral”, contou. Perto da lagoa há várias fazendas e a comunidade da Joeirana, onde moram duas mil pessoas. “Faremos levantamento dos prejuízos ao meio ambiente e vamos autuar os responsáveis”, garantiu Simone Alcântara, fiscal do Instituto do Meio Ambiente (IMA). Fonte: Jornal A TARDE, 19/02/2010, Caderno Bahia, p.</p>	<p>T-2</p>	<p>DG</p>
<p>Água jogada fora em avenida da Pituba</p> <p>“Economize água. O futuro das próximas gerações depende de uma atitude racional de todos em relação aos recursos naturais.” A mensagem foi ouvida dezenas de vezes no fim de semana por moradores da Avenida Paulo VI, na Pituba, tocada enquanto aguardavam atendimento da central telefônica (0800 0555 195) da Embasa. Ironicamente, a queixa deles era respeito de um vazamento de água limpa que jorrava na via desde a última quinta-feira. “Fazem tanta campanha sobre racionamento de água e deixem esse desperdício acontecer. Não sei se é devido ao vazamento, mas a água aqui em casa está ficando fraca de vez em quando desde que isso começou”, disse a reclamante. Segundo a mulher, de prenome Carmem, até ontem à trade quase todos os moradores já haviam ligado solicitando a presença da equipe técnica da Embasa para resolver o problema do vazamento, que se prolongava por mais de 72 horas. Chamado: A TARDE também ligou para a Embasa ontem, pelo 0800. Uma atendente respondeu que nenhuma solicitação para a região tinha sido feita até o momento. Poucos minutos depois, a reportagem entrou novamente em contato e passou o número de protocolo aberto na quinta-feira pelos moradores. Desta vez, outra atendente comunicou que “a equipe de plantão seguia uma ordem de prioridade no atendimento dos chamados”. Mas, a funcionária garantiu que iria fazer uma cobrança para agilizar o processo. Após o contato de A TARDE com a empresa, Carmem disse que os técnicos apareceram no local e verificaram que o vazamento estava bastante profundo, e que seria preciso cortar a água para realizar o serviço. “Depois disso foram embora. Disseram que teriam que fechar a água para fazer o conserto, mas não disseram quando vai ser feito” contou Carmem. Fonte: Jornal A TARDE, 22/02/2010, Caderno Região Metropolitana, A9.</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DG DU DP</p>

<p>Água escassa em muitos bairros de Salvador</p> <p>Verão, sessão térmica de quase 40 graus. Para refrescar, banho gelado, beber muita água, lavar as mãos e o rosto na hora em que sentir vontade. Mas essa rotina não é para todos: o aumento de consumo de água nesta estação do ano, e o débito de investimentos em anos anteriores no setor de abastecimento da cidade, têm deixado moradores de alguns bairros populares completamente sem água. Esse é o caso, por exemplo, de quem mora nas redondezas das ruas Antônio Carlos Magalhães e Alves Carvalho Silva, em Pau da Lima. Entre becos e vielas, são mais de três semanas sem água em qualquer hora do dia. “Eu acordo 5 da manhã e abro a torneira para ver se tem água. Só cai as gotinhas; consigo encher de água para beber e botar na geladeira”, conta Ivanir Nunes Ferreira, 34 anos, que mora com sete parentes na residência. Se depender do que sai das torneiras, banho, casa limpa e roupa lavada, nem pensar. ” Estou esperando a água chegar para lavar as roupas sujas de semanas”, acrescenta Ivanir. É preciso contar com a solidariedade de poucos vizinhos que ainda tem tanques abastecidos pela Embasa. Diariamente, antes do sol nascer, Edna de Oliveira, 43, pega dois baldes, garrafas de refrigerante e panelas e vai ao tanque da vizinha Jacira enchê-los” A gente vive assim sempre. Este mês, se não fosse o tanque de Jacira, muita gente que teria que comprar água todo dia. E não temos dinheiro para isso”, desabafa Edna. O vizinho dela, Diego Fernandes, 23, consegue ter bom humor diante da situação: “Isso me lembra da época em que eu ia para casa de minha avó no interior. Aqui tomar banho de chuveiro é sorte”. Na mesma localidade, o comerciante Vivaldo Casaes da Purificação, o Seu Vadinho, também está com o tanque vazio, mas paga as contas da Embasa que chegam a sua residência. A última, vencida dia 26 de janeiro, foi no valor de R\$11,90. De acordo com a Embasa, o valor se refere à tarifa mínima cobrada pelo órgão para a categoria residencial. “As contas chegam e eu tenho que pagar, né? Não posso é ficar com o nome sujo”, relata Seu Vadinho. Questionado se o problema é recente, ele denuncia: “Desde que eu moro aqui, esse problema sempre aconteceu. Passamos semanas com água e outras sem”. Para piorar a situação, na localidade não existe rede de esgoto, o que faz com que os moradores despejem dejetos no chão. Segundo o diretor de operação da Embasa, Eduardo Araújo, a empresa tem dificuldade em abastecer regiões da cidade que cresceram desordenadamente e que tem tubulações antigas. “São tubulações incrustadas, subdimensionadas, que não deram conta do crescimento desordenado e do consumo”, informa Araújo. O Bomfim é uma dessas regiões. O administrador Marcelo Ricardo Santana, 31, morador da Rua Rio São Francisco, conta que a partir das 18 horas a família dele enche o tanque reserva da casa já esperando que no dia seguinte, às 8 horas da manhã, o abastecimento seja encerrado. “Isso é diariamente. Todas as casas aqui, precisam ter um tanque reserva”, conta. O diretor de Operações explica que ainda que a Embasa precisa fazer manobras operacionais, o que justificaria a falta de água em localidades como Bonfim, Pau da Lima, e Liberdade, por exemplo. “Quando temos dificuldade de determinada área, restringimos uma outra área que teve facilidade”, diz Eduardo Araújo. Os sem-água: O problema se estende ainda a bairros como Liberdade, Vila Canária, Curuzu, Rua da Glória, em Periperi, na localidade Vilela, em Boa Viagem e no final da Rua Alberto Fiúza, no Imbuí. Lá, o morador armando Santos revela que houve dias em que a água faltou pela manhã e só chegou no dia seguinte. Fonte: Jornal A TARDE, 24/02/2010, Caderno Região Metropolitana, A9.</p>	<p>T-1</p> <p>T-2</p>	<p>DG</p> <p>DU</p> <p>DP</p>
<p>Embasa aposta em novas obras para amenizar o problema</p> <p>O diretor de operações da Embasa, Eduardo Araújo, reconhece que nessa época do ano há bairros que ficam sem abastecimento. “Quando chega o verão, o consumo aumenta muito, e nos deparamos com mais dificuldades para abastecer regiões onde é mais difícil de chegar água”, diz Araújo. No entanto, ele acredita que o problema de abastecimento será parcialmente resolvido após as obras que estão sendo realizadas com recursos do Programa de Aceleração de Crescimento (PAC), da ordem de R\$112 milhões. “Essa situação não deve persistir e o governo está tomando providências. Várias obras estão sendo realizadas em Salvador”, diz. Araújo cita as obras na Cidade Baixa, com a modificação da tubulação – que estaria com 70% já concluído –, a ampliação do sistema de abastecimento, a implantação de adutora para enviar água da Barragem Joanes II para a estação de tratamento principal (ETA), em Candeias. O último grande investimento realizado no sistema de água de Salvador foi na década de 80: a represa Pedra do Cavallo, responsável pelo abastecimento de Lauro de Freitas, Simões Filho e parte da capital baiana”, pontua Araújo. Ele diz ainda que 60% do</p>	<p>T-1</p>	<p>DG</p> <p>DU</p> <p>DP</p>

abastecimento da Cidade é feita por Pedra do Cavalo, e outros 40% pelos rios Joanes e Ipiranga, que passam pelas estações de tratamento de Candeias (Menino de Jesus), e Boca do Rio (Bolandeira). Fonte: Jornal A TARDE, 24/02/2010, Caderno Região Metropolitana, A9.		

<p>Ingá divulga hoje parecer sobre obras no Imbuí</p> <p>Hoje, o Instituto de Gestão das Águas e Clima (Ingá), vinculado à Secretaria do Meio Ambiente do Estado (Sema), deve divulgar o parecer sobre os esclarecimentos prestados pela prefeitura sobre os esclarecimentos pela prefeitura sobre a cobertura do Rio das Pedras (Rio Cascão), no Imbuí. Ontem, encerrou o prazo dado pela autarquia à Superintendência de Conservação e Obras Públicas do Salvador (Sucop), para dar explicações sobre a possibilidade de remoção do concreto utilizado na cobertura e construção de quiosques e a instalação de estruturas que irão auxiliar na revitalização do curso d'água. A solicitação foi feita após visita de técnicos do Ingá no canteiro de obras. Na ocasião foi constatada a “colocação de lajes de concreto pré moldado no lugar das placas e estruturas em alvenarias de blocos de concreto para as jardineiras; e quiosques no lugar dos equipamentos removíveis”. De acordo com o coordenador de Outorga do Ingá, Gustavo Penedo, a Sucop tem que provar que as estruturas do concreto são removíveis, quando e como serão instalados os cinco exaustores eólicos e dispositivos que permitirão a troca de ar do meio aquático com a atmosfera. Também deve ser revelado onde serão colocadas as dez placas translúcidas para possibilitar os processos químicos estimulados pela luz solar entre outras determinações. Enquanto concluía a documentação entregue na TARDE de ontem, o engenheiro Luciano Valladares, presidente da Sucop, afirmou que as placas de concreto foram montadas sobre vigas. “Colocamos uma emenda de concreto nas extremidades que é facilmente recortada e as placas ficam soltas. As vigas também podem ser retiradas e todo material pode ser reutilizado”, explicou. Ele disse ainda que os exaustores e as placas de policarbonato ou vidro duplo estão previstos. O motivo da exigência se baseia na resolução 357/05 do Conama que prevê a retirada da cobertura do rio quando o mesmo atingir a qualidade ideal. Com esta determinação, questiona-se o objetivo da obra – com orçamento de R\$57.465.244,49, já que tudo pode ser desfeito. Na defesa da obra, Valladares argumenta que era preciso mudar o visual do local e eliminar transtornos como odor fétido e proliferação de muriçocas. “Mesmo com tratamento, esse rio não se recupera em 50 anos. Porque os moradores do Imbuí teriam que sofrer este tempo todo? Sem contar o custo que gira em torno de R\$5 bilhões, que a prefeitura não tem”, disse. Já o presidente do Grupo de Defesa e Promoção Socioambiental, Marcell Moraes, afirma que 10 anos seriam suficientes para a revitalização do Rio das Pedras. Fonte: Jornal A TARDE, 25/02/2010, Caderno Região Metropolitana, A9.</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DG DU DCC DP</p>
<p>Placas sobre o rio serão avaliadas em reunião</p> <p>O Instituto de Gestão das Águas e Clima (Ingá) admitiu, ontem pela manhã, que não pretendia ordenar o embargo das obras do canal do Imbuí e a demolição dos quiosques construídos sobre ele. Segundo o diretor-geral do Ingá, Júlio Rocha, os técnicos se atrapalharam e preencheram um formulário de advertência, quando deveriam ter preenchido um formulário de embargo. Rocha explicou que a advertência foi emitida após a Superintendência da Conservação e Obras Públicas do Salvador (Sucop) não ter dado justificativa convincente, na última terça-feira, para as irregularidades encontradas por técnicos do Ingá em vistoria realizada no último dia três de fevereiro. Na ocasião, o Ingá solicitou à Sucop que comprovasse o caráter removível do concreto utilizado na cobertura do rio, além de apontar quais trechos teriam placas transparentes e estruturas que permitissem a revitalização do rio Cascão ou rio das Pedras, como é chamado. As determinações foram acordadas em reunião entre os envolvidos no início do ano. As duas decisões contrárias do Ingá no mesmo dia levantaram especulações, de que o governo estaria evitando desavenças com a prefeitura. No entanto, o assessor de imprensa do governador, Ernesto Marques, afirmou que não houve intervenção de Jaques Wagner para que o Ingá voltasse atrás e reafirmou o erro dos técnicos do instituto. Segundo ele, o prefeito e o governador estabeleceram uma parceria no que se refere às obras na cidade e estão trabalhando juntos em prol da sociedade. (...) Crea: O presidente do Grupo Ambientalista da Bahia, Renato Cunha, apoia o embargo da obra até que o Ingá tivesse certeza de que as placas que tapam o Rio das Pedras são removíveis e permitam a entrada de luz. Segundo ele, a obra não vai solucionar os problemas de inundações e muriçocas no bairro do Imbuí. “Ratos e outros insetos vão viver e se proliferar ali dentro e vão sair pelos bueiros e por onde tiverem uma brecha. Tapar o rio não imuniza o problema ambiental e a saúde pública”, continua. Com as</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DG DU</p>

<p>fortes chuvas que costumam cair em Salvador, Cunha acredita que a nascente do rio vai se tornar uma barragem, o que ocasionará inundações também na parte que está tapada. Para o ambientalista, a prefeitura precisa rever a estratégia de fechar os rios da cidade como forma de urbanização e investir na despoluição deles, o que iria melhorar a qualidade das praias de Salvador, diz. (...) Fonte: Jornal A TARDE, 27/02/2010, Caderno Região Metropolitana, A7.</p>		
<p>Fornecimento em bairros do Centro deve normalizar hoje</p> <p>O fornecimento de água em bairros da área central de Salvador deverá ser normalizado gradativamente até a meia-noite de hoje, após reparos no tubo distribuidor ligado a adutora na Rua Cristiano Buys (antiga Ladeira do Cabula) que rompeu por volta das 11 horas de ontem. Segundo a Empresa Baiana de Água e Saneamento S.A (embasa), bairros como Saúde, Barbalho, Pau Miúdo e Cidade Nova estão sem o abastecimento porque a tubulação foi atingida por retroescavadeira que trabalhava na construção de drenagem de esgoto em obra da Via Expressa Baía de Todos-os-Santos. O acidente provocou um grande alagamento no início da BR-324 (em trecho do Acesso Norte), o que dificultou o trânsito na manhã de ontem. Pelo menos duas faixas da via foram ocupadas pela água. De acordo com a Embasa, a previsão era que técnicos de manutenção da empresa concluíssem o reparo da canalização até a meia-noite de ontem, quando, então, se daria início ao reabastecimento gradativo dos locais afetados. Na Cidade Nova, os irmãos Mateus Souza, de 18 anos, e Fátima dos Santos, 31, que não têm reservatório em casa, tiveram que dar várias viagens com um balde para buscar água numa pedreira distante 40 minutos de casa. “Se deixar pra chegar na segunda, não sei o que vai ser da gente. Sorte que temos essa bica”, disse a moradora. Fonte: Jornal A TARDE, 27/02/2010, Caderno Região Metropolitana, A8.</p>	<p>T-1</p>	<p>DU DG DP</p>
<p>Saiba os melhores locais para banho e pesca na RMS</p> <p>O banho e a pesca nas águas dos rios Capivara, Jacuípe, Joanes, Imbassaí e Sauípe e na Barragem Santa Helena, todos na Região Metropolitana de Pituvaçu, foram recomendados, conforme os resultados da 4ª campanha do Programa Monitora, realizada em outubro de 2009 (...). No verão, a ação da poluição tende a se intensificar, uma vez que o volume de chuvas é menor e os poluentes ficam mais concentrados. Por isso, conhecer quais trechos dos rios são recomendados para o banho e pesca pode evitar futuros problemas de saúde relacionados aos dejetos que são despejados nestas águas. Foram recolhidas e analisadas amostras de água durante os dois últimos anos, considerando o índice de Qualidade (IQA), entre outros. Por meio do IQA, é possível avaliar de forma ampla a qualidade de cada trecho, sobretudo, no que se refere às condições para manutenção da vida aquática e de coliformes, que podem trazer danos à saúde humana. Esgotos: De acordo com a técnica da comissão de monitoramento do Ingá, Maura Pezzato, os dejetos de esgotos sanitários estão entre as principais causas de contaminação das águas dos rios. “Muitas de nossas cidades são construídas sem um planejamento e os esgotos das residências acabam sendo despejados nos rios. As pessoas precisam atentar para os riscos dessa prática e atuar e modo a evitar a contaminação. A construção de fossas é uma alternativa para esse problema”, explica Pezzato. Além dos dejetos sanitários, os materiais oriundos da construção de empreendimentos imobiliários e a água utilizada e descartada por indústrias nos rios também são responsáveis por deixar as águas impróprias para o uso. “As indústrias precisam tratar as águas que utilizam antes de jogá-las nos rios”, pontua a integrante da comissão de monitoramento do programa. Lançado em 2007 pelo governo do Estado, o programa monitora a qualidade das águas dos 100 maiores rios do Estado nas 26 regiões de Planejamento e Gestão das Águas da Bahia. O Monitora é executado pelo Ingá em parceria com a Federação das Indústrias do Estado da Bahia (Fieb). Conheça os trechos dos rios indicados para banho e pesca: Barragem Santa Helena: O trecho recomendado fica na ponte de acesso ao distrito de Nova Dias D’Ávila, para o lado de cima do Pólo Industrial Petroquímico, no município de Camaçari; Rio Capivara Grande: Ponte sob a BA-099, no trecho da Estrada do Coco, próximo a Aldeia Hippie, na primeira ponte depois do acesso ao distrito de Areembepe, em Camaçari; Rio Jacuípe: Trecho sob a ponte da BA-505, SENTIDO Itanagra; Rio</p>	<p>T-1 T-2 T-3</p>	<p>DR DP DU DCC DG</p>

<p>Joanes: Trecho da estrada de terra que liga os municípios de Simões Filho e Camaçari, a partir da BA-093; Rio Imbassaí: No trecho da ponte sob a BA-099, 16 km depois do acesso à vila de Praia do Forte e também nas proximidades da Pousada Vila Imbassaí e o Bar Beira Rio, no município de Mata de São João. Rio Sauípe: Sob a ponte da BA-099, nas proximidades do acesso à localidade de Sauípe de Dentro, em Mata de São João. Fonte: Jornal A TARDE, 07/03/2010, Caderno Serviços, p. A6.</p>		
<p>15 mil pessoas em Ilha de Maré vivem sem serviços básicos como a saúde e esgoto</p> <p>Se por um lado a Ilha de Maré é admirada pela riqueza natural, por outro carece de investimentos urgentes em serviços públicos básicos. Na região que pertence a Salvador, como relatam os nativos, falta de tudo, (...) Problemas locais: Praia Grande: O esgoto é lançado no mar; a iluminação pública é precária; falta de água; não existe policiamento; terminal marítimo ainda em construção; posto de saúde sem médico; Santana: O esgoto é jogado no mar; falta de água; não existe policiamento; terminal marítimo ainda está em construção; sem atendimento médico. Praia de Itamoabo: Parte dos dejetos é jogado no mar; a água falta com frequência; sem policiamento; embarque e desembarque no mar; sem posto de saúde; Praia das neves: a iluminação pública é precária; falta de água; não existe policiamento; sem terminal marítimo e atendimento médico; Botelho: O esgoto é lançado no mar; falta de água com frequência; não existe segurança; sem posto de saúde; Bananeira: O esgoto é lançado no mar; falta de água; sem posicionamento e posto de saúde; não existe terminal marítimo; Porto dos Cavalos: O esgoto é lançado no mar; a iluminação pública ruim; falta de água, segurança e posto de saúde. Fonte: Jornal A TARDE, 08/03/201, Caderno Região Metropolitana, A4.</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DU DG</p>
<p>Quando leio em A TARDE que os órgãos de defesa do meio ambiente querem paralisar as obras do canal do Imbuí, fico estarrecido. Não que eu seja contra eles, mas o que vejo é a imensa cara-de-pau desse pessoal, que nunca falou em despoluir o Rio das Pedras, com muitos insetos e odor horrível, e só agora posa de bom-moço para defender a natureza. A propósito, por que não tomam providência para despoluir a lagoa do Exército que está podre. Fonte: Jornal A TARDE, 12/03/2010, Caderno Opinião A2.</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DG DU</p>
<p>Fazenda Cassange está sem água há 60 dias</p> <p>A leitora Leda Cristiane diz que o bairro Cassange está há cerca de 60 dias sem água. Ela conta que reclama à Empresa Baiana de Águas e Saneamento (Embasa) constantemente, e nada é feito. Embasa: A Embasa informa que em parceria com a Secretaria de Desenvolvimento Urbano da Bahia, vai iniciar ainda neste semestre as obras do sistema de abastecimento de água e esgoto para atender 14 localidades da Fazenda Cassange. Enquanto não são concluídas, o abastecimento é feito por carros-pipa quatro vezes por semana. Fone: A TARDE, 15/03/2010, Caderno Serviços, A6.</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DG DU DP</p>
<p>Sem título</p> <p>A Embasa usa o slogan “água para todos” como se o abastecimento de Salvador e região metropolitana atendessem a todos os consumidores, o que não acontece, principalmente nos meses mais quentes. E a velha justificativa de governos anteriores se repete, responsabilizando o verão pela falta e ou escassez de água tanto na periferia como em áreas consideradas nobres como Vilas do Atlântico, Busca Vida e outras. Fonte: A TARDE, 16/03/2010, Caderno Opinião, A2.</p>	<p>T-1</p>	<p>DG DU DP</p>

<p>Falta água há quase três meses em Valéria</p> <p>Moradores de pelo menos sete bairros de Salvador sofrem com a falta de água nos últimos três dias. Em alguns locais, o abastecimento começou a falhar na última quinta-feira, 11, e o problema persistia até ontem. Em outros, reclama a população, há até três meses não cai uma gota na torneira. É o caso da Rua Luzimar, no bairro de Valéria. Segundo a dona de casa Liliane de Jesus Santos, 35 anos, desde dezembro de que os moradores da rua não contam com o abastecimento regular de água. “Na minha casa e dos vizinhos, tem três meses que não cai água”, disse. Liliane contou que desde então se vira com fontes alternativas. “Aqui tem um riozinho que a gente improvisou como fonte e estamos pegando água por lá”, afirmou. Em Plataforma, o improvisado foi botar o balde na cabeça e pedir água aos vizinhos com tanques maiores. “Desde quinta-feira passada, a gente está sem água. Não podemos cozinhar, nem lavar os pratos”, afirmou a moradora da 2ª Travessa Antônio Balbino, Edenize Santos, 29. Os moradores contaram que a unidade de saúde, localizada na mesma rua, teve que ser abastecida por carro-pipa. Plataforma foi um dos seis bairros do subúrbio ferroviário atingidos pela falha no abastecimento. Os outros cinco foram Itacaranha, Praia Grande, Ilha Amarela, Colina de Periperi e Rio Sena. A assessoria de imprensa da Empresa Baiana de Águas e Saneamento (Embasa) disse que ocorreu um defeito num equipamento do reservatório de água que serve à área. No último sábado, o problema foi sanado, informou a Embasa. No domingo, equipes fizeram vistorias nos locais atingidos e considerados o abastecimento regularizado. A equipe de reportagem constatou que em Itacaranha e nas ruas da Areia, da Fonte e Paissandu, em Plataforma, o serviço foi restabelecido, o que não aconteceu na Rua Antônio Balbino e na travessa de mesmo nome. Amaralina: O problema da falta de água não se restringiu ao subúrbio. Na Rua Dr. Edgar Barros Pontes, em Amaralina, falhas no abastecimento têm acontecido desde dezembro do ano passado. “Há três meses não temos água direito”, contou Francisco Tertuliano, 19. “A água chega de madrugada e só enche metade do tanque”, completou o vizinho Mateus Santos Cerqueira, 15. Para o aposentado Antônio Bispo, 58, o problema é mais antigo. “Tenho dois anos que moro aqui e já era assim. Quando chega água é a noite. É difícil ter água durante o dia”, diz. Segundo a Embasa, ainda ontem enviaria equipes para fazer vistoria nos locais onde foram detectados problemas, inclusive para identificar as causas das falhas de abastecimento em Valéria e em Amaralina. Até o fechamento da edição, a empresa não deu retorno. Fonte: A TARDE, 17/03/2010, Caderno Região Metropolitana, A5.</p>	<p>T-1</p> <p>T-2</p>	<p>DG</p> <p>DU</p> <p>DP</p> <p>DR</p>
<p>Poluição atinge níveis críticos em 10 dos 12 rios de Salvador</p> <p>Estudo do Centro Interdisciplinar de Desenvolvimento e Gestão Social (Ciags), da UFBA, que será divulgado hoje, Dia Mundial da Água, revela que a qualidade ambiental de 10 dos 12 rios de Salvador é ruim e péssima. Só as bacias hidrográficas dos rios Cobre e Ipitanga atingiram os índices regular e bom. A degradação é provocada pela ocupação e uso desordenado do solo e pela não-implantação integral do sistema de esgoto. Segundo a Empresa Baiana de Águas e Saneamento, 138 mil residências despejam detritos em rios por falta de conexão com os interceptores da rede Salvador. Fonte: A TARDE, 22/03/2010, Capa, B2.</p>	<p>T-1</p> <p>T-2</p>	<p>DG</p> <p>DCC</p> <p>DU</p> <p>DP</p>
<p>Esgotos de 138 mil residências são lançados nos rios</p> <p>Para o diretor de operações da Empresa Baiana de Águas e Saneamento-Embasa, Eduardo Araújo, a pesquisa constatou o que já era esperado. “Nossos rios continuam poluídos e a maior contribuição é oriunda de esgotos domésticos”, afirmou. “Nos últimos três anos foram feitas 160 mil novas ligações de domicílios à rede de esgotos”, disse ele. Pelas contas da Embasa, em Salvador, 138 mil residências têm esgotos sendo lançados nos córregos e rios e não na rede de esgotamento sanitário. Segundo Araújo, esta seria a causa da poluição dos rios constatada no estudo. Para responder o porquê de os rios estarem tão poluídos apesar de os dados oficiais registrarem que 82% da população de Salvador tem cobertura de rede de esgotos, Araújo culpa o processo de urbanização. “Em muitas áreas, a ocupação desordenada com moradias criou obstáculos para a ligação dos esgotos aos interceptores da rede”. Segundo Araújo, o</p>	<p>T-1</p> <p>T-2</p>	<p>DG</p> <p>DP</p> <p>DU</p> <p>DCC</p>

<p>percentual da população atendida por esgotos é calculado com base no número de residências ligadas à rede (668.280) multiplicado pelo número de habitantes por residência (3,72) de acordo com o censo de 2000. Por esta conta 2.486.000 dos 3 milhões de habitantes da capital, ou seja 82% teriam seus esgotos lançados em rede de esgotamento e não nos rios. Recuperar: Os pesquisadores recomendam ações para recuperação da qualidade ambiental dos rios. Para a professora Maria Elizabete dos Santos, a continuidade do monitoramento da qualidade da água dos rios pelo poder público é uma das principais medidas a serem tomadas. Fonte: A TARDE, 22/03/2010, Caderno Região Metropolitana, A4.</p>		
<p>Estudo revela que rios de Salvador têm baixa qualidade ambiental</p> <p>A primeira lição dos calouros de engenharia sanitária e ambiental da Universidade Federal da Bahia (Ufba), deste ano, foi a de reconhecer que há rios em Salvador. Na sua primeira aula com a turma, o professor Luiz Roberto Santos Moraes espantou-se ao ver que eles não sabiam dizer o nome de nenhum rio da cidade. “Isso é porque, na compreensão deles, não há rios e sim, esgotos. Não é esgoto, não. É rio”, lembra o professor titular, doutor em saneamento ambiental. A ideia de que não há rios e sim esgotos correndo para o mar é reforçada pelo fato de que os principais cursos d’água de Salvador apresentam baixa qualidade ambiental. É o que revelou a pesquisa Qualidade Ambiental das Águas e da Vida Urbana em Salvador realizada pelo Centro Interdisciplinar de Desenvolvimento e Gestão Social-Ciags, da Escola de Administração da Ufba com recursos de R\$97 mil do CNPq. Coordenada pela socióloga Elizabete Santos, a pesquisa ganhou a forma de um rico almanaque que será lançado nesta segunda-feira, no salão nobre da reitoria da Ufba, no Canela às 9h. A pesquisa, que durou três anos, produziu um amplo monitoramento da qualidade da água dos rios e organizou as informações sobre as 12 bacias hidrográficas do município. Outra contribuição da pesquisa foi a proposta de uma nova delimitação do espaço urbano que eleva para 160 (atualmente são 60) o número de bairros, fruto de 71 reuniões com comunidades e da aplicação de 21.175 questionários. O estudo aponta que, “apesar dos esforços em implantação de um sistema de esgotamento sanitário em Salvador e sua região, o comprometimento dos nossos rios ou o que deles restou, resulta do lançamento de águas servidas, ou seja, da incompleta implantação da rede coletora de esgotamento sanitário na cidade”. De acordo com os dados do monitoramento, nenhum dos 12 principais rios da cidade apresentou Índice de Qualidade Ambiental (IQA) ótimo. Somente os rios Cobre e o Ipitanga atingiram o índice regular e bom. Para o professor Moraes, não adianta investir somente em estrutura física, ou seja, na implantação da rede. “Se o cidadão não for convencido para ligar seu esgoto à rede, o problema vai continuar sempre”, observa. “Nossos rios e fontes estão sendo degradados pela ocupação e uso do solo desordenados, pela não implantação integral, em pleno século XXI, de um sistema de esgotamento sanitário que atenda a todas as áreas urbanas e camadas sociais”, conclui a pesquisa. Fonte: Jornal A TARDE, 22/03/2010, Caderno Região Metropolitana, A4.</p>	<p>T-1</p> <p>T-2</p>	<p>DU</p> <p>DG</p> <p>DP</p> <p>DCC</p>
<p>“Tenho certeza absoluta que isso daí é um esgoto”</p> <p>Os meninos jogavam bola no “Estádio Beira Rio” - em Nova Sussuarana- quando notaram a presença da equipe de reportagem no local. Curiosos, começaram a participar da apuração, dando suas opiniões sobre a situação do Rio Pituacu que passa no local e dá nome ao modesto estádio. Mas, demorou para eles reconhecerem que o que acostumaram a chamar de esgoto é, na verdade, um rio. “Isso aí tem nome não, é esgoto!”, dispara Ivonei Alves Sampaio,14. “Tenho certeza absoluta que isso daí é um esgoto”, afirmou a dona de casa Giovana Prado, 24 anos. Incomodada com a grande quantidade de insetos que entra nas casas próximas ao rio, ela conclui: Se tivesse como tampar, seria a solução”. Giovana disse que não vê saída para a situação do rio. “Tem que acreditar”, diz, mais otimista, o garoto Alessandro Santos do Carmo, 13 anos. Para ele deveria ser feito” um processo para limpar os matos e o lixo”. A ideia de que o canal de escoamento de esgoto volte a ser um rio limpo empolgou o gandula, Jakson Mota Carvalho, 13. “Quando a bola cai aí dentro eu é que vou pegar”, contou ele, que ganha R\$7 pelo serviço, em dias de jogo oficial dos campeonatos locais. Já o outro</p>	<p>T-1</p> <p>T-2</p>	<p>DU</p> <p>DG</p> <p>DP</p>

<p>gandula, Jean Santos Pereira, 14 mostra as manchas de “pano” na pele. “Foi de entrar aí”, diz. Williams Aragão, 37, se apresentou como presidente da ONG Restaura Bahia e reclamou da necessidade de mais ação do poder público. “As baratas estão infestando as moradias”. Cético quanto à ideia de que o rio voltar a correr limpo, ele acha que a solução é tampar o rio e também seus vários afluentes. “Não tem mais jeito não”, diz. E o morador Roberto Paulo Silva, 52, chega para contar que ali já foi um rio de verdade: “Antes, o pessoal lavava roupa, tomava banho e pegava peixe”. Fonte: A TARDE, 22/03/2010, Caderno Região Metropolitana, A4.</p>		
<p>Bairros sem água em Salvador</p> <p>Que resposta do técnico da Embasa sobre a falta de água em Valéria. Afirma o cidadão que a rua está sem água devido aos “gatos”. E as pessoas que pagam ficam como? Senhores, uma das formas de tortura da ditadura militar no Brasil era deixar o prisioneiro sem água. Senhor, resolva o problema da falta d’água, porque, como o senhor disse, há pessoas que pagam a conta. Será que a Embasa está torturando as pessoas? Fonte: A TARDE, 23/03/2010, Caderno Opinião, A2.</p>	<p>T-1</p>	<p>DP DG DU</p>
<p>Apenas três fontes de Salvador têm água potável</p> <p>O livro <i>O caminho das águas em Salvador</i>, resultado de uma pesquisa realizada pelo Centro Interdisciplinar de Desenvolvimento e Gestão Social, da Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia (Ciags-Ufba), foi lançado ontem no Salão Nobre da Reitoria. Além da poluição em níveis críticos de 10 dos 12 rios de Salvador, o livro mostra ainda outro lado relevante das 41 fontes (minas d’água) da cidade, apenas três possuem a nível adequado para beber, e a maioria encontra-se em estado de depreciação, embora representem um traço histórico de Salvador. Para a geógrafa e pesquisadora Aucimaia Tourinho – uma das responsáveis pelo levantamento –, “a população acha que, por ser uma fonte, trata-se de água mineral e boa para beber. Mas a maioria delas apresenta grande quantidade de coliformes fecais e nitrato, que é uma substância cancerígena”, diz. Das 41 fontes, nove estão situadas em terreiros de candomblé e cinco estão desativadas por não terem mais vazão de água. A reforma mais recente foi na Fonte da Graça, que recebeu gradeado e continua sendo utilizada por lavadores de carros. O restante das fontes serve como depósito de lixo e sanitário público. “Constatamos que não há uma manutenção e uma preocupação dos órgãos públicos com a limpeza das fontes, que fazem parte da história da cidade”, destaca.</p> <p>Fiscalização: A manutenção de responsabilidade da Fundação Gregório de Mattos, ligada à prefeitura, ocorre com frequência, segundo o gerente de sítios históricos, Marcos Antônio Rocha. No entanto, há dificuldade em mantê-las limpas por causa da falta de fiscalização. “A gente aciona a Limpurb para limpar periodicamente. Limpamos, mas não demora muito e as pessoas sujam. A questão é de polícia”, alega. Ainda conforme o livro, apenas 30 fontes têm água adequada para banho. As três mais contaminadas com nitrato e coliformes fecais, que não servem para banho nem para a ingestão, são a Fonte do Gueto, no Candeal; a Fonte de Santo Antônio, e a Fonte do Unhão, no Solar do Unhão. Seguindo a pesquisadora, a água das fontes surge de aquíferos subterrâneos e brota na superfície. Durante a pesquisa, ela levantou que na época da colonização existiam cerca de 150 fontes em Salvador, mas com a urbanização, muitas delas foram aterradas. A contaminação das fontes, explica, é fruto de valores como a ocupação desordenada do solo. “Nessas ocupações, podem ser feitas fossas inadequadas que injetam água poluídas nas águas subterrâneas, que acabam interferindo e atingindo as águas das fontes”, explica. Ela acredita que também existam tubulações sanitárias vazando.</p> <p>Restauração: Distribuídas em diversos bairros da cidade, muitas fontes ainda guardam traços históricos, a exemplo da Fonte do Baluarte, na Ladeira Água Brusca, com estilo barroco do século XVII, e a Fonte das Pedras, na Ladeira Fonte das Pedras, em Nazaré, uma das mais antigas da cidade, conforme o livro <i>O caminho das águas em Salvador</i>. Das 41 fontes, 14 são tombadas pelo Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia (Ipac), segundo o presidente do órgão, Frederico Mendonça. De acordo com ele, o Ipac já deu parecer favorável a um projeto que pretende revitalizar e restaurar as fontes da cidade, começando por nove delas: Baluarte (Santo Antônio), Preguiça (Av. Contorno), Mugunga (Comércio), Gravatá</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DG DR DU DP</p>

<p>(Nazaré), Chapéu de Couro (Ondina), Fonte da Bica (próximo a Fonte Nova), Taboão (Pelourinho), Santo Antônio (Santo Antônio) e das Pedras (Nazaré). Fontes com água boa para o consumo: 1 – Fonte Vista Alegre de Baixo, em Vista Alegre (subúrbio Ferroviário), é considerada a riqueza da localidade; 2 – Fonte do Buraquinho (Monte Serrat) está em local aterrado, resultado nos mananciais; 3 – Fonte de Jagun, no terreiro Ilê Axé Jagun, é utilizada em atividades domésticas, rituais religiosos e lazer das crianças. Fonte: Jornal A TARDE, 23/03/2010, Caderno Região Metropolitana, A9.</p>		
<p>População ainda usa mananciais</p> <p>A TARDE esteve em cinco fontes na manhã e tarde de ontem e constatou que, embora depreciadas, às minas d'água continuam a servir à população, seja para tomar banho, beber água ou lavar carros e roupas. A Fonte Vista Alegre, é uma das três com consumo apropriado para banho e para ingestão. O morador Antônio Francelino é um dos que utilizam a água para beber. “Moro aqui há 20 anos e sempre bebi dessa água. A água da Embasa, utilizamos só para tomar banho”, conta. O morador Salvador de Oliveira, 54, mostrava-se preocupado com a preservação da fonte. “Isso aqui é a única riqueza que temos e não vemos a prefeitura conservar. Já tem gente querendo construir invasão encima da fonte”, relata. Na Fonte do Baluarte, em Santo Antônio, o músico e morador de rua Aurelino Andrade da Luz, 51, enche garrafas de água e toma banho no local todo dia, em meio a fezes, urina e sujeira. A água não é apropriada para o consumo, mas ele afirma que tem quem beba. “O povo não conserva, faz cocô aqui, vem fumar crack”, reclama. Segundo a pesquisadora Aucimaia Tourinho, é comum ainda o uso das fontes. “Quando eles têm o abastecimento de água cortado em suas residências, as fontes servem para lavar roupas e carros”, afirma. Na Fonte de Santo Antônio, uma das tombadas pelo Ipac, a situação é degradante. Limo, fezes e restos de comida formam um poço de sujeita, além de servir para usuários de drogas.</p> <p>Fonte: A TARDE, 23/03/2010, Caderno Região Metropolitana, A9.</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DR DG DU DP</p>
<p>Chuvas causaram grandes estragos em Candeias e Região Metropolitana de Salvador</p> <p>As fortes chuvas que caíram durante todo dia de ontem na Região Metropolitana de Salvador além de provocarem vários pontos de alagamentos, deslizamentos de terras, desabamentos de casas, deixaram centenas de desabrigados: Em Candeias, o rompimento de uma lagoa nas imediações da FAC por traz do Barão Hotel, alagou a BA-522 impedindo a passagem de centenas de motoristas com destinos a Salvador no retorno do trabalho das cidades de Candeias, Madre de Deus e São Francisco do Conde, que tiveram apenas, como opção pegar o atalho do entroncamento de São Sebastião do Passé, pegando a BR 324, para chegarem a Salvador. Felizmente, em Candeias, até as primeiras horas de hoje, não foi contabilizado nenhuma vítima fatal. O acesso à Prefeitura de Candeias no bairro do Ouro Negro, o córrego transbordou deixando os funcionários ilhados na volta para casa. Entretanto, em São Francisco do Conde, cerca de 100 pessoas que moram em áreas de riscos estão desabrigas, alojados em prédios públicos da prefeitura Municipal daquela cidade. Em Lauro de Freitas, registrou vários pontos de alagamentos, inclusive, muitos moradores foram retirados de suas casas através de barcos. Camaçari também teve problemas sérios causados pelas chuvas durante todo dia. Em Salvador, como sempre, vários pontos da cidade ficaram intransitáveis. No Imbui, as obras de cobertura do canal de esgoto que corta aquele bairro, executadas pela Prefeitura, (o xodó da campanha política do pré-candidato ao governo da Bahia, o ex-ministro da Integração Nacional Geddel Vieira Lima), foi por água abaixo. (...). Fonte: Folhadoreconcavo.com.br, 15/04/2010, disponível em: www.folhadoreconcavo.com.br/ultimas_noticias.php?codnoticia=767; Acesso em: 13/04/2016</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DG DU DP</p>

<p>Boca do Rio, Bolandeira e Imbuí ficam sem água</p> <p>Moradores da 5ª Travessa Dom Eugênio Sales e outras ruas próximas à sede da Empresa Baiana de Águas e Saneamento (Embasa) na Bolandeira, Boca do Rio, reclamam de suspensão do fornecimento de água desde às 19h do dia 14. Embasa: O fornecimento de água está interrompido no Imbuí, Marback e parte da Boca do Rio devido ao rompimento de uma adutora que abastece os locais. Técnicos trabalham para consertar a tubulação e, neste domingo, o abastecimento de água já estará normalizado. Fonte: Jornal A TARDE, 18/04/2010, Caderno Serviços, A6.</p>	<p>T-1</p>	<p>DP DU</p>
<p>Lei impede traçado da Avenida Atlântica</p> <p>A Promotoria de Meio Ambiente do Ministério Público Estadual (MP-BA) promete fazer valer a legislação ambiental e barrar mais uma tentativa da Prefeitura de Salvador de ocupar o Parque Ambiental do Vale Encantado, que está estrategicamente localizado entre os luxuosos condomínios Alphaville, Le Park e Greenville, na Av. Paralela. A Av. Atlântica, um dos únicos projetos prontos para implantação em áreas de utilidade pública declaradas pelos decretos municipais, tem traçado que prevê a ocupação deste parque. No ano passado, a Associação Brasileira de Preservação da Cultura Afro-ameríndia (AFA) entrou com representação por improbabilidade administrativa no MP-BA contra o então secretário municipal do Desenvolvimento Urbano, Antônio Abreu, hoje secretário municipal de Habitação, o superintendente municipal de Meio Ambiente, Luís Antunes Nery, e o procurador-geral do município, Pedro Guerra, por participação no processo de aterramento de rios e lagoas do Vale do Encantado. Na ocasião, a alegação da Sedham era que a iniciativa visava combater focos do mosquito de dengue. As obras de aterramento, que chegaram a ser iniciadas, foram embargadas pelo Ministério Público, por órgãos estaduais de Meio Ambiente e pelo Tribunal de Justiça da Bahia. Mesmo assim, somente a ação da Polícia Federal suspendeu os trabalhos, que resultaram em multas de R\$2 milhões, pela invasão de área de preservação permanente (APP), e de R\$150 mil, por descumprimento de embargos judiciais, pagos pelos cofres municipais. Abreu também é alvo do inquérito 1033/09, da Polícia Federal, por crime ambiental. “Essa não é a primeira vez que a prefeitura tenta aterrar o parque ecológico”, reforçou a promotora do Meio Ambiente, Cristina Seixas, do Ministério Público Estadual. Segundo a promotora, a ação municipal fere a legislação ambiental e o próprio Plano Diretor de Salvador, aprovado em 2007, e o Estatuto das Cidades. “O parque foi criado com a justificativa de ser uma unidade de conservação de recursos hídricos, fauna e mata exuberante, que não há mais na região”, assinalou a promotora. “A prefeitura terá que encontrar um outro local para uma implantação para via de tráfego”, previu. Fonte: Jornal A TARDE, 2010, p. 07.</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DR DG DU DP</p>
<p>Denunciada obra em área de preservação</p> <p>Dez meses depois de ser autuada pelo Ibama por construir uma estrada dentro de uma área de proteção de mata atlântica em Patamares, a construtora Realeza volta a ser denunciada por realizar obras no mesmo local. Moradores do bairro flagraram caçambas e tratores trabalhando numa via de terra aberta para a construção da Avenida Trobogy, embargada por estar dentro do Parque do Vale Encantado e numa área de proteção permanente (APP). A TARDE tentou falar com a Realeza, mas prepostos informaram que não havia nenhum responsável na sede da empresa no final da tarde de ontem. No ano passado, a Prefeitura de Salvador também foi autuada pela construção da Avenida Toboggy, ligando a Paralela a Patamares, por ser uma obra do município. O secretário de Comunicação da prefeitura, André Curvello, disse que o governo municipal não deu nenhuma determinação para serem realizadas obras no local. (...) Morador do local desde os anos 90, o artista plástico Ramiro Bernabó confirma a atuação de construtora Realeza na área do embargo. “Eles estão aí direto, abrindo e melhorando a estrada”, garantiu. O artista falou da destruição da natureza por conta das obras no local e a construção de condomínio na área. “Eu costumava andar nessa mata para recolher madeira tombada, tá tudo aterrado onde tinha uma lagoa cheia de cutia, e o fluxo do Rio Trobogy está ficando fraco. (...) A prefeitura e a Realeza foram multadas em R\$ 2 milhões pela obra, em julho de 2009, por causa da execução das obras no local. Fonte: A TARDE, 14/05/2010, Caderno Política, B2.</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DU DP DG</p>

<p>Moradores dependem de carros-pipa e de solidariedade</p> <p>Enquanto o problema de falta de água encanada e rede de esgoto não é solucionado, sobra para os moradores do Barro Duro a tarefa de conseguir um pouco de água para as necessidades básicas. A chegada do carro-pipa, que é enviado diretamente pela prefeitura, é momento de balbúrdia no loteamento, com muita gente correndo com baldes na mão tentando conseguir um pouco do precioso líquido. Revoltada, Edna Silva dos Santos, 42 anos, era a que mais reclamava ontem. “Tenho ficado dois, três dias sem tomar banho. Cheguei a ficar oito dias sem água. Para beber compro botijões”, relata ela, que diz não poder carregar peso devido a um princípio de derrame. A qualidade da água é também motivo de reclamações. Os moradores dizem que o produto é retirado do rio, tem cheiro forte e provoca diarreia nas crianças. Na casa do vendedor Luís Santos Ramos, 20, a falta de água tem gerado muita dor de cabeça. Lá ficam 10 pessoas, incluindo um bebê de apenas seis meses de vida. “Tenho de ferver a água que consigo lá embaixo”, diz, referindo-se à construção vizinha, na qual os operários, solidários, permitem que os moradores peguem baldes de água. Ainda assim, a quantidade é suficiente apenas para beber e cozinhar. Água para lavar roupas, nem pensar. “O bebê não tem mais uma roupa limpa sequer. Minha esposa está desesperada”, conta Ramos. Segundo o diretor de obras da Sucop, Benedito Leite, os carros-pipa dão várias viagens diárias até a comunidade do Barro Duro. Carências: As 415 casas do Barro Duro foram construídas com verbas de R\$10,3 milhões do Ministério da Integração Nacional e mais uma contrapartida da prefeitura de R\$5,5 milhões, que deveriam ser transformados exatamente em obras de infraestrutura. Além da falta de água e esgoto, moradores reclamam da ausência de escolas e transporte coletivo. Fonte: Jornal A TARDE, 22/05/2010, Salvador e Região Metropolitana, p. A9.</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DG DU DP DR</p>
<p>População do bairro da Santa Cruz só tem água à noite e de madrugada</p> <p>Durante a noite e na madrugada que os moradores do bairro de Santa Cruz se mobilizam para guardar a água que irão utilizar no dia seguinte. Há mais de 15 dias, a população sofre com a interrupção do fornecimento durante o dia. “A água só vem tarde da noite e fica até umas 5 horas. Como a maioria não tem tanque em casa, fica no sufoco”, conta Osvaldo Bispo, 64, dono de um mercadinho no bairro. “Estou funcionando aqui porque tenho tanque”, ressalta. Para quem não tem a mesma sorte de Bispo e de outros tantos donos de estabelecimentos comerciais, a solução é recorrer aos vizinhos para garantir a água para necessidades diárias e afazeres domésticos. “Hoje minha mulher me acordou cedo, mandando eu me levantar para conseguir logo a água para fazer comida, dar banho nos meninos e limpar a casa. Saio pedindo balde d’água para os vizinhos, já que não tenho tanque”, explica Valdemir Santos, 29. “Agora, a conta não atrasa. E se a gente atrasa o pagamento, eles cortam”, reclama o morador. Na casa do casal Miriam Cerqueira, 40, e Janilson Santos também não há tanque. Nos últimos dias, eles aproveitam o tanque da casa da mãe dele que mora ao lado. “Encho uns dez baldes de água por dia para a limpeza da casa, cozinhar, lavar prato. Banho a gente toma lá mesmo (na casa da mãe de Janilson)”, conta Miriam. Ao procurar a Embasa, Miriam diz que a justificativa da empresa é que estão sendo feitos reparos na tubulação. “Fui lá na semana passada, mas até agora não resolveram nada”, afirma. Durante a passagem da reportagem pelo bairro, na manhã de anteontem, não havia técnico da Embasa no local. Taxa de esgoto: Além da falta de água, os moradores do bairro também têm tido outras surpresas. A última conta de água de dona Pecília Jesus, 70, assustou a aposentada. Além da cobrança dos R\$ 40, cobrou-se R\$ 60 pela taxa de esgoto. “Nunca paguei isso de esgoto. Só mês passado que veio assim. E todo dia faltando água desse jeito. O salário é muito pouco para pagar R\$ 100 só de conta de água”, lamenta. Em nota, a assessoria de comunicação da Embasa disse que, “devido ao aumento de consumo de água durante o dia, o abastecimento em áreas de topografia elevada, como ocorre no bairro de Santa Cruz, é regular à noite”. Portanto, a recomendação da empresa é de que “os moradores instalem reservatórios (tanques) em seus imóveis, principalmente, nas casas de dois pavimentos, e observem se a capacidade é compatível com as suas necessidades diárias”, diz a nota. No entanto, a</p>	<p>T-1</p>	<p>DP DG DU</p>

<p>Embasa informou que no caso das pessoas que tinham o abastecimento normal e que, de repente, tiveram o abastecimento interrompido nos últimos dias, é preciso que entrem em contato com a empresa para que técnicos verifiquem as causas dos problemas. Fonte: Jornal A TARDE, 23/05/2010, Caderno Região Metropolitana, A5.</p>		
<p>Cerca de 30% da água tratada é desperdiçada</p> <p>Cerca de 30% da água tratada pela Empresa Baiana de Água e Saneamento (Embasa) é desperdiçada, principalmente por causa dos canos quebrados nas ruas. A cada segundo, 10 mil litros de água saem das estações de tratamento da empresa e são distribuídos para as casas, indústrias, lojas e escolas das cidades baianas. Além do prejuízo ambiental, nas ruas a água se mistura ao lixo, à areia e forma muita lama, motivo de transtorno para a população. Mesmo com a grande quantidade de água sendo jogada fora, a Embasa considera o número de ligações informando sobre vazamentos como relativamente pequeno: são cerca de oito mil ligações por mês. Somente na região metropolitana, três milhões e meio de pessoas são usuárias do serviço. Joel Santos, líder comunitário do bairro de Coutos, conta que, nas ruas Suez e Galileia, canos estão quebrados há dias e nada foi feito. Joel, contudo, não entrou em contato com a Embasa para solicitar o reparo. Assim como ele, muitas outras pessoas não se manifestam. Segundo a Embasa, uma equipe é deslocada para o local para fazer reparo em, no máximo, 48 horas após a ligação. A assessoria de comunicação da empresa ressalta que a estatal tem interesse na solução dos casos, tendo em vista diminuir o prejuízo ambiental da perda do recurso, que não é renovável. O maior fornecedor de água para Salvador e região metropolitana é o Rio Paraguaçu, e, em proporção menor, o Rio Jones. O líquido é tratado na Estação de Tratamento de Água (ETA) da BR-324, próximo à cidade de Candeias, e na ETA do bairro de Bolandeira. Vale lembrar que os custos deste tratamento saem do bolso do contribuinte. No verão, a Embasa lançou a campanha <i>Água, quem desperdiça não tem um pingô de consciência</i>, para diminuir o desperdício nas ruas e nos lares. Esgoto: Mais incomodo que o vazamento da água limpa e tratada é o esgoto escoando pelas casas e ruas. Mensalmente, a embasa recebe 7500 ligações solicitando conserto de tubulações. Segundo a concessionária, 82% da cidade possui abertura de rede de saneamento. Parte do vazamento de esgotos sai das casas de moradores, que, em geral, não estão preparados para fazer a ligação da rede urbana para a rede domiciliar, afirmam especialistas. Mas basta procurar a concessionária e pedir o auxílio técnico da Embasa. Fonte: A TARDE, 25/05/2010, Caderno Serviço, A6.</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DG DU DP</p>
<p>Lauro de Freitas tem novos pontos de alagamento</p> <p>As chuvas que caíram em Lauro de Freitas na noite de sábado, provocaram muitos prejuízos e transtornos para os moradores. A entrada de Vilas do Atlântico ficou alagada. O mesmo aconteceu na Estrada do Trabalhador, onde um rio transbordou, invadindo casas e deixando carros submersos. Morador da área há sete anos, o mecânico aposentado José do Carmo, 64 anos, conta que sempre que chove forte fica alagado na frente de sua casa e ninguém consegue entrar ou sair. O problema assegura, vem se agravando. Ele explica que, apesar de uma obra ter acrescentado mais uma manilha na área, não foi suficiente para dar vazão à água do rio, que soube muito quando chove. A última chuva, conta José, foi tão forte que invadiu sua casa, arreventou um portão e carregou metade do material de construção estocado. “Fica intransitável quando chove. Só a construção de uma galeria para resolver” diz José. Gilmar de Jesus, 38, mora há cinco anos em uma transversal, na Rua Campo Alegre, e reclama do abandono. Ele, que mora há cinco anos no local, diz que a rua é um atoleiro. Nos últimos dois anos, destaca, a situação piorou. “Nós moradores é que compramos terra, brita, tentamos amenizar. No final da semana. ”, revela Gilmar, que iniciou um abaixo-assinado para pedir à prefeitura uma intervenção definitiva. O secretário e o coordenador da Defesa Civil de Lauro de Freitas, Ápio Vinagre Nascimento, explicou que o volume de chuva foi menor que o registrado em abril, mas foi potencializado pela maré cheia. A solução dos transtornos ocorridos na Estrada do Trabalhador está sendo avaliada num projeto de um novo sistema de escoamento que será financiado pela Caixa Econômica, explicou. Disse ainda que a estrutura atual foi comprometida pela forma desordenada de ocupação na área, o que inclui a instalação de imóveis sobre o canal. Fonte: A TARDE, sem referências</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DU DP</p>

<p>Barro Duro ainda sem estrutura</p> <p>O pesadelo de viver em áreas de risco e se desesperar a cada chuva acabou para quem conseguiu uma das 415 unidades habitacionais do Jardim Campo Verde, em Barro Duro (Estrada CIA-Aeroporto). As casas foram construídas para os desabrigados da chuva de 2009. (...). Antes, vivia aterrorizada em uma casa no alto de um barranco que cedia a cada novo temporal, no bairro de Nova Brasília. Mas tem críticas a fazer à nova moradia. O loteamento não tem um bom serviço de transporte, o sistema de água ainda não foi instalado e faltam escolas. Por isso Valdeline deixa os filhos durante a semana na casa da avó em Nova Brasília, próxima da escola. Sua vizinha do antigo e também do novo endereço, Roqueline Ferreira Coelho, 47, diarista, também faz as mesmas críticas. “A água que chega aqui de carro-pipa é muito ruim e as crianças estão sem escola”, comenta Roqueline. Ela recorda que durante 12 anos viveu um suplício. Sua antiga casa desabou parcialmente por várias vezes por causa das chuvas. Mas quando o tempo melhorava, ela a reconstruía. “Não tinha para onde ir”, justifica ela para depois revelar, que junto com os dois filhos, ela foi uma das primeiras moradoras a mudar para o loteamento em Barro Duro, há um mês. “Quando cheguei nem tinha energia elétrica”, lembra. (...). Os recursos municipais deveriam ser investidos no sistema de esgotamento sanitário, rede de drenagem pluvial, de água, energia elétrica, meio-fio, passeio, pavimentação asfáltica e área de lazer. Muito disso, segundo os moradores, ainda não foi feito. Fonte: A TARDE, 2010, p.</p>	<p>T-1</p>	<p>DG DU DP</p>
<p>Vazamento de petróleo polui um manguezal em Monte Recôncavo</p> <p>Área faz parte de campo de exploração da Petrobrás, que foi notificada pelo IMA. Enormes manchas negras de óleo em meio ao verde da vegetação local. O cheiro que vem da terra em nada lembra o mato molhado. Filhotes de caranguejos carregam, no corpo, a marca inegável do acidente ambiental: estão sujos de petróleo. Este é o cenário do manguezal da Fazenda Engenho d'Água, no distrito de Monte Recôncavo, em São Francisco do Conde, a 67 quilômetros de Salvador. O lugar que já brigou uma estação de tratamento da Petrobras, agora sofre com o óleo que brota do solo e provoca danos ao ambiente. Proprietários da fazenda de 300 hectares desde 2002, o agropecuarista Mário Augusto Ribeiro afirma que o prejuízo maior não é o dele, mas do meio ambiente. "O animal que cair aí morre por asfixia. A situação ainda é mais grave porque o rio do Engenho, que passa por aí, deságua na Baía de Todos-os-Santos", relata, mostrando a mancha de óleo. Segundo ele, o vazamento foi detectado no início deste mês, e, no dia 11, a fazenda recebeu a visita de técnicos do Instituto de Meio ambiente (IMA) e da Petrobras. "Nenhuma atitude foi tomada até então. A fazenda está inserida no Campo Dom João, que explora petróleo na região desde 1950. Nos últimos dez anos, desativaram a estação de tratamento, mas deixaram vários passivos ambientais. Quando descubro algum, a Petrobras vem e adota medidas paliativas", conta Mário Augusto Ribeiro. (...) Fonte: Jornal A TARDE, 01/07/2010, Caderno Região Metropolitana, p. A9.</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DU DG DP</p>
<p>Óleo polui manguezal</p> <p>O manguezal da Fazenda Engenho d'Água, no distrito do Monte Recôncavo, em São Francisco do Conde, está sendo contaminado pelo óleo que brota do solo oriundo de uma antiga estação de tratamento da Petrobras. O Rio do Engenho, que passa pelo manguezal, deságua na Baía de Todos-os-Santos e pode contaminar uma área maior. Fonte: Jornal A TARDE, 01/07/2010, Capa.</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DU DG</p>
<p>Falta de água</p> <p>Isabel Lima, 39 anos, que está grávida de três meses, sem acesso a água encanada, é obrigada a tomar banho na porta do casarão. Ela aguarda receber moradia no Barro Duro (CIA). Fonte: A TARDE, 21/07/2010, Caderno Região Metropolitana, p. A4.</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DU DP</p>

<p>60% de Salvador e Região Metropolitana sem água</p> <p>Hoje, das 10 às 21h, cerca de 60% do volume de água utilizados nos bairros de Salvador e Região Metropolitana (RMS) deixarão de ser distribuídos. O fornecimento será interrompido para a instalação de dois motores-bomba para a captação de água na barragem de Pedra do Cavalo. A montagem destes equipamentos evita que ocorram problemas de falta de água, caso alguma das outras bombas quebre”, explica o superintendente de operação da Embasa, Carlos Ramires. Aproximadamente seis mil litros de água por segundo deixarão de ser bombeados. Entretanto, Ramires afirma que os reservatórios de cada resistência têm autonomia para se manter durante o período em que o fornecimento será interrompido. Ainda de acordo com o superintendente, o serviço foi planejado para não afetar tanto a população. “Escolhemos o período chuvoso, quando o consumo diminui e sobra mais água no sistema. Assim, minimizamos os impactos na região que depende da Pedra do Cavalo”. O projeto é a continuidade de um serviço que começou no início do ano. Segundo Ramires, serão realizados muitos trabalhos elétricos, hidráulicos e de construção civil, o que demanda muito tempo e não poderia ser realizado em outro horário. Na RMS, as cidades atingidas são: Lauro de Freitas, Candeias, Simões Filho, Madre de Deus, ilhas de Bom Jesus dos Passos e dos Frades, São Francisco do Conde, Amélia Rodrigues, Coração de Maria, Conceição do Jacuípe e Santo Amaro. Confira os bairros de Salvador, na lista ao lado. Fonte: Jornal A TARDE, 20/08/2010, Caderno Região Metropolitana, p. A8.</p>	<p>T-1</p>	<p>DP DU DCC</p>
<p>Intervenções na Paralela geram ações criminais</p> <p>O Ministério Público da Bahia (MP-BA) denunciou à Justiça nove pessoas e quatro empresas por crimes ambientais praticados na área de preservação ecológica dos condomínios Greenville e Colinas de Jaguaribe, em Patamares. Entre os acusados estão os empresários Carlos Seabra Suarez, Francisco José Bastos, e as empresas Patrimonial Saraíba e FB&A Empreendimentos Imobiliários, de propriedade de Suarez e Bastos, além da Construtora Agre. As promotoras Cristina Seixas Graça e Hortência Pinto Gomes ingressaram na Justiça, ontem à tarde, com três ações penais contra os acusados pelos crimes ambientais praticados no Parque Ecológico do Vale Encantado, área de preservação ambiental (APP) dentro das terras dos dois condomínios. Segundo a acusação do MP, os crimes ambientais começaram a serem praticados em Janeiro de 2008, quando a empresa FB&A, de propriedade de Francisco Santos, conseguiu uma autorização da Superintendência de Meio Ambiente de Salvador (SMA) para realizar a recuperação de cerca de 60 hectares de meio ambiente degradado, sendo parte da terra pertencente à APP. De acordo com as denúncias das promotoras, o então superintendente da SMA, Ary da Mata e Souza, e o ex-gerente de licenciamento de obras do órgão, Luiz Antunes de Athayde Andrade Nery, concederam a licença de forma "ilícita", dentro da área de preservação ecológica e sem as autorizações do IBAMA, Instituto do Meio Ambiente do Estado (IMA) e do Instituto de Gestão de Águas e Climas. Devastação: Segundo a denúncia do MP, as obras da empresa FB&A resultaram no aterramento de 48m² da planície de inundação do Rio Trobogy e na devastação de 65 mil m² de floresta. A obra acabou sendo embarcada pelo IMA, que aplicou multa de R\$500 mil pelos danos ambientais. Posteriormente, quando Antônio Nery foi promovido a superintendente da SMA, ele concedeu nova licença, agora para a Patrimonial Saraíba, pertencente ao mesmo grupo empresarial, para outro plano de recuperação de área verde degradada. (...) Obras para a implantação do esgotamento sanitário do condomínio Greenville causaram danos ambientais dentro da área de preservação. Segundo a denúncia penal do MP, em março de 2009, a construção do esgotamento degradou a vegetação nativa da mata atlântica, durante a escavação de 395 metros lineares à margem de um afluente do Rio Trobogy. Cerca de 200 metros de escavação ocorreram dentro da APP denominada Parque ecológico do Vale Encantado, criado pela prefeitura de 2007. As promotoras denunciam que o projeto de escoamento sanitário de Greenville foi aprovado pela Embasa e pelo IMA, mas licença ambiental perdeu a validade. Outro projeto de esgotamento foi apresentado, mas sem respeitar a legislação. A construtora Agre Empreendimentos Imobiliários, sócia da Saraíba no Greenville, começou as obras em fevereiro de 2009, antes da aprovação da Embasa e sem a licença do IMA. O IMA embargou o projeto e aplicou multa de R\$1 milhão. (...) Fonte: Fonte Jornal A TARDE, 17/09/2010, Caderno Região Metropolitana, p. A8.</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DU DP DMO DG</p>

<p>Manutenção deixa bairros sem água</p> <p>A Embasa suspendeu ontem o abastecimento de água em 13 bairros, em função de um serviço de manutenção na linha distribuidora do Largo do Retiro. O serviço teve início na parte da manhã e durou até a madrugada de hoje quando está prevista a normalização nos bairros do IAPI, Pero Vaz, Curuzu, Santa Mônica, San Martins, Retiro, Jaqueira do Carneiro, Bom Juá, Largo do Tanque, Monte Serrat e partes do Bonfim, Liberdade e Barros Reis</p> <p>Fonte: A TARDE, p. (sem identificação)</p>	T-1	DP DU
<p>Abastecimento de água é irregular em Cajazeiras 10</p> <p>Leitor informa que desde o último dia 23 os moradores de Cajazeiras 10, Rua Principal, Setor 1, estão se água em suas casas. De acordo com ele, a água só cai nos reservatórios durante 30 minutos ou uma hora, deixando-os sem água ao logo de todo o dia. Ele pede uma providência da Embasa. Embasa: A Empresa Baiana de Saneamento (Embasa) informa que o abastecimento de água em Cajazeiras 10, na Rua Principal, Setor 1, está normal. A empresa diz ainda que os usuários devem informar os casos pontuais de desabastecimento por meio do telefone 0800. Fonte: Jornal A TARDE, 13/10/2010, Serviços, p. B3.</p>	T-1	DP DU
<p>Moradores de Santa Cruz sofrem com a falta de água</p> <p>Moradores do bairro da Santa Cruz reclamam do abastecimento irregular de água na região. Segundo eles, nos últimos 15 dias, o fornecimento de água na localidade só acontece durante a madrugada. Segundo eles, essa situação ocorre sempre nas estações mais quentes do ano (primavera e verão) Resposta: A Embasa diz que, devido ao aumento do consumo durante o dia, o abastecimento de água é melhor durante o dia em locais com topografia acidentada, como no bairro da Santa Cruz. Para garantir água, recomendamos que os moradores instalem reservatórios em suas residências.</p> <p>Fonte: Jornal A TARDE, 20/10/2010, Caderno Serviços, p. A6.</p>	T-1 T-2	DU DP
<p>Estado reconhece falta de capacidade para fiscalizar</p> <p>Estado reconhece a falta de estrutura para fiscalizar a área do parque. (...). As invasões ao Parque de Pituvaçu causam vários danos ambientais, segundo parecer técnico de engenheiros florestais e ambientais e agrônomos do MP-BA. Com nascentes no bairro de Pirajá, o Rio Pituvaçu está com o leito assoreado, cheio de lixo e poluído por esgoto. Já a Lagoa de Pituvaçu, com capacidade para três milhões de m³ de água, está com o nível abaixo do normal e poluída pelo Rio Pituvaçu. A supressão da vegetação foi flagrada em diversos pontos, causada pelas invasões. A constante diminuição da área do parque tem afugentado e matado a fauna local (...) Fonte: Jornal A TARDE, 31/10/2010, Salvador e Região Metropolitana, p. A6.</p>	T-1 T-2	DU DG DP
<p>Falta água há uma semana em Catu de Abrantes</p> <p>Moradora do Condomínio Vale Verde, na Estrada do Coco, km – 9,5, reclama que o local está sem abastecimento de água há uma semana. Os moradores entraram em contato com a Embasa de Areembepe, mas nenhuma providência foi tomada. Embasa: A Embasa informa que vai realizar medidas operacionais para aumentar a oferta de água em Catu de Abrantes. Enquanto o abastecimento não é regularizado, a empresa avisa que está disponibilizando carros-pipa para os moradores da região. (...) Fonte: Jornal A TARDE, 11/11/2010, Serviços, p. A8.</p>	T-1 T-2	DP DG DU

<p>Morador reclama de falta de água em Itaparica</p> <p>Morador de Itaparica reclama do abastecimento irregular de água na ilha, que deixa os moradores sem o serviço pelo menos duas vezes por semana. Segundo ele, há dois dias não cai água e a previsão é que a falha permaneça por mais 48 horas. Embasa: A Embasa reconhece a interrupção na sexta-feira, (29/11), em função de uma queda de energia na região, com normalização a partir da noite do mesmo dia até a interrupção programada no dia 4. (...) Fonte: Jornal A TARDE, 11/11/2010, Serviços, p. A8.</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DG DU DP</p>
<p>Moradores do Imbuí sofrem com atraso de fim das obras</p> <p>(...) agilidade para finalizar a revitalização da área sobre o canal do Imbuí estão entre as principais necessidades apontadas por moradores do bairro. (...). Os moradores aprovam a intervenção feita pela prefeitura, mas reclamam da demora para o término das obras. “Ficou bom. Temos lugar para caminhar e as muriçocas sumiram. Mas já era para ter acabado”, afirma (...). Fonte: Jornal A TARDE, 18/11/2010, Salvador e Região Metropolitana, p.A8.</p>	<p>T-1</p>	<p>DU DP</p>
<p>Falta de esgotamento sanitário no Bate Facho</p> <p>Ao lado da área central do Imbuí está a comunidade do Bate Facho. Lá, as reclamações dos moradores aumentam. (...). Em época de chuva, quando sobe o nível da água do Rio das Pedras, que corta a região, eles costumam enfrentar problemas como alagamentos e umidade nas casas. Logo na entrada do Bate Facho, na Rua da Bolandeira, o canal do rio com sistema de esgotos está aberto. Quem passa por perto sente o mau cheiro. “É muita coisa que precisa aqui. (...) O canal fica fedido o tempo todo, tem tubulação quebrada e falta água”, pontua o estudante (...). (...) Josélia Silva de Souza, 28 anos, sempre morou no Bate Facho (...) ao relacionar as deficiências, ela também aponta a constante falta de água e de infraestrutura. A Embasa, através da assessoria de imprensa, informou que enviará uma equipe ao Bate Facho para verificar se existe algum problema específico que esteja dificultando o abastecimento de água. Disse, ainda, que não há no sistema registro de falta d’água na Rua Bolandeira. Fonte: Jornal A TARDE, 18/11/2010, Salvador e Região Metropolitana, p. A8.</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DP DU DG</p>
<p>(...) Água em Casa</p> <p>A água utilizada em Salvador percorre longas distancias, e em sua maior parte vem do Rio Paraguauçu, no Recôncavo Baiano. Para abastecer a maioria dos soteropolitanos as águas percorrem distâncias de até 89 km. Seu desperdício envolve também a perda de recursos humanos e energia. “Salvador não tem nenhum grande plano de captação da água da chuva, o que é um equívoco numa cidade, na qual os índices pluviométricos chegam a 2.000 milímetros de chuva por ano. Retiramos água de uma região que chove 850 milímetros/ano. Mais outra irracionalidade”, critica o especialista. (...) Fonte: Jornal A TARDE, 27/11/2010, Caderno Especial Sustentabilidade água, p. 07.</p>	<p>T-1</p>	<p>DP DU DG</p>
<p>Cadê a água?</p> <p>Nem começou direito o verão e os Matenses já sofrem com a falta de água na cidade, tem bairros que não tem água a quinze dias, e o pior, a embasa nada faz para garantir esse direito de todo cidadão, a gente nem consegue falar como escritório da cidade para saber os motivos de tamanho descaso, pedimos a intervenção urgente do Prefeito do município para cobrar melhoras nos serviços na cidade, se não, vai faltar até água para beber neste verão. Fonte: Jornal Voz Matense, 07/12/2010; Disponível em: www.vozmatense.blogspot.com.br/2010/12/cade-agua.html. Acessado em: 18 de janeiro de 2016.</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DU DG DP</p>

<p>Bairros sem água</p> <p>Conj. Bela Vista, Alto B. Vista, São Bartolomeu, Jardim Campinas, Boiadeiro, Marechal Rondon, Campinas de Pirajá, Pirajá, Lot. Profilurb, Castelo Branco, Cajazeiras III, IV, V, VI, VII, VIII, X e XI, D. Avelar, Águas Claras, Portoseco, Pau da Lima, Jardim Cajazeiras, Vila Canária, Granjas Rurais, Jardim Esperança, Lot. Marotinho, Sete de Abril, Eva, Nova Brasília, Canabrava, Faz. Grande I,II,III e IV, Colinas de Pituacu, Vale dos Lagos, Rec. das Ilhas, Paralela Parque, Vivenda dos Pássaros, Mata Atlântica, S. Marcos, Jardim das Limeiras, Bosque Imperial, Av. S. Rafael, Conj. Valéria I e II, Lagoa da Paixão, Recanto da Lagoa, Valéria, Conj. Antônio Franco, Paripe, Estrada da Base, S. Tomé, Bate Coração, Vila Naval, Conj. Ilha de S. João, Alto de Coutos, Lot. N. S. de Periperi, Praia Grande, Plataforma, Alto do Luso, Lot. Ilha Amarela, Itacaranha, Conj. S. do Bonfim, Lot. Planalto Real, Alto da Terezinha, Escada, Rio Sena, Conj. M. de Periperi e Conj. Colina de Periperi. Fonte: Jornal A TARDE, 08/12/2010, Caderno Região Metropolitana A4</p>	<p>T-1</p>	<p>DU DP</p>
<p>Consumo de água na capital já atingiu 95% da capacidade total de oferta do sistema</p> <p>Abastecimento - São 1,3 mil litros por segundo acima da média diária de consumo, 9,2 mil litros, informa a Embasa. A população de Salvador desperdiça entre 20 a 30% da água que consome, segundo a Embasa. O verão nem começou – só daqui a 13 dias- e o soteropolitano já está gastando mais água. O consumo, neste início de dezembro, chegou a 10,5 mil litros de água por segundo, chegando a 95% da capacidade máxima de vazão do sistema de abastecimento, de 11 mil litros por segundo. São 1,3 mil litros por segundo acima da média diária de consumo, de 9,2 mil, informa a Empresa Baiana de Águas e Saneamento (Embasa). Nos três meses de alta estação quente, o consumo chega a aumentar cerca de 20%, e com ele o risco de maior desperdício de água. As estimativas da Embasa apontam entre 20% e 30% da água utilizada pela população de Salvador é desperdiçada. O superintendente da Embasa, da operação da Região Metropolitana de Salvador (RMS), Carlos Ramires, explica que existem dois tipos de desperdício: o doméstico e o do sistema público. Nas casas, banhos demorados, torneiras pingando, vazamentos, lavar carros e calçadas com mangueiras por exemplo, são hábitos que levam ao desperdício de água. Mas, a perda maior, diz ele, acontece no sistema público, a partir das fraudes – ligações clandestinas, conhecidos como “gatos”, e as alterações nos hidrômetros. Sem pagar a conta, o consumo é desenfreado, sem preocupações com o desperdício. Outras fontes de perda de água do sistema são os vazamentos na rede de tubulação. No verão, com o aumento do consumo a demanda podendo exigir a potência máxima do sistema. Mas Carlos Ramires garante que, com base nos atuais níveis dos mananciais que abastecem a capital, Salvador não passará por problemas de abastecimento no verão. Ramires informa que os mananciais (lagos ou bacias do Rio Paraguaçu, Joanes, Ipitanga e a do Cobre), que abastecem Salvador e RMS, estão em níveis satisfatórios. “Todos os mananciais estão em boas condições operacionais, melhores que a do ano passado”, afirma. O superintendente informa que o lago da Barragem de Pedra do Cavalo (Rio Paraguaçu), responsável por 60% do abastecimento da cidade, está hoje com 112,6 metros de profundidade. Muito longe do patamar mínimo, de 105 metros. O do Cobre só é acionado em casos de urgência. Já as represas do sistema Joanes-Ipitanga atingem níveis atuais de 29,8 metros de profundidade, quando o máximo é 30 metros e o mínimo de 24,9 metros. O sistema é responsável por, aproximadamente, 40% do abastecimento de capital, e abrange outros municípios da RMS. A rede de tubulação para fornecimento de água instalada em Salvador tem uma extensão de 7,2 mil km, atendendo a 1,2 milhões de casas, cobertura de 90%. Problemas de abastecimento apenas surgirão se acontecer uma forte estiagem, explica Ramires. O Instituto de Gestão de Água e Clima (Ingá), por meio da assessoria de comunicação, informou que a previsão de chuvas para o período de verão deverá ser divulgado no próximo dia 17, em conjunto com as previsões do Centro de Previsão do Tempo e Estudos Climáticos do Brasil (Cptec) do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe). Fonte: Jornal A TARDE, 08/12/2010, Caderno Região Metropolitana, A4.</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DU DP DG DCC</p>

<p>Prefeitura acionada por obra sem licença</p> <p>Depois de ter denunciado o governo baiano por crimes ambientais na construção do Parque Tecnológico, o Ministério Público Federal protocolou duas novas ações na Justiça por infrações à legislação ambiental: uma referente ao canal de Mussurunga, responsabilizando a Prefeitura de Salvador e empresas de construção, e outra relativa à ilha de Saraíba, cuja responsabilidade recai sobre o empresário Marcelo Guimarães. Eles foram enquadrados em infrações da Lei 9.605/98, que podem gerar prisão e aplicação de multa. (...) A TARDE já havia divulgado a existência da perícia da PF que detectou irregularidades no canal de Mussurunga, obra que começou a ser implantada em 2007 com o objetivo de captar e escoar águas da chuva. (...) De acordo com a denúncia, eles não possuíam licença ambiental para realizar a obra e desmataram vegetação de mata atlântica-14 hectares, segundo a PF. A obra foi embargada pelo Ibama no final de 2008 e encontra-se parada até hoje. Fonte: A TARDE, 12/12/2010, Caderno Política.</p>	<p>T-1</p> <p>T-2</p>	<p>DG</p> <p>DU</p>
2011		
<p>Bairros de Salvador sofrem com falta de água</p> <p>A leitora Edileide Rodrigues de Oliveira entrou em contato com A TARDE para denunciar a falta de água nos bairros da Engomadeira, Tancredo Neves, Mata Escura, Santo Inácio e São Gonçalo. Ela ressalta que estava sem água desde o dia 15/11 e que, na véspera de Natal, ficou impossível realizar tarefas domésticas. Respostas: Uma equipe técnica da Embasa será enviada, no dia 31 de dezembro de 2010, à travessa Mendonça, no bairro da Engomadeira, para verificar um possível vazamento que esteja impedindo a normalidade do abastecimento de água no local. Fonte: Jornal A TARDE, 02/01/2011, Serviços, p. A6.</p>	<p>T-1</p> <p>T-2</p>	<p>DP</p> <p>DU</p> <p>DG</p>
<p>Ferrovia é projetada para passar sobre área de preservação</p> <p>Um trecho da ferrovia EF- 431 que vai ligar o Polo Petroquímico de Camaçari ao Porto de Aratu, está projetado para passar por cima de uma área de 500 metros de mata nativa que serve de proteção ao lençol freático e à nascente do Rio Jacaracanga, no município de Candeias, na Região Metropolitana de Salvador. (...) O projeto é alvo de denúncia, registrada no Ministério Público da Bahia (MP-BA) pelo engenheiro agrimensor Antônio Batista Machado, ex-conselheiro do Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura da Bahia (Crea-BA). Ele é proprietário da Fazenda São José, localizada na região onde se encontra a bacia do Rio Jacaracanga. “Não sou contra a ferrovia, mas a favor de um desvio no traçado. Pelo projeto, a ferrovia vai passar por cima da minha casa e pela APP. Eles já fizeram a locação e sondagem e disseram que não vão mudar um palmo”, afirmou o engenheiro. (...) Fonte: Jornal A TARDE, 11/01/2011, Salvador e Região Metropolitana, p. A5.</p>	<p>T-1</p> <p>T-2</p>	<p>DP</p> <p>DU</p> <p>DG</p>
<p>Leitora reclama de falta de água em localidade</p> <p>A leitora Rafaela, que faz parte da Associação Comercial e Turística a Praia do Forte (Turisforte), entrou em contato com A TARDE para denunciar a falta de abastecimento de água na localidade. Segundo Rafaela, a Praia do Forte está sem água desde o dia 29 de dezembro de 2010 devido ao alto fluxo de turistas. Resposta: “informamos que para atender à grande demanda de consumo, a Embasa está providenciando a implantação de equipamentos para aumentar a oferta de água tratada na localidade. (...) Fonte: Jornal A TARDE, 12/01/2011, Serviços, p. A7.</p>	<p>T-1</p> <p>T-2</p>	<p>DP</p> <p>DU</p>

<p>Rio das tripas padece sem revitalização</p> <p>Há 100 anos, o Rio das Tripas já tinha fama de acumular em suas águas os dejetos da cidade. As sobras dos sacrifícios do abatedouro de gado, que ficava localizado na Barroquinha, e do matadouro de porcos, onde hoje fica a comunidade de Pela Porco, tinham o Rio das Tripas como destino certo. Hoje, a história não é muito diferente. A variedade do lixo dentro do rio é tamanha que ele pode ser facilmente confundido com um esgoto, onde boiam mochilas velhas, móveis de madeira, colchões, sacos plásticos, garrafas, pneus e caixas de papelão. “Os moradores de Santa Rita, Matatu, Vila Laura e Pela Porco jogam o lixo no rio, sem que quando chover isso vai prejudicar eles mesmos”, opina o comerciante William Menezes, que trabalha nas Sete Portas, um dos poucos locais em que o rio corre a céu aberto. Da Barroquinha ao Largo dos Dois Leões, quase todo canal passa por galerias subterrâneas, locais que também servem de abrigo a moradores de rua sujeitos a viver literalmente dentro do esgoto. O feirante Valdemar Gomes, que trabalha no Feirão Hortifrúti das Sete Portas, em frente ao rio há mais de 30 anos, conta que a população nunca esteve consciente da necessidade de conservação do rio. “Desce esgoto de tudo quanto é canto da cidade no Rio das Tripas. Quando chove é um perigo, pois aumenta o risco de doenças. A pista fica alagada a ponto de nem carro passar”, descreve Gomes. (...) Fonte: Jornal A TARDE, 12/01/2011, Serviços, p. A7.</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DG DP DU</p>
<p>Frequentadores denunciam a degradação do Abaeté</p> <p>Quando, segundo a lenda, a índia Iracema criou a Lagoa do Abaeté com suas lágrimas de amor abandonado, ela jamais imaginaria que o belo local, após viver o ápice como cartão-postal de Salvador, seria logo degradado. Apesar de indicarem melhoria na segurança, comerciantes e frequentadores reclamam da falta de limpeza e infraestrutura do Parque Metropolitano da Lagoa e Dunas do Abaeté, que foi reformado pela última vez há 16 anos. Cavalos soltos, parapeito apodrecido, falta de boias delimitando a área para banho na lagoa e a inexistência de calçamento em alguns trechos são problemas facilmente percebidos no Abaeté. (...). Para o conselheiro da Área de Proteção Ambiental (APA) do Abaeté, Fernando Andrade, outros problemas atingem a região. Segundo ele, é necessário realizar uma limpeza na lagoa e construir uma estação elevatória, que, prometida há oito anos, realizaria o esgotamento sanitário da região”. “Além disso, é necessário um rezoneamento das ocupações ilegais ao redor do parque. A APA fica à vontade para a especulação imobiliária e a ocupação da própria população”, denuncia Andrade. Fonte: Jornal A TARDE, 18/01/2011, Salvador e Região Metropolitana, p.A9.</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DG DU DP DMO</p>
<p>Emissões clandestinas de dejetos poluem praias</p> <p>Com 17% dos esgotos de residências e estabelecimentos comerciais despejados de forma clandestina em rios e galerias pluviais de Salvador, é preciso estar atento antes de procurar uma praia para se banhar neste verão. Os dados, da Empresa Baiana de Água e Saneamento (Embasa), mostram que ainda é grande a quantidade de lixo e resíduos tóxicos que são descartados nos rios que correm na cidade. Com as chuvas de verão, muitas praias acabam sendo contaminadas por esses esgotos, pois os rios, cheios, levam as impurezas para as praias de Salvador pelas correntezas. (...). Para a engenheira sanitária da Universidade Federal da Bahia (Ufba) Patrícia Borja, a obra (Emissário submarino da Boca do Rio) é importante, mas não vai equacionar o problema da poluição dos rios e praias de forma imediata. “Até que se consiga conectar os esgotos de casas e estabelecimentos aos emissários, demanda um tempo. (...)”. Segundo ela, a “má balneabilidade” das praias passa por diversas questões, como a existência de estações “de tempo seco” nos rios, que não suportam as chuvas. Essas estações, diz Patrícia, são barragens que desviam os rios para o sistema de esgoto da Embasa. “Quando chove, a barragem extravasa e o esgoto volta para o leito do rio, chegando ao mar”. (...)Fonte: Jornal A TARDE, 21/01/2011, Salvador e Região Metropolitana, p. A4.</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DG DU</p>

<p>Leitora reclama de falta de água em Jauá</p> <p>A leitora Ivonete entrou em contato com A TARDE para reclamar da falta da água em Jauá. Segundo ela, a Embasa sempre dá desculpas e não resolve o problema. Ela salienta que, quando há abastecimento, é nos dias de terça-feira, quinta-feira e sábado. Resposta: “A Embasa informa que, em função do aumento do consumo no verão, o abastecimento de água na localidade de Jauá acontece regularmente às terças, quartas, sextas, sábados e domingos. No entanto, está prevista a perfuração de dois poços para ampliar o abastecimento de água na região até o final deste ano”. Fonte: Jornal A TARDE, 25/01/2011, Serviços, p. A6.</p>	T-1	DP DU
<p>Adutora rompe na BR-324 e deixa bairros sem água</p> <p>A ruptura de uma adutora da Empresa Baiana de Águas e Saneamento (Embasa) no Km-609 da BR 324, sentido Salvador, interrompeu o abastecimento em boa parte dos bairros de Salvador. De acordo com o órgão, a regularização do fornecimento deve ser concluída, de forma gradativa, até a noite de hoje. O vazamento, na manhã de ontem, ocorreu na ventosa da tubulação que conduz água potável, oriunda da principal estação de tratamento do sistema integrado de Salvador e região metropolitana. (...). Segundo informações de técnicos da empresa pública, logo após o trabalho da equipe de manutenção o sistema de bombeamento de água para Salvador e demais cidades da região metropolitana voltou a funcionar. No entanto, por conta do tempo de restabelecimento do processo de distribuição, eles acrescentaram que não era possível afirmar o retorno à normalidade de cada localidade prejudicada com a falta de água. O apagão ocorrido na noite de anteontem prejudicou o fornecimento de água na região entre Vila de Abrantes e Arembepe (Camaçari, Grande Salvador), pois o sistema de bombeamento de alguns poços deixou de funcionar. (...). Muitos consumidores tomaram providências para garantir, de forma alternativa, o abastecimento de água. (...) “Vou chamar o carro-pipa e encher os tanques daqui de casa”. (...) Fonte: Jornal A TARDE, 05/02/2011, Salvador e Região Metropolitana, p. A10.</p>	T-1 T-2	DU DP DG DCC
<p>Embasa errada</p> <p>Como todos os frequentadores da Ilha de Itaparica sabem, a falta de água aqui é constante. Daí nós temos que recorrer a água de cisterna gastando também com energia elétrica. Mas a EMBASA nos obriga pagar o mínimo (20m³), mesmo sem o fornecimento de água. Por exemplo, o meu consumo médio mensal é de 5 metros cúbicos, mas a EMBASA me obriga a pagar pelos (20m³), que não são fornecidos, por falta de água. E aí dona EMBASA, ó você errada. Fonte: Jornal A TARDE, 07/02/2011, Opinião, p. 2.</p>	T-1	DU DR DP
<p>Falta de água penaliza moradores de Engomadeira</p> <p>A leitora Mirela entrou em contato com A TARDE para reclamar da precariedade do abastecimento de água na Rua 25 de Dezembro, no bairro da Engomadeira. Segundo ela, há três dias o bairro está sem abastecimento de água, o que torna a vida dos moradores cada vez mais difícil. Resposta: “A Empresa Baiana de Saneamento (Embasa) informa que está garantindo o abastecimento, por meio de caminhões-pipa, prioritariamente para hospitais, creches e escolas. A estimativa é que ainda nesta semana, o fornecimento de água seja completamente regularizado”. Fonte: Jornal A TARDE, 10/02/2011, Serviços, p. A6.</p>	T-1 T-2	DG DU
<p>Poluição do Rio Camaragibe provoca mau cheiro na via</p> <p>A poluição do Rio Camaragibe é outro fator que é alvo de crítica daqueles que transitam pela região. Nas águas do rio, é possível avistar centenas de garrafas Pet, alguns pneus, pedaços de isopor e galhos de árvore. “O mau cheiro é insuportável. Vai</p>	T-1 T-2	DU DG DP

<p>todo para dentro de casa”, reclamou a aposentada Angélica Soares. Adere à crítica, o maitre Carlos Eduardo, 39 anos, do complexo de restaurantes Villa Gourmet, que fica no parque. Segundo Carlos Eduardo, por causa do odor, um dos refeitórios do restaurante acabou sendo inutilizado. “Não tem como os clientes fazer suas refeições nessas condições”, declarou. Fonte: Jornal A TARDE, 14/02/2011, Salvador e Região Metropolitana, p. A10.</p>		
<p>Frequentadores do Costa Azul reclamam de abandono do Parque</p> <p>Fazer uma caminhada matinal na região do Parque Costa Azul, deixou de ser uma atividade prazerosa para moradores que cultivam hábitos saudáveis e prezam pela qualidade de vida. Como se não bastasse o mau cheiro permanente do esgoto, que emana das águas do Rio Camaragibe, os frequentadores do local reclamam do abandono e da insegurança que circundam o equipamento de lazer urbano. Fonte: Jornal A TARDE, 14/02/2011, Salvador e Região Metropolitana, p. A10.</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DG DU DP</p>
<p>Abastecimento de água é suspenso em 60% da capital</p> <p>Um grupo de pessoas invadiu ontem uma adutora que conduz água bruta da Barragem de Pedra do Cavalo à estação principal de Salvador (na BR 324), causando a interrupção do abastecimento. De acordo com a Empresa Baiana de Saneamento (Embasa), cerca de 60% da capital baiana podem ter sentido os efeitos da suspensão do serviço. A situação começou a ser normalizada, gradativamente, pela tarde após o conserto da válvula que controla a pressão da adutora. (...) Na Embasa, o superintendente Carlos Ramires afirmou que a empresa frequentemente registra roubo de hidrômetros e outros equipamentos em áreas urbanas (...). Fonte: Jornal A TARDE, 17/02/2011, Salvador e Região Metropolitana, p. A05.</p>	<p>T-1</p>	<p>DU DP</p>
<p>População sofre com ataques de muriçoca</p> <p>Em Itapuã, na região conhecida como KM-17, moradores convivem desde o início do ano com um toque de recolher peculiar (...) para evitar a entrada de muriçocas (...). A infestação pelo Culex, nome científico da muriçoca, está ligada à presença de esgotos e córregos, além da falta de limpeza urbana e vegetação densa. (...) A limpeza do canal Xangô – também conhecido como Rio do Bispo e que corta o bairro – é a principal reivindicação dos moradores do Km- 17. (...) O problema no local é que o mato cresce rápido e a população não colabora, jogando detritos que entopem o córrego, mas informa que, como o canal Xangô faz parte da bacia do Rio Jaguaribe, os seis braços d’água que a integram devem ser limpos simultaneamente. Fonte: Jornal A TARDE, 20/02/2011, Salvador e Região Metropolitana, p. A7.</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DU DG</p>
<p>Combate a crimes ambientais (Em Lauro de Freitas)</p> <p>(...) Depois de 18 meses de investigação, a empresa foi flagrada pela equipe da SMARH despejando dejetos sem tratamento no Rio Ipitanga, afluente do Rio Joanes, apontado como maior foco da poluição medida pelo Instituto do Meio Ambiente (IMA) na praia de Buraquinho. Segundo a assessoria de comunicação do município, é a terceira vez que a empresa é embargada. (...) A empresa funcionava com quatro carros com capacidade para oito mil litros e, além de limpar fossa, recolhia resíduos do Polo Petroquímico. Outra empresa foi flagrada despejando resíduos sólidos provenientes da construção civil no leito do Rio Ipitanga. Segundo Vidigal Cafezeiro, a ação estava causando assoreamento e aterro do rio. “Este crime resulta na obstrução do leito, provocando enchentes no período de chuva”. (...) Fonte: Jornal A TARDE, 26/02/2011, Caderno Especial Municípios, p. 3.</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DG DU</p>

<p>Morador do Vale dos Lagos se queixa de falta de água</p> <p>O leitor Vitor entrou em contato com A TARDE para fazer uma reclamação sobre a frequente falta de água no bairro de Vale dos Lagos. De acordo com ele, a Embasa diz que está resolvendo o problema, mas não cumpre o prometido. Resposta: “A Empresa Baiana de Águas e Saneamento (Embasa) informa que recentemente reparou três vazamentos que estavam prejudicando o fornecimento de água em Rua Antônio Ribeiro, no bairro de Vale dos Lagos. Desde então, a Embasa tem trabalhado para que o abastecimento na localidade seja regularizado gradativamente”. Fonte: Jornal A TARDE, 27/02/2011, Serviços, p. A6.</p>	<p>T-1</p>	<p>DU DP</p>
<p>Moradores e lideranças reclamam de situação de abandono</p> <p>Ver os visitantes em dias agradáveis no Parque de São Bartolomeu, nas barracas e acampamento no entrono das cachoeiras com águas límpidas. Esta seria a paisagem que o aposentado Wilson José Alves, 81 anos, gostaria de ver nesse pedaço de Salvador (...). Mas, da porta do bar Leotria, ele só vive das boas lembranças. “Tudo o que é bom em Salvador vai se perdendo. Sei que não pode ser como antes mas queria ver isso melhor. Já tive momentos felizes aqui. A gente bebia e curava a ressaca na cachoeira”, disse o primeiro barraqueiro da região e morador a meio século. (...) A primeira queda d’água só lembra uma cachoeira pelo formato. A água já não é transparente e o odor forte de esgoto afasta as pessoas. “Quando chove, a água entra em casa e chega a um metro”, contou Wilson. Sobre a ponte, onde passa o principal riacho (Mané Dendê), os peixes sobem até a superfície em busca de oxigênio. “Isso ocorre quando abre a tubulação de esgoto dos outros bairros”, contou Carlos Alberto Bimbau, do Movimento de Cultura Popular do Subúrbio. (...). Fonte: Jornal A TARDE, 19/03/2011, Salvador e Região Metropolitana, p. A8.</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DR DG DP</p>
<p>Especialistas advertem sobre preservação de mananciais</p> <p>Em pesquisa sobre a qualidade das águas, realizada pela Universidade Federal da Bahia (Ufba), estudiosos confirmam o comprometimento dos rios urbanos e alertam para a possibilidade do produto se tornar raro e escasso. Para evitar que isso aconteça, especialistas garantem: é preciso cuidar e economizar. O alerta vem ao encontro do Dia Mundial da Água, celebrado na próxima terça-feira, criado para chamar a atenção para o cuidado com rios e lagos, cada vez mais degradados por conta da poluição. O trabalho intitulado Caminhos das Águas em Salvador, traz levantamento sobre o nível da água a partir das bacias hidrográficas e fontes da capital baiana. De acordo com a publicação, o comprometimento está associado, dentre outros fatores, à destruição da vegetação e à ocupação do solo sem a devida regulação. “A cidade cresceu sem a infraestrutura adequada e sem projeto de saneamento, o que poluiu os mananciais. De 1960 a 2000, a população de Salvador quadruplicou”, afirma o superintendente de Meio Ambiente e Projetos da Embasa, Júlio Mota. Segundo ele, quando a cidade era menor e menos habitada, fontes mais próximas eram utilizadas para o abastecimento urbano. “Já foram usadas as fontes de Mata Escura e Pituacu. Esta última, mesmo não tendo capacidade suficiente, fornecia cerca de 220 litros por segundo, o que é pouco diante dos quase nove mil litros por segundo consumido em Salvador”. (...) O diretor-geral do Instituto de Gestão das Águas e do Clima (Ingá), Luiz Henrique Pinheiro, concorda com a complicada situação dos mananciais soteropolitanos e reforça que a utilização deles para abastecimento não é indicada. “Particularmente, aqui e na Região Metropolitana, não há um rio nobre entre eles. Existe, sim, a necessidade de recuperá-los”. (...) é preciso ter vontade política para cuidar da água como um bem precioso. “Não se consideram os rios como rios. Eles são chamados de esgotos. Não há preservação”, lamenta. (...) Fonte: Jornal A TARDE, 20/03/2011, Salvador e Região Metropolitana, p. A4.</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DU DG DP DCC</p>

<p>Análise aponta poluição dos rios Jaguaribe e Pituauçu.</p> <p>O cenário dos rios e lagoas de Salvador está distante do ideal. A qualidade das águas cada vez mais impróprias e pouco tratadas, ganha proporções em escala nacional. Em janeiro deste ano, o Programa Rede das Águas, da Fundação SOS Mata Atlântica, divulgou análise realizada com as águas de 43 rios de 39 cidades brasileiras durante o ano de 2010. A qualidade dos rios Jaguaribe e Pituauçu, localizados em território Soteropolitano, foram consideradas de qualidade regular, o que comprova a presença de poluição. “Significa dizer que estão recebendo cargas de esgoto doméstico sem tratamento”, explicou a coordenadora do Programa Rede das Águas, Malu Ribeiro. Fonte: Jornal A TARDE, 20/03/2011, Salvador e Região Metropolitana, p. A4.</p>	<p>T-1</p> <p>T-2</p>	<p>DG</p> <p>DU</p> <p>DP</p> <p>DCC</p>
<p>Abaeté</p> <p>Cartão postal da capital, a Lagoa do Abaeté passou a integrar a Área de Proteção Ambiental (APA) Lagoas e Dunas do Abaete, pelo Decreto 351, há mais de 20 anos. Apesar da iniciativa promover a preservação da região, pouco se fez para garantir o cuidado com a lagoa e recuperar a qualidade e o nível da água. “Devolver a qualidade da água dos rios é um sonho. Mas, sozinho, isso não é possível. É preciso um pacto integrado”, opina o superintendente de Meio Ambiente da Embasa, Júlio Mota. Fonte: Jornal A TARDE, 20/03/2011, Salvador e Região Metropolitana, p. A4.</p>	<p>T-1</p> <p>T-2</p>	<p>DP</p> <p>DG</p>
<p>Fonte inicial do abastecimento de água em Salvador está cheia de lixo</p> <p>Portões fechados e o mato crescido indicam que o Parque do Queimado não está ocupado. Ao lado está a fonte do Queimado, conjunto tombado pelo Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) em 1996. O manancial que iniciou o sistema de abastecimento de água em Salvador a partir do estabelecimento da Companhia do Queimado, em 1852, está dominado por lixo. O cenário contrasta com a comemoração, hoje, do Dia Mundial da Água. Data criada pela Organização das Nações Unidas (ONU) para promover a conscientização pública sobre conservação e desenvolvimento de recursos hídricos. O fundador da ONG Centro de Memória da Água, o escultor Astor Lima, 73 anos, pleiteia junto a órgãos públicos a transformação da área no Parque Nacional das Águas. (...) “Pedimos apoio para federalização. Ali se encontra a melhor água de Salvador. A nascente foi descoberta por jesuítas no século XVII e edificada em 1801. Em 1838, passou por grande reforma. A área do parque foi construída em 1853 e pertence atualmente à Embasa (...)”. Abandono: Na entrada principal do parque, há uma placa, já desgastada, informando que será construído o Centro de Cultura da Embasa. Na manhã de ontem, havia apenas um vigilante. Junto ao acesso à fonte, baldes e esponjas de lavadores de carro que utilizam a água do minadouro para trabalhar e que às vezes limpam o local. (...) Fonte: Jornal A TARDE, 22/03/2011, Salvador e Região Metropolitana, p. A9.</p>	<p>T-1</p> <p>T-2</p>	<p>DG</p> <p>DU</p> <p>DP</p> <p>DR</p>
<p>Escassez ameaça mais da metade dos municípios baianos</p> <p>Dono do maior potencial hídrico do planeta, o Brasil corre o risco de chegar a 2015 com problemas de abastecimento de água em mais da metade dos municípios. O diagnóstico está no Atlas Brasil – Abastecimento Urbano de Água, lançado ontem pela Agência Nacional de Águas (ANA). (...). Os dados revelam que em 2015, 55% dos municípios brasileiros poderão ter déficit no abastecimento de água, entre eles grandes cidades como São Paulo, Rio, Salvador, Belo Horizonte, Porto Alegre e o Distrito Federal. (...) Fonte: Jornal A TARDE, 23/03/2011, Economia, p. B5.</p>	<p>T-1</p>	<p>DP</p> <p>DU</p>

<p>Tubo da Embasa estoura alaga ruas na Graça</p> <p>Tubulação rompida, ruas alagadas e corte no fornecimento de água, problemas mais comuns em bairros periféricos de Salvador, atormentaram, ontem, os moradores da área nobre da Graça, Barra Avenida e Largo da Vitória. O rompimento de uma tubulação da Empresa Baiana de Água e Saneamento (Embasa) provocou transtornos na região. O vazamento alagou as vias e dificultou o trânsito de pedestre e carros nas ruas da Graça e da Florida no período da manhã. De acordo com informações da assessoria de comunicação de empresas, uma equipe da Embasa foi enviada ao local e concluiu o conserto da tubulação por volta do meio-dia. Fonte: Jornal A TARDE, 26/03/2011, Salvador e Região Metropolitana, p. A9.</p>	T-1	DU
<p>Falta d'água</p> <p>O incidente comprometeu o abastecimento de água de usuários da região nos bairros da Graças, Barra Avenida e Largo da Vitória. A previsão, segundo a assessoria da Embasa, era de que o fornecimento nos bairros afetados fosse regularizado na noite de ontem. Fonte: Jornal A TARDE, 26/03/2011, Salvador e Região Metropolitana, p. A9.</p>	T-1	DU
<p>Em meio ao barulho de carros e intenso fluxo de pedestres, 25 patos descansam à beira de uma lagoa. No fundo dela, há diversos tipos de peixe, cágados-d'água e até jacaré. Localizada no bairro da Pituba – entre as ruas Piauí e Maranhão, a Lagoa dos Patos, como é conhecida, contrasta com paisagem demasiadamente urbana e agitada do bairro. Cercado por conjuntos habitacionais, o local tornou-se um espaço de lazer, entretenimento e atividade física não apenas para os moradores. “Pessoas de outros bairros da cidade vêm para cá com os filhos para passear ou para fazer cooper” (...) Os moradores não sabem dizer qual o tamanho exato e desde quando a lagoa existe. “Acreditamos que ela tenha cerca de 560 metros ao todo”, diz um dos membros da Associação de Moradores da Lagoa dos Patos na Pituba (...). De acordo com alguns relatos, por volta da década de 70, o local pertencia à fazenda de Juventino Silva e possuía uma área verde com uma extensão bem maior do que a atual. Por lá, dizem, muitos estudantes dos complexos escolares próximos à lagoa filavam aula para tomar banho em suas águas e acabaram afogados. “As pessoas contam muitas histórias, mas nem tudo pode ser considerado verdade”, alerta (...). Verdade mesmo, segundo ele, é que o local é habitado por jacaré. Não à toa, em outubro de 2009, a Lagoa dos Patos ganhou as páginas dos jornais com a notícia do resgate de um jacaré de aproximadamente 1,5 metro. (...) “A prefeitura não dá a mínima atenção para a região. A Lagoa dos Patos só existe atualmente porque é mantida com a contribuição dos moradores. (...) A Lagoa é linda e precisa ser preservada”, afirma. Fonte: Jornal A TARDE, 29/03/2011, Salvador especial 462 anos, p. 3.</p>	T-1	DP DU DR
<p>Morador do Sieiro sofre com constante falta de água</p> <p>A constante falta de água na Rua do Sieiro, no bairro da Liberdade, é a reclamação de Reinaldo Aguiar. Conforme o leitor, o problema vem acontecendo há mais de cinco anos sem justificativa. Ele ressalta que as contas chegam em dia. Resposta: A Embasa informa que não registrou irregularidade no fornecimento de água, para a rua do Sieiro, no Bairro da Liberdade. A Companhia solicita que o usuário entre em contato com o órgão (...) informe seu número de matrícula para que seja feita uma vistoria na rede que atende à localidade. Fonte: Jornal A TARDE, 01/04/2011, Serviços, p. A6.</p>	T-1	DU DP
<p>Falta de água é constante em localidade de Salvador</p> <p>O leitor Reinaldo Aguiar reclama da constante falta de água no Sieiro, situado na Liberdade. De acordo com Reinaldo, morador do local há 20 anos, a falta de água acontece regularmente há mais de cinco anos sem justificativa. Resposta: A Embasa informa que não há registro de irregularidade no fornecimento de água para a Rua do</p>	T-1	DU DP

Sieiro, no bairro da Liberdade. Solicitamos ao usuário que entre em contato com a Embasa (...) Fonte: Jornal A TARDE, 09/04/2011, Serviços, p. A6.		
<p>Água de poço em condomínios eleva o risco de contaminação</p> <p>Com o aumento de 13,64% nas contas da Embasa, anunciado para o próximo mês, intensificou a polêmica que divide os moradores nas reuniões de condomínio em Salvador: o uso ou não da água subterrânea extraída através de poços tubulares. Para fazer frente às pesadas contas de água, a adoção de um sistema alternativo já vinha sendo estudada em muitos condomínios e foi adotada por alguns, especialmente para emprego em jardins e lavagem de carros. No entanto, segundo o diretor-geral do Instituto de Gestão das Águas e do Clima (Ingá), Luiz Henrique Pinheiro, a utilização de água de poço para consumo humano requer severos cuidados de segurança. O líquido deve ser analisado com frequência e rigor porque sua composição está sempre se alterando. Em um condomínio da Vitória, que emprega esse sistema, há mais de dez anos, exames recentes identificaram uma variação do pH e quantidade acima do normal no teor e nitrato, substância que pode provocar câncer. Além dos riscos à saúde, a legalidade do sistema alternativo também é discutível, o que inclusive levou o Ingá a iniciar um estudo jurídico sobre a sua utilização. (...) Fonte: Jornal A TARDE, 11/04/2011, Capa</p>	T-1	DU DP DG DCC
<p>Uso de água de poço pode trazer riscos à saúde</p> <p>Nitrato, Nitritos, coliformes e pH. Um vocabulário pouco conhecido das reuniões de condomínio está no centro de um debate caloroso entre moradores de prédios e conjuntos residenciais de Salvador. O motivo: a utilização de água de poços, como forma de baratear as contas de água, a falta de uma clareza sobre a legislação que rege o tema e o medo de contaminação. (...) “As características da água subterrânea permitem que um resultado apurado agora seja completamente diferente alguns dias depois. Pode-se fazer uma análise inicial e dar uma água potável, mas para garantir a segurança seria preciso fazer uma análise rigorosa e periódica e a gente sabe que irá acontecer”, comentou o diretor do Ingá. Fonte: Jornal A TARDE, 11/04/2011, Salvador e Região Metropolitana, p. A4.</p>	T-1	DCC DU
<p>Prefeitura denunciada por crime ambiental</p> <p>A tentativa da Prefeitura de Salvador de implantar a Avenida Tamburugy, via seis pistas que corta o Parque do Vale do Encantado, ligando Patamares à Avenida Paralela, levaram três ações por crime ambiental (...). Todas as medidas judiciais foram propostas por promotoras de Justiça do Ministério Público do Estado da Bahia (MP-BA), para quem a Prefeitura concedeu licenças que contrariam a legislação federal e estadual para implantar a via e alterar o curso do Rio Trobogy, além de ter usado um polêmico alvará judicial que permitiu o aterro de lagoas do Vale do Encantado, com o propósito, já desmentido, de combater a proliferação da dengue. (...) Fonte: Jornal A TARDE, 20/05/2011, Salvador e Região Metropolitana, p. A6.</p>	T-1 T-2	DG DU DP
<p>Rio e dengue</p> <p>As ações do MP-BA apontam que em janeiro de 2008 foi iniciada, com autorização da prefeitura, a obra do Plano de Recuperação de Área Degradada (PRAD) que alterou o curso do Rio Trobogy para torna-lo retilíneo. O rio corre na mesma área do Vale Encantado onde seria implantada a Avenida Tamburugy (...). Em março de 2009, o juiz Everaldo Amorim, da 8ª Vara da Fazenda Pública, concedeu um alvará, a pedido de uma moradora de Patamares, para que a prefeitura erradicasse supostos focos do mosquito da dengue. A prefeitura então autorizou o aterro de parte das lagoas do Vale do Encantado. Mas laudos da Secretaria Municipal de Saúde indicam que não há focos de dengue no local e que o aterro não é recomendado nesse caso. Uma perícia do MP-BA apontou que o aterro serviu à instalação da pista. Fonte: Jornal A TARDE, 20/05/2011, Salvador e Região Metropolitana, p. A6.</p>	T-1 T-2	DP DG DU

<p>Mais de 30% da água tratada é perdida antes de chegar às casas</p> <p>(...) O desperdício de água é frequente na capital baiana. Somente em vazamentos e ligações ilegais, são perdidos 30% da água para o consumo. Encanamento sucateado em vários pontos dos sete mil quilômetros da rede de distribuição e falta de consciência da população agravam o problema. O vazamento na ladeira ocorria desde a noite anterior. Só no final da manhã alguém ligou para Embasa. Entre 0h e as 13h, forma mais de 177 mil litros de água potável rua abaixo, o consumo de um dia inteiro para mais de quatro mil pessoas. “Estava um rio”, contou José Oliveira, dono de uma barraca (...). Apesar de ter visto o vazamento desde o início, ele disse que não procurou o órgão. “Às vezes ligamos e eles não dão importância”. (...) Fonte: Jornal A TARDE, 04/06/2011, Serviços, p. A7.</p>	<p>T-1</p>	<p>DG</p> <p>DU</p> <p>DP</p>
<p>Hospital funciona por três dias sem água</p> <p>Eliana Alves, 43 anos, cuida de idosos de forma voluntária. Ontem, ela foi até o Hospital Geral Menandro de Faria, localizado em Lauro de Freitas e pertencente à rede estadual de Saúde, para acompanhar a idosa Maria de Lurdes. Eliana levou duas vasilhas de cinco litros com água para dar banho na paciente. “Cheguei cedo e não tinha água. Tiver que ir buscar em Itinga para dar banho no paciente”, conta Eliana. (...) Segundo relatos de acompanhantes há irregularidade no abastecimento da unidade de saúde. A situação teria se agravado na tarde de domingo até o início da manhã de ontem, quando não caía uma gota de água sequer das torneiras. “É a primeira vez que vejo um hospital sem água. Isso é um absurdo”, ressalta Eliana Alves. Fonte: Jornal A TARDE, 21/06/2011, Salvador e Região Metropolitana, p. A7.</p>	<p>T-1</p> <p>T-2</p>	<p>DU</p> <p>DG</p> <p>DP</p>
<p>Rapaz morre afogado em Lagoa do Abaeté</p> <p>O que era para ser um dia de lazer entre irmãos terminou em tragédia, na manhã de ontem, com a morte por afogamento do jovem Eduardo Santos Silva, de 21 anos, na Lagoa do Abaeté, em Itapuã. (...) Fonte: Jornal A TARDE, 11/07/2011, Salvador e Região Metropolitana, p.A7.</p>	<p>T-2</p>	<p>DR</p> <p>DG</p>
<p>Ibama multa a prefeitura em R\$ 2,5 milhões</p> <p>A prefeitura de Salvador foi multada (...) devido ao descumprimento do embargo e a retomada do aterro de parte das lagoas e áreas úmidas do Vale do Encantado, unidade de conservação ambiental situada entre a Patamares e a Avenida Paralela. Além da multa, o Ibama embargou a obra, situada área de preservação permanente (APP) das lagoas do parque, e que já havia sido embargada pelo órgão em 2009. (...) Fonte: Jornal A TARDE, 16/07/2011, Salvador e Região Metropolitana, p. A7.</p>	<p>T-1</p> <p>T-2</p>	<p>DG</p> <p>DU</p>
<p>Abandono de parque e fonte do Queimadinho (fundada pelos jesuítas em 1801) gera queixas</p> <p>Lixo acumulado, falta de capinagem, estrutura deteriorada, instalações abandonadas. Esta é a situação do Parque e Fonte do Queimadinho que se transformou em 1989 em Centro de Memória da Água – espaço de difusão artístico e cultural fechado em 2004. (...) Hoje (a fonte) ainda serve a população do entorno, quando ocorre falta de água. Mas também, diariamente explorada por lavadores de carros, usuários de drogas e usada como depósito de lixo. O fato incomoda moradores. “Bebo dessa água desde menino. Mesmo com aspecto de abandono ainda serve para os moradores”, disse o aposentado Milton Casaes, 67 anos. A moradora Evonete, 47, afirma com tristeza que assiste à degradação da fonte. “Era menina, e com minhas irmãs pegávamos água para beber. É uma pena que esteja tão abandonada”, lamentou. (...) Fonte: Jornal A TARDE, 17/07/2011, Salvador e Região Metropolitana, p. A6.</p>	<p>T-1</p>	<p>DU</p> <p>DP</p> <p>DG</p> <p>DR</p>

<p>Leitor reclama de falta de água em São Cristóvão</p> <p>O leitor de prenome “The Justice” queixa-se sobre a falta de água no Parque São Cristóvão, em Salvador. De acordo com ele, o abastecimento é interrompido sempre no final do dia e em todos os finais de semana. Resposta da Embasa: Informamos que o fornecimento de água no Parque São Cristóvão, no bairro de mesmo nome, encontra-se regular. Pedimos ao usuário que entre em contato com a Embasa (...) e informe seu endereço completo para que uma equipe realize vistoria no local. Fonte: Jornal A TARDE, 18/07/2011, Serviços, p. A8.</p>	T-1	DU DP
<p>Falta de água em Itinga aflige moradores</p> <p>O Cidadão Repórter, do Grupo A TARDE, recebeu uma queixa da leitora Laíse, sobre a falta de água em Itinga, em Lauro de Freitas. Em busca de uma resposta para a reclamação, a equipe do Cidadão Repórter entrou em contato com a Embasa. Resposta da Embasa: Solicitamos ao usuário que entre em contato com a Embasa (...) e informe seu número de matrícula e seu endereço completo para que uma equipe da empresa realize vistoria no local (...) Fonte: Jornal A TARDE, 21/07/2011, Serviços, p. A6.</p>	T-1	DU DP
<p>Obra interdita faixa da Av. Vasco da Gama</p> <p>A prefeitura deu início às obras de macrodrenagem e cobertura em concerto do Canal do Rio Lucaia, na Avenida Vasco da Gama, que servirá para implantação das vias em um dos trechos do sistema de BRT (Trânsito Rápido por ônibus) projetado para a cidade. (...) O projeto prevê a cobertura de 1,3 quilômetro do canal, desde o cruzamento com a Avenida Garibaldi até a entrada da Avenida Ogunjá. (...) Os recursos serão usados também para as obras de limpeza do canal do Rio Lucaia, que segue pela Avenida Juracy Magalhães Júnior, desde a região da Lucaia até o Largo da Mariquita. (...) Fonte: Jornal A TARDE, 23/07/2011, Salvador e Região Metropolitana, p. A8.</p>	T-1 T-2	DP DU
<p>Falta de água na RMS incomoda leitores</p> <p>A leitora Laíse, queixa-se da falta de água constante em Itinga, em Lauro de Freitas, na Região Metropolitana de Salvador. Em busca de resposta ou posicionamento para a reclamação, a equipe do Cidadão Repórter entrou em contato com a Embasa. Resposta da Embasa: Solicitamos ao usuário que entre em contato com a Embasa (...) e informe seu número de matrícula e seu endereço completo para que uma equipe da empresa realize vistoria no local. Por meio desse procedimento a Empresa (Embasa) poderá solucionar os problemas dos moradores dessa localidade. Fonte: Jornal A TARDE, 24/07/2011, Serviços, p. A8.</p>	T-1	DU DP
<p>Falta de água em rua de Itapuã, relata leitora</p> <p>A leitora Adeise relata sobre a falta de água na Rua Nova do Abaeté, em Itapuã. De acordo com ela, o abastecimento de água é interrompido todos os dias no local. Resposta da Embasa: “Informamos que não há registro atual de irregularidade no abastecimento de água da Rua Nova do Abaeté, em Itapuã. Caso se trate de um imóvel com mais de um pavimento a Embasa recomenda a instalação de reservatório inferior equipado com bomba para abastecer os demais pavimentos. Em caso diferente do citado, solicitamos que a leitora nos informe o número de matrícula para inspeção. Fonte: Jornal A TARDE, 28/07/2011, Serviços, p. A6.</p>	T-1	DU DP

<p>Defesa civil e ações emergenciais</p> <p>A cidade de Lauro de Freitas é cortada por rios e córregos, o que aumenta a probabilidade, em períodos de muita chuva, ocorrerem enchentes. Mesmo com os fatores naturais, a cidade vem se preparando para minimizar os alagamentos, investindo fortemente no trabalho de drenagem. A limpeza de canais, córregos e rios é ação permanente da Secretaria Municipal de Serviços Públicos. (...) A limpeza dos rios, córregos e lagoas, realizada sistematicamente, evita alagamentos e deixa o espelho d'água limpo, melhorando as paisagens da cidade. Entre as intervenções, a Sesp realizou a limpeza de 9 mil metros do rio Sapato e outros 10 mil do Ipitanga. O Córrego Miragem, o rio Goró, as Lagoas na Fazenda Portão e do Batalhão de Choque são alguns dos 24 canais que sofreram intervenção em 2010. (...), Fonte: Jornal A TARDE, 31/07/2011, Caderno Especial Cidades, Lauro de Freitas, p. 8.</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DP DG DU</p>
<p>Falta água no Parque São Cristóvão, diz leitor</p> <p>O leitor que preferiu não se identificar relata a constante falta de água no bairro Parque São Cristóvão. De acordo com o leitor, a falta de água se torna maior durante os finais de semana e os moradores já reclamaram à Embasa. Resposta da Embasa: Informamos que o fornecimento de água no Parque São Cristóvão, no bairro de mesmo nome, encontra-se regular. Pedimos ao usuário que entre em contato com a Embasa (...) e informe seu endereço completo para que uma equipe realize vistoria no local (...) Fonte: Jornal A TARDE, 04/08/2011, Serviços, p. A6.</p>	<p>T-1</p>	<p>DU DP</p>
<p>Insegurança e medo deixam parques de Salvador cada mais esvaziados</p> <p>Patrimônios comunitários e redutos de área verde em Salvador, os cinco maiores parques da Capital – Pituauçu, São Bartolomeu, Abaeté, de Cidade e Dique do Tororó – estão subutilizados por não oferecerem segurança devida aos frequentadores. (...) o Dique do Tororó é bastante utilizado por quem faz caminhadas tanto pela manhã ou à noite. Porém, a área não está livre de assaltos e outros crimes. De dezembro de 2010 até agora, três corpos foram encontrados no espelho d'água do Parque. (...) “O poder público virou as costas para estes espaços”, opina o arquiteto, urbanista e professor da Uneb, André Santos. Fonte: Jornal A TARDE, 07/08/2011, Salvador e Região Metropolitana, p. A4.</p>	<p>T-1</p>	<p>DU DG DP</p>
<p>Abaeté sofre com falta de segurança e manutenção</p> <p>Um dos cartões postais de Salvador, a Lagoa do Abaeté, sofre com a falta de manutenção e segurança. Os encantos do local têm dado espaço ao descaso e abandono. (...) a devastação da vegetação costeira, a retirada de areia clandestina e a mortandade de peixes indicam a degradação da lagoa. A retirada ilegal de areia e a poluição com entulhos são crimes que ocorrem no local. A lagoa fica em uma Área de Proteção Ambiental – APA (...).</p> <p>Fonte: Jornal A TARDE, 14/08/2011, Salvador e Região Metropolitana, p. A9.</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DG DU</p>
<p>Moradores fazem obra por conta própria</p> <p>Há dois meses um grupo de vizinhos arregaçou as mangas para tentar manter longe de suas casas as águas do esgoto a céu aberto em que se transformou o córrego afluente do Rio Paraguari – este também merecedor mais de ser chamado de esgoto que de riacho, em Periperi, no subúrbio Ferroviário. Eles cavaram o rio, empilharam pneus e os preencheram com terra retirada do canal. A “trincheira” que está sendo erguida margeia os quintais da Rua Novos Unidos. “A gente meteu a mão (na obra) para ver se as autoridades tomam vergonha e vêm fazer alguma coisa”. (...) O trecho onde eles constroem a barricada estende-se por cerca de um quilômetro, até desembocar no canal do Rio Paraguari. (...). À beira do córrego poluído vivem, aproximadamente três mil</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DG DU</p>

<p>famílias, cerca da metade dos moradores da comunidade, segundo as contas o líder comunitário. (...) Resposta da Embasa: A Embasa afirmou que a rede de esgotamento sanitário da rua funciona normalmente, que as águas invadem casas por conta de construções irregulares e que aguardam intervenção municipal. Fonte: Jornal A TARDE, 16/08/2011, Salvador e Região Metropolitana, p. A7.</p>		
<p>Moradora reclama de falta de água na Federação</p> <p>A leitora Jaqueline reclama da falta de água na Rua São Sebastião, no bairro de Engenho Velho da Federação. Conforme a leitora, o abastecimento de água começa durante a madrugada, por volta das 3h, ficando até as 6h. Isso deixa a população da localidade sem o serviço durante todo o dia. Resposta Embasa: O abastecimento de água na Rua São Sebastião, no Engenho Velho da Federação, está regular. Uma equipe será enviada para o local para verificar se existe algum problema na rede distribuidora de água que abastece a rua. Fonte: Jornal A TARDE, 20/08/2011, Serviços, p. A10.</p>	<p>T-1</p>	<p>DU DP</p>
<p>Obras podem ser feitas sem afetar lagoa, diz professor</p> <p>O professor de ciências do ambiente da Escola Politécnica da Universidade Federal da Bahia (Ufba), José Maurício Fiúza, diz que lagoas não são empecilhos para as obras do metrô, embora, de início, não recomende o aterramento, que pode causar inundação em terreno contíguo. “Tem que ser feito um estudo de impacto ambiental para diagnosticar o status ecológico das lagoas. A gente vê que algumas são utilizadas para a pesca, então é preciso ver o impacto social dessa questão”, indica o professor. Origem: Segundo ele, algumas nem podem ser consideradas lagoas e sim “corpos d’água” que se enchem de água da chuva. “Têm que se averiguar as lagoas de origem natural, e quais oram criadas com a construção da Avenida Paralela. Então, o aspecto histórico está envolvido. Pode ser que alguma contribua para os copos hídricos que existam na região”, discriminou. Para o professor da Politécnica, as obras do metrô podem ser executadas sem afetar as lagoas. “Deve ser feito um estudo multidisciplinar para atenuar impactos que possam ser prognosticados”, afirmou José Maurício Fiúza. (...)Fonte: Jornal A TARDE, 21/08/2011, Salvador e Região Metropolitana, p. A4.</p>	<p>T-1 T-2 T-3</p>	<p>DCC DU DR DG</p>
<p>Falta água na Rua Nova Abaeté, em Itapuã</p> <p>A leitora Adeise Santos reclama da falta de água na rua Nova Abaeté, em Itapuã. Conforme a leitora, todos os dias falta água no local, prejudicando os moradores. Ela sugere, que a Embasa forneça tanque reservatório de graça à população. Resposta Embasa: Informamos que o fornecimento de água na rua Nova Abaeté, no bairro de Itapuã, está normal. O elevado consumo no período diurno pode diminuir a pressão na rede, afetando imóveis que não possuem reservação adequada. Quanto ao tanque, a reservação é de responsabilidade do proprietário. Fonte: Jornal A TARDE, 17/09/2011, Serviços, p. A6.</p>	<p>T-1</p>	<p>DP DU</p>
<p>Segunda etapa do Água para Todos vai atender cerca de cinco milhões de baianos</p> <p>(...) O secretário de Desenvolvimento Urbano, Cícero Monteiro, afirmou que também na primeira etapa do Água para Todos foi possível dar destinação final correta aos esgotos domésticos de Salvador e Lauro de Freitas, por meio do Sistema de Disposição Oceânica da Boca do Rio (Emissário Submarino), que está em fase de testes. Pelo emissário, os resíduos deixarão de ser despejados nas bacias dos rios.</p> <p>(...) Fonte: folhadoreconcavo.com.br, 20/09/2011, Disponível em: www.folhadoreconcavo.com.br/ultimas_noticias.php?codnoticia=4799 Acesso em: 13/04/2016</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DU DP</p>

<p>Leitora reclama da falta de água em Ipitanga</p> <p>A leitora de A TARDE Priscila Alves reclama da falta de água na Praia de Ipitanga, em Lauro de Freitas. De acordo com ela, há mais de 20 dias a Embasa não faz o fornecimento aos moradores do bairro. Confira a resposta da Embasa. Resposta da Embasa: Informamos que o abastecimento de água na Praia de Ipitanga, em Lauro de Freitas, está normal. Solicitamos à usuária Priscila Alves que entre em contato com a Embasa (...) Fonte: Jornal A TARDE, 26/09/2011, Serviços, p. A6.</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DU DG DP</p>
<p>Recursos do PAC vão assegurar obras para recuperação de rio</p> <p>(...). Outra boa notícia é a obra de revitalização urbana do Rio Camaçari, que contará com de R\$ 280 milhões provenientes do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) 2. O secretário municipal de Administração, Ademar Delgado, informou que a revitalização ocorrerá também nos cinco afluentes e no canal que deságua no rio que dá nome à cidade e em torno do qual ela se formou. “A revitalização do Rio Camaçari é o maior presente que poderíamos anunciar para a cidade. Além de completar a rede de esgoto de 18 bairros, as margens serão urbanizadas e também construídos 35 quilômetros de ciclovia (...). Fonte: Jornal A TARDE, 28/09/2011, Salvador e Região Metropolitana, p. A9.</p>	<p>T-1</p>	<p>DU DP</p>
<p>Defeitos em sistema deixa morador sem água sete dias</p> <p>O leitor Rafael dos Reis da Silva solicita a religação da água e verificação da tubulação da Embasa, pois há mais de uma semana o fornecimento da sua casa está suspenso. Ele ressalta que todos os recibos estão em dia. (...). Fonte: Jornal A TARDE, 05/10/2011, Serviços, p.A6.</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DU DG</p>
<p>Falta água em Marechal Rondon e C. de Pirajá</p> <p>A leitora Juçara reclama sobre a frente falta de água nos bairros de Marechal Rondon e Campinas de Pirajá. De acordo com ela, o abastecimento só é realizado pela madrugada e os moradores passam a noite enchendo baldes de água para serem utilizados. Resposta da Embasa: Informamos que o fornecimento de água nos bairros Marechal Rondon e Campinas de Pirajá está normal. Solicitamos que o usuário entre em contato com a Embasa (...) e informe seu endereço completo e número da matrícula. Fonte: Jornal A TARDE, 19/10/2011, Serviços, p. A6.</p>	<p>T-1</p>	<p>DP DU</p>
<p>Despejo de esgotos e lixões degradam os mananciais da cidade</p> <p>Crescimento desordenado urbano, especulação imobiliária, poluição urbana causa pelos resíduos de lixões e despejo de esgoto doméstico sem tratamento são as causas da degradação dos principais mananciais de Salvador, como a Lagoa do Abaeté, o Rio do Parque Metropolitano de Pituaçu e as cachoeiras e rios do Parque São Bartolomeu. Exemplo deste descaso com as fontes de água ocorreu no último dia 4 com o único rio que ainda tem vida em Salvador, o do Cobre. Lixo hospitalar foi despejado a cerca de 50 metros da nascente do rio, localizado na Lagoa da Paixão, no subúrbio de Coutos. O Rio do Cobre corta todo o Parque São Bartolomeu (...). “O Parque é um patrimônio da cidade, mas suas nascentes são mal cuidadas e depredadas diariamente, vítimas da ocupação irregular e da ação antrópica. As cachoeiras e rios do parque que possuem uma íntima relação com a história, cultura e religiosidade de matriz africana da cidade estão sendo degradadas, algumas delas estão completamente poluídas”, destaca o geógrafo e membro do GT de Combate ao Racismo Ambiental da Rede Brasileira de Justiça Ambiental (RBJA), Diosmar Filho. Apesar de morar na beira da Cachoeira de Oxum/Nanã, o que é considerado uma ocupação irregular, a doméstica Maria Euniudes de Jesus, 48, lamenta a situação atual das águas. “Está tudo poluído e abandonado. Há 23 anos, quando cheguei aqui havia 42 pessoas que trabalhavam na limpeza do parque,</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DG DU DP</p>

<p>hoje são só três. Sem falar na falta de segurança do local”, disse. O processo de devastação da vegetação nas margens e, principalmente, os esgotos lançados por dezenas de ocupações irregulares têm ameaçado a vida desses mananciais. O ex-superintendente do Ibama e ex-diretor geral do extinto Ingá, Júlio Mota, frisa que a cidade necessita de um código municipal de meio ambiente e um plano macro de drenagem urbana. “As políticas públicas existem e têm desprezado sistematicamente a conservação dos mananciais, com destaque para a perspectiva da qualidade. Por exemplo, a população não consome uma gota de água em Salvador. Isso mostra que as políticas públicas nessa área têm sido equivocadas. O que tem sido feito é tampar rio e aterrar lagoas, comprometendo a qualidade desses mananciais, diferente de outras capitais, como Belo Horizonte e Goiânia, que têm revitalizado suas águas”, sinaliza Júlio Mota. “Hoje, o que está mais ameaçado, em termos de ocupação irregular, é o Parque Metropolitano de Pituaçu. Por conta disso, estamos estudando uma nova delimitação para a poligonal (limites), recuperando áreas ocupadas por pessoas de alta e baixa renda”, destaca o diretor-geral do Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (INEMA), Júlio Mota. (...) “De fato as águas estão menos poluídas do que anos atrás, mas com a ocupação irregular a tendência é contrária. Não temos uma fiscalização efetiva e isso propicia a ocupação. Por exemplo, existem casas de grande porte que estão na beira de nascentes”, revela Menezes. O mesmo ocorre com o entorno da Lagoa do Abaeté, em Itapuã. A última área de restinga da cidade sofre o desmatamento associado principalmente à ocupação urbana intensiva, que causa processo de intenso de assoreamento e de poluição das águas. Fonte: Jornal A TARDE, 14/11/2011, Salvador e Região Metropolitana, p. A4.</p>		
<p>Lixo hospitalar é descartado próximo a Lagoa da Paixão</p> <p>“Isso é um absurdo”, bradou o líder comunitário João de Jesus Santana. A reclamação dele está relacionada ao lixo hospitalar encontrado, no último dia 4, na estrada da Nova Brasília, no Bairro de Valéria, a cerca de 50 metros da Lagoa da Paixão, principal nascente do Rio do Cobre. A lagoa ainda é utilizada pela comunidade local para o banho, apesar da série de riscos ocasionados pela degradação. A reportagem de A TARDE foi ao local na última sexta-feira, após denúncia, e constatou o despejo irregular, inclusive, em condições visíveis de contaminação do solo, com luvas e gazes espalhadas pelo solo molhado devido às chuvas. O Rio do Cobre forma parte do sistema de abastecimento de água de Salvador, por meio da barragem do mesmo nome, e corta todo o Parque São Bartolomeu, até desaguar na Enseada do Cabrito, na Península de Itapagipe. “É muito descaso com a comunidade e o meio ambiente, descartar lixo hospitalar em um local como este”, disse o líder comunitário João de Jesus. E acordo com o coordenador de Vigilância de Saúde Ambiental do Município (Vigisamb), Lourenço Ricardo Oliveira, qualquer tipo de lixo depositado próximo à nascente de rios e lagoas pode contaminar o lençol freático e, conseqüentemente, a população, o risco é ainda maior”, disse. Fonte: Jornal A TARDE, 14/11/2011, Salvador e Região Metropolitana, p.A4.</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DU DG DR</p>
<p>Obras de macrodrenagem começam ainda este ano</p> <p>Estão sendo concluído os trâmites do projeto que prevê o desvio do Canal Dois Irmãos, em Lauro de Freitas. As obras terão início ainda este ano e estão orçadas em pouco mais de R\$ 6,5 milhões. O projeto tem por finalidade desviar o curso do canal na altura da entrada do condomínio Encontro das Águas diretamente para o Rio Joanes. Atualmente, ele atravessa a Estrada do Coco em direção à Avenida Luiz Tarquínio e segue paralelamente a esta via até desaguar no Rio Ipitanga, contribuindo com as enchentes em diversos trechos da cidade. Está prevista a revitalização de duas lagoas, que servirão como regularizadora do fluxo, e a construção de 1.500 metros de canal. Segundo o diretor de Habitação da Conder, Ubiratan Cardoso, esta será a intervenção mais importante de drenagem pluvial já realizada no município. “Vai diminuir muito as inundações no centro da cidade”. Ele explica que os trabalhos serão iniciados a parti do Rio Joanes, em direção à montante. Assim, os benefícios poderão ser sentidos paulatinamente, e não apenas quando o projeto for concluído. (...) Toda a população de Portão, Vilas do Atlântico, Pitangueiras, Centro e todo o fluxo de pessoas que transitam</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DU DP</p>

<p>pelo comércio e serviços dessas regiões, algo entorno de 30 mil pessoas, serão beneficiadas pela obra. Segundo Moema, esta é uma obra de macrodrenagem que vai fazer a diferença no período da chuva para moradores e comerciantes e pessoas que transitam nessa região, porque vai tirar o grande volume de água da Boca da Mata, Sempre Verde e Luiz Tarquínio, locais em que, quando chove, a população chove muito com os alagamentos. (...) “Eu mesmo já fui vítima de inundações, com altos custos com conserto do meu carro. A expectativa é que, com estas obras, melhores o tráfego, a vida dos moradores e dos empresários. Espero que a gente não passe mais por estes transtornos”, reforçou Ary Mesquita, morador de Vilas do Atlântico. Fonte: Jornal A TARDE, 26/11/2011, Caderno Especial, Municípios, Lauro de Freitas, p. 6.</p>		
<p>Leitora exige que Embasa regularize abastecimento</p> <p>O Cidadão Repórter recebeu uma denúncia da leitora Lucinalva sobre problemas no abastecimento de água na Rua São Judas Tadeu, no bairro de Pernambués. Resposta da Embasa: “Com relação a reclamação da moradora do bairro do Pernambués, informamos que a equipe da Embasa vai estar no local para realizar o serviço de manutenção na rede que atende aquela localidade. O abastecimento de água deve ser regularizado na área, gradualmente, nas próximas horas. Fonte: Jornal A TARDE, 07/12/2011, Serviços, p. A6.</p>	<p>T-1</p>	<p>DU</p>
<p>Coelba esclarece falta de água em Mata de São João</p> <p>Parece estranho, mas a Coelba é a principal responsável pela falta de água que tira a paciência de boa parte dos Matenses. Nos últimos meses a falta de água foi constante na rotina das residenciais da sede do município. Segundo a Embasa, a falta de água se deve à falta de fornecimento de energia necessária para atender a demanda dos poços que abastecem boa parte da cidade. Em outras palavras, a demanda é maior que a oferta. Com relação aos questionamentos sobre a qualidade do fornecimento de energia em Mata de São João e fornecimento de água comprometido por faltas de energia, a Coelba esclareceu em nota que está executando, em Mata de São João, obras que visam melhorar a qualidade e confiabilidade do fornecimento de energia na região. Segundo a companhia, estão sendo investidos cerca R\$ 5,2 milhões na construção da Subestação de Mata de São João (que está em conclusão) e de um novo alimentador. A Coelba informar ainda que durante as intervenções, são realizados alguns desligamentos de curtíssima duração (inferiores há três minutos), necessários para manobras de transferências de cargas. “A Coelba já adotou as providências cabíveis para minimizar os impactos destes desligamentos no fornecimento de energia às unidades da Embasa, a fim de não comprometer o abastecimento de água.” Informa a nota. A previsão é que as obras da Subestação Mata de São João, que fica localizada entre Amado Bahia e o Bonfim sejam concluídas no próximo dia 20/12. Fonte: Jornalmaisregiao.com.br, 11/12/2011</p> <p>Disponível em: maisregiao.com.br/coelba-esclarece-falta-de-agua-em-mata-de-sao-joao/ Acessado em: 18 de janeiro de 2016.</p>	<p>T-1</p>	<p>DU</p> <p>DP</p>
<p>Áreas de dunas e restingas sobrevivem à depredação dos centros urbanos</p> <p>Locais utilizados para pesquisas acadêmicas, práticas de esportes e cultos de diversas religiões, as dunas que integram as áreas de restingas remanescentes na capital baiana abrigam rica fauna e flora em pleno cenário urbano. (...) “A área apresenta lagoas de coloração escuras intercaladas por dunas de areia branca móveis, semimóveis ou fixas. (...) Fonte: Jornal A TARDE, 18/12/2011, Salvador e Região Metropolitana, p.A10.</p>	<p>T-1</p> <p>T-2</p> <p>T-3</p>	<p>DR</p> <p>DG</p> <p>DP</p>

<p>APA do Abaeté é utilizada como templo religioso para missionário</p> <p>(...) “Escolhemos esse monte porque ele foi consagrado ao Senhor. Aqui é solo sagrado, que usamos para buscar a presença de Deus”, afirmou. O local faz parte da Área de Proteção Ambiental Lagoas e Dunas do Abaeté, preservada e mantida pela Secretaria de Estadual de Meio Ambiente. A gestora do Parque Metropolitano Lagoas e Dunas do Abaeté, Eliane Leão, conta que as grandes dificuldades em preservar as áreas de dunas localizada em ambiente urbano são a retirada de areias das dunas, queimadas, supressão de floresta nativa, utilização de veículo no local e especulação imobiliária. (...). Parque é opção de lazer e conhecimentos ecológicos: As pessoas só conseguem conservar o que conhecem. A afirmação, proferida por Jorge Santana, presidente da Universidade Livre das Dunas (Unidunas) (...) revela a importância de conhecer e preservar a área de restinga no cenário urbano. “Este é o último ecossistema de dunas, lagos e restingas totalmente conservado de Salvador”, contou. (...) O parque conta com 15 lagoas preservadas: oito perenes (nunca secam) e sete intermitentes (temporárias). Nele, é possível realizar trilhas e passeios ecológicos com o acompanhamento de professores voluntários. (...) Fonte: Jornal A TARDE, 18/12/2011, Salvador e Região Metropolitana, p.A10.</p>	<p>T-1 T-2 T-3</p>	<p>DR DG DU</p>
<p>40% da água que abastece Salvador é desperdiçada</p> <p>(...) O superintendente de operações da Embasa na Região Metropolitana de Salvador, Carlos Ramirez, afirma que até 40% da água que abastece a região é desperdiçada. A rede tem 7.322 km de onde jorra 10 mil litros de água por segundo. Assim até quatro mil litros de água são desperdiçados por segundo em Salvador e cidades vizinhas. Carlos Ramirez diz que parte deste é relacionada a vazamentos no sistema instalado nas ruas, reparados por equipes especializadas. Fraudes: Em seguida vem a perda gerada em ligações regulares nas quais são feitos desvios para reduzir o consumo, explica Ramirez. Por fim, existem as ligações clandestinas, muitas feitas em pontos de difícil acesso. Questionado sobre a qualidade do serviço oferecido pela Embasa, à qual, de acordo com o Procon-BA recebeu 5.262 queixas neste ano, Carlos Ramirez disse que 100% dos serviços da empresa são terceirizados se que existem falhas. (...) Fonte: Jornal A TARDE, 19/12/2011, Serviços, p. A10.</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DU DG DP</p>
<p>Revitalização do Parque São Bartolomeu será concluída em 6 meses, diz Estado</p> <p>Após mais de 20 anos de espera, o Parque São Bartolomeu estará completamente revitalizado dentro de seis meses, conforme garantia da Superintendência de Meio Ambiente (SMA), da Secretária de Desenvolvimento Urbano (Sedur) e da Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia (Conder), que estão à frente do projeto de recuperação da área. As obras de revitalização do espaço, localizado no subúrbio ferroviário, foram iniciadas em junho deste ano e prosseguem até julho de 2012. (...) A revitalização do espaço inclui o cercamento da área, a requalificação da Praça de Oxum, a criação de um horto étnico-botânico e a construção de equipamentos (...). A despoluição das águas será objeto de um outro projeto. (...) Fonte: Jornal A TARDE, 21/12/2011, Salvador e Região Metropolitana, p. A9.</p>	<p>T-1</p>	<p>DU</p>
<p>2012</p>		
<p>Falta de água em Arembepe</p> <p>Sou veranista em Arembepe e há um bom tempo a falta de água tornou-se um eterno sofrimento. A Embasa alega que o problema se resolverá com o término da construção de um poço, que vem se arrastando há séculos. No entanto, há uma situação no mínimo curiosa que venho observando nos fins de semana prolongados ou feriados como Natal e fim de ano. Nos bairros mais humildes há água nas torneiras, mesmo que fraca. Já nos condomínios, não cai uma só gota, o que força moradores a comercializarem carrossipas para abastecerem seus reservatórios e piscinas. Sinto cheiro de maracutaia. Fonte: Jornal A TARDE, 05/01/2012, Opinião, p. A2.</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DG DU DP</p>

<p>Falta água</p> <p>Já fiz inúmeros questionamentos e nada foi resolvido. Aqui em Lauro de Freitas, residencial Praia de Buraquinho a falta de água é constante, a última queixa alguém me ligou, marcou um horário me atrasei para o trabalho esperando, ele ligou novamente pedindo que uma equipe chegaria em 10 min e até hoje espero. (...) Fonte: Jornal A TARDE, 24/02/2012, Opinião, p. A2.</p>	<p>T-1</p>	<p>DU DP</p>
<p>Serviço de água tratada chega a 84,2 % dos habitantes do Estado</p> <p>(...). Agora o desafio é atingir a meta, recomendada pelo Ministério das Cidades, de 25% em desperdício de água – a diferença entre o fornecido e o efetivamente pago pelos usuários. Atualmente, a taxa está em 27%. Em 2007, o índice era de 32, 3%. (...) Mesmo assim, em Salvador, onde o abastecimento de água chega a 98,9% dos domicílios, a empregada doméstica Lourdes Miranda, 56, moradora de Periperi, fica sem água no verão. “Este ano por duas vezes não tinha uma gota”, disse. Fonte: Jornal A TARDE, 05/03/2012, Salvador e Região Metropolitana, p. A4.</p>	<p>T-1</p>	<p>DU DP</p>
<p>Nota de esclarecimento</p> <p>Com relação às matérias publicadas na mídia referindo-se a um cerco promovido pela Marinha, na área denominada pela imprensa de “Quilombo dos Macacos”, o Comando do 2º Distrito Naval esclarece o seguinte: (...) 3. A área, irregularmente ocupada, inserida no tombo da Vila Naval da Barragem, é objeto de uma ação reivindicatória, que não foi proposta pela Marinha do Brasil e sim pela União, através da Procuradoria da União no Estado da Bahia, correndo o feito pela 10ª Vara da Justiça Federal que determinou, em caráter liminar, em 4 de novembro de 2010, a sua desocupação, por entender que, além das necessidades futuras da Marinha para a utilização da área, as invasões representam perigo de degradação do meio ambiente e de poluição hídrica, uma vez que ali existem nascentes que abastecem a Barragem dos Macacos. (...) Fonte: Folhadoreconcavo.com.br, 05/03/2012. Disponível em: www.folhadoreconcavo.com.br/ultimas_noticias.php?codnoticia=7087_Acesso em: 13/04/2016</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DU DG</p>
<p>Falta de água é constante no Engenho Velho da Federação</p> <p>A falta de água no Engenho Velho da Federação incomoda a moradora Daniela Vergas. Ela diz que a falta de água é frequente na Terceira Travessa Apolinário Santana e só é possível encher vasilhas e tanques de madrugada, quando a água voltava, mas há uma semana a interrupção é constante. Resposta da Embasa: “Em atenção à reclamação de Daniela Vargas, informamos que equipes da Embasa identificaram dois vazamentos na rede de abastecimento que atende a localidade. (...) Fonte: Jornal A TARDE, 16/03/2012, Serviços, p. A6.</p>	<p>T-1</p>	<p>DU DP</p>
<p>Embasa homenageia Dia Mundial da Água</p> <p>(...). As ações têm como objetivo educar os moradores das comunidades para o uso sustentável da água. De acordo com a superintendente de Meio Ambiente e responsabilidade social, Ana Paula Meira, a população precisa se conscientizar de que a preservação desse recurso é responsabilidade de todos. “É importante destacar que nosso papel é, também, mostrar aos trabalhadores a importância de não desperdiçar água no processo de produção e distribuição do recurso”, afirma Ana Paula. Segundo os dados da Embasa, a empresa distribuiu 10.380 litros por segundo para Salvador, Lauro de Freitas e Simões Filho. Na capital, cerca de 2,8 milhões de pessoas são</p>	<p>T-1</p>	<p>DU DP</p>

<p>atendidas pela instituição, com abastecimento de água. Já nos municípios de Lauro de Freitas e Simões Filho (Grande Salvador), o número de consumidores chega a 214 mil e 99 mil, respectivamente. A empresa informou que não seria possível medir o consumo total de água os baianos, dividido às utilizações clandestinas do recurso. Fonte: Jornal A TARDE, 21/03/2012, Serviços, p.A6.</p>		
<p>Décadas de poluição destruíram a fauna e flora dos rios de Salvador</p> <p>Muitos moradores de Salvador não sabem, mas diversos rios cruzam a cidade, formando 12 bacias hidrográficas delimitadas. Entre eles se destacam os rios Camarajipe (ou Camarujipe), Jaguaripe e Cobre, sendo que os dois primeiros se encontram em grave estado de degradação, devido à grande quantidade de agentes poluentes que, há décadas, são despejados nos seus leitos, destruindo a vida animal e vegetal. Para o coordenador de Monitoramento do Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Estado da Bahia (Inema), Eduardo Topázio, um fator relevante para a qualidade das águas desses rios são as entradas de efluentes sanitários in natura através de drenagem pluvial ou ligações clandestinas. Quanto maior a concentração de pessoas na sua área de influência, maior a quantidade de esgoto e outros poluentes lançados nas suas águas. “Os três rios estão localizados em bairros com elevada taxa de ocupação. As características do esgoto doméstico variam em função dos usos da água e podem apresentar em sua composição, além de matéria orgânica, microrganismos patogênicos e substâncias tóxicas. O aporte de esgotos domésticos, a depender do volume, pode levar as substâncias reduções de oxigênio dissolvido podendo implicarem mortandade de peixes”, explica Topázio. Fonte: Jornal A TARDE, 22/03/2012, Projeto Especial de Marketing, Futuro da Água, p. 8.</p>	<p>T-1</p> <p>T-2</p>	<p>DU</p> <p>DG</p> <p>DP</p>
<p>Bacia do Camarajipe – O rio Camarajipe (ou Camarujipe) é um exemplo pelo despejo de esgotos domésticos. Maior rio de Salvador, ele já foi o responsável pelo abastecimento da cidade. Hoje é somente uma sombra do que foi até a primeira metade do século 20. Ele percorre 14 quilômetros do ponto onde nasce na Boa Vista do São Caetano até desaguar na Praia do Costa Azul. Ele chega a ter 20 metros de largura no trecho próximo à região do Iguatemi. No seu caminho até o mar, o Camarajipe recebe os afluentes da San Martin, IAPI (Loteamento Antônio Balbino), Barros Reis (Rio das Tripas) e forma, com um dos braços, o Rio Lucaia. Sua bacia possui uma área de 43, 816 km², com uma população de 729.557 habitantes. Na sua área, a ocupação é predominantemente residencial, com população de renda média e baixa, em estágio avançado de adensamento construtivo, coexistindo com muitas manchas de concentrações de atividade de comércio e serviço. Da nascente até a foz, o rio corta bairros densamente povoados, como Boa Vista de São Caetano, Campinas, Calabetão, Bom Juá, Retiro, Rótula do Abacaxi, Pernambués, Stiep e Costa Azul. Na altura do Iguatemi, o curso principal é desviado através de um interceptor que acompanha o leito subterrâneo do Rio Lucaia e capta toda sua vazão em tempo seco, e a conduz até uma estação de condicionamento prévio do Rio Vermelho (Embasa), onde é conduzido através do emissário submarino do Rio Vermelho. Em tempos chuvosos, uma parcela da vazão segue em direção à praia de Costa Azul pelo canal que corta o bairro. Fonte: Jornal A TARDE, 22/03/2012, Projeto Especial de Marketing, Futuro da Água, p. 8.</p>	<p>T-1</p> <p>T-2</p>	<p>DU</p> <p>DG</p> <p>DP</p>
<p>Bacia do Cobre – Em melhor estado de preservação, o Rio do Cobre nasce em Coutos (Lagoa da Paixão) e forma a primeira represa em Pirajá e depois, em Ilha Amarela, já dentro do Parque São Bartolomeu. Com uma área de 17, 98 km², possui uma população de 86.762 habitantes. Na Lagoa da Paixão, do lado direito da rodovia BA-528, o banho de rio ainda faz parte das atividades de lazer da comunidade local. A Lagoa do Cobre, outro ponto importante como nascente do rio do Cobre, forma parte do sistema de abastecimento de água de Salvador, através da barragem do mesmo nome para os bairros de Pirajá, Cabrito, Ilha Amarela, São Bartolomeu e Rio Sena, beneficiando uma população em torno de 100 mil habitantes. O rio corta todo o Parque São Bartolomeu, até desaguar na Enseada do Cabrito, na Península de Itapagipe, orla sul de Salvador, após percorrer uma distância de 10 km no município. O Rio do Cobre é o único, dos</p>	<p>T-1</p> <p>T-2</p> <p>T-3</p>	<p>DR</p> <p>DU</p> <p>DP</p>

<p>que existem em Salvador, que ainda tem vida, mesmo assim com uma série de riscos, por causa do processo de devastação da vegetação em suas margens e, principalmente, dos esgotos lançados por dezenas de ocupações irregulares ao longo do trajeto até a foz. Fonte: Jornal A TARDE, 22/03/2012, Projeto Especial de Marketing, Futuro da Água, p. 8.</p>		
<p>Bacia do Jaguaribe – Com suas nascentes nos bairros de Águas Claras, Valéria e Castelo Branco, o Rio Jaguaribe, cujo nome de origem tupi significa “Rio das Onças”, percorre uma distância de, aproximadamente, 15,2 km, passando pelos bairros de Jardim Nova Esperança, Cajazeiras, Castelo Branco, Sete de Abril, Canabrava, Novo Marotinho, Dom Avelar, São Marcos, Sete de Abril, Vale dos Lagos, Vila Canária e Alto do Coqueirinho, Nova Brasília, Trobogy, Mussurunga, Bairro da Paz e deságua em Piatã, na 3ª Ponte da Av. Octávio Mangabeira. A bacia do rio Jaguaribe que está totalmente inserida no município de Salvador, possui área de 58, 03 km² e envolve parte da Área de Proteção Ambiental do Abaeté. Segundo o coordenador do Inema, o rio apresenta vários afluentes de grande vazão, entre eles os Rios Trobogy, Cambunas, Mocambo, Águas Claras, Cabo Verde, Coroado, Leprosário, Córrego do Bispo entre outros. Fonte: Jornal A TARDE, 22/03/2012, Projeto Especial de Marketing, Futuro da Água, p. 8.</p>	T-1	DU DP
<p>Comunicado da Embasa a população de Mata de São João</p> <p>Através de comunicado a Embasa informa à população de Mata de São João que irá interromper o fornecimento de água tratada nesta terça-feira, 03/04, das 07 às 17h. Serão atingidas as seguintes localidades: Centro, Diamante, Bom Jesus, Caboré e Baixo. A paralisação do fornecimento será necessário para execução de serviços de manutenção no reservatório de água tratada, que abastece a Sede do Município de Mata de São João. De acordo com a nota emitida pela empresa, o abastecimento será gradativamente regularizado na noite do mesmo dia. Fonte: Jornalmaisregiao.com.br, 02/04/2012; Disponível em: maisregiao.com.br/comunicado-da-embasa-a-populacao-de-mata-de-sao-joao/ Acessado em: 18 de janeiro de 2016.</p>	T-1	DU
<p>Fornecimento de água é suspenso</p> <p>O fornecimento de água será interrompido hoje, a partir de 5h, em 88 bairros de Salvador e dez municípios da Região Metropolitana. De acordo com a Embasa, o serviço será suspenso por conta da duplicação das adutoras de água. Os equipamentos fazem parte do sistema de fornecimento que atende 60% da capital e parte da RMS. O abastecimento será regularizado a partir das 5h de quinta (5). A Embasa vai priorizar o envio de carros-pipa para hospitais, creches e escolas afetados pela interrupção do fornecimento de água. Confira algumas áreas atingidas: Cabula, Pernambués, Narandiba, Liberdade (parte), Massaranduba, Boa Viagem, Bonfim, Monte Serrat, Caminho de Areia, Ribeira, Castelo Branco, Cajazeiras, São Rafael, Paripe, São Tomé, Mussurunga, Patamares, Piatã, Itapuã, Praia do Flamengo, Stella Mares, São Cristóvão. Fonte: Jornal A TARDE, 04/04/2012, Salvador e Região Metropolitana, p. A5.</p>	T-1	DU DP
<p>Corte de água e tarifa maior</p> <p>A Embasa nos pregou uma bela peça na Páscoa: anunciou aumento de tarifas e cortes de fornecimento de água em boa parte da cidade e região metropolitana. É oportuno perguntar o que a Empresa, que tem uma excelente equipe de estudiosos e operadores de sistema de abastecimento de água, tem feito para reduzir os quase 40% de perdas, ou mais, do total de água tratada e distribuída. Fonte: Jornal A TARDE, 07/04/2012, Opinião, p. A2.</p>	T-1	DU DP

<p>Torneiras secas</p> <p>A Embasa parece ter perdido o controle da suspensão do fornecimento de água que vem fazendo em alguns bairros de Salvador, a pretexto da realização de obras. Ontem, moradores de Pau da Lima e de Castelo Branco, bairros vizinhos, travaram o trânsito por mais de duas horas no fim da manhã fazendo a clássica queima de pneus. Motivo: estão sem água a uma semana. Queimar pneus e travar o trânsito é sempre perverso porque às vezes mata gente. Mas, convenhamos, o motivo aí é justo. Fonte: Jornal A TARDE, 13/04/2012, Opinião, p. A2.</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DG DU DP</p>
<p>Área conserva recursos hídricos de grande importância para a cidade</p> <p>O Parque São Bartolomeu integra o Parque Metropolitano de Pirajá, considerado o maior remanescente de mata atlântica em área urbana no País, com 1.550 hectares, conectado à Área de Proteção Ambiental (APA) da Bacia do Cobre, originária da Lagoa da Paixão (Simões Filho), e a Enseada do Cabrito, na Baía de Todos os Santos. As quatro cachoeiras (Oxum, Nanã, Oxumaré/São Bartolomeu e Cobre), mais o Rio do Cobre e a sub-bacia Mané Dendê sofrem com a degradação ambiental, fruto da ocupação desordenada dos bairros limítrofes. Impressionantes pela beleza, esses recursos naturais tornaram-se fétidos devido ao despejo de esgoto e lixo. Por conta da poluição, pouco se consegue enxergar do leito do Rio do Cobre, coberto por plantas como as baronesas, no trecho que corta o parque. Como agravante, o curso desse corpo hídrico também padece com o assoreamento (presença maciça de areia). Recuperar a vitalidade das águas que atravessam o parque não será tarefa fácil, segundo o diretor-geral do Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Inema), Júlio Mota. “Assim como os demais rios urbanos”, diz. (...) Fonte: Jornal A TARDE, 17/05/2012, Salvador e Região Metropolitana, p. A4.</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DMO DR DG DU DP</p>
<p>Patrimônio ambiental é cenário de riqueza histórica e religiosa</p> <p>(...). Por reunir recursos naturais, como cachoeiras, o local passou a ser visitado por grupos de romeiros, em busca de cura para doenças entre as décadas de 1979 e 1980. O parque também é considerado um santuário para os adeptos das religiões de matriz africana. “Nossa preocupação é quanto ao aporte de verbas para recuperar as matas e mananciais, além de melhoria na questão da segurança”, cobra o presidente da Associação Brasileira de Preservação do Culto Afro-ameríndio (AFA), Leonel Monteiro. Famílias resistem em deixar o São Bartolomeu: Com as obras de revitalização do Parque São Bartolomeu iniciadas há nove meses, (...). As 441 famílias que residem no entorno do parque, localizado entre Pirajá e a comunidade São Bartolomeu, no subúrbio ferroviário, precisam ser reassentadas para dar seguimento ao programa de requalificação urbana da região. (...) “Olha, moço, ainda não me fizeram proposta oficial. Sair ou não queria, não. Mas, se for para despoluir a beleza natural, melhorar, não tem jeito” (...) Fonte: Jornal A TARDE, 17/05/2012, Salvador e Região Metropolitana, p.A4.</p>	<p>T-1 T-2 T-3</p>	<p>DG DR DMO DU DP</p>
<p>Itaipava vem para a Bahia...</p> <p>O Grupo Petrópolis – detentor das marcas de cerveja Itaipava e Crystal – já adquiriu um terreno na Bahia para construção da sua primeira unidade fabril na região Nordeste. (...) Gente essa é uma grande oportunidade para Mata de São João, prefeito e vereadores, a cidade precisa dessa indústria, afinal temos de tudo para ser a cidade escolhida, temos boa água, temos espaço, temos muita gente desempregada no município, vamos bater na porta do governador... Fonte: Jornal Voz Matense, 18/05/2012; Disponível em: http://vozmatense.blogspot.com.br/2012/05/itaipava-vem-para-bahia.html. Acessado em: 18 de janeiro de 2016.</p>	<p>T-1</p>	<p>DU DP</p>

<p>Conservação da Lagoa do Abaeté é discutida em seminário</p> <p>Um dos principais cartões postais da Bahia, a Lagoa do Abaeté está precisando de manutenção e da atenção do poder público. “A água está secando e o turismo foi afastado do local. Precisamos que os gestores olhem para o lado de cá”, comenta o aposentado e morador do bairro de Itapuã Alberto Souza, 63 anos. (...) “Precisamos tomar medidas urgentes para salvar a lagoa e a sua história, com a tradição das lavadeiras e os rituais que são realizados”, diz Alberto Souza. Fonte: Jornal A TARDE, 20/05/2012, Salvador e Região Metropolitana, p. A7.</p>	<p>T-1 T-2 T-3</p>	<p>DG DU</p>
<p>Reserva verde resiste no coração da metrópole</p> <p>A poucos metros de uma das avenidas mais movimentadas de Salvador, a Luiz Vianna Filho (Paralela), sotopolitana podemos usufruir de uma área de quase 1,5 milhão de metros quadrados de vegetação preservada, com predomínio de espécies da fauna e flora nativas da mata atlântica. Encravada entre asfalto, condomínios e bairros populares, a área de mata fechada, pertence ao 19º Batalhão de Caçadores, do Exército, conta ainda com uma represa – conhecida como Dique do Cascão – com cerca de 4,4 mil m² de espelho d’água. Há até pouco tempo, porém, estava ameaçada por um problema crítico: a poluição. O Dique do Cascão foi idealizado no século XIX pelo engenheiro Teodoro Sampaio para ser o primeiro reservatório de abastecimento do Estado. Apesar da importância histórica e ambiental, as águas do Cascão estavam comprometidas por ligações clandestinas de esgoto doméstico, conforme relato de A TARDE em 19 de setembro de 2008. “O mau cheiro contrasta com a beleza do lugar”, comentava, à época (...). A situação hoje é bem diferente. Após trabalho do comando do 19º BC, da Empresa Baiana de Saneamento (Embasa) e de pesquisadores da Unijorge, em parceria com moradores das comunidades vizinhas, emissões clandestinas de esgoto foram interrompidas e já não há odor desagradável. Sons, imagens e cheiro da mata preservada estão em sintonia e convidam à contemplação. Por alguns minutos, é possível até esquecer que estamos em Salvador. (...) “A Embasa vem ao longo desse tempo perseguindo a retirada de contribuições clandestinas nos corpos d’água. E atualmente estamos implantando rede coletora de esgotos no 19º BC”. O último estudo sobre a potabilidade do dique, realizado em 2010, apontou mais indicadores de ambiente de boa qualidade do que de má qualidade, conforme explicou o biólogo Sérgio Senna, responsável pela investigação. Apesar disso, para ratificar a recuperação do reservatório, ainda é necessário um levantamento mais aprofundado, que deve ser realizado ainda este mês por um grupo de pesquisadores da Unijorge. Fonte: Jornal A TARDE, 01/07/2012, Salvador e Região Metropolitana, p. A4.</p>	<p>T-1</p>	<p>DU</p>
<p>Pesquisadores destacam a importância da mata</p> <p>(...). O reservatório de água e a faixa de vegetação nativa também conferem melhorias para a qualidade de vida de quem mora nas áreas do entorno. (...) A população também é beneficiada com a opção a mais para o lazer. Por estar situada em área militar, a reserva é aberta ao público mediante autorização prévia. Estão liberados passeios escolares, grupos de caminhada e até pesca artesanal na represa. Fonte: Jornal A TARDE, 01/07/2012, Salvador e Região Metropolitana, p. A4.</p>	<p>T-1</p>	<p>DR</p>
<p>Trabalho teve reflexo positivo na urbanização do entorno</p> <p>A recuperação do Dique do Cascão envolveu também intervenções para urbanização da comunidade Amazonas de Baixo. Além da criação da rede de esgotos, pela Embasa, a Prefeitura de Salvador atuou com drenagem de canais, e integrantes do 19º BC fizeram excursões de conscientização ambiental no bairro. Ganharam o ecossistema da represa e os moradores do entorno. “Não vou dizer que está cem por cento, mas melhorou muito. Principalmente os alagamentos”, comentou Luís Henrique Martins Duarte, que mora na Amazonas há 40 anos. “Vivi aqui muito tempo e não sabia que tinha um lugar</p>	<p>T-1 T-2 T-3</p>	<p>DU DR</p>

<p>tão lindo aqui perto”, complementou. Ele lembra que os passeios ao Dique, quando organizavam grupos para pesca artesanal, precisavam ser interrompidos devido ao nível de poluição das águas. Animado, Luís cobra dos órgãos a manutenção dos trabalhos para que o avanço não seja perdido. Hoje, por segurança, não é permitido tomar banho no dique, mas a pesca voltou a ser liberada. Fonte: Jornal A TARDE, 01/07/2012, Salvador e Região Metropolitana, p. A4.</p>		
<p>Leitor reclama da falta de água no bairro da Cidade Nova</p> <p>O Cidadão Repórter recebeu uma reclamação do leitor Lúcio Escobar sobre falta de água no bairro da Cidade Nova. Segundo ele a população local sofre com problema de abastecimento há dias. Resposta da Embasa: Com relação à reclamação de morador do bairro Cidade Nova, informamos que a irregularidade no abastecimento foi decorrente de correção de vazamento em equipamento da rede distribuidora que abastece a água. Os serviços de manutenção foram executados e o fornecimento está sendo regularizado gradativamente. Fonte: Jornal A TARDE, 19/07/2012, Serviços, p. A8.</p>	<p>T-1</p>	<p>DU</p>
<p>Poluição e violência prejudicam vocação turística de Dias D’Ávila</p> <p>A descoberta das qualidades terapêuticas das águas do Rio Imbassaí, pelo padre Jesuíta e naturalista Camilo Torrend, fez Dias D’Ávila uma requisitada estância hidromineral até as últimas décadas do século passado. Hoje, o antigo reduto de famílias que buscavam a saúde no campo e posteriormente de trabalhadores atraídos pelo sonho do emprego, com a chegada do Polo Petroquímico, enfrenta, o crescimento desordenado, o que alavancou a violência, condições precárias de saneamento e problemas com a infraestrutura da cidade. Até os anos 70, o município era um dos maiores polos turísticos visitados por pessoas que buscavam o clima ameno e os efeitos curativos da lama que brotava das margens do rio e considerada medicinal. Atualmente, o Rio Imbassaí está assoreado e com a larga bacia que se formava na praça central coberta de baronessas devido à poluição. (...) Segundo o secretário municipal de desenvolvimento econômico e transporte, Samuel Costa, a falta de consciência de empresários e moradores colaborou para o estado atual do Rio Imbassaí. “Os habitantes atiram lixo. Muitas empresas cavam poços artesianos, prejudicando o volume de água”, apontou. Questionado se existe projeto da prefeitura para revitalizar o manancial, o secretário alegou dificuldades econômicas do órgão. “É projeto que envolve valores altos, para investir em pesquisa, recuperar a nascente e as matas ciliares”, tentou justificar, ao acrescentar o aumento da ocupação às margens do rio. Fonte: Jornal A TARDE, 25/08/2012, Salvador e Região Metropolitana, p. A6.</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DG DU DP</p>
<p>Degradação do Rio Imbassaí levou hotel a encerrar as atividades</p> <p>A degradação ambiental trouxe problemas financeiros para quem investiu no potencial turístico da região. Osório Santos, de 51 anos, acredita que este foi o motivo que levou o Hotel Balneário Dias D’Ávila a fechar as portas. Fundando em meados dos anos 60, com 48 apartamentos e 24 cabanas, a hospedagem chegou a 60 funcionários durante o apogeu. (...) No Balneário Público, o quadro atual do Rio Imbassaí beira a desertificação, por causa do assoreamento causado pela retirada da vegetação das margens. Como agravante, lixo, esgoto doméstico e até pneus são lançados no curso d’água. Nada que lembre o lugar onde ficava as melhores fontes de água e por isso apelidada “Cidades das Águas”. Segundo o ambientalista Paulo Cunha Moraes, o atual estado do rio é sinal de poluição. Já o engenheiro ambiental Paulo Gomes diz que indicadores ambientais mensurados revelaram que o rio está nos limites da Resolução Conama 357/05. “É preciso fazer algo rápido. Dias D’Ávila era conhecida pela importância das águas e isso está acabando”, afirma. (...) “Aqui era cheio de gente. O movimento maior era por causa do rio que, hoje, está seco e poluído”, lembrou o caseiro do Hotel Balneário Dias D’Ávila. (...) A natureza exuberante de outrora atraiu novos moradores, como o desceite de italianos Silvio Allário, 87, que mora num sítio</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DG DU DP</p>

de mil metros quadrados, no Loteamento Amid'Ávila, há 41 anos. “Naquele tempo, era um paraíso. Lamento não poder mais tomar banho no rio, com essa sujeira toda”, disse ele. Fonte: Jornal A TARDE, 25/08/2012, Salvador e Região Metropolitana, p. A6.		
<p>“A justiça está mais uma vez do nosso lado”, declara Francisco</p> <p>(...). Com o seu PDC (Plano Desenvolve Candeias), Sargento Francisco vai fazer uma verdadeira mudança no bairro da Saboaria. “Temos um projeto, juntamente com o governo federal, através do PAC [Programa de Aceleração do Crescimento], e vamos fechar o canal de esgoto que passa por aqui, acabando de vez com os problemas que atormentam esta localidade”, garantiu. (...) . Fonte: Folhadoreconcavo.com.br, 21/09/2012; Disponível em: folhadoreconcavo.com.br/ultimas_noticias.php?codnoticia=8659. Acesso em: 13/04/2016</p>	T-1	DU DP DG
<p>Bairros ficarão sem água na segunda</p> <p>Serviços de manutenção da Embasa deixarão 60% dos bairros da capital e oito municípios sem água na próxima segunda-feira. A suspensão do fornecimento está prevista para ocorrer a partir das 2 horas. O restabelecimento do serviço será feito gradativamente até a noite. Na lista dos bairros que devem ficar sem água estão parte do Bonfim e outras localizados da Cidade Baixa, Mata Escura, Alphaville e Patamares. Os municípios afetados são Lauro de Freitas, Candeias, São Francisco do Conde, Madre de Deus, Santo Amaro, Amélia Rodrigues, parte de Camaçari e Simões Filho. Fonte: Jornal A TARDE, 02/11/2012, Salvador e Região Metropolitana, p. A4.</p>	T-1	DU DP
<p>Principais bacias hidrográficas da cidade estão poluídas</p> <p>A capital baiana tem 12 bacias hidrográficas em sua extensão. No entanto, muitas delas são consideradas como grandes esgotos a céu aberto pela população. Do total, seis deságuam no mar e levam até ele garrafas de plástico e muita sujeira. A falta de consciência ambiental dos soteropolitanos é apontada como um dos principais fatores para a sujeira das praias e rios de Salvador. (...) Fonte: Jornal A TARDE, 03/11/2012, Salvador e Região Metropolitana, p. A4.</p>	T-1 T-2	DG DU DP
<p>Bairros de Salvador e RMS ficam sem água nesta segunda</p> <p>Mais de 60% dos bairros de Salvador e oito municípios da região metropolitana (RMS) vão ficar sem água nesta segunda-feira, 5. De acordo com a Embasa, o fornecimento será interrompido a partir das 2h da madrugada para a realização de serviços de melhoria no sistema integrado de abastecimento de água de Salvador e região metropolitana. A previsão é que o serviço de abastecimento seja regularizado gradativamente, a partir da noite de segunda-feira, dia 6. O atendimento com carros-pipas será feito, preferencialmente para hospitais, creches e escolas. Confira a lista de bairros que serão afetados pela falta de água: Parte do Bonfim, Monte Serrat, Calçada, Mares, Roma, Jardim Cruzeiro, Massaranduba, Boa Viagem, Caminho de Areia, Ribeira; Iapi, Pero Vaz, parte da Liberdade, Curuzu, parte da Av. Barros Reis, Largo do Retiro, Av. San Martin, parte de Santa Mônica, Alto do Pará, parte do Cabula, Pernambucoés, Jardim Brasília, Engomadeira, Arraial do Retiro, Narandiba, Saboeiro, Tancredo Neves; Sussuarana, Mata Escura, Calabetão; São Caetano, Fazenda Grande, Boa Vista de São Caetano, Capelinha; Plataforma, Alto do Luso, Ilha Amarela, Conjunto Senhor do Bonfim, Loteamento Planalto Real, Rio Sena, parte de Periperi, Alto da Teresinha, Plataforma, Itacaranha, Escada, parte de Praia Grande, Alto do Cruzeiro, parte do Lobato, São Bartolomeu, Boa Vista do Lobato, Alto da Boa Vista, Alto do Cabrito, parte do Jardim Lobato; Jardim Esperança, Loteamento Marotinho, Sete de Abril, Nova Brasília, Canabrava, Colinas de Pituçu, Pau da Lima e São Marcos, Av. São Rafael; Castelo Branco, Cajazeiras 2 a 7, 8, 10, 11, Fazenda Grande 1</p>	T-1	DU DP

<p>a 4, Jardim Mangabeira, Dom Avelar, Águas Claras, Vila Canária, Pau da Lima; Pirajá, Conjunto Pirajá, Marechal Rondon, Campinas de Pirajá; Paripe, São Tomé (Parte Alta), Bate Coração, Vila Naval, Ilha de São João, Alto de Coutos, Vista Alegre, Nova Constituinte, Paripe; São Tomé (Parte Baixa), Colina do Mar e Tubarão; Fazenda Coutos 1 a 4; Alphaville, CAB, Mussurunga, Narandiba (parte), Av. Orlando Gomes, Paralela, Patamares, São Cristovão, Trobogi, Alto Coquerinho, Itapuã, Nova Brasília, Placaford e Nova Conquista, Bairro da Paz, Loteamento Alamedas da Praia (parte), Praias do Flamengo e Stella Maris, Vila dos Sargentos, Jardim Piatã e Placaford. Ilha dos Frades, Ilha de Bom Jesus dos Passos e Ilha de Maré; Região Metropolitana - Lauro de Freitas, Candeias, Madre de Deus, São Francisco do Conde, Santo Amaro, Amélia Rodrigues, parte de Camaçari (localidades Busca Vida e Sucupió) e parte de Simões Filho (Simões Filho I, Góes Calmon, Centro, Loteamento Luis Eduardo, Loteamento Engenho Novo, Loteamento Cristo Reis, Jardim Renatão e Pau da Rola). Fonte: Folhadoreconcavo.com.br, 05/11/2012; Disponível em: http://www.folhadoreconcavo.com.br/ultimas_noticias.php?codnoticia=9113; Acesso em: 13/04/2016</p>		
<p>Bairros da cidade ficam sem água</p> <p>Mais de 60% dos bairros de Salvador, como Monte Serrat, Cajazeiras 11, Itapuã, e oito municípios entre os quais Lauro de Freitas, ficarão sem água hoje. A Embasa interrompeu o fornecimento a partir das 2 horas da madrugada para realizar serviços de melhoria no sistema integrado de abastecimento de água de Salvador e região metropolitana. A previsão é que o serviço de abastecimento seja regularizado gradativamente, a partir da noite desta segunda-feira. A empresa justifica que os serviços vão melhorar a oferta de água na capital baiana e RMS, garantindo um melhor abastecimento no verão. Fonte: Jornal A TARDE, 05/11/2012, Salvador e Região Metropolitana, p. A4.</p>	T-1	DU DP
<p>Falta de água que afetou 60% de Salvador é rotineira em vários bairros</p> <p>Para 60% da população de Salvador, a segunda-feira (5) foi de economia de água, depois do corte de abastecimento da Embasa. Moradores de alguns bairros, porém, afirmam que, com reparo ou sem, a falta de água em casa é recorrente. Fonte: http://www.correio24horas.com.br/detalhe/noticia/falta-de-agua-que-afetou-60-de-salvador-e-rotineira-em-varios-bairros/, 06/11/2012, Atualizado em 06/11/2012 07:15:38, Acesso em?</p>	T-1	DU DP
<p>Imbassaí está entre os rios com melhor qualidade de água da Bahia</p> <p>Um estudo minucioso iniciado há seis anos (as coletas são realizadas a cada três meses) em 140 rios e 374 outros corpos d'água traça um diagnóstico sombrio na rede hidrográfica que corta todas as regiões da Bahia. As ligações de esgoto clandestinas, a ocupação desordenada do solo, o desmatamento das bacias, a coleta irregular do lixo e a poluição estão provocando alterações no volume dos rios, lagos e reservatórios, contaminando os aquíferos, degradando os mananciais e causando impactos negativos na qualidade e quantidade dos recursos hídricos. Os dois rios que têm a pior qualidade de água da Bahia estão localizados na Região Metropolitana de Salvador: Camarajipe (capital) e Camaçari, que atravessa a cidade mais industrial do estado. O rio Camarajipe impressiona pela poluição. Duas amostras coletadas em pontos diferentes apresentam o mesmo resultado: água de péssima qualidade. No outro extremo, Camaçari também possui o rio (Capivara) com a melhor qualidade de água da Bahia. Outros rios com qualidade excelente de água são Imbassaí (Mata de São João) e Gritador (Piatã). Apesar de todos os problemas, com exceção do semiárido, região que apresenta um déficit permanente, a quantidade e a qualidade da água baianas são consideradas satisfatórias. O trabalho de monitoramento analisa os aspectos físicos, químicos e biológicos da água. Desde 2007, quando começou a segunda etapa do projeto, até o final do mês passado, a Embasa implantou quase 650 mil ligações</p>	T-1 T-2	DG DU DP

<p>domiciliares de água, beneficiando em torno de 2,5 milhões de pessoas. Em relação ao serviço de esgotamento sanitário, no mesmo período, foram realizadas aproximadamente 295 mil ligações intradomiciliares de esgoto, atendendo a 1,3 milhão de pessoas. Fonte: Jornalmaisregiao.com.br, 16/11/2012; Disponível em: http://maisregiao.com.br/imbassai-esta-entre-os-rios-com-melhor-qualidade-de-agua-da-bahia/. Acessado em: 18 de janeiro de 2016.</p>		
<p>Qualidade da água em rios de Salvador será avaliada</p> <p>(...) O grupo monitorará dois rios urbanos da capital a partir de coleta e exame da qualidade da água: o Pituáçu e Jaguaribe. Os dados serão comparados com os foram obtidos em agosto de 2010, quando foi realizado o mesmo procedimento pela fundação. Os resultados serão informados no site. A ONG faz a coleta de água utilizando técnica desenvolvida pelo programa Rede das Águas, da própria fundação SOS Mata Atlântica. A análise engloba 14 parâmetros físico-químicos, como lixo, odor, oxigênio, dentre outros aspectos. (...) Em 2010, o Rio Jaguaribe somou 30 pontos e o Rio Pituáçu 32. Ambos ganharam classificação regular. (...). Fonte: <i>Jornal A TARDE</i>, 30/11/2012, Salvador e Região Metropolitana, p. A6.</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DCC DU</p>
<p>Falta de água causa manifestação</p> <p>A falta de água motivou manifestação de moradores da Estrada Velha do Aeroporto na manhã de ontem. Segundo informações da Transalvador, o trânsito foi interditado com queima de pneus por causa da falta de fornecimento há mais de oito dias, nas proximidades do Loteamento Vila Mar e Nova Brasília. (...) Fonte: <i>Jornal A TARDE</i>, 27/12/2012, Salvador e Região Metropolitana, p. A6.</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DU DG DP</p>
<p>2013</p>		
<p>Candeias: Queda de energia provoca vazamento de adutora em Candeias</p> <p>Uma válvula da adutora principal do sistema de abastecimento de água de Salvador e Região Metropolitana, situada na BR-324, vazou na manhã desta terça-feira (8). A interrupção foi provocada por uma queda de energia na noite de segunda-feira (7), entre às 22h e 0h, segundo a Embasa. O vazamento ocorreu em Candeias, após parada de quatro horas do fornecimento da Estação de Tratamento de Água Principal. De acordo com informações da Embasa, o sistema deve ser normalizado a partir das 12h desta terça-feira (8), de forma gradativa, caso não haja problemas no retorno do fornecimento de água, afirma o órgão. Fonte: <i>Bahianoticia.com.br</i>, 09/01/2013; Disponível em: http://www.bahianoticia.com.br/index.php/blog-de-noticias/categorias/noticias/item/424-candeias-queda-de-energia-provoca-vazamento-de-adutora-em-candeias.html ;Acesso em: 20/04/2016</p>	<p>T1</p>	<p>DU DP</p>
<p>Desvio de água gera perdas de R\$ 10 milhões</p> <p>Segundo levantamento realizado pela Empresa Baiana de Águas e Saneamento (Embasa), ações fraudulentas envolvendo a distribuição de água foram responsáveis pelo desvio de mais de 3,4 bilhões de litros na capital e demais cidades da Grande Salvador em 2012. De acordo com a empresa, a quantidade de água roubada é suficiente para abastecer Salvador por seis dias e cidades como Jequié (151.820 habitantes) por um ano. Foram registrados em torno de 27 mil casos de irregularidades no ano passado, o que resultou em um prejuízo de cerca de R\$ 10 milhões. Em 2011, os desvios de água gerados por ações fraudulentas em lava-jatos e ligações irregulares foram de 1,3 bilhão de litros. De acordo com o superintendente de abastecimento da Embasa em Salvador e região metropolitana, José Moreira, a média mensal de consumo de uma família em Salvador é de 13,6 mil litros de água. Nos locais onde são feitos os gatos, o consumo é quase o triplo (em torno de 34 mil litros). "Quem tem uma ligação irregular não paga e não se preocupa quando tem vazamento nem em poupar água com medidas simples, como desligar o chuveiro enquanto se ensaboa", afirmou.</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DG DU DP</p>

<p>Segundo ele, a quantidade desperdiçada é calculada a partir do volume direcionado para determinada região e o volume registrado pelos hidrômetros da empresa. "Além do prejuízo financeiro, retiramos mais água das barragens, gastamos mais energia e produtos como o cloro. Isso tudo é jogado fora", lamentou Moreira. No entanto, o superintendente garantiu que o prejuízo financeiro é absorvido pela empresa e não resultaria em aumento de tarifa. "A tarifa é ajustada anualmente, com base nos gastos com energia elétrica, compra de veículos e reajuste de salário dos funcionários, por exemplo", explicou. Moreira informou que 95% do total de água que abastece as cidades da Grande Salvador são destinados à capital. Impacto: Para a ambientalista Telma Lobão, a preocupação com o desperdício de água é importante, mas representa apenas a "ponta do iceberg" do problema. "A população tem aumentado e, consequentemente, o gasto de água também é elevado. Estas empresas simplesmente captam essas águas naturais, e não se preocupam com a preservação", criticou. Telma defendeu que é necessário investimento em reflorestamento para evitar que a água fique escassa dentro de alguns anos. "As nascentes dos rios estão sendo desmatadas e a tendência é que estes locais desapareçam se nada for feito", apontou. "Se a população gasta água é porque precisa. Em vez de ficar cobrando que a população gaste menos, devem investir na preservação", argumentou a ambientalista. Fonte: Jornal A TARDE, 18/01/2013, Salvador e Região Metropolitana, p. A4.</p>		
<p>Irregularidades: Na manhã de ontem, a equipe de reportagem esteve nos bairros de Sussuarana, Nova Sussuarana e Novo Horizonte, considerados locais críticos pela Embasa em relação ao desvio de água, tendo encontrado diversas irregularidades, entre lava-jatos e ligações clandestinas. O gerente operacional Valter Gonzaga acompanhou A TARDE durante a visita. Segundo ele, ao identificar a irregularidade, agentes da Embasa retiram a ligação. "Mas os moradores logo refazem. É muito fácil fazer um gato porque, diferentemente da rede elétrica, não há risco de choque e morte. Além disso, o material utilizado é barato", complementou. Uma das fraudes encontradas foi na casa da aposentada Josefa a Maria da Conceição, 72, em Novo Horizonte. "Meu filho construiu um barraco no fundo da minha casa e fez isso aí. Eu estou em dia com a Embasa, mas ele está demorando em regularizar a situação", disse. Conforme explicou Gonzaga, as instalações clandestinas prejudicam, principalmente, as pessoas que moram nas áreas mais altas da cidade. "Isso porque estas ligações diminuem a pressão na tubulação e a água não consegue subir para as residências", revelou. A aposentada Josélia Ramos, 59, está entre os prejudicados: "Precisei colocar um reservatório próprio, pois a água não tinha força para chegar à torneira". Fonte: Jornal A TARDE, 18/01/2013, Salvador e Região Metropolitana, p. A4.</p>	T-1	DU DG DP
<p>Lava-jatos desperdiçam 51 milhões de litros por mês</p> <p>De acordo com levantamento da Embasa, cerca de 850 lava-jatos causam um desperdício de cerca de 51 milhões de litros por mês. Esta quantidade seria suficiente para abastecer em torno de cinco mil famílias durante o mesmo período. "O grande número de clandestinos, fraudes e lava-jato irregulares acaba desviando água que deveria abastecer as ligações regulares", afirmou José Moreira. Os lava-jatos irregulares são encontrados em bairro populares, como Sussuarana, Canabrava e Sete de Abril, assim como em áreas nobres, como Pituba e Costa Azul. "Quando identificamos a irregularidade, arrancamos os tubos, mas pouco tempo depois o lava-jato está refeito", disse Moreira. (...) Fonte: Jornal A TARDE, 18/01/2013, Salvador e Região Metropolitana, p. A4.</p>	T-1 T-2	DG DU DP
<p>Lauro de Freitas: Grande quantidade de peixes é encontrada morta em rio</p> <p>A maior parte da população de peixes adultos do Rio Sapato, em Lauro de Freitas, cidade na região metropolitana de Salvador, foi encontrada morta na sexta-feira (18), informou o secretário municipal de Serviços Públicos, Giuseppe Bertolino Pipolo, neste sábado (19). Segundo ele, um dos motivos para a morte dos bichos pode ser o baixo lençol freático do rio, que teria muita água misturada ao esgoto da cidade. O secretário</p>	T-1 T-2	DG DU

<p>afirma que uma equipe de biólogos vai averiguar a qualidade da água e dar um parecer sobre a morte dos peixes. O trabalho de limpeza do rio foi iniciado na manhã deste sábado. A vegetação que fica na linha d'água do rio será cortada e o material levado para a central de poda, informou o secretário. Em seguida, os peixes serão retirados do rio. Fonte: Folhadoreconcavo.com.br, 20/01/2013; Disponível em: http://www.folhadoreconcavo.com.br/ultimas_noticias.php?codnoticia=10151</p> <p>Acesso em: 13/04/2016</p>		
<p>Prefeitura anuncia limpeza e plantio para atenuar a degradação</p> <p>Tão consensual quanto o calor intenso, a necessidade de políticas públicas mais sérias para a conservação dos recursos hídricos é apontada como urgente pelos especialistas. “A qualidade dos nossos rios e lagoas se constitui em um grande problema ambiental hoje. É preciso que sejam tomadas medidas urgentes para reverter o processo de poluição em curso e evitar que o que ainda resta seja destruído”, ressalta a pesquisadora Elisabete Santos. Para atenuar a degradação, a especialista ainda sugere outras medidas: “É preciso universalizar o acesso aos serviços de esgotamento sanitário, monitorar atividades econômicas poluentes, controlar o desmatamento e a impermeabilização do solo”. O ambientalista Renato Cunha crítica que há poucas políticas na área. “Se faz muito aquém do necessário”, diz. Ações: Limpar e plantar árvores. É basicamente esse o plano da prefeitura municipal para reverter o quadro de degradação dos recursos hídricos soteropolitanos. “É um fenômeno realmente preocupante. Já enviamos técnicos para elaborar diagnósticos e avaliar o que podemos fazer”, afirmou o secretário da Cidade Sustentável do município, Ivanilson Gomes, explicando que a pasta possui poucos técnicos. Embora reconheça a necessidade de políticas mais agressivas ao problema, o secretário afirmou que, de início, irá limpar as lagoas para que estas acumulem o máximo de água possível – quando chover. “A chuva é fundamental”, diz. Já no Abaeté, sob jurisdição do Estado, o Inema declara que continuará as políticas em curso de conservação e monitoramento. Fonte: Jornal A TARDE, 07/03/2013, Salvador e Região Metropolitana, p. A8.</p>	<p>T-1</p> <p>T-2</p>	<p>DG</p> <p>DU</p> <p>DP</p>
<p>Qual a importância dos corpos hídricos para a cidade?</p> <p>A qualidade de vida na cidade depende da qualidade dos seus espaços públicos e do seu patrimônio natural. (...) Construimos um espaço de lazer na Av. Centenário “entubando” o Rio dos Seixos, resolvemos o problema do mau cheiro e da muriçoca no Imbuí da mesma forma. (...) Quais são os impactos da degradação das águas? (...). Os nossos rios estão desaparecendo, as nossas praias não são tão limpas e a nossa vegetação está sendo devastada em nome de um crescimento que é predatório e especulativo. Nossas ruas, praças e parques são lugares que oferecem mais risco do que prazer e segurança. O que se deve fazer? Reconstruir a nossa relação perdida com a natureza é fundamental. Em Salvador, isso significa a reconstrução da relação com as águas. O que é o 2 de fevereiro? É um dia de ode às águas. Se conseguirmos cuidar de nossas águas certamente teremos uma cidade melhor. Fonte: Jornal A TARDE, 07/03/2013, Salvador e Região Metropolitana, p. A8.</p>	<p>T-1</p> <p>T-2</p>	<p>DU</p> <p>DP</p> <p>DG</p>
<p>Embasa promove “acionamento camuflado” em Salvador</p> <p>Em muitos bairros só tem vento no encanamento, diz vice-líder da oposição ao desmentir presidente da empresa... O vice-líder da oposição na Assembleia Legislativa, deputado Bruno Reis (PRP), afirmou hoje (17) que a Embasa está promovendo um “acionamento camuflado” em Salvador. Ele contou que tem recebido várias denúncias de associações comunitárias da capital baiana relatando a suspensão frequente do fornecimento, o que nega a informação divulgada pelo presidente da empresa, Abelardo de Oliveira Filho, de que a cidade não passa por nenhum racionamento, a exemplo do que acontece na Ilha de Itaparica. “Tem muito bairro em Salvador onde só tem vento no encanamento. Água que é bom nada. Isso demonstra que há sim racionamento. O presidente da Embasa diz que não, mas a realidade é outra em muitos</p>	<p>T-1</p>	<p>DU</p> <p>DP</p>

<p>bairros, onde a falta de água é uma constante e frequente”, disse Bruno Reis. “Isso acontece por conta da falta de investimento na ampliação da rede, já que a Embasa e o governo querem que o consumidor pague a conta, com o aumento exorbitante das tarifas, por uma prestação de serviço que está entre as piores do país. A gente paga uma conta que está entre as mais altas do país e não há ampliação nem melhoria dos serviços”, acrescentou o deputado. Prejuízos – Bruno Reis citou como exemplo da falta de gestão da Embasa o prejuízo que a empresa teve pela não conclusão das obras de ligação domiciliares ao emissário submarino de Salvador. “O emissário foi construído através uma Parceria Público-Privada (PPP). Mesmo não recebendo novas ligações de esgoto, que seriam a fonte de receita da Embasa, a empresa administrada pelo governo do estado estaria obrigada a iniciar o pagamento das contraprestações à concessionária, gerando um enorme prejuízo”, esclareceu o parlamentar. Fonte: Folhadoreconcavo.com.br, 17/03/2013; Disponível em: http://www.folhadoreconcavo.com.br/ultimas_noticias.php?codnoticia=11194. Acesso em: 13/04/2016</p>		
<p>Especialistas debatem estiagem na capital</p> <p>O mês de março, normalmente marcado por chuvas em Salvador, este ano tem se apresentado de forma atípica, com baixo índice pluviométrico até agora. A tendência, somada a poucas chuvas também em fevereiro, altera a paisagem da capital e causa desconforto à população, que sofre com o calor. A Lagoa do Abaeté atingiu o segundo menor nível desde que começaram as medições, em 2004, de acordo com o Instituto Nacional do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Inema). São 17,24 metros, cerca de dois metros abaixo do normal. O lago próximo ao Posto 1, na Avenida Paralela, chegou a secar completamente em alguns pontos. Quatro especialistas consultados por A TARDE são unânimes ao detectar a influência de, pelo menos, três fatores para a piora da sensação de calor intenso pela população e redução do nível dos mananciais hídricos. Dentre as intervenções que podem interferir negativamente no equilíbrio climático da região, estão, segundo os especialistas, a cobertura progressiva dos rios de Salvador, o desmatamento, associado à ocupação urbana, além da utilização sem controle de águas subterrâneas por poços artesianos. "A cidade tem se tornado mais árida. Independentemente das variações climáticas, práticas e intervenções urbanas têm agravado o problema", afirma a pesquisadora da Universidade Federal da Bahia Elisabete Santos. O coordenador de monitoramento do Inema, Eduardo Topázio, concorda. "Os nossos recursos hídricos estão sendo degradados pela má ocupação do solo do município", ele aponta. Para Renato Cunha, presidente do Grupo Ambientalista da Bahia (Gamba), uma das organizações não governamentais mais atuantes do Estado, a questão específica da cobertura dos rios preocupa. "Com a maioria dos rios e riachos sendo cobertos, o clima fica mais quente, porque não há evaporação". (...) Com a seca, os mananciais hídricos sofrem. "Os peixes estão morrendo. Já vi a lagoa baixa, mas nunca assim", lamenta Augusto Costa, que há 30 anos frequenta o Abaeté. Na Lagoa dos Patos (Pituba), moradores dizem que as aves que nomeiam o manancial estão sumindo junto com a água. Fonte: Jornal A TARDE, 19/03/2013, Salvador e Região Metropolitana, p. A4.</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DG DU DCC DP</p>
<p>Mancha foi causada por defeito em rede de esgoto</p> <p>A Embasa divulgou ontem sua explicação para a mancha que atingiu a Praia de Patamares no último final de semana. Segundo o órgão, foram encontrados três defeitos na tubulação submersa de esgoto que atravessa um córrego localizado nas proximidades do Bairro da Paz. Os problemas foram detectados enquanto uma equipe da Embasa realizava um procedimento de verificação da rede na área da bacia do Rio Jaguaribe. O manancial desemboca justamente na Praia de Patamares. A empresa afirmou que já trabalha na recuperação dos trechos defeituosos. “Foi providenciada a captação de tempo seco (quando não há chuvas) do córrego”, diz nota publicada pela Embasa. O procedimento é para evitar que o esgoto chegue até a praia. Segundo a Embasa, os resultados já podem ser observados na área. A empresa também se comprometeu a intensificar o trabalho no Bairro da Paz. As ações teriam o objetivo de impedir que os esgotos de residências sejam lançados no córrego. Para isso, irá</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DG DU DP</p>

<p>implantar rede e ligação nos locais onde foi detectado a emissão irregular de dejetos. Até que as obras sejam finalizadas continuará funcionando a manobra de captação de tempo seco. Ações: O Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Inema) informou que, uma vez identificada a causa dos problemas ambientais, cabe à Embasa fazer a reparação. A diretoria de fiscalização do instituto estudará os procedimentos que serão adotados de acordo com a legislação ambiental. Também será estipulado um prazo para que a Embasa solucione o problema na rede de esgoto. Fonte: Jornal A TARDE, 21/03/2013, Capa.</p>		
<p>Roubo de água em Salvador abasteceria Jequié por um ano</p> <p>Foram registrados 27 mil casos de desvio irregular no ano passado – 95% na capital e 5% na região metropolitana. Prejuízo é de R\$ 10 milhões. A Embasa divulgou ontem que o “gato” (desvio de água) foi responsável pelo desperdício de 34 bilhões de litros na capital e Grande Salvador em 2012. A quantidade desperdiçada é suficiente para abastecer a capital por seis dias ou uma cidade de 150 mil habitantes, como Jequié, por um ano. A empresa registrou 27 mil casos de desvio irregular de água e prejuízo de e R\$ 10 milhões. “Retiramos mais águas das barragens, gastamos mais energia e produtos químicos, como o cloro, isso tudo é jogado fora”, explicou o superintendente de abastecimento José Moreira. A ambientalista Telma Lobão defende que é necessário investir na preservação dos mananciais e em reflorestamento nas nascentes dos rios. Fonte: Jornal A TARDE, 21/03/2013, Salvador e Região Metropolitana, p. A4.</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DU DP DG</p>
<p>Fornecimento de água será interrompido em Mata de São João nesta quinta</p> <p>A partir das 9h desta quinta-feira (4), o fornecimento de água será interrompido nas localidades de Malhadas, Campinas, Praia do Forte, Imbassaí, Açú da Torre e Açuzinho, em Mata de São João, segundo informou a Embasa. O motivo é a manutenção em rede de energia elétrica que será realizada pela Coelba. Segundo a Embasa, a Coelba deverá terminar o serviço às 15h, quando o abastecimento de água vai começar a ser regularizado gradativamente. Fonte: Jornalmaisregiao.com.br, 03/04/2013; Disponível em: http://maisregiao.com.br/fornecimento-de-agua-sera-interrompido-em-mata-de-sao-joao-nesta-quinta/. Acessado em: 18 de janeiro de 2016.</p>	<p>T-1</p>	<p>DU DP</p>
<p>Águas subterrâneas determinam qualidade da água</p> <p>A Bahia se destaca no cenário nacional pela excelência dos seus recursos hídricos subterrâneos – que são filtrados e purificados naturalmente através da percolação – em cidades como Alagoinhas e Dias D’Ávila. A qualidade da água dessas cidades está relacionada ao aquífero (sistema de armazenamento e escoamento de água subterrânea) de São Sebastião, pertencente à Bacia Sedimentar do Recôncavo. A importância do aquífero de São Sebastião é conferida, sobretudo, em seus múltiplos usos: no abastecimento público integral das cidades de Camaçari, Alagoinhas, Dias D’Ávila, Pojuca, São Sebastião do Passé, Mata de São João, Catu, Alagoinhas e inúmeros povoados; no suprimento da indústria petroquímica, de metalurgia, automotiva, nas termoeletricas para a geração de energia e de bebidas. O manancial de Alagoinhas, localizado a 119 km de Salvador, é reconhecido não só pela sua água de qualidade – comprovada através de análises físico-químicas e bacteriológicas. “Esse manancial é reconhecido, também, pela sua quantidade: utilizamos apenas 25% da sua reserva”, pontua Sylvio Farias Vianna, diretor do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Alagoinhas (SAAE), responsável pelo abastecimento de água do município. Segundo dados do SAAE, a pureza dos poços de Alagoinhas tem relação com o terreno sedimentar (arenoso) do município e com a profundidade média na qual o aquífero está localizado, entre 100 e 150 metros. “Esses dois fatores permitem que o terreno filtre quase todas as impurezas, deixando a água cristalina e leve”, explica o assessor especial da autarquia, Nilo Carvalho. A chamada água bruta, que é retirada diretamente do lençol, é naturalmente potável. “Adicionamos flúor e cloro para cumprir a legislação. Mas estes são os únicos tratamentos necessários”, completa Sylvio. Fonte: Jornal A TARDE, 17/04/2013, Caderno Bahia, p. A4.</p>	<p>T-1</p>	<p>DU DP DR DCC</p>

<p>Apostas - As características do Aquífero de São Sebastião, abundante em quantidade e qualidade, foram decisivas para que empresários do setor de bebidas escolhessem Alagoinhas e Dias D'Ávilas para instalar suas fábricas. A Schincariol, do grupo Kirin, foi a primeira cervejaria a chegar a Alagoinhas, há 15 anos. No ano passado, o Grupo Petrópolis, dono das marcas Itaipava e Crystal, assinou o protocolo de intenções para a instalação de uma fábrica em Alagoinhas. A empresa investiu R\$ 1,1 bilhão e espera produzir, a partir de maio deste ano, 600 milhões de litros de cerveja. O município também foi o escolhido pela peruana Industrias San Miguel (ISM), líder na venda de refrigerantes em seu país, para ganhar o mercado brasileiro. A empresa americana Latapack-Ball, fabricante de latas de alumínio, apostou igualmente em Alagoinhas, investindo R\$ 200 milhões. Dias D'Ávila, por sua vez, foi elevada à categoria de Estância Hidromineral, em 1962, pela qualidade de sua água mineral. Antes, em 1957, a fábrica de água mineral Dias D'Ávila foi instalada no município. Anos depois, o município se tornou sede de outras engarrafadoras de águas minerais, como a Frésca e a Indaiá. Com a descoberta das características terapêuticas das águas do rio Imbassaí, Dias D'Ávila passou a ser considerada área de veraneio e localidade apropriada para o tratamento de doenças de pele devido à lama medicinal encontrada no rio. Desde então, sua água passou a ser engarrafada e comercializada no mercado. "A Frésca chegou em Dias D'Ávila em 1998, atraída pelo potencial de água mineral da região, que tem um lençol freático de quilômetros e quilômetros de água cujos minerais foram filtrados do solo pela natureza. E essa água é envazada para comercialização, preservando todos os sais minerais benéficos à saúde e sem contraindicação", disse o superintendente da empresa, Manuel Vitorino. Ele explica que a água sai da natureza, passa por filtros de resina, para filtrar os minerais insolúveis, e, depois, vai para os tanques de armazenamento, atravessa a tubulação de inox e desce até as linhas de envasamento, sem passar por qualquer processo químico para que não se percam as suas propriedades minerais. Fonte: Jornal A TARDE, 17/04/2013, Caderno Bahia, p. A4.</p>	<p>T-1</p>	<p>DP DR DU DCC</p>
<p>Seca impõe racionamento em 96 municípios</p> <p>Devido à seca, a Embasa impôs racionamento de água em 96 municípios dos 362 que abastece. Além disso, a empresa monitora áreas com abastecimento considerado crítico. Em Itaparica, onde o racionamento começou na terça-feira, 16, o nível da Barragem de Tapera chegou a 800 mil m³ dos 5 milhões m³ que é a sua capacidade para abastecer 26 localidades e mais um distrito do município de Jaguaripe. Ontem foi dia de ajustes para se adequar à novidade de um racionamento longo. Itaparica já viveu situações de poupar água, pois é um dos mais conhecidos pontos de veraneio da Bahia, mas a determinação oficial de racionamento surpreendeu. "A medida extrema foi adotada porque as tradicionais chuvas de março e abril não caíram, deixando a barragem nesse estado terrível", disse Ariosvaldo Gama, gerente do escritório da Embasa em Itaparica e Vera Cruz. O presidente da Embasa, Abelardo de Oliveira Filho, em entrevista exclusiva, garante que o racionamento não deve ser adotado em Salvador. (...) Fonte: Jornal A TARDE, 17/04/2013, Caderno Bahia, p. A6.</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DU DP</p>
<p>Moradores de Itaparica ajustam hábitos à pouca água</p> <p>Para operacionalizar o racionamento de três meses Itaparica, o território foi dividido nas áreas A e B. A área A inclui as localidades de Penha, Aratuba, Barra do Gil, dentre outras. Por ter menor concentração de habitantes esses locais têm água dia sim e dia não. Já a área B (Mar Grande, Amoreiras, Bom Despacho, dentre outras) tem água dois dias sim e um dia não. (...) Adaptação: Josiene Souza da Rocha, moradora da Vila de Matarandiba, pega água da cisterna de uso comum, abastecida por um minadouro. "Às vezes tem só um pouco. Depende da sorte", conta Josiene que usa a água para tomar banho, cozinhar e lavar roupa. "Para beber ainda tem um pouquinho em casa. Quando acabar vamos ter que comprar água mineral", diz. Dono de um mercadinho em Barra Grande, João Barreto vende, normalmente, dois vasilhames de 20 litros de água mineral por dia. Ontem, até o início da TARDE, já tinha comercializado 10. Apesar do lucro, ele não comemora. "A falta de água na ilha espanta os turistas e isso é muito</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DP DU</p>

<p>ruim para todos que vivemos do comércio". Moradora de Barra do Gil, a dona de casa Rita Conceição Dias adota medidas para economizar a tão escassa água. "Tomo banho com metade da água do balde. A outra metade eu lavo roupa. Os pratos eu espero ficar em maior número para poder lavar. A água que não serve nem pra cozinhar e nem pra beber, eu joga no sanitário", ensina. Fonte: Jornal A TARDE, 17/04/2013, Caderno Bahia, p. A6.</p>		
<p>Moradores enfrentam falta d'água</p> <p>Três dias após o conserto do vazamento de uma adutora da Barragem de Pedra do Cavalo, que resultou na suspensão do abastecimento de água em 88 bairros de Salvador, moradores de diversos pontos da capital ainda sofrem com a falta de água. A TARDE esteve nesta sexta-feira, 26, nos bairros de Colina de Pituacu, Fazenda Grande I e II, Cajazeiras 8 e 11 e Boca da Mata e moradores informaram que o fornecimento está suspenso desde o último sábado, 20. Em nota, a Embasa informou que o abastecimento de água foi normalizado em grande parte dos bairros de Salvador afetados pela manutenção emergencial, realizada na última terça-feira. A empresa esclareceu que "o retorno do fornecimento é mais demorado em regiões consideradas críticas, ou seja, de ocupação irregular intensa e topografia elevada". Dificuldades: Em Colinas de Pituacu, muitos moradores estão aproveitando a água da chuva para abastecer as casas, como é o caso da autônoma Valnísia Matos, 53 anos. "Estamos usando água da chuva para tudo, menos para beber e cozinhar. De noite, vamos para casa de parentes para tomar banho", disse ela. O motorista Raimundo Nonato, 53, contou que no condomínio onde mora, os moradores estão comprando água para suprir suas necessidades: "Gastamos cerca de R\$ 200 semanais". A situação é ainda mais delicada no bairro de Cajazeiras 8, onde necessidades básicas de moradores estão sendo comprometidas. "Tomamos banho numa bacia e aproveitamos a água para jogar no sanitário", contou a autônoma Lícia Oliveira, 65. No bairro de Boca da Mata, moradores informaram que o abastecimento estava suspenso desde o dia 19 e voltou na última quinta-feira, ainda de maneira irregular. "Gastamos R\$ 12 a cada três dias para comprar água para beber e cozinhar. Isso é muito para quem se sustenta com salário mínimo", reclamou a dona de casa Ruteléia Oliveira. Fonte: Jornal A TARDE, 18/04/2013, Seção Leitor, p. A2.</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DU DP</p>
<p>96 municípios baianos racionam água</p> <p>(...). Na última terça-feira a ilha de Itaparica passou a integrar a lista de cidades que têm o fornecimento de água racionado. Isso porque a Barragem da Tapera, manancial que atualmente, abastece duas sedes municipais, 26 localidades da Ilha de Itaparica e um distrito do município de Jaguaripe, se encontra com 16% da sua capacidade total de acumulação. "Normalmente, distribuimos 20 milhões de litros de água por dia. Com o racionamento, vamos distribuir 10 milhões de litros por dia. Para que todos recebam água, a ilha foi dividida em duas áreas. A mais populosa vai receber água por dois dias consecutivos e terá um dia sem fornecimento. A menos populosa, terá um dia com fornecimento e dois dias sem", explica o gerente do escritório da Embasa em Itaparica, Ariosvaldo Gama. Fonte: Folhadoreconcavo.com.br, 18/04/2013; Disponível em: http://www.folhadoreconcavo.com.br/ultimas_noticias.php?codnoticia=11207. Acesso em: 13/04/2016</p>	<p>T-1</p>	<p>DP DU</p>
<p>Fornecimento de água é suspenso em bairros de Salvador e cidades da RMS</p> <p>As cidades de Candeias, Madre de Deus, Simões Filho, Lauro de Freitas, Amélia Rodrigues, São Francisco do Conde e alguns bairros de Salvador estão com fornecimento de água suspenso na manhã desta segunda-feira (22) devido a uma obra para correção de um vazamento em um trecho da adutora de água bruta, que leva água da Barragem de Pedra do Cavalo para a Estação de Tratamento de Água Principal do sistema integrado de Salvador e região metropolitana. De acordo com a Embasa, a conclusão do serviço está prevista para às 20h desta segunda-feira, quando o sistema</p>	<p>T-1</p>	<p>DU DP</p>

<p>iniciará sua regularização de forma gradativa. Veja os bairros que podem sofrer com a suspensão do abastecimento: Cabula, Pernambués, Narandiba, Saboeiro, São Gonçalo, Engomadeira, Arraial do Retiro, Tancredo Neves, Arenoso, Sussuarana, Mata Escura, Calabetão, Barros Reis, San Martin, Santa Monica, Iapi, Pero Vaz, Liberdade (parte) e Curuzu, São Caetano, Fazenda Grande do Retiro, Baixa do Fiscal, Uruguai, Lobato, Calçada, Mares, Roma, Jardim Cruzeiro, Vila Rui Barbosa, Massaranduba, Boa Viagem, Bonfim, Monte Serrat, Caminho de Areia, Ribeira, Alto da Boa Vista, Alto do Cabrito, Campinas de Pirajá, Pirajá, Marechal Rondon, Avenida Suburbana, Castelo Branco, Fazenda Grande, Cajazeiras, Dom Avelar, Águas Claras, Pau da Lima, Vila Canária, Granjas Rurais, Jardim Esperança, Sete de Abril, Estrada Velha do Aeroporto, Nova Brasília, Canabrava, Colinas de Pituaçu, Vale dos Lagos, Recanto das Ilhas, Paralela Parque, São Marcos, Avenida São Rafael, Jardim das Limeiras, Bosque Imperial, Alpha Ville II, Boca da Mata, Paripe, São Tomé, Ilha de São João, Coutos, Tubarão, Periperi, Praia Grande, Plataforma, Ilha Amarela, Rio Sena, alto da Teresinha, Itacaranha, Escada, Alto do Cruzeiro, Mussurunga, Bairro da Paz, Costa Verde, Patamares, Piatã, Itapuã, Praia do Flamengo, Stella Mares, São Cristóvão, Estrada Cia-Aeroporto. Fonte: Folhadoreconcavo.com.br, 22/04/2013;Disponível em: http://www.folhadoreconcavo.com.br/ultimas_noticias.php?codnoticia=11281</p> <p>Acesso em: 13/04/2016</p>		
<p>Ação para enfrentar períodos de chuvas faz limpeza de canais</p> <p>Trobogy: Na manhã de ontem, a equipe do A TARDE acompanhou uma operação de limpeza e drenagem no canal do Trobogy, na região da Avenida Paralela. A intervenção tem previsão de ser concluída no próximo dia 30. “Retiramos todo o capim das margens e fizemos a limpeza geral. Já estamos finalizando”, revelou o funcionário José Ananias, um dos fiscais da obra. A equipe também foi até o canal Harmonia, localizado no bairro de Pernambués, que sofre intervenção da Sucop. Naquele local, a previsão é de que o trabalho seja concluído na primeira metade de abril. Outro ponto com obras em curso é a região das encostas na Baixa do Tubo, que ganha contenção. Além desses trabalhos, estão sendo realizadas obras no canal do Vale do Canela, previstas para acabar no próximo dia 30; no Canal do Ipitanga, em São Cristóvão, que irá durar até o dia 20 de abril; no Vale das Pedrinhas, que também está em fase de final e duram até o início do próximo mês; no Arraial do Retiro e Bom juá, que terminarão, segundo previsão, no dia 10 de abril. De acordo com a programação, ainda serão feitas limpezas e drenagem em Cosme de Farias, no Canal da Baixa do Tubo e na Av. Mário Leal Ferreira (Bonocô). Com a maior parte dos trabalhos em andamento, o superintendente da Sucop, Batista Neves, fez um apela à população de Salvador. “Não joguem lixo nos canais, pneus velhos, colchões ou entulhos. Senão, vocês vão ter que pagar novamente para limpar através dos seus impostos”, lembrou. Fonte: Jornal A TARDE, 23/04/2013, Caderno Especial, Futuro da água, p.???</p>	<p>T-1</p> <p>T-2</p>	<p>DU</p> <p>DG</p> <p>DP</p>
<p>Salvador tem água garantida até 2014.</p> <p>“A pior seca dos últimos 50 anos”. É desta forma que Abelardo Filho, presidente da Empresa Baiana de Água e Saneamento (Embasa), denomina o atual período de estiagem que assola toda a região Nordeste. Segundo o gestor, a situação pode ser considerada grave no Estado: dos 362 municípios atendidos pela empresa, 96 já decretaram racionamento de água. Embora considere que os números sejam alarmantes, Abelardo descarta a possibilidade de racionamento em Salvador. “Temos mananciais que atendem à RMS a longo prazo. Pelo volume existente, temos abastecimento garantido até 2014”, afirmou. De acordo com o presidente da Embasa, foi investido R\$ 1,036 bilhão em ações de enfrentamento aos efeitos da seca. Dentre as intervenções, estão incluídas construções de barragens, adutoras e de sistemas integrados de abastecimento de água. Na opinião de Abelardo de Oliveira Filho, além da seca, outros obstáculos a serem superados pelo órgão são o desperdício de água pelos usuários e a inadimplência. Ele cita, ainda, como fator responsável pela escassez de água as ligações irregulares, que, hoje, correspondem até a 80% da utilização de água em alguns bairros de Salvador, onde há ocupação irregular do solo. (...) Fonte: Jornal A TARDE, 24/04/2013, Salvador e Região Metropolitana, p. A7.</p>	<p>T-1</p>	<p>DU</p> <p>DP</p>

<p>Em qual município a situação é mais crítica? (...)</p> <p>No caso de Itaparica, o racionamento começou nesta terça-feira, 15. Há previsão de que o abastecimento seja normalizado em três meses. Caso chova, é possível suspender o racionamento? Sim, se voltar a chover, podemos reduzir o tempo de racionamento ou suspendê-lo. Tudo vai depender da quantidade de chuvas. É preciso que ela seja suficiente para reabastecer os reservatórios que atendem à cidade. Em capitais como Recife, o racionamento já chegou a 82 bairros. Há risco de que aconteça o mesmo em Salvador? Nós estamos muito preocupados com os níveis das barragens. Temos algumas barragens aqui na Região Metropolitana de Salvador (RMS) que atendem à capital, como Pedra do Cavalo, Santa Helena e Joanes. Os níveis em Pedra do Cavalo, que é responsável pelo abastecimento de 60% da região, e Joanes, por exemplo, continuam descendo. Já a Santa Helena está em um nível bom. Por isso, não podemos dizer que há risco de racionamento em Salvador. Temos, ainda, uma reserva, que é o Rio Pojuca, que pode ser utilizado caso não chova e as barragens não sejam reabastecidas. Temos mananciais que atendem à RMS a longo prazo. Pelo volume existente, temos abastecimento garantido até 2014. Além da seca, o desperdício de água é um agravante? Sim, sobretudo por causa de ligações clandestinas. Ações fraudulentas envolvendo a utilização da água canalizada e tratada pela Embasa foram responsáveis, em 2012, pelo desvio indevido de mais de 3,4 bilhões de litros de água em Salvador e região metropolitana. Em 2011, esse número era de 1,3 bilhão. Isso ocorre por conta da ocupação irregular. Em regiões como Sussuarana, por exemplo, é fornecido mais do que o dobro, cerca de 34 m³ de água por ligação por mês para atender à localidade. Há também o problema da inadimplência. Nesses locais, é comum que os fiscais fechem as ligações irregulares e, imediatamente, elas sejam reabertas sem o conhecimento da Embasa. (...) Fonte: Jornal A TARDE, 24/04/2013, Salvador e Região Metropolitana, p. A7.</p>	<p>T-1</p> <p>T-2</p>	<p>DU</p> <p>DP</p>
<p>Moradores reclamam de falta d'água</p> <p>Moradores do conjunto habitacional Colinas de Pituacu reclamam que setores da localidade estão sem água há quase dois meses. "No bloco em que eu moro, falta água há pelo menos 12 dias", disse o estudante Igor Carneiro. Ele contou que um técnico da Empresa Baiana de Águas e Saneamento (Embasa) esteve no local e informou que o abastecimento voltaria ao normal ainda ontem. "Mas estamos sem água até agora", reclamou o estudante Igor Carneiro na manhã de ontem. Em contato com a central de atendimento da empresa, a equipe de reportagem foi informada que o abastecimento estava normalizado na região e que o problema no conjunto habitacional poderia ser de pouca pressão da água da rede. Segundo moradores, a alternativa para o abastecimento dos reservatórios tem sido recorrer a carros-pipa. Descontentes com a demora em resolver o problema, os moradores dizem que promoverão protestos. Dois meses é o tempo de falta d'água em alguns prédios do Conjunto Colinas de Pituacu, garantem os moradores. Alguns prédios são abastecidos somente por carros-pipas. Fonte: Jornal A TARDE, 26/04/2013, Caderno futuro da água, p. 4.</p>	<p>T-1</p> <p>T-2</p>	<p>DG</p> <p>DU</p> <p>DP</p>
<p>Moradores reclamam de falta de água em alguns bairros da capital</p> <p>Para realizar serviço emergencial na adutora que ficou exposta por conta da cratera aberta na BR – 324, a Empresa Baiana de Águas e Saneamento (Embasa) suspendeu o fornecimento de água em 27 áreas de Salvador na última segunda-feira. A empresa divulgou que o abastecimento seria restabelecido quarta-feira, mas até ontem moradores de alguns bairros reclamavam da falta de água. "Já faz cinco dias que não cai água. A minha salvação é uma moça da outra rua, que está me dando alguns baldes d'água", disse a dona de casa Valdecir dos Santos, moradora da Liberdade. A doméstica Isabel Cardoso afirmou que o bairro de Jardim Cruzeiro está há quase uma semana sem o serviço. "Estou comprando água mineral até para fazer comida e tomando banho com um resto de água barrenta do tanque de reserva". Moradores dos bairros de Fazenda Grande do Retiro, Pero Vaz, Barros Reis e San Martin também se queixaram</p>	<p>T-1</p> <p>T-2</p>	<p>DG</p> <p>DU</p> <p>DP</p>

<p>do mesmo problema nesses locais. A assessoria da Embasa informou que o abastecimento d'água voltou a ser feito nos 27 bairros na última quarta-feira, por volta das 21h30. A assessoria também explicou que, para aqueles que moram em áreas críticas, o abastecimento não acontece de imediato, mas que todos os bairros devem dispor de água até o final de semana, até porque haverá menos pessoas na cidade em decorrência do feriado. Fonte: Jornal A TARDE, 27/04/2013, Salvador e Região Metropolitana, p. A4.</p>		
<p>Falta de água</p> <p>Esta é da série “Quando você acha que já viu de tudo”. Na última quarta-feira, numa entrevista a uma rádio local de Salvador, o superintendente de abastecimento da Embasa, José Moreira, superou-se no objetivo de explicar a constante falta de água na cidade, e desmentir a versão de 'acionamento' que estão cogitando por parte da população. Para tal o superintendente disse que o problema pode estar relacionado às construções irregulares. Ou seja, pessoas que constroem ou reformam muito suas casas, com quatro ou cinco lajes, e tendem a colocar tanques de mil litros muito acima, e querem que a Embasa distribua água normalmente e não falte nunca. Ele ainda mencionou: "Não vai encher um, quem dirá cinco." Como é que é? Eu entendi bem, ou agora para construir em nossas casas, teremos que pedir permissão à Empresa Baiana de Águas e Saneamento? É o cúmulo. E nos estes grandes edifícios da capital baiana, também está faltando água, senhor Moreira? Sim, porque ao que me consta, neles, os tanques não se localizam no solo. Fonte: Jornal A TARDE, 28/04/2013, Salvador e Região Metropolitana, p. A8.</p>	<p>T-1</p>	<p>DU DP</p>
<p>Reparo em buraco na Bonocô causa rompimento de adutora da Embasa</p> <p>Depois das chuvas que caíram em Salvador nos últimos dias, os buracos nas vias voltaram a atormentar a população da capital baiana. (...). Um deles foi na Avenida Bonocô, onde durante um reparo de um buraco pela Superintendência de Conservação de Obras Públicas (Sucop), uma adutora da Embasa foi rompida e causou engarrafamento até a Paralela. O travamento no trânsito foi causado porque apenas duas das quatro vias estiveram liberadas durante o conserto da adutora. O abastecimento de água foi interrompido em Cosme de Farias, Luís Anselmo, Baixa do Tubo, parte de Brotas e Bonocô. (...)Fonte: Jornal A TARDE, 03/05/2013, Salvador e Região Metropolitana, p. A8.</p>	<p>T-1</p>	<p>DU DP</p>
<p>Candeias: Intervenção da prefeitura na estrada do matadouro – biodiesel – Jabequara das Flores</p> <p>Por meio desta nota, a Prefeitura Municipal de Candeias vem a público informar que está sendo feita uma intervenção na Estrada do Matadouro, que liga a sede de Candeias ao distrito de Jabequara das Flores, trecho entre a BA-522 e as empresas PHL, BECAN, BIODISEL, dentre outras. A intervenção visa a desobstrução e substituição de manilhas do bueiro duplo de 1,00m, que por conta das fortes chuvas caídas recentemente, fez a Lagoa São Paulinho (conhecida como Lagoa da CCC) transbordar e com isso arrastar materiais que as entupiram, provocando erosão no aterro da via. (...) O serviço, que vai durar ainda alguns dias, conta com o acompanhamento e apoio de técnicos da Embasa e da Bahiagás, empresas estas que possuem dutos sob a rodovia. O secretário de Obras conta que este apoio é extremamente importante para evitar o rompimento desses dutos. A intervenção também conta com o apoio auxiliar das empresas PHL e BECAN, que também utilizam a rodovia. Fonte: Bahianoticia.com.br, 20/05/2013; Disponível em: http://www.bahianoticia.com.br/index.php/blog-de-noticias/categorias/noticias/item/734-candeias-interven%C3%A7%C3%A3o-da-prefeitura-na-estrada-do-matadouro-%E2%80%93-biodiesel-%E2%80%93-jabequara-das-flores.html; Acesso em: 20/04/2016</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DU DG DP</p>

<p>Praia Bela e Vista Bela...</p> <p>Os moradores dos condomínios Vista Bela e Praia Bela em Imbassaí em nosso litoral, passam por problemas constantes de queda de energia, chegando a ficar até 24 horas sem que a Coelba restabeleça a luz, segundo queixas a situação se agrava no período de chuvas, é comum que os moradores percam alimentos e até fiquem sem água para suas necessidades devido não poderem ligar suas bombas d'água, mesmo com muitas queixas á Coelba até agora não resolveu a pendência, será porque trata-se de um condomínio de baixa renda!!, será que falta energia bem ao lado na Reserva Imbassaí, pouco provável, estaremos de olho, pedimos a prefeitura uma fiscalização e uma reclamação formal contra a Coelba as famílias de lá pedem socorro. Fonte: Jornal Voz Matense, 21/05/2013; Disponível em: http://vozmattense.blogspot.com.br/2013/05/prai-a-bela-e-vista-bela.html. Acessado em: 18 de janeiro de 2016.</p>	<p>T-1</p>	<p>DP DU</p>
<p>Água</p> <p>O aumento do buraco causou a interrupção do abastecimento de água de 27 bairros e localidades de Salvador, desde as 4h30 de ontem. Por meio de nota, a Embasa informou que “a medida foi necessária para evitar o rompimento do equipamento, que envia 6.850 litros de água por segundo para uma parte da capital”. Não há previsão de quando o abastecimento será regularizado. Os bairros são: São Caetano, Capelinha de São Caetano, Boa Vista de São Caetano, Fazenda Grande do Retiro, Calçada, Jardim Cruzeiro, Bonfim, Monte Serrat, Boa Viagem, Ribeira, Itapagipe, Uruguai, Mata Escura, Sussuarana, Novo Horizonte, Narandiba, Tancredo Neves, São Gonçalo do Retiro, Cabula, Pernambucoés, Calabetão, IAPI, Pero Vaz, parte da Liberdade, Barros Reis, Retiro e San Martin. (...) Fonte: Jornal A TARDE, 10/06/2013, Salvador e Região Metropolitana, p. A4.</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DU DP</p>
<p>Decisão da justiça é aguardada</p> <p>A Justiça ainda não definiu a data do julgamento da ação movida pelo Ministério Público estadual (MP-BA) pedindo a suspensão da obra de duas pontes sobre o Rio Trobogy, atrás do Shopping Paralela, por considerar ilegais as licenças ambientais expedidas pela administração municipal passada. (...). As duas pontes fazem parte de uma via marginal que está sendo construída pelo shopping para ligar a Paralela à avenida Tamborogy (...) Estudo: O arquiteto e urbanista Paulo Ormino, professor da Universidade Federal da Bahia (Ufba), diz que o EIV é necessário para todas as grandes obras que possam trazer impacto para o ambiente, transito ou pessoas. “Como será feito sobre o rio Trobogy, é preciso observar se não vai represar e gerar alagamentos em períodos chuvosos”, afirmou. (...). Fonte: Jornal A TARDE, 20/06/2013, Salvador e Região Metropolitana, p. A4.</p>	<p>T-1</p>	<p>DG DP DU</p>
<p>Embasa deve concluir obra em adutora</p> <p>Até o final do dia de hoje, a Embasa deve concluir o serviço para restabelecer o abastecimento de água nas regiões afetadas com o rompimento de uma adutora, após deslizamento de terra na Estrada Velha do Aeroporto. O serviço foi suspenso em Nova Brasília, Jardim Vila Real, Conjunto 2 de Julho, Mucambo e Trobogy. O tráfego de veículos foi alterado. Quem sai de São Cristóvão deve ir até a Av. Paralela pela rua do Mucambo-Trobogy, na altura do mercado Vida Nova. Pelo bairro de Pau da Lima, a opção é ir pela R. Artêmio Valente (Canabrava), próximo ao Barradão, sentido Paralela. Fonte: Jornal A TARDE, 22/06/2013, Salvador e Região Metropolitana, p. B1.</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DU DP</p>

<p>Moradores passam mal após beber água fétida - Moradores do Condomínio Recanto das Margaridas do programa federal Minha Casa, Minha Vida , no bairro Jardim das Margaridas, alegam que desde o último sábado, 31, a água que sai das torneiras é fétida, suja e apresenta vestígios de fezes. De acordo com eles, desde então, algumas pessoas têm apresentado sintomas como dores de cabeça e de barriga, além de enjoos e diarreia. Apesar de a Embasa ter informado que a situação foi regularizada ontem - dois dias após as reclamações serem feitas -, os moradores se preocupam com quem ingeriu a água. Outro questionamento dos que reclamam é se os tanques e reservatórios, limpos por quem mora no local, já estão adequados para receber água novamente, sem riscos de nova contaminação. Segundo contam os moradores, a água teria sido contaminada em virtude de intervenção feita pela Embasa e pela construtora sergipana União Engenharia na Rua Joaquim Ferreira, onde está localizado o condomínio, em que vivem 380 famílias. Eles afirmam que entraram em contato com a Embasa, mas que até esta segunda a concessionária não havia enviado representantes ao local. Há preocupação também com relação às contas de água que podem aumentar por conta dos 19 tanques e reservatórios que foram esvaziados pelos moradores. Fonte: Jornal A TARDE, 05/07/2013, Salvador e Região Metropolitana, p. A7.</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DU DG</p>
<p>Obra - "A Embasa e a construtora União fizeram obra e romperam o tubo de água. Falamos com a Embasa e disseram que deveríamos consultar primeiro a União Engenharia. Tem mãe de família e gestante carregando água e todos têm comprado água mineral", ressaltou o garçom Grinaldo Rocha, de 32 anos. A doméstica Maria Célia Moreira, 59, disse que a filha, Betânia Moreira, 42, tem se sentido mal desde que bebeu a água. "Minha filha abriu a torneira, pegou um copo e bebeu. Já vomitou e está com dor de cabeça. O pior é que estamos desempregadas e não temos como comprar remédio", lamentou. O gerente em Salvador da União Engenharia, Luciano Feitosa, que constrói um empreendimento vizinho ao condomínio, disse que desconhece a informação de que foi feita intervenção no local. "De vez em quando, a Embasa fiscaliza a obra. A gente ainda nem ligou a água. Não tem relação conosco", disse. Por meio de nota, a Embasa informou no final da manhã de ontem que, atendendo à reclamação de moradores da Rua Joaquim Ferreira sobre a qualidade da água fornecida, constatou, "em alguns imóveis, a existência de partículas minerais do material incrustado na tubulação da rede distribuidora". Segundo a concessionária, uma equipe da empresa "lavou e desinfetou os pontos onde houve a ocorrência do problema e a qualidade da água distribuída no local foi restabelecida". Moradores, no entanto, dizem que o problema permanece. No ranking dos que receberam mais reclamações segundo o Procon-BA, a Embasa é a terceira empresa que mais teve ocorrências, até esta segunda. Foram 369 processos formalizados. Ainda segundo o Procon-BA, o número de pessoas que procuraram o órgão com problemas com a Embasa aumentou de 2.564 casos (de 1º/1/12 a 2/9/12), para 3.317 ocorrências no mesmo período de 2013. Fonte: Jornal A TARDE, 05/07/2013, Salvador e Região Metropolitana, p. A7.</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DG DP DU</p>
<p>Líquido descartado será abonado das contas - Por meio de nota, a Embasa informou que o valor correspondente ao volume do reservatório que foi lavado será abatido na próxima conta dos imóveis onde a situação ocorreu, sem prejuízo financeiro para os usuários. De acordo com os técnicos que visitaram a rua Joaquim Ferreira, a causa desse problema está ligada às interrupções no fornecimento na última quinta-feira, 29, por causa do apagão, e no último sábado, 31, devido a serviço de entroncamento na rede distribuidora local. Segundo a nota, a depender das condições de restabelecimento do abastecimento na rede distribuidora, a força da água pode desestabilizar as partículas sólidas que se acumulam nas paredes da tubulação. A incrustação de minerais presentes na água potável é um fenômeno físico-químico normal em redes distribuidoras de água. Ainda segundo o texto, a qualidade da água tratada nas estações da Embasa (ETAs) é alvo de constante vigilância pela empresa. Somente em Salvador e Região Metropolitana, são 717 pontos de coleta, posicionados em mananciais e pontos de captação de água, ETAs, poços, reservatórios e redes que abastecem áreas de grande concentração populacional. A Embasa informou que os principais procedimentos para análises passam pela observação das exigências contidas na portaria 2914/2011 do Ministério da Saúde, que estabelece normas sobre o controle e</p>	<p>T-1</p>	<p>DP DG DU DCC</p>

<p>vigilância da água para consumo humano, além de resoluções do Conselho Nacional de Meio Ambiente (Conama) que também dispõem sobre a qualidade da água. Hoje, "a empresa fará coleta de amostras para realização de análise bacteriológica", diz a nota. Sobre o Procon, a Embasa informou que os dados de A TARDE se referem ao número de atendimentos feitos pela Embasa aos usuários que realizam pré-queixas no Procon, que são solucionadas pela empresa antes de os cidadãos formalizarem reclamação. "De janeiro a agosto de 2013, a Embasa recebeu 1.943 pré-queixas, das quais 240 tornaram-se reclamações", aponta a nota. Fonte: Jornal A TARDE, 05/07/2013, Salvador e Região Metropolitana, p. A7.</p>		
<p>Laudo do exame em água de conjunto sai em até 48 horas</p> <p>Funcionários da Embasa estiveram ontem no Condomínio Recanto das Margaridas (do programa federal Minha Casa, Minha Vida), no bairro Jardim das Margaridas, após moradores denunciarem que a água que abastece o local estaria contaminada há quatro dias. Amostra foi coletada ontem, segundo a concessionária, e enviada para laboratório. O prazo para o resultado é de até 72 horas (48 horas a partir de hoje). Segundo moradores, a água que saía das torneiras e dos reservatórios de 380 famílias estava suja, fétida e com vestígios de fezes. Alegando falta de dinheiro, alguns contaram que estavam consumindo o produto, mesmo com suspeita. Explicações: Em nota, a Embasa informou que a rede distribuidora foi limpa e os reservatórios dos 19 prédios foram lavados. Anteontem, a assessoria tinha informado que a causa do problema era a existência de partículas minerais do material incrustado na tubulação da rede distribuidora. Ontem, no entanto, a Embasa destacou que as alterações na cor e na turbidez da água "provavelmente" foram causadas por carreamento de materiais sólidos devido a serviços de manutenção na rede distribuidora, ocorridos na quinta-feira (29) e no sábado (31). "O pessoal da Embasa não identificou o problema. Cada hora eles dão uma resposta diferente. Os moradores estão gastando com remédio e água e queremos o retorno dos nossos prejuízos", reclamou a musicista Natali Santana, 29 anos. Segundo um funcionário da Embasa, que não quis ser identificado, eles foram ao local ontem "dar uma descarga na rede interna de abastecimento" do condomínio. "Foge aos padrões". "Estamos aqui levantando o que causou essa contaminação. Se houve, vamos verificar. A água está com uma cor que foge dos padrões", destacou o funcionário. Fonte: Jornal A TARDE, 05/07/2013, Salvador e Região Metropolitana, p. A7.</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DU DCC DG</p>
<p>Embasa suspende fornecimento de água - O abastecimento de água será interrompido hoje em 27 bairros de Salvador. De acordo com a Empresa Baiana de Águas e Saneamento (Embasa), o fornecimento será suspenso para realizar serviço na adutora que ficou exposta na cratera da BR-324, na altura do Porto Seco Pirajá. A previsão é que o serviço seja iniciado a partir das 5 horas e finalizado às 17 horas, quando o abastecimento vai começar a ser regularizado. A empresa vai retirar os guindastes que dão estabilidade à adutora de água tratada, colocados por conta da cratera formada na rodovia em função das chuvas ocorridas em junho. Para sustentar a adutora de forma definitiva, a empresa instalará uma treliça, estrutura de aço semelhante a uma passarela. As regiões que terão o abastecimento de água interrompido são: São Caetano, Capelinha de São Caetano, Boa Vista de São Caetano, Fazenda Grande do Retiro, Calçada, Jardim Cruzeiro, Bonfim, Monte Serrat, Boa Viagem, Ribeira, Itapagipe, Uruguai, Mata Escura, Sussuarana, Novo Horizonte, Narandiba, Tancredo Neves, São Gonçalo do Retiro, Cabula, Pernambués, Calabetão, IAPI, Pero Vaz, parte da Liberdade, Barros Reis, Retiro e San Martin. (...). Fonte: Jornal A TARDE, 07/07/2013, Salvador e Região Metropolitana, p. A8.</p>	<p>T-1</p>	<p>DU DP</p>
<p>Falta de água gera protesto no Bonocô</p> <p>Moradores do Alto do Cruzeiro, em Cosme de Farias, protestaram contra a falta de água no local desde domingo. Ontem à tarde, cerca de 50 pessoas se reuniram no Bonocô, na altura da primeira passarela, sentido Centro, para chamar a atenção da Embasa para resolver o problema. Manifestantes tentaram bloquear a avenida, mas</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DP DU DG</p>

foram interrompidos por PMs da Rondesp – Atlântico, da 58ª CIPM e do Garra. O transito ficou lento, mesmo com a intervenção policial. Fonte: Jornal A TARDE, 05/08/2013, Seção Leitor, p. A2. (A matéria é de quinta feira, 3 dias sem água).		
Sem água - Há três meses e 25 dias solicitei uma ligação de água na unidade da Liberdade. Para minha surpresa, o técnico veio dois dias depois, verificou a instalação e disse que uma equipe vinha realizar a ligação em breve, mas acontece que já se passaram quase quatro meses e nada de água. Ligo quase que diariamente para a Embasa e as atendentes sempre dizem que já registraram reclamação e pedem para aguardar. Fonte: Jornal CORREIO, 14/08/2013, Sessão Leitores, p. 2.	T-1	DU
Apagão afeta abastecimento de água em localidades de Salvador - A falta de energia que atingiu a região Nordeste na tarde de quarta-feira (28) paralisou as principais estações de tratamento de água de Salvador e região metropolitana e outros equipamentos do sistema integrado de abastecimento. De acordo com um comunicado enviado pela Embasa, a operação do sistema foi retomada durante a madrugada desta quinta-feira (29) e o abastecimento está sendo normalizado gradativamente em até 24 horas. As áreas mais afetadas são Comércio, Água de Meninos, parte de Nazaré, Barbalho, Saúde, Macaúbas, parte da Liberdade e do Pau Miúdo, Curuzu, Caixa D'Água, Lapinha, parte do Santo Antônio, Engenho Velho da Federação, parte do Engelho Velho de Brotas, Brotas, parte da Av. Bonocô, Cidade Nova, Nordeste de Amaralina, parte do Rio Vermelho, Santa Cruz, Vale das Pedrinhas, parte alta do Bonfim, Monte Serrat, IAPI, Pero Vaz, parte do Retiro, parte de Santa Mônica, Pernambucoés, Engomadeira, Tancredo Neves, Sussuarana, Mata Escura, Calabetão, parte de Periperi, Plataforma, Itacaranha, Escada, parte de Praia Grande, Alto do Cruzeiro, Jardim Nova Esperança, Sete de Abril, Nova Brasília, São Marcos, Canabrava, Alto de Coutos e Nova Constituinte. Fonte: Folhadoreconcavo.com.br, 29/08/2013; Disponível em: folhadoreconcavo.com.br/ultimas_noticias.php?codnoticia=13170 ; Acesso em: 13/04/2016	T-1	DU DP
Interrompido após apagão, fornecimento de água só voltará ao normal hoje Sem água em 46 bairros, sistema de telefonia da prefeitura fora do ar, sinaleiras desligadas devido a furto de fios. No dia após o apagão que atingiu todos os estados do Nordeste, a “arrumação da casa” exigiu paciência da população. O serviço mais prejudicado foi a distribuição de água. Pela estimativa da Embasa divulgada ontem, somente na madrugada de hoje todos os bairros da cidade teriam o fornecimento totalmente restabelecido. A depender das instalações hidráulicas de prédios e casas, todavia, a água pode demorar ainda mais um tempo para sair nas torneiras. Isso porque, do registro da Embasa até o consumo, é preciso que se restabeleçam os níveis nos tanques subterrâneos para que a água seja bombeada até o tanque do topo da construção. Segundo a assessoria da Embasa, a cada vez que há uma queda de energia, um serviço de manutenção tem de ser realizado nas subestações de tratamento para remontar as bombas que distribuem a água pela cidade. O serviço foi finalizado ontem de madrugada, mas são necessárias 24 horas para o restabelecimento total. (...) Fonte: Folhadoreconcavo.com.br, 30/08/2013 Disponível em: folhadoreconcavo.com.br/ultimas_noticias.php?codnoticia=13185 Acesso em: 13/04/2016	T-1 T-2	DU DG DP
Desde sábado (31) abri um chamado na Embasa informando que a tubulação do meu contador partiu por conta da força da água e, até agora, nenhuma providência foi tomada. Me passaram um prazo de no máximo 48h e que meu pedido era com urgência, mas acho que a Embasa não se importa com o desperdício de água, além de me deixar impossibilitada de fazer o consumo. Socorro, Embasa. Protocolo 9797843. Fonte: Jornal A TARDE, 03/09/2013, Salvador e Região Metropolitana, p. A4.	T-1 T-2	DG DU

<p>mesma riqueza natural do Abaeté, mas é uma praia limpa e segura. O país sabe cuidar do patrimônio e torná-lo atrativo aos turistas", afirma. (...) A TARDE também constatou problemas como ocupação irregular, depredação de quiosques e banheiros, redução do nível da lagoa e calçadas danificadas. (...) Fonte: Jornal A TARDE, 05/11/2013, Salvador e Região Metropolitana, p. A4.</p>		
<p>Baiana de acarajé recorda dos bons tempos vividos na infância - A baiana de acarajé Zildélia Conceição, a Deca, de 58 anos, que orientou o fotógrafo quanto à falta de segurança nas dunas, conta que sente saudade dos tempos de menina. Período em que não havia canto da reserva que ela não explorasse. "Eu percorria essas dunas todas, presenciava lugares belíssimos, escondidos mata a dentro", diz. Desde os 12 anos, Deca trabalha vendendo os quitutes de azeite. Mas, nos fins de semana, ela já teve o prazer de assistir a shows de Caymmi e Clara Nunes. Era também na lagoa que ela lavava as roupas próprias e as de ganho (por encomenda). Mas, atualmente, as travessuras, os shows com grandes atrações e o trabalho de lavadeira alimentam apenas as suas recordações. "Há três anos não vejo uma reforma aqui. A última foi para consertar um quiosque. Os outros continuam caindo aos pedaços", lamenta. Ainda conforme Deca, em frente ao espaço onde monta o tabuleiro há um buraco enorme. E há apenas duas lavadeiras na lavanderia, pois os cavalos sujam as roupas estendidas. "Lutamos por um réveillon, por intervenções culturais, mas a região está esquecida", diz. Inema: Segundo a coordenação de gestão de unidade do Instituto do Meio Ambiente (Inema), há um projeto de revitalização do local ainda em fase de elaboração interna. O investimento anual do governo estadual é destinado ao serviço de limpeza, segurança patrimonial e pagamento de contas de água e luz. Fonte: Jornal A TARDE, 05/11/2013, Salvador e Região Metropolitana, p. A4.</p>	T-1	DU DG
<p>Mata de São João: Rossi convoca Embasa para audiência pública- O presidente da Câmara de Mata de São João, vereador Alexandre Rossi (PR), anunciou durante a sessão desta terça-feira (19), que vai convocar o presidente da Embasa para uma audiência pública. Segundo Rossi, o objetivo do encontro é discutir os problemas enfrentados com a falta de água em localidades do município e o esgotamento sanitário de Imbassaí. "Precisamos de uma solução para as constantes falta de água no distrito de Amado Bahia na sede e nas localidades do Marbelo e Pau Grande no litoral, que estão sem água há 10 dias", ressaltou o presidente. Rossi prometeu cobrar agilidade da Embasa no processo de licitação para a implantação do esgotamento sanitário de Imbassaí. De acordo com o vereador, a licitação deu fracassada pela segunda vez, pois não houve nenhuma empresa interessada. "A embasa tem 15 dias para convidar até 8 empresas e assim finalmente iniciar as obras. Uma questão que vem incomodando bastante a comunidade e com certeza dará melhor qualidade de vida a todos, não só os moradores, mas assim aqueles que visitam", destacou. "Precisamos discutir essas questões, pois a Embasa tem que investir no nosso município, pois ele recebe pelo serviço prestado", concluiu Rossi. Fonte: Jornalmaisregiao.com.br, 20/11/2013; Disponível em: maisregiao.com.br/mata-de-sao-joao-rossi-convoca-embasa-para-audiencia-publica/; Acessado em: 18 de janeiro de 2016.</p>	T-1	DG DU DP
<p>O rompimento na principal adutora de água que abastece Salvador afetou o abastecimento em 37 bairros da cidade ontem. O incidente aconteceu próximo à rua das Pedreiras, no Calabetão. A Empresa Baiana de Águas e Saneamento S.A (Embasa) já enviou equipes ao local para providenciar os reparos. Em nota, a concessionária informou que ainda não havia previsão de conclusão dos trabalhos. Entre os bairros onde houve a interrupção do abastecimento, estão Arenoso, Arraial do Retiro, Baixa do Fiscal, Barros Reis (avenida), Boa Viagem, Boa Vista de São Caetano e Cabula. 37 bairros da capital tiveram o abastecimento afetado ontem. Calabetão, Calçada, Caminho de Areia, Capelinha de São Caetano e Curuzu estão entre os que ficaram sem água. Fonte: Jornal A TARDE, ???/11/2013, ???. Caderno ???, p. ??</p>	T-1	DU DP

<p>Prefeitura de Pojuca investe em ações para beneficiar agricultores</p> <p>A Prefeitura de Pojuca, através do Departamento de Desenvolvimento Urbano (DECOM), iniciou nesta semana o processo de abertura de tanques nas áreas rurais do município. O objetivo da ação é beneficiar os pequenos produtores agrários e principalmente parte da população que sobrevive da agricultura familiar. De acordo com o diretor do departamento, Ericson Abreu, a abertura dos tanques, feita por uma escavadeira doada pelo governo federal, vai servir como “reserva de água para horta e irá favorecer a criação de peixes”, disse Abreu. Ainda segundo o DECOM, o benefício chega até os agricultores através das associações rurais que apresentam à prefeitura um levantamento com o número de pessoas a serem beneficiadas. Estima-se que até o final de 2013, cerca de 40 tanques serão abertos. “Desde o início desta semana na localidade da Lagoa Verde foram cavados três tanques e feita uma recuperação. Mediante nossa relação serão abertos mais 14 só nesta localidade e existe uma estimativa de que até o final deste ano poderão ser abertos mais 15 conforme a necessidade”, declarou o diretor do departamento. Vale lembrar que a retroescavadeira entre um processo de abertura de tanque e outro faz a recuperação de estradas. Fonte: jornalmaisregiao.com.br, 05/12/2013; Disponível em: maisregiao.com.br/prefeitura-de-pojuca-investe-em-aco-es-para-beneficiar-agricultores/; Acessado em: 18 de janeiro de 2016.</p>	<p>T-1 T-3</p>	<p>DR DP</p>
<p>Mata: Corpo de homem que desapareceu enquanto nadava é encontrado</p> <p>Populares localizaram, na manhã desta terça-feira (10), o corpo do homem que desapareceu após entrar nas águas da Barragem Santa Helena, em Mata de São João, na segunda-feira (9). De acordo com a delegacia da cidade, o cadáver de Sandro Souza da Silva, de 36 anos, foi encontrado boiando às margens do rio, por volta das 6h30. Amigos, que bebiam com Sandro na beira da barragem, contaram à polícia que a vítima pulou para nadar e não voltou mais. O corpo será encaminhado para o Departamento de Polícia Técnica em Salvador para estabelecer as causas da morte. A delegacia da cidade investiga o caso. Fonte: jornalmaisregiao.com.br, 10/12/2013</p> <p>Disponível em: http://maisregiao.com.br/mata-de-sao-joao-corpo-de-homem-que-desapareceu-enquanto-nadava-e-encontrado/; Acessado em: 18 de janeiro de 2016.</p>	<p>T-2 T-3</p>	<p>DG DR</p>
<p>Desperdício de água - Achei excelente a matéria em que a Embasa pede pela TV que economize água. Só que o meu hidrômetro foi roubado logo no início da noite, e o SAC da Embasa me informou que os serviços de vazamentos só são realizados das 8h às 18h. À noite, as águas podem rolar e não importa a pressão da água. Fiquei preocupado porque a pressão da água que jorrava pela rua deu para encher um tanque de mil litros em alguns minutos. Acredito que a diretoria da Embasa não sabe que vazamentos não são consertados pela Embasa durante a noite. Se sabe, está de gozação com a nossa cara porque pedem para economizar por 24h/dia e só conserta vazamentos das 8h às 18h/10h dia. (Surrealismo). Moral da história: faça o que eu digo, mas não faça o que eu faço. Fonte: <i>Jornal A TARDE</i>, 15/12/2013, Salvador e Região Metropolitana, p. A12.</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DG DU DP</p>
<p>São Francisco do Conde: Alerta, Salvador poderá ter parte do abastecimento de água comprometido - Uma expedição realizada nesta quarta-feira dia 18, percorreu os cerca de 80 km do Rio Joanes, desde a sua nascente no morro da Gurgalha em São Francisco do Conde até a sua foz na praia de Buraquinho em Lauro de Freitas, passando pelas barragens Joanes I e II sob a concessão da EMBASA. O trabalho foi realizado pela turma de Mestrado em Geografia da UFBA, orientada pelo Professor Antônio Puentes e por técnicos da prefeitura de São Francisco do Conde. Para o Gestor da APA Joanes/Ipitanga o Dr. Geneci Braz, o objetivo principal foi estudar as potencialidades e conflitos socioambientais daquela Área de Proteção Ambiental. Com o grupo de estudo, acompanhei todo o trajeto e pude perceber a influência direta da ação do homem com depósito de poluentes no curso do rio e como o desmatamento e a expansão imobiliária desordenada vêm comprometendo a qualidade da água</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DG DU DMO DP</p>

<p>responsável por 40% do abastecimento da Capital. Mudanças de árvores nativas foram plantadas na nascente, num gesto simbólico do muito que precisa ser feito para a preservação dos mananciais. Fonte: Bahianoticia.com.br, 19/12/2013; Disponível em: http://www.bahianoticia.com.br/index.php/blog-de-noticias/categorias/noticias/item/1168-s%C3%A3o-francisco-do-conde-alerta.-salvador-poder%C3%A1-ter-parte-do-abastecimento-de-%C3%A1gua-comprometido.html; Acesso em: 20/04/2016</p>		
<p>Moradores reclamam de feriado sem água- A confraternização de natal não foi nada animada para os moradores das 1ª e 2ª Travessa Joaquim, no bairro Jardim das Margaridas. Serviços básicos como banho e higienização de louças tiveram que ser improvisados em casas de parentes ou com a utilização de garrafas de água mineral. Os moradores dizem que estão há sete dias sem água. A reportagem esteve, ontem, no local, e constatou a falta de abastecimento. Na casa de Zeildo Ferreira, 49, o reservatório de 12 mil litros estava vazio. "Já relatei o problema à ouvidoria da Embasa, mas até agora não obtive solução" contou. O comerciante contratou um carro pipa por R\$ 180. "É uma ironia custear o abastecimento, pois pago, mensalmente, em média, R\$ 200 à Embasa pelo consumo de água. Mas, infelizmente, foi a única saída que achei para a situação". Jeitinho: Na casa de Dilson Barbosa, a situação é semelhante. Os pratos sujos estão acumulados na pia da cozinha. Da torneira não cai uma gota de água. "Quando ainda tinha água no reservatório, dividi com os vizinhos, já que eu consumo menos porque moro sozinho", conta. Já a comerciante Conceição Bacelar, 52, afirma ter comprado 12 garrafas de água mineral de 20 litros para resolver a falta de água. "Hoje me desloquei para a casa de uma irmã em Mussurunga para tomar banho. Temo que o problema se prolongue e que o nosso Ano Novo seja marcado por esse sufoco", lamenta. Por meio da assessoria de comunicação, a Embasa informou que encaminhará uma equipe técnica para avaliar o problema. Os moradores das duas ruas dizem que o bairro é dividido por realidades diferentes. "Enquanto nós sofremos com a falta de abastecimento, o Condomínio Jardim das Margaridas tem dois reservatórios enormes em formato de torres e conta com piscinas adulto e infantil", disse Dilson Barbosa. Ele tem que a água não esteja chegando à região, devido ao abastecimento dos reservatórios do condomínio, localizado na parte plana do bairro. (...) Fonte: Jornal A TARDE, 21/12/2013, Seção Espaço do Leitor, p. A2.</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DP DU DG</p>
<p>Embasa restabelece fornecimento de água- No final da tarde de ontem, a Empresa Baiana de Água e Saneamento (Embasa) concluiu a instalação de aço que será utilizada para sustentar a adutora na BR-324, que ficou exposta por conta de uma cratera que se formou na pista em junho. A obra para a recuperação da cratera deixou 27 bairros de Salvador sem o abastecimento de água durante todo o dia de ontem. A assessoria da Embasa informou que, após a conclusão do serviço, o abastecimento foi restabelecido gradativamente no início da noite. Alguns moradores dos bairros afetados reclamaram da falta d'água durante o dia. "Hoje (ontem) pela manhã, a água ainda caía bem fraca, mas depois parou de cair no chuveiro. Não vejo necessidade de cortar o abastecimento nesse bairro que é tão distante da BR-324", argumenta a autônoma e moradora do bairro de Narandiba, Beatriz Moreira. Morador do Retiro, o vendedor André de Almeida reclamou da dificuldade que enfrenta com a falta d'água. "Quando acordei pela manhã o abastecimento já tinha sido interrompido. Como não tenho nenhuma reserva, tive que buscar água de balde na casa da minha mãe, que fica longe da minha", conta. A autônoma e moradora de da Capelinha de São Caetano, Cristiane Jaqueline Ferreira, diz que ficou sem água até pra cozinhar. "Não tenho tanque em casa. Minha tia que me deu água para fazer comida. Espero que voltem logo a abastecer o nosso bairro", disse na TARDE desta sexta, quando o abastecimento ainda não tinha sido restabelecido. No caso do rodoviário e morador de Fazenda Grande, Salvino Félix da Silva, o jeito foi buscar água na casa do vizinho. "Mas acho que se eles cortaram a água foi por que houve necessidade", diz. As regiões que tiveram o abastecimento de água interrompido foram: São Caetano, Capelinha de São Caetano, Boa Vista de São Caetano, Fazenda Grande do Retiro, Calçada, Jardim Cruzeiro, Bonfim, Monte Serrat, Boa Viagem, Ribeira, Itapagipe, Uruguai, Mata Escura, Sussuarana, Novo Horizonte, Narandiba, Tancredo Neves, São Gonçalo do</p>	<p>T-1</p>	<p>DU DP</p>

<p>Retiro, Cabula, Pernambuco, Calabetão, IAPI, Pero Vaz, parte da Liberdade, Barros Reis, além do Retiro e San Martin. (...) A assessoria da Embasa informou que a adutora foi sustentada de forma definitiva depois que a empresa instalou uma treliça, estrutura de aço semelhante a uma passarela. O órgão retirou os guindastes que davam estabilidade à adutora de água tratada. (...) Fonte: Jornal A TARDE, 31/12/2013. Salvador e Região Metropolitana, p. A6.</p>		
<p>Mata: Falta de energia compromete abastecimento de água no litoral -Por conta da falta de energia, desde às 21 horas de segunda-feira (30), 90% das localidades do litoral de Mata de São João tiveram o abastecimento reduzido em 35%. A falta de energia que também comprometeu a área de Sauípe, onde ocorre a captação de água deixou as localidades também sem o fornecimento de água. De acordo com a Empresa Baiana de Águas e Saneamento (Embasa), para minimizar a situação, alguns sistemas estão sendo operados com grupo gerador. A previsão informada pela Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia (Coelba) para retorno da energia é às 12 horas desta terça-feira, 31. Confira as localidades afetadas: Campinas, Malhadas, Açú da Torre, Açuzinho, Tereré, Retiro de Açú, Imbassá, Barro Branco, Mar Belo, Curralinho, Vila Sauípe, Canoas, Estivas e complexo hoteleiro de Sauípe. Fonte: Jornalmaisregiao.com.br, 31/12/2013. Disponível em: http://maisregiao.com.br/mata-falta-de-energia-compromete-abastecimento-de-agua-no-litoral/. Acessado em: 18 de janeiro de 2016.</p>	T-1	DU DP
<p>Falta de água atinge a capital e o Litoral Norte - Moradores e veranistas do litoral norte vêm enfrentando o verão sem água nas torneiras. Em algumas localidades como Arembepe e Barra do Jacuípe, o fornecimento é irregular e a solução encontrada é a construção de reservatórios e poços artesianos. O casal de aposentados João Américo e Dária Rosalina Valadares enfrenta a cada dois dias a falta d'água na casa em que mora em Arembepe, a 30 quilômetros da capital. No entanto, o reservatório e a bomba garantem o abastecimento. Embora a piscina esteja cheia, a grama seca e o chuveirão desativado denunciam o desabastecimento enfrentado. "Mesmo nos dias que vem, a água é fraca. Nós temos bomba para abastecer o tanque, mas minha irmã não e vem sempre encher os baldes por aqui", conta Dária. A Embasa reconhece que não possui infraestrutura para atender à alta demanda no litoral norte e declara que já há um projeto de ampliação da rede aguardando a liberação de recurso para a implementação. Com a chegada do verão, o consumo de água aumenta aproximadamente 20%. Para atender à demanda, a Embasa investiu R\$ 74,3 milhões em quatro serviços de ampliação. As obras devem incrementar em 30% a oferta, mas o término só está previsto para junho. Incluem a duplicação dos reservatórios de Águas Claras, da adutora principal de água tratada e da adutora de água bruta da Barragem Joanes II, além da ampliação da estação principal de tratamento. Fonte: Jornal A TARDE, /2013, Salvador e Região Metropolitana, p. A6.</p>	T-1 T-2	DU DR DP
<p>Capital - Desde meados de dezembro, os moradores de parte de Salvador, nas proximidades da Avenida Paralela, não contam com água na torneira. Mesmo a Embasa afirmando que apenas 0,08% das reclamações foram oriundas da área, os moradores de Boca da Mata chegaram a queimar pneus em cinco pontos no início do ano devido ao problema que dura 45 dias, segundo eles. O condomínio de classe média Bosque Imperial, na Avenida São Rafael, também ficou por mais de três semanas com abastecimento irregular. A operadora de negócios Adelaide Santos chegou a ir à casa de parentes para tomar banho. "Tem sido assim ultimamente", relata. O superintendente de abastecimento de Salvador e Região Metropolitana da Embasa, José Moreira, afirma que houve problemas pontuais na região. Ele cita uma queda de energia na Estação de Tratamento Principal, em Candeias, além de um vazamento na adutora na BR324. Fonte: Jornal A TARDE, 2013, Salvador e Região Metropolitana, p. A6.</p>	T-1 T-2	DU DG DP

<p>Sem refresco - Quem vai veranear no litoral norte, na região de Arembepe, também não escapa da escassez de água. A estudante de enfermagem Ana Rosa Cunha desembolsou R\$ 3 mil para curtir com a família um mês, mas logo teve que exigir do proprietário uma bomba e a duplicação do tanque. "Tínhamos que pegar a água do tanque. Fui obrigada a voltar para casa para lavar as roupas", diz ela, que mora em Camaçari. O dono acabou por colocar o equipamento. Alguns quilômetros depois, em Barra do Jacuípe, os moradores fecharam a Estrada do Coco para reivindicar melhorias no fornecimento de água, no primeiro final de semana do ano. "Todo verão é isso. Mas este ano está pior, pois falta direto", declarou o funcionário público Carlos Eduardo Caleiros, um dos que participaram do protesto. Ele acredita que o abastecimento irregular, que se concentra na contracosta da região, ocorre por haver "uma rede exclusiva para os condomínios". "O problema continua e, sem dúvidas, vamos fazer outras manifestações". Fonte: Jornal A TARDE, 2013, Salvador e Região Metropolitana, p. A6.</p>	<p>T-1</p>	<p>DU DP</p>
<p>Poço artesiano é considerado alternativa, mas infringe a lei</p> <p>O investimento em um poço artesiano fez da moradia do artista plástico Palmiro Cruz um lugar privilegiado. Ele não passa por nenhum dos problemas enfrentados pelos vizinhos de seu sítio em Arembepe. A água jorra abundante na hora do banho para abastecer a piscina ou regar o jardim recém-construído. Com ajuda de uma empresa especializada, ele teve que perfurar três vezes seu terreno até achar a água ideal, a 14 metros de profundidade. "Depois de passar pela filtragem, dá para usar tudo". A solução se mostrou tão eficiente que a rede comum de água não faz falta. "Ouço falar que falta água e vem o recibo. Vou querer para quê? Aqui é só pagar a energia necessária para o funcionamento do sistema". A instalação de um poço varia, em média, de R\$ 2 mil a R\$ 15 mil. Ilegal: A ideia pode até parecer uma boa e, embora existam dezenas de empresas especializadas na construção e leis municipais divergentes, a manobra é considerada ilegal pela Política Nacional de Recursos Hídricos (Lei 9.433, de 1997), passível de advertência e multa entre R\$ 100 e R\$ 10 mil. O superintendente da Embasa, José Moreira, garante que a alternativa é desaconselhável. "As águas subterrâneas não são 100% limpas e ainda podem se misturar com a rede de saneamento, contaminando a água", explica. Apesar disso, Moreira explica que o sistema pode ser implantado em acordo com algumas normas. "Há um tratamento de água complexo, normatizado pelo Ministério da Saúde. Assim, a água pode ser usada para usos alternativos, como molhar o jardim, lavar carro e calçada". Fonte: Jornal A TARDE, 2013, Salvador e Região Metropolitana, p. A6.</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DG DR DCC</p>
<p>Reservatório e bomba garantem abastecimento, afirma a Embasa - Reservatório térreo, bomba e tanque com capacidade de no mínimo 250 litros são itens obrigatórios para garantir o suprimento de água, afirma o superintendente da embasa, José Moreira. "Não existe isso de que não atendemos a bairro de pobre. O que acontece é que a maioria das casas não tem infraestrutura", acrescenta. O grande volume de ligações ilegais e a topografia acidentada completam o quadro da "água fraca" nos locais periféricos. "Além disso, quem não paga desperdiça. A média de consumo salta de 14 mil para 60 mil", diz ele, informando que mais de 60% das construções são irregulares. Garantia: "O pior, para mim, é cozinhar e lavar roupa. E com criança em casa, então, é um sufoco", desabafa a dona de casa Veranete Almeida, que tem dois filhos. Moradora da Vila Mar, loteamento em Nova Brasília, ela paga uma conta de água de cerca de R\$ 25 por mês – valor que, segundo ela, não diminuiu com a ausência do serviço no último mês. Segundo ela, a água até chega, mas a intensidade é insuficiente para encher o tanque, que fica no teto da casa. A solução é estocar em vasilhames o líquido recolhido de uma torneira na garagem. "É minha salvação". Na região, o vendedor de água mineral Josival Pires de Lima viu seu negócio crescer 30% em um mês. "O pessoal compra água mineral até para tomar banho", diz ele, que também sofre com a escassez. "Final de semana fica sem água. O jeito é usar a água mineral". Fonte: Jornal A TARDE, 2013, Salvador e Região Metropolitana, p. A6.</p>	<p>T-1</p>	<p>DP DU</p>

<p>Travessas terão água, diz Embasa - Sobre reclamação de falta de água na 1ª e na 2ª travessas Joaquim, no Jardim das Margaridas, publicada na edição de hoje, a Empresa Baiana de Água e Saneamento da Bahia (Embasa) informou que o fornecimento está sendo regularizado gradativamente desde a madrugada de ontem. E que as travessas, em ponto elevado, tiveram o abastecimento prejudicado pelo aumento do consumo nas áreas mais baixas do bairro, pela redução da pressão na rede distribuidora. Fonte: Fonte: Jornal A TARDE, 2013, Salvador e Região Metropolitana, p. A6.</p>	<p>T-1</p>	<p>DP DU</p>
<p>2014</p>		
<p>Projeto social desafia baianos a lutar por vaga paraolímpica - Mantido no Dique do Tororó e no Parque de Pituáçu como ferramenta de reabilitação para pessoas com deficiência, o programa social Remo sem Fronteiras trabalha com o desafio de classificar sete atletas baianos para a Paraolimpíada-2016, no Rio. (...) Era tudo o que queria a cabelereira Ana Ramos, de 29 anos, além de reforçar o trabalho de fisioterapia com as remadas na Lagoa de Pituáçu, única mulher na equipe, logo na primeira aula ela já tinha avisado a Mota que viera para competir. (...) Fonte: Jornal A TARDE, 13/01/2014, Salvador e Região Metropolitana, p. A4.</p>	<p>T-1 T-3</p>	<p>DR</p>
<p>Litoral fica sem água pela 2ª vez desde o Réveillon - Um problema recorrente voltou a se abater sobre o Litoral Norte da Bahia. Exatos 22 dias após 15 localidades da região terem ficado a seco na época do Réveillon, uma nova interrupção no fornecimento de água causou transtornos à população. De acordo com informações da Empresa Baiana de Água e Saneamento (Embasa), 12 localidades ficaram sem água entre 18h30 de terça-feira e 8h30 desta quarta. São elas: Barra do Pojuca, Itacimirim, Praia do Forte, Imbassaí, Campinas, Malhada, Açú da Torre, Açuzinho, Tereré, Retiro de Açú, Tiririca e Cachoeirinha. Segundo nota enviada pela assessoria da Embasa, a interrupção no abastecimento dessas localidades "foi causada por um problema no fornecimento de energia elétrica". A justificativa é a mesma usada na época Réveillon, quando o fornecimento foi interrompido das 21h do dia 30 até as 12h do dia 31. Responsável pelo fornecimento de energia elétrica em todo o estado, a Companhia de Eletricidade da Bahia (Coelba), também em nota, afirmou que "a referida interrupção no fornecimento de energia, iniciada às 18h16 de terça, foi causada por defeito em equipamento da rede elétrica, situado em área de mata, de difícil acesso". Ainda segundo a companhia, o fornecimento de energia elétrica à Embasa teria sido normalizado às 21h20 do mesmo dia - e não às 8h30 do dia seguinte, como afirmou a empresa de saneamento. (...) Everaldo Siqueira, secretário de Infraestrutura de Camaçari - cidade onde fica a localidade Barra de Pojuca -, afirmou que "a prefeitura não interfere nos procedimentos da Embasa. Nós cobramos e pressionamos. É o que podemos fazer", disse. Fonte: Jornal A TARDE, 13/01/2014, Salvador e Região Metropolitana, p. A4.</p>	<p>T-1</p>	<p>DU DP</p>
<p>Reclamações - A recepcionista Tatiane Figueiredo, moradora de Praia do Forte, afirma que, desde segunda-feira, antes mesmo da interrupção informada pela Embasa, já não havia água nas torneiras de uma parte das casas do local. Segundo ela, o problema aparenta ser localizado, pois outras áreas da praia não sofrem com a mesma escassez. "Estou pegando água na casa da minha vizinha. Uma parte dos moradores estão sem água, mas outra não", revelou. Sobre isso, a Embasa informou que vai mandar uma equipe ao local para verificar os motivos da interrupção. Fonte: Jornal A TARDE, 13/01/2014, Salvador e Região Metropolitana, p. A4.</p>	<p>T-1</p>	<p>DU DP</p>
<p>Turismo - Para o novo titular da Secretaria do Turismo do Estado da Bahia (Setur), Pedro Galvão, "uma falta de água ou energia prolongada sempre prejudica a imagem do turismo", que, segundo ele, "é um setor altamente sensível". Um funcionário do hotel Ibero Star (Praia do Forte) contou que não houve problemas com o fornecimento de água nas piscinas nem nos apartamentos, mas não informou sobre medidas adotadas para contornar o problema. O hotel-pousada Ogum Marinho, mesmo com a falta de fornecimento da Embasa, também não sofreu prejuízos, pois o estabelecimento, assim como outros da região, possui reservatório de água próprios. Fonte: Jornal A TARDE, 13/01/2014, Salvador e Região Metropolitana, p. A4.</p>	<p>T-1</p>	<p>DP DU</p>

<p>Falta de água no litoral norte - A interrupção no abastecimento de água na região de Barra do Pojuca, no Litoral Norte, foi causada por um problema no fornecimento de energia elétrica, informou a Embasa. Foram atingidas as localidades de Barra do Pojuca, Itacimirim, Praia do Forte, Imbassaí, Campinas, Malhada, Açú da Torre, Açuzinho, Tereré, Retiro de Açú, Tiririca e Cachoeirinha. De acordo com a Embasa, a suspensão da energia elétrica começou por volta das 18h30 desta terça-feira (21) e se estendeu até as 8h30 de quarta (22). “Com a retomada do fornecimento de energia elétrica, o abastecimento dessas áreas será regularizado de forma gradativa nas próximas 24 horas”, afirmou a empresa, por meio de nota. De acordo com a companhia, está é a segunda vez neste verão que uma falha no fornecimento de energia pela Coelba compromete a distribuição de água nessa região. Fonte: Jornal Voz Matense, 22/01/2014; Disponível em: http://vozmatense.blogspot.com.br/2014/01/falta-de-agua-no-litoral-norte.html. Acessado em: 18 de janeiro de 2016.</p>	T-1	DU DP
<p>Interrupção de energia elétrica causa falta de água - Na última semana, 12 localidades do Litoral Norte da Bahia tiveram o abastecimento de água interrompido. O problema já tinha ocorrido no mesmo local durante o Réveillon. Em Salvador, na última segunda-feira, parte do subúrbio da capital também ficou a seco. De acordo com informações da Empresa Baiana de Água e Saneamento (Embasa), estes três episódios têm um causador em comum: a interrupção da energia elétrica. O motivo, segundo o superintendente de abastecimento de água em Salvador e Região Metropolitana, José Moreira, é simples: toda a rede é alimentada por bombas, que só funcionam com energia elétrica. “Todo o nosso sistema funciona com energia elétrica. Quando falta, não temos como continuar abastecendo”, afirma. (...) segundo ele, uma falta de energia prolongada causa um dano ainda maior no sistema. “Isso porque a gente não retém água, tudo que está nos reservatórios é conduzido para áreas que não necessitam de bombas. Quando a energia volta, pode demorar duas, três horas para encher os reservatórios e voltar a distribuir”, disse. (...) Por isso, ele complementa, quando a energia volta, as bombas não funcionam imediatamente. (...) O engenheiro civil Leonel Borba, analista técnico do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia da Bahia (Crea-BA), ressalta que a energia elétrica é o insumo essencial para o abastecimento de água. “Desde a captação até a distribuição, a transferência para as estações, por meio das tubulações, a distribuição para residências. Tudo depende da energia”, diz. Como alternativa, propõe o aumento de reservatórios. “Assim, caso falte energia, terá mais água acumulada, que poderá ser distribuída para pontos que não necessitam de bomba. Não vai atender a toda a população, mas amenizará o problema”, afirma. Empresas não assumem falha ocorrida no subúrbio: Em relação à falta de energia que deixou bairros do subúrbio ferroviário sem água, a Coelba informou que o problema foi causado “por defeitos nas instalações elétricas internas, de propriedade e responsabilidade da Embasa”. Ressaltou, ainda, “que não houve qualquer falha na rede elétrica da Coelba que atende a esta unidade da Embasa”. José Moreira, por sua vez, afirmou que o problema foi na rede da Coelba: “Cobramos e a própria Coelba consertou”. (...) Em Fazenda Coutos, uma das localidades atingidas pelo problema de falta de água da última segunda-feira, os moradores reclamam dos transtornos causado. “Temos problemas com abastecimento, pelo menos, uma vez por semana. Quando não falta na minha rua, falta na do vizinho”, critica a moradora Cleide da Conceição, 36. Ideal: “O bom é que eles são ágeis, sempre que comunicamos o problema, resolvem com rapidez. Mas o ideal seria não falta água sempre”, afirma Nielson Pereira, 41, vice-presidente da Associação de Amigos de Fazenda Coutos. O superintendente da Embasa, José Moreira, garante que o abastecimento na região tem sido regular, salvo “problemas pontuais”. “Em novembro, entramos com sistema novo em Pedra do Cavalão. Ampliação que garantiu aumento de 20% na vazão de Salvador. Toda a cidade está abastecida”, afirmou. Fonte: Jornal A TARDE, 30/01/2014, Caderno Municípios. p. 2.</p>	T-1	DCC DU DP

<p>Mais queixas - No Politeama, o problema se repete, segundo conta a jornalista Ana Geisa Lima. "Quando escovei os dentes, senti um cheiro estranho. Parece que tem um animal morto ou algo do tipo no reservatório", diz. O problema, segundo os moradores, é recorrente. Eles contam que sempre limpam seus tanques, mas a questão não é resolvida. Fonte: Jornal A TARDE, 08/02/2014, Caderno Esporte Clube. p. 4.</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DG DU</p>
<p>Moradores reclamam de mau cheiro na água - Moradores da Pituba, Stiep e bairros do centro estão reclamando de mau cheiro na água que abastece suas casas. De acordo com relatos feitos ao jornal A TARDE, o odor começou a ser sentido no início desta semana e muitos consumidores passaram a evitar a ingestão do líquido. "Estamos comprando galões de água mineral. O cheiro é muito forte, como se alguma coisa podre estivesse na tubulação", conta a professora Lívia Matos, 48, moradora do bairro do Stiep. Em nota, a Empresa Baiana de Águas e Saneamento (Embasa) informou "que está investigando as causas do odor relatado por alguns moradores". Ressaltou que, na Pituba e no Stiep "a água já voltou à normalidade". Moradores destes bairros, no entanto, dizem que o líquido continua com o cheiro "estranho". "Pensei que tinha algum bicho morto no tanque, mas lavei ele todo e, mesmo assim, o odor na água continuou. Não dá nem para escovar os dentes", critica o publicitário Marcos Peixoto, que mora na Pituba. Fonte: Jornal A TARDE, 21/02/2014, Salvador e Região Metropolitana. p. A8.</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DG DU</p>
<p>Prefeito visita obra de ampliação da rede de abastecimento – Na tarde desta quinta-feira (20), o prefeito de Pojuca, Dr. Toinho (PDT), acompanhado de sua comitiva, visitou as obras que estão sendo realizadas para a ampliar a rede de abastecimento de água, no Km 60. Está sendo colocado um poço artesiano para captação de águas subterrâneas, através da perfuração de grandes rochas, para beneficiar 42 casas. A obra está sendo realizada por meio de parceria entre a Prefeitura de Pojuca e a Companhia de Engenharia Ambiental e deve beneficiar também a comunidade de São Roque. De acordo com a líder comunitária, popularmente conhecida como Val, o poço é uma grande melhoria para a comunidade. “Nós passamos muito tempo sem a atenção das outras administrações e agora na gestão de Dr. Toinho temos muito que agradecer a atenção que está nos sendo dada”, contou. O gestor ainda participou de uma reunião com moradores da comunidade para discutir melhorias. Fonte: Jornalmaisregiao.com.br, 21/02/2014</p> <p>Disponível em: maisregiao.com.br/prefeito-visita-obra-de-ampliacao-da-rede-de-abastecimento/ Acessado em: 18 de janeiro de 2016.</p>	<p>T-1</p>	<p>DU DP</p>
<p>Prefeitura de Pojuca busca parceria para perfurar poços artesianos na zona rural - Com o objetivo de beneficiar as comunidades da zona rural de Pojuca com a ampliação da rede de abastecimento de água, através da perfuração de poços artesianos, o prefeito Dr. Toinho (PDT) reuniu-se esta semana com o diretor-presidente da Companhia de Engenharia Ambiental e Recursos Hídricos (CERB), Bento Ribeiro Filho, para avaliar as demandas. Eles ainda discutiram sobre a construção e instalação de sistemas inteligentes de distribuição de água, a ampliação onde já existe e a viabilidade técnica em diversas localidades da zona rural. Na ocasião, o prefeito agradeceu o apoio e a agilidade na execução da obra que está sendo concluída na comunidade do Km 60 e beneficiará mais de quarenta moradores da região. O assessor da CERB, Rudimar Mota, que esteve presente em Pojuca em dezembro do ano passado, no seminário “Desenvolver Pojuca” também participou da reunião. Ficou estabelecido que a prefeitura e a instituição realizarão investimentos no município, este ano e em 2015. A expectativa é que a parceria contemple diversas localidades. Fonte: Jornalmaisregiao.com.br, 27/02/2014; Disponível em: http://maisregiao.com.br/prefeitura-de-pojuca-busca-parceria-para-perfurar-pocos-artesianos-na-zona-rural/; Acessado em: 18 de janeiro de 2016.</p>	<p>T-1</p>	<p>DP DU</p>

<p>MP condena licenciamento para obras em Imbassaí</p> <p>O Ministério Público da Bahia (MP-BA) expediu recomendação ao município de Mata de São João (RMS) que proíbe a emissão de licença para implantação e funcionamento de empreendimentos no distrito de Imbassaí. De acordo com o documento, para obter o "habite-se" as construtoras, ou demais responsáveis pela obra, precisam apresentar projeto de tratamento e destinação dos efluentes. A advertência foi adotada com base em pareceres técnicos do Conselho Regional de Engenharia da Bahia (Crea), da Central de Apoio Técnico do MP (Ceat) e do Laboratório de Microbiologia da Faculdade de Farmácia da Universidade Federal da Bahia (Ufba), que comprovam a inexistência de estação de tratamento de esgoto em funcionamento na localidade. O documento do MP-Ba também foi emitido ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e ao Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Inema). Poluição - A TARDE constatou alguns pontos de despejo de esgoto a céu aberto na vila de Imbassaí, em ruas como a Alameda dos Cajueiros e da Padaria. Além do despejo realizado por residências da vila, o grupo Meio Ambiente Imbassaí, formado por moradores, aponta como principais poluentes o Conjunto Habitacional Minha Casa, Minha Vida, às margens da BA-099, as invasões, e a estação elevatória de esgoto que serve ao Hotel Grand Palladium. Segundo um dos ambientalistas, a estação não conta com bomba reserva. "Quando a bomba principal apresenta defeito, o esgoto se acumula e é despejado em afluentes do Rio Imbassaí, causando a poluição", afirma. O grupo fotografou pontos críticos dos rios da região e publicou em uma página do Facebook. As fotos mostram a poluição ocasionada por esgoto e lixo. "Não podemos cruzar os braços diante do descaso com o meio ambiente. Eu deixei de me banhar no rio, por causa da má qualidade visível da água, inclusive mau cheiro". Hotel - O Grand Palladium isentou-se da responsabilidade do tratamento do esgoto. Segundo Luís Fraguas, diretor do empreendimento, o esgoto do hotel é despejado em rede da Embasa. "Trata-se de acordo feito desde o projeto. Nossa rede está conectada à Embasa, responsável pelo tratamento. Se a estação elevatória não funciona, ou se as bombas não atendem à demanda, não é atribuição do hotel", disse. Ainda conforme Fraguas, laboratórios certificados asseguram que o rio Imbassaí, que passa pelo hotel, tem qualidade boa. "Encaminhamos amostras da água para análise, periodicamente. O rio está em perfeitas condições", contou. Luís afirma, ainda, que o hotel obteve todas as licenças devidas para funcionamento e obedece à normatização. Fonte: Jornal A TARDE, 11/03/2014, Salvador e Região Metropolitana, p.A4.</p>	<p>T-1</p> <p>T-2</p>	<p>DG</p> <p>DMO</p> <p>DU</p> <p>DCC</p>
<p>Novos projetos devem ter estação própria de tratamento - Conforme o promotor Oto Almeida, a recomendação do MP-BA é que as licenças sejam negadas a empreendimentos que não possuam estação de tratamento própria. "Isso não quer dizer que é preciso construir estação pública", disse. Segundo ele, atualmente, os efluentes são lançados in natura (sem tratamento) no rio Imbassaí, que é usado, diariamente, pela população para recreação. Ainda segundo o promotor, outros quatro rios, localizados em Mata de São João, demonstram indícios de poluição, indicados em laudos do Crea-BA, da Central de Apoio Técnico do MP e da Faculdade de Farmácia da Ufba. "Essas instituições constataram coliformes fecais acima dos padrões microbiológicos recomendados", contou. A promotoria sugeriu aos órgãos citados na ação (Ibama, Inema e Prefeitura) que divulguem à população, em até 30 dias, as condições de utilização destes rios. "É uma questão de saúde pública", classificou. Segundo Oliveira, caso os órgãos descumpram a recomendação, o MP-BA poderá entrar com ação para barrar a obra. "Aí quem vai decidir o que fazer é a Justiça", disse. Respostas - O Inema e a seccional baiana do Ibama confirmaram o recebimento da notificação e informaram que o documento foi encaminhado aos respectivos setores responsáveis, para avaliação. Contatada às 15h30 por A TARDE, a Empresa Baiana de Águas e Saneamento (Embasa), disse que somente responderá hoje se há previsão de construção de estações de tratamento na região. Fonte: Jornal A TARDE, 11/03/2014, Salvador e Região Metropolitana, p. A4.</p>	<p>T-1</p> <p>T-2</p> <p>T-3</p>	<p>DMO</p> <p>DU</p> <p>DG</p> <p>DP</p>

<p>Três municípios e ilhas ficam sem água após quebra de adutora na BA</p> <p>Os moradores dos municípios de Candeias, Madre de Deus e São Francisco do Conde, na Região Metropolitana de Salvador, e das Ilhas de Maré, Bom Jesus dos Passos, Frades e Maria da Guarda, na Baía de Todos-os-Santos, estão sem água desde às 9h da manhã desta terça-feira (11). De acordo com a Empresa Baiana de Águas e Saneamento (Embasa), responsável pelo abastecimento nas localidades, equipamentos de terraplanagem utilizados por profissionais de uma empresa privada no bairro de Caroba, em Candeias, provocaram a quebra de uma adutora causando a interrupção dos serviços. Ainda segundo a Embasa, técnicos estão na localidade verificando a dimensão do rompimento, que teria ocorrido em área alagadiça. Por conta das dificuldades de acesso ao local do incidente, a empresa não emite estimativa de conclusão dos reparos na adutora. Em nota, a Embasa afirmou que está trabalhando para restabelecer os serviços e que, durante o período de interrupção do abastecimento, carros-pipa da empresa irão atender com prioridade hospitais, creches e escola. Fonte: Folhadoreconcavo.com.br, 11/03/2014; Disponível em: http://www.folhadoreconcavo.com.br/ultimas_noticias.php?codnoticia=15232; Acesso em: 13/04/2016;</p>	<p>T-1</p>	<p>DU DP</p>
<p>Falta de água inviabiliza atividades no CAPS II</p> <p>A falta de água e de alguns medicamentos (...) inviabilizaram a atuação dos 18 profissionais de saúde do Centro de Atenção Psicossocial (Caps II), da Liberdade. (...) A falta de água impede a limpeza adequada das instalações, como refeitórios e os banheiros. O mau cheiro no banheiro masculino era intenso na manhã de ontem. (...) ontem a reportagem flagrou pacientes carregando baldes com água para o interior da unidade de saúde. (...) A paciente Lílian Oliveira de Araújo, 35 anos, reclamou da situação dos banheiros. "Sem água, fica tudo imundo. E não temos mais a última refeição porque não tem água. Esse espaço em que a gente fica é muito ruim, disse Lílian que é presidente da Associação Loucos por Liberdade. Fonte: Jornal A TARDE, 13/03/2014, p. 4.</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DU DG</p>
<p>Rio Joanes pede socorro - A poluição do rio Joanes, causada principalmente pelo lançamento de esgotos domésticos e industriais no seu leito, ganhou mais visibilidade desde que a segunda etapa do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC II), do Ministério do Planejamento, destinou a Lauro de Freitas (onde o rio nasce) R\$ 170 milhões para implantar a rede de esgotamento sanitário do município, onde cerca de 90% da população utiliza fossas e sumidouros. As obras de saneamento básico, ali iniciadas em 2010, estavam previstas para terminar em 2012. Mas, por uma questão jurídica entre a Empresa Baiana de Água e Saneamento (Embasa) e a CRCSI, empresa que ganhou a licitação para execução das obras, apenas 12% do projeto foram realizados até hoje, segundo o secretário de Infraestrutura de Lauro de Freitas, André Santos. Responsável por 40% do abastecimento de água de Salvador e Região Metropolitana, o Rio Joanes nasce no município de São Francisco do Conde (Recôncavo Baiano) e desemboca na Praia de Buraquinho, em Lauro de Freitas. Os demais municípios que compõem a sua bacia hidrográfica são: Camaçari, Simões Filho, São Sebastião do Passé, São Francisco do Conde, Candeias, Salvador e Dias d'Ávila. Por se tratar de uma bacia hidrográfica, o Joanes recebe uma forte carga de deslocamentos sanitários provenientes, principalmente, de Lauro de Freitas e de Salvador. No início de 2013, a Embasa publicou uma nota informando que a obra - que aumentará a cobertura do esgotamento sanitário de 9% para 95% de Lauro de Freitas - "se encontra paralisada devido ao não cumprimento de cláusulas contratuais por parte da empresa contratada para a execução da obra". Ainda no informe, o órgão afirma que após a finalização do processo de distrato, a Embasa iniciará nova licitação para continuar a execução da obra. (...) O senador Walter Pinheiro, por sua vez, conta que abraçou a luta pela revitalização do Rio Joanes e seus afluentes. Via o PAC II, o parlamentar baiano busca criar "um ambiente facilitador", no plano federal. Meu objetivo é que as captações obtidas por cidades como Lauro de Freitas e Camaçari, através do programa, possam realmente investir no saneamento básico, favorecendo a solução de um dos problemas mais antigos do município, que é a poluição dos seus</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DG DU DP</p>

<p>rios", afirmou. Na opinião do secretário André Santos, "o senador poderá ajudar, de fato, a compor, junto ao Governo do Estado, uma resolução para que sejam retomadas essas obras, que são extremamente importantes do ponto de vista social e ambiental". O jornalista José Raimundo, ex-morador do condomínio Busca Vida, em Lauro de Freitas, conta que acompanhou o drama do Rio Joanes. "Morei lá por cinco anos e deixei o local há quatro anos. Não acredito que tenha melhorado a situação de degradação do rio de lá para cá. Naquela época, já percebia que o Joanes estava morrendo lentamente com os esgotos residenciais que eram jogados em seu leito. Lembro-me que a Colônia de Pescadores de Busca Vida era uma das entidades que mais se preocupavam com o estado do Joanes. Mas nunca vi nenhum Órgão de proteção ambiental fiscalizando ou impedido esse crime ambiental'. Fonte: Jornal A TARDE, 13/03/2014, Salvador e Região Metropolitana, p. A6.</p>		
<p>Sistema de esgotamento - O projeto da Embasa de implantação do esgotamento sanitário em Lauro de Freitas prevê a construção de uma rede coletora que aproveitará o sistema lá existente e as elevatórias para canalizar todo o esgoto doméstico da cidade até o interceptor da Avenida Paralela, conforme explicou a gerente de ações ambientais da Embasa, Na Paula Meira, à época do lançamento do sistema, projetado para atender a mais de 300 mil habitantes do município – população prevista para 2030. O secretário de Meio Ambiente, Saneamento e Recursos Hídricos de Lauro de Freitas, Márcio Cruzeiro, lembra que o encontro de outros rios com o Joanes, a exemplo do Ipitanga e do Sapato, é responsável, também, por trazer forte deslocamento sanitário, "Entre as ações que a nossa secretaria vem realizando para combater o lançamento de efluentes (resíduos) não tratados nos rios é a exigência de que toda nova construção (residencial ou comercial) tenha o seu sistema próprio de tratamento de esgoto e que esteja de acordo com as normas de saneamento básico", ressalta o gestor. Além disso, destaca, para evitar que o Joanes e os demais rios da região sejam ainda mais contaminados, a secretaria tem feito campanhas de conscientização visando a sua despoluição. "Para isso, plantamos no ano passado, 7700 mudas de mangue na foz do Joanes, com a colaboração da Colônia de Pescas de Buraquinho. A nossa meta, este ano, é plantar mais 10 mil mudas". Ainda visando requalificar o entorno dos corpos hídricos da Bacia do Rio Joanes foi feito o plantio de três mil mudas de mata ciliar (tipo de cobertura vegetal nativa às margens de rios). "Tivemos um processo de desenvolvimento muito acentuado das cidades e, no caso de Lauro de Freitas, foi a foz do Rio Joanes o lugar mais disputado pela especulação imobiliária e, naquela época, não havia uma legislação que obrigasse os condomínios de luxo, ali construídos, a exemplo do Encontro das Águas, a terem uma estrutura sanitária. Isso significa que a maioria daquelas casas não tem um plano de saneamento básico", pontua o senador Walter Pinheiro. O coordenador de monitoramento do Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Inema), autarquia da Secretaria do Meio Ambiente do Estado da Bahia (Sema), Eduardo Topázio, explica que compete ao órgão fiscalizar, com poder de polícia administrativa, os usos dos recursos hídricos nos corpos de água de domínio do Estado da Bahia. A fiscalização, de caráter preventivo ou repressivo, é realizada a partir de ações conjuntas com a Companhia de Polícia de Proteção Ambiental (Coppa). "A qualidade das águas do Rio Joanes é muito prejudicada na área urbana de Lauro de Freitas devido à ausência de saneamento básico nas residências. Existe, na verdade, uma ocupação urbana sem controle e carente de esgotamento sanitário", atesta. Fonte: Jornal A TARDE, 13/03/2014, Salvador e Região Metropolitana, p. A6.</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DU DP DG DMO</p>
<p>Reivindicações - Os servidores do Caps II, na Liberdade, informaram desde dezembro à Secretaria Municipal de Saúde sobre os problemas com a falta de água. Ontem a reportagem de A TARDE flagrou pacientes carregando baldes com água para o interior da unidade de saúde. Ainda há problemas com mofo e nas instalações elétricas, dentre outros. A paciente Lílian Oliveira de Araújo, 35 anos, reclamou da situação dos banheiros. "Sem água, fica tudo imundo. E não temos mais a última refeição porque não tem água. Esse espaço em que a gente fica é muito ruim", disse Lílian, que é diretora da Associação Loucos por Liberdade. O vigilante aposentado Walter Marques dos Santos Filho, 43 anos, disse que não é possível que os pacientes continuem sendo tratados desta forma. "Não tem mais manicômio para nos colocar aqui? Estou aqui (no Caps II) há oito anos como paciente. Antes me tratava no Hospital Mário Leal", disse o aposentado. (...) Fonte: Jornal A TARDE, 20/03/2014, Caderno Opinião, p. A6.</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DU DG</p>

<p>Alto grau de poluição atinge 81% dos rios de Salvador, aponta pesquisa do INEMA</p> <p>Levantamento do Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Inema) aponta que 81% dos rios que estão exclusivamente no território do município de Salvador têm elevado grau de poluição. O estudo que indica o índice de qualidade da água estabelece cinco parâmetros de qualidade: péssimo, ruim, regular, bom e ótimo. Nenhum dos rios soteropolitanos atingiu a indicação de ótimo. Segundo o coordenador de monitoramento de recursos ambientais e hídricos do Inema, Eduardo Topázio, 17% destes rios estão em condições péssimas e 64% estão ruins. Outros 8% estão bons e 11% regulares. "Muitos rios da cidade nem são mais reconhecidos como tal. As pessoas pensam que são esgotos", comentou Topázio, que divulgou ontem os dados do estudo, véspera da celebração do Dia Mundial da Água. Eduardo Topázio aponta a ocupação irregular de terras e a falta de saneamento básico como principais contribuidores para a degradação dos rios. E ele acrescentou: "Se considerarmos o total de mananciais em Salvador, levando-se em conta os lagos, as estatísticas estão muito próximas", comparou. Fonte: Jornal A TARDE, 22/03/2014, Salvador e Região Metropolitana, p. A4.</p>	<p>T-1</p> <p>T-2</p>	<p>DG</p> <p>DU</p> <p>DP</p> <p>DCC</p>
<p>Lagoa da Paixão: Enquanto crianças e adolescentes tomavam distância e pulavam nas águas poluídas da Lagoa da Paixão, em Fazenda Coutos, a auxiliar de serviços gerais Eliene dos Santos, 54, mantinha o olhar fixo nas águas da lagoa. Desempregada, mãe de 11 filhos e com 18 netos, ela vai às margens com vara de pescar na esperança de tucunarés, traíras ou tambaquis. "Mas hoje não consegui nada. Isso aqui já teve peixe todos os dias", lembra Eliene. "Tem horas que me pergunto como vou alimentar tanta gente". Menos preocupados, os meninos não ligavam para o aspecto da água. "É só não beber a água", disse o estudante Paulo Ricardo de Jesus da Silva, 14. Próximos às margens da lagoa, muitos barracos despejam ali seus dejetos. Outro exemplo do abandono é o Rio Camarajipe, que corta a região do Iguatemi. "Aqui só melhora o cheiro quando chove e o rio enche", disse o vendedor Sérgio de Souza, 25. "Eu acho que falta interesse dos poderes públicos para limpar estes rios. Também chamam este rio de Rio das Tripas. Hoje parece mais o rio para botar as tripas para fora. Tem dias que respirar é difícil mesmo", disse o microempresário Valdir Bomfim, 57. Fonte: Jornal A TARDE, 22/03/2014, Salvador e Região Metropolitana, p. A4.</p>	<p>T-1</p> <p>T-2</p> <p>T-3</p>	<p>DG</p> <p>DR</p> <p>DU</p> <p>DP</p>
<p>MP recomenda evitar emissão de licenças para empreendimentos em Imbassaí</p> <p>(...). Os promotores de Justiça Luíza Gomes Amoedo e Oto Almeida Oliveira Júnior expediram outra recomendação aos mesmos citados para que divulguem à população, por meio de comunicação de fácil acessibilidade, no prazo de 30 dias, as condições e balneabilidade dos rios Imbassaí, Sauípe, Pojuca, Riacho do Arrendamento, do Forte e da Lagoa Timeantube. "A medida visa resguardar a saúde pública, evitando que a população faça uso de águas impróprias para o banho, com risco consequente de contrair doenças", afirmaram os promotores de Justiça. Segundo eles, a medida foi adotada com base em pareceres técnicos do Conselho Regional de Engenharia da Bahia (Crea), da Central de Apoio Técnico do MP (Ceat) e do Laboratório de Microbiologia da Faculdade de Farmácia da Universidade Federal da Bahia (Ufba), que comprovam a inexistência de estação de tratamento de esgoto em funcionamento na localidade. "Isso tem gerado o lançamento de efluente bruto no Rio Imbassaí, ocasionando contagem de coliformes fecais acima dos padrões microbiológicos recomendados", destacaram. De acordo com estudo técnico do Crea, as soluções atualmente adotadas para o tratamento de efluentes não são recomendadas mesmo que sejam construídas dentro de Normas Técnicas, em razão do grau de ocupação de Imbassaí e do grande número de edificações em construção com a implantação de hotéis, pousadas, restaurantes e condomínios na localidade. Fonte: http://maisregiao.com.br/mp-recomenda-evitar-emissao-de-licencas-para-empreendimentos-em-imbassai/; Acessado em: 18 de janeiro de 2016.</p>	<p>T-1</p> <p>T-2</p>	<p>DG</p> <p>DR</p> <p>DU</p> <p>DCC</p>

<p>Embasa realiza investimento de 1,1 bilhão de reais em Salvador - A oferta de água em Salvador e na Região Metropolitana (RMS) aumentou 20% com a conclusão da duplicação das principais adutoras de água bruta e tratada e a ampliação da Estação de Tratamento de Água Principal (ETA Principal), no município de Candeias. Estas ações são apenas um exemplo do trabalho que a Embasa está realizando em Salvador. “Até o final de 2014, estão previstos investimentos de mais de R\$ 1,1 bilhão na capital baiana, sendo R\$ 331,4 milhões em obras de melhorias no sistema de abastecimento de água e mais R\$ 787,6 milhões em esgotamento sanitário”, destaca o presidente da Empresa Baiana de Águas e Saneamento (Embasa), Abelardo de Oliveira Filho, lembrando que entre dezembro de 2006 e agosto de 2013, a empresa executou mais de 115 mil ligações de água e 190 mil ligações de esgoto na cidade. As obras de duplicação das adutoras e a ampliação da ETA Principal, reativadas em setembro de 2013, contaram com investimentos na ordem dos R\$ 75 milhões, provenientes do PAC Saneamento e da própria Embasa. O diretor de Operação e Expansão da Embasa na Região Metropolitana de Salvador, Carlos Ramirez, afirma que esses três empreendimentos melhoraram significativamente a oferta de água para a capital baiana e RMS, garantindo um maior abastecimento na cidade. Ele destaca, ainda, que já se encontra em andamento a obra de duplicação do terceiro trecho da adutora de água tratada do sistema que abastece Salvador, no valor de R\$ 62,9 milhões. Os seis quilômetros de adutora de água bruta - com quase dois metros de diâmetro - aduzem água da barragem Joanes II para o ETA Principal. "A adução total com os equipamentos instalados passou de 2 m³/s para 5,83 m³/s para tratamento", informa o diretor. Para transportar esse volume de água adicional produzido na ETA Principal, completa, dois trechos de adutora de água tratada, com diâmetros que variam de 1,6 a 2,3 metros, foram duplicados até o centro de reservação do Cabula. Fonte: Jornal A TARDE, 03/04/2014, Salvador e Região Metropolitana, p. A4.</p>	<p>T-1</p>	<p>DU DP</p>
<p>Abastecimento - O sistema integrado de abastecimento de água de Salvador atende à capital baiana e aos municípios de Lauro de Freitas, Simões Filho, Candeias, São Francisco do Conde, Madre de Deus, Santo Amaro e Saubara. Segundo a direção da Embasa, a integração da infraestrutura de abastecimento para atender a esses municípios é necessária porque boa parte dos pontos de captação de água para tratamento e distribuição encontra-se fora do perímetro de Salvador. Da barragem de Pedra do Cavalo, a 120 quilômetros da capital baiana, a água bruta segue por adutora até a Estação de Tratamento Principal (ETA Principal), situada em Candeias, que também recebe água da barragem Joanes II. Outras captações são feitas nas barragens Joanes I e Ipitanga I e a água desses mananciais é tratada, em Salvador, nas estações Teodoro Sampaio e Vieira de Melo. Formada, também, por adutoras de água bruta e água tratada, 25 reservatórios e uma extensa rede distribuidora de 5 mil quilômetros, essa estrutura distribui 10.500 litros por segundo para abastecer cerca de 1,16 milhão de imóveis de Salvador. Por isso, desde 2007 a Embasa vem desenvolvendo ações de melhoria e ampliação da infraestrutura do SIAA de Salvador e até 2014 serão investidas R\$ 331,4 milhões. Desse total cerca de R\$ 266 milhões são destinados a ações estruturantes, intervenções assim chamadas porque dotam o sistema de condições para atender à demanda de consumo resultante do crescimento da ocupação imobiliária nas cidades atendidas pelo sistema. Fonte: Jornal A TARDE, 03/04/2014, Salvador e Região Metropolitana, p. A4.</p>	<p>T-1</p>	<p>DU DP</p>
<p>Reservatórios - Além do investimento em adução, com a duplicação das adutoras de água bruta e tratada, a Embasa investiu no tratamento, com a ampliação da ETA Principal, e na reservação, com a reforma, ampliação e construção de reservatórios em pontos estratégicos da cidade. Um dos destaques é o Centro de Reservação do Ceasa, cuja obra já está em andamento. Sitado no limite entre Salvador e Lauro de Freitas, no local, vai ser construído mais um centro de reservação, com duas câmaras de 8.700m³ e um reservatório elevado de 500 m³, totalizando 17.900m³. Juntamente com o Parque de Preservação do Caji, onde serão implantadas mais uma câmara de 8.700m³, além do existente, o Centro do Ceasa irá atender às áreas ocupadas às margens da rodovia CIA-</p>		<p>DU</p>

<p>Aeroporto, em Salvador e o município de Louro de Freitas. A obra conta com investimento de R\$ 70,5 milhões e beneficiará uma população de mais de 200 mil pessoas. Também estão em andamento as obras para os reservatórios de Brotas, no valor de R\$ 21,4 milhões e vão beneficiar cerca de 270 mil pessoas dessa região, desde o Engenho Velho até a Crus da Redenção, incluindo o Vale do Ogunjá e o lado direito da Avenida Bonocô. Na área de distribuição, a Embasa vem investindo para melhorar a prestação do serviço de abastecimento de água em áreas da cidade onde as principais causas de irregularidade no fornecimento são redes antigas ou redes subdimensionadas diante do crescimento imobiliário e populacional dos últimos 20 anos. Com um investimento de R\$ 69,6 milhões, com recursos do PAC 2 e da Embasa, serão implantadas adutoras para reforçar o abastecimento dos bairros da zona alta do Cabula como Engomadeira, Tancredo Neves, Sussuarana, a partir do parque de reservação do Cabula. A empresa também vem fazendo extensão de rede e implantação de ligações domiciliares em 270 áreas da capital baiana, onde investiu, com recursos próprios cerca de R\$ 24 milhões. Fonte: Jornal A TARDE, 03/04/2014, Salvador e Região Metropolitana, p. A4.</p>	<p>T-1</p>	<p>DP</p>
<p>Esgotamento - Salvador é a cidade do Nordeste que aparece mais bem colocada - 34º lugar - no Ranking do Saneamento, um estudo voltado para a universalização da coleta e tratamento de esgoto, de acordo com o Instituto Trata Brasil. Entre os capitais. Salvador é a oitava do país a figurar no ranking. A cidade também é destaque quando o assunto é tratamento de esgotos. Neste quesito, a capital ocupa a 11º posição, alcançando um índice de 79,2% dos esgotos tratados, desempenho bem superior à média nacional, que gira em torno dos 38%. A elaboração do estudo tem como base os dados do Sistema Nacional de informações sobre Saneamento (SNIS), do Ministério das Cidades, ano 2011. Atualmente, em Salvador a Embasa dispõe de um sistema de esgotamento sanitário que possui uma rede coletora de 4.134 quilômetros de extensão, com cerca de 464 mil Ligações. Dessas, 190,4 mil foram realizadas entre dezembro de 2006 e agosto de 2013. Por meio do Programa Água para Todos, a empresa vem desenvolvendo ações que, programadas até 2014, envolvem recursos da ordem de R\$ 787,6 milhões, em investimentos voltados à ampliação do sistema de esgotamento sanitário da cidade. As frentes de trabalho estão atuando no aumento do número de ligações em imóveis situados nas 28 bacias sanitárias já existentes em Salvador, e na construção de três novas bacias sanitárias. Com relação ao adensamento, a Embasa investirá até 2014 cerca de R\$ 238,8 milhões em novas ligações. Já a implantação das três novas bacias sanitárias de Salvador, no valor de R\$124,5 milhões, vai beneficiar mais de 300 mil pessoas que moram em bairros densamente povoados como Águas Claras, Cajazeiras, Sete de Abril, São Marcos, Trobogy e Canabrava. Depois de coletados, os efluentes dessas novas bacias serão conduzidos até o nono emissário da Boca de do Rio. Principal obra de saneamento básico dos últimos 25 anos, o emissário da Boca do Rio, inaugurado em 2011, foi construído para dar destinação adequada aos esgotos domésticos coletados na área norte de Salvador e também do município de Lauro de Freitas. Com investimento de R\$ 259 milhões, o sistema foi construído por meio de parceria público-privada (Embasa/Foz do Brasil/Caixa) e tem capacidade de processamento de 5,9 mil litros de efluentes por segundo. Os esgotos são conduzidos ao emissário submarino e lançados ao mar em uma profundidade de 45 metros, a 3.670 metros da costa. Fonte: Jornal A TARDE, 03/04/2014, Salvador e Região Metropolitana, p.A4.</p>	<p>T-1</p>	<p>DCC DP DU</p>
<p>Ontem a falta de água fez com que a comerciante Maria Edith Teixeira, 84 anos, mudasse o cardápio do seu almoço de Páscoa. “Eu ia fazer um cozidão, chamar a família e os amigos pra todo mundo comer junto. Só que não tem água e gosto de tudo bem lavado. Vou ter que comer carne do sol frita, sozinha” lamentou. Fonte: Correio, 06/04/2014, Caderno 24h. Sessão Mais*, p. 19.</p>	<p>T-1</p>	<p>DU</p>
<p>Na fila para receber água de um carro-pipa, no Uruguai, o técnico de enfermagem Miguel Souza, 39, lamentava o fato de não poder preparar o bacalhau que havia reservado especialmente para o almoço de domingo. “O bacalhau tá lá, comprado, mas</p>	<p>T-1</p>	<p>DU</p>

vou ter que comprar prato feito. Com eu vou comer um salzinho a mais nessa situação? Se der sede, não tem como beber água”, disse Miguel. Fonte: Correio, 06/04/2014, Caderno 24h. Sessão Mais*, p. 19.		DG
Em plena Páscoa, muita gente não tinha tido água para o suficiente para lavar os pratos utilizados no almoço da sexta-feira Santa. “Está tudo lá acumulado na pia porque não tem água. Tive que mudar tudo por causa dessa falta. Hoje (ontem), ia fazer um ensopado de músculo e um feijão, mas agora vou ter que preparar fígado porque é mais rápido e suja menos”, contou a técnica de enfermagem Hildete Reis, 52. Fonte: Correio, 06/04/2014, Caderno 24h. Sessão Mais*, p. 19.	T-1	DU
Lagoas da capital baiana são menos poluídas do que rios - As lagoas de Salvador são menos poluídas do que os rios que estão em território do município. Esta é conclusão de levantamento realizado pelo Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Inema) entre março e abril deste ano. Segundo a pesquisa, 16,6% das 13 lagoas monitoradas pelo órgão na capital baiana apresentam alto índice de poluição. Já entre os rios - só os grandes são sete - que estão exclusivamente em território do município, 81% têm elevado grau de poluição, conforme o estudo. Estes dados serão apresentados e debatidos hoje, durante o seminário Qualidade Ambiental dos Rios e Lagoas da Cidade de Salvador, que será realizado a partir das 9h, no Inema, em Monte Serrat. O evento é aberto ao público e tem o objetivo de promover o debate sobre a importância dos rios urbanos e o cuidado com a água nas atitudes cotidianas, visando a mudanças de comportamento para um futuro mais sustentável, segundo pontua o coordenador de monitoramento do Inema, Eduardo Topázio. De acordo com Topázio, a lagoa do Cascão, que fica na área do 19 BC, é a que obteve a melhor avaliação. Já o pior resultado obtido ficou com a lagoa do Urubu, na região de Campinas de Pirajá. A pesquisa ainda apontou que 16% das lagoas estão em condições razoáveis e 67,4%, em boas condições. Os sete grandes rios existentes em Salvador são: Camarajipe, Trobogy, Paraguari, Lucaia, das Pedras, do Cobre e das Tripas. O primeiro foi o que obteve a pior avaliação, enquanto o rio Cascão (desmembramento do das Pedras) foi o menos poluído, segundo o levantamento do Inema. Fonte: Jornal A TARDE, 24/04/2014, Salvador e Região Metropolitana, p. A4.	T-1 T-2	DG DU DP DCC
População - O rio considerado pelo Inema em situação mais ruim, o Camarajipe, corta a região do Iguatemi. “Está em uma área de grande população, por isso a poluição por esgoto é muito grande”, disse. Quem passa pelo entorno pode observar lixo espalhado pelo rio, além de sentir o mau odor que exala da água. “A população daqui vive em risco permanente. Quando chove, temos uma invasão de insetos por conta do rio”, diz a aposentada Gildélia Pinto, 47. “Há rato, barata e outros insetos e animais. Estamos expostos a doenças”, critica. Fonte: Jornal A TARDE, 24/04/2014, Salvador e Região Metropolitana, p. A4.	T-1 T-2	DU DG
Na lagoa do Parque de Pituaçu, apesar de as condições da água não serem consideradas ruins, frequentadores reclamam. “Quando era criança, eu tomava banho nessa lagoa e até bebia a água. Hoje, não podemos mais nos arriscar”, conta o vendedor Fred Santos, 34. Na Boca do Rio, moradores reclamam da situação do rio das Pedras. A estudante Geórgia Soares, 40, conta que o local já foi um manguezal. “As pessoas não respeitam o meio ambiente, jogam lixo no rio”, afirma. Para Eduardo Topázio, a ocupação irregular é um dos principais fatores que, historicamente, contribuíram para a degradação. “São ocupações que transformam o rio em esgoto”, diz. Para melhorar a condição dos cursos de água natural, ele sugere que se invista na recuperação das matas ciliares (que margeia os rios) e em esgotamento sanitário: “É preciso também frear a ocupação irregular e preservar as matas existentes”. (...) Fonte: Jornal A TARDE, 24/04/2014, Salvador e Região Metropolitana, p. A4.	T-1 T-2	DG DU

<p>Mau cheiro no Costa Azul - Por favor, façam alguma reportagem sobre a poluição e o mau cheiro do canal do Costa Azul, ninguém aguenta mais. As autoridades prometeram limpá-lo, mas o tempo vai passando e sem solução. Uma vergonha para nós de Salvador, como também para os turistas em visita à nossa cidade. Fonte: Jornal A TARDE, 25/04/2014, Salvador e Região Metropolitana, p. A8.</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DU DG</p>
<p>Inconformadas com a falta d'água comunidade fecha a Av. Heitor Dias</p> <p>Moradores da localidade conhecida como Sertanejo fecharam uma pista da avenida Heitor Dias, sentido Sete Portas, em protesto contra a falta de água. Segundo eles, o abastecimento foi interrompido há mais de 10 dias. Os manifestantes interromperam a via com pneus e pedaços de madeira queimados. "A água que estamos usando vem da casa de alguns vizinhos, que têm torneiras em locais mais baixos, que a água ainda consegue cair. Nas casas mais altas, a água não sobe há mais de uma semana, está sendo um sofrimento", disse o morador da travessa Doutor Esteves de Assis, Ricardo de Jesus Santos, 32 anos. A TARDE tentou contato com a assessoria de comunicação da Empresa Baiana de Águas e Saneamento (Embasa), mas, devido a uma paralisação, nenhum funcionário responsável pelo setor de distribuição e abastecimento foi encontrado. (...). Fonte: Jornal A TARDE, 30/04/2014, Caderno Futuro da Água, p. 4.</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DG DU</p>
<p>Prefeitura inaugura sistema de água no km 60</p> <p>Cerca de 40 famílias da localidade conhecida como Km 60, em Pojuca, foram beneficiadas na tarde desta terça-feira (29) com a inauguração do sistema de abastecimento de água. O prefeito Dr. Toinho esteve presente à cerimônia que contou com a presença de secretários municipais, representantes da Companhia de Engenharia Ambiental e Recurso Hídricos da Bahia (CERB), alunos do Colégio Núcleo Pedro Leal Cardoso e os vereadores Nenga do Sindicato e Adriano de Biriba. O novo sistema de abastecimento de água no Km 60 é fruto de uma parceria entre a prefeitura municipal com a CERB.(...) Fonte: Jornalmaisregiao.com.br, 01/05/2014; Disponível em: http://maisregiao.com.br/prefeitura-inaugura-sistema-de-agua-no-km-60/; Acessado em: 18 de janeiro de 2016.</p>	<p>T-1</p>	<p>DU DP</p>
<p>Muita água ainda vai rolar...</p> <p>Eu queria saber "em que pé" está a revitalização do Rio Imbassai... Porque pelo "fuzuê" que a Prefeita fez quando foi tão somente contemplada pelo PAC 2, já deveria estar pronta! E quanto às outras etapas do processo? A Verba foi liberada? Só sei que o rio está na mesma situação. Mas tenho certeza que quando começar a revitalização a prefeita fará uma grande festa. Acho que gastará todo o saldo de R\$ 82.278,50 que comprou todo em fogos de artifício. Fonte: Jornalmaisregiao.com.br, 16/05/2014. Disponível em: http://maisregiao.com.br/curtas-e-acidas-da-semana-10/; Acessado em: 18 de janeiro de 2016.</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DP DG</p>
<p>Audiência Pública discutirá Plano de Saneamento Básico</p> <p>Será realizada nesta terça-feira (20), na Câmara Municipal de Pojuca, a partir das 9h, a 1ª audiência pública para a elaboração do Plano de Saneamento Básico do Município. O plano deve contribuir para a melhoria dos serviços de abastecimento de água potável, rede de esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos (lixo), e drenagem das águas pluviais. Promovido pela Prefeitura, através do Departamento de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, o evento será aberto ao público. A expectativa é que os cidadãos participem ativamente da iniciativa para colaborar com sugestões e expor as necessidades de cada bairro, para assim terem o direito à um meio ambiente mais saudável. Fonte: Jornalmaisregiao.com.br, 19/05/2014, Disponível em: http://maisregiao.com.br/audiencia-publica-discutira-plano-de-saneamento-basico/; Acessado em: 18 de janeiro de 2016.</p>	<p>T-1</p>	<p>DP DU</p>

<p>Abastecimento de água é suspenso - O abastecimento de água será suspenso das 8h às 14h de segunda-feira na região atendida pelo reservatório de Águas Claras. A medida vai atingir o próprio bairro, passando pela Estrada Velha, até a Av. São Rafael. A ação é necessária para a ativação de mais um reservatório da Embasa, o que vai aumentar a capacidade de armazenamento em 8,7 milhões de litros. Segundo a empresa, o abastecimento será normalizado em até 24h após a conclusão do serviço. Fonte: Jornal A TARDE, 10/06/2014, Salvador e Região Metropolitana, p. A6.</p>	<p>T-1</p>	<p>DU DP</p>
<p>Bruno Reis clama por retirada de projeto que impede fiscalização da Embasa</p> <p>Dados – Um estudo feito pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe) revela que, em 2012, a Agersa só realizou cinco fiscalizações e não aplicou qualquer multa à Embasa. Os dados demonstram ainda a ineficiência da prestação dos serviços em Salvador: há, atualmente, 200 mil soteropolitanos sem acesso a água tratada; outros 560 mil não têm acesso à rede de esgoto. Mais de 96 mil metros cúbicos de esgoto de Salvador, o equivalente a 38 piscinas olímpicas, são lançados na natureza sem qualquer tratamento diariamente. Os dados apontam também que a capital baiana perde 45% da água que produz, o que equivale a 150 litros de água tratada por habitante/dia. Os prejuízos causados pelo desperdício de água somam R\$198 milhões. Fonte: Folhadoreconcavo.com.br, 10/06/2014; Disponível em: http://www.folhadoreconcavo.com.br/ultimas_noticias.php?codnoticia=16491</p> <p>Acesso em: 13/04/2016</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DU DG DP</p>
<p>Prefeitura não reconhece legalidade no projeto do governo e mantém fiscalização da Embasa - A Prefeitura do Salvador não reconhece a legalidade do projeto de lei proposto pelo governo do Estado e aprovado ontem pela Assembleia Legislativa que cria a Entidade Metropolitana da RMS de Salvador e vai manter a decisão de passar, a partir da próxima segunda-feira (15/06), a regulação e fiscalização dos serviços da Embasa. (...) A Embasa tem se caracterizado nos últimos anos pelo péssimo serviço que presta à população e, particularmente, em Salvador, onde pouco investe em relação ao que arrecada na cidade. Tem uma péssima atuação na área de saneamento (...) O prefeito ACM Neto reafirma o seu propósito de defender Salvador e os interesses da população da cidade, que sofre diariamente com a ineficiência e os desmandos da Embasa, principalmente as 200 mil pessoas que não têm água encanada e as 560 mil pessoas que não têm sequer coleta de esgoto. Fonte: Folhadoreconcavo.com.br, 11/06/2014; Disponível em: http://www.folhadoreconcavo.com.br/ultimas_noticias.php?codnoticia=16507</p> <p>Acesso em: 13/04/2016</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DP DU</p>
<p>Reordenamento do solo vai beneficiar mananciais - O subsecretário municipal da Cidade Sustentável, André Fraga, diz que a poluição dos mananciais em Salvador é um dos grandes problemas da cidade. "Enquanto há uma tendência mundial para a recuperação dos mananciais, aqui em Salvador eles continuam abandonados", disse. Fraga salientou que será necessária uma ação de reordenamento da ocupação do solo na capital, de forma que estes mananciais sofram menos agressões. "Teremos que fazer isso. Mesmo com investimentos, não temos um rio limpo em Salvador", disse. Até maio devem ser entregues as obras no Parque São Bartolomeu, que fica na região da Bacia do Cobre. A obra foi feita com recursos do Banco Mundial (R\$ 100 milhões). "Para tentar despoluir, precisamos retirar as pessoas que viviam ali. Outro desafio na região é a insegurança", disse o subsecretário. André Fraga disse que o prefeito ACM Neto criará uma agência reguladora do saneamento da cidade. "Com esta agência, queremos ter melhores dados sobre coleta de lixo, drenagem urbana, tratamento e destinação do esgoto e abastecimento de água", explicou Fraga. O subsecretário disse que o problema da destinação do esgoto não ocorre somente nas chamadas "invasões", mas também em bairros estabelecidos. "As pessoas não querem conectar suas casas ao</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DG DU DP</p>

<p>sistema de esgoto para não pagar a taxa. Quem consome R\$ 100 em água, paga cerca de R\$ 80 de esgoto", exemplificou. Praias: O coordenador de monitoramento do Inema, Eduardo Topázio, diz que a revitalização dos rios influi também na balneabilidade das praias. "É preciso lembrar que os rios desembocam no mar". Ele apontou que a região do estado que conta com os rios em melhores condições é a oeste. "Mas, nas zonas urbanas, as condições são parecidas". A Empresa Baiana de Água e Saneamento (Embasa) tem hoje um projeto para a recuperação de matas ciliares em rios nos municípios de Santo Antônio de Jesus, Camamu, Caetité, Morro do Chapéu e Seabra. O desmatamento é uma das principais causas de poluição e assoreamento dos leitos. (...) Fonte: Jornal A TARDE, 13/06/2014, Caderno Opinião, p. A2.</p>		
<p>Conserto de adutora deixa oito bairros sem água em Salvador - Serviço deve ser restabelecido a partir das 16h deste sábado (14). Abastecimento foi interrompido desde as 20h de sexta-feira (13). Por conta de um conserto emergencial da adutora que atende ao reservatório Dunas, em Salvador, o abastecimento de água foi interrompido, neste sábado (14), nos bairros de Jardim Armação, Boca do Rio, Itaigara, Caminho das Árvores, Stiep, Costa Azul, partes da Pituba e Pernambués, como também na Avenida ACM e na região do Iguatemi. Segundo a Empresa Baiana de Águas e Saneamento (Embasa), o abastecimento foi suspenso desde as 20h de sexta-feira (13) e será retomado gradativamente a partir das 16h deste sábado (14). Fonte: http://g1.globo.com/bahia/noticia/2014/06/conserto-de-adutora-deixa-oito-bairros-sem-agua-em-salvador.html. Atualizado em 14/06/2014 13h07. Acesso em: 31 de março de 2015, 14h.</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DU DP</p>
<p>Moradores reclamam falta de água em diversos bairros - Moradores de Mata de São João estão sofrendo com a constante falta de água no município. De acordo com relatos de cidadãos, a Empresa Baiana de Águas e Saneamento (EMBASA) suspendeu o abastecimento, mas não divulgou nenhum informativo para justificar a interrupção. Em relatos nas redes sociais, moradores disseram que as localidades de Caboré, Diamante, Centro e Baixio estão com as torneiras secas há pelo menos quatro dias. De acordo com o gerente da Embasa de Mata de São João, Reginaldo Pereira, um curto circuito atingiu a bomba do poço de abastecimento e por isso aconteceu a interrupção, uma equipe de eletromecânica precisou ser acionada e o problema foi solucionado na manhã desta terça-feira (17). Pereira acrescentou ainda que devido aos dias em que as tubulações ficaram vazias o abastecimento ainda não foi completamente regularizado, mas aos poucos o serviço está sendo restabelecido. Fonte: Jornalmaisregiao.com.br, 17/06/2014; Disponível em: http://maisregiao.com.br/moradores-reclamam-falta-de-agua-em-diversos-bairros/; Acessado em: 18 de janeiro de 2016.</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DG DU DP</p>
<p>Nota da Embasa - Em resposta ao leitor Nilton Ribeiro da Silva, o informamos, com relação às perdas de água apresentadas pela prefeitura de Salvador, que 20% delas são relativas a perdas provenientes de ligações clandestinas (a exemplo de gatos e lava-jatos) e inadimplência, ou seja, a empresa fatura, mas não recebe em o dia pagamento. Desses 20%, somente a prefeitura é responsável por 3,1% das perdas de faturamento da Embasa. Inadimplente desde 1995, a dívida da prefeitura com o serviço de abastecimento de água e esgotamento sanitário chega a R\$ 375 milhões. Já em relação à cobertura de esgotamento sanitário, informamos que Salvador é a cidade do Nordeste que aparece melhor colocada, em 34º lugar, no ranking do saneamento divulgado em 2013 pelo Instituto Trata Brasil. Hoje, a capital tem 79,5% de cobertura de esgotamento. De janeiro de 2007 a maio de 2014. Fonte: Jornal A TARDE, 30/06/2014, Caderno Municípios, p. 9.</p>	<p>T-1</p>	<p>DP DU</p>
<p>Adutora rompe e água jorra na Avenida Paralela, em Salvador - (...). Uma adutora estourou e um jato de água com cerca de 10 metros jorrou na Avenida Paralela, sentido Rodoviária, na manhã desta sexta-feira (11), em Salvador. A água foi desligada e o problema foi solucionado por volta das 8h37, segundo informações da Transalvador. De acordo com o órgão, o incidente ocorreu no lado direito da via. O registro foi feito por volta das 5h30. A Embasa informou que</p>	<p>T-1</p>	<p>DU DP</p>

<p>o serviço de correção de vazamento em rede de abastecimento na Avenida Paralela foi iniciado por uma equipe nas imediações do Colégio Salesiano Dom Bosco. De acordo com a empresa, a rede já foi fechada e a previsão de conclusão do serviço é no início tarde desta sexta-feira. Segundo o órgão de trânsito, os motoristas precisaram ter atenção ao passar pelo local por causa da quantidade de água que foi jorrada na pista. A Transalvador ainda informou que, desde as 6h50 o trânsito era intenso na região por causa do aumento no fluxo de veículos, mas já foi normalizado. Fonte: http://g1.globo.com/bahia/noticia/2014/07/adutora-rompe-e-jorra-agua-na-avenida-paralela.html; 11/07/2014 06h04 - Atualizado em 11/07/2014 10h04; Acesso em: 31 de março de 2015, 14h.</p>		
<p>Máquina atola em lamaçal durante limpeza de córrego - Uma escavadeira hidráulica atolou, na tarde desta quinta-feira (11), num lamaçal durante a limpeza de córrego em Mata de São João. De acordo com o responsável pelo equipamento, a escavadeira de 21 toneladas ficou presa, por volta das 16h, no córrego que recebe parte do esgoto da cidade e não conseguiu sair. (...). Desde a semana passada a prefeitura realiza a limpeza do córrego que funciona como principal artéria na drenagem de parte do esgoto da cidade e águas pluviais. O vice prefeito Zelito esteve no local e acompanha a retirada do veículo da cratera. Fonte: Jornalmaisregiao.com.br, 11/07/2014; Disponível em: http://maisregiao.com.br/maquina-atola-em-lamacal-durante-limpeza-de-corrego/; Acessado em: 18 de janeiro de 2016.</p>	T-1	DP DG DU
<p>Inauguração do Canal Bate-Estaca está prevista para hoje - De acordo com a prefeitura de Salvador, está prevista para hoje a inauguração dos 1,6 quilômetros de extensão do canal do Bate-Estaca, no bairro do Uruguai. O local foi requalificado e teve a aprovação de moradores ouvidos pela reportagem de A TARDE. (...) “Na minha opinião, foi bom. Acho que melhorou o aspecto da rua, que estava muito ruim, O problema é que os próprios moradores da região colocam lixo em cima das placas que cobrem o canal”, disse o comerciante Michel de Freitas, de 26 anos. “Antes, alagava tudo, com frequência. Agora melhorou muito. O povo é que tem que aprender a colocar lixo na rua no horário que o caminhão passa”, pontuou a administradora Luciana Pereira, 40. Limpeza - Segundo a assessoria de comunicação da prefeitura, a intervenção contou com limpeza e recuperação da infraestrutura do canal, com a substituição de cerca de 200 placas de cobertura, além de pintura e recuperação dos passeios. Sobre o canal, foram instaladas cinco áreas de convivência, com bancos e mesas. O local recebeu ainda nova iluminação, de menos impacto ambiental. Fonte: <i>Jornal A TARDE</i>, 28/07/2014, Salvador e Região Metropolitana, p. A4.</p>	T-1	DU DP
<p>Água tratada - A duplicação da Adutora que antes abastecia somente Madre de Deus está sendo ampliada, atendendo o crescimento da demanda de água tratada nas cidades de São Francisco do Conde, Candeias, além das ilhas de Bom Jesus dos Passos e Frades, que pertencem a Salvador. No próximo verão, a Embasa espera que o investimento de R\$ 24 milhões e a implantação de duas travessias nos canais Suape e Caípe resolvam os problemas de abastecimento na região. Fonte: <i>Jornal A TARDE</i>, 28/07/2014, Caderno Brasil, p. A4.</p>	T-1	DP DU
<p>Água invade casas e comércio em Vera Cruz após tubulação quebrar</p> <p>Rompimento da estrutura ocorreu por conta de obras no local, diz Embasa. Técnicos já trabalham no conserto e regularização pode durar até 48 horas. Uma tubulação de água rompeu no bairro da Coroa, no município de Vera Cruz, na Ilha de Itaparica, na manhã desta segunda-feira (28). A água invadiu casas e estabelecimentos da Avenida Ernesto Carneiro Ribeiro, prejudicando a passagem de pedestres e veículos. A Empresa Baiana de Águas e Saneamento (Embasa) informa que a situação atinge o local desde as 9h30 e que técnicos trabalham para consertar trecho da adutora. Informa ainda que o rompimento ocorreu por conta da movimentação de escavadeiras perto do bairro, mas que o vazamento já foi</p>	T-1 T-2	DU DP

<p>contido. O conserto deve ser concluído por volta das 14 horas e o abastecimento será retomado de forma gradativa até a regularização nas próximas 48 horas. <u>Fonte:</u> http://g1.globo.com/bahia/noticia/2014/07/agua-invade-casas-e-comercio-em-vera-cruz-apos-tubulacao-quebrar.html; 28/07/2014 13h42 - Atualizado em 28/07/2014 18h23; Acesso em: 31 de março de 2015, 14h.</p>		
<p>Abastecimento de água é retomado em 50 localidades de Salvador e RMS</p> <p>Serviço foi concluído e fornecimento será normalizado gradualmente. Suspensão ocorreu na quarta-feira para realização de correção em adutora. O abastecimento de água suspenso na quarta-feira (6) em regiões de Salvador e da região metropolitana será normalizado gradualmente nesta quinta-feira (7). Os locais passaram por serviço emergencial de correção de vazamento em derivação da adutora principal de água bruta. De acordo com a Empresa Baiana de Águas e Saneamento (Embasa), a previsão de retomada completa será em até 24h nas áreas afetadas de Salvador, Candeias, Madre de Deus, São Francisco do Conde, Santo Amaro, Lauro de Freitas, Simões Filho, Amélia Rodrigues, Conceição do Jacuípe e Conceição de Maria. Confira os locais em Salvador que tiveram fornecimento afetado: • Parte do Bonfim, Monte Serrat, Calçada, Mares, Roma, Jardim Cruzeiro, Massaranduba, Boa Viagem, Caminho de Areia, Ribeira; • Iapi, Pero Vaz, parte da Liberdade, Curuzu, Largo do Tanque, parte da Av. Barros Reis, Largo do Retiro, Av. San Martin, parte de Santa Mônica, parte do Cabula, Pernambuco, Jardim Brasília, Engomadeira, Arraial do Retiro, Narandiba, Saboeiro, Tancredo Neves, Sussuarana, Mata Escura, Calabetão; • São Caetano, Fazenda Grande, Boa Vista de São Caetano, Capelinha, Pirajá, Boiadeiro, Marechal Rondon, Campinas de Pirajá; • Plataforma, Alto do Luso, Ilha Amarela, Rio Sena, parte de Periperi, Alto da Teresinha, Plataforma, Itacaranha, Escada, parte de Praia Grande, Alto do Cruzeiro, parte do Lobato, São Bartolomeu, Boa Vista do Lobato, Alto da Boa Vista, Alto do Cabrito; • Paripe, São Tomé de Paripe, Bate Coração, Vila Naval, Ilha de São João, Alto de Coutos, Vista Alegre, Nova Constituinte, Colina do Mar e Tubarão; Fazenda Coutos 1 a 4; • Alphaville, CAB, Mussurunga, parte de Narandiba, Av. Orlando Gomes, Av. Paralela, Patamares, São Cristovão, Trobogi, Alto Coquerinho, Itapuã, Nova Brasília, Placaford, Bairro da Paz, Praias do Flamengo e Stella Maris, Jardim Piaçã. Municípios da RMS: Amélia Rodrigues, Conceição do Jacuípe, Coração de Maria, Candeias, Madre de Deus, São Francisco do Conde, Santo Amaro, Lauro de Freitas e Simões Filho. Ilha de Itaparica: O fornecimento de água também foi interrompido na Ilha de Itaparica às 5h desta quarta-feira (6), de acordo com informações da Embasa, divulgadas na terça-feira (5). A medida acontece para conter o vazamento de uma adutora que abastece o local. A conclusão do serviço está prevista para as 21h desta quarta-feira e a regularização completa deverá acontecer em até 48 horas. <u>Fonte:</u> http://g1.globo.com/bahia/noticia/2014/08/abastecimento-de-agua-e-retomado-em-50-localidades-de-salvador-e-rms.html, 07 de agosto de 2014. Atualizado em 07/08/2014 10h52. Do G1 BA; Acesso em: 31 de março de 2015, 14h.</p>	<p>T-1</p>	<p>DU</p> <p>DP</p>
<p>Extração ilegal de areia ameaça o equilíbrio do Rio Joanes-Ipitanga</p> <p>Tema de diversas reportagens publicadas por A TARDE, a extração ilegal de areia na Grande Salvador pode comprometer o equilíbrio do rio Joanes-Ipitanga, em Lauro de Freitas, principal abastecedor de água da capital e que fica dentro da área de preservação ambiental (APA) de mesmo nome do curso hídrico. Gestor da APA, o engenheiro agrônomo Geneci Souza, do Instituto de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Inema), diz que a subtração de areia em locais de restinga causa interferência na biodiversidade, perda da proteção contra o salitre e desequilíbrio no balanço hídrico. Vale lembrar que o rio Joanes-Ipitanga responde por 40% do abastecimento da capital. Apesar disso, o gestor avalia que o fornecimento de água ainda não está comprometido, mas, indiretamente, o rio está sob ameaça. “Um dos problemas mais sérios na APA é a retirada de areia, com a conseqüente supressão da vegetação. E isso acarreta o assoreamento das águas superficiais, lençóis freáticos e mananciais”, enumera Souza. (...) Souza atribui a existência da lavra ilegal ao crescimento desenfreado das cidades. “Que causa conflitos de uso do solo, decorrentes da ocupação desordenada e demanda por moradias, o que resulta numa pressão sobre o meio ambiente”, avalia. A visão do gestor da APA é compartilhada pelo chefe de fiscalização do DNPM, que associa a</p>	<p>T-1</p> <p>T-2</p>	<p>DG</p> <p>DU</p> <p>DMO</p>

<p>extração ilegal ao desenvolvimento da infraestrutura. “Com isso, a demanda por areia para diversas obras, seja da construção civil ou da construção pesada, tem aumentado”, acredita Paulo da Matta. Ousadia - Sob anonimato, um morador relatou à equipe de A TARDE que, desde as denúncias feitas em março e abril passados, os criminosos seguem agindo impunemente, na madrugada, quando não há fiscalização. Segundo ele, caminhões saem carregados de areia branca rumo a Salvador.</p> <p>“Após as primeiras denúncias, aliadas ao aumento da fiscalização, o trânsito de veículos cessou por um tempo”, disse o morador. “Mas a tranquilidade durou pouco, porque a fiscalização foi suspensa. Nem ficaram com medo e já voltaram a agir”, completou. A extração no distrito ocorre no bairro Bela Vista de Jauá, em uma área conhecida como Parque das Dunas. No local, os extratores ilegais abastecem dezenas de caçambas diariamente, por meio da utilização de pás manuais, fáceis se ser escondidas caso a fiscalização apareça. “Nosso receio é que essas fontes de água sequem, por causa do risco de assoreamento, o que traria um prejuízo inestimável ao meio ambiente”, diz ele, ao reiterar que o ponto de extração da areia é repleto de lagos que abastecem o rio Capivara. Fonte: Jornal A TARDE, 30/08/2014, Caderno Municípios, p. 3.</p>		
<p>Salvador é a 34ª em ranking de saneamento</p> <p>Salvador ocupa a 34ª colocação entre 100 cidades do Ranking do Saneamento 2014. O estudo tem como objetivo avaliar a situação dos indicadores de água tratada, coleta, tratamento dos esgotos e perdas de água nos maiores municípios do Brasil. O levantamento, realizado pelo Instituto Trata Brasil e baseado em dados do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS) de 2012, apontou que a cidade possui, atualmente, 92,49% de atendimento total de abastecimento de água e 82,68% de esgotamento. Os números elevaram a posição da capital baiana em duas casas em comparação ao ranking anterior: em 2011, quando aparecia em 36ª colocação, 92,49% das pessoas eram atendidas com água tratada e 79,20% com coleta e tratamento de esgoto. No estudo, Salvador aparece atrás de cidades como Campo Grande - MS (33ª) e de Vitória da Conquista - BA, que está à frente, ocupando a 32ª posição. Feira de Santana é o terceiro município baiano que integra o ranking, ocupando a 67ª colocação. Além de elencar a posição das cidades em relação às condições de esgotamento e distribuição de água, a pesquisa simula uma possível universalização - que corresponde a 100% de cobertura dos dois serviços - nos municípios escolhidos. Para que a cobertura de água em Salvador chegue a 100%, o município precisa alcançar a instalação de cerca de 21 mil ligações. Para esgoto, esse número chega a aproximadamente 76 mil. Embora a capital tenha subido duas posições na lista, o estudo revela que os avanços na execução dos serviços de saneamento, assim como na redução das perdas de água nas 100 maiores cidades, continuam lentos. O levantamento prevê que, se todos os municípios estudados mantiverem os mesmos níveis de avanços encontrados de 2008 a 2012, período em que foi realizado, não conseguirão alcançar total cobertura em 20 anos. Serviços: Em nota, a assessoria de comunicação da Empresa Baiana de Águas e Saneamento (Embasa), que opera serviços de saneamento nas três cidades baianas citadas no ranking, informa que os dados apresentados pelo instituto Trata Brasil não refletem a situação atual do estado. "Em relação ao abastecimento de água, o estudo considera apenas as ligações ativas, sem computar ligações clandestinas ("gatos") e ligações inativas, o que já é um lapso, já que essa parcela da população recebe água tratada em suas residências, ainda que em situação irregular", informou o órgão. Em nota, a Embasa informa que, atualmente, o serviço de atendimento de água atinge, hoje, em Salvador, 98,22% da população, contrariando número revelado na pesquisa (92,49%). O órgão contesta, ainda, as informações sobre o ritmo de universalização do esgotamento sanitário em Salvador. "Em 2007, o município tinha apenas 67% de cobertura. Hoje, a cobertura é de 79,13% da população". Investimentos: Ainda conforme nota, a Embasa informa que investe cerca de R\$ 1,2 bilhão em Salvador nas áreas de abastecimento de água e esgotamento sanitário, sendo R\$ 354 milhões em abastecimento de água e R\$ 857,6 em esgotamento sanitário. A empresa prevê, ainda, a construção de três novas bacias de esgotamento sanitário que vão atender a bairros densamente povoados, como Águas Claras, Cajazeiras, Vila Canária, Castelo Branco, Dom Avelar, Vale dos Lagos, Jardim Esperança, Sete de Abril, Trobogy e Canabrava. Fonte: Jornal A TARDE, 06/09/2014, Caderno Eleições, p.A12.</p>	<p>T-1</p>	<p>DP DU DCC</p>

<p>Dique do Tororó recebe cinco mil tilápias</p> <p>A lagoa do Dique do Tororó recebeu ontem cinco mil juvenis de tilápias. Este foi o primeiro aguçal da capital baiana a ganhar o repovoamento de peixes do projeto executado pela Bahia Pesca. Durante a atividade de peixamento foram realizadas palestras de educação ambiental para estudantes de escolas públicas. As pessoas presentes foram convidadas a colocar os animais na água, como foi o caso de Francisco Passos, de 56 anos. O presidente da Bahia Pesca, Cássio Peixoto, afirma que o projeto pretende colaborar para a reeducação das pessoas, no sentido de salientar a importância do cuidado com o meio ambiente. "Essa é uma forma de incentivar a criação de peixes em cativeiros e alertar para as vantagens do consumo de pescado para a saúde", explica Peixoto. Repovoamento - A Bahia Pesca pretende ampliar o projeto para as lagoas do Parque de Pituaçu, Abaeté, Jacaré de Raimundão (Arraial do Retiro de Baixo), Frades (Stiep), Vela Branca (Pituba) e Derba (Jequié). De acordo com o assessor de projetos institucionais da empresa, Eduardo Rodrigues, o planejamento prevê que os peixamentos sejam executados de dois em dois meses. Para a realização da proposta, a empresa desenvolve um estudo prévio de viabilidade, que analisa a qualidade da água e a quantidade de peixes que podem ser inseridos no habitat. Ainda segundo o assessor, em 2015, a equipe de técnicos retornará às lagoas contempladas para realizar uma nova pesquisa. O objetivo será observar os aspectos positivos e negativos do projeto. "Os investimentos serão acompanhados de ações que visam educar a população sobre a necessidade de cuidar dos nossos mananciais", complementa Rodrigues. O objetivo é fazer com que os reservatórios auxiliem na preservação da biodiversidade, na reposição dos estoques pesqueiros e na manutenção das espécies impactadas por causas naturais ou pela ação humana. "[O peixamento] serve, ainda, para fins sanitários, como controle de larvas, mosquitos ou moluscos, transmissores de doenças, e como despoluidores de determinados ambientes aquáticos", complementa Eduardo Rodrigues. Fonte: Jornal A TARDE, 19/09/2014, Salvador e Região Metropolitana, p. A4.</p>	T-1	DU DP
<p>Moradores bloqueiam BA-093 em protesto contra falta d' água - Moradores da localidade de Palmeiras, em Pojuca, fizeram um protesto pacífico nesta quarta-feira (24) por causa da falta de água nas torneiras das casas. Na BA-093, nas imediações do Retiro, eles incendiaram pneus e galhos de árvores para interditar o trânsito. Segundo os populares, a falta d' água já dura 15 dias e eles estão enfrentando dificuldades até para tomar banho. A manifestação iniciou por volta das 9h à pista foi liberada após negociação. Os moradores pediram uma audiência com o Ministério Público. Várias áreas de Pojuca são atingidas pela seca nas torneiras. Nas redes sociais, moradores relataram que os bairros Central e Corujão enfrentam as mesmas dificuldades há dois meses. Outro internauta comentou: 'E lá onde moro, no Miranga, que já tem 5 meses que estamos sem água'. Fonte: Jornalmaisregiao.com.br, 24/09/2014; Disponível em: http://maisregiao.com.br/moradores-bloqueiam-ba-093-em-protesto-contr-falta-d-agua/; Acessado em: 18 de janeiro de 2016.</p>	T-1 T-2	DU DG DP
<p>Ruas sem água - Os moradores da rua Parque Vista Alegre, rua da Alegria, Fazenda Coutos e Alto de Coutos não aguentam mais enfrentar a constante falta de água nas torneiras. A água só aparece tarde da noite e com fluxo tão fraco que às 5 da manhã já não é possível usar nem guardar. As pessoas madrugam mas não encontram, e assim passamos os dias. Quem não tem tanque enfrenta situação ainda pior. Quem mora na rua da Alegria recorre à fonte que existe no local, mas passa sufoco porque tem que subir ladeira carregando dois baldes. Quando a água aparece, é apenas em algumas casas, e a gente tem que apelar para a boa vontade dos vizinhos. A conta da Embasa, essa nunca falta nem atrasa, mas a água foi substituída por vento nas torneiras. Fonte: Jornal A TARDE, 28/09/2014, Caderno Camaçari Aniversário 256 anos, p. 3. (Checar se essa referência é correta, pois fala-se sobre Salvador e não Camaçari)</p>	T-1 T-2	DU DG DR DP

<p>Programa Rio Camaçari - Considerada uma das obras mais importantes da Bahia e a maior do município em extensão e número de melhorias, a Reurbanização Integrada da Bacia do Rio Camaçari está mudando a estética, a infraestrutura e a qualidade de vida dos moradores de Camaçari. O amplo programa de intervenções reestrutura o espaço público de 21 dos 52 bairros da sede e traz benefícios diretos para mais de 90 mil pessoas. A obra, realizada com recursos dos governos federal e municipal, vai urbanizar uma área de 1,5 milhão de m², com a construção de centenas de equipamentos de lazer (praças, parques infantis, academias a céu aberto, quadras poliesportivas e quiosques), 28 mil metros de ciclovias, 26 mil de passeios e pistas de corrida, mais de 20 mil metros de novas vias, um viaduto, 38 pontilhões, estacionamentos, seis pontes e dois CRAS (Centro de Referência em Assistência Social). Ainda prevê a recuperação ambiental de áreas degradadas, contenção, proteção e estabilização do solo, implantação de esgotamento sanitário e substituição da iluminação pública. A obra também está relocando os moradores que vivem precariamente às margens do rio para imóveis do Minha Casa, Minha Vida, garantindo uma moradia mais digna. A intervenção reflete positivamente no trânsito, a partir da criação de novas vias, duplicadas e sinalizadas, e ciclovias. Confere mais lazer e estimula a prática esportiva, graças às pistas de corrida, quadras, campos e academias a céu aberto, Também recupera o Horto Florestal e revitaliza o Morro da Manteiga. Fonte: Jornal A TARDE, 28/09/2014, Caderno Camaçari Aniversário 256 anos, p. 4.</p>	T-1	DP DU DR
<p>Sistema de abastecimento de água-Junto a representantes dos governos Federal e Estadual, a Prefeitura de Camaçari assinou o termo de compromisso que garante a ampliação do abastecimento de água na região de Machadinho Sul, que vai da ponte do Rio Joanes, em Catu de Abrantes, até Arembepe, na Orla de Camaçari. A obra, considerada de grande impacto social, foi garantida através do PAC 2 (Programa de Aceleração do Crescimento) e está orçada em cerca de R\$ 39 milhões. A intervenção, a ser executada e fiscalizada pela Embasa (Empresa Baiana de Águas e Saneamento), deve começar ainda este mês. Anteriormente, a Prefeitura já havia assegurado recursos para a região de Machadinho Norte, que compreende a extensão de Barra do Jacuípe a Barra do Pojuca. Assim, com verbas asseguradas para os dois trechos, o problema de desabastecimento será resolvido em toda a Orla, garantindo mais qualidade de vida e infraestrutura para moradores e turistas. Fonte: Jornal A TARDE, 29/09/2014, Salvador e Região Metropolitana, p.A6.</p>	T-1	DP DU
<p>Parque São Bartolomeu é reaberto após passar por requalificação</p> <p>A requalificação do Parque São Bartolomeu – que está localizado no subúrbio ferroviário e compreende os bairros Pirajá, Rio Sena e a enseada do Cabrito – foi entregue na manhã de ontem pelo governador Jaques Wagner. (...) Na ocasião, foram entregues 120 escrituras de casa construídas em comunidades da região e inaugurado o selo personalizado dos Correios. “Essa obra é sonhada por muita gente há 20, 40 anos. Ao emendar o local com a bacia do Cobre e com a área de preservação da Embasa, teremos 450 hectares de preservação de mata atlântica dentro de Salvador”, disse o governador Jaques Wagner. Obras – O Espaço ganhou cercamento, via de contorno de 6 km, quiosques e um centro de referência com espaços para a prática de esportes e realização de eventos, além de creche e duas praças. A praça Oxum ganhou escultura de Bel Borba, em homenagem ao orixá – divindade do panteão africano que vive nas águas doces. (...) A moradora Jamile Alcântara, 36, elogiou a intervenção. “Eu tinha medo de trazer os meus filhos aqui, agora vou passar a frequentar. Ficou muito bonito”. Para a secretária de Cultura do estado Arany Santana, essa foi uma das obras mais importantes já feitas pelo governo. “Não representa apenas a preservação ambiental, mas o resgate de um local sagrado para as religiões de matrizes africanas”, acrescentou. Fonte: Jornal A TARDE, 05/10/2014, Caderno Especial Subúrbio, p. 3.</p>	T-1	DP DU

<p>Candidato pastor prega retirada de “Orixás” da rua - O secretário da executiva municipal do Partido Popular da Liberdade de Expressão (Pepele), Edmilson Sales, denunciou o candidato registrado como Pastor Elionai Muralha, do PRTB, à Procuradoria Regional Eleitoral. Em vídeos e outros materiais de campanha, o candidato a deputado federal defende a retirada de imagens de orixás de espaços públicos. (...). Para ele somente a exposição temporária de símbolos religiosos em espaços públicos seria “tolerável”. E “denuncia” que estão “articulando” a colocação de imagens afro no Rio Joanes, em Lauro de Freitas. Tendo o Dique do Tororó como cenário, ele exhibe as esculturas de orixás de autoria de Tati Moreno e sentencia que a exposição é “litúrgica e prosélita”. Em sua análise não teria “cabimento jurídico” e por essa razão propõe a “transposição dos orixás” para os terreiros de candomblé porque, no seu entendimento, “o povo baiano não quer a exposição permanente em APAS, rios, lagos, vias e repartições públicas”. (...)Fonte: Jornal A TARDE, 26/10/2014, Caderno Opinião, p. A2.</p>	<p>T-1 T-3</p>	<p>DR</p>
<p>Itaparica - Assim que posso e faço desde menino, passeio pela ilha de Itaparica, onde aprendi a gostar e também os meus filhos. Mas tenho me desencantado pelo que vejo, e não é a primeira vez. As torneiras da Fonte da Bica quase soltas, e o líquido precioso, escorrendo pelo azulejo frontal e indo pelo ralo a fora! Pergunto: a quem culpar? Se tem alguém administrando, é bom ir ver de perto, alguma coisa deve ser feita, tem vereador ganhando para fazer o quê? E a água não é um bem precioso? Vejam o que está ocorrendo com São Paulo. Faço tal desabafo, alertando para o presente e o futuro também. Os japoneses deram um exemplo de dinamismo e trabalho, ao reconstruir o que foi devastado pelo tsunami, e nós o que somos? Só espectadores sem fazer simplesmente nem o necessário? Quero ver quem vai resolver o problema, ou será que tenho que pedir algum milagre? Fonte: Jornal A TARDE, ??/10/2014, Salvador e Região Metropolitana, p. B6.</p>	<p>T-1</p>	<p>DP DU</p>
<p>São Bartolomeu será reinaugurado no próximo sábado - A poucos dias da inauguração do Parque São Bartolomeu, no subúrbio ferroviário, moradores da região já começam a rodear o local para tentar ver de perto o que será apresentado à comunidade, oficialmente, neste sábado. A equipe de A TARDE teve acesso ao parque e acompanhou os momentos finais da obra, que consiste em instalação de placas, peças da área infantil e limpeza - em especial a cachoeira com uma escultura de Bel Borba, cuja água poluída e mau cheiro preocupam os moradores. "Tinham que fazer um mutirão para limpar essa cachoeira. Se o pessoal estivesse empenhado, mesmo, já estaria tudo limpo", disse Augusto Oliveira Nascimento, que vive na região há 50 anos. Ele garantiu que, quando era moço, chegou a pescar no local. No entanto, um dos engenheiros da obra, Gabriel Costa, disse que o lixo vem do topo da cachoeira. "Como os dejetos continuam caindo, não faria sentido limparmos agora. Vamos construir uma barragem para impedir que mais lixo caia, e então faremos a limpeza até sexta-feira", explicou. Afro - Antigo local de referência afrorreligiosa, os 75 mil hectares de área verde do parque vão passar a oferecer áreas coletivas de cultura e lazer para os moradores. Ainda em contato com a cultura africana, a praça principal do parque foi chamada Oxum. (...) Fonte: Jornal A TARDE, 25/11/2014, Salvador e Região Metropolitana, p. A4.</p>	<p>T-1 T-2 T-3</p>	<p>DP DU DG DR</p>
<p>Obra suspende fornecimento de água</p> <p>O fornecimento de água será interrompido em 21 bairros de Salvador a partir das 8 horas de amanhã. A interrupção acontecerá para colocação do novo reservatório da Empresa Baiana de Águas e Saneamento (Embasa), em Águas Claras. Os bairros afetados pelas obras serão: Jardim Esperança, Sete de Abril, Estrada Velha do Aeroporto, Nova Brasília, Canabrava, São Marcos, Vale dos Lagos, Pau da Lima, Jardim Cajazeiras, Nova Cidade, Avenida São Rafael, Cajazeiras 8 e 10, Fazenda Grande 1 a 4, Jardim Cajazeiras, Porto Seco, Castelo Branco e Vila Canária. Fonte: Jornal A TARDE, 25/11/2014, Salvador e Região Metropolitana, p. A6.</p>	<p>T-1</p>	<p>DU DP</p>

<p>Rio que abastece 60% de Salvador e RMS está “em situação de alerta”</p> <p>O rio Paraguaçu tem 614 quilômetros de extensão. Dele dependem 2,3 milhões de baianos em 86 municípios. É responsável também por 60% do abastecimento de água em Salvador e região metropolitana. Mas a "caixa d'água" da capital, como a bacia do Paraguaçu é chamada, está ameaçada: uma série de degradações deixou o rio em "situação de alerta". Quem dispara este aviso são estudiosos, pesquisadores, lavradores e moradores do Alto do Paraguaçu, área da Chapada Diamantina que reúne, em 16 municípios, as nascentes que formam o rio e muitos dos seus afluentes. (...) "É um problema muito sério. A gente precisa agir para não passar pelo que São Paulo está passando. É o rio que abastece Salvador. Não está no nível como São Paulo, mas se não quiser passar pelo perrengue paulista, a sociedade baiana tem que acordar para o rio Paraguaçu", afirma o superintendente de Estudos e Pesquisas Ambientais da Secretaria Estadual de Meio Ambiente (Sema), Luiz Antônio Ferraro. Faltam estudos - No entanto, não há detalhamento sobre a atual situação do rio. Não se sabe, por exemplo, qual a redução de volume que o Paraguaçu tem sofrido e nem quantas nascentes já secaram. A alegação é que faltam estudos. "A gente não tem projeções exatas. Sabemos que aumentou a demanda e a oferta de água tem reduzido. É o acúmulo progressivo de pequenos danos. Num cenário pior, a gente pode ter risco de abastecimento. Não fazendo nada, o cenário não será bom", acrescenta. Segundo o superintendente, um plano da Bacia do Paraguaçu, que ainda está sendo construído, deve apresentar esses números. "A situação hoje é de alerta que, se não preservar no futuro, a gente pode chegar a uma situação semelhante à São Paulo. São 2,3 milhões de habitantes que dependem dessa água, o que representa 17% da população baiana", acrescenta o coordenador do projeto Semeando Águas no Paraguaçu, Rogério Mucugê. Patrocinada pela Petrobras com aporte de R\$ 2,9 milhões, a iniciativa é executada pela ONG Conservação Internacional, que atua na área ambiental em 40 países, em parceria com a Sema e o Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos (Inema). "Nas nascentes, ocorre historicamente a degradação ambiental, desmatamento histórico para a produção agrícola, queimadas. Nos últimos dez anos, muitas delas secaram. Mas não é só revitalizar a nascente. Precisa revitalizar os afluentes também", afirma. (...)</p> <p>Embasa - A água captada no rio Paraguaçu pela Empresa Baiana de Águas e Saneamento (Embasa) alimenta a Barragem de Pedra do Cavalo, em Cachoeira. Em nota, a assessoria da Embasa informou que “o órgão responsável pela preservação e recuperação dos recursos hídricos e das áreas de proteção ambiental do estado é o Inema”. “A principal função da Embasa, para contribuir com a qualidade ambiental dos mananciais, como o rio Paraguaçu, é implantar, ampliar, operar e dar manutenção nos sistemas de esgotamento sanitário nos municípios situados na área de influência do rio, proporcionando a coleta, tratamento e destinação adequada dos esgotos domésticos”, ressaltou a assessoria. A empresa informou, ainda, que desenvolve programas de recuperação de matas ciliares e de educação ambiental na área de influência da bacia hidrográfica Paraguaçu. Reflorestamento é forma de garantir preservação - O biólogo e pesquisador Roy Funch, um dos primeiros diretores do Parque Nacional da Chapada Diamantina, destaca que é preciso conscientizar a população. "O reflorestamento é o caminho. É o passo fundamental. O inicial é a consciência. Mas não é só plantar. É criar o conceito. Há indicativos de que o que está acontecendo em São Paulo pode ocorrer aqui. Há nascentes secas e as chuvas estão escassas", diz. (...). Segundo ele, diversos agentes, como a Embasa, produtores rurais, indústrias e moradores tiram a água do rio principalmente para abastecimento humano e irrigação, mas a fiscalização é deficiente. No trecho que liga o distrito de Cascavel a Mucugê dá para verificar a redução do volume de água do Paraguaçu. Árvores antes submersas podem ser vistas. "Todo mundo capta água, mas não há compensação porque, na Bahia, ainda não existe marco legal para isso. Para captar, deve haver pedido de outorga do Inema, e a fiscalização cabe ao próprio órgão. Acreditamos que a situação melhorará após finalização do Plano de Bacia do Paraguaçu, em andamento pelo Inema", afirma. Fonte: Jornal A TARDE, 12/12/2014, Salvador e Região Metropolitana, p. A6.</p>	<p>T-1</p> <p>T-2</p>	<p>DP</p> <p>DG</p> <p>DU</p> <p>DR</p>
---	-----------------------	---

2015		
<p>Lagoa do Flamengo é ameaçada por construção</p> <p>Parte da Lagoa do Flamengo vem sendo aterrada, há mais de um ano, para a construção de uma casa, na primeira etapa do loteamento Marissol, em Ipitanga. Segundo denúncia ao jornal A TARDE, os proprietários do lote número 2 da rua Engenheira Magnólia Teixeira estão depositando areia na margem da lagoa para impedir que o nível de água suba, após chuvas, e atinja o muro da residência. Moradores também reclamam que a passagem de tratores, em função do aterramento, também está causando transtornos. O caso já foi comunicado ao Ministério Público do Estado da Bahia (MP-BA), pela Universidade Livre das Dunas e Restinga de Salvador (Unidunas), mas até agora não houve uma definição. O presidente da instituição, Jorge Santana, afirma que as reclamações são reincidentes e que as medidas cabíveis já estão sendo tomadas. “A situação começou a ser relatada pelos moradores há sete meses. Estivemos no local, alertamos os donos da propriedade e encaminhamos um documento ao ministério. Um novo relatório está em andamento para ser apresentado”, diz. Ainda conforme Jorge Santana, na última semana, a Unidunas tentou apreender tratores e caçambas de areia que se encontravam no local. Mas o maquinário e equipamentos foram retirados com a chegada dos agentes. “O aterramento da lagoa configura crime ambiental e precisa ser combatido. É proibida qualquer alteração nas lagoas e dunas pelas quais somos responsáveis”, afirma. (...) Ponderações - Apesar das reclamações, nem todos os moradores parecem incomodados com a situação. Para o mestre de obras Alexandre Rocha, 37 anos, a medida é temporária. “O que foi explicado para o pessoal da rua é que esta área (coberta de terra) ainda faz parte do terreno deles. Os proprietários afirmaram que, ao final da construção, vão retirar a areia e colocar grama em volta da casa. Acho que essa história tomou proporções muito grandes”, diz. A comerciante Neide Souza, 54, também mora nas proximidades da lagoa aceita a versão dos donos da área em questão. “Se houvesse alguma irregularidade, também faria reclamações porque adoro a vista da lagoa. Mas não é o caso”, opina. (...) Fonte: Jornal A TARDE, 06/01/2015, Salvador e Região Metropolitana, p. A6.</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DMO DU DG</p>
<p>Ilha de Maré sofre sem abastecimento de água</p> <p>Os moradores de Ilha de Maré, bairro de Salvador localizado no outro lado da Baía de Todos-os-Santos, vêm reclamando da frequente interrupção no fornecimento de água na comunidade. Além de afetar atividades do dia a dia da população local, como o simples cozimento de alimentos, a falta de água é um dos principais inimigos de comerciantes e donos de bares nas praias. Segundo a fotógrafa e designer de interiores Angeluci Figueiredo, proprietária do restaurante Preta, situado na localidade de Botelho, a falta de fornecimento chega a se estender por uma semana em Ilha de Maré. O problema atinge até mesmo quem utiliza reservatórios caseiros. No caso do Preta, reservas chegam a ser canceladas por causa da ausência de água nas torneiras. "No dia 1º [de janeiro, Réveillon], tive que fechar o restaurante porque não tinha água e não podia receber os clientes", relata Angeluci. A empresária conta ainda que presencia com frequência a utilização, por moradores, da água do mar para dar descarga em vasos sanitários, entre outras atividades, como a limpeza das casas. A prática, porém, pode prejudicar a saúde, pois, como publicado por A TARDE no fim do ano passado, dejetos de esgoto e substâncias químicas que são despejados nas águas da ilha poluem a maré, dizimando frutos do mar. "A presidente fica ali em Inema descansando, usando água doce, enquanto a população não tem água nem para beber do outro lado", indigna-se ela, prometendo protocolar um abaixo-assinado de moradores da Ilha de Maré na Embasa (Empresa Baiana de Águas e Saneamento). Serviço - Contatada pela equipe de reportagem de A TARDE para se pronunciar sobre a questão, a Embasa informou, por meio de nota, que "o fornecimento de água na ilha de Maré ocorre regularmente". Ressaltamos que, para garantir o abastecimento, principalmente em períodos de aumento do consumo, como o verão, os imóveis devem contar com reservatórios com capacidade para suprir as necessidades diárias de consumo”, respondeu o órgão. Por telefone, a assessoria da Embasa explicou ainda que os locais de veraneio, a exemplo da Ilha de Maré e das cidades do Litoral Norte, costumam sofrer com a falta de água por causa do grande número de visitantes. A mesma versão é reforçada por urna das</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DG DU DR DP</p>

<p>lideranças do povoado quilombola, a rendeira Conceição Nogueira moradora da localidade de Santana. Segundo ela, as dificuldades aumentam quando o bairro “está cheio”. “Falta água até para beber”, reclama ela, chateada com os altos custos que tem para comprar água mineral quando o fornecimento é interrompido na localidade.</p> <p>Iniciativa- Na Escola Municipal Claudemira Santos Lima, também localizada em Santana, as dificuldades provocadas pela falta de água impulsionaram a elaboração de um projeto de água da chuva, premiado pelo Ministério da Educação (MEC) com R\$ 8 mil - valor a ser investido na implementação do sistema necessário. Alguns meses após o depósito dos recursos, a iniciativa ainda não pôde ser colocada em prática, devido à falta de profissionais capacitados disponíveis para trabalhar no projeto. Segundo a diretora da escola, a pedagoga Marisangela Lima, o verão é o período de maior dificuldade para a comunidade tradicional. "Os moradores precisam recorrer às fontes, que têm uma água de pureza duvidosa, mas mesmo assim é utilizada para alimentar os animais e cozinhar", conta ela. Pensando nisso, o projeto premiado pelo MEC prevê também a reeducação da população para economizar e utilizar a água da chuva reaproveitada pelo sistema. Fonte: Jornal A TARDE, 07/01/2015, Salvador e Região Metropolitana, p. A6.</p>		
<p>Impasse leva moradores a agir em prol do Abaeté</p> <p>Cinco entidades de Itapuã se uniram a voluntários do bairro em prol da lagoa do Abaeté. Desde a última segunda-feira de 2014, os militantes promovem uma limpeza nas águas do local, semanalmente. O objetivo é retirar da lagoa as baronetas – plantas conhecidas como “praga” da água doce. O trabalho, que é realizado por cerca de 100 pessoas todas as segundas-feiras, tem encontrado uma barreira: os resíduos recolhidos estão ficando amontoados na margem. (...) Iniciativa - Um dos participantes da iniciativa, Raimundo Bujão afirmou que a ação dos voluntários é paliativa. Mas pretende chamar a atenção das administrações estadual e municipal para os problemas enfrentados no local. "A falta de manutenção e cuidado com a lagoa se reflete no entorno dela. Antigamente, o Abaeté era ponto turístico. Hoje, a recomendação é que baianos e turistas não venham ao local devido à insegurança. Problema que é reflexo do abandono desse patrimônio cultural", frisa Raimundo. Idealizador da iniciativa, Jorge Andrade, da Associação Afoxé Educacional, Cultural, Recreativa e Carnavalesca Korin Nagô, acredita que serão necessários, no mínimo, três meses de trabalho semanal para a retirada de toda a quantidade de plantas baronetas da lagoa. "Nossa parte estamos fazendo", frisa. Opiniões - Morador da região, Joel Alves apóia a ideia de privatização ou terceirização do parque. Para ele, os cuidados com a lagoa devem ser semelhantes com os feitos em estradas. "O poder público tem que pagar para alguma empresa revitalizar e dar manutenção ao parque. Só assim funciona. "O comerciante Antônio Miguel trabalha no Abaete há 37 anos, e conta que nunca viu "um descaso tão grande com a lagoa do Abaeté". Segundo ele, o movimento do comércio local caiu cerca de 80%. "Esperamos que, com a nossa iniciativa, o poder público olhe mais para o parque". Gestora da Secretaria de Promoção da Igualdade Racial (Sepromi), Vera Lúcia Barbosa esteve presente na ação promovida ontem. Ela afirma que a iniciativa dá o exemplo ao estado de como cuidar das belezas naturais. "Esse parque é incrível e substitui, inclusive os shoppings como instrumento de lazer". A secretária afirma que vai colocar o assunto em pauta, em reunião com o Eugênio Spengler, gestor estadual do Meio Ambiente. "Precisamos analisar o que nós, enquanto estado, podemos fazer para reforçar essa iniciativa de cuidado para com a lagoa, que é um bem de todos nós", promete a secretária da Sepromi. Fonte: Jornal A TARDE, 13/01/2015, Salvador e Região Metropolitana, p. A8.</p>	<p>T-1</p> <p>T-2</p>	<p>DG</p> <p>DU</p>
<p>Problemas ambientais ameaçam rios da RMS</p> <p>Em meio a um cenário de escassez de água em grandes capitais brasileiras, além da diminuição das chuvas e do próprio aumento da temperatura global, Salvador acende o sinal de alerta para a questão hídrica. Embora a situação da capital baiana não seja de crise - como em São Paulo -, pois os reservatórios que a abastecem estão com pelos menos 70% da capacidade, problemas ambientais ameaçam os rios - e, consequentemente, as represas, que, a longo prazo, podem ser afetadas caso soluções</p>	<p>T-1</p> <p>T-2</p>	<p>DG</p> <p>DU</p> <p>DP</p>

<p>não sejam tomadas. O rio Paraguaçu - responsável por 60% do abastecimento em Salvador e região metropolitana (RMS) - tem tido redução do volume de água, causada por desmatamentos, incêndios florestais e destruição de matas ciliares. O Joanes e o Ipitanga, que respondem pelos outros 40% do fornecimento de água na capital e RMS, enfrentam a poluição causada por descarte irregular de lixo e esgoto. O Joanes ainda tem o equilíbrio comprometido pela extração ilegal de areia. O secretário estadual do Meio Ambiente, Eugênio Spengler, diz que a situação hídrica na capital baiana é equilibrada. Segundo ele, o estado está ciente de todos os problemas e tem realizado políticas no sentido de resolvê-los e reverter a situação. Fonte: Jornal A TARDE, 25/01/2015, Salvador e Região Metropolitana, p. A4.</p>		
<p>Reservatórios - Na última semana, equipe de A TARDE visitou os reservatórios de Pedra do Cavalo e Joanes II - alimentados pelos rios Paraguaçu e Joanes, respectivamente -, acompanhada por técnicos da Empresa Baiana de Águas e Saneamento (Embasa). A reportagem também foi a trechos dos rios Paraguaçu, Joanes e Ipitanga. A Embasa ressalta que a RMS não tem problema de produção de água. "Existe a disponibilidade de utilização de 54 mil litros por segundo (l/s) para um horizonte acima do ano 2050", destaca a empresa. Atualmente, a demanda da RMS é de 15 mil l/s. Responsável pela manutenção de ambos os reservatórios, o técnico Jorge Prazeres diz que uma vantagem do sistema de reservatórios de Salvador é ser integrado, ao contrário de São Paulo. "A integração permite que um reservatório auxilie o outro. A barragem de Santa Helena (alimentada pelo rio Jacuípe), por exemplo, manda água para a Joanes II sempre que é preciso", explica. No reservatório Joanes II, é possível observar que o nível de água está cerca de um metro abaixo de sua capacidade. A barragem de Pedra do Cavalo está com 113 metros acima do nível do mar - o máximo é de 125 metros. Fonte: Jornal A TARDE, 25/01/2015, Salvador e Região Metropolitana, p. A4.</p>	<p>T-1</p>	<p>DU DP</p>
<p>Rios - Coordenador do projeto Semeando Águas no Paraguaçu, o geógrafo Rogério Mucugê conta que outros problemas comuns na região são a perfuração de poços de maneira descontrolada e o uso de agrotóxicos. Mucugê salienta que é preciso se preocupar com as nascentes dos rios: "Não é o reservatório que produz água, mas a nascente. A RMS pode sofrer com o abastecimento de água. É uma questão de raciocínio lógico. A oferta está diminuindo e a demanda, aumentando". Por isso, ele destaca, é preciso agir agora, quando ainda há "boa quantidade de água. Planejamento, conscientização e sensibilização são necessários para evitar reverter o processo e recuperar as nascentes". Em alguns trechos, o rio Joanes enfrenta um processo de assoreamento, como na ponte da rodovia BA-535 (via Parafuso). O pescador Josivan Silva, 40, diz que o rio Ipitanga tem abundância de tucunarés (espécie muito popular na pesca esportiva). "Mas os peixes estão acabando, porque o rio está muito sujo. Hoje, não dá mais para tomar banho nele", conta Silva, que mora em Simões Filho. Fonte: Jornal A TARDE, 25/01/2015, Salvador e Região Metropolitana, p. A4.</p>	<p>T-1 T-2 T-3</p>	<p>DG DP DR</p>
<p>O maior desafio é combater a poluição dos rios, diz especialista</p> <p>O professor Paulo Serrano, do Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), ressalta que o maior desafio hídrico não é a escassez, mas combater a poluição dos rios. Serrano, que já realizou pesquisas nos rios Paraguaçu, Joanes, Ipitanga e Jacuípe, pontua que, em relação à qualidade, a falta de tratamento é o que mais reduz a disponibilidade hídrica. No caso do Paraguaçu, outra preocupação é a contaminação da água por agrotóxicos. "A maioria das cidades na região da bacia não conta com os serviços de coleta e tratamento de esgotos sanitários. O esgoto continua poluindo os afluentes e os rios Paraguaçu e Jacuípe", afirma. Para ele, a quantidade de água que somam os reservatórios que alimentam a capital e a região metropolitana "traduz uma condição confortável". No entanto, o especialista destaca que o governo precisa manter "permanente vigilância e controle operacional" sobre os reservatórios. A Embasa destaca que estão em andamento obras para ampliar os sistemas de esgotamento</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DG DCC DU DP</p>

<p>sanitário das cidades de Camaçari e Simões Filho, ambas situadas na área de influência das barragens Joanes I e II. Informou, ainda, que já ampliou o índice de atendimento do serviço de esgotamento sanitário em Muritiba, Cruz das Almas, Cachoeira, Santo Amaro da Purificação, São Félix e Feira de Santana, cidades situadas na bacia do rio Paraguaçu. Fonte: Jornal A TARDE, 25/01/2015, Salvador e Região Metropolitana, p. A4.</p>		
<p>Lei estadual garante pagamento para quem preservar nascentes</p> <p>Quem plantar árvores e ajudar a preservar áreas próximas a nascentes de rios receberá dinheiro do estado. Isto é o que prevê a Lei 13.223, sancionada no último dia 12 pelo governador Rui Costa. (...) Coordenador do projeto Semeando Águas no Paraguaçu, o geógrafo Rogério Mucugê informa que, a partir do trabalho realizado em 16 cidades situadas na bacia do Paraguaçu, cerca de 40 experiências de restauração ecológica já foram identificadas. "Essas pessoas serão beneficiadas com a lei, que é uma vitória para a preservação e recuperação florestais nas proximidades das nascentes", afirma. Para Spengler, a nova lei representa um prêmio às boas práticas de produção e manejo da agricultura. (...) O secretário ressalta que a legislação beneficia, acima de tudo, as nascentes e contribui com o equilíbrio climático. "O primeiro setor contemplado é, justamente, o produtor de água, a nascente, que é a área mais adequada para a recarga aquífera", frisa. Estímulo - Rogério Mucugê diz que, a compensação financeira representa também uma forma de incentivo para que mais pessoas possam ajudar a preservar as nascentes. Para ele, a situação de São Paulo deve ser tomada como exemplo. "No caso do problema de abastecimento em São Paulo, só se está falando nos reservatórios, mas não nas nascentes", critica. "Se chover em Salvador, não vai abastecer, pois lá não está a nascente. E fundamental que chova na Chapada Diamantina, onde está a nascente do Paraguaçu" complementa. (...) Fonte: Jornal A TARDE, 25/01/2015, Salvador e Região Metropolitana, p. A6.</p>	<p>T-1</p>	<p>DP DU DCC</p>
<p>Consumo na capital é três vezes maior que o indicado</p> <p>Salvador tem média de consumo de água por pessoa três vezes acima do recomendado pela Organização Mundial da Saúde (OMS). Segundo dados da Empresa Baiana de Águas e Saneamento (Embasa), com base na vazão distribuída na capital e o número de domicílios atendidos, estima-se uma média de 250 litros por dia para cada habitante. A OMS recomenda que 80 litros por dia é suficiente para manter uma vida saudável. Ainda de acordo com a empresa, do total do volume consumido pelas residências, cerca de 15% a 30% são desperdiçados, o que pode elevar a conta em até 40%. Conforme a Embasa, 20% da água distribuída em Salvador são perdidos por conta de vazamentos. A empresa informou, ainda, que foram identificados cerca de mil lava-jatos irregulares em Salvador, que causam um desperdício de água em torno de 51 milhões de litros por mês. Fonte: Jornal A TARDE, 25/01/2015, Salvador e Região Metropolitana, p. A6.</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DU DP DG DCC</p>
<p>Reclamação - Por outro lado, moradores de diversos bairros de Salvador queixavam-se da falta de água constante, principalmente durante o verão. Um deles é Piatã. "Aqui falta de água sempre no final da tarde. Todos os dias. Sabemos que há muito desperdício, mas nós também sofremos com esta situação", reclama o contador Márcio Oliveira, 32. A Embasa informou que "segundo informações da área operacional, a rede distribuidora está funcionando com vazões suficientes para abastecer os imóveis do bairro". Fonte: Jornal A TARDE, 25/01/2015, Salvador e Região Metropolitana, p. A6.</p>	<p>T-1</p>	<p>DP DU</p>
<p>Em entrevista secretário de Infraestrutura fala das ações desenvolvidas em alguns bairros do município - O Secretário de Infraestrutura de Simões Filho, Dr. Mosart Cabral, concedeu entrevista à equipe do site Mapele News na manhã desta segunda-feira (26), onde apontou alguns ajustes que vêm sendo feito com relação aos contratos que necessitam de licitação; e também o desenvolvimento dos trabalhos em alguns</p>	<p>T-1</p>	<p>DU DP</p>

<p>bairros do município. (...). A previsão do período de chuva a partir do mês de março, a perspectiva é que a SEINFRA realize obras de desobstrução de cerca de 30 trechos de canais e córregos para que assim possa diminuir os transtornos ocorridos em algumas localidades, e que é preciso um trabalho proativo para diminuição de danos para a população. (...) Fonte: Mapelenews.com, 27/01/2015; Disponível em: http://mapelenews.com/em-entrevista-secretario-de-infraestrutura-fala-das-acoes-desenvolvidas-em-alguns-bairros-do-municipio/; Acesso em: 05/04/2016</p>		
<p>População do bairro de Mapele reclama de falta de água a 7 dias - A população do bairro Mapele, em Simões Filho, vem sofrendo com a frequente falta d'água nas residências, principalmente neste mês de Janeiro. O problema se agrava devido ao calor que tem feito nos últimos dias e eles têm procurado alternativas para obter o líquido precioso. Louças e roupas estão acumuladas. Moradores, que prefere não se identificar, informou à reportagem que sua casa está sem água há 7 dias. Eles relatam que foram feitas diversas ligações para Companhia de Água, a Empresa Baiana de Águas e Saneamento (Embasa), mas até o momento, o problema ainda não foi solucionado. Precisamos divulgar o tipo de serviço que esta empresa presta a comunidade, sobretudo para quem mora em bairros periféricos. Sim, porque na orla e nos condomínios de luxo da cidade não falta água. A outra coisa é que pagamos normalmente a conta. Fonte: Mapelenews.com, 31/01/2015; Disponível em: http://mapelenews.com/populacao-do-bairro-de-mapele-reclama-de-falta-de-agua-a-7-dias/; Acesso em: 08/04/2016</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DG DU DP</p>
<p>Reservatórios - A Embasa (Empresa Baiana de Águas e Saneamento), destacou que a RMS (Região Metropolitana de Salvador) não tem problema de produção de água. "Existe a disponibilidade de utilização de 54 mil litros por segundo (l/s) para um horizonte acima do ano 2050", destaca a empresa. Atualmente, a demanda da RMS é de 15 mil l/s. Responsável pela manutenção de ambos os reservatórios, o técnico Jorge Prazeres diz que uma vantagem do sistema de reservatórios de Salvador é ser integrado, ao contrário de São Paulo. "A integração permite que um reservatório auxilie o outro. A barragem de Santa Helena (alimentada pelo rio Jacuípe), por exemplo, manda água para a Joanes II sempre que é preciso", explica. No reservatório Joanes II, é possível observar que o nível de água está cerca de um metro abaixo de sua capacidade. A barragem de Pedra do Cavalo está com 113 metros acima do nível do mar – o máximo é de 125 metros. Fonte: Mapelenews.com, 01/02/2015; Disponível em: mapelenews.com/problemas-ambientais-ameacam-rios-da-rms-e-pescador-de-simoes-filho-desabafa-9/; Acesso em: 08/04/2016</p>	<p>T-1</p>	<p>DP DU DCC</p>
<p>Atendimento da Embasa - Desde 21 de dezembro de 2014 que solicito da Embasa, através do fone 80055519 providências no sentido de regularizar o fornecimento de água para minha residência em Imbassaí, município de Mata de São João. O último registro de solicitação foi feito através do protocolo de nº063394256 de 30/12/14 (...) Apesar de não ter consumido água no período, já recebi a fatura para o pagamento de janeiro. Fonte: Jornal A TARDE, 09/02/2015, Caderno Opinião, p. A2.</p>	<p>T-1</p>	<p>DU</p>
<p>(...) Uso racional - (...) [o superintendente de abastecimento de água da RMS da Embasa, José Moreira] afirmou que caso tivesse um consumo sustentável, Salvador seria abastecida com 30% menos do que é fornecido. "Daria para abastecer, com este número, a cidade de Feira de Santana (a 108 km de Salvador) e ainda restaria uma folga. Essa informação é fruto de um desperdício absurdo", afirma José Moreira. É o que reforça o professor doutor em física da atmosfera Alberto Brumm. "A conscientização e o consumo de forma racional são pontos importantes quando o assunto é economia de água. Preservar e não deixar agravar para passar a prestar atenção nos mananciais, ou seja, as fontes de água é outro ponto", explica. Fonte: Jornal A TARDE, 23/02/2015, Salvador e Região Metropolitana, p. A8.</p>	<p>T-1</p>	<p>DU DP DCC</p>

<p>Contradições da Embasa - Em resposta do “comentário” publicado na edição de 14/2, a Embasa primeiro afirma que é responsável pela fiscalização dos lava-jatos, depois menciona que não tem poder de polícia, alega que a responsabilidade é da prefeitura, afirma saber da existência de centenas de lava-jatos irregulares. Pasmem leitores: se o cidadão comum atrasa uma mensalidade de consumo, imediatamente sua ligação será cortada e só será restabelecida após o pagamento do débito mais a taxa de religação. Se o mesmo instalar um “gato”, a Embasa, além de suspender o fornecimento, aplica uma multa exorbitante, podendo levar o cidadão às barras da justiça. Porque a Embasa e polícia, que são órgãos do estado, não fazem uma operação conjunta, onde, além da aplicação das multas, conduzissem os “responsáveis” até uma delegacia, pois esse tipo de comportamento pode ser caracterizado como crime. O que não pode é estarem se omitindo, jogando responsabilidades para outros que não têm nada a ver. Fonte: Jornal A TARDE, 24/02/2015, Caderno Opinião, p. A2.</p>	<p>T-1</p>	<p>DU DP</p>
<p>Turista e vigilante morrem afogados na Lagoa do Abaeté - O turista paulista Carlos Eduardo de Sena Jorge, 27 anos, e o vigilante Anderson Alves Araújo, 26, morreram afogados, por volta das 19h da última terça-feira, na lagoa do Abaeté em Itapuã. De acordo com informações do 13º Grupamento Marítimo (Gmar), Carlos Eduardo brincava na beira da lagoa com um primo – cuja identidade não foi revelada – quando decidiu nadar até a outra margem. Poucos minutos após mergulhar, o turista começou a pedir ajuda. No momento do afogamento, os dois salva-vidas que atuam no local, já não estavam presentes – o expediente dos agentes é encerrado às 18h. Ao ouvir os pedidos de socorro, o vigilante Anderson (...) entrou na água para salvar o rapaz e também se afogou. (...) Conforme o coordenador do Gmar, tenente-coronel Messias da Rocha, Carlos e o primo foram alertados pelos salva-vidas de plantão sobre os perigos de nadar na lagoa à noite. (...)Fonte: Jornal A TARDE, 26/02/2015, Salvador e Região Metropolitana, p. A9.</p>	<p>T-1 T-3</p>	<p>DR DG</p>
<p>Grupo desaconselha locais usados para banho - De acordo com informações do Gmar, Salvador possui 25 lagoas, represas e barragens que são popularmente utilizadas para banho. No entanto, em nenhuma delas a prática é recomendada. (...). Atualmente, apenas a lagoa do Abaeté conta com a presença de salva-vidas. “O movimento é grande, e o banho mais frequente. Contávamos com equipes em Pituaçu, mas o banho foi proibido por conta da má qualidade da água”, afirmou. Apesar disso, o coordenador do Gmar afirmou que o número de acidentes em lagoas tem reduzido. “Em 2014, registramos um caso fatal e outro grave de afogamento. Nos anos anteriores, as mortes eram mais frequentes”, afirmou. Sobrenatural – Para comerciantes e moradores mais antigos da região, os casos de afogamento no Abaeté são resultados de fenômenos sobrenaturais. Para Antônio Miguel dos Santos, 71, que frequenta o local há 37 anos, sempre que a água da lagoa espuma na margem é sinal de que alguém vai se afogar. “Percebi, no último domingo, que a água estava espumando e ainda comentei com alguns amigos a respeito. Acredito que seja algum aviso para não entrarem no local”, disse. Fonte: Jornal A TARDE, 26/02/2015, Salvador e Região Metropolitana, p. A9.</p>	<p>T-1 T-3</p>	<p>DR DG DP</p>
<p>(...) A posição da capital baiana especificamente em relação às perdas na distribuição teve indicador de 48,70% de perda o que deixa a cidade na segunda faixa de classificação entre as que mais perdem (o ideal para o Instituto Trata Brasil, seria de 15%). Esse indicador mede o nível de perdas do município, em porcentagem da água produzida. (...) “Esses indicadores mostram que a redução das perdas não é uma prioridade. Se Salvador reduzisse esses indicadores, não precisaríamos por muito tempo buscar outro manancial, fazer outras barragens. Acontece que a lógica capitalista os fabricantes de tubos, das empreiteiras, que querem e pressionam por novas construções” crítica Moraes (Especialista no assunto, professor das faculdades de Engenharia e Medicina da UFBA, Luiz Roberto Moraes). Fonte: CORREIO, 2/03/2015, Ano XXXVII - Nº 11838; p. 18 a 22</p>	<p>T-1</p>	<p>DU DP DCC</p>

<p>Estação de Tratamento deixa rio em Mata de São João agonizando</p> <p>“A gente brincava e tomava banho aqui, depois desse ‘pinicão’ não existe mais nada”, se emociona Sr. Antônio Barbosa, nativo da região há mais de 30 anos, ao descrever a situação do rio Jacuípe, no trecho que corta o município de Mata de São João. Para aumentar ainda mais a polêmica, o que deveria ser uma solução para contribuir com a preservação do meio ambiente tem se tornado um dos maiores problemas da comunidade. A Estação de Tratamento de Esgoto (ETE), situada em frente à Rua da Paz, que deveria devolver ao rio os resíduos dos esgotos domésticos tratados adequadamente, tem tirado o sossego das famílias que são obrigadas a conviverem com o forte mau cheiro e a presença constante de pernilongos que incomodam e segundo alguns dos moradores até deixam as crianças doentes. Inconformados com a situação que enfrentam desde que a Estação foi instalada no município, os moradores não aguentaram e foram às ruas protestar no dia 02 de fevereiro, para que os órgãos competentes resolvam de uma só vez, a difícil rotina de conviver com a fedentina e as constantes picadas dos mosquitos. “Não temos mais como conviver com esse fedor, tem que fechar a casa 5h (tarde) por causa da quantidade de muriçocas e até agora ninguém resolve nada”, reclama o morador Carlos Eduardo Neres. Para o biólogo, Marcos Vinícius Carvalho, que acompanhou a visita da nossa reportagem à ETE, o sistema de decantação foi construído nos moldes corretos, no entanto existe alguma falha no processo e quem está sofrendo as consequências é o rio Jacuípe, uma Área de Proteção Permanente (APP). “Verificamos uma concentração muito grande de algas, a lagoa sofre com a eutrofização [alto índice de nutriente e aumento excessivo de algas], inclusive verificamos isso com a morte de peixes”, afirma. Ainda de acordo com Carvalho, “os agentes poluentes continuam [mesmo após os resíduos passarem pela Estação de Tratamento] e provavelmente estão sendo desaguados no rio Jacuípe, e além de contaminar a água pode atrair vetores de doenças diversas.” Para atender aos critérios das leis ambientais, seria necessário aplicar as substâncias ideais para diminuir os agentes poluentes, ou seja, uma estabilização de materiais, uma espécie de aeração para as bactérias fazerem a decomposição de matéria orgânica e não favorecer o acúmulo delas. Em 2008, no início da instalação da ETE, o morador Carlos Bahia chegou a colher assinaturas da população e protocolou uma ação junto ao Ministério Público, relatando que o local seria impróprio para a obra, na época de responsabilidade da prefeitura. “Beira de rio é para preservar e não para sujar. O rio está agonizando, pedindo socorro”, lamenta o morador. Em entrevista, o prefeito da cidade, Marcelo Oliveira (PP), pontuou que a prefeitura gerenciou a estação durante três anos e hoje a Empresa Baiana de Águas e Saneamento (Embasa) cobra dos consumidores pelo serviço. “As pessoas não pagavam pelo esgoto e a prefeitura dava manutenção, mas tivemos por uma obrigação contratual passar para a Embasa, que cobra a tarifa [de esgoto], mas tem a obrigação de fazer a manutenção daquela estação, de modo que os vizinhos não sejam incomodados”. Por meio de sua assessoria, a Embasa informou que o odor proveniente da estação foi decorrente da proliferação de algas, devido ao aumento da temperatura nesta época do ano, mas que já adotou medidas para minimizar os transtornos causados e vai intensificar as manutenções no local, garantindo o funcionamento adequado da estação. Nossa reportagem solicitou os resultados dos últimos testes realizados com amostras de água do rio Jacuípe para verificar se as características físicas estão dentro dos padrões ou existe risco eminente de contaminação, no entanto nenhum dado oficial foi passado. O Mais Região entrou em contato com o Instituto de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Estado da Bahia (Inema), que garantiu apurar a denúncia e enviar uma equipe de técnicos para a analisar as condições deste trecho do rio que passa pelo município. O rio Jacuípe tem um percurso de cerca de 85 km. Ele nasce no município de Conceição de Jacuípe e corta as cidades de Amélia Rodrigues, Terra Nova, Mata de São João e Camaçari. A bacia hidrográfica do rio assume crescente relevância por sua utilização de abastecimento de água à cidade de Salvador e Polo Industrial de Camaçari, assegurado pelo represamento de águas deste rio na barragem Santa Helena, a qual funciona como regulador caudal.</p> <p>O paradoxo: comunidade sem saneamento básico. Ironicamente, a rua da Paz, comunidade que mais sofre com as condições impostas pela Estação de Tratamento de Esgoto, não possui rede de esgotamento sanitário. Os resíduos escorrem à céu aberto e colocam em risco a saúde de crianças e adultos, por terem alto risco de contaminação de doenças. Fonte: Jornalmaisregiao.com.br, 03/03/2015; Disponível em: http://maisregiao.com.br/estacao-de-tratamento-deixa-rio-em-mata-de-sao-joao-agonizando/; Acessado em: 18 de janeiro de 2016.</p>	<p>T-1</p> <p>T-2</p>	<p>DG</p> <p>DP</p> <p>DU</p> <p>DCC</p>
---	-----------------------	--

<p>25 áreas ficam sem água amanhã - Para a realização de manutenção no reservatório do Cabula, a Embasa vai suspender o fornecimento de água a partir das 8h30 de amanhã, nas seguintes áreas de Salvador: Cabula, Guarany, Curuzu, IAPI, Pero Vaz, largo do Tanque, Alto do Pará, largo do Retiro, San Martín, Baixinha do Santo Antônio, Estrada das Barreiras, Engomadeira, Arraial do Retiro, Pernambuco, Narandiba, Saboeiro, Doron, Tancredo Neves, Novo Horizonte, Sussuarana, Monte Serrat, Santa Mônica, Barros Reis, Bonfim e Liberdade. Fonte: Jornal A TARDE, 15/03/2015, Salvador e Região Metropolitana, p. A10.</p>	<p>T-1</p>	<p>DP DU</p>
<p>Centro da capital recebe caminhada grito da água hoje</p> <p>No próximo domingo será comemorado o Dia Mundial da Água. A data, criada pela Organização das Nações Unidas (ONU) para debater temas relacionados ao bem natural, está sendo marcada, em Salvador, por uma série de eventos. Hoje, a partir das 15h, trabalhadores em água e esgoto, ativistas ambientais e representantes de entidades sociais se reúnem em uma caminhada que vai partir do Campo Grande até a praça Castro Alves. O evento, batizado de Grito da Água, tem como objetivo protestar contra as constantes agressões aos mananciais hídricos, a privatização da água, o desperdício e a carência de políticas públicas para combater as secas no semiárido baiano. (...) Este ano, o foco da manifestação é a crise hídrica no estado de São Paulo e nos estados do Nordeste do país, provocada, dentre outros fatores, pela perda de vazão de importantes rios, devastação das matas ciliares e pelo uso indiscriminado do recurso natural. Durante a caminhada, os participantes também pretendem cobrar a implantação dos planos municipais de saneamento, fundamentais para universalização dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário na capital baiana e cidades do interior. (...) Abaeté – No domingo, a data será lembrada com uma ação ambiental realizada na lagoa do Abaeté, a partir das 10h. Durante o evento (promovido pela Associação Educacional Cultural Recreativa Carnavalesca), que integra o projeto Lagoa Limpa, está programada uma ação de limpeza da água e de áreas próximas à lagoa. (...) Fonte: Jornal A TARDE, 20/03/2015, Salvador e Região Metropolitana, p. A10.</p>	<p>T-1</p>	<p>DU</p>
<p>Vazamentos e ‘gatos’ tiram água da Bahia: desperdício de um ano daria para abastecer Salvador e RMS por 15 meses; técnicas e equipamentos ajudam a reduzir a conta e evitar perdas. A conta não fecha: entre o volume de água produzido pela Empresa Baiana de Águas e Saneamento (EMBASA) e a quantidade que passa pelas torneiras das casas baianas que tem autorização para utilizar o serviço da companhia existem, em um ano, 249,4 milhões de m³ de água que se perdem. Com esse volume, seria possível abastecer Salvador e Região Metropolitana por cerca de 15 meses, seguindo o padrão de consumo de 2014, quando foram faturados 198, 8 milhões de m³. O valor é uma média do percentual perdido pela empresa entre os anos de 2009 e 2013. Nessa conta estão incluídas perdas com vazamentos e com os chamados “gatos” (ligações clandestinas). A companhia ainda está processando os dados do ano passados, mas antecipou que, embora tenha ocorrido no ano anterior a primeira redução em três anos no índice que chama de “perda por ligação”, o volume de água desperdiçado ainda é grande: no ano passado, para cada uma das mais de 3 milhões de ligações que a Embasa mantém no estado, se perderam, em média, 275, 1 litros de água por dia. A Embasa é a empresa responsável pelo abastecimento de 364 dos 417 municípios baianos. São consideradas perdidas as águas que a companhia tratou, disponibilizou para o fornecimento do consumidor final, mas que não gerou receita (não foi cobrada pela companhia) porque acabou se perdendo em vazamentos, foi usada para limpeza de equipamentos do sistema, ligações clandestinas, ou que não foi cobrada por algum erro ou manipulação da medição. (...). Para o superintendente de abastecimento de água de Salvador e RMS da Embasa, José Moreira, ... “à medida de consumo das residências de Salvador é de 13, 6 mil litros. A medida dos locais com fraude é de 36 mil, a estimativa. Quem pensa que está tendo vantagem não tem um consumo consciente, gasta além do que precisa”, diz. Fonte: CORREIO, 22/03/2015, Ano XXXVII - Nº 11838; p. 18 a 22.</p>	<p>T-1</p>	<p>DP DU DG</p>

<p>(...) O representante da Embasa reconhece que há dificuldades na troca de tubulações antigas, que por causa do desgaste do tempo facilitam a perda de água. Essa complicação é basicamente por serem obras com intervenções longas e impactos principalmente no trânsito. “Temos tubulações antigas, novas e de meia-idade. A Avenida Sete, e a Rua Chile, por exemplo, “têm cerca de 50 anos as tubulações. É difícil fazer uma obra naquela região, por isso aguardamos a oportunidade de outras obras para fazer a substituição, como na Barra. Aproveitamos a requalificação e hoje a tubulação lá é a mais moderna” explica. Moreira, no entanto atribui a topografia da cidade os principais problemas de vazamento de água, que se agravam com o crescimento desordenado e sem planejamento da cidade. Companhia não cumpriu metas de perdas entre 2009 e 2014 - A Embasa não conseguiu cumprir suas próprias metas de redução do desperdício de água nos últimos cinco anos. Entre os anos de 2009 e 2013, o índice de perdas de água por ligação terminou o ano sempre acima da meta, que foi fruto de um Acordo de Melhoria de Desempenho (AMD) firmado com o Ministério das Cidades, que acompanha o cumprimento das estimativas de desempenho. (...)Fonte: CORREIO, 22/03/2015, Ano XXXVII - Nº 11838; p. 18 a 22</p>	<p>T-1</p>	<p>DP DU DCC</p>
<p>Invasão de regiões de mananciais para a moradia preocupa Embasa. A Embasa tem demonstrado preocupação com a poluição dos principais mananciais que abastecem Salvador por conta das ocupações irregulares às margens delas. “Seis barragens abastecem Salvador. Os encontros das bacias aqui estão sendo cada vez mais invadidos e isso vai tornar essa água cada vez menos possível de aproveitamento, já que essas localidades crescem sem estrutura de esgotamento” relata o superintendente de abastecimento de água de Salvador e Região Metropolitana da Embasa, José Moreira. Ele conta que os problemas alcançam a região do Rio Ipitanga, em Simões Filho, o Joanes I, em Lauro de Freitas, e no Joanes II, em Camaçari. “Temos o apoio do Ministério Público e da Polícia Militar, mas as ações precisam ser intensificadas”, afirma. “A água do mundo só temos uma. Não vem água de lugar nenhum. Cada rio poluído é uma água perdida”, conclui. Fonte: CORREIO, 22/03/2015, Ano XXXVII - Nº 11838; p. 18 a 22</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DMO DG DU DP</p>
<p>Abaeté sedia evento hoje - O Dia Mundial da Água tem celebração voltada para a defesa do meio ambiente agendada para hoje, na lagoa do Abaeté, em Itapuã. O evento, com previsão de ser realizado a partir das 10h, faz parte do projeto Lagoa Limpa, promovido pela Associação Educacional Cultural Recreativa Carnavalesca. A ideia dos organizadores é chamar a atenção para a degradação da famosa lagoa baiana, alvo de ações de limpeza que vêm sendo realizadas regularmente pela entidade organizadora da ação de hoje, em parceria com instituições populares e culturais da capital baiana como ilê AIyê, Malê Debalê, afoxê Korin Nagô, Bankoma, o grupo Ganhadeiras de Itapuã e integrantes das Comunidades do bairro de Itapuã, além dos grupos culturais Chabisc e o Revisáfrica. Fonte: Jornal A TARDE, 22/03/2015, Salvador e Região Metropolitana, p. A4?</p>	<p>T-1</p>	<p>DG DR</p>
<p>Irregularidade comprometem abastecimento - O desafio de reduzir o consumo de água e evitar o desperdício não se restringe somente ao setor industrial e à agricultura. A Bahia enfrenta um outro problema: ações fraudulentas envolvendo a utilização da água. Dados da Empresa Baiana de Águas e Saneamento S.A. (Embasa) revelam que elas foram responsáveis, no ano passado, pelo desvio indevido de mais de 2,1 bilhões de litros por mês em Salvador e Região Metropolitana. Em 2011, este número era de 1,3 bilhão. Os 137,6 mil casos de suspeita de fraudes detectados em 2014 resultam em prejuízo da ordem de R\$ 121,7 milhões, decorrente do volume de água não faturado. “Temos uma perda enorme por conta do gasto excessivo e da utilização clandestina, que acaba, inclusive, comprometendo o abastecimento de alguns locais”, afirma o superintendente de abastecimento de água da Embasa, José Moreira. Gato - Engana-se quem pensa que o problema ocorre somente nos bairros periféricos de Salvador. Segundo Moreira, durante a requalificação da Barra, por exemplo, foram encontradas pelo menos 100 ligações clandestinas, mais conhecidos como “gatos de água”. “Encontramos ‘gatos’ em bancos, lojas, shoppings, e em diversos bairros. Em Vilas do</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DP DG DU</p>

<p>Atlântico, por exemplo, foram localizados 300", afirma o superintendente do órgão. Um outro problema apontado por Moreira é a degradação dos mananciais. "O aumento das ocupações irregulares em torno dos mananciais somado à falta de saneamento e a práticas inadequadas de uso do solo geram graves consequências, resultando na baixa qualidade da água captada", explica ele. De acordo com o superintendente de abastecimento, as principais barragens utilizadas pela Embasa estão em nível satisfatório, mas estão comprometidas por conta do desmatamento. "Todo o entorno da barragem de Pedra do Cavalo já foi afetado pelo desmatamento. Em Salvador, a situação não é diferente. As barragens de Ipitanga I e II, o Joanes I e II sofrem com a degradação e invasões", diz Moreira. Professor titular em Saneamento e participante especial do mestrado em Meio Ambiente, Águas e Saneamento (Maasa) da Escola Politécnica da Universidade Federal da Bahia (Ufba), José Roberto Moraes lembra, no entanto, que a urbanização de forma desordenada está relacionada à ausência da alternativa da aquisição de moradias. "Isso obriga as pessoas, sobretudo de baixa renda, a ocuparem áreas de proteção ambientais, na ocupação de espaços impróprios para habitação. Consequentemente, as atividades realizadas geram impacto levando à alteração da qualidade da condição hídrica", afirma. Ele lembra, ainda, que a degradação também é causada por empresas que se instalam no entorno das barragens. Na opinião do professor, é preciso assegurar a manutenção dos mananciais por meio da criação de ações articuladas para o disciplinamento do uso e ocupação do solo, além da recuperação ambiental. "É preciso investir nisso. As políticas governamentais devem contemplar, no bojo das suas medidas e normas, ações de preservação e conservação dos recursos hídricos", pontua José Roberto Moraes. Fonte: Jornal A TARDE, 22/03/2015, Salvador e Região Metropolitana, p. A6.</p>		
<p>Esgoto a céu aberto e outras situações incomodam e moradores reclamam no bairro de Vida Nova - A comunidade do bairro de Vida Nova no município de Simões Filho pede socorro e procurou o site 'Mapelenews' em detrimento de uma reivindicação antiga que vêm incomodando há vários anos e que ainda encontram sem soluções. Nesta segunda-feira (23), a equipe de reportagem do 'Mapelenews', esteve no local conversando com alguns moradores. A comunidade reclama de um canal de rede de esgotos que fica no fundo de suas casas, onde uma parte não está coberta e reclamam do forte mau cheiro, além disso, o fundo de duas casas que ficam atrás do colégio cederam fazendo com que um morador deixasse a residência. Segundo a vice-presidente da Associação de Moradores, a situação é de muitos anos e já foram feitas inúmeras solicitações na Secretaria de Obras e Infraestrutura do município. "Estive em uma casa, onde a cozinha caiu e a moradora tomou um corte na testa e levou vários pontos e uma criança caiu no canal de esgoto vindo a contrair uma bactéria no sangue", desabafou. "Pra vocês terem uma ideia, até o Secretário de Infraestrutura, Dr. Mosart Cabral, já caiu ali; e a solução que ele deu foi fazer uma 'paredinha' de bloco", disse a moradora. (...). Os moradores pretendem fazer um protesto em breve dias se não houver urgentemente uma solução por parte da prefeitura. Fonte: Mapelenews.com, 23/03/2015; Disponível em: http://mapelenews.com/esgoto-a-ceu-aberto-e-outras-situacoes-incomodam-e-moradores-reclamam-no-bairro-de-vida-nova/. Acesso em: 08/04/2016</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DP DU DG</p>
<p>Peixes aparecem mortos na Estação de Tratamento de Esgoto</p> <p>Mais uma vez, os moradores da Rua da Paz, em Mata de São João, estão enfrentando problemas com a Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) da Embasa. Na manhã desta segunda-feira, milhares de peixes apareceram mortos nos tanques da estação e o mau cheiro aos poucos se espalha pela comunidade. Uma equipe da Embasa está no local realizando a remoção da imensa camada de limo (colônia de algas que se acumula em superfície úmida formando uma camada esverdeada) que se formou na piscina de tratamento e provavelmente ocasionou a morte dos peixes. "Quando tem camada de algas, diminui a oxigenação, os peixes ficam sufocados e morrem, isso significa que existe muito material orgânico", explicou o biólogo Marcos Vinícius Carvalho. Urubus estão se espalhando pelo local por causa do forte odor. "O fedor está horrível e os mosquitos estão invadindo as casas desde o sábado", queixou-se o morador Carlos</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DG DU DP DCC</p>

<p>Eduardo Reis. Essa não é a primeira vez que a comunidade enfrenta problemas com a ETE. Em fevereiro, os moradores chegaram a realizar um protesto pedindo uma solução por parte da Embasa. No início deste mês o Mais Região chegou a denunciar o problema, esclarecendo que por falhas na Estação de Tratamento, o rio corre o risco de poluição. Para o biólogo, o sistema de decantação foi construído nos moldes corretos, no entanto existe alguma falha no processo e quem está sofrendo as consequências é o rio Jacuípe, uma Área de Proteção Permanente (APP). “Verificamos uma concentração muito grande de algas, a lagoa sofre com a eutrofização [alto índice de nutriente e aumento excessivo de algas], inclusive verificamos isso com a morte de peixes”, afirma. Ainda de acordo com Carvalho, “os agentes poluentes continuam [mesmo após os resíduos passarem pela Estação de Tratamento] e provavelmente estão sendo desaguados no rio Jacuípe, e além de contaminar a água pode atrair vetores de doenças diversas.” Fonte: Jornalmaisregiao.com.br, 23/03/2015; Disponível em: http://maisregiao.com.br/peixes-aparecem-mortos-na-estacao-de-tratamento-de-esgoto-de-mata-de-sao-joao/; Acessado em: 18 de janeiro de 2016.</p>		
<p>Rede Bahia denuncia suspeita de poluição no Rio Jacuípe-A Rede Bahia de Televisão veiculou nesta segunda-feira (30), durante o Jornal Bahia Meio Dia, a situação do Rio Jacuípe, no trecho que corta Mata de São João. Os moradores contam que a água tem mau cheiro e dá coceira na pele. Uma água verde e suja é despejada no rio em quantidade, via tubulações da Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) da cidade, e é apontada como causa da poluição. O Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Inema) disse que já fez inspeção e que aguarda os resultados. A prefeitura e a Embasa até agora não responderam. “Coça muito mesmo. A pele empola e fede. Era onde a gente de baixa renda tirava o nosso sustento com camarão, os peixes da região e a gente não está podendo mais fazer isso”, diz a empregada doméstica Jane Ferreira. A estação foi instalada em 2008 no bairro de Bom Jesus e mudou o cenário da região. “Nós pescávamos, tomávamos banho, lavávamos roupa. Dia de domingo nós vínhamos brincar e tudo. Hoje já não pode mais”, relata o trabalhador rural, Antônio Barbosa. Segundo o biólogo Marcos Vinícius, a água dos tanques da estação tem a cor verde consistente por conta da alta concentração de algas que se reproduzem com a decomposição do esgoto. “É um processo de reprodução de algas, que cobre a superfície da lagoa. Isso diminui a oxigenação, a disponibilidade de oxigênio, para os seres que vivem não só aqui como também no rio”, explica. Um morador registrou milhares de peixes que morreram por conta da alta quantidade de alga no tanque na semana passada. “Tem mosquito, muito mosquito, muita muriçoca”, relata José Wilson, aposentado e morador da região. Dezenas de casas ficam ao lado da estação de tratamento de esgoto, mas a maioria não tem saneamento básico. “Esse esgoto que corre a céu nú, nos prejudicando, a água de tubo que desce aqui. É só sofrimento”, afirma o segurança Sivaldo de Jesus. O Rio Jacuípe tem cerca de 150km de extensão. Ele nasce no município de Conceição do Jacuípe e corta as cidades de Amélia Rodrigues, Terra Nova, Mata de São João e Camaçari. A beira do rio é coberta de baronetas, plantas que cresceram devido à quantidade de algas que são despejadas da estação de tratamento. Segundo especialistas, quando o rio está cheio de baronetas, significa que ele está agonizando. “As plantas que recebem essa água, elas reproduzem em uma velocidade muito grande, cobrem a superfície da água, a oxigenação reduz na parte inferior do rio e os peixes morrem”, afirma o biólogo Marcos Vinícius.; Fonte: Jornalmaisregiao.com.br, 30/03/2015. Disponível em: http://maisregiao.com.br/rede-bahia-denuncia-suspeita-de-poluicao-no-rio-jacuipe/; Acessado em: 18 de janeiro de 2016.</p>	<p>T-1 T-2 T-3</p>	<p>DR DU DG DP</p>
<p>Rompimento de adutora deixa 34 bairros sem água</p> <p>Rompimento de adutora na BR-324, na altura da Jaqueira do Carneiro, é mais grave do que parecia. Segundo informações da Embasa, a tubulação de água da Pedra do Cavalo para Salvador foi atingida. A previsão é de que vários bairros da cidade fiquem sem água por alguns dias. O acidente foi causado por uma escavadeira que fazia a obra do metrô. Trinta e quatro bairros e quatro municípios ficaram sem abastecimento. O rompimento causou engarrafamento na capital e o fechamento da BR-324 por uma hora. Veículos foram danificados e casas ficaram alagadas. Fonte: <i>Jornal A TARDE</i>, 02/04/2015, Capa</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DU DG DP</p>

<p>Segure a água - O acidente provocado pela CCR na BR-324 (na altura da Jaqueira do Carneiro) é mais grave do que pareceu. Fontes da Embasa dizem que algumas áreas de Salvador pode ficar alguns dias sem água. Fonte: Jornal A TARDE, Salvador, quinta-feira, 02/04/2015, Caderno Opinião, p. A2.</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DG DU DP</p>
<p>Adutora rompe e causa sérios transtornos -Engarrafamento de cerca de oito quilômetros, veículos degradados, asfalto destruído, casas alagadas, mais de 34 bairros da capital e quatro cidades sem água. Este é o saldo do alagamento na BR-324 causado pela ruptura de uma adutora, ontem, nas obras do metrô, na área da Jaqueira do Carneiro. O vazamento ocorreu por volta das 11h e, devido à grande quantidade de água na pista, no sentido Feira de Santana, o trânsito na rodovia foi interditado em ambos os sentidos pela Via Bahia, concessionária que administra a rodovia. (...) Comunidade – Os moradores da rua das Pedreiras, no Calabetão, comunidade que fica a cerca de um quilômetro do local do vazamento, foram os que mais sofreram com o problema. Com as residências invadidas pela água, eles perderam eletrodomésticos e móveis. “Perdi tudo. Tinha comprado uma máquina de lavar, geladeira, cama e um guarda-roupa na semana passada. Não deu para salvar nada, contava aos prantos, a doméstica Lucenilde de Jesus Santos, 35, mostrando os objetos perdidos que conseguiu tirar da casa alagada com a ajuda de vizinhos. Sogro de Lucenilde, o comerciante Hugo Santos da Silva, 65, também morador da residência, lamentou os prejuízos, enquanto mostrava a casa alagada, com a água ainda encobrindo parte das pernas. “Tenho 45 anos morando e nunca vi nada parecido. Além dos objetos, a própria estrutura das casas foi afetada”, apontou. Na mesma situação está a caixa Lucimeire Coelho da Cruz, 46, vizinha de Lucenilde. Ela disse que o único objeto que ainda será utilizado é o botijão de gás. “Foi a única coisa que pôde ser recuperada. O resto perdi tudo, de roupas a objetos”, lamentou. Fonte: Jornal A TARDE, 02/04/2015, Salvador e Região Metropolitana, p. A4.</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DU DG DP</p>
<p>Bairros da capital e quatro cidades são prejudicados</p> <p>Segundo a assessoria de comunicação a Empresa Baiana de Águas e Saneamento (Embasa), por cona do rompimento da adutora, o abastecimento de água foi interrompido em 34 localidades da capital. O rompimento também afetou o fornecimento de água para os municípios de Amélia Rodrigues, Coração de Maria, Conceição do Jacuípe (Berimbau) e Terra Nova, conforme comunicado da empresa. NA TARDE de ontem, a Embasa informou que equipes de profissionais da empresa foram deslocadas até o local do rompimento da adutora, na BR-324, “para restabelecer o fornecimento de água o quanto antes”. Ainda de acordo com a empresa, “nesse período, a Embasa priorizará o abastecimento de hospitais, creches e escolas”. O comunicado não trazia informações que esclarecem se o rompimento atingiu a adutora principal ou uma rede secundária do sistema de abastecimento da Região Metropolitana de Salvador e demais cidades prejudicadas ontem. Localidades – Os bairros de Salvador que tiveram o abastecimento comprometido são Bonfim, Ribeira, Caminho de Areia, Massaranduba, Monte Serrat, Boa Vigem, parte do Lobato, Jardim Cruzeiro, Calçada, Mata Escura, Calabetão, São Caetano, Capelinha, Boa Vista de São Caetano, Fazenda Grande, parte da Liberdade, IAPI, Pero Vaz, Largo d Tanque, parte de Santa Mônica, A. San Marin, Baixinha de Santo Antônio, parte da Av. Barros Reis, Estrada das Barreiras, Engomadeira, Arraial do Retiro, Cabula, Pernambuco, Narandiba, Saboeiro, Doron, Tancredo Neves, Novo Horizonte e Sussuarana. Fonte: Jornal A TARDE, 02/04/2015, Salvador e Região Metropolitana, p. A4.</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DU DG DP</p>
<p>Concessionária do metrô emite nota sobre ações em curso</p> <p>E na nota, a concessionária do metrô informou que “equipes técnicas e da área de Gestão Social da concessionária CCR Metrô Bahia e do consórcio construtor Mobilidade Bahia estão trabalhando na limpeza dos imóveis da alameda das Pedreiras, que foram</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DU DG</p>

<p>afetados após o rompimento de adutora de água da Embasa”. A CCR Metrô Bahia comunicou, ainda, que está apoiando “integralmente” as equipes da Embasa para restabelecer “o mais rápido possível”, o completo funcionamento da adutora e normalizar a rotina dos moradores da região. Em relação aos danos causados aos imóveis localizados na rua das Pedreiras, “a concessionária e o consórcio construtor estão em contato direto com os moradores e avaliam caso a caso para minimizar os transtornos”, conforme a nota. Fonte: Jornal A TARDE, 02/04/2015, Salvador e Região Metropolitana, p. A4.</p>		<p>DP</p>
<p>Risco de seca em 122 bairros - Embasa informou que 122 bairros e localidades de Salvador correm o risco de ficar sem água por causa do rompimento da adutora nas obras do metrô.</p> <p>Fonte: Jornal A TARDE, 03/04/2015, Capa.</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DG DU DP</p>
<p>Rompimento de adutora ameaça distribuição de água em 122 áreas- A Embasa divulgou ontem que 122 bairros e localidades da capital estão ameaçados de ter o abastecimento de água interrompido devido ao rompimento de uma adutora. O acidente ocorreu anteontem nas obras do metrô, na região da Jaqueira do Carneiro. O número estimado é 258% maior que o divulgado anteriormente, quando 34 áreas tiveram o serviço suspenso. O risco de suspensão inclui o Centro, Cidade Baixa, Cabula, Brotas, Barra, Graça, Pituba e Nordeste de Amaralina, dentre outros. A Embasa divulgou também que a população de Salvador deve "intensificar medidas de economia de água, evitando desperdícios", até que o reparo seja concluído e o abastecimento seja regularizado. De acordo com a assessoria da Embasa, operários trabalham no local para reparar o dano à adutora principal de água tratada. O dano, afirmou o órgão, foi causado pelas obras do Metrô. Cronograma - Já a assessoria da CCR Metrô Bahia disse que engenheiros e técnicos da concessionária estão empenhados no trabalho de avaliação do local para identificar as causas e definir a estratégia de restauração da adutora. Mas que, até o momento, não é possível avaliar se o cronograma das obras do metrô sofrerá algum impacto. No entanto, não há prazo para que a situação seja regularizada e a Embasa desconhece ainda o volume de água perdida por conta da ruptura. Já o cálculo do valor do conserto da adutora somente será concluído após a finalização do serviço. "Trata-se de um trabalho de alta complexidade, que envolve o conserto de uma tubulação de 1,20 metro de diâmetro, localizada a 11 metros de profundidade", informou por meio de nota a assessoria do órgão. A adutora principal, segundo a concessionária de água e esgoto, é uma das principais tubulações que alimentam o sistema da capital, que extrai água da Estação de Tratamento Principal, em Candeias, até o Centro de Reservação do Cabula, o maior do município. "Com a interrupção da adutora, o sistema teve redução na vazão de água tratada distribuída. Inicialmente, o maior impacto ocorreu no reservatório do Cabula, mas, como o sistema de abastecimento é interligado, os demais reservatórios também estão sendo afetados", acrescentou a assessoria da Embasa. Somente nos municípios de Amélia Rodrigues, Coração de Maria, Conceição do Jacuípe (Berimbau) e Terra Nova, que tiveram o abastecimento suspenso na quarta, a situação foi regularizada. Estas cidades foram afetadas por conta da necessidade de interrupção da operação da Estação de Tratamento Principal, em Candeias, para conter o vazamento na adutora. Fonte: Jornal A TARDE, 03/04/2015, Salvador e Região Metropolitana, p. A5.</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DG DU DP</p>
<p>Via Bahia diz que obras não afetará o tráfego na região -A Via Bahia, concessionária que administra um trecho da BR-324, informou que os reparos na adutora, na altura da Jaqueira do Carneiro, não devem interferir no tráfego da rodovia durante o feriado da Semana Santa. O gerente de relacionamento da Via Bahia, Carlos Bonini, afirmou que foram feitos testes na pista para verificar danos no pavimento, por conta do volume de água que vazou da adutora. (...). Fonte: Jornal A TARDE, 03/04/2015, Salvador e Região Metropolitana, p. A5.</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DU DG</p>

<p>Famílias prejudicadas começam a ser ressarcidas</p> <p>Moradores da rua das Pedreiras, no Calabetão, que tiveram as casas afetadas por causa do grande volume de água que vazou da adutora foram ressarcidos parcialmente ontem pela CCR Metrô Bahia. A assessoria da CCR informou que equipes da concessionária acompanharam as famílias na compra de móveis e eletrodomésticos na manhã de ontem. Nos imóveis afetados, técnicos da concessionária fizeram a retirada de entulhos e reparos na parte física. As famílias que não puderam permanecer nos imóveis foram levadas pela CCR Metrô Bahia para um hotel na região do Detran. "A gente foi hoje (ontem) comprar os móveis. Não achamos tudo, mas eles (da CCR Metrô) disseram que vão comprar. Eu me sinto um pouco mais aliviada por ter minhas coisas de volta", afirmou a recepcionista Lucenilde da Silva, de 35 anos. A secretária Lucijane Couto, 36, reclamou da falta de informação. "A Defesa Civil esteve aqui, mas nada foi passado para a gente. Queremos saber se é seguro ficar em casa, se nada foi comprometido", disse. Determinação - Por meio de nota, o governo do estado informou que determinou à concessionária responsável pelas obras do metrô que garantisse o ressarcimento de todos os bens de imóveis afetados, localizados próximos à BR-324. Fonte: Jornal A TARDE, 03/04/2015, Salvador e Região Metropolitana, p. A5.</p>	<p>T-1</p> <p>T-2</p>	<p>DU</p> <p>DG</p>
<p>População peregrina em busca de água em Salvador</p> <p>Sem perspectiva de regularização do fornecimento por conta do rompimento de uma adutora na BR-324, soteropolitanos estão peregrinando em busca de água. Na avenida Luís Eduardo Magalhães, foram colocados pequenos canos para retirar água da encosta. Formou-se fila de pessoas e carros para encher calões. Bicas na BR-324 e no Largo do Retiro ficaram lotadas. Quem preferiu comprar pagou até R\$30 por galão em vez dos R\$8 habituais. Carros-pipa não atendem a todos os bairros atingidos pelo problema. Fonte: Jornal A TARDE, 04/04/2015, Capa.</p>	<p>T-1</p> <p>T-2</p>	<p>DP</p> <p>DR</p> <p>DG</p> <p>DU</p>
<p>Urucubaca dupla-(...). Assumiu terça e logo na quarta a adutora de Pedra do Cavalo, que abastece Salvador, rompeu na Jaqueira do Carneiro. Na Embasa se diz que ninguém sabe quem é mais pé-frio, se Rogério ou o metrô, que após 15 anos, quando parece ter embalado, esbarrou no rompimento da adutora. Fonte: Jornal A TARDE, 04/04/2015, Caderno Opinião, p. A2.</p>	<p>T-1</p>	<p>DU</p> <p>DG</p>
<p>Bairros de baixa renda penam sem água no feriado -Moradores de vários bairros da capital peregrinaram ontem pela cidade em busca de água, após o abastecimento ter sido suspenso pela Embasa desde o último dia 1º, quando um acidente nas obras do metrô rompeu uma adutora na BR-324, na altura da Jaqueira do Carneiro. No total, 122 bairros e localidades estão ameaçados de ter o serviço suspenso, segundo a Embasa. Em pelo menos 34 deles, a falta d'água já é uma realidade há três dias. Nestes locais, o galão de 20 litros de água mineral, que costuma custar entre R\$ 7 e R\$ 8, chegou a ser vendido na rua por R\$ 30. O casal Patrícia Carvalho, 39, e Pierre Oliveira, 42, saiu do Uruguai para procurar garrafas de 1,5 litro de água, na região do Iguatemi. "A gente não encontrou mais no bairro. Só tinha água da pequena. Em casa, não temos uma gota d'água para nada. Ontem, tomamos banho em Itacaranha. Hoje, vamos para Vilas do Atlântico", contou Patrícia. No trajeto, ao passarem pela Av. Luís Eduardo Magalhães, o casal avistou um grupo de pessoas retirando água de uma encosta. "Aproveitamos para pegar também. Compramos um galão de 20 litros e estamos na fila para garantir o nosso". Ao lado do casal, um grupo de quatro vizinhos de Fazenda Grande do Retiro tentava extrair água da encosta. "A gente enfiou uns canos na terra para retirar a água, mas cai bem fraquinho. Tem que ter paciência. É melhor do que nada. Já fui na bica da BR-324, perto do metrô, e em outra no Largo do Retiro. Está tudo lotado", contou o técnico em automação industrial Fernando Quadros, 36. O motorista Isval Silva, 55, também saiu da Fazenda Grande do Retiro em busca de água. "Não tem água para</p>	<p>T-1</p> <p>T-2</p>	<p>DP</p> <p>DG</p> <p>DU</p> <p>DR</p>

<p>nada, nem para lavar prato ou tomar banho. A situação está caótica", reclamou. Na rua Régis Pacheco, Uruguai, moradores fizeram fila para comprar água. "Um cara apareceu vendendo o galão de 20 litros a R\$ 18. Estamos esperando ele voltar para comprar", contou o aposentado Francisco Assis, 50, enquanto aguardava na fila, junto a outros 20 moradores. "É Sexta-feira Santa e a gente não está fazendo nem almoço. Como a maioria é de bairros da Cidade Baixa, ninguém liga. Se fosse nos bairros nobres, isso não ocorreria", reclamou a enfermeira Márcia Carapia, 55. Um dos vendedores de água no Uruguai, que não quis ser identificado, contou que trouxe galões de Dias D'Ávila (Grande Salvador), para vender. Por meio da assessoria de imprensa, a Embasa informou que o trabalho de conserto da tubulação - com 1,2 metro de diâmetro e que fica a 11 metros de profundidade - é de alta complexidade. A concessionária orientou a população a economizar água. No entanto, Embasa nem CCR Metrô Bahia, responsável pelas obras onde a adutora foi rompida, informaram um prazo para que o fornecimento de água seja regularizado. "Como é que pedem para a gente economizar se nem água tem? Estou comprando água mineral para beber e paguei R\$ 20 em um hotel para tomar banho. É uma situação séria, muito grave. O povo está tendo que comprar quentinha porque não tem como fazer comida na própria casa", disse a comerciante Bernadete Nascimento, 38. "É uma vergonha para uma capital como Salvador passar por isso. Nem carro-pipa está passando pelos bairros", acrescentou o técnico de suspensão Jorge Santos, 37. A Embasa havia informado que técnicos da empresa estão trabalhando de forma ininterrupta para reparar o dano à adutora principal de água tratada, causado pelas obras do metrô, de responsabilidade da CCR Metrô Bahia. Sobre o fornecimento alternativo de água por carros-pipa, a concessionária informou que o serviço será priorizado para hospitais e postos de saúde. Fonte: Jornal A TARDE, 04/04/2015, Salvador e Região Metropolitana, p. A4.</p>		
<p>(...) Calabetão – Moradores da rua das Pedreiras, no Calabetão, continuam hospedados em um hotel próximo à rodoviária, enquanto aguardam técnicos da CCR Metrô Bahia finalizarem reparos nas casas afetadas pelo volume de água que vazou da adutora na última quarta-feira. (...) Fonte: Jornal A TARDE, 04/04/2015, Salvador e Região Metropolitana, p. A4.</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DP DG DU</p>
<p>Embasa e CCR mantêm 150 técnicos trabalhando</p> <p>Segundo nota divulgada pela Embasa, cerca de 150 técnicos da empresa e da CCR Metrô Bahia trabalham para a recuperação da adutora danificada na BR-324. "Após a identificação do ponto de ruptura na tubulação, a mais de 11 metros de profundidade, está sendo implantada uma estrutura metálica que vai permitir o acesso dos funcionários com segurança ao local para a execução do serviço de recuperação da adutora", informa o comunicado. Outra frente de trabalho executa a implantação de uma nova rede, com 350 metros de extensão e 1,2 metro de diâmetro. A previsão era a de o serviço continuar durante a noite de sexta-feira e a madrugada de hoje. A Embasa informa que está reforçando a produção de água da estação de tratamento da Bolandeira, responsável pelo abastecimento de 40% de Salvador, para atender às áreas afetadas. "Até que o reparo seja concluído, e o abastecimento retorne à normalidade, a Embasa orienta que a população afetada economize água", recomenda a nota. Fonte: Jornal A TARDE, 04/04/2015, Salvador e Região Metropolitana, p. A4.</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DG DU DP</p>
<p>Famílias recorrem à Natureza para suprir ausência de água -Enquanto operários das empresas Embasa e CCR Metrô Bahia trabalham para reparar o dano na adutora da BR-324, famílias estão buscando abastecimento na água que mina em rochas da capital. Ontem, durante todo o dia, foi possível ver pessoas formando filas na Av. Luís Eduardo Magalhães. Lá, uma rocha, que libera água naturalmente, ganhou pequenas bicas improvisadas com pedaços de ferro, PVC e garrafas PET. Nas proximidades do viaduto do Bom Juá, o mesmo aconteceu. O electricista Rogério Santos, 22, de São Caetano, também recorreu às torneiras improvisadas para atender às necessidades da esposa e a da filhinha de dois meses. "Essa água vai servir para tomar banho, lavar louça, cozinhar e até beber", revelou. A TARDE esteve ontem no local do acidente e</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DR DG DU DP</p>

<p>ouviu operários que atuam para consertar a adutora. Segundo os trabalhadores, cerca de 15 metros já foram escavados para encontrar a tubulação danificada, sem sucesso até A TARDE de ontem. Justiça - Moradores do bairro do Uruguai, desde quarta-feira sem água, prometem processar a empresa fornecedora de água. "Pagamos R\$ 20 na garrafa de cinco litros. Vou brigar na Justiça, porque a Embasa tinha que dar assistência", disse o motorista de ônibus Rogério Santiago, 34. Fonte: Jornal A TARDE, 04/04/2015, Salvador e Região Metropolitana, p. A4.</p>		
<p>Moradores tentam invadir posto de saúde para tirar água -Falta de água causa problemas em postos de saúde. Na San Martin, moradores tentam, há dois dias, invadir o local para pegar água. Em Pau Miúdo, atendimento é suspenso. Fonte: Jornal A TARDE, 05/04/2015, Capa.</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DG DU DP</p>
<p>Embasa prevê que conserto seja concluído neste domingo</p> <p>Em nota, a Embasa informou que os trabalhos de recuperação da adutora danificada pelas obras do metrô devem ser concluídos na manhã deste domingo, quando o abastecimento será retomado de forma gradativa. Cerca de 150 técnicos da Embasa e da CCR Metrô Bahia estão trabalhando na execução da obra. Para minimizar os transtornos, informou a nota, a Embasa está reforçando a produção de água da estação de tratamento da Bolandeira, responsável pelo abastecimento de 40% da capital, para atender as áreas afetadas. (...) Fonte: Jornal A TARDE, 05/04/2015, Salvador e Região Metropolitana, p. A8.</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DG DU DP</p>
<p>Postos de saúde têm abastecimento comprometido</p> <p>A falta de água em Salvador, decorrente do rompimento de uma adutora nas obras do metrô há quatro dias, na BR-324, comprometeu o funcionamento até de postos de saúde do município. No 16º Centro de Saúde, no Pau Miúdo, o atendimento foi suspenso. Na unidade de pronto atendimento (UPA) da avenida San Martin, cerca de 40 moradores invadiram o posto, na última sexta-feira, para tentar retirar água das torneiras externas do local, mas foram contidos pela polícia. "Hoje (ontem), os moradores cercaram a unidade novamente, quando o carro-pipa parou para abastecer o posto, mas não chegaram a invadir porque havia policiamento", contou uma funcionária da unidade. A Embasa havia divulgado que os carros-pipa priorizam postos de saúde e hospitais. No entanto, segundo PMs que não quiseram ser identificados, os motoristas dos carros-pipa estão tendo dificuldade de entrar em alguns bairros, por conta da revolta da população. "O povo está cercando os carros-pipa. A orientação que a gente está dando é de acionar viaturas para acompanhar o abastecimento dos postos de saúde. Não dá para entrar em alguns bairros", contou um PM. Suspenso - Moradora do bairro do Barbalho, a dona de casa Vera Lúcia Alves, 58, procurou atendimento no posto do Pau Miúdo, mas teve que retornar para casa. "Disseram que não me atenderiam porque não havia água. Que nem o médico veio trabalhar. Vou comprar um paliativo e voltar pra casa", contou Vera Lúcia. "É uma situação constrangedora. Um descaso com a população. Essa adutora já era para ter sido consertada há dias", acrescentou a promotora de vendas Charlene Pereira, 33. A auxiliar de serviços gerais Marcela Barbosa, 31, levou a filha Islane Barbosa, 6, para ser atendida, mas não conseguiu. "Minha filha está queimando de febre e com diarreia. Mas disseram que não podem fazer nada porque não tem água. Agora, não sei para onde ir. Se eu volto para casa e minha filha morre?", questionou, aflita, Marcela. Segundo a assessoria da Secretaria Municipal da Saúde (SMS), no 16º Centro de Saúde a quantidade de água fornecida pela Embasa foi insuficiente para a demanda da unidade, o que provocou a restrição no atendimento. Fonte: Jornal A TARDE, 05/04/2015, Salvador e Região Metropolitana, p. A8.</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DP DU DG</p>

<p>Povo busca água em bueiro e cano partido -Moradores de vários bairros se abastecem em cano que jorra em canal de esgoto. Fonte: Jornal A TARDE, Salvador, segunda-feira, 6 de abril de 2015, Capa.</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DR DG DU DP</p>
<p>Aviso importante -A Embasa informa que a recuperação da adutora danificada pelas obras do metrô, na BR-324, não foi concluída no tempo previsto devido ao risco de desmoronamento no local. A empresa, apoiada pela CCR Metrô, está implantando uma rede de distribuição alternativa, de 500 metros de extensão, para garantir o mais breve retorno do abastecimento. A produção de água na estação da Bolandeira foi reforçada e a frota emergencial de carros-pipa ampliada, com prioridade para hospitais, postos de saúde e comunidades em locais críticos. Até o reabastecimento do serviço, economize água. Fonte: Jornal A TARDE, 06/04/2015, Capa.</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DG DU DP</p>
<p>Cadê o MP nessa hora? (...) causa surpresa não se ter conhecimento de qualquer iniciativa do Ministério Público Estadual (que, na área ambiental, cumpre razoavelmente sua missão) de responsabilizar judicialmente o consórcio de empresas encarregado da construção do metrô, que desastrosamente provocou o rompimento de tubulação da EMBASA, na BR- 324. Será que essa conta será debitada à sociedade, e não ao causador de tais prejuízos? Rubens N. Sampaio. Fonte: Correio, Salvador, 06/04/2015, Caderno 24h. Sessão Leitores, p. 2;</p>	<p>T-1</p>	<p>DG DU DP</p>
<p>Falta de água ou desrespeito? Vergonhoso o descaso e falta de respeito da Embasa e poderes públicos com a população periférica de Salvador. Não me recordo de ter lido no CORREIO que algum bairro nobre, a casa do prefeito ou do governador também estão há 5 dias sem água por causa de um rompimento de tubulação. Sérgio Moura. Fonte: Correio, 06/04/2015, Caderno 24h. Sessão Leitores, p. 2;</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DG DU DP</p>
<p>Sofrimento para encontrar água - Sem previsão de retorno do abastecimento, o domingo de Páscoa foi de transtorno em vários pontos da cidade. Sem água, teve quem trocasse o bacalhau pelo PF. Houve peregrinação a poços para encher balde. Comércio amarga prejuízos. Fonte: Correio, 06/04/2015, Caderno 24h. Sessão Mais*, p. 18.</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DG DU DR DP</p>
<p>Engolindo seco. População sofre com falta d'água: filas para encher baldes e garrafas (...) muitos soteropolitanos passaram o domingo de Páscoa aguardando em filas ou indo até a casa de conhecidos para buscar água. O desabastecimento que afeta 60% da cidade, desde a última quarta-feira (02/04), quando uma adutora se rompeu nas obras do metrô, na BR-324, vai se estender por mais tempo que o esperado. No sábado, a previsão era de que as obras da recuperação fossem finalizadas na manhã de ontem mas, segundo a Embasa, esse prazo será estendido devido ao risco de desmoronamento de terra no local da intervenção, que fica a 11 metros de profundidade. Assim, a ida aos supermercados e até bicas foram as soluções encontradas por parte da população. Já a Embasa teve de reforçar o número de carros-pipa para a distribuição, trazendo alguns do interior. Fonte: Correio, 06/04/2015, Caderno 24h. Sessão Mais*, p. 18.</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DG DU DR DP</p>

<p>Embasa aluga carros-pipa do interior</p> <p>Ontem, a Embasa chegou a usar 33 carros-pipa para levar água para unidades de saúde (prioritariamente) e para bairros mais afetados com o desabastecimento. Oito veículos são da companhia e entre os 25 alugados alguns vieram do interior pela dificuldade que a empresa tem tido de contratar carros-pipa na capital – donos tem preferido vender água. Fonte: Correio, 06/04/2015, Caderno 24h. Sessão Mais*, p. 19.</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DG DU DP</p>
<p>A água também fez falta para quem depende dela para ganhar dinheiro. Na tradicional sorveteria da Ribeira, por exemplo, o domingo foi fraco. “Movimento caiu 40%. Domingo é o dia que mais enche. Esperávamos o dobro dos clientes”, afirmou o funcionário Jeferson Passos. Foi preciso comprar 40 galões de 20 litros de água, a R\$ 10 cada, para produzir o sorvete que seria vendido no final de semana. Fonte: Correio, 06/04/2015, Caderno 24h. Sessão Mais*, p. 19.</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DG DU DP</p>
<p>Uma das responsáveis pelo restaurante Veleiros, também na Ribeira, Maria Aderaldo conta que para abrir as portas, ontem, também teve que comprar garrafas. “Foram quatro galões por R\$ 20 cada. Não passamos isso aos clientes, mas temos prejuízos”, disse. No Humaitá, o gerente do restaurante que leva o nome do local vê sua receita diminuindo em cerca de 70%, por conta dos prejuízos e da necessidade de fechar mais cedo. “Tivemos que abastecer o tanque com caminhão-pipa. Custou R\$ 300, mais não dá conta de tudo e por isso temos fechado mais cedo. Na sexta mesmo levaríamos até 0h, mas tivemos que pedir desculpas aos clientes às 15h, por não ter mais água”, afirmou Márcio Ferreira. A rotina do local também precisou mudar. Mariscada, que usa muita água no preparo, saiu do cardápio e os funcionários que moram perto, também sofrem com o desabastecimento, tem precisado tomar banho no trabalho. Fonte: Correio, 06/04/2015, Caderno 24h. Sessão Mais*, p. 19.</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DP DG DU</p>
<p>Enquanto muitos penavam para encontrar água, houve quem ganhasse dinheiro com o desabastecimento. Roberto Alfredo dos Santos, 29, se sustenta fazendo viagens com seu carrinho de mão. Ontem, ao invés de levar compras do supermercado até às residências dos fregueses, como faz nos dias comuns, ele transportou galões de água entre a Ribeira e a comunidade da Mangueira. “Estou ganhando R\$10, para levar os galões. Muita gente não pode ir buscar, aí eu vou”, explicou. Fonte: Correio, 06/04/2015, Caderno 24h. Sessão Mais*, p. 19.</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DG DU DP</p>
<p>Cooperação-Na Cidade Baixa, muitas pessoas que tinham alguma reserva de água em tanques ou poços compartilharam com vizinhos e amigos. “A situação está terrível. A vizinhança tem se ajudado. Eu mesma peguei água na casa de uma vizinha que tem poço. Vou usar para tomar banho e lavar pratos”, revela a dona de casa Bartira Passos, 64. Na praia da Ribeira, um poço feito pela equipe que joga futevôlei deixou de ser usado só para refrescar os esportistas e passou a servir à população das redondezas. “Tem sido nossa fonte de água. Se não fosse essa ajuda, não sei como estaríamos”, disse a ambulante Maria Lúcia Pita, 53. Fonte: Correio, 06/04/2015, Caderno 24h. Sessão Mais*, p. 19.</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DR DG DU DP</p>
<p>Moradora de São Caetano, a publicitária Andréa Valadares, 31, foi obrigada a passar alguns dias na casa da irmã, em Stella Maris. “Tive que sair de São Caetano porque lá não está caindo água de jeito nenhum. Agente segurou até a limpeza da casa”, contou ela, que retornou ontem para a residência onde vive com os pais. Segundo ela, na casa ainda resta uma reserva, um tanque, mas que está prestes a se esvaziar. “Não sei se dura dois dias. A gente não sabe como vai fazer. Se faltar, vamos ter que voltar para a casa de minha irmã”, lamentou. Fonte: Correio, 06/04/2015, Caderno 24h. Sessão Mais*, p. 19.</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DG DU</p>

<p>Embasa investe em rede auxiliar após insucesso de escoramento (...) A empresa (Embasa), com apoio da CCR Metrô, agora trabalha na construção de uma rede de distribuição alternativa, com 500 m de extensão e 1,5 m de diâmetro. Esse novo trecho de dutos, segundo a Embasa, seria suficiente para restabelecer o fornecimento até que seja reparado por completo o ponto onde o problema começou. A instabilidade no terreno exigiu a suspensão dos trabalhos de recuperação do trecho danificado. (...) no local, a necessidade de economia de água era reforçada até mesmo em um aviso ao lado do bebedouro dos funcionários. Fonte: Correio, 06/04/2015, Caderno 24h. Sessão Mais*, p. 19.</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DG DU DP</p>
<p>Salvador X Lauro de Freitas</p> <p>Já a velha pendenga territorial entre Salvador e Lauro de Freitas está em vias de acabar. Os limites estão sendo definidos pelo muro da Base Aérea e os rios Ipitanga e Itinga. (...) Fonte: Jornal A TARDE, 06/04/2015, Caderno Opinião, p. A2.</p>	<p>T-1</p>	<p>DU</p>
<p>Riscos de desabamento impede serviços</p> <p>Ao contrário da previsão da Empresa Baiana de Águas e Saneamento (Embasa), de concluir ontem, a recuperação da adutora danificada pelas obras no metrô, o serviço não pôde ser finalizado por conta do risco de desmoronamento de terra no local da intervenção, a 11 metros de profundidade. Com isso, 60% da capital baiana continua com o abastecimento afetado. A Embasa e a CCR Metrô Bahia ainda não têm um novo prazo definido para que a falta de água seja sanada. Além das 34 localidades com falta de água anunciadas anteriormente pela Embasa, outras 84 estão com o abastecimento ameaçado, entre elas Barra, Campo Grande, Horto Florestal, Pituba e Itagira.</p> <p>Enquanto isso, moradores de diversos bairros de Salvador, como Uruguai, Bom Juá, São Caetano e Fazenda Grande do Retiro, que estão sem abastecimento há cinco dias, enfrentam uma maratona para conseguir água em locais como bicas, canos partidos e até em bueiros. Uma rede de distribuição alternativa, de 500 metros de extensão e 1,5 metro de diâmetro, está sendo construída, com o objetivo de retomar o abastecimento nas localidades afetadas pela interrupção do serviço. Cinco frentes, com cerca de 270 técnicos e operários da empresa e da CCR Metrô, estão trabalhando para implantar a nova adutora. "Como o terreno mostrou-se instável, e para a segurança dos trabalhadores, concentramos nossos esforços na conclusão dessa linha paralela", disse, por meio de nota, o presidente da Embasa, Rogério Cedraz. Um funcionário da CCR Metrô Bahia que atua nas intervenções disse, no final da TARDE de ontem, que os serviços para implantação da rede alternativa estariam bem avançados. "A expectativa é que até a próxima terça-feira seja concluído e o abastecimento seja normalizado", disse ele. A informação, no entanto, foi negada pela Embasa. Já a CCR informou que esta previsão "é prematura neste momento". Por meio da assessoria de imprensa, a CCR Metrô Bahia informou que atua com duas frentes de trabalho para regularizar a situação. "O conserto da tubulação danificada foi suspenso, por questões de segurança. A instabilidade do terreno no local do vazamento impossibilitou as equipes técnicas e operários de seguirem trabalhando", consta do comunicado.</p> <p>Fonte: Jornal A TARDE, 06/04/2015, Salvador e Região Metropolitana, p. A4.</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DU DR DG DP</p>
<p>Economia - Sem detalhar a quantidade e locais beneficiados, a Embasa informou que ampliou ontem a frota de carros-pipa, com prioridade para hospitais e postos de saúde e voltou a pedir para a população "economizar água". "Esse é um momento em que precisamos da colaboração da população no sentido de economizar água. É um serviço de manutenção de alta complexidade. Estamos buscando mais carros-pipa de municípios vizinhos para auxiliar nesse momento", afirmou Rogério Cedraz. A adutora danificada é uma das principais tubulações que alimentam o sistema da capital, aduzindo água da Estação de Tratamento Principal, em Candeias, até o Centro de Reservação do Cabula, o maior do município. O rompimento ocorreu na última quarta-</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DG DU DP</p>

<p>feira, nas proximidades da Jaqueira do Carneiro. Desde então, o abastecimento está prejudicado e a falta de água está afetando serviços essenciais, como postos de saúde e hospitais da capital. Fonte: Jornal A TARDE, 06/04/2015, Salvador e Região Metropolitana, p. A4.</p>		
<p>Moradores pegam água em cano de esgoto e até em bueiro</p> <p>Um cano jorrando água dentro de uma vala de esgoto, no Arraial do Retiro tem atraído os moradores de vários bairros para conseguir água para tomar banho, cozinhar e até mesmo beber. Por o cano estar próximo a um esgoto, moradores improvisaram uma ponte com madeira para retirar a água, contudo a estrutura não serviu para evitar que as pessoas ficassem em contato com a água suja. “Abriram esse cano para dar vazão na obra, desde a última quinta-feira”, disse o mecânico Rogério Conceição. A informação foi negada pela assessoria da Embasa, que não revelou a providência tomada para sanar o vazamento. Para levar água para casa, valia tudo: motocicletas, carrinho de mão. Carros, bicicletas e camionetes. O supervisor Alan de Jesus, 33, foi com a família em uma camionete. “A gente busca fontes, minadouros. Pega, ferve e usa para cozinhar. Quero ver se a conta terá desconto”, provocou. O eletrotécnico Jailson Santa, 43, saiu de São Caetano com três vizinhos “Trouxemos oito baldes para não ficarmos sem água. Como é que não tem um sistema de emergência? Não entendo como um tubo quebra e quase Salvador inteira fica sem água”, reclamou ele. Fonte: Jornal A TARDE, Salvador, 06/04/2015, Salvador e Região Metropolitana, p. A4.</p>	<p>T-1</p> <p>T-2</p>	<p>DR</p> <p>DG</p> <p>DU</p> <p>DP</p>
<p>Bueiro</p> <p>No Jardim Cruzeiro, Cidade Baixa, a alternativa encontrada por moradores foi a água acumulada em um bueiro. O Porteiro Juarez Reis, 42, conta que o local concentra rede de fios e telecomunicações. “É uma área quadrada que abriga os fios e junta água da chuva. Tem um cheiro ruim, mas dá para serviços de limpeza, como no banheiro”, diz ele. Em Roma, moradores furaram uma tubulação para conseguir água. Outros estão utilizando água até do mar. “Não dá para beber, mas pelo menos pode usar para limpeza”, diz o porteiro Ricardo Adonai, 36. Com a escassez, galões são vendidos por, pelo menos, R\$ 25. Fonte: Jornal A TARDE, 06/04/2015, Salvador e Região Metropolitana, p. A4.</p>	<p>T-1</p> <p>T-2</p>	<p>DP</p> <p>DU</p> <p>DG</p>
<p>Não há engenheiro no governo?”, diz deputado sobre falta de água</p> <p>O vice-líder da oposição na Assembleia Legislativa, deputado Pablo Barrozo (DEM), disse hoje (06) que as explicações dadas pelo governador Rui Costa sobre a falta de água em Salvador ocasionada pelas obras do metrô demonstram "ausência completa de planejamento e acompanhamento das intervenções". "Quando o governador diz que o peso das obras do metrô provocou o rompimento da adutora fica evidente que o governo do estado não está monitorando essa intervenção de grande porte. Será que não há engenheiro para calcular esses fatores? Isso é sinal de que, infelizmente, não há garantias de que este fato volte a ocorrer", lamentou o democrata. Pablo Barrozo afirmou que a oposição vai tentar convocar representantes do governo, da Embasa e da concessionária responsável pelo metrô para dar explicações na Assembleia. "A nossa preocupação imediata é que o abastecimento de água em Salvador seja normalizado. Depois, temos que trabalhar para impedir que um novo fato como esse se repita, já que as obras continuam e sem qualquer fiscalização ou acompanhamento do governo. Uma intervenção desse porte não pode ser feita na base do improvisado e com irresponsabilidade", salientou. (...) Fonte: Folhadoreconcavo.com.br, 06/04/2015; Disponível em: http://www.folhadoreconcavo.com.br/ultimas_noticias.php?codnoticia=19205</p> <p>Acesso em: 13/04/2016</p>	<p>T-1</p> <p>T-2</p>	<p>DU</p> <p>DG</p> <p>DP</p>

<p>A revolta dos sem água -Moradores da Jaqueira do Carneiro bloquearam a BR-324 em protesto contra a falta de água em Salvador, que dura sete dias. Em outros bairros, soldados do Exército acompanharam os carro-pipa. Embasa disse que o reparo na adutora danificada seria concluído no final da noite de ontem. Fonte: Jornal A TARDE, 07/04/2015, Capa.</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DP DU DG</p>
<p>Embasa anuncia conclusão de reparo em tubulação - Após seis dias de falta de água em 60% do município de Salvador, a Empresa Baiana de Águas e Saneamento (Embasa) estimou para a noite de ontem a conclusão dos serviços de implantação de uma rede de distribuição alternativa para retomar o abastecimento, de forma gradativa, em cerca de 30% da cidade. No entanto, até o fechamento desta edição, as intervenções ainda não haviam sido concluídas. Riscos O abastecimento em 34 localidades de Salvador está interrompido desde a última quarta-feira, quando uma adutora da empresa rompeu na BR-324, nas obras do metrô. "Há um esforço conjunto da Embasa e da CCR para que o serviço seja concluído o mais rapidamente possível. Nossa expectativa é que o restabelecimento do sistema ocorra de forma mais rápida possível e, para isso, vamos monitorar todo o processo de retomada", afirma o presidente da Embasa, Rogério Cedraz. Como houve risco de desmoronamento na área de reparo da adutora danificada, os esforços foram concentrados na implantação de uma nova rede, com 400 metros de extensão e 1,2 metro de diâmetro. Na tarde de ontem, grande parte do trecho desta rede já havia sido construído. Para suprir a falta de abastecimento, a Embasa conta com uma frota de 35 carros-pipa para atender a população, com prioridade para hospitais, postos de saúde e comunidades em locais críticos. Riscos - Enquanto o abastecimento não era regularizado, a população seguiu utilizando água de diversas fontes alternativas ontem, como canos partidos, bicas e até bueiros. Especialistas advertem que a água destes locais traz riscos à saúde e que é preciso adotar precauções ao utilizar o líquido proveniente desses pontos, com processos de filtração domiciliar. Diarréia, cólera, leptospirose e hepatite são alguns males relacionadas ao consumo de água não potável. O pesquisador Luiz Roberto Moraes, da Universidade Federal da Bahia (Ufba), afirma que, mesmo que a água das fontes alternativas venham de tubulações rompidas da rede da Embasa, é preciso ter cuidado com o manuseio. "Se está saindo da adutora, então deve estar dentro dos padrões de potabilidade. Mas o manuseio pode alterar a qualidade. Além disso, toda a água que não vem do sistema público pode estar alterada devido ao entorno, como uma rede de esgoto ou algum local de descarte de resíduo sólido", afirma o pesquisador. O coordenador de vigilância ambiental da Secretaria Municipal da Saúde (SMS), Lourenço Ricardo, conta que procedimentos já estão sendo adotados para avaliar a qualidade da água destas fontes alternativas. Segundo ele, equipes estão fazendo coletas em reservatórios e carros-pipa nos locais afetados pela falta de água para análise. "O resultado leva 24 horas para ficar pronto, coletando água que está sendo levada a postos de saúde e escolas e demais reservatórios", pontua o funcionário. Além disso, ele diz que serão feitas análises também quando o abastecimento for restabelecido. Fonte: Jornal A TARDE, 07/04/2015, Salvador e Região Metropolitana, p. A4.</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DP DU DG</p>
<p>Prefeito cobra soluções e Embasa pede 'desculpas' - Ontem no sexto dia sem abastecimento de água em parte de Salvador, o prefeito da capital, ACM Neto (DEM), cobrou da Embasa e da CCR Metrô Bahia uma solução rápida para a crise, e se solidarizou com a população. Carros-pipa que prestam serviços à prefeitura foram colocados à disposição. "Fatalidades podem acontecer, mas, depois de cinco dias, é inadmissível que a CCR e a Embasa não tenham tido capacidade para produzir uma solução", queixou-se. Segundo o prefeito, a população da cidade tem "toda razão", em estar revoltada com a falta de água. Segundo nota, a Embasa tem sido cobrada permanentemente pela prefeitura "pela baixa qualidade dos serviços prestados à cidade". O presidente da Embasa, Rogério Cedraz, pediu desculpas à população. "Uma grande estrutura foi montada para que a gente pudesse conseguir uma solução. A gente pede desculpas à população, porque sabe que cinco dias sem água é bastante complicado, mas o problema que nós tivemos foi muito complexo, porque envolvia até riscos, disse. Fonte: Correio, 07/04/2015, Caderno 24h p. 23.</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DP DG DU</p>

<p>Água deve ser filtrada e fervida até para o banho</p> <p>Enquanto o abastecimento não for regularizado, o pesquisador Luiz Roberto Moraes orienta que as pessoas façam a filtração da água de fontes alternativas antes do consumo, para evitar contaminação. "Seja com filtro cerâmico ou filtro de parede, além da fervura da água, que elimina micro-organismos patogênicos, como bactérias e protozoários", ele orienta. Os procedimentos valem também para quem utiliza a água para banho. Moraes pontua que, em momentos como este, o debate sobre a preservação dos recursos naturais deve ser levantado. "Todos os rios de Salvador estão poluídos devido à falta de cuidado com as riquezas naturais", aponta. Fonte: Jornal A TARDE, 07/04/2015, Salvador e Região Metropolitana, p. A4.</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DG DU DCC</p>
<p>Aulas suspensas - Centros de ensino foram afetados pela falta de água. A Universidade Estadual da Bahia (Uneb) segue sem aula em três dos quatro departamentos da instituição. Segundo a assessoria de imprensa, a administração central da faculdade foi reaberta às 16h de ontem. A regularização das aulas acontecerá após a solução do problema. Os colégios da Polícia Militar (CPM) nos bairros do Dendezeiros, Luiz Tarquínio, Ribeira e Lobato também tiveram as aulas suspensas. A coordenadora do CP afirma que o dia letivo será recuperado e o cronograma de aulas será reajustado. Ao todo, a Polícia Militar coordena 13 colégios em Salvador e no interior do estado. A campus de São Lázaro da Universidade Federal da Bahia também teve aulas canceladas por conta da falta de água. Fonte: Jornal A TARDE, 07/04/2015, Salvador e Região Metropolitana, p. A4.</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DG DU DP</p>
<p>Moradores do Bom Juá e Arraial do Retiro fecham pista da BR-324 - Moradores dos bairros de Bom Juá e Arraial do Retiro fizeram um protesto, ontem, na altura da Jaqueira do Carneiro, próximo ao trecho da obra do metrô em que a adutora rompeu. Manifestantes bloquearam o trânsito da BR-324, sentido Salvador. Pedacos de manilha e um contêiner de lixo foram usados para bloquear a pista. Lixo, galhos, pedacos de madeira e até um galão de água mineral vazio foram incendiados. O pedreiro Carlos André Conceição, 30, estava indignado com o fato de não ter água potável para dar aos dois filhos, uma menina de 3 anos e um menino de nove meses, para beber. "A água da bica [do buraquinho] é suja, não dá para beber. Estou desempregado. Não vou ficar gastando R\$ 30 com garrafão de água por causa disso aí. Está feio", reclamou Conceição. A pista da esquerda foi liberada por volta das 14h30, cerca de meia hora após o início do protesto, depois de uma negociação com agentes da Polícia Rodoviária Federal (PRF). As três vias só foram liberadas com a chegada de um carro-pipa. Moradores contaram que, antes da chegada dos agentes da PRF, um homem teria descido de um carro e ameaçado com uma arma. O protesto teve um lado irreverente, com música e batucada ("olha, olha, olha, olha a água mineral", cantavam), mesmo após a chegada de policiais militares, que retiraram objetos da rodovia federal. Fonte: Jornal A TARDE, 07/04/2015, Salvador e Região Metropolitana, p. A4.</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DP DG DU</p>
<p>Moradores de vilas se queixam de obra pública- A Associação dos Amigos e Moradores de Vilas do Atlântico (Salva) denuncia a derrubada de árvores e danos na calçada que margeia o rio Sapato, em Lauro de Freitas (Grande Salvador), devido a uma obra de infraestrutura urbana feita pela Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia (Conder). (...). Em nota, a Conder afirma que "as intervenções propostas no município de Lauro de Freitas consistem na reversão da drenagem da Lagoa da Base e da Rua da Irmandade para o rio Sapato, além da água proveniente das chuvas". E que "o rio será desassoreado, ou seja, será retirado do leito o acúmulo de areia, entulho e pedras, para permitir o livre fluxo de águas. O rio receberá o volume excedente de água". O principal objetivo da obra, segundo o órgão, é "possibilitar uma drenagem mais eficiente, evitando alagamentos". Sobre o desmatamento ocorrido no local, a Conder informa que "o projeto em execução está catalogando a vegetação existente no local, para que a mesma seja recomposta, assim como a calçada". Fonte: Jornal A TARDE, 07/04/2015, Salvador e Região Metropolitana, p. A8.</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DU DP</p>

<p>Peso de mais sobre adutora - E se em vez de uma adutora de água fosse um gasoduto atingido no acidente da semana passada que deixou 60% dos bairros em Salvador sem água? Agora que já passou o “olho do furacão” e o abastecimento começa a ser normalizado, a pergunta é feita por leigos e por quem entende do assunto, e as respostas dependem das análises técnicas que vão determinar as reais causas do acidente. A principal hipótese do acidente, levantada pelo CRA e pelo próprio presidente da Embasa, Rogério Cedraz, é que a tubulação de 1,5 metro de diâmetro não suportou o peso do aterro sobre si e selou, causando o rompimento que deixou grande parte de Salvador sem água nos últimos dias. Conforme admitiu o presidente da Embasa, com as mudanças de configuração do metrô na região, alterando o seu traçado, houve uma sobrecarga sobre a adutora. “A tubulação não foi projetada para estar àquela profundidade e com tamanha sobrecarga e esta pode ter sido a causa do seu rompimento”, afirmou. Fora de cogitação, portanto, atribuir o acidente à operação de uma retroescavadeira, como bem explicou o conselheiro e coordenador da Câmara de Engenharia Civil do CREA-BA, Anésio Miranda Fernandez. “Uma retroescavadeira não tem uma lâmina de 11 metros, que possa atingir uma tubulação a essa profundidade”, diz, categórico. “O mais provável é que tenha havido sobrecarga sobre o terreno, provocando fissuras nas soldas da tubulação” avalia. A adutora passava a quatro metros de profundidade em um terreno de grande depressão. Com as obras do metrô, esse terreno recebeu aproximadamente sete metros a mais de aterro para ficar ao nível da BR-324, além de novos pilares para a expansão da linha do metrô em direção à Águas Claras e Cajazeiras. Até ontem o CREA-BA ((Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura) ainda não tinha informações precisas sobre as possíveis causas do acidente, mas conforme explicou Anésio Miranda, O CREA vai solicitar a ART (Anotação do Responsável Técnico) da obra para verificar se havia cadastro de todas as tubulações (água, gás, telefonia, etc.) da área e se havia acompanhamento passo a passo em cada escavação. “Qualquer obra desse porte tem que ter um cadastro de tubulações subterrâneas, para que se possa saber que material deve ser usado, profundidade das tubulações e o tipo de solo existente”, diz. Fonte: Jornal Tribuna da Bahia, 07/04/2015, Caderno Cidades, p. 9.</p>	T-2	DP DU DG
<p>Investigação - A normalização do abastecimento de água à população afetada só deverá estar plenamente regularizado na próxima quinta-feira, garante Rogério Cedraz. As obras de construção de uma adutora emergencial, de pouco mais de 500 metros de extensão, já permitem que a partir de hoje os bairros mais próximos e situados em áreas de baixada na cidade sejam reabastecidas. Mesmo assim os carros-pipas ainda continuarão atuando até estar tudo normalizado, garante a Embasa. Concluída essa fase, a Embasa promete que iniciará de imediato as investigações sobre as causas do acidente. A expectativa é que essas investigações sejam concluídas entre 15 a 20 dias. Cauteloso, o engenheiro do CRA chama a atenção para a questão de estudo do solo onde está enterrada a tubulação. “Além da sobrecarga do aterro, para fincar os pilares do metrô, é preciso usar bate-estaca a uma grande profundidade, como se utilizam em grandes edifícios. E isso pode ter provocado fissuras nas soldas da tubulação, causando o seu rompimento”, diz. A tubulação da adutora principal que se rompeu, tem aproximadamente 1,5 metro de diâmetro (circunferência) e uma vazão estimada de 2,5 metros cúbicos de água por segundo. Ela vem da Estação de Tratamento de Água localizado no povoado de Menino Jesus, em Candeias, e segue por um longo trecho até Salvador, o traçado da BR-324. Fonte: Jornal Tribuna da Bahia, 07/04/2015, Caderno Cidades, p. 9.</p>	T-2	DG DU DP
<p>Rede de distribuição rompe e abre buraco</p> <p>Uma rede de distribuição da Empresa Baiana de Águas e Saneamento (Embasa) rompeu na manhã de ontem, por volta das 6h30, no cruzamento da Avenida Octávio Mangabeira com a Rua Sargento Renato Santos, no bairro de Itapuã, em Salvador. Por conta da força das águas, o asfalto cedeu e um buraco se formou, fazendo com que o trânsito ficasse complicado no local, principalmente para os motoristas que trafegavam no sentido centro da capital baiana. Porém, congestionamentos não se formaram nas</p>	T-2	DG DU

<p>vias. Uma empresa terceirizada que presta serviços à Embasa chegou ao local por volta das 7h para realizar o conserto da rede e o fechamento do buraco. Durante a realização da intervenção era possível ver uma grande quantidade de água saindo dos dutos. Segundo funcionários, até o final da manhã, o reparo já estaria pronto e o abastecimento seria normalizado na região. No entanto, nenhum morador se queixou da falta de água nas residências, ainda de acordo com os operários. Fonte: Jornal Tribuna da Bahia, 07/04/2015, Caderno Cidade - Itapuã, p. 10.</p>		
<p>Peregrinação - Sem água nas torneiras há quase uma semana, moradores de Salvador se viram como podem em busca do líquido. A manhã de ontem foi de filas em muitos locais onde era possível encontrá-lo, como na Avenida Luís Eduardo Magalhães. Já na Rua Coronel Tupy Caldas, no bairro da Liberdade, desde as 4h de ontem habitantes da região já faziam filas para encher baldes e garrações de água em bica do bairro. “Já estamos há praticamente sete dias sem água em casa para fazer tudo. Estou com roupa suja para lavar, assim como os pratos na pia. Até as escolas do bairro não estão funcionando por conta disso”, falou a dona de casa, Maria das Graças dos Santos. Para evitar tumultos um morador do bairro, utilizando uma mangueira, é quem enchia os recipientes das pessoas com água. Muitos chegavam ao local da forma como podiam, seja levando os baldes com as próprias mãos, em carrinhos de mão e até mesmo em carros. Os moradores se queixaram também da falta de notícias com relação ao retorno da água nas torneiras. “Já perdi até as contas de quantas viagens meu marido deu até agora. Eu fico aqui na fila aguardando ele chegar e levar a água. O problema é que eles já mandaram a conta lá pra casa e, já sabemos que se não pagarmos, vamos ter a água cortada”, reclamou a também dona de casa, Josenilda Soares. Fonte: Jornal Tribuna da Bahia, 07/04/2015, Caderno Cidade - Itapuã, p. 10.</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DP DG DR DU</p>
<p>Abastecimento normal até amanhã-Na manhã de ontem a Embasa garantiu que as obras da nova adutora, que está sendo construída ao lado da antiga – rompida no dia 1º – ficariam prontas também no mesmo dia, assim como seria iniciado o reestabelecimento de água em algumas das regiões afetadas. No entanto, ainda de acordo como o órgão, o sistema de abastecimento só será normalizado em toda a cidade até a quarta-feira desta semana. Através da nota, a CCR Metrô Bahia informou que, para agilizar o serviço de limpeza do local onde estão sendo executados os trabalhos de reparo da adutora da embasa, duas das três faixas da BR-324, no sentido Feira de Santa, foram interditadas. Porém, a previsão é de que as pistas da rodovia fossem liberadas no começo da noite de ontem. A interdição de 400 metros de extensão foi do elevado que fica na Jaqueira do Carneiro até o viaduto da Rua Indonésia. A operação é necessária, segundo a concessionária para agilizar a saída de caminhões e máquinas pesadas que trabalham no local. Cobrança - Também na manhã de ontem, a Prefeitura de Salvador cobrou providências, tanto da concessionária CCR, como da Embasa, para resolver o problema de abastecimento na capital baiana. “Fatalidades podem acontecer, mas, depois de cinco dias, é inadmissível que a CCR e a Embasa não tenham tido capacidade para produzir uma solução”, disse o prefeito da cidade, ACM Neto. Segundo ele, o órgão vai colocar à disposição todos os carros pipas das empresas que prestam serviços para o município nas mais diferentes áreas para oferecer suporte emergencial. No entanto, reiterou que é preciso que as empresas envolvidas apresentem soluções imediatas para resolução dos transtornos o mais rápido possível. Fonte: Jornal Tribuna da Bahia, 07/04/2015, Caderno Cidade - Itapuã, p. 10.</p>	<p>T-2</p>	<p>DG DU DP</p>
<p>Trabalhadores da UPA de San Martín ficam tensos quando o carro-pipa da Embasa chega. Na sexta, houve tumulto e o povo quis invadir a unidade.</p> <p>Servidores da Unidade de Pronto Atendimento (UPA) da San Martín passaram por momentos de tensão, na manhã de ontem, quando o carro-pipa da Embasa, chegou para abastecer o local. É que na última sexta-feira a população ameaçou invadir a unidade para pegar água do veículo. (...) “Sexta-feira foi um tumulto aqui. A Polícia Militar tem nos ajudado” conta (Gilneide Costa, assistente de relações públicas da secretária municipal de saúde). Apesar dos percalços, o atendimento não foi suspenso. Mas o</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DP DG DU</p>

serviço da Embasa tem deixado a desejar. A assistente reclama da demora para o carro chegar e quantidade de vezes que abastece os tanques do posto. “A gente chamou de manhã cedo e o carro só apareceu aqui às 11h. O ideal é que viessem logo e abastecessem de três a quatro vezes. Deveria ter prioridade”, afirma. Fonte: Jornal Massa!, 07/04/2015, Notícia do dia! p. 3.		
“Estou há uma semana sem água. Tenho dois mil litros em um tanque e em dois dias acabou. E tenho que continuar trabalhando, porque não podemos suspender nossa rotina. Tenho conseguido água nos postos”. Rosevaldo Santos, 33. San Martin. Fonte: Jornal Massa! 07/04/2015, Notícia do dia! p. 3.	T-1 T-2	DP DU DG
“Está um sufoco porque tenho crianças pequenas em casa. Preciso de água para tudo, sem água não somos nada. Além de buscar para mim, pego para uma vizinha idosa de 69 anos que não pode andar. Está fogo! Katia Andreza, 36. Fazenda Grande. Fonte: Jornal Massa! 07/04/2015, Notícia do dia! p. 3.	T-1 T-2	DP DU DG
“Nós pegamos água nos postos de saúde e até em posto de gasolina. Mas o de lá cheira muito mal, só dá para jogar no vaso. Não tentamos invadir. Nós pedimos e, se tiver, eles dividem”. Ana Beatriz, 13. San Martin. Fonte: Jornal Massa! 07/04/2015, Notícia do dia! p. 3.	T-1 T-2	DG DP DU
“Isso para mim é novidade, não soube de invasão nenhuma. Estou sem água desde quarta-feira e ficamos aqui na esperança de sobrar depois que eles abastecem o posto. Ai, fazemos uma fila. Onde tem água a gente vai”. Sara dos Santos, 24. Liberdade. Fonte: Jornal Massa! 07/04/2015, Notícia do dia! p. 3.	T-1 T-2	DG DP DU
PM faz escolta de carros-pipa-MASSA! Esteve na UPA da San Martin pela manhã e notou a presença de dois policiais militares observando a movimentação fora do posto. Apesar da tensão, não houve confusão e o carro deu água para a galera que fez uma fila do lado de fora. Em nota, a Polícia Militar explicou que a escolta de veículos de abastecimento está sendo realizada em caos de necessidade. “Algumas situações de abordagem a carros-pipa por parte da população de alguns bairros foram registradas durante o fim de semana, contudo ninguém foi preso”, diz a nota. A corporação destaca, que continuará a realizar a escolta dos veículos de abastecimento para garantir a distribuição de água. Fonte: Jornal Massa! 07/04/2015, Notícia do dia! p. 3.	T-1 T-2	DP DG DU
Revolta. Galera com baldes vazios fecha BR-324 e protesta. Parecia um bloco de carnaval. Mas a festa mesmo só ocorreu por volta das 16h quando o caminhão-pipa chegou escoltado por duas viaturas da Polícia Rodoviária Federal (PRF). Antes disso, moradores de localidades dos bairros de Bom Juá e Arraial do Retiro batucavam com baldes e garrafas vazios, dançavam e cantavam em protesto contra os seis dias sem água nas localidades. “Olha, olha, olha a água mineral, água mineral”, cantava o montador de andaimes Genivaldo dos Santos da Purificação, 31 anos, seguido por um coro que perguntava: “Cadê?”. O protesto ocorreu na altura da Jaqueira do Carneiro, em frente à obra do metrô, onde manifestantes bloquearam o trânsito da BR-324, no sentido Feira de Santana. Pedacos de manilhas e um contêiner de lixo foram usados para bloquear a pista além de lixo, galhos de árvore, pedacos de madeira e até um galão de água mineral vazio, que foram incendiados. O pedreiro Carlos André da Conceição, 30, estava indignado com o fato de não ter água potável para dar aos dois filhos, uma menina de 3 e um menino de 9 meses para beber. “A água da bica (bica do burquinho) é suja, não dá para beber. Estou desempregado. Não vou ficar gastando R\$ 30 com	T-1 T-2	DP DG DU DR

galão de água por causa disso aí. Está feio”, afirmou ele. Fonte: Jornal Massa!, 07/04/2015, Nas ruas!, p. 6.		
Embasa agiliza providências. Após seis dias de falta de água em 60% de Salvador, a Embasa estimou para a noite de ontem a conclusão da implantação de uma rede de distribuição alternativa para retomar o abastecimento, de forma gradativa, em cerca de 30% da capital. Mas, até o fechamento desta edição não haviam sido concluídas. O abastecimento em 34 localidades está interrompido desde a última quarta, quando uma adutora da empresa rompeu na BR-324, nas obras do metrô. “Há um esforço conjunto da Embasa e da CCR para que o serviço seja concluído o mais rápido possível. Nossa expectativa é que o restabelecimento do sistema ocorra de forma mais rápida possível e, para isso, vamos monitorar todo o processo de retomada”, diz o presidente da Embasa, Rogério Cedraz. Fonte: Jornal Massa! Salvador, 07/04/2015, Notícia do dia! p. 6.	T-1 T-2	DP DG DU
Água da bica traz riscos à saúde. Consumir água de fontes alternativas, como canos partidos, bicas e bueiros, traz riscos à saúde. Diarreia, cólera, leptospirose e hepatite são algumas doenças relacionadas ao consumo de água não potável. O pesquisador da Ufba, Luiz Roberto Moraes, afirma que, mesmo que a água das fontes alternativas venha de tubulações da rede da Embasa, é preciso ter cuidado. “Se está saindo da adutora, então deve estar dentro dos padrões de potabilidade. Mas o manuseio pode alterar a qualidade. Toda água que não vem do sistema público pode estar alterada devido ao entrono, como rede de esgoto ou local de descarte de resíduo sólido”. Moraes orienta as pessoas a filtrarem ou ferverem a água, inclusive para o banho. A Vigilância Ambiental da Secretária Municipal de Saúde avalia a qualidade das fontes alternativas. Fonte: Jornal Massa! 07/04/2015, Notícia do dia! p. 6.	T-1 T-2	DCC DR DG DU DP
“A gente está tomando água de poço para não morrer. Eu tomei banho ontem (domingo). O trabalhador não tem valor”. Jorge Fiel de Brito, 54, pedreiro. Fonte: Jornal Massa! 07/04/2015, Notícia do dia! p. 6.	T-1 T-2	DG DR
“Esses dias estão sendo muito difíceis. Meu filho está até sem tomar banho. A água dessa bica é suja, sai até morotó”. Maria Izabel Silva, 20 anos, dona de casa. Fonte: Jornal Massa! 07/04/2015, Notícia do dia! p. 6.	T-1 T-2	DG DU
Moradores têm medo que parede de canal caia. Os moradores de Periperi que ficam próximos ao canal Paraguari estão revoltados com a forma com que está sendo feita a limpeza lá. Segundo eles, a obra está comprometendo as paredes de contenção do canal, inclusive das casas próximas. E o maior medo é de que futuramente elas possam desabar e obstruir o canal. A vizinhança pede socorro à Prefeitura. Fonte: Jornal Massa! 07/04/2015, Notícia do dia! p. 7.	T-1 T-2	DP DU
A guerra da água. Dando nó em pingo d’água A falta de abastecimento de água na terceira maior cidade do país completa hoje sete dias, e a rotina nos bairros mais afetados é cada vez mais dramática. Ontem, escolas não funcionaram, a Uneb suspendeu as aulas e postos de saúde seguem com atendimento restritos. À tarde, moradores fecharam a BR-324, revoltados por terem que tomar banho em uma tubulação de esgoto. A Polícia Militar teve que fazer a segurança da distribuição de água pelo Exército. A Embasa, empresa do governo estadual, disse que o fornecimento começa a ser normalizado hoje. Fonte: Correio, 07/04/2015, Caderno 24h, p. 3.	T-1 T-2	DP DG DU

<p>Cheiro do ralo</p> <p>Sem água a seis dias, população se revolta e exige solução da Embasa. O cheiro do esgoto do córrego que passa pela Rua Oliveira, no Retiro, não impediu moradores da região de entrar nele para conseguir alcançar a única água a que eles têm acesso há seis dias – na verdade um vazamento que jorrava de uma tubulação rompida. De onde vem essa tubulação e se a água é potável, ninguém soube dizer. Mas é tempo de escassez na terceira maior cidade do país. “Cozinho com essa água. Para mim, a água é limpa. Não senti nenhum gosto estranho. Só ferveo para poder tomar banho”, afirmou a dona de casa Maria Elza, 43 anos. Grávida de 9 meses, Alessandra Carvalho, 16 anos, não pode pensar em ficar sem água, por isso vai ao local duas vezes por dia para lavar a roupa do enxoval. Para ela, gerou consequências. “Tomei banho com essa comecei a sentir coceira. Minha avó está com dores na barriga”, contou. “Os carros-pipa não estão chegando até aqui, por isso fechamos a pista. A única forma que temos de conseguir água é pegando dessas tubulações que nem sabemos de onde vem”, reconheceu o comerciante Genivaldo Santos da Purificação, de 31 anos. Fonte: Correio, 07/04/2015, Caderno 24h, p. 22.</p>	<p>T-1</p> <p>T-2</p>	<p>DP</p> <p>DG</p> <p>DU</p>
<p>Guerra: A falta de abastecimento de água há seis dias na terceira maior cidade do país virou guerra. Além da batalha pela água no Retiro e do fogo na BR, o Exército esteve ontem na rua, estabelecimentos foram fechados, crianças ficaram sem aula e uma população inteira está de sentinela para ir pra cima de qualquer sinal de água. Enquanto isso, a Embasa, empresa ligada ao governo estadual, enviou nota estimando para hoje “a retomada do abastecimento comprometido desde quarta-feira, quando um acidente nas obras do metrô realizadas pelo Grupo CCR rompeu uma adutora na altura da Jaqueira do Carneiro. Fonte: Correio, 07/04/2015, Caderno 24h, p. 22.</p>	<p>T-1</p> <p>T-2</p>	<p>DP</p> <p>DG</p> <p>DU</p>
<p>Carros-pipas</p> <p>Ontem pela manhã, no Uruguai, uma multidão enfileirada debaixo de um sol escaldante com baldes, tonéis, bacias e galões esperava impaciente pela chegada de carros-pipa do Exército. Além dos soldados, vinham viaturas da PM com homens da Rondesp fortemente armados. Tudo para evitar que o desespero acabasse em confusão, como aconteceu em alguns locais no fim de semana. Segundo o comando da 6ª Região Militar, dez carros-pipa, com capacidade de 12 mil litros cada, foram usados para transportar água. A água é fornecida pelo 3º grupamento de Bombeiros Militar, do Iguatemi. A cozinheira Tatiane Vieira, de 36 anos, levou o que pôde. “Desde quarta-feira passada que a gente sofre e eu não tenho mais condições de comprar água. Um garrafão (de 20 litros) está custando até R\$ 50”, afirma Tatiane, que mora com mais cinco pessoas. Fonte: Correio, 07/04/2015, Caderno 24h, p. 22.</p>	<p>T-1</p> <p>T-2</p>	<p>DP</p> <p>DG</p> <p>DU</p>
<p>Morador da Ribeira, que também recebeu caminhões do Exército, Pedro Nascimento, representante da ONG Comissão Brasileira de Direitos Humanos (Cobrhadh), contou que, nos últimos três dias, gastou mais comprando água do que paga na conta no final do mês. “De sexta pra cá, já gastei R\$50 de água. A conta geralmente dá R\$ 40”, disse. Fonte: Correio, 07/04/2015, Caderno 24h, p. 22.</p>	<p>T-1</p> <p>T-2</p>	<p>DP</p> <p>DU</p> <p>DG</p>
<p>Pela tarde, um tumulto na Cesta Povo do Caminho de Areia deixou o registro de água do estabelecimento quebrado. Segundo informações da PM, a população do bairro buscava água para encher baldes no local. No Retiro, próximo ao local onde a população fechou a BR, houve quem buscasse água de uma tubulação rompida embaixo de um viaduto. Alguns levaram xampu e sabonete e tomaram banho ali mesmo. O presidente da Embasa, Rogério Cedraz, pediu que a população tenha cuidado. “A gente sabe que muito difícil ficar sem água, mas é preciso tomar cuidado com essa água”, disse. Fonte: Correio, 07/04/2015, Caderno 24h, p. 22.</p>	<p>T-1</p> <p>T-2</p>	<p>DP</p> <p>DG</p> <p>DU</p>

<p>Aulas. No Cabula, a falta de água atingiu parte da Universidade do Estado da Bahia (Uneb). Dois dos quatro pavilhões ficaram sem aulas. Nos fundos do campus, que faz divisa com os bairros da Engomadeira e Saboeiro, há torneiras, onde moradores da região aproveitaram para encher recipientes e até tomar banho. A assessoria da Secretária Municipal de Educação disse que 100 escolas foram afetadas em toda a capital pela falta de água. As unidades tiveram que ser abastecidas com carro-pipa e, por enquanto, as aulas serão mantidas. Fonte: Correio, 07/04/2015, Caderno 24h, p. 22.</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DP DG DU</p>
<p>Solução-De acordo com o presidente da Embasa, Rogério Cedraz, a adutora paralela que estava sendo construída seria concluída ainda na noite de ontem, quando seria iniciado o trabalho de bombeamento da água. Desde que uma adutora foi rompida, de acordo com a Embasa, 35% da população de Salvador está desabastecida. “Ainda hoje (ontem), uma parcela da cidade, principalmente aquelas em áreas muito baixas, já voltaram a ter água. Ao longo da noite e no dia de amanhã (hoje), a gente vai regularizando nos demais locais”, disse. No entanto, segundo o presidente, é possível que alguns setores mais críticos ainda sofram com o problema até amanhã o problema até amanhã ou quinta-feira. “Para esses, a gente vai continuar levando os caminhões-pipa”, disse. Segundo ele, há pelo menos 35 caminhões sendo utilizados para distribuir água na cidade. Eles são abastecidos nas estações de Bolandeira e de Candeias, mesmo locais que a Embasa utiliza para abastecer a cidade. Fonte: Correio, 07/04/2015, Caderno 24h, p. 22.</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DP DG DU</p>
<p>O Ministério Público disse ter enviado ofício à empresa solicitando detalhes sobre o acidente, como causas, interrupções e soluções apresentadas. Segundo Cedraz, técnicos da própria Embasa farão uma investigação sobre o acidente, depois de solucionado o problema do abastecimento. “Toda a equipe da Embasa e da CCR, nesses últimos dias, tem trabalhado quase 24 horas na resolução do problema”, declarou. Fonte: Correio, 07/04/2015, Caderno 24h, p. 22.</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DU DP</p>
<p>Embasa anuncia conclusão de reparo em tubulação.</p> <p>Após seis dias de falta de água em 60% do município de Salvador, a Empresa Baiana de Abastecimento (Embasa) estimou para a noite de ontem a conclusão dos serviços de implantação de uma rede de distribuição alternativa para retomar o abastecimento, de forma gradativa, em cerca de 30% da cidade. No entanto, até o fechamento desta edição, as intervenções ainda não haviam sido concluídas. O abastecimento em 34 localidades de Salvador está interrompido desde a última quarta-feira, quando uma adutora da empresa rompeu na BR-324, nas obras do metrô. “Há um esforço conjunto da Embasa e da CCR para que o serviço seja concluído o mais responsável possível. Nossa expectativa é que o reabastecimento do sistema ocorra de forma mais rápida possível e, para isso, vamos monitorar todo o processo de retomada”, afirma o presidente da Embasa, Rogério Cedraz. Fonte: A TARDE, 07/04/2015, Salvador e Região Metropolitana, p. A4.</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DP DU</p>
<p>Direto da Fonte - Em frente à Fonte do Estica, na Liberdade, a fila começa quando nem bem amanhece. Como uma volta ao passado, moradores com baldes e carros de mão aguardam pacientemente sua vez de levar água para casa. “Estou desde 5h pegando água para minha família. Deixei de ir trabalhar e ganhar dinheiro”, contou o ambulante Sérgio Batista, 24 anos. Fonte: Correio, 24h*, 08/04/2015, p. 3.</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DP DU DR</p>
<p>Salvador tem aproximadamente 20 fontes, a maioria do século XVIII, que abasteceram a capital até o início do século XX. Algumas delas, como a Fonte do Queimadinho, na Caixa D’Água, a Fonte da Reguiça, na Avenida Contorno, e a Fonte da Bica, em São</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DR DP</p>

<p>Caetano, têm aliviado o tormento a população, que há sete dias enfrenta restrições no abastecimento de água após o rompimento de uma adutora, durante as obras do metrô, na BR-324 (...) A fonte está sendo a nossa salvação. Mesmo com problemas de saúde, não tenho outra alternativa”. O medo de Luís é contrair doenças. As fontes foram gradativamente substituídas quando surgiram sistemas de canalização de água, acompanhando o crescimento da cidade: o primeiro de 1852, quando a água era captada em uma represa e distribuída em chafarizes. Há 109 anos, o fornecimento passou a ser feito diretamente nas casas. Toda água para consumo deve ser fornecida por uma prestadora de serviços, segundo legislação do Ministério da Saúde. Em situações de emergência, no entanto, é liberado o uso de vias alternativas, desde que se avalie a qualidade da água. “Ao consumir essa água (das fontes), a população corre o risco de contrair hepatite, cólera e verminoses. A recomendação da Secretária Municipal de Saúde (SMS) é que, caso as pessoas sintam náuseas, vômito e diarreia constante, procurem uma unidade de saúde, explicou o subcoordenador de Vigilância em Saúde Ambiental da SMS, Lourenço Oliveira. Ainda segundo ele, o ideal é que a água seja filtrada e fervida para evitar contaminação. Fonte: Correio, 24h*, 08/04/2015, p. 3.</p>		DU
<p>Líquido precioso: Preço da água em caminhão-pipa sobre 160%, mas entrega é restrita. Água virou ouro após o sétimo dia consecutivo de desabastecimento para cerca de 35% da população de Salvador – equivalente a mais de 1 milhão de pessoas. Se o preço dos garrafões com 20 litros de água mineral mais que dobrou (R\$ 7 para R\$ 15), o valor do caminhão-pipa subiu 160%. Em meio à crise, 16 mil litros chegaram a custar R\$ 800 reais. Em dias normais o valor é R\$ 300. Além do preço salgado, não é para qualquer lugar que as empresas de caminhão-pipa aceitam fazer a entrega. “Tem sido ruim por conta da insegurança. Na cidade baixa, a gente não está trabalhando, porque o pessoal ameaça os motoristas com pedras”, disse Deraldo Lobo, dono da K-Lim Água Potável. O proprietário do caminhão e também motorista Adailton de Souza afirmou que chega a fazer entregas com escolta. Em outra empresa, a Paulimar Água Potável, a escolta é feita pelo próprio dono, Márcio Sena. Ele vai até a fonte na Via Regional, onde o caminhão é carregado, e a acompanha o veículo em outro carro. “A escolta quem faz sou eu. A gente não está sendo saqueado porque eu faço uma triagem de ontem a agente vai. Só hoje (ontem) eu recebi mais de 300 ligações, a maioria da Cidade Baixa, justamente porque quase ninguém vai lá” apontou Márcio. Fonte: Correio, 08/04/2015, Mais*, p. 12</p>	T-1 T-2	DP DG DU
<p>Saque: Anteontem à tarde, o motorista Epaminondas Neto, 28 anos, sentiu o risco de perto. Ele levava um caminhão-pipa para abastecer um duto da Bahiagás quando o veículo quebrou no Largo do Tanque. “Parei para fazer a manutenção no motor e o pessoal levou a água quase toda. Eu tive que fechar os vidros da cabine e me esconder dentro de uma oficina”, disse. Salvador está com o fornecimento de água comprometido desde a quarta-feira passada, quando um acidente nas obras do metrô, realizadas pela concessionária CCR, rompeu uma adutora na Jaqueira do Carneiro, na BR-324. Desde então, moradores, escolas, universidades e postos de saúde dependem do fornecimento emergencial de carros-pipa, feito pela Embasa, prefeitura e Exército. Fonte: Correio, 08/04/2015, Mais*, p. 12</p>	T-1 T-2	DG DU DP
<p>Novo negócio: vender água virou negócio lucrativo. Até a quinta-feira passada, moradores do Uruguai iam a uma lanchonete na Rua Direta tomar suco. Mas, desde que começou a faltar água, o negócio do microempresário Robson Peixoto, 43, ficou inviável. “Fechei a lanchonete e cedi o espaço”, contou Robson. Agora, os moradores da região procuram o Mundo dos Sucos para comprar água. O vendedor Ivan Araújo, 32, é novo no ramo. “Eu trabalho com transporte de mudança, mas desde ontem (anteontem) vendo água”. Funcionário do Lava Rápido do Pirão, na Federação, Márcilio Vilas Boas, 33, conta que desde quinta-feira as vendas do galão de 20 litros de água mineral aumentaram cinco vezes. “Em dias normais, vendemos cerca de dez garrafões por dia. Na quinta e sexta vendemos mais de 50”, afirmou ele. Fonte: Correio, 08/04/2015, Mais*, p. 12</p>	T-1 T-2	DU DG

Em Dias d'Ávila, na Região Metropolitana de Salvador, o movimento em três empresas de fornecimento de água mineral chegou a dobrar. Na Indaiá, por exemplo, cerca de 30 caminhões formavam uma fila. Segundo o gerente de operações da Indaiá, Rodrigo Sindeau, a alta movimentação no ponto de distribuição deve-se, sobretudo, ao desabastecimento na capital. Fonte: Correio, 08/04/2015, Mais*, p. 12	T-1	DP DU
Moradores da Ribeira, Caminho de Areia, Massaranduba, Uruguai e Jardim Cruzeiro garantem já ter pago até R\$ 50 em um garrafão de 20 litros. O motorista Jailson Costa Júnior, 25, desembolsou R\$ 45 sem o garrafão. Sem condições de arcar com a inflação no preço da água mineral, Jailson se juntou a pelo menos duas dezenas de pessoas que formaram uma fila ao lado de um cano estourado na Cesta do Povo do Caminho de Areia. A tubulação foi rompida por moradores anteontem à noite. Fonte: Correio, 08/04/2015, Mais*, p. 12	T-1 T-2	DP DG DU
Vandalismo: Apesar da busca pela água, ainda houve quem praticasse vandalismo. Ontem pela manhã, dois caminhões-pipa foram enviados pela Embasa ao Bom Juá, onde moradores haviam fechado a BR-324 em protesto na noite de anteontem. No entanto, quando os caminhões chegaram, a maior parte da água foi desperdiçada. A Polícia Militar foi ao local e conseguiu conter a farrá. Mas cerca de 70% da água foi perdida. Fonte: Correio, 08/04/2015, Mais*, p. 12.	T-1 T-2	DP DG DU
Concluída ontem, nova tubulação tem vazamentos durante teste: As obras de construção de uma tubulação alternativa para retomar o abastecimento de água na capital foram concluídas ontem de manhã, segundo a Empresa Baiana de Saneamento (Embasa). Ao longo do dia, técnicos fizeram testes de pressão, que aconteceram de forma gradativa. No final da TARDE, no entanto, um vazamento voltou a ocorrer nas proximidades de onde a obra tinha sido finalizada. Ainda segundo a empresa, técnicos fizeram o reparo e o funcionamento foi normalizado. Em nota, a Embasa, empresa ligada ao governo estadual, informou que o problema aconteceu na fase de testes e “foi causado pelo aumento da pressão (da água)”. A nova tubulação precisou ser construída após ser constatado risco de deslizamento durante o serviço de recuperação da adutora atingida, na última quarta-feira, nas escavações para construção da segunda linha do Metrô. Ainda de acordo com a Embasa, “a normalização do abastecimento de água nas regiões afetadas pela interrupção é prioridade para a empresa”. Mesmo após a conclusão da nova tubulação, moradores reclamavam da falta de água. Questionada, a Embasa disse que o prazo para restabelecimento do fornecimento integral pode durar de um a dois dias, a depender do bairro. Segundo a empresa, os custos das obras ainda foram calculados e não há previsão de quando a obra adutora rompida será finalizada. Fonte: Correio, 08/04/2015, Mais*, p. 13.	T-1 T-2	DG DU DP
À noite, moradores sem água fazem fila em caminhão-pipa. Moradores dos bairros de São Caetano, Sussuarana, Liberdade, Ribeira e Mont Serrat continuavam sem água, ontem à noite, após o anúncio de conclusão do serviço da rede alternativa de abastecimento pela Embasa. Cerca de 300 leitores do CORREIO informaram, pelo site, que o abastecimento não tinha voltado ao normal. No Uruguai, por exemplo, leitores apontaram que há trechos que continuam sem água – e o fornecimento era feito em caminhões-pipas. Já outros revelaram que o abastecimento estava voltando ao normal, de forma gradativa. O mesmo ocorre em Pernambués, Massaranduba e Pirajá. Os leitores que confirmaram o retorno da água informaram, entretanto, que o fluxo estava fraco e com aspecto barrento. “A água começou a cair às 9h, bem amarela e fraquinha, mas foi melhorando aos poucos. Pela noite, estava mais forte, subiu para a caixa, mas tem gente que ainda está pegando na rua, afirmou a técnica em enfermagem Jaqueline Souza, 28 anos, moradora de Pernambués. Em nota,	T-1 T-2	DP DG DU

<p>a Embasa disse que não possuía um levantamento atualizado sobre em quais bairros o fornecimento havia sido retomado. Não foi informado se havia um cronograma para o retorno do abastecimento. Fonte: Correio, 08/04/2015, Mais*, p. 13.</p>		
<p>É duro viver sem ela, não? Que tal economizar agora?</p> <p>O rompimento de uma adutora na entrada da cidade, que deixou quase um milhão de baianos sem água, gerou prejuízos de toda ordem. Bares, restaurantes, salões e beleza e outros seguimentos da cadeia produtiva tiveram de interromper parcialmente suas atividades, e em casa o caos foi geral. Mas agora que a água começa a voltar às torneiras e que todos sentiram tanto a sua falta, que tal economizar? Ela não é inesgotável e vai custar cada vez mais caro. Fonte: Jornal Tribuna, 08/04/2015, p. 1</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DU DG DP</p>
<p>Falta água, sobra prejuízo</p> <p>Os prejuízos decorrentes da falta de abastecimento de água na capital baiana e em municípios do Estado estão atingindo níveis preocupantes. Comerciantes afirmam perder, no mínimo, R\$ 500 por dia. (...). Será que a falta do líquido precioso que atingiu mais de 60% da população de Salvador e cidades vizinhas não seria um alerta para economizar? Fonte: Jornal Tribuna, 08/04/2015, Cidade, p. 11.</p>	<p>T-1</p>	<p>DU DP DG</p>
<p>O bairro de Fazenda Grande do Retiro foi um dos locais que sofreu com intensidade o impacto do rompimento da principal adutora da Empresa Baiana de Saneamento (Embasa). Sem água desde última quarta-feira (1), a cabeleireira Silva Maria se virou com a reserva que estava no tanque. Mas ontem (7), já estava sem nenhuma água, a realidade Sílvia foi um estabelecimento completamente vazio. “A água do tanque não é suficiente para todos os dias. Para lavar o cabelo é preciso de água, para fazer a unha de um cliente também (...)”. A situação também não é nada boa no restaurante e Pizzaria Sabor Real. Além de ver a clientela reduzida em quase 60%, a dona do estabelecimento, Mídiã Paloma, gasta diariamente R\$ 100 para comprar água tratada. “Compramos cerca de 10 galões de água por dia, sem contar nos baldes de água e garrafas que vamos buscar em Pirajá, na casa de um familiar. Estamos fechando mais cedo, porque chega um momento que o banheiro fica inutilizável (...)”. Fonte: Jornal Tribuna, 08/04/2015, Cidade, p. 11.</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DP DU DG</p>
<p>Galões de água que antes eram vendidos por R\$8 na região de Fazenda Grande, agora chegam a custar R\$ 30. “Isso é uma exploração além do comum. Na televisão estava passando para solicitarmos a nota fiscal, mas só encontramos o galão na mão de clandestinos. E, ainda com nota fiscal, que vai nos ressarcir? Já aconteceu de pessoas roubarem galões de outras casas. Um vizinho escavou o quintal para conseguir água para tomar banho. Ele está todo se coçando, porque a água estava suja. A situação está passando dos limites”, relatou o funcionário do restaurante. (...) Fonte: Jornal Tribuna, 08/04/2015, Cidade, p. 11.</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DU DG DR</p>
<p>Na manhã de ontem (7), dois carros-pipa foram encaminhados para o bairro, a fim de abastecer parte da região. No entanto, jovens armados renderam os motoristas dos caminhões e “ficaram brincando uns com os outros, desperdiçando a água que seria utilizada por pais e mães de família. A polícia precisou ser chamada para resolver a situação”. Fonte: Jornal Tribuna, 08/04/2015, Cidade, p. 11.</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DU DG</p>
<p>(...) A Embasa já desmentiu os boatos disseminados (que com o retomada do abastecimento a água estaria impropria para o uso) e garantiu que não há risco de toda cidade ficar sem água, tendo em vista que o sistema integrado de abastecimento de água de Salvador, além da Estação de Tratamento Principal, em Candeias, conta ainda</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DP DU</p>

<p>com as estações da Bolandeira e a da Suburbana (...) A Embasa informa que o abastecimento de água já está sendo retomado de forma gradativa após a conclusão da implantação de nova adutora na BR-324. Os técnicos da empresa estão acompanhando a pressurização do sistema para poder estimar o prazo da completa regularização dos bairros afetados. Quanto à qualidade do líquido, a empresa informou que “a água distribuída não teve alterações de qualidade, permanecendo dentro dos padrões de potabilidade estabelecidos pela Portaria 2.914/11 do Ministério da Saúde”. Fonte: Jornal Tribuna, 08/04/2015, Cidade, p. 11.</p>		<p>DG</p>
<p>Acidente facilitou o comércio clandestino</p> <p>O acidente com uma adutora de água na BR-324, em Salvador, na semana passada, além de afetar mais de 60% dos bairros da capital, deixando a população sem água, teve impacto direto no orçamento familiar dessas famílias, que tiveram que pagar R\$30, 00 (em alguns locais especulou-se até R\$ 50,00) por um garrafão (20 litros) de água mineral, ante um preço anterior que variava entre R\$ 7 e R\$ 8, 00. Com o aumento da demanda, o comércio clandestino de água também prosperou, principalmente em bairros da periferia, colocando em risco a qualidade da água comercializada. Em bairros como a Liberdade, Uruguai, Fazenda Grande, e região do Arraial do Retiro, com as torneiras secas, a água mineral virou artigo de especulação para os chamados espertos, que conseguiram ter uma receita extra em torno de 500% acima do preço original. Fonte: Jornal Tribuna, 08/04/2015, Cidade, p. 11.</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DU DG DP</p>
<p>Aproveitando-se da escassez de água, outro tipo de comércio, clandestino, floresceu nesses bairros, o da água “torneiral” termo popular para indicar água tratada da Embasa ou de fontes públicas, não rara, “batizada” com a rotulagem de mineral, sem qualquer tipo de controle sanitário. Arredios a qualquer aproximação, esses comerciantes transportavam em pequenos veículos utilitários e até mesmos em carros de passeios, vasilhames de 20 litros, muitos deles com prazo de validade vencido, sem lacres e sem qualquer tipo de higienização aparente. Foi assim no final da Rua Genaro de Carvalho, em Castelo Branco, onde vários vasilhames vazios e sem lacres, estavam amontoados na calçada para serem enchidos e levados a outros bairros. Fonte: Jornal Tribuna, 08/04/2015, Cidade, p. 11.</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DU DG DP</p>
<p>Água volta aos poucos</p> <p>O abastecimento de água começou a ser regularizado ontem à tarde, após sete dias de seca em Salvador. A Embasa espera normalizar o fornecimento até amanhã. Fonte: Jornal A TARDE, 08/04/2015, Capa.</p>	<p>T-2</p>	<p>DU DP</p>
<p>Quem pagará a conta?</p> <p>Sem demonstrar a devida capacidade preventiva que requer o grave problema da falta de água, há cinco dias que a Embasa e a CCR tentam regularizar o fornecimento de água para Salvador, o que tem causado diversos e seríssimos prejuízos a toda a população. Quem pagará o custo dos lucros cessantes devidos à população? Será a Embasa ou a CCR? Fonte: Jornal A TARDE, 08/04/2015, Caderno Opinião, p. A2.</p>	<p>T-2</p>	<p>DU DP</p>
<p>Capital ainda tem fornecimento instável</p> <p>Depois de sete dias de falta de água em 60% de Salvador, o abastecimento começou a ser regularizado na TARDE de ontem na capital baiana. Com a conclusão dos serviços de implantação da nova adutora na BR-324, durante a manhã, a distribuição começou a ser realizada gradativamente. No entanto, moradores de diversos bairros da cidade ainda enfrentavam grandes transtornos para conseguir água para suprir as necessidades básicas nas residências enquanto o abastecimento não era totalmente normalizado. A</p>	<p>T-2</p>	<p>DP DU DG</p>

<p>previsão da Empresa Baiana de Águas e Saneamento (Embasa) é que o fornecimento seja totalmente regularizado amanhã, quando se completa o prazo de 48 horas após a conclusão dos serviços. Desde o último dia 1º de abril, quando a adutora principal da Embasa rompeu na BR-324, nas obras do metrô, moradores de diversos bairros estão com falta de água. Devido a riscos de desmoronamento, as obras de reparo da adutora não puderam ser concluídas antes. Desta forma, uma rede alternativa foi construída para substituir a antiga. Em diversos bairros da Cidade Baixa, no IAPI e Fazenda Grande do Retiro a situação começou a ser normalizada durante A TARDE de ontem. Fonte: Jornal A TARDE, 08/04/2015, Salvador e Região Metropolitana, p. A4.</p>		
<p>Fontes alternativas</p> <p>No entanto, durante todo o dia, muitas pessoas ainda buscavam fontes alternativas, como bicas, bueiros e canos partidos para conseguir água. No Uruguai, uma longa fila à espera de um caminhão-pipa chamou a atenção de quem passava pela rua Conselheiro Zacarias, a principal da localidade. A grande concentração começou a ser formada às 4h. Sete horas depois, o veículo ainda não havia chegado. "Estou com minha mãe idosa de 88 anos doente em casa, precisando de água para tomar banho. O povo está passando fome. Tem comida, mas não tem água para fazer", desabafou a doméstica Iolanda Rosa de Lima, 54. Ela disse ter quatro dias sem tomar banho: "O pouco que temos é para beber". Fonte: Jornal A TARDE, 08/04/2015, Salvador e Região Metropolitana, p. A4.</p>	<p>T-1</p> <p>T-2</p>	<p>DP</p> <p>DR</p> <p>DU</p> <p>DG</p>
<p>Engenheiro do CREA diz ser cedo para apontar causa do acidente</p> <p>O coordenador adjunto da Câmara de Engenharia Civil do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (Crea), Anésio Miranda Fernandes, disse que "é cedo" para emitir posicionamento sobre o que teria causado o rompimento da adutora. O Crea participará das investigações. "No momento, qualquer afirmação neste sentido seria apenas suposição", afirmou Fernandes. "Se houver denúncia de falha, por exemplo, é aberto um processo na câmara, e, se houver suspeita, é encaminhada para a comissão de ética do Crea, que vai ouvir todos os engenheiros. Tem que ser apurado se houve imprudência", explicou. Segundo ele, o assunto será debatido na reunião da Câmara de Engenharia Civil na próxima segunda-feira, que decidirá as providências a serem tomadas. Fonte: Jornal A TARDE, 08/04/2015, Salvador e Região Metropolitana, p. A4.</p>	<p>T-2</p>	<p>DU</p> <p>DG</p> <p>DP</p>
<p>Bueiros - Em bairros como Massaranduba e Jardim Cruzeiro, moradores estavam retirando água de bueiros para o uso doméstico. A professora Maria Celeste dos Santos, 69, contou que diversas pessoas passaram mal por terem ingerido a água escura. "Nesses sete dias, nenhum caminhão-pipa passou aqui. Quem não pôde comprar a água, teve que beber essa mesmo", reclamou. Outra reclamação foi quanto à demora. "Não é possível que esse processo seja tão complicado ao ponto de deixar a população uma semana sem água", criticou a operadora de máquina Tatiana Guimarães. Fonte: Jornal A TARDE, 08/04/2015, Salvador e Região Metropolitana, p. A4.</p>	<p>T-2</p>	<p>DP</p> <p>DU</p> <p>DG</p>
<p>Moradores reclamam de alagamentos em ruas</p> <p>(...) Regiane, moradora da saboaria também reclamou de alagamento. Segundo ela, o brejo que passa na localidade transbordou e a água invadiu casas e várias ruas, deixando os moradores assustados durante toda madrugada. (...) Fonte: Candeiasmix.com.br, 08/04/2015; Disponível em: http://www.candeiasmix.com.br/candeias/20420/moradores-reclamam-alagamentos.html; Acesso em: 19/04/2016</p>	<p>T-1</p> <p>T-2</p>	<p>DU</p> <p>DG</p>

<p>Consórcio do metrô é multado em R\$7.503 pela SUCOM</p> <p>A Sucom multou o consórcio formado pela Camargo Corrêa e Andrade Gutierrez em R\$ 7.503, devido aos danos causados aos moradores de 122 bairros que ficaram sem água por mais de sete dias. O consórcio foi contratado pela concessionária CCR para construir o sistema metroviário. Fonte: Jornal A TARDE, 09/04/2015, Capa.</p>	T-2	DU DP
<p>Inimaginável! Não se avalia o terrível sofrimento imposto à população pelo sinistro rompimento de adutora da Embasa, causado por obra de implantação do metrô! A reparação da calamidade é sempre postergada, estão perdidos como cego em tiroteio. Embasa e CCR Metrô Bahia, uma dupla que se confunde pela incompetência e negligência inapeláveis! Não há planta ou croqui com o trajeto das adutoras?! Ou apostaram na trajetória de fase, de que fala a física?!... Ou não foi pedida nem fornecida a planta direcional?! Anunciam a conclusão dos reparos na adutora, mas logo a poucos metros surge novo vazamento! E o povo adoecendo com o consumo de água contaminada! Confiamos no MP. Senhor, tende piedade de nós! Fonte: Jornal A TARDE, 09/04/2015, Caderno Opinião. p. A2.</p>	T-2	DU DG DP
<p>Consórcio é multado pela prefeitura - O Consórcio Mobilidade, formado pelas empresas Camargo Corrêa e Andrade Gutierrez, contratado pela CCR Metrô Bahia para construir o sistema metroviário de Salvador, foi multado ontem em R\$ 7.503,06 pela Secretaria Municipal de Urbanismo (Sucom). A medida deve-se aos danos causados aos moradores dos cerca de 122 bairros que ficaram sem água, por causa do vazamento na adutora principal da cidade, localizada na BR-324. O órgão se baseou na Lei 3.903/88, que prevê que os responsáveis por empreendimentos devem preservar a segurança das propriedades vizinhas e do público. Em nota, a Sucom informou que agentes da secretaria verificaram que as condicionantes de segurança, necessárias para autorização de construções, "não foram cumpridas". O consórcio tem dez dias para recorrer da decisão. A assessoria de comunicação da CCR Metrô confirmou o recebimento da notificação e do auto de infração e informou que a concessionária e o consórcio estão providenciando os esclarecimentos solicitados pela secretaria.</p> <p>Vazamentos - O abastecimento começou a ser regularizado na tarde de terça-feira, após conclusão da implantação de um novo trecho de tubos na BR-324. Entretanto, à noite, houve novos vazamentos. Conforme a Empresa Baiana de Águas e Saneamento (Embasa), são "pequenos vazamentos" causados pela pressão da água, e que "serão solucionados com ajustes e não irão interferir no fornecimento". Ontem, funcionários contratados pela empresa equiparamentos para sugar a água que vazou da nova adutora. Oito técnicos continuam monitorando o local, segundo a empresa. A região foi cercada com tapumes pela CCR Metrô. Em alguns bairros da Cidade Baixa, no IAPI e na Fazenda Grande do Retiro, a falta de água chega desde A TARDE de terça-feira. Bairros próximos ao Cabula, como São Gonçalo do Retiro, Arraial do Retiro, Tancredo Neves e Mata Escura, tiveram o fornecimento normalizado na manhã de ontem. Cerca de 10% dos bairros ainda permaneciam sem água na tarde de ontem e deveriam ter o serviço normalizado até a noite, conforme previsão da Embasa. Ao todo, 60% da capital ficou sem água durante sete dias. Neste período, a população utilizou água de fontes alternativas, como canos partidos, bicas, bueiros e chegou a invadir postos de saúde e escolas para se servir. A Embasa contou com 35 carros-pipa para levar água aos bairros. Fonte: Jornal A TARDE, 09/04/2015, Salvador e Região Metropolitana, P A4.</p>	T-2	DU DG DP
<p>Água volta em vários bairros, mas ainda há anormalidade</p> <p>Na rua Direta do Uruguaí dois adolescentes lavavam o carro de um vizinho ontem à tarde. Mesmo com a incerteza do restabelecimento normal da água, eles esbanjavam o precioso líquido. Moradora da rua, Maria Bernadete de Souza, 41, disse que a água ainda caía muito fraca na torneira. "Estou enchendo baldes, para garantir para mais tarde", disse ela, mais precavida. Edneia Ferreira, 55, não contou com a mesma sorte. O serviço ainda não havia sido normalizado, até as 18h, no imóvel da rua Direta da</p>	T-2	DP DU DG

<p>Massaranduba. "Não aguento mais carregar balde", lamentou. Com a irmã doente, ela disse já ter recorrido até a água da chuva. O fornecimento também não havia sido normalizado no Calabetão, bairro alagado no dia do rompimento. Jumara Brenda Pinheiro, 36, estimou ter perdido cerca de R\$ 3.500 de faturamento, por causa da suspensão de serviços no salão Arte Beleza, do qual é dona. "Eu não sei a quem recorrer", disse a moradora. Fonte: Jornal A TARDE, 09/04/2015, Salvador e Região Metropolitana, p. A4.</p>		
<p>Fornecimento - Segundo a Embasa, o fornecimento no Calabetão e em localidades como a parte alta do Bonfim, parte da Liberdade, Boa Vista de São Caetano, Capelinha, Fazenda Grande do Retiro, Pernambucoés, Tancredo Neves, Arenoso, Mata Escura e Sussuarana se daria "de forma gradativa" até hoje. O abastecimento foi normalizado ontem na baixa do Bonfim, Mares, Boa Viagem, Jardim Cruzeiro, Lobato, Caminho de Areia, Baixa do Fiscal, Ribeira. Massaranduba, Roma, Uruguai, Vila Rui Barbosa, São Caetano, Alto de Peru, Santa Mônica, Bom Juá, Retiro, Arraial do Retiro, Engomadeira, Resgate, Doron, Saboeiro, Santo Inácio, Narandiba e São Gonçalo do Retiro. Fonte: Jornal A TARDE, 09/04/2015, Salvador e Região Metropolitana, p. A4.</p>	<p>T-2</p>	<p>DP DU</p>
<p>Semana de transtornos</p> <p>1º. Adutora sofre avaria em obra do metrô na BR-324. Pista é inundada e trânsito, prejudicado. Casas são alagadas no Calabetão; 2º. Em plena Semana Santa, 34 localidades de Salvador ficam sem fornecimento de água. Quatro outras cidades são prejudicadas; 6º. Após quatro dias sem água em vários bairros, moradores da região do Bom Juá protestam na BR-324; 7º. Embasa e CCR Metrô anunciam conclusão do reparo, antes prevista para o domingo; 8º. Água volta gradativamente. Fonte: Jornal A TARDE, 09/04/2015, Salvador e Região Metropolitana, p. A4.</p>	<p>T-2</p>	<p>DP DU DG</p>
<p>Consumidores podem acionar poder judiciário -Cidadãos que se sentirem prejudicados pela falta de abastecimento de água, por contado acidente com a adutora na BR-324, podem entrar com ações na Justiça para pedir indenizações. Segundo orientação da Superintendência de Proteção e Defesa do Consumidor (Procon-BA), o cliente que se sentir lesado deve fazer a denúncia e buscar reparação judicial da empresa fornecedora do serviço - no caso a Embasa. Segundo o advogado especialista em direitos do consumidor Cândido Sá, é necessário observar duas situações: uma relativa à conta de água deste período, que deverá ser proporcional ao fornecimento, e outra específica para quem se considera lesado pela suspensão do fornecimento. "Cobrar pela água [não fornecida] eles não vão, porque não teve [fornecimento], mas o valor fixo de contrato, que pagamos todo mês à concessionária pela disponibilidade do serviço de fornecimento de água, deve ser abatido", aponta o especialista, a respeito das contas. "Já os consumidores que ficaram sem água por tantos dias seguidos, e que tiveram dano moral, dano material e/ou lucro cessante - que é quando a pessoa deixa de ganhar dinheiro no período do problema - podem ingressar na Justiça com uma ação para cobrar uma reparação do fornecedor do serviço", explica o advogado Cândido Sá. Fonte: Jornal A TARDE, 09/04/2015, Salvador e Região Metropolitana, p. A4.</p>	<p>T-2</p>	<p>DU DP</p>
<p>É preciso apurar -O rompimento da adutora a Embasa não pode ser explicado pura e simplesmente como mero acidente de trabalho. Urge apurar o fato e dar conhecimento à população de Salvador, considerando a dimensão do dano que o desastre causou. Como existem aparelhos que detectam facilmente a presença de água e são largamente utilizadas muitas questões precisam ser devidamente esclarecidas. Será que a CCR Metrô não tinha conhecimento da existência da passagem da adutora local da obra? Como sabia, porque que não tomou os devidos cuidados? Fonte: Jornal A TARDE, 10/04/2015, Caderno Opinião, p. A2.</p>	<p>T-2</p>	<p>DU DG</p>

<p>Engenheiro alerta: Há água no mapa do BRT- Diz o povo em sua suprema sabedoria que matar rios, riachos e córregos por asfixia é impossível, mas nem tanto. Lá um dia eles voltam, mostrando a vastidão da sua força como se estivessem a se vingar. Ontem em Salvador foi dia de vingança. O vice-presidente da Associação Brasileira de Engenheiros Cíveis (Abenc), Eneas Almeida, dá um alerta na tentativa de evitar a ocorrência de inundações ainda piores: quando a prefeitura de Salvador for implantar o BRT, ligando Iguatemi à Lapa, deve ficar atenta para a necessidade de ampliação significativa da vazão do canal que liga as avenidas Juracy Magalhães Jr. e ACM. É preciso que ele tenha uma grande capacidade de vazão, calculada por período de recorrência de, no mínimo, 100 anos, porque o canal vai estar na sua maior parte coberto, dificultando em muito a limpeza. Já viu, não é? Se pintar problema na área, não terá sido por falta de aviso. Fonte: Jornal A TARDE, Salvador, sexta-feira, 10 de abril de 2015, Caderno Opinião, P A2.</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DP DU</p>
<p>Depois da falta, excesso. Se o principal problema enfrentado pela população de Salvador, a partir de 1 de abril, era a falta d'água que atingiu diversos bairros da cidade após o rompimento de uma adutora nas obras do metrô, ontem a coisa mudou completamente de figura: foi a abundância de água que deu dor de cabeça ao soteropolitano, após outro dilúvio atingir a cidade, dessa vez no horário em que boa parte da população seguia para o trabalho, escola, faculdade... (...) Ontem, o caos foi instalado nas principais vias da capital, principalmente entre as 6h e 9h. Alagamentos, deslizamentos de terra com feridos, canais transbordando e carros 'à deriva' foram apenas alguns dos problemas enfrentados no difícil começo do dia. Fonte: Jornal Correio, sexta-feira, 10 de abril de 2015, 24h*. p. 3.</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DP DU DG</p>
<p>Seis bairros continuam sem água: previsão é para fim de semana</p> <p>Abastecimento: Seis bairros de Salvador permanecem sem água, oito dias depois do acidente com a adutora da Embasa na BR-324. Segundo a assessoria da empresa responsável pelo abastecimento de água, a situação foi regularizada em 30 dos 36 bairros afetados e apenas às áreas elevadas de Tancredo Neves, Arenoso, Calabetão, Liberdade, Mata Escura e Sussuarana permaneciam sem água, ontem. A estimativa da empresa é que essas áreas tenham fornecimento regularizado até domingo. "O processo também está se dando gradualmente e a normalização completa nessas áreas está prevista para o final de semana", informou a assessoria. A localização elevada é o que retarda a regularização nesses locais. Assessores da Embasa lembraram que resolução da Agencia Reguladora de Saneamento Básico da Bahia (Agersa), que dispõe sobre as condições gerais para a prestação e utilização dos serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, estabelece que é dever dos moradores de imóvel com mais de um pavimento ter um reservatório inferior e uma bomba para impulsionar a água. No loteamento Bela Vista, uma das áreas elevadas de Tancredo Neves, o abastecimento oscilou ontem. "A água ficou indo e voltando o dia todo, por isso ainda estamos sem água", contou a moradora Cléo Anjos. O acidente com a adutora aconteceu dia 1 de abril, durante escavações das obras do metrô. Fonte: Jornal Correio, sexta-feira, 10 de abril de 2015, 24h*. p. 4.</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DP DU DG</p>
<p>A interrupção do serviço deixou 35% da cidade sem água e afetou mais de 1 milhão de pessoas. Anteontem, houve um novo vazamento, em outro trecho da adutora, na BR-324, mas, segundo a Embasa, não está interferindo no abastecimento. O secretário da Sucom, Silvio Pinheiro, não soube informar se o Grupo CCR, responsável pelas obras do Metrô apresentou o alvará de realização da obra com acompanhamento da Embasa – documento necessário para a realização do serviço -, porque o sistema da Sucom ficou fora do ar devido às chuvas. Fonte: Jornal Correio, sexta-feira, 10 de abril de 2015, 24h*. p. 4.</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DU DG DP</p>

<p>Abastecimento irregular- Bairros não regularizados: Áreas elevadas dos bairros de Tancredo Neves, Arenoso, Calabetão, Liberdade, Mara Escura e Sussuarana. Previsão: De acordo com a assessoria da Embasa, empresa ligada ao governo do estado, a previsão é de que o abastecimento nessas regiões seja regularizado no domingo. Fonte: Jornal Correio, sexta-feira, 10 de abril de 2015, 24h*. p. 4.</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DP DU DG</p>
<p>Propaganda enganosa-A propaganda enganosa da prefeitura municipal de Salvador localizada em frente ao clube Costa Verde é uma demonstração de descaso com os munícipes, como se extensivo IPTU que é cobrado não fosse suficiente para limpar rios, córregos e canais. O rio Jaguaribe, que percorre toda a extensão da Av. Orlando Gomes e desemboca em Piatã, está praticamente tomado por detritos e plantas aquáticas, contribuindo para infernizar a vida dos moradores com a pior infestação de muriçocas dos últimos anos. Se o atual prefeito tem a cara de pau de manter a referida placa, fica a sugestão: uma vez que o município não tem como realizar o serviço, que se dispense o pagamento do IPTU, ficando a adoção das providências necessárias sob a responsabilidade dos moradores. Como está é que não pode ficar. Por acaso seria retaliação em razão das obras da Linha Vermelha? Fonte: Jornal A TARDE, 11/04/e abril de 2015, Caderno Opinião, P A2.</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DU DG DP</p>
<p>(...) Abastecimento - Transtornos decorrentes da invasão de casas na BR-324 por água acontecem há nove dias, desde que o rompimento de uma adutora alagou diversas residências. Segundo a Empresa Baiana de Águas e Saneamento (Embasa), a normalização do abastecimento segue ocorrendo gradativamente nas cerca de 30 localidades atingidas pela interrupção. Ontem, de acordo com nota enviada pelo órgão estadual, os técnicos registraram abastecimento regular no Bonfim, Mares, Boa Viagem, Jardim Cruzeiro, Lobato, Caminho de Areia, Baixa do Fiscal, Ribeira, Massaranduba, Roma, Uruguai, Vila Ruy Barbosa, São Caetano, Alto de Peru, Santa Monica e Bom Juá. Retiro, Arraial do Retiro Engomadeira, Resgate, Doron, Saboeiro, Santo Inácio, Narandiba, Estrada das Barreiras, São Gonçalo, parte da Liberdade, Boa Vista de São Caetano, Capelinha, Fazenda Grande do Retiro e Pernambuco também tiveram o fornecimento normalizado segundo a empresa. Ainda conforme a Embasa, em áreas elevadas de Tancredo Neves, Arenoso, Calabetão, Liberdade, Mata Escura e Sussuarana, o abastecimento ainda não foi completamente retomado. A normalização completa nesses locais está prevista para o fim de semana, informou o órgão. Fonte: Jornal A TARDE, 11/04/2015, Salvador e Região Metropolitana, p. A6.</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DG DU DP</p>
<p>Chuva provoca alagamento na Saboaria e faz muro desabar atingindo duas casas no bairro da Urbis II (...) Outros problemas foram registrados em vários locais no município por causa da forte chuva que caiu nos últimos dias. Entre eles, o alagamento da Rua da Saboaria, no bairro do São Francisco, causado pelo transbordamento de um córrego, inundando diversas casas e escolas do bairro. Alguns moradores relataram que perderam imóveis e eletrodomésticos. “A água está minando tudo. A casa da minha mãe está toda alagada. Ela perdeu tudo”, disse uma moradora do bairro. O problema já havia sido relatado pelos os moradores da localidade, que afirmam a falta de limpeza do córrego que não é feita há mais de seis meses. “O meu pai faleceu e não conseguiu fazer a limpeza do córrego”, disse uma das moradoras do local, em entrevista ao programa Fala Comigo, na última quarta-feira (8). Os moradores relataram ainda que algumas pessoas utilizam o local como depósito de lixo. “Não aguentamos mais essa situação. Isso é um transtorno para nos moradores”, afirmou Seu Francisco. Além do alagamento, o rompimento de uma rede de esgoto provocou diversos problemas aos moradores do bairro do Dom Avelar e da Rua das Fontes, no centro da cidade. Outro deslizamento de terra foi registrado na localidade de Mucunga, no distrito de Passé, na manhã de hoje. Fonte: Candeiasmix.com.br, 12/04/2015; Disponível em: http://www.candeiasmix.com.br/candeias/20467/chuva-provoca-alagamento-saboaria-desabar-atingindo-casas-bairro-urbis.html; Acesso em: 19/04/2016</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DP DG DU</p>

<p>O drama causado pelo rompimento da adutora foi o maior sofrido pela população em anos. Mas são rotineiras, entretanto, as queixas da população e também da prefeitura de Salvador e de municípios vizinhos sobre o serviço prestado pela Embasa. As interrupções no abastecimento de água são comuns, principalmente nas áreas mais altas da capital. As prefeituras reclamam sobre os estragos que o rompimento nas tubulações e também o reparo dos problemas provocam nas vias públicas. Em Salvador, estudo da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe) mostra que 200 mil moradores da capital não têm acesso a água e mais de 560 mil não tem rede de esgoto, o que mostra a baixa qualidade do serviço da Embasa. É importante lembrar que, apesar de ter o governo estadual como acionista majoritário, a empresa é uma sociedade de economia mista e cobra pelos serviços de água e esgoto. Portanto, a Embasa tem o dever de prestar um serviço de qualidade e o governo da Bahia, através de sua agência de regulação, o dever de fiscalizar esses serviços e cobrar a melhoria da qualidade e os investimentos necessários para a ampliação do atendimento à população de todo estado. Água e esgoto são serviços básicos e fundamentais para a saúde e a qualidade de vida. A empresa responsável por eles tem que estar preparada para minimizar rapidamente qualquer incidente – ao levar 11 dias para restabelecer o fornecimento de água, a Embasa mostra que precisa avançar muito para oferecer o serviço de qualidade que a população da Bahia merece. Fonte: Correio, 12/04/2015, Caderno 24h*, p. 2</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DG DU DP</p>
<p>Moradores do Bairro de Bom Juá, na BR 324, enfrentaram ontem, por mais um dia, a falta de água. Depois de ter o fornecimento reestabelecido na última quarta-feira, a região voltou a ter o abastecimento interrompido. Segundo moradores ouvidos pelo CORREIO, o problema foi causado por conta do novo rompimento de um tubo das obras do metrô realizadas pela concessionária CCR Metrô – informação não confirmada pela concessionária. “O tubo que fornece água quebrou, mas os engenheiros prometeram concertar hoje (ontem), disse o líder comunitário Florisvaldo Araújo, 57 anos. “Ontem peguei água da chuva”, reclamou a empregada doméstica Amélia Souza, 66 anos. Ontem as pessoas continuavam a circular com baldes de água na cabeça. Segundo a Embasa, o retorno do fornecimento em ocupações irregulares é mais difícil mesmo após a normalização do abastecimento. No último dia 1º, a adutora da Embasa na BR-324 foi atingida durante obras do metrô e 36 localidades da capital ficaram sem água por sete dias. O abastecimento foi retomado parcialmente a partir de quinta-feira – mas em áreas elevadas de Tancredo Neves, Arenoso, Calabetão, Liberdade, Mata Escura e Sussuarana o abastecimento deve ser normalizado apenas hoje. Fonte: Correio, domingo 12 abril de 2015, Caderno 24h*, p. 2</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DP DU DG DR</p>
<p>O drama da falta d’água. Parece mentira, mas foi na manhã de quarta-feira, dia 1º de abril, que houve o acidente com a adutora da Embasa que inundou casas, parou o trânsito na BR-324 e deixou mais de 60% de Salvador, além de outros três municípios vizinhos, sem água. Até hoje – 11 dias depois, portanto – ainda há centenas de moradores de Tancredo Neves, Mata Escura, Sussuarana, Calabetão, Arenoso e Liberdade com abastecimento ainda precário em suas casas. Pela previsão da empresa estatal, somente neste domingo, o fornecimento de água estará inteiramente normalizado nestes seis bairros da capital. Por mais grave que tenha sido o acidente com a adutora, a incapacidade da Embasa em resolver com mais rapidez o problema revoltou, com razão, moradores de muitos pontos de Salvador, que foram às ruas protestar contra a interrupção de um serviço essencial. Na verdade, até agora, ainda não houve uma explicação detalhada do ocorrido. O rompimento da adutora foi causado, aparentemente, pela obra da CCR, responsável pela construção do Metrô. Mas ainda não se sabe se foram máquinas da CCR que atingiram a tubulação ou se foi o terreno sobre os canos que cedeu com o peso de equipamentos e provocou o rompimento da adutora. A tubulação rompida ainda não foi consertada porque há ameaça de desabamento no local. A Embasa foi obrigada a lançar mão de um plano alternativo para retomar o serviço à população. Fonte: Correio, 13/04/2015, Caderno 24h*, p. 2.</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DU DG DP</p>

<p>Cetrel colhe amostras do Rio Jacuípe para analisar contaminação</p> <p>Técnicos da Cetrel estiveram na Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) de Mata de São João, na manhã desta segunda-feira (13) para colher amostras e analisar a qualidade da água que está sendo despejada no rio Jacuípe pela Empresa Baiana de Águas e Saneamento (Embasa). A iniciativa de fazer uma análise independente foi do presidente da Câmara de Vereadores, Alexandre Rossi (PR). São despejados 50 mil litros de água tratada no rio por hora, e para proceder com a análise foram retiradas amostras de efluentes em três pontos diferentes. O Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Inema) disse que também já fez inspeção e que aguarda os resultados. A estação foi instalada em 2008 no bairro de Bom Jesus e mudou o cenário da região. Os moradores contam que as piscinas de tratamento deixam muito mal cheiro no bairro e pode ser a maior causa da poluição do rio, antes próprio para o banho e a pesca. Os resultados dos testes saem em 20 ou 30 dias. Acompanharam a avaliação o prefeito Marcelo Oliveira e os vereadores Pastor Sandro e Jiló. Fonte: Jornalmaisregiao.com.br, 13/04/2015; Disponível em: http://maisregiao.com.br/cetrel-colhe-amostras-do-rio-jacuipe-para-analisar-contaminacao/; Acessado em: 18 de janeiro de 2016.</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DCC DU DG DP</p>
<p>Salvador, drenagem e as enchentes - O rio Camarajipe nasce na Boa Vista de São Caetano e deságua no largo da Mariquita. O rio Lucaia era seu último afluente. Por conta de sucessivas inundações no Rio Vermelho, ele foi desviado na década de 70. Passou a desaguar junto ao Jardim de Alah, seguindo o leito do rio Pernambuco. O trecho antigo do Camarajipe, entre a estação rodoviária e o rio Lucaia, que segue pelas avenidas Antônio Carlos Magalhães e Juracy Magalhães Júnior, é conhecido como leito sul do Camarajipe. Recebe contribuições do Rio Vermelho, Chapada, Vale das Pedrinhas, Nordeste de Amaralina, Parque Lucaia, Cidade Jardim, Candeal, Santa Cruz, Itaigara, Polêmica e Iguatemi. Esse trecho deverá ser recoberto, no todo ou na maior parte, para permitir a construção do BRT, que ligará a estação da Lapa à região do Iguatemi. Quando um rio é recoberto, as condições de manutenção são bastante reduzidas. Essa situação se agrava em Salvador, uma cidade com elevados índices de assoreio decorrente de erosões das encostas e carregamento de todo tipo de lixo. Por estes motivos, devem ser tomadas medidas de segurança para dimensionar os canais a serem cobertos, como no caso do canal do leito sul do Camarajipe. Se uma cheia é igualada ou excedida, por exemplo, em média a cada 100 anos, terá um "período de recorrência" de 100 anos, mas que poderá ocorrer várias vezes ou até não. Existe a probabilidade de 1% de ser igualada ou excedida em qualquer ano. Quanto maior o período de recorrência adotado no cálculo, maior e mais cara a obra de drenagem. Às vezes o administrador opta pelo mais barato e, conseqüentemente, aumenta o risco de alagamentos frequentes. As inundações em Salvador são decorrentes de excesso de chuvas, associado à falta de limpeza da microdrenagem e eventual subdimensionamento ou falta de manutenção da macrodrenagem. Fonte: Jornal A TARDE, 14/04/2015, Caderno Opinião, p. A3.</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DP DG DU</p>
<p>Chove 82% da média mensal em sete horas - (...) A professora de arquitetura e urbanismo da Unifacs, Silvia Carreira, lembra que de acordo com o Código Florestal as encostas são áreas de preservação permanente e não devem ser ocupadas. Ela explica que as encostas são locais naturais de drenagem das águas que desembocam nos córregos. "Além de impermeabilizá-las com concreto, a população constrói de qualquer jeito, com material de baixa qualidade. O solo argiloso vai minando e as casas vão abaixo", diz. Luís Edmundo avalia a situação como complexa para ambos os lados. "Entre o BNH (Banco Nacional da Habitação) e o programa Minha Casa, Minha Vida houve intervalo muito grande. As pessoas ocuparam as áreas mais complicadas da cidade, desordenadamente", diz. Mas o pesquisador também pondera que é difícil para a prefeitura fiscalizar esse tipo de imóvel, o que seria mais viável através de denúncias que pelo trabalho dos fiscais, insuficientes para a extensão da tarefa. "A população acaba agindo mais rápido que o poder público", conclui. A prefeitura informou que investiu mais de R\$ 150 milhões em prevenção na atual gestão, que incluíram ações de micro e macrodrenagem, contenção de encostas, escadarias e desobstrução de canais. Fonte: Jornal A TARDE, 15/04/2015, Salvador e Região Metropolitana, p.??</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DP DG DU</p>

<p>Reposta da Embasa - Em reposta ao editorial 'O drama da falta d'água', publicado no dia 12 de abril neste jornal, a Embasa informa que, desde o dia 1º de abril, quando sua adutora principal foi rompida nas obras do metrô de Salvador mobilizou mais de 270 técnicos e operários para retomar o quanto antes o abastecimento de água em parte da capital. O serviço foi realizado de forma ininterrupta, dia e noite, até a sua conclusão. Desde o início, a Embasa buscou todos os recursos possíveis para amenizar o impacto desse acidente no cotidiano da população. Ao mesmo tempo em que técnicos da empresa tentavam reparar a tubulação danificada – trabalho de grande complexidade, realizado a 11 metros de profundidade – outra equipe criava condições para implantação de um novo trecho de adutora. Quando o reparo da tubulação original se mostrou inviável, por razões de segurança, no domingo (5/4), toda a equipe se concentrou na implantação da nova adutora, trabalho concluído na noite de segunda-feira (6/4). Enquanto isso, todas as medidas para minimizar os efeitos da interrupção do abastecimento foram tomadas. A Embasa reforçou a produção de água da estação de tratamento da Bolandeira, o que fez com que muitas pessoas voltassem a ser abastecidas já nos primeiros dias de interrupção. A empresa também acionou uma frota que chegou a 40 carros-pipa. O abastecimento alternativo, realizado de forma emergencial, priorizou hospitais, postos de saúde e comunidades em locais críticos.</p> <p>Assessoria da Embasa. Fonte: Jornal CORREIO, 15/04/2015, Caderno 24H*, p. 2.</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DU DG DP</p>
<p>Moradores sofrem com falta d'água no Calabetão há 14 dias</p> <p>Quatorze dias após o rompimento de adutora no canteiro de obras do metrô, na Jaqueira do Carneiro, moradores do Calabetão ainda reclamam da falta de água. O problema ocorre em ruas próximas ao campo de futebol, no final de linha do bairro. Reinaldo Silva, 40, relata que, desde o incidente, que deixou cerca de 122 bairros da capital baiana sem água, não caiu uma gota sequer da torneira de casa. "A Embasa envia caminhão-pipa para abastecer, mas nem sempre vem. A gente se vira como pode, com baldes e tonéis", disse. A Empresa Baiana de Águas e Saneamento (Embasa) informou que o fornecimento foi normalizado em toda Salvador e que quem estiver tendo problemas com o abastecimento deve ligar para o telefone 0800555195 e informar número de matrícula e endereço da residência. Comissão - Em até 30 dias, a Comissão especial do Conselho de Engenharia e Agronomia da Bahia (Crea-BA) deve concluir um relatório sobre a causa do rompimento da adutora principal. (...) Fonte: Jornal A TARDE, 16/04/2015, Salvador e Região Metropolitana, p. A10.</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DP DU DG</p>
<p>Engenheiros da Embasa e CCR serão ouvidos por comissão</p> <p>O Conselho Regional de Engenharia da Bahia (Crea-Ba) criou uma comissão especial para apurar o rompimento da adutora da Embasa no último dia 1º de abril, durante as obras do metrô na BR-234, que deixou mais de 1 milhão de pessoas sem abastecimento de água por uma semana na capital. (...). Para retomar o abastecimento de água das 35 localidades impactadas foi preciso construir uma adutora paralela, ao lado da que foi rompida. (...). Um parecer será emitido em, no máximo, 30 dias. O Ministério Público Estadual (MP-BA) também apura o acidente. Procurados, CCR Metrô Bahia e Embasa não responderam até as 18h de ontem. Fonte: Jornal CORREIO, 16/04/ 2015, Caderno 24H, p. 6.</p>	<p>T-2</p>	<p>DP DU DG</p>
<p>Audiência para discutir Esgotamento Sanitário acontece nesta quarta</p> <p>Nesta quarta-feira (22), a Câmara de Vereadores de Mata de São João promove uma audiência pública com representantes da Empresa baiana de Águas e Saneamento (Embasa) e demais órgãos responsáveis, para discutir os problemas causados pela Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) de Mata de São João. O encontro será na Casa da Cultura, a partir das 10h. Na semana passada, técnicos da Cetrel estiveram na Estação para colher amostras e analisar a qualidade da água que está sendo despejada no rio Jacuípe. A iniciativa de fazer uma análise independente foi do presidente da Câmara de Vereadores, Alexandre Rossi (PR), que também fala da importância em</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DU DG DP</p>

<p>discutir o assunto com o poder público e a sociedade. “Estamos convocando não só a Embasa, mas também o Inema, a Secretaria de Planejamento, a Coelba, que também tem participação nisso por não ter ampliado a rede onde a Embasa deveria duplicar a bomba, além da Delegacia de Proteção Ambiental (DPA) de Praia do Forte”. São despejados 50 mil litros de água tratada no rio por hora, e para proceder com a análise foram retiradas amostras de efluentes em três pontos diferentes. O Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Inema) disse que também já fez inspeção e que aguarda os resultados. A estação foi instalada em 2008 no bairro de Bom Jesus e mudou o cenário da região. Os moradores contam que as piscinas de tratamento deixam muito mau cheiro no bairro e pode ser a maior causa da poluição do rio, antes próprio para o banho e a pesca. O resultado dos testes sai em 20 ou 30 dias. Fonte: Jornalmaisregiao.com.br, 20/04/2015; Disponível em: http://maisregiao.com.br/audiencia-para-discutir-esgotamento-sanitario-acontece-nesta-quarta/; Acessado em: 18 de janeiro de 2016.</p>		
<p>Moradores descartam móveis velhos nas ruas de Candeias</p> <p>(...). Há alguns dias, o município sofreu com ruas alagadas e córregos transbordando e um dos motivos para tais acontecimentos são os lixos, entulhos e móveis velhos jogados nas ruas que acabam indo para os córregos. Pelo grande e preocupante número de objetos jogados nas ruas é notório que foram os estragos causados pela chuva, porém os mesmos precisam ser colocados em locais apropriados para o descarte. (...) Fonte: Candeiasmix.com.br, 22/04/2015; Disponível em: http://www.candeiasmix.com.br/candeias/20572/moradores-descartam-moveis-velhos-candeias.html; Acesso em: 19/04/2016</p>	T-1	DP DU DG
<p>Em audiência, moradores acusam Embasa de poluição- Representantes de diversos órgãos se reuniram na manhã desta quarta-feira (22), durante uma audiência pública solicitada pela Câmara de Vereadores, para tratar dos problemas enfrentados pelos moradores da rua da Paz, em Mata de São João, desde que a Empresa Baiana de Águas e Saneamento (Embasa) assumiu a operação da Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) da cidade. O encontro aconteceu na Casa da Cultura. Muitos moradores compareceram com cartazes pedindo solução e acusavam a Embasa de ser responsável pela poluição do rio, já que as piscinas de estabilização não funcionam adequadamente e a água despejada no rio Jacuípe pode ser a principal responsável pela poluição. Outra reclamação da comunidade, é sobre o forte odor que se espalha pelas ruas no entorno da ETE, fato que chegou a motivar uma manifestação. Para o prefeito Marcelo Oliveira (PP), o funcionamento da Estação, de responsabilidade da Embasa desde junho de 2013, pode ser ainda mais prejudicado pelo excesso de algas, que pode ser a principal causa do mau cheiro. “A regularidade na limpeza superficial das lagoas evita o odor (...). A estação não é pra causar nenhum inconveniente aos moradores”, alertou. De acordo com a engenheira sanitária e gerente do Departamento de Esgotamento sanitário da Embasa, Cristiane Cruz, é provável que o mau cheiro tenha sido ocasionado pelas condições climáticas, fato que segundo ela foi solucionado assim que surgiram as primeiras reclamações. A representante ainda enfatizou o problema da quantidade de peixes que se espalha nas bacias de tratamentos e a principal dificuldade é oferecer a destinação adequada, pois os peixes não deveriam estar nessas lagoas. “Hoje o impasse é a gente tentar fazer uma remoção de forma ambientalmente correta e responsável desses peixes”. Sobre a possibilidade de poluição do rio Jacuípe, a gestora informou que foram colhidas amostras de seis efluentes para proceder com a análise, e primeiro será feita uma investigação para saber se a poluição pode ter sido provocada por alguma indústria ou pela Embasa. (...); Fonte: Jornalmaisregiao.com.br, 23/04/2015; Disponível em: http://maisregiao.com.br/em-audiencia-moradores-acusam-a-embasa-de-poluicao/; Acessado em: 18 de janeiro de 2016.</p>	T-1 T-2	DP DG DU DCC
<p>BR-324: Casas alagam e moradores protestam -Moradores de Campinas de Pirajá e do Calabetão, na BR-324, protestaram ontem à tarde fechando vias e queimando pneus após terem as casas invadidas pela lama e ruas alagadas pelas chuvas (...) “Em</p>	T-1	DP

<p>fevereiro, técnicos do metrô implantaram essas manilhas. Na época chegamos a dizer que isso (alagamento) poderia ocorrer, pois passa um córrego entre as duas vilas e vazão da água é grande, mas não fomos ouvidos”, reclamou o serralheiro Osvaldo Ramos, 53 anos, que perdeu material de trabalho e móveis da casa onde mora com a esposa, filhos e netos. A CCR informou que técnicos da companhia foram até o local para avaliar se o alagamento tinha relação com a construção da estação. (...). Para ajudar a água a escoar, moradores de amarraram em cordas e mergulharam no córrego para desentupir a tubulação. (...) Fonte: Jornal CORREIO, 24/04/2015, Caderno 24H, p. 6.</p>	<p>T-2</p>	<p>DG DU</p>
<p>Alagamentos na Boca do Rio - Os moradores da Rua Cosme de farias, na Boca do Rio, solicitam serviços da prefeitura para acabar com os constantes alagamentos na região. Sempre que chove, a gente perde vários utensílios domésticos. Solicitamos drenagem do rio que passa e o desentupimento dos manilhões. Pedimos, ainda, que seja retirado o mato que impede o escoamento da água. – Davi Dantas Gusmão. Fonte: Jornal CORREIO, 27/04/2015, Caderno 24H, p. 2.</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DP DU</p>
<p>Cidade registra suspensão na prestação de serviços - (...) Próximo dali, na Avenida Aliomar Baleeiro, em São Cristóvão, só ônibus e caminhões arriscaram passar na manhã de ontem. "Sempre foi assim. Precisam fazer a limpeza e ampliação do canal", diz o morador Raimundo Filho, 30. Em Itinga, um córrego transborda e causa transtorno aos moradores da Rua Antônio das Neves. O terreiro de candomblé Ilê Axé Iá de Ioá, é invadido pelas águas. "Nada melhora. Só acumulo perdas", disse proprietário do terreiro, Ednaldo Ferreira dos Santos. Fonte: Jornal A TARDE, 28/04/2015, Salvador e Região Metropolitana, p. A10.</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DP DU DG</p>
<p>Canal assoreado - O canal do Bate Estaca, na Cidade Baixa, está assoreado na área descoberta (Massaranduba) e muitas placas caíram no canal ao longo do tempo e não foram retiradas na época da reforma, apesar de termos informado. Agora, com qualquer chuva as águas retornam para o Caminho de Areia e Almirante Tamandaré, Mascarenhas de Moraes e Travessa Almirante Barroso, Copacabana e Rua Direta, que também estão com as redes de drenagem totalmente assoreadas e caixas coletoras das águas também quebradas e entupidas. Diante da grave situação, faço um apelo ao prefeito no sentido de reparos, pois muita gente vem perdendo tudo com os constantes alagamentos. Fonte: Jornal A TARDE, 01/05/2015, Caderno Opinião. p. A2.</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DP DU DG</p>
<p>Crea aponta que excesso de peso rompeu adutora - O rompimento da Adutora da Embasa, que deixou mais de 1 milhão de pessoas sem abastecimento por mais de uma semana em Salvador, no início do mês abril, foi provocado por excesso de peso, em função de um aterro realizado nas obras do metrô. Essa é a avaliação inicial dos cinco engenheiros que compõem a Comissão Especial da Câmara de Engenharia Civil do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia da Bahia (Crea-BA), que visitou o canteiro de obras do metrô, na BR-324, na Jaqueira do Carneiro, durante a manhã de ontem. A visita foi realizada junto com técnicos da CCR Metrô Bahia, responsável pelas obras e operação do metrô. De acordo com comunicado do órgão de engenharia, a visita apontou que durante as obras não houve o trabalho de máquinas retroescavadeiras, nem bate-estaca. “As informações iniciais são de que o acidente foi provocado por excesso de peso sobre a linha da adutora, em função do aterro realizado no local com as obras do metrô”, diz a nota. Líder da comissão, o conselheiro do Crea-BA e professor da Escola Politécnica da Ufba Luiz Edmundo Campos pondera, porém, que é prematuro falar em erro no projeto. “Ainda vamos avaliar o projeto da obra. Descartamos que a causa do rompimento tenha sido o uso de máquinas naquele dia, e acreditamos que o aterro tenha sido feito pois precisavam colocar o metrô mais alto do que o terreno natural”, explicou. Segundo Edmundo, durante a vistoria de ontem, os técnicos da CCR prestaram contas dos levantamentos da região realizados antes das obras e as providências adotadas pela empresa após o rompimento, que provocou</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DG DU DP</p>

<p>imenso alagamento na região, paralisando a obra e prejudicando a população moradora do entorno, principalmente no Calabetão, que teve as casas invadidas por água e lama. A adutora atingida é o principal equipamento de abastecimento da capital baiana, que traz água do reservatório de Pedra do Cavalo, em Cachoeira, no Recôncavo. O acidente aconteceu no dia 1º de abril, deixando mais de cem bairros da capital baiana sem água até que uma nova rede de distribuição, de 500 metros de extensão e 1,5 metro de diâmetro, foi implantada, seis dias depois. De acordo com o Crea-BA, a CCR Metrô Bahia tinha conhecimento de que a adutora da Embasa passava pelo local, diversos levantamentos haviam sido feitos e, inclusive, a mudança do sentido da adutora já estava previsto antes mesmo do rompimento da tubulação. Segundo o Crea-BA, a CCR tem até 10 dias para enviar o projeto, cronograma de obras e estudos da implantação do Sistema Metroviário de Salvador e Lauro de Freitas, para que sejam avaliados pelos engenheiros do Crea-BA. A Embasa, empresa ligada ao governo do estado, também deve apresentar laudos técnicos sobre o rompimento. Procurada pelo CORREIO, a Embasa afirmou que não irá comentar sobre a visita e que ainda elabora documento que vai determinar as causas da perfuração da tubulação. Em nota, a CCR Metrô Bahia confirma que recebeu a visita de dirigentes do Conselho e ressaltou que “as investigações ainda estão em curso e, neste momento, não é possível fazer qualquer afirmação sobre as causas do rompimento da adutora”. (...) Fonte: Jornal CORREIO, 01/05/2015, p. 16.</p>		
<p>Simões Filho: Localidade de São Raimundo fica alagada e moradores pedem socorro</p> <p>Por conta da forte chuva que cai desde o início da semana na Região Metropolitana de Salvador, a localidade de São Raimundo, distrito de Ilha de São João, no município de Simões Filho registrou a partir da madrugada desta quinta-feira (30) uma série de transtornos devido à péssima infraestrutura no local. Os moradores pedem socorro e providências da prefeitura. (...). Os moradores estão preocupados com a previsão de chuvas nos próximos dias e temem que suas casas sejam alagadas. A única saída da água na rua é entre duas casas e os próprios moradores fazem a manutenção escorrendo a água para um brejo atrás das casas, próximo à antiga linha do trem. Fonte: Mapelenews.com, 01/05/2015; Disponível em: http://mapelenews.com/simoes-filho-localidade-de-sao-raimundo-fica-alagada-e-moradores-pedem-socorro/; Acesso em: 12/04/2016</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DP DG DU</p>
<p>Por causa de irregularidades, empresa de água mineral é interdita</p> <p>A engarrafadora da água mineral Frésca, localizada no município de Dias D’Ávila foi interdita por uma equipe da Divisão de Vigilância Sanitária Estadual (Divisa) por tempo indeterminado, na manhã desta quarta-feira (6). A operação coordenada pelo Ministério Público Estadual (MPE), com o apoio da Polícia Militar e prefeituras de Camaçari e Dias D’Ávila, comprovou denúncias feitas ao MPE de Camaçari, no começo do ano, por crimes contra o meio ambiente, sonegação fiscal e contra a relação de consumo, praticados pela empresa Água Branca Mineração Canaã, responsável pela marca. A ação segue agora com a abertura de Inquérito Policial e processo de investigação pelo MPE. Localizada na fazenda Canaã do Sol, no KM 28 da BA-093, engarrafadora funciona em área de mata atlântica, portanto de proteção ambiental. Esse é o 3º fechamento da unidade em menos de 3 anos. A operação coordenada pelos promotores Luciano Pitta, Everardo Yunes, do MPE de Camaçari, e Ana Isabel Ribeiro Souza, do Ministério Público de Dias D’Ávila, também lacrou o poço artesiano sem licença e funcionando em área de preservação ambiental, de onde a empresa extrai a água para engarrafar e comercializar. Além de não possuir licença fornecida pelo Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), a empresa descartava de forma irregular e sem controle, parte da água extraída. Em contato com a direção da empresa, a reportagem foi informada que a assessoria de imprensa pretende se pronunciar e esclarecer o assunto. Fonte: Jornalmaisregiao.com.br, 08/05/2015; Disponível em: http://maisregiao.com.br/por-causa-de-irregularidades-empresa-de-agua-mineral-e-interditada/.</p> <p>Acessado em: 18 de janeiro de 2016.</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DG DU</p>

<p>Manifestações por concerto de esgoto complica trânsito</p> <p>Cerca de 70 moradores da Vila Sabino, na San Martin, realizaram um protesto por volta das 17h de ontem. Eles queimaram objetos e interditaram os dois sentidos da via reivindicando que um canal de esgoto que passa pela comunidade seja drenado. Os moradores alegam que, quando chove, a água do esgoto invade as casas e causa transtornos. Por conta do protesto, o trânsito ficou congestionado na região do Largo do Tanque. A manifestação terminou por volta das 17h40 com a chegada da PM. Fonte: Jornal CORREIO, 12/05/2015, Caderno 24h, p. 4.</p>	<p>T-1</p> <p>T-2</p>	<p>DU</p> <p>DG</p>
<p>Moradores protestam na região da San Martin</p> <p>“Queremos solução! Queremos solução!” Este era o grito de protesto dos moradores da Vila Sabino, localizada na região da avenida San Martin, durante o ato realizado na TARDE de ontem. Os manifestantes atearam fogo em galhos e sucata e, em pouco tempo, formou-se um longo engarrafamento no local. Para conter a situação, a polícia foi chamada e, em seguida uma das vias foi liberada. (...) Reivindicações – De acordo com o morador Wallace Santos da Costa, 34, o ato teve como objetivo chamar a atenção da prefeitura para os problemas causado pela falta de manutenção de um córrego. “Toda vez que chove, ficamos ilhados, porque o córrego transborda, tamanha a sujeira que tem aí dentro”, afirma. O motorista Marivaldo de Oliveira, 59, conta que a água invadiu a residência dele na última sexta-feira, e foi preciso abandonar o local. “A gente trabalha a vida toda para ter um canto, mas o descaso do governo acaba com tudo”, lamenta. Segundo Marivaldo, a casa na Vila Sabino é própria, mas o medo de perder os móveis fez com que ele e a esposa alugassem um imóvel no bairro da Engomadeira. Os manifestantes prometeram fazer novo protesto hoje caso não obtenham nenhuma resposta da prefeitura. Fonte: Jornal A TARDE, 12/05/2015, Salvador Região Metropolitana, p. A5.</p>	<p>T-1</p> <p>T-2</p>	<p>DU</p> <p>DG</p>
<p>Turismo na Fonte dos Milagres de Candeias é dificultado por causa de decisão da Secretaria de Transportes -A Fonte dos Milagres é um ponto do turismo religioso importante na Região Metropolitana de Salvador, cuja exploração não é feita de forma adequada pela Administração Municipal de Candeias que, nos últimos anos, despreza a atividade que gera renda e a questão do turismo na Cidade. Para melhorar as condições do local e a atração de novos romeiros, a área da Fonte dos Milagres foi recebendo melhorias estruturais que ajudaram na preservação e na recepção dos turistas, que vinham em busca de um “milagre”. Um dos mais conhecidos aconteceu com a menina Stephany que teria recuperado a visão depois de lavar os olhos com água milagrosa levada por uma das filhas de d. Rubenisse, que morou em Candeias, e sonhou que a neta seria curada. Ela pediu uma porção que levada até Vitória, no Espírito Santo, operou o “milagre”. (...) Fonte: Candeiasmix.com.br, 12/05/2015; Disponível em: http://www.candeiasmix.com.br/candeias/20910/turismo-fonte-milagres-candeias-dificultado-causa-decisao-secretaria-transpores.html; Acesso em: 19/04/2016</p>	<p>T-1</p> <p>T-3</p>	<p>DR</p> <p>DP</p> <p>DU</p>
<p>Canal do Sertão -A notícia veio de gente bem informada. O chamado Eixo Sul da Integração de Bacias, obra que “seria capaz de, numa eventual emergência, fornecer águas do rio São Francisco até para a população de Salvador, via Sistema Adutor da Pedra do Cavalo”, foi (ou está sendo) modificada; chamar-se-á Canal do Sertão e em vez da captação ser feita no lago do Sobradinho, como era previsto, passará a ser a partir de um canal de irrigação do Projeto Salitre. Isso significa que os soteropolitanos poderão utilizar no futuro água bastante comprometida pelos agrotóxicos dos plantios de cana-de-açúcar da região de Juazeiro. Com a palavra os ambientalistas. Fonte: Jornal A TARDE, 14/05/2015, Caderno Opinião, p. A2.</p>	<p>T-1</p> <p>T-2</p>	<p>DU</p> <p>DP</p>

<p>Água ribanceira - Na visita que Rui Costa e ACM Neto fizeram às encostas das tragédias em Salvador, um fato causou espanto: os canos das casas que rolaram as ribanceiras jorravam água (tratada da Embasa) a rodo. Até ontem a água continuava a jorrar. Fonte: Jornal A TARDE, 15/05/2015, Caderno Opinião, p. A2.</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DU DG</p>
<p>Salvador recebe R\$ 1,7 milhão para limpeza de canais</p> <p>Após reconhecer a situação de emergência de Salvado, o Ministério da Integração Nacional autorizou o repasse de R\$ 1.788.696 que serão utilizados para restabelecer serviços essenciais de infraestrutura da cidade. (...) De acordo com o secretário de Infraestrutura e Defesa Civil, Paulo Fontana, a verba será utilizada para micro drenagem, limpeza de canais e maquinário. (...) Fonte: Jornal CORREIO, 19/05/2015, Caderno 24h, p. 4.</p>	<p>T-1</p>	<p>DU DP</p>
<p>Situação de emergência é decretada no município de Simões Filho após fortes chuvas</p> <p>A prefeitura de Simões Filho, região metropolitana de Salvador, decretou situação de emergência, pelo prazo de 90 dias, em função das fortes chuvas que atingiram o município nos últimos dias e que causaram deslizamentos de terras, inundações e danos materiais em bens públicos e particulares. (...) De acordo com o prefeito Eduardo Alencar, as obras de infraestrutura como ampliação de canais em algumas localidades como no Campo do Vasco, Paulo Souto, A cobertura do canal na Avenida Elmo Serejo Farias, Km 30, diminuiram os índices de alagamentos no município. A perspectiva que as obras de contenção sejam iniciadas o mais rápido possível com ampliação destas obras de infraestrutura para cerca de 350 pontos da cidade. (...) Fonte: Mapelenews.com, 19/05/2015; Disponível em: http://mapelenews.com/situacao-de-emergencia-e-decretada-no-municipio-de-simoes-filho-apos-fortes-chuvas/; Acesso em: 12/04/2016</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DU DG</p>
<p>Água só de madrugada - Na Rua Tuiuti, no Dois de Julho, há mais de 20 dias que a água só chega bem fraca e somente na madrugada. Já entramos em contato com a Embasa diversas vezes, e a mesma informa que vai verificar. Até o momento, nenhuma providência foi tomada. Os moradores daqui estão sem água, passando por dificuldades, sem poder lavar roupa, tomando banho de balde e não há previsão de regularização por parte da empresa. Fonte: Jornal CORREIO, 20/05/2015, Caderno 24H, p. 2.</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DP DG DU</p>
<p>Moradores temem rompimento de barragem do Rio dos Macacos</p> <p>Moradores da comunidade Quilombo Rio dos Macacos, em Simões Filho, cidade da Região Metropolitana de Salvador, fizeram protesto ontem à tarde, na BA-528, conhecida como Estrada da Base Naval. A manifestação ocorreu, segundo eles, em virtude das condições da Barragem dos Macacos, localizada em terreno da União sob administração da Marinha do Brasil. A pescadora e moradora Rosimeire dos Santos explica que as comportas da barragem não estão abrindo e, em decorrência das fortes chuvas que têm caído sobre a capital, o nível da água aumentou. O transbordamento poderá ocasionar problemas para a comunidade. "Essa barragem pode explodir e vai inundar toda essa região onde vivem mais de 300 famílias. Nós queremos uma reunião com o governador do Estado para tentar resolver essa situação", explicou Rosemeire. "Perfeitas condições" - O Movimento dos Pescadores e Pescadores da Bahia (MPP) divulgou que há 20 anos, a barragem rompeu, destruindo a linha de trem e parte da pista de acesso às comunidades. A nota enviada pelo MPP informa que os moradores relatam que algumas casas ameaçam desabar. Eles pedem que sejam tomadas medidas urgentes. Sobre o assunto, a Marinha informou, em nota, que a barragem "encontra-se em perfeitas condições de segurança". A corporação informou, ainda, que engenheiros</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DR DP DG DCC</p>

<p>da Base Naval de Aratu (BNA) verificam, diariamente, o nível de água da barragem, "que ainda não atingiu o seu volume máximo". Através de uma vistoria realizada ontem, de acordo com a nota, a equipe de profissionais constatou que todos os mecanismos de escoamento estão funcionando perfeitamente. "As válvulas de alívio, que enviam o excesso da água para um riacho existente nas proximidades, operam normalmente, assim como o sistema projetado para dar vazão ao volume excedente em situações extremas", informa a declaração enviada pela Marinha. O texto aponta, ainda, que, a pedido da Base Naval, a área foi também vistoriada por técnicos da Defesa Civil, na TARDE de quarta, que confirmaram a avaliação dos engenheiros da Marinha. A assessoria de comunicação do governo do Estado divulgou que é necessário que os moradores elaborem uma solicitação oficial para a Secretária de Relações Institucionais (Serin). Fonte: Jornal A TARDE, 21/05/2015, Salvador e Região Metropolitana, p. A7.</p>		
<p>Queda e coice - O que os moradores de Jardim das Margaridas temiam aconteceu: o riacho que cerca o bairro transbordou sobre a ponte e fechou o principal acesso de entrada e saída. Para quem mora na Rua Joaquim Ferreira é pior. Além de mergulhar na água tem que atravessar um mar de lama, vindo de uma obra da Sertenge, que terraplanou um terreno depois de devastar uma reserva de mata. Fonte: Jornal A TARDE, 23/05/2015, Caderno Opinião, p. A2.</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DP DG DU</p>
<p>Pojuca: Moradores da Beira Rio são expulsos pelo Rio Pojuca</p> <p>Moradores da rua Beira Rio, próximo à ponte de ferro, na cidade de Pojuca, tiveram que abandonar suas residências, e procurar abrigos em casas de parentes e amigos, depois que o Rio Pojuca transbordou e alagou parte da rua e casas que ficam à margem do rio. Segundo alguns moradores, desde o início da semana que o Pojuca vem ganhando volume, e acabou alcançando algumas moradias, forçando-os a abandonar os imóveis, com receio de que algo pior venha acontecer. O Pojuca Notícias, foi chamado ao local através das redes sociais, para registrar a situação e mostrar às autoridades o estado em que se encontram aquelas pessoas. De acordo com algumas famílias, que moram próximas ao local alagado, uma equipe do Serviço Social da Prefeitura de Pojuca, teve hoje na Beira Rio, mas não encontrou nenhuma família. "Chegaram muito tarde 'prá' variar. Esse pessoal do social nunca faz o trabalho que tem fazer". Disse uma moradora que não quis se identificar. O Pojuca Notícias teve no prédio do Serviço Social da prefeitura, mas já passavam das 17h00, e não encontramos ninguém, para falar sobre quais procedimentos serão tomados com as famílias que estão desabrigadas ou desalojadas. Os moradores que ainda permanecem no local convivem com o medo de animais peçonhentos, ratos e ainda com a possibilidade de contrair doenças provenientes da água suja. As doenças mais comuns nesses períodos chuvosos são a leptospirose (transmitida a partir da urina do rato), Hepatites, verminoses entre outras. (...)Fonte: Pojucanoticias.com.br, 23/05/2015; Disponível em: http://www.pojucanoticias.com.br/pojuca-moradores-da-beira-rio-sao-expulsos-pelo-rio-pojuca/; Acessado em: 18 de janeiro de 2016.</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DP DU DG</p>
<p>Simões Filho e mais 14 cidades da Região Metropolitana ficarão sem água próxima segunda-feira (1) .O município de Simões Filho, além de mais de 90 localidades de Salvador e cidades da região Metropolitana terão o fornecimento de água interrompido na próxima segunda-feira (1), devido à realização de serviços de manutenção preventiva no sistema integrado de abastecimento. De acordo com a Empresa Baiana de Água e Abastecimento (Embasa), a interrupção ocorrerá das 5h às 20h. De acordo com a Embasa, o abastecimento será retomado gradativamente após a conclusão do serviço e a completa regularização se dará em até 48 horas após o fim da obra. Em comunicado, a companhia recomenda que a população utilize a água armazenada nos reservatórios de modo racional. A Embasa disse ainda que havendo necessidade de abastecimento alternativo, será dada prioridade a hospitais, postos de saúde e demais entidades da área de saúde. Confira quais localidades e municípios serão afetados: Localidades de Salvador: São Tomé, Paripe, Fazenda Coutos, Coutos, Nova Constituinte, Alto de Coutos, Ilha de São João, Tubarão, Estrada da Base Naval,</p>	<p>T-1</p>	<p>DU DP</p>

<p>Cajazeiras, Águas Claras, Dom Avelar, Fazenda Grande I a IV, Boca da Mata, Castelo Branco, Jaguaripe I, Aeroporto, São Cristóvão, Mussurunga, Bairro da Paz, Jardim Piatã, Placaford, Itapuã, Stella Maris, Patamares, Pituacu, Boca do Rio (parte), Praia do Flamengo, Paralela (parte), Orlando Gomes, Alto do Coqueirinho, Costa Verde, Ribeira, Monte Serrat, Bonfim (parte), Boa Viagem, Massaranduba, Jardim Cruzeiro, Roma, Caminho de Areia, Mares, Calçada, Lobato, Baixa do Fiscal, Alto do Cabrito, Marechal Rondon, Boa Vista de São Caetano, São Caetano, Fazenda Grande, Calabetão, Capelinha, Bairro Guarany, Curuzu, IAPI, Pero Vaz, Liberdade (parte), Largo do Tanque, Alto do Pará, Santa Mônica (parte), Largo do Retiro, San Martin, Baixinha do Santo Antônio, Barros Reis (parte), Mata Escura, Estrada das Barreiras, Engomadeira, Arraial do Retiro, Cabula, Pernambuco, Narandiba, Saboeiro, Doron, Tancredo Neves, Novo Horizonte, Sussuarana, Porto Seco Pirajá, Jardim Cajazeiras, Vila Canária, Sete de Abril, São Marcos, Pau da Lima, Jardim Nova Esperança, Novo Marotinho, Canabrava, São Rafael, Vale dos Lagos, Estrada Velha do Aeroporto, Nova Brasília, Trobogy, Marotinho, Pirajá, Campinas de Pirajá, Jardim Valéria, Granjas Rurais. Municípios da Região Metropolitana: Simões Filho, Lauro de Freitas, Candeias, Madre de Deus, São Francisco do Conde, Santo Amaro, ilhas (Ilha de Maré, Ilha dos Frades, Ilha de Bom Jesus dos Passos, Ilha de Maria Guarda e Maracangalha), Amélia Rodrigues, Conceição do Jacuípe, Coração de Maria e parte de Terra Nova. Fonte: Mapelenews.com, 29/05/2015; Disponível em: http://mapelenews.com/simoes-filho-e-mais-14-cidades-da-regiao-metropolitana-ficarao-sem-agua-proxima-segunda-feira-1/; Acesso em: 12/04/2016</p>		
<p>Vai faltar água nesta segunda-feira - O abastecimento de água será interrompido na próxima segunda-feira (1º), para possibilitar a realização de serviços de manutenção da rede que abastece dezenas de bairros de Salvador e Região Metropolitana. A interrupção ocorrerá das 5 h às 20 h. Além da capital baiana, o abastecimento será suspenso nas cidades de Simões Filho, Lauro de Freitas, Candeias, Madre de Deus, São Francisco do Conde, Santo Amaro, (Ilha de Maré, Ilha dos Frades, Ilha de Bom Jesus dos Passos, Ilha de Maria Guarda e Maracangalha), Amélia Rodrigues, Conceição do Jacuípe, Coração de Maria e parte de Terra Nova. O abastecimento será retomado gradativamente após a conclusão do serviço no prazo de 48 horas. Casos de emergência podem ser informados pelo telefone 0800 0555 195, com prioridade de abastecimento alternativo para hospitais, postos de saúde e demais entidades dessa natureza. Fonte: Candeiasmix.com.br, 29 /05/2015; Disponível em: http://www.candeiasmix.com.br/candeias/21399/faltar-feira.html; Acesso em: 19/04/2016</p>	T-1	DP DU
<p>Mais de 90 áreas vão ficar sem água na segunda</p> <p>A Partir de 5h da segunda-feira, o abastecimento de água será interrompido em 96 localidades de Salvador para uma manutenção preventiva da Embasa. Além dos bairros da capital, o fornecimento será interrompido, até as 20h do mesmo dia, em 10 cidades e cinco ilhas que também são atendidas pelo mesmo sistema. Segundo a Embasa, o abastecimento será retomado gradativamente após a conclusão do serviço em até 48 horas. Por meio de nota, a empresa recomendou aos clientes utilização racional da água dos reservatórios domiciliares. As regiões que podem ser afetadas são: São Tomé, Paripe, Fazenda Coutos, Coutos, Nova Constituinte, Alto de Coutos, Ilha de São João, Tubarão, Estrada da Base Naval, Cajazeiras, Águas Claras, Dom Avelar, Fazenda Grande I a IV, Boca da Mata, Castelo Branco, Jaguaripe I, Aeroporto, São Cristóvão, Mussurunga, Bairro da Paz, Jardim Piatã, Placaford, Itapuã, Stella Maris, Patamares, Pituacu, Boca do Rio (parte), Praia do Flamengo, Paralela (parte), Orlando Gomes, Alto do Coqueirinho, Costa Verde, Ribeira, Monte Serrat, Bonfim (parte), Boa Viagem, Massaranduba, Jardim Cruzeiro, Roma, Caminho de Areia, Mares, Calçada, Lobato, Baixa do Fiscal, Alto do Cabrito, Marechal Rondon, Boa Vista de São Caetano, São Caetano, Fazenda Grande, Calabetão, Capelinha, Bairro Guarany, Curuzu, Iapi, Pero Vaz, Liberdade (parte), Largo do Tanque, Alto do Pará, Santa Mônica (parte), Largo do Retiro, San Martin, Baixinha do Santo Antônio, Barros Reis (parte), Mata Escura, Estrada das Barreiras, Engomadeira, Arraial do Retiro, Cabula,</p>	T-1	DU DP

<p>Pernambués, Narandiba, Saboeiro, Doron, Tancredo Neves, Novo Horizonte, Sussuarana, Porto Seco Pirajá, Jardim Cajazeiras, Vila Canária, Sete Abril, São Marcos, Pau da Lima, Jardim Nova Esperança, Novo Marotinho, Canabrava, São Rafael, Vale dos Lagos, Estrada Velha do Aeroporto, Nova Brasília, Trobogy, Marotinho, Pirajá, Campinas de Pirajá, Jardim Valéria, Granjas Rurais.</p> <p>Fonte: Jornal CORREIO, 30/05/2015, Caderno 24h, p. 4.</p>		
<p>Na Lagoa -No mix de equívocos que entravam o turismo de Salvador, o secretário Nelson Pelegrino (Turismo) cita a situação do Abaeté. Trata-se de uma APA, sob os cuidados da Secretaria do Meio Ambiente. Só há um detalhe: a lagoa e as dunas estão preservadas. Do resto ninguém cuida. Ele defende a tese de que o entorno da lagoa deve ser cuidado por outros agentes, como os órgãos de turismo, por exemplo. Fonte: Jornal A TARDE, 31/05/2015, Caderno Opinião, p. A2.</p>	T-1	DU DP
<p>Água chegará a bairros até quarta, diz Embasa -Moradores de mais de 90 bairros de Salvador e cidades vizinhas passarão o dia sem água nas suas torneiras. A interrupção no abastecimento teria início às 5 horas da manhã, atingindo as áreas próximas da BR-324, todo o subúrbio ferroviário e vários pontos centrais da cidade, além dos municípios de Simões Filho, Lauro de Freitas, Candeias, Madre de Deus, São Francisco do Conde, Santo Amaro, ilhas (Ilha de Maré, Ilha dos Frades, Ilha de Bom Jesus dos Passos, Ilha de Maria Guarda e Maracangalha), Amélia Rodrigues, Conceição do Jacuípe, Coração de Maria e Terra Nova (parcial). A previsão da Empresa Baiana de Água e Abastecimento (Embasa) é de que o serviço comece a ser restabelecido gradualmente a partir das 20 horas. De acordo com a Embasa, como há uma longa tubulação a percorrer até que a água chegue em todos os locais, o prazo para que o serviço seja completamente normalizado nos bairros atingidos é de 48 horas. O motivo do corte temporário é a realização de serviços de manutenção preventiva no sistema integrado de abastecimento de água de Salvador. Por meio de comunicado, a companhia recomenda que a população utilize a água de reservatórios de modo racional. Havendo necessidade de abastecimento alternativo, será dada prioridade a hospitais, postos de saúde e demais entidades da área de saúde. Fonte: Jornal CORREIO, 01/06/2015, Caderno 24h, p 4.</p>	T-1	DU DP
<p>Fornecimento de água será interrompido hoje em Salvador e outras 15 cidades</p> <p>Conforme anunciado pela Embasa, o abastecimento de água será interrompido em Salvador e outras 15 localidades hoje por causa de serviços de manutenção preventiva no sistema integrado da capital baiana. Segundo a empresa, o fornecimento será suspenso das 5h às 20h e a regularização total ocorrerá em até 48h após o término do serviço. Por isso, a Embasa recomenda a utilização racional da água armazenada nos reservatórios domiciliares. Casos de emergência podem ser informados pelo telefone 0800 0555 195, com prioridade de abastecimento alternativo para hospitais, postos de saúde e demais entidades dessa natureza. Na Bahia, serão afetados os municípios Simões Filho, Lauro de Freitas, Candeias, Madre de Deus, São Francisco do Conde, Santo Amaro, ilhas (Ilha de Maré, Ilha dos Frades, Ilha de Bom Jesus dos Passos, Ilha de Maria Guarda e Maracangalha), Amélia Rodrigues, Conceição do Jacuípe, Coração de Maria e parte de Terra Nova. Já em Salvador, os bairros atingidos serão São Tomé, Paripe, Fazenda Coutos, Coutos, Nova Constituinte, Alto de Coutos, Ilha de São João, Tubarão, Estrada da Base Naval, Cajazeiras, Águas Claras, Dom Avelar, Fazenda Grande I a IV, Boca da Mata, Castelo Branco, Jaguaripe I, Aeroporto, São Cristóvão, Mussurunga, Bairro da Paz, Jardim Piatã, Placaford, Itapuã, Stella Maris, Patamares, Pituacu, Boca do Rio (parte), Praia do Flamengo, Paralela (parte), Orlando Gomes, Alto do Coqueirinho, Costa Verde, Ribeira, Monte Serrat, Bonfim (parte), Boa Viagem, Massaranduba, Jardim Cruzeiro, Roma, Caminho de Areia, Mares, Calçada, Lobato, Baixa do Fiscal, Alto do Cabrito, Marechal Rondon, Boa Vista de São Caetano, São Caetano, Fazenda Grande, Calabetão, Capelinha, Bairro Guarany, Curuzu, IAPI, Pero Vaz, Liberdade (parte), Largo do Tanque, Alto do Pará, Santa</p>	T-1	DU DP

<p>Mônica (parte), Largo do Retiro, San Martin, Baixinha do Santo Antônio, Barros Reis (parte), Mata Escura, Estrada das Barreiras, Engomadeira, Arraial do Retiro, Cabula, Pernambuco, Narandiba, Saboeiro, Doron, Tancredo Neves, Novo Horizonte, Sussuarana, Porto Seco Pirajá, Jardim Cajazeiras, Vila Canária, Sete de Abril, São Marcos, Pau da Lima, Jardim Nova Esperança, Novo Marotinho, Canabrava, São Rafael, Vale dos Lagos, Estrada Velha do Aeroporto, Nova Brasília, Trobogy, Marotinho, Pirajá, Campinas de Pirajá, Jardim Valéria, Granjas Rurais. Fonte: Folhadoreconcavo.com.br, 01/06/2015; Disponível em: http://www.folhadoreconcavo.com.br/ultimas_noticias.php?codnoticia=19748</p> <p>Acesso em: 13/04/2016</p>		
<p>Regularização do fornecimento de água deve acontecer em até 48 horas, diz Embasa</p> <p>A Embasa informou por meio de nota que, após a conclusão, nesta segunda-feira (1º), do serviço de manutenção preventiva no sistema integrado de abastecimento de água de Salvador, o fornecimento está sendo retomado de forma gradativa nas áreas atingidas pela interrupção. O serviço foi concluído dentro do prazo previsto e a completa regularização do abastecimento se dará em até 48 horas. Bairros de Salvador que tiveram o abastecimento afetado: São Tomé, Paripe, Fazenda Coutos, Coutos, Nova Constituinte, Alto de Coutos, Ilha de São João, Tubarão, Estrada da Base Naval, Cajazeiras, Águas Claras, Dom Avelar, Fazenda Grande I a IV, Boca da Mata, Castelo Branco, Jaguaripe I, Aeroporto, São Cristóvão, Mussurunga, Bairro da Paz, Jardim Piatã, Placafor, Itapuã, Stella Maris, Patamares, Pituacu, Boca do Rio (parte), Praia do Flamengo, Paralela (parte), Orlando Gomes, Alto do Coqueirinho, Costa Verde, Ribeira, Monte Serrat, Bonfim (parte), Boa Viagem, Massaranduba, Jardim Cruzeiro, Roma, Caminho de Areia, Mares, Calçada, Lobato, Baixa do Fiscal, Alto do Cabrito, Marechal Rondon, Boa Vista de São Caetano, São Caetano, Fazenda Grande, Calabetão, Capelinha, Bairro Guarany, Curuzu, IAPI, Pero Vaz, Liberdade (parte), Largo do Tanque, Alto do Pará, Santa Mônica (parte), Largo do Retiro, San Martin, Baixinha do Santo Antônio, Barros Reis (parte), Mata Escura, Estrada das Barreiras, Engomadeira, Arraial do Retiro, Cabula, Pernambuco, Narandiba, Saboeiro, Doron, Tancredo Neves, Novo Horizonte, Sussuarana, Porto Seco Pirajá, Jardim Cajazeiras, Vila Canária, Sete de Abril, São Marcos, Pau da Lima, Jardim Nova Esperança, Novo Marotinho, Canabrava, São Rafael, Vale dos Lagos, Estrada Velha do Aeroporto, Nova Brasília, Trobogy, Marotinho, Pirajá, Campinas de Pirajá, Jardim Valéria, Granjas Rurais. Municípios/localidades que terão o abastecimento afetado: Simões Filho, Lauro de Freitas, Candeias, Madre de Deus, São Francisco do Conde, Santo Amaro, ilhas (Ilha de Maré, Ilha dos Frades, Ilha de Bom Jesus dos Passos, Ilha de Maria Guarda e Maracangalha), Amélia Rodrigues, Conceição do Jacuípe, Coração de Maria e parte de Terra Nova. Fonte: Mapelenews.com, 02/06/2015. Disponível em: http://mapelenews.com/regularizacao-do-fornecimento-de-agua-deve-acontecer-em-ate-48-horas-diz-embasa/. Acesso em: 08/04/2016</p>	<p>T-1</p>	<p>DU</p> <p>DP</p>
<p>Novo vazamento deixa 41 bairros sem água</p> <p>Um novo vazamento na principal adutora da Embasa, localizada na BR-324, deixou 41 bairros sem água desde ontem. A assessoria da concessionária informou, em nota, que o fornecimento de água foi interrompido para que os técnicos possam fazer reparos na tubulação. "Para possibilitar o reparo, o fornecimento de água precisou ser interrompido temporariamente em alguns bairros da cidade", diz a nota. A expectativa é de que o serviço seja concluído ainda hoje e que o reabastecimento seja retornado gradativamente, em até 36 horas a partir da finalização da manutenção. A concessionária não informou as causas do vazamento. Parte dos bairros atingidos ontem já estava sem água há dois dias, devido a outros serviços de manutenção preventiva. Um comunicado divulgado pela empresa na segunda-feira apontava a suspensão do abastecimento em 90 bairros de Salvador e 15 municípios, principalmente os da Região Metropolitana. A Embasa recomendou, ontem, que os moradores economizem a água dos reservatórios e, em caso de emergência, entrem em</p>	<p>T-1</p> <p>T-2</p>	<p>DU</p> <p>DP</p>

<p>contato pelo telefone 0800 0555 195. Hospitais e postos de saúde têm prioridade no abastecimento. No início de abril, um rompimento nessa mesma adutora - por conta de acidente nas obras do metrô - alagou parte da BR-324 e mais de 1 milhão de pessoas ficaram sem água. Alguns bairros ficaram até dez dias sem abastecimento. Segundo a Embasa, o trecho atingido dessa vez é diferente do afetado em abril. Bairros sem água - Ribeira, parte do Bonfim, Boa Viagem, Massaranduba, Jardim Cruzeiro, Roma, Caminho de Areia, Mares, Uruguai, Calçada, parte do Lobato, Baixa do Fiscal, Boa Vista de São Caetano, São Caetano, Fazenda Grande, Capelinha, Bairro Guarany, Curuzu, IAPI, Pero Vaz, parte da Liberdade, Largo do Tanque, Alto do Pará, Santa Mônica, Largo do Retiro, San Martin, Baixinha do Santo Antônio, parte da Avenida Barros Reis, Mata Escura, Estrada das Barreiras, Engomadeira, Arraial do Retiro, Cabula, Pernambuco, parte de Narandiba, Saboeiro, Doron, Tancredo Neves, Novo Horizonte, Sussuarana, Calabetão. Fonte: Jornal CORREIO, 03/06/ 2015, Caderno 24h, p 5.</p>		
<p>Vazamento prejudica 41 bairros -Um vazamento na adutora principal do sistema integrado de abastecimento de água de Salvador foi detectado na TARDE de ontem e o fornecimento de 41 bairros da capital acabou sendo interrompido. De acordo com informações fornecidas pela Embasa, o serviço deverá ser concluído ainda hoje e o abastecimento aos bairros prejudicados será retomado gradativamente. Uso racional - A empresa fornecedora recomenda a utilização racional da água armazenada nos reservatórios domiciliares. Casos de emergência podem ser informados pelo telefone gratuito 0800 0555 195, com prioridade de abastecimento alternativo para hospitais, postos de saúde e demais entidades afins. Dentre os bairros afetados estão: Ribeira, Bonfim (parte), Boa Viagem, Massaranduba, Jardim Cruzeiro, Roma, Caminho de Areia, Mares, Uruguai, Calçada, Lobato (parte), Baixa do Fiscal, Boa Vista de São Caetano, Fazenda Grande e Capelinha. Mais locais – Também foram prejudicados Bairro Guarany, Curuzu, IAPI, Pero Vaz, Liberdade (parte), Largo do Tanque, Alto do Pará, Santa Mônica, Largo do Retiro, San Martin, Baxinha do Santo Antônio, Barros Reis (parte) Mata Escura, dentre outras localidades. Fonte: Jornal A TARDE, 03/06/2015, Salvador e Região Metropolitana, p. A4.</p>	T-1	DU DG DP
<p>Bairros voltam a ter água amanhã após reparo de adutora</p> <p>Servidores da Embasa concluíram ontem o reparo no vazamento da BR-324, a principal da cidade. Anteontem, os bairros de Salvador ficaram sem água por conta de um vazamento na tubulação. A Embasa informou, em nota, que o abastecimento precisou ser suspenso para que os técnicos realizassem os serviços de recuperação. (...) A assessoria não soube informar se o serviço seria reativado ontem, mas disse que o abastecimento será gradativo nas áreas atingidas e deve estar totalmente regularizado até 36 horas após o reparo, o seja, até amanhã pela manhã. Alguns dos bairros atingidos já estavam sem água desde segunda-feira, quando outro serviço de manutenção interrompeu o abastecimento em 90 bairros da capital e outros 15 municípios da Bahia. Fonte: Jornal CORREIO, 04/06/2015, Caderno 24h, p. 4.</p>	T-1 T-2	DU DP
<p>Moradores enfrentam sufoco com falta d'água -Moradores das localidades atingidas pela suspensão do fornecimento de água desde a última terça-feira, para que fossem efetuados os reparos na tubulação da adutora da BR-324 - estão se virando como podem para driblar o problema. Na residência da dona de casa Vilma Lima, 54 anos, moradora do bairro da Capelinha, a água armazenada já está no limite. "Eu havia deixado um pouco na reserva, mas como moro com cinco pessoas fica mais difícil. Se não tivesse guardado, não sei o que seria da gente", revelou. No largo do Tanque, a situação dos moradores é parecida. A aposentada Maria Edésia Freitas, 83, afirmou que, pela primeira vez, o tanque da casa está vazio. "Estou usando água mineral para fazer tudo dentro de casa. A gente torce para que normalize logo", disse. A estudante Taylane Sousa, 25 anos, que mora no bairro de São Caetano, contou que, em casa, a água foi armazenada porque os familiares viram o aviso sobre a interrupção do fornecimento. "Colocamos água em baldes antes de faltar, para tentar evitar desespero</p>	T-2	DU DP

<p>depois", disse. Prejuízo - No mesmo bairro, Josenete Souza, 55 anos, vendedora em uma lanchonete, afirmou que, devido à falta de água, não está comercializando sucos e sanduíches. "Sem água não dá para lavar a chapa onde faço as comidas", contou. Fonte: Jornal A TARDE, 04/06/2015, Salvador e Região Metropolitana, p. A6.</p>		
<p>Reparo em trecho de adutora é finalizado - Os serviços de reparo da adutora principal do sistema integrado de abastecimento de água de Salvador, situado na BR-324 foram concluídos ontem. O fornecimento havia sido interrompido, pela primeira vez, temporariamente na última segunda-feira, quando a Empresa Baiana de Águas e Saneamento (Embasa) divulgou que realizaria trabalhos de manutenção preventiva no sistema de abastecimento. No entanto, com o retorno do fornecimento, segundo a empresa, como o fluxo de água é muito forte, provocou um vazamento na tubulação. O incidente deixou 41 localidades da capital sem água, novamente, na terça-feira. Para fazer o reparo no trecho da adutora principal danificado, o fornecimento de água precisou ser interrompido. Entre os locais afetados estão: Ribeira, Caminho de Areia, Uruguai, Calçada, Fazenda Grande, Curuzu, IAPI, Pero Vaz, largo do Retiro, Cabula e Pernambuco. De acordo com Embasa, depois da conclusão dos serviços de manutenção, o abastecimento agora será retomado, de maneira gradativa, com a completa regularização prevista para ocorrer em até 36 horas. Segundo o diretor de operação da empresa, Carlos Ramirez, a obra foi finalizada por volta das 11h da manhã, mas a previsão era que o abastecimento só fosse normalizado às 22h de ontem. "A montagem da tubulação já acabou, depois colocamos um bloco de ancoragem. Ou seja, um bloco de concreto ao lado da peça para que, com o fluxo da água, ela não se movimente e provoque um novo vazamento" explicou Ramirez. Ele explicou que a demora na volta do fornecimento de água acontece porque o chamado "bloco de ancoragem" precisa de, no mínimo, quatro horas para secar. "É preciso aguardar essa secagem, que nós chamamos de 'tempo de cura' para liberar a água", disse. Diante da situação de normalização do sistema de abastecimento, a Embasa sugere o uso racional da água armazenada nos reservatórios domiciliares. No início de abril passado, a mesma adutora foi danificada em outro trecho pelas obras do metrô. A ação provocou um vazamento que inundou o trânsito da BR-324, na altura da Jaqueira do Carneiro. Apoio - A CCR Metrô afirmou, por meio de nota, que "não há atividade de obra do metrô no local onde a Embasa realiza o serviço de manutenção da tubulação de água com vazamento". Entretanto, a empresa afirma que foi contatada pela Embasa para "dar apoio logístico ao trabalho de reparo da tubulação de água". Com isso, a concessionária informou que disponibilizou operários e equipamentos da construção do metrô para "ajudar a empresa a restabelecer o fornecimento de água o quanto antes". Fonte: Jornal A TARDE, 04/06/2015, Salvador e Região Metropolitana, p. A6.</p>	<p>T-2</p>	<p>DU DP</p>
<p>Praia do Forte tem principal trecho da orla imprópria para banhistas</p> <p>(...) Imbassaí - No distrito vizinho de Imbassaí, o rio homônimo tem três pontos impróprios: sob uma ponte em Diogo, na cachoeira Dona Zilda e próximo à foz. Também em um dos afluentes, o riacho Arrendamento, no trecho do hotel Grand Palladium, aponta o Inema. Membro do grupo Meio Ambiente Imbassaí: Quem Ama Cuida, o biólogo André Papi, 38, responsabiliza a Empresa Baiana de Águas e Saneamento (Embasa) como responsável. Segundo ele, a estação elevatória de tratamento, nos condomínios Praia Bela e Vista Bela estaria quebrada. Por meio de nota, a Embasa informa que concluiu, no início da semana, a estrutura para deixar de lançar no rio o esgoto tratado dos condomínios. Conforme a nota, desde a última quarta-feira, o efluente dessa estação passou a ser destinado à estação de tratamento do complexo hoteleiro Iberostar. Ainda conforme a nota, em fevereiro passado a Embasa concluiu a ampliação da estação de bombeamento do hotel Grand Palladium e, desde então, não houve mais vazamento de esgoto. A informação, no entanto, contradiz o que aponta o relatório divulgado pelo Inema na quarta-feira. Fonte: Jornal A TARDE, 05/06/2015, Salvador e Região Metropolitana, p. A4 - A5.</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DG DU DMO DP</p>

<p>Na bronca com a Embasa -Falta de respeito e de consideração. A Embasa está deixando muito a desejar. Minha fatura está aqui com aumento, mas os serviços não estão melhorando e pelo contrário, só decaindo. Não aguento mais sofrer com falta de água e fornecimento intermitente. Quando ligamos para reclamar ainda temos que ouvir horas uma propaganda dizendo que estão trabalhando para melhor nos servir. Fonte: Jornal CORREIO, 05/06/2015, Caderno 24h, p. 2.</p>	<p>T-1</p>	<p>DU DP</p>	
	<p>Falta d'água frequente - Moro no setor G, caminho 24, casas 7, Mussurunga I. Já faz mais de dez dias que não cai água na minha residência. Não está sendo diferente nas casas vizinhas. Esse problema na realidade é bem recorrente no bairro, em especial no meu setor. Só que agora se agravou drasticamente, pois não cai o mínimo de água. Fonte: Jornal CORREIO, 07/06/2015, Caderno 24h, p. 2.</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DP DG DU</p>
	<p>O gigante de pés de barro - (...). Sem uma política federal, estadual e metropolitana de construção de represas, investimentos em drenagem e desocupação de áreas de risco, agravada pela diminuição das áreas verdes, impermeabilização de 100% dos lotes para construção de garagens, deficiente recolhimento de lixo e a sucateada rede de águas pluviais o problema só tende a piorar. Recobrir rios é um tiro no pé, pois eles deixam de ser dragáveis. João Henrique fez isso na Vasco da Gama e no Imbui e estas áreas estão sendo alagadas. É preocupante que se vá repetir esse erro com o recobrimento dos rios Lucaia e leito sul do Camaragipe, que correm nos canteiros da Juracy Magalhães Jr. e ACM, para construção de um BRT que faz a mesma ligação do metrô: Lapa-Iguatemi. Estes dois rios drenam uma imensa bacia que se estende do Rio Vermelho até a Cidade Jardim, Candeal, Polêmica, Iguatemi e Itaigara. O assoreamento dessas galerias em um par de anos vai criar um problema insolúvel para a cidade. Uma via exclusiva de ônibus decentes (BRS) resolveria o problema com um custo ínfimo. Cada faixa dessas substitui cerca de 50 de carros de passeio. Inteligente seria aplicar esses bilhões em obras de drenagem livrando a cidade do flagelo anual e consagrando a administração que as realizasse. Paris, Recife e Cachoeira cortadas por grandes rios eram alagadas anualmente até meados do século passado. Hoje, graças a grandes obras hidráulicas, não sofrem mais esses efeitos. Salvador não é cortada por nenhum grande rio, é cercada pelo mar em três lados e possui grandes desníveis que facilitam a drenagem. Até áreas próximas do mar, como a Calçada, o Comercio, a Barra e a Pituba estão sendo alagadas. O recapeamento que foi feito em toda a cidade pela atual administração está sendo destruído pelos alagamentos. O que se está fazendo é o emergencial contra os deslizamentos de terra, mas nada pela drenagem. A solução para a RMS não são obras faraônicas de fachadas em plena recessão, como a ponte Salvador-Itaparica, a Linha Viva, e um minhocão que sepultará rios e áreas verdes senão ações estruturais. Urge repensar a RMS de forma integrada e não tópica e terceirizada. Fonte: Jornal A TARDE, 07/06/2015, Caderno Opinião, p. A2.</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DU DG DP</p>
	<p>Corpo de mulher desaparecida no rio de Jacuípe é encontrado</p> <p>Após 24 horas, o corpo de uma mulher, que desapareceu na última sexta-feira (12), no Rio Jacuípe de baixo, em Mata de São João, foi encontrado. De acordo com informações da Superintendência de Telecomunicações da Polícia (Centel), Cristiane Gonçalves, 40 anos, desapareceu após ter se afogado próximo a 'Bomba de água'. Após diversas buscas, populares encontraram o corpo da vítima no final da TARDE deste sábado (13). Familiares chegaram a acionar a polícia, através do 190, mas ninguém do Corpo de Bombeiros apareceu no local. Fonte: Jornalmaisregiao.com.br, 14/06/2015; Disponível em: http://maisregiao.com.br/corpo-de-mulher-desaparecida-no-rio-de-jacuipe-e-encontrado/; Acessado em: 18 de janeiro de 2016.</p>	<p>T-2 T-3</p>	<p>DG DR</p>

<p>Mais de 25 bairros ficam sem água após rompimento de tubulação na Paralela; veja lista</p> <p>O rompimento aconteceu em uma rede distribuidora de água, com diâmetro de 400 mm, na Avenida Paralela que atende toda a região. Vinte e sete bairros e áreas de Salvador ficarão sem água durante todo o dia <u>por conta do rompimento de uma tubulação da Embasa</u>, na manhã desta sexta-feira (3), na Avenida 29 de Março, próximo a um acesso à Avenida Paralela. Segundo a Empresa Baiana de Água e Saneamento (Embasa), o serviço de manutenção deve ser concluído até às 18h de hoje. Ainda de acordo com a Embasa, o rompimento aconteceu em uma rede distribuidora de água, com diâmetro de 400 mm, na Avenida Paralela que atende a região. Equipes com técnicos e operários da Embasa estão no local fazendo o reparo. Por conta disso, o fornecimento de água foi interrompido nas seguintes localidades: Alphaville, Costa Verde, Jardim Vila Verde, Mussurunga, Narandiba, Orlando Gomes, Paralela, Patamares, Pq. São Cristóvão, São Cristovão, Trobogy, Colinas da Ponte, Alto do Coqueirinho, Farol de Itapuã, Itapuã, Jardim Encantamento, Nova Brasília, Plakaford, Nova Conquista, Bairro da Paz, Alamedas de Praia, Praia do Flamengo, Stella Maris, Vila dos Sargentos, Jardim Piatã, Loteamento São Francisco, Mussurunga. Fonte: Correio24h.com, 03/07/2015; Disponível em: http://www.correio24horas.com.br/detalhe/noticia/mais-de-25-bairros-ficam-sem-agua-apos-rompimento-de-tubulacao-na-paralela-veja-lista/?cHash=e0149ae838b8668d020c4375e0fa033b Acesso em: 21/07/2015</p>	T-1	DU DP
<p>Após problema em tubulação, fornecimento é retomado. Embasa: O fornecimento de água em 26 bairros de Salvador foi normalizado ontem depois de ficar suspenso, desde sexta-feira, por conta do rompimento de uma tubulação da Embasa ocorrido em um canteiro de obras localizado na Avenida Paralela (sentido Centro). A tubulação afetada passa sob o canteiro de obras de construção da Avenida 29 de Março, que vai ligar a Avenida Orlando Gomes à BR-324. A Embasa informou que está preparando um relatório técnico para indicar as causas do rompimento. Para quem mora ou trabalha nos bairros que tiveram o fornecimento interrompido, ontem foi dia de agilizar as tarefas que não puderam ser feitas no dia anterior por conta a falta de água. No restaurante Novo Bar, em Mussurunga, por exemplo, a gerente Jaciara dos Santos chegou uma hora mais cedo para aproveitar que a água havia voltado. “Os pratos estavam acumulados e os banheiros sujos”, contou. Fonte: Correio, Salvador, 05 de julho de 2015, p. 4.</p>	T-1	DU DP
<p>Novo vazamento na Centenário provoca falta de água na Barra</p> <p>Embasa: O fornecimento de água na Barra foi interrompido, ontem, após uma rede romper, por volta das 7h40, na Avenida Centenário. Uma equipe da Embasa foi enviada para fazer o reparo, por volta de 10h30. Segundo um supervisor da obra que não quis se identificar, o vazamento teria sido causado por um furo na rede de encanamentos. O trabalho foi concluído às 14h40 e, segundo a Embasa, o abastecimento será normalizado, gradativamente, após a conclusão do serviço, até o início da madrugada. Motoristas tiveram que reduzir a velocidade por conta do volume de água na pista, mas, de acordo com a Transalvador, não houve engarrafamento. Este foi o quarto problema da empresa em menos de 30 dias. No dia 26 de junho, outro vazamento na Centenário deixou a Barra sem água. Outro vazamento, no dia 30 de junho, causou uma cratera que ‘engoliu’ um táxi que trafegava na avenida ACM. Na última sexta-feira, uma adutora rompeu na Av. Paralela, provocando o corte no abastecimento em 26 localidades. Fonte: Correio, Salvador, 05 de julho de 2015, p. 4.</p>	T-1	DU
<p>Pituba: Moradores ficam sem água após tubulação romper</p> <p>Abastecimento: Moradores de parte do bairro da Pituba ficaram sem água, ontem, após o rompimento da rede de abastecimento da Embasa. O fornecimento foi interrompido para o conserto da tubulação localizada na Avenida Paulo VI, em frente</p>	T-1	DU

<p>ao Centro Médico Albert Einstein. Parte da via ficou inundada. De acordo com a Embasa, equipes de técnicos finalizaram o serviço de reparo por volta de 17h. O abastecimento foi retomado gradativamente e a completa regularização estava prevista para ocorrer em até 24 horas. A informação de que serviços em uma obra teriam atingido o encanamento não foi confirmada – a causa do vazamento ainda está sendo investigada. Ainda de acordo com a Embasa, os imóveis que possuem reservatório para suprir a demanda não tiveram falta de água por conta do serviço de manutenção, o trânsito ficou lento na região durante a manhã e parte da tarde. Fonte: Correio, Salvador, 21 de julho de 2015, p. 04.</p>		
<p>Vazamento de água deixa trânsito lento na Pituba - Segundo técnicos, uma obra na região teria atingido e danificado a rede. Um vazamento de água deixou o trânsito lento na manhã desta segunda-feira (20) na Pituba, em Salvador. O acidente aconteceu por volta das 9h, na avenida Paulo VI, em frente ao Centro Médico Albert Einstein. Até às 11h20, o trânsito continuava lento na via, no trecho entre a rua das Hortênsias e Ramalho Ortigão. Uma equipe da Empresa Baiana de Águas e Saneamento (Embasa) foi encaminhada ao local para controlar o vazamento. O órgão informou, em nota, que o abastecimento de água será interrompido na região até que os reparos sejam realizados. A previsão é de que o serviço seja normalizado no início da TARDE. Segundo técnicos que trabalham no local, uma obra que está sendo realizada na região teria atingido e danificado a tubulação. Fonte: Correio24h.com, Disponível em: http://www.correio24horas.com.br/detalhe/noticia/vazamento-de-agua-deixa-transito-lento-na-pituba/?cHash=78158892eefd5bbdaaf97da4e0694606 Acesso em: 21/07/2015</p>	T-1	DU
<p>Falta d'água no Rio Vermelho</p> <p>Desde a semana passada, a Rua Aiocá, no Rio Vermelho, sofre com a falta de água. Na semana anterior ainda havia água, mesmo que pouca, na torneira, mas ficamos uns quatro dias sem poder tomar banho no chuveiro. Entrei em contato com a Embasa, reclamei e me deram 48 horas para um retorno, o que não aconteceu. A água voltou no final de semana. Mas, na terça-feira, 28, ficamos sem água novamente. Fonte: Jornal CORREIO, 01/08/2015, Caderno 24h, p?</p>	T-1	DG DP
<p>Tubulação de água se rompe e alaga lojas no centro da cidade</p> <p>O rompimento de uma tubulação da Embasa provocou o alagamento de uma casa e de vários estabelecimentos comerciais na Rua 21 de Abril, na tarde desta quinta-feira (6). De acordo com os lojistas, a água chegou a cerca de 20 metros e atingiu as mercadorias de três lojas de roupas e confecções e alagou uma residência que fica no primeiro andar de uma das lojas. Devido ao vazamento, um enorme buraco se formou, deixando parte da rua interditada. Com a força da água, dois carros também foram danificados e a porta de vidro de um apartamento foi quebrada. Os lojistas ainda não calcularam os prejuízos e afirmaram que irão acionar a Embasa para resolver o problema. “O Dia dos Pais está chegando e a gente com esse prejuízo”, lamentou um dos lojistas. O fornecimento de água chegou a ser interrompido para o conserto da tubulação que foi concluída pelos técnicos da Embasa por volta das 17 horas. Fonte: Candeiasmix.com.br, 06/08/2015; Disponível em: http://www.candeiasmix.com.br/candeias/22812/tubulacao-rompe-alaga-lojas-centro-cidade.html; Acesso em: 19/04/2016</p>	T-1 T-2	DU DG
<p>Salvador a Fonte da Bica - (...) Veja o leitor esse caso que está acontecendo em Itaparica. Em uma roda de conversa no Mercado Municipal, local de encontro da intelectualidade e da cidadania itaparicana, recebemos a informação de que a Fonte da Bica, o maior monumento natural de Itaparica, está sob grave ameaça de contaminação das suas nascentes. As nascentes da famosa água mineral baiana especialíssima pela</p>	T-1 T-2	DU DG DR

<p>exclusividade de ser, como nenhuma outra do Brasil, “carbonatada e sulfatada-sódica”, e por isso medicinal, conforme a análise apresentada ao imperador, nos idos de 1878, pelo médico baiano Domingos Carlos, ficam situadas na encosta de uma pequena colina rochosa de 40 metros de altura, coberta por um bosque tropical, quase no centro da cidade. Dei-me ao trabalho de ir ao local constatar, <i>in situ</i>, a denúncia. No topo desta colina, que é uma área pública protegida, está crescendo uma favela. Não são barracos miseráveis e sim, várias casas de alvenaria em construção, com seus vários elementos contaminantes do meio ambiente. Uma verdadeira aberração! (...) A Fonte da Bica é uma das maravilhas da cidade. É uma servidão de mais de 350 anos e já existia quando, em meados do século XVI, foi fundada a povoação da Ponta das Baleias, que deu origem à cidade. As suas águas sempre tiveram ampla utilização medicinal e a sua pureza sempre foi cantada por poetas e prosadores. Frei Manuel de Santa Maria Itaparica, um dos principais poetas do barroco baiano, escrevia sobre as águas de Itaparica: “Tão cristalinas são que aqui difusa, Parece nascer a Fonte de Aretusa”. Portanto, a atitude danosa ao patrimônio público dessa autoridade coloca o atual prefeito de Itaparica numa saia-justa e exige, sem dúvida, a intervenção imediata do Ministério Público. Por ser um tumor no tecido urbano, mas diagnosticado ainda no início, as construções que estão invadindo as nascentes da Fonte da Bica precisam ser sumariamente demolidas e a área recomposta, evitando-se, assim, que o mal se alastre. Ou em breve não poderemos mais dizer, como está inscrito no frontispício do parque hidromineral de Itaparica: “Eh! Água fina. Faz véia virá minina”.</p> <p>Fonte: Jornal A TARDE, 08/08/2015, Caderno Opinião, p. A2.</p>		<p>DP</p>
<p>Comunidade cobra retomada das reformas no Parque de Pituauçu: Plano de urbanização integrada evitaria a poluição, diz Embasa. De acordo com os manifestantes, quatro focos de esgoto desembocam na lagoa, o que provoca a poluição. "O parque está um descaso, as obras estão paradas, as esculturas jogadas às traças. A lagoa está poluída, cheia de lixo e fezes", denunciou o presidente da associação de moradores do bairro, Vítor Gabriel Sacramento, 29. Ao passar pelo parque é possível sentir o mau cheiro em alguns trechos da lagoa, além de perceber garrafas pet jogadas na água. Logo na entrada, o mato está tão alto que encobre esculturas de Mário Cravo Jr. Fonte: Jornal A TARDE, 08/08/2015, Salvador e Região Metropolitana, p. A6.</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DG DP DU</p>
<p>Embasa responde - Em nota, a Embasa informou que "os pontos de poluição na represa de Pituauçu têm origem em localidades de ocupação espontânea situadas na área de influência da bacia hidrográfica do rio Pituauçu, que lançam seus esgotos e lixo indevidamente em cursos d'água". A empresa de águas e saneamento do estado destacou também que, para resolver a situação, "é necessário que esses locais sejam alvo de um projeto de urbanização integrada, que viabilize a infraestrutura básica, como arruamento, pavimentação, macrodrenagem, entre outras, para a implantação de redes de esgotamento sanitário". O órgão estadual acrescentou ainda que, para minimizar a poluição da represa, é mantida em operação uma estação de captação em tempo seco no rio Pituauçu. Projeto global - Em relação à qualidade da água na lagoa do Parque Metropolitano de Pituauçu, o secretário estadual do Meio Ambiente, Eugênio Spengler, informou que a despoluição está prevista dentro do projeto global de recuperação do parque, não nesta primeira etapa. "A recuperação de 100% da ciclovia, a implantação do vídeo monitoramento, a retirada de todos os invasores do parque está prevista em próximas etapas", acrescentou o gestor público. Fonte: Jornal A TARDE, 08/08/2015, Caderno Salvador e Região Metropolitana, p. A6.</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DG DU DP</p>
<p>Projetos tentam reverter o abandono das fontes - As fontes que séculos atrás abasteciam Salvador perderam valor no espaço urbano e estão, em sua maioria, abandonadas, depredadas ou são usadas indevidamente. Em capitais européias, além de atrações turísticas, elas funcionam como espaços de lazer e interação social. Já em Salvador, são ignoradas pela população ou, quando freqüentadas, estão repletas de usuários de crack. Recentemente, a Câmara Municipal aprovou indicação ao governo do Estado para que recupere as fontes. A autora do projeto, Vânia Galvão (PT), admite,</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DG DU DP</p>

no processo de revitalização, um diálogo com a prefeitura que, por sua vez, já estuda ações nesse sentido. Fonte: Jornal A TARDE, 10/08/2015, Capa.		
<p>Fontes da capital precisam de atenção - Séculos antes de a água de encanada em Salvador, as fontes eram responsáveis por distribuir esse recurso natural aos soteropolitanos. Implantadas pelos portugueses, ao longo do tempo elas perderam valor no espaço urbano, têm sido usadas indevidamente e, até mesmo, depredadas. Nos últimos dias, A TARDE percorreu dez fontes no Centro Histórico e Centro Antigo de Salvador: do Gravatá, das Pedras, das Pedreiras, dos Padres, do Baluarte, de Santo Antônio, da Misericórdia, do Queimado, do Estica e do Dique do Tororó. Cada uma delas possui uma história, como data de fundação, estilo arquitetônico e tipo de material usado na construção. As informações estão disponíveis apenas no portal da Fundação Gregório de Mattos (FGM), mantenedora das fontes, que catalogou 19 desses equipamentos na capital baiana. Atrações turísticas em cidades europeias como Roma (Itália), Paris (França) e Lisboa (Portugal), as fontes são também espaços de lazer e interação social nesses países. Ao contrário, em Salvador, são ignoradas por parte da população ou, quando frequentadas, estão repletas de usuários de crack. Dentre todas, o cenário mais preocupante é retratado na Fonte do Gravatá, situada na esquina das ruas do Gravatá e da Independência. Abundante em água, não possui sinalização sobre a data de fundação. As escadarias estão cheias de lixo e servem como abrigo para consumo de drogas. Fonte: Jornal A TARDE, 10/08/2015, Salvador e Região Metropolitana, p. A4.</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DG DU DP</p>
<p>História - Ainda no século XVIII, o observador Santos Vilhena já apontava a existência de, pelo menos, 20 fontes públicas na Cidade do São Salvador, descreveu o historiador Afrânio Peixoto no livro Breviário da Bahia, de 1945. "Não havia uma cuja água se pudesse beber", registrou. Única tombada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), a Fonte do Queimado é utilizada como lava-jato pelos moradores do largo de mesmo nome. Possui limo nas paredes e as seis bicas estão entupidas. A última restauração ocorreu no ano de 1992, diz a lápide local. Uma placa de 1838 sinaliza a reforma executada pela Câmara Municipal, embora em 1801 Vilhena já a mencionasse. Chegou a receber visita do imperador dom Pedro II, conforme o estudo As Fontes na Cidade de Salvador (2012), de autoria dos pesquisadores Aucimaia Tourinho e Nicholas Costa. Na esquina da rua Vital Rego com a dos Perdões, a Fonte de Santo Antônio, no bairro homônimo, só está conservada porque foi adotada pela comunidade. "Aqui, vivia um morador de rua que sujava tudo com fezes. Limpamos e colocamos peixes para evitar a larva da dengue", contou o industrial Djalma Rodrigues, 60.</p> <p>Fonte: Jornal A TARDE, 10/08/2015, Salvador e Região Metropolitana, p. A4.</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DP DG DU</p>
<p>Taboão - Na rua do Julião, não há sinal da existência da Fonte do Taboão, onde a água não escorre mais. As pedras que adornavam o espaço tampouco existem, assim como a placa de fundação. Além de depósito de lixo, atualmente ela é utilizada como estacionamento. Os tempos áureos da fonte residem na memória do marceneiro Antônio do Caixão, 83, que ali se instalou em 1947, aos 16 anos. "Havia uma placa de 1870", recordou ele. "Sustentava a cidade, quando faltava água, que era gelada e salobra". O comerciante Clarindo Silva, 73, foi um dos que chegaram a trabalhar com "água de ganho" durante a juventude no Pau Miúdo. "Na época, não havia água encanada na cidade. A gente pagava uma ficha na fonte e, depois, ganhava dinheiro enchendo tonéis", sorri. Câmara aprova projeto para recuperar patrimônio: Recentemente, a Câmara Municipal aprovou projeto de indicação da vereadora Vânia Galvão (PT) para recuperação das fontes. A ideia é incluí-las no roteiro turístico, preservar a memória, estimular novos hábitos sociais e conservar o meio ambiente. Partimos do princípio de que a gestão da água é responsabilidade do estado, mas isso não impede que dialoguemos com o município. Não é um projeto que vai onerar o Executivo", explica Vânia. "As fontes precisam voltar a ter utilidade, pois são pontos de visitação mundo afora", observa a vereadora. Subgerente - Subgerente da FGM,</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DG DU DP</p>

<p>Cássio Ribeiro informa que o município já estuda formas de revitalizar as fontes que, assim como os monumentos, têm sido depredadas. “Temos um custo alto com a recuperação do patrimônio da cidade, que sofre com pichações e uso indevido”, afirma o gestor. Quatro fontes (do Dique, das Pedras, da Bica e do Tororó) foram recuperadas em 2014, em contrapartida exigida pela prefeitura para as obras da Arena Fonte Nova, informa Ribeiro. “Queremos que a população volte a valorizar e frequentar esses espaços, pois não adianta só recuperar”, avalia. (...) “Outras nove fontes devem passar por mais serviços”, anuncia. Fonte: Jornal A TARDE, 10/08/2015, Salvador e Região Metropolitana, p. A4.</p>		
<p>Apogeu e decadência - Autora do estudo Fontes de Salvador: Apogeu e Decadência (2008), a turismóloga Maria Luiza Rudner conta sobre a influência da água na escolha de Thomé de Souza pela cidade. “A história das fontes remete à fundação de Salvador. É uma história linda e, ao mesmo tempo, triste”, lamenta. Coordenadora do grupo de pesquisa Jornalismo, Cidade e Patrimônio Cultural, da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (Unesb), a professora e jornalista Mary Weinstein avalia a importância das fontes para além do lado patrimonial. “Com a escassez generalizada de água seria interessante voltar o olhar para as fontes, que podem sintetizar um trajeto de expansão da cidade”, argumenta Mary. Fonte: Jornal A TARDE, 10/08/2015, Salvador e Região Metropolitana, p. A4.</p>	<p>T-1</p>	<p>DP DU</p>
<p>Pé no cano -(...) o vereador Euvaldo Jorge (PP) foi ontem à Rua do Canal, ou Miguel Navarro Cañizares, na Pituba, a convite dos moradores. Lá, tempo de chuva forte também alaga tudo e, no seco, vira depósito de lixo ou abrigo para moradores de rua. Euvaldo foi cauteloso. Nada de botar o pé na cumbuca. Fonte: Jornal A TARDE, 12/08/2015, Caderno Opinião, p. A2.</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DG DU</p>
<p>Vazamento sem solução -No dia 9/8/15 acionei a Embasa para resolver um vazamento de água referente a um cano partido na Av. San Martin (protocolo 916568308). O prazo para atendimento era de 48 horas. Passados oito dias, o cano continua jorrando água. Em várias cobranças, a Embasa informa que vai reforçar o pedido para a área específica solucionar. Como pode uma empresa agir com tanto descaso na solução de um simples problema que tem gerado desperdício de água? Fonte: Jornal A TARDE, 18/08/2015, Caderno Opinião, p. A2.</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DG DU DP</p>
<p>Ancinho - A retirada das baronesas é feita de forma artesanal, com um ancinho improvisado, próprio para jardinagem, amarrado a um longo pedaço de fio. Para recolher as plantas, os voluntários do grupo chegam a entrar na água para atirar a ferramenta e puxar as baronesas até a margem da lagoa. O corredor conhecido como seu Madruga é um dos voluntários, mas alerta que, apesar de gostar do trabalho, não se aventura a ir muito fundo na água. "Faço de tudo, pego peso, limpo, mas na água escura eu não gosto de entrar. Tem muita sucuri por aqui", diz e solta uma gargalhada. Segundo Ulisses, depois da limpeza, funcionários do estado [Inema] coletam o lixo e a prefeitura [Limpurb] dá destino final. Fonte: Jornal A TARDE, 18/08/2015, Salvador e Região Metropolitana, P A4-9</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DU DG</p>
<p>Embasa atende - Em atenção à reclamação do leitor Antônio Carlos Junior, publicado no Espaço do Leitor de terça-feira (18), a Embasa informa que corrigiu na manhã de hoje (18), o vazamento de água em um ramal da ligação do seu imóvel. A Embasa reconhece que houve um atraso no atendimento, devido a uma falha interna no encaminhamento desta solicitação no sistema. E contato com a empresa, o cliente observou que estranhou o atraso na correção do vazamento justamente por ter sido atendido de modo satisfatório pela Embasa em outras ocasiões. Unidade de Comunicação Social da Embasa. Fonte: Jornal A TARDE, 19/08/2015, Caderno Opinião, p. A2.</p>	<p>T-1</p>	<p>DU DP</p>

<p>Simões Filho: Vazamento em adutora provoca deslocamento de contenção próximo à rodoviária - Uma adutora de água da Embasa rompeu nas primeiras horas desta manhã de sexta-feira (28), próximo à rodoviária do município de Simões Filho, sentido a BR-324 e provocou uma erosão no local. O fato chamou a atenção de transeuntes e houve um grande engarrafamento com o bloqueio da pista, onde os motoristas foram auxiliados pela SETRAN que organizou a movimentação de veículos no local. De acordo com Israel Frederico, Coordenador da Defesa Civil do município de Simões Filho, a adutora com 40 milímetros rompeu sobre alta pressão e resultou no deslocamento de parte da contenção. O órgão acionou a Embasa que fez o fechamento total da água e no decorrer do dia, diversos bairros do município ficaram sem água. (...). Fonte: Mapelenews.com, 28/08/2015; Disponível em: http://mapelenews.com/simoes-filho-vazamento-em-adutora-provoca-deslocamento-de-contencao-proximo-a-rodoviaria/; Acesso em: 12/04/2016</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DG DU DP</p>
<p>Rui autoriza obra em encosta e anuncia requalificação de canal</p> <p>(...). Durante a visita, o governador também prometeu fazer uma intervenção no canal do Mané-dendê, que já tem projeto em andamento. "Mas, para reconstruir o canal, precisaremos retirar as pessoas que moram ali para levá-las a um local mais seguro", avisou. As ações no bairro integram o Programa de Prevenção de Desastres Naturais, que prevêem contenção de encostas em 98 localidades da capital até o final de 2016, com investimento de R\$ 156 milhões - os são recursos do PAC 2. Fonte: Jornal CORREIO, 02/09/2015, Caderno 24h, p. 5.</p>	<p>T-1</p>	<p>DU DP DG</p>
<p>Muriçocas de Itapuã</p> <p>Na condição de morador e contribuinte, solicito com a máxima urgência a dragagem dos córregos de esgoto localizados na Rua da Ilha e adjacências, considerando que não vem sendo feito o serviço acima mencionado há mais de quatro anos e as muriçocas virão infernizar as nossas noites de sono reparador da labuta de um dia de trabalho. Fonte: Jornal A TARDE, 04/09/2015, Espaço do Leitor, p. A2.</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DG DU</p>
<p>Sem água - Faltar água um dia em nossas casas para a manutenção na rede, tudo bem. Mas falta durante quatro dias seguidos, sem aviso da Embasa e no feriadão, é muita falta de respeito. As atendentes do 0800 informando que não há previsão de solução porque não sabem o que aconteceu, começaram a derrubar nossas ligações para não gerar protocolos de reclamação. Triste feriadão para nós, moradores do Barbalho. Mais triste ainda ver que o governo do estado, com arrecadação muito maior do que a prefeitura de Salvador não consegue melhorar os serviços públicos estaduais como a prefeitura está fazendo com os municipais. Fonte: Jornal A TARDE, 09/09/2015, Caderno Opinião, p. A2.</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DG DU DP</p>
<p>Governo entrega 11ª obra de contenção de encostas - O motorista Ailton Oliveira, de 39 anos, sentiu-se aliviado, nesta terça-feira, 8, ao ver a localidade de Beira Rio, em São Cristóvão, receber uma das obras de contenção de encostas do governo estadual. A comunidade é uma das 11 contempladas por intervenções semelhantes desde março. Ao custo de R\$ 500 mil, a obra surge como garantia de mais segurança à 52 famílias que viviam em área de risco. O local, de difícil acesso, quase sem infraestrutura, fica nas margens do rio Ipitanga, causador de enchentes. Segundo Ailton, "desde que se entende por gente", as chuvas causaram deslizamentos, alagamentos e, em consequência, prejuízos aos moradores. Satisfeito com o serviço da encosta, ele quer mais: pavimentação, área de lazer e inclusão social. "Há mais de dez anos, esperávamos por uma obra dessa. Não tenho nada a reclamar", avaliou o motorista, com um bebê no colo. (...). Fonte: Jornal A TARDE, 09/09/2015, Salvador e Região Metropolitana, p. A9.</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DP DG DU</p>

<p>(...) Macro drenagem - Costa também falou do investimento de cerca de R\$ 190 milhões na macro drenagem no rio Ipitanga. A intenção é prevenir alagamentos em São Cristóvão e Lauro de Freitas (Grande Salvador). As intervenções, segundo ele, devem durar cerca de dois anos. E prometeu utilizar mão de obra local durante a recuperação do rio. "A Conder fará um levantamento para cadastrar as pessoas para um curso profissionalizante", concluiu. Fonte: Jornal A TARDE, 09/09/2015, Salvador e Região Metropolitana, p A9.</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DU DP</p>
<p>Fornecimento de água é suspenso hoje em 50 localidades da capital</p> <p>O abastecimento de água em 50 localidades será interrompido hoje pela manhã para manutenção nos reservatórios de Águas Claras e Cajazeiras. Segundo a Embasa, por conta do serviço, o abastecimento será suspenso entre 8h e 16h – quando o fornecimento será retomado gradativamente. As áreas afetadas são: Parte de Pituacu, Alphaville I e II, Av. Orlando Gomes, Av. Paralela, parte de Patamares, São Cristóvão, Trobogy, Alto do Coqueirinho, Itapuã, Nova Conquista, Bairro da Paz, Praia do Flamengo, Stella Maris, Jardim Piatã, Placaford, Mussurunga, parte de Águas Claras, Dom Avelar, Castelo Branco, Porto Seco Pirajá, Pau da Lima, Jardim Cajazeiras, Vila Canária, Granjas Rurais, Jardim Esperança, Loteamento Marotinho, Sete de Abril, Estrada Velha do Aeroporto, Nova Brasília, Canabrava, condomínios Colinas de Pituacu, Vale dos Lagos, Recanto das Ilhas, Paralela Park, Vivenda dos Pássaros e Mata Atlântica, São Marcos, Nova Cidade, Jardim das Limeiras, Bosque Imperial, São Rafael, Jaguaripe I e II, Residencial Jardim dos Girassóis, Cajazeiras VIII e X, Fazenda Grande I a IV, Loteamento Jardim Mangabeira. Fonte: Jornal CORREIO, 09/09/ 2015, Caderno24H, p. 4.</p>	<p>T-1</p>	<p>DP DU</p>
<p>Lazer se transforma em tragédia: Morador de Simões Filho morre afogado</p> <p>Um jovem do município de Simões Filho morreu afogado na tarde deste último domingo (13); por volta das 16:30h, enquanto nadava em um rio nas proximidades do bairro Futurama I, na cidade de Dias D'Ávila. O corpo de Maison Correia Paulo de Jesus está sendo removido pelo Departamento de Polícia Técnica (DPT) e o caso será investigado pela 25ª Delegacia Territorial (DT/Dias D'Ávila); Fonte: Mapelenews.com, 14/09/2015; Disponível em: http://mapelenews.com/lazer-se-transforma-em-tragedia-morador-de-simoes-filho-morre-afogado/</p> <p>Acesso em: 12/04/2016</p>	<p>T-2 T-3</p>	<p>DR DG</p>
<p>Embasa identifica 4,7 mil 'gatos' na rede de 6 cidades - Em quatro meses a Empresa Baiana de Águas e Saneamento (Embasa) identificou 4.704 casos de fraude no consumo de águas. Os casos foram registrados em 4 meses de trabalho em seis cidades baianas. A ação da empresa aconteceu desde maio em Salvador, Camaçari, Dias D'Ávila, Feira de Santana, Conceição do Coité e Serrinha. Em todos os casos a Embasa aplicou multa quando necessário, assim como levantou os débitos do imóvel em relação ao não pagamento de contas de água e/ou esgoto. Dos casos identificados, 1.340 (29%) já regularizaram a situação junto à empresa e o restante será objeto de análise para novo acompanhamento e procedimento de cobrança. De acordo com o gerente de Cobrança, Victor Mota, a Embasa vai continuar o trabalho nestas cidades e expandir para outras. "A fraude no consumo de água tratada é uma prática que promove o desperdício e prejudica a coletividade que paga sua conta em dia. A intenção da Embasa, com essa operação, é retirar a fraude e oferecer boas condições para a regularização. Alguns consumidores têm se mostrado favoráveis a quitar seus débitos e legalizar sua ligação de água", assinalou o gerente por meio de nota. Desvio - De acordo com a Embasa, em 2014, as ações fraudulentas foram responsáveis pelo desvio de mais de 2,1 bilhões de litros de água por mês em Salvador e Região Metropolitana. Em 2011, esse número era de 1,3 bilhão de litros. Os 137,6 mil casos de suspeitas de fraudes podem resultar prejuízo de R\$ 121,7 milhões, pelo volume de água não faturado. Fonte: Jornal A TARDE, 16/09/2015, Salvador e Região Metropolitana, p. A4.</p>	<p>T-1</p>	<p>DP DU DG</p>

<p>Embasa inicia vistoria em construções - Após identificar 4.704 irregularidades em seis cidades no estado durante quatro meses, a Empresa Baiana de Águas e Saneamento (Embasa) está fiscalizando agora as construções civis para combater as ligações clandestinas de água. Conforme a empresa, algumas obras têm o serviço de fornecimento inativo, mas as intervenções seguem com o uso de água, o que tem levado a suspeitas. "Agora, todas as áreas em obras podem ser fiscalizadas. Depois, partiremos para comércios e residências", disse o gerente de gestão comercial, José Roberto Oliveira. De acordo com a Embasa, 22 equipes, com dois agentes, estão atuando no combate às ligações clandestinas. Nesta segunda-feira, 22, por exemplo, a empresa realizou uma operação em uma obra na rua Afonso Celso, na Barra, mas ainda não conseguiu identificar a fraude. As suspeitas relacionadas a irregularidade em construções partem de denúncias feitas pela população ou de indícios identificados pela própria Embasa. "Essa obra tem uma ligação inativa, foi cortada há 11 meses por falta de pagamento. No entanto, a obra foi toda erguida com água. Vamos continuar verificando para tentar encontrar a ligação irregular", afirmou o gerente. "Toda ligação cortada em local habitado é uma suspeita para nós", frisou ele. Também nesta segunda, os agentes fiscalizaram as obras de requalificação do Rio Vermelho, realizadas pela prefeitura, sem encontrar irregularidades. A Ceasinha do Rio Vermelho também foi alvo da operação. Fonte: Jornal A TARDE, 22/09/2015, Salvador e Região Metropolitana, p. A6.</p>	T-1	DU DP
<p>Vistoria - Entre maio e agosto últimos, foram oito mil pontos vistoriados - identificados (não apenas em construções) a partir de denúncias ou suspeitas da própria empresa. Mais da metade deles (4.704) apresentaram casos de irregularidades, os chamados "gatos". A ação foi realizada em Salvador e outros cinco municípios baianos (Camaçari, Dias D'Ávila, Feira de Santana, Conceição do Coité e Serrinha). A quantidade de água desviada por essas fraudes não foi divulgada. No entanto, se for considerado o gasto médio mensal de 13 mil litros de água por residência estimado pela Embasa, essas 4.704 ligações irregulares encontradas podem ter desviado pelo menos 61,1 milhões de litros de água, por mês. Penalidade - Os responsáveis pelas irregularidades são notificados e podem ser punidos criminalmente, uma vez que furto de água é tipificado pelo artigo 155 do Código Penal, que prevê reclusão de um a quatro anos. De acordo com José Roberto Oliveira, o valor mínimo da multa é de R\$ 147. "O máximo não dá para prever, pois depende do tempo, da quantidade de água furtada, cobramos também o serviço que realizamos. Já aplicamos multas de R\$ 100 mil, por exemplo", afirmou. As operações de fiscalização estão ocorrendo em bairros considerados nobres e populares. A meta para o próximo ano, diz Oliveira, é dobrar o número de equipes para intensificar ainda mais as ações de combate às fraudes e clandestinidade. Segundo a Embasa, no ano passado, ações fraudulentas foram responsáveis pelo desvio indevido de mais de 2,1 bilhões de litros de água, por mês, em Salvador e na região metropolitana. Em 2011, esse número era de 1,3 bilhão - aumento de 61,5%. Os 137,6 mil casos de suspeita de fraudes resultaram em prejuízo da ordem dos R\$ 121,7 milhões, decorrente do volume de água não faturado, ainda de acordo com a empresa. Fonte: Jornal A TARDE, 22/09/2015, Salvador e Região Metropolitana, p. A6.</p>	T-1	DP DU
<p>Descentralização tem papel decisivo nas chuvas -Serviços como limpeza de canais estão entre os procurados pela população nas unidades. (legenda da foto) Fonte: Jornal A TARDE, 29/09/2015, Caderno Prefeituras-Bairro, p 8.</p>	T-1	DU DP
<p>Obras vão requalificar orla do subúrbio - (...). Ainda segundo o presidente da FMLF, parte das ações foi sugerida por moradores. "Durante seis meses realizamos oficinas para conhecer as necessidades das comunidades". Um dos exemplos é a área do Alvejado, que terá arborização, e a requalificação da fonte de água perto da estação</p>	T-1	DP

<p>Mocotó. “Um dos nossos pedidos foi a conservação das fontes e da vegetação nativa”, disse o diretor da Associação dos Moradores de Plataforma (Ampla), Jorge Paiva. (...) Fonte: Jornal A TARDE, 05/10/2015, Salvador e Região Metropolitana, p. A4.</p>		DU
<p>Distribuição de água será normalizada amanhã - O fornecimento de água em três bairros do subúrbio ferroviário, suspenso por conta de cratera que se abriu na rua Osvaldo Martins de Castro, no trecho sobre a obra de um túnel do Corredor Transversal I, deve ser normalizado amanhã à noite. Segundo comunicado enviado pela Empresa Baiana de Águas e Saneamento (Embasa), um dos registros da rede distribuidora foi fechado na rua 20 de Agosto, no Lobato, para garantir a segurança dos moradores nos bairros Boa Vista do Lobato, Bela Vista do Lobato e parte de Marechal Rondon. No final da tarde de ontem, a empresa informou, por meio de nota, que as intervenções para garantir a retomada do abastecimento na maioria dos imóveis nesses três bairros estavam previstas para ser concluídas ainda na noite de ontem. Ainda de acordo com a Embasa, somente em 56 imóveis, em três ruas da região (não informadas), o fornecimento de água permanecerá interrompido até o consórcio responsável pela construção do túnel afastar qualquer risco de movimentação do solo. Também por nota, a Secretaria de Comunicação do estado informou que o Consórcio Transoceânico Salvador (CTS), contratado pela Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado (Conder) para executar a obra, continua com ações no local, mas não informou prazo de conclusão. Enquanto o abastecimento de água não é retomado, as comunidades no entorno da cratera estão sendo alimentadas por carros-pipa. Com baldes, panelas e garrafões, os moradores da rua Boa Ventura formavam filas para pegar um pouco de água. "Aqui é para banho, cozinhar, tudo", resumiu o morador Carlos Silva, 27 anos. Além do corte na água, a Embasa informa que foi realizado um desvio na rede de esgotamento sanitário no trecho anterior ao ponto de desmoronamento para evitar extravasamento do esgoto, caso a tubulação próxima à cratera seja afetada. Entre as ações do CTS, segundo informações da Secretaria de Comunicação, estão o lançamento de concreto para estabilizar o terreno e preencher o vazio provocado pela erosão. Após essa fase, hoje, será iniciada uma operação para estabilizar a rua Osvaldo Martins de Castro, local da cratera. Fonte: Jornal A TARDE, 07/10/2015, Salvador e Região Metropolitana, p. A8.</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DP DG DU</p>
<p>Rios e canais de Salvador acumulam lixo - Nos rios e córregos que cortam Salvador praticamente todo tipo de objeto pode ser encontrado. Só de 2014 até junho deste ano, a Secretaria Municipal de Manutenção (Seman) retirou cerca de 90 toneladas de lixo dos cursos de água da cidade. Eram pneus, camas, guarda-roupas, colchões, vasos sanitários, janelas, entulho etc. Na Av. Tancredo Neves, área comercial estratégica, no Caminho das Árvores, o rio Camarajipe, um dos principais da capital baiana, é exemplo desta poluição em rios, córregos e canais. O descarte de lixo e o despejo de esgoto nos seus quase 36 km de extensão são os fatores responsáveis pela degradação. No trecho do rio que fica aos fundos da loja Tend Tudo não é raro ver sacos de lixo, entulho, materiais de construção e manchas de tinta na água. Segundo a Empresa Baiana de Águas e Saneamento (Embasa), todos os dias 600 kg de lixo são retirados do trecho do Camarajipe defronte à Estação Iguatemi e levados para o Aterro Sanitário Metropolitano, na divisa de Salvador com o município de Simões Filho. No local, grades foram instaladas para reter os detritos, sem impedir fluxo das águas. "É uma função da prefeitura limpar os rios da cidade, mas estamos fazendo isso porque, senão, nosso sistema de tratamento de esgoto, para onde também vai o fluxo do rio, entope", explica Júlio Mota, superintendente de esgotamento sanitário da Embasa na Grande Salvador. Fonte: Jornal A TARDE, 08/10/2015, Salvador e Região Metropolitana, p. A5.</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DP DU DG</p>
<p>Plano de limpeza - Segundo a Seman, um plano de ação para limpar e desobstruir 98 rios, canais e córregos da capital baiana foi montado em 2013 e está em execução desde lá. O órgão prevê a conclusão total da limpeza no segundo semestre deste ano. Até o primeiro semestre, de acordo com o documento, 77 ações já foram concluídas e outras 20 estão previstas para acontecer até dezembro. A relação aponta ainda que 1 km</p>	<p>T-1</p>	<p>DP DU</p>

do rio Saboeiro, localizado em Narandiba, foi limpo na primeira parte deste ano. As margens do fluxo de água, que nasce entre os bairros do Cabula VII e Tancredo Neves, está ocupada, sem nenhum planejamento urbano. Fonte: Jornal A TARDE, 08/10/2015, Salvador e Região Metropolitana, p. A5.		DG
Santa Mônica - Hoje, os moradores da travessa Santa Mônica, uma das que são cortadas pelo rio do bairro, reclamam do mau cheiro, alagamento, doenças e riscos de acidente. "Eu moro aqui há 36 anos e nunca vi melhora", afirma o pedreiro Edson Santos, 48 anos. "Os políticos vêm, prometem que vão tapar e limpar o rio, mas somem quando conseguem nosso voto". Segundo ele, ratos passeiam pelas casas. Muriçoca e mosquitos também são frequentes. "Meu filho tinha problema respiratório e vários vizinhos aqui já tiveram dengue e zika", lamenta o pedreiro. O problema, porém, vai além. As casas construídas à beira do rio não contam com rede de esgoto. Os detritos são despejados diretamente no córrego, por tubulações externas. Prejuízos: Parte do fluxo foi coberta com concreto, pela vizinhança, porém a travessa está em região de vale. Quando chove, a água atinge mais de um metro, segundo os moradores. "Eu já perdi tudo: guarda-roupas, estante, sofá...", listou a diarista Irene Silva de Oliveira, 44. Fonte: Jornal A TARDE, 08/10/2015, Salvador e Região Metropolitana, p. A5.	T-1 T-2	DP DU DG
Ocupação desordenada agrava a poluição da cidade - Um estudo do Instituto Trata Brasil, organização da sociedade civil composta por empresas que defendem avanços no saneamento, identificou 20 mil casos de ligações ociosas de esgoto na capital baiana. São ligações que despejam os dejetos em rios. A informação é da Embasa, que emitiu nota sobre o assunto ao ser questionada pela equipe de reportagem de A TARDE. No texto, a empresa informou que "a obrigação de providenciar a ligação de seus efluentes com a rede pública de esgotamento é do usuário". O órgão disse ainda que não há projeto para implementar serviço de esgotamento nesta área. "A travessa Santa Mônica se trata de uma ocupação desordenada do canteiro central da avenida Edgard Santos, onde fica um córrego no qual moradores lançam esgoto o lixo diretamente", afirma a Embasa no comunicado. Além disso, a empresa salientou que existem outros fatores que causam a poluição dos rios de Salvador, como o descarte indevido de lixo e a sujeira das ruas, que a água da chuva leva para os rios, canais e córregos da cidade. Sobre isso, a Limpurb (Empresa de Limpeza Urbana de Salvador) disse apenas que "atua com várias campanhas educativas", no entanto, "infelizmente a comunidade continua descartando lixo, entulho e outros materiais sem utilidade em local inadequado". Também procurada para falar sobre o risco à saúde em comunidades próximas a rios poluídos, a Secretaria Municipal da Saúde (SMS) informou que o método utilizado para evitar a proliferação de doenças é a visita de agentes, o uso de larvicida – no caso dos mosquitos da dengue – e a desratização – no caso dos roedores. Fonte: Jornal A TARDE, 08/10/2015, Salvador e Região Metropolitana, p. A5.	T-1 T-2	DG DP DU
Dificuldades - De acordo com o secretário de Manutenção, Marcílio Bastos, o plano de limpeza executado pela prefeitura desde 2013 tem o objetivo justamente de devolver profundidade e dimensão original aos fluxos d'água. Além de promover a desobstrução dos rios ainda este ano, o plano da secretaria é permanecer com ações de limpeza anuais ou a cada dois anos, a depender da demanda. Em épocas de chuva, quando as águas pluviais misturam esgoto e rios, os trabalhos serão antecipados em locais mais afetados, explica Marcílio Bastos. Segundo o secretário, o processo de limpeza, que inclui o tratamento das águas invadidas por esgotos irregulares, é dificultado por diversos fatores, como a cobertura dos cursos d'água. Obstrução - É o que acontece em avenidas como a Vasco da Gama, em Salvador. No local, na última limpeza feita pela Seman, diversos colchões foram encontrados obstruindo as tubulações. O material, descartado irregularmente em algum trecho do córrego, foi parar lá e demorou para ser identificado pelos técnicos. "Os colchões possuem esse potencial de entupir as tubulações. Limpamos o rio todo na Vasco da Gama e ele continuava transbordando em outros trechos, até que finalmente foi descoberto o motivo", conta Bastos. De acordo com a assessoria da Seman, em média, 100 pneus são encontrados em cada	T-1 T-2	DU DP DG

<p>trabalho de limpeza feito pela prefeitura. O objeto, por causa da sua composição emborrachada, também ajuda a entupir os rios, canais e córregos, provocando transbordamento das águas e, conseqüentemente, a poluição das praias. Fonte: Jornal A TARDE, 08/10/2015, Salvador e Região Metropolitana, p. A5.</p>		
<p>Homem de 54 anos morre afogado em Imbassaí - Pouco menos de uma semana, mais uma morte por afogamento é registrada em Imbassaí, litoral de Mata de São João. Dessa vez, a vítima foi um homem de 54 anos. De acordo com informações de testemunhas, o corpo de Arnol Santana dos Santos foi encontrado, por volta das 15h10 deste domingo (18), nas margens do rio por uma criança, que se banhava no local. O corpo foi retirado da água por populares já sem os sinais vitais e colocado no passeio de uma casa. O que chamou atenção de todos, é o que o local onde o corpo foi encontrado pela criança não era fundo. Há suspeita que o homem passou mal e desmaiou. Arnol vazia parte de uma excursão de Salvador. O corpo dele foi removido pelo departamento de Polícia Técnica de Salvador (DPT). Fonte: Jornalmaisregiao.com.br, 18/10/2015; Disponível em: http://maisregiao.com.br/homem-de-54-anos-morre-afogado-em-imbassai/; Acessado em: 18 de janeiro de 2016.</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DR DG</p>
<p>Audiência pública debate ponte Salvador-Itaparica - A construção da ponte Salvador-Itaparica vai gerar 167 impactos ambientais, dos quais 81 no meio físico, 32 no biótico e 34 socioeconômicos. Entre o que é considerado negativo estão a alteração de habitats de recifes, supressão de vegetação e manguezais, perdas de comunidades botânicas, além de emissões atmosféricas e aterramento de parte do rio Jaburu. Estes itens estão previstos no Estudo de Impacto Ambiental (EIA) do projeto do Sistema de Travessia Salvador - Ilha de Itaparica. Moradores, lideranças e políticos locais, especialistas e representantes das empresas responsáveis pela elaboração do EIA e do governo do estado participaram da audiência pública realizada ontem no Grande Hotel Sesc, em Itaparica. (...) Resíduos - Cledson Cruz, membro do Conselho das Cidades, ressaltou que é preciso atentar para os impactos demográficos, uma vez que a população na ilha deve aumentar de 60 mil habitantes (em Itaparica e Vera Cruz) para cerca de 250 mil, décadas após a conclusão da ponte, segundo previsão do governo. A questão de resíduos sólidos e esgoto é uma preocupação da empresária Bernadete Martins. O condomínio Jardim Gameleira, onde mora, tem sofrido com o esgoto que cai no rio que dá nome ao empreendimento. "É preciso haver investimento. Se crescer como estão falando, o rio ficará ainda mais poluído", criticou. Fonte: Jornal A TARDE, 20/10/2015, Salvador e Região Metropolitana, p. A4.</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DP DU DG</p>
<p>Mais de 60 localidades vão ficar sem água hoje - O fornecimento de água será interrompido hoje em 66 localidades de Salvador. De acordo com a Embasa, o abastecimento será suspenso para realização de serviços de manutenção em uma subadutora. A interrupção do fornecimento será a partir das 9h e o fornecimento de água deve ser retomado, gradativamente, a partir das 21h, quando o serviço deve ser concluído. Imóveis que têm reserva para consumo diário não devem ser afetados com a suspensão. Os bairros que vão ficar sem água são: Calabar, Av. Centenário, Chame-Chame, Ondina, Barra, Garcia, Federação, Jardim Apipema, Graça, Vitória, Canela, Eng. Velho da Federação, Rio Vermelho, Centro, Centro Histórico, Tororó, Barris, Av. Vasco da Gama, Dique do Tororó, Brotas, Eng. Velho de Brotas, Acupe, Ogunjá, Jardim Caiçara, Alto do Saldanha, Boa Vista de Brotas, Bonocô, Cosme de Farias, Loteamento Santa Tereza, Matatu, Vila Laura, Luiz Anselmo, Galés, Bandeirantes, Campinas de Brotas, Amaralina, Candeal, Chapada do Rio Vermelho, Cidade Jardim, Horto Florestal, Nordeste, Polêmica, Parque Cruz Aguiar, Santa Cruz, Vale das Pedrinhas, parte do Itagira, Caixa D'Água, Cidade Nova, Lapinha, Nazaré, Barbalho, Loteamento Joana D'Arc, Saúde, Macaúbas, Comércio, Água de Meninos, Dois Leões, Sete Portas, Baixa dos Sapateiros, Djalma Dutra, Santo Agostinho, Barros Reis, Santo Antônio, parte da Liberdade, parte de Pero Vaz e Pau Miúdo.</p> <p>Fonte: Jornal CORREIO, 27/10/2015, Caderno 24h, p. 5.</p>	<p>T-1</p>	<p>DP DU</p>

<p>Jovem morre afogado em lagoa da CCC</p> <p>NA TARDE desta terça feira (27), Jeferson Magalhães Santos, 20 anos, morreu afogado na lagoa da CCC, no bairro da Urbis 1, em Candeias. Jeferson estava com mais com três amigos em cima de um colchão inflável, quando se desequilibrou, caiu e desapareceu na água. Os amigos tentaram socorrer a vítima, mas não conseguiram. O Corpo de Bombeiros foi acionado, mas as viaturas que ficam em Madre de Deus não tinham condições de uso. As buscas pelo corpo do jovem serão retomadas na manhã desta quarta-feira (28). Apesar da proibição para a banho, a área ainda frequentada por muita gente. Fonte: Candeiasmix.com.br, 28/10/2015; Disponível em: http://www.candeiasmix.com.br/candeias/23917/jovem-morre-afogado-lagoa-ccc.html; Acesso em: 19/04/2016</p>	<p>T-2</p> <p>T-3</p>	<p>DR</p> <p>DG</p>
<p>Jovem desaparecido é encontrado morto em lagoa de Candeias - Foi encontrado na noite desta quarta-feira (28), no município de Candeias, na Região Metropolitana de Salvador (RMS), o corpo de Jeferson Magalhães dos Santos, de 18 anos, que desapareceu após mergulhar em uma lagoa da cidade na quarta-feira (27). A informação é confirmada pela 20ª Delegacia Territorial (DT/Candeias). O corpo foi encontrado por moradores na margem da lagoa onde a vítima se afogou, no bairro da Urbis I. (...); Fonte: Candeiasmix.com.br, 29/10/2015; Disponível em: http://www.candeiasmix.com.br/candeias/23937/jovem-desaparecido-encontrado-morto-lagoa-candeias.html; Acesso em: 19/04/2016</p>	<p>T-2</p>	<p>DG</p>
<p>Rediviva Salvador - (...). Sem sair da nossa cidade, podemos vivenciar uma estética social e arquitetônica de valor universal, olhando o nosso próprio umbigo, se soubermos, é claro, renovar o nosso aflito olhar. (...). Extraordinária atitude seria levar os alunos soteropolitanos naqueles belos ônibus com visão panorâmica, por toda a cidade, visitando os seus bairros, discutindo seus problemas e rememorando a nossa gloriosa história e tradições. Mostrar-lhes a lagoa do Abaeté e cobrar a sua revitalização com direito a novas serenatas. (...) Fonte: Jornal A TARDE, 31/10/2015. Caderno Opinião, p. A3</p>	<p>T-1</p>	<p>DG</p>
<p>Rio Vermelho terá água meia-noite</p> <p>A retomada do fornecimento de água no bairro do Rio Vermelho foi programada para a meia-noite de hoje, quando termina o prazo para a conclusão dos reparos de um vazamento da rede distribuidora verificado no cruzamento das ruas Conselheiro Pedro Luiz com Canavieiras. O início do reparo foi definido para as 21h de ontem. De acordo com a Empresa Baiana de Águas e Saneamento (Embasa), a prefeitura autorizou o serviço apenas em horário de tráfego menos intenso, pois as duas ruas recebem grande fluxo de veículos devido às obras de requalificação do bairro. Fonte: Jornal A TARDE, 06/11/2015, Salvador e Região Metropolitana, p. A4.</p>	<p>T-1</p>	<p>DU</p> <p>DP</p>
<p>Para obra do Metrô, lagoas serão aterradas e depois refeitas</p> <p>Mesmo coberta pelos tapumes, a drenagem das águas de duas grandes lagoas no canteiro central da Avenida Paralela não passou despercebida. Do alto da passarela que liga o Imbuí a Narandiba, o rodoviário aposentado Elienai Avelino Teixeira, 62 anos, ficou surpreso com a mudança do cenário. “Cada dia que eu chego aqui, muda”, disse sobre o trabalho iniciado essa semana para implantação da Linha 2 do Metrô, que vai ligar o Acesso Norte até Lauro de Freitas. De acordo com a CCR Metrô Bahia, responsável pela obra, tanto a lagoa do Imbuí como a que fica em frente ao o condomínio Flamboyant serão esvaziadas e aterradas para a construção de vias elevadas, que vão permitir a passagem dos vagões do metrô por cima da lagoa. A empresa garante, no entanto, que as lagoas serão recompostas após a instalação das vias</p>	<p>T-1</p> <p>T-2</p>	<p>DU</p> <p>DP</p> <p>DG</p> <p>DCC</p>

<p>elevadas e informou ainda que a drenagem obedece às normas exigidas por lei. “As duas lagoas, localizadas no canteiro central da Paralela, são bolsões de retenção de água (lagoas artificiais) que compõem o sistema de macrodrenagem da via”, informou, em nota, a CCR Metrô. No projeto, que deve durar quatro meses, está garantida a limpeza da área, inclusive de detritos e assoreamento pré-existentes. O trabalho deve garantir que a capacidade de armazenamento das lagoas seja restabelecida. Também está prevista a cobertura vegetal das margens, com um projeto paisagístico. Licença - A licença ambiental para as modificações nas duas lagoas da Avenida Paralela foram concedidas pelo Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Inema), autarquia do governo estadual (leia ao lado). O bombeamento para retirada da água foi iniciado de forma parcial em 31 de outubro, mas o trabalho se intensificou na última semana. O resgate da fauna já foi realizado, segundo a CCR, com a presença de um engenheiro ambiental e florestal. Os espécimes, de acordo com a empresa, foram relocados para lagoas do Parque da Cidade, do 19º Batalhão do Exército e outra na margem da Paralela, em frente ao shopping. Repercussão - Nas redes sociais, moradores se diziam surpresos com o esvaziamento das lagoas. Um deles é o leitor do CORREIO Max Machado, que enviou e-mail alertando sobre a operação. “Os moradores estão preocupados. É preciso que seja feita alguma coisa antes que a lagoa suma de vez”. Quem também se posicionou foi a administradora de condomínio Maria das Graças, 44, que passa pela passarela do Imbuí todos os dias em direção à faculdade Unime, onde estuda. “Achei um absurdo e um desrespeito com a natureza, com o meio ambiente. Inclusive, deveriam fazer um parque ecológico”, sugeriu. (...) O ambientalista Renato Cunha afirmou que a modificação causará impacto — mas é difícil precisar a extensão sem estudos. “Claro que muda. Mas é difícil dizer que terá um grande impacto, até porque não é uma área natural, são lagoas represadas na época da construção da Paralela”, analisou. Em nota, a concessionária explicou que foram analisadas as características das lagoas. “A primeira não é perene, ou seja, seca nos períodos de baixo índice pluviométrico. Já a lagoa da região Flamboyant, é perene e seu volume é controlado pela permeabilidade no solo e por um bueiro que conduz a água para o sistema de macrodrenagem do município, evitando que a água da lagoa atinja as pistas da Paralela”. (...). Fonte: Jornal CORREIO, 06/11/2015, Caderno Mais, p. 18.</p>		
<p>Embasa retorna abastecimento no Rio Vermelho</p> <p>A Embasa retomou o abastecimento de água no Rio Vermelho, na manhã de ontem, após a conclusão do reparo em uma rede distribuidora danificada. (...) Segundo a empresa, o abastecimento interrompido devido a um vazamento localizado no cruzamento das ruas Conselheiro Pedro Luís e Canavieiras. O serviço de reparo teve início às 21h de anteontem. Segundo a empresa, a prefeitura só autorizou que o conserto fosse feito a partir desse horário, pois é um período de tráfego menos intenso na região. O Rio Vermelho passa por uma obra de requalificação, com fechamento de algumas vias. Fonte: Jornal CORREIO, 07/11/2015, Caderno 24h, p. 4.</p>	<p>T-1</p>	<p>DP DU</p>
<p>Corpo de adolescente afogada é encontrado no Rio Joanes</p> <p>Uma adolescente de 17 anos morreu afogada na tarde de ontem (8), após a embarcação afundar no Rio Joanes, localizado, no distrito de Boca da Mata, em Candeias. O corpo de Beatriz Rosália Ferreira foi encontrado no início da manhã de hoje (9), pela equipe do Corpo de Bombeiros. De acordo com informações dos familiares, Beatriz foi passear de barco com mais seis pessoas no rio, quando a embarcação naufragou. As outras cinco pessoas conseguiram sair do rio e não tiveram ferimentos. A jovem, que morava no Centro da cidade, visitava parentes no distrito Boca da Mata no fim de semana. Fonte: Candeiasmix.com.br, 09/11/2015; Disponível em: http://www.candeiasmix.com.br/candeias/24131/corpo-adolescente-afogada-encontrado-rio-joanes.html; Acesso em: 19/04/2016</p>	<p>T-2 T-3</p>	<p>DR DG</p>

<p>Estado possui 33 barragens de alto risco</p> <p>O mais recente relatório da Agência Nacional de Águas (ANA) sobre segurança de barragens aponta que a Bahia tem 33 estruturas classificadas como de alto risco. (...) Grande Salvador - Uma das barragens apontadas no relatório, a Ipitanga II, da Embasa, está no perímetro da Grande Salvador, em área conurbada com a capital e o município de Simões Filho. Erguida em concreto, com 21 m de altura, tem um reservatório de 4,6 hectômetros cúbicos (hm³). Hectômetro é uma medida de comprimento que equivale a 100 m. A barragem Joanes II, do mesmo órgão, pertence ao Sistema Integrado Salvador-Lauro de Freitas, que integra a estrutura de Pedra do Cavalo, não citada no relatório. A primeira é uma construção de terra com capacidade de 128 hm³. Sobre a classificação de 'alto risco', a Embasa diz que isso não se deve à insegurança estrutural, mas ao alto volume de acumulação dos reservatórios bem como à presença de residências isoladas próximo à jusante dos barramentos. E argumenta que o sistema de classificação de risco é um instrumento preventivo, para identificar reservatórios que precisam de maior atenção. Desse modo a classificação serve para dosar os procedimentos de monitoramento a serem adotados. Conforme a nota, durante as inspeções de 2015 não foram identificadas nas barragens operadas pela Embasa quaisquer patologias, anomalias ou inconformidades que comprometam seu funcionamento ou que as coloquem em risco de ruptura. (...). Fonte: Jornal A TARDE, 13/11/2015, Salvador e Região Metropolitana, p. A4.</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DG DU DP DCC</p>
<p>Madre de Deus: Moradores da Rua São Lázaro aliviados com água limpa para uso</p> <p>Os moradores da Rua São Lázaro, bairro do Cação, em Madre de Deus, relataram ao Programa Fala Comigo, na manhã desta segunda-feira (16), sobre o alívio de poder utilizar água limpa para as necessidades, após os momentos difíceis que viveram na semana passada com a água imprópria para o uso. Segundo o residente do bairro, Rivaldo Santana, logo depois dos moradores terem anunciado o problema, a Embasa compareceu ao local com uma equipe e constataram que um dos tubos de esgoto estava rompido e vazando para a tubulação de água para consumo. “Eles consertaram no mesmo dia que falamos do problema pela Baiana. Agora a água está uma beleza, transparente”, disse ele. A outra moradora do local, Érica Ferreira, reconheceu: “Quero agradecer a Embasa. Depois de passamos por aquele constrangimento, agora o quadro é diferente, é de alegria!”. Fonte: Jornalmadrenoticias.com.br, 16/11/2015; Disponível em: http://www.madrenoticias.com.br/capa/index.php?p=ver_noticia&id=3766; Acessado em: 18 de janeiro de 2016.</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DG DU DP</p>
<p>Lideranças questionam demarcação em Quilombo</p> <p>Um dia após o Diário Oficial da União publicar a demarcação das terras da comunidade remanescente do Quilombo Rio dos Macacos, em Simões Filho (Grande Salvador), lideranças envolvidas no levantamento histórico do território consideraram o reconhecimento da área uma "vitória parcial". Com base no Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) elaborado pelo Instituto Nacional de Reforma Agrária e Colonização (Incra), em parceria com diversos órgãos, 301 hectares (ha) foram reconhecidos como área do quilombo, dentre os quais 104 ha são para titulação de posse. Coordenadora do Conselho de Desenvolvimento da Comunidade Negra, entidade ligada à Secretaria de Promoção da Igualdade do Estado, a socióloga Vilma Reis avalia a demarcação como uma vitória parcial, já que a delimitação, segundo diz, exclui os quilombolas do acesso ao rio. Fonte: Jornal A TARDE, 20/11/ 2015, Salvador e Região Metropolitana, p. A7</p>	<p>T-1</p>	<p>DP DG</p>
<p>Análises - O Rio dos Macacos é a principal fonte de renda das 67 famílias que residem na área, que também é ocupada pela Marinha do Brasil desde 1970. O corpo hídrico sedia a barragem da Base Naval de Aratu, no subúrbio, considerada pelos militares como equipamento estratégico à defesa nacional. "A vitória é parcial. Os moradores</p>	<p>T-1</p>	<p>DR DG</p>

<p>estão sendo esmagados pela demarcação, que deixou de fora do quilombo 23 famílias", afirmou Vilma Reis. "O governo federal precisa definir como acolhê-los, pois, em vez de ser mediador do conflito com a Marinha, insiste no erro", completou a socióloga. Para Vilma Reis, apesar dos 104 hectares - parte deles dentro de uma área de preservação -, para titulação da posse da terra, os quilombolas não podem ser tolhidos no que diz respeito ao direito ao uso do rio. "Que é fundamental à subsistência da comunidade", avaliou, ao reiterar que o quilombo já teve 900 hectares. A ex-ministra da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir), Luiza Bairros, também avalia que a demarcação está aquém da reedificação do quilombo, cujos habitantes legítimos perduram no local, pelo menos, há cinco gerações. "Por um lado, não é a demarcação mais justa, mas pode ser considerada uma vitória relativa, uma vez que a proposta inicial era de apenas 20% dos 104 hectares", revelou. "Por outro lado, foi um avanço, somente obtido por causa da luta dos moradores, que deve continuar", acrescentou Bairros. Fonte: Jornal A TARDE, 20/11/2015, Salvador e Região Metropolitana, p. A7.</p>		<p>DP</p>
<p>Nova área impõe restrições a moradores</p> <p>Morador da comunidade, o trabalhador rural José Rosalvo de Souza, 50, alega que ainda são muitas as restrições impostas pela demarcação, que não deixou claro se os quilombolas terão direito a plantar, pescar e construir na área delimitada. "A publicação não nos dá nenhuma segurança de que teremos acesso à água. Ninguém vive sem água", reclama o homem, que almeja a volta dos familiares que estão fora da demarcação para dentro do quilombo. Além do direito ao uso do rio, os quilombolas também pleiteiam a anulação do processo de reintegração de posse impetrado pela Procuradoria Geral da União (PGU), mais a construção de duas vias alternativas para não terem que passar pela vila militar da Marinha. (...). Fonte: Jornal A TARDE, 20/11/2015, Salvador e Região Metropolitana, p. A7.</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DP DG DR</p>
<p>Camaçari sem água</p> <p>É histórico o fato de o governo carlista perseguir através das empresas públicas, as prefeituras da oposição, como aconteceu com Salvador na gestão de Lídice de Mata. Em Camaçari, usam a Embasa para atingir o prefeito, fazendo o povo sofrer com as constantes falta d'água por semanas inteiras em diversos bairros, atingindo até colégios e clínicas médicas. Considerando que o município possui um dos maiores lençóis de água subterrânea do planeta e ainda de qualidade excepcional, nada justifica a tamanha calamidade. O prefeito deveria acionar o MP e pedir uma intervenção na empresa. O novo governante do Estado deve abrir uma sindicância para apurar estas e outras irregularidades e acabar com as perseguições. Fonte: Fonte: Jornal A TARDE, Espaço do Leitor, 25/11/2015, p. 2.</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DP DU</p>
<p>M. de Deus: Moradores cobram retomada do fornecimento de água</p> <p>Os moradores dos bairros Barbeirinho, Caminho da Luz, Cais, Alto da Capelinha e centro da cidade, estiveram na manhã desta sexta-feira (27), na sede da Embasa, localizada a Rua Francisco Leitão, no município de Madre de Deus, para cobrar o retorno do abastecimento de água. Eles afirmam que praticamente todos os dias falta água nas torneiras e que já solicitaram por várias vezes carros pipas. Segundo eles, só para o Suape, foram feitos cerca de 300 pedidos. O comerciante José Maurílio da Silva Neto, residente a Rua Guadalajara, no centro da cidade, disse que tem tido dificuldades em preparar as refeições para vender. "Há uma semana pedi um carro-pipa de água para a minha casa e até o momento não chegou. Eu trabalho vendendo comida. Não vai dar pra trabalhar nessas condições. Maurílio contou ainda que no ano passado prometeram acabar com a falta de água na cidade, mais isso não aconteceu. Além de tudo o recibo continua chegando normalmente com o mesmo valor alto", encerrou o comerciante. Em nota, a Embasa informou que houve um vazamento de água na rede que abastece o município na madrugada desta sexta-feira (27) e que os reparos já foram</p>	<p>T-1</p>	<p>DP DU</p>

<p>concluídos. Fonte: Jornalmadrenoticias.com.br, 27/11/2015; Disponível em: http://www.madrenoticias.com.br/capa/index.php?p=ver_noticia&id=3813; Acessado em: 18 de janeiro de 2016.</p>		
<p>Moradores de Madre de Deus voltam a reclamar contra falta d'água</p> <p>Em Madre de Deus os moradores de diversos bairros estiveram, pela segunda vez, em menos de uma semana, na sede da Embasa, na Rua Francisco Leitão para tentar resolver o problema no abastecimento de água. Elielza Costa dos Santos Lima, que mora no Alto do Paraíso, disse estar chateada por não ter água há mais de 20 dias. A moradora disse ainda, que liga o registro mas o tanque não enche porque água não sobe. Estou com meus pratos e minhas roupas sujas. Nem banho eu estou tomando direito. Ligo para a Embasa, o gerente manda a gente comprar um tanque pra colocar no térreo. Como é que eu moro em casa de aluguel e vou comprar tanque pra colocar na casa dos outros? Isso é um absurdo!", disse Elielza. Fonte: Jornalmadrenoticias.com.br, 01/12/2015; Disponível em: http://www.madrenoticias.com.br/capa/index.php?p=ver_noticia&id=3824; Acessado em: 18 de janeiro de 2016.</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DU DG DP</p>
<p>Candeias: Prefeito cobra ampliação na rede de distribuição de água</p> <p>Na manhã desta quarta-feira (02), o prefeito de Candeias, Sargento Francisco, participou de uma audiência na Secretária de Recursos Hídricos do Estado da Bahia para cobrar serviços de qualidade para a população de Candeias. "Diariamente a população de Candeias participa de programas de rádio reivindicando problemas com a distribuição e solicitando uma melhora no atendimento referente a serviços de manutenção. Por esse motivo é que estamos aqui cobrando que o serviço que é oferecido à população seja um serviço de qualidade", afirmou Sargento Francisco. Na reunião, estavam presentes o presidente da Empresa Baiana de Águas e Saneamento (Embasa), Rogério Cedraz, e o secretário de Recursos Hídricos do Estado da Bahia, Cássio Ramos, além do prefeito de Madre de Deus, Jeferson Andrade. Fonte: Folhadoreconcavo.com.br, 03/12/2015; Disponível em: http://www.folhadoreconcavo.com.br/ultimas_noticias.php?codnoticia=21613; Acesso em: 13/04/2016</p>	<p>T1</p>	<p>DU DP</p>
<p>Embasa flagra 'gato' de água em prédio pela nona vez</p> <p>Agentes da Empresa Baiana de Águas e Saneamento (Embasa) localizaram na manhã de ontem um desvio na distribuição de água do edifício Castro Alves, situado na rua Carlos Gomes, no centro da capital. O imóvel tá tem 9 andares e 46 unidades comerciais. Esta foi a nona vez que a empresa retirou a ligação irregular instalada no prédio, que já se encontrava inativa. A primeira notificação foi enviada ao proprietário. De lá para cá, o condomínio acumula uma dívida de cerca de R\$ 2,5 milhões, em mensalidades e multas. Procurado pela reportagem de A TARDE, o responsável pelo edifício Castro Alves não quis conceder entrevista. Mas disse que o abastecimento do imóvel era realizado por meio de carros-pipa, apesar de a equipe da Embasa ter encontrado a ligação irregular. O desvio encontrado no imóvel é apenas um dos 6.991 casos de irregularidade identificados pela Embasa nos últimos seis meses, quando o órgão iniciou a campanha De Olho no Gato - Seja Legal com sua Água para incentivar a regularização de ligações ilegais. (...) "A pessoa que fraude está retirando a água de quem tem a ligação e paga por ela de forma regular. Além de perder com a água não contabilizada, o órgão gasta com serviços de fiscalização e de desativação. Essa verba poderia ser utilizada para fazer outras novas ligações", disse Gil. (...) Regularização – De acordo com dados da Embasa, do total de incidências de irregularidade identificados nos últimos seis meses – 6.991 casos – 1.770 (25%) já regularizaram a situação com a empresa. O restante será objeto de análise para novo acompanhamento e procedimento de cobrança.</p> <p>Fonte: Jornal A TARDE, 04/12/2015, Salvador e Região Metropolitana, p. A5.</p>	<p>T-1</p>	<p>DU DG</p>

<p>Santa Clara está esquecida por Francisco</p> <p>(...) A Fonte de Clarindo instalada há décadas está praticamente inutilizável em razão do descaso das Secretarias de Serviços Públicos e de Obras. Apenas, pela falta de água que chega às torneiras dia sim, dia não no bairro, a fonte é usada pelos moradores para pegar água e às vezes lavar roupas. (...); Fonte: Candeiasmix.com.br, 05/12/2015; Disponível em: http://www.candeiasmix.com.br/candeias/24868/santa-clara-esta-esquecida-por-francisco.html; Acesso em: 19/04/2016</p>	<p>T-1</p>	<p>DR</p> <p>DU</p> <p>DP</p>
<p>Falta de água afeta moradores de bairros de Simões Filho</p> <p>Moradores de alguns bairros estão reclamando da falta de distribuição de água em Simões Filho. Os contribuintes alegam que, nos últimos três dias, há constantes interrupções no fornecimento. A Embasa afirma que já adotou medidas para corrigir o problema. Porém, não relatou quando a intervenção seria feita nem informou o motivo da interrupção. Um morador do bairro Luís Eduardo Magalhães – Barreiro –, conta que ficou sem água por três dias e teve sérios problemas com a falta de abastecimento. Ele comentou que já entrou em contato com órgão. Mas, ainda, nada foi feito. “Estamos sem saber o que fazer e para quem apelar. A Embasa nos informou que iria solucionar, no entanto, até agora, nada mudou”, afirmou. Segundo informações enviadas ao Fala Simões Filho, há registros de falta de água, também, no bairro Km 30, nos loteamentos São Miguel, João Aragão e em parte do bairro Big Áurea. Fonte: Falasimoesfilho.com.br, 06/12/2015; Disponível em: http://www.falasimoesfilho.com.br/falta-de-agua-afeta-moradores-de-bairros-de-simoes-filho/; Acesso em: 05/04/2016</p>	<p>T-1</p> <p>T-2</p>	<p>DP</p> <p>DU</p> <p>DG</p>
<p>Sem água</p> <p>Por que a Embasa não libera água para a Rua Boa Vista, em Marechal Rondon? Estamos há um mês sem um pingão de água. A conta chega certinha todo mês. Devemos procurar o Procon.</p> <p>Fonte: Jornal A TARDE, 09/12/2015, Caderno Opinião, p. A2.</p>	<p>T-1</p> <p>T-2</p>	<p>DG</p> <p>DU</p> <p>DP</p>
<p>Falta d'água ameaça Itaparica no verão -Seca faz nível de barragem cair e Embasa vai diminuir fornecimento de água em 10% para tentar evitar racionamento. Moradores reclamam.</p> <p>Fonte: Jornal CORREIO, 12/12/2015, Capa.</p>	<p>T-1</p>	<p>DU</p> <p>DP</p>
<p>Ilha com menos água na torneira</p> <p>Ilha: extensão de terra firme cercada por água em toda a sua periferia. Na teoria, pode até parecer um oásis, mas na prática, moradores da Ilha de Itaparica já convivem desde o início desse mês com a redução da oferta de água e 10%. A medida vale pelos próximos três meses até o fim do verão. A gerente da Pousada Tropicália, Rosana Braga, que fica na praia de Ponta de Areia, teme pelo pior na alta estação e ficou surpresa com o anúncio da Embasa. “Ainda não sabíamos dessa medida. Com a pousada cheia, falta água no Verão fica difícil. Eu já tenho reservas para janeiro, vou ver o que a gente pode fazer, temos que montar um plano B”, conta. A pousada conta com dois reservatórios. No verão do ano passado, o estabelecimento passou por dificuldades com a falta de água. Atualmente, pelo menos uma vez por semana, é necessário usar a bomba para encher o reservatório. “E 2014, a gente ficou umas quatro horas sem água, com hóspedes reclamando. Teve um que usou o chuveirão que fica na área externa para tomar banho”, lembra. Evaporação – Segundo a Embasa, a medida é preventiva, devido à rápida evaporação da água da barragem do Tapera, que abastece</p>	<p>T-1</p> <p>T-2</p>	<p>DP</p> <p>DU</p>

<p>os municípios de Vera Cruz e Itaparica (...). Com a medida que está sendo tomada agora, serão liberados diariamente, em média, 18.900 metros cúbicos por segundo, em vez de 23 mil metros cúbicos habituais. “Se a barragem baixar mais, vamos ter que racionar água. Hoje, a gente ainda está numa zona de conforto, a nossa barragem está na cota de 14,41. Mas não temos perspectiva de chuva. Estamos fazendo avaliações diárias de volume e de consumo”, afirma Fontes. (...) O racionamento só deve acontecer caso a barragem chegue a 10,70 metros cúbicos por segundo. O reservatório fica na Fazenda Oldesa, próximo a Ponte do Funil, e é abastecida pelo manancial do rio Tapera. Fonte: Jornal CORREIO, 12/12/2015, Caderno Mais, p. 26.</p>		
<p>Localidades já convivem com rodízio no abastecimento de água</p> <p>Por causa da falta de chuvas, a distribuição de água foi dividida por setores na Ilha de Itaparica — onde vivem cerca de 100 mil pessoas. “Tem um dia que se manda água para o setor B e outro dia manda para o setor A e B”, explicou o superintendente da Operação Sul da Embasa, Claudio Fontes. No dia em que há abastecimento para os dois setores, a parte alta do setor B não recebe água, o que faz com que no dia seguinte seja interrompido o abastecimento no setor A, para que a potência a água alcance áreas elevadas da Ilha localizadas no B. Fazem parte do Setor A as localidades de Penha, Barra do Gil, Taipoca, Coroa, Barra do Pote, Conceição, Barra Grande, Ponta da Cruz, Tairu, Aratuba, Berlinque, Cacha Pregos, Catu, Baiacu, Ponta Grossa e Ponta do Boqueirão. Já no Setor B estão Itaparica, Misericórdia, Ponta de Areia, Amoreira, Manguinhos, Porto dos Santos, Bom Despacho, Gameleira, Buraco do Boi, Jaburu, Mar Grande (Vera Cruz), Ilhota e Gamboa. Segundo Fontes, o abastecimento dessas duas áreas atende 22 mil habitantes em Itaparica e outros 69 mil habitantes em Vera Cruz. “No Verão, esse número quase duplica, com a população flutuante, os veranistas. Quem tiver reservatório dentro dos padrões técnicos não vai nem sentir (a divisão no abastecimento), mas quem não tiver vai ter falta de água”, detalha Fontes. O gerente da Pousada Âncora Ilha de Itaparica, Juan Campana, sente a falta de água em Tairu. “Eles já levam o ano todo com vazão reduzida, atualmente é dia sim, dia não. E agora vão diminuir mais?”, reclama. Segundo ele, a região passou tempo com problemas na distribuição por causa da manutenção da tubulação. Nesse Verão, ele diz que vai aproveitar os dias em que houver água para armazená-la. “Com esse anúncio (da redução em 10%), imagino que vai ser pior. A gente tem que aproveitar o dia que tem água para encher tudo que pode. Temos reservatório de água com capacidade de 5 mil litros e vamos usá-lo quando for necessário”, disse. Fonte: Jornal CORREIO, 12/12/2015, Caderno Mais, p. 27.</p>	<p>T-1</p>	<p>DU DP</p>
<p>Prefeituras e Embasa lançam ação desperdício</p> <p>Para evitar desperdícios, a Embasa também iniciou uma campanha de conscientização do uso da água. A empresa se reuniu com a prefeitura de Vera Cruz para explicar a situação e pedir apoio. Via assessoria, a prefeitura informou que ajuda na campanha, por meio da Secretaria de Meio Ambiente, e que não haverá um grande impacto. De acordo com o chefe de gabinete da prefeitura de Itaparica, Délcio Daniel da Cruz, o município não vai ficar sem abastecimento. “Vai ter impacto, mas não vai ser tão negativo. A gente recebe 100 mil pessoas no Verão, mas não vai chegar a ser um caos. A gente tem a Fonte da Bica que supre a necessidade e sempre atende muito bem aos veranistas”, explicou. Para o próximo Verão, a Embasa espera ampliar a distribuição em 30%, com uma obra que está sendo realizada na barragem do Tapera. São R\$ 2,5 milhões de investimento. Fonte: Jornal CORREIO, 12/12/2015, Caderno Mais, p. 27.</p>	<p>T-1</p>	<p>DP DU</p>
<p>Ilha de Itaparica volta a ter problema com abastecimento</p> <p>Os moradores dos municípios de Itaparica e Vera Cruz, na Ilha de Itaparica, terão mais um motivo para se preocupar em relação ao abastecimento de água. Hoje a correção de um vazamento na adutora de água, no trecho sob a Ponte do Funil, interromperá o abastecimento a partir das 6h e deve durar todo o dia. A previsão é de que a água só</p>	<p>T-1</p>	<p>DP DU</p>

<p>volte gradativamente, com a conclusão do serviço, a partir das 23 h. Segundo a Embasa, a demora no reparo se deve ao local, que é de difícil acesso. A empresa informou que o fornecimento de água ser regularizado em até 48 horas após o término da obra. Os moradores da Ilha já tiveram a oferta de água reduzida em 10%, desde o dia 1º, como medida preventiva à rápida evaporação da água da barragem do Tapera, que abastece as cidades. A redução vai durar todo verão. Fonte: Jornal CORREIO, 15/12/2015, Caderno 24h, p. 4.</p>		
<p>Embasa reduz oferta de água em Itaparica</p> <p>Antes mesmo do início oficial do verão, próxima segunda-feira, moradores e visitantes de Itaparica (Grande Salvador) já sofrem consequências da falta de chuvas e altas temperaturas. Por conta da redução do nível da barragem do rio Tapera (que abastece municípios de Vera Cruz e Itaparica), a Empresa Baiana de Águas e Saneamento (Embasa) reduziu em cerca de 10% o abastecimento. Nesta época do ano, normalmente a empresa disponibiliza entre 22 mil e 24 mil metros cúbicos de água por dia. Contudo, devido à ausência de chuvas desde agosto - e a conseqüente redução do nível do reservatório - o abastecimento foi reduzido para 19 mil metros cúbicos/dia. A barragem está com cerca de 90% da capacidade. Entretanto, tem diminuído entre dois e três centímetros diariamente, o que preocupa a empresa, que não descarta um possível racionamento, caso esta queda abrupta de nível continue. Segundo o superintendente de Operação Sul da Embasa, Cláudio Fontes, há risco, inclusive, de que falte água durante o Carnaval, quando o movimento na ilha cresce bastante. O reservatório está com 14,3 metros - o máximo é de 15,6, enquanto o mínimo para manter o abastecimento é de 9,4 metros. A situação está afetando a rotina dos moradores e visitantes da ilha. Na casa do estudante Antônio Jorge Oliveira, 41, a água tem chegado de maneira irregular ao longo do dia. "Pela manhã, o abastecimento é normal, mas pela TARDE sempre falta. Às vezes, temos água um dia e no outro, não", relata ele, que mora na Gameleira, no município de Itaparica. O mesmo acontece na casa da comerciária Rosângela Moraes, 40, em Bom Despacho. "Aqui só cai pela manhã. Todos os anos, durante o verão, é assim, falta água sempre", diz ela, que trabalha em um supermercado. Rosângela conta que a procura por galões de água mineral no estabelecimento tem aumentado nos últimos dias. Precaução - Cláudio Fontes diz que a redução no abastecimento é uma medida preventiva, para evitar o que aconteceu na ilha em 2013, quando a água da barragem chegou ao nível de 10,7 metros (pouco mais de um metro acima do mínimo) e a empresa realizou um racionamento. "Já nos reunimos com os prefeitos de Vera Cruz e Itaparica, além de vereadores e líderes comunitários. Precisamos do apoio de todos, visando ao uso racional", diz. Além da ausência de chuvas, a forte insolação tem intensificado a evaporação da água da barragem. No período de baixa estação, segundo Fontes, a distribuição diária é de cerca de 16 mil metros cúbicos por dia. Fonte: Jornal A TARDE, 15/12/2015, Salvador e Região Metropolitana, p. A4.</p>	<p>T-1</p> <p>T-2</p>	<p>DP</p> <p>DU</p>
<p>Obras visam aumentar capacidade da barragem</p> <p>A Embasa está realizando obras para aumentar a capacidade da barragem do rio Tapera. (...) Ele conta que o projeto começou a ser elaborado após o racionamento ocorrido em 2013 na ilha. No local, será implantado um dispositivo hidráulico chamado fusegate, que, além do armazenamento, garantirá a segurança hídrica. Ele abre automaticamente, caso o nível da água suba muito e ameaça o rompimento da barragem. Irregularidades - Fontes revelou, ainda, que a Embasa está intensificando a fiscalização para combater as ligações irregulares na ilha. "Temos muitas ligações clandestinas e isso causa desequilíbrio no fornecimento", ressalta o diretor. Fonte: Jornal A TARDE, 15/12/2015, Salvador e Região Metropolitana, p. A4.</p>	<p>T-1</p>	<p>DP</p> <p>DU</p>
<p>Acúmulo de água em baldes é paliativo para moradores</p> <p>Diante da redução de oferta de água na Ilha de Itaparica, e a ameaça de racionamento, moradores estão acumulando água em baldes e reservatórios para não ficar sem o</p>	<p>T-1</p> <p>T-2</p>	<p>DU</p>

<p>líquido. "Aqui em casa, sabemos que às vezes vai faltar. Então, aproveitamos quando temos água e guardamos em baldes para usar nos dias de falta", revela o porteiro Carlos Antônio Silva, 53. O motorista Antônio Ribeiro, 55, instalou um reservatório em casa. "Semana passada, ficamos três dias sem água e usamos a que estava no tanque", conta. A prefeitura de Itaparica fará campanha de conscientização do uso responsável da água. "Contamos com o apoio da população para ações simples como não deixar a torneira aberta enquanto escova os dentes, tomar banho mais rápido e verificar se existem vazamentos na casa", afirmou o prefeito Raimundo da Hora. Fonte: Jornal A TARDE, 15/12/2015, Salvador e Região Metropolitana, p. A4.</p>		<p>DP</p>
<p>Suspensão - A Embasa informa que, hoje, programa suspender o fornecimento de água em Itaparica e Vera Cruz para realizar reparo em vazamento na adutora que atende a ilha. A conclusão está prevista para as 23h. A completa regularização se dará em até 48 horas após o término, conforme a empresa. Fonte: Jornal A TARDE, 15/12/2015, Salvador e Região Metropolitana, p. A4.</p>	<p>T-1</p>	<p>DP DU</p>
<p>Dias d'Ávila: caminhão pipa retira água de rio poluído</p> <p>Um fato que ocorreu no início deste mês em Dias d'Ávila tem deixado muita gente preocupada. Uma moradora flagrou o momento em que um caminhão pipa para o fornecimento de água potável, estava no rio, localizado próximo à ponte da Nova Dias d'Ávila, extraindo água para abastecimento. A cena foi flagrada justamente no período em que o bairro estava sofrendo com falta de água e os moradores dependiam deste abastecimento para encher os reservatórios residenciais. Há indícios de que o rio esteja poluído e por isso, esse um dos principais medos dos moradores. Não há informações sobre a empresa. (Mais Região); Fonte: Falasimoesfilho.com.br, 18/12/2015; Disponível em: http://www.falasimoesfilho.com.br/dias-davila-caminhao-pipa-retira-agua-de-rio-poluido/; Acesso em: 05/04/2016.</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DG DU</p>
<p>Justiça determina que Embasa forneça água sem interrupção em São Francisco do Conde</p> <p>Uma liminar expedida pela justiça nesta sexta-feira (18), determina que a Embasa forneça água em todas as ruas do município de São Francisco do Conde no prazo máximo de cinco dias. A ordem judicial diz ainda, que a empresa deve fornecer a água sem interrupção do serviço de maneira universal. Caso a estatal não cumpra a determinação poderá pagar multa diária de R\$ 5 mil. A empresa de água terá que apresentar relatório mensal em caso de falta d'água em alguma rua, mostrando documentos de realização de obras e comprovando que durante aquele período a população do local afetado, foi atendida através de caminhões pipa. Há cerca de uma semana, o Ministério Público Estadual, ajuizou um Inquérito Civil Público, após o advogado Alberto carvalho fornecer a promotoria provas suficientes para ação ser iniciada. Fotos de pessoas carregando água da casa de vizinhos e carros pipa, e ainda das mais de dez manifestações que ocorreram no município, onde rodovias e ruas foram bloqueadas pela população que clamava pelo fornecimento de água deram veracidade a denúncia. Fonte: Jornalmadrenoticias.com.br, 18/12/2015; Disponível em: http://www.madrenoticias.com.br/capa/index.php?p=ver_noticia&id=3882; Acessado em: 18 de janeiro de 2016.</p>	<p>T-1</p>	<p>DP DU</p>
<p>Moradores de Candeias reclamam de esgoto a céu aberto</p> <p>Problemas na rede de esgoto em dois bairros do município de Candeias têm causado diversos problemas aos moradores Saboaria, no bairro do São Francisco e na Rua do Asfalto. Muriçocas, mau cheiro e alagamento são algumas das principais reclamações. Na Saboaria, no bairro do São Francisco, um canal tem servido de depósito de lixo e</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DG DU</p>

<p>atrai uma grande quantidade de insetos. “Já tem uns oito meses que a gente pede a Embasa um tratamento para esse brejo. Quando chove, ele vaza. Minha casa mesmo é a primeira a ser invadida”, contou o morador Adailton, em entrevista ao programa Fala Comigo desta sexta-feira (18). A vendedora Sandra Silva, 38, que trabalha numa loja localizada na Rua do Asfalto, na BA 522, entrada da cidade, disse que a tubulação de esgoto do local está quebrada há cerca de dois meses. “A gente não consegue nem se concentrar no trabalho com o cheiro horrível desse esgoto a céu aberto”. Fonte: Candeiasmix.com.br, 19/12/2015; Disponível em: http://www.candeiasmix.com.br/candeias/25322/moradores-candeias-reclamam-esgoto-ceu-aberto.html; Acesso em: 19/04/2016</p>		
<p>O abandono da Wanderley A. Pinho; o prefeito sumiu</p> <p>(...) Para agravar ainda mais a situação, uma nascente, um córrego ou coisa parecida se tornou um “esgoto aberto” neste momento em que todas as preocupações estão voltadas para combater o <i>aedes aegypti</i>, mosquito transmissor da dengue, zika e chikungunya. O problema é mais grave ainda porque fica próximo ao Mercado Municipal e o Largo do Triângulo, praticamente centro da cidade e local visto por muitos que trafegam na área. Diversas solicitações já foram feitas à Secretaria de Serviços Públicos, do senhor Milton Viana, Secretário de Obras, mas nenhuma providência foi adotada. Os moradores próximos ao local reclamam de odor e temem a presença do mosquito transmissor das 3 graves doenças, principalmente agora com o problema da microcefalia. Fonte: Candeiasmix.com.br, 19/12/2015; Disponível em: http://www.candeiasmix.com.br/candeias/25281/abandono-wanderley-pinho-prefeito-sumiu.html; Acesso em: 19/04/2016</p>	<p>T-1 T-2</p>	<p>DG DU DP</p>
<p>Embasa diminui oferta de água em Itaparica</p> <p>Embasa reduziu em cerca de 10% o abastecimento de água de Itaparica por causa da diminuição do nível da barragem do rio Tapera. O racionamento afeta a rotina da comunidade da ilha. Fonte: Jornal A TARDE, 20/12/2015, Capa.</p>	<p>T-1</p>	<p>DP DU</p>
<p>T-1 - Tensões pela apropriação da natureza: apropriação da natureza por disputas entre o econômico e o não econômico, disputa entre os diferentes usos econômicos, disputa entre o rural e o urbano e disputa entre o urbano e a natureza.</p>		
<p>T-2 - Usos geradores de riscos ambientais: produção de riscos e produção de eventos ambientais.</p>		
<p>T-3 - Uso da natureza em atividades culturais: uso cultural como recursos naturais e uso cultural como natureza.</p>		
<p>Determinações:</p>		
<p>DG - Determinação Geoambiental</p>		
<p>DR - Determinação Rural</p>		
<p>DU - Determinação Urbana</p>		
<p>DMO - Determinação do Modo de Ocupação</p>		
<p>DCC - Determinação do Conhecimento Científico</p>		
<p>DP - Determinação do Planejamento</p>		

Fonte: Universidade Católica do Salvador/ Doutorado em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social/Pesquisa: “O fenômeno das águas doces na Região Metropolitana do Salvador: Usos, alterações, abandono e tensões”. 2013/2016. Fonte de pesquisa: Periódicos de circulação local e regional (Jornal A TARDE, fonte principal; Correio da Bahia, Tribuna da Bahia, Jornal É Massa!, fontes auxiliares), período de 2005 a 2015. Débora Carol Luz da Porciuncula, Responsável; Fernanda Flores, bolsista PIBIC; Raimundo de Carvalho, bolsista PIBIC; Everton Santana Santos, voluntário e Pablo Luís Luz da Porciuncula, voluntário.

ANEXO B – METADADO: MAPA HIDROGRÁFICO COM A LOCALIZAÇÃO DAS BARRAGENS DA RMS E MAPA DE EVOLUÇÃO DA RMS

1 - Metadado: Mapa Hidrográfico com a Localização das Barragens da RMS.

Fontes:

SEI - Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

INEMA - Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos.

Produtos:

- Malha da Região Metropolitana do Salvador, 2010, Shape, escala original 1:10.000.

- Base Cartográfica IBGE, Brasil Limite Estadual, 2000, Shape, escala original 1:100.000. - Inventário de Barragens INEMA, 2017.

Localização (Área restituída): Região Metropolitana do Salvador – BA.

Escala Original do mapa: 1:22.000.000

Tipo de Arquivo: Digital; Vetorial Shape File, Excel, Raster JPEG.

Datum: UTM / SIRGAS-2000 / Fuso 24° Sul

Ferramentas: SoftWare's – Arc Gis 10.

2 - Metadado: Mapa de Evolução da RMS.

Fontes:

SEI - Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Produtos:

- Malha da Região Metropolitana do Salvador, 2010, Shape, escala original 1:10.000.

- Base Cartográfica IBGE, Brasil Limite Estadual, 2000, Shape, escala original 1:100.000.

Localização (Área restituída): Região Metropolitana do Salvador – BA.

Escala original do mapa: 1:22.000.000

Tipo de Arquivo: Digital; Vetorial Shape File.

Datum: UTM / SIRGAS-2000 / Fuso 24° Sul

Ferramentas: SoftWare's – Arc Gis 10